REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX - SUP. AO Nº 043 TERÇA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

PRESTAÇÃO DE CONTAS
Exercício Financeiro - 2014

GOVERNO FEDERAL

(Mensagem nº 4/2015-CN-nº83/2015, na origem)

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22

.....

Líder do PMDB - 18

Líder do PSD - 4

Omar Aziz (13)

Vice-Líder do PSD
Sérgio Petecão (12)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25

Líder
Humberto Costa - PT (22,25)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (3,34)
Benedito de Lira (11,18,45)
Walter Pinheiro (31,37,44)
Telmário Mota (4,36,43)
Regina Sousa (42)

.....

Líder do PT - 14

Humberto Costa (22,25)

Vice-Líderes do PT
Paulo Rocha (30)
Walter Pinheiro (31,37,44)
Lindbergh Farias (32)
Fátima Bezerra (35)

Líder do PDT - 6

Acir Gurgacz (3,34)

Vice-Líder do PDT
Telmário Mota (4,36,43)

Líder do PP - 5

Benedito de Lira (11,18,45)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16

Líder
Alvaro Dias - PSDB (21)

Vice-Líder
Ataídes Oliveira (38)

.....

Líder do PSDB - 11

Cássio Cunha Lima (17)

Vice-Líderes do PSDB
Paulo Bauer (23,40)
Aloysio Nunes Ferreira (41)

Líder do DEM - 5

Ronaldo Caiado (6)

Vice-Líder do DEM
José Agripino (39)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9

Líder
Lídice da Mata - PSB (16,29)

Vice-Líderes
José Medeiros (15,19,28)
Vanessa Grazziotin (20,27)
Randolfe Rodrigues (24,26)

.....

Líder do PSB - 6

João Capiberibe (1,14)

Vice-Líder do PSB
Roberto Rocha (46)

Líder do PPS - 1

José Medeiros (15,19,28)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (24,26)

Líder do PCdoB - 1

Vanessa Grazziotin (20,27)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9

Líder
Fernando Collor - PTB (5,10)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (9)
Eduardo Amorim (8)
Marcelo Crivella (2,7)

.....

Líder do PTB - 3

Fernando Collor (5,10)

Líder do PR - 4

Blairo Maggi (9)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (8)

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella (2,7)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

MCN 4, DE 2015
(nº 83, de 2015, na origem)

ROL DE DOCUMENTOS

1. MENSAGEM

2. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

3. PRESTAÇÃO DE CONTAS

MCN 4/2015

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO
MCN Nº 4 de 2015
06.04.15

Mensagem nº 83

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, encaminho a Vossas Excelências o volume anexo que compreende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2014.

Brasília, 31 de março de 2015.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
MCN nº 4 / 2015
Fls. 01

SUPAE

00001.001137/2015-66

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Ivan Antônio Alves
Brasília-DF 27/03/15 H 19:53

EM nº 00005/2015 CGU

Brasília, 27 de Março de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a Prestação de Contas do Poder Executivo Federal, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, organizada em um volume contendo o Relatório sobre os Orçamentos e Atuação Governamental e os Balanços e Demonstrativos Contábeis da União.

Saliento, por fim, que as Contas relativas ao exercício de 2014 devem ser submetidas ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no inciso XXIV art. 84 da Constituição da República, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Valdir MoYsés Simão

Senado Federal
Protocolo Legislativo
MCN nº 4 / 2015
Fls. 02

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

2014

Atuação do Poder Executivo Federal
Balanço Geral da União

BRASÍLIA, ABRIL DE 2015



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

2014

BRASÍLIA, ABRIL DE 2015

Copyright © 2015 - Controladoria-Geral da União

Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet no qual pode ser acessado em sua versão digital (www.cgu.gov.br).

Tiragem: 60 exemplares

Impresso no Brasil

Autoridades Responsáveis pelas Contas do Exercício de 2014

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União
Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado da Fazenda
Joaquim Levy

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

MINISTRO DE ESTADO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Valdir Moysés Simão

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Carlos Higino Ribeiro de Alencar

SECRETÁRIO FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
Francisco Eduardo de Holanda Bessa

DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA ECONÔMICA
José Gustavo Lopes Roriz

COORDENADOR-GERAL DE CONTAS DO GOVERNO
Itamar José Padilha

EQUIPE TÉCNICA
Elaine Cristina Pirkiel
Paterson da Rocha Severo
Lícia Maria Gaspar Barros Kilson
Welinton Vitor dos Santos
Adalberto Carvalho Pinto

COLABORAÇÃO TÉCNICA
Diretoria de Auditoria da Área Social / SFC
Diretoria de Auditoria da Área de Infra-Estrutura / SFC
Diretoria de Auditoria da Área Econômica / SFC
Diretoria de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia / SFC
Diretoria de Auditoria da Área de Pessoal, Previdência e Trabalho / SFC

Informações: (61) 2020-7190 / 2020-6868 / 2020-6842
Endereço Eletrônico: www.cgu.gov.br
Correio Eletrônico: sfcdecon@cgu.gov.br / pcpr@cgu.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Secretaria Federal de Controle Interno
REVISÃO DE TEXTO E DIAGRAMAÇÃO: Coordenação-Geral de Contas do Governo - DECON/SFC
APOIO: Assessoria de Comunicação Social - ASCOM/CGU

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

De forma complementar, a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001 e o Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000 conferem à Controladoria-Geral a tarefa de elaborar as contas presidenciais prestadas anualmente, bem como manter as citadas contas disponíveis para consulta da sociedade, de forma permanente, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para esta missão, foi atribuído à Secretaria Federal de Controle Interno desta Controladoria-Geral da União o papel de organizar as contas da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, para seu encaminhamento ao Congresso Nacional, no citado prazo constitucional contado da abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, ocorrida em 02 de fevereiro de 2015.

Inobstante o dever legal conferido ao Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo, ressalto que as informações que integram esta obra são provenientes de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, responsáveis pela sua consistência e veracidade, e contemplam os mais variados aspectos da atuação governamental no exercício de 2014, sendo estruturadas em seis partes, assim compreendidas:

PARTE	I	Política Econômico-Financeira e Social
PARTE	II	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PARTE	III	Orçamento de Investimento – Empresas Estatais
PARTE	IV	Atuação por Setor Governamental
PARTE	V	Balanço Geral da União
PARTE	VI	Providências sobre as Recomendações do TCU, exercício de 2013

A Parte I evidencia o desempenho da economia brasileira, que nesta Prestação de Contas possui um caráter dialético, pois ao mesmo tempo em que é influenciada pela ação governamental, também estabelece as condições para o desenvolvimento das atividades da Administração Pública.

A Parte II contempla uma visão consolidada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, evidenciando a autorização legislativa para a previsão e fixação das receitas e despesas públicas, bem como a sua execução no exercício de 2014.

As informações referentes às Empresas Estatais não dependentes do Poder Executivo Federal, vinculadas ao Orçamento de Investimento, produzidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estão contempladas na Parte III.

A Parte IV – Atuação por Setor Governamental contempla a ação governamental em cada área de atuação do Poder Executivo, privilegiando a informação por programa temático e objetivos, numa abordagem daqueles considerados mais relevantes por parte da alta direção dos ministérios, e, subsidiariamente, outros sugeridos pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a apresentar à sociedade prestação de contas com foco no desempenho da Administração Pública, expondo uma análise temporal da execução orçamentária e, principalmente, os resultados alcançados no exercício de 2014.

O Balanço Geral da União, integrante da Parte V, foi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão do Ministério da Fazenda, e contempla a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, materializada nos demonstrativos e nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Complementam os balanços as notas explicativas, que buscam evidenciar aspectos relevantes que afetam a elaboração e conteúdo das informações contábeis.

E finalmente a Parte VI retrata as providências adotadas pelos órgãos e entidades no âmbito do Poder Executivo Federal, quanto às recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União no parecer prévio emitido, quando da apreciação da Prestação de Contas do exercício de 2013.

Encontra-se encartado nesta Prestação de Contas um CD-ROM contendo informações adicionais referentes à execução orçamentária e balanços, e outras que possam subsidiar a compreensão dos dados constantes do texto impresso.

A responsabilidade pelo processo de elaboração da Prestação de Contas da Presidenta da República (PCPR) é atribuída majoritariamente a três órgãos, com as respectivas responsabilidades a seguir descritas:

ÓRGÃO	RESPONSABILIDADE
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO Secretaria Federal de Controle Interno - SFC	Coordenação do processo de elaboração da PCPR, conforme determina a Lei n.º 10.180/2001 e o Decreto n.º 3.591/2000.
MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Elaboração e análise dos Balanços Gerais da União e dos demonstrativos da execução do orçamento fiscal e da seguridade social.
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Dest Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI	Elaboração das informações sobre as empresas estatais e respectivo orçamento de investimento, bem como dados sobre os indicadores dos programas e execução física das ações governamentais.

As informações que compõem a PCPR referente ao exercício de 2014 foram elaboradas seguindo diretrizes do contínuo aperfeiçoamento em relação aos anos anteriores, objetivando conceder maior organicidade, transparência e qualidade à Prestação de Contas Presidencial.

Todo o conteúdo da PCPR encontra-se organizado neste único volume, contemplando: Relatório, abrangendo informações da atuação de vários órgãos e entidades do Poder Executivo, tais como ministérios, secretarias e bancos oficiais, e o Balanço Geral da União, que reúne todos os balanços contábeis dos três Poderes da República, exigidos pela Lei nº 4.320/64.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Prestação de Contas estará disponível, na íntegra, no endereço eletrônico www.cgu.gov.br e em meio impresso na Controladoria-Geral da União, na Secretaria do Tesouro Nacional, no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas da Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

É importante salientar que esta Prestação de Contas é dirigida não apenas ao Congresso Nacional ou ao Tribunal de Contas da União, mas, sobretudo ao cidadão, como instrumento de transparência e prestação de contas à sociedade brasileira pela confiança e recursos depositados junto ao Governo.

SUMÁRIO

PARTE I – POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL 19

1.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2014 19
1.1.1. Inflação 19
1.1.2. Política Monetária e Crédito 20
1.1.3. Dívida Pública Consolidada 20

1.2. MOEDA E CRÉDITO 23
1.2.1. Aspectos Gerais 23
1.2.2. Agregados Monetários 23
1.2.3. Títulos Públicos Federais 24
1.2.4. Operações de Crédito 24
1.2.5. Sistema Financeiro Nacional 26

1.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO 28
1.3.1. Política de Comércio Exterior 28
1.3.2. Política Cambial 29
1.3.3. Movimento de Câmbio 30
1.3.4. Balanço de Pagamentos 32
1.3.5. Reservas Internacionais 45
1.3.9. Captações Externas 56

1.4. ANALISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS 59
1.4.1. Retorno de Haveres Originados de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas Implementados no Âmbito de Programas de Saneamento do Setor Público 59
1.4.2. Retorno de Haveres Originados da Renegociação da Dívida Externa do Setor Público 59
1.4.3. Retorno de Haveres Originados de Repasses de Recursos Externos 59
1.4.4. Retorno de Haveres Originados do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Medida Provisória nº 2.196-3/2001) 60
1.4.5. Retorno de Haveres Originados da Aquisição de Participações Governamentais 60
1.4.6. Outros Haveres 60

1.5. OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL 62
1.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira 62
1.5.2. Haveres da União, Não Relacionados a Estados e Municípios 62
1.5.3. Recebimento de Créditos 64
1.5.4. Haveres Mobiliários 65
1.5.5. Fundos que Receberam Aporte de Capital da União em 2014 70

1.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA 71
1.6.1. Variações do estoque da Dívida Pública Federal (DPF) 71
1.6.2. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida 75
1.6.3. Tesouro Direto 76
1.6.4. Avanços Institucionais 77

1.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS 77
1.7.1. Verificação de Limites e Condições para Realização de Operações de Créditos dos Entes da Federação 77
1.7.2. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal 78
1.7.3. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram Refinanciadas (MP 2185-35/2001) 79
1.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real (RLR) 80
1.7.5. Verificação do Adimplemento com a União para Efeito do Disposto no inciso IV do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. 80
1.7.6. Cálculo da Capacidade de Pagamento 80
1.7.7. Valores das Transferências Estabelecidas nas Leis Complementares n.º 87/1996 e 115/2002 82
1.7.8. Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores 83

1.7.9. Auxílio Financeiro aos Municípios 83
1.7.10. Aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) 83

1.8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO 83
1.8.1. Aspectos Gerais 83
1.8.2. Financiamento 83
1.8.3. Subvenções Econômicas 84
1.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas 88

1.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS 89
1.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens 89
1.9.2. Concessão de Garantias Externas 89
1.9.3. Concessão de Garantias Internas 91
1.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias 95
1.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito 97
1.9.6. Securitização de Dívidas 98

1.10. AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO 99
1.10.1. Banco da Amazônia S.A. 99
1.10.2. Banco do Brasil S.A. 106
1.10.3. Banco do Nordeste do Brasil S.A. 120
1.10.4. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 129
1.10.5. Caixa Econômica Federal 132
1.10.6. Financiadora de Estudos e Projetos 142

PARTE II - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 147
2.1. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2014 147
2.1.1. O Ordenamento Jurídico do Sistema de Administração Financeira 147
2.1.2. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício 147
2.1.3. Execução Financeira 148
2.2. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 156
2.2.1. Análise da Execução da Despesa Orçamentária 156
2.2.2. Resultado Orçamentário 177
2.2.3. Política de Restos a Pagar 177
2.2.4. Parcelamento de Créditos 179
2.3. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS 182
2.3.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE 182
2.3.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde 189
2.3.3. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb 194
2.4. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) 195
2.4.1. Despesas com Pessoal da União 195
2.4.2. Dívida Consolidada Líquida (DCL) 197
2.4.3. Garantias e Contragarantias de Valores 198
2.4.4. Operações de Crédito 199
2.4.5. Disponibilidades e Restos a Pagar 200
2.5. DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA E PREVIDENCIÁRIA 200
2.5.1. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) 200
2.5.2. Procuradoria-Geral Federal – PGF 208
2.5.3. Dívida Ativa sob a Responsabilidade da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (BCB) 217
2.5.4. Demonstrativos da Dívida Ativa da União Exercício de 2014 220

PARTE III – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS 229
3.1. ASPECTOS GERAIS 229
3.2. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS 233
3.3. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 247
3.4. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO 250

3.4.1. Reserva Global de Reversão (RGR) 251
3.4.2. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)252
3.4.3. Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) 255

PARTE IV - ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL 259
INTRODUÇÃO 259
4.1. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 261
4.1.1. Casa Civil da Presidência da República 261
4.1.2. Secretaria-Geral da Presidência da República 266
4.1.3. Secretaria de Relações Institucionais 270
4.1.4. Secretaria de Comunicação Social 271
4.1.5. Gabinete de Segurança Institucional 273
4.1.6. Secretaria de Assuntos Estratégicos 274
4.1.7. Advocacia-Geral da União 277
4.2. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO 283
4.3. SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA / PR 298
4.4. SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL / PR 304
4.5. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS / PR 308
4.6. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL / PR 312
4.7. SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES / PR 315
4.8. SECRETARIA DE PORTOS / PR 319
4.9. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO 324
4.10. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 331
4.11. MINISTÉRIO DA CULTURA 339
4.12. MINISTÉRIO DA DEFESA 344
4.13. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 350
4.14. MINISTÉRIO DA FAZENDA 372
4.15. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL 382
4.16. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA 393
4.17. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA 400
4.18. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 407
4.19. MINISTÉRIO DA SAÚDE 411
4.20. MINISTÉRIO DAS CIDADES 418
4.21. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES 426
4.22. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 438
4.23. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA 442
4.24. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 449
4.25. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME 457
4.26. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR 473
4.27. MINISTÉRIO DO ESPORTE 486
4.28. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE 493
4.29. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO 500
4.30. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO 508
4.31. MINISTÉRIO DO TURISMO 520
4.32. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES 526

PARTE V – BALANÇO GERAL DA UNIÃO 535
5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO 535
5.1.1. Balanço Patrimonial 535
5.1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais 537
5.1.3. Balanço Financeiro 539
5.1.4. Balanço Orçamentário 541
5.1.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 543
5.2 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 544
5.2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis 544
5.2.2. Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis 545
5.2.3. Criação, Extinção, Liquidação ou Incorporação de Órgãos 546

5.2.4. Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis 546
5.2.5. Procedimentos Especiais 553
5.2.6. Composição dos Principais Itens das Demonstrações 558

PARTE VI – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - CONTAS DE 2013 (Acórdão nº 1.338/2014 - TCU - Plenário) 633

ANEXOS Demonstrativos Contábeis - OFSS 653

PARTE I

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL

PARTE I – POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL

1.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2014

Ao final do terceiro trimestre de 2014, a economia brasileira apresentou crescimento de 0,7% na comparação de quatro trimestres acumulados, embora em desaceleração em relação ao segundo e primeiro trimestres de 2014 (1,4% e 2,5%, respectivamente).

Do ponto de vista da oferta agregada, e na mesma base de comparação, dois dos três principais setores da economia exibiram taxas positivas de crescimento. O setor de Serviços, que possui o maior peso na composição do Produto Interno Bruto (PIB) pela ótica da produção, foi o que mais cresceu (1,2%), seguido pela Agropecuária (1,1%). A exceção ficou por conta do setor industrial, que apresentou queda de 0,5%.

O consumo das famílias, componente de maior participação percentual na composição do PIB na perspectiva da demanda agregada, cresceu 1,5% nos últimos quatro trimestres em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. O consumo da administração pública registrou expansão de 2,1% nessa mesma base de comparação. Já a Formação Bruta de Capital Fixo registrou a segunda variação negativa (4,6%) consecutiva, após três períodos de forte expansão. As exportações apresentaram elevação de 3,5%, resultado expressivo diante do cenário de manutenção da desaceleração da economia mundial, enquanto as importações também mantiveram trajetória de crescimento, registrando expansão de 1,1%.

Esse menor dinamismo da economia brasileira em 2014 frente ao ano anterior reflete, em parte, o cenário internacional adverso caracterizado por elevado grau de incerteza e baixo crescimento das economias desenvolvidas e principais parceiros comerciais, além de fenômenos temporários como, por exemplo, a pior seca dos últimos anos, tanto em grau de severidade quanto pela longa duração.

O cenário internacional desfavorável tem afetado o comércio exterior brasileiro, razão para a conta corrente de comércio ter recuado 5,7% em 2014. A crise na Argentina, o fraco crescimento na Área do Euro e a desaceleração da economia chinesa prejudicaram as exportações brasileiras, fazendo com que a balança comercial encerrasse o ano com um déficit de US$ 3,9 bilhões.

Contudo, houve melhora na conta de petróleo e derivados e incremento das exportações para os Estados Unidos, compensando parte das adversidades. Afetado pela balança comercial, o déficit em transações correntes, no acumulado em doze meses até novembro, subiu para 4,0% do PIB.

A maior parte desse déficit vem sendo financiada pelo ingresso de investimentos estrangeiros diretos, que têm se mantido em níveis elevados, atingindo US$ 62,3 bilhões no acumulado de 12 meses em igual período. As reservas internacionais continuaram elevadas, finalizando 2014 com US$ 375,1 bilhões, constituindo-se em pilar fundamental da capacidade da economia brasileira de enfrentar choques externos.

O sistema bancário brasileiro apresentou baixo risco de liquidez e elevada solvência. O risco de liquidez de curto prazo apresentou reversão da tendência de aumento observada na primeira metade do ano, retornando a patamares ainda mais baixos. Por sua vez, o risco de liquidez estrutural também continua baixo, pois o estoque de recursos estáveis tem sido suficiente para suportar o crescimento em desaceleração do crédito.

Em relação ao risco de crédito, o ano de 2014 foi marcado pela desaceleração do crescimento, aumento das taxas de juros, fim do ciclo de redução da inadimplência e redução no índice de cobertura. Não obstante, as provisões constituídas se mostraram adequadas para fazer frente ao risco de crédito do novo ambiente.

O retorno sobre o patrimônio líquido do sistema bancário apresentou estabilidade em 2014. Ganhos com atividades de tesouraria e com participações societárias foram os principais avanços do período. A margem líquida de crédito permaneceu em queda, mas em ritmo inferior ao verificado em períodos anteriores.

A solvência do sistema bancário apresentou estabilidade e mantém-se em patamar elevado. Os índices de capitalização permanecem em níveis superiores aos requerimentos regulatórios e a quase totalidade das instituições se encontra apta a cumprir os requerimentos de capital previstos pelo arcabouço de Basileia III para 2019, o que confirma a confortável situação da solvência do sistema bancário.

Os fundamentos macroeconômicos do País permitiram enfrentar a crise global e seus desdobramentos recentes. A adoção de um conjunto de ações de políticas econômicas anticíclicas associada às reservas internacionais, à solidez do sistema financeiro doméstico e a um mercado de trabalho robusto permitiu manter o crescimento do rendimento real e a taxa de desemprego nos menores patamares históricos, sem comprometer significativamente a manutenção do tripé da política econômica (com base em metas para a inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal).

1.1.1. Inflação

Nos primeiros meses de 2014, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sofreu pressão de efeitos climáticos adversos, a exemplo do ocorrido em 2013. Tal situação afetou não só produtos agropecuários como também os custos de energia elétrica. O pico do choque de preços foi registrado em março, com o IPCA apresentando variação mensal de 0,92%, sendo que mais da metade desse percentual decorreu do impacto

dos preços de alimentos. Apesar disso, o grupo "Alimentação e Bebidas" encerrou 2014 com variação abaixo da ocorrida em 2013, 8,03% contra 8,48%, respectivamente.

Não obstante, a variação do IPCA de 2014 registrou alta de 6,41%, 0,50 pontos percentuais (p.p.) acima do observado em 2013, o que reflete, em parte, o processo de realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais e o realinhamento dos preços administrados em relação aos preços livres. Este último realinhamento foi observado não somente nos custos de energia elétrica, mas também, de forma mais ampla, na aceleração dos custos relativos à habitação e transportes. Contudo, destaca-se que tal ajuste foi realizado de forma gradual, com o objetivo de minimizar o seu custo sobre a população.

1.1.2. Política Monetária e Crédito

Com o objetivo de evitar que as pressões inflacionárias pontuais fossem disseminadas, o Banco Central do Brasil (BCB) empreendeu, em dezembro de 2014, nova elevação da taxa de juros Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), de 11,25% para 11,75%.

As operações de crédito do sistema financeiro apresentaram expansão moderada no ano, com taxas de crescimento semelhantes nas carteiras de pessoas jurídicas – com destaque para os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e de pessoas físicas – com destaque para financiamentos habitacionais e operações de crédito consignado. Após anos de forte expansão – arrefecida com a introdução de medidas macroprudenciais em finais de 2010 -, em 2014, o crédito voltado ao consumo passou por moderação, de modo que se observaram, de um lado, redução de exposição por parte de bancos, de outro, desalavancagem por parte das famílias.

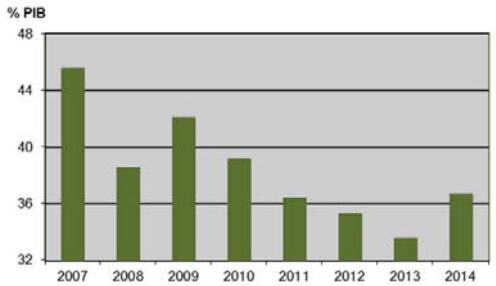
O mercado de crédito brasileiro continuou apresentando bom desempenho, atingindo, em novembro de 2014, o expressivo volume de R$ 3,0 trilhões, um crescimento de 11,8% no acumulado de 12 meses. Como proporção do PIB, alcançou a marca de 58,0%, ante 55,1% em novembro de 2013. Destaca-se ainda, nesse período, o forte crescimento de 27,0% no financiamento habitacional no acumulado em 12 meses e nas operações de crédito consignado. Nesse sentido, a atuação dos bancos públicos foi instrumental para manter a expansão creditícia, atingindo a marca de 53,5% do crédito total do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Adicionalmente, a taxa de inadimplência média das operações de crédito no sistema financeiro, de 3,0% em novembro de 2014, é uma das menores da série histórica iniciada em março de 2011. Os *spreads* bancários em 2014 mantiveram-se em um patamar relativamente baixo, atingindo 12,6 p.p. em novembro de 2014, 1,1 p.p. superior ao mesmo período de 2013. Em 2014, as emissões de debêntures incentivadas atingiram R$ 4,6 bilhões, promovendo financiamento privado de mais longo prazo em diversos setores da economia.

Outra medida aplicável ao mercado de capitais refere-se ao incentivo à captação de recursos por pequenas e médias empresas, denominadas PME, criado por meio da MP nº 651, de 09 de julho de 2014, convertida na Lei 13.043, de 13 de novembro de 2014, mediante alteração de dispositivos da legislação tributária de forma a isentar de imposto sobre a renda o ganho de capital na alienação de ações emitidas dentro do programa de incentivo à captação de recursos por essas empresas, criando, assim, condições mais atrativas para aquisição de ações pelos investidores, na captação de recursos em bolsa de valores.

1.1.3. Dívida Pública Consolidada

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou 36,7% do PIB em 2014, elevando-se 3,1 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para essa elevação foram os juros nominais apropriados e o deficit primário registrados no ano. Em conjunto, esses fatores mais do que compensaram o crescimento do PIB corrente, o reconhecimento líquido de ativos e o efeito da desvalorização cambial de 13,4% registrada no ano, uma vez que a parcela da DLSP atrelada ao câmbio registra posição credora líquida.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO



Fonte: Banco Central do Brasil

A composição da DLSP alterou-se ao longo do ano, destacando-se, por um lado, a elevação da parcela vinculada à taxa Selic (6,6 p.p.) e, por outro, a redução da parcela vinculada a índices de preços (-3 p.p.) e da parcela credora vinculada ao câmbio (2,8 p.p.). O prazo médio dos títulos federais, componente mais relevante da DLSP, manteve a trajetória observada ao longo dos últimos anos, elevando-se de 48,7 meses ao final de 2013, para 51,4 meses ao final de 2014.

A dívida líquida do Governo Federal alcançou 24,8% do PIB em 2014, elevando-se 2,3 p.p. do PIB em relação ao ano anterior, evolução que interrompeu a trajetória de redução observada ao longo dos últimos quatro anos. A dívida mobiliária federal em mercado, item mais relevante da dívida líquida federal, alcançou 42,2% do PIB, elevando-se 0,7 p.p. em relação ao ano anterior.

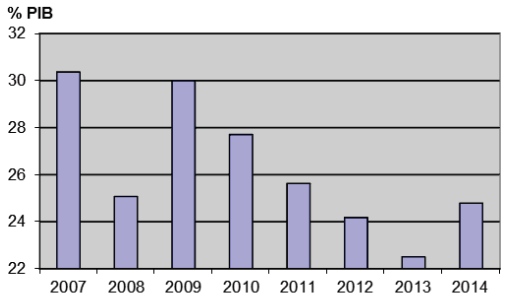
O deficit nominal do setor público alcançou 6,7% do PIB em 2014, elevando-se 3,4 p.p. do PIB em relação ao observado em 2013. No caso específico do Governo Federal, incluindo a Previdência Social, o déficit nominal elevou-se de R$ 141,3 bilhões em 2013 para R$ 294,2 bilhões em 2014. Como proporção do PIB, o resultado foi deficitário em 5,73% em 2014, elevando-se 2,8 p.p. no período, resultado do aumento de 0,8 p.p. nos juros nominais apropriados e da redução de 2 p.p. no resultado primário, que passou de superavit de 1,58% para deficit de 0,40%.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA - FATORES CONDICIONANTES

DISCRIMINAÇÃO	2012		2013		2014	
	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB
Dívida líquida total - Saldo	1.550.083	35,3	1.626.335	33,6	1.883.147	36,7
Fluxos	Acumulados no ano					
Var. DLSP	41.536	-1,1	76.252	-1,7	256.812	3,1
Fatores	41.536	0,9	76.252	1,6	256.812	5,0
NFSP	108.912	2,5	157.550	3,3	343.916	6,7
Primário	-104.951	-2,4	-91.306	-1,9	32.536	0,6
Juros	213.863	4,9	248.856	5,1	311.380	6,1
Ajuste cambial	-56.560	-1,3	-95.923	-2,0	-96.075	-1,9
Dív. Interna (1)	-3.171	-0,1	-4.643	-0,1	-2.835	-0,1
Dív. Externa	-53.389	-1,2	-91.280	-1,9	-93.239	-1,8
Outros (2)	-5.011	-0,1	17.600	0,4	12.481	0,2
Reconhecimento de dívidas	-5.805	-0,1	-2.427	-0,1	-3.511	-0,1
Privatizações	0	0,0	-547	0,0	0	0,0
Efeito crescimento PIB		**-2,1**		**-3,3**		**-1,9**

Fonte: Banco Central do Brasil.
(1) Dívida mobiliária interna indexada ao dólar.
(2) Paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida.

DLSP – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR INDEXADORES
DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO FEDERAL



Fonte: Banco Central do Brasil

1.1.4. Metas Fiscais e Resultados Primário e Nominal Alcançados no Exercício

O setor público consolidado registrou deficit primário de R$ 32,5 bilhões (0,63% do PIB) em 2014, comparativamente a superavit de R$ 91,3 bilhões (1,88% do PIB) em 2013. As diretrizes e condições sobre o resultado primário de 2014 foram estabelecidas pela Lei n.º 12.919, de 24/12/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014), com a alteração introduzida pela Lei n.º 13.053, de 15/12/2014, relativa ao montante dos descontos previstos na meta de resultado.

O resultado primário do Governo Central, que em 2013 havia sido superavitário em 1,55% do PIB, registrou deficit de 0,40% em 2014. O resultado primário dos governos regionais, que em 2013 havia registrado superavit de 0,34% do PIB, tornou-se deficitário em 0,15% em 2014. No âmbito das empresas estatais, o déficit de 0,01% do PIB registrado em 2013 elevou-se para 0,08% em 2014.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO - RESULTADO PRIMÁRIO

Segmento	2012		2013		2014	
	R$ bilhões	%PIB	R$ bilhões	%PIB	R$ bilhões	%PIB
Governo Central	-86,1	-2,0	-75,3	-1,6	20,5	0,4
Governos regionais	-21,5	-0,5	-16,3	-0,3	7,8	0,2
Empr. Estatais	2,6	0,1	0,3	0,0	4,3	0,1
Total	**-105,0**	**-2,4**	**-91,3**	**-1,9**	**32,6**	**0,7**

A moderação do crescimento econômico e a adoção de medidas de incentivo à atividade de setores específicos impactaram a arrecadação de receitas públicas em 2014, contribuindo para a redução no resultado do Governo Central.

Assinale-se o crescimento do déficit da Previdência Social como proporção do PIB, que passou de 1,03% em 2013 para 1,10% em 2014, em linha com o crescimento maior das despesas com benefícios relativamente às receitas líquidas.

Os juros nominais apropriados pelo setor público não-financeiro alcançaram 6,07% do PIB em 2014, elevando-se 0,9 p.p. em relação ao total apropriado no ano anterior. Entre os fatores determinantes dessa trajetória destacam-se as elevações da taxa Selic e do IPCA no ano, que incidem sobre parcela significativa do endividamento líquido, e o resultado das operações de swap cambial no período.

No caso do Governo Central os juros nominais apropriados passaram de 3,84% do PIB em 2013 para 4,89% em 2014, evolução influenciada pelo crescimento da taxa Selic e pela menor receita de juros apropriados sobre os ativos da União junto aos governos regionais.

Esses ativos, que representam a contrapartida de dívidas dos estados e municípios com a União, resultando dos acordos de refinanciamento e assunção de dívidas realizados ao longo das décadas de 1980 e 1990, possuem parcela significativa corrigida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que registrou variação de 5,53% em 2013 e 3,78% em 2014, contribuindo para reduzir os juros apropriados sobre a dívida dos governos regionais e elevar os juros líquidos apropriados no âmbito do Governo Central.

A necessidade de financiamento do setor público no conceito nominal, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados por competência, registrou déficit de 6,70% do PIB em 2014, comparativamente a 3,25% no ano anterior, conforme quadro a seguir:

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

Discriminação	2013		2014	
	R$ bilhões	%PIB	R$ bilhões	%PIB
Usos	157,5	3,3	343,9	6,7
Primário	-91,3	-1,9	32,5	0,6
Juros	248,9	5,1	311,4	6,1
Fontes	157,5	3,3	344,5	6,7
Financiamento Interno	179,1	3,7	335,4	6,5
Dívida mobiliária	113,8	2,3	434,3	8,5
Dívida bancária	45,7	0,9	-118,7	-2,3
Outros	19,6	0,4	19,8	0,4
Financiamento externo	-21,6	-0,4	9,0	0,2

Fonte: Banco Central do Brasil

No Governo Central, houve elevação do déficit nominal equivalente a 3 p.p. do PIB, passando de 2,28% do PIB em 2013 para 5,29% em 2014. No âmbito dos governos regionais, o déficit nominal elevou-se de 0,91% do PIB em 2013 para 1,26% em 2014. No segmento das empresas estatais, o resultado deficitário elevou-se 0,1 p.p. do PIB no período.

Em 2014 o déficit nominal do setor público foi financiado com expansões de R$ 434,3 bilhões na dívida mobiliária, de R$ 19,3 bilhões nas demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, e de R$ 9 bilhões no financiamento externo líquido, compensadas, parcialmente, pela redução de R$ 118,7 bilhões na dívida bancária líquida.

1.2. MOEDA E CRÉDITO

1.2.1. Aspectos Gerais

O comportamento dos agregados monetários em 2014 esteve condicionado à desaceleração da atividade econômica, à evolução das taxas de juros e ao arrefecimento na expansão das operações de crédito. Comparativamente ao ano anterior, ocorreu redução na trajetória de crescimento dos meios de pagamentos mais restritos (M1), em linha com a desaceleração do consumo das famílias, e maior crescimento na evolução dos agregados mais amplos, refletindo principalmente a capitalização dos juros em seus componentes.

Em 2014, as operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) registraram desaceleração compatível com o arrefecimento do ritmo de atividade econômica, que afetou, principalmente, a demanda por operações com recursos livres pelas empresas e famílias. O crédito direcionado também apresentou menor expansão, mas com desempenho ainda expressivo, impulsionado pela oferta de recursos para investimentos de pessoas jurídicas e pela sustentação do crédito imobiliário.

As taxas de juros subiram ao longo do ano, repercutindo os efeitos da política monetária, permanecendo favorável o comportamento dos índices de inadimplência.

1.2.2. Agregados Monetários

A base monetária restrita alcançou saldo médio diário de R$ 259 bilhões em dezembro, com elevação anual de 7,8%, resultante das variações de 8,6% no papel-moeda emitido e de 3,8% na posição de reservas bancárias. Considerados os saldos de final de período, a base monetária somou R$ 263,5 bilhões no final de 2014. A variação anual de R$ 14 bilhões refletiu o impacto expansionista dos depósitos compulsórios (R$ 56,2 bilhões), dos ajustes das operações com derivativos (R$ 17,3 bilhões), e das operações com o setor externo (R$ 16,3 bilhões). Em contraposição, ocorreram movimentações contracionistas de R$ 48,9 bilhões nas operações com títulos públicos federais, bem como de R$ 668 milhões na conta única do Tesouro Nacional, excluídas as operações com títulos públicos.

A base monetária ampliada, que consiste em um indicador da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, agregando à base monetária restrita os depósitos compulsórios em espécie e os títulos públicos federais fora do Banco Central do Brasil registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), alcançou R$ 3,5 trilhões ao final de dezembro, registrando crescimento de 13,2% em 2014. Esse desempenho refletiu, em grande parte, a atualização da dívida mobiliária federal em poder do mercado.

Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não apresentaram tendência pronunciada em qualquer direção ao longo do ano de 2014, registrando em ambos o índice de 1,4 ao final do período.

Em relação aos agregados monetários em poder do público não-financeiro, a média dos saldos diários no conceito restrito (M1) atingiu R$ 350,4 bilhões ao final de dezembro, com avanço anual de 3,4%, traduzindo o acréscimo de 9,3% no papel-moeda em poder do público e a redução de 2,1% nos depósitos à vista. Utilizando dados dessazonalizados e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o M1 decresceu 2,7% em relação a dezembro de 2013.

O conceito M2 dos meios de pagamento ampliados assinalou aumento de 9,4% em 2014, ante 10,9% verificado no ano anterior, somando R$ 2,1 trilhões. O saldo de títulos privados expandiu-se 11,2% e 7,4%, nos mesmos períodos, refletindo resgates líquidos de R$ 97,3 bilhões em depósitos a prazo, ante R$ 100,3 bilhões em 2013. Por sua vez, os depósitos de poupança cresceram 10,5% em 2014, com captações líquidas de R$ 22,9 bilhões.

O agregado M3 elevou-se 12,8% no ano (8,6% em 2013), totalizando R$ 4,3 trilhões em dezembro. Entre seus componentes, as quotas de fundos de investimento aumentaram 13,9% no período (8,4% em 2013), após captações líquidas de R$ 49,7 bilhões no ano. O M4, correspondendo ao M3 mais os títulos públicos de detentores não-financeiros, registrou expansão de 14% no ano (7,3% em 2013), atingindo saldo de R$ 5 trilhões no final de 2014. Ressalte-se que as projeções estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados monetários foram devidamente cumpridas no ano de 2014. A seguir, apresenta-se quadro com resumo dos valores programados e ocorridos para ambos os conceitos de base monetária e de meios de pagamento:

RESULTADOS PREVISTOS PELA PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA E OCORRIDOS EM 2014 (1)

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses (2)	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 (3)	322,6 - 378,8	3,5	350,4	3,4
Base restrita (3)	216,3 - 292,7	5,9	259,0	7,8
Base Ampliada (4)	3171,3 - 3722,8	10,7	3525,4	13,2
M4 (4)	4225,1 - 5716,3	11,5	5018,5	14,0

Fonte: Banco Central do Brasil.
(1) Refere-se ao último mês do período.
(2) Para o cálculo das variações percentuais, considera-se o ponto médio das previsões.
(3) Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.
(4) Saldos em fim de período.

1.2.3. Títulos Públicos Federais

Em 2014 as operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais registraram resgates de R$ 617,9 bilhões e colocações de R$ 481,6 bilhões, com resultado líquido de R$ 136,3 bilhões.

As operações de trocas realizadas no período totalizaram R$ 25,5 bilhões, com resgates antecipados de R$ 4,6 bilhões.

As operações compromissadas realizadas pelo BCB, com o objetivo de manter a taxa Selic próxima à meta determinada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), atingiram saldo médio diário de R$ 858,1 bilhões ao longo do último mês de 2014, superando em 48,5% o montante verificado em dezembro de 2013.

O prazo médio das operações compromissadas alterou-se ao longo do ano.

As operações de duas semanas a três meses passaram de 52% em 2013 para 65% em 2014, ao passo que aquelas com prazo de três a sete meses recuaram de 34% para 20%. Já as operações de curtíssimo prazo encerraram o ano com participação de 15%.

1.2.4. Operações de Crédito

Em dezembro de 2014, o saldo total de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados, alcançou R$ 3.022 bilhões, acumulando expansão de 11,3% no ano, com nova retração no ritmo de crescimento anual (14,7% em 2013 e 16,4% em 2012).

Na comparação com o Produto Interno Bruto (PIB), o estoque de crédito atingiu 58,9%, ante 56% e 53,9% nos finais de períodos mencionados. As operações de crédito com recursos livres, correspondendo a 52,2% da carteira total do sistema financeiro e a 30,7% do PIB, totalizaram R$ 1.579 bilhões em dezembro, com expansão anual de 4,7%, ante 7,8% no ano anterior.

A carteira destinada a pessoas físicas, com expansão um pouco mais acentuada que a de empresas, registrou saldo de R$ 786 bilhões, elevação anual de 5,5% (7,6% no ano anterior). Destaca-se a desaceleração no ritmo de crescimento do crédito pessoal (de 14,5% em 2013 para 10,8% em 2014) e a redução no montante de financiamentos de veículos.

O saldo de operações com recursos livres contratadas com as empresas alcançou R$ 793 bilhões, após crescimento anual de 3,9%, comparativamente a 8% em 2013.

Nos empréstimos para capital de giro, equivalentes a 50% dessa carteira, ocorreu desaceleração no crescimento anual, 1,8% em 2014, ante 5,9% no ano anterior.

No âmbito das modalidades referenciadas em moeda estrangeira, destaca-se a evolução anual da carteira de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC): 23,7%, ante retração de 7,5% no ano anterior.

Registre-se que a redução do saldo de ACC em 2013 resultou dos estímulos concedidos pela Circular 3.622, de dezembro de 2012, a modalidades concorrentes, como os financiamentos a exportações concedidos com recursos próprios das instituições, permitindo sua utilização para dedução em até 20% da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre recursos à vista, desde que utilizassem os mesmos critérios dos programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), relativamente a beneficiários, itens financiáveis e taxas de juros. Esgotado esse efeito, verificou-se recuperação do ACC no ano passado.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO - R$ BILHÕES

Discriminação	2012	2013	2014	Variação %	
				2013	2014
Total	2 368,4	2715,4	3021,7	14,7	11,3
Recursos livres	1 399,1	1508,5	1578,8	7,8	4,7
Direcionados	969,2	1206,9	1443,0	24,5	19,6
Participação %:					
Total/PIB	53,9	56,0	58,9		
Recursos livres/PIB	31,9	31,2	30,7		
Recursos direcionados/PIB	22,0	24,9	28,1		

Fonte: Banco Central do Brasil

CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES
R$ BILHÕES

Discriminação	2012	2013	2014	Variação %	
				2013	2014
Total	1399,1	1508,5	1578,8	7,8	4,7
Pessoa jurídica	706,5	763,3	792,9	8,0	3,9
Capital de giro	366,4	388,1	394,9	5,9	1,8
Conta garantida	43,1	43,0	44,6	-0,2	3,7
ACC	45,9	42,5	52,5	-7,5	23,7
Financ. a exportações	36,9	50,3	57,5	36,5	14,2
Demais	214,2	239,4	243,3	11,7	1,6
Pessoa física	692,6	745,2	785,9	7,6	5,5
Crédito pessoal	279,1	319,6	354,2	14,5	10,8
Do qual: consignado	188,9	221,9	252,0	17,5	13,6
Aquisição de veículos	193,2	192,8	184,2	-0,2	-4,4
Cartão de crédito	126,6	144,6	162,2	14,2	12,2
Cheque especial	18,3	20,2	21,0	10,6	3,8
Demais	75,4	68,0	64,3	-9,8	-5,5

Fonte: Banco Central do Brasil

Por outro lado, no crédito direcionado, equivalente a 28,1% do PIB, o saldo de financiamentos apresentou desempenho mais favorável, ainda que em menor ritmo na comparação anual (crescimento de 19,6% em 2014, ante 24,5% em 2013), totalizando R$ 1.443 bilhões. Na carteira das famílias, permanece o destaque na expansão do crédito imobiliário e rural, respectivamente, aumentos anuais de 26,7% e 23,4% (33,7% e 27,2% em 2013), enquanto, nas operações destinadas a pessoas jurídicas, sobressaíram os financiamentos para investimentos com recursos do BNDES, com crescimento de 16,7% (15,8% no ano anterior).

Os desembolsos realizados pelo BNDES ao setor produtivo, excluindo as concessões do BNDES Participações S.A (BNDESPAR), totalizaram R$ 168,9 bilhões, ante R$ 169,7 bilhões em 2013, com destaques para as atividades de transportes, energia, agropecuária e administração pública.

CRÉDITO COM RECURSOS DIRECIONADOS
R$ BILHÕES

Discriminação	2012	2013	2014	Variação %	
				2013	2014
Total	969,2	1206,9	1443,0	24,5	19,6
Pessoas Jurídicas	586,0	700,9	814,9	19,6	16,3
BNDES	446,7	514,5	595,2	15,2	15,7
Imobiliário	42,9	53,8	69,9	25,2	30,1
Rural	48,8	67,1	72,8	37,6	8,4
Demais	47,6	65,5	76,9	37,7	17,3
Pessoas Físicas	383,2	506,0	628,1	32,0	24,1
BNDES	29,2	37,1	43,1	27,1	16,4
Imobiliário	255,4	341,5	432,5	33,7	26,7
Rural	90,7	115,3	142,3	27,2	23,4
Demais	8,0	12,1	10,3	52,2	-15,6

Fonte: Banco Central do Brasil

Tendo em vista que o desempenho das operações com recursos direcionados é menos afetado por mudanças na política monetária, observou-se que a evolução da carteira de crédito foi pautada pelo maior protagonismo dos bancos públicos, cuja participação relativa no total das operações do sistema financeiro atingiu 53,6% em dezembro de 2014, ante 51,2% ao final do ano anterior. Em sentido inverso, as instituições privadas nacionais e estrangeiras, com participação significativa no crédito livre, tiveram suas representatividades reduzidas em 1,4 p.p. e 0,9 p.p., situando-se em 31,8% e 14,6%, nessa ordem, como reflexo

da menor expectativa de crescimento da atividade por parte dos agentes econômicos.

Consideradas as operações por categoria de atividade econômica, o saldo dos empréstimos ao setor privado aumentou 10,2% em 2014, situando-se em R$ 2.826 bilhões em dezembro.

A carteira de operações com a indústria somou R$ 552 bilhões, elevando-se 6,9% no ano (11,8% em 2013), com relevância para as contratações realizadas pelos ramos de energia, construção, agronegócios e de extração mineral.

Os créditos para o segmento outros serviços, beneficiados principalmente pelas operações com os ramos de serviços financeiros, armazenagem e transportes, aumentaram 5,9% em doze meses (10,5% em 2013), totalizaram R$ 451 bilhões. As operações com o setor comercial alcançaram saldo de R$ 254 bilhões, revelando acréscimo anual de 5,1% (6,5% em 2013), com ênfase para o segmento atacadista (exceto veículos), e de venda de mercadorias.

Os financiamentos imobiliários, envolvendo operações com pessoas físicas e jurídicas, registraram expansão de 27,1% em doze meses (32,5% no ano anterior), ao atingir saldo de R$ 502 bilhões, equivalente a 9,8% do PIB, ante 8,2% em dezembro de 2013. Registre-se que as concessões para esse tipo de investimento apresentaram crescimento de 14,3% no ano.

O crédito rural acumulou crescimento de 18,2% no ano (30,2% em 2013), ao atingir saldo de R$ 258 bilhões. Registre-se o desempenho consistente da finalidade de investimentos (crescimento de 21,8% no saldo), sobressaindo-se as linhas de aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, além do atendimento da contratação de crédito para custeio (aumento de 12,9% na carteira), face às necessidades de capital de giro relacionadas à atividade de plantio.

O setor, por sua vez, reduziu a demanda do crédito para comercialização, que apresentou declínio de 10,5% no saldo, refletindo a preferência por outros mecanismos de mercado para a comercialização da colheita.

Os financiamentos ao setor público alcançaram saldo de R$ 196 bilhões em dezembro, após crescimento anual de 30,5% (26,4% em 2013), com destaque para os financiamentos concedidos pelo BNDES. As operações com entidades vinculadas ao governo federal, saldo de R$ 86 bilhões, apresentaram elevação de 21,8%, enquanto que os financiamentos destinados a pessoas jurídicas referentes a estados e municípios, somando R$ 110 bilhões, cresceram 38,2%.

A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados, registrou crescimento de 1,2 p.p. no ano (1,7 p.p. em 2013), atingindo 20,9% em dezembro, refletindo a elevação da taxa básica de juros iniciada em abril do ano passado.

No âmbito dos recursos livres, a taxa média situou-se em 32,4%, ao avançar 3,4 p.p., enquanto no crédito direcionado, o custo médio variou 0,3 p.p., para 7,8%.

Nas operações para pessoas físicas, a taxa média de juros situou-se em 27,3% em dezembro, após crescimento de 1,7 p.p. em relação a dezembro de 2013. Nas operações com recursos livres, o custo médio aumentou 5,4 p.p., ao atingir 43,4%, refletindo, principalmente, as elevações de 4 p.p no crédito pessoal (15,9 p.p. no tipo não consignado) e de 52,7 p.p. no cheque especial.

No segmento com recursos direcionados, o custo médio das operações com famílias apresentou variação de 0,3 p.p., ao alcançar 7,6%.

Nos empréstimos às empresas, os encargos financeiros cresceram 0,8 p.p. no ano, situando-se em 15,9%. No que se refere às operações com recursos livres, esse custo atingiu 23,3%, ao avançar 1,9 p.p., com destaque para a alta de 1,7 p.p. na modalidade capital de giro e de 3,7 p.p. em conta garantida. No segmento de recursos direcionados, os juros alcançaram 7,9% (aumento anual de 0,2 p.p.), observando-se elevação principalmente nos custos do crédito rural com taxas reguladas e nas operações com recursos do BNDES.

O *spread* bancário das operações de crédito do sistema financeiro alcançou 12,1 p.p. em dezembro de 2014, crescimento de 1 p.p. na comparação anual. Os *spreads* relativos aos segmentos de pessoas jurídicas e físicas apresentaram aumentos respectivos de 0,5 p.p. e 1,8 p.p., situando-se em 7,4 p.p. e 18,2 p.p.

A inadimplência do sistema financeiro, referente a operações com atrasos superiores a noventa dias, manteve-se em patamares favoráveis ao longo do ano, com declínio de 0,1 p.p., situando-se em 2,9% em dezembro, o menor valor da série histórica iniciada em março de 2011.

O indicador refletiu as variações, na ordem, de 0,1 p.p. e -0,3 p.p. nos segmentos de pessoas jurídicas e físicas, que atingiram nível de atrasos de 1,9% e 4,1%, respectivamente. Segmentando-se a inadimplência em recursos livres e direcionados, os indicadores situaram-se em 4,8% e 0,9%, nessa ordem.

No mesmo período, o prazo médio das concessões de crédito apresentou elevação anual de 13,6 meses nas operações com famílias e retração de 5,9 meses nas contratações com empresas, refletindo o aumento da participação da carteira imobiliária das famílias e, no segmento das empresas, a redução de prazos em linhas do capital de giro e de algumas operações referenciadas em moeda estrangeira.

1.2.5. Sistema Financeiro Nacional

Durante o ano de 2014, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) manteve condições adequadas de liquidez, rentabilidade e capital para cobertura dos riscos inerentes às suas operações. A solidez do sistema financeiro está associada à manutenção de adequados níveis de alavancagem e de qualidade dos ativos, à estabilidade dos fundamentos macroeconômicos e à atuação contínua da autoridade monetária no aperfeiçoamento da regulamentação prudencial.

Nesse sentido, foram adotadas medidas regulatórias alinhadas à manutenção da estabilidade e à ampliação da eficiência do sistema financeiro, destacando-se a edição de normas complementares

sobre: elaboração e divulgação das demonstrações consolidadas do conglomerado prudencial; formulação e implementação de política de responsabilidade socioambiental das instituições do sistema financeiro e maior utilização das emissões de letras financeiras como instrumento de capitalização.

Em 2014, foi editada a Circular BCB nº 3.701, de 13 de março de 2014, estabelecendo os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa ao BCB das demonstrações contábeis consolidadas de conglomerado prudencial. Essas demonstrações, por sua vez, consistem no documento, de natureza contábil, que visa a garantir o alinhamento geral da regulamentação local às recomendações constantes do Acordo de Basiléia.

A Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, estabeleceu as diretrizes que devem ser observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA).

De acordo com essa resolução, a PRSA deve ser elaborada de forma a conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação das instituições com as partes interessadas.

A Resolução CMN nº 4.330, de 26 de maio de 2014, tem o intuito de aprimorar a emissão de Letra Financeira, instituída pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, a fim de que esse título possa ser usado como instrumento de recursos destinados a reforçar o capital das instituições financeiras, em consonância com as recomendações internacionais relativas à Basiléia III, que buscam aperfeiçoar a capacidade de o capital fazer frente a choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia.

Aspecto de particular importância no processo de emissão de Letra Financeira para fins de composição de capital é garantir que as características relacionadas à suspensão do pagamento da remuneração estipulada e à extinção do direito de crédito ou sua conversão em ações somente se apliquem aos títulos emitidos para efetivamente compor o Patrimônio de Referência da instituição emissora. Isso porque tais características representam inovações significativas no arcabouço legal, notadamente no que diz respeito às características dos títulos de crédito, sendo fundamental que sua utilização restrinja-se aos propósitos prudenciais para os quais foram admitidas.

No âmbito das cooperativas de crédito, a Resolução nº 4.382, de 18 de novembro de 2014 autorizou as referidas instituições a emitirem Letras Financeiras Subordinadas (LFS), objetivando facilitar a composição de seu Patrimônio de Referência e ampliar sua capacidade de empréstimo aos cooperados, com prazos mais longos, dado que as LFS são instrumentos de captação de longa exigibilidade.

Em relação ao mercado de crédito, foram adotadas algumas medidas com o intuito de manter e aprimorar determinadas fontes de financiamento de mais longo prazo. Nesse sentido, a Resolução nº 4.319, de 27 de março de 2014, permitiu que os recursos creditados nas contas em moeda nacional de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, em decorrência de suas captações no mercado de valores mobiliários brasileiro, sejam direcionados à concessão de crédito ao setor privado ou à realização de investimento em títulos privados no País.

A Resolução 4.369, de 18 de setembro de 2014, ampliou o limite autorizado para a contratação de operações destinadas a financiar projetos de Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas selecionados para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ademais, a resolução nº 4.391, de 19 de dezembro de 2014, estabeleceu as condições para contratação dos financiamentos passíveis de subvenção econômica com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o ano de 2015, com o objetivo principal de estímulo a setores estratégicos, tais como bens de capital, logística, rural, tecnologia e inovação.

1.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

1.3.1. Política de Comércio Exterior

A recuperação da economia mundial manteve ritmo moderado em 2014. Entre os parceiros comerciais brasileiros mais dinâmicos, os Estados Unidos da América (EUA) e a China cresceram pouco abaixo do previsto, enquanto o desempenho da atividade econômica nos países da União Europeia e no Japão mostrou-se muito aquém do esperado. No seu conjunto, a falta de robustez da economia global em 2014 repercutiu negativamente sobre o dinamismo do comércio exterior do Brasil. Esse movimento negativo foi aprofundado pelos desequilíbrios do setor externo da Argentina, terceiro parceiro comercial brasileiro, constituindo-se outro obstáculo à recuperação da corrente de comércio no ano. Nesse contexto, a ação do Governo no âmbito da política de comércio exterior foi orientada pela adoção de mecanismos de simplificação burocrática; ampliação das ações em promoção comercial; desoneração tributária das exportações; apoio à inovação; e aperfeiçoamento do sistema de defesa comercial. Além disso, a política de comércio exterior manteve a tradição brasileira de fortalecimento ao sistema multilateral de comércio.

Com relação às ações voltadas para simplificar a burocracia envolvida nas operações de comércio exterior, destaca-se o lançamento do Portal Único de Comércio Exterior, possibilitando que as empresas apresentem a informação digitalmente, uma única vez, aos diversos órgãos federais anuentes envolvidos no trâmite do comércio exterior. Além de reduzir a burocracia e os custos para exportadores e importadores, espera-se que sua implementação reduza, de 13 para oito dias, o prazo de exportação; e, de 17 para dez dias, o de importação.

Adicionalmente, foi lançado o Serviço Brasileiro de Informações de Comércio Exterior (Comex-Responde) que unificou o atendimento por meio de 23 órgãos públicos do Governo Federal para responder dúvidas sobre temas de comércio exterior, como normas e estatísticas de exportação e importação, acordos e oportunidades comerciais e de logística.

Destaque-se que foi mantida, a exemplo de anos anteriores, a política de ex-tarifários, que tem por objetivo reduzir o custo de investimentos no País, por meio da redução temporária e excepcional da alíquota do Imposto de Importação para bens de capital e bens de informática e de telecomunicações, sem produção nacional equivalente. Nesse sentido, pela Resolução 66, de 14 de agosto de 2014, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) substituiu a Resolução n° 17, de 3 de abril de 2012, aperfeiçoando a sistemática de análise e concessão de ex-tarifários, o que conferiu maior segurança jurídica ao processo. Dentre as principais inovações destacam-se o detalhamento de procedimentos para garantia do contraditório, a definição de prazos e a delimitação mais precisa de atribuições dos atores do processo decisório.

O *drawback* modalidade isenção também foi objeto de aperfeiçoamento, com a adoção de processamento eletrônico, o que simplifica e reduz os custos envolvidos nesse regime de importação. Na modalidade suspensão, as empresas foram autorizadas a substituir os insumos adquiridos por mercadorias equivalentes compradas sem o benefício para exportações vinculadas ao regime. Esta permissão elimina a obrigação de controles segregados de estoques físicos por parte das empresas beneficiárias, reduzindo os custos de acesso à desoneração.

Por meio do *drawback* suspensão, as aquisições de insumos, sejam importados ou nacionais, a serem empregados na industrialização de produtos de exportação, são cursadas com a suspensão dos seguintes tributos: Imposto de importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social/ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) e Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Com a exportação do produto final, a suspensão é convertida em isenção. Ao evitar o pagamento de tributos que seriam posteriormente convertidos em créditos, o drawback preserva o caixa das empresas.

Quanto às medidas de desoneração tributária, pela conversão da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, na Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014), foi instituído, de maneira permanente, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que tem por objetivo devolver parcial ou integralmente o resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados. A pessoa jurídica que exporte bens poderá apurar crédito, mediante a aplicação de percentual estabelecido em portaria do Ministro de Estado da Fazenda, sobre a receita auferida com a exportação desses bens para o exterior.

O percentual de incentivo poderá variar entre 0,1% (um décimo por cento) e 3% (três por cento), admitindo-se diferenciação por bem. Este percentual será estabelecido em ato do Ministro de Estado da Fazenda sobre a receita auferida com a exportação desses bens para o exterior. Essa medida foi adotada como uma das formas de desonerar as exportações brasileiras, e poderá ser de grande auxílio às empresas que já exportam, assim como às que têm interesse em expandir seus negócios no exterior.

Na área de defesa comercial, foram concedidos direitos *antidumping* a 19 produtos diversos e iniciados os preparativos para abertura de dois Painéis de consulta na Organização Mundial do Comércio (OMC), um sobre as vendas de carnes para a Indonésia e outro sobre a nova Farm Bill norte americana, promulgada em 7 de fevereiro de 2014. Com relação ao contencioso relativo ao algodão entre Brasil e EUA, foi assinado, em 06 de outubro de 2014, Memorando de Entendimento encerrando o contencioso.

Os EUA se comprometeram a efetuar ajustes no programa de crédito e garantia à exportação que passará a operar dentro de parâmetros estabelecidos por negociações bilaterais. Além disso, foi estipulado pagamento adicional de USD 300 milhões, com flexibilização para aplicação dos recursos, que contribui para atenuar os prejuízos sofridos pelos produtores brasileiros. O contencioso do algodão começou em 2002 quando o Brasil pediu a abertura de um painel na OMC com a alegação de que a lei agrícola então vigente distorcia o comércio mundial de produtos agrícolas por oferecer aos produtores de algodão norte-americanos subsídios que deixavam em desvantagem os

produtores de outros países. Ressalte-se que o acordo firmado é limitado apenas a este setor e preserva intactos os direitos brasileiros de questionar junto a OMC, caso necessário, a nova lei agrícola norte-americana em relação aos demais produtos.

Com relação ao financiamento das exportações, pela Resolução nº 4.335 de 26 de maio de 2014, o BCB definiu novos critérios que podem ser aplicados aos financiamentos das exportações brasileiras no âmbito do Programa de Fomento às Exportações (Proex) Financiamento, instituído pela Lei 10.184, de 12 de fevereiro de 2001. Importante lembrar que, no âmbito do Proex, há duas modalidades, a equalização e financiamento, sendo ambas operadas pelo Banco do Brasil.

Por fim, ressalte-se a internalização, pelo Decreto nº 8.327, de 17 de outubro de 2014, da Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias. Essa convenção uniformizou os direitos e deveres das partes em contratos de compra e venda internacional celebrados entre empresas sediadas em países diferentes, criando maior segurança jurídica e previsibilidade nas transações internacionais.

Também foram internalizados, pelo Decreto nº 8322, de 07 de outubro de 2014, o regime de drawback em relação ao Acordo Comercial com o Chile; pelo Decreto nº 8323, de 07 de outubro, o regime de *drawback* do Acordo Comercial com a Bolívia; e pelo Decreto nº 8324, de 07 de outubro, o regime de preferências concedidas no comércio entre Brasil e Venezuela.

1.3.2. Política Cambial

O início de 2014 foi marcado por pressão sobre as moedas de países emergentes, decorrente da expectativa quanto à decisão do Federal Reserve de iniciar a redução de estímulos monetários à economia norte-americana.

Ao longo do primeiro semestre ocorreu, porém, relativa acomodação do mercado, o que criou as condições para que o governo brasileiro levantasse a última medida, com vigência desde dezembro de 2012, voltada para moderar a entrada de recursos estrangeiros no País.

Pelo Decreto nº 8.263, publicado em 04 de junho de 2014, foi reduzido, de 360 para 180 dias, o prazo médio mínimo dos empréstimos externos ao País sujeitos à alíquota de 6% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Com a mudança, a alíquota do IOF ficou reduzida a zero nas operações com prazo médio entre 181 e 360 dias. Essa alteração teve por objetivo incentivar as captações de curto prazo de empresas e bancos no mercado externo e melhorar o fluxo cambial, contendo a pressão de alta do dólar.

Em continuidade à política cambial praticada desde a introdução do regime flutuante, buscou-se, em 2014, reduzir a volatilidade das cotações e garantir a liquidez do mercado. Para atender à necessidade de proteção cambial ("hedge") demandada pelos agentes econômicos, o Banco Central do Brasil (BCB) tem realizado, desde 22 de agosto de 2013, o programa de leilões de swap e venda de dólares.

Em 24 de junho, a autoridade monetária anunciou sua segunda prorrogação, de 1º de julho a até pelo menos 31 de dezembro de 2014, nas seguintes condições: (i) realização de leilões de *swap* de segunda a sexta-feira, com oferta de US$ 200 milhões por dia; (ii) realização de leilões de venda de dólares com compromisso de recompra em função das condições de liquidez do mercado de câmbio; e (iii) sempre que julgar necessário, o BCB poderá realizar operações adicionais de venda de dólares através dos instrumentos ao seu alcance.

Em 30 de dezembro, em razão da necessidade de continuar provendo hedge cambial e liquidez ao mercado de câmbio, foi anunciada nova extensão, de 02 de janeiro a até pelo menos 31 de março de 2015, do referido programa de leilões; no entanto, em relação às regras anteriores, foi reduzida pela metade, de US$ 200 milhões para US$ 100 milhões, a oferta diária dos leilões de *swap* de segunda a sexta-feira. A utilização desse instrumento é uma forma de o BCB oferecer *hedge* cambial sem precisar vender dólares das reservas internacionais.

Ao longo do ano, houve, por um lado, tendência constante de crescimento do estoque de *swap* cambial tradicional, que totalizou US$ 109,6 bilhões em valor nacional ao final de dezembro, a maior atuação do BCB por meio desses instrumentos cambiais desde 2002. Em relação ao final de 2013, quando somou US$ 75,1 bilhões, o aumento de US$ 34,5 bilhões de swap cambiais correspondeu a crescimento de 45,9% no período

Por outro lado, com relação aos leilões de venda de dólares com compromisso de recompra no mercado interbancário, em dezembro de 2013 essas operações somavam US$ 17 bilhões.

Ao longo de 2014, a autoridade monetária realizou novos leilões e recompras, praticamente zerando o saldo dessas operações, que alcançou US$ 200 milhões nos meses de agosto a novembro; entretanto, somente em dezembro de 2014, com o aumento da volatilidade e da aversão ao risco derivados dos problemas na Rússia e da iminência de redução nas condições de liquidez internacional a partir do início do proceso de normalização da política monetária norte-americana, o BCB realizou leilão de dólares conjugados com recompra no montante de US$ 10,3 bilhões, fechando o ano com estoque de US$ 10,5 bilhões, inferior, no entanto, ao registrado no final do ano anterior. Importante salientar que não foi registrada intervenção da autoridade monetária no mercado spot de câmbio em 2014.

Com relação ao Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), pela Resolução 4.331, de 26 de maio de 2014, o CMN fixou diretrizes para regulamentação de convênios bilaterais celebrados no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Foi alterado o escopo do SML com a Argentina, que passou a permitir o envio e o recebimento de aposentadorias e pensões.

Em operação desde 2008, o SML permitia apenas os pagamentos de operações de comércio de bens, assim como de serviços e despesas relacionadas. Pelo sistema, importadores e exportadores brasileiros e argentinos realizam pagamentos e recebimentos em suas respectivas moedas. Desde 2006, o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul permite a contagem cumulativa do tempo de trabalho entre os países do Mercosul para efeito de recebimento de

benefícios. Com base nesse acordo, a Administração Nacional da Seguridade Social (Anses) - instituição previdenciária argentina - e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - instituição previdenciária brasileira - podem utilizar mecanismos de mercado para transferirem entre si os recursos a serem repassados a seus beneficiários.

A alteração aprovada permite que tais operações sejam cursadas via SML, bem como estabelece modificações, preparando o sistema para novos acordos com os demais países do Mercosul. Essa matéria foi disciplinada pela Circular nº 3.707, de 16 de junho, e o regulamento entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central do Uruguai, no âmbito do SML, pela Circular nº 3.734, de 26 de novembro de 2014.

Adicionalmente, pela Resolução 4.319, de 27 de março de 2014, o Conselho Monetário Nacional (CMN) dispôs que os recursos creditados nas contas em moeda nacional dos organismos internacionais, em decorrência de suas captações no mercado de valores mobiliários brasileiro, sejam direcionados à concessão de crédito ao setor privado ou à realização de investimento em títulos privados no País.

O objetivo da norma é promover o desenvolvimento econômico no País mediante incentivo ao empreendimento privado produtivo, bem como contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais doméstico.

A medida facilita a operacionalização desses financiamentos e amplia o conjunto de produtos financeiros disponíveis no mercado, em especial de longo prazo, com possíveis benefícios a projetos de infraestrutura no Brasil. O BCB complementou a regulamentação da matéria pela Circular nº 3.702, de 28 de março de 2014.

Ressalte-se, por fim, que o CMN, pela Resolução 4.373, de 29 de setembro de 2014, revisou a regulamentação sobre aplicações de investidor não residente no Brasil nos mercados financeiro e de capitais do País, inclusive os realizados por meio de *Depositary Receipts* (DRs). As propostas aprovadas resultaram de trabalho conjunto do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A nova resolução simplificou procedimentos e conferiu maior clareza às disposições, contribuindo assim para a redução dos custos de observância e aumento da segurança jurídica das operações. As principais alterações trazidas pela regulamentação foram as seguintes:

- i) possibilitar que aplicações em moeda nacional mediante recursos mantidos em conta titulada pelo investidor não residente no país ou por meio de ordem de pagamento em reais oriunda do exterior. Essa faculdade já era permitida aos investimentos externos diretos e às operações de crédito externo;
- ii) permitir que DRs possam ser lastreados em quaisquer valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras, e não apenas em ações, como dispunha a regulamentação anterior; e, no caso de instituições financeiras e demais instituições de capital aberto autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, também em títulos de crédito elegíveis a compor seu Patrimônio de Referência (PR); e
- iii) reunir, em uma única norma, as disposições relativas a aplicações em portfólio de investidores residentes no exterior, eliminando comandos redundantes e prescindíveis, e otimizando o envio de informações aos reguladores, contribuindo para a redução de custos. A nova regulamentação será complementada por normas adicionais expedidas pela autoridade monetária e pela CVM, e entrará em vigor em 30 de março de 2015.

1.3.3. Movimento de Câmbio

O mercado de câmbio contratado foi deficitário em US$ 9,3 bilhões em 2014, em comparação a deficit de US$ 12,3 bilhões no ano anterior. A balança comercial cambial contratada registrou superavit de US$ 4,1 bilhões, ante US$ 11,1 bilhões em 2013, resultado decorrente de recuos, na ordem, de 4,6% e 1,6% nas contratações de exportações e importações de bens.

MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO
US$ MILHÕES

Período		Comercial			Financeiro			Saldo Global
		Exportações	Importações	Saldo (A)	Compras	Vendas	Saldo (B)	(C) = (A) + (B)
2011	Ano	251 185	207 236	43 950	393 997	372 669	21 329	65 279
2012	Ano	224 612	216 238	8 373	391 550	383 170	8 380	16 753
2013	Jan	14 847	19 603	- 4 755	31 194	28 825	2 370	- 2 386
	Fev	15 612	14 922	690	26 796	27 591	- 795	- 105
	Mar	19 428	17 410	2 019	32 594	34 221	- 1 627	391
	Abr	25 208	18 535	6 673	36 170	39 327	- 3 157	3 515
	Mai	31 764	17 666	14 098	33 899	37 243	- 3 343	10 755
	Jun	16 452	18 317	- 1 865	51 528	52 299	- 771	- 2 636
	Jul	18 378	18 490	- 111	40 507	41 842	- 1 335	- 1 447
	Ago	17 839	19 697	- 1 858	36 621	40 613	- 3 992	- 5 850
	Set	14 862	19 908	- 5 046	47 306	44 318	2 988	- 2 058
	Out	19 314	20 378	- 1 063	33 714	38 850	- 5 137	- 6 200
	Nov	21 638	17 402	4 237	36 145	37 842	- 1 697	2 540
	Dez	17 576	19 457	- 1 881	45 267	52 166	- 6 898	- 8 780
	Ano	232 920	221 785	11 136	451 740	475 136	- 23 396	- 12 261
2014	Jan	19 157	17 566	1 591	43 344	43 324	19	1 610
	Fev	15 665	17 794	- 2 129	34 165	33 892	272	- 1 856
	Mar	17 008	17 529	- 521	40 706	37 881	2 825	2 304
	Abr	23 080	19 282	3 798	45 867	46 882	- 1 015	2 783
	Mai	21 449	19 527	1 922	41 677	44 412	- 2 735	- 813
	Jun	17 047	18 819	- 1 772	42 543	40 652	1 890	118
	Jul	21 511	19 894	1 617	40 769	44 177	- 3 408	- 1 791
	Ago	15 736	17 776	- 2 040	44 605	45 620	- 1 016	- 3 056
	Set	19 474	18 453	1 021	45 931	44 909	1 022	2 044
	Out	19 871	18 356	1 515	53 072	47 661	5 412	6 927
	Nov	14 674	16 032	- 1 358	35 187	37 335	- 2 149	- 3 507
	Dez	17 599	17 107	492	45 329	59 871	- 14 542	- 14 050
	Ano	222 270	218 133	4 137	513 193	526 617	- 13 424	- 9 287

Fonte: Banco Central do Brasil

O segmento financeiro apresentou deficit de US$ 13,4 bilhões, ante US$ 23,4 bilhões em 2013, refletindo aumento respectivo de 13,6% nas compras e 10,8% nas vendas de moeda estrangeira.

As condições do crédito externo e o comportamento do fluxo cambial justificaram a atuação do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio. Durante 2014, as compras líquidas somaram US$ 6,5 bilhões, em operações de linhas de venda de moeda estrangeira com compromisso de recompra, comparativamente às intervenções efetuadas em 2013, que totalizaram vendas líquidas de US$ 11,5 bilhões.

A posição dos bancos, que reflete as operações com clientes no mercado primário de câmbio e as intervenções do Banco Central do Brasil, passou de vendida em US$ 18,1 bilhões, ao encerrar 2013, para vendida em US$ 28,3 bilhões, ao final de 2014.

1.3.4. Balanço de Pagamentos

O balanço de pagamentos apresentou superavit de US$ 10,8 bilhões, em 2014.

A necessidade de financiamento externo, definido como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), atingiu US$ 28,5 bilhões no ano, equivalentes a 1,3% do PIB, ante US$ 17,1 bilhões, 0,76% do PIB, em 2013.

O deficit em transações correntes, que atingira US$ 81,1 bilhões em 2013, ampliou-se no decorrer de 2014, acumulando US$ 90,9 bilhões. Essa trajetória decorreu principalmente da reversão do saldo comercial e, em menor grau, das elevações nas despesas líquidas serviços e de rendas.

BALANÇO DE PAGAMENTO
US$ MILHÕES

Discriminação	2013			2014		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	- 3 075	5 474	2 399	- 2 492	- 1 438	- 3 930
Exportações	114 424	127 609	242 034	110 531	114 570	225 101
Importações	117 499	122 135	239 634	113 023	116 008	229 031
Serviços	- 21 871	- 25 225	- 47 096	- 22 655	- 26 012	- 48 667
Receitas	19 791	19 336	39 127	20 487	20 620	41 107
Despesas	41 662	44 562	86 224	43 142	46 633	89 774
Rendas	- 19 779	- 19 999	- 39 778	- 19 287	- 20 986	- 40 273
Receitas	3 457	6 614	10 071	3 130	3 246	6 377
Despesas	23 236	26 613	49 848	22 417	24 233	46 650
Transferências unilaterais	1 542	1 824	3 366	798	1 125	1 922
Receitas	2 572	2 904	5 476	362	-	362
Despesas	1 030	1 082	2 112	190	-	190
Transações correntes	- 43 182	- 37 926	- 81 108	- 43 637	- 47 311	- 90 948
Conta capital e financeira	50 840	23 405	74 245	52 601	46 972	99 572
Conta capital	655	538	1 193	334	255	590
Conta financeira	50 185	22 867	73 052	52 266	46 716	98 983
Investimento direto (líquido)	37 202	30 289	67 491	26 665	39 370	66 035
No exterior	7 213	- 3 718	3 495	- 2 599	6 139	3 540
Participação no capital	- 9 733	- 5 027	- 14 760	- 14 179	- 5 377	- 19 556
Empréstimos intercompanhias	16 946	1 309	18 256	11 580	11 516	23 096
No país	29 989	34 007	63 996	29 264	33 231	62 495
Participação no capital	19 096	22 548	41 644	22 644	24 659	47 303
Empréstimos intercompanhias	10 893	11 459	22 352	6 620	8 572	15 192
Investimentos em carteira	12 410	13 279	25 689	26 503	3 502	30 004
Ativos	- 5 517	- 3 459	- 8 975	- 2 757	- 770	- 3 527
Ações	- 667	- 795	- 1 462	- 327	247	- 80
Títulos de renda fixa	- 4 850	- 2 663	- 7 513	- 2 430	- 1 017	- 3 447
Passivos	17 926	16 738	34 664	29 260	4 271	33 531
Ações	6 278	5 358	11 636	9 039	2 507	11 546
Títulos de renda fixa	11 648	11 380	23 028	20 221	1 764	21 985
Derivativos	119	- 9	110	302	- 1 871	- 1 568
Ativos	246	136	382	2 392	5 214	7 606
Passivos	- 127	- 144	- 271	- 2 090	- 7 085	- 9 174
Outros investimentos1/	454	- 20 692	- 20 238	- 1 203	5 715	4 512
Ativos	- 13 403	- 26 468	- 39 870	- 24 266	- 20 593	- 44 859
Passivos	13 857	5 775	19 632	23 062	26 309	49 371
Erros e omissões	- 1 381	2 318	936	3 061	- 852	2 209
Resultado do balanço	6 277	- 12 203	- 5 926	12 024	- 1 192	10 833
Memo:						
Transações correntes/PIB			-3,62%			-4,17%

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos.

Em 2014, o deficit em conta corrente representou -4,17% do PIB, ante -3,62% do PIB no ano anterior, comportamento associado, fundamentalmente, ao deficit de US$ 3,9 bilhões na balança comercial e às elevações nos deficits das contas de serviços, de US$ 1,6 bilhão, e de rendas, US$ 0,5 bilhão, na comparação com 2013. As receitas líquidas relativas a transferências unilaterais apresentaram forte redução, situando-se em US$ 1,4 bilhão.

As contas capital e financeira foram positivas em US$ 99,6 bilhões em 2014. O resultado global do balanço de pagamentos foi superavitário em US$ 10,8 bilhões no ano.

A conta de serviços apresentou despesas líquidas de US$ 48,7 bilhões, em 2014, comparativamente a deficit de US$ 47,1 bilhões em 2013. A elevação das despesas líquidas é explicada, em ordem de importância, pelo comportamento das contas de aluguel de equipamentos, viagens internacionais, transportes, computação e informação e royalties e licenças.

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US$ 22,7 bilhões em 2014, ante US$ 19,1 bilhões no ano anterior. A ampliação das remessas reflete pagamentos contratuais, além de estar associada ao processo de intensa utilização, no País, de bens de capital de propriedade de não-residentes.

SERVIÇOS
US$ MILHÕES

Discriminação	2013			2014		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	- 21 871	- 25 225	- 47 096	- 22 655	- 26 012	- 48 667
Receitas	19 791	19 336	39 127	20 487	20 620	41 107
Despesas	41 662	44 562	86 224	43 142	46 633	89 774
Transportes	- 4 784	- 5 004	- 9 788	- 4 484	- 4 453	- 8 938
Receitas	2 639	2 777	5 417	2 937	3 211	6 148
Despesas	7 423	7 781	15 205	7 421	7 664	15 085
Viagens	- 8 729	- 9 553	- 18 283	- 8 839	- 9 856	- 18 695
Receitas	3 480	3 224	6 704	3 647	3 267	6 914
Despesas	12 209	12 778	24 987	12 486	13 123	25 608
Seguros	- 565	- 511	- 1 076	- 417	- 378	- 795
Receitas	228	244	473	294	360	655
Despesas	793	756	1 549	712	738	1 450
Financeiros	521	594	1 115	207	1	208
Receitas	1 492	1 415	2 908	754	455	1 209
Despesas	971	821	1 793	547	455	1 001
Computação e informações	- 2 316	- 2 153	- 4 469	- 2 229	- 2 199	- 4 427
Receitas	242	201	443	473	632	1 105
Despesas	2 559	2 353	4 912	2 702	2 830	5 532
Royalties e licenças	- 1 539	- 1 532	- 3 071	- 1 821	- 1 520	- 3 341
Receitas	310	287	597	201	160	360
Despesas	1 850	1 819	3 669	2 022	1 680	3 702
Aluguel de equipamentos	- 8 668	- 10 391	- 19 060	- 10 254	- 12 398	- 22 651
Receitas	258	47	306	56	87	143
Despesas	8 927	10 439	19 366	10 310	12 484	22 794
Serviços governamentais	- 612	- 749	- 1 360	- 790	- 906	- 1 696
Receitas	784	884	1 668	453	499	952
Despesas	1 395	1 633	3 029	1 242	1 405	2 647
Demais serviços	4 821	4 074	8 896	5 972	5 696	11 668
Receitas	10 356	10 255	20 611	11 673	11 950	23 623
Despesas	5 535	6 181	11 716	5 701	6 254	11 955

Fonte: Banco Central do Brasil

Os valores apresentados pela conta de viagens internacionais, em 2014, são os maiores da série histórica, tanto para o saldo, como para receitas e despesas. Foram registradas saídas líquidas de US$ 18,7 bilhões, devido ao crescimento de 2,5% nas despesas efetuadas por brasileiros no exterior, que atingiram US$ 25,6 bilhões, ante US$ 25 bilhões, em 2013. Os dispêndios de estrangeiros no País, por sua vez, cresceram 3,1%, atingindo US$ 6,9 bilhões em 2014. A conta de transportes registrou saídas líquidas de US$ 8,9 bilhões, 8,7% abaixo do resultado de 2013.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US$ 4,4 bilhões, recuo de 0,9% na comparação com o resultado de 2013. Os pagamentos líquidos ao exterior de royalties e licenças, rubrica que inclui os serviços de fornecimento de

tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes, franquias, entre outros, atingiram US$ 3,3 bilhões em 2014, acréscimo de 8,8% frente ao registrado no ano anterior. O déficit da conta de rendas apresentou elevação de 1,2% no ano, atingindo US$ 40,3 bilhões. Em termos agregados, a conta de juros apresentou remessas líquidas de US$ 14,1 bilhões, refletindo diminuição de 36,7% nas receitas e de 6,4% nas despesas. Ressalte-se que o observado decréscimo nas receitas é consistente com o comportamento das taxas de juros internacionais.

VIAGENS INTERNACIONAIS
US$ MILHÕES

Discriminação	2013			2014		
	1° sem	2° sem	Ano	1° sem	2° sem	Ano
Total	- 8 729	- 9 553	- 18 283	- 8 839	- 9 856	- 18 695
Receita	3 480	3 224	6 704	3 647	3 267	6 914
Despesa	12 209	12 778	24 987	12 486	13 123	25 608
Cartões de crédito	- 3 753	- 3 600	- 7 353	- 2 950	- 3 503	- 6 453
Receita	2 652	2 372	5 024	2 752	2 531	5 283
Despesa	6 405	5 971	12 377	5 702	6 034	11 736
Outros	- 4 976	- 5 954	- 10 930	- 5 889	- 6 352	- 12 242
Receita	828	852	1 680	895	736	1 631
Despesa	5 804	6 806	12 610	6 784	7 089	13 873

Fonte: Banco Central do Brasil

SERVIÇOS EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E TÉCNICOS
US$ MILHÕES

Discriminação	2013			2014		
	1° sem	2° sem	Ano	1° sem	2° sem	Ano
Total	5 379	4 788	10 167	5 814	5 460	11 274
Crédito	9 520	9 380	18 900	9 826	9 949	19 774
Encomendas postais	1	2	3	3	3	7
Serviços jurídicos, de auditoria, contabilidade, cons. tributária e de educação	1 548	1 598	3 147	1 754	1 763	3 517
Passe de atleta profissional	137	175	311	119	105	224
Publicidade e participação em feiras e exposições	373	429	802	459	426	885
Serviços de engenharia, arquitetura, P&D e assistência técnica	4 381	4 116	8 496	2 064	1 531	3 595
Serviços administrativos e outros técnicos e profissionais	3 080	3 060	6 141	5 426	6 120	11 547
Despesa	4 141	4 592	8 733	4 012	4 489	8 501
Aquisição de medicamentos no exterior	-	-	-	-	-	-
Encomendas postais	34	49	83	60	70	129
Serviços jurídicos, de auditoria, contabilidade, cons. tributária e de educação	465	560	1 025	338	423	761
Passe de atleta profissional	41	21	61	30	26	56
Publicidade e participação em feiras e exposições	481	513	994	555	485	1 040
Serviços de engenharia, arquitetura, P&D e assistência técnica	2 288	2 614	4 902	960	588	1 548
Serviços administrativos e outros técnicos e profissionais	832	836	1 668	2 069	2 897	4 966

Fonte: Banco Central do Brasil

Os fluxos de salários e ordenados, de valores menos expressivos, resultaram em recebimentos líquidos de US$ 354 milhões, recuo de 30,7% sobre o resultado de 2013. Em 2014, pelo nono ano consecutivo, as remessas líquidas de lucros e dividendos ultrapassaram as despesas líquidas com juros, refletindo a predominância dos estoques de investimentos estrangeiros diretos e ações sobre o estoque do endividamento externo na composição do passivo externo. Em 2014, as remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US$ 26,5 bilhões, 1,8% acima do resultado de 2013.

A remessa líquida de renda para o exterior esteve fortemente influenciada pelas remessas líquidas de rendas de investimento direto, conforme padrão observado desde 2006. Vistas de forma desagregada, as remessas líquidas em renda de investimento

direto registraram US$ 23,5 bilhões, elevação de 4,1% na comparação com 2013. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos somaram US$ 19,8 bilhões, 3,1% superiores, na mesma base de comparação. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias cresceram 10,3%, atingindo US$ 3,6 bilhões. Os investimentos brasileiros diretos no exterior somaram retornos líquidos de US$ 3,5 bilhões, 1,5% acima dos retornos líquidos ocorridos em 2013. Em 2014, US$ 19,6 bilhões referiram-se a aumento de participação no capital, comparados aos US$ 14,8 bilhões registrados em 2013. Os ingressos líquidos provenientes de empréstimos intercompanhias de filiais no exterior às matrizes brasileiras somaram US$ 23,1 bilhões, ante US$ 18,3 bilhões no ano anterior.

RENDAS
US$ MILHÕES

Discriminação	2013			2014		
	1° sem	2° sem	Ano	1° sem	2° sem	Ano
Total de rendas	- 19 779	- 19 999	- 39 778	- 19 287	- 20 986	- 40 273
Receitas	3 457	6 614	10 071	3 130	3 246	6 377
Despesas	23 236	26 613	49 848	22 417	24 233	46 650
Salários e ordenados	255	256	511	179	175	354
Receitas	295	298	593	262	256	518
Despesas	40	42	82	83	81	163
Renda de investimentos	- 20 034	- 20 255	- 40 289	- 19 467	- 21 161	- 40 628
Receitas	3 161	6 316	9 477	2 868	2 991	5 859
Despesas	23 195	26 571	49 766	22 335	24 152	46 487
Renda de investimento direto	- 11 239	- 11 308	- 22 547	- 10 816	- 12 660	- 23 476
Receitas	765	4 224	4 989	729	864	1 593
Despesas	12 004	15 532	27 536	11 545	13 524	25 069
Lucros e dividendos	- 10 259	- 8 992	- 19 251	- 9 176	- 10 664	- 19 840
Receitas	550	4 053	4 603	633	691	1 324
Despesas	10 809	13 045	23 854	9 809	11 356	21 165
Juros de empréstimos intercompanhias	- 980	- 2 316	- 3 296	- 1 639	- 1 996	- 3 635
Receitas	215	171	386	96	173	269
Despesas	1 195	2 487	3 682	1 735	2 168	3 904
Renda de investimento em carteira	- 5 435	- 5 568	- 11 003	- 5 585	- 5 516	- 11 102
Receitas	1 871	1 754	3 626	1 690	1 746	3 436
Despesas	7 306	7 323	14 629	7 276	7 262	14 538
Lucros e dividendos	- 3 842	- 2 951	- 6 794	- 3 788	- 2 895	- 6 683
Receitas	4	0	4	52	63	116
Despesas	3 847	2 952	6 798	3 840	2 958	6 798
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	- 1 592	- 2 617	- 4 210	- 1 797	- 2 621	- 4 419
Receitas	1 867	1 754	3 621	1 638	1 683	3 320
Despesas	3 460	4 371	7 831	3 435	4 304	7 739
Renda de outros investimentos1/	- 3 360	- 3 379	- 6 738	- 3 065	- 2 985	- 6 050
Receitas	525	338	863	449	381	830
Despesas	3 885	3 716	7 601	3 515	3 366	6 880
Memo:						
Juros	- 5 932	- 8 312	- 14 244	- 6 502	- 7 602	- 14 105
Receitas	2 608	2 262	4 870	2 183	2 236	4 419
Despesas	8 540	10 574	19 114	8 685	9 838	18 523
Lucros e dividendos	- 14 101	- 11 943	- 26 045	- 12 964	- 13 559	- 26 523
Receitas	554	4 054	4 607	685	755	1 440
Despesas	14 655	15 997	30 652	13 650	14 314	27 963

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

As remessas líquidas em renda de investimento em carteira totalizaram US$ 11,1 bilhões, elevação de 0,9% em relação a 2013. Esse resultado deveu-se ao comportamento da conta de juros de títulos de renda fixa, que totalizaram US$ 4,4 bilhões, 5% acima das remessas de 2013. As despesas líquidas de lucros e dividendos referentes aos recursos aplicados em carteiras de investimento somaram US$ 6,6 bilhões, recuo de 1,6% no período. A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US$ 6,1 bilhões, 10,2% inferiores ao resultado do período comparativo.

As transferências unilaterais líquidas apresentaram redução de 42,9% em 2014, com ingressos líquidos de US$ 1,9 bilhão. Parcela relevante desse fluxo refere-se à manutenção de residentes, cujas receitas líquidas registraram recuo de 30,2% na comparação com o resultado do ano anterior, somando US$ 702 milhões. A receita bruta de manutenção de residentes representou 45% dos ingressos brutos totais de transferências unilaterais correntes. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram Estados Unidos, 39,6%, e Japão, 11,4%.

TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS CORRENTES
US$ MILHÕES

Discriminação	2013			2014		
	1° sem	2° sem	Ano	1° sem	2° sem	Ano
Total	1 542	1 824	3 366	798	1 125	1 922
Receitas	2 572	2 907	5 480	1 878	2 383	4 261
Despesas	1 030	1 083	2 114	1 080	1 259	2 339
Transferências correntes governamentais	- 193	352	158	19	- 55	- 36
Receitas	45	519	564	115	123	238
Despesas	238	167	405	96	178	274
Transferências correntes privadas	1 736	1 472	3 208	779	1 179	1 958
Receitas	2 528	2 389	4 916	1 763	2 260	4 023
Despesas	792	916	1 708	984	1 081	2 065
Manutenção de residentes	505	502	1 007	406	297	702
Receitas	953	990	1 944	930	980	1 910
Estados Unidos	354	391	745	354	391	745
Japão	146	136	282	146	136	282
Demais países	453	463	917	429	453	883
Despesas	449	488	937	524	683	1 207
Outras transferências	1 231	970	2 201	373	883	1 256
Receitas	1 574	1 398	2 972	833	1 280	2 113
Despesas	343	428	771	460	398	857

Fonte: Banco Central do Brasil

Os fluxos líquidos de IED somaram US$ 62,5 bilhões, comparados a US$ 64 bilhões em 2013. Em 2014, a participação no capital de empresas no País somou US$ 47,3 bilhões. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US$ 15,2 bilhões, frente a US$ 22,4 bilhões, em 2013.

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram aplicações líquidas de US$ 3,5 bilhões, comparados a US$ 9 bilhões em 2013, ressaltando-se a demanda de residentes por títulos estrangeiros, o que resultou em aplicações líquidas de US$ 3,4 bilhões, em 2014, comparados a US$ 7,5 bilhões em 2013. As aplicações em ações de empresas estrangeiras somaram US$ 80 milhões, comparadas a US$ 1,5 bilhão aplicados no ano anterior.

SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO[1]
US$ MILHÕES

Período		Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
		Valor Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses	Valor Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses	Valor Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses
2003	Dez	343	4 177	0,75	1 409	10 144	1,83	- 1 752	- 14 321	-2,59
2006	Dez	438	13 643	1,25	2 457	18 822	1,73	- 2 896	- 32 465	-2,98
2007	Dez	- 498	1 551	0,11	886	34 585	2,53	- 388	- 36 136	-2,64
2008	Dez	- 3 119	- 28 192	-1,71	8 115	45 058	2,73	- 4 997	- 16 866	-1,02
2009	Dez	- 5 950	- 24 302	-1,49	5 109	25 949	1,60	841	- 1 646	-0,10
2010	Dez	- 3 495	- 47 273	-2,20	15 374	48 506	2,26	- 11 880	- 1 233	-0,06
2011	Dez	- 6 011	- 52 473	-2,12	6 644	66 660	2,69	- 633	- 14 187	-0,57
2012	Dez	- 8 406	- 54 249	-2,41	5 358	65 272	2,90	3 048	- 11 023	-0,49
2013	Jan	- 11 330	- 58 527	-2,60	3 703	63 570	2,82	7 627	- 5 042	-0,22
	Fev	- 6 556	- 63 351	-2,81	3 790	63 714	2,83	2 766	- 363	-0,02
	Mar	- 6 816	- 66 888	-2,98	5 739	63 555	2,83	1 077	3 332	0,15
	Abr	- 8 237	- 69 757	-3,10	5 719	64 031	2,85	2 519	5 726	0,25
	Mai	- 6 356	- 72 689	-3,23	3 868	64 183	2,86	2 488	8 506	0,38
	Jun	- 3 886	- 72 181	-3,21	7 170	65 532	2,91	- 3 285	6 649	0,30
	Jul	- 8 969	- 77 401	-3,44	5 212	62 304	2,77	3 757	15 097	0,67
	Ago	- 5 367	- 80 215	-3,57	3 775	61 044	2,71	1 592	19 171	0,85
	Set	- 2 764	- 80 382	-3,58	4 770	61 421	2,73	- 2 007	18 961	0,84
	Out	- 7 096	- 82 047	-3,65	5 439	59 131	2,63	1 657	22 916	1,02
	Nov	- 5 101	- 80 885	-3,60	8 334	62 878	2,80	- 3 233	18 007	0,80
	Dez	- 8 629	- 81 108	-3,62	6 476	63 996	2,85	2 154	17 112	0,76
2014	Jan	- 11 574	- 81 352	-3,64	5 115	65 407	2,92	6 460	15 945	0,71
	Fev	- 7 388	- 82 184	-3,67	4 053	65 670	2,93	3 335	16 514	0,74
	Mar	- 6 295	- 81 663	-3,65	4 977	64 908	2,90	1 318	16 755	0,75
	Abr	- 8 296	- 81 722	-3,67	5 233	64 422	2,89	3 064	17 300	0,78
	Mai	- 6 599	- 81 964	-3,68	5 963	66 517	2,99	636	15 448	0,69
	Jun	- 3 484	- 81 563	-3,68	3 924	63 270	2,85	- 440	18 293	0,83
	Jul	- 6 032	- 78 626	-3,56	5 898	63 956	2,89	134	14 670	0,66
	Ago	- 5 505	- 78 764	-3,58	6 840	67 021	3,04	- 1 335	11 743	0,53
	Set	- 7 937	- 83 937	-3,82	4 214	66 464	3,02	3 723	17 473	0,79
	Out	- 8 155	- 84 995	-3,87	4 985	66 010	3,01	3 169	18 985	0,87
	Nov	- 9 366	- 89 261	-4,08	4 644	62 321	2,85	4 722	26 940	1,23
	Dez	- 10 317	- 90 948	-4,17	6 650	62 495	2,87	3 667	28 454	1,30

Fonte: Banco Central do Brasil
[1]Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS DIRETOS
US$ MILHÕES

Discriminação	2013			2014		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	7 213	- 3 718	3 495	- 2 599	6 139	3 540
Retornos	20 899	6 743	27 643	14 546	18 658	33 204
Saídas	13 687	10 461	24 148	17 145	12 520	29 664
Participação no capital	- 9 733	- 5 027	- 14 760	- 14 179	- 5 377	- 19 556
Retornos	1 602	1 846	3 448	1 317	3 253	4 570
Saídas	11 335	6 873	18 208	15 496	8 630	24 126
Empréstimos intercompanhias	16 946	1 309	18 256	11 580	11 516	23 096
Ingressos	19 298	4 897	24 195	13 229	15 405	28 634
Saídas	2 351	3 588	5 939	1 649	3 890	5 538

Fonte: Banco Central do Brasil

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS
US$ MILHÕES

Discriminação	2013			2014		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	29 989	34 007	63 996	29 264	33 231	62 495
Ingressos	37 978	48 440	86 418	43 317	50 362	93 679
Saídas	7 989	14 433	22 422	14 054	17 131	31 185
Participação no capital	19 096	22 548	41 644	22 644	24 659	47 303
Ingressos	21 612	27 730	49 342	27 887	28 163	56 050
Saídas	2 515	5 182	7 697	5 243	3 504	8 747
Empréstimos intercompanhias	10 893	11 459	22 352	6 620	8 572	15 192
Ingressos	16 366	20 709	37 076	15 431	22 199	37 629
Saídas	5 474	9 251	14 724	8 811	13 626	22 437

Fonte: Banco Central do Brasil

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS – POR PAÍS
US$ MILHÕES

País	2013			2014		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	21 612	27 730	49 342	27 887	28 163	56 050
Países Baixos	3 517	6 994	10 511	4 486	4 305	8 791
Estados Unidos	4 275	4 745	9 021	4 331	4 205	8 537
Luxemburgo	1 994	3 073	5 067	2 181	4 478	6 659
Espanha	1 161	1 084	2 246	3 539	2 419	5 958
Japão	1 093	1 423	2 516	2 147	1 633	3 780
Portugal	228	368	596	2 788	372	3 160
França	482	1 007	1 489	1 331	1 615	2 946
Suíça	1 703	631	2 333	890	1 083	1 973
Reino Unido	665	538	1 203	1 158	569	1 726
Alemanha	474	537	1 011	462	1 113	1 574
Chile	1 988	975	2 963	928	344	1 273
Canadá	581	633	1 215	505	407	912
Itália	444	458	902	373	495	868
China	76	34	110	83	757	840
Ilhas Virgens Britânicas	127	138	265	85	687	772
Suécia	189	219	408	227	447	674
Ilhas Cayman	86	90	176	111	470	581
Noruega	84	321	405	355	200	554
Hong Kong	25	110	136	12	426	438
Coréia do Sul	366	177	544	385	20	405
Austrália	218	111	329	99	257	356
Ilhas do Canal	-	-	-	157	193	350
Bélgica	203	270	473	114	234	347
Áustria	32	57	89	209	88	297
Dinamarca	178	159	338	105	181	286
Panamá	172	140	312	138	97	235
Cingapura	200	71	271	54	165	219
Bahamas	21	541	562	154	34	189
Uruguai	42	88	130	56	128	183
México	89	445	534	51	73	125
Irlanda	44	109	153	52	66	118
Colômbia	28	41	69	63	38	101
Peru	4	3	7	11	89	100
Bermudas	85	84	169	24	68	92
Ilha da Madeira	-	-	-	8	81	88
Argentina	37	45	82	26	50	76
Finlândia	20	25	45	28	21	49
Taiwan	8	13	22	1	36	38
Mônaco	4	5	9	1	35	36
Demais	668	1 967	2 635	159	186	345

Fonte: Banco Central do Brasil

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS – POR SETOR
US$ MILHÕES

Setor	2013			2014		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	21 612	27 730	49 342	27 887	28 163	56 050
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	3 456	6 534	9 990	2 346	3 274	5 621
Extração de petróleo e gás natural	2 293	4 838	7 131	1 008	1 150	2 158
Extração de minerais metálicos	310	512	822	788	1 361	2 149
Atividades de apoio à extração de minerais	285	928	1 213	375	396	771
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	498	110	608	126	219	345
Produção florestal	49	116	164	46	119	165
Demais	20	30	50	2	30	32
Indústria	7 091	8 127	15 218	6 899	10 021	16 920
Veículos automotores, reboques e carrocerias	830	1 037	1 867	1 258	1 656	2 914
Metalurgia	1 088	405	1 493	439	1 948	2 387
Produtos químicos	581	1 428	2 009	922	1 254	2 176
Produtos alimentícios	1 122	364	1 487	744	803	1 547
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	619	795	1 414	354	1 174	1 528
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	118	445	563	441	575	1 016
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	629	460	1 089	546	317	863
Máquinas e equipamentos	338	555	892	497	317	814
Produtos de borracha e de material plástico	496	317	814	299	379	678
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	421	479	900	492	134	625
Celulose, papel e produtos de papel	224	324	548	283	238	520
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	143	114	257	141	255	396
Edição e edição integrada à impressão	12	46	58	20	286	306
Demais	470	1 358	1 828	463	685	1 148
Serviços	10 932	12 945	23 877	18 543	14 768	33 311
Comércio, exceto veículos	2 055	4 186	6 242	2 579	3 078	5 657
Telecomunicações	255	88	343	4 465	454	4 919
Serviços financeiros e atividades auxiliares	782	2 170	2 952	3 108	1 656	4 763
Eletricidade, gás e outras utilidades	1 006	538	1 544	1 606	946	2 552
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	1 474	459	1 933	280	1 760	2 040
Atividades imobiliárias	793	1 212	2 005	842	799	1 641
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis	28	612	640	925	521	1 446
Transporte	1 500	627	2 127	1 138	305	1 443
Serviços de tecnologia da informação	395	196	591	640	545	1 185
Obras de infra-estrutura	368	279	648	74	1 069	1 143
Educação	46	11	57	669	385	1 055
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	258	652	910	449	382	831
Construção de edifícios	363	386	748	372	454	825
Atividades de vigilância, segurança e investigação	109	50	158	73	498	572
Prestação de serviços de informação	223	102	325	243	319	562
Serviços de arquitetura e engenharia	191	287	479	129	335	463
Demais	1 085	1 092	2 176	951	1 262	2 214
Aquisição e venda de imóveis	133	124	258	99	100	199

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram aplicações líquidas de US$ 33,5 bilhões, ante US$ 34,7 bilhões em 2013. As ações de empresas brasileiras registraram ingressos líquidos de US$ 11,5 bilhões, ante US$ 11,6 bilhões ocorridos no ano anterior. Os títulos de renda fixa de médio e longo prazos negociados no Brasil registraram ingressos líquidos de US$ 20,1 bilhões, comparados a US$ 25,4 milhões no ano anterior.

Os ingressos líquidos de bônus soberanos somaram US$ 2,5 bilhões em 2014. Além da continuidade de operações de recompra no mercado secundário, destacaram-se as emissões do Euro 21 e do Global 45, e a reabertura do Global 25 B. As recompras realizadas pelo Tesouro Nacional, de seus próprios papéis, em mercado secundário, totalizam US$ 3 bilhões, no período.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM CARTEIRA
US$ MILHÕES

Discriminação	2013			2014		
	1° sem	2° sem	Ano	1° sem	2° sem	Ano
Total	- 5 517	- 3 459	- 8 975	- 2 757	- 770	- 3 527
Receitas	6 024	5 260	11 284	7 505	9 153	16 658
Despesas	11 541	8 719	20 260	10 262	9 923	20 185
Investimentos em ações	- 667	- 795	- 1 462	- 327	247	- 80
Receitas	322	304	627	391	1 002	1 393
Despesas	989	1 100	2 089	718	755	1 473
Títulos de renda fixa	- 4 850	- 2 663	- 7 513	- 2 430	- 1 017	- 3 447
Receitas	5 702	4 956	10 658	7 114	8 151	15 265
Despesas	10 552	7 619	18 171	9 544	9 168	18 712

Fonte: Banco Central do Brasil

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM CARTEIRA
US$ MILHÕES

Discriminação	2013			2014		
	1° sem	2° sem	Ano	1° sem	2° sem	Ano
Total	17 926	16 738	34 664	29 260	4 271	33 531
Receitas	111 624	125 848	237 472	136 118	127 574	263 692
Despesas	93 698	109 110	202 808	106 858	123 303	230 161
Investimentos em ações	6 278	5 358	11 636	9 039	2 507	11 546
Receitas	80 595	70 359	150 954	73 126	72 112	145 238
Despesas	74 317	65 001	139 318	64 087	69 605	133 692
Negociadas no país	6 350	5 514	11 864	8 002	2 564	10 566
Receitas	80 567	70 349	150 916	71 946	72 029	143 974
Despesas	74 217	64 835	139 052	63 944	69 464	133 408
Negociadas no exterior (DRs)	- 71	- 156	- 228	1 037	- 57	980
Receitas	28	10	38	1 180	83	1 264
Despesas	100	166	266	144	140	284
Títulos de renda fixa	11 648	11 380	23 028	20 221	1 764	21 985
Receitas	31 029	55 489	86 518	62 992	55 462	118 454
Despesas	19 381	44 109	63 490	42 771	53 698	96 469
Negociados no país	11 038	14 332	25 369	17 844	2 262	20 106
Médio e longo prazos	9 518	13 212	22 730	13 726	1 560	15 286
Receitas	22 382	38 453	60 835	40 010	37 629	77 639
Despesas	12 864	25 241	38 105	26 284	36 069	62 353
Curto prazo	1 519	1 120	2 639	4 118	702	4 820
Receitas	3 504	9 002	12 506	15 252	8 838	24 090
Despesas	1 984	7 883	9 867	11 135	8 136	19 270
Negociados no exterior	610	- 2 951	- 2 341	2 377	- 498	1 880
Bônus	- 396	917	522	625	1 885	2 510
Privados	-	-	-	-	-	-
Desembolsos	-	-	-	-	-	-
Amortizações	-	-	-	-	-	-
Públicos	- 396	917	522	625	1 885	2 510
Desembolsos	800	3 250	4 050	1 376	4 600	5 976
Amortizações	1 196	2 333	3 528	751	2 715	3 466
Valor de face	1 119	1 741	2 860	614	2 225	2 839
Descontos	- 77	- 591	- 668	- 137	- 490	- 627
Notes e commercial papers	1 006	- 3 869	- 2 863	1 721	- 2 808	- 1 087
Desembolsos	4 342	4 784	9 126	6 322	3 943	10 266
Amortizações	3 337	8 653	11 989	4 601	6 751	11 352
Títulos de curto prazo	-	-	-	31	425	457
Desembolsos	-	-	-	31	452	483
Amortizações	-	-	-	-	27	27

Fonte: Banco Central do Brasil

As operações de *notes* e *commercial papers* apresentaram amortizações líquidas de US$ 1,1 bilhão, ante US$ 2,9 bilhões em 2013. A redução, de 360 dias para 180 dias, do prazo de incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre captações externas favoreceu o ingresso líquido de US$ 457 milhões em títulos de curto prazo, em 2014.

Outros investimentos brasileiros no exterior registraram aplicações líquidas de US$ 44,9 bilhões em 2014, compreendendo a concessão líquida de créditos comerciais e empréstimos de curto prazo, US$ 31,7 bilhões, a redução no exterior de depósitos de bancos brasileiros, US$ 4,5 bilhões, e a constituição no exterior de depósitos de empresas não financeiras, US$ 17,4 bilhões. Os outros ativos totalizaram aplicações líquidas de US$ 110 milhões.

OUTROS INVESTIMENTOS BRASILEIROS
US$ MILHÕES

Discriminação	2013			2014		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	- 13 403	- 26 468	- 39 870	- 24 266	- 20 593	- 44 859
Empréstimos	- 9 586	- 20 862	- 30 448	- 14 925	- 16 886	- 31 811
Longo prazo	- 69	- 466	- 535	- 99	- 62	- 161
Amortizações	42	26	68	31	50	81
Desembolsos	111	491	602	129	112	241
Curto prazo (líq.)	- 9 517	- 20 396	- 29 913	- 14 826	- 16 824	- 31 650
Moeda e depósitos	- 4 475	- 5 780	- 10 255	- 9 230	- 3 708	- 12 938
Bancos	- 319	- 558	- 877	- 335	4 829	4 494
Demais setores	- 4 155	- 5 222	- 9 377	- 8 895	- 8 537	- 17 431
Outros ativos	657	174	832	- 111	1	- 110
Longo prazo	79	- 47	32	21	28	48
Amortizações	121	8	129	28	30	58
Desembolsos	42	55	97	7	2	9
Curto prazo (líquido)	579	221	800	- 132	- 27	- 159

Fonte: Banco Central do Brasil

Os outros investimentos estrangeiros no País apresentaram ingressos líquidos de US$ 49,4 bilhões. O crédito comercial de fornecedores somou desembolsos líquidos de US$ 11,5 bilhões, ante US$ 21 bilhões em 2013. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram ingressos líquidos de US$ 1,2 bilhão, enquanto os de curto prazo somaram US$ 10,3 bilhões. Os empréstimos de longo prazo dos demais setores totalizaram ingressos líquidos de US$ 19,3 bilhões, compostos por empréstimos diretos, US$ 17,1 bilhões, e pelos desembolsos líquidos de organismos, US$ 3,5 bilhões. Os empréstimos de compradores totalizaram amortizações líquidas de US$ 1 bilhão, e de agências, US$ 274 milhões em 2014. Os empréstimos de curto prazo alcançaram ingressos líquidos de US$ 21,6 milhões, comparativamente a amortizações líquidas de US$ 164 milhões, ocorridas em 2013.

OUTROS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS
US$ MILHÕES

Discriminação	2013			2014		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	13 857	5 775	19 632	23 062	26 309	49 371
Crédito comercial (de fornecedores)	13 799	7 197	20 996	3 024	8 479	11 503
Longo prazo	708	567	1 274	489	756	1 245
Desembolsos	1 418	1 349	2 767	1 302	1 659	2 962
Amortizações	711	782	1 493	813	903	1 716
Curto prazo (líquido)	13 091	6 630	19 721	2 535	7 722	10 258
Empréstimos	2 700	- 1 050	1 650	20 520	20 372	40 892
Autoridade monetária	-	-	-	-	-	-
Demais setores	2 700	- 1 050	1 650	20 520	20 372	40 892
Longo prazo	1 008	807	1 815	11 270	8 061	19 330
Desembolsos	18 744	26 130	44 875	27 785	24 845	52 631
Organismos	1 299	4 445	5 743	1 574	3 470	5 044
Agências	1 212	736	1 949	619	1 467	2 086
Compradores	2 689	6 665	9 354	5 164	4 306	9 470
Empréstimos diretos	13 544	14 284	27 829	20 428	15 603	36 030
Amortizações	17 736	25 324	43 060	16 516	16 785	33 300
Organismos	3 585	952	4 537	675	898	1 573
Agências	616	872	1 489	1 298	1 062	2 360
Compradores	4 791	5 047	9 838	4 834	5 640	10 474
Empréstimos diretos	8 745	18 451	27 196	9 708	9 185	18 893
Curto prazo	1 692	- 1 856	- 164	9 251	12 311	21 561
Moeda e depósitos	- 2 656	- 375	- 3 031	- 481	- 2 546	- 3 027
Outros passivos	14	3	16	- 1	4	3
Longo prazo	-	-	-	- 1	4	3
Curto prazo	14	3	16	0	-	0

Fonte: Banco Central do Brasil

1.3.5. Reservas Internacionais

Ao longo de 2014, o Banco Central do Brasil manteve a política de redução da volatilidade cambial, garantindo a liquidez e o funcionamento adequado do mercado de câmbio doméstico. O BCB recomprou liquidamente US$ 6,5 bilhões em operações que se caracterizam por vendas no mercado interno à vista com o compromisso de recompra futura.

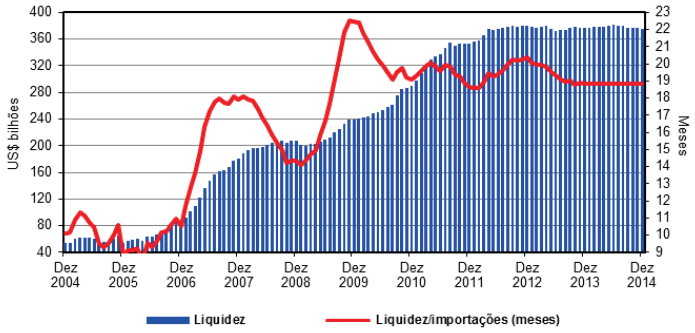
Ao final de 2014, as reservas internacionais somavam US$ 363,6 bilhões no conceito caixa, aumento de US$ 4,7 bilhões em relação ao ano anterior. No conceito liquidez internacional, que inclui o estoque de linhas com recompra, houve decréscimo de US$ 1,7 bilhão no mesmo período, atingindo US$ 374,1 bilhões. No ano, os principais fatores de variação das reservas internacionais foram suas receitas de remuneração, de US$ 3 bilhões, as variações positivas por preços de títulos, de US$ 1,7 bilhão, e as variações por paridades, que diminuíram as reservas em US$ 7,8 bilhões.

DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS
US$ MILHÕES

Discriminação	2012	2013	2014
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	352 012	373 147	358 808
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervenções)	12 691	- 11 520	6 486
A termo	7 005	-	-
Pronto	11 152	-	-
Linhas com recompra	- 5 466	- 11 520	6 486
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-
2. Operações externas do Banco Central	8 444	- 2 820	- 1 743
Desembolsos	-	903	386
Bônus	-	-	-
Organismos	-	903	386
Juros	4 351	3 397	2 990
Organismos	-	-	-
Remuneração das reservas	4 351	3 397	2 990
Outras variações	4 094	- 7 120	- 5 120
Variações por preço	1 439	- 4 321	1 724
Variações por paridades	820	- 4 092	- 7 814
Demais[1/]	1 834	1 293	970
II - Total das operações do Banco Central (1+2)	21 135	- 14 340	4 743
III - Posição das reservas - conceito caixa	373 147	358 808	363 551
IV - Saldo de linhas com recompra	5 466	16 986	10 500
V - Operações de empréstimo em moeda estrangeira	-	-	-
VI - Posição das reservas - conceito liquidez[2/]	378 613	375 794	374 051

Fonte: Banco Central do Brasil.
[1/] Compreende pagamentos/recebimentos do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, reclassificações, liberação de colaterais, alocações de DES e variação de derivativos financeiros.
[2/] Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

RESERVAS INTERNACIONAIS



1.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional

Em 2014, o Tesouro Nacional manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida (principal e juros) relativo a bônus. Ao longo do ano, as liquidações em mercado somaram US$ 5,5 bilhões, dos quais US$ 2,8 bilhões referentes a principal e US$ 2,6 bilhões a juros. Entre os pagamentos de principal, destacou-se aquele relativo ao bônus Global 37 (US$ 917 milhões).

COMPRAS DO TESOURO NACIONAL[1]
US$ MILHÕES

Período	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos		
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total
2014						
Jan	61	874	935	935	-	935
Fev	501	164	665	665	-	665
Mar	-	72	72	72	-	72
Abr	-	97	97	97	-	97
Mai	44	72	116	116	-	116
Jun	9	47	56	56	-	56
Jul	455	923	1 378	1 378	-	1 378
Ago	1 635	190	1 825	1 825	-	1 825
Set	47	27	75	75	-	75
Out	8	90	98	98	-	98
Nov	80	71	151	151	-	151
Dez	-	-	-	-	-	-
Ano	2 839	2 628	5 467	5 467	-	5 467

Fonte: Banco Central do Brasil
[1]Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.

Ainda em 2014, o programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros brasileira no exterior, manteve a política de abranger todos os títulos, independentemente de seu vencimento. Em sua execução, foram contratados US$ 3 bilhões no mercado interno, dos quais US$ 2,3 bilhões em amortizações, correspondendo ao valor da efetiva redução da dívida externa, US$ 19 milhões em juros decorridos e US$ 627 milhões em despesas de ágio.

RECOMPRAS DO TESOURO NACIONAL[1]
US$ MILHÕES

Período	Principal	Juros	Ágio/ Deságio	Total
2014				
Jan	-	-	-	-
Fev	501	5	119	625
Mar	-	-	-	-
Abr	-	-	-	-
Mai	44	1	14	58
Jun	9	0	4	13
Jul	26	1	10	37
Ago	1 635	10	444	2 089
Set	47	1	13	61
Out	8	0	3	11
Nov	80	1	20	101
Dez	-	-	-	-
Ano	2 349	19	627	2 996

Fonte: Banco Central do Brasil

1.3.7. Dívida Externa

Em setembro de 2014, a dívida externa bruta alcançou US$ 338,4 bilhões, elevação de US$ 29,7 bilhões em relação a dezembro de 2013. Neste período, a dívida externa de longo prazo aumentou US$ 11 bilhões, chegando a US$ 287 bilhões; a dívida de curto prazo subiu US$ 18,8 milhões, para US$ 51,4 bilhões. Por último, os empréstimos intercompanhia subiram US$ 27,9 bilhões, atingindo US$ 202,1 bilhões.

Do estoque da dívida externa de longo prazo apurado em setembro de 2014, 59,5% referiam-se a empréstimos, 38,5% a títulos, 0,6% a crédito comercial, e 1,5% a outros passivos de dívida, cujo principal componente são as alocações de Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário Internacional (FMI). No período em análise, as principais variações na dívida externa de longo prazo resultaram dos aumentos das operações de empréstimos de outros setores, do setor financeiro e do governo em US$ 4,6 bilhões, US$ 3,4 bilhões e US$ 3,2 bilhões, respectivamente. Ainda no mesmo período, a elevação da dívida de curto prazo foi influenciada, em sua maior parte, pelo desempenho das operações de empréstimos de bancos que subiram US$ 17 bilhões.

ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO
US$ MILHÕES

Discriminação	2010	2011	2012	2013	Set 2014
A. Dívida externa bruta (B+C)1/	256 804	298 204	312 898	308 625	338 364
B. Dívida de longo prazo	199 497	258 055	280 316	276 021	286 999
Governo geral	65 127	57 838	63 231	63 902	69 934
Títulos de dívida	41 042	37 776	37 696	35 668	38 441
Empréstimos	24 010	20 012	25 507	28 183	31 425
Crédito comercial	75	50	29	52	69
Outros passivos de dívida	-	-	-	-	-
Autoridade monetária	4 446	4 433	4 437	4 446	4 280
Empréstimos	-	-	-	-	-
Outros passivos de dívida	4 446	4 433	4 437	4 446	4 280
Bancos	52 064	100 183	107 304	97 376	98 289
Títulos de dívida	30 041	47 548	47 480	42 875	40 379
Empréstimos	22 023	52 635	59 825	54 501	57 910
Outros passivos de dívida	-	-	-	-	-
Outros setores	77 860	95 601	105 343	110 296	114 496
Títulos de dívida	24 667	26 491	32 078	31 936	31 673
Empréstimos	51 357	67 353	71 429	76 741	81 297
Crédito comercial	1 836	1 757	1 836	1 620	1 525
Outros passivos de dívida	-	-	-	-	-
C. Dívida de curto prazo	57 307	40 149	32 583	32 604	51 365
Governo geral	-	-	-	-	-
Crédito comercial	-	-	-	-	-
Bancos	51 079	38 066	32 431	32 599	49 995
Títulos de dívida	7 525	354	-	-	308
Empréstimos	43 163	37 120	31 596	31 827	48 846
Moeda e depósitos	392	592	835	772	841
Outros passivos de dívida	-	-	-	-	-
Outros setores	6 228	2 083	152	5	1 370
Títulos de dívida	868	115	-	-	60
Empréstimos	5 222	1 849	152	5	1 310
Crédito comercial	138	119	-	-	-
Outros passivos de dívida	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhia	95 137	105 913	127 705	174 146	202 070
E. Dívida externa bruta, inclusive empréstimos intercompanhia (A+D)	351 941	404 117	440 604	482 771	540 434

Fonte: Banco Central do Brasil
[1]Exclui empréstimos intercompanhia.

DÍVIDA EXTERNA BRUTA - POSIÇÃO: 30/09/2014
US$ MILHÕES

Devedor	Credor		
	Organismos[1]	Agências	Bancos
A. Dívida de longo prazo	39 125	17 162	109 978
Setor público	34 333	10 952	23 369
Não bancário	29 663	9 968	5 146
Tesouro Nacional	1 317	144	1 261
Banco Central	4 280	-	-
Empresas públicas	1 884	8 656	54
Estados e municípios	22 182	1 169	3 832
Bancário	4 670	984	18 223
Setor privado	4 792	6 211	86 609
Não bancário	2 782	6 006	58 902
Bancário	2 010	204	27 707
B. Dívida de curto prazo	-	-	49 606
Setor público	-	-	5 403
Não bancário	-	-	-
Bancário	-	-	5 403
Setor privado	-	-	44 203
Não bancário	-	-	1 306
Bancário	-	-	42 897
C. Dívida externa bruta3/	39 125	17 162	159 584
D. Empréstimos intercompanhia	-	-	-
E. Dívida externa bruta, inclusive emp. intercompanhia (C+D)	39 125	17 162	159 584

Devedor	Credor		
	Detentores deTítulos de Dívida[1]	Outros Credores[2]	Total
A. Longo prazo	110 428	10 305	286 999
Setor público	54 680	1 595	124 929
Não bancário	42 228	1 590	88 595
Tesouro Nacional	38 441	14	41 176
Banco Central	-	-	4 280
Empresas públicas	3 788	0	14 380
Estados e municípios	-	1 576	28 758
Bancário	12 452	5	36 334
Setor privado	55 747	8 711	162 070
Não bancário	27 852	4 573	100 115
Bancário	27 895	4 138	61 955
B. Curto prazo	368	1 391	51 365
Setor público	-	-	5 403
Não bancário	-	-	-
Bancário	-	-	5 403
Setor privado	368	1 391	45 962
Não bancário	60	4	1 370
Bancário	308	1 387	44 592
C. Dívida externa bruta3/	110 796	11 696	338 364
D. Empréstimos intercompanhia	10 373	191 697	202 070
E. Dívida externa bruta, inclusive emp. intercompanhia (C+D)	121 169	203 393	540 434

Fonte: Banco Central do Brasil
[1]Credor final indeterminado.
[2]Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.
[3]Exclui empréstimos intercompanhia.

Em setembro de 2014, considerado o estoque de dívida externa bruta, o setor privado figurava como maior devedor, 61,5%, acumulando US$ 162,1 bilhões em recursos de longo prazo e US$ 46 bilhões em recursos de curto prazo. A dívida externa do setor público, 38,5% da dívida externa bruta, era praticamente em sua totalidade de longo prazo.

Ainda em setembro de 2014, a dívida externa de longo prazo do setor público não-financeiro totalizou US$ 88,6 bilhões. Deste total, 46,5% se referiam ao Tesouro Nacional, concentrados na modalidade bônus, enquanto 32,5% eram de responsabilidade de governos estaduais e municipais, com destaque em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, por sua vez, somava 16,2% do total, majoritariamente composta de créditos de agências governamentais. Por último, a dívida do BCB, que correspondia a 4,8% do setor público não-financeiro, era composta, exclusivamente, pelas alocações de DES do FMI.

DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA BRUTA
US$ MILHÕES

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	2014-Set
Governo Federal (contratada diretamente)	54 779	51 888	42 789	42 856	38 454	41 176
Estados e municípios	9 593	13 239	15 048	20 375	25 449	28 758
Direta	5	3	2	0	66	1 520
Com aval	9 588	13 235	15 047	20 375	25 383	27 238
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	31 130	38 813	44 603	50 331	54 847	60 398
Direta	19 753	26 528	32 359	38 544	43 390	49 362
Com aval	11 377	12 285	12 244	11 787	11 457	11 036
Setor privado (com aval do setor público)	891	1 578	1 828	1 961	1 712	1 905
Total	96 393	105 518	104 268	115 523	120 461	132 237
Direta	74 537	78 420	75 150	81 400	81 910	92 058
Com aval	21 855	27 099	29 118	34 122	38 551	40 179
Pelo governo federal	21 234	25 684	27 409	32 197	36 780	38 199
Pelos estados e municípios	5	0	-	-	66	87
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	616	1 414	1 709	1 925	1 705	1 892

Fonte: Banco Central do Brasil

A dívida contratada com aval do setor público atingiu, em setembro de 2014, US$ 40,2 bilhões, dos quais apenas US$ 1,9 bilhão constituía dívida do setor privado.

DÍVIDA EXTERNA BRUTA - POR DEVEDOR
POSIÇÃO: 30/09/2014
US$ MILHÕES

Discriminação	Estoque	2014	2015	2016	2017	2018
		(Out-Dez)				
A. Dívida de longo prazo	286 999	11 154	38 652	46 307	28 576	24 194
Setor público	124 929	620	4 257	7 522	8 118	9 734
Não bancário	88 595	397	2 446	6 163	5 016	6 302
Tesouro Nacional	41 176	143	973	2 372	1 801	3 211
Banco Central	4 280	-	-	-	-	-
Empresas públicas	14 380	84	456	2 576	1 943	1 795
Estados e municípios	28 758	171	1 017	1 215	1 272	1 296
Bancário	36 334	223	1 811	1 359	3 102	3 432
Setor privado	162 070	10 534	34 395	38 785	20 458	14 460
Não bancário	100 115	5 651	19 187	14 740	12 100	10 296
Bancário	61 955	4 883	15 208	24 045	8 358	4 164
B. Dívida de curto prazo	51 365	8 389	25 163	-	-	-
Setor público	5 403	1 339	4 018	-	-	-
Bancário	5 403	1 339	4 018	-	-	-
Setor privado	45 962	7 050	21 146	-	-	-
Não bancário	1 370	2	1	-	-	-
Bancário	44 592	7 048	21 145	-	-	-
C. Dívida externa bruta (A+B)1/	338 364	19 544	63 815	46 307	28 576	24 194
D. Empréstimos intercompanhias	202 070	5 473	27 901	19 244	11 688	18 579
E. Dívida total + emp. intercompanhias (C+D)	540 434	25 017	91 716	65 550	40 264	42 773

(continua)

Discriminação	2019	2020	2021	2022	2023	Posteriores e vencidos
A. Dívida de longo prazo	13 919	15 548	15 703	10 697	9 550	72 698
Setor público	5 365	9 841	5 838	7 141	4 031	62 462
Não bancário	3 425	7 707	2 569	6 423	2 590	45 557
Tesouro Nacional	398	3 589	562	3 131	1 091	23 905
Banco Central	-	-	-	-	-	4 280
Empresas públicas	1 646	2 621	565	1 887	108	698
Estados e municípios	1 381	1 496	1 441	1 405	1 391	16 673
Bancário	1 940	2 134	3 269	718	1 440	16 906
Setor privado	8 554	5 707	9 865	3 556	5 519	10 236
Não bancário	6 787	4 068	5 001	3 033	3 216	16 037
Bancário	1 767	1 640	4 864	523	2 303	- 5 800
B. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público	-	-	-	-	-	46
Bancário	-	-	-	-	-	1 367
Setor privado	-	-	-	-	-	
Não bancário	-	-	-	-	-	
Bancário	-	-	-	-	-	16 399
C. Dívida externa bruta (A+B)[1/]	13 919	15 548	15 703	10 697	9 550	90 511
D. Empréstimos intercompanhias	30 458	8 274	7 273	4 442	18 873	49 865
E. Dívida total + emp. intercompanhias (C+D)	44 377	23 822	22 976	15 139	28 423	140 376

Fonte: Banco Central do Brasil
[1/] Exclui empréstimos intercompanhia.

O esquema de amortização da dívida externa bruta de longo prazo, de acordo com a posição de setembro de 2014, revelava concentração de 43,4% de seus vencimentos no período de outubro de 2014 a dezembro de 2017. Neste período, 83,5% das amortizações previstas concentravam-se no setor privado, enquanto a dívida do setor público não-financeiro somava outros 11,2%.

DÍVIDA EXTERNA BRUTA – POR CREDOR
POSIÇÃO: 30/09/2014
US$ MILHÕES

Discriminação	Estoque	2014	2015	2016	2017	2018
		(Out-Dez)				
A. Dívida de longo prazo	286 999	9 225	63 267	33 917	27 062	18 732
Organismos internacionais	39 125	820	2 622	2 921	2 295	2 334
Agências governamentais	17 162	293	2 682	2 651	2 486	2 567
Bancos	109 978	6 446	43 523	15 490	10 651	7 896
Detentores de títulos de dívida1/	110 428	1 114	12 439	11 244	10 234	5 056
Outros credores2/	10 305	552	2 001	1 611	1 396	879
B. Dívida de curto prazo	51 365	12 088	39 278	-	-	-
Bancos	49 606	12 060	37 547	-	-	-
Detentores de títulos de dívida1/	368	27	341	-	-	-
Outros credores2/	1 391	1	1 390	-	-	-
C. Dívida total (A+B)	338 364	21 313	102 545	33 917	27 062	18 732
D. Empréstimos intercompanhias	202 070	12 517	29 123	15 901	21 630	49 584
E. Dívida total + emp. intercompanhias (C+D)	540 434	33 830	131 668	49 817	48 692	68 315

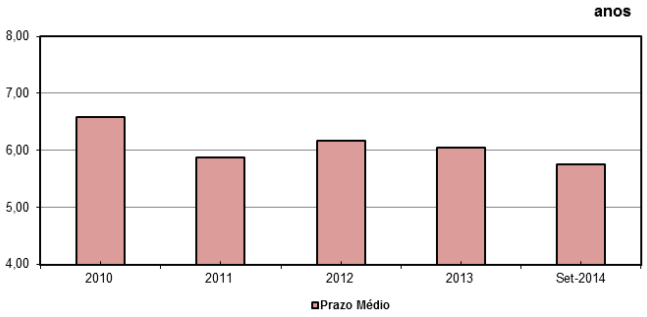
(continua)

Discriminação	2019	2020	2021	2022	2023	Posteriores e vencidos
A. Dívida de longo prazo	20 143	16 772	13 399	10 732	13 490	60 259
Organismos internacionais	2 178	2 323	1 841	1 700	1 575	18 517
Agências governamentais	2 698	880	811	580	366	1 149
Bancos	4 605	4 379	1 992	2 557	3 647	8 790
Detentores de títulos de dívida[1/]	10 119	8 740	8 130	5 214	7 347	30 790
Outros credores[2/]	543	449	625	681	555	1 013
B. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-
Detentores de títulos de dívida[1/]	-	-	-	-	-	-
Outros credores[2/]	-	-	-	-	-	-
C. Dívida total (A+B)	20 143	16 772	13 399	10 732	13 490	60 259
D. Empréstimos intercompanhias	17 615	8 592	4 716	19 719	8 288	14 386
E. Dívida total + emp. intercompanhias (C+D)	37 759	25 365	18 115	30 451	21 778	74 645

Fonte: Banco Central do Brasil.
[1/] Credor final indeterminado.
[2/] Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

Analisando-se o esquema de amortização da dívida externa bruta por credor, verifica-se que, dos pagamentos de longo prazo previstos para o período de outubro de 2014 a dezembro de 2017, 57% concentravam-se em bancos, enquanto detentores de títulos de dívida e organismos internacionais somavam 26,2% e 6,5%, respectivamente.

PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO



PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO
US$ MILHÕES

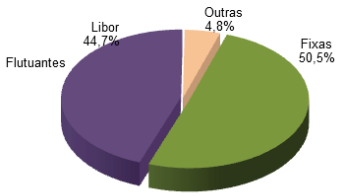
Discriminação	2014-Set	Prazo médio (anos)
A. Dívida externa bruta	338 364	5,77
Organismos internacionais	39 125	9,29
Agências governamentais	17 162	4,55
Bancos	159 584	2,71
Detentores de títulos de dívida[1/]	110 796	9,38
Outros credores[2/]	11 696	4,13
B. Empréstimos intercompanhia	202 070	5,15
C. Dívida externa bruta + emp. intercompanhia (A+B)	540 434	5,54

Fonte: Banco Central do Brasil
[1/] Credor final indeterminado.
[2/] Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

O prazo médio da divida externa bruta reduziu-se de 6,1 para 5,8 anos, entre a posição de dezembro de 2013 e setembro de 2014. O setor de bancos detinha o menor prazo médio, 2,7 anos, enquanto que os detentores de títulos de dívida apresentaram o prazo médio mais dilatado, 9,4 anos. Na composição por moedas da dívida externa bruta, a participação das operações denominadas em dólares norte-americanos elevou-se de 88,9% para 89,6% entre dezembro de 2013 e setembro de 2014. Neste período, a parcela da dívida externa bruta em euro manteve-se estável em 4,1%, sendo a segunda principal moeda de denominação da dívida externa bruta. No mesmo período, as parcelas em reais e ienes caíram de 4,1% e 1,3% para 3,6% e 1,1%, respectivamente.

Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, a proporção da dívida remunerada por taxas flutuantes subiu de 47,3% do total, em dezembro de 2013, para 49,5%, em setembro de 2014. Consequentemente, a proporção de dívida remunerada a taxas fixas diminuiu de 52,7% para 50,5%. Considerando-se apenas a dívida contratada sob taxas flutuantes, a Libor permaneceu como principal indexador, com participação de 90,3%.

Distribuição por modalidade de taxas de juros



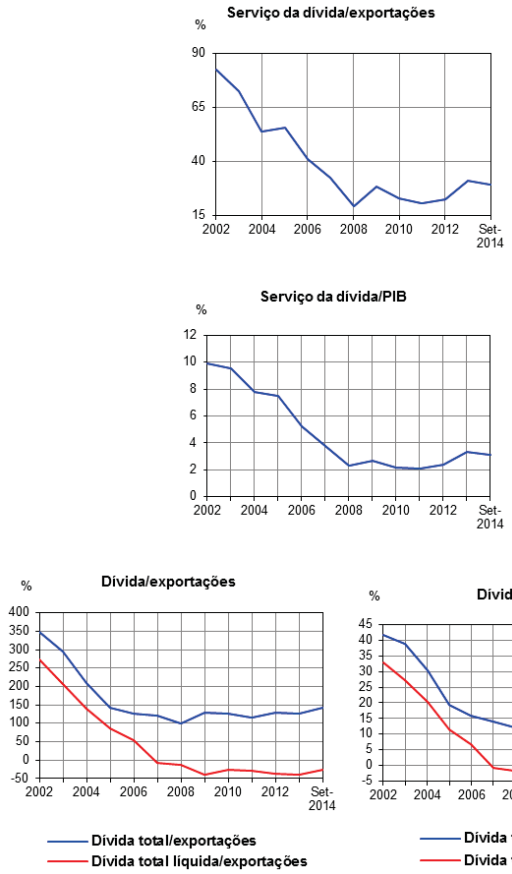
Distribuição por moeda



1.3.8. Indicadores de Endividamento

Na comparação da posição de setembro de 2014 com dezembro de 2013, houve piora nos indicadores de endividamento externo relacionados à dívida externa bruta e à dívida externa líquida, enquanto houve melhora nos indicadores de serviço da dívida. A dívida externa bruta em relação ao PIB aumentou de 13,8% para 15,4%, devido à elevação de 9,6% da dívida externa bruta, e uma diminuição de 2% do PIB medido em dólares. Já o serviço da dívida diminuiu 7,6%, e o valor da receita de exportações dos últimos doze meses diminuiu 1,6%, diminuindo a participação do serviço da dívida nas exportações, de 30,9% para 29%. A relação entre o serviço da dívida e o PIB diminuiu de 3,3 para 3,1 no período. O indicador da dívida externa bruta em relação às exportações aumentou de 127,5% para 142,1%. Já a dívida externa líquida de ativos, que em dezembro de 2013 tinha posição superavitária de US$ 94,4 bilhões e representava -39% do valor das exportações, diminuiu a participação superavitária para -25,7% em setembro de 2014, enquanto, em percentagem do PIB, também diminuiu sua participação superavitária de -4,2% para -2,8%, no período analisado.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO



INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO[1]
US$ MILHÕES

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	2014-Set
Serviço da dívida[2/]	43 561	46 320	52 596	54 090	74 834	69 163
Amortizações	29 639	32 864	37 126	39 333	59 402	54 343
Juros brutos	13 922	13 457	15 470	14 757	15 432	14 820
Dívida externa de longo prazo (A)	167 220	199 497	258 055	280 316	276 021	286 999
Dívida externa de curto prazo (B)	30 972	57 307	40 149	32 583	32 604	51 365
Dívida externa bruta (C)=(A+B)	198 192	256 804	298 204	312 898	308 625	338 364
Reservas internacionais - conceito liquidez (D)	239 054	288 575	352 012	378 613	375 794	375 713
Reservas internacionais - conceito caixa	238 520	288 575	352 012	373 147	358 808	375 513
Créditos brasileiros no exterior (E)	2 435	2 227	2 194	2 069	1 892	1 796
Haveres de bancos comerciais (F)	18 474	16 630	16 866	21 876	25 376	21 977
Dívida externa líquida (G)=(C-D-E-F)	-61 771	-50 628	-72 868	-89 661	-94 436	-61 122
Exportações[2/]	152 995	201 915	256 040	242 578	242 034	238 163
PIB[2/]	1625 636	2143 921	2475 066	2247 285	2243 074	2198 843
Indicadores (em percentagem)						
Serviço da dívida / exportações	28,5	22,9	20,5	22,3	30,9	29,0
Serviço da dívida / PIB	2,7	2,2	2,1	2,4	3,3	3,1
Dívida externa / exportações	129,5	127,2	116,5	129,0	127,5	142,1
Dívida externa bruta / PIB	12,2	12,0	12,0	13,9	13,8	15,4
Dívida externa líquida / exportações	- 40,4	- 25,1	- 28,5	- 37,0	- 39,0	- 25,7
Dívida externa líquida / PIB	- 3,8	- 2,4	- 2,9	- 4,0	- 4,2	- 2,8

Fonte: Banco Central do Brasil
[1]Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a empréstimos intercompanhia.
[2]Para setembro de 2014, acumulado em 12 meses.

1.3.9. Captações Externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2014 somou US$ 5,6 bilhões. Houve três operações de captação no mercado internacional no ano: a emissão do Euro 21, título com prazo de sete anos e prêmio de risco de 165 p.b.; a colocação do Global 45, título com prazo de 30 anos e prêmio de risco de 188 p.b; e a reabertura do Global 25B, título com prazo de dez anos e prêmio de risco de 147 p.b.

EMISSÕES DA REPÚBLICA

Discriminação	Data de i	Data de	Prazo	Valor	Cupom	Spread sobre
	Ingresso	vencimento	anos	US$ milhões	% a.a.	US Treasury[1] (p.b.)
Euro 21	3.4.2014	1.4.2014	7	1 000	2,875	165
Global 45	1.8.2014	27.1.2045	30	3 550	5,000	188
Global 25B						
(Reabertura)	10.9.2014	7.1.2025	10	1 050	4,250	147

Fonte: Banco Central do Brasil
[1/] Sobre US Treasury, no lançamento.

1.3.10. Posição de Investimento Internacional (PII)

Entre dezembro de 2013 e setembro de 2014, o passivo líquido da PII aumentou 11,2%, passando de US$ 755 bilhões para US$ 839 bilhões. A elevação da posição devedora da PII foi resultado da elevação de US$ 119,2 bilhões do passivo e elevação de US$ 36,1 bilhões do ativo.

POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL
US$ MILHÕES

Discriminação	2012	2013	2014-Set
Posição de investimento internacional (A-B)	- 851 856	- 754 769	- 838 946
Ativo (A)	730 739	751 992	788 063
Investimento direto brasileiro no exterior	270 864	300 791	315 176
Participação no capital	251 784	278 331	291 298
Empréstimos intercompanhia	19 080	22 461	23 878
Investimentos em carteira[2/]	22 124	25 437	30 246
Investimentos em ações	13 367	16 930	15 511
Bancos	2 715	4 757	3 701
Demais setores	10 652	12 173	11 810
Títulos de renda fixa	8 757	8 507	14 735
Longo prazo	2 825	4 283	9 161
Bancos	2 230	3 712	7 804
Demais setores	596	572	1 357
Curto prazo	5 932	4 223	5 574
Bancos	3 672	3 273	4 564
Demais setores	2 260	950	1 010
Derivativos	555	647	615
Outros investimentos	64 048	66 310	66 513
Crédito comercial	8 096	8 420	7 909
Longo prazo	987	628	915
Curto prazo	7 109	7 792	6 994
Empréstimos	19 538	15 939	15 583
Governo	1 903	1 726	1 682
Bancos	16 186	12 741	12 511
Demais setores	1 448	1 473	1 390
Moeda e depósitos	30 780	35 998	37 415
Bancos	18 349	19 960	15 146
Demais setores	12 431	16 038	22 269
Outros ativos	5 635	5 953	5 606
Ativos de reservas	373 147	358 808	375 513

POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL
US$ MILHÕES

Discriminação	2012	2013	2014-Set
Passivo (B)	1 581 469	1 530 008	1 649 229
Investimento estrangeiro direto	743 964	747 891	781 525
Participação no capital	616 258	573 745	579 455
Empréstimos intercompanhia	127 705	174 146	202 070
Investimentos em carteira	638 794	577 586	614 265
Investimentos em ações	357 234	305 235	307 859
No país	231 311	203 425	211 908
No exterior	125 923	101 810	95 951
Títulos de renda fixa	281 560	272 351	306 406
No país	164 307	161 873	195 546
No exterior	117 253	110 478	110 861
Longo prazo	117 253	110 478	110 493
Curto prazo	-	-	368
Derivativos	3 028	6 296	25 841
Outros investimentos	195 684	198 235	227 597
Crédito comercial	1 865	1 672	1 594
Longo prazo	1 865	1 672	1 594
Curto prazo	-	-	-
Empréstimos	188 508	191 257	220 788
Governo	25 507	28 183	31 425
Bancos	91 421	86 328	106 756
Longo prazo	59 825	54 501	57 910
Curto prazo	31 596	31 827	48 846
Demais setores	71 581	76 746	82 608
Longo prazo	71 429	76 741	81 297
Curto prazo	152	5	1 310
Moeda e depósitos	874	860	934
Autoridade monetária	39	88	93
Bancos	835	772	841
Outros passivos	4 437	4 446	4 280
Autoridade monetária	4 437	4 446	4 280

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Inclui lucros reinvestidos.
2/ Contempla títulos de emissão de residentes.

Os fatores que mais contribuíram para o aumento do passivo externo foram as elevações nos estoques de investimento em carteira e outros investimentos, de US$ 36,7 bilhões e US$ 29,4 bilhões, respectivamente. Relativamente ao investimento em carteira, houve aumento de US$ 2,6 bilhões nos estoques de investimento em ações, e aumento de US$ 34 bilhões nos títulos de renda fixa. O principal fator para o aumento observado em outros investimentos foi a elevação de US$ 29,5 bilhões nas operações de empréstimos. Já o incremento dos ativos externos foi resultante, principalmente, dos aumentos de US$ 14,4 bilhões do investimento brasileiro direto no exterior e de US$ 16,7 bilhões de ativos de reservas. Houve ainda elevação de US$ 6,2 bilhões em títulos de renda fixa.

1.4. ANALISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

1.4.1. Retorno de Haveres Originados de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas Implementados no Âmbito de Programas de Saneamento do Setor Público

Lei nº 8.727/93 - Refinanciamento pela União, pelo prazo de 20 anos, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios junto à União e sua administração indireta.

LEI Nº 8.727/93 - EM R$ MIL

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	RECEBIMENTOS
Receitas da União - Fonte 159	1.119.754
Demais Credores - Fonte 173	1.664.628
TOTAL	2.784.382

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/MF

Destaca-se o encerramento de quase todos os contratos de dívida vencida ao longo do exercício de 2014, para o caso da Lei no 8.727/93, o que implicou em redução dos valores recebidos, quando comparado ao ocorrido em exercícios anteriores.

Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade, que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna. No exercício de 2014 foram recebidos R$ 2.784.382 mil, distribuídos conforme disposto no quadro anterior.

Lei no 9.496/97 - Consolidação, Assunção e Refinanciamento pela União, pelo prazo de até 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados.

Considerando que os valores financiados pela União aos Estados, no âmbito do Proes - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Medida Provisória nº 2.192-70/2001) integram os saldos devedores dos contratos de refinanciamento firmados ao amparo da Lei no 9.496/97, durante o exercício de 2014 a União recebeu o total de R$ 30.912.518 mil (fonte 173).

Medida Provisória no 2.185/2001 (e edições anteriores) - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito junto a instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios.

Cabe ressaltar a amortização extraordinária realizada pelo Município de Belo Horizonte, em janeiro de 2014, no montante de R$ 176 milhões. Ao longo do exercício de 2014 a União recebeu R$ 5.025.425 mil como prestações do refinanciamento (fonte 173).

Medida Provisória no 2.179-36/2001 - Crédito adquirido pela União junto ao Banco Central do Brasil (BCB) em 29/07/2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (Banerj), cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16/07/1998.

No exercício de 2014, o Tesouro Nacional recebeu R$ 1.338.694 mil (fonte 173).

1.4.2. Retorno de Haveres Originados da Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Financiamento interno de obrigações externas inadimplidas, reestruturadas pela União no âmbito do acordo: Dívida de Médio e Longo Prazos (DMLP), para parcelas de principal e juros de 1991 a 1994. No ano, destacam-se as liquidações antecipadas da DMLP da Empresa Energética de Mato do Sul (Enersul) e da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat), nos valores de R$ 11.669 mil e R$ 38.795 mil, respectivamente, e dos Estados do Ceará, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, nos montantes de R$ 45.068 mil, R$ 146.932 mil e R$ 87.969 mil, respectivamente. Os devedores originais ressarciram ao Tesouro Nacional durante o exercício de 2014, os montantes apresentados no quadro a seguir.

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA - EM R$ mil

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA	RECEBIMENTOS
DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP	429.187

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/MF

1.4.3. Retorno de Haveres Originados de Repasses de Recursos Externos

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União junto à República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços, e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe). Em 2014 ocorreu a liquidação antecipada do Pnafe do Estado do Ceará, no montante de R$ 7.004 mil. Ao longo do exercício de 2014, foram ressarcidos ao Tesouro Nacional pelos devedores os montantes apresentados no quadro a seguir.

REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS - EM R$ MIL

REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS	RECEBIMENTOS
AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69	3.604
PNAFE	84.365
TOTAL	87.969

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/MF

1.4.4. Retorno de Haveres Originados do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Medida Provisória nº 2.196-3/2001)

Créditos adquiridos pela União, relativos a contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal (Caixa) e Estados, Prefeituras e Empresas Estaduais e Municipais de Saneamento. Em 2014 destacam-se a liquidação antecipada de dois contratos da MP nº 2.196 do Estado do Ceará, no montante de R$ 743 mil para o contrato 34972-82 e R$ 162 mil para o contrato 35176-16. Durante o exercício de 2014, a Caixa, Agente Financeiro da União, repassou ao Tesouro Nacional, relativamente aos ativos em foco, o montante de R$ 308.165 mil (fonte 159).

1.4.5. Retorno de Haveres Originados da Aquisição de Participações Governamentais

Cabe a União receber créditos originários de participações governamentais (royalties) devidos ao Estado do Rio de Janeiro, originários da exploração de petróleo e gás natural, e devidos aos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de acordo com as disposições constantes dos respectivos contratos de cessão de créditos, por meio dos quais as referidas unidades da Federação alienaram tais receitas à União. Ao longo de 2014 o Tesouro Nacional recebeu referente a esse programa R$ 1.548.739 mil (fonte 159), distribuídos conforme disposto no quadro a seguir:

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DE AQUISIÇÕES DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM R$ MIL

ESTADO DE ORIGEM	RECEBIMENTOS
Mato Grosso do Sul	28.361
Paraná	320.032
Rio de Janeiro	1.200.346
TOTAL	**1.548.739**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/MF

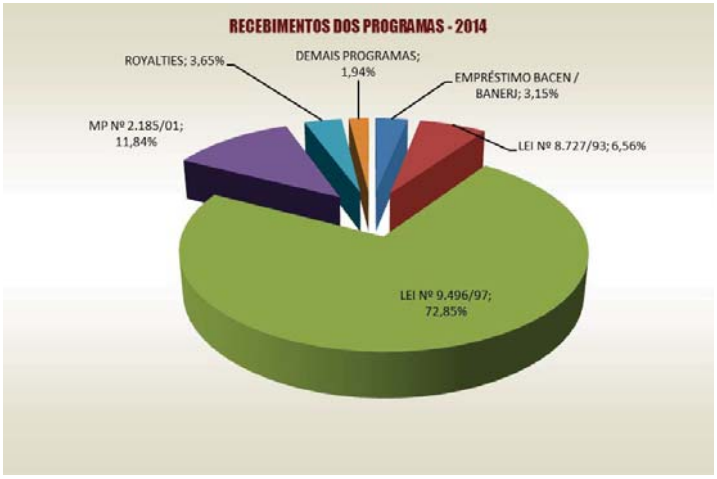
1.4.6. Outros Haveres

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - crédito contratual da União junto ao BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no referido instrumento, o saldo será amortizado em parcela única em 15/12/2015.

HAVERES FINANCEIROS – EXERCÍCIO 2014
CONSOLIDADO DOS RECEBIMENTOS E SALDOS DEVEDORES (EM R$ MIL)

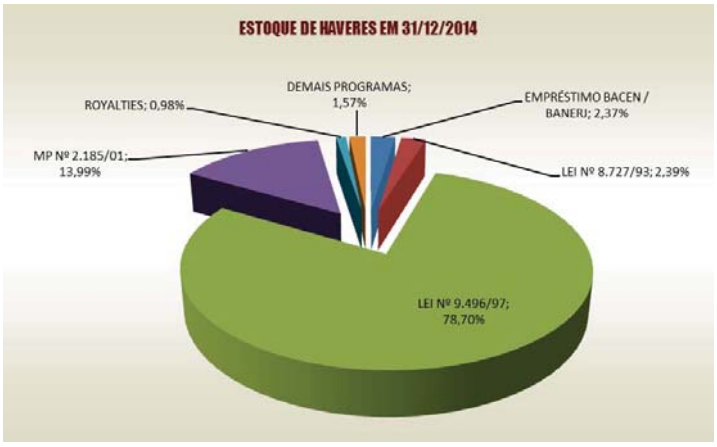
PROGRAMAS	RECEBIMENTOS	ESTOQUE DE HAVERES EM 31/12/2014
AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69	3.604	19.860
BNDES	0	1.789.503
CARTEIRA DE SANEAMENTO	308.165	1.190.520
DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP	429.187	5.225.072
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ - MP 2.179	1.338.694	12.707.415
LEI Nº 8.727/93	2.784.382	12.813.401
LEI Nº 9.496/97	30.912.518	422.366.811
MP 2.185/01	5.025.425	75.087.346
AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS - ROYALTIES	1.548.739	5.250.220
PNAFE	84.365	218.576
TOTAL	**42.435.080**	**536.668.724**

ORIGEM DOS RECEBIMENTOS RELATIVOS AOS HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - EXERCÍCIO DE 2014



Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi)

DISTRIBUIÇÃO DO ESTOQUE DE HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL EM 31/12/2014



Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi)

1.5. OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL

1.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira

O Tesouro Nacional é o órgão responsável pela administração dos haveres da União junto a terceiros. Relativamente à administração dos haveres, compete ao Tesouro Nacional a coordenação e operacionalização dos pagamentos de compromissos decorrentes de contratos firmados sob sua responsabilidade, além da contabilização de saldos e pagamentos (amortização de principal e encargos) em sistemas de registros. Para um melhor gerenciamento, classificam-se os haveres financeiros do Tesouro Nacional em cinco grupos conforme sua origem:

Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas

Em cumprimento ao disposto na Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal, a União deve suceder as entidades que venham a ser extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Sendo assim, a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais foi transferida à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Haveres Originários de Operações Estruturadas

Decorrem de operações realizadas entre a União e entidades públicas envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da dívida pública mobiliária federal.

Haveres Oriundos de Privatizações

São ativos decorrentes do pagamento parcelado do preço de venda de participações da União em empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Haveres Originários de Legislação Específica

Configura-se como o grupamento de haveres mais relevante tanto em termos de saldo devedor como no que se refere ao fluxo de arrecadação de juros e principal. Estão caracterizados dentro deste grupo, os contratos oriundos de operações do Tesouro Nacional autorizadas em diversas legislações específicas.

Haveres Originários do Crédito Rural

Estão compreendidos no presente grupo, os haveres oriundos dos seguintes programas de crédito rural:

Securitização - créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei no 9.138/95 e Resolução CMN no 2.238/96, no valor de até R$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da Medida Provisória no 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações securitizadas com recursos do BNDES/Finame - Financiamento de Máquinas e Equipamentos. Além disso, foi assumido o risco das referidas operações que eram administradas pelo Banco do Brasil S.A. (BB).

Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) - operações oriundas da Resolução CMN no 2.471/98, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R$ 200 mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 2001, com o advento da MP no 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do Pesa do Banco do Brasil.

Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Fase II - Prodecer II - consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os Governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28/06/2001, junto ao Banco do Brasil, no âmbito da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

Empréstimos do Governo Federal - Especial - EGF - Especial - créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992 de EGF/COV, por meio de contrato formalizado em 01/10/1998, nos termos do Decreto-Lei nº79, de 29/12/1966, na Lei nº 8.427, de 27/05/1992, na Lei nº 9.138, de 29/11/1995 e na Medida Provisória nº 1.692-28, de 28/09/1998, no Decreto nº 1.647, de 11/01/1995, no Decreto nº 1.785, de 11/01/1996, e no Decreto nº 2.762, de 31/08/1998, e em 15/06/1999, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29/12/1966, na Lei nº 8.427, de 27/05/1992, na Lei nº 9.138, de 29/11/1995 e na Medida Provisória nº 1.764-37 de 02/06/1999, no Decreto nº 1.647, de 11/01/1995, no Decreto nº 1.785, de 11/01/1996 e no Decreto nº 2.762, de 31/08/1998. Na ocasião, a União adquiriu do Banco do Brasil os direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues.

1.5.2. Haveres da União, Não Relacionados a Estados e Municípios

Os Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição em 31/12/2014:

HAVERES FINANCEIROS ADMINISTRADOS PELA STN
SALDOS DEVEDORES EM 31/12/2014
EM R$ 1,00

Grupo de Haveres	Dez/13	Dez/14	Variação	Variação (%)
Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.794.904.281,83	5.825.770.690,71	30.866.408,88	0,53
Haveres Originários de Operações Estruturadas	68.843.262.519,96	72.318.646.740,62	3.475.384.220,66	5,05
Haveres Originários de Privatizações	9.333.849.237,54	-	-9.333.849.237,54	*
Haveres Originários de Legislação Específica	487.802.501.806,25	583.071.331.301,28	95.268.829.495,03	19,53
Haveres Originários do Crédito Rural	15.801.798.513,87	15.497.681.077,19	-304.117.436,68	-1,92
Total	**587.576.316.359,45**	**676.713.429.809,80**	**89.137.113.450,35**	**15,17**

(*) Obs: Durante o ano de 2014 os haveres do Grupo de Privatizações foram totalmente quitados.
Fonte: STN/Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais (Cofis).

A variação total no período considerado foi de aproximadamente R$ 89,1 bilhões, representados principalmente por variações nos saldos de haveres originários de Legislação Específica (R$ 95,3 bilhões) e de Operações Estruturadas (R$ 3,5 bilhões).

Da variação total no Grupo de Haveres Originários de Legislação Específica, R$ 61 bilhões decorrem de três novas operações financeiras firmadas ao longo do exercício de 2014, a seguir especificadas: i) com o BNDES, os seguintes Contratos: a) nº 962/PGFN/CAF, de 24 de junho de 2014, amparado pela Lei nº 13.000/2014, o qual concedeu crédito no montante de R$ 29.999.999.427,84; e (b) nº 1.017/PGFN/CAF, de 16 de dezembro de 2014, ao amparo da MP 661/2014, o qual concedeu crédito no montante de R$ 29.999.999.933,79; ii) com o Banco da Amazônia S.A., o Instrumento Elegível a Capital Principal nº 1.016/PGFN/CAF, de 09 de dezembro de 2014, nos termos da Lei nº 12.712/2012, no valor de R$ 999.999.442,39. Além disso, o aumento no saldo se explica também pela renegociação de Contratos com o BNDES, a qual prorrogou o prazo para pagamento de juros e amortizações de parcela considerável dos contratos (R$ 199 bilhões).

A variação nos Haveres Originários de Operações Estruturadas se dá pela atualização prevista nos saldos, indexados à Selic, Dólar, IGP-DI ou IGP-M. Por último, a operação que constava na classificação de "Haveres Originários de Privatizações" foi liquidada. Dentre as ações orçamentárias, destacam-se os gastos com agentes financeiros pela gestão de haveres da União. Estão compreendidos nessa ação (00M4 – Remuneração a Agentes Financeiros), despesas com remuneração aos agentes financeiros pelo acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento das operações de crédito rural alongadas com base na Lei n° 9.138/1995 e transferidas e/ou desoneradas de risco pela União, nos termos da Medida Provisória nº 2.196/2001, além de ressarcimento de despesas judiciais necessárias à condução das ações referentes aos processos de Empréstimo do Governo Federal e para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento do extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A – BNCC.

Vale destacar que a Portaria MP nº 58, de 21/02/2014, restringiu o Limite de Movimentação e Empenho (LME) do Órgão 71000 – Encargos Financeiros da União (EFU). Como consequência, foi promovida a distribuição linear do LME entre as Unidades Orçamentárias (UO) sob supervisão do Ministério da Fazenda (UO 71104), de forma que o Limite de Empenho descentralizado para a Unidade gestora 170705 (Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais -Cofis), para a Ação 00M4, foi de apenas R$ 13.018.093,74.

Para a citada ação, as despesas ocorridas em 2014 com a administração de programas como o de Securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Fase II (Prodecer II), despesas decorrentes dos Empréstimos do Governo Federal (EGF - Especial) e do extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC) atingiram o montante de R$ 21.939.935,04.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS - AÇÃO 00M4
EM R$ 1,00

Dotação 2014		Despesa Empenhada em 2014	Restos a Pagar de 2013	Despesa Liquidada em 2014	Valores Pagos 2014	Restos a Pagar de 2014 a liquidar
Orçamento Inicial	Limite de Empenho Autorizado					
36.113.688,27	13.018.093,74	13.018.093,74	10.831.999,61	21.939.935,04	21.939.935,04	1.910.158,31

Fonte: STN/Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais (Cofis)

1.5.3. Recebimento de Créditos

No que tange à Gestão dos Haveres da União, não relacionados a Estados e Municípios, foram cobradas e recebidas prestações mensais e semestrais. No total, foi recebido, até dezembro/2014, o valor de R$ 8.764.875.616,94 para uma previsão inicial de R$ 21.571.687.627,52 orçados para todo o exercício.

Tal diferença entre o fluxo de recursos previsto e realizado deve-se, fundamentalmente, à renegociação de contratos com o BNDES, ao amparo da Lei nº 12.872/2013, para prever condições financeiras mais lenientes ao Banco e prazos de carência para os pagamentos de principal e de juros.

Em 14/03/2014, foram renegociados os Contratos nº 477/2009, 485/2009, 488/2009 e 530/2010, convertidos no Contrato nº 922/2014, que totalizou R$ 180.120.381.339,76. Nessa mesma data, os Contratos nº 389/2007, 408/2008, 412/2008 e de Reconhecimento e Confissão de Dívida s/nº/2000 foram renegociados para o Contrato nº 923/2014, no montante de R$ 13.948.986.983,37. Ademais, em 22/12/2014, R$ 5 bilhões foram desmembrados do Contrato nº 577/2010 para enquadramento no Instrumento Elegível a Capital Principal nº 1.018/2014, nos termos da Lei nº 13.043/2014.

Outro fator que contribui para a diferença entre o valor previsto e o realizado é a inadimplência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que não efetuou nenhum dos recolhimentos projetados para 2014. Vale destacar que os valores inadimplidos desta autarquia estão projetados na Provisão para Devedores Duvidosos (PDD).

RECEBIMENTOS EM 2014
EM R$ 1,00

Origem do Crédito	Recebimentos em 2014
Alongamento Lei 9.138/95	33.033.534,44
Alongamento MP 2.196	359.211.624,81
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	81.368.919,99
Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. - BNCC	505.664,24
BNDES - BNDESPAR	6.195.928.421,01
Caixa - Instrumento Híbrido	707.754.950,21
Companhia Docas	38.988.958,74
EGF Especial	498.119,55
Eletrobrás - Itaipu	448.916.198,98
Rede Ferroviária Federal S.A.	428.071.916,52
VOTO CMN - ANDE	13.432.800,00
Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE	10.099.808,97
Banco do Brasil S.A. - Instrumento Híbrido	447.064.699,48
Total	**8.764.875.616,94**

1.5.4. Haveres Mobiliários

Ao final do exercício de 2014, a União possuía participação societária majoritária em 49 empresas (23 sociedades de economia mista e 26 empresas públicas) e minoritária em 57 empresas, além de participação em uma empresa binacional.

As participações relacionadas a seguir referem-se, apenas, às participações diretas do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de entidades da administração indireta. As empresas que respondem pela maior parcela do resultado obtido pela equivalência patrimonial – BNDES, BB, Caixa, Petrobras e Eletrobras – tiveram sua posição registrada de acordo com as informações contidas nos balanços de 30/09/2014, à exceção da Petrobras, cujas informações referem-se ao balanço de 30/06/2014, visto a não divulgação das demonstrações contábeis do terceiro trimestre de 2014 até o fim do exercício.

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (EM R$) (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			INVESTIMENTO (R$)	% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES				VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
Banco da Amazônia S.A.	1.511.944.349	-	1.511.944.349	849.699.780	51,00%	51,00%
Banco do Brasil S.A.	1.453.487.115	-	1.453.487.115	37.103.449.001	50,73%	50,73%
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	44.049.447	-	44.049.447	1.681.113.775	51,00%	51,00%
Cia. de Armazéns e Silos Do Estado de Minas Gerais - Casemg	37.380.952.566	1	37.380.952.567	24.926.553.000	97,73%	92,96%
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	12.223.080.569.286	-	12.223.080.569.286	1.834.935.790	100,00%	100,00%
Cia. Docas do Ceará - CDC	9.528.455.638	9.528.455.640	19.056.911.278	290.504.676	99,92%	99,92%
Cia. Docas do Pará - CDP	1.023.893.207	1.023.893.206	2.047.786.413	389.667.822	100,00%	100,00%
Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo - Ceagesp	34.294.143	-	34.294.143	136.605.296	99,68%	99,68%
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa-MG	4.994.632	-	4.994.632	26.024.795	99,57%	99,57%
Cia. das Docas do Estado da Bahia - Codeba	19.840.640.738	19.840.640.738	39.681.281.476	283.713.046	98,36%	98,36%
Cia. Docas do Espírito Santo - Codesa	2.121.960.382	-	2.121.960.382	273.225.956	99,45%	99,45%
Cia. Docas do Estado de São Paulo - Codesp	130.750.161.550	130.774.544.164	261.524.705.714	1.493.400.859	99,96%	99,97%
Cia. Docas do Maranhão - Codomar	4.827.417.417	4.827.417.417	9.654.834.834	171.909.518	99,97%	99,97%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -Eletrobras	554.395.652	1.544	554.397.196	24.003.974.089	51,00%	40,99%
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	3.740.470.811	-	3.740.470.811	103.871.245.771	50,26%	28,67%
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb	5.857.046.685	-	5.857.046.685	1.117.108.513	99,86%	99,86%

Fonte: Informações das empresas e Siafi.
A tabela contempla apenas as participações societárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R$ 100 mil. Desse modo, as empresas Cia. Docas do Rio Grande do Norte, Hospital Nossa Senhora Conceição (HNSC), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Telebras não estão retratadas no quadro.

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESA BINACIONAL (EM R$ 1,00)

EMPRESA	INVESTIMENTO Dez/2013 R$	INVESTIMENTO Jun/2014 R$	VARIAÇÃO %
ALCÂNTARA CYCLONE	356.045.125	389.754.835	9,47%

Fonte: Siafi

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESAS PÚBLICAS

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			INVESTIMENTO (R$)	% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	ORDINÁRIAS	PREFE-RENCIAIS	TOTAL		VOTO	TOTAL
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias - ABGF	-	-	-	46.158.070	100%	100%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	6.273.711.452	-	6.273.711.452	41.221.840.000	100%	100%
Caixa Econômica Federal - Caixa	-	-	-	28.521.934.000	100%	100%
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec	42.000	-	42.000	7.056.462	100%	100%
Casa da Moeda do Brasil - CMB	-	-	-	1.866.256.000	100%	100%
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	1.859.907	-	1.859.907	393.029.596	100%	100%
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	-	-	-	388.218.402	100%	100%
Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	200.000	-	200.000	849.121.855	100%	100%
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh	-	-	-	3.113.604	100%	100%
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	-	-	-	3.459.459.000	100%	100%
Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuária - Embrapa	-	-	-	115.301.935	100%	100%
Empresa Gestora de Ativos - Emgea	-	-	-	9.526.153.000	100%	100%
Empresa Gerencial de Projetos Navais - Engepron	-	-	-	109.873.228	100%	100%
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	-	26.926.000	100%	100%
Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	50.000	-	50.000	47.769.014	100%	100%
Financiadora de Estudos e Projetos - Finep	300.000.000	-	300.000.000	1.617.976.000	100%	100%
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA	-	-	-	462.473.272	100%	100%
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	-	-	-	500.560.014	100%	100%
Industria de Material Bélico do Brasil - Imbel	-	-	-	215.894.246	100%	100%
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	12.825.493	-	12.825.493	1.892.626.532	100%	100%
Pré-Sal Petróleo - PPSA	-	-	-	7.397.311	100%	100%
Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	-	-	-	1.050.444.450	100%	100%
Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - Valec	8.090.009	-	8.090.009	7.412.404.178	100%	100%

Fonte: Informações das empresas e Siafi

O quadro contempla apenas as participações societárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R$100 mil. Desse modo, as empresas Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais (CPRM) não estão retratadas no quadro.

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA MINORITÁRIA DA UNIÃO

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO - QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO (R$)	% CAPITAL	
	ORDINÁRIAS	PREFE-RENCIAIS	TOTAL		VOTO (%)	TOTAL (%)
Águas e Esgotos do Piauí - Agespisa	595.964	1.193.342	1.789.306	8.430.490	0,3900	1,1750
Empresa Brasileira Agroindustrial Ltda – ME - Brasagro (2)	1.854.795	-	1.854.795	4.199.383	35,1700	35,1700
Cia. de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema	1.013.290	-	1.013.290	1.013.290	0,0701	0,0701
Cia. de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - Caern	882.479	155.062	1.037.541	1.037.541	0,1259	0,1500
Cia. de Água e Esgoto do Ceará – Cagece	-	17.970	17.970	184.401	-	0,0150
Cia. de Água e Esgotos da Paraíba - Cagepa	41.987.615	281.445.419	323.433.034	138.849	0,0043	0,0328
Cia. de Saneamento de Alagoas - Casal	694.302	42.056.682	42.750.984	105.356	0,0005	0,0323
Celulose e Papel de Pernambuco S. A. - Cepasa	-	1.608	1.608	110.646	-	0,0523
Cia. Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	-	193.837	193.837	28.995.805	-	0,3800
Cia Petroquímica do Nordeste S.A. - Copenor	-	58.045.040	58.045.040	984.523	-	0,8716
Cia. de Saneamento de Sergipe - Deso	-	24.312.654	24.312.654	2.110.338	-	0,3100
Deten Química S.A. - Deten	-	562.449.039	562.449.039	1.254.184	-	0,5700
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	1.804	-	1.804	108.865	0,0012	0,0012
Eletricidade de São Paulo S.A. -Eletropaulo	13.342.384	258	13.342.642	84.326.770	20,0322	7,9730
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - Embasa	33.333	336.939	370.272	2.621.525	0,0970	0,0700
Energisa Paraíba - Energisapb	364	1.435	1.799	619.822	0,0587	0,1958
Indústria Carboquímica Catarinense S.A. - ICC (3)	-	490	490	245.003	-	0,1306
Instituto de Resseguros do Brasil - IRB	285.400	1	285.401	400.429.565	27,5572	27,5573
Metrobus Transporte Coletivo S.A. - Metrobus	158.851	49.147	207.998	207.998	0,6499	0,8492
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metro-RJ (3)	335.954.609	354.333.381	690.287.990	77.661.367	3,2655	6,4862
Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap (4)	219.400	-	219.400	7.035.354	43,8800	43,8800
Empresa Brasileira de Reparos Navais S.A. - Renave	31.286.746	-	31.286.746	254.772	0,7426	0,7426
RIMA	71.259	-	4.282.745	4.659.963,85	1,6639	1,6639
Cia. de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - Riotrilhos	335.954.609	354.333.381	690.287.990	366.689.437	3,2655	6,4862
Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A. - SNBP	4.670.000	-	4.670.000	862.651	10,0000	10,0000
TBM	37.526	-	37.526	2.282.034	1,6855	1,4003
Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap (4)	245.000.000	-	245.000.000	750.066.924	49,0000	49,0000

Fonte: Informações das empresas, bancos custodiantes e Siafi.
Notas:
(1) O quadro contempla apenas as participações societárias minoritárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R$ 100 mil.
(2) Foram utilizadas as informações do balanço de 31/12/12, informação mais recente disponível.
(3) Em liquidação.
(4) Foram utilizados os dados de 31/12/2013, visto não haver Demonstrações Contábeis mais recentes.

Além das participações societárias, a União detém quotas em fundos e organismos internacionais. Seus valores de investimento são apresentados conforme quadros a seguir.

PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS

FUNDOS	INVESTIMENTO (R$)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R$)	POSIÇÃO
Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	20.670.152.015	26.937.719.985,38	-
Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN	3.866.799.702	3.929.478.471,51	Junho/2014
Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC	1.521.791.801	1.521.791.800,90	Novembro/2014
Fundo de Investimento Garantidor Habitacional - FGHab	1.173.076.839	1.732.757.518	Novembro/2014
Fundo Garantidor para Investimento - FGI	578.263.317	714.288.817,99	Novembro/2014
Fundo Garantidor de Operações - FGO	323.275.008	938.388.993	Novembro/2014
Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP	20.284.829	20.284.829	Novembro/2014
Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam	6.528	494.804.073,14	Junho/2014
Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor	242	302.820.253,27	Junho/2014

Fonte: Siafi e Balanços.
Nota: Finam e Finor avaliados pelo método de custo, demais avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS EM R$ 1,00

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO	2013	2014	VARIAÇÃO (%)	PODER DE VOTO DO BRASIL (%)	POSIÇÃO
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	33.490.438	38.257.771	14,23%	0,45	31/12/2014
	BAD-fundo	-	-	-	-	31/12/2014
	BDC-Fundo	-	-	-	-	31/12/2014
	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1.809.437.198	1.815.104.939	0,31%	-	31/12/2014
	-BID-CO	979.913.190	979.913.190	0,00%	11,19	31/12/2014
	-BID- Fundo de Operações Especiais - FOE	829.524.009	835.191.749	0,68%	11,19	31/12/2014
	-BID- Cooperação Interamericana de Investimentos - CII	193.759.043	193.759.043	-	11,52	31/12/2014
	-Fundo Multilateral de Investimentos - Fumin	52.434.173	54.714.633	4,35%	1,70	31/12/2014
	Corporação Andina de Fomento - CAF	298.555.096	307.091.365	2,86%	7,66	31/12/2014
	Fundo Africado de Desenvolvimento - FAD	337.585.031	337.585.031	-	0,30	31/12/2014
	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - Fida	106.429.826	106.429.826	-	0,95	31/12/2014
	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata	174.620.244	174.620.244	-	20,00	31/12/2014
Ministério da Fazenda	Banco Mundial - Bird	637.933.566	637.933.566	-	1,63	31/12/2014
	Associação Internacional de Desenvolvimento - AID	1.701.390.826	1.701.390.826	-	1,67	31/12/2014
	Corporação Financeira Internacional - CFI	126.371.853	126.371.853	-	1,52	31/12/2014
	Agência Multilateral de Garantia a Investimentos - Miga	8.147.487	8.147.487	-	1,3	31/12/2014

Fonte: MP/Secretaria de Assuntos Internacionais; MF/Secretaria de Assuntos Internacionais; Siafi.

Principais variações nas participações societárias da União em 2014

Aumento de capital de empresas por Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Afac)

Em 2014, foram efetuados aumentos de capital no montante de R$ 3,31 bilhões, decorrentes dos créditos originados de adiantamentos para futuro aumento de capital (Afac), conforme discriminado no quadro a seguir.

AUMENTO DE CAPITAL EM 2014

EMPRESA	VALOR R$ MIL
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	
Companhia Docas do Ceara - CDC	34.409,51
Companhia Docas do Para - CDP	25.645,48
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	18.152,80
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	4.364,93
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	17.273,35
Companhia Docas do Espirito Santo - Codesa	50.397,74
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	30.012,63
PÚBLICAS	
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	1.867.072,88
Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - Valec	1.209.694,55
BINACIONAL	
Alcantara Cyclone	50.000,00
TOTAL	**3.307.023,87**

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Capitalização de Fundos

Em 2014 foi realizada a integralização de R$ 1,29 bilhão em cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), mediante a transferência de 1,5 bilhões de ações ON do Banco da Amazônia, 30 milhões de ações ON do BNB e de 37 milhões de ações ON da Eletrobrás, conforme autorização contida no Decreto s/n, de 13 de março de 2014 e Portaria MF nº 195/2014.

Destaca-se também o registro do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no montante de R$ 20,67 bilhões. O FAR é um fundo de natureza privada (à semelhança de FGI, FGO, FGEDUC, FGP, FGCN e FGHAB).

O fundo tem por objetivo prover recursos ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), para realização de investimentos no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários (unidades habitacionais), mediante constituição de carteira diversificada de ativos imobiliários, financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

A legislação do fundo (Lei nº 10.188/2001 e Lei nº 11.977/2009) foi alterada recentemente pela Lei nº 12.693/2012, quando este passou a ser subdividido em cotas e a integralização de cotas pela União foi autorizada, o que justifica seu registro como investimento da União.

Empresas em liquidação

Encontram-se ainda em processo de liquidação a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (Metrô – RJ), em virtude da criação da Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (Riotrilhos), nos termos do Decreto Estadual nº 28.313, de 11 de maio de 2001; e a Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC), que entrou em liquidação após aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de 28/03/1994.

Alienação de Haveres Mobiliário

A grande variação ocorrida nesta Conta foi fruto do resgate de cotas no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), no valor de R$ 150 milhões. Por fim, para a consecução da operação de capitalização do FGEDUC, detalhada no item anterior, foram utilizadas ações ON do Banco da Amazônia, BNB e da Eletrobrás, o que representou a baixa de tais ativos do patrimônio da União.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) arrecadados pela União

A arrecadação de dividendos e JCP pelo Tesouro nacional, pelo critério de caixa, em 2014, atingiu o montante de R$ 18,91 bilhões, com destaque para os pagamentos realizados pelas instituições financeiras federais, que contribuíram com 85% do total arrecadado. Em 2014, do montante arrecadado, 68% foi depositado diretamente na Conta Única do Tesouro e 38% desse valor foi sob a forma de títulos públicos federais.

ARRECADAÇÃO DE DIVIDENDOS PELA UNIÃO – 2010 A 2014
EM R$ MILHÕES

Tipo de Empresa	2010	2011	2012	2013	2014
Sociedade de Economia Mista	7.247,58	6.892,12	5.939,73	5.111,30	4.907,21
Empresa Pública	14.365,98	12.710,08	21.608,22	11.745,43	13.857,85
Minoritária	164,52	143,38	67,60	52,5	140,47
FND	66,03	-	-	-	-
TOTAL	**21.844,11**	**19.745,58**	**27.651,78**	**16.909,23**	**18.905,53**

Fonte: Siafi.

Recebimento de Prêmio de Debêntures

Em 2014, o Tesouro Nacional recebeu, a título de remuneração pela propriedade de 136.652.272 debêntures participativas da Vale (Vale S.A), a importância total de R$ 100 milhões.

1.5.5. Fundos que Receberam Aporte de Capital da União em 2014

Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)

A Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, alterada pela Lei nº 12.693, de 24 de julho de 2012, em seu art. 2º, autorizou a União a participar, mediante integralização de cotas, do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que tem como finalidade prover recursos para a realização de investimentos no desenvolvimento de empreendimentos habitacionais no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

No exercício de 2014 foi consignado crédito orçamentário no valor de R$ 14.500.000,00 para a ação 00AF – Integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), dentro do programa 2049 – Moradia Digna. No ano de 2014 foram pagos R$ 14.861.677.480,32 em aquisições de cotas do FAR, sendo R$ 4.505.978.027,00 oriundos de restos a pagar no orçamento de 2013, e R$ 10.355.699.453,32 de créditos orçamentários do exercício de 2014.

Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC)

A Lei no 12.087, de 11/11/2009, autorizou a União a participar em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, no limite global de R$ 4 bilhões para formação de seus patrimônios.

No exercício de 2014, não foi consignado crédito orçamentário para o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), sob a ação 00M2 – Integralização de cotas do FGEDUC, do Programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. Por outro lado, a necessidade de capital do Fundo foi suprida com integralização de cotas realizada por meio da transferência de ações de propriedade da União, conforme faculta a Lei nº 12.087/2009, e cuja autorização foi prevista no Decreto s/nº de 13 de março de 2014. Já a efetiva transferência de ações, no valor aproximado de R$ 1,291 bilhão, foi autorizada pela Portaria MF nº 195, de 15 de abril de 2014.

Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab)

A Lei nº 11.977, de 07/07/2009, autorizou a União a participar, até o limite de R$ 2 bilhões, do Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab) que tem como finalidade garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, bem como assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário em caso de morte e invalidez permanente e as despesas de recuperação relativas a danos físicos no imóvel.

No exercício de 2014 foi consignado crédito orçamentário no valor de R$ 80 milhões para a ação 00CZ – Integralização de cotas do FGHab, do Programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. O referido crédito foi empenhado em dezembro de 2014 e inscrito em restos a pagar.

HAVERES MOBILIÁRIOS (POSIÇÃO EM 31/12/2014)
EM R$ 1,00

Fundos	Total			Participação da União		%
	Quantidade de Cotas	Valor da Cota	Valor Total Patrimônio Líquido	Quantidade	Valor	
FGHab	787.001.281,22	2,27	1.788.655.925,94	638.075.802,22	1.450.185.777,43	81,1
FGI	561.320.981,32	1,18	663.201.042,36	454.132.226,18	536.557.470,46	80,9
FGCN	2.534.762.912	1,69	4.302.375.734,25	2.498.592.457	4.228.672.843,26	98,3
FGO	10.668.923,17	75,91	809.854.203,50	3.675.334,04	278.986.423,60	34,5

*FGEduc – O patrimônio do Fundo é equivalente a R$ 1,61 bilhão, sendo todas as cotas de propriedade da União.

1.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

1.6.1. Variações do estoque da Dívida Pública Federal (DPF)

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF), em mercado, apresentou aumento nominal de 7,9%, passando de R$ 2.151,2 bilhões, em dezembro de 2013, para R$ 2.322,0 bilhões no encerramento do ano de 2014. A composição do estoque da DPF, por sigla, e suas variações são discriminadas no quadro a seguir:

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL, EM MERCADO, DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL

ESTOQUE DA DPF			(em R$ milhões)
	dez-13	dez-14	Variação
DPF EM PODER DO PÚBLICO	**2.151.230**	**2.321.962**	**7,9%**
DPMFi	**2.055.602**	**2.208.626**	**7,4%**
LFT	394.663	418.570	6,1%
LTN	645.607	685.547	6,2%
NTN-B	670.194	732.702	9,3%
NTN-C	70.718	73.163	3,5%
NTN-F	238.028	260.358	9,4%
Dívida Securitizada	7.642	7.054	-7,7%
TDA	3.140	2.862	-8,8%
Demais	25.611	28.370	10,8%
DPFe	**95.628**	**113.335**	**18,5%**
Dívida Mobiliária	86.092	103.508	20,2%
Global USD	70.408	83.791	19,0%
Euro	2.766	6.062	119,2%
Global BRL	12.918	13.655	5,7%
Dívida Contratual	9.536	9.827	3,0%
Organismos Multilaterais	3.060	3.525	15,2%
Credores Privados/Ag. Gov.	6.476	6.302	-2,7%

Fonte: STN/Codiv/Geest.
Obs.:
1) O estoque da DPF apresentado neste documento leva em conta a metodologia por apropriação. Trata-se da demonstração dos saldos de valores arrecadados (ou simplesmente reconhecidos) com os juros e deságios apropriados (método da apropriação) registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Este enfoque se caracteriza por ser marcadamente contábil e atender às disposições da Lei n° 4.320/64, associadas às exigências complementares mais recentes dadas pelos Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resolução n° 750/93). Por outro lado, o estoque demonstrado no Resultado do Tesouro Nacional, Relatório Mensal da DPF (RMD), Relatório Anual da Dívida (RAD) e Plano Anual de Financiamento (PAF) é apurado utilizando-se a taxa interna de retorno
média das emissões como taxa de desconto para a determinação do valor presente dos títulos (Estoque pela Tir). Esta metodologia é também utilizada para cálculo de indicadores da dívida contidos naqueles relatórios. É importante ressaltar que as duas metodologias convergem e têm valores idênticos quando do pagamento/vencimentos dos títulos.
2) Destaca-se que estes valores já consideram, na atualização dos títulos até o dia 31/12/2014, os índices oficiais do IGP-DI, divulgado pela FGV em 08/01/2015, e do IPCA, divulgado pelo IBGE em 09/01/2015. Em razão do fechamento do Siafi ocorrer em data anterior a esta, os valores registrados neste sistema não contemplam as variações destes índices, sendo atualizados no mês subsequente.
3) Para a Dívida Externa foram utilizados os câmbios de 1 US$/R$ 2,3426 (dez/2013) e 1 US$/R$ 2,6562 (dez/2014).

Os principais fatores desta variação são discriminados por tipo de operação no quadro a seguir:

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL (DPF) DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO (FATORES DE VARIAÇÃO 2014)

INDICADORES	R$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/dez/13	2.151.230	
Estoque em 31/dez/14	2.321.962	
Variação Nominal (I + II)	170.731	7,94%
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	171.750	7,98%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	(69.210)	-3,22%
I.1.1 - Emissões	544.829	25,33%
- Emissões Oferta Pública (DPMFi) [1]	463.379	21,54%
- Emissões Diretas (DPMFi) [2]	66.476	3,09%
- Trocas Líquidas (DPMFi) [3]	0	0,0%
- Emissões (DPFe) [4]	14.973	0,70%
I.1.2 - Resgates	(614.038)	-28,54%
- Pagamentos Correntes (DPMFi) [5]	(597.725)	-27,79%
- Pagamentos Correntes (DPFe) [6]	(9.414)	-0,44%
- Resgates Antecipados (DPFe) [7]	(6.899)	-0,32%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	240.960	11,20%
- Juros Nominais Apropriados da DPMFi [8]	221.913	10,32%
- Juros Nominais Apropriados da DPFe [9]	19.047	0,89%
II - Operação do Banco Central	(1.019)	-0,05%
II.1 - Incorporação de Títulos de Instituições Financeiras [10]	(1.019)	-0,05%

Fonte: STN/Codiv/Geest.
Nota:
[1] Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos.
Os valores referentes aos cancelamentos ocorridos no quadrimestre já estão expurgados desse valor
[2] Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei e às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA),
Proex, FIES e FCVS, descontados os cancelamentos ocorridos no período.
[3] Diferença entre as emissões (preço de mercado) realizadas por troca e os títulos aceitos (preço da curva-estoque).
[4] Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e
agências de crédito.
[5] Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.
[6] Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.
[7] Incluem cancelamentos de títulos e pagamentos antecipados por meio do Programa de Recompra da DPFe.
[8] Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.
[9] Demonstra o efeito da apreciação/depreciação das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional, associado à apropriação de juros no período.
[10] Referem-se aos títulos transferidos ao Banco Central em razão de liquidação extrajudicial de Instituições Financeiras.
Observações:
I - A DPF em mercado compreende as dívidas contratual e mobiliária, interna e externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional em poder do público.
II - O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros,
deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.
III - O estoque da DPFe é apurado, segundo padrão internacional, com base no estoque (principal + juros apropriados por competência) na moeda de origem,
convertido para o dólar e, em seguida, para o real.

Em 2014, as emissões da DPMFi somaram R$ 463,4 bilhões, considerando as efetuadas via ofertas públicas (leilões tradicionais) e operações do Programa Tesouro Direto.

As emissões diretas líquidas de títulos da DPMFi totalizaram R$ 66,5 bilhões e foram realizadas para fazer face a programas de Governo, tais como: Reforma Agrária (TDA), Financiamento às Exportações - Proex (NTN-I), Financiamento Estudantil - FIES (CFT-E), além do Programa Nacional de Desestatização - PND (NTN-P); e concessões de crédito para o BNDES (Lei nº 13.000, de 18/06/2014, e Medida Provisória nº 661, de 02/12/2014) e para o Banco da Amazônia (Lei nº 12.712, de 30/08/2012). Os resgates, por sua vez, alcançaram R$ 614,0 bilhões, resultando em resgate líquido de R$ 69,2 bilhões no período. Em linha com as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2014, as emissões realizadas por meio de oferta pública no mercado doméstico envolveram os seguintes papéis: i) R$ 103,0 bilhões de LFT (Selic), com vencimentos entre março e setembro de 2020; ii) R$ 265,4 bilhões de LTN (prefixados), com vencimentos entre outubro de 2014 e julho de 2018; iii) R$ 70,9 bilhões de NTN-B (índice de preços), com vencimentos entre maio de 2019 e agosto de 2050 e iv) R$ 47,3 bilhões de NTN-F

(prefixados com juros semestrais) com vencimentos entre janeiro de 2021 e janeiro de 2025.

Necessidades de Financiamento

A definição da estratégia de atuação do Tesouro Nacional tem como ponto de partida o montante de recursos a ser captado em mercado para atendimento das necessidades de financiamento do Governo Federal, bem como o volume de títulos a ser emitido diretamente aos interessados, em cumprimento a leis específicas.

De posse dessas informações, a instituição norteia sua atuação de modo a garantir o melhor balanceamento entre custos e riscos para a Dívida Pública, sem prejuízo do compromisso de contribuir para o desenvolvimento do mercado brasileiro de títulos, conforme delineado no Plano Anual de Financiamento (PAF).

Em 2014, o Tesouro deparou-se com uma necessidade bruta de financiamento, resultado da soma de todos os vencimentos e encargos a serem pagos, de R$ 672,3 bilhões. Por outro lado, a instituição pode contar com R$ 108,5 bilhões em recursos orçamentários. Dessa forma, a necessidade líquida do ano correspondeu a R$ 563,8 bilhões.

As emissões diretas, por outro lado, não têm o objetivo de financiamento do Tesouro, mas sim prover crédito a determinadas instituições executoras de políticas de interesse público. Nessas operações, que precisam ser autorizadas em lei, o Tesouro Nacional atua no sentido de conciliar sua estratégia de financiamento aos objetivos das instituições beneficiadas.

Em 2014, as emissões diretas de títulos (fora de leilões competitivos) totalizaram R$ 66,59 bilhões. Em termos de volume financeiro, as emissões mais significativas foram referentes às operações de concessão de crédito para o BNDES, conforme ilustra o quadro a seguir:

EMISSÕES DIRETAS EM 2014

Programa	Instrumento Legal	Títulos Emitidos	Total Emitido (Milhões de R$)
1. Operações com Contrapartida Financeira			
Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES	Lei nº 10.260/01	CFT-E	4.012,63
Programa Nacional de Desestatização – PND	Lei 9.491/97 e Decreto nº 1.068/94	NTN-P	129,70
Total			**4.142,33**
2.Operações sem Contrapartida Financeira			
Programa de Financiamento às Exportações – Proex	Lei nº 10.184/01	NTN-I	819,90
Reforma Agrária	Decreto nº 578/92 e MP nº 2.183/01	TDA	609,64
Concessão de Crédito – BNDES	Lei nº 13.000/14 e MP nº 661/14	LTN/NTN-F/NTN-B	59.999,99
Assunção de Dívidas do Estado de Roraima	ADCT de 05/10/1998	NTN-B	19,99
Concessão de Crédito – Banco da Amazônia	Lei nº 12.712/12	LTN	999,99
Total			**62.449,51**
Total			**66.591,84**

Fonte: STN/Codiv/Gepre.

As duas operações de concessão de crédito em favor do BNDES ocorreram em junho e dezembro, no montante total de R$ 59,99 bilhões, conforme autorizado pela na Lei nº 13.000/2014 e pela M.P nº 661/2014. Como de praxe, essas operações envolvem o estabelecimento de contratos cujo prazo é de 40 anos, com carência de 20 anos para amortização do principal, que será calculado pelo valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações não vencidas.

Quanto às taxas de juros, nos primeiros seis anos não haverá pagamento de remuneração (será incorporado ao principal), do 7º ao 15º ano será de 1/3 da TJLP (os 2/3 restantes serão incorporados ao principal), limitada a 6% ao ano e, após esse período, a taxa corresponderá à TJLP, também limitada a 6% ao ano. Em caso de a TJLP superar esse limite, a diferença não integrará o fluxo mensal de pagamento de juros, sendo incorporada ao saldo devedor.

Estratégia - Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi)

Em 2014, o Tesouro Nacional obteve êxito na execução da estratégia, traçada em seu Plano Anual de Financiamento (PAF), de consolidação do perfil da dívida pública, predominantemente atrelada aos títulos prefixados e com remuneração vinculada a índices de preços, levando à gradual redução do risco de mercado.

Para tanto, a estrutura de oferta seguiu as diretrizes enunciadas no PAF 2014. No caso dos títulos prefixados, foram ofertados quatro vencimentos de LTN, com prazos de referência de seis e 12 meses, representando os vértices de curto prazo, e de dois e quatro anos, relacionados aos pontos de médio prazo. Os benchmarks de longo prazo foram representados por duas NTN-F, o primeiro vértice em 2021, ponto utilizado anteriormente como benchmark de 10 anos, e a emissão do novo título de 10 anos, com vencimento em janeiro de 2025.

As NTN-B foram ofertadas em dois grupos de benchmarks, o primeiro composto de dois títulos com vencimento em 2019 e 2023 e o segundo contemplando três vértices com vencimento em 2030, 2040 e 2050.

Cabe observar que em 2014 o Tesouro Nacional realizou leilões quinzenais de resgate antecipado das NTN-B com prazos superiores a 20 anos, propiciando aos seus detentores uma possibilidade adicional de liquidez em relação ao mercado secundário. Além disso, foram realizados leilões mensais de troca de títulos mais curtos por outros ofertados em leilão, com o objetivo de alongar o perfil da dívida.

As LFT, títulos flutuantes que seguem a variação da taxa Selic, foram emitidas com prazo próximo a seis anos, superior ao prazo médio do estoque da DPF, e ofertadas em apenas um vencimento em cada leilão mensal.

Além das atuações regulares, o Tesouro Nacional realizou intervenções extraordinárias na primeira semana de fevereiro, momento de alta volatilidade no mercado financeiro. O leilão tradicional de prefixados da semana foi cancelado, tendo sido, em contrapartida, realizado leilão especial de compra de cerca de R$ 2,5 bilhões em LTN de prazos mais curtos.

Avaliando-se as operações totais da DPMFi por indexadores, o ano de 2014 apresentou resgate líquido de títulos prefixados de cerca de R$ 23,1 bilhões, com emissão de R$ 355,7 bilhões ante resgate de R$ 378,7 bilhões.

Considerando somente as colocações em ofertas públicas de venda (leilões tradicionais), os títulos prefixados foram responsáveis por 68% do volume total emitido, destacando-se as emissões de NTN-F, que atingiram R$ 47,1 bilhões no ano. Desse montante, R$ 21,3 bilhões foram em colocações do título com vencimento em janeiro de 2021 e R$ 25,8 bilhões relativos ao vértice de 10 anos, com vencimento em janeiro de 2025. O volume emitido de NTN-F em 2014 superou em quase 20% o valor emitido para esses benchmarks em 2013.

Em relação aos títulos remunerados por índices de preço, as emissões totais foram de R$ 92,9 bilhões, com resgate de R$ 118,3 bilhões, resultando em resgate líquido de R$ 25,4 bilhões, incluída nesse montante R$ 22,0 bilhões em emissões diretas.

No que tange aos títulos a taxas flutuantes, as emissões totais atingiram R$ 102,7 bilhões. Por sua vez, os resgates alcançaram R$ 122,6 bilhões, conduzindo a um resgate líquido de R$ 19,8 bilhões.

Estratégia - Dívida Pública Federal Externa (DPFe)

Quanto à atuação no mercado externo, a estratégia do PAF 2014 se apoiava nas seguintes diretrizes:

- Criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (benchmarks) na estrutura a termo de taxa de juros;
- Manutenção do programa de resgate antecipado (BuyBack) para títulos denominados em dólares (USD), euros (EUR) e reais (BRL);
- Possibilidade de realização de operações de gerenciamento do passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa; e
- Monitoramento da Dívida Contratual Externa, em busca de alternativas de operações que apresentem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional.

Em 2014, o Tesouro Nacional realizou três operações. Ao final de março, ocorreu o lançamento do bônus da República denominado EURO 2021, no valor de EUR 1,0 bilhão, com vencimento em 1º de abril de 2021. O título foi emitido ao preço de 99,464% de seu valor de face, resultando em taxa de retorno para o investidor (yield) de 2,961% a.a. O investidor receberá cupom de juros de 2,875% a.a., pagos anualmente no dia 1º de abril de cada ano, a partir de 2015, até seu vencimento. A emissão foi realizada com spread de 165 pontos-base acima do mid-swap de sete anos, a referência daquele mercado.

A operação está em linha com o objetivo de diversificação da base de investidores. Além disso, restabelece um vértice de financiamento do Governo no mercado europeu, servindo como referência para as empresas brasileiras interessadas em acessar aquele mercado.

A segunda emissão externa ocorreu em julho, no âmbito de uma operação de gerenciamento de passivo externo, que também retirou de mercado alguns títulos mais antigos. A operação consistiu na emissão de um novo ponto de referência de 30 anos da curva em dólares, o Global 2045, no montante de US$ 3,55 bilhões.

Essa emissão teve a segunda melhor taxa da história do Brasil para um título de 30 anos em dólares, demonstrando a capacidade do País em emitir títulos de longo prazo e refinanciar sua dívida a um baixo custo. O momento escolhido para a emissão, quando o antigo referencial de 30 anos (o Global 2041) era transacionado ao menor yield nos últimos 12 meses, foi determinante para o sucesso da operação.

Na operação o Tesouro retirou do mercado títulos de prazo mais curto e de cupons de juros mais elevados, incompatíveis com as atuais condições de financiamento do País.

Esse processo ocorreu tanto por meio da troca desses títulos pelo novo papel referencial de 30 anos, quanto por meio do resgate antecipado em dinheiro desses títulos mais antigos.

Do total emitido do Global 2045 (US$ 3,55 bilhões), US$ 1,55 bilhão foi recebido em dinheiro e aproximadamente US$ 2 bilhões foram emitidos mediante troca com os títulos externos já existentes em mercado. Adicionalmente, foram recomprados mais US$ 100,2 milhões em títulos antigos com parte dos recursos em dinheiro obtidos com a emissão.

Finalmente, em setembro, o Tesouro Nacional realizou a reabertura de seu título de referência (benchmark) de 10 anos em dólares, o bônus Global 2025, no valor de US$ 1,05 bilhão (US$ 1 bilhão nos mercados europeu e norte-americano e US$ 50 milhões no mercado asiático).

O título foi emitido com cupom de juros de 4,25% a.a., pagos semestralmente nos dias 07 de janeiro e 07 de julho de cada

ano, até o seu vencimento, em janeiro de 2025. A emissão foi realizada com spread de 147 pontos-base acima do Treasury (título do Tesouro americano) de mesmo prazo de referência.

O bônus Global 2025 foi colocado no mercado ao preço de 103,050% do seu valor de face, o que resultou em taxa de retorno para o investidor (yield) de 3,888% a.a.

Outro ponto de atuação do Tesouro Nacional no mercado externo foi a manutenção do Programa de Resgate Antecipado de títulos da dívida externa, que é um importante instrumento para aprofundar o processo de aprimoramento da curva de juros.

Em 2014, foram recomprados, em valor de face, US$ 0,74 bilhão em títulos denominados em dólares, montante equivalente a US$ 0,94 bilhão em valor financeiro.

Por fim, dentre as ferramentas usadas no gerenciamento da dívida externa, destaca-se a compra antecipada de dólares pelo Tesouro Nacional ao longo de 2014, totalizando US$ 3,1 bilhões ao final de dezembro. Esta quantia é suficiente para pagar 42,3% de toda a dívida externa a vencer até 2017.

1.6.2. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida

O objetivo primário da gestão da Dívida Pública Federal é o levantamento de recursos suficientes para o atendimento da necessidade de financiamento do Governo Federal, sendo este o ponto de partida para a definição da estratégia de emissões de títulos públicos pelo Tesouro Nacional.

Evolução dos Indicadores da DPF

Os principais indicadores da Dívida Pública Federal (DPF) encerraram o exercício dentro dos intervalos definidos previamente no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2014.

Ou seja, o Tesouro alcançou todas as metas relativas a estoque, composição (prefixados, índices de preços, flutuantes e câmbio) e estrutura de vencimentos (prazo médio e percentual vencimento em 12 meses). Em relação a 2013, observa-se mudanças marginais da composição da dívida, consolidando, assim, os avanços obtidos em anos anteriores. Além disso, o Tesouro logrou êxito na diretriz de alongamento do prazo médio da DPF.

RESULTADOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL - DPF

Indicadores	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	PAF-2014	
					Mínimo	Máximo
Composição do Estoque da DPF						
Prefixado (%)	37,2	40,0	42,0	41,6	40,0	44,0
Índice de Preços (%)	28,3	33,9	34,5	34,9	33,0	37,0
Taxa Flutuante (%)	30,1	21,7	19,1	18,7	14,0	19,0
Câmbio (%)	4,4	4,4	4,4	4,9	3,0	5,0
Estrutura de Vencimentos						
Prazo Médio (anos)	3,6	4,0	4,2	4,4	4,3	4,5
% vincendo em 12 meses	21,9	24,4	24,8	24,0	21,0	25,0

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv).

Composição da DPF

Em 2014, houve estabilização na política do Tesouro Nacional de substituição de títulos vinculados a taxas de juros flutuantes (especialmente à taxa Selic), por dívida prefixada ou remunerada por índices de preços, em grande parte em função das incertezas geradas pelos cenários externo e interno.

Em comparação com o ano anterior, aumentou a participação da dívida vinculada a índices de inflação (de 34,5% para 34,9%) e da dívida atrelada ao câmbio (de 4,4% para 4,9%).

Em contrapartida, houve queda da parcela de flutuantes na DPF (de 19,1% para 18,7%) e dos prefixados (de 42,0% para 41,6%). Todos esses indicadores se mantiveram dentro dos limites estabelecidos pelo PAF.

Com isso, a parcela da dívida resultante da soma de títulos prefixados e remunerados por índices de preços chegou a 76,5% do total ao final de dezembro, deixando em 23,5% a participação conjunta dos títulos indexados à taxa de juros Selic (flutuantes) e daqueles expostos à variação cambial.

Enquanto os prefixados trazem previsibilidade aos fluxos nominais da dívida, os instrumentos vinculados à inflação têm vantagens para a gestão de riscos globais, pois seu custo apresenta maior estabilidade em termos reais e tende a ser positivamente correlacionado com as receitas do governo. Além disso, esses títulos auxiliam de maneira importante o alongamento do prazo médio da dívida.

Estrutura de Vencimentos

A análise da estrutura de vencimentos da DPF mostra que o ano de 2014 trouxe avanços quanto à diretriz de alongamento da maturidade média da dívida. Com relação às metas do PAF, o prazo médio aumentou em relação ao final do ano anterior (de 4,2 anos para 4,4 anos), enquanto o percentual vincendo em 12 meses diminuiu (de 24,8% da DPF para 24,0% da DPF). Nos dois casos, os limites apontados pelo PAF foram respeitados.

A estrutura de maturação da dívida está relacionada com seu risco de refinanciamento. Este é dado pela possibilidade de o Tesouro Nacional, ao acessar o mercado para refinanciar sua dívida vincenda, encontrar condições financeiras adversas que impliquem elevação em seus custos de emissão, ou até, no limite, não conseguir levantar recursos no montante necessário para honrar seus pagamentos. Portanto, tal risco depende diretamente de quão concentrados em pontos específicos do tempo estão os vencimentos previstos da dívida.

Historicamente, o Tesouro tem obtido progressos na redução do seu risco de refinanciamento. Um indicativo disso é a evolução da concentração de vencimentos da DPF em até 12 meses, que apresentou forte tendência de queda na última década. Após atingir 39,3% da DPF em 2004, a parcela de títulos vincenda no curto prazo reduziu a 21,9% da DPF em 2011 e, apesar do aumento ocorrido nos últimos dois anos, tem se estabilizado abaixo de 25% da DPF, proporção esta que é considerada confortável para a gestão do risco de refinanciamento da dívida.

Custo da Dívida Pública

Além dos riscos da DPF, o Tesouro Nacional pondera o seu custo de financiamento na definição da estratégia de dívida. Em geral, as alternativas de menor custo podem gerar maior exposição a perdas para o governo, em contextos de choques nas variáveis econômicas. Busca-se, então, uma composição de indexadores e prazos para o endividamento que proporcione balanço adequado diante do trade-off entre custo e risco decorrente das opções disponíveis.

Assim, a análise de custos deve levar em conta que a estratégia de substituição de dívida flutuante por títulos prefixados ou vinculados a índices de preços tende a embutir o pagamento de prêmios de risco, como fator de remuneração pela proteção que estas últimas alternativas oferecem.

O mesmo ocorre em relação ao aumento do prazo médio do estoque e à redução da proporção da dívida a vencer no curto prazo, que tornam o custo da DPF mais estável.

A estatística de custo médio da dívida é uma combinação dos custos de financiamento do estoque corrente (incorporando taxas de juros de emissões mais distantes no tempo) com o custo das novas emissões. À medida que ocorre o refinanciamento da dívida, parte de seu custo é renovada de acordo com as condições vigentes nos mercados financeiros.

Nesse contexto, uma análise focada apenas nas emissões mais recentes de títulos ganha relevância diante das alterações ocorridas no perfil da dívida.

A redução, nos últimos anos, da participação dos títulos flutuantes, combinada com a menor concentração de vencimentos no curto prazo, introduziu certa inércia no comportamento da estatística de custo do estoque, se refletindo em menor sensibilidade deste a mudanças nas taxas de juros de curto prazo.

O custo médio da dívida (em particular o da DPMFi), que sempre acompanhou bem de perto o movimento da taxa Selic, vem, especialmente a partir de 2010, mostrando um descolamento em relação a esse indicador. Os ciclos de alta e baixa da Selic passaram a ser mais acentuados, em comparação com o que ocorre para o custo da DPF, que tem se mostrado mais estável.

1.6.3. Tesouro Direto

O Tesouro Direto (TD) é um Programa criado pelo Tesouro Nacional em 2002, em parceria com a BM&FBovespa, para permitir às pessoas físicas comprarem títulos públicos diretamente pela Internet. Dentre seus objetivos, inclui-se democratizar o acesso a títulos públicos, oferecer opções de investimento rentáveis e seguras, além de incentivar a formação de poupança de longo prazo do país. Ao longo de 2014, o Programa observou forte demanda por parte dos investidores, atraídos, sobretudo, pelas elevadas rentabilidades, pelo baixo custo de aplicação e pela diversidade de títulos públicos disponíveis.

O ano terminou com o Tesouro Direto batendo marcas importantes. O número de investidores cadastrados superou o patamar de 400 mil, enquanto o estoque investido passou de R$ 15 bilhões. No acumulado do ano, o montante de vendas líquidas (R$ 2.515,0 milhões) e de vendas brutas (R$ 4.978,1 milhões) foram os maiores da história. Por fim, em dezembro, o programa alcançou a marca inédita de R$ 330,3 milhões em vendas líquidas num único mês.

Em 2014, mais 75.859 pessoas se cadastraram no Tesouro Direto, elevando para 454.126 o número total de investidores cadastrados, valor 20,0% superior ao total acumulado até o fim do ano anterior.

O programa vem aumentando constantemente o número de investidores desde a sua criação, em 2002. Tal fato sinaliza a maior popularização do TD, bem como sua consolidação como alternativa segura e rentável de aplicação financeira.

Ao longo do ano, as vendas totalizaram R$ 4.978,1 milhões, montante superior em 35,3% ao vendido em 2013 e que significou um salto significativo em relação ao crescimento das vendas verificado nos últimos três anos.

Em termos da preferência do investidor, a tendência dos últimos anos foi mantida em 2014, com os títulos indexados ao IPCA (NTN-B e NTN-B Principal) liderando a demanda, com participação nas vendas de 49,2%. Os títulos prefixados (LTN e NTN-F) vieram na sequência, com participação de 28,3%, seguidos pelos títulos flutuantes, com 22,5% das vendas.

Em relação ao prazo de vencimento, a maior parte da demanda foi por títulos com prazos entre um e cinco anos, que representaram 59,1% do total vendido.

Os títulos com prazo superior a cinco anos somaram 40,9%, sendo 17,6% referente a título de cinco a dez anos e 23,3% referente a títulos com prazo de vencimento superior a dez anos.

Em termos de faixas de aplicação, aproximadamente 35,8% das vendas do Tesouro Direto em 2014 foram de até R$ 1.000,00, enquanto as vendas até R$ 5.000,00 corresponderam a 65,3% do total. Esses números demostram que o Programa tem sido bem sucedido em democratizar o acesso a títulos públicos, ampliando

a participação do pequeno investidor. O saldo das operações de compra e resgate, bem como do efeito da apropriação de juros ao longo do ano, fez com que o estoque do Tesouro Direto atingisse R$ 15.288,6 milhões ao final de 2014, valor 34,2% superior ao estoque no final do ano anterior, de R$ 11.389,7 milhões, o qual também já havia se elevado consideravelmente (18,8%) em relação a 2012.

Por fim, em relação aos esforços de aperfeiçoamento e divulgação do programa, cabe dizer que em 2014, além de participar de iniciativas de educação financeira, o Tesouro Nacional deu continuidade ao projeto de reavaliação e reformulação do Programa Tesouro Direto, iniciado em 2013.

A primeira fase deste projeto, realizada ao longo de 2013, esteve relacionada à elaboração de diversas pesquisas e um diagnóstico que subsidiou a segunda fase, iniciada em 2014.

Neste ano, foram elaborados o planejamento estratégico e um plano de atividades, já utilizados na formulação das metas e execução de ações relacionadas à melhoria do Programa. Tais ações devem continuar em 2015, ano em que é esperada a divulgação de um pacote de medidas que visam tornar o TD ainda mais acessível e atraente aos investidores.

1.6.4. Avanços Institucionais

Em 2014, o Tesouro Nacional aprimorou a gestão da DPF por meio de iniciativas destinadas ao desenvolvimento do mercado local de títulos públicos, bem como ao aperfeiçoamento de seus mecanismos operacionais e do seu relacionamento institucional com participantes dos mercados financeiros doméstico e internacional, organismos multilaterais, jornalistas e demais representantes da sociedade.

A promoção do desenvolvimento do mercado veio com o trabalho relativo à criação do primeiro Exchange Traded Fund (ETF) de renda fixa. Em relação aos mecanismos operacionais, merecem destaque os avanços obtidos no desenvolvimento do Sistema Integrado da Dívida (SID).

No tocante ao relacionamento com o público externo, vale mencionar a participação do Tesouro nos principais fóruns destinados a investidores e gestores de dívida pública.

1.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS

1.7.1. Verificação de Limites e Condições para Realização de Operações de Créditos dos Entes da Federação

Análise de Requisitos - Descrição e Objetivos

No âmbito da análise fiscal de Estados, Distrito Federal e Municípios, a Lei Complementar nº 101/2000 e as Resoluções do Senado Federal nos 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda (MF) funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos entes federativos, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a execução dessas atribuições, mais especificamente à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem), cujos procedimentos são regulamentados pela Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010.

Beneficiários

Entre janeiro e dezembro de 2014, a STN finalizou a análise de 1.227 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para a contratação de operações de crédito. Desse total, 151 pleitos foram arquivados, 68 operações contratadas sem prévia autorização desta Secretaria foram regularizadas, e em 1.008 deles concluiu-se pelo cumprimento dos limites legais para a contratação de operações de crédito, sendo que destes, 56 foram encaminhados para a análise da concessão de garantia da União.

O valor das operações de crédito interno sem a concessão de garantia da União para as quais o ente cumpriu os limites fixados pelo Senado Federal totalizou R$ 18.362.742.726,41. Para cada pleito, emitiu-se Parecer da Copem com vistas a evidenciar a existência ou não de capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites estabelecidos nos diplomas legais.

As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise. Registre-se a atuação da STN junto aos diversos agentes financeiros envolvidos na contratação de operações de crédito dos entes, com vistas a promover treinamento qualificado para a instrução correta dos pleitos submetidos à análise da STN.

A edição da Resolução nº 3.751/2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentou novas normas para o processo de verificação de limites e condições para contratação de operação de crédito pelos entes federativos.

A partir da data de edição da referida Resolução, os agentes financeiros autorizados a operar com o setor público deverão, na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em lei e demais atos normativos, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito analisadas pela Secretaria, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas também para

manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas.

No sítio da STN, há uma área específica para divulgação de informações sobre o endividamento de Estados e Municípios referentes às operações de crédito analisadas e em tramitação (https://www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios).

A STN, por meio da Copem, trabalhou na manutenção e no aperfeiçoamento do sistema próprio que auxilia a análise dos pleitos de operação de crédito de Estados e Municípios.

1.7.2. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal

Na segunda metade da década de 90 ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos.

Após diagnóstico efetuado da situação fiscal, em que se verificou a vulnerabilidade das finanças estaduais, foram definidas as condições para o refinanciamento, por parte da União, das dívidas existentes, mediante a assinatura de contrato, onde estariam estabelecidas as premissas para um ajuste fiscal duradouro, como contrapartida aos benefícios auferidos pelo refinanciamento.

Neste contexto foi editada a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que estabeleceu os critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especificou, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

Foram assinados contratos de renegociação de dívidas no âmbito da Lei nº 9.496/97 com 24 Estados e o Distrito Federal, apenas Tocantins e Amapá não tiveram dívidas refinanciadas.

A contrapartida dos Estados pelo refinanciamento, nos termos dos contratos assinados, foi a implementação de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal trienais, passíveis de revisão anual.

Os Estados comprometeram-se a programar, durante o prazo de refinanciamento (até 360 meses, com possibilidade de ser estendido por até 120 meses para aqueles que apresentassem resíduos ao final deste prazo), iniciativas fiscais visando o incremento de receitas, o controle de despesas, particularmente as de pessoal e de investimentos, a realização de reformas patrimoniais, etc., traduzidas em metas quanto à relação dívida financeira / receita líquida real (RLR), resultado primário, despesas com o funcionalismo público, arrecadação própria de receitas, a reforma do Estado e despesas com investimentos.

Os Estados mais endividados beneficiaram-se da condição contratual de pagamento do serviço da dívida refinanciada dentro do limite máximo de comprometimento mensal de 11,5% a 15% da RLR.

A gestão dos programas de ajuste fiscal ficou a cargo da STN que anualmente avalia o cumprimento das metas compromissadas e negocia a sua revisão.

Neste sentido, a STN, no exercício das suas atribuições legais de monitorar os programas assinados com os Estados, desenvolveu em 2014 uma série de atividades, que envolveram a realização de missões técnicas aos Estados e ao DF, visando examinar o comportamento das suas finanças e coletar informações, a negociação da revisão dos programas para o próximo triênio e, finalmente, a avaliação das metas programadas para 2013.

Os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte liquidaram as obrigações contraídas no âmbito do refinanciamento instituído pela Lei nº 9.496/97, desobrigando-se de manter metas e compromissos referentes ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

PRINCIPAIS ATIVIDADES RELACIONADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS

UF	PERÍODO DA MISSÃO	DATA DA REVISÃO DO PROGRAMA	DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
AC	13 a 15 de maio de 2014	Não revisou em 2014	Nota nº 129/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 04 de agosto de 2014 e Nota nº 130/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 05 de agosto de 2014.
AL	8 e 9 de abril de 2014	9 de outubro de 2014	Nota nº 151/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 29 de agosto de 2014
AM	22 a 24 de julho de 2014	5 de dezembro de 2014	Nota nº 171//2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 26 de setembro de 2014
BA	30 e 31 de julho de 2014	30 de dezembro de 2014	Nota nº 191/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 24 de outubro de 2014
CE	3 e 4 de junho de 2014	4 de novembro de 2014	Nota nº 180/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 09 de outubro de 2014
DF	9 e 10 de junho de 2014	10 de dezembro de 2014	Nota nº 177/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 07 de outubro de 2014
ES	27 e 28 de maio de 2014	22 de setembro de 2014	Nota nº 181/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15 de outubro de 2014
GO	25 e 26 de março de 2014	26 de dezembro de 2014	Nota nº 173/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 01 de outubro de 2014
MA	20 e 21 de maio de 2014	5 de dezembro de 2014	Nota nº 178/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 07 de outubro de 2014
MG	27 e 28 de maio de 2014	11 de dezembro de 2014	Nota nº 146/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 27 de agosto de 2014 e Nota nº 147/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 27 de agosto de 2014.
MS	15 e 16 de abril de 2014	24 de novembro de 2014	Nota 161/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 05 de setembro de 2014
MT	13 e 14 de maio de 2014	15 de dezembro de 2014	Nota nº 99/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 24 de junho de 2014 e Nota nº 100/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 24 de junho de 2014.
PA	23 e 25 de abril de 2014	30 de dezembro de 2014	Nota nº 182/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de outubro de 2014
PB	06 e 07 de maio de 2014	26 de dezembro de 2014	Nota nº 149/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 29 de agosto de 2014
PE	27 e 28 de maio de 2014	26 de dezembro de 2014	Nota nº 155/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 01 de setembro de 2014
PI*	-	-	-
PR	9 e 11 de junho de 2014	28 de novembro de 2014	Nota nº 215/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 17 de dezembro de 2014
RJ	27 e 28 de janeiro de 2014	20 de junho de 2014	Nota nº 148/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 29 de agosto de 2014
RN*	-	-	-
RO	03 a 05 de junho de 2014	27 de novembro de 2014	Nota nº 200/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 14 de novembro de 2014 e Nota nº 201/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 14 de novembro de 2014.
RR	28 a 30 de abril de 2014	12 de dezembro de 2014	Nota nº 107/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 25 de junho de 2014 e Nota nº 109/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 25 de junho de 2014.
RS	05 a 07 de maio de 2014	31 de dezembro de 2014	Nota nº 159/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 05 de setembro de 2014
SC	09 a 11 de abril de 2014	Não revisou em 2014	Nota nº 198/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 09 de novembro de 2014
SE	16 e 17 de julho de 2014	Não revisou em 2014	Nota nº 185/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 17 de outubro de 2014
SP	26 e 27 de março de 2014	23 de dezembro de 2014	Nota nº 172/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 29 de setembro de 2014

Fonte: STN/Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem).
* Os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte liquidaram as obrigações contraídas no âmbito do refinanciamento instituído pela Lei nº 9.496/97, desobrigando-se de manter metas e compromissos no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal.

1.7.3. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram Refinanciadas (MP 2185-35/2001)

No caso dos Municípios, em 25 de fevereiro de 1999, foi editada a Medida Provisória nº 1.811, atual MP 2.185/01, que autorizou a assunção e o refinanciamento, pela União, das seguintes dívidas de responsabilidade dos Municípios: a) mobiliária interna e externa; b) operações de ARO; c) fundada junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras; e d) da administração indireta municipal previamente assumida pelo município. Da mesma forma que para os Estados, também foi estabelecido um limite de dispêndio mensal apurado sobre a RLR dos Municípios que, neste caso, é de 13%.

Ante a impossibilidade de se estabelecer um programa de ajuste fiscal para cada um dos Municípios que aderiram ao refinanciamento de dívidas, os contratos de refinanciamento estabeleceram condições mínimas de ajuste fiscal, como a exigência de adequação das despesas de pessoal à legislação em vigor e implantação de contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos com alíquota média de no mínimo 11% da remuneração total e limite das despesas com aposentados e pensionistas ao máximo estabelecido na legislação em vigor.

Foram firmados contratos com 180 Municípios pertencentes a 17 Estados, aí incluídas 9 capitais. A STN realiza o acompanhamento dos indicadores desses Municípios para efeito de aplicação da legislação pertinente.

A partir de 2010, em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, regulamentado pela Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, o acompanhamento dos indicadores se restringiu aos Municípios que utilizam do limite de pagamento previsto no inciso V do artigo 2º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001 ou que tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo, bem como aqueles que apresentaram pendências financeiras decorrentes de ação judicial que tenha como litígio o refinanciamento de dívidas realizado ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35/2001. Diante disso, o acompanhamento abrangeu apenas 12 Municípios em 2014,

conforme avaliação registrada na Nota nº 196/2014/Corem/STN, de 31 de outubro de 2014.

1.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real (RLR)

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, para efeito de aplicação dos limites de comprometimento do pagamento do serviço da dívida, considerando-se o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496/1997, no art. 5º da Lei nº 10.195/2001, com redação dada pela Lei nº 11.533/2007, no art. 83 da Lei nº 12.249/2010, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001, nos arts. 1º e 3º da Portaria nº 447/2002 e no Parecer PGFN/CAF nº 1.331/2004.

Em 2014, a apuração da RLR dos Municípios também contemplou o disposto no art. 6º da Medida Provisória nº 618, de 5 de junho de 2013, convertida na Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013. Desta forma, foram publicadas as portarias divulgando os valores. Essas portarias também estão disponíveis na Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional.

1.7.5. Verificação do Adimplemento com a União para Efeito do Disposto no inciso IV do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

A Portaria MF nº 106, de 28 de março de 2012, regulamentou os procedimentos e as competências, no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, para fins de comprovação e divulgação, quanto ao adimplemento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios com a União, relativamente a financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como quanto às garantias a operações de crédito que tenham sido, eventualmente, honradas, previstos no inciso VI do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Nesse sentido a Secretaria do Tesouro Nacional divulga em seu sítio na Internet as informações relativas a comprovação quanto ao adimplemento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como quanto às garantias a operações de crédito, que tenham sido, eventualmente, honradas, para efeito de atendimento ao disposto no inciso VI do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

A comprovação de adimplemento constante desta página abrange o cumprimento de todas as obrigações, financeiras e acessórias, estabelecidas nos contratos de financiamento e refinanciamento concedidos pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, cujo controle e acompanhamento sejam da competência da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as obrigações de ressarcimento decorrentes da honra de aval pela União na condição de garantidora daqueles mesmos entes.

Esta comprovação integra informações de responsabilidade da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi) e da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem), da Secretaria do Tesouro Nacional, e é atualizada diariamente, tendo validade somente para a data em que for realizada a consulta.

1.7.6. Cálculo da Capacidade de Pagamento

A Nota n° 386/2012/Corem/STN, de 18 de maio de 2012, propôs nova metodologia de análise da Capacidade de Pagamento em substituição àquela prevista na Portaria MF nº 89, de 24 de abril de 1997.

Assim, a partir 10 de setembro de 2012, as análises passaram a observar a metodologia estabelecida por intermédio da Portaria nº 306/2012, que revogou a Portaria MF nº 89/1997. Além disso, as análises realizadas passaram a observar os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 543, de 18 de setembro de 2012.

Análises Efetuadas para Capacidade de Pagamento

As análises de capacidade de pagamento realizadas no período em questão estão discriminadas nos quadros a seguir:

ESTADOS – NOTAS ELABORADAS EM 2014

UF	NOTA Nº	CLASSIFICAÇÃO	ALÇADA / ENQUADRAMENTO
AC	Nota nº 167/2014/COREM/SURIN/STN- DF, de 16 de setembro de 2014	C+	MF
BA	Nota nº 77/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15 de maio de 2014	B+	COREM
BA	Nota nº 120/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 11 de julho de 2014	B	COREM
CE	Nota nº 131/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 4 de agosto de 2014	C*2	STN
CE	Nota nº 199/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 6 de novembro de 2014	C*2	STN
CE	Nota nº 204/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de novembro de 2014	C*2	STN
DF	Nota nº 108/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 25 de junho de 2014	B	COREM
DF	Nota nº 153/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 29 de agosto de 2014	B	COREM
ES	Nota nº 24/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 24 de janeiro de 2014	A	COREM
ES	Nota nº 134/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15 de agosto de 2014	B+	COREM
GO	Nota nº 142/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de agosto de 2014	C-	MF
MG	Nota nº 219/2014/COREM/SURIN/STN- DF, de 19 de dezembro de 2014.	D+	MF
MT	Nota nº 82/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 23 de maio de 2014	C*2	STN
MT	Nota nº 101/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 24 de junho de 2014	C*2	STN
PR	Nota nº 223/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 26 de dezembro de 2014	C+	MF
RJ	Nota nº 98/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 24 de junho de 2014	D	MF
RS	Nota nº 102/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 25 de junho de 2014	C-	MF
SE	Nota nº 137/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 19 de agosto de 2014	C	MF
SP	Nota nº 128/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 30 de julho de 2014	C	MF
TO	Nota nº 01/2014/GERESII/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 09 de janeiro de 2014	B+	COREM
TO	Nota nº 72/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 28 de abril de 2014	B+	COREM

Fonte: STN/Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem).

MUNICÍPIOS – NOTAS ELABORADAS EM 2014

UF	NOTA Nº	CLASSIFICAÇÃO	ENQUADRAMENTO
Alagoinhas/BA	Nota nº 52/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 14 de março de 2014	B+	COREM
Alagoinhas/BA	Nota nº 96/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 18 de junho de 2014	B+	COREM
Araraquara/SP	Nota nº 175/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 2 de outubro de 2014	B-	COREM
Belém/PA	Nota nº 90/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 11 de junho de 2014	B	COREM
Belo Horizonte/MG	Nota nº 165/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 11 de setembro de 2014	B+	COREM
Canoas/RS	Nota nº 62/2014/ COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 2 de abril de 2014	B+	COREM
Corumbá - MS	Nota nº 222/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 23 de dezembro de 2014	A	COREM
Curitiba/PR	Nota nº 38/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 20 de fevereiro de 2014	B+	COREM
Florianópolis/SC	Nota nº 59/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 31 de março de 2014	B	COREM
Fortaleza/CE	Nota nº 117/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 2 de julho de 2014	B	COREM
Fortaleza/CE	Nota nº 133/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 11 de agosto de 2014	B	COREM
Fortaleza/CE	Nota nº 163/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10 de setembro de 2014	B	COREM
Fortaleza/CE	Nota nº 206/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 26 de novembro de 2014	B	COREM
Governador Valadares/MG	Nota nº 114/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 27 de junho de 2014	B	COREM
Joinville/SC	Nota nº 213/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 11 de dezembro de 2014	A-	COREM
Lins/SP	Nota nº 168/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 17 de setembro de 2014	B	COREM
Londrina/PR	Nota nº 174/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 2 de outubro de 2014	B+	COREM
Manaus/AM	Nota nº 208/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 8 de dezembro de 2014	B+	COREM
Manaus/AM	Nota nº 216/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 18 de dezembro de 2014	B+	COREM
Marília/SP	Nota nº 211/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10 de dezembro de 2014	B	COREM
Nilópolis/RJ	Nota nº 184/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 17 de outubro de 2014	B-	COREM
Niterói/RJ	Nota nº 221/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 23 de dezembro de 2014	B+	COREM
Petrópolis/RJ	Nota nº 207/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 3 de dezembro de 2014	B+	COREM
Petrópolis/RJ	Nota nº 33/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 11 de fevereiro de 2014	B+	COREM
Porto Alegre/RS	Nota nº 158/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 5 de setembro de 2014	B	COREM

UF	NOTA Nº	CLASSIFICAÇÃO	ENQUADRAMENTO
Recife/PE	Nota nº 92/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 12 de junho de 2014	B+	COREM
Ribeirão das Neves/MG	Nota nº 145/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 27 de agosto de 2014	B-	COREM
Ribeirão Preto/SP	Nota nº 115/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 27 de junho de 2014	C*2	STN
Rio de Janeiro/RJ	Nota nº 55/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 26 de março de 2014	B	COREM
São Bernardo do Campo/SP	Nota nº 203/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de novembro de 2014	A-	COREM
São Luís/MA	Nota nº 86/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 2 de junho de 2014	B-	COREM
Sete Lagoas/MG	Nota nº 157/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 5 de setembro de 2014	B-	COREM
Sete Lagoas/MG	Nota nº 45/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 6 de março de 2014	B-	COREM
Xaxim/SC	Nota nº 144/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 27 de agosto de 2014	B-	COREM

Fonte: STN/Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem).

1.7.7. Valores das Transferências Estabelecidas nas Leis Complementares n.º 87/1996 e 115/2002

Em 2014 foram transferidos pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 87/96, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115/2002, os valores abaixo detalhados por Estado (incluindo a cota parte dos Municípios).

LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2002
VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2014
EM R$ 1,00

UF	Total	Estados (75%)	Municípios (25%)
AC	1.775.281,50	1.331.460,00	443.821,50
AL	16.384.296,90	12.288.217,65	4.096.079,25
AM	19.653.663,60	14.740.245,00	4.913.418,60
AP	7.926.361,20	5.944.770,00	1.981.591,20
BA	72.474.894,75	54.356.152,65	18.118.742,10
CE	31.761.806,10	23.821.346,40	7.940.459,70
DF	15.790.125,00	15.790.125,00	0,00
ES	83.134.744,65	62.351.055,00	20.783.689,65
GO	26.027.054,70	19.520.280,00	6.506.774,70
MA	32.736.613,80	24.552.450,00	8.184.163,80
MG	251.630.783,25	188.723.047,65	62.907.735,60
MS	24.075.680,40	18.056.756,40	6.018.924,00
MT	37.846.974,00	28.385.223,75	9.461.750,25
PA	85.092.354,90	63.819.258,75	21.273.096,15
PB	5.606.264,55	4.204.687,65	1.401.576,90
PE	28.970.186,10	21.727.631,40	7.242.554,70
PI	5.882.188,15	4.411.631,40	1.470.556,75
PR	196.609.943,70	147.457.440,00	49.152.503,70
RJ	114.368.090,25	85.776.063,75	28.592.026,50
RN	7.061.740,05	5.296.297,65	1.765.442,40
RO	4.863.108,15	3.647.328,75	1.215.779,40
RR	745.681,20	559.260,00	186.421,20
RS	195.866.999,10	146.900.227,65	48.966.771,45
SC	70.030.561,35	52.522.908,75	17.507.652,60
SE	4.884.559,80	3.663.416,40	1.221.143,40
SP	607.265.137,05	455.448.825,00	151.816.312,05
TO	1.535.243,25	1.151.426,40	383.816,85
Total	**1.950.000.337,45**	**1.466.447.533,05**	**483.552.804,40**

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais (Coint).

A cada mês foram elaboradas a memória de cálculo e a portaria de divulgação da distribuição. As memórias de cálculo foram remetidas ao Tribunal de Contas da União, conforme o disposto no subitem 2.1 do Anexo da Lei Complementar nº 115/2002. Para dar maior publicidade às informações produzidas, as portarias foram disponibilizadas na página da Secretaria do Tesouro Nacional na Internet.

1.7.8. Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores

Em janeiro a União transferiu R$ 1.462.500 mil para os Estados e R$ 487,5 milhões para os Municípios a fim de atender as determinações da Medida Provisória nº 629, de 18 de dezembro 2013.

1.7.9. Auxílio Financeiro aos Municípios

Em abril foi repassada aos Municípios a segunda parcela do auxílio financeiro previsto no art. 7º da Lei 12.859, de 10 de setembro de 2013, com os mesmos critérios de distribuição do FPM, no valor de R$ 1,5 bilhão.

1.7.10. Aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

O Congresso Nacional aprovou em novembro a Emenda Constitucional nº 84, estabelecendo um adicional ao FPM de 0,5% em 2015, e 1% a partir de 2016.

1.8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

1.8.1. Aspectos Gerais

Conceituam-se como Operações Oficiais de Crédito (OOC) aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica peculiar o fato de se adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado. Estas operações podem ser apresentadas na forma de financiamentos, subvenções econômicas, indenizações, aquisições e remissões de operações de crédito rural.

No exercício de 2014, estes recursos sob responsabilidade da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional (Copec) foram contempladas pela Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014 (Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014), com o montante de R$ 16.839.049 mil, dos quais R$ 3.250.000 mil destinados à concessão de empréstimos, R$ 12.822.249 mil às subvenções econômicas e R$ 766.800 mil às demais atividades (indenizações).

Ao longo do exercício, essas dotações registraram suplementações e cancelamentos, que elevaram os valores das rubricas para um total de R$ 18.215.321 mil.

A execução da despesa, no conjunto dessas operações, alcançou o montante de R$ 1.851.298 mil em 2014, sendo R$ 1.000.112 mil em subvenções econômicas e outros encargos e R$ 851.185 mil em operações de financiamento. Houve também a execução de R$ 2.241.208 mil de Restos a Pagar de exercícios anteriores. Ao final de 2014, foram inscritos R$ 28.050.173 mil em Restos a Pagar, englobando saldos remanescentes de exercícios anteriores.

Adicionalmente, houve descentralização de recursos para a UG 170600, no valor de R$ 1.167.230 mil, destinada a emissão de NTN-I vinculada às operações de equalização do Programa de Financiamento as Exportações (Proex) e para a UG 135100, no valor total de R$ 26.554 mil, para repasse de recursos de programas sob responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, transferência que passou a ocorrer a partir do exercício de 2014.

Durante 2014, as Operações Oficiais de Crédito registraram R$ 2.330.491 mil de receitas referentes à amortização e juros das diversas operações de financiamento e da alienação de estoques públicos.

1.8.2. Financiamento

Financiamento para Agricultura Familiar (Pronaf) - Lei nº 10.186/2001

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. A ação busca conceder crédito aos beneficiários do Pronaf que dificilmente teriam acesso a outras fontes de recursos do crédito rural junto às instituições financeiras.

Em 2014, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R$ 350 milhões, dos quais R$ 156,3 milhões foram executados ao longo do exercício. Também foram pagos R$ 30,6 milhões relativos a Restos a Pagar do ano anterior. Houve a inscrição de R$ 20 milhões em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução ao longo de 2015. A execução desta ação orçamentária seguiu a demanda por crédito por parte dos produtores rurais enquadrados no Pronaf junto aos bancos oficiais federais contratados pela União para a prestação de serviço.

Financiamento para Promoção das Exportações (Proex) - Lei nº 10.184/2001

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, por meio da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização de Taxas de Juros. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos aos exportadores (*supplier´s credit*) ou aos importadores (*buyer´s credit*) por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do Proex, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de

bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

Para o exercício de 2014, foi consignada a dotação orçamentária de R$ 2,9 bilhões. Houve execução durante o exercício de R$ 694,9 milhões, além de R$ 377,4 milhões relativos a restos a pagar do exercício anterior. Foram inscritos R$ 1,8 bilhão em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

1.8.3. Subvenções Econômicas

Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros

Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário - Lei nº 8.427/1992

As operações de Custeio Agropecuário se constituem em financiamentos para prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de custear as despesas normais: do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa; de exploração pecuária; e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 1.864,3 milhões. Durante o exercício foram executados R$ 188,2 milhões. Além disso, foram pagos R$ 452,3 milhões relativos a restos a pagar de exercícios anteriores. Houve a inscrição de R$ 1.676,1 milhões em Restos a Pagar 2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

No ano de 2014, para a Safra 2014/2015 foram disponibilizados cerca de R$ 26.505,5 milhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas, variando de 5,0% a.a. a 6,5% a.a., destinados ao custeio agropecuário.

Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários - Lei nº 8.427/1992

As operações de comercialização possuem a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de comercialização rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de proporcionar recursos financeiros aos beneficiários, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos constantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), para venda futura em melhores condições de mercado.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 123,2 milhões, dos quais foram executados R$ 22,2 milhões. Também foram pagos R$ 7,6 milhões relativos a restos a pagar de exercícios anteriores. Houve a inscrição de R$ 121,1 milhões em restos a pagar/2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

No ano de 2014, para a Safra 2014/2015 foi disponibilizado cerca de R$ 1.695,7 milhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas de 6,5% a.a., destinados ao crédito de comercialização.

Subvenção Econômica para Agricultura Familiar (Pronaf) - Lei nº 8.427/1992

Esta ação visa prestar apoio financeiro aos agricultores e produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), bem como às suas associações e cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio e de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de subvenção econômica na forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, de concessão de rebates, de bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários e outros benefícios e de remuneração às instituições financeiras federais que prestam serviço de contratar operações de crédito com recursos da ação orçamentária "Financiamento para Agricultura Familiar".

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 3.155,9 milhões, além de R$ 282 milhões suplementados durante o exercício, mediante compensação de recursos provenientes de superávit financeiro (R$ 52 milhões) e cancelamento de recursos das ações "0301 – Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial" (R$ 200 milhões) e "00M3 – Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional" (R$ 30 milhões).

Da dotação final de R$ 3.437,9 milhões, foram executados R$ 56,2 milhões em 2014, sendo que deste montante executado R$ 33,9 milhões correspondem a despesas de exercícios anteriores (DEA). Adicionalmente, foram executados R$ 400,3 milhões referentes a restos a pagar de exercícios anteriores. Houve inscrição de R$ 3.381,7 milhões em restos a pagar/2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

No ano de 2014, para a Safra 2014/2015 foram disponibilizados cerca de R$ 17.470 milhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas, variando de 0,5% a.a. a 3,5% a.a., destinados a agricultores familiares.

Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial - Lei nº 8.427/1992

As operações de crédito de Investimento Rural e Agroindustrial tem a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo

de aplicar em bens ou serviços relacionados com a atividade agropecuária cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 1.077,2 milhões, dos quais R$ 200.000 milhões foram cancelados para compensar parte da suplementação da ação "0281 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf".

Do total de R$ 877,2 milhões ao final do exercício, foram executados R$ 13,5 milhões. Adicionalmente, foram executados R$ 98,5 milhões relativos a restos a pagar de exercícios anteriores. Foram inscritos R$ 863,7 milhões em restos a pagar/2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

No ano de 2014, para a Safra 2014/2015 foram disponibilizados cerca de R$ 23.945 milhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas, variando de 3,0% a.a. a 7,5% a.a., destinados ao investimento rural.

Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural - Lei nº 9.866/1999

Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros sejam pagas até o vencimento. Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até cinco pontos percentuais, conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nos. 9.866/1999 e 10.437/2002.

No exercício de 2014, esta ação orçamentária contou com dotação de R$ 372,8 milhões, dos quais foram executados R$ 71,4 milhões, sendo que deste montante executado R$ 16,3 milhões correspondem a despesas de exercícios anteriores - DEA. Foram inscritos R$ 293,6 milhões em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - Leis nº 9.126/1995 e nº 10.186/2001

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165, de 19 de junho de 1995, envolve a concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e bônus de adimplência, em financiamentos destinados ao controle da doença "vassoura-de-bruxa", detectada na lavoura cacaueira baiana em 1989.

O Programa tem passado por sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores. Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960, de 25 de abril de 2002, que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações. Além disso, a Resolução CMN nº 3.345, de 03 de fevereiro de 2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de cacauicultores que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/02.

A Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, alterada pelas Leis nº 11.922, de 13 de abril de 2009 e nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e que não foram renegociadas com base no do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

No orçamento de 2014, foram previstos R$ 7,1 milhões para atender a equalizações de juros do Programa. Contudo, esse valor não foi executado e nem inscrito em restos a pagar, uma vez que a execução da despesa foi prejudicada pelo não encaminhamento da totalidade das informações necessárias ao Tesouro Nacional pelo BNDES, em virtude das constantes prorrogações de vencimentos das operações.

Subvenção Econômica para Promoção das Exportações (Proex) - Lei nº 10.184/2001

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, por meio da assistência financeira na fase de comercialização em duas modalidades: Financiamento e Equalização. Na modalidade Equalização, a subvenção econômica acontece na forma de equalização de taxas de juros nos financiamentos às exportações. O crédito ao exportador é concedido diretamente por instituições financeiras nacionais ou estrangeiras e o Proex arca com parte dos encargos financeiros, de forma que o exportador brasileiro obtenha as mesmas condições de financiamento, em termos de encargos financeiros, de seus concorrentes no mercado internacional. O spread de equalização do Proex é limitado a até 2,5% a.a. e definido em função do prazo de financiamento. A equalização é paga ao financiador por meio da Nota do Tesouro Nacional da série I (NTN-I), emitida em função do spread de equalização definido para a operação e indexada à variação cambial.

No exercício de 2014, foram consignadas dotações orçamentárias de R$ 1 bilhão para Equalização e R$ 25,2 milhões para o pagamento de despesas operacionais do Programa, totalizando R$ 1,025 bilhão. No ano, houve duas suplementações do Proex: para emissão de NTN-I no valor de R$ 167,2 milhões (mediante cancelamento do valor correspondente na ação "0300 – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários"), conforme Decreto publicado em 10/09/2014, e para o pagamento de despesas operacionais no valor de R$ 37,8 milhões (mediante recursos de superávit financeiro), conforme Decreto publicado em 27/06/2014.

Em 2014, foram executados R$ 313,9 milhões para emissão de NTN-I (descentralizado para UG 170600), sendo R$ 24,8 milhões referentes a Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Já para o pagamento de despesas operacionais foram executados R$ 37,8 milhões. Em relação aos restos a pagar do exercício anterior, foram executados R$ 505,9 milhões para emissão de NTN-I e

R$ 2,1 milhões para despesas operacionais. Quanto aos restos a pagar/2014, foram inscritos R$ 853,2 milhões para emissão de NTN-I (descentralizado para UG 170600) e R$ 25,2 milhões para despesas operacionais em possível execução ao longo de 2015.

Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações - Lei nº 11.529/2007

A Lei nº 11.529, de 2007, autorizou a União a conceder subvenção, sob as modalidades de equalização de taxas de juros e de concessão de bônus de adimplência sobre os juros, em operações de financiamento, com recursos do BNDES, destinadas às empresas especificadas nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007. A subvenção de equalização de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e do spread do agente financeiro.

No exercício de 2014, esta ação orçamentária contou com dotação de R$ 8 milhões, dos quais foi executado R$ 1,2 milhão. Houve também a execução de R$ 1,7 milhão referentes a restos a pagar de exercícios anteriores. A inscrição em restos a pagar/2014 foi de R$ 2,2 milhões, com previsão de pagamento ao longo de 2015.

Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Álcool Etílico Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais - Lei nº 12.666/2012

Esta ação tem como objetivo o pagamento de subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à estocagem de álcool etílico combustível e à renovação e implantação de canaviais, com os objetivos de reduzir a volatilidade de preço e de contribuir para a estabilidade da oferta de álcool. A subvenção de equalização de taxas de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário e o custo da fonte, acrescido da remuneração dos agentes financeiros.

No exercício de 2014, esta ação orçamentária contou com dotação de R$ 62,7 milhões, porém, não houve execução durante o exercício. Pela conjuntura das taxas de juros em 2014, não houve necessidade de subvenção econômica para as operações de estocagem de álcool, uma vez que o custo de captação dos recursos, acrescido da remuneração das instituições financeiras, não foi superior às taxas cobradas dos tomadores do crédito.

Encargos Financeiros da União – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de que tratam as Leis nº 12.096/2009 e nº 12.409/2011

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de granéis líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; a projetos e equipamentos de reciclagem e tratamento ambientalmente adequados de resíduos; e a investimentos no setor de armazenagem nacional de grãos e açúcar, nos termos da Lei nº 12.096, de 24/11/2009.

Além disso, a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, autorizou a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais que tiveram a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal. A regulamentação dessas medidas de apoio às regiões atingidas foi definida no contexto das normas relativas às operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e demais itens.

Em 2014, a ação contou com dotação orçamentária de R$ 2.460,8 milhões, já incluídos R$ 1.476,5 milhões referentes à suplementação de recursos, que teve como compensação a fonte 188 - Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, mediante prévio remanejamento de valor correspondente no orçamento da dívida pública alocado nessa fonte para a fonte 348 - Operações de Crédito Externo em Moeda (superávit financeiro de 2013). Da dotação final, R$ 105,5 milhões foram executados ao longo do exercício. A inscrição em restos a pagar/2014 foi de R$ 2.355,2 milhões, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

Ao final de 2013, o programa contava com um limite de recursos passíveis de subvenção de R$ 372 bilhões, com prazo de contratação das operações até dezembro de 2014. Quando da conversão da MP nº 633/2013 na Lei nº 13.000, de 18/06/2014, foi ampliado o volume total de recursos disponíveis em R$ 30 bilhões, passando de R$ 372 bilhões para R$ 402 bilhões. Além disso, em novembro de 2014 foi incluído o setor de armazenamento nacional de açúcar entre os itens financiáveis. Finalmente, com a proximidade do término do prazo de contratação das operações, a Medida Provisória nº 663, de 19/12/2014, elevou o limite total de financiamentos passíveis de subvenção de R$ 402 bilhões para R$ 452 bilhões e prorrogou o prazo de contratação das operações para até 31 de dezembro de 2015.

Encargos Financeiros da União - Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular - Lei nº 11.977/2009

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros e de outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular concedidas no escopo do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Em 2014, a ação contou com dotação orçamentária de R$ 80 mil, mas não houve execução durante o exercício. A execução da despesa foi prejudicada porque a Caixa Econômica Federal não conseguiu comprovar a utilização dos recursos desembolsados pelo BNDES, de modo que o contrato realizado entre essas instituições foi liquidado. Ocorre

que o cálculo da equalização devida é realizado a partir dos valores efetivamente contratados e liberados e o seu pagamento depende do cumprimento da finalidade do contrato. Assim, diante da não comprovação da utilização dos recursos, não haverá mais o pagamento de subvenção econômica referente a esta linha de financiamento. Por esse motivo, não houve inscrição em restos a pagar.

Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva, destinados a Pessoas com Deficiência - Lei nº 12.613/2012

Esta ação orçamentária é destinada a conceder subvenção econômica em operações de financiamento para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros. Tais financiamentos têm como objetivo incluir socialmente e facilitar a equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência por meio do acesso a produtos e serviços assistivos, expandir o mercado consumidor e impulsionar a inovação tecnológica por meio da produção doméstica de produtos e serviços assistivos. Para o exercício de 2014, foi consignada no orçamento a dotação de R$ 6,8 milhões. As despesas pagas corresponderam a R$ 0,8 milhão, referentes ao orçamento de 2014. Foram inscritos R$ 2,3 milhões em restos a pagar/2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015. As contratações atingiram o número de 12.029 operações em 2014, totalizando cerca de R$ 75 milhões concedidos por meio dessa linha de financiamento no período.

Equalização de Preços e Outros Encargos

Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos (AGF) - Lei nº 8.427/1992

Esta ação representa a concessão de subvenção econômica, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente à parcela do custo de aquisição do produto, que exceder o valor obtido na sua venda, observada a legislação aplicável à formação e alienação de estoques públicos, e à cobertura das despesas vinculadas aos produtos em estoque. A ação visa evidenciar o subsídio econômico decorrente das operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da PGPM efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por meio do instrumento de Aquisição do Governo Federal (AGF). A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal – AGF contou com dotação orçamentária inicial de R$ 800 milhões. Foram executados R$ 274,2 milhões relativos ao orçamento de 2014 e R$ 55 milhões referentes a Restos a Pagar do exercício anterior.

Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos (AGF - AF) - Lei nº 8.427/1992

Esta ação visa resguardar as operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por meio do instrumento de Aquisição do Governo Federal (AGF), cuja produção seja feita por agricultores familiares, por intermédio da concessão de subsídio para pagamento da parcela do custo de aquisição de produto que exceder o valor obtido na sua venda, acrescida da despesa vinculada ao carregamento dos produtos em estoque.

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar (AGF-AF) contou com dotação orçamentária de R$ 50 milhões. Não houve execução ao longo do exercício, uma vez que, no ano de 2014, não houve demanda por recursos desta ação orçamentária para cobrir eventuais despesas decorrentes da diferença entre o valor da venda dos produtos (adquiridos de agricultores familiares) que compõem os estoques oficiais e os custos de aquisição e carregamento dos mesmos, no âmbito da agricultura familiar.

Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários - Lei nº 8.427/1992

Esta subvenção econômica é concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ou ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado.

Desta forma, a ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos (PEP), Prêmio de Equalização pago ao Produtor (Pepro), Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas (PROP) e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

Em 2014 a ação registrou a dotação orçamentária inicial de R$ 2.650 milhões, dos quais R$ 687,2 milhões foram cancelados para compensar a suplementação das ações "0267 –Subvenção Econômica para Promoção das Exportações – Proex" (R$ 167,2 milhões); "00JO – Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado" (R$ 400 milhões); e "00FS – Subvenção parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu" (R$ 120 milhões).

A partir do exercício de 2014 passou a haver a descentralização de crédito e o respectivo repasse de recursos dessa ação para a UG 135100 – Conab, que é a responsável pela operacionalização

do programa, de modo que houve a descentralização de R$ 23,5 milhões durante o período. Ainda foram pagos R$ 427,6 milhões referentes a restos a pagar do exercício anterior. A dotação orçamentária sinaliza ao mercado que o Governo Federal poderá intervir para garantir ao produtor rural um preço mínimo na venda de seus produtos, desde que estejam abrangidos pela PGPM, sem a necessidade da aquisição do mesmo pela Conab. Desta forma, os valores disponíveis foram suficientes para cumprir esse papel.

Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar - Lei nº 8.427/1992

Subvenção econômica concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado; ou, no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3o da Lei no 11.326/2006, ou por suas cooperativas e associações.

Desta forma, esta ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) produzidos por agricultores familiares, por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos (PEP), Prêmio de Equalização pago ao Produtor (Pepro), Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas (PROP) e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

A ação contou com dotação orçamentária de R$ 150 milhões em 2014. Destaque-se que, a partir desse exercício, passou a haver a descentralização e repasse de recursos dessa ação orçamentária para a UG 135100 – Conab. O desempenho da ação depende, exclusivamente, da utilização dos instrumentos de Garantia e Sustentação de Preços especificamente para agricultores familiares, cuja execução está a cargo da Conab. Desse modo, foram descentralizados R$ 3,1 milhões, conforme a necessidade de utilização de tais instrumentos.

Outras subvenções Econômicas

Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado - Lei nº 11.110/2005 e MP nº 543/2011:

Esta ação orçamentária foi criada para o pagamento de subvenção sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado. A subvenção corresponde a montante fixo por operação contratada e tem como objetivo fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito, por meio do apoio às instituições financeiras do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

Para o exercício de 2014, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R$ 334 milhões. Com o objetivo de proporcionar um maior volume de recursos para aplicação no Programa, a Medida Provisória nº 654, de 12 de agosto de 2014, abriu crédito extraordinário para o pagamento de subvenção econômica no valor de R$ 400 milhões. Como compensação, foi oferecido o cancelamento do valor correspondente da ação "0300 – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários". Assim, a dotação disponível atingiu R$ 734 milhões no exercício. Foram executados R$ 249,1 milhões dos recursos do orçamento de 2014, bem como R$ 118,2 milhões de restos a pagar do exercício anterior. Também foram inscritos R$ 484,9 milhões em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução em 2015.

Encargos Financeiros da União - Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional - Lei nº 12.712/2012:

Por meio desta ação orçamentária será realizada a concessão de subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais para atuarem como agentes operadores em operações de investimento no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento Regional da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO). A subvenção econômica corresponde ao diferencial entre os encargos cobrados do tomador final do crédito e o custo da fonte de recursos acrescido da remuneração a que fazem jus os agentes financeiros.

Em 2014, a ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 150,6 milhões, dos quais R$ 100 milhões foram cancelados para compensar a suplementação da ação "00P4 – Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural para empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene" (R$ 70 milhões) e parte da suplementação da ação "0281 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf" (R$ 30 milhões).

Da dotação final de R$ 50,6 milhões, R$ 2,1 milhões foram executados ao longo do exercício. A inscrição em restos a pagar/2014 foi de R$ 35,4 milhões, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

1.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas

Encargos Financeiros da União (EFU) - Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) - Lei nº 8.171/1991

O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11/12/73, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei nº 8.171 de 14/01/91) e/ou queda

em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29/09/04.

Para a efetivação das indenizações e restituições devidas aos produtores rurais e suas cooperativas, a União complementa a receita proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores por meio da alocação de recursos adicionais no orçamento, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23/08/2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil (BCB), na condição de gestor do Programa.

No exercício de 2014, foram alocados R$ 766,8 milhões para esta ação orçamentária, mas não houve execução durante o período. Foram inscritos R$ 620 milhões em restos a pagar/2014, com previsão de execução ao longo de 2015.

1.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

1.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens

A União contratou, durante o exercício de 2014, operações de crédito externo no valor total de US$ 32 milhões, firmadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida).

FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS - 2014

Credor	Data de Assinatura	Projetos / Programas	Valor (US$)
BID	28/03/2014	Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF) (Profisco/MF)	19.800.000,00
FIDA	22/08/2014	Articulação e Diálogo sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido - Projeto Dom Helder Câmara	12.248.183,83
TOTAL			**32.048.183,83**

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2014.

Segue abaixo quadro em que consta a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União desde o ano 2004 até 2014, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO - 2004 A 2014 (US$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	Financiamento de Projetos	Doações	TOTAL
2004	1.189,58	1,39	1.190,97
2005	2.347,00	8,76	2.355,76
2006	1.298,82	11,56	1.310,38
2007	732	0,44	732,44
2008	5	3,44	8,44
2009	3.125,08	0,38	3.125,46
2010	1.315,00	0	1.315,00
2011	415,4	1,27	416,67
2012	93,1	0,45	93,55
2013	18	0	18
2014	32,05	0	32,05

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2014.

1.9.2. Concessão de Garantias Externas

No ano de 2014 foram concedidas garantias externas no montante de US$ 4.432,59 milhões destinados aos Estados, Municípios e Entidades Controladas.

CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2004 A 2014 (US$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	GARANTIAS CONCEDIDAS
2004 a 2008	2.060,00	6.351,22	8.411,22
2009	1.018,47	3.066,54	4.085,01
2010	1.060,00	6.341,63	7.401,63
2011	673,66	1.515,27	2.188,93
2012	-	11.266,72	11.266,72
2013	-	6.297,71	6.297,71
2014	-	4.432,59	4.432,59

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2014

Abaixo segue a discriminação individualizada de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2014, com os respectivos mutuários, incluindo o Valor Contratado e a Descrição de cada Projeto.

CONTRATOS DE GARANTIA EXTERNA ASSINADOS EM 2014

Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado (correspondente em USD)	Descrição
2.941/OC-BR	Município de Niterói	28/02/2014	USD	26.470.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Niterói - Procidades
2.912/OC-BR	Governo do Estado da BA	23/04/2014	USD	50.822.905,00	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo na Bahia - Prodetur Nacional - Bahia
8.327-BR	Governo do Estado do RJ	30/04/2014	USD	48.000.000,00	Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial Integrado - RIO Metrópole Progestão II
3.127/OC-BR	Governo do Estado de SP	25/06/2014	USD	480.135.000,00	Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo
3.051/OC-BR	Governo do Estado de SP	25/06/2014	USD	270.000.000,00	Programa de Fortalecimento da Gestão Estadual da Saúde
2.992/OC-BR	Governo do Estado do AM	05/08/2014	USD	151.180.000,00	Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas - Padeam
8.415-BR	Governo do Estado da BA	29/08/2014	USD	150.000.000,00	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia
8.414-BR	Governo do Estado da BA	14/08/2014	USD	400.000.000,00	Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia - 2a. Etapa - Proinclusão II
FIDA435	Governo do Estado da BA	20/08/2014	SDR	42.392.180,60	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia - Pró-Semiárido
3.129/OC-BR	Governo do Estado do PR	06/08/2014	USD	60.000.000,00	Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - Família Paranaense
3.065/OC-BR	Governo do Estado do PR	06/08/2014	USD	8.500.000,00	Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná - Profisco/ PR
3.138/OC-BR	Governo do Estado do RS	29/05/2014	USD	200.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul II - Proconfis RS II
8.379-BR	Governo do Estado do RS	20/08/2014	USD	280.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul II - Proconfis RS II
CAF-SCA-PROVIAS	Governo do Estado de SC	26/08/2014	USD	55.000.000,00	Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (Provias-SC)
AFD-SPO-CPTM	Governo do Estado de SP	03/07/2014	EUR	246.933.904,03	Implantação da Linha 13 Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM
CAF-SPO-MACRODREN	Governo do Estado de SP	25/07/2014	USD	204.000.000,00	Sistema de Macrodrenagem do rio Baquirivu-guaçu.

Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado (correspondente em USD)	Descrição
3.079/OC-BR	Município de Florianópolis	14/07/2014	USD	58.860.000,00	Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis
8.271-BR	Município do Rio de Janeiro	26/08/2014	USD	16.200.000,00	Projeto de Promoção da Excelência na Gestão Pública do Município do Rio de Janeiro - Projeto Rio Excelência
3.241/OC-BR	Governo do Estado do RS	01/09/2014	USD	50.000.000,00	Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD
CAF-PROSAMIM	Governo do Estado do AM	29/09/2014	USD	52.500.000,00	Programa Socioambiental dos Igarapés de Manaus - Prosamim
8.376-BR	Governo do Estado do AM	23/09/2014	USD	216.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para a Melhoria da Prestação de Serviços Públicos do Estado do Amazonas
2.957/OC-BR	Governo do DF	10/09/2014	USD	50.000.000,00	Procidades - Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - ADEs
3.168/OC-BR	CAESB - DF	24/10/2014	USD	170.840.000,00	Programa de Saneamento Ambiental da Caesb
3.276/OC-BR	Governo do Estado de SP	23/09/2014	USD	480.135.000,00	Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - 2ª Fase
FI N. 83.198	Governo do Estado de SP	20/10/2014	EUR	164.622.602,68	Aquisição de Trens para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
SPAULO 1-40.678	Governo do Estado de SP	11/11/2014	USD	300.000.000,00	Reforma e melhorias em 650 km de estradas e reconstrução de pontes sobre os rios Tietê e Piracicaba
3.262/OC-BR	Governo do Estado da BA	30/12/2014	USD	200.000.000,00	Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador - Prosus
TOTAL (equivalente em USD)	-	-	-	**4.432.591.592,31**	-

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2014

1.9.3. Concessão de Garantias Internas

Quanto aos grupos de garantias e contragarantias internas, foram concedidas (formalizadas) no ano de 2014 montante de R$ 23.187,8 milhões para cada grupo, sendo que, desse valor, 55,5% foram destinados a Estados, 4% a Municípios e 40,5% a Entidades Controladas (Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e Companhia CELG de participações - Celgpar) no total de R$ 9.400,0 milhões.

CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2014 (R$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO	2014
GARANTIAS CONCEDIDAS	23.187,81
- GARANTIAS A ESTADOS	12.865,81
- GARANTIAS A MUNICÍPIOS	921,99
- GARANTIAS A ENTIDADES CONTROLADAS	9.400,00

Fonte: STN/Codiv

CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2014

Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R$)	Descrição
Contrato Garantia nº 0920 PGFN-CAF	Estado de Ceará	10/03/2014	CAIXA	120.498.332,97	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato Garantia nº 0925 PGFN-CAF	Estado de São Paulo	19/03/2014	BANCO DO BRASIL	1.537.318.000,00	Programa de Investimento do Estado de São Paulo, Complexo Viário Itaquera, Programa de Transportes do Estado de São Paulo
Contrato Garantia nº 0927 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	40.980.175,20	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0929 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	71.300.000,00	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0931 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	61.400.000,00	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0933 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	29.669.446,27	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0935 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	84.382.597,79	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0937 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	24.900.795,19	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0939 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	12.521.979,24	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0941 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	99.527.369,20	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0943 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	11/04/2014	BANCO DO BRASIL	2.000.000.000,00	Programa Pacto por Santa Catarina
Contrato Garantia nº 0945 PGFN-CAF	Município de Curitiba	11/04/2014	CAIXA	76.265.218,78	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato Garantia nº 0947 PGFN-CAF	Município de Curitiba	17/04/2014	CAIXA	27.281.782,81	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato Garantia nº 0949 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	13/05/2014	CAIXA	120.887.500,00	Programa Saneamento para Todos
Contrato Garantia nº 0951 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	13/05/2014	CAIXA	94.254.505,82	Programa Saneamento para Todos
Contrato Garantia nº 0953 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	13/05/2014	CAIXA	237.500.000,00	Programa Saneamento para Todos
Contrato Garantia nº 0955 PGFN-CAF	Estado do Paraná	13/05/2014	BANCO DO BRASIL	816.831.240,58	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato Garantia nº 0958 PGFN-CAF	Estado da Paraíba	30/05/2014	CAIXA	211.570.365,91	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato Garantia nº 0960 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	30/05/2014	BNDES	2.715.389.458,89	Programa Estruturador de Transporte Urbano
Contrato Garantia nº 0966 PGFN-CAF	Banco do Brasil	27/06/2014	BNDES	1.000.000.000,00	Financiamentos de Contrapartida do PAC, PMCMV e Projetos de Mobilidade Urbana - Copa 2014
Contrato Garantia nº 0968 PGFN-CAF	Estado do Tocantins	04/07/2014	BANCO DO BRASIL	260.000.000,00	Proestado - Programa de Modernização do Estado de Tocantins e de sua Infraestrutura Econômica e Social
Contrato Garantia nº 0970 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	04/07/2014	CAIXA	65.504.283,38	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 072 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	04/07/2014	CAIXA	91.133.500,00	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Lagarto

Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R$)	Descrição
Contrato Garantia nº 0974 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	04/07/2014	CAIXA	36.010.129,33	Ampliação do Sistema Integrado da Adutora do Agreste de Itabaiana
Contrato Garantia nº 0976 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	15/07/2014	BNDES	3.000.000.000,00	Implantação da infraestrutura da linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro
Contrato Garantia nº 0979 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	17/07/2014	CAIXA	149.450.000,00	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato Garantia nº 0981 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	17/07/2014	CAIXA	10.550.000,00	Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa Minha Casa Minha Vida
Contrato Garantia nº 0985 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	04/08/2014	CAIXA	5.140.531,82	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 0987 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	30/07/2014	CAIXA	20.432.557,22	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 0989 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	30/07/2014	CAIXA	278.763.189,00	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 0991 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	08/08/2014	CAIXA	3.044.764,48	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 0994 PGFN-CAF	Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS	12/08/2014	CAIXA, BB	6.500.000.000,00	Atendimento de necessidades de capital de giro e do plano de investimentos
Contrato Garantia nº 0995 PGFN-CAF	Estado do Ceará	14/08/2014	BANCO DO BRASIL	68.253.400,00	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato Garantia nº 0998 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Sul	29/08/2014	BNDES	39.996.000,00	Pmae - Programa de Modernização de Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais
Contrato Garantia nº 1000 PGFN-CAF	Estado do Acre	05/09/2014	BNDES	240.662.000,00	Saneac - Projeto Saneamento Ambiental nos Municípios do Acre
Contrato Garantia nº 1002 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	10/09/2014	BANCO BTG PACTUAL	450.000.000,00	Prosut - Programa de Suporta à Política de Transporte
Contrato Garantia nº 1004 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	11/09/2014	CREDIT SUISSE	600.000.000,00	Prodes-Programa de Desenvolvimento Socioambiental
Contrato Garantia nº 1006 PGFN-CAF	CELGPAR-GO	16/09/2014	CAIXA	1.900.000.000,00	Aporte de Capital na Celg Distribuição S.A.
Contrato Garantia nº 1010 PGFN-CAF	Município de Sete Lagoas - MG	05/11/2014	CAIXA	25.200.000,00	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 1012 PGFN-CAF	Município de Sete Lagoas - MG	05/11/2014	CAIXA	22.669.475,00	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 1014 PGFN-CAF	Município de Sete Lagoas - MG	05/11/2014	CAIXA	2.000.000,00	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 1020 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre - RS	31/12/2014	CAIXA	36.520.000,00	Implantação do BRT João Pessoa e Terminal Azenha
Total em Reais	-	-	-	**23.187.808.598,88**	-

Fonte: STN/CODIV. Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31/12/2014

CONCESSÃO DE CONTRAGARANTIAS INTERNAS – 2014

Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R$)	Descrição
Contrato ContraGarantia nº 0921 PGFN-CAF	Estado do Ceará	10/03/2014	BB e BNB	120.498.332,97	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato ContraGarantia nº 0926 PGFN-CAF	Estado de São Paulo	19/03/2014	BANCO DO BRASIL	1.537.318.000,00	Programa de Investimento do Estado de São Paulo, Complexo Viário Itaquera, Programa de Transportes do Estado de São Paulo
Contrato ContraGarantia nº 0928 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	40.980.175,20	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0930 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	71.300.000,00	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0932 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	61.400.000,00	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0934 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	29.669.446,27	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0936 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	84.382.597,79	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0938 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	24.900.795,19	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0940 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	12.521.979,24	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0942 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	99.527.369,20	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0944 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	11/04/2014	BANCO DO BRASIL	2.000.000.000,00	Programa Pacto por Santa Catarina
Contrato ContraGarantia nº 0946 PGFN-CAF	Município de Curitiba	11/04/2014	BANCO DO BRASIL	76.265.218,78	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato ContraGarantia nº 0948 PGFN-CAF	Município de Curitiba	17/04/2014	BANCO DO BRASIL	27.281.782,81	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato ContraGarantia nº 0950 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	13/05/2014	BANCO DO BRASIL	120.887.500,00	Programa Saneamento para Todos
Contrato ContraGarantia nº 0952 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	13/05/2014	BANCO DO BRASIL	94.254.505,82	Programa Saneamento para Todos
Contrato ContraGarantia nº 0954 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	13/05/2014	BANCO DO BRASIL	237.500.000,00	Programa Saneamento para Todos
Contrato ContraGarantia nº 0956 PGFN-CAF	Estado do Paraná	13/05/2014	BANCO DO BRASIL	816.831.240,58	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato ContraGarantia nº 0959 PGFN-CAF	Estado da Paraíba	30/05/2014	BANCO DO BRASIL	211.570.365,91	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato ContraGarantia nº 0961 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	30/05/2014	BB E BRADESCO	2.715.389.458,89	Programa Estruturador de Transporte Urbano
Contrato ContraGarantia nº 0966 PGFN-CAF	Banco do Brasil	27/06/2014	BNDES	1.000.000.000,00	Financiamentos de Contrapartida do PAC, PMCMV e Projetos de Mobilidade Urbana - Copa 2014
Contrato ContraGarantia nº 0969 PGFN-CAF	Estado do Tocantins	04/07/2014	BANCO DO BRASIL	260.000.000,00	Proestado - Programa de Modernização do Estado de Tocantins e de sua Infraestrutura Econômica e Social
Contrato ContraGarantia nº 0971 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	04/07/2014	CAIXA	65.504.283,38	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 0973 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	04/07/2014	CAIXA	91.133.500,00	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Lagarto
Contrato ContraGarantia nº 0975 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	04/07/2014	CAIXA	36.010.129,33	Ampliação do Sistema Integrado da Adutora do Agreste de Itabaiana
Contrato ContraGarantia nº 0977 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	15/07/2014	BB E BRADESCO	3.000.000.000,00	Implantação da infraestrutura da linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro
Contrato ContraGarantia nº 0980 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	17/07/2014	BB e BANESE	149.450.000,00	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento

Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R$)	Descrição
Contrato ContraGarantia nº 0982 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	17/07/2014	BB e BANESE	10.550.000,00	Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa Minha Casa Minha Vida
Contrato ContraGarantia nº 0986 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	04/08/2014	CAIXA	5.140.531,82	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 0988 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	30/07/2014	CAIXA	20.432.557,22	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 0990 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	30/07/2014	CAIXA	278.763.189,00	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 0992 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	08/08/2014	CAIXA	3.044.764,48	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 0993 PGFN-CAF	Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS	12/08/2014	BANCO DO BRASIL	6.500.000.000,00	Atendimento de necessidades de capital de giro e do plano de investimentos
Contrato ContraGarantia nº 0996 PGFN-CAF	Estado do Ceará	14/08/2014	CAIXA, BB E BANESE	68.253.400,00	Projeto CPAC Minha Casa Minha Vida
Contrato ContraGarantia nº 0999 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Sul	29/08/2014	BB, BANRISUL	39.996.000,00	Pmae - Programa de Modernização de Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais
Contrato ContraGarantia nº 1001 PGFN-CAF	Estado do Acre	05/09/2014	BANCO DO BRASIL	240.662.000,00	Saneac - Projeto Saneamento Ambiental nos Municípios do Acre
Contrato ContraGarantia nº 1003 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	10/09/2014	BB e BRADESCO	450.000.000,00	Prosut - Programa de Suporta à Política de Transporte
Contrato ContraGarantia nº 1005 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	11/09/2014	BB e BRADESCO	600.000.000,00	Prodes-Programa de Desenvolvimento Socioambiental
Contrato ContraGarantia nº 1007 PGFN-CAF	CELGPAR	16/09/2014	BB e CAIXA	1.900.000.000,00	Aporte de Capital na Celg Distribuição S.A.
Contrato ContraGarantia nº 1011 PGFN-CAF	Município de Sete Lagoas - MG	05/11/2014	BANCO DO BRASIL	25.200.000,00	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 1013 PGFN-CAF	Município de Sete Lagoas - MG	05/11/2014	BANCO DO BRASIL	22.669.475,00	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 1015 PGFN-CAF	Município de Sete Lagoas - MG	05/11/2014	BANCO DO BRASIL	2.000.000,00	Pro-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 1021 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre - RS	31/12/2014	CAIXA	36.520.000,00	Implantação do BRT João Pessoa e Terminal Azenha
Total em Reais	-	-	-	**23.187.808.598,88**	-

Fonte: STN/CODIV. Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31/12/2014

1.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

Os quadros a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional em 2014, e as respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas: 1) Operações Externas e 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), o Seguro de Crédito à Exportação - IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade (FGPC), o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) e o Excedente Único de Riscos Extraordinários (Eure/IRB). Os saldos das Garantias e das Contragarantias a seguir relacionadas se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente. Para maiores informações e esclarecimentos a respeito do seu conteúdo sugerimos a consulta ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2014.

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS

2014 (31/12/2014)	R$ 1,00
Externa	70.176.010.029,27
Organismos Multilaterais	38.413.492,09
Estados e Municípios e Entidades Controladas	38.413.492,09
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	70.137.596.537,18
Agências Governamentais	2.249.898.550,48
Banco Federal	419.393.996,07
Empresas Privatizadas	3.180.274,52
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.472.061.934,97
Estatais Federais	355.262.344,92
Bancos Privados	1.906.979.630,05
Banco Federal	307.360.285,85
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.562.432.544,20
Estatais Federais	37.186.800,00
Organismos Multilaterais	65.980.718.356,65
Banco Federal	11.834.747.759,02
Estados e Municípios e Entidades Controladas	53.324.390.872,60
Estatais Federais	821.579.725,03
Interna	153.418.651.019,13
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	89.658.136.339,38
Banco Federal	80.878.658.883,03
Banco Federal	7.295.060.108,62
Estados e Municípios e Entidades Controladas	65.120.947.208,33
Estatais Federais	8.462.651.566,08
Estatais Federais	0,00
Itaipu Binacional	0,00
Fundos Credores	8.779.477.456,35
Banco Federal	8.779.477.456,35
Outras Garantias nos Termos da LRF	63.760.514.679,75
Exportadores	34.570.515.856,64
Estatais Federais	779.323.918,76
Fundos Devedores	33.791.191.937,88
Fundos Credores	26.403.521.415,91
Estatais Federais	6.012.820.364,12
Fundos Devedores	277.142.408,98
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	19.527.208.443,00
Seguros Garantias	586.350.199,81
Outros Países	2.786.477.407,20
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	2.786.477.407,20
Total Geral	**223.594.661.048,40**

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)

DEMONSTRATIVO DAS CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS

2014 (3º Quadrimestre, Posição: 31/12/2014)	R$ 1,00
Externa	61.096.104.312,26
Organismos Multilaterais	38.413.492,09
Estados e Municípios e Entidades Controladas	38.413.492,09
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	61.057.690.820,17
Agências Governamentais	1.926.345.097,97
Banco Federal	95.840.543,56
Empresas Privatizadas	3.180.274,52
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.472.061.934,97
Estatais Federais	355.262.344,92
Bancos Privados	1.690.689.058,65
Banco Federal	133.862.857,13
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.562.432.544,20
Estatais Federais	37.186.800,00
Organismos Multilaterais	57.440.656.663,55
Banco Federal	3.294.686.065,92
Estados e Municípios e Entidades Controladas	53.324.390.872,60
Estatais Federais	821.579.725,03
Interna	103.817.662.994,41
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	80.878.658.883,03
Banco Federal	80.878.658.883,03
Banco Federal	7.295.060.108,62
Estados e Municípios e Entidades Controladas	65.120.947.208,33
Estatais Federais	8.462.651.566,08
Estatais Federais	0,00
Itaipu Binacional	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	22.939.004.111,38
Fundos Credores	20.152.526.704,18
Fundos Devedores	38.968.061,37
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	19.527.208.443,00
Seguros Garantias	586.350.199,81
Outros Países	2.786.477.407,20
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	2.786.477.407,20
Total Geral	**164.913.767.306,67**

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)

1.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Ressalte-se que em 2014 não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos dez anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contragarantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO - 2004 A 2014 (US$ MILHÕES)

Mutuário	Garantias Honradas pela União		Evolução (%)
	2004	2005 a 2014	2004/2014
Administração Estadual	11,86	-	-
- Adm. Est. Direta	2,25	-	-
- Adm. Est. Indireta	9,61	-	-
Administração Municipal	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-
Empresas Privatizadas	-	-	-
Dívida em Processo de Assunção	-	-	-
Total	**11,86**	**-**	**-**

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)

1.9.6. Securitização de Dívidas

Uma parcela importante dos chamados passivos contingentes da União vem sendo regularizada por meio do instrumento da securitização, ou seja, o pagamento, aos credores, em títulos da dívida pública federal, após o devido reconhecimento das obrigações, na forma da lei e regulamentos. As estimativas quanto ao montante das obrigações da União a serem regularizadas por meio da securitização são formadas a partir da situação dos processos que as representam, no que diz respeito à documentação e legislação aplicável. A efetiva conclusão desses processos, com a emissão dos créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, leva em conta, também, as metas definidas pelo Governo Federal para o ajuste fiscal do País. As chamadas dívidas em processo de reconhecimento, de acordo com sua origem, podem ser classificadas em três categorias predominantes, como mostra o quadro a seguir, que contém as estimativas do estoque dessas obrigações, feitas ao final dos dois últimos exercícios:

DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOURO NACIONAL

Origem	Posição em 31/12/2013		Posição em 31/12/2014	
	R$ Milhões	%	R$ Milhões	%
Liquidação/Extinção	9.928,75	8,77	6.785,10	5,82
Dívida Direta	7.994,58	7,07	7.020,54	6,02
Diversos	3.609,71	3,19	3.795,59	3,26
VAF3	1.241,41	1,1	1.315,70	1,13
Criação Estados	3.143,46	2,78	1.909,25	1,64
Subsídios Concedidos	95.227,97	84,16	102.757,77	88,16
Novação FCVS	89.774,87	79,34	97.061,44	83,27
VAF4	5.453,11	4,82	5.696,33	4,89
Total	**113.151,30**	**100,00**	**116.563,41**	**100,00**

Fonte: Gerob/Cofis/STN/MF.
Notas: (i) os Valores de Avaliação de Financiamento (VAF 3 e VAF
4) decorrem dos resíduos assumidos pela União nos termos do art. 15 da Lei nº 10.150, de 21/12/2000, e do art. 44 da MP nº 2.181-45, de 24/08/2001; e (ii) os valores indicados como "Novação FCVS", assim como os relativos ao VAF3 e ao VAF4, foram fornecidos pela Caixa Econômica Federal.
Os valores da tabela correspondem a previsões que não indicam, necessariamente, os valores exatos das securitizações a serem concluídas.
A metodologia de cálculo empregada para a atualização monetária desses valores é descrita a seguir:
Os valores em moeda nacional são atualizados por índices de preços, acrescidos de juros;
Os valores em moeda estrangeira são atualizados pelas respectivas taxas de câmbio (taxa de venda), obtidas no Sisbacen;
Os saldos da dívida do FCVS assim como os relativos aos VAF3 e VAF4 são fornecidos pela Caixa Econômica Federal (Caixa), na qualidade de Administradora do FCVS.
Contribuíram para a nova configuração dos passivos, a atualização dos saldos, conforme sistemática descrita acima, os registros de novas dívidas e as baixas provocadas pelos contratos celebrados em 2014 ou que foram considerados não passíveis de securitização.
O reconhecimento de uma dívida, propriamente dito, ocorre em fase anterior ao ingresso dos autos no Ministério da Fazenda. Dá-se, por exemplo, durante o processo de liquidação dos órgãos/entidades extintos por força de lei, ou é formalizado pela Administradora do FCVS, em se tratando das dívidas desse Fundo com agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
O processo assim constituído tramita, então, no Ministério da Fazenda (STN e PGFN), onde ocorrem as fases de análise documental, avaliação da conveniência e oportunidade, renegociação financeira e análise jurídica. Caso as manifestações sejam favoráveis, sucedem a autorização ministerial, a celebração do contrato de novação e, finalmente, a emissão dos ativos securitizados em favor do credor.
No exercício 2014, nenhum processo cumpriu esse rito. No caso do FCVS, principal passivo contingente da União, não houve securitização em virtude de apontamentos levantados pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU-PR).
Esforços envolvendo órgãos do Ministério da Fazenda (STN e PGFN), a AGU e a própria CGU-PR culminaram numa alteração na Lei nº 10.150, de 21/12/2000, lei das novações do FCVS. Essa alteração consta no art. 105 da Lei nº 13.043, de 13/11/2014, e consiste, basicamente, em dispositivos interpretativos. Em dezembro de 2014, o fluxo de novação, que encontrava suspenso, foi retomado com o envio, pela Administradora do FCVS, de alguns processos à CGU-PR. Em 2015, a expectativa é de que o fluxo de novação das dívidas do FCVS volte ao ritmo normal.

1.10. AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO

1.10.1. Banco da Amazônia S.A.

Atuação Estratégica

As ações estratégicas adotadas pelo Governo Federal para a região Amazônica nos últimos anos têm contribuído, de forma decisiva, para a consolidação do desenvolvimento sustentável da região. Referidas ações estão consubstanciadas no conjunto de políticas, planos e programas governamentais instituídos para a Amazônia, cujo resultado tem apontado não apenas para o crescimento econômico regional, mas também para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Entre as iniciativas do Governo Federal para a Amazônia destacam-se o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, conhecido como "Plano Mais Brasil"; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; a Política Nacional de Turismo (PNT); o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC); o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura.

O Banco da Amazônia apoia, prioritariamente, iniciativas empreendedoras que visem à utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da região sejam aproveitados com sustentabilidade. Além disso, busca a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; o incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; a disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo, para o segmento da agricultura de base familiar; o apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas Instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na região; e ações de fomento balizadas em políticas integradas com os Governos Federal e Estaduais e outras Instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais.

Missão e Visão

Tendo como missão "promover o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, por meio da execução das políticas públicas e da oferta de produtos e serviços financeiros" o Banco tem desempenhado um papel preponderante na redução das desigualdades sociais no contexto amazônico, promovendo, por meio de seus financiamentos, a geração de emprego e de renda na região, a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a diminuição do êxodo rural e a erradicação da pobreza extrema. A visão estratégica para os próximos anos é de "ser reconhecido como Banco de resultados sólidos, parceiro no desenvolvimento sustentável da Amazônia, que oferece produtos e serviços de qualidade, com processos eficientes e colaboradores capacitados e motivados".

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Operacionalizado pelo Banco da Amazônia, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) representa o principal instrumento econômico-financeiro para o desenvolvimento sustentável da região Norte.

Criado pela Constituição Federal de 1988, o FNO destina-se ao financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na região, sendo seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados.

As diretrizes estratégicas do Fundo estão voltadas para a concessão de financiamentos aos setores produtivos da região Norte, inclusive comércio e prestação de serviços; o tratamento preferencial aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos produtores rurais e empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar; a valorização do associativismo e cooperativismo de produção, bem como das populações tradicionais da região (ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, entre outros povos) e dos agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária; o apoio aos municípios com comprovada carência socioeconômica; o incentivo aos empreendimentos que utilizam matéria-prima e mão de obra locais e aos que produzam alimentos básicos para o consumo da população e o estímulo a projetos com sustentabilidade socioambiental.

Rede de Atendimento

O Banco da Amazônia na condição de agente financeiro do Governo Federal continua alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), visando o desenvolvimento de municípios considerados como de baixa renda ou estagnados, vislumbrando que no futuro o município crescerá e gerará retornos significativos. Desse modo, para atingir os objetivos propostos, potencializar seus negócios proporcionando capilaridade à Instituição e comodidade a seus clientes, o Banco inaugurou no dia 12/08/2014, a mais nova agência no Município de Tefé/AM. Assim, alterou sua rede de atendimento passando a contar com 161 pontos de atendimento, dos quais 124 são agências e 37 postos de atendimento, distribuídos em onze unidades da Federação, incluídas uma agência em Brasília/DF e outra em São Paulo/SP, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. A seguir, apresenta-se Demonstrativo especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

OPERAÇÕES CONTRATADAS - EXERCÍCIO 2014
R$ MIL

ESTADO	FNO				OGU		DEMAIS FONTES*				TOTAL				TOTAL GERAL	
	QTD RURAL	VALOR RURAL	QTD NÃO RURAL	VALOR NÃO RURAL	QTD RURAL	VALOR RURAL	QTD RURAL	VALOR RURAL	QTD NÃO RURAL	VALOR NÃO RURAL	QTD RURAL	VALOR RURAL	QTD NÃO RURAL	VALOR NÃO RURAL	QTD	VALOR
Acre	3.415	135.449	469	147.885	-	-	78	2.512	-	-	3.493	137.961	469	147.885	3.962	285.846
Amazonas	3.390	70.255	699	905.608	-	-	-	-	-	-	3.390	70.255	699	905.608	4.089	975.863
Amapá	904	13.390	244	60.993	-	-	-	-	-	-	904	13.390	244	60.993	1.148	74.383
Maranhão		-	-	-	2.613	6.530	436	186.973	39	23.035	3.049	193.503	39	23.035	3.088	216.538
Mato Grosso		-	-	-	1.443	3.608	326	358.881	43	121.593	1.769	362.489	43	121.593	1.812	484.082
Pará	16.170	907.366	2.314	819.565	-	-	-	-	-	-	16.170	907.366	2.314	819.565	18.484	1.726.931
Piauí		-	-	-	-	-	24	15.771	-	-	24	15.771	-	-	24	15.771
Rondônia	5.546	716.564	881	497.478	-	-	-	-	-	-	5.546	716.564	881	497.478	6.427	1.214.042
Roraima	27	11.989	131	30.867	-	-	-	-	-	-	27	11.989	131	30.867	158	42.856
Tocantins	3.142	712.726	840	327.137	90	225	1	47	1	1.319	3.233	712.998	841	328.456	4.074	1.041.454
Total Geral	**32.594**	**2.567.739**	**5.578**	**2.789.532**	**4.146**	**10.363**	**865**	**564.184**	**83**	**145.948**	**37.605**	**3.142.286**	**5.661**	**2.935.480**	**43.266**	**6.077.766**

Fonte: Banco da Amazônia S.A.
* Demais Fontes contempla as fontes de recursos: BNDES, Poupança Rural, FAT, FDR, Finep, Recursos Obrigatórios e Recursos Próprios.

Avaliação Circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas no exercício de 2014

No exercício de 2014, representaram ingressos nas contas do Tesouro Nacional os recolhimentos efetuados pelo Banco da Amazônia relativos a Imposto de Renda (IRPJ), contribuições sobre receitas (PIS/Pasep e Cofins) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No mesmo exercício, o Banco recolheu ao Tesouro Nacional, na forma de tributos e juros sobre capital próprio, o montante de R$ 230.908 mil, conforme demonstrado na tabela a seguir:

RECOLHIMENTOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2014

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR (R$) mil
IRPJ	70.610
COFINS	58.894
PIS/PASEP	9.570
CSLL	42.825
Juros s/ Capital Próprio	49.009
TOTAL DE RECOLHIMENTOS	**230.908**

Fonte: Banco da Amazônia S.A.

Os valores apresentados foram obtidos da contabilidade e dos documentos que comprovam os recolhimentos efetuados e sintetizam as principais transações de natureza fiscal realizadas pelo Banco durante o exercício. Com relação ao FNO, as informações a seguir referem-se à evolução patrimonial do Fundo.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO FNO
R$ MILHÕES

SALDO EM 2013	ENTRADAS	SAIDAS	SALDO EM NOV/2014
16.787,98	12.648,97	10.839,80	18.597,15

Fonte: Banco da Amazônia S.A.

Quanto aos demais Fundos Federais com os quais o Banco da Amazônia mantém relações financeiras, apresenta-se a seguir o quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

MOVIMENTAÇÃO COM FUNDOS FEDERAIS, EXCETO FNO
R$ MIL

FUNDOS	SALDO EM 2013	INGRESSOS JUROS E CORREÇÃO	PAGAMENTOS	SALDO EM NOV/2014
FAT	35.392	1.104	7.231	29.265
FMM	99.245	52.882	5.851	146.276
STN	47.553	10.589	12.915	45.227
STN RECOOP	26	-	7	19

Fonte: Banco da Amazônia S.A.

Avaliação sobre as respectivas políticas de aplicação de recursos à luz das prioridades estabelecidas, para essa agência financeira oficial de fomento, nos incisos III e VI do art. 92 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014 – Lei nº 12.919/2013.

Em 2014, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi operacionalizado por meio de quatro programas de financiamento: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-Pronaf), Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável), Programa de Financiamento da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade) e Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais.

Principais Ações de Fomento

Apoio ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Em apoio ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco da Amazônia financia atividades produtivas na região no âmbito da agricultura familiar, contribuindo para a democratização do crédito, inclusão social, geração de emprego e renda, criação de condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e valorização da mão de obra familiar. Durante o exercício de 2014, o Banco fomentou atividades produtivas aos agricultores familiares da região, que totalizaram R$ 714 milhões. No âmbito

do Plano Safra 2013/2014, o Banco da Amazônia aplicou, ao final do Plano, R$ 697,3 milhões, ultrapassando em 16,22% a meta estabelecida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) de R$ 600 milhões. No período, foram realizadas 39.770 operações de crédito. No atual Plano Safra 2014/2015, o Banco apresentou um volume de contratação na ordem de R$ 377,7 milhões, correspondente aos meses de julho até dezembro, atendendo 16.324 famílias, atingido 53,97% da meta pactuada com o MDA de R$ 700 milhões.

Apoio ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PMPO)

Em adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PMPO) do Governo Federal – Programa Crescer, o Banco da Amazônia criou o Programa "Amazônia Florescer", possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da região Amazônica tendo por filosofia o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no próprio local onde é executada a atividade econômica mediante empréstimos sequenciais, graduais e sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio. Através do "Amazônia Florescer", o Banco da Amazônia concedeu em 2014, financiamentos para 39.403 clientes no valor total de R$ 68,67 milhões, com média de R$ 1.742,76 por cliente. Desde 2007, foram atendidos 127.194 clientes com recursos que totalizam R$ 189,32 milhões.

A vertente rural do programa de Microcrédito Produtivo Orientado, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), atendeu em 2014, as necessidades de crédito de 5.556 agricultores familiares, aplicando o montante de R$ 18,02 milhões. Desde 2009, foram atendidos 20.014 agricultores familiares com recursos que totalizam R$ 53,67 milhões.

Apoio ao Microempreendedor Individual (MEI)

Por meio do Programa "FNO Empreendedor Individual", o Banco da Amazônia financia os microempreendedores individuais em suas necessidades de investimento e capital de giro possibilitando o acesso financeiro, alçando seu potencial empreendedor e aumentando o seu bem estar e de sua família. O Banco da Amazônia participa do Grupo de Trabalho, instituído pelo Ministério da Previdência Social (MPS), responsável pela gestão do Programa Microempreendedor Individual (MEI). Em 2014, o volume de recursos alocados para as atividades desenvolvidas pelos empreendedores individuais, atingiu o valor de R$ 11,10 milhões, demonstrando um incremento na aplicação de 105% em relação ao ano de 2013.

Estímulo ao Incremento da Produção Pesqueira Regional

O Banco da Amazônia estimula o incremento à produção pesqueira regional por intermédio do financiamento para aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e para construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura. O trabalho tem proporcionado melhores condições de vida, fortalecendo suas colônias, promovendo o aproveitamento racional de recursos naturais, aumentando a oferta de alimentos e melhorando o padrão nutricional da população regional. Os resultados alcançados até novembro de 2014 foram de 3.249 operações contratadas que totalizam o montante de R$ 25,3 milhões.

Apoio as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPE)

O Banco da Amazônia tem participação cada vez maior no apoio aos empreendimentos de pequeno porte através do apoio creditício às micro e pequenas empresas da região Norte. Participa ainda do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, vinculado à Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para discussões e alinhamento da atuação com o segmento. Mantém parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) por meio de convênio de cooperação geral. Através do projeto: "Sebrae e Banco da Amazônia juntos pela Inclusão Financeira" são desenvolvidas ações visando ampliar o atendimento e a melhoria do acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas que atuam na Amazônia. No exercício de 2014, as aplicações foram recorde neste segmento, passando de R$ 669,56 milhões em 2013 para R$ 940,99 milhões em 2014, um crescimento de 40,54%.

Contribuição com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais

Contribui com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, participando na condição de membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A ação creditícia do Banco da Amazônia contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais selecionados como prioritários em todos os Estados da Amazônia. Ressalta-se que o Plano Anual de Aplicação de Recursos contempla todos os APLs selecionadas e definidos como prioridades, bem como, alinha os Programas de financiamento aos objetivos da política, proporcionando a estruturação de tais programas.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2)

O Banco da Amazônia apoia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) do Governo Federal, financiando projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional, como produção/geração/transmissão de energia elétrica, produção de biodiesel, saneamento básico, construção de terminal portuário e telecomunicações. O Banco já financiou 42 projetos no âmbito do PAC, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo do Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O volume financiado atingiu mais de R$ 7,0 bilhões. No exercício de 2014, foram investidos R$ 3 milhões para implementação de infraestrutura portuária do projeto de integração intermodal do Tocantins.

Apoio ao Turismo em Bases Sustentáveis

O Banco da Amazônia apoia o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, publicando anualmente o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, o qual está em consonância com a

Política Nacional de Turismo. No âmbito dos recursos do FNO, prioriza o atendimento aos Municípios da região Norte que integram os destinos indutores do desenvolvimento turístico e os roteiros turísticos traçados pelo programa de regionalização do turismo (Roteiros do Brasil). Além disso, o Banco disponibiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do BNDES para aplicação em empreendimentos que atendam toda a cadeia do turismo na região Amazônica. O total dos financiamentos concedidos para o turismo de janeiro a novembro de 2014 atingiu R$ 130,4 milhões, considerando todos os recursos disponíveis.

Incentivo à Cultura Regional

A cultura amazônica tem o incentivo e o apoio creditício do Banco da Amazônia, por meio do Programa "Amazônia Mais Cultura", o qual está alinhado à agenda social do Governo Federal e às estratégias da Instituição, objetivando a valorização e o desenvolvimento das atividades culturais da Amazônia. De janeiro a novembro de 2014, o Banco da Amazônia financiou empreendimentos culturais no valor total de R$ 45,2 milhões.

Apoio às Atividades Florestais da Biodiversidade Amazônica

Por intermédio do Programa FNO-Biodiversidade, o Banco da Amazônia financia as atividades florestais da biodiversidade Amazônica, em bases sustentáveis, como florestamento, reflorestamento, manejo de florestas nativas, Sistemas Agroflorestais (SAF) e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), contribuindo para regularização e recuperação de áreas de uso alternativo do solo, de reserva legal e de preservação permanente, bem como apoiando atividades em áreas de Concessão Florestal Pública. De janeiro a novembro de 2014, o Banco contratou R$ 74,6 milhões com recursos do FNO-Biodiversidade.

Apoio ao Desenvolvimento do Agronegócio Regional

O Banco da Amazônia segue apoiando o Agronegócio Regional, em bases sustentáveis, estimulando o processo produtivo e as atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio na região. As linhas e programas oferecidos pelo Banco apoiam diversas etapas produtivas e comerciais dos setores de agricultura, apicultura, aquicultura, avicultura, floricultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura leiteira e de corte, sericicultura, e suinocultura, dentre outros, visando incrementar a produtividade, a produção e a melhoria dos padrões de qualidade dos produtos oriundos dessas atividades e o consequente aumento de suas vendas nos mercados interno e externo, com reflexos nos níveis de emprego e renda nas regiões assistidas. De janeiro a novembro de 2014, o Banco financiou R$ 1,8 bilhão no agronegócio regional, sendo R$ 1,2 bilhão com recursos do FNO, do qual 90% dos recursos foi destinado aos beneficiários de menor porte.

Apoio às populações Tradicionais da Amazônia

A garantia do território da população tradicional da Amazônia é de fundamental importância para a manutenção da sua biodiversidade. Nesse contexto, o Banco da Amazônia, principal agente de indução ao desenvolvimento regional, vem apoiar os ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, ditos como "Povos Tradicionais".

Apoio à Ciência e Tecnologia

Programa de Apoio à Pesquisa & Desenvolvimento da Amazônia

O Programa de Pesquisa do Banco da Amazônia apoia financeiramente Instituições e Universidades da região, para a elaboração de projetos de pesquisa aplicada, relacionados com o desenvolvimento sustentável em áreas como agricultura, recursos florestais, biodiesel, tecnologia de processos entre outros temas.

Entre as pesquisas apoiadas, destacam-se:

- "Transferência de tecnologias de manejo de bacurizais nativos para recuperação de áreas degradadas e geração de renda para agricultura familiar do Nordeste Paraense e Ilha de Marajó" cujo objetivo é entender a dinâmica e as inter-relações existentes entre o sistema extrativo, sistema manejado e as primeiras tentativas de plantio racional de bacurizeiro no conjunto das atividades da agricultura familiar nas Mesorregiões do Nordeste Paraense e Ilha de Marajó, tendo em vista o seu potencial de crescimento como produto para agroindústria, para a produção de madeira e para a recuperação de áreas degradadas na Amazônia Oriental;
- "Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura: Alternativa de Desenvolvimento Sustentável em Áreas Alteradas da Amazônia Brasileira", cujo objetivo é implantar, desenvolver e/ou adaptar sistemas inovadores de integração lavouras como alternativas viáveis para os setores agropecuário e florestal da Amazônia, visando à recuperação de áreas degradadas e produção de alimentos e madeira suprindo assim as demandas locais; e
- "Educação Integral para o Empreendedorismo Consciente em Assentamentos da Reforma Agrária no Estado do Pará", cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento da responsabilidade socioambiental e da solidariedade na concepção de empreendimentos econômicos sustentáveis em áreas de assentamentos periurbanos da região metropolitana de Belém e consolidar a formação humanística dos estudantes de ciências agrárias da Universidade Federal Rural da Amazônia, fortalecendo o caráter orgânico institucional da extensão universitária e a formação de agentes de desenvolvimento com foco na reforma agrária e agricultura familiar.

Até 2014, foram aprovados 371 projetos, com recursos de cerca de R$ 26,5 milhões, com destaque para o projeto "Promovendo a Sociobiodiversidade: Restauração Ambiental com Geração de Renda em Comunidades Ribeirinhas na Amazônia Oriental", desenvolvido pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que foi agraciado com o Prêmio ANA 2014, promovido pela Agência Nacional de Águas (ANA). O projeto aponta caminhos para assegurar água de boa qualidade e em quantidade suficiente para o desenvolvimento e a qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

Prêmio "Professor Samuel Benchimol" e "Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente"

Os Prêmios Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente, instituídos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Banco da Amazônia, com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Secretarias de Ciência, Tecnologia e Fundações de Amparo à Pesquisa da Amazônia, têm por objetivo promover a reflexão e propor ações sobre as perspectivas econômicas, científicas, tecnológicas, ambientais, sociais e de empreendedorismo para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica. É uma das maiores premiações da América Latina, em certames similares e o único que tem como foco a Amazônia Continental. Em 2014, a premiação realizou uma homenagem especial ao ano internacional da agricultura familiar e ao poeta Thiago de Melo.

Desenvolvimento Regional Sustentável

Parcerias estratégicas

Banco da Amazônia e Governos Estaduais

Em 2014, o Banco deu sequência à cooperação institucional com o Governo do Estado do Pará, por meio do Programa Municípios Verdes (PMV), visando o esforço comum para instituir ações socioambientais precursoras e multiplicadoras no sentido de intensificar a atividade agropecuária nas áreas consolidadas, promover o reflorestamento, contribuir para a redução do desmatamento e da degradação ambiental, regularizar passivos ambientais e apoiar a gestão de resíduos sólidos. Dentre os compromissos do Banco, destaque para a oferta de linhas de financiamento para a agricultura familiar, atividades florestais e agricultura de baixo carbono, além das ações da Política de Patrocínio e do Programa Amazônia Florescer.

Banco da Amazônia, Ministério da Integração Nacional, Governos Estaduais, Municipais e Sebrae

O FNO-Itinerante é uma ação desenvolvida pelo Banco da Amazônia, em parceria com o Ministério da Integração Nacional e o Sebrae Regional, apoiada pelos Governos Estaduais e Municipais e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que tem como objetivo a diminuição das desigualdades intrarregionais, por meio da disseminação do crédito de fomento com recursos do FNO a todos os Municípios da região Norte, principalmente os classificados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de baixa e média renda, em atendimento prioritário aos segmentos produtivos de menor porte.

Os principais objetivos do FNO-Itinerante são:

- fortalecer e ampliar as parcerias, formando alianças para atuação eficiente nas iniciativas de desenvolvimento local;
- intensificar a atuação do Banco nos Estados e Municípios, dando maior visibilidade da sua missão de aplicar recursos de Fomento;
- ampliar a atuação do Banco na execução das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região;
- integrar e executar políticas públicas de fomento, através da união, cooperação e corresponsabilidades entre parceiros;
- divulgar os produtos e serviços do Banco aos mini, micro e pequenos empreendedores rurais e não rurais e agricultores familiares;
- prestar orientações aos beneficiários sobre a melhor forma de potencializar os negócios existentes e/ou desenvolver novas atividades econômicas na região; e
- reduzir as desigualdades socioeconômicas intrarregionais.

De 2010 a 2014, foram realizados 87 seminários de disseminação do FNO-Itinerante, organizados e coordenados pelo Banco da Amazônia em parceria com o Ministério da Integração Nacional. Considerando apenas o exercício de 2014, foram efetivados 27 eventos, resultando em 99 operações e R$ 2,6 milhões em negócios contratados.

Banco da Amazônia, Universidades e Institutos de Pesquisa da Região

Por intermédio do Programa de Apoio à Pesquisa & Desenvolvimento na Amazônia, são firmadas parcerias com Universidades e Institutos de Pesquisa da Região, visando à execução de projetos de desenvolvimento sustentável em áreas como agricultura, recursos florestais, biodiesel, tecnologia de processos entre outros temas.

Política Corporativa pela Sustentabilidade

Com a publicação da Resolução CMN nº 2014/4.327, o Banco Central do Brasil determinou que as instituições financeiras estabelecessem suas Políticas de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) com princípios e diretrizes que norteiem a gestão de riscos nos negócios e a relação com as partes interessadas, sobretudo as ações de natureza socioambiental. Por essa razão, a Política Corporativa pela Sustentabilidade (PCS) do Banco da Amazônia passa por um processo de revisão a fim de se alinhar às diretrizes da referida Resolução, haja vista que a PCS em muito já atendia o prescrito na aludida norma.

Política Socioambiental do Crédito

O Banco da Amazônia reitera seu papel como um dos maiores financiadores de fomento da região amazônica ao contemplar, no processo de avaliação de crédito, variáveis econômicas e financeiras tradicionais e critérios de sustentabilidade socioambiental.

A Política Socioambiental no Crédito estabelece as diretrizes socioambientais de indução, salvaguarda e exclusão, para orientar a alocação do crédito e o relacionamento com o cliente. Incorpora a análise socioambiental no processo de crédito com apoio do Formulário de Informação Socioambiental (Fisa) e do Questionário Socioambiental (QSA), o qual permite avaliar o grau de conformidade legal das propriedades rurais; o grau de responsabilidade social e ambiental de empreendimentos rurais e não rurais – observando as dimensões geral, social e ambiental, e o impacto ambiental dos projetos rurais e não rurais a serem financiados.

De janeiro a dezembro de 2014 foram contabilizadas mais de duas mil análises socioambientais das propostas de crédito.

Selo Verde da Administração Pública - A3P

Em 2014 o Banco da Amazônia recebeu o Selo A3P Verde de Sustentabilidade na Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental e do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. O Selo A3P Verde tem por finalidade reconhecer e divulgar boas práticas de gestão baseadas em conceitos de sustentabilidade que já são implantadas pela administração pública em todo País. No Banco da Amazônia, os compromissos assumidos com a adesão à A3P, são geridos pelo Comitê da Agenda Ambiental e Sustentabilidade (Comas) e fazem parte desse compromisso os programas internos: Amazônia Otimiza, Amazônia Recicla, Fornecedor Verde, Gincana pela Sustentabilidade, Viva Vida e Programa Continuado de Educação Ambiental.

Adesão do Banco como Investidor-Signatário do *Carbon Disclosure Project* (CDP)

A Diretoria Executiva aprovou a adesão do Banco da Amazônia ao Carbon Disclosure Project (CDP), que é um requerimento coletivo formulado por um grupo de mais de 700 investidores signatários de todo o mundo, constituindo-se como o maior banco de dados globais sobre impacto climático corporativo. Como signatário, o Banco tem a oportunidade de se somar a um grupo de organizações globais líderes e colaborar para a construção de uma economia sustentável, catalisando ações para o relato sistematizado de informações ambientais relevantes.

Relatório de Sustentabilidade

Em maio de 2014, foi publicado o Relatório de Sustentabilidade referente ao exercício de 2013, instrumento que possibilita a identificação de pontos a serem trabalhados nos processos internos, aperfeiçoando as ações da Instituição para a promoção do desenvolvimento regional em bases mais sustentáveis. O Banco elabora esse relatório atendendo às diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), instituição responsável pela metodologia mais aceita internacionalmente e que permite a comparação do desempenho entre organizações por meio de indicadores padronizados.

Parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Em alusão ao Ano Internacional da Agricultura Familiar - 2014, o Banco da Amazônia e a UFRA, uniram-se para republicar três volumes da série "Cartilha do Produtor Rural" intitulados:

- Produção de hortaliças com princípios orgânicos;
- Criação de galinha caipira; e
- Boas práticas na produção de mel de abelha.

Esses volumes levaram em consideração as oportunidades que se apresentam aos produtores familiares face ao crescimento de novos hábitos e preferência dos consumidores por alimentos mais saudáveis.

Banco da Amazônia como Espaço Exibidor na 5ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente – Circuito Tela Verde

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, no período de 4 a 6 de junho de 2014, o Banco da Amazônia exibiu os vídeos do Circuito Tela Verde com temática socioambiental. O público dessa mostra contou com estudantes de diversas escolas públicas visando discutir desafios e propostas para questões socioambientais, divulgar e estimular atividades de educação ambiental, contribuindo para a construção de valores culturais voltados à sustentabilidade. O Circuito Tela Verde é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Ministério da Cultura (MinC), com objetivo de divulgar e estimular atividades de educação ambiental, participação e mobilização social por meio da produção independente audiovisual, no contexto da educomunicação.

Gincana pela Sustentabilidade

Criada em 2004, inicialmente com a denominação de gincana ecológica "Excelência Ambiental por Natureza" a ação tem por objetivo a mobilização dos empregados e parceiros do Banco da Amazônia para a atuação em prol do meio ambiente. Em 2011, incluiu ações de responsabilidade social, passando então a se denominar "Gincana pela Sustentabilidade". A cada ano, o tema central para as ações são, quando possível, temáticas em consonância com o calendário socioambiental anual de instituições como, por exemplo, o do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

O ano de 2014, declarado pela ONU como Ano Internacional da Agricultura Familiar, o tema da Gincana foi "Reconhecendo o valor da agricultura familiar".

No cômputo das ações, foram arrecadados 5.645 livros; realizadas 26 palestras; coletados 12.195 garrafas PETs e 127 potes de vidros; realizadas dez caminhadas e ciclismo ecológicos em Parques de Conservação Ambiental; distribuídos Lixocar aos proprietários de veículos automotores que transitavam pelas vias; foram realizadas ainda feiras de produtos orgânicos, plantio de mudas, hortas orgânicas, revitalização de espaços públicos; dentre outros.

1.10.2. Banco do Brasil S.A.

O Banco do Brasil S.A. (BB), constituído sob natureza de sociedade de economia mista, tem como acionista controlador a União. Além da atuação competitiva e lucrativa no mercado financeiro, o BB agrega a função de agente de desenvolvimento econômico e social. Assim, como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, atua na concessão de crédito a pessoas físicas e jurídicas em diferentes setores da economia.

Demonstrativos Especificando os Empréstimos e Financiamentos Concedidos

O BB atua como agente financeiro de fundos e programas governamentais que têm como principal finalidade a destinação de recursos de fontes diversas, a taxas favorecidas, para operações de crédito a vários setores da economia.

Foram considerados os seguintes Fundos e Programas:

- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);
- Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé);
- Fundo da Marinha Mercante (FMM) (Inclui Profrota Pesqueira);
- Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE);
- Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA);
- Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO);
- Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) – Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), Banco da Terra, e Combate à Pobreza Rural/ Nossa Primeira Terra (CPR/NPT); e
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (Pronaf/TN).

Na elaboração dos demonstrativos a seguir, foram utilizados os seguintes conceitos:

- saldo anterior: saldo a receber por fundos e programas em 31/12/2013. Considera o estoque de operações (capital + encargos financeiros);
- saldo atual: saldo a receber por fundos e programas em 31/12/2014. Considera o estoque de operações (capital + encargos financeiros);
- valores concedidos: valores disponibilizados para o BB pela União em 2014;
- valores aplicados: valores emprestados (capital) pelo BB aos tomadores de recursos em 2014;
- encargos apropriados: valores de encargos financeiros devidos pelos tomadores de recursos em 2014;
- valores devidos: valores de capital devidos pelos tomadores de recursos em 2014, subtraindo-se o que foi pago antecipadamente de 2014 em anos anteriores;
- valores recebidos: valores recebidos pelo BB dos tomadores de recursos em 2014 (capital + juros + correção monetária + multa + acessórios); e
- inadimplência: valores não recebidos pelo BB em 31/12/2014. Em caso de atrasos no pagamento iguais ou superiores a 90 dias, toda a operação é considerada vencida antecipadamente.

SALDO ANTERIOR POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2013
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	19.489,78	19.489,78
FUNCAFÉ	4,26	75,02	54,62	1.162,62	4,38	1.300,90
FMM	10,20	4,58	-	4.133,41	-	4.148,19
FDNE	-	-	387,00	-	-	387,00
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-	-
FTRA	145,81	1.564,34	41,93	430,44	718,63	2.901,15
PRONAF – TN	339,78	745,27	347,37	507,18	311,14	2.250,74
TOTAL	**500,05**	**2.389,21**	**830,92**	**6.233,65**	**20.523,93**	**30.477,76**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014

SALDO ANTERIOR POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2013
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	12.086,61	3.108,37	1.637,09	2.657,71	19.489,78
FUNCAFÉ	1.300,90	-	-	-	1.300,90
FMM	-	-	4,58	4.143,61	4.148,19
FDNE	-	-	-	387,00	387,00
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-
FTRA	2.901,15	-	-	-	2.901,15
PRONAF – TN	2.250,74	-	-	-	2.250,74
TOTAL	**18.539,40**	**3.108,37**	**1.641,67**	**7.188,32**	**30.477,76**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014

SALDO ATUAL POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	21.561,97	21.561,97
FUNCAFÉ	9,59	69,54	64,26	1.181,17	4,55	1.329,11
FMM	282,95	1.031,10	1.525,81	3.041,16	-	5.881,02
FDNE	-	-	1.535,75	-	-	1.535,75
FDA	89,17	-	-	-	-	89,17
FDCO	-	-	-	-	255,36	255,36
FTRA	153,83	1.508,32	42,22	451,36	740,75	2.896,48
PRONAF – TN	306,75	645,00	374,89	573,53	272,24	2.172,41
TOTAL	**842,29**	**3.253,96**	**3.542,93**	**5.247,22**	**22.834,87**	**35.721,27**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Gerência de Negócios com Cooperativas – jan/2015

SALDO ATUAL POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	13.573,78	4.365,13	3.623,06	-	21.561,97
FUNCAFÉ	1.329,11	-	-	-	1.329,11
FMM	-	1.620,69	4.256,10	4,23	5.881,02
FDNE	-	1.535,75	-	-	1.535,75
FDA	-	89,17	-	-	89,17
FDCO	-	255,36	-	-	255,36
FTRA	2.896,48	-	-	-	2.896,48
PRONAF – TN	2.172,41	-	-	-	2.172,41
TOTAL	**19.971,78**	**7.866,10**	**7.879,16**	**4,23**	**35.721,27**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Gerência de Negócios com Cooperativas – jan/2015

VALORES CONCEDIDOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	BRASIL	TOTAL
FCO	-	-	-	-	2.026,26	-	2.026,26
FUNCAFÉ	-	-	-	-	-	860,05	860,05
FMM	-	-	-	-	-	1.350,33	1.350,33
FDNE	-	-	1.155,57	-	-	-	1.155,57
FDA	90,91	-	-	-	-	-	90,91
FDCO	-	-	-	-	254,47	-	254,47
FTRA	-	-	-	-	-	50,00	50,00
PRONAF – TN	-	-	-	-	-	177,20	177,20
TOTAL	**90,91**	**-**	**1.155,57**	**-**	**2.280,73**	**2.437,58**	**5.964,79**

Fonte: BB – Diretoria de Governo – jan/2015
Obs: Somente os recursos concedidos para os Fundos FCO (Centro-Oeste), FDNE (Nordeste), FDA (Amazônia) e FDCO (Centro-Oeste) possuem destinação por Região.

VALORES CONCEDIDOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	-	-	-	2.026,26	2.026,26
FUNCAFÉ	475,00	385,05	-	-	860,05
FMM	-	-	-	1.350,33	1.350,33
FDNE	-	-	-	1.155,57	1.155,57
FDA	-	-	-	90,91	90,91
FDCO	-	-	-	254,47	254,47
FTRA	50,00	-	-	-	50,00
PRONAF – TN	177,20	-	-	-	177,20
TOTAL	**702,20**	**385,05**	**-**	**4.877,54**	**5.964,79**

Fonte: BB – Diretoria de Governo – jan/2015

VALORES APLICADOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	5.546,91	5.546,91
FUNCAFÉ	6,81	7,28	20,41	487,61	3,77	525,88
FMM	40,16	171,81	552,46	595,63	-	1.360,06
FDNE	-	-	1.132,91	-	-	1.132,91
FDA	89,13	-	-	-	-	89,13
FDCO	-	-	-	-	249,48	249,48
FTRA	3,23	46,29	0,99	6,78	6,20	63,49
PRONAF – TN	4,29	23,65	18,90	105,94	0,16	152,94
TOTAL	**143,62**	**249,03**	**1.725,67**	**1.195,96**	**5.806,52**	**9.120,80**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Gerência de Negócios com Cooperativas – jan/2015
Obs: Os valores aplicados estão limitados à disponibilidade de recursos no fundo (valores concedidos no exercício acrescidos dos valores não aplicados nos exercícios anteriores, além dos valores recebidos).

VALORES APLICADOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	3.008,01	854,65	1.684,25	-	5.546,91
FUNCAFÉ	525,88	-	-	-	525,88
FMM	-	547,81	812,25	-	1.360,06
FDNE	-	1.132,91	-	-	1.132,91
FDA	-	89,13	-	-	89,13
FDCO	-	249,48	-	-	249,48
FTRA	63,49	-	-	-	63,49
PRONAF – TN	152,94	-	-	-	152,94
TOTAL	**3.750,32**	**2.873,98**	**2.496,50**	**-**	**9.120,80**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Gerência de Negócios com Cooperativas – jan/2015

ENCARGOS APROPRIADOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.300,42	1.300,42
FUNCAFÉ	0,47	6,04	6,86	79,02	0,27	92,66
FMM	70,94	231,44	184,52	758,14	-	1.245,04
FDNE	-	-	15,83	-	-	15,83
FDA	0,04	-	-	-	-	0,04
FDCO	-	-	-	-	5,88	5,88
FTRA	6,57	54,82	1,55	27,84	37,45	128,23
PRONAF – TN	38,84	54,50	43,18	37,84	43,03	217,39
TOTAL	**116,86**	**346,80**	**251,94**	**902,84**	**1.387,05**	**3.005,49**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Gerência de Negócios com Cooperativas – jan/2015

ENCARGOS APROPRIADOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	778,95	318,89	202,58	-	1.300,42
FUNCAFÉ	92,66	-	-	-	92,66
FMM	-	212,63	1.032,05	0,36	1.245,04
FDNE	-	15,83	-	-	15,83
FDA	-	0,04	-	-	0,04
FDCO	-	5,88	-	-	5,88
FTRA	128,23	-	-	-	128,23
PRONAF – TN	217,39	-	-	-	217,39
TOTAL	**1.217,23**	**553,27**	**1.234,63**	**0,36**	**3.005,49**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Gerência de Negócios com Cooperativas – jan/2015

VALORES DEVIDOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	3.823,94	3.823,94
FUNCAFÉ	2,05	29,01	27,13	763,99	3,49	825,67
FMM	0,92	6,19	-	157,83	-	164,94
FDNE	-	-	-	-	-	-
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-	-
FTRA	32,80	208,72	11,25	80,04	134,90	467,71
PRONAF – TN	174,97	301,07	149,41	150,75	119,05	895,25
TOTAL	**210,74**	**544,99**	**187,79**	**1.152,61**	**4.081,38**	**6.177,51**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Gerência de Negócios com Cooperativas – jan/2015

VALORES DEVIDOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.199,56	703,59	920,79	-	3.823,94
FUNCAFÉ	825,67	-	-	-	825,67
FMM	-	124,38	40,06	0,50	164,94
FDNE	-	-	-	-	-
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-
FTRA	467,71	-	-	-	467,71
PRONAF – TN	895,25	-	-	-	895,25
TOTAL	**4.388,19**	**827,97**	**960,85**	**0,50**	**6.177,51**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Gerência de Negócios com Cooperativas – jan/2015

VALORES RECEBIDOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	4.628,35	4.628,35
FUNCAFÉ	2,03	23,69	16,91	564,31	3,68	610,62
FMM	10,59	52,75	6,03	289,28	-	358,65
FDNE	-	-	-	-	-	-
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-	-
FTRA	0,79	114,60	1,69	8,12	12,92	138,12
PRONAF – TN	56,66	146,31	19,58	56,42	26,23	305,20
TOTAL	**70,07**	**337,35**	**44,21**	**918,13**	**4.671,18**	**6.040,94**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Gerência de Negócios com Cooperativas – jan/2015

VALORES RECEBIDOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.568,19	971,33	1.088,83	-	4.628,35
FUNCAFÉ	610,62	-	-	-	610,62
FMM	-	149,37	208,38	0,90	358,65
FDNE	-	-	-	-	-
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-
FTRA	138,12	-	-	-	138,12
PRONAF – TN	305,20	-	-	-	305,20
TOTAL	**3.622,13**	**1.120,70**	**1.297,21**	**0,90**	**6.040,94**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Gerência de Negócios com Cooperativas – jan/2015

INADIMPLÊNCIA POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.376,57	1.376,57
FUNCAFÉ	0,64	26,18	31,74	431,58	0,30	490,44
FMM	-	-	-	-	-	-
FDNE	-	-	-	-	-	-
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-	-
FTRA	132,06	481,19	29,32	341,37	519,27	1.503,21
PRONAF – TN	257,40	375,79	297,37	250,36	266,04	1.446,96
TOTAL	**390,10**	**883,16**	**358,43**	**1.023,31**	**2.162,18**	**4.817,18**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Gerência de Negócios com Cooperativas – jan/2015

INADIMPLÊNCIA POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	1.250,01	57,70	68,86	-	1.376,57
FUNCAFÉ	490,44	-	-	-	490,44
FMM	-	-	-	-	-
FDNE	-	-	-	-	-
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-
FTRA	1.503,21	-	-	-	1.503,21
PRONAF – TN	1.446,96	-	-	-	1.446,96
TOTAL	**4.690,62**	**57,70**	**68,86**	**-**	**4.817,18**

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Gerência de Negócios com Cooperativas – jan/2015

Avaliação Circunstanciada do Impacto Fiscal das Atividades do BB

Em uma avaliação circunstanciada do impacto fiscal relativo aos recursos oriundos do orçamento fiscal, em especial o risco para o Tesouro Nacional nos empréstimos e financiamentos concedidos por meio do BB, observa-se a seguinte relação entre a inadimplência e o saldo atual.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

FUNDOS E PROGRAMAS	INADIMPLÊNCIA/ SALDO ATUAL
FCO RURAL	6,71%
FUNCAFÉ	36,90%
FTRA	51,90%
PRONAF – TN	66,61%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2015

A seguir, são abordados os detalhamentos sobre os Fundos e Programas objetos deste relatório.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Crédito no Agronegócio

Com a edição da Medida Provisória (MP) nº 2.196/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30/11/1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, a comissão cobrada pela prestação da garantia do agente financeiro ficou reduzida a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de crédito em seu próprio nome e com risco exclusivo, com comissão limitada a 6% ao ano.

Em decorrência do disposto na MP nº 2.196/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional:

- operações contratadas até 30/11/1998 – risco 100% FCO;
- operações contratadas entre 01/12/1998 e 30/06/2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB);
- operações contratadas a partir de 01/07/2001 – risco 100% BB; e
- operações contratadas no Papra (Programa de Apoio à Política da Reforma Agrária) – risco 100% Procera (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária).

SALDO ATUAL POR RISCO
R$ MILHÕES

RISCO FCO RURAL	VENCIDO	VINCENDO	TOTAL	% INAD. POR RISCO
COMPARTILHADO – BB/FCO	0,02	6,33	6,35	0,27%
PRÓPRIO – BB	82,56	11.870,75	11.953,31	0,69%
TERCEIROS – FCO	790,62	438,50	1.229,12	64,32%
TERCEIROS – INCRA/PROCERA	13,07	0,01	13,08	99,94%
TOTAL	**886,27**	**12.315,59**	**13.201,86**	**-**

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2015

Crédito no Atacado

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

FUNDOS E PROGRAMAS	INADIMPLÊNCIA/SALDO ATUAL
FCO EMPRESARIAL	5,84%
FMM	0,00%
FDNE	0,00%
FDA	0,00%
FDCO	0,00%

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado – jan/2015

SALDO ATUAL POR RISCO
R$ MILHÕES

RISCO FCO EMPRESARIAL	VENCIDO	VINCENDO	TOTAL	% INAD. POR RISCO
COMPARTILHADO – BB/FCO	-	1,05	1,05	-
PRÓPRIO – BB	117,63	7.860,57	7.978,20	1,47%
TERCEIROS – FCO	370,41	3,84	374,25	98,97%
TOTAL	**488,04**	**7.865,46**	**8.353,50**	**-**

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado – jan/2015

Crédito no Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop)

Em 1998, foi criado o Recoop, definido por meio das Medidas Provisórias nº 1.715-1, de 03 de setembro de 1998, nº 1.781-4, de 14 de dezembro de 1998, nº 1.898-11, de 29 de junho de 1999, nº 1.961-17, de 09 de dezembro de 1999 e suas respectivas reedições e por meio da Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001. Em 30 de setembro de 2003, o Programa foi extinto para novas contratações, permanecendo ativo apenas a condução do estoque.

O Recoop teve por finalidade financiar, com recursos do Manual do Crédito Rural-6.2, Tesouro Nacional ou FCO, a reestruturação, capitalização e revitalização de cooperativas de produção agropecuária, visando o desenvolvimento autossustentado em condições de competitividade, que resulte na manutenção, geração e melhoria do emprego e renda. O seu público-alvo foram as cooperativas de produção agropecuária e cooperados integrantes do quadro social de cooperativa de produção agropecuária com a interveniência e coobrigação da cooperativa.

As operações do FCO-Recoop, quanto ao risco, são classificadas em operações de risco compartilhado BB/FCO (50%), quando contratadas entre 01/12/1998 e 30/06/2001, e de risco integral do BB, quando contratadas a partir de 01/07/2001. Nas operações do Recoop contratadas com recursos do FCO e destinadas ao pagamento de dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o risco é integral do Tesouro Nacional, independentemente da data de contratação das operações.

Em 31/12/2014, o FCO-Recoop possuía saldo de R$ 6,61 milhões, sendo que, deste total, o saldo de R$ 2,26 milhões estava vencido. Em relação às operações vencidas, tratativas estão sendo efetuadas junto às Agências e Superintendências das cooperativas inadimplentes visando a amortização de tais parcelas.

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)

Em 2014, o valor aplicado com recursos do Funcafé foi 6,15% maior que o aplicado em 2013. O saldo registrou acréscimo de 2,17%. A inadimplência contempla os saldos vencidos em operações com risco BB e risco União (Programa Funcafé Dação em Pagamento). Excluindo-se as operações contratadas no Programa Funcafé Dação em Pagamento que foram cedidas à União, com amparo da Medida Provisória (MP) nº 2.196-3/2001 (art. 3º)[1], verificou-se um valor vencido de R$ 5,27 milhões sobre um saldo de R$ 652,23 milhões, representando uma inadimplência de 0,81%.

Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O FMM é um fundo de natureza contábil criado pela Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004 com o objetivo de promover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional e também para o desenvolvimento da indústria de construção naval no País. Administrado pelo Ministério dos Transportes (MT) por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), seus recursos são formados principalmente pelo Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). O risco da operação é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. Destacamos que o Fundo não possui operações inadimplentes.

1 A MP 2155 foi revogada pela MP 2196-1, de 28/06/2001, que foi reeditada pela MP 2196-2, de 26/07/2001, que foi reeditada pela MP 2.196-3, de 24/08/2001.

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE foi instituído pela Medida Provisória nº 2.156-5/2001 com a finalidade de promover o desenvolvimento regional por meio da realização de investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos na região Nordeste e em alguns Municípios dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. É administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), porém o risco da operação é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. As operações de FDNE contratadas e desembolsadas ainda não tiveram suas primeiras parcelas de amortização iniciadas e não possuem operações inadimplentes.

Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O FDA foi instituído pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001 e regulamentado pelo Decreto nº 4.254/2002, alterado posteriormente pelo Decreto nº 7.839/2012. Sua finalidade é assegurar recursos para a realização de investimentos voltados às áreas de infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade de geração de emprego e renda na região da Amazônia, de acordo com as diretrizes e prioridades editadas pelo Ministério da Integração Nacional. É administrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o risco da operação, assim como nos casos do FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. As operações de FDA ainda não tiveram suas primeiras parcelas de amortização iniciadas e não possuem operações inadimplentes.

Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)

O FDCO foi instituído por meio da Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.067/2013 com a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos voltados às áreas de infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade de geração de emprego e renda na região Centro-Oeste. É administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), sendo o risco da operação, assim como no FDNE, integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. As operações de FDCO ainda não tiveram suas primeiras parcelas de amortização iniciadas e não possuem operações inadimplentes.

Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA)

Houve redução de 0,16% do saldo em 2014, em relação a 2013. O índice de inadimplência foi de 51,90% em 2014, e de 55,41% em 2013, sendo que o risco de crédito é quase em sua totalidade do Tesouro Nacional. Foram publicadasmedidas de saneamento às dívidas dos assentados da reforma agrária. Trata-se da Medida Provisória (MP) nº 636, de 26 de dezembro de 2013, dos Decretos nºs 8.177, 8.178 e 8.179, todos de 27 de dezembro de 2013, das Resoluções CMN nºs 4.298 e 4.299, ambas de 30 de dezembro de 2013, da Resolução CMN nº 4.323, de 25 de abril de 2014, da Resolução CMN nº 4.347, de 30 de junho de 2014 e da Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (PRONAF/TN)

Houve redução de 3,48% do saldo em 2014 em relação a 2013. O índice de inadimplência foi de 66,61% em 2014 e de 65,67% em 2013, sendo que o risco de crédito é quase em sua totalidade do Tesouro Nacional. Trata-se de crédito estruturante direcionado à agricultura familiar. Foram publicadas, por meio de Medida Provisória e Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), medidas de saneamento às dívidas dos agricultores familiares. Trata-se da Medida Provisória (MP) nº 636, de 26/12/2013, dos Decretos nºs 8.177, 8.178 e 8.179, todos de 27/12/2013, das Resoluções CMN nºs 4.298 e 4.299, ambas de 30/12/2013, da Resolução CMN nº 4.323, de 25/04/2014, da Resolução CMN nº 4.347, de 30/06/2014 e da Lei nº 13.001, de 20/06/2014.

PARTICIPAÇÃO NO RISCO DE CRÉDITO

FUNDOS E PROGRAMAS	RISCO BANCO DO BRASIL	RISCO TESOURO NACIONAL
PRONAF AGRICULTURA FAMILIAR (RECURSOS TN)	1,42%	98,58%
PRONAF REFORMA AGRÁRIA	0,00%	100,00%
PRONAF REFORMA AGRÁRIA PLANTA BRASIL	0,00%	100,00%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2015

Avaliação sobre as políticas de aplicação de recursos à luz das prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014 – Lei 12.919/2013

As principais políticas de aplicação de recursos à luz das prioridades estabelecidas nos Incisos II, III e VI do Art. 92 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014 – Lei 12.919, de 24 de dezembro de 2013, são as seguintes:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Desde a sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente meio a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e inter-regionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste.

Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos para a implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

As políticas de aplicação de recursos do FCO são definidas pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco).

No exercício de 2014, foram considerados prioritários os seguintes projetos:

- a) de apoio à agricultura familiar e empresários de menor porte;
- b) com alto grau de geração de emprego e renda;
- c) voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente;
- d) que utilizem tecnologias inovadoras;
- e) do setor de turismo, especialmente nas cidades-sedes da Copa do Mundo FIFA 2014 e áreas de influência; e
- f) que contribuam para a redução das desigualdades regionais nos pontos prioritários, segundo a PNDR.

Objetivando atender às diretrizes e prioridades previstas, diversas ações foram desenvolvidas com o intuito de divulgar os programas/linhas de financiamento do FCO, entre as quais destacamos os 36 seminários do FCO Itinerante: sendo 17 na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), quatro no Nordeste de Goiás (GO), nove em Mato Grosso (MT) e seis em Mato Grosso do Sul (MS), com a participação do BB, Ministério da Integração Nacional (MI), Sudeco, Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE's) e entidades de classes das Unidades Federativas. Os seminários têm contribuído para a divulgação do Fundo e para o incremento das aplicações nessas regiões.

Além das prioridades, o Fundo estabelece metas para avaliar o desempenho dos programas. O quadro a seguir sintetiza as metas definidas pelo Condel/Sudeco e os resultados alcançados no exercício de 2014:

INDICADOR		METAS 2014[1]	RESULTADO
Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)		51,00%	72,10%
Índice de Cobertura de Contratação no Exercício (ICCE)		100,00%	100,00%
Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)		20,00%	34,22%
Índice de Contratação por UF (ICUF)	DF	15,00%	14,39%
	GO	30,40%	30,90%
	MT	30,40%	31,36%
	MS	24,20%	23,36%
Índice de Contratações por Setor (ICS)	Rural	48,00%	53,27%
	Empresarial	52,00%	46,73%
Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios (ICTM)		56,10%	53,10%

Fonte: BB - Diretoria de Governo – jan/2015.
ICMP = Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte / Valor Contratado Total.
ICCE = Municípios com Operações Contratadas / Municípios da Região Centro-Oeste.
ICNB = Quantidade de Operações com Novos Beneficiários / Quantidade de Operações Contratadas Total.
ICUF = Valor Contratado nas Unidades Federativas / Valor Contratado Total.
ICS = Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural) / Valor Contratado Total.
ICTM = Valor Contratado nos Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica / Valor Contratado Total.
[1]Resolução do MI nº 013/2013, de 30 de julho de 2013, e Resolução do MI nº 021/2013, de 27 de dezembro de 2013.

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas com a aplicação dos recursos do Fundo que o BB apresenta ao MI e à Sudeco, em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da lei 7.827, de 27/09/1989, bem como os Cadernos de Informações Gerenciais, divulgados mensalmente.

Crédito no Agronegócio

O Banco Brasil atua como agente financeiro do Governo Federal em operações de crédito rural destinadas ao financiamento de ações de interesse público. Os empréstimos concedidos com recursos oriundos do orçamento fiscal, por meio de Fundos e Programas, visam contribuir para o desenvolvimento econômico-social do País ao atender à demanda da agricultura de pequeno porte, da pesca, das cooperativas e das micro, pequenas e médias empresas da cadeia do agronegócio, estimulando, assim, a permanência do homem no campo, bem como o crescimento da oferta de empregos neste setor.

As operações fomentadas por esses Fundos/Programas seguem abaixo detalhadas no que concerne à quantidade de operações por região, o saldo por finalidade e os principais itens financiados.

ESTOQUE DE OPERAÇÕES POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2014
UNIDADES

FUNDO E PROGRMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
FCO RURAL	-	-	309.128	-	-	309.128
FUNCAFÉ	164	1.313	116	26.939	2.929	31.461
FTRA	2.724	1.627	33.176	7.610	84.658	129.795
PRONAF – TN	48.541	110.051	24.630	65.759	251.149	500.130
TOTAL	**51.429**	**112.991**	**367.050**	**100.308**	**338.736**	**970.514**

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2015

SALDO POR FINALIDADE – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
FCO RURAL	-	90,35	13.111,51	13.201,86
FUNCAFÉ	293,52	688,55	347,04	1.329,11
FTRA	-	-	2.896,48	2.896,48
PRONAF – TN	-	92,10	2.080,31	2.172,41
TOTAL	**293,52**	**871,00**	**18.435,34**	**19.599,86**

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2015

SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNCAFÉ	
SEGMENTO	**SALDO**
CAFÉ	1.329,11
TOTAL	**1.329.11**

FTRA	
SEGMENTO	**SALDO**
IMÓVEIS RURAIS	2.896,48
TOTAL	**2.896,48**

PRONAF/TN	
SEGMENTO	SALDO
BOVINOCULTURA - LEITE	1.023,17
MILHO	216,61
BOVINOCULTURA - CARNE	175,68
CAFE	87,23
BORRACHA - SERINGUEIRA	64,05
MANDIOCA	59,85
EUCALIPTO	56,34
SOJA	47,83
CANA-DE-AÇÚCAR	47,42
CAPRINOS	34,71
DEMAIS	359,52
TOTAL	**2.172,41**

FCO RURAL	
SEGMENTO	SALDO
BOVINOCULTURA - CARNE	4.698,49
SOJA	2.423,53
BOVINOCULTURA - LEITE	2.316,57
AVICULTURA	963,00
CANA DE AÇÚCAR	556,16
EUCALIPTO	360,41
SUÍNOS	358,55
MILHO	263,16
ALGODÃO	96,05
BORRACHA - SERINGUEIRA	65,51
DEMAIS	1.100,43
TOTAL	**13.201,86**

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2015

O saldo do FCO Rural apresentado em 31/12/2014, de R$ 13.201,86 milhões, refere-se a mais de 309 mil operações ativas, sendo 99,32% dessas direcionadas para investimento. O agronegócio é a principal atividade econômica da região Centro-Oeste, que tem historicamente se destacado na pecuária e no cultivo da soja. Nesse contexto, verifica-se, dentre os principais itens financiados, a predominância da bovinocultura, tanto de carne quanto de leite, além de soja, avicultura, suínos, cana de açúcar, eucalipto e milho.

Crédito no Atacado

No quadro abaixo, segue o detalhamento da quantidade de operações por região:

ESTOQUE DE OPERAÇÕES POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2014
UNIDADES

FUNDO E PROGRMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
FCO EMPRESARIAL	-	-	85.436	-	-	85.436
FMM	88	37	-	192	44	361
FDNE	-	9	-	-	-	9
FDA	1	-	-	-	-	1
FDCO	-	-	5	-	-	5
TOTAL	**89**	**46**	**85.441**	**192**	**44**	**85.812**

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado – jan/2015

O FCO Empresarial possui em estoque 85.436 operações, sendo: 217 de risco do Fundo, 15 de risco Compartilhado e 85.204 de risco do BB.

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ)

O saldo apresentado em 31/12/2014, de R$ 1.329,11 milhões, refere-se a mais de 31 mil operações ativas, sendo 51,81% desse saldo direcionado ao custeio agropecuário. O Fundo destina-se ao financiamento do segmento cafeeiro, destacando-se itens relacionados à produção de grãos (formação de lavouras e tratos culturais), à aquisição de grãos, à torrefação e moagem, à fabricação de solúveis e ao beneficiamento de cereais. Verifica-se que a região Sudeste destaca-se em contratações fomentadas com esse recurso, com 85,63% de todos os contratos, tendo em vista a concentração da produção de café nessa região.

Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O FMM, ao financiar projetos de investimento do setor naval, contribui para modernização e competitividade dos portos brasileiros. Incrementa de forma considerável a oferta de empregos na região portuária e traz benefícios multirregionais, uma vez que as embarcações podem atuar em toda costa brasileira e até de forma continental. Dentre as 361 operações do FMM em estoque, foram listadas abaixo o saldo das dez maiores operações, por região beneficiada, e sua representatividade sobre o saldo total do Fundo:

ATUAÇÃO DO FMM
R$ MILHÕES

REGIÃO BENEFICIADA (UF)	SALDO	REPRESENTATIVIDADE
NORDESTE (BA)	459,32	7,82%
SUDESTE (SP)	246,51	4,19%
SUDESTE (RJ)	239,46	4,07%
NORDESTE (PE)	157,08	2,67%
SUDESTE (RJ)	143,35	2,44%
SUDESTE (RJ)	134,04	2,28%
NORTE (AM)	95,41	1,62%
NORDESTE (PE)	89,43	1,52%
SUDESTE (RJ)	83,23	1,42%
SUL (RS)	80,86	1,38%
SALDO DAS 10 MAIORES OPERAÇÕES	**1.728,69**	**29,42%**
DEMAIS OPERAÇÕES	**4.148,10**	**70,58%**
SALDO TOTAL DO FUNDO	**5.876,79**	**100,00%**

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado – jan/2015

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE enfatiza o tratamento diferenciado e favorecido aos empreendimentos de infraestrutura, serviços públicos, bem como aos demais setores, quando localizados no semiárido e nas áreas definidas como prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). No ano de 2014, os recursos provenientes do Fundo foram aplicados nas seguintes atividades econômicas:

ATUAÇÃO DO FDNE
R$ MILHÕES

ATIVIDADE BENEFICIADA	SALDO	REPRESENTATIVIDADE
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	1.255,95	81,78%
FABRICAÇÃO DE CIMENTO	199,89	13,01%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PETROQUÍMICOS	50,56	3,29%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	15,45	1,01%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS	13,90	0,91%
TOTAL	**1.535,75**	**100,00%**

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado – jan/2015

Cabe ressaltar que o FDNE possui nove operações em estoque sendo que, na atividade de Fabricação de Veículos Automotores, o Fundo possui duas operações contratadas.

Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O FDA assegura recursos para a realização de investimentos privados na região da Amazônia, impulsionando o desenvolvimento com a criação de vagas de empregos nos canteiros de obras e também nos empreendimentos financiados. Possui somente uma operação em estoque. Em 2014, houve a primeira liberação de recursos do Fundo, destinados ao setor de produção de óleos vegetais, com saldo de R$.89,17 milhões.

Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)

O FDCO constitui-se em um importante mecanismo propulsor da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no âmbito da região Centro-Oeste, visando o fortalecimento da atividade produtiva regional e a geração de emprego e renda nos empreendimentos de infraestrutura ou considerados estruturadores da economia. No ano de 2014, ocorreram as primeiras liberações de recursos provenientes do Fundo, os quais foram aplicados nas seguintes atividades econômicas:

ATUAÇÃO DO FDCO
R$ MILHÕES

ATIVIDADE BENEFICIADA	SALDO	REPRESENTATIVIDADE
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	224,76	88,02%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO SETOR DE ENERGIA	30,60	11,98%
TOTAL	**255,36**	**100,00%**

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado – jan/2015

Encontram-se listadas acima, as duas atividades beneficiadas nas cinco operações em estoque do FDCO.

Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA)

O FTRA é responsável por um saldo total de R$ 2.896,48 milhões em mais de 129 mil contratos ativos no BB, sendo 65,22% desses destinados à região Sul do País. O montante foi aplicado inteiramente em operações de investimento, tendo em vista que o principal objetivo dos financiamentos com recursos desse fundo é a aquisição de imóveis rurais diretamente pelos trabalhadores, associações ou cooperativas. Podem ser incluídos também recursos para as despesas acessórias relativas à aquisição do imóvel rural e para investimentos iniciais na estruturação da unidade produtiva.

Dentre as unidades produtivas adquiridas com recursos do FTRA, destacam-se como principais atividades e culturas empreendidas: milho, soja, café, abacaxi e fumo, além da criação de bovinos para produção de leite.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (Pronaf/TN)

O saldo apresentado em 31/12/2014, de R$ 2.172,41 milhões, refere-se a mais de 500 mil operações ativas, onde 50,22% do total de contratos encontra-se na região Sul do País, predominantemente no Rio Grande do Sul, seguido pela região Nordeste, com 22,00% da destinação do Fundo.

Em sua maioria (95,76%), os recursos do Tesouro Nacional ao amparo do Pronaf foram aplicados na finalidade de investimento principalmente na bovinocultura de carne e leite e no cultivo de milho, café, eucalipto, soja e mandioca.

1.10.3. Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Estratégia de Atuação

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, e 98,63% de seu capital está sob o controle do Governo Federal. Criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, o Banco do Nordeste tem sede na cidade de Fortaleza/CE e sua área de atuação abrange os nove Estados da região Nordeste, o norte do Estado de Minas Gerais (Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Estado do Espírito Santo, compreendendo 1.990 Municípios e 289 agências em sua rede de atendimento.

Em 2014 foram contratadas 4,7 milhões de operações de crédito no valor de R$ 25,3 bilhões, dos quais R$ 13,5 bilhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), destinados à implantação, expansão e modernização de empreendimentos, em especial, no semiárido e na agricultura familiar. No segmento de micro e pequenas empresas (MPE), o Banco atendeu 27.294 empresas com a contratação de R$ 2,9 bilhões de recursos o que representa um crescimento de 70,1% quando comparado ao ano de 2012.

O programa Crediamigo do Banco do Nordeste, referência mundial em microcrédito produtivo e orientado, apresentou um crescimento de 23,7% em 2014 quando comparado ao exercício anterior, superando a marca de R$ 7,1 bilhões desembolsados, com 3,9 milhões de empréstimos realizados. Este programa de microcrédito urbano foi agraciado com o Prêmio Foromic de Inclusão Financeira, concedido pelo Fundo Multilateral de Investimentos (Fomin), membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Agroamigo tornou-se o maior programa de microfinança rural da América Latina, com crédito orientado, acompanhado e com metodologia específica para as condições do meio rural. Em 2014, outro ano marcado pela estiagem, foram contratadas mais de 400 mil operações de crédito, num volume total de R$ 1,5 bilhão, representando um aumento de 22,4% em relação ao ano de 2013.

Dentre outras inovações, o Banco do Nordeste lançou o Cartão Agronegócio, destinado ao custeio agropecuário e os Cartões de Crédito Pessoa Física. Firmou importantes parcerias para implantação de máquinas leitoras de cartões para o segmento de micro e pequenas empresas e para estudos desta iniciativa pioneira no microcrédito urbano.

Ainda, como forma de retroalimentar o sistema de financiamento da economia regional, em 2014, com o trabalho de recuperação de crédito, foram regularizados R$ 2,4 bilhões.

Como um importante instrumento de atuação e contribuição para a diversificação e ampliação da base produtiva nordestina, a elevação da competitividade, bem como a ampliação dos avanços sociais e a promoção da sustentabilidade ambiental, o Banco apresentou, em 2014, para a sociedade o Estudo Nordeste 2022, abrangendo uma série de estudos prospectivos com foco nas perspectivas de desenvolvimento regional. Este Estudo Nordeste 2022 respaldou a definição das Diretrizes Estratégicas no Planejamento Estratégico do Banco para o período 2015-2018.

O Banco do Nordeste subiu 21 posições no ranking dos bancos mais valiosos do mundo. De acordo com o relatório anual da consultoria Brand Finance, em conjunto com a revista The Banker, a marca corporativa atingiu o valor de US$ 333 milhões, uma valorização de 16% em relação ao ano anterior.

Foram abertas 64 novas agências, convocados 1.710 novos empregados, além de realização de concurso público, do qual foram aprovados 1.432 candidatos.

Assim, a instituição contribui e continua contribuindo para uma Região mais social e economicamente cidadã. Todas essas importantes vitórias são frutos de trabalho integrado, mas, principalmente, são conquistas de cada um dos 6.972 empregados, 313 Bolsistas de Nível Médio, 598 Bolsistas de Nível Superior, 274 Jovens Aprendizes e de outros 532 ex-empregados que aderiram ao Programa de Incentivo ao Desligamento (PID).

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste integra a sua atuação creditícia de apoio às políticas federais de grande impacto na região Nordeste, consolidando, assim, a sua estratégia de ação desenvolvimentista. O Banco coordena o processo de elaboração da Programação Anual do FNE, com participação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Ministério da Integração Nacional (MI), entidades com as quais compartilha a gestão do FNE, formulando documento composto pelo plano de aplicação de recursos, pelos programas de financiamento e condições gerais para cada exercício.

Norteado pela Programação Anual do FNE, em 2014 o Banco do Nordeste apoiou produtores rurais, empreendedores individuais e empresas em todos os 1.990 Municípios da região Nordeste e do norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo.

No tocante à distribuição das contratações por porte de beneficiários, apesar dos fatores restritivos que condicionaram o ambiente operacional em 2014, tais como o crescimento econômico abaixo das expectativas, elevação das taxas de juros dos fundos constitucionais e uma forte seca na região Nordeste, o direcionamento de atendimento prioritário aos menores portes se traduziu uma participação anual significativa desses segmentos no total de contratações do FNE. Do valor total de operações de crédito contratadas em 2014, que totaliza R$ 25,3 bilhões, R$ 13,5 bilhões foram oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que representa 53,1% das aplicações totais. Desses recursos, R$ 6,4 bilhões foram contratados por clientes de pequeno porte, o que corresponde a 47,3% do total aplicado com recursos do Fundo. Os clientes de médio porte contrataram R$ 1,8 bilhão, representando crescimento de 28,3% em relação ao ano de 2013, e as contratações dos clientes de grande porte cresceram 10,6%, atingindo o montante de R$ 5,3 bilhões.

FNE – CONTRATAÇÕES POR PORTE (R$ MILHÕES)

Porte	2013		2014		Variação Valor
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Pequeno	555.970	6.547,7	467.598	6.368,8	-2,7%
Médio	973	1.418,8	1.049	1.820,2	28,3%
Grande	201	4.761,0	264	5.264,7	10,6%
Total	**557.144**	**12.727,5**	**468.911**	**13.453,7**	**5,7%**

Fonte: Banco do Nordeste

Na perspectiva dos setores econômicos, os maiores crescimentos em relação a 2013 ocorreram no setor de infraestrutura, com aumento de 107,8%, e de indústria, com 25,4%. A maior parte dos recursos contratados com a fonte FNE destinou-se ao setor rural (R$ 5,1 bilhões que correspondem a 38,3% do volume contratado com esta fonte). Para o setor industrial foram destinados R$ 3,7 bilhões; para o setor serviços R$ 2,4 bilhões; para o setor de comércio R$ 1,9 bilhão e para o setor de infraestrutura R$ 233,6 milhões.

FNE – CONTRATAÇÕES POR SETOR ECONÔMICO (R$ MILHÕES)

Setor	2013		2014		Variação Valor
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Rural	533.517	5.419,6	441.885	5.148,3	-5,0%
Industrial	3.162	2.999,3	3.955	3.761,6	25,4%
Infraestrutura	2	112,4	4	233,6	107,8%
Comércio	16.297	1.947,5	19.037	1.901,5	-2,4%
Serviços	4.166	2.248,7	4.030	2.408,7	7,1%
Total	**557.144**	**12.727,5**	**468.911**	**13.453,7**	**5,7%**

Fonte: Banco do Nordeste

Os valores contratados com recursos do FNE nos anos de 2013 e 2014, por região, estão registrados no quadro a seguir.

FNE – CONTRATAÇÕES POR REGIÃO (R$ MILHÕES)

Região	2013 (*)	2014 (*)	% Var.
Nordeste	11.897,0	12.684,5	6,6%
Sudeste (corresponde à área de financiamento do FNE no norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo)	830,5	769,2	-7,4%
Total	**12.727,5**	**13.453,7**	**5,7%**

Fonte: Banco do Nordeste
(*) Contempla contratações no âmbito do Programa para a Recuperação da Capacidade de Investimento no Setor Rural (Procir), conforme Resolução BCB/CMN nº 4.260/2013 e Lei nº 12.844/2013, destinadas exclusivamente à liquidação de operações rurais anteriores, totalizando R$ 116,6 milhões no ano de 2013 e R$ 69,2 milhões em 2014.

Dentre outras ações de promoção do acesso ao crédito, foi realizada em 2014 a quinta edição do FNE Itinerante, com 100 eventos voltados para a informação e atendimento presencial com vistas à ampliação do apoio creditício a micro e pequenas empresas (MPEs) e microempreendedores individuais (MEIs), com foco em cidades que não contam com agência do Banco do Nordeste e que tenham economia dinâmica, estagnada ou de baixa renda, localizadas, preferencialmente, no semiárido ou em regiões turísticas definidas pelo Ministério do Turismo.

A iniciativa foi realizada em conjunto com o Ministério da Integração Nacional e a Sudene, com parcerias locais com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Prefeituras Municipais, Câmara de Dirigentes Lojistas, Associações Comerciais, dentre outras entidades.

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), criado pela Medida Provisória nº 2.156-5 e nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, atualmente regulamentado pelos Decretos nº 7.838 e nº 7.839, ambos de 09 de novembro de 2012, tem a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Sudene, gestora do Fundo. Tendo como foco o suporte à infraestrutura e aos serviços públicos, tanto quanto aos empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas, o FDNE concede tratamento diferenciado, realizada pelo

Conselho Deliberativo da Sudene, àqueles projetos inseridos nas prioridades setoriais e espaciais.

O BNB é o agente operador preferencial dos recursos do FDNE, tendo, em 2014, desembolsado na modalidade debêntures um montante no valor total de R$ 800,0 milhões, referente a financiamento para a infraestrutura logística regional.

Responsabilidade Socioambiental

O Banco do Nordeste realiza anualmente campanhas de destinação de recursos de incentivos fiscais a projetos sociais no âmbito do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), da Lei de Incentivo ao Esporte e do Fundo dos Direitos do Idoso. Em 2014, foram destinados recursos financeiros no valor de R$ 605 mil em favor do FIA atendendo 10 projetos que beneficiarão 1.043 crianças e adolescentes. Similarmente, foi destinado o valor de R$ 596 mil em favor do Fundo dos Direitos do Idoso, apoiando nove projetos e 1.165 beneficiados. Além desses projetos já mencionados, também foi aplicado o valor de R$ 606 mil em projetos sociais, financiados nos termos da Lei de Incentivo ao Esporte.

Participando do grupo de empresas sustentáveis, o Banco do Nordeste disponibilizou aos públicos interno e externo a edição anual do seu Relatório de Sustentabilidade, referente às ações do Banco no exercício de 2013, disponível na Internet no caminho: www.bnb.gov.br / Responsabilidade Socioambiental / Informações e Relatórios. Esse relatório está alinhado às diretrizes da Global Report Initiative (GRI) e apresenta a visão e a opinião de clientes, funcionários, fornecedores, sociedade, comunidade e outros stakeholders da instituição acerca das práticas de governança corporativa e de responsabilidade socioambiental do Banco do Nordeste, desenvolvidas em 2013. Referido relatório realiza a prestação de contas à sociedade no tocante à ação socioambiental do Banco, por meio de seus anexos: Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (Dinsa) e Comunicação de Progresso (COP).

O nível de classificação do Relatório de Sustentabilidade do Banco do Nordeste 2013 passou de “C” para “B”, considerando o padrão da Global Report Initiative (GRI). O Relatório de Sustentabilidade passou por um processo de asseguração por meio da auditoria externa da empresa EY (Ernest & Young), que confirmou a legitimidade, confiabilidade, exatidão e clareza do conteúdo do documento.

NEGÓCIOS DE CRÉDITO

Microcrédito

O Banco do Nordeste continua expandindo sua atuação nesse importante segmento que cresce a cada dia no País. Contando com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o Banco tem apoiado com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais. Os programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, tendo por objetivo elevar a renda e as condições de bem-estar da população, e aos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família.

Em 2014, o valor global dos financiamentos de microcrédito do Banco do Nordeste totalizou R$ 8,6 bilhões, crescendo 23,4% em relação ao ano de 2013.

Microcrédito Urbano - Crediamigo

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores urbanos, a maioria do setor informal da economia. O crédito concedido pelo Crediamigo proporciona o desenvolvimento de atividades relacionadas à produção, comercialização de bens e prestação de serviços, movimentando a economia regional e melhorando a qualidade de vida de milhares de famílias.

O Banco do Nordeste emprestou, por meio do Crediamigo, R$ 7,1 bilhões, representando um crescimento de 23,7% em relação aos valores alcançados em 2013. A quantidade de empréstimos desembolsados cresceu 13,8%, sendo realizadas 3,9 milhões de operações em 2014. O Crediamigo possuía, ao final de 2014, 1,9 milhão de clientes com empréstimos ativos.

Integrante do Programa Nacional de Microcrédito (Crescer), do Governo Federal, o Crediamigo colabora de forma efetiva para a consolidação deste Programa. Em 2014 foram realizadas 1,3 milhão de operações e liberados R$ 1,6 bilhão no âmbito do Crescer.

A capacidade operacional do Crediamigo alcançou a média de 15,5 mil desembolsos realizados por dia em 2014, o que significa um crescimento de 20% em relação a 2013.

A inadimplência, que representa os empréstimos em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa, ficou em 0,84%. Esse resultado demonstra a qualidade da carteira, com histórico de baixa inadimplência mesmo com o crescimento expressivo do volume de crédito.

Outra importante diretriz do Banco diz respeito à bancarização dos clientes do Crediamigo, bem como à oferta de produtos de seguro com preços acessíveis e direcionados às necessidades das famílias de baixa renda. Em relação às contas correntes, foram abertas 468.957 no decorrer do ano de 2014, sem cobrança de tarifa.

Além da inclusão creditícia e bancária, o Programa Crediamigo oferece a seus clientes orientação empresarial e ambiental para propiciar informação e melhorar o conhecimento do público atendido. A orientação contempla temas como planejamento, vendas, custos, controles, meio ambiente, uso consciente do crédito e associativismo.

Com base na acumulação de conhecimentos adquiridos, na troca de experiências com outras instituições, no sucesso do Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste e no apoio recebido do Governo Federal e de organismos internacionais, o Crediamigo, por meio do Programa Crescer, foi incluído nas estratégias do Plano Brasil Sem Miséria, que busca retirar da extrema pobreza mais de 16 milhões de brasileiros até 2015.

Em 2014, O Crediamigo conquistou o Prêmio BID/Fomin de Inclusão Financeira, considerado o mais importante reconhecimento a instituições que trabalham com microfinanças. Como critérios de avaliação, a organização do prêmio considerou aspectos como desempenho e transparência, além da qualidade de serviços financeiros ofertados e sua efetividade para chegar a populações pobres de maneira massiva.

Microcrédito Rural – Agroamigo

O Agroamigo, programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste, lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, com utilização de metodologia própria, cuja principal característica é a forte presença do Assessor de Microcrédito nas comunidades.

Essa metodologia é própria para as condições do meio rural, com atendimento integral nas comunidades e incentivo ao desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias e não agropecuárias.

O Agroamigo atende aos agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf em operações de até R$ 15 mil, exceto dos Grupos A e A/C.

No ano de 2014, o Banco do Nordeste financiou, pelo Agroamigo, R$ 1,5 bilhão, apresentou elevação em contratações no valor de R$ 279,8 milhões, correspondendo a um crescimento de 22,3% em relação a 2013. Conta com uma carteira ativa de R$ 2,7 bilhões com 940,3 mil clientes, dos quais 797,1 mil possuem conta corrente no Banco.

As ações e projetos realizados em 2014 voltadas ao Agroamigo objetivaram a divulgação do Programa, melhorias no atendimento aos clientes, capacitação da equipe e a implantação de melhorias no processo operacional e qualificação do crédito.

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal destinado a apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), no Nordeste, esse segmento abrange 2,2 milhões de estabelecimentos rurais que representam 89% do total, ocupando 37% da área da região. Ressalte-se, ainda, a importância da Agricultura Familiar na produção de alimentos básicos.

Consideradas a importância desse público e as suas peculiaridades, o Banco do Nordeste definiu modelo de negócio diferenciado, estabelecendo metodologia de microfinança para os agricultores familiares de menor renda, o Agroamigo, que se baseia nas diretrizes do Programa Nacional Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R$ 7,2 bilhões, o que corresponde a 1,5 milhão de operações.

No ano de 2014, o Banco contratou 25.046 financiamentos com o segmento da Agricultura Familiar, envolvendo o total de R$ 548,2 milhões de recursos, dos quais 66,7% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Esse segmento compreende a carteira de agricultores familiares atendidos pelo Pronaf, excetuando-se os clientes que compõem a carteira de Microfinança Rural (Agroamigo).

Destacam-se os resultados da linha de crédito Pronaf Mais Alimento com volume de contratação na ordem de R$ 247,4 milhões que representa um crescimento de 112,6% em relação aos valores alcançados em 2013 e, ainda, o crescimento de dois importantes programas voltados para sustentabilidade e boa convivência com o meio ambiente, o Pronaf Eco e o Pronaf Floresta, que duplicaram o volume de contratação.

O Grupo Pronaf Mulher, importante linha de crédito voltado para inclusão produtiva da mulher agricultora, apresentou crescimento de 156,4% em comparação com o ano de 2013.

As ações e projetos realizados em 2014 voltados à Agricultura Familiar objetivaram melhorias na concessão do crédito e na renegociação de dívidas, atendimento aos clientes e nivelamento de conhecimentos da equipe.

Crédito Fundiário

O Banco do Nordeste financia a aquisição de propriedades rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas de financiamento e Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), ambos integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, programa gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O programa Combate à Pobreza Rural é composto de dois subprojetos: o Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares à associação de agricultores contemplados com o SAT. Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

Em 2014, pelo programa Combate à Pobreza Rural foram contratadas 763 operações, envolvendo recursos da ordem de R$ 32,7 milhões, sendo 724 operações no valor total de R$ 15,0 milhões do SAT, e 39 operações no valor total de R$ 17,7 milhões do SIC.

No mesmo período, por meio do programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foram contratadas 182 operações, no valor total de R$ 1,8 milhão.

NEGÓCIOS

Agronegócios Pessoa Física

Para cumprir sua missão, o Banco do Nordeste, por meio de financiamentos, formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, organizacionais e ambientais na região Nordeste, no norte de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo.

A atuação do Banco baseia-se, sobretudo, no atendimento da cadeia produtiva do agronegócio, no uso sustentável dos recursos naturais, na conservação do meio ambiente e no bem-estar social.

A materialização das ações ocorre sob a forma da realização de negócios, envolvendo a concessão de créditos e a disponibilização de um conjunto de produtos e serviços bancários comercializados pelo Banco do Nordeste, bem como a formalização de parcerias com instituições relacionadas ao segmento.

Em 2014, o desempenho das contratações de operações no BNB no agronegócio, com produtores pessoas físicas, atingiu o total de R$ 1,8 bilhão em 7.004 operações, com recursos do FNE, superando a meta para citado segmento. Do total contratado, 46,3% foi com os pequenos e miniprodutores rurais. A maior parte das contratações das operações em 2014 foi referente à pecuária, com participação de 65% do total.

O Banco do Nordeste, ciente da relevância do segmento agronegócio pessoa física para o cumprimento de sua missão, intensificou esforços em 2014 no sentido de priorizar seu atendimento, consolidado a partir da adoção de várias ações, com destaque para as seguintes:

- Realização de parceria com as Federações de Agricultura dos Estados e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- Realização de parceria com o Centro de Relacionamento com Clientes (CRC) para atividades de apoio às agências;
- Realização de encontros semestrais com todos os Gerentes Executivos das Superintendências Estaduais para traçar as estratégias empresariais;
- Criação de oito carteiras de clientes para o segmento Pequeno Produtor Rural;
- Desenvolvimento, em parceria com o Ambiente de Produtos e Serviços Bancários, de campanha para divulgação do cartão Agronegócio;
- Realização de treinamento pelo BNB aos técnicos do sistema CNA sobre metodologia de avaliação dos imóveis rurais;
- Assinatura de Acordo de Cooperação com a CNA, visando o fortalecimento do setor agropecuário da região Nordeste;
- Assinatura de Acordo de Cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para Implementação do programa de armazenagem na área da Sudene;
- Assinatura de Acordo de Cooperação com o Mapa para o fortalecimento da pecuária;
- Assinatura de Acordo de Cooperação com o Mapa para o fortalecimento da fruticultura;
- Realização, em parceria com a Universidade Corporativa, de Curso Presencial de Crédito Rural, tendo como público prioritário os gerentes de negócios das Carteiras de produtores rurais.

Negócios com Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

O segmento de Micro e Pequena Empresa é composto por clientes que apresentam faturamento anual até R$ 3,6 milhões.

A atuação do Banco para o segmento de micro e pequena empresa encontra-se referenciada em objetivo específico do Planejamento Estratégico 2015-2018, que estabelece ao Banco do Nordeste “Elevar a participação das contratações com MPE”. A iniciativa se alinha às diretrizes governamentais, notadamente às que regem o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que determinam às instituições financeiras oficiais o direcionamento de suas ações para apoio às micro e pequenas empresas.

O Banco do Nordeste financiou, no exercício de 2014, o montante de R$ 2,9 bilhões referentes às contratações com micro e pequenas empresas, por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazos, sendo R$ 2,2 bilhões com recursos do FNE, relativas às operações de longo prazo e R$ 758,4 milhões, em operações de crédito de curto prazo, nesse caso por meio de recursos internos.

Em 2014 foram atendidas 27.294 micro e pequenas empresas. O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R$ 1,7 bilhão em contratações, correspondendo a 59% do total de recursos aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. Destaca-se que 54% das operações contratadas foram efetivadas na região do Semiárido.

Negócios Empresariais

O segmento empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, ou seja, abrange as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R$ 3,6 milhões até R$ 200,0 milhões.

Em 2014, o Banco alcançou na sua atuação no segmento empresarial os seguintes resultados, na posição de 31/12/2014:

- Ativo Total da ordem de R$ 16,1 bilhões.
- Contratações de Crédito de Curto Prazo e Câmbio no valor de R$ 2,1 bilhões.
- Contratações de Crédito Especializado, incluindo operações com recursos do FNE, no valor de R$ 3,3 bilhões.
- Saldo de Captação de recursos no valor de R$ 1,9 bilhão.

Negócios Corporate

O segmento Corporate é composto pelos clientes que apresentam faturamento anual superior a R$ 200,0 milhões. Atualmente, referido segmento é composto por 594 clientes distribuídos pelas

13 plataformas corporate, uma em cada Estado onde o Banco do Nordeste atua. Em 2014 foram contratadas, com clientes deste segmento, operações de longo prazo no montante de R$ 3,8 bilhões, operações com recursos oriundos do FDNE, no âmbito do Decreto nº 6.952/2009, no valor de R$ 1,2 bilhão, e operações de curto prazo (Recursos Internos e Externos) que representaram R$ 1,0 bilhão de contratações. O segmento apresentou um saldo médio de Captação de Recursos no valor de R$ 4,3 bilhões.

Negócios com Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à Administração Pública Indireta, as ditas "não dependentes", conforme legislação vigente.

O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como Mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de Transferências Voluntárias do Orçamento Geral da União (OGU) para Estados, Municípios e entidades não governamentais.

O Banco também disponibiliza produtos e serviços voltados ao setor público, destacando-se os fundos de investimentos destinados exclusivamente a receber recursos dos regimes próprios da previdência social instituídos pelo Governo Federal, Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fazem parte também dessa linha de produtos voltados para este público os programas de crédito com recursos do BNDES, por meio das quais Estados e Municípios podem ter acesso a financiamentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade e transparência da gestão pública, para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados a intervenções em vias públicas, rodovias e estradas ou renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar.

No exercício de 2014, as operações de crédito e captação de recursos neste segmento, alcançaram, respectivamente, o volume de R$ 1,4 bilhão em saldo devedor e R$ 984 milhões de saldo de captações, com um total de 1.923 clientes.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo FIFA 2014

O Banco do Nordeste vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do Governo Federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo FIFA 2014.

Em relação ao evento Copa do Mundo, o Banco do Nordeste contratou 79 operações, sendo 47 com recursos do Programa FNE - Proatur no montante de R$ 1,28 bilhão e 32 operações do FNE - MPE - Turismo no valor total de R$ 63,5 milhões, totalizando R$ 1,3 bilhão, conforme critérios de enquadramento estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional em consonância com os órgãos de controle externo, viabilizando investimentos totais de R$ 2,6 bilhões.

Quanto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Banco acumula 60 financiamentos contratados, envolvendo empreendimentos enquadrados no PAC 1 e PAC 2 (cujos recursos totais somaram R$ 30,5 bilhões), destacando-se as fontes FNE, com R$ 4,8 bilhões, e FDNE, com R$ 5,2 bilhões. Com relação aos recursos do FDNE, em 2014, houve o aporte adicional de R$ 1,2 bilhão para o Projeto Ferrovia Transnordestina. Até 2014, foram viabilizados investimentos totais da ordem de R$ 45,8 bilhões para os setores de energia e transportes. No entanto, não houve registro de novas contratações durante o referido ano.

Negócios de Crédito Comercial

Os empréstimos de crédito comercial, complementares aos investimentos e compreendendo os produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Desconto de Títulos e Contas Garantidas, somaram R$ 2,7 bilhões em 2014.

Negócios com Pessoas Físicas

No intuito de prestar atendimento de qualidade, adequado às necessidades de cada público, o BNB adota o modelo de segmentação diferenciado, baseado no perfil, na renda e nos investimentos mantidos pelo cliente. Além disso, desenvolve ações para nichos de públicos específicos, como o segmento de Pessoa Física.

A estratégia de atuação do Banco para o segmento Pessoa Física visa o atendimento a clientes sócios e funcionários de empresas públicas ou particulares, sócios de cooperativas e sindicatos de classe, profissionais liberais, aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e outras pessoas físicas em geral.

A área comercial do Banco oferece uma ampla gama de produtos e serviços bancários para essa base diversificada de pessoas físicas. Os serviços oferecidos incluem, além dos produtos de crédito, os produtos de seguro e capitalização, cartões de crédito e produtos e soluções personalizados criados especificamente para atender às demandas dos clientes.

Em 2014, o Banco do Nordeste criou a Superintendência de Negócios de Varejo e Agronegócios para ampliar a sua atuação no mercado de Varejo e viabilizar as ações estratégicas tais como melhoria da gestão do segmento, baseada no atendimento de excelência, e o aumento da oferta de serviços de conveniência, com a adequação dos canais de atendimento.

A Carteira de Pessoa Física encerrou o ano composta por mais de 72 mil clientes e saldo de R$ 255,3 milhões em operações de crédito, apresentando um crescimento de 21,3% comparado a 2013.

Esse desempenho é reflexo das ações com foco no cliente, no novo posicionamento estratégico, na sustentabilidade dos negócios, nas campanhas internas, na ampliação e melhoria dos produtos e serviços destinados ao segmento pessoa física, contribuindo para alavancar a participação do BNB no varejo bancário brasileiro.

NEGÓCIOS DE COMÉRCIO EXTERIOR

Negócios de Comércio Exterior e Câmbio

A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2014 atingiu o montante de R$ 3,0 bilhões entre operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens de moedas.

Além do crédito, os clientes contam com o suporte necessário aos seus negócios internacionais por meio da oferta de serviços como transferências financeiras, câmbio pronto de exportação e importação e cobrança de exportação e de importação. Por meio da realização de operações de câmbio e comércio exterior, o Banco do Nordeste mantém o suporte para que as empresas nordestinas acessem os mercados internacionais, desempenhando o seu papel desenvolvimentista.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (Etene)

Estudos, Pesquisas e Avaliações

Constitui também atuação do BNB elaborar, promover e difundir conhecimentos técnicos, científicos e estratégias, bem como planejar, formular, coordenar e avaliar políticas e programas, por meio do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene).

Dentre os estudos e ações efetivadas no âmbito do Etene em 2014, destacaram-se:

- Apresentação dos Estudos Nordeste 2022, parte integrante da cooperação técnica firmada entre o Banco do Nordeste e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que apresentou os resultados de investigações e análises prospectivas sobre o Nordeste do Brasil, com foco no Estudo de Cenários prospectivos da economia do Nordeste e no Estudo de Perspectivas de Desenvolvimento da região Nordeste, considerando o horizonte de 2022, os quais apresentam as macrodiretrizes que devem orientar as propostas e proposições de políticas e programas para a região até 2022;
- Resgate da história do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste por meio do livro “FNE 25 Anos”;
- Estudos sobre Shopping Centers e Condomínios Logísticos, dois dos principais fenômenos da economia nordestina em anos recentes;
- Elaboração do mapa de investimentos previstos na Região, como forma de contribuir para a determinação de possíveis impactos socioeconômicos dos futuros projetos e estruturação de novos negócios para o BNB;
- Elaboração de pareceres técnicos de grandes projetos, analisando a capacidade de geração de emprego e renda, potencial de atração de investimentos e adoção de critérios de responsabilidade socioambiental;
- Realização de análises setoriais (sucroalcooleiro, bebidas, produtos plásticos, alimentos, energias renováveis, cimento, têxtil, apicultura, etc.), informes econômicos, conjunturas mensais e perfis econômicos estaduais. Estas publicações estão disponíveis na página do Etene no portal do Banco do Nordeste na Internet;
- Realização de pesquisas mensais de projeções macroeconômicas e expectativas de mercado (Febraban) e contribuições para o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central;
- Publicação de edição especial da Revista Econômica do Nordeste (REN) – Agricultura Familiar do Brasil. A edição teve seus artigos elaborados e discutidos por vários pesquisadores de renome internacional nesse tema;
- Revisão final do Plano Diretor de Investimentos (PDI) do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (Prodepro) que, além de ser o principal instrumento de planejamento do Programa, identifica os setores produtivos mais importantes nos 11 Estados de abrangência do Prodepro (Nordeste, MG e ES), respectivos gargalos e indica os investimentos prioritários para cada setor (e em cada Estado);
- Acompanhamento da elaboração do Plano Diretor de Investimentos do programa Prodepro, em cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Desenvolvimento da Avaliação do Programa Crediamigo.
- Elaboração dos Relatórios de Resultados e Impactos do FNE; gestão do FNE; gerenciais e de resultados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); avaliação Ex Post do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II);
- Desenvolvimento do Modelo do Relatório de Resultados dos Fundos de Pesquisa, Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento gerenciados pelo Etene (Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Fundeci, Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste - Fase e Fundo de Desenvolvimento Regional - FDR), o qual começará a ser apresentado a partir de 2015;
- Acompanhamento da elaboração do estudo de Análise de Resultados dos Programas de Apoio às PMEs (Pequenas e Médias Empresas), desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em cooperação técnica com o BNB e outras instituições;
- Parcerias com o Ministério da Integração Nacional e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no fornecimento de banco de dados e informações técnicas para a elaboração do Sistema de Avaliação Periódica dos Fundos Constitucionais (FNE, FNO e FCO), bem como para elaboração de cestas de indicadores para avaliação e monitoramento dos Fundos Constitucionais, Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (FDNE e FDA), de Investimento do Nordeste e da Amazônia (Finor e Finam) e incentivos fiscais sob responsabilidade daquele Ministério;
- Participação no grupo setorial interinstitucional para revisão dos indicadores do Plano Nacional do Emprego e Trabalho Decente (PNETD), coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego; e
- Estudos estatísticos, com destaque para o Sinopse Estatística 2014 e o Informações Socioeconômicas do Nordeste.

Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

O Banco do Nordeste, no ano de 2014, aplicou R$ 2,8 milhões e formalizou novos convênios em um total de R$ 1,1 milhão em projetos com recursos dos três fundos de apoio à pesquisa e difusão tecnológica administrados pelo Etene, o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), o Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

Impacto Fiscal das Atividades do Banco do Nordeste

Os valores adiante apresentados, relacionados ao impacto fiscal do Banco do Nordeste nas contas do Tesouro Nacional, consubstanciam as informações sobre as principais transações de natureza fiscal realizadas entre o Banco do Nordeste e o Tesouro Nacional durante o exercício. Em 2014 representaram ingressos nas contas do Tesouro os recolhimentos realizados pelo Banco de seus tributos sobre o Lucro Líquido (IRPJ/CSLL), sobre o Faturamento (Pasep/Cofins), cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tributos federais retidos de terceiros e distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio. Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas no que se referem a tributos, dividendos e juros sobre capital próprio, os pagamentos realizados pelo Banco do Nordeste ao Tesouro Nacional totalizaram, aproximadamente, R$ 984,5 milhões.

Deste total, o valor de R$ 887,0 milhões representa receitas tributárias. O recolhimento de tributos sobre o Lucro Líquido e o Faturamento totalizou R$ 370,9 milhões. O recolhimento de tributos federais retidos na fonte totalizou R$ 311,0 milhões e a cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi de R$ 205,0 milhões. A título de juros sobre capital próprio e dividendos, foi destinado ao Tesouro Nacional o valor de R$ 97,4 milhões.

RECOLHIMENTOS REALIZADOS PARA O TESOURO NACIONAL NO EXERCÍCIO DE 2014
(VALORES EM R$ MIL)

Principais Recolhimentos	Valor (*)
Tributos Federais Próprios	576.007
IRPJ - Imposto de Renda - Pessoas Jurídica	104.898
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	169.240
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	28.619
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	68.188
INSS – Cota Patronal	205.062
II) Tributos Federais Retidos de Terceiros	311.041
III) Juros sobre capital próprio e dividendos	97.489
Total Geral	**1.560.544**

Fonte: Banco do Nordeste
(*) Valores apresentados referem-se ao total de recolhimentos (tributos, dividendos, JCP e encargos).

Com relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), as informações a seguir referem-se à evolução patrimonial do Fundo.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO FNE NO EXERCÍCIO DE 2014
(VALORES EM R$ MILHÕES)

Saldo em 31/12/2013	Entradas (*)	Saídas (**)	Saldo em 31/12/2014
47.642,62	9.980,16	(4.143,91)	53.478,87

Fonte: Banco do Nordeste.
(*) Principais entradas: Ingressos constitucionais, receitas sobre operações de crédito, remuneração das disponibilidades e recuperação de créditos baixados;
(**) Principais saídas: taxa de administração, remuneração sobre Pronaf, despesa de provisão, Del Credere, descontos concedidos em renegociações, rebates/bônus sobre principal e despesas com operações de outras fontes (aquis. Lei 11.322 e 12.249).

Quanto aos demais fundos federais com os quais o Banco do Nordeste mantém relações financeiras, é apresentado a seguir quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

MOVIMENTAÇÕES DO BANCO DO NORDESTE,COM FUNDOS FEDERAIS(EXCETO FNE)NO EXERCÍCIO DE 2014
(VALORES EM R$ MIL)

Fundos/Programas	Saldo Dez/2013	Ingressos, Juros e Correção	Pgtos.(*)	Saldo Dez/2014
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador	520.240	25.489	(125.324)	420.405
FDNE-Repasses (**)	-	674.867	(12.739)	662.128
FMM - Fundo da Marinha Mercante	105.793	8.989	(7.712)	107.070
STN Prodecer[1]	19.416	962	(20.378)	-
STN Recoop[2]	698	20	(59)	659
STN – Inst. Híbrido de Capital e Dívida	1.272.580	165.329	(81.369)	1.356.540

Fonte: Banco do Nordeste
(*) Envolve principal e juros.
(**) Dados relativos aos repasses de recursos do FDNE, que tiveram início em 2014.
[1]Recoop: Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária.
[2]Prodecer: Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados.

1.10.4. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal, é hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

Desde a sua fundação, em 1952, o BNDES se destaca no apoio à agricultura, indústria, infraestrutura, comércio e serviços, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas.

O Banco também vem implementando linhas de investimentos sociais, direcionados para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano.

O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, de aquisição de equipamentos e de exportação de bens e serviços.

Além disso, o Banco atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina recursos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

Resultados da Atuação do BNDES

Demonstrativos especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social

As tabelas a seguir trazem as contratações, os desembolsos e os saldos a liberar das operações do BNDES em 2014:

CONTRATAÇÕES, LIBERAÇÕES E SALDO A LIBERAR DE OPERAÇÕES CONTRATADAS.

Contratações						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Brasil
agricultura			713.221		4.184.000	4.897.221
indústria	2.532.135.260	1.366.579.199	6.601.163.105	5.154.716.919	37.600.007	15.692.194.489
comércio		35.120.680	3.310.087.000	53.785.587	66.485.484	3.465.478.751
outros serviços	1.835.752.174	11.258.710.963	28.032.122.149	3.711.536.964	4.300.628.783	49.138.751.033
indireto	4.091.427.901	11.031.672.354	46.162.156.143	29.495.837.576	12.598.937.271	103.380.031.246
Total	**8.459.315.335**	**23.692.083.195**	**84.106.241.619**	**38.415.877.046**	**17.007.835.545**	**171.681.352.739**

Liberações						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Brasil
agricultura	42.852.444	95.832.166	340.149.395	189.278.762	39.538.557	707.651.324
indústria	1.005.309.432	4.054.288.324	13.870.725.268	3.879.395.652	1.564.402.785	24.374.121.461
comércio	39.823.486	163.725.839	1.236.152.950	139.963.337	82.698.998	1.662.364.609
outros serviços	6.141.891.329	10.111.270.229	28.896.106.304	4.509.644.140	7.908.944.741	57.567.856.741
indireto	6.799.498.298	9.954.035.778	45.104.223.173	29.632.421.426	12.034.696.141	103.524.874.815
Total	**14.029.374.988**	**24.379.152.336**	**89.447.357.089**	**38.350.703.316**	**21.630.281.222**	**187.836.868.950**

Saldo a Liberar de Operações Contratadas							
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Interestadual	Brasil
agricultura	12.027.967	252.924.261	226.639.961	53.837.014	2.167.310	605.675.408	1.153.271.921
indústria	2.263.371.713	6.436.350.399	33.725.009.481	6.868.062.719	1.340.959.859	3.003.942.907	53.637.697.079
comércio		38.379.146	2.512.287.883	49.136.498	20.267.000	525.698.941	3.145.769.468
outros serviços	8.310.587.301	13.000.043.700	42.973.650.121	6.298.166.125	5.147.492.880	10.860.792.439	86.590.732.566
indireto	4.539.519.878	3.542.260.154	16.053.918.425	7.222.087.108	3.876.382.625	359.024.238	35.593.192.428
Total	**15.125.506.860**	**23.269.957.659**	**95.491.505.871**	**20.491.289.464**	**10.387.269.674**	**15.355.133.934**	**180.120.663.462**

Fonte: BNDES

Avaliação sobre as respectivas políticas de aplicação de recursos à luz do disposto no art. 92 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014 – Lei nº 12.919/2013

Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)

Houve uma pequena queda na demanda de recursos pelo conjunto das micro, pequenas e médias empresas que buscaram recursos do Banco em 2014 em relação ao volume verificado em 2013. Isso possivelmente se explica em parte devido ao elevado crescimento verificado no ano anterior, em parte à deterioração das perspectivas macroeconômicas globais no segundo semestre, quando tradicionalmente a demanda pelos produtos do Banco destinados a essas empresas é maior.

DESEMBOLSOS DO BNDES PARA MPME, POR SETOR DE ATIVIDADE, 2011-2014.

	Desembolso (R$ milhões)				Crescimento (%)	
	2011	2012	2013	2014	média 3 anos	ano anterior
Agropecuária	7.594	9.217	15.026	13.745	30%	-9%
Indústria	8.071	10.663	11.210	9.109	-9%	-19%
Comércio	6.579	10.093	11.990	11.497	20%	-4%
Transportes	20.694	11.935	15.977	15.239	-6%	-5%
Outros	6.723	8.214	9.340	9.784	21%	5%
BNDES	49.660	50.122	63.543	59.374	9%	-7%

Atividades que Propiciem a Redução das Desigualdades de Gênero e Étnico-Raciais

As ações do BNDES que impactam na redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais não podem ser diretamente quantificadas, pois são componentes de processos mais complexos de apoio ao setor público ou de investimentos sociais associados a grandes projetos de investimento. Quanto a este segundo item, o valor apoiado pelo BNDES na linha de Investimento Social de Empresas implicou desembolso da ordem de R$ 232,6 milhões em 2014.

Reestruturação Produtiva

Os desembolsos do programa BNDES de Revitalização de Empresas (BNDES Revitaliza) alcançaram R$ 334,0 milhões em 2014. Destes, R$ 85,3 milhões foram utilizados por micro, pequenas e médias empresas. Foram apoiadas empresas de 11 Estados, com destaque para Santa Catarina (R$ 67,2 milhões) e Rio Grande do Sul (R$ 62,2 milhões).

Investimentos do Setor de Produção e Distribuição de Energia

Os financiamentos do BNDES relacionados aos investimentos do setor de produção e distribuição de energia elétrica atingiram R$ 14.394 milhões em 2014. As operações de financiamento a gasodutos alcançaram R$ 200,6 milhões.

Agropecuária e Inclusão Social

O desembolso do BNDES por meio do Departamento de Economia Solidária da Área de Agropecuária e Inclusão Social (Agris/Desol) alcançou R$ 267,7 milhões em 2014, dos quais R$ 118,7 aplicados na região Nordeste.

Estes valores excluem as operações de apoio ao microcrédito.

Microcrédito

O desembolso do BNDES por meio de seus programas de apoio ao microcrédito foi da ordem de R$ 56,3 milhões em 2014.

Desenvolvimento de Projetos de Produção e Distribuição de Gás Nacional e Biocombustíveis Nacionais

Os desembolsos do Departamento de Biocombustíveis da Área Industrial (AI/Debio) atingiram R$ 6.623,1 milhões em 2014. Os desembolsos em projetos de produção e distribuição de gás alcançaram R$ 563,9 milhões.

Financiamento para os Setores Têxtil, Moveleiro, Fruticultor e Coureiro-Calçadista

Os desembolsos para esse conjunto de setores apresentaram resultados bastante diversos:

- O setor Têxtil manteve um ritmo de retração de demanda que tem se verificado nos últimos anos. Embora generalizada, essa queda tem tido um ritmo menos acentuado na demanda das micro e pequenas empresas (-11% em relação à média do período);
- O setor Moveleiro também apresentou retração de demanda em 2014. Tal como o setor têxtil, essa queda foi menos acentuada nas micro e pequenas empresas. Adicionalmente, se excluídas as operações de financiamento a capital de giro e exportação, os desembolsos para o setor apresentaram uma média de crescimento de 18% em relação à média dos três anos anteriores;
- O setor Coureiro-Calçadista apresentou uma significativa

retração de sua demanda em 2014. No entanto, se excluídas as operações que envolvem capital de giro e exportações, o crescimento em relação a 2013 foi de 13%, e de 49% em relação à média dos três anos anteriores, o que sinaliza uma mudança da demanda de recursos do Banco pelo setor para finalidades mais estruturantes no longo prazo como inovação, por exemplo; e

- No setor de Fruticultura, que apresentara um crescimento relevante em 2013, houve uma retração em 2014. A demanda de investimentos desse setor é suscetível a grandes movimentos localizados de investimento. Em 2012 e 2013 houve demandas da ordem de R$ 100 milhões a mais que a média do período para subclasses específicas (cultivo de uva na região Nordeste em 2012 e cultivo de maçãs na região Sul em 2013). Em 2014 não houve nenhum movimento deste tipo.

DESEMBOLSOS BNDES PARA SEGMENTOS SELECIONADOS- 2011-2014

	Desembolso (R$ milhões)				Crescimento (%)	
	2011	2012	2013	2014	média 3 anos	ano anterior
Têxtil	1.545	1.235	989	608	-52%	-39%
Moveleiro	670	1.028	929	610	-30%	-34%
Coureiro-Calçadista	647	835	602	273	-61%	-55%
Fruticultura	269	363	438	324	-9%	-26%

Financiamento para o Desenvolvimento Tecnológico Nacional de Insumos e Equipamentos voltados à Área da Saúde

Os desembolsos do Departamento de Produtos Intermediários Químicos e Farmacêuticos, que apoia toda a cadeia de fabricação de remédios, atingiram R$ 395,2 milhões em 2014. O financiamento ao setor de equipamentos médicos atingiu R$ 39,7 milhões no mesmo período.

Promoção do Desenvolvimento da Infraestrutura e da Indústria, da Agricultura e da Agroindústria

As ações do BNDES de apoio à Inovação em 2014 totalizaram R$ 5.945,7 milhões, dos quais R$ 1.970,7 milhões por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Essas ações não se restringiram às linhas tradicionais de financiamento: o apoio mediante operações não reembolsáveis foi de R$ 138,5 milhões; e os investimentos por meio de participação de capital R$ 458,8 milhões.

1.10.5. Caixa Econômica Federal

Com mais de um século e meio de existência, a Caixa consolida-se como Instituição que busca promover o bem-estar e o desenvolvimento socioeconômico da população brasileira, por meio da implantação de iniciativas do Governo Federal, em setores como infraestrutura, habitação, saneamento básico e benefícios sociais, além da oferta de serviços bancários.

Desde a sua fundação, é gerida por princípios e valores que marcam a sua trajetória e corroboram o seu comprometimento e sua importância junto à sociedade brasileira. Até dezembro de 2014, as atividades da Empresa foram responsáveis por injetar R$ 689,6 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros.

Na execução dos programas governamentais, até dezembro de 2014, foram pagos R$ 28,0 bilhões em benefícios sociais e R$ 199,9 bilhões em benefícios aos trabalhadores, considerando pagamentos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

De janeiro a dezembro de 2014, foram repassados R$ 26,0 bilhões aos beneficiários do Programa Bolsa Família, tendo sido pagos R$ 161,7 milhões de benefícios no período.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, foram contratados pela Caixa R$ 35,9 bilhões, totalizando 389,2 mil unidades habitacionais até dezembro de 2014. Lançada pelo Governo Federal em 2009, a iniciativa tem como objetivo facilitar a aquisição de imóveis residenciais por famílias de baixa renda.

Em relação ao desempenho econômico financeiro, em 2014, a Instituição obteve lucro líquido de R$ 7,1 bilhões, 5,5% superior ao registrado no ano anterior, e alcançou R$ 1,1 trilhão de ativos próprios, tornando-se o terceiro maior banco em ativos do País.

Estratégia Empresarial

A Caixa atua visando tornar-se referência em práticas de governança corporativa, seja pelo modelo de gestão vigente, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade sócio empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade. Princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o código de ética e as políticas de atuação da Empresa.

Como parte do movimento de revisão do Plano Estratégico Caixa 2012/2022, foram construídas as aspirações para as unidades funcionais e de negócios da Empresa, que consistem em um conjunto de ações programáticas que refletem o escopo de atuação e a contribuição dessas unidades para a visão de futuro da Caixa.

Essas aspirações são base para a construção do Plano de Negócios da Caixa e guiam a elaboração das estratégias de atuação das áreas, incluindo as ações táticas e metas de negócios para os próximos anos.

Principais realizações

Em dezembro de 2014, a carteira de crédito ampliada da Instituição somava R$ 605,0 bilhões, evolução de 22,4% em relação ao ano anterior. O saldo dessa carteira representava 19,8% do total de crédito do Sistema Financeiro Nacional, ganho de 1,77 p.p. em 12 meses.

O crédito comercial alcançou saldo de R$ 190,3 bilhões, acréscimo de 10,8% em 12 meses.

O segmento de pessoas físicas registrou R$ 94,0 bilhões, alta de 16,2% quando comparado ao ano de 2013. O saldo das operações destinadas às pessoas jurídicas totalizou R$ 96,3 bilhões, destaque para o segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPE), que em dezembro apresentou saldo de R$ 61,3 bilhões, acréscimo de 11,9% em relação ao mesmo período de 2013.

O crédito imobiliário, concedido a pessoas físicas e jurídicas, cresceu 25,7% em 12 meses, encerrando o ano com saldo de R$ 339,8 bilhões, o que representava, em dezembro, 67,7% do mercado.

O saldo da carteira de saneamento e infraestrutura apresentou crescimento de 52,8%, somando R$ 56,7 bilhões. As operações voltadas para o segmento de agronegócio apresentaram saldo de R$ 4,9 bilhões, ante R$ 2,0 bilhões apresentados em 2013.

CAIXA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO (SALDO) - VALORES EM R$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SALDO		Variação % 2014/2013
	2013	2014	
Comercial	171.757	190.277	10,8
Pessoa Física - PF	80.912	93.986	16,2
Pessoa Jurídica - PJ	90.845	96.291	6,0
Habitacional	270.392	339.839	25,7
Saneamento e infraestrutura	37.126	56.725	52,8
Financiamento rural e agroindustrial	1.997	4.915	146,1
Operações de crédito vinculadas à cessão	4.215	5.353	27,0
Outros créditos com característica de concessão de crédito	8.749	7.914	-9,5
TOTAL	**494.237**	**605.023**	**22,4**

Fonte: Caixa Econômica Federal

As contratações de operações de crédito pela Caixa, no ano de 2014, totalizaram R$ 502,9 bilhões, evolução de 6,8% em 12 meses. As contratações comerciais somaram R$ 259,4 bilhões, com destaque para as operações com pessoas físicas que totalizaram R$ 143,9 bilhões.

CAIXA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO (CONTRATAÇÃO) - VALORES EM R$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CONTRATAÇÃO		Variação % 2014/2013
	2013	2014	
Comercial	240.552	259.382	7,8
Pessoa Física - PF	128.121	143.896	12,3
Pessoa Jurídica - PJ	112.431	115.486	2,7
Habitacional	134.945	128.834	-4,5
Saneamento e infraestrutura	29.804	33.277	11,7
Crédito Rural	1.942	4.993	157,2
Outros Créditos	63.674	76.454	20,1
TOTAL	**470.917**	**502.940**	**6,8**

Fonte: Caixa Econômica Federal

As operações imobiliárias, incluídos os subsídios, contrataram R$ 128,8 bilhões. Destaque às operações com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), no total de R$ 73,4 bilhões, que foram destinados à aquisição/construção de 312 mil imóveis residenciais, contribuindo com o Governo para a geração de empregos e injeção de recursos na economia.

CAIXA – RECURSOS SBPE - VALORES EM R$ MILHÕES

Recursos SBPE	Valor (milhões)	Valor (%)	Quantidade	Quantidade (%)
SBPE – SFH (Imóvel residencial)	62.152.629	84,71	276.446	88,51
SBPE – Fora SFH (Imóvel residencial)	9.577.869	13,05	32.407	10,38
SBPE – Imóvel Comercial	1.644.537	2,24	3.483	1,12
TOTAL	**73.375.035**	**100**	**312.336**	**100**

Fonte: Caixa Econômica Federal

Para o Programa Minha Casa Minha Vida foram contratados pela Caixa R$ 35,9 bilhões, totalizando 389,2 mil unidades habitacionais até dezembro de 2014. Dessas, 35,6% foram destinadas à Faixa I, que atende aos beneficiários com renda de até R$ 1,6 mil em modalidades integralmente subsidiadas pelo programa.

O Crédito Rural Caixa, com apenas dois anos de atuação, se destaca por ser um produto cujos recursos são destinados ao custeio agrícola e pecuário, às operações de investimentos em máquinas e equipamentos, à aquisição de animais e a projetos de infraestrutura rural.

No tocante à conquista de novos clientes, a Instituição atingiu 26,7 milhões de contas correntes em 2014, aumento de 4,9% em relação ao ano anterior. As contas destinadas à pessoa jurídica

totalizaram 2,2 milhões, e as voltadas para pessoas físicas, 24,5 milhões, incluindo a modalidade Conta Caixa Fácil.

Até o final do ano, a Caixa foi responsável pela inclusão de 928,6 mil brasileiros no sistema bancário, por meio da Conta Caixa Fácil, modalidade que possui uma base de 10,0 milhões de contas ativas. Com isso, a Caixa, ao final do período, apresentou saldo de R$ 419,0 bilhões em depósitos, incremento de 16,2% e crescimento nominal de R$ 58,3 bilhões, em 12 meses.

Foram abertas 8,9 milhões de contas poupança, totalizando 58,3 milhões, evolução de 12,2% em relação ao mesmo período do ano anterior e participação de mercado de 35,7%. Esse desempenho contribuiu para que a poupança alcançasse saldo de R$ 236,8 bilhões no ano, incremento de 13,0% em comparação a 2013.

CAIXA - SALDOS DE DEPÓSITOS - VALORES EM R$ MILHÕES

DEPÓSITOS	2013	2014	Variação % 2014/2013
À vista	25.171	27.014	7,3
Poupança	209.574	236.836	13,0
À prazo	113.516	143.055	26,0
CDB/RDB	69.187	89.599	29,5
Judiciais	44.329	53.457	20,6
Depósitos Especiais e de Fundos e Programas	10.155	8.476	-16,5
Outros	2.354	3.664	55,7
TOTAL	**360.770**	**419.046**	**16,2**

Fonte: Caixa Econômica Federal

Alguns valores referentes à Prestação de Contas de 2013 podem ter sido ajustados em função do novo tratamento dado aos saldos das contas encerradas por irregularidade cadastral no ano de 2012. A Empresa administra fundos e programas, por delegação do Governo Federal, dos quais se destaca, com o maior patrimônio, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado em 13 de setembro de 1966, com o intuito de garantir uma poupança ao trabalhador demitido sem justa causa.

CAIXA – FUNDOS DE GOVERNO (VALOR DOS ATIVOS) - VALORES EM R$ MILHÕES

FUNDOS	2013	2014	Variação % 2014/2013
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	365.317	406.135	11,2
PIS – Programa de Integração Social	29.328	29.385	0,2
FAR – Fundo de Arrendamento Residencial	23.652	37.365	58,0
FCVS – Fundo de Compensações de Variações Salariais	9.992	10.705	7,1
FAS – Fundo de Apoio Social	28	23	-16,2
FDS – Fundo de Desenvolvimento Social	1.478	1.905	28,9
FGS – Fundo Garantia Safra	106	148	40,4
TOTAL	**429.900**	**485.667**	**13,0**

Fonte: Caixa Econômica Federal.

A arrecadação total do FGTS, incluindo a dos demais bancos, até dezembro de 2014 foi de R$ 104,7 bilhões e foram efetuados saques no valor de R$ 84,3 bilhões por cerca de 35,2 milhões de trabalhadores.

CAIXA – ADMINISTRAÇÃO DO FGTS - VALORES EM R$ MIL; QUANTIDADE EM MIL

FGTS	2013	2014
Arrecadação	94.415.141	104.744.193
Saques efetuados	74.220.512	84.339.671
Saldo das contas ativas	272.194.471	305.317.526
Saldo das contas inativas	928.024	969.348
Contas ativas (qtde)	122.636.763	132.711.657
Contas inativas (qtde)	5.106.858	5.226.058

Fonte: Caixa Econômica Federal

Em relação aos demais programas voltados ao trabalhador, de janeiro a dezembro, a Caixa foi responsável pelo pagamento de 134,5 milhões de benefícios, correspondente a R$ 115,5 bilhões, a título de Previdência Social, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS (quotas e rendimentos).

CAIXA - BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR - VALORES EM R$ MIL - QUANTIDADE EM MIL

PROGRAMAS	2013		2014	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Previdência Social	62.266	59.968	66.328	67.418
Seguro-Desemprego	37.208	31.677	35.664	32.679
PIS Rendimentos	12.748	536	12.134	499
PIS Quotas	533	653	543	673
Abono Salarial	18.861	12.671	19.847	14.259
TOTAL	**131.615**	**105.504**	**134.515**	**115.529**

Fonte: Caixa Econômica Federal

Os programas de transferência de renda destinados à melhoria das condições financeiras e à erradicação da pobreza da população em situação de vulnerabilidade social distribuíram R$ 28,0 bilhões entre janeiro e dezembro de 2014, no total de 176,0 milhões de benefícios pagos. Somente o Bolsa Família pagou 161,7 milhões de benefícios no período, totalizando R$ 26,0 bilhões.

CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

PROGRAMAS	2013		2014	
	Quantidade (em mil)	Valor (R$ milhões)	Quantidade (em mil)	Valor (R$ milhões)
Garantia Safra	8.529	1.294	6.168	1.012
Bolsa Família	159.742	23.977	161.656	25.988
Bolsa Atleta	21	98	82	115
De Volta Para Casa	50	18	51	21
Bolsa Formação	19	8	0	0
Chapéu de Palha	188	39	176	41
Pró Jovem Urbano	-	-	-	-
Mulheres da Paz	5	1	1	0
Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável – Protejo	11	1	2	0
Bolsa Carioca	1.129	91	1.025	83
Operação Reconstrução	13	2	3	0
Bolsa Verde	176	53	251	76
Fomento às Atividades Rurais	83	57	194	188
Renda Cidadã	634	56	537	48
Programa Auxílio Emergencial Financeiro	10.251	830	5.780	462
Auxílio Emergencial do Ceará	-	-	-	-
Chapéu de Palha Emergencial	194	14	-	-
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti	151	6	117	4
TOTAL	**181.196**	**26.545**	**176.042**	**28.038**

Fonte: Caixa Econômica Federal

CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA POR REGIÃO
VALORES EM R$ MILHÕES

REGIÕES	2013	2014
Centro-Oeste	1.253	1.335
Nordeste	14.771	15.257
Norte	3.185	3.602
Sudeste	5.740	6.176
Sul	1.595	1.668
TOTAL	**26.545**	**28.038**

Fonte: Caixa Econômica Federal

Programas e Iniciativas – Participação no PPA 2012-2015

A Caixa apresenta atualmente 21 iniciativas inseridas no PPA 2012-2015, sendo sete orçamentárias e 14 de natureza orçamentária com financiamento de origem extra orçamentária.

Iniciativas Orçamentárias

Durante o exercício de 2013, a Caixa executou sete iniciativas que integram o Orçamento de Investimento Federal, que estão vinculadas aos Programas Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais e Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, tendo liberado, R$ 1,9 bilhão nesse período.

CAIXA – INVESTIMENTO NO ATIVO IMOBILIZADO

PROJETOS/ATIVIDADES	REALIZADO	
	Quantidade	Valor (R$ milhões)
3252 – Instalação de pontos de atendimento bancários	192	172
4106 – Manutenção da infraestrutura de atendimento	N/A	689
3286 – Instalação de bens imóveis	1	80
4101 – Manutenção e adequação de bens imóveis	N/A	82
4102 – Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	N/A	51
111U – Instalação do Complexo Datacenter – Consórcio BB-Caixa (DF) *	1	17
4103 – Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento nacional	N/A	797
TOTAL	**99**	**1.888**

N/A - Não se aplica.
Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop).
A Iniciativa 111U – Instalação do Complexo Datacenter – Consórcio BB-CAIXA (DF) encontra-se concluída, com o complexo instalado.

Iniciativas Orçamentárias com financiamento de origem extra orçamentária no PPA 2012-2015

As Iniciativas Orçamentárias com financiamento de origem extra orçamentária integram os seguintes programas: Turismo; Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional; Mobilidade Urbana e Trânsito; Moradia Digna e Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito.

Iniciativas orçamentárias com financiamento de origem extra orçamentária no PPA 2012-2015

A Caixa realizou, no ano de 2014, um total de R$ 44,4 bilhões em desembolsos, contribuindo para o cumprimento das metas financeiras do Governo Federal. Ressalte-se que o período de apuração das informações disponíveis para cada iniciativa foi informado na última coluna do quadro a seguir:

INICIATIVAS ORÇAMENTÁRIAS COM FINANCIAMENTO DE ORIGEM EXTRA ORÇAMENTÁRIA NO PPA 2012-2015

2014						
Programa	**Iniciativa**	**Meta Física Quantidade**	**Meta Financeira (R$)**	**Realizado Quantidade**	**Realizado Financeiro (R$)**	**Período de apuração**
2076 - Turismo	Disponibilização de linhas de crédito direto ao turista para incentivá-lo a viajar pelo País.	NÃO SE APLICA	1.603.657.713,00	NÃO SE APLICA	663.785.351,00	JAN a DEZ 2014
2049 - Moradia Digna	Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado.	NÃO SE APLICA	30.465.000.000,00	NÃO SE APLICA	32.376.923.000,00	JAN a DEZ 2014
	Oferta de financiamento, inclusive com subsídios para população de baixa renda para: construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado.	NÃO SE APLICA	12.500.000.000,00	NÃO SE APLICA	8.182.428.000,00	JAN a DEZ 2014
	Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental.	NÃO SE APLICA	1.000.000.000,00	NÃO SE APLICA	246.411.963,66	JAN a DEZ 2014
2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito	Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização Copa do Mundo FIFA 2014 nas cidades sede (Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Natal/RN, Porto Alegre/RS e Recife/PE), de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações.	NÃO SE APLICA	194.000.000,00	NÃO SE APLICA	807.983.521,12	JAN a DEZ 2014
	Implantação de pavimentação, calçadas e sinalização viária em regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.	NÃO SE APLICA	2.000.000.000,00	NÃO SE APLICA	487.469.131,81	JAN a DEZ 2014
	Apoiar a implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos.	NÃO SE APLICA	4.000.000.000,00	NÃO SE APLICA	356.367.274,79	JAN a DEZ 2014

2014						
Programa	**Iniciativa**	**Meta Física Quantidade**	**Meta Financeira (R$)**	**Realizado Quantidade**	**Realizado Financeiro (R$)**	**Período de apuração**
2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Capacitar as pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas.	Meta não cadastrada no Sistema Integrado de Planejamento (SIOP). Dentre algumas ações realizadas para capacitação de pessoas de baixa renda destaca-se a distribuição do prospecto de Informações Essenciais e Dicas de Crédito Consciente aos Clientes, uma iniciativa que educa financeiramente ao mesmo tempo em que atende à determinação da Resolução CMN BCB nº 4.283/13, e a confecção de vídeos de educação financeira abordando "Fundamentos de Educação Financeira" e "Planejamento Orçamentário".				
	Concessão de Crédito para pessoas de baixa renda com finalidades de consumo ou empreendedoras, com taxas de juros diferenciadas para essa faixa da população.	Meta não cadastrada no SIOP. Em 2014 foi solicitada a exclusão da iniciativa 03OB devido ao produto utilizar recursos da exigibilidade, vez que este já está contemplado na iniciativa 04FT do programa 2071, que tem meta vinculada ao microcrédito produtivo orientado.				
	Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes.	NÃO SE APLICA	152.223.177,00	NÃO SE APLICA	131.576.372,00	JAN a DEZ 2014
	Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BCC nºs 3.211/2004 e 3.881/2010.	1.500.000	30.000.000,00	928.742	18.574.840,00	JAN a DEZ 2014
2071 - Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito	Fomentar a concessão de financiamento de microcrédito produtivo orientado sob a responsabilidade da CAIXA para retorno àquele Ministério - Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer.	NÃO SE APLICA	950.000.000,00	NÃO SE APLICA	1.155.407.640,00	JAN a DEZ 2014

Fonte: Caixa Econômica Federal

Análise dos resultados das iniciativas orçamentárias com financiamento de origem extra orçamentária no PPA

A iniciativa vinculada ao Programa 2076 – Turismo visa disponibilizar crédito direto ao turista para incentivá-lo a viajar pelo País e tem como produto vinculado o cartão turismo. Esse produto teve sua comercialização afetada em 2014 por três situações, a saber: alteração da forma de apuração da meta de cartões, alteração na política de comercialização dos cartões de crédito e aumento no valor das anuidades.

Em relação aos Programas 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito e 2049 – Moradia Digna, a Caixa é o principal, mas não único agente financeiro que contribui para o alcance das metas do Governo Federal. Nesse sentido, vem realizando os desembolsos para os contratos, cujos valores totais liberados em 2014 encontram-se no quadro apresentado anteriormente.

No que se refere ao Programa 2048 – Mobilidade Urbana, em 2009, foram priorizados, pelo Ministério das Cidades, os projetos apresentados pelas Prefeituras e Governos estaduais das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Esses projetos receberam financiamento do Programa Pró-transporte do FGTS, sendo a Caixa responsável pela operacionalização dos contratos, exceto para o Rio de Janeiro, cujo financiamento foi realizado com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A Caixa participa do Programa 2049 – Moradia Digna, Objetivo 382, Iniciativa 015M – Apoio à urbanização de assentamentos precários – por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão socioambiental. Para tanto, disponibiliza sua estrutura descentralizada, por meio de corpo funcional multidisciplinar, que realiza o acompanhamento das obras contratadas in loco. Com sua expertise e um arcabouço de normas e procedimentos técnicos, a Caixa garante que os recursos investidos alcancem os objetivos definidos pelo Ministério das Cidades, que efetua o monitoramento. Dessa forma, é possível viabilizar a liberação dos recursos financeiros por parcela de obras/serviços executados.

Esse modelo de atuação da Caixa conta com a aprovação dos órgãos de controle interno e externo, Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU), respectivamente.

Entre 2011 e 2014, foram iniciadas 362 obras de urbanização, perfazendo investimento de R$ 6,0 bilhões com previsão de beneficiamento, após a conclusão, de 585 mil famílias. No mesmo período, foram concluídos 72 empreendimentos de urbanização, perfazendo investimentos de R$ 795,7 milhões e beneficiando 79 mil famílias. Dentre as obras concluídas estão: diversos Bairros em Nova Iguaçu/RJ, Vila Mirim III/SP, Caieiras em Praia Grande/SP, Morro do Preventório em Niterói/RJ, Bacias dos Córregos Cabaça/MS e Segredo em Campo Grande/MS.

Com relação ao Objetivo 383, Iniciativa 015S – Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado – do Programa 2049, o ritmo de contratação no Programa manteve-se estável. Além de alcançar a meta, um grande desafio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é garantir a sua correta distribuição pelas Unidades da Federação, que deve estar de acordo com o déficit habitacional. Verifica-se que, somente na segunda etapa do Programa, houve participação em mais de 90% dos municípios brasileiros.

A distribuição das contratações por porte populacional e por região permaneceu como em 2013, havendo maior dificuldade de contratação em municípios situados nas capitais e regiões metropolitanas de Estados localizados no Sul e Sudeste.

Sobre o programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, apesar da iniciativa 03OA não ter meta definida no Siop, algumas ações foram realizadas para capacitação de pessoas de baixa renda. É possível destacar a distribuição do prospecto de Informações Essenciais e Dicas de Crédito Consciente aos Clientes, uma iniciativa que educa financeiramente, ao mesmo tempo em que atende à determinação da Resolução CMN nº 4.283/13, e a confecção de vídeos de educação financeira abordando "Fundamentos de Educação Financeira" e "Planejamento Orçamentário".

Em 2014, foi solicitada a exclusão da iniciativa 03OB, devido ao produto utilizar os mesmos recursos já contemplados na iniciativa 04FT do Programa 2071, que tem meta vinculada ao microcrédito produtivo orientado.

Sobre a iniciativa 03OD, após o lançamento da operação Poupança Caixa Fácil, percebeu-se a migração dos clientes da Conta Corrente Caixa Fácil para aquele produto, provavelmente em função dos rendimentos oferecidos e associados à modalidade de poupança. A meta prevista para a iniciativa em número de contas correntes a serem abertas anualmente é de 1.500.000, sendo que em 2014, foram abertas 2.536.460 contas poupanças nas modalidades anteriormente citadas.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em dezembro de 2014, a Caixa administrava cerca de R$ 1,8 trilhão em ativos, destacando-se R$ 410,7 bilhões do FGTS e R$ 235,2 bilhões em fundos de investimentos. Os ativos próprios somavam R$ 1,1 trilhão, expansão de 24,0% em 12 meses. O patrimônio líquido totalizou saldo de R$ 62,1 bilhões.

O desempenho da Caixa em 2014 é reflexo da atuação da Empresa na oferta de crédito, na prestação de serviços bancários, no aumento do relacionamento com os atuais clientes e na melhoria dos processos internos. O avanço das operações de crédito da Empresa resultou no aumento da participação da Caixa, que em dezembro representavam 19,8% do mercado, e o crédito imobiliário manteve a liderança, com uma participação de 67,7%.

CAIXA - INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES	2013	2014
Retorno sobre o ativo médio (acum. 12 M)	0,9	0,7
Índice de Basiléia	15,1	16,1
Endividamento do setor público	24,7	28,4
Provisão sobre operações de crédito	4,9	4,4
Cobertura de despesas administrativas (acum. 12 M)	64,0	63,9
Cobertura de despesa de pessoal (acum. 12 M)	102,7	103,0
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (acum. 12 M)	24,8	15,2
Índice de eficiência operacional (acum. 12 M)	60,3	55,9

Fonte: Caixa Econômica Federal

1.10.6. Financiadora de Estudos e Projetos

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) é um dos principais agentes públicos de fomento à ciência, tecnologia e inovação. Os projetos apoiados por meio dos recursos geridos pela Finep têm possibilitado que empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas dinamizem o desenvolvimento econômico e social do País.

Em 2014, a Finep geriu recursos da ordem de R$ 10 bilhões, em operações de crédito, subvenções econômicas, apoio não reembolsável a instituições de pesquisa, investimento direto e em fundos, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Plurianual - PPA 2012 – 2015, pelo Plano Brasil Maior (PBM), pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e pelo Plano Inova Empresa.

Plano Inova Empresa

O Plano Inova Empresa configura-se como o mais importante programa já formulado para impulsionar a inovação no País, tanto pelo volume de recursos operados, que totaliza R$ 32,9 bilhões, quanto pela forte articulação entre diversos entes governamentais, a integração dos instrumentos de fomento (crédito, subvenção e financiamento não-reembolsável), a descentralização do crédito e da subvenção para micro, pequenas e médias empresas e a focalização dos investimentos em áreas estratégicas.

O Plano, lançado em março de 2013, já apresentou uma demanda de R$ 68,2 bilhões, envolvendo mais de 2,5 mil empresas e 200 instituições de pesquisa.

Até o presente momento, foram lançados os seguintes editais no âmbito do Inova Empresa: Plano de Apoio à Inovação dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS), Apoio à Inovação Tecnológica Agrícola no Setor Sucroenergético (PAISS Agrícola), Inova Petro 1 e 2, que abrangeram o setor de petróleo e gás, Inova Saúde, para os setores de fármacos e equipamentos médicos, Inova Aerodefesa, voltado para o setor aeroespacial, Inova Energia, voltado para as cadeias produtivas ligadas a redes elétricas inteligentes e transmissão em ultra-alta tensão, geração de energia por meio de fontes alternativas, e veículos hídricos e eficiência energética veicular, Inova Agronegócio, que contempla toda a cadeia do agronegócio, Inova Sustentabilidade, Inova Telecom, TI Maior, para a área de tecnologia da informação, Construção Sustentável, Tecnologia Assistiva, Nanotecnologia, Processos Biotecnológicos, Parques Tecnológicos, Tecnova voltado para a descentralização da subvenção e Inovacred, relativo à descentralização de crédito para médias e pequenas empresas.

Finep 30 dias

A maior eficiência e qualidade na alocação de recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico do País é prioridade para a Finep. Frente a isso, buscamos aperfeiçoar os processos internos e sistemas de informação visando a racionalização de nossas operações, a partir da construção de um célere processo para análise de projetos, denominado Finep 30 Dias.

Por meio da padronização e aperfeiçoamento dos processos de análise, o Finep 30 dias permite que, no prazo de até 30 dias, os clientes das operações reembolsáveis tenham conhecimento sobre a aprovação do financiamento e suas condições de contratação.

O modelo pressupõe a elaboração de ratings obtidos a partir de indicadores compostos de inovação associados ao porte das empresas, à magnitude dos projetos, aos esforços empreendidos para inovar, aos resultados alcançados ou pretendidos com esses esforços, entre outros.

O Finep 30 dias consiste em uma importante evolução institucional, que contribui significativamente para uma melhor alocação dos recursos, uma maior transparência do processo de decisão dos agentes públicos, além de diminuir as incertezas enfrentadas pelas empresas no processo de concessão de crédito público.

Demonstrativos Financeiros

A Finep atua como agente financeiro de fundos e programas governamentais com a finalidade de intensificar os investimentos em inovação no País, por meio de operações de crédito com condições de financiamento mais favoráveis, com taxas de juros menores, carência e prazos maiores, além de uma maior simplicidade operacional, essenciais para o aumento da produtividade e da competitividade do setor empresarial.

Em 2014, a Finep, enquanto Secretaria-Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), operou recursos da ordem de R$ 2,8 bilhões em ações não-reembolsáveis.

Os recursos disponíveis para operações reembolsáveis atingiram R$ 3,7 bilhões, sendo:

- R$ 1,2 bilhões provenientes do orçamento fiscal (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel);
- R$ 2,0 bilhões oriundos do Tesouro, por meio de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Programa de Sustentação do Investimento (PSI);
- R$ 0,02 bilhão oriundo do BNDES, por meio de captação direta (Finep como Agente Financeiro); e
- R$ 0,5 bilhão resultante de retorno de amortizações.

ENTRADA DE RECURSOS PARA APLICAÇÕES REEMBOLSÁVEIS
R$ MILHÕES

Fontes de Recursos	2012	2013	2014
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT 1, 2	933,06	1.058,94	1.000,00
Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT 1, 3	0	0	0
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel 1	200,00	200,00	176,31
Programa de Sustentação do Investimento – PSI 4 (Empréstimo)	1.056,83	1.943,17	1.970,66
BNDES (Agente Financeiro)	40,73	5,99	20,67
Finep Recursos Próprios 5	789,44	887,88	568,63
Total	**3.020,06**	**4.095,98**	**3.736,27**

Fonte: Finep
(1) Orçamento fiscal
(2) Ação de empréstimo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)
(3) Depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
(4) Condições estabelecidas em Portaria do Ministério da Fazenda
(5) Retorno de amortizações em 2012 e 2013 e Retorno líquido de amortizações em 2014.

Os ativos de crédito (recebíveis) de curto e longo prazo cresceram R$ 3,6 bilhões em 2014, atingindo a marca de R$ 10,6 bilhões.

ATIVOS DE CRÉDITO
R$ MILHÕES

Prazo	2013	2014
Curto	996,09	1.414,68
Longo	6.042,36	9.190,30
Total	**7.038,45**	**10.604,98**

Fonte: Finep

Em relação à distribuição geográfica dos ativos, houve aumento da concentração nas regiões Sudeste e Sul em 2014 em relação à 2013, reflexo, em grande medida, da baixa dispersão das atividades de inovação no País, como demonstram os dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pintec/IBGE 2009-2011), que identificou que em 2011 80,6% dos gastos das atividades inovadoras do País se concentravam nessas duas regiões.

VARIAÇÃO DO REALIZÁVEL POR REGIÃO
R$ MILHÕES

REGIÃO	SALDO 2013	SALDO 2014	VARIAÇÃO
Norte	45,64	203,48	157,84
Nordeste	624,06	750,33	126,27
Centro-Oeste	25,63	192,76	167,13
Sudeste	3.782,02	6.228,22	2.446,20
Sul	2.464,38	3.230,19	765,81
TOTAL	**6.941,73**	**10.604,98**	**3.663,25**

Fonte: Finep

No que diz respeito ao perfil da alocação de recursos por setor de atividade econômica, a indústria respondeu por cerca de 75% da demanda atendida em 2014. Em segundo lugar se coloca o setor de serviços, com destaque para as atividades relacionadas à energia, serviços de engenharia, e tecnologia da informação.

VARIAÇÃO DO REALIZÁVEL POR SETOR
R$ MILHÕES

SETOR	SALDO 2013	SALDO 2014	DIFERENÇA
Comércio	111,35	199,79	88,44
Habitação	285,82	252,54	-33,28
Indústria	5.117,45	7.876,85	2.759,40
Outros	2,38	148,77	146,39
Outros Serviços	1.138,96	1.900,48	761,52
Rural	285,77	226,56	-59,21
TOTAL	**6.941,73**	**10.604,98**	**3.663,25**

Fonte: Finep

Perfil do Risco da Carteira de Operações de Crédito

A qualidade da carteira de operações da Finep, no que tange a classificação de risco, é um ponto que merece destaque: 90% dos créditos a receber se referem a operações classificadas como de médio ou baixo risco.

ATIVOS DE CRÉDITO POR GRUPO DE RISCO[1]

NÍVEL DE RISCO	% 2014 [2]
Baixo (AA, A e B)	69,3%
Médio (C e D)	20,2%
Elevado (E até H)	10,5%
TOTAL	**100%**

Fonte: Finep/ACRD
[1]Não inclui operações dos programas Juro Zero, Inovacred, Contratos de Risco, Ampeg, Minc e Prodecine.
[2]Dados referentes à 31/12/2014.

Aplicação dos Recursos

Em 2014, a Finep desembolsou R$ 4,5 bilhões com as operações reembolsáveis. As empresas situadas nas regiões Sul e Sudeste receberam 89% deste total. Alguns Estados do Nordeste, como Bahia e Pernambuco, mais industrializados começam a ter uma maior participação.

Diversas iniciativas contribuem para o fomento nos Estados menos desenvolvidos, entre as quais se destacam o Prêmio Finep e os programas de descentralização da subvenção econômica e do crédito, Tecnova e Inovacred respectivamente.

O Inovacred e o Tecnova são programas de descentralização das operações voltados ao atendimento das micro e pequenas empresas que buscam ampliar a capilaridade no atendimento dessas empresas e propiciar a ampliação do número de empresas que acessam os recursos federais de fomento à inovação. Somados, os programas envolvem recursos da ordem de R$ 750 milhões.

APLICAÇÃO POR REGIÃO
R$ milhões

REGIÃO	VALOR
Norte	164,54
Nordeste	201,89
Centro-Oeste	165,64
Sudeste	2.825,24
Sul	1.106,52
TOTAL	**4.463,83**

Fonte: Finep

No que diz respeito à alocação de recursos por setor de atividade econômica a indústria e outros serviços receberam o maior volume de recursos, cerca de 91% do valor total.

APLICAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
R$ milhões

SETOR	VALOR
Comércio	116,31
Habitação	9,18
Indústria	3.251,73
Outros	285,23
Outros Serviços	795,68
Rural	5,71
TOTAL	**4.463,83**

Fonte: Finep

Retorno dos Financiamentos e Inadimplência

O retorno dos financiamentos tem apresentado um desempenho compatível com o perfil de risco da carteira de operações e com as condições favoráveis da economia brasileira. A taxa de cobrança em atraso na Finep corresponde a apenas 1,2% das cobranças emitidas. Trata-se de um resultado bastante positivo para operações de crédito destinadas ao desenvolvimento tecnológico.

PARTE II

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PARTE II - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2014

2.1.1. O Ordenamento Jurídico do Sistema de Administração Financeira

O Sistema de Administração Financeira Federal regulamentado pela Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, visa ao equilíbrio econômico-financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas, e compreende entre suas atividades a programação financeira da União.

Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de órgão central do referido sistema, e às unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República e órgãos equivalentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, o papel de órgãos setoriais.

As atividades de programação financeira compreendem a descentralização de recursos financeiros aos órgãos setoriais de programação financeira e destes para as unidades gestoras vinculadas, responsáveis pela execução dos programas de trabalho do Governo Federal.

Compete ao órgão central, entre outras atribuições: zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional; elaborar e executar a programação financeira da União; gerenciar a Conta Única; subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública; exercer as atividades de orientação, acompanhamento e gestão de haveres e responsabilidades da União; e editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira.

Compete aos órgãos setoriais a elaboração da programação financeira dos órgãos e entidades vinculadas, bem como a coordenação, a orientação e o acompanhamento das atividades relacionadas e respectiva execução.

A Lei Complementar nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas; obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras; dívidas consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantia; e despesas de restos a pagar.

As leis de diretrizes orçamentárias estabelecem as regras para a elaboração do orçamento, e as leis orçamentárias anuais viabilizam a realização anual dos programas constantes do PPA, mediante a quantificação das metas e a alocação de recursos para as ações orçamentárias.

O Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, define as diretrizes para a programação e execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social e estabelece como prioridade os pagamentos de despesas na seguinte ordem:

- Pessoal e encargos sociais;
- Aposentadorias e pensões da Previdência Social;
- Serviço da dívida pública federal; e
- Contrapartida de empréstimos externos.

Objetivando compatibilizar a realização da receita e a execução da despesa com as metas de resultado primário estabelecidas na Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013. (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014), foram definidos limites para a movimentação e empenho e para o pagamento das despesas dos grupos “outras despesas correntes”, “investimento” e “inversões financeiras” dos órgãos do Poder Executivo e respectivos restos a pagar de exercícios anteriores.

A inscrição de valores em Restos a Pagar ao final do exercício de 2014 obedeceu ao contido no art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, com redação alterada pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011.

2.1.2. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício

Nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, LRF, foi publicado o Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2014 tendo como referência os valores fixados na Lei Orçamentária Anual.

Ao longo do exercício de 2014, o Decreto nº 8.197/2014 foi alterado pelos decretos abaixo relacionados:

- Decreto nº 8.216, de 28 de março de 2014;
- Decreto nº 8.261, de 30 de maio de 2014;
- Decreto nº 8.290, de 30 de julho de 2014;
- Decreto nº 8.320, de 30 de setembro de 2014;
- Decreto nº 8.367, de 30 de novembro de 2014.

As principais características do decreto de programação orçamentária e financeira foram as seguintes:

- a necessidade de garantir o cumprimento das metas

de resultado primário estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias que determinou o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da Lei Orçamentária Anual;

- os valores globais autorizados para empenho e pagamento das despesas de custeio e investimento constaram, respectivamente, dos Anexo I e II do Decreto nº 8.197/2014;
- os valores autorizados para empenho e pagamento englobaram as fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal;
- os valores estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.197/2014 foram detalhados pela Portaria MPOG nº 58 de 21 de fevereiro de 2014;
- os valores estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 8.197/2014 foram detalhados pela Portaria MF nº 61, de 27 de fevereiro de 2014;
- as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram incluídas nos Anexos I e II do Decreto nº 8.197/2014 no valor de R$ 54.463.892,9 mil.

Ao longo do exercício de 2014, foram efetuados vários remanejamentos nos valores disponibilizados para movimentação e empenho e várias ampliações e remanejamentos nos valores disponibilizados para pagamento.

Essas alterações foram efetivadas com o intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento das ações prioritárias do Governo, sem, contudo, comprometer as metas fiscais, e tendo em vista as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim, foram editados decretos, portarias interministeriais e portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.1.3. Execução Financeira

A atuação da Coordenação-Geral de Programação Financeira (Cofin/STN) esteve voltada para os aspectos relacionados ao planejamento da ação do Governo Federal na área financeira, com o desenvolvimento de novas rotinas necessárias para execução segura e eficaz das decisões adotadas, e com o aperfeiçoamento da própria execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional.

De acordo com a Tabela a seguir, a execução financeira do Tesouro Nacional, incluindo o pagamento de juros, apresentou no exercício de 2014, em valores nominais, resultado negativo da ordem de R$ 123.339,5 milhões, decorrente do ingresso de receitas no montante de R$ 1.322.117,7 milhões e de liberações de R$ 1.445.457,2 milhões.

Foram excluídas, nessa apuração, as emissões e os resgates de títulos da dívida mobiliária federal junto ao mercado, as receitas decorrentes da renegociação da dívida externa, gastos com a amortização das dívidas contratuais interna e externa, despesas com aquisição de garantias referentes ao refinanciamento dos débitos externos, assim como receitas e despesas provenientes do relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central.

Entretanto, somando-se esses financiamentos, o resultado total foi superavitário em R$ 25.408,1 milhões.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL
R$ MILHÕES

Discriminação	2013	2014
FLUXO FISCAL		
A. RECEITAS	1.253.936,8	1.322.117,7
A.1 - Recolhimento Bruto	903.247,5	938.480,3
A.2 - (-) Incentivos Fiscais	(51,6)	(6,3)
A.3 - Outras Operações de Crédito	19.450,9	19.514,9
A.4 - Receita das Operações Of. de Crédito	3.220,4	2.329,8
A.5 - Salário Educação - INSS	18.396,2	20.315,5
A.6 - Arrecadação Líquida INSS	309.673,4	341.483,5
A.7 - Remuneração de Disponibilidades - BB	-	-
B. DESPESAS	(1.284.270,0)	(1.445.457,5)
B.1 - Transferências a Estados e Municípios	(199.305,2)	(218.823,5)
B.1.1 - FPM/FPE/IPI - Est. Export.	(143.921,4)	(156.823,0)
B.1.2 - FCO / FNE / FNO	(9.297,2)	(10.131,3)
B.1.3 - Transferência Lei Complementar 87	(1.950,0)	(3.900,0)
B.1.4 - FUNDEB (complementação da União)	(9.955,1)	(10.862,4)
B.1.5 - Salário-Educação	(9.863,2)	(10.870,7)
B.1.6 - Compensações Financeiras	(23.441,1)	(25.101,0)
B.1.7 - CIDE-Combustíveis	(57,3)	(116,1)
B.1.8 - Demais	(819,9)	(1.019,0)
B.2 - Pessoal e Encargos Sociais	(221.081,0)	(238.175,2)
B.2.1 - Executivo	(179.546,9)	(195.453,6)
B.2.2 - Legislativo/Judiciário/MPU	(41.534,1)	(42.721,6)
B.3 - Juros e Encargos da Dívida	(95.264,9)	(105.869,1)
B.3.1. Dívida Contratual Interna	(688,0)	(356,2)
B.3.2. Dívida Externa	(5.531,8)	(5.802,6)
B.3.3 .DPMF - Mercado	(89.045,1)	(99.710,3)
B.4 - Benefícios Previdenciários	(350.502,4)	(380.703,7)
B.5 - Outras Despesas Correntes e de Capital	(411.032,1)	(496.048,5)
B.5.1 .PIS/PASEP	(44.528,3)	(56.833,5)
B.5.2 .Demais	(366.503,8)	(439.215,0)
B.6 - Despesa das Operações Oficiais de Crédito	(7.084,4)	(5.837,5)
C. RESULTADO FISCAL (1) (A+B)	(30.333,2)	(123.339,8)
D. RESULTADO FISCAL (2) (C- A.3- A.4- A.7- B.3- B.6)	49.344,8	(33.477,9)
FLUXO DE FINANCIAMENTO		
E. RECEITAS	396.939,9	562.535,0
E.1 - Emissão de Títulos - Mercado	374.830,4	537.910,8
E.2 - Outras Operações de Crédito	22.109,5	24.624,2
F. DESPESAS	(440.410,8)	(498.844,1)
F.1 - Amortização da Dívida	(440.410,8)	(498.844,1)
F.1.1 - Dívida Contratual Interna	(2.890,2)	(1.429,0)
F.1.2 - Dívida Externa	(13.755,3)	(6.197,6)
F.1 3 - DPMF - Mercado	(423.765,3)	(491.217,5)
F.2 - Aquisição de Garantias	-	-
F.3 - Outras Liberações	-	-
G. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (E.1+F.1.3)	(48.934,9)	46.693,3
H. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	62.406,3	85.057,0
FLUXO DE CAIXA TOTAL (C)+(E)+(F)+(H)	(11.397,8)	25.408,1

A programação financeira de desembolso, por órgão, foi estabelecida pelo Decreto nº 8.197/2014, em seu Anexo II, e detalhada pelos Anexos I e II da Portaria MF nº 61, de 27 de fevereiro de 2014, e alterações. A próxima Tabela apresenta os limites financeiros por órgão inicialmente fixados para o exercício de 2014. Na Tabela seguinte, temos os limites financeiros finais do exercício de 2014, após alterações por decretos e portarias publicados no decorrer do exercício.

LIMITES INICIAIS DE PAGAMENTO, CUSTEIO E INVESTIMENTO, POR ÓRGÃO, SEGUNDO OS ANEXOS DA PORTARIA MF Nº 61/2014, QUE DETALHOU O DECRETO Nº 8.197/2014
R$ MILHARES

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Anexo I	Anexo II	Total
20000 Presidência da República	797.170	114.213	911.383
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.641.256	181.448	1.822.704
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5.062.944	743.342	5.806.286
25000 Ministério da Fazenda	2.059.477	1.034.819	3.094.296
26000 Ministério da Educação	32.760.669	1.573.123	34.333.792
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	389.440	590.393	979.833
30000 Ministério da Justiça	3.334.278	42.413	3.376.691
32000 Ministério de Minas e Energia	340.635	164.778	505.413
33000 Ministério da Previdência Social	1.522.935	291.663	1.814.598
35000 Ministério das Relações Exteriores	832.770	4.204	836.974
36000 Ministério da Saúde	77.250.183	163.685	77.413.868
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	859.711	231	859.942
39000 Ministério dos Transportes	1.011.008	85.350	1.096.358
41000 Ministério das Comunicações	693.901	780	694.681
42000 Ministério da Cultura	802.539	33.477	836.016
44000 Ministério do Meio Ambiente	772.619	152.189	924.808
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	621.419	50.714	672.133
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.238.780	56.694	2.295.474
51000 Ministério do Esporte	872.696	-	872.696
52000 Ministério da Defesa	7.260.597	3.587.777	10.848.374
53000 Ministério da Integração Nacional	424.031	50.232	474.263
54000 Ministério do Turismo	338.599	-	338.599
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	29.730.714	29.202	29.759.916
56000 Ministério das Cidades	341.075	266.961	608.036
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	198.075	2.572	200.647
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	4.980	-	4.980
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	55.531	1.411	56.942
62000 Secretaria de Aviação Civil	282.180	119.234	401.414
63000 Advocacia-Geral da União	290.919	-	290.919
64000 Secretaria de Direitos Humanos	170.985	-	170.985
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	80.082	-	80.082
66000 Controladoria-Geral da União	91.706	-	91.706
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	27.376	-	27.376
68000 Secretaria de Portos	99.584	4.706	104.290
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	4.197	40.837	45.034
71000 Encargos Financeiros da União	907.989	-	907.989
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	166.741	-	166.741
74902 Recursos sob Supervisão do FIEES	123.104	-	123.104
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	-	-	54.463.893
Emendas com Indicador de Resultado Primário 6	-	-	6.462.614
Total Geral	**174.462.895**	**9.386.448**	**244.775.850**

Fontes de Recursos:
Anexo I: Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
Anexo II: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

LIMITES FINAIS DE PAGAMENTO, CUSTEIO E INVESTIMENTO, POR ÓRGÃO, SEGUNDO OS ANEXOS DA PORTARIA DE DETALHAMENTO
R$ MILHARES

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Anexo I	Anexo II	Total
20000 Presidência da República	851.483	123.213	974.696
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.268.097	181.448	2.449.545
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5.303.254	743.342	6.046.596
25000 Ministério da Fazenda	3.036.477	1.034.819	4.071.296
26000 Ministério da Educação	34.717.669	1.573.123	36.290.792
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	396.640	662.974	1.059.614
30000 Ministério da Justiça	3.477.926	49.913	3.527.839
32000 Ministério de Minas e Energia	340.635	164.778	505.413
33000 Ministério da Previdência Social	1.935.638	376.663	2.312.301
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.181.970	5.004	1.186.974
36000 Ministério da Saúde	84.479.486	163.685	84.643.171
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	874.711	231	874.942
39000 Ministério dos Transportes	1.011.008	85.350	1.096.358
41000 Ministério das Comunicações	788.901	780	789.681
42000 Ministério da Cultura	871.964	33.477	905.441
44000 Ministério do Meio Ambiente	772.619	152.189	924.808
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	798.701	50.714	849.415
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.443.097	56.694	2.499.791
51000 Ministério do Esporte	1.128.667	-	1.128.667
52000 Ministério da Defesa	10.412.418	3.587.777	14.000.195
53000 Ministério da Integração Nacional	612.364	50.232	662.596
54000 Ministério do Turismo	755.903	-	755.903
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	30.984.479	75.437	31.059.916
56000 Ministério das Cidades	1.076.303	266.961	1.343.264
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	198.075	2.572	200.647
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	4.980	-	4.980
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	60.434	2.230	62.664
62000 Secretaria de Aviação Civil	268.180	70.768	338.948
63000 Advocacia-Geral da União	355.919	-	355.919
64000 Secretaria de Direitos Humanos	222.360	-	222.360
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	84.058	-	84.058
66000 Controladoria-Geral da União	91.706	-	91.706
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	32.011	-	32.011
68000 Secretaria de Portos	99.584	4.706	104.290
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	14.045	33.837	47.882
71000 Encargos Financeiros da União	908.909	-	908.909
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	166.741	-	166.741
74902 Recursos sob Supervisão do FIEES	123.104	-	123.104
74912 Recursos sob a Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	-	-	-
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	-	-	54.463.893
Emendas com Indicador de Resultado Primário 6	-	-	5.457.574
Total Geral	**193.150.516**	**9.552.917**	**262.624.900**

Fontes de Recursos:
Anexo I: Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
Anexo II: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

A Tabela a seguir apresenta os valores iniciais e finais dos limites de movimentação e empenho fixados para o Poder Executivo. Os limites iniciais de movimentação e empenho correspondem aos valores definidos no Decreto nº 8.197/2014. Os limites finais foram definidos pela Portaria SOF nº 1, de 6 de janeiro de 2015.

LIMITES INICIAIS E FINAIS DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO FIXADOS PARA O PODER EXECUTIVO, POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Iniciais	Finais
20000 Presidência da República	941.706	909.564
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.883.347	2.299.985
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	6.869.469	6.218.740
25000 Ministério da Fazenda	3.218.874	4.019.074
26000 Ministério da Educação	42.298.830	40.905.025
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1.015.761	1.120.030
30000 Ministério da Justiça	3.495.692	3.653.694
32000 Ministério de Minas e Energia	604.296	685.776
33000 Ministério da Previdência Social	1.883.289	2.174.642
35000 Ministério das Relações Exteriores	871.476	1.205.906
36000 Ministério da Saúde	82.594.081	85.489.648
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	890.053	873.799
39000 Ministério dos Transportes	5.942.190	13.818.587
41000 Ministério das Comunicações	718.127	723.970
42000 Ministério da Cultura	919.031	1.082.823
44000 Ministério do Meio Ambiente	955.577	965.219
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	704.146	1.202.986
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.387.964	2.568.879
51000 Ministério do Esporte	1.101.899	2.418.550
52000 Ministério da Defesa	12.940.046	18.705.164
53000 Ministério da Integração Nacional	2.512.533	5.439.908
54000 Ministério do Turismo	350.198	739.462
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	31.703.733	32.251.673
56000 Ministério das Cidades	17.616.316	21.589.078
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	207.323	211.099
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	5.146	4.446
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	57.949	65.711
62000 Secretaria de Aviação Civil	1.207.639	2.396.409
63000 Advocacia-Geral da União	300.598	342.776
64000 Secretaria de Direitos Humanos	176.674	227.008
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	92.113	125.676
66000 Controladoria-Geral da União	94.757	105.528
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	28.287	25.956
68000 Secretaria de Portos	455.743	945.712
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	56.533	51.775
71000 Encargos Financeiros da União	1.038.162	1.170.110
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	172.288	103.562
74000 Operações Oficiais de Crédito	127.200	120.000
Emendas[1]	6.462.614	32.884
Reserva para Ampliação[2]	17.690.540	5.634.063
Total	**252.592.200**	**262.624.897**

[1] Não houve distribuição de limites para emendas no decreto inicial. A distribuição inicial de emendas foi promovida pela Portaria SOF nº 33, de 8 de maio de 2014.
[2] A reserva inicial incluiu apenas o Programa de Aceleração do Crescimento, vide Portaria MPOG nº 58, de 21 de fevereiro de 2014.

A próxima Tabela apresenta os valores das dotações orçamentárias do Poder Executivo que foram sujeitas ao contingenciamento no exercício de 2014. Na sequência, demonstra-se a base contingenciável dos demais Poderes e Ministério Público da União no exercício de 2014.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INICIAIS E FINAIS DO PODER EXECUTIVO SUJEITAS AO CONTINGENCIAMENTO, NO EXERCÍCIO DE 2014, POR ÓRGÃO[1]
R$ MILHARES

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Iniciais	Finais
20000 Presidência da República	997.036	1.065.993
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.876.840	3.275.934
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	7.036.472	7.507.166
25000 Ministério da Fazenda	4.791.874	5.125.886
26000 Ministério da Educação	44.293.764	48.429.872
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1.322.361	1.329.930
30000 Ministério da Justiça	4.602.194	4.756.606
32000 Ministério de Minas e Energia	927.833	951.569
33000 Ministério da Previdência Social	2.293.379	2.361.576
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.071.776	1.227.806
36000 Ministério da Saúde	88.959.551	90.971.892
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.088.349	1.082.833
39000 Ministério dos Transportes	17.287.840	17.736.915
41000 Ministério das Comunicações	826.561	931.126
42000 Ministério da Cultura	1.675.790	1.677.335
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.270.884	1.326.221
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.225.829	1.547.472
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.389.983	3.387.890
51000 Ministério do Esporte	2.250.431	3.166.430
52000 Ministério da Defesa	20.510.191	21.139.630
53000 Ministério da Integração Nacional	8.104.150	7.856.925
54000 Ministério do Turismo	1.398.415	1.414.948
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	31.835.196	32.749.049
56000 Ministério das Cidades	25.395.150	25.363.726
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	393.786	394.606
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	5.146	5.146
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	67.949	70.864
62000 Secretaria de Aviação Civil	2.962.468	3.399.732
63000 Advocacia-Geral da União	380.598	422.776
64000 Secretaria de Direitos Humanos	283.384	284.892
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	207.278	207.298
66000 Controladoria-Geral da União	94.757	106.014
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	49.520	49.047
68000 Secretaria de Portos	1.208.570	1.416.740
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	68.519	72.227
71000 Encargos Financeiros da União	1.638.162	1.895.385
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	172.388	104.062
74000 Operações Oficiais de Crédito	127.200	127.200
Total	**283.091.574**	**294.940.719**

[1]Inclui despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

BASE CONTINGENCIÁVEL DOS DEMAIS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO EXERCÍCIO DE 2014[1]
R$ MILHARES

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Base Inicial	Base Final
01000 Câmara dos Deputados	163.885	191.686
02000 Senado Federal	11.129	30.734
03000 Tribunal de Contas da União	60.266	66.533
10000 Supremo Tribunal Federal	7.799	16.397
11000 Superior Tribunal de Justiça	4.387	14.660
12000 Justiça Federal	282.966	333.720
13000 Justiça Militar da União	10.112	13.033
14000 Justiça Eleitoral	242.038	302.767
15000 Justiça do Trabalho	296.048	350.330
16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	3.033	12.867
17000 Conselho Nacional de Justiça	81.975	85.693
34000 Ministério Público da União	266.075	301.356
59000 Conselho Nacional do Ministério Público	2.190	3.973
Total	**1.431.903**	**1.723.749**

[1] Relatórios de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas da União.

As despesas executadas (ou seja, as despesas liquidadas e aquelas apenas empenhadas, mas consideradas executadas por terem sido inscritas em restos a pagar não-processados no encerramento do exercício), do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Exercício de 2014, pelos Órgãos Superiores das Unidades Orçamentárias, segundo Grupo de Natureza da Despesa são apresentadas na Tabela abaixo.

DESPESAS EXECUTADAS, POR ÓRGÃO, SEGUNDO GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA[1]
R$ MILHÕES

Órgão Superior da UO	Pessoal	Juros e Amortização	Custeio	Investimento e Inversão Financeira	Total
01000 Câmara dos Deputados	3.819,19	-	835,31	94,25	4.748,74
02000 Senado Federal	3.016,67	0,79	466,58	64,35	3.548,39
03000 Tribunal de Contas da União	1.382,13	-	191,71	54,39	1.628,23
10000 Supremo Tribunal Federal	332,11	-	174,22	17,07	523,39
11000 Superior Tribunal de Justiça	840,03	-	276,37	22,28	1.138,67
12000 Justiça Federal	6.978,38	-	1.717,63	332,74	9.028,75
13000 Justiça Militar	337,40	-	82,57	12,51	432,48
14000 Justiça Eleitoral	3.848,20	-	1.795,89	371,57	6.015,66
15000 Justiça do Trabalho	12.742,36	-	2.229,91	352,56	15.324,82
16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.675,61	-	322,01	53,49	2.051,11
17000 Conselho Nacional de Justiça	40,95	-	62,54	40,93	144,41
20000 Presidência da República	4.994,22	0,44	2.015,08	3.149,58	10.159,33
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	6.118,73	-	1.739,96	4.893,76	12.752,45
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.319,49	-	5.680,73	923,33	8.923,55
25000 Ministério da Fazenda	31.383,71	977.318,54	199.088,41	3.753,11	1.211.543,77
26000 Ministério da Educação	40.502,93	0,07	53.476,70	22.099,15	116.078,85
28000 Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior	661,40	-	1.047,50	68,54	1.777,44
29000 Defensoria Pública da União	206,02	-	146,01	12,41	364,45
30000 Ministério da Justiça	7.647,52	-	2.442,85	1.185,59	11.275,95
32000 Ministério de Minas e Energia	1.117,18	0,13	45.212,93	60,63	46.390,87
33000 Ministério da Previdência Social	11.162,18	0,06	404.869,80	114,40	416.146,44
34000 Ministério Público da União	3.675,06	-	996,70	294,80	4.966,56
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.412,98	-	1.278,89	31,01	2.722,88
36000 Ministério da Saúde	17.019,16	14,99	79.408,26	5.423,20	101.865,61
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	2.738,88	-	52.597,00	16.976,81	72.312,69
39000 Ministério dos Transportes	3.927,87	-	1.294,81	17.484,26	22.706,93
41000 Ministério das Comunicações	1.370,41	-	400,05	493,45	2.263,91
42000 Ministério da Cultura	533,34	-	805,16	640,75	1.979,25
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.491,74	0,19	1.116,10	512,33	3.120,35
47000 Ministério do Planejamento	7.478,95	18,09	6.577,64	598,08	14.672,75
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.062,40	-	2.222,09	1.865,04	5.149,54
51000 Ministério do Esporte	34,41	-	814,16	1.712,12	2.560,69
52000 Ministério da Defesa	55.591,80	1.729,64	11.196,83	8.543,33	77.061,61
53000 Ministério da Integração Nacional	1.121,19	-	1.914,13	19.648,60	22.683,92
54000 Ministério do Turismo	66,55	0,21	203,83	593,13	863,71
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	70,49	-	70.041,21	654,84	70.766,55
56000 Ministério das Cidades	631,22	8,66	2.798,33	18.891,28	22.329,49
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	37,03	-	147,52	57,68	242,23
59000 Conselho Nacional do Ministério Público	30,28	-	33,74	5,04	69,06
Total	**239.420,17**	**979.091,81**	**957.721,16**	**132.102,39**	**2.308.335,48**

Fonte: Siafi
[1] Inclui recursos de todas as fontes, as transferências constitucionais e legais para estados e municípios e as despesas com benefícios previdenciários.

2.2. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2.2.1. Análise da Execução da Despesa Orçamentária

Visão Geral

A execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R$ 2.308,3 bilhões, representando 88,5% do total dos créditos autorizados para o período, um percentual superior aos 82% observados em 2013.

O valor total executado teve um crescimento nominal de 19,58% em relação a 2013. Do total executado, ressaltam-se os gastos com Outras Despesas Correntes e Amortização de Dívida, que juntos somam 76,5% do total de despesas executadas no ano de 2014 (41,5% e 35,0% do total de despesas, respectivamente). O comportamento das despesas realizadas em relação ao orçamento aprovado está demonstrado no quadro a seguir.

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – UNIÃO – 2014 E 2013
R$ MILHÕES

CRÉDITOS	2014			2013		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUTADO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUTADO
Iniciais e Suplementares	2.558.915	2.291.791	89,6%	2.336.254	1.914.630	82,0%
Especiais	1.707	997	58,4%	2.072	678	32,7%
Extraordinários	17.751	15.547	87,6%	17.164	15.095	87,9%
TOTAL	**2.608.372**	**2.308.335**	**88,5%**	**2.355.490**	**1.930.403**	**82,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Classificação Institucional

A classificação institucional tem por finalidade evidenciar as unidades responsáveis pela execução da despesa. A tabela a seguir demonstra a execução da despesa por instituição (órgão superior), segregando os valores considerados executados, nos termos da Lei n.º 4.320/1964, dos efetivamente liquidados. O montante da despesa executada contempla inclusive os valores não liquidados referentes à inscrição de restos a pagar não processados do exercício, ao contrário da despesa efetivamente liquidada. Destaca-se que, em termos contábeis, a liquidação representa o fato gerador da despesa pública.

DESPESAS POR ÓRGÃO SUPERIOR – UNIÃO – 2014
R$ MILHÕES

ÓRGÃO SUPERIOR	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (a)	DESPESA EXECUTADA TOTAL (b)	% (a) / (b)	(b) % do Total
01000 – Câmara dos Deputados	4.548	4.749	95,8%	0,2%
02000 – Senado Federal	3.449	3.548	97,2%	0,2%
03000 - Tribunal de Contas da União	1.559	1.628	95,7%	0,1%
10000 - Supremo Tribunal Federal	492	523	93,9%	0,0%
11000 - Superior Tribunal de Justiça	1.058	1.139	92,9%	0,0%
12000 - Justiça Federal	8.494	9.029	94,1%	0,4%
13000 - Justiça Militar da União	414	432	95,7%	0,0%
14000 - Justiça Eleitoral	5.517	6.016	91,7%	0,3%
15000 - Justiça do Trabalho	14.713	15.325	96,0%	0,7%
16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.983	2.051	96,7%	0,1%
17000 - Conselho Nacional de Justiça	94	144	65,4%	0,0%
20000 - Presidência da República	1.757	1.970	89,2%	0,1%
22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8.134	9.066	89,7%	0,4%
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	7.034	8.924	78,8%	0,4%
25000 - Ministério da Fazenda	20.858	23.313	89,5%	1,0%
26000 - Ministério da Educação	80.273	92.590	86,7%	4,0%
28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1.652	1.777	92,9%	0,1%

ÓRGÃO SUPERIOR	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (a)	DESPESA EXECUTADA TOTAL (b)	% (a) / (b)	(b) % do Total
29000 - Defensoria Pública da União	336	364	92,1%	0,0%
30000 - Ministério da Justiça	9.339	11.276	82,8%	0,5%
32000 - Ministério de Minas e Energia	1.811	2.013	90,0%	0,1%
33000 - Ministério da Previdência Social	414.371	416.146	99,6%	18,0%
34000 - Ministério Público da União	4.596	4.967	92,5%	0,2%
35000 - Ministério das Relações Exteriores	2.670	2.723	98,1%	0,1%
36000 - Ministério da Saúde	94.438	101.856	92,7%	4,4%
38000 - Ministério do Trabalho e Emprego	70.807	72.313	97,9%	3,1%
39000 - Ministério dos Transportes	11.352	17.758	63,9%	0,8%
41000 - Ministério das Comunicações	1.906	2.088	91,3%	0,1%
42000 - Ministério da Cultura	1.075	1.979	54,3%	0,1%
44000 - Ministério do Meio Ambiente	2.417	2.760	87,6%	0,1%
47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	4.575	5.169	88,5%	0,2%
49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.138	4.688	66,9%	0,2%
51000 - Ministério do Esporte	859	2.422	35,5%	0,1%
52000 - Ministério da Defesa	71.576	76.874	93,1%	3,3%
53000 - Ministério da Integração Nacional	4.911	8.214	59,8%	0,4%
54000 - Ministério do Turismo	245	828	29,6%	0,0%
55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	68.669	70.767	97,0%	3,1%
56000 - Ministério das Cidades	13.262	22.329	59,4%	1,0%
58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	127	242	52,4%	0,0%
59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	57	69	81,9%	0,0%
60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	9	9	95,1%	0,0%
61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos	327	341	96,0%	0,0%
62000 - Secretaria de Aviação Civil	1.881	2.700	69,7%	0,1%
63000 - Advocacia-Geral da União	2.767	2.786	99,3%	0,1%
64000 - Secretaria de Direitos Humanos	113	248	45,7%	0,0%
65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres	74	134	55,6%	0,0%
66000 - Controladoria-Geral da União	815	841	97,0%	0,0%
67000 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	23	31	76,0%	0,0%
68000 - Secretaria de Portos	268	1.042	25,8%	0,0%
69000 - Secretaria da Micro e Pequena Empresa	52	58	89,7%	0,0%
71000 - Encargos Financeiros da União	396.432	403.756	98,2%	17,5%
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	202.767	223.201	90,8%	9,7%
74000 - Operações Oficiais de Crédito	32.694	48.266	67,7%	2,1%
75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	614.854	614.854	100,0%	26,6%
TOTAL	**2.197.642**	**2.308.335**	**95,2%**	**100,0%**

Fonte: SIOP/Secretaria de Orçamento Federal

DESPESAS POR PODER – UNIÃO – 2014 E 2013
R$ MILHÕES

DESPESAS POR PODER	VALOR		%	
	2014	2013	2014	2013
LEGISLATIVO	9.925	9.589	0,43%	0,50%
JUDICIÁRIO	40.059	36.230	1,74%	1,88%
EXECUTIVO	2.258.351	1.884.584	97,83%	97,63%
1 - Pessoal e Encargos Sociais	200.496	185.477	8,69%	9,61%
2 - Juros e Encargos da Dívida	170.552	141.706	7,39%	7,34%
3 - Outras Despesas Correntes	948.390	846.492	41,09%	43,85%
4 - Investimentos	54.358	65.237	2,35%	3,38%
5 - Inversões Financeiras	76.016	68.934	3,29%	3,57%
6 – Amortização da Dívida	808.539	576.739	35,03%	29,88%

Fonte: SIOP/Secretaria de Orçamento Federal

Nos Poderes Legislativo e Judiciário, o grupo de natureza Pessoal e Encargos Sociais somou R$ 38,9 bilhões, registrando um crescimento de 6,6%. Essas despesas representaram 77,9% da despesa desses Poderes. Por sua vez, as Outras Despesas Correntes responderam por 18,7% das despesas. No Poder Executivo, o item Outras Despesas Correntes totalizou R$ 948,4 bilhões. Já o grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais representou 8,69% das despesas desse Poder. Mais adiante neste relatório serão analisadas as despesas segundo a classificação econômica.

Modalidade de Aplicação – União 2014

Outra forma de observar os gastos é por meio da Modalidade de Aplicação que revela o quanto do orçamento foi diretamente gasto pelo Governo Federal ou por outras entidades federativas, multigovernamentais ou mesmo instituições privadas. Tal observação pode ser feita por meio da tabela seguinte:

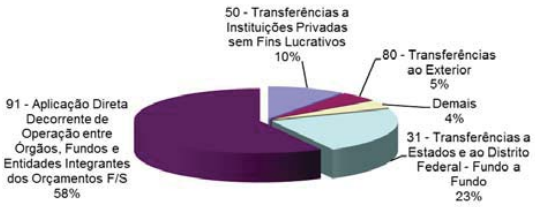
DESPESAS POR MODALIDADES DE APLICAÇÃO
R$ MILHÕES

MODALIDADE DE APLICAÇÃO	VALOR		%	
	2014	2013	2014	2013
30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	117.528	108.926	5,1%	5,6%
31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	15.980	15.185	0,7%	0,8%
32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	1.653	2.798	0,1%	0,1%
35 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal	1	-	0,0%	0,0%
40 - Transferências a Municípios	128.388	127.178	5,6%	6,6%
41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	46.398	41.617	2,0%	2,2%
42 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios	287	389	0,0%	0,0%
45 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios	344	-	0,0%	0,0%
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	6.669	6.275	0,3%	0,3%
60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	176	370	0,0%	0,0%
70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	20	8	0,0%	0,0%
71 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	175	95	0,0%	0,0%
80 - Transferências ao Exterior	3.145	2.319	0,1%	0,1%
90 - Aplicações Diretas	1.948.005	1.594.270	84,4%	82,6%
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	39.567	30.973	1,7%	1,6%
TOTAL	**2.308.335**	**1.930.403**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: SIOP/Secretaria de Orçamento Federal

Segundo a tabela acima, em 2014 os valores diretamente gastos pelo Governo Federal atingiram 84,4% do orçamento. No gráfico a seguir observa-se que, dos gastos realizados indiretamente, grande parte foi destinada aos municípios e aos estados por meio de transferências constitucionais, legais e voluntárias.

DESPESAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO – UNIÃO – 2014



Fonte: SIOP/Secretaria de Orçamento Federal

Classificação Funcional

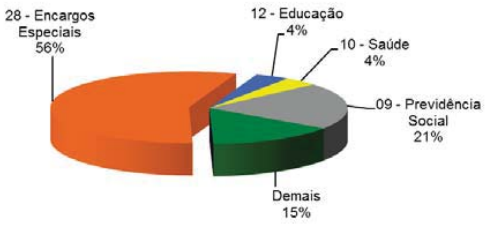
Conforme conceito do Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2014, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), a classificação funcional busca "responder basicamente à indagação 'em que' área de ação governamental a despesa será realizada". A tabela seguinte demonstra a despesa executada em cada função, em ordem decrescente de valores. Mais adiante, os gráficos (segregadas para fins de apresentação) ilustram essas mesmas informações.

DESPESAS POR FUNÇÃO – UNIÃO – 2014 E 2013
R$ MILHÕES

FUNÇÃO	2014		2013		Variação 2014/2013
	DESPESA EXECUTADA	% do total	DESPESA EXECUTADA	% do total	%
28 - Encargos Especiais	1.288.621	55,82%	987.582	51,16%	30,5%
09 - Previdência Social	495.306	21,46%	446.135	23,11%	11,0%
10 - Saúde	94.065	4,08%	85.304	4,42%	10,3%
12 - Educação	93.897	4,07%	82.252	4,26%	14,2%
11 - Trabalho	71.640	3,10%	66.150	3,43%	8,3%
08 - Assistência Social	70.433	3,05%	64.647	3,35%	9,0%
05 - Defesa Nacional	40.250	1,74%	37.796	1,96%	6,5%
02 - Judiciária	28.532	1,24%	25.741	1,33%	10,8%
04 - Administração	21.235	0,92%	21.966	1,14%	-3,3%
26 - Transporte	21.124	0,92%	20.903	1,08%	1,1%
20 - Agricultura	18.852	0,82%	20.492	1,06%	-8,0%
06 - Segurança Pública	8.945	0,39%	9.109	0,47%	-1,8%
19 - Ciência e Tecnologia	8.337	0,36%	10.740	0,56%	-22,4%
18 - Gestão Ambiental	6.792	0,29%	6.595	0,34%	3,0%
01 - Legislativa	6.680	0,29%	6.580	0,34%	1,5%
03 - Essencial à Justiça	5.563	0,24%	4.648	0,24%	19,7%
23 - Comércio e Serviços	4.748	0,21%	4.995	0,26%	-4,9%
21 - Organização Agrária	4.292	0,19%	7.559	0,39%	-43,2%
15 - Urbanismo	4.143	0,18%	4.832	0,25%	-14,3%
07 - Relações Exteriores	2.437	0,11%	2.258	0,12%	7,9%
27 - Desporto e Lazer	2.417	0,10%	2.317	0,12%	4,3%
22 - Indústria	2.289	0,10%	2.241	0,12%	2,1%
13 - Cultura	1.836	0,08%	2.408	0,12%	-23,8%
17 - Saneamento	1.691	0,07%	2.953	0,15%	-42,7%
24 - Comunicações	1.517	0,07%	1.434	0,07%	5,7%
14 - Direitos da Cidadania	1.485	0,06%	1.533	0,08%	-3,1%
25 - Energia	1.160	0,05%	1.027	0,05%	13,0%
16 - Habitação	48	0,00%	207	0,01%	-77,0%
TOTAL	2.308.335	100%	1.930.403	100%	19,58%

Fonte: SIOP/Secretaria de Orçamento Federal

DISTRIBUIÇÃO GERAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO – 2014



Fonte: SIOP/Secretaria de Orçamento Federal

Ainda a respeito da classificação funcional, o MTO 2014 esclarece:

> *"A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios."*

Assim, a classificação por funções tende a coincidir com a classificação institucional. Além da função, a classificação funcional também é composta pela subfunção. A esse respeito, consta no MTO 2014:

> *"A subfunção representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da identificação da natureza das ações. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas relacionadas na Portaria MOG no 42/99. As ações devem estar sempre conectadas às subfunções que representam sua área específica. Existe também a possibilidade de matricialidade na conexão entre função e subfunção, ou seja, combinar qualquer função com qualquer subfunção, mas não na relação entre ação e subfunção. Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação."*

As subfunções, portanto, representam um importante agregador das ações e, desse modo, fornecem informações sobre a execução orçamentária da despesa sob uma ótica diferente. No entanto, cada subfunção possui uma função típica. Desse modo, é possível compilar a despesa executada nas funções típicas das subfunções, o que revela de fato o quanto foi gasto em ações finalísticas de cada área da atuação governamental. A tabela a seguir revela o valor total da execução por funções e suas respectivas subfunções.

DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO – UNIÃO – 2014

FUNÇÃO	EXECUÇÃO NA FUNÇÃO	EXECUÇÃO NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS	DIFERENÇA
01 - Legislativa	6.680,1	1.085,6	5.594,5
02 - Judiciária	28.531,8	3.561,3	24.970,6
03 - Essencial à Justiça	5.563,3	458,9	5.104,4
04 - Administração	21.235,0	126.658,0	-105.423,1
05 - Defesa Nacional	40.250,3	11.155,3	29.095,0
06 - Segurança Pública	8.945,2	3.050,6	5.894,6
07 - Relações Exteriores	2.437,0	1.526,6	910,4
08 - Assistência Social	70.433,5	69.397,1	1.036,4
09 - Previdência Social	495.305,6	488.988,5	6.317,1
10 - Saúde	94.065,3	91.976,9	2.088,4
11 - Trabalho	71.639,5	77.823,0	-6.183,4
12 - Educação	93.897,3	52.292,3	41.605,0
13 - Cultura	1.835,8	751,1	1.084,7
14 - Direitos da Cidadania	1.485,1	2.153,9	-668,9
15 - Urbanismo	4.142,9	3.251,2	891,7
16 - Habitação	47,6	249,6	-202,0
17 - Saneamento	1.691,4	3.042,6	-1.351,2
18 - Gestão Ambiental	6.792,1	5.388,9	1.403,2
19 - Ciência e Tecnologia	8.337,2	8.082,4	254,8
20 - Agricultura	18.851,8	13.909,9	4.942,0
21 - Organização Agrária	4.292,2	1.390,4	2.901,8
22 - Indústria	2.289,2	6.290,4	-4.001,2
23 - Comércio e Serviços	4.747,5	17.236,9	-12.489,4
24 - Comunicações	1.516,6	398,4	1.118,2
25 - Energia	1.160,2	359,1	801,2
26 - Transporte	21.123,9	12.899,2	8.224,7
27 - Desporto e Lazer	2.417,1	2.256,1	161,1
28 - Encargos Especiais	1.288.620,9	1.302.701,4	-14.080,5
Total Geral	**2.308.335,5**	**2.308.335,5**	**0,0**

Fonte: SIOP/Secretaria de Orçamento Federal

Essas informações sugerem que, com algumas exceções, em geral as despesas nas áreas governamentais efetivas foram menores do que o indicado pelas funções. Isso decorre do fato de a classificação por função estar na verdade relacionada à área de atuação do órgão responsável pela despesa, e não com a efetiva área da atuação governamental em que se insere a ação orçamentária.

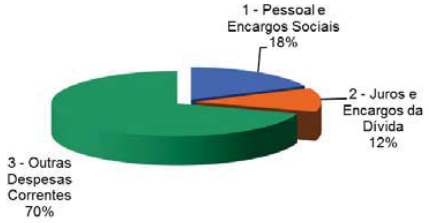
O exemplo mais claro dessa situação são as subfunções típicas da função Administração, que estão presentes nas despesas de praticamente todas as demais funções – especialmente a subfunção Administração Geral. Por esse motivo, as despesas registradas em subfunções típicas da função Administração são superiores às despesas registradas na função Administração.

Despesas Correntes

Os gastos com Despesas Correntes somaram R$ 1.367,9 bilhões, dos quais R$ 239,4 bilhões referem-se a Pessoal e Encargos, R$ 170,5 bilhões, a Juros e Encargos da Dívida, e R$ 957,7 bilhões, a Outras Despesas Correntes.

A seguir, demonstra-se a composição das Despesas Correntes por grupos de despesa e respectiva modalidade.

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES DA UNIÃO – 2014



Fonte: SIOP/Secretaria de Orçamento Federal

DESPESAS CORRENTES POR GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE – UNIÃO – 2014 E 2013
R$ MILHÕES

DESPESAS CORRENTES	VALOR		%		%
	2014	2013	2014	2013	2014/2013
1 - Pessoal e Encargos Sociais	**239.420,1**	**221.981,3**	**17,5%**	**18,2%**	**7,9%**
30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	32,4	40,8	0,0%	0,0%	-20,6%
90 - Aplicações Diretas	221.089,8	205.258,4	16,2%	16,9%	7,7%
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos F/S	18.297,9	16.682,2	1,3%	1,4%	9,7%
2 - Juros e Encargos da Dívida	**170.552,0**	**141.706,0**	**12,5%**	**11,6%**	**20,4%**
90 - Aplicações Diretas	170.552,0	141.706,0	12,5%	11,6%	20,4%
3 - Outras Despesas Correntes	**957.721,2**	**854.225,3**	**70,0%**	**70,1%**	**12,1%**
30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	111.449,6	101.126,2	8,1%	8,3%	10,2%
31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	15.700,0	14.857,3	1,1%	1,2%	5,7%
32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	953,8	1.802,7	0,1%	0,1%	-47,1%
35 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1o e 2o do art. 24 da Lei Complementar nº 141/2012	1,0	0,0	0,0%	0,0%	-
40 - Transferências a Municípios	116.862,4	112.079,8	8,5%	9,2%	4,3%
41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	43.503,5	39.511,8	3,2%	3,2%	10,1%
42 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,8	0,0	0,0%	0,0%	-
45 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1o e 2o do art. 24 da Lei Complementar nº 141/2012,	343,7	0,0	0,0%	0,0%	-
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	5.443,3	5.274,6	0,4%	0,4%	3,2%
60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	175,6	370,4	0,0%	0,0%	-52,6%
70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	0,0	1,8	0,0%	0,0%	-100,0%
71 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	48,5	17,9	0,0%	0,0%	171,2%
80 - Transferências ao Exterior	3.145,1	2.296,9	0,2%	0,2%	36,9%
90 - Aplicações Diretas	642.015,8	564.534,7	46,9%	46,4%	13,7%
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos F/S	18.078,1	12.351,2	1,3%	1,0%	46,4%
TOTAL	**1.367.693,3**	**1.217.912,6**	**100,0%**	**100,0%**	**12,3%**

Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal.

Pessoal e Encargos Sociais

Conforme definição do MTO 2014, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais são:

"Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000."

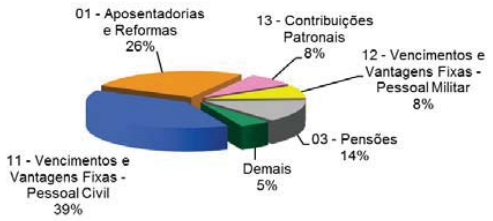
As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram nominalmente 7,9% em relação a 2013. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

DESPESAS DE PESSOAL POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2014 E 2013
R$ MILHÕES

DESPESAS DE PESSOAL	VALOR		%		%
	2014	2013	2014	2013	2014/2013
01 - Aposentadorias e Reformas	63.343,9	58.884,7	26,5%	26,5%	7,57%
03 - Pensões	34.516,4	31.487,6	14,4%	14,2%	9,62%
04 - Contratação por Tempo Determinado	855,4	825,0	0,4%	0,4%	3,68%
05 - Outros Benefícios Previdenciários do Sererviдor	1,9	0,9	0,0%	0,0%	115,51%
07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	272,1	262,4	0,1%	0,1%	3,70%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	92.388,2	84.485,8	38,6%	38,1%	9,35%
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Mil	19.978,8	17.893,8	8,3%	8,1%	11,65%
13 - Contribuições Patronais	18.373,2	16.815,4	7,7%	7,6%	9,26%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.228,8	967,8	0,5%	0,4%	26,97%
17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	173,3	1.184,4	0,1%	0,5%	-85,37%
41 - Contribuições	32,4	40,8	0,0%	0,0%	-20,64%
67 - Depósitos Compulsórios	0,0	0,1	0,0%	0,0%	-100,00%
91 - Sentenças Judiciais	5.369,7	5.799,8	2,2%	2,6%	-7,41%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.675,3	2.252,2	0,7%	1,0%	-25,62%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	423,0	397,1	0,2%	0,2%	6,52%
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	787,7	683,4	0,3%	0,3%	15,26%
TOTAL	**239.420,1**	**221.981,3**	**100,0%**	**100,0%**	**7,9%**

Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal

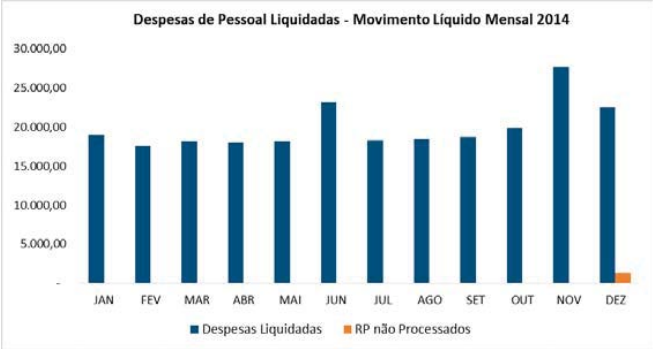
COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL DA UNIÃO – 2014



Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal.

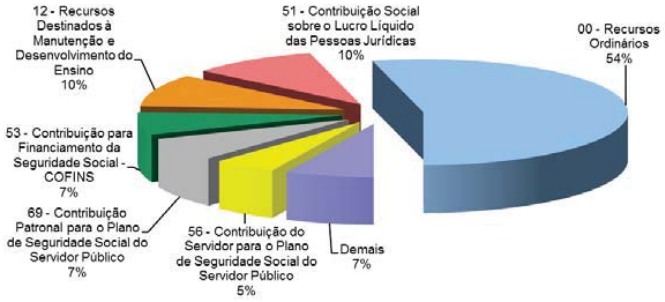
Em geral, a liquidação é a fase em que se registra efetivamente a despesa pública, a liquidação mensal das despesas de pessoal encontra-se ilustrada no gráfico seguinte.

R$ MILHÕES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, o gráfico a seguir ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas de pessoal.



Fonte: SIOP/Secretaria de Orçamento Federal

Juros e Encargos da Dívida

Conforme definição do MTO 2014, as despesas com Juros e Encargos da Dívida são:

"Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária".

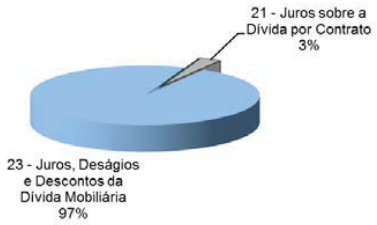
Essas despesas alcançaram o montante de R$ 170,5 bilhões, o que representa 18% das despesas correntes da União. Esse valor é 20,4% superior ao de 2013. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

DESPESAS DE JUROS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2014 E 2013
R$ MILHÕES

ELEMENTOS DE DESPESA	VALOR		%		%
	2014	2013	2014	2013	2014/2013
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	4.478,0	1.259,3	2,6%	0,9%	355,6%
22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	70,0	406,6	0,0%	0,3%	17,2%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	165.968,8	140.018,6	97,3%	98,8%	118,5%
24 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	35,2	21,5	0,0%	0,0%	163,2%
TOTAL	**170.552,0**	**141.706,0**	**100,0%**	**100,0%**	**20,4%**

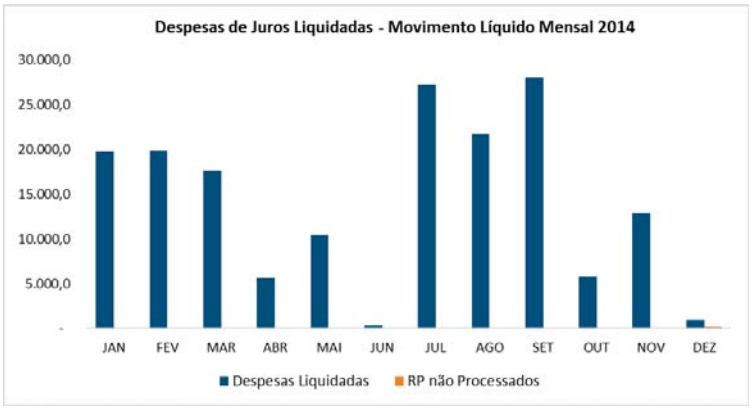
Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE JUROS DA UNIÃO – 2014



Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal.

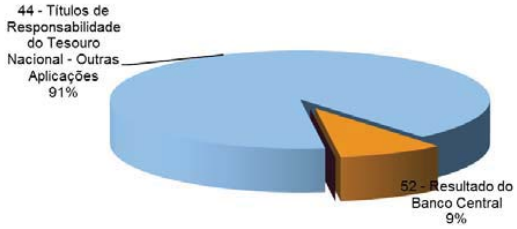
A liquidação mensal das despesas de juros encontra-se ilustrada no gráfico a seguir:



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Por fim, o gráfico seguinte ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas de juros.

DESPESAS DE JUROS – ORIGEM DOS RECURSOS – 2014



Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal.

Outras Despesas Correntes

Conforme definição do MTO 2014, as despesas com Outras Despesas Correntes são:

"Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa".

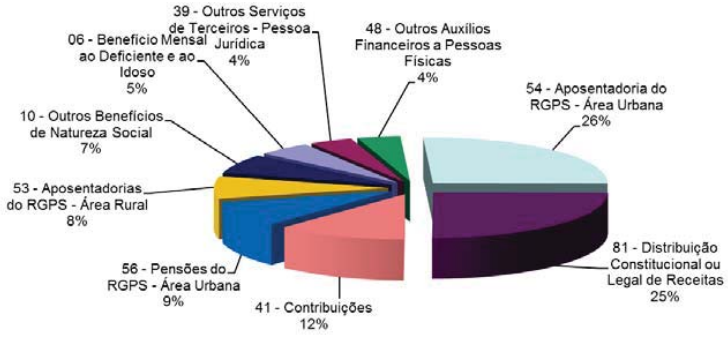
Essas despesas alcançaram o montante de R$ 957,7 bilhões, o que representa 70% das despesas correntes da União. Esse valor foi 12,1% superior ao de 2013. A tabela abaixo mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2014 E 2013
R$ MILHÕES

ELEMENTOS DE DESPESA	VALOR		%		%
	2014	2013	2014	2013	2014/2013
04 - Contratação por Tempo Determinado	257,5	262,5	0,03%	0,03%	-1,9%
06 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	37.594,2	33.867,0	3,93%	3,96%	11,0%
08 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	693,0	625,9	0,07%	0,07%	10,7%
10 - Outros Benefícios de Natureza Social	51.828,7	46.560,8	5,41%	5,45%	11,3%
14 - Diárias - Civil	980,5	888,6	0,10%	0,10%	10,3%
15 - Diárias - Militar	231,6	193,1	0,02%	0,02%	19,9%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	8.820,1	6.932,9	0,92%	0,81%	27,2%
19 - Auxílio-fardamento	306,7	298,5	0,03%	0,03%	2,7%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	694,8	945,6	0,07%	0,11%	-26,5%
27 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	6,0	4,8	0,00%	0,00%	25,3%
29 - Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes	0,8	0,0	0,00%	0,00%	-
30 - Material de Consumo	13.924,9	12.454,5	1,45%	1,46%	11,8%
31 - Premiações Culturais, Artísticas, Cientificas, Desportivas e Outras	64,6	51,7	0,01%	0,01%	25,0%
32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.124,8	3.608,3	0,33%	0,42%	-13,4%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.560,5	1.404,6	0,16%	0,16%	11,1%
34 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	379,2	385,3	0,04%	0,05%	-1,6%
35 - Serviço de Consultoria	387,9	424,0	0,04%	0,05%	-8,5%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.737,4	2.684,9	0,29%	0,31%	2,0%
37 - Locação de Mão-de-Obra	7.569,2	6.524,0	0,79%	0,76%	16,0%
38 - Arrendamento Mercantil	0,0	0,0	0,00%	0,00%	-
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	31.919,6	30.394,4	3,33%	3,56%	5,0%
41 - Contribuições	95.771,5	78.129,7	10,00%	9,15%	22,6%
43 - Subvenções Sociais	1.057,3	995,0	0,11%	0,12%	6,3%
45 - Equalização de Preços e Taxas	27.641,5	18.512,3	2,89%	2,17%	49,3%
46 - Auxílio-Alimentação	4.340,5	4.168,6	0,45%	0,49%	4,1%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	652,3	724,1	0,07%	0,08%	-9,9%
48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	31.221,9	28.696,1	3,26%	3,36%	8,8%
49 - Auxílio-Transporte	758,3	785,6	0,08%	0,09%	-3,5%
53 - Aposentadoria do RGPS - Área Rural	62.984,1	57.641,0	6,58%	6,75%	9,3%
54 - Aposentadoria do RGPS - Área Urbana	200.062,5	177.431,3	20,89%	20,77%	12,8%
55 - Pensões do RGPS - Área Rural	21.946,5	19.533,8	2,29%	2,29%	12,4%
56 - Pensões do RGPS - Área Urbana	74.744,6	66.526,9	7,80%	7,79%	12,4%
57 - Outros Benefícios do RGPS - Área Rural	2.680,4	2.476,0	0,28%	0,29%	8,3%
58 - Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana	28.317,9	25.243,4	2,96%	2,96%	12,2%
59 - Pensões Especiais	688,0	623,7	0,07%	0,07%	10,3%
67 - Depósitos Compulsórios	3,5	5,0	0,00%	0,00%	-30,8%
70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	48,5	17,9	0,01%	0,00%	171,2%
81 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	196.706,5	192.906,3	20,54%	22,58%	2,0%
91 - Sentenças Judiciais	15.552,0	11.145,3	1,62%	1,30%	39,5%
92 - Despesas de Exercicio Anteriores - Op. Intra-Orçamentarias	3.688,3	2.533,8	0,39%	0,30%	45,6%
93 - Indenizações e Restituições	8.746,2	6.474,3	0,91%	0,76%	35,1%
95 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	20,5	10,5	0,00%	0,00%	95,1%
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	6,3	1,7	0,00%	0,00%	268,3%
98 - Compensações ao RGPS	17.000,0	11.131,5	1,78%	1,30%	52,7%
TOTAL	**957.721,2**	**854.225,3**	**100,0%**	**100,0%**	**12,1%**

Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal

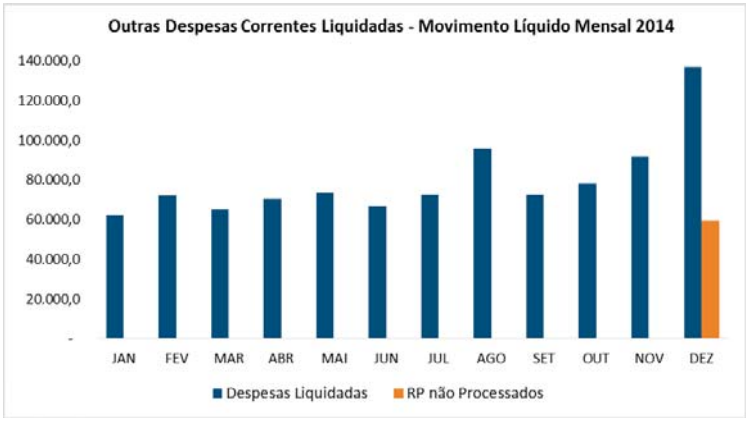
COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA UNIÃO – 2014



Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal.

A liquidação mensal das outras despesas correntes encontra-se ilustrada no gráfico a seguir:

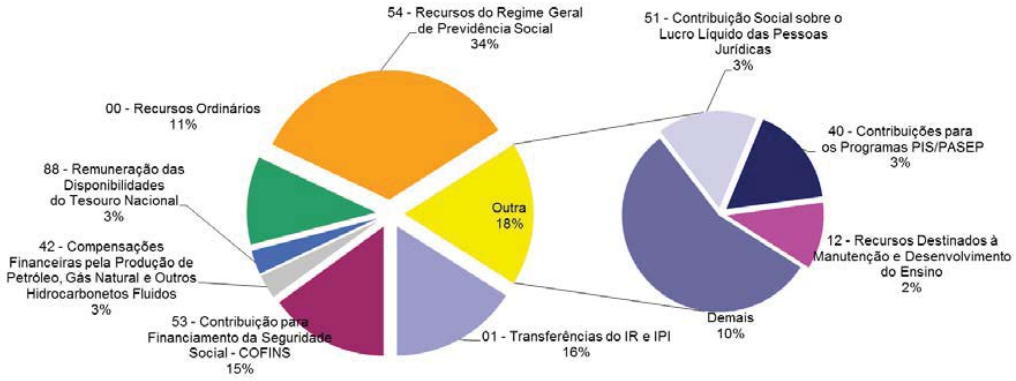
R$ MILHÕES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Por fim, o gráfico seguinte ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das outras despesas correntes.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES – ORIGEM DOS RECURSOS – 2014

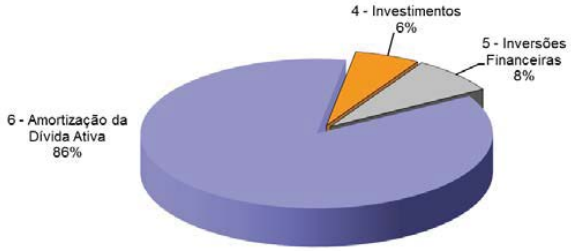


Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal.

Despesas de Capital

As Despesas de Capital, que representaram 40,75% do montante total das despesas do Governo Federal, estão estruturadas nos grupos de despesas de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. No gráfico a seguir, demonstra-se a composição das Despesas de Capital nos seus três grupos de despesa. A tabela seguinte detalha cada grupo da despesa em suas respectivas modalidades.

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL DA UNIÃO – 2014



Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal.

No quadro a seguir, os grupos de despesas de capital foram detalhados em seus respectivos grupos de despesa e modalidades, visando identificar com transparência a aplicação dos recursos orçamentários efetuados pelo Governo Federal.

DESPESAS DE CAPITAL POR MODALIDADE – UNIÃO – 2014 E 2013
R$ MILHÕES

DESPESAS DE CAPITAL	VALOR		%		%
	2014	2013	2014	2013	2014/2013
4 - Investimentos	**56.011,7**	**66.695,0**	**5,95%**	**9,36%**	**-16,02%**
30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	6.046,0	7.756,3	0,64%	1,09%	-22,05%
31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	280,2	327,7	0,03%	0,05%	-14,48%
32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	699,3	994,8	0,07%	0,14%	-29,71%
40 - Transferências a Municípios	11.526,0	15.098,3	1,23%	2,12%	-23,66%
41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	2.894,8	2.104,9	0,31%	0,30%	37,53%
42 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios	285,9	388,6	0,03%	0,05%	-26,43%
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.225,8	1.000,1	0,13%	0,14%	22,57%
70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	19,7	6,7	0,00%	0,00%	193,30%
71 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	126,1	77,0	0,01%	0,01%	63,90%
80 - Transferências ao Exterior	0,3	22,4	0,00%	0,00%	-98,86%
90 - Aplicações Diretas	32.836,6	38.868,6	3,49%	5,46%	-15,52%
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos F/S	71,0	49,7	0,01%	0,01%	42,75%
5 - Inversões Financeiras	**76.090,7**	**69.056,3**	**8,09%**	**9,69%**	**10,19%**
30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,0	3,2	0,00%	0,00%	-100,00%
90 - Aplicações Diretas	72.970,6	67.163,1	7,76%	9,43%	8,65%
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos F/S	3.120,1	1.890,0	0,33%	0,27%	65,08%
6 - Amortização da Dívida	**808.539,8**	**576.739,0**	**85,96%**	**80,95%**	**40,19%**
90 - Aplicações Diretas	808.539,8	576.739,0	85,96%	80,95%	40,19%
TOTAL	**940.642,20**	**712.490,33**	**100%**	**100%**	**32%**

Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal

Investimentos

Conforme definição do MTO 2014, as despesas com Investimentos são:

"Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente".

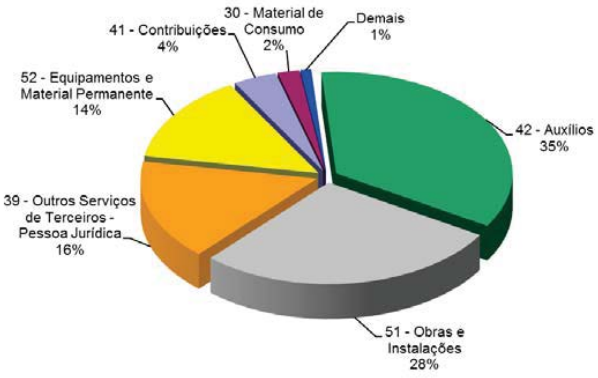
Essas despesas alcançaram o montante de R$ 56,0 bilhões, o que representa 5,9% das despesas de capital da União. Esse valor foi 16,02% inferior ao montante aplicado em 2013. O quadro a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

INVESTIMENTOS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2014 E 2013
R$ MILHÕES

DESPESAS DE INVESTIMENTO	VALOR		%		%
	2014	2013	2014	2013	2014/2013
04 - Contratação por Tempo Determinado	32,5	24,6	0,06%	0,04%	31,8%
14 - Diárias - Civil	7,9	5,8	0,01%	0,01%	37,8%
15 - Diárias - Militar	7,5	6,5	0,01%	0,01%	15,6%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1,0	0,4	0,00%	0,00%	132,1%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	122,6	252,3	0,22%	0,38%	-51,4%
30 - Material de Consumo	1.009,5	843,6	1,80%	1,26%	19,7%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	16,0	15,7	0,03%	0,02%	2,0%
35 - Serviço de Consultoria	197,4	233,4	0,35%	0,35%	-15,4%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5,6	8,6	0,01%	0,01%	-35,0%
37 - Locação de Mão-de-Obra	16,9	11,1	0,03%	0,02%	52,6%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.813,5	9.643,7	15,74%	14,46%	-8,6%
41 - Contribuições	2.156,9	4.101,9	3,85%	6,15%	-47,4%
42 - Auxílios	19.518,3	21.840,7	34,85%	32,75%	-10,6%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	29,9	25,1	0,05%	0,04%	19,3%
51 - Obras e Instalações	15.591,7	16.865,9	27,84%	25,29%	-7,6%
52 - Equipamentos e Material Permanente	7.959,5	12.291,0	14,21%	18,43%	-35,2%
61 - Aquisição de Imóveis	155,1	195,4	0,28%	0,29%	-20,6%
70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	126,1	77,0	0,23%	0,12%	63,9%
91 - Sentenças Judiciais	2,0	0,0	0,00%	0,00%	-
92 - Despesas de Exercício Anteriores - Op. Intra-Orçamentárias	133,5	186,3	0,24%	0,28%	-28,4%
93 - Indenizações e Restituições	108,2	66,0	0,19%	0,10%	63,9%
TOTAL	**56.011,7**	**66.695,0**	**100%**	**100%**	**-16,0%**

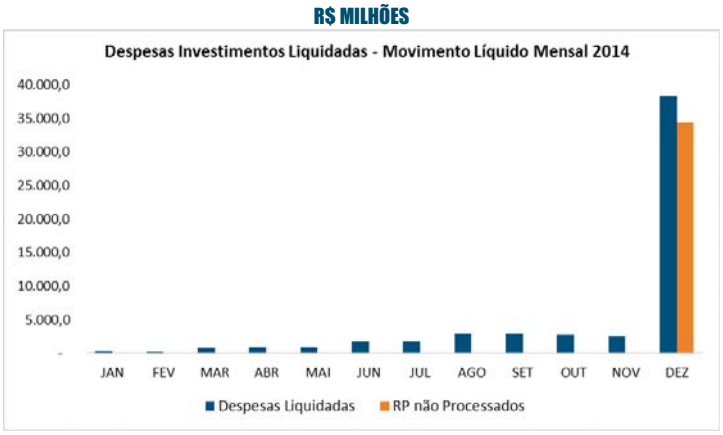
Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA UNIÃO – 2014



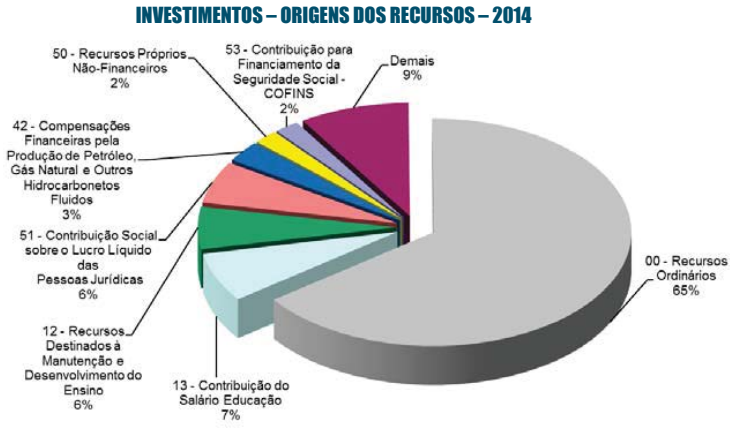
Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal.

A liquidação mensal dos investimentos encontra-se ilustrada no gráfico seguinte, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados. Percebe-se o alto valor de inscrição de despesas em restos a pagar não-processados, ou seja, despesas consideradas executadas, por terem sido empenhados no exercício, mas não liquidadas até 31 de dezembro.



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Por fim, o gráfico seguinte ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução dos investimentos.



Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal.

Inversões Financeiras

Conforme definição do MTO 2014, as despesas com Inversões Financeiras são:

"Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo".

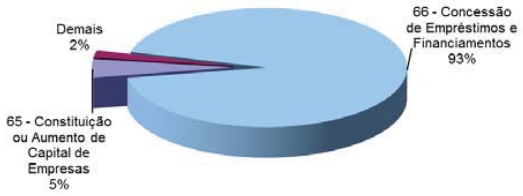
Essas despesas alcançaram o montante de R$ 76,1 bilhões, o que representa 8,09% das despesas de capital da União. Esse valor foi 10,2% superior ao de 2013. O quadro a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

INVERSÕES FINANCEIRAS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2014 E 2013
R$ MILHÕES

DESPESAS DE INVERSÕES FINANCEIRAS	VALOR		%		%
	2014	2013	2014	2013	2014/2013
41 - Contribuições	0,0	3,2	0,0%	0,0%	-100,0%
61 - Aquisição de Imóveis	703,5	734,0	0,9%	1,1%	-4,2%
62 - Aquisição de Produtos para Revenda	640,0	1.199,9	0,8%	1,7%	-46,7%
64 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital ja Integralizado	94,2	0,0	0,1%	0,0%	-
65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	3.750,2	4.427,2	4,9%	6,4%	-15,3%
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	70.462,3	62.155,9	92,6%	90,0%	13,4%
91 - Sentenças Judiciais	439,7	536,2	0,6%	0,8%	-18,0%
92 - Despesas de Exercicio Anteriores - Op. Intra-Orçamentarias	0,1	0,0	0,0%	0,0%	1279,9%
93 - Indenizações e Restituições	0,7	0,0	0,0%	0,0%	-
TOTAL	76.090,7	69.056,3	100%	100%	10,2%

Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal

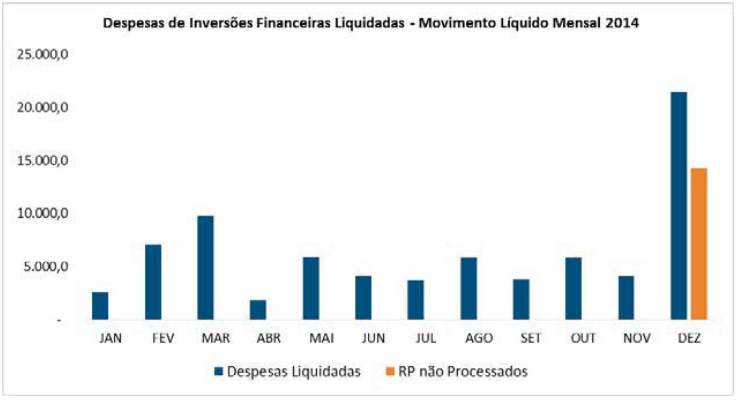
COMPOSIÇÃO DAS INVERSÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO – 2014



Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal.

A liquidação mensal das inversões financeiras encontra-se ilustrada no próximo gráfico:

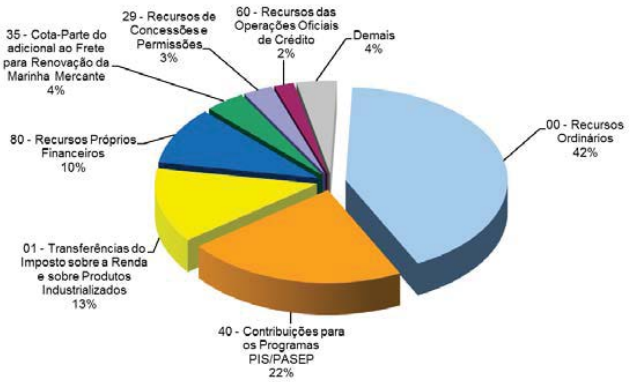
R$ MILHÕES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Por fim, o gráfico a seguir ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das inversões financeiras.

INVERSÕES FINANCEIRAS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2014



Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal.

Amortização da Dívida

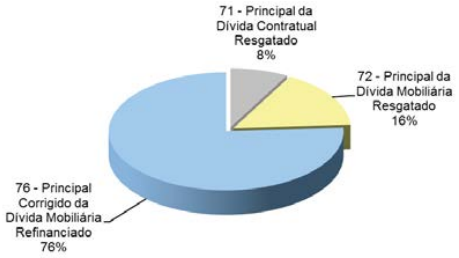
Conforme definição do MTO 2014, as despesas com Amortização da Dívida são: "Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária." Essas despesas alcançaram o montante de R$ 808,5 bilhões, o que representa 85,9% das despesas de capital da União. Esse valor 40,2% superior ao de 2013. A tabela seguinte mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2014 E 2013
R$ MILHÕES

DESPESAS DE INVESTIMENTO	VALOR		%		%
	2014	2013	2014	2013	2014/2013
71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	63.454,42	2.948,08	7,8%	0,5%	2052%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	128.267,31	114.757,95	15,9%	19,9%	12%
76 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	614.854,07	452.253,04	76,0%	78,4%	36%
77 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	1.964,02	6.779,92	0,2%	1,2%	-71%
TOTAL	**808.539,8**	**576.739,0**	**100%**	**100%**	**40,2%**

Fonte: SIOP/Secretaria de Orçamento Federal.

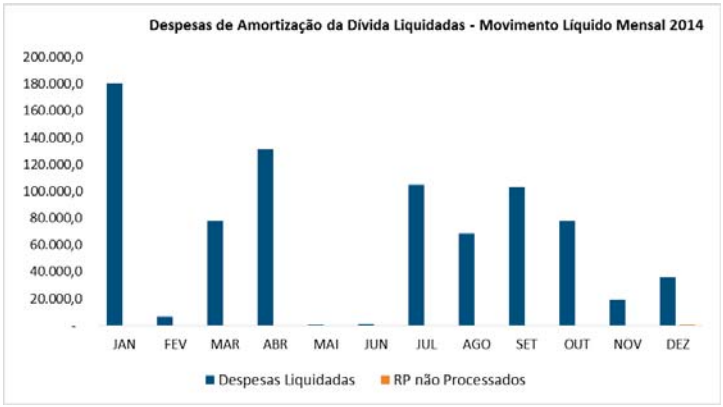
COMPOSIÇÃO DA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA UNIÃO – 2014



Fonte: SIOP/Secretaria de Orçamento Federal

A liquidação mensal das amortizações da dívida encontra-se ilustrada no gráfico a seguir:

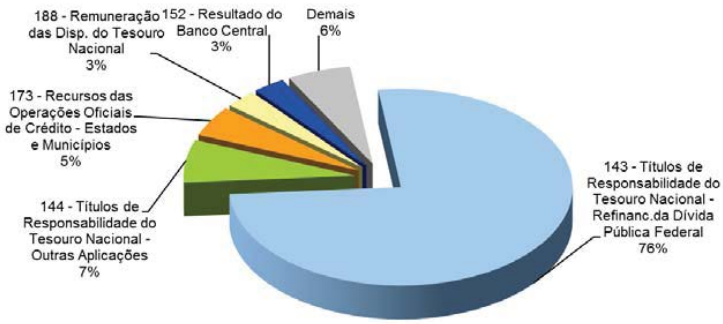
R$ MILHÕES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, o gráfico seguinte ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das amortizações da dívida.

AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA – ORIGEM DOS RECURSOS – 2014



Fonte: Siop/Secretaria de Orçamento Federal

2.2.2. Resultado Orçamentário

A seguir, apresenta-se uma síntese da execução orçamentária do exercício de 2014.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2014
R$ MILHÕES

CATEGORIA ECONÔMICA	PREV./DOT. ATUALIZ.	REALIZ./ EXEC.	EXCESSO/ INSUF.
I – RECEITAS	2.383.178	2.229.721	153.457
Receitas Correntes	1.404.626	1.277.795	126.831
Receitas de Capital	978.552	951.926	26.626
II – DESPESAS	2.608.372	2.308.335	300.037
Despesas Correntes	1.437.555	1.367.693	69.861
Despesas de Capital	1.170.818	940.642	230.175
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	32.324	0	32.324
IV – RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE		-89.898	
V – RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL		11.284	
VI – SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL (I-II)		-78.614	

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Em 2014, o balanço orçamentário aponta para uma insuficiência de arrecadação de R$ 153,4 bilhões e uma economia na execução da despesa de R$ 300,0 bilhões. O quadro demonstra que a arrecadação das Receitas Correntes foi inferior à execução das Despesas Correntes gerando um déficit corrente de R$ 89,9 bilhões, enquanto as Receitas de Capital superaram as Despesas de Capital em R$ 11,3 bilhões. No cômputo global da execução orçamentária, houve um déficit orçamentário de R$ 78,6 bilhões.

2.2.3. Política de Restos a Pagar

O Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, tomou como base os valores fixados na Lei Orçamentária Anual e estabeleceu para os órgãos do Poder Executivo, os limites de movimentação e empenho e de pagamento, respectivamente, em R$ 252.592.203 mil e R$ 244.712.203 mil, e reserva financeira de R$ 7.880.000 mil projetando a inscrição de restos a pagar ao final do exercício em montante equivalente ao inscrito no exercício anterior.

Ao longo do ano foram promovidas alterações nos valores inicialmente disponibilizados, encerrando o exercício com os limites de movimentação e empenho e de pagamento em R$ 262.624.900 mil.

A tabela a seguir apresenta os valores de execução dos restos a pagar sujeitos à programação financeira em 2014.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO DE 2014, SUJEITOS A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
R$ MILHARES

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	RP Inscritos	RP Cancelados	RP Pagos	RP a Pagar
20000 Presidência da República	354.774	33.083	272.001	49.690
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.156.197	162.685	1.349.835	643.677
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	3.954.215	477.213	1.829.193	1.647.809
25000 Ministério da Fazenda	1.643.938	72.644	925.337	645.957
26000 Ministério da Educação	16.843.927	828.724	9.170.368	6.844.835
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	168.352	21.688	99.590	47.074
30000 Ministério da Justiça	2.817.861	112.965	1.358.228	1.346.668
32000 Ministério de Minas e Energia	438.954	48.163	291.885	98.906
33000 Ministério da Previdência Social	382.904	37.667	283.663	61.574
35000 Ministério das Relações Exteriores	39.296	1.694	31.052	6.550
36000 Ministério da Saúde	15.093.115	754.185	7.432.136	6.906.794
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	667.102	59.708	389.325	218.069
39000 Ministério dos Transportes	15.150.344	1.622.569	7.885.402	5.642.373
41000 Ministério das Comunicações	394.207	17.299	289.762	87.146
42000 Ministério da Cultura	1.230.914	107.624	499.140	624.150
44000 Ministério do Meio Ambiente	279.942	46.054	184.708	49.180
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	311.165	31.234	227.938	51.993
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	4.621.632	150.022	3.045.967	1.425.643
51000 Ministério do Esporte	3.094.824	229.938	861.877	2.003.009
52000 Ministério da Defesa	7.814.018	165.486	6.213.457	1.435.075
53000 Ministério da Integração Nacional	5.790.549	572.273	2.514.896	2.703.380
54000 Ministério do Turismo	3.416.369	237.002	445.246	2.734.121
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2.404.939	502.401	1.222.749	679.789
56000 Ministério das Cidades	27.233.828	989.921	8.739.001	17.504.906
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	288.774	77.052	64.056	147.666
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	874	571	282	21
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	9.508	726	8.422	360
62000 Secretaria de Aviação Civil	909.969	17.818	725.792	166.359
63000 Advocacia-Geral da União	35.563	2.559	29.626	3.378
64000 Secretaria de Direitos Humanos	173.401	2.205	122.489	48.707
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	126.617	4.721	84.550	37.346
66000 Controladoria-Geral da União	12.251	2.131	8.872	1.248
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	9.822	1.249	7.714	859
68000 Secretaria de Portos	924.438	67.957	365.761	490.720
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	13.688	2.881	8.756	2.051
71000 Encargos Financeiros da União	1.124.246	45.078	385.156	694.012
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.366	187	1.160	19
74902 Recursos sob Supervisão do FIEES	257.990	-	67.159	190.831
74912 Recursos sob a Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	7.054	-	1.257	5.797
Total	**120.198.927**	**7.507.377**	**57.443.808**	**55.247.747**

Fonte: Siafi

2.2.4. Parcelamento de Créditos

Entre os meses de janeiro a agosto de 2014, a Receita Federal do Brasil (RFB) efetuou a cobrança de 1,38 milhão de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R$ 105,6 bilhões de créditos tributários em cobrança.

Desse total, foram recebidos em pagamento R$ 560 milhões (0,5% do total), foram parcelados R$ 996 milhões (0,9%), extintos por compensação R$ 30,5 milhões (0,03%), totalizando R$ 1,5 bilhão de créditos tributários recuperados (1,5% do total de crédito tributário cobrado).

Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, no período de janeiro a dezembro de 2014, foram emitidas 255.395 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento – IP) para contribuintes inadimplentes. Do total cobrado foram obtidos os seguintes resultados: R$ 78 milhões em pagamentos; R$ 1,28 bilhão transformado em débitos para fins de parcelamentos; R$ 2,98 bilhões foram objeto de retificação; R$ 8,8 bilhões foram transformados em débitos para sequência de cobrança e envio à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN); R$ 35 milhões excluídos; restando ainda R$ 2,59 bilhões aguardando a conclusão do prazo da IP.

Na cobrança de débitos de Pessoa Física, foi emitido um total de 1.323.058 avisos de cobrança, com quase R$ 36,5 bilhões.

Em 2014, a cobrança de débitos de imóveis rurais abrangeu 448.005 avisos de cobrança e um montante de R$ 164 milhões.

Na área de parcelamento não previdenciários, cita-se a continuação da rotina de exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e o encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União.

A seguir, são apresentadas duas tabelas contendo as informações sobre a “Arrecadação dos créditos parcelados administrados pela RFB” e o “Estoque dos créditos parcelados administrados pela RFB”.

ARRECADAÇÃO DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADOS PELA RFB
VALORES EM R$ 1,00

MODALIDADE	NATUREZA	VALORES ARRECADADOS		VARIAÇÃO % (B)/(A)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2013 (A)	2014 (B)		2013	2014
Convencional (Lei nº 8.212/91 e Lei 10.522/2002)	Previdenciária	3.285.812.147	3.204.370.740	-2,48%	32,30%	27,89%
	Fazendária	7.638.608.368	7.035.587.448	-7,89%	31,48%	22,65%
	Total	10.924.420.515	10.239.958.188	-6,27%	31,72%	24,06%
Refis (Lei nº 9.964/2000)	Previdenciária	114.685.971	105.952.991	-7,61%	1,13%	0,92%
	Fazendária	227.516.520	205.520.246	-9,67%	0,94%	0,66%
	Total	342.202.491	311.473.237	-8,98%	0,99%	0,73%
Paex (MP nº 303/2006)	Previdenciária	121.880.192	81.850.999	-32,84%	1,20%	0,71%
	Fazendária	235.469.613	210.844.965	-10,46%	0,97%	0,68%
	Total	357.349.806	292.695.964	-18,09%	1,04%	0,69%
Paes (Lei nº 10.684/2003)	Previdenciária	266.608.245	133.681.359	-49,86%	2,62%	1,16%
	Fazendária	611.508.909	337.708.897	-44,77%	2,52%	1,09%
	Total	878.117.154	471.390.256	-46,32%	2,55%	1,11%
Timemania (Lei nº 11.345/2009)	Previdenciária	30.629.152	37.248.590	21,61%	0,30%	0,32%
	Fazendária	48.617.298	51.971.990	6,90%	0,20%	0,17%
	Total	79.246.449	89.220.580	12,59%	0,23%	0,21%
Simples (Lei Complementar nº 123/2006 e nº 128/2008)	Previdenciária	2.367.718	1.767.836	-25,34%	0,02%	0,02%
	Fazendária	148.548.241	126.655.466	-14,74%	0,61%	0,41%
	Total	150.915.959	128.423.303	-14,90%	0,44%	0,30%
Times de Futebol (Lei nº 8.641/1993)	Previdenciária	465.671	252.036	-45,88%	0,00%	0,00%
	Fazendária	0	0	-	0,00%	0,00%
	Total	465.671	252.036	-45,88%	0,00%	0,00%
Órgãos do Poder Público (Lei nº 9.639/2009 e Lei nº 11.196/2005)	Previdenciária	795.721.657	330.817.557	-58,43%	7,82%	2,88%
	Fazendária	0	0	-	0,00%	0,00%
	Total	795.721.657	330.817.557	-58,43%	2,31%	0,78%
Lei nº 11.941/2009	Previdenciária	3.498.970.979	3.117.439.713	-10,90%	34,39%	27,13%
	Fazendária	10.439.159.124	10.056.079.165	-3,67%	43,02%	32,37%
	Total	13.938.130.102	13.173.518.878	-5,49%	40,47%	30,96%

MODALIDADE	NATUREZA	VALORES ARRECADADOS		VARIAÇÃO % (B)/(A)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2013 (A)	2014 (B)		2013	2014
MP 449/2008	Previdenciária	0	0	-	0,00%	0,00%
	Fazendária	680.671	228.818	-66,38%	0,00%	0,00%
	Total	680.671	228.818	-66,38%	0,00%	0,00%
Parcelamentos Previdenciários não consolidados Lei nº 11.960/2009)	Previdenciária	1.973.011.289	1.028.777.777	-47,86%	19,39%	8,95%
	Fazendária	0	0	-	0,00%	0,00%
	Total	1.973.011.289	1.028.777.777	-47,86%	5,73%	2,42%
Instituições de Ensino Superior (IES) (Lei nº 10.260/2001)	Previdenciária	124.764	1.223.077	880,31%	0,00%	0,01%
	Fazendária	1.761.574	6.663.965	278,30%	0,01%	0,02%
	Total	1.886.338	7.887.042	318,11%	0,01%	0,02%
Lei nº 12.865/13 e Reabertura Lei nº 11.914/09	Previdenciária	83.065.602	593.771.855	614,82%	0,82%	5,17%
	Fazendária	4.853.369.859	4.487.278.345	-7,54%	19,99%	14,44%
	Total	4.936.435.461	5.081.050.201	2,93%	14,32%	11,94%
Lei nº 12.996/2014	Previdenciária	0	2.852.375.037	-	0,00%	24,83%
	Fazendária	0	8.525.827.096	-	0,00%	27,44%
	Total	0	11.378.202.133	-	0,00%	26,74%
Outros *	Previdenciária	0	0	-	0,01%	0,00%
	Fazendária	62.886.340	21.561.567	-65,71%	0,27%	0,07%
	Total	62.886.340	21.561.567	-65,71%	0,19%	0,05%
Total	**Previdenciária**	**10.173.343.388**	**11.489.529.567**	**12,94%**	**100,00%**	**100,00%**
	Fazendária	**24.268.126.516**	**31.065.927.969**	**28,01%**	**100,00%**	**100,00%**
	Total	**34.441.469.904**	**42.555.457.536**	**23,56%**	**100,00%**	**100,00%**

* MP 470/2009 e Simples Federal
Obs.: Ressalta-se que foram incluídos na apuração da "Arrecadação dos Créditos Parcelados Administrados pela RFB", no exercício de 2013, os códigos:
3858 – Reabertura 11.941 – Aprovação Indevida Crédito IPI – PGFN, e
3955 – Reabertura 11.941 – Aprovação Indevida Crédito IPI – RFB.
Tal alteração ocorreu após a publicação da PCPR 2013, situação que explica o saldo daquele documento estar diferente do apresentado para 2013 neste quadro.

ESTOQUE DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADOS PELA RFB
VALORES EM R$ 1,00

MODALIDADE	NATUREZA	ESTOQUE		VARIAÇÃO% [(b-a)/a]	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2013 (a)	2014 (b)		2013	2014
Convencional (Lei nº 8.212/91 e Lei 10.522/2002)	Previdenciária	16.819.006.559	13.699.384.596	-18,55%	10,73%	12,44%
	Fazendária	17.006.874.686	14.928.854.161	-12,22%	10,85%	13,56%
	Total	33.825.881.245	28.628.238.757	-15,37%	21,59%	26,00%
Refis (Lei nº 9.964/2000)	Total (Conjunto)	15.390.838.766	11.428.324.105	-25,75%	9,82%	10,38%
Paex (MP nº 303/2006)	Previdenciária	343.065.921	204.062.828	-40,52%	0,22%	0,18%
	Fazendária	533.941.068	248.334.062	-53,49%	0,34%	0,22%
	Total	877.006.989	452.396.890	-48,42%	0,56%	0,41%
Paes (Lei nº 10.684/2003)	Previdenciária	1.948.244.029	1.457.177.915	-25,21%	1,24%	1,32%
	Fazendária	4.411.383.748	2.122.653.050	-51,88%	2,82%	1,93%
	Total	6.359.627.777	3.579.830.965	-43,71%	4,06%	3,25%
Timemania (Lei nº 11345/2009)	Previdenciária	516.394.467	387.438.117	-24,97%	0,33%	0,35%
	Fazendária	429.847.428	337.244.345	-21,54%	0,27%	0,31%
	Total	946.241.895	724.682.462	-23,41%	0,60%	0,66%
Simples Nacional (Leis Complementares nº 123/2006 e 128/2008)	Previdenciária	39.198.557	27.387.354	-30,13%	0,03%	0,02%
	Fazendária	343.809.235	206.875.701	-39,83%	0,22%	0,19%
	Total	383.007.792	234.263.055	-38,84%	0,24%	0,21%
Times de Futebol (Lei nº 8.641/1993)	Previdenciária	18.988.251	16.374.909	-13,76%	0,01%	0,01%
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	18.988.251	16.374.909	-13,76%	0,01%	0,01%
Órgãos do Poder Público (Lei nº 9.639/2009 e Lei nº 11.196/2005)	Previdenciária	6.346.640.056	4.508.862.262	-28,96%	4,05%	4,10%
	Fazendária	0	-	-	-	-
	Total	6.346.640.056	4.508.862.262	-28,96%	4,05%	4,10%
Lei nº 11.941/2009 e MP 449/2008	Total (Conjunto)	72.554.800.482	38.927.364.276	-46,35%	46,30%	35,36%
Parcelamentos Previdenciários não consolidados (Lei nº 11.960/2009)	Previdenciária	19.992.084.329	21.590.217.413	7,99%	12,76%	19,61%
Instituições de Ensino Superior (IES) (Lei nº 10.260/2001)	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	6.505.332	4.376.889	-32,72%	0,01%	0,00%
	Total	6.505.332	4.376.889	-32,72%	0,01%	0,00%
Lei nº 12.865/2013 e Reabertura da Lei nº 11.941/2009	Previdenciária	-	*	-	-	-
	Fazendária	-	*	-	-	-
	Total	-	*	-	-	-
Lei nº 12.996/2014	Previdenciária	-	*	-	-	-
	Fazendária	-	*	-	-	-
	Total	-	*	-	-	-
Total	**Previdenciária**	**46.023.622.170**	**41.890.905.395**	**-8,98%**	**29,37%**	**38,05%**
	Fazendária / Conjunta	**110.678.000.745**	**68.204.026.588**	**-38,38%**	**70,63%**	**61,95%**
	Total	**156.701.622.915**	**110.094.931.983**	**-29,74%**	**100,0%**	**100,0%**

O quadro a seguir demonstra os valores acumulados, no período de 2010 a 2014, referentes à arrecadação dos parcelamentos ingressos no Simples Nacional, Timemania e Fies (Lei nº 10.260/2001 e MP nº 449/2008). Tais ingressos foram registrados em contas contábeis no Siafi e ainda não estão classificados por espécie tributária.

SALDOS ANUAIS DE PARCELAMENTOS - A DECOMPOR
VALORES EM R$ 1,00

CONTAS CONTÁBEIS	2010	2011	2012	2013	2014
21149.11.10 - Parcelamento P/Ingresso No Simples Nacional	663.492.768,74	856.203.268,93	991.840.643,13	1.140.388.884,19	1.159.140.407,39
21149.11.11 - Parcelamento Timemania	31.525.110,36	49.246.756,83	73.449.749,46	122.067.047,17	137.176.071,85
21149.11.12 - Parcelamento Fies - Lei 10.260/2001	10.447.650,93	12.475.733,30	13.935.390,49	15.695.986,36	19.447.055,98
21149.11.13 - Parcelamento Mp 449/2008	33.308.168,50	36.736.710,91	36.807.081,73	37.246.440,94	37.118.238,43
Total	**738.773.698,53**	**954.662.469,97**	**1.116.032.864,81**	**1.315.398.358,66**	**1.352.881.773,65**

2.3. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

2.3.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE

Recursos Aplicados

No exercício de 2014, a União executou o montante de R$ 56.810 milhões com despesas típicas de ensino utilizando recursos provenientes da arrecadação de impostos, a qual atingiu o montante de R$ 403.606 milhões. Para se chegar à base de cálculo do limite mínimo de despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), foram deduzidos R$ 158.082 milhões, referentes às transferências constitucionais a Estados, Municípios e Distrito Federal, o que resultou em uma base de cálculo de R$ 245.524 milhões. Ressalta-se que, a partir de 2011, por força da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, não são mais deduzidas da base de cálculo a Desvinculação de Receitas da União – DRU. Assim, chega-se a um percentual de aplicação de 23,14%, o que caracteriza, portanto, o cumprimento do limite mínimo constitucional. A tabela a seguir demonstra as receitas e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS COM MDE – UNIÃO – 2014

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS		
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	447.373.973	447.373.973	71.206.022	403.605.564	90,22
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre Importação - II	41.033.191	41.033.191	6.043.652	36.563.277	89,11
Imposto sobre Importação - II	40.827.339	40.827.339	6.032.044	36.735.039	89,98
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do II	134.348	134.348	13.996	90.265	67,19
Dívida Ativa do II	45.759	45.759	1.314	5.981	13,07
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do II	25.746	25.746	1.313	7.786	30,24
(-) Deduções da Receita do II			-5.014	-275.793	
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Exportação - IE	55.271	55.271	23.113	173.822	314,49
Imposto sobre Exportação - IE	44.381	44.381	7.862	52.909	119,22
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IE	4.361	4.361	2.870	5.966	136,79
Dívida Ativa do IE	2.290	2.290	244	2.012	87,86
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IE	4.239	4.239	695	4.486	105,83
(-) Deduções da Receita do IE			11.442	108.449	
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Rendas - IR	312.026.998	312.026.998	49.893.153	285.859.486	91,61
Imposto sobre Rendas - IR	302.915.105	302.915.105	50.529.440	297.149.858	98,10
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IR	4.793.963	4.793.963	785.743	5.043.789	105,21
Dívida Ativa do IR	2.853.549	2.853.549	196.302	1.254.281	43,96
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IR	1.464.380	1.464.380	194.300	1.178.497	80,48
(-) Deduções da Receita do IR			-1.812.632	-18.766.940	
1.4 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR	825.576	825.576	159.257	969.823	117,47
Imposto Territorial Rural - ITR	740.594	740.594	140.492	891.187	120,33
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	72.038	72.038	13.320	51.684	71,75
Dívida Ativa do ITR	6.108	6.108	1.547	9.685	158,55
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	6.835	6.835	3.900	17.316	253,34
(-) Deduções da Receita do ITR			-2	-48	
1.5 - Receita Resultante do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	57.918.131	57.918.131	9.683.821	50.146.207	86,58
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	55.720.570	55.720.570	9.033.418	49.574.756	88,97
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPI	755.356	755.356	170.218	572.786	75,83
Dívida Ativa do IPI	1.074.983	1.074.983	113.755	293.434	27,30
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPI	367.223	367.223	71.285	270.470	73,65
(-) Deduções da Receita do IPI			295.145	-565.239	
1.6 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	35.506.937	35.506.937	5.401.316	29.883.401	84,16
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	35.301.923	35.301.923	5.545.172	29.619.016	83,90
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF	101.576	101.576	22.422	115.845	114,05
Dívida Ativa do IOF	88.415	88.415	254	8.855	10,02
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF	15.023	15.023	186	16.522	109,98
(-) Deduções da Receita do IOF			-166.719	123.163	

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a) x100
1.7 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	7.869	7.869	1.709	9.547	121,32
Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	7.869	7.869	1.709	9.547	121,32
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF-Ouro	0	0	0	0	-
Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	0	-
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	0	-
(-) Deduções da Receita do IOF-Ouro			0	0	-
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS* No Bimestre	RECEITAS REALIZADAS* Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS* % (c) = (b/a) x100
2 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (21,5% de (1.3 + 1.5))	79.538.203	79.538.203	10.601.322	58.086.158	73,03
3 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS1 (23,5% de (1.3 + 1.5))	86.937.105	86.937.105	14.464.740	64.158.174	73,80
4 - IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADO AOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (10% de 1.5)	5.791.813	5.791.813	759.637	3.888.101	67,13
5 - PARCELAS DO FPE, FPM E IPI-EXPORTAÇÃO DESTINADAS AO FUNDEB				5.745.155	31.252.357
6 - IOF-OURO REPASSADO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS2 (1.7)	7.869	7.869	1.384	9.786	124,36
7 - ITR REPASSADO AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.4)	412.788	412.788	135.255	687.338	166,51
8 - TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (2 + 3 + 4 + 5 +6 + 7)	172.687.778	172.687.778	31.707.494	158.081.915	91,54
9 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1-8)	274.686.195	274.686.195	39.498.528	245.523.649	89,38
RECEITAS ADICIONAIS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a) x100
10 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	18.726.448	18.726.448	3.022.389	18.300.666	97,73
11 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0	0	0	0	-
12 - OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO	110.632	110.632	757.362	471.571	426,25
13 - TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (10 + 11 + 12)	18.837.080	18.837.080	3.779.750	18.772.237	99,66

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária/RREO – Dezembro/2014
1 CF, art. 159, I, alíneas "b" e "d".
2 CF, art. 153 §5º.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM MDE – UNIÃO – 2014
CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100	
14 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (18% DE 9)	49.443.515	49.443.515	7.109.735	44.194.257	89,38	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS LIQUIDADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% (g)=((e+f)/d) x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
15 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - PARCELA PROVENIENTE DOS IMPOSTOS						
E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE	3.090.821	3.090.821	697.702	2.627.483	463.338	100,00
16 - EDUCAÇÃO INFANTIL	142.796	1.145.388	873	26.595	1.083.814	96,95
17 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.366.267	2.862.094	607.863	2.181.400	316.285	87,27
18 - ENSINO MÉDIO	0	0	0	0	0	0,00
19 - ENSINO SUPERIOR	24.741.527	27.596.261	4.987.675	24.161.574	1.601.743	93,36
20 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	10.454.577	11.972.772	1.727.249	9.494.515	1.176.649	89,13
21 - OUTRAS	17.239.235	14.884.627	2.608.886	12.929.469	746.768	91,88
22 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (15 + 16 + 17 + 18 + 19 + 20 + 21)	57.035.222	61.551.962	10.630.248	56.809.632		92,30
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			VALOR			
23 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			-			
24 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (37 p)**			822			
25 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DOS RECURSOS DE IMPOSTOS			0			
26 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (23 + 24 + 25)*			0			
27 - MÍNIMO DE 18% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO3 [(22-26) / (9)] x 100%			23,14			

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária/RREO – Dezembro/2014
3 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
Notas:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Aplicação por Programas

Garantidos os mínimos constitucionais das receitas para aplicação em educação, resta verificar em quais programas os recursos destinados à Educação foram aplicados. A maior aplicação foi no "Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação" que obteve 56,23% de todos os recursos aplicados, seguido dos programas "Ensino Superior", com 22,00% e "Educação Profissional", com 11,94%.

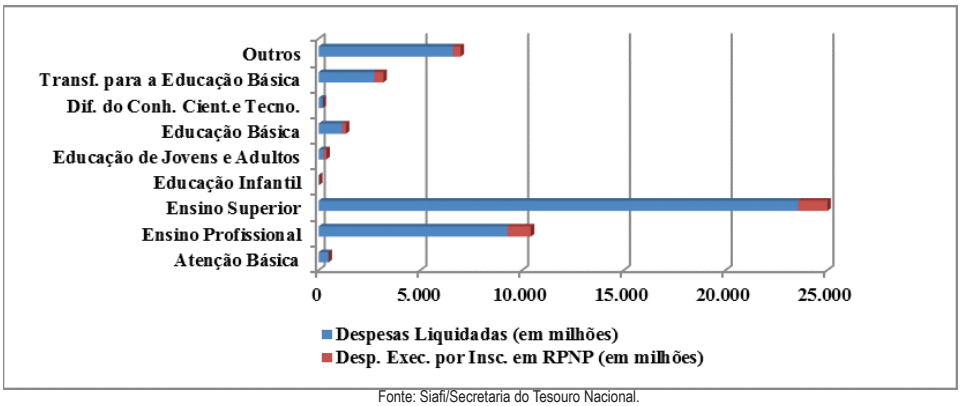
O quadro a seguir demonstra os percentuais de cada programa dos recursos da educação.

DESPESAS TOTAIS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR PROGRAMA – 2014

Programa	Descrição do Programa	Despesas Empenhadas (em R$ milhões)4	% do Total
2030	Educação Básica	4.766,51	9,83%
2031	Educação Profissional e Tecnológica	5.790,09	11,94%
2032	Educação Superior	10.667,43	22,00%
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	27.263,96	56,23%
Total		**48.487,99**	**100,00%**

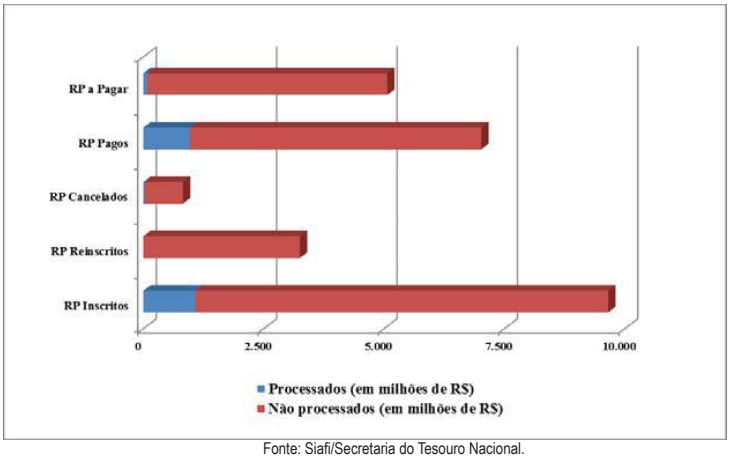
Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional
4 Valores compreendem as despesas liquidadas durante o exercício e as inscritas como restos a pagar não processados.

A figura seguinte demonstra as despesas executadas com MDE por subfunção orçamentária, destacando os valores não liquidados que foram inscritos em restos a pagar não processados.



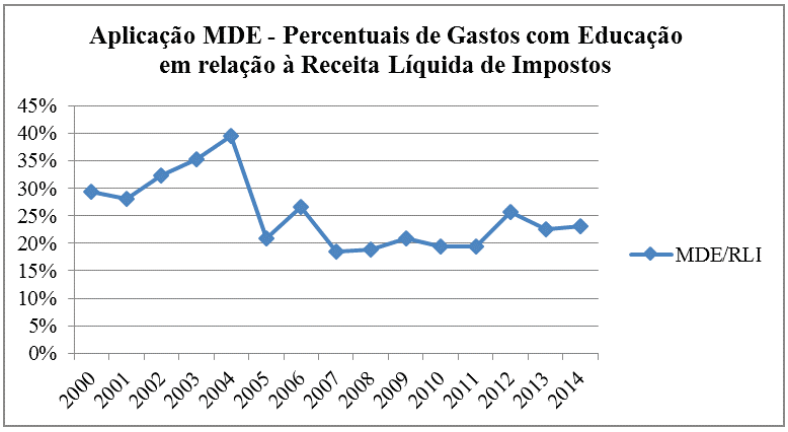
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

A figura a seguir demonstra as despesas consideradas para fins de cálculo da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, evidenciando os valores inscritos em restos a pagar processados e não processados.



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

No gráfico seguinte, nota-se que as despesas empenhadas com MDE não têm acompanhado de uma forma retilínea ou crescente a evolução da Receita Líquida de Impostos. A relação despesas com MDE/Receita Líquida de Impostos era de 29,46% no ano 2000, pulou para 39,44% em 2004, caiu para 18,55% em 2007 e voltou a subir nos últimos anos, chegando a 23,14% em 2014.



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Execução dos Restos a Pagar inscritos em 2014 e contabilizados para fins do cumprimento do limite com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) no exercício

Em 2014, foram computadas, para fins de cumprimento do limite mínimo com MDE, despesas empenhadas, mas não liquidadas, no valor de R$ 5.389 milhões, que foram inscritas, portanto, em restos a pagar não processados.

Por outro lado, computando-se apenas as despesas com indicador de Lei Calmon e Fonte 12 de Recursos, excluindo-se os elementos de despesa 1 e 3 (pensões e aposentadorias), chegamos ao valor de R$ 11.816 milhões, conforme o gráfico seguinte. Desse valor, R$ 3.251 milhões foram reinscritos em 2014, enquanto R$ 8.565 milhões foram inscritos efetivamente naquele ano. Do total, foram cancelados R$ 792 milhões, foram pagos R$ 6.043 milhões e ficaram a pagar R$ 4.981 milhões.A dedução desses valores do cálculo das despesas para fins de cumprimento do limite mínimo do exercício de 2014 está prevista no Manual de Elaboração dos Demonstrativos Fiscais, publicado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No entanto, em atendimento à determinação contida no Acórdão nº 2.316/08 TCU – Plenário, essa dedução não foi considerada no cálculo da aplicação da União em MDE. Ressalta-se que, para fins de transparência, a STN continua evidenciando os valores cancelados no demonstrativo que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, publicado mensalmente.

Assim, dado que o valor total de despesas com ações típicas de MDE em 2014 foi de R$ 56.810 milhões, é necessário descontar os valores cancelados de R$ 792 milhões para averiguar se foi cumprida a exigência de investimento mínimo de 18% das receitas resultantes de impostos. Como o total de receita líquida de impostos foi de R$ 245.524 milhões, temos que foram investidos 22,82% das receitas em ações de MDE, apenas ligeiramente menos do que os 23,14% constantes dos demonstrativos resumidos de Execução Orçamentária, de modo que mesmo considerando os cancelamentos, a meta seria cumprida.

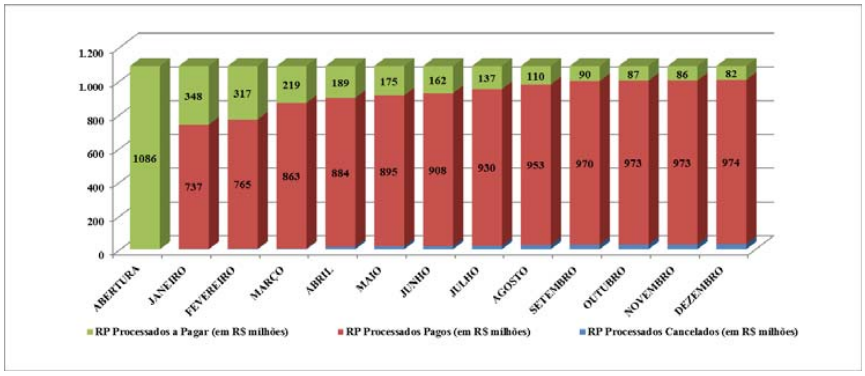
A execução desses restos a pagar encontra-se demonstrada na tabela a seguir. Deve ser reforçado que os valores estão ligeiramente diferentes dos publicados em Relatório Resumido de Execução Orçamentária, já que além do filtro por Fonte 12 de Recursos, esses dados foram filtrados por indicador de Lei Calmon e exclusão de elementos de despesa referentes a aposentadorias e pensões.

EXECUÇÃO DOS RP INSCRITOS E REINSCRITOS EM 2014 E CONTABILIZADOS PARA FIN DE CUMPRIMENTO DO LIMITE COM MDE NESSE EXERCÍCIO

Restos a Pagar Processados	TOTAL (em milhões de R$)	%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.086,65	100,00%
Restos a Pagar Processados Cancelados	30,27	2,79%
RP Processados Pagos	973,90	89,62%
RP Processados a Pagar	82,48	7,59%
Restos a Pagar Não Processados	**TOTAL (em milhões de R$)**	**%**
RP Inscritos e Reincritos	11.815,80	100,00%
Inscritos	8.565,29	72,49%
Reinscritos	3.250,51	27,51%
RP não-Processados Cancelados	791,62	6,70%
RP não-Processados Pagos	6.042,91	51,14%
RP não-Processados a Pagar	4.981,27	42,16%

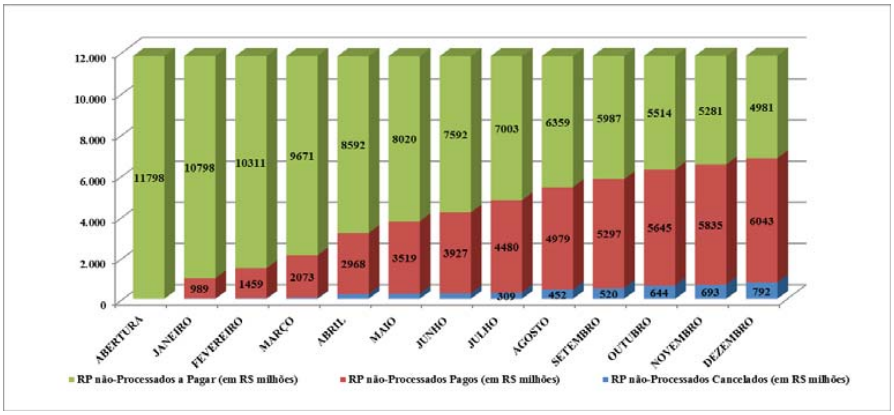
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2014 DOS RP NÃO-PROCESSADOS REFERENTES A DESPESAS CONTABILIZADAS NO CÁLCULO DO LIMITE COM MDE EM 2014 – SALDOS ACUMULADOS



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2014 DOS RP PROCESSADOS REFERENTES A DESPESAS CONTABILIZADAS NO CÁLCULO DO LIMITE COM MDE EM 2013 – SALDOS ACUMULADOS



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

2.3.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde

Por meio do artigo 198, da Constituição Federal, e do artigo 77, do ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, asseguram-se recursos mínimos que devem ser aplicados pela União no financiamento das ações e serviços públicos de saúde. A Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), em seu artigo 48, §1º, define o conceito de "ações e serviços públicos":

> *Art. 48 [...]*
>
> *§ 1º Para os efeitos do inciso II deste artigo, consideram-se exclusivamente como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações do órgão Ministério da Saúde, deduzidos os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida, as transferências de renda a famílias e as despesas financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e ressalvada disposição em contrário que vier a ser estabelecida pela lei complementar a que se refere o art. 198, § 3o, da Constituição.*

No quadro seguinte estão demonstrados os montantes empenhados nos programas referentes às ações e serviços públicos de saúde, cujo total foi de R$ 101,9 bilhões no ano de 2014.

DEMONSTRATIVO DE EMPENHOS EMITIDOS NAS AÇÕES E NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A DEZEMBRO – 2014

Programa	Descrição do Programa	Despesas Empenhadas (em R$ milhões)	%
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	7.586,68	7,45%
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	153,82	0,15%
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	14,99	0,01%
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	4,49	0,00%
0910	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	40,28	0,04%
2015	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais	80.675,58	79,21%
2055	Desenvolvimento Produtivo	366,94	0,36%
2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	1.150,30	1,13%
2067	Resíduos Sólidos	13,28	0,01%
2068	Saneamento Básico	705,93	0,69%
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	7,66	0,01%
2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	11.135,61	10,93%
TOTAL		**101.855,56**	**100,00%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Execução em 2014 dos restos a pagar inscritos em 2013 e contabilizados para fins de cumprimento do mínimo objeto da Emenda Constitucional nº 29/2000, indicando se os cancelamentos porventura realizados comprometeriam o alcance do mínimo naquele exercício.

No encerramento do exercício de 2014, do total da despesa orçamentária enquadrada no conceito de "Ações e Serviços Públicos de Saúde" (ASPS) para fins de cumprimento do mínimo constitucional com Saúde, R$ 12.345 milhões correspondiam a valores empenhados e não liquidados – inscritos, portanto, em restos a pagar (RP) não processados. Desse montante, R$ 607 milhões, ou 4,9%, foram cancelados ao longo de 2014, enquanto R$ 6.412 milhões (51,9%) foram pagos e R$ 5.326 milhões (43,2%) ainda não haviam sido pagos até o encerramento desse exercício.

Além de despesas do exercício de 2014, inserem-se no conceito de restos a pagar não processados valores que já estavam na situação de restos a pagar na abertura desse exercício, ou seja, valores referentes a empenhos anteriores a 2013 que não haviam sido liquidados até o encerramento desse exercício: são os restos a pagar não processados "reinscritos", que alcançaram a soma de R$ 5.406 milhões. Em 2014, desses restos a pagar não processados reinscritos, R$ 380 milhões (7,0%) foram cancelados, R$ 1.520 milhões (28,1%) foram pagos e R$ 3.506 milhões (64,9%) permaneceram a pagar.

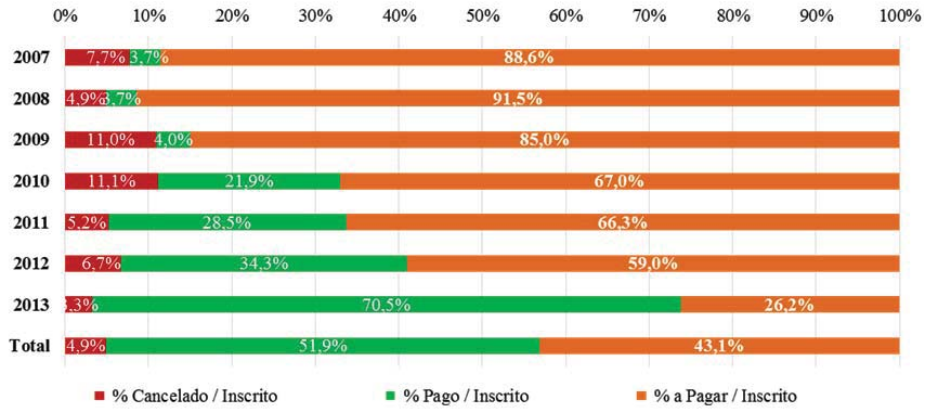
Todas essas informações podem ser inferidas do quadro a seguir. Em seguida, o gráfico ilustra os percentuais de cancelamento, pagamento e não pagamento em 2014 dos restos a pagar não processados, por ano do empenho.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – UNIÃO – 2014
R$ MILHÕES

Ano do Empenho	Inscritos em 2013	Reinscritos em 2013	Cancelados	Pagos	a Pagar
2007		45,9	3,5	1,7	40,7
2008		70,9	3,5	2,6	64,9
2009		424,4	46,6	17,1	360,8
2010		586,0	65,1	128,2	392,7
2011		1.662,8	86,7	473,1	1.103,0
2012		2.615,4	174,4	897,2	1.543,8
2013	6.939,2		226,9	4.891,6	1.820,7
Total	**6.939,2**	**5.405,5**	**606,7**	**6.411,5**	**5.326,5**

Fonte: Siafi

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – UNIÃO – 2014



Fonte: Siafi.

Além disso, dentre os valores de ASPS do orçamento de 2014 que foram empenhados e liquidados, um montante de R$ 704 milhões (de um total de R$ 2.073 milhões para todos os anos) não foi pago até o encerramento de exercício, tendo sido, dessa forma, inscrito em restos a pagar processados. Desse montante, R$ 17 milhões foram cancelados (2,4%), R$ 681 milhões foram pagos (96,8%) e R$ 6 milhão restou a pagar (0,9%).

Também fazem parte do estoque de restos a pagar processados as despesas referentes a empenhos anteriores a 2013 já liquidadas, mas não pagas até o encerramento desse exercício. Em 2014, esses restos a pagar processados de empenhos anteriores a 2013 somaram R$ 1.369 milhões, dos quais R$ 261 milhões (19,0%) foram cancelados, R$ 176 milhões (13,0%) foram pagos, e R$ 931 milhões permaneceram na situação de restos a pagar (68,0%).

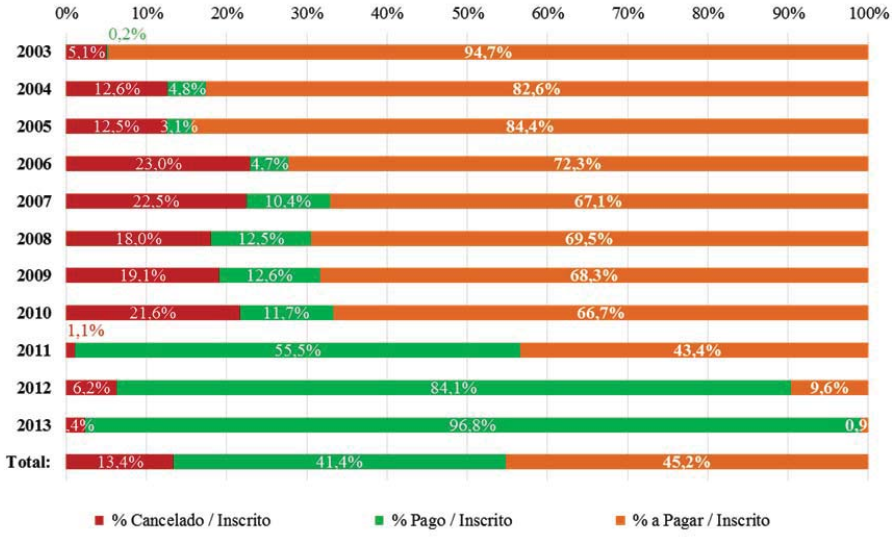
Esses valores constam do quadro seguinte. Em seguida, a figura representa, para os restos a pagar processados de cada exercício, os percentuais de cancelamento, pagamento e não pagamento em 2014.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – UNIÃO – 2014
R$ MILHÕES

Ano do Empenho	Inscritos em 2013	Cancelados	Pagos	a Pagar
2003	17,1	0,9	0,0	16,2
2004	40,8	5,1	2,0	33,7
2005	62,6	7,8	2,0	52,8
2006	80,9	18,6	3,8	58,5
2007	357,0	80,2	37,2	239,6
2008	246,9	44,5	30,9	171,6
2009	348,1	66,3	43,9	237,9
2010	163,9	35,4	19,2	109,3
2011	18,1	0,2	10,1	7,9
2012	34,0	2,1	28,6	3,3
2013	703,7	16,6	680,9	6,2
Total:	**2.073,1**	**277,7**	**858,4**	**937,0**

Fonte: Siafi.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – UNIÃO – 2014



Fonte: Siafi.

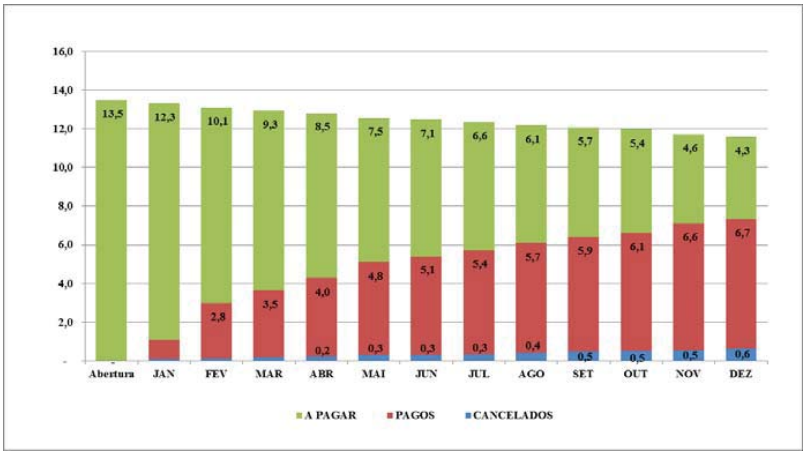
Os gráficos a seguir ilustram a evolução dos valores acumulados dos cancelamentos, pagamentos e estoque a pagar dos restos a pagar não processados e processados mês a mês ao longo do exercício de 2014, a partir dos saldos da abertura.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – VALORES ACUMULADOS – 2014
R$ MILHÕES



Fonte: Siafi

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – VALORES ACUMULADOS – 2014
R$ BILHÕES



Fonte: Siafi

Com relação ao impacto dos cancelamentos de restos a pagar no cumprimento do mínimo constitucional com ASPS em 2013, é preciso lembrar que esse mínimo é definido como a despesa empenhada no exercício anterior acrescida da variação percentual do PIB. Ou seja, o valor mínimo para a despesa empenhada com ASPS em 2013 correspondia ao valor da despesa empenhada de 2012 acrescida da variação percentual do PIB.

Assim, como se trata de comparar despesas empenhadas, para verificar o impacto dos cancelamentos de restos a pagar – que, ressalte-se, foram computados como parte da despesa empenhada no exercício dos respectivos empenhos – é preciso considerar os cancelamentos referentes a empenhos dos dois exercícios em questão: 2013 e 2012. Em outras palavras, deve-se ajustar tanto a despesa empenhada de 2013 pelos cancelamentos de restos a pagar referentes a empenhos de 2013, quanto à despesa empenhada de 2012 (que é a base de cálculo para definição do mínimo de 2013) pelos cancelamentos de restos a pagar referentes a empenhos de 2012.

O quadro a seguir demonstra os cancelamentos de restos a pagar, conforme o exercício em que os respectivos empenhos foram emitidos (ou seja, o exercício em que o empenho inscrito em resto a pagar foi considerado despesa com ASPS), ocorridos ao longo dos exercícios de 2013 e 2014.

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM ASPS POR EXERCÍCIO DO EMPENHO – UNIÃO – 2013 E 2014
R$ MILHÕES

Exercício do Empenho	Cancelados em 2013	Cancelados em 2014	Total de cancelamentos de RP referentes a empenhos do exercício
2012	348,1	174,4	522,5
2013		226,9	226,9
Total	**828,2**	**606,7**	**1.434,9**

Fonte: Siafi

Ou seja, das despesas empenhadas com ASPS em 2012 e inscritas em restos a pagar nesse exercício, R$ 522,5 milhões foram cancelados em 2012 e 2013. Além disso, do montante empenhado com ASPS em 2013 que foi inscrito em restos a pagar, R$ 226,9 milhões foram cancelados em 2014. Com essas informações, podemos verificar o cumprimento do mínimo constitucional com Saúde em 2013, atualizando as despesas empenhadas nos exercícios de 2013 e 2012 com os respectivos cancelamentos de restos a pagar ocorridos desde então:

IMPACTO DOS CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO LIMITE COM ASPS DE 2014 – UNIÃO
R$ MILHARES

(A.I)	Despesa empenhada em 2012	78.210.742
(A.Canc)	Cancelamentos de RP não processados referentes a empenhos de 2012	522.493
(A.II) = (A.I) - (A.Canc)	Despesa empenhada de 2011 atualizada	77.688.250
(PIB)	**Variação nominal do PIB**	**6,01%**
(M.I) = (A.I)*[1 + (PIB)]	Mínimo original para a Despesa empenhada de 2013	82.911.208
(M.II) = (A.II)*[1 + (PIB)]	Mínimo atualizado para a Despesa empenhada de 2013	82.357.313
(B.I)	Despesa empenhada em 2013	83.053.256
(B.Canc)	Cancelamentos de RP não processados referentes a empenhos de 2013	226.937
(B.II) = (B.I) - (B.Canc)	Despesa empenhada de 2013 atualizada	82.826.318
(VAR.I) = (B.I) / (A.I)	**Despesa empenhada de 2013 / Despesa empenhada de 2012**	**6,19%**
(VAR.II) = (B.II) / (A.II)	**Despesa empenhada de 2013 atualizada / Despesa empenhada de 2012 atualizada**	**6,61%**

Fonte: Siafi e Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União

Da análise do quadro anterior, percebe-se que os cancelamentos de restos a pagar das despesas com ASPS não prejudicaram o cumprimento do limite constitucional de que trata a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no exercício de 2013.

Na verdade, levando-se em conta os cancelamentos de restos a pagar referentes a empenhos de 2012 e 2013 – que foram, à época, computados entre as despesas desses exercícios consideradas no cálculo do mínimo constitucional com Saúde em 2013 –, o cumprimento da aplicação mínima em Saúde em 2013 seria até mesmo mais amplo do que com os valores originais: a variação da aplicação, ou seja, o crescimento das despesas empenhadas com ASPS de 2012 para 2013 foi de 6,19% (o mínimo exigido era a variação do PIB, que foi de 6,01%), enquanto que a variação do valor das despesas empenhadas de 2012, descontado dos cancelamentos de restos a pagar de empenhos de 2012, para o das despesas empenhadas de 2013, descontado dos cancelamentos de restos a pagar de empenhos de 2013, foi de 6,61%.

Essa situação ocorre em razão de terem sido cancelados, no período considerado, mais restos a pagar referentes a empenhos de 2012 do que a empenhos de 2013.

2.3.3. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb

Recursos Transferidos

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006.

Em 2014, foram retidos das transferências da União aos Estados e Municípios referentes ao FPE, FPM, LC87/96, ITR e IPI-Exportação, e redistribuídos no âmbito de cada um dos respectivos Estados e aos seus Municípios, com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, um total de R$ 31.252 milhões, configurando um aumento dos recursos do Fundeb de 7,4% em relação a 2013, com origem apenas nessas fontes.

A complementação da União ao Fundeb atingiu o montante de R$ 10.859 milhões, um incremento de 17,1% em relação ao ano anterior, contemplando dez Estados e seus respectivos Municípios que não alcançaram com a própria arrecadação o valor mínimo nacional por aluno estabelecido para o ano.

FUNDEB 2014 - RECURSOS COM ORIGEM NA UNIÃO
R$ MILHARES

	Origem	Origem	Origem	Origem	Origem	Complementação	
UF	FPE	FPM	IPI	LC8796	ITR	Da União	TOTAL
AC	496.782	81.014	47	355	74	-	578.272
AL	604.111	362.299	843	3.277	293	499.778	1.470.601
AM	405.209	233.220	7.536	3.931	235	546.621	1.196.752
AP	495.475	59.594	1.711	1.585	111	-	558.476
BA	1.364.473	1.391.946	54.786	14.495	7.134	2.418.780	5.251.614
CE	1.065.431	755.011	6.147	6.352	337	1.229.011	3.062.289
DF	100.228	25.823	1.601	3.158	220	-	131.030
ES	217.823	263.531	48.340	16.627	886	-	547.207
GO	412.862	557.797	22.046	5.205	15.224	-	1.013.134
MA	1.048.194	631.779	8.623	6.547	859	2.418.780	4.114.782
MG	646.862	1.993.242	139.906	50.326	18.545	-	2.848.881
MS	193.427	225.790	17.444	4.815	29.037	-	470.513
MT	335.143	277.375	15.067	7.569	20.963	-	656.117
PA	887.556	534.321	57.274	17.018	2.714	2.364.219	3.863.102
PB	695.422	491.366	1.119	1.121	235	153.756	1.343.019
PE	1.002.015	748.278	4.035	5.794	605	721.704	2.482.431
PI	627.534	403.423	197	1.176	2.305	453.014	1.487.649
PR	418.685	1.027.096	76.659	39.322	17.535	-	1.579.297
RJ	221.846	456.154	163.989	22.874	1.516	-	866.379
RN	606.695	382.871	835	1.412	325	53.784	1.045.922
RO	408.868	128.991	2.773	973	469	-	542.074
RR	360.236	75.732	35	149	99	-	436.251
RS	341.953	1.028.639	93.232	39.173	15.912	-	1.518.909
SC	185.847	593.410	51.953	14.006	2.619	-	847.835
SE	603.414	226.995	454	977	266	-	832.106
SP	145.215	2.025.101	194.405	121.453	31.506	-	2.517.680
TO	630.235	216.157	967	307	1.811	-	849.477
Totais	**14.521.541**	**15.196.955**	**972.024**	**389.997**	**171.835**	**10.859.447**	**42.111.799**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

2.4. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

O objetivo desta seção é analisar o cumprimento dos limites legais estabelecidos pela LRF. Inicialmente será apresentado um panorama sobre o cumprimento dos limites legais e depois serão apresentadas informações específicas para cada um dos indicadores.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu indicadores para monitorar a qualidade da gestão fiscal. Dentre os indicadores estão os limites legais para a despesa com pessoal, a dívida consolidada líquida, as garantias de valores e as operações de crédito.

Os limites são calculados a partir da Receita Corrente Líquida (RCL), que em 2014 totalizou R$ 641,5 bilhões. A tabela a seguir informa que a União obedeceu os limites legais em 2014.

LIMITES LEGAIS EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)
PODER EXECUTIVO – UNIÃO 2014

	Limite Legal (% da RCL)	Realizado (% da RCL)	Obedeceu o Limite?
Despesa com Pessoal	37,90%	25,1%	Sim
Dívida Consolidada Líquida	não há	210,8%	Sim
Total das Garantias de Valores	60%	34,8%	Sim
Operações de Crédito Externas e Internas	60%	12,5%	Sim

A seguir serão analisados individualmente os limites supracitados.

2.4.1. Despesas com Pessoal da União

A Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, em seu art. 20, estabelece que os gastos com pessoal do Poder Executivo Federal durante o período de 12 meses não poderão exceder a 37,90% (limite máximo) da Receita Corrente Líquida (RCL).

Quanto aos limites das despesas com pessoal para os ex-territórios Amapá e Roraima e para o Distrito Federal, o art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001, estabelece, respectivamente, 0,273%, 0,160% e 2,200% para o limite máximo.

Destaca-se que o parágrafo único do art. 22 da LRF estabeleceu o limite prudencial de 95% do máximo, isto é, 36,01% da RCL para o Poder Executivo Federal, e 0,259%, 0,152% e 2,090% da RCL, para os ex-territórios Amapá e Roraima e para o Distrito Federal, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os valores constantes do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo Federal, dos ex-territórios do Amapá e Roraima e do Distrito Federal, nos últimos doze meses, bem como os limites apurados no 3º quadrimestre de 2014:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL								
JANEIRO A DEZEMBRO/2014								
R$ milhares								
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)							
	PODER EXECUTIVO FEDERAL		AMAPÁ		RORAIMA		DISTRITO FEDERAL	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROC	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROC	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROC	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROC
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	160.699.294	474.911	269.785	0	155.823	0	9.982.050	22.591
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	161.174.205		269.785		155.823		10.004.641	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	641.578.197							
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL	25,122%		0,042%		0,024%		1,559%	
LIMITE MÁXIMO	37,90%	243.158.137	0,273%	1.751.508	0,160%	1.026.525	2,200%	14.114.720
LIMITE PRUDENCIAL	36,01%	231.032.309	0,259%	1.661.688	0,152%	975.199	2,090%	13.408.984

Fonte: Siafi

Dos números apresentados na tabela acima, verifica-se que os limites prudencial e máximo referentes às despesas com pessoal do Poder Executivo Federal, dos ex-territórios do Amapá e Roraima e do Distrito Federal foram cumpridos no 3º quadrimestre de 2014.

A tabela a seguir apresenta os valores das despesas com pessoal desde o exercício de 2008:

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RCL							
R$ milhares							
PODER / ÓRGÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
PODER EXECUTIVO FEDERAL							
Despesa com Pessoal (DP)	93.730.272	106.430.148	121.054.382	133.215.180	133.739.247	150.503.142	161.174.205
% DP / RCL	21,87%	24,34%	24,22%	23,84%	21,68%	22,939%	25,122%
Limite Máximo (37,90% da RCL)	162.425.486	165.698.581	189.449.446	211.749.721	233.817.739	248.659.709	243.158.137
AMAPA							
Despesa com Pessoal (DP)	476.095	519.175	568.714	615.675	178.643	257.581	269.785
% DP / RCL	0,11%	0,12%	0,11%	0,11%	0,03%	0,039%	0,042%
Limite Máximo (0,273% da RCL)	1.169.978	1.193.554	1.364.636	1.525.268	1.684.228	1.791.137	1.751.508
RORAIMA							
Despesa com Pessoal (DP)	312.008	334.048	366.232	409.891	96.733	137.990	155.823
% DP / RCL	0,07%	0,08%	0,07%	0,07%	0,02%	0,021%	0,024%
Limite Máximo (0,160% da RCL)	685.701	699.519	799.787	893.930	987.093	1.049.751	1.026.525
DISTRITO FEDERAL							
Despesa com Pessoal (DP)	5.631.552	6.626.094	6.713.712	7.485.570	8.607.478	9.375.710	10.004.641
% DP / RCL	1,31%	1,52%	1,34%	1,34%	1,40%	1,429%	1,559%
Limite Máximo (2,200% da RCL)	9.428.392	9.618.387	10.997.065	12.291.541	13.572.534	14.434.073	14.114.720
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	428.563.288	437.199.421	499.866.613	558.706.387	616.933.349	656.094.218	641.578.197

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal

No que tange ao percentual da despesa com pessoal em relação à RCL, percebe-se que este vinha caindo desde 2009 tanto para o Poder Executivo Federal e Distrito Federal, quanto para os ex-territórios de Amapá e de Roraima. Isto se devia, principalmente, ao fato de que o aumento da RCL vinha sendo proporcionalmente maior do que o aumento das despesas com pessoal para todos estes entes. Contudo, a partir de 2013, nota-se uma pequena elevação no percentual da despesa com pessoal em relação à RCL, para todos os entes. Isto se deve, principalmente, ao aumento na despesa com pessoal ser proporcionalmente menor

do que o aumento na RCL, em 2013, e à queda de cerca de 2,26% na RCL em 2014.

Cabe observar que, inobstante o aumento do percentual de despesa com pessoal em relação à RCL, a despesa com pessoal para todos os entes apresenta uma margem considerável de aumento sem risco de se atingir o limite máximo estabelecido na LRF e no Decreto nº 3.917/2001.

2.4.2. Dívida Consolidada Líquida (DCL)

A dívida pública pode ser classificada em mobiliária e contratual, sendo a primeira um dos principais itens da dívida consolidada bruta. Cabe registrar que a dívida consolidada não inclui as obrigações existentes entre as administrações diretas da União e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, ou entre essas entidades da administração indireta.
Destaca-se que os limites das dívidas Consolidada Líquida e Mobiliária para a União ainda não foram regulamentados pelo Senado Federal e Congresso Nacional, respectivamente, estando em tramitação o Projeto de Resolução do Senado nº 84/2007 e o Projeto de Lei nº 3.431/2000, que tratam da matéria. Na ausência desse limite legal, o TCU vem considerando como limite indicativo o referencial de 350% da RCL para a Dívida Consolidada Líquida da União e de 650% da RCL para a Dívida Mobiliária, conforme proposto pelo Poder Executivo.

A dívida mobiliária é apurada em valores brutos, o que justifica a proposição de um limite consideravelmente superior ao aplicado à dívida consolidada líquida, a qual resulta da diferença entre a dívida consolidada bruta e o ativo disponível e haveres financeiros.

A seguir são apresentados os valores constantes do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DCL) da União no 3º quadrimestre de 2014, bem como o montante acumulado ao final do exercício de 2013:

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
R$ milhares			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR - 2013	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014 Até o 3º Quadrimestre	Variação %
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.130.872.778	3.452.539.210	10,27%
Dívida Mobiliária	3.067.041.594	3.395.698.428	10,72%
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	9.900.595	0	-100,00%
Dívida Contratual	39.735.234	43.827.822	10,30%
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	92.978	85.009	-8,57%
Outras Dívidas	14.102.378	12.927.951	-8,33%
DEDUÇÕES (II)	2.010.786.068	2.100.062.767	4,44%
Ativo Disponível	657.157.657	603.539.838	-8,16%
Haveres Financeiros	1.387.236.309	1.534.972.307	10,65%
(-) Restos a Pagar Processados	-33.607.898	-38.449.377	14,41%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	1.120.086.710	1.352.476.442	20,75%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	656.094.218	641.578.197	-2,21%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	170,72%	210,80%	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL[1]	-	-	-

Fonte: SIAFI.
[1]Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.
Obs.: Por meio do Acórdão Nº 338/2015 – TCU – Plenário, de 4 de março de 2015, que trata do acompanhamento do RGF relativo ao 2º quadrimestre de 2014, foi determinada a inclusão do saldo das contas contábeis 11.252.02.07 e 11.252.03.07 no cômputo do item "Haveres Financeiros". Tendo em vista que o RGF do 4º quadrimestre já havia sido publicado na data de expedição do citado Acórdão, o ajuste indicado pelo TCU será implantado na elaboração do relatório referente ao 1º quadrimestre de 2015.

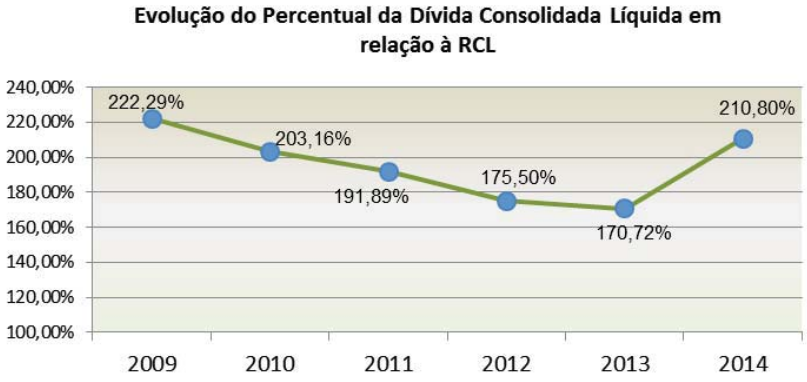
A Dívida Consolidada Líquida da União encerrou o 3º quadrimestre de 2014 em R$ 1.352,4 bilhões, contra R$ 1.120,0 bilhões observados no final do exercício de 2013. Em proporção da Receita Corrente Líquida (RCL), houve elevação no citado período, passando de 170,72% para 210,80%.

A elevação do percentual de endividamento em 2014 se deve à queda na RCL (cerca de 2,26%) e ao aumento do endividamento propriamente dito (cerca de 20,75%), notadamente na Dívida Mobiliária, em que pese o aumento nos haveres financeiros.

Sob a perspectiva do cumprimento dos limites das dívidas Consolidada Líquida (350% da RCL) e Mobiliária (650% da RCL) propostos ao Congresso Nacional e ao Senado Federal, respectivamente, verifica-se que a União mantém-se dentro destes parâmetros fiscais, os quais são utilizados pelo TCU na análise do cumprimento dos limites.

O saldo da Dívida Consolidada Líquida situou-se em 210,80% da RCL, enquanto o saldo da Dívida Mobiliária alcançou cerca de 529,27% da RCL.

A seguir, apresenta-se gráfico com a evolução do percentual da DCL em relação à RCL:



Verifica-se no gráfico anterior que a DCL da União, em relação à RCL, apresentava trajetória de queda contínua desde 2009, sendo que, em 2014, houve uma elevação significativa do percentual da DCL em relação à RCL (de 170,72% para 210,80).

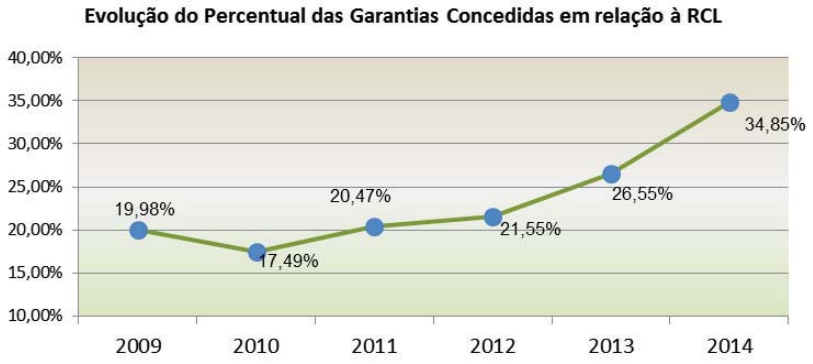
2.4.3. Garantias e Contragarantias de Valores

Um importante mecanismo para controle do potencial endividamento da União diz respeito às garantias concedidas e respectivas contragarantias de valores recebidas pela União.

O art. 9º da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal fixa o limite de 60% da RCL para o montante das garantias concedidas pela União em operações de crédito externo e interno. Já as contragarantias constituem exigência do §1º do art. 40 da LRF.

Cabe destacar que a União poderá conceder garantias, constituindo tais concessões uma faculdade e não uma obrigatoriedade para o ente federal. A concessão de garantias, porém, somente poderá ocorrer se os Poderes e órgãos autônomos dos entes beneficiários (estados e municípios) comprovarem o cumprimento de condicionantes fixadas pela Constituição, pela própria LRF e por resoluções do Senado Federal.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do percentual das Garantias Concedidas em relação à RCL:



Depreende-se que, desde 2010, tem havido crescimento no percentual das Garantias Concedidas, contudo, o atual percentual de 34,85 ainda está bem abaixo do limite estabelecido (60%).

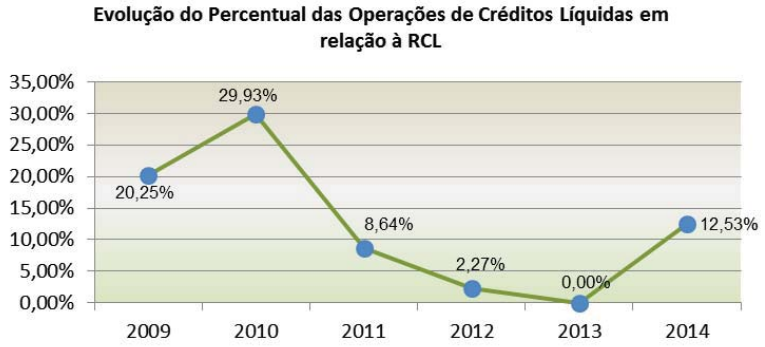
Cabe destacar que, para cada Garantia deverá ocorrer a Contragarantia, sendo esta dispensada para as operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União (art. 40 da LFR), ou para operações realizadas anteriormente à Resolução nº 96/89 do Senado Federal, que passou a exigir a vinculação de contragarantias a partir de sua edição. Também, a modalidade de operações de seguro de crédito à exportação não exige contragarantia.

2.4.4. Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Crédito apresenta o endividamento público ao longo do exercício. Enquanto a dívida é acompanhada pelo saldo a cada quadrimestre (estoque), o controle das operações de crédito se dá pelo fluxo das contratações ao longo do exercício em análise.

A Resolução nº 48/2007 do Senado Federal estabeleceu que o limite para a União contratar operações de crédito é de 60% da RCL por exercício financeiro. Assim, para efeito da apuração do limite das operações de crédito, consideram-se as contratações realizadas em um exercício financeiro.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do percentual das Operações de Crédito Líquidas (operações de créditos excluídas amortização/refinanciamento e outras deduções) em relação à RCL:



Verifica-se uma trajetória de queda no percentual das Operações de Crédito Líquidas em relação à RCL no período de 2011 a 2013. Contudo, em 2014, diante do aumento das novas operações de crédito contratadas (cerca de R$ 311,2 bilhões), o percentual apresentou elevação da ordem de 12%.

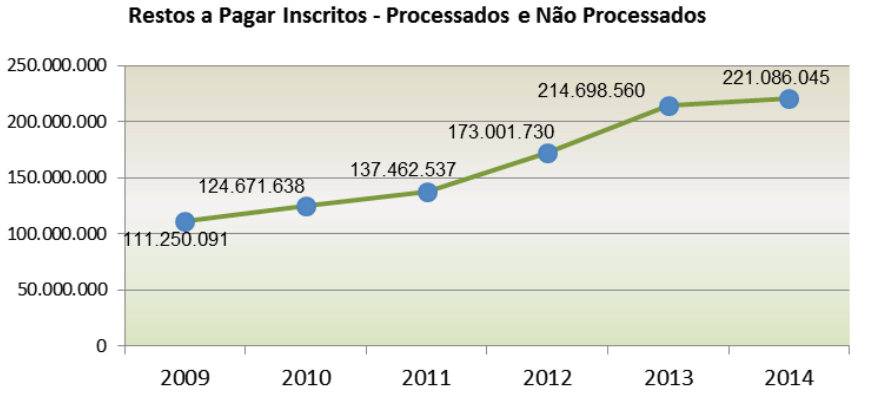
2.4.5. Disponibilidades e Restos a Pagar

Em 2014, havia disponibilidade líquida de caixa de R$ 498,4 bilhões antes do abatimento dos Restos a Pagar não Processados, enquanto que, em 2013, tal disponibilidade era de R$ 564,5 bilhões. Cabe registrar que a metodologia para calcular a disponibilidade de caixa foi alterada em 2012, logo não é razoável efetuar comparação com os demais exercícios.

Apresenta-se no gráfico a seguir a evolução dos valores inscritos em Restos a Pagar (Processados e Não Processados):



Apresenta-se no gráfico a seguir a evolução dos valores inscritos em Restos a Pagar (Processados e Não Processados):



Conforme se verifica no gráfico, há uma trajetória crescente no valor das inscrições em Restos a Pagar, o qual passou de R$ 111 bilhões em 2009 para R$ 221 bilhões em 2014, ou seja, crescimento em cerca de 99%.

2.5. DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA E PREVIDENCIÁRIA

2.5.1. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

A arrecadação da PGFN nos anos de 2013 e 2014 encontra-se detalhada nos quadros a seguir:

ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO SOB A ADMINISTRAÇÃO DA PGFN 2013 - 2014
EM R$ MILHÕES

Natureza dos Créditos	Exercício 2013					Exercício 2014				
	Não Parcelado		Parcelado		Parc. Especiais	Não Parcelado		Parcelado		Parc. Especiais
	Não Ajuizado	Ajuizado	Não Ajuizado	Ajuizado		Não Ajuizado	Ajuizado	Não Ajuizado	Ajuizado	
Não Tributários	128	464	91	153	-	226	404	110	148	-
Tributários	365	2.943	812	1.693	15.817	586	1.424	934	1.151	13.036
Previdenciários	191	548	135	161	-	137	705	137	151	-
TOTAL	**684**	**3.956**	**1.038**	**2.007**	**15.817**	**950**	**2.534**	**1.181**	**1.450**	**13.036**

Fonte: Dados Previdenciários – Sistema Informar; Dados Fazendários – DW.
Obs.: Justifica-se que os valores referentes ao exercício de 2013, apresentados neste quadro, diferem daqueles apresentados na PCPR de 2013 em razão de correção das informações após a identificação de equívoco ocorrido na obtenção dos dados e em sua compilação.

Natureza dos Créditos	VARIAÇÃO PERCENTUAL DA ARRECADAÇÃO 2013-2014		
	2013	2014	%
Não Tributários	836.262.145,45	888.499.819,39	6,25%
Tributários	21.629.662.000,30	17.131.565.930,34	-20,80%
Previdenciários	1.035.305.480,60	1.131.136.423,61	9,26%
Total	**23.501.229.626,35**	**19.151.202.173,34**	**-18,51%**

Da análise dos quadros supracitados verifica-se um decréscimo na arrecadação total anual, em relação ao ano de 2013, decréscimo também refletido de forma mais expressiva na arrecadação destinada aos créditos ajuizados, parcelados ou não.

Conforme melhor explicitado adiante, o ano de 2013 contou com uma arrecadação atípica, especialmente no mês de novembro, em razão dos benefícios previstos nos artigos 39 e 40 da lei 12.865/2013. Apenas a arrecadação proveniente desta legislação representou mais de nove bilhões de reais, destinados a inscrições exatamente com este perfil – ajuizadas.

Considerando que este valor representou 39% da arrecadação do ano de 2013 (arrecadação total em 2013: R$ 23.476.162.087,28; arrecadação proveniente dos artigos 39 e 40 da lei 12.865/2013: R$ 9.155.255.226,16.), a inexistência de arrecadação extraordinária desta monta justifica o decréscimo observado entre os exercícios, não só no montante global, quanto nos perfis de créditos ajuizados.

De maneira semelhante, apresenta-se a seguir o quadro comparativo geral do estoque DAU em 2013 e 2014, seguido de considerações sobre as variações ocorridas entre os referidos exercícios.

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO SOB A ADMINISTRAÇÃO DA PGFN 2013 - 2014
EM R$ MILHÕES

Natureza da Receita Principal	Exercício 2013				Exercício 2014			
	Não Parcelado		Parcelado		Não Parcelado		Parcelado	
	Não Ajuizado	Ajuizado	Não Ajuizado	Ajuizado	Não Ajuizado	Ajuizado	Não Ajuizado	Ajuizado
Não Tributário	7.171	75.356	633	3.710	9.276	80.754	522	2.511
Tributário	57.764	751.195	13.865	88.184	75.699	851.096	7.178	54.395
Previdenciário	10.494	218.807	43.769	0	10.330	269.059	28.319	0
TOTAL	**75.429**	**1.045.358**	**58.267**	**91.894**	**95.305**	**1.200.909**	**36.019**	**56.905**

Fonte: Dados Previdenciários – Sistema Informar; Dados Fazendários – DW.
Obs.: Justifica-se que os valores referentes ao exercício de 2013, apresentados neste quadro, diferem daqueles apresentados na PCPR de 2013 em razão de correção das informações após a identificação de equívoco ocorrido na obtenção dos dados e em sua compilação.

Natureza da Receita Principal	VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ESTOQUE 2013-2014		
	2013	2014	%
Não Tributários	86.869.646.205,33	93.063.167.758,75	7,13%
Tributários	911.008.741.549,74	988.367.181.009,20	8,49%
Previdenciários	273.070.190.397,72	307.707.286.316,34	12,68%
Total	**1.270.948.578.152,79**	**1.389.137.635.084,29**	**9,30%**

Inicialmente, a evolução do estoque entre os anos de 2013 e 2014 deve ser inserida em um contexto de alta da taxa básica Selic, verificada durante o ano de 2014. Isso porque o citado índice é responsável pela atualização dos valores inscritos em Dívida Ativa da União. Dessa forma, quanto maior a taxa Selic, maior será a tendência de evolução do estoque da DAU.

Nesse sentido, enquanto o ano de 2013 transcorreu com uma taxa Selic que variou de 7,25% a 10% ao ano, o ano de 2014 caminhou com uma variação de 10% a 11,75% ao ano. Como se vê, houve um substancial incremento do índice de reajuste dos débitos inscritos em Dívida Ativa, a justificar a evolução do estoque em 9,30% verificada entre os anos de 2013 e 2014.

Por outro prisma, é necessário esclarecer que a variação do estoque encontrada entre os anos de 2013 e 2014 encontra-se dentro da curva evolutiva verificada nos últimos cinco anos[1]. A ligeira alta em relação ao biênio anterior pode ser entendida, na esteira do quanto dito nos parágrafos anteriores, como reflexo da alta da taxa Selic.

Créditos Parcelados Administrados pela PGFN

Apresenta-se a seguir o quadro comparativo detalhado de arrecadação dos créditos parcelados administrados pela PGFN em 2013 e 2014.

1 Evolução do estoque nos últimos cinco anos:
- 2009/2010: 10,17%
- 2010/2011: 12,59%
- 2011/2012: 15,12%
- 2012/2013: 7,51%

ARRECADAÇÃO DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADOS PELA PGFN EM R$ 1,00

MODALIDADE	NATUREZA	ARRECADAÇÃO		VARIAÇÃO (B/A)%	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2013 (A)	2014 (B)		2013	2014
Convencional (Lei 8.212/91 e Lei nº 10.522/2002)	Previdenciária	25.338.355,26	36.415.049,50	43,72%	8,56%	12,62%
	Fazendária	2.748.293.390,45	2.342.630.046,82	-14,76%	14,80%	15,23%
	Total	2.773.631.745,71	2.379.045.096,32	-14,23%	14,71%	15,18%
REFIS (Lei nº 9.964/2000)	Previdenciária	2.339.573,77	882.557,16	-62,28%	0,79%	0,31%
	Fazendária	35.348.160,43	29.929.885,44	-15,33%	0,19%	0,19%
	Total	37.687.734,20	30.812.442,60	-18,24%	0,20%	0,20%
PAEX (MP 303/2006)	Previdenciária	21.806.326,97	20.694.923,00	-5,10%	7,37%	7,17%
	Fazendária	106.564.831,48	91.033.887,99	-14,57%	0,57%	0,59%
	Total	128.371.158,45	111.728.810,99	-12,96%	0,68%	0,71%
PAES (Lei nº 10.684/2003)	Previdenciária	58.070.507,68	47.678.075,79	-17,90%	19,61%	16,52%
	Fazendária	101.862.579,21	70.573.878,83	-30,72%	0,55%	0,46%
	Total	159.933.086,89	118.251.954,62	-26,06%	0,85%	0,75%
Timemania (Lei nº 11.345/2009)	Previdenciária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Fazendária	30.108.335,45	33.075.626,47	9,86%	0,16%	0,22%
	Total	30.108.335,45	33.075.626,47	9,86%	0,16%	0,21%
Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006 e 128/2008)	Previdenciária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Fazendária	29.256.900,11	25.765.650,72	-11,93%	0,16%	0,17%
	Total	29.256.900,11	25.765.650,72	-11,93%	0,16%	0,16%
Times de Futebol (Lei 8.641/93)	Previdenciária	47.753,16	48.385,04	1,32%	0,02%	0,02%
	Fazendária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Total	47.753,16	48.385,04	1,32%	0,00025%	0,00031%
Orgãos do Poder Público (Lei 9.639/2009 e Lei 11.196/2005)	Previdenciária	181.815.161,65	176.035.150,98	-3,18%	61,41%	61,01%
	Fazendária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Total	181.815.161,65	176.035.150,98	-3,18%	0,96%	1,12%

MODALIDADE	NATUREZA	ARRECADAÇÃO		VARIAÇÃO (B/A)%	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2013 (A)	2014 (B)		2013	2014
Lei nº 11.941/2009	Previdenciária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Fazendária	5.596.416.979,35	5.306.243.427,63	-5,18%	30,15%	34,50%
	Total	5.596.416.979,35	5.306.243.427,63	-5,18%	29,67%	33,87%
Reabertura da Lei 11.941	Previdenciária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Fazendária	749.326.162,67	1.995.966.430,72	166,37%	4,04%	12,98%
	Total	749.326.162,67	1.995.966.430,72	166,37%	3,97%	12,74%
Lei 12.865/2013	Previdenciária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Fazendária	9.155.255.226,13	929.168.657,54	-89,85%	49,31%	6,04%
	Total	9.155.255.226,13	929.168.657,54	-89,85%	48,54%	5,93%
Instituições de Ensino Superior (Lei 10.260/2001)	Previdenciária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Fazendária	79.663,90	4.618.935,99	5698,03%	0,00043%	0,03003%
	Total	79.663,90	4.618.935,99	5698,03%	0,00042%	0,02948%
Lei 12.996/2014	Previdenciária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Fazendária	0,00	4.549.252.753,28	-	-	29,58%
	Total	0,00	4.549.252.753,28	-	-	29,04%
MP 470/2009	Previdenciária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Fazendária	12.345.833,18	323.804,10	-97,38%	0,07%	0,0021%
	Total	12.345.833,18	323.804,10	-97,38%	0,07%	0,0021%
MP 449/2008	Previdenciária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Fazendária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Total	0,00	0,00	0,00%	-	-
Outros (Ant. Entrada na P.G.F.N. 489/497)	Previdenciária	6.647.434,51	6.782.249,38	2,03%	2,25%	2,35%
	Fazendária	0,00	0,00	0,00%	-	-
	Total	6.647.434,51	6.782.249,38	2,03%	0,03524%	0,04%
TOTAL	**Previdenciária**	**296.065.113,00**	**288.536.390,85**	**-2,54%**	**1,57%**	**1,84%**
	Fazendária	**18.564.858.062,36**	**15.378.582.985,53**	**-17,16%**	**98,43%**	**98,16%**
	Total	**18.860.923.175,36**	**15.667.119.376,38**	**-16,93%**	**100,00%**	**100,00%**

Fontes: Dados Previdenciários - Sistema DARDO da DataPrev; Dados Fazendários - Parcelamento convencional- SIDA / Parcelamentos Especiais - Receita Federal
Obs.: Justifica-se que os valores referentes ao exercício de 2013, apresentados neste quadro, diferem daqueles apresentados na PCPR de 2013 em razão de correção das informações após a identificação de equívoco ocorrido na obtenção dos dados e em sua compilação.

Primeiramente vale registrar que o histórico dos parcelamentos ocorridos em 2013 e em 2014 explicam em grande parte os picos de arrecadação e sua variação entre esses exercícios.

Em outubro de 2013, a Lei nº. 12.865/2013, além de permitir o pagamento à vista ou parcelamento com benefícios dos tributos PIS e Cofins de instituições financeiras e equiparadas, de pessoas jurídicas com débitos objeto de discussão judicial relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (art. 39, caput e §1º), IRPJ e CSLL decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2013 (art. 40), trouxe em seu art. 17 previsão de reabertura do prazo de adesão ao parcelamento especial previsto na Lei nº. 11.941/2009 até 31 de dezembro de 2013.

Após essa alteração legislativa de 2013, em maio de 2014 foi observada outra inovação legislativa correspondente à entrada em vigor do art. 93 da Lei n° 12.973/2014, que converteu em lei a Medida Provisória nº. 627 de novembro de 2013, com alteração na redação do art. 17 da Lei nº. 12.865/2013 para reabrir o prazo de adesão ao parcelamento da Lei nº. 11.941/2009 até 31 de julho de 2014.

Posteriormente, o art. 2º da Lei n° 12.996/14 reabriu o prazo previsto no § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941/2009, bem como o prazo previsto no § 18 do art. 65 da Lei nº. 12.249/2010, para adesão aos respectivos parcelamentos especiais até o último dia útil de agosto de 2014.

Na sequência, a Medida Provisória n° 651/2014 alterou a redação do referido art. 2º, para fazer constar o prazo de reabertura da adesão aos parcelamentos especiais mencionados. Posteriormente, a Lei nº. 13.043/2014, correspondente à conversão em lei da MP n° 651/2014, trouxe em seu artigo 34 dispositivo legal que reabriu o prazo para o pagamento à vista ou o parcelamento de débitos previsto no artigo 2º da Lei nº 12.996 até 01 de dezembro de 2014.

Em decorrência da reabertura do prazo de adesão do parcelamento

especial previsto na Lei nº. 11.941/2009 e dos parcelamentos especiais previstos nos artigos 39 e 40 da Lei nº. 12.865/2013, tivemos em novembro de 2013 um pico de arrecadação de pouco mais de nove bilhões de reais, decorrentes de pagamentos à vista com benefícios fiscais previstos nas mencionadas leis, representados por débitos de grande monta.

Dessa forma, por tratar-se de fato imprevisível e isolado, ele por si só explica a diferença decrescente de quase 90% na arrecadação verificada entre 2013 e 2014 nos dados constantes da tabela como arrecadação fazendária decorrente da Lei nº. 12.865/2013.

Outro dado explicado pelas reaberturas de prazo para adesão ao parcelamento especial previsto na Lei nº. 11.941/2009, tanto em virtude da Lei nº 12.865/2013, quanto pela Lei nº. 12.973/2014, refere-se àquele constante da tabela como arrecadação fazendária decorrente da reabertura da Lei nº. 11.941/2009, cujo acréscimo de 166% verificado na variação entre 2013 e 2014 se deu em virtude do tempo em que restou aberto o prazo para adesão ao referido parcelamento especial, vale dizer que tivemos apenas dois meses em 2013 (novembro e dezembro) contra diversos períodos de reabertura no decorrer do ano de 2014.

Com relação à arrecadação do parcelamento especial das Instituições de Ensino Superior (Lei nº 10.260/2001), a expressiva variação de 5698% entre 2013 e 2014 se justifica em razão do recolhimento em novembro de 2014 de montante superior a R$ 4,5 bilhões efetuado por uma única instituição, fato esse imprevisível e que provocou tamanha distorção na curva evolutiva normal da arrecadação desse parcelamento.

No que tange ao decréscimo de quase 100% na arrecadação relativa ao parcelamento especial previsto na MP 470/2009, vale esclarecer que o referido parcelamento tinha prazo de apenas 12 parcelas, de maneira que o que se verifica de arrecadação em 2013 e 2014 refere-se a situações residuais e que a tendência de arrecadação para essa modalidade de parcelamento é chegar a zero dentre em breve.

Para além das situações específicas mencionadas acima, merece destaque a influência dos grandes parcelamentos especiais novos sobre os parcelamentos antigos, como foi o caso das seguidas reaberturas de prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº. 11.941/2009.

Em situações como essas, há tendência de migração entre os parcelamentos antigos (REFIS, PAEX, PAES etc) para a nova modalidade de parcelamento, seja por tratar-se de modalidade mais benéfica ao contribuinte, seja por opção do contribuinte de concentrar o parcelamento de seus débitos numa única sistemática de parcelamento especial.

Dessa forma, entende-se como natural, quando da superveniência de novos parcelamentos especiais, um decréscimo na arrecadação dos parcelamentos antigos em decorrência da mencionada migração para a nova modalidade.

A seguir apresenta-se o quadro comparativo detalhado do estoque dos créditos parcelados administrados pela PGFN em 2013 e 2014, com as considerações sobre as variações ocorridas entre os referidos exercícios.

ESTOQUE DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADOS PELA PGFN
R$ 1,00

MODALIDADE	NATUREZA	ESTOQUE		VARIAÇÃO (B/A)%	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2013 (A)	2014 (B)		2013	2014
Convencional (Lei 8.212/91 e Lei nº 10.522/2002)	Previdenciária	133.170.629,59	3.685.733.739,02	2667,68%	0,30%	13,02%
	Fazendária	8.162.318.903,64	4.651.596.031,99	-43,01%	7,67%	7,20%
	Total	8.295.489.533,23	8.337.329.771,01	0,50%	5,52%	8,97%
REFIS (Lei nº 9.964/2000)	Previdenciária	2.065.626.409,30	2.031.475.761,06	-1,65%	4,72%	7,17%
	Fazendária	4.294.092.418,13	2.938.488.405,48	-31,57%	4,04%	4,55%
	Total	6.359.718.827,43	4.969.964.166,54	-21,85%	4,24%	5,35%
PAEX (MP 303/2006)	Previdenciária	66.401.502,04	43.375.090,14	-34,68%	0,15%	0,15%
	Fazendária	840.479.350,97	664.298.402,50	-20,96%	0,79%	1,03%
	Total	906.880.853,01	707.673.492,64	-21,97%	0,60%	0,76%
PAES (Lei nº 10.684/2003	Previdenciária	632.498.131,33	464.113.410,00	-26,62%	1,45%	1,64%
	Fazendária	1.711.755.251,18	1.255.966.482,77	-26,63%	1,61%	1,94%
	Total	2.344.253.382,51	1.720.079.892,77	-26,63%	1,56%	1,85%
Timemania (Lei nº 11.345/2009)	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	568.939.328,55	598.534.281,10	5,20%	0,53%	0,93%
	Total	568.939.328,55	598.534.281,10	5,20%	0,38%	0,64%
Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006 e 128/2008)	Previdenciária	7.376.383,16	4.418.417,19	-40,10%	0,02%	0,02%
	Fazendária	315.364.434,37	143.885.092,07	-54,37%	0,30%	0,22%
	Total	322.740.817,53	148.303.509,26	-54,05%	0,21%	0,16%

MODALIDADE	NATUREZA	ESTOQUE		VARIAÇÃO (B/A)%	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2013 (A)	2014 (B)		2013	2014
Times de Futebol (Lei 8.641/93)	Previdenciária	9.394.956,15	9.603.305,57	2,22%	0,02%	0,03%
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	9.394.956,15	9.603.305,57	2,22%	0,01%	0,01%
Orgãos do Poder Público (Lei 9.639/2009 e Lei 11.196/2005)	Previdenciária	1.344.104.597,98	1.049.034.699,01	-21,95%	3,07%	3,70%
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	1.344.104.597,98	1.049.034.699,01	-21,95%	0,90%	1,13%
Lei nº 11.941/2009	Previdenciária	38.831.083.796,18	20.421.608.078,28	-47,41%	88,72%	72,11%
	Fazendária	87.229.663.893,25	50.867.027.965,56	-41,69%	81,99%	78,74%
	Total	126.060.747.689,43	71.288.636.043,84	-43,45%	83,95%	76,72%
MP 449/2008	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-
Parc. Previdênciários não consolidados (Lei 11.960/2009)	Previdenciária	670.394.261,98	609.326.138,27	-9,11%	1,53%	2,15%
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	670.394.261,98	609.326.138,27	-9,11%	0,45%	0,66%
Instituições de Ensino Superior (Lei 10.260/2001)	Previdenciária	8.832.713,43	0,00	-100,00%	0,02%	0,00%
	Fazendária	176.831.031,27	431.240.440,53	143,87%	0,17%	0,67%
	Total	185.663.744,70	431.240.440,53	132,27%	0,12%	0,46%
Outros (MP 470, MP 574 e não classificados)	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	3.092.499.487,55	3.054.168.992,34	-1,24%	2,91%	4,73%
	Total	3.092.499.487,55	3.054.168.992,34	-1,24%	2,06%	3,29%
TOTAL	**Previdenciária**	**43.768.883.381,14**	**28.318.688.638,54**	**-35,30%**	**29,15%**	**30,48%**
	Fazendária	**106.391.944.098,91**	**64.605.206.094,34**	**-39,28%**	**70,85%**	**69,52%**
	Total	**150.160.827.480,05**	**92.923.894.732,88**	**-38,12%**	**100,00%**	**100,00%**

Fonte: Dados Previdenciários – Sistema Informar; Dados Fazendários - DW
Obs.: Justifica-se que os valores referentes ao exercício de 2013, apresentados neste quadro, diferem daqueles apresentados na PCPR de 2013 em razão de correção das informações após a identificação de equívoco ocorrido na obtenção dos dados e em sua compilação.

Cabe ressaltar que os novos grandes parcelamentos especiais tendem a receber migração de débitos anteriormente incluídos em parcelamentos antigos por opção do contribuinte em ver seus débitos centralizados na nova modalidade de parcelamento. Tal migração produz impactos sobre o estoque desses parcelamentos, com consequente redução do estoque dos parcelamentos antigos.

É o que se verifica, por exemplo, na evolução do estoque dos parcelamentos especiais REFIS, PAEX e PAES no período de 2013 e 2014.

A respeito do histórico de parcelamentos abertos entre 2013 e 2014, cabe esclarecer a redução do estoque de débitos parcelados inclusos na sistemática da Lei nº. 11.941/2009.

Tal redução se deve principalmente em razão dos pagamentos à vista decorrentes das diversas reaberturas de prazo de adesão da referida modalidade de parcelamento, de maneira que se tratam de situação imprevisível e que foge à governabilidade da PGFN.

Ademais, com relação ao parcelamento especial previsto na Lei nº. 11.941/2009, em 2014 houve a entrada em produção de ferramenta informatizada que permitiu a rescisão dos parcelamentos em situações de inadimplência e consequente exclusão dos respectivos débitos da sistemática de parcelamento da Lei nº 11.941/2009, de maneira que essa situação também explica a redução do estoque de débitos parcelados pela Lei nº 11.941/2009 na comparação entre 2013 e 2014.

No que se refere ao estoque de débitos previdenciários incluídos no parcelamento convencional, pode-se informar que o acréscimo expressivo de 2667% no estoque entre 2013 e 2014 se deu em virtude da implantação da ferramenta informatizada denominada PARCWEB, que entrou em produção em novembro de 2013 e permitiu a automatização do controle dos referidos parcelamentos, o que antes era feito de forma manual.

Assim, os dados constantes da tabela refletem informações de novembro e dezembro de 2013, por isso o valor comparativo pequeno em relação ao ano de 2014, no qual tem-se os dados do ano todo.

Outro ponto a se destacar refere-se aos dados de estoque dos débitos previdenciários incluídos no parcelamento especial das Instituições de Ensino Superior (Lei nº. 10.260/2001), cujos dados de 2014 estão indisponíveis, razão pela qual constam valores zerados na tabela.

Medidas Adotadas para Melhoria na Sistemática de Recuperação de Créditos Administrados pela PGFN

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional instituiu em junho de 2013 o Segundo Ciclo do Plano Estratégico referente ao período de 2013 a 2016.

No referido plano estratégico, a Coordenação-Geral de Dívida Ativa (CDA) ficou encarregada da iniciativa estratégica de número 13, denominada "Programa de Aprimoramento dos Procedimentos de Cobrança e Recuperação da Dívida Ativa", cujo objetivo proposto é o aumento da efetividade da arrecadação.

Na busca desse objetivo, a CDA iniciou estudos e desenvolveu dez ações, consideradas fundamentais para o alcance da iniciativa estratégica proposta. Para melhor compreensão, segue abaixo quadro que detalha as ações desta Coordenação, as entregas esperadas e a situação atual de cada uma delas:

Ação	Descrição da Ação	Entregas	Situação atual
Disseminação de dados gerenciais para administração da dívida ativa	Essa ação almeja aprimorar e expandir as ferramentas gerenciais disponibilizadas para a gestão da Dívida Ativa	• Instituir rotinas de gerenciamento periódico dos créditos inscritos em DAU • Implantar relatórios gerenciais da Dívida Ativa • Implantar Relatórios gerenciais para o protesto extrajudicial • Implementar o DW do FGTS. • Instituir rotinas de gerenciamento periódico dos parcelamentos • Dar tratamento analítico aos relatórios gerenciais do FGTS • Inserir parâmetros do protesto extrajudicial no DW • Instituir o DW do SICAR • Implantar relatórios gerencias para parcelamentos • Patrocinar a implantação do Projeto de Metas nas unidades	Concluído em 2013 Concluído em 2013 Concluído em 2013 Concluído em 2014 Concluído em 2014 Concluído em 2014 Em andamento Em andamento Concluído 2014 Em andamento
Redução das atividades manuais da dívida ativa	Essa ação visa automatizar rotinas antes desempenhadas de forma manual pelos usuários internos	• Automatizar o processo de inscrição de Débitos advindos do MTE. • Implementar o REDARF automático. • Estabelecer rotina para disponibilizar ao contribuinte relação de pagamentos não identificados. Acesso via e-CAC	Concluído em 2013 Concluído em 2014 Concluído em 2013
Modernização dos sistemas de administração da dívida ativa.	Essa ação busca aprimorar as rotinas dos sistemas que controlam a Dívida Ativa da União, com foco em segurança, eficiência e qualidade da informação	• Concluir a migração do Sistema DÍVIDA • Implementar o parcelamento automático pela internet • Instituir rotina automática de vinculação de DJE • Implementar o e-CAC MPF • Implementar a 1ª fase do módulo de Diligências • Revisar as críticas de pré-inscrição do DÍVIDA • Implementar os módulos do SISPAR • Desenvolver sistema para celebração e gerenciamento de convênios do Simples Nacional • Tratar as sucessoras no sistema SIDA • Implementar o controle de garantias administrativas no SAJ • Depurar as fases do sistema DÍVIDA • Implementar o módulo de Devedores • Participar do desenvolvimento dos módulos necessários ao funcionamento do SIC	Concluído em 2013 Em andamento Em andamento Concluído em 2014 Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento
Normatização das atividades de envio de créditos para a PGFN, inscrição e administração da dívida ativa	Essa ação tem o objetivo de regulamentar o envio de créditos públicos pelos Órgãos de Origem para inscrição em Dívida Ativa	• Elaborar Portaria Conjunta PGFN/SPU • Elaborar Portaria Conjunta PGFN/MTE. • Normatizar o Pedido de Revisão com a RFB	Concluído 2014 Em andamento Em andamento
Melhorias na disponibilização das informações e dos serviços da dívida ativa	Essa ação visa obter segurança jurídica nas informações que compõem a Dívida Ativa	• Integrar as Bases CPF/CNPJ com o SIDA • Realizar a conciliação contábil	Concluído em 2014 Em andamento
Aprimoramento da cobrança indireta	Essa ação almeja desenvolver formas de recuperar o crédito público sem a judicialização da lide	• Implementação do Protesto Extrajudicial • Aprimorar a lista de devedores da PGFN. • Implementar a lista de devedores do FGTS • Protestar os débitos do FGTS. • Classificação de Créditos	Concluído em 2013 Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento

Ação	Descrição da Ação	Entregas	Situação atual
Definição e uniformização dos conceitos estruturantes da DAU	Essa ação pretende uniformizar entendimentos e conceitos basilares para a Dívida Ativa da União	• Manual com lições preliminares da dívida. • Concluir a análise dos atributos dos principais créditos inscritos em Dívida Ativa da União • Elaborar proposta legislativa para unificação de determinados conceitos na Dívida Ativa não-tributária • Elaborar Manual do parcelamento de arrematação • Elaborar manual para análise da prescrição	Concluído em 2013 Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento
Aprimoramento dos Parcelamentos da DAU	Essa ação pretende aprimorar a sistemática de parcelamentos da DAU.	• Participar do desenvolvimento do PARCWEB • Aprimorar a Normatização do Parcelamento da Arrematação.	Concluído em 2013 Concluído em 2014
Aprimoramento das Garantias	Essa ação pretende viabilizar novas formas de garantia do crédito público	• Propor e normatizar o seguro-garantia	Concluído em 2014
Aprimoramento da cobrança judicial	Essa ação busca adaptar os procedimentos de cobrança judicial ao atual contexto jurídico e econômico	• Alterar dos limites mínimos para ajuizamento dos créditos do FGTS. • Estabelecer rotinas para assegurar a preferência dos créditos do FGTS • Elaborar rotina para reconhecimento dos casos de sucesso na recuperação do FGTS	Concluído em 2014 Em andamento Em andamento

2.5.2. Procuradoria-Geral Federal – PGF

Dívida Ativa de Autarquias e Fundações Públicas Federais

Nos termos do art. 10 da Lei nº 10.480/2002 e do art. 22 da Lei nº 11.457/2007, compete à Procuradoria-Geral Federal (PGF) apurar a liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades de autarquias e fundações públicas federais, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

VALORES EM R$

ORGÃO	AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES		2013				2014			
			PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
			AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
UFAL	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
		ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
UFFS	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
		ESTOQUE	-	-	-	59.307,23	-	-	39.607,55	-
IBRAM	TOTAL	ARRECADAÇÃO					-	-	-	-
		ESTOQUE					-	-	-	-
IFBA	TOTAL	ARRECADAÇÃO					-	-	-	-
		ESTOQUE					-	-	-	-
ANA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	159.121,38	570.293,18	934.380,88	56.429.115,03	-	17.873,67	-	789.923,66
		ESTOQUE	-	-	-	-	-	-		-
DNOCS	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	98.768,12	223.293,69	1.453.548,27	-				
UFRGS	TOTAL	ARRECADAÇÃO	118.903,91	8.320,30	706,49	-	213.015,41	-	-	2.536,77
		ESTOQUE	-	-	3.535.325,01	217.683,28	-	-	4.010.932,52	306.682,55
EMBRATUR	TOTAL	ARRECADAÇÃO	2.783,78	-	-	-	-	-	-	-
		ESTOQUE	-	-	104.168,58	20.840,83	-	-	-	312.964,51
ANCINE	TOTAL	ARRECADAÇÃO	2.158,54	351.552,53	-	41.695,46	4.850,80	267.759,79	25.989,87	82.731,22
		ESTOQUE	-	1.015.303,03	8.607.423,02	4.907.539,04	43.563,10	724.798,15	9.808.781,93	4.253.662,11
FCRB	TOTAL	ARRECADAÇÃO					-	-	-	-
		ESTOQUE					-	-		-
IFPE	TOTAL	ARRECADAÇÃO					-	-	-	-
		ESTOQUE					519.532,84			
IFC	TOTAL	ARRECADAÇÃO					-	-	47.277,99	-
		ESTOQUE					-	-		303.533,38
FUNASA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	141.462,14	1.658.163,89	114.115,38	32.350,15	384.809,27	1.469.312,99	134.240,09	127.540,67
		ESTOQUE	180.530,86	1.031.579,09	6.281.283,88	4.716.637,63	86.540,88	39.397,89	238.963.739,39	8.347.958,14
CNPq	TOTAL	ARRECADAÇÃO	114.973,60		145.085,26		189.667,80	4.440,27	494.101,24	31.783,64
		ESTOQUE	274.069,15		6.003.278,60	7.034.215,52	665.639,26	33.100,50	557.408,47	5.404.430,78

ORGÃO	AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES		2013				2014			
			PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
			AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
IBAMA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	1.601.123,70	935.966,53	1.490.599,79	2.813.408,50	15.362.336,17	5.131.030,97	15.799.443,87	3.882.467,97
		ESTOQUE	3.508.403,38	2.888.976,66	310.617.381,66	166.502.835,56	3.244.036.319,83	922.240.101,77	43.349.508,16	11.121.111,74
FNDE	TOTAL	ARRECADAÇÃO	461.831,39	1.305.252,99	276.526,20	-				
		ESTOQUE	168.162.389,51	-	168.162.389,51	-				
ANAC	TOTAL	ARRECADAÇÃO	1.592.359,09	-	1.271.616,56	228.332,12	2.813.857,04	-	421.492,24	298.773,29
		ESTOQUE	5.455.683,69	3.195.845,03	25.896.757,02	4.181.759,33	4.614.858,00	3.190.858,28	29.743.195,20	5.233.425,82
DNPM	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	7.772.106,59	-	3.894.411,47	481.834,87	4.075.435,34	359.381,47	7.400.248,32
		ESTOQUE	-	13.114.600,46	-	435.509.708,23	5.937.227,41	39.806.213,12	45.305.169,32	414.913.981,60
PREVIC	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	185.386,00				
		ESTOQUE	-	-	-	4.611.607,59				
SUFRAMA	TOTAL	ARRECADAÇÃO					200.762,89	-	10.058,03	-
		ESTOQUE					71.206,27	-	19.308.515,55	811.063,16
ICMBio	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-	-	-				
ANEEL	TOTAL	ARRECADAÇÃO		48.073.329,71		2.792.439.073,52	-	-		2.959.651.495,78
		ESTOQUE	35.202,58	5.030.773,57	5.127.775,26	6.121.642,42	-	94.939.591,83	1.801.866,87	1.572.590.569,83
SUSEP	TOTAL	ARRECADAÇÃO								
		ESTOQUE								
ANS	TOTAL	ARRECADAÇÃO	6.714.948,10		27.089.389,91		12.657.083,62		80.758.965,96	
		ESTOQUE	151.657.953,10		1.059.623.296,55		259.290.981,53		1.609.255.237,97	
CEFET - MG	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
		ESTOQUE	-	-	-	-	-	-		-
ANP	TOTAL	ARRECADAÇÃO					136.080.000,00	-	-	-
		ESTOQUE					43.120.000,00	-		-
ANATEL	TOTAL	ARRECADAÇÃO	1.701.389,31	1.615.370,02	131.680,56	3.547.253,79	1.969.403,80	1.967.414,16	113.454,52	3.648.791,62
		ESTOQUE	5.057.231,48	4.095.886,26	2.738.684.928,90	219.604.684,88	2.317.586,95	2.695.884,48	2.985.438.396,37	437.115.595,26
ANVISA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	183.454,37	52.671,92	155.527,31	291.280,13				
		ESTOQUE	19.680,58	216.610,49	50.024.782,65	5.289.701,50				
ANTAQ	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	585.857,09	-	1.014.356,64	10.042.182,00	-	-	-
		ESTOQUE	-	1.215,65	500,00	5.597.439,29			87.164,14	1.846.370,55
CVM	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	158.229,53	6.202,52	37.659,24	1.518,77	117.188,44	69.523,44
		ESTOQUE	709.643,93	67.394,42	11.623.446,46	51.396.428,79	206.859,48	62.517,15	299.212.979,27	32.591.838,88
IFNMG	TOTAL	ARRECADAÇÃO								
		ESTOQUE								
INMETRO RS	TOTAL	ARRECADAÇÃO					180.903,06	180.090,35	31.197.392,72	23.506.429,04
		ESTOQUE					4.131.346,78	2.076.577,19	385.752.538,65	74.222.869,60
IFPE	TOTAL	ARRECADAÇÃO					-	-	-	-
		ESTOQUE					-	-	-	-

ORGÃO	AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES		2013				2014			
			PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
			AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
IPEA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
		ESTOQUE	-	-	1.515.166,50	-	-	-	1.628.295,76	-
IFBA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
		ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
UFC	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-	-	2.812.368,00				
ANTT	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	2.037.884,81	1.194.560,77	-				
		ESTOQUE	498.905,50	6.535.353,98	16.324.984,51	25.931.480,03				
UFSCar	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-	-	-				
UFES	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	1.161.476,88	56.064,49				
		ESTOQUE	-	-	-	-				
IBGE	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	124.745,64	-	264.620,33				
		ESTOQUE	-	31.726,58	-	1.911.835,64				
CADE	TOTAL	ARRECADAÇÃO	2.483.347,00	12.231.705,26	2.703.674,26	18.464.447,87	2.987.816,77	111.186.422,48	1.098.035,65	54.410.118,48
		ESTOQUE	752.604,33	5.377.558,76	43.121.853,68	45.682.044,22	882.740,25	86.493.637,87	65.880.403,66	1.170.010,06
UFSM	TOTAL	ARRECADAÇÃO					377.013,87	-	-	-
		ESTOQUE					213.945,78	-	483.301,20	13.610,88
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	TOTAL	ARRECADAÇÃO					-	-	-	-
		ESTOQUE					-	-		-
INSS	TOTAL	ARRECADAÇÃO					-	-		-
		ESTOQUE					-	2.367.128,42	5.090.932.147,08	469.205.729,02
SUDENE	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
		ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
INEP	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
		ESTOQUE	-	-	89.604.292,84	-	-	-	99.375.212,42	-
TOTAL GERAL	**ARRECADAÇÃO**		**15.277.856,31**	**77.323.220,46**	**36.827.569,78**	**2.879.707.998,02**	**183.983.196,61**	**124.301.298,79**	**130.577.022,09**	**3.053.902.363,90**
	ESTOQUE		**336.411.066,21**	**42.826.117,67**	**4.546.312.582,90**	**992.109.759,01**	**3.566.138.348,36**	**1.154.669.806,65**	**10.930.934.401,48**	**3.039.765.407,87**

Legenda: Unidades que não responderam.

Ações Propostas e Expectativa de Ressarcimento

As atividades desempenhadas pela PGF, na área de cobrança e recuperação de créditos, podem ser demonstradas de forma resumida por meio do quadro abaixo (atualizados até novembro/2014):

	AÇÕES	VALORES
EXECUÇÕES FISCAIS 2013	34348	R$ 2.114.913.450,11
EXECUÇÕES FISCAIS 2014	32144	R$ 2.185.909.603,02
EXECUÇÕES FISCAIS – TCU	2168	R$ 1.212.731.744,93
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1876	R$ 1.402.977.619,51
INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA – TCU 2010 a 2014	627	R$ 842.417.748,06
PARCELAMENTOS PORTARIA - Nº 419 (Pt 954 E 915)	25625	R$ 511.783.676,56
PARCELAMENTOS - Lei nº 12.249/2010	4271	R$ 114.656.477,83
AÇÕES REGRESSIVAS ACIDENTÁRIAS	3671	R$ 206.770.734,99
AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – INSS	5778	R$ 334.793.758,18
AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – OUTRAS	269	R$ 41.160.928,52
INSCRIÇÕES DIVIDA ATIVA – TCE	264	R$ 6.840.539,95
EXECUÇÕES FISCAIS – TCE	251	R$ 31.820.196,82

Fonte: Os dados foram extraídos de informações fornecidas pelos Órgãos de Execução da PGF em todo o país, por meio do preenchimento de planilhas mensais padronizadas instituídas pelo Memorando-Circular/AGU/PGF/CGCOB nº 020/2011.

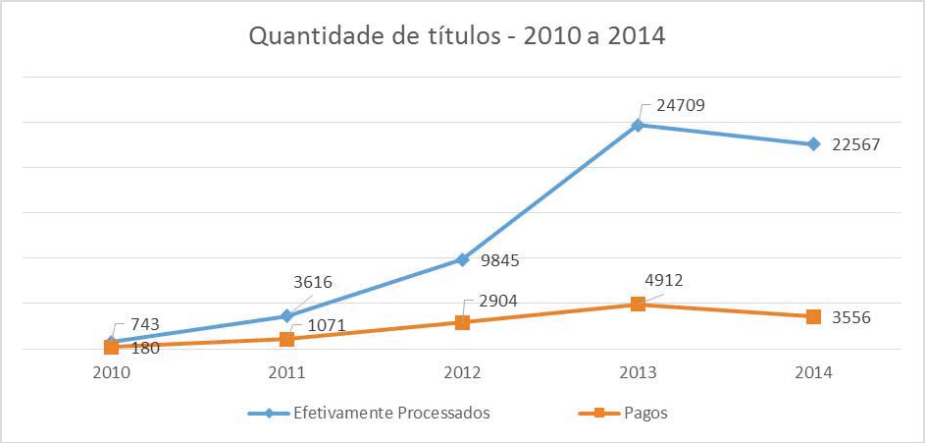
Protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDAs)

O protesto de certidões de dívida ativa (CDAs) consiste em, antes de ingressar com a execução fiscal, a procuradoria responsável pela análise e inscrição em dívida ativa encaminhar para protesto extrajudicial por falta de pagamento, no domicílio do devedor, as certidões de dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. O referido procedimento encontra-se previsto na Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, alterada pela Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, para constar expressamente a possibilidade de protesto de CDAs.

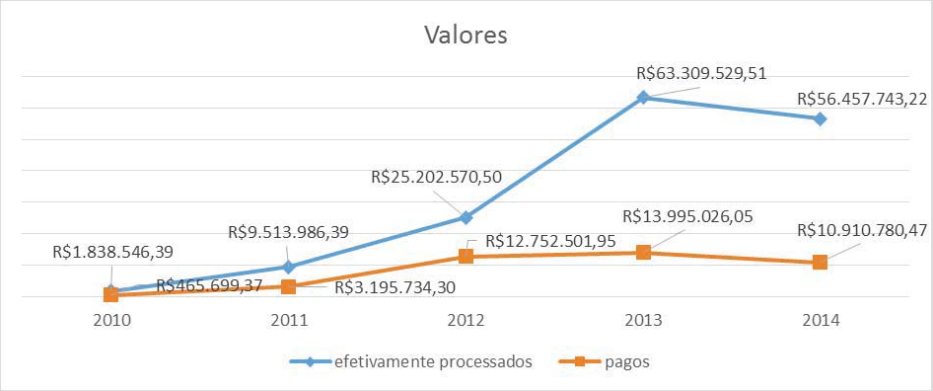
Cabe esclarecer que a PGF só realiza o protesto de CDAs junto aos tabelionatos que dispensam o pagamento de despesas por parte da entidade protestante. Dessa forma, o projeto do protesto é desenvolvido sem que haja qualquer custo adicional aos cofres públicos.

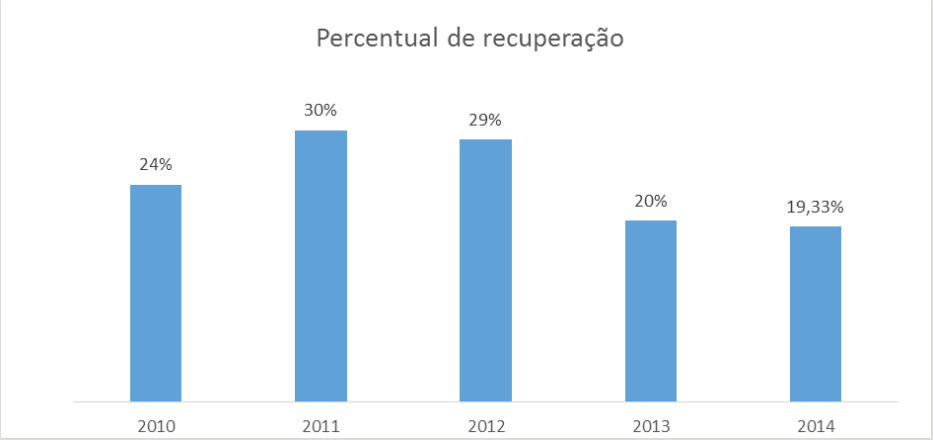
Em relação aos resultados obtidos, constata-se o sucesso da medida, sobretudo quando comparada com o meio tradicional de cobrança dos créditos públicos, que é a execução fiscal.

Nesse sentido, seguem os dados de 2010 a 2014:



Fonte: Os dados são extraídos de informações fornecidas pelos Órgãos de Execução da PGF em todo o País, por meio do preenchimento de planilhas mensais padronizadas instituídas pelo Memorando-Circular/AGU/PGF/CGCOB nº 020/2011. Em relação aos Estados do Amazonas, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal, as informações são obtidas em sítios eletrônicos próprios: https://craam.crabr.com.br/craam/site/admin.php; https://cradf.crabr.com.br/cradf/site/admin.php; https://craes.crabr.com.br/craes/site/admin.php; https://cramg.crabr.com.br/cramg/site/admin.php; https://crarj.crabr.com.br/crarj/site/admin.php; https://crasc.crabr.com.br/crasc/site/admin.php.





Comparando esse percentual aos índices apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplica (Ipea) no estudo sobre o custo unitário do processo de execução fiscal, em que se conclui que um processo de execução fiscal dura, em média, 08 anos e 02 meses para ser concluído, além de ter um custo de aproximadamente R$ 4.400,00 cada um, revela-se a opção pela via extrajudicial acertada, tendo em vista ser menos onerosa para os cofres públicos, fortalecendo o princípio da desjudicialização dos processos quando se tem outros meios mais eficazes para a recuperação dos créditos.

Em 2014, avançou-se ainda mais nesse tema, tendo sido editada a Lei nº 7.795, de 3 de janeiro de 2014, do Estado de Sergipe, permitindo a utilização do protesto pelo Poder Público sem o pagamento prévio dos emolumentos. Progrediu-se também no Estado do Pará, onde se firmou um convênio com o Tribunal de Justiça para dispensa dos emolumentos, o que é um pré-requisito para início do protesto de CDA's naquele Estado. Ademais, após intensos trabalhos de convencimento junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, foi editado o Provimento n.º 019/2014 da Corregedoria-Geral da Justiça daquele Estado, alterando a Consolidação Normativa Notarial e Registral para regulamentar o protesto das Certidões de Dívidas Ativas da União, Estados, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações públicas. Assim, a Procuradoria-Regional Federal da 4ª Região, última unidade sede de Regional que ainda não tinha os seus créditos protestados, passou a protestar as CDA´s em dezembro de 2014.

Assim sendo, com tais resultados, justifica-se a priorização na utilização dos meios alternativos de cobrança visando a recuperação dos créditos das autarquias e fundações públicas federais representadas pela PGF, tais como o protesto.

Implantação de Núcleos de Conciliação nas Unidades da PGF

A Procuradoria-Geral Federal (PGF) vem desenvolvendo projetos que têm por escopo incrementar e sistematizar a arrecadação de valores devidos às autarquias e fundações públicas federais, podendo-se destacar a iniciativa de se instaurar um procedimento de conciliação prévia. Afinal, observa-se que a adoção de medidas cooperativas para a recuperação de créditos das autarquias e fundações públicas federais antes da propositura da ação de execução fiscal, tem-se mostrado um caminho bastante eficiente no que se refere à relação custo-benefício, evitando o dispêndio desnecessário com a movimentação do aparato judicial.

Considera-se procedimento de conciliação prévia a notificação do devedor, antes do ajuizamento da execução fiscal, para que este efetue a liquidação dos valores devidos por meio de parcelamento ou pagamento à vista, sem que haja a possibilidade de renúncia total ou parcial ao crédito das autarquias e fundações públicas federais.

A vantagem para o devedor ao aderir a essa conciliação é a não incidência dos encargos legais nas hipóteses em que há o pagamento à vista antes da inscrição em dívida ativa, ou a sua incidência no percentual de 10% (dez por cento), na situação em que o crédito é inscrito em dívida ativa.

Nesse ponto, cabe esclarecer que os encargos legais incidem no percentual de 20% (vinte por cento) quando há o ajuizamento da execução fiscal.

O procedimento de conciliação prévia e a incidência dos respectivos descontos sobre o valor do débito, possui respaldo na Lei nº 10.480/2002, arts. 10 e 11, § 2º, VIII; no Decreto-Lei nº 1.569/1977, art. 3º; Lei nº 10.522/2002, arts. 37-A e 37-B.

Tal procedimento, assim, tem o objetivo de diminuir o número de execuções fiscais a serem ajuizadas e, consequentemente, a tramitação de ações dessa natureza, além de conferir maior efetividade na recuperação dos créditos de titularidade das autarquias e fundações públicas federais.

No ano de 2014, além da unidade da PGF em São José do Rio Preto/SP, passaram a utilizar desse procedimento as seguintes unidades da PGF em: Franca/SP, Londrina/PR, Rio de Janeiro/RJ, Araraquara/SP, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Chapecó/SC e Piracicaba/SP.

Para demonstrar a eficácia desse procedimento de conciliação prévia, registre-se que ocorreu o pagamento de quase R$ 600 mil apenas no município de São José do Rio Preto/SP nos primeiros sete meses do ano de 2014.

Ampliação do Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD)

Por meio da Portaria AGU nº 204, de 24/05/2012, foi criado o Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD), ao qual se atribuiu competência para monitorar a cobrança administrativa e judicial relativa aos grandes devedores das autarquias e fundações públicas federais.

Em 2014, os créditos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene foram incluídos no monitoramento do GCGD.
O GCGD vem apresentando resultados extremamente favoráveis no acompanhamento dos processos envolvendo os grandes devedores das entidades incluídas no projeto, sendo que, desde sua criação, já foram identificados R$ 2.933.165.873,61 em depósitos judiciais efetuados, assim discriminados:

Representação do GCGD	Entidade	Depósitos Judiciais
1ª Região	IBAMA	R$ 1.628.333,18
1ª Região	ANEEL	R$ 110.355.992,94
1ª Região	DNPM	R$ 8.206.444,50
2ª Região	IBAMA	R$ 20.101.497,80
2ª Região	ANATEL	R$ 2.441.831.693,72
2ª Região	ANP	R$ 161.268.834,90
2ª Região	ANEEL	R$ 36.146.026,20
3ª Região	ANATEL	R$ 9.116.742,68
3ª Região	IBAMA	R$ 23.706.704,57
3ª Região	DNPM	R$ 28.882,07
3ª Região	ANEEL	R$ 7.611.093,95
4ª Região	ANATEL	R$ 834.404,73
4ª Região	ANEEL	R$ 50.728.205,82
4ª Região	IBAMA	R$ 31.564.503,74
5ª Região	ANATEL	R$ 400.320,02
5ª Região	ANEEL	R$ 27.217.483,72
5ª Região	ANP	R$ 1.752.918,07
5ª Região	SUDENE	R$ 665.791,00
	TOTAL	**R$ 2.933.165.873,61**

Atualmente constam da lista de grandes devedores 375 pessoas físicas e jurídicas, assim distribuídas por entidade e Região:

REGIÃO	ENTIDADE	Total
1ª	ANATEL	5
	ANEEL	10
	DNPM	15
	IBAMA	24
Total		54
2ª	ANATEL	60
	ANEEL	2
	DNPM	5
	IBAMA	14
	ANP	21
Total		81
3ª	ANATEL	51
	ANEEL	8
	DNPM	37
	IBAMA	26
	ANP	1
Total		123
4ª	ANATEL	7
	ANEEL	7
	DNPM	8
	IBAMA	29
Total		51
5ª	ANATEL	4
	ANEEL	7
	DNPM	21
	IBAMA	31
	ANP	2
	SUDENE	1
Total		66
TOTAL GERAL		**375**

São 1646 os processos judiciais acompanhados pelo GCGD, conforme abaixo discriminado:

Representação do GCGD	Total
1ª Região	144
2ª Região	946
3ª Região	167
4ª Região	265
5ª Região	124
TOTAL	**1646**

Finalização do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Projeto de Defesa da Probidade, Ressarcimento ao Erário e Combate à Corrupção

Por meio da Portaria PGF 474, de 30 de julho de 2013, foi constituído o Grupo de Trabalho (GT) para desenvolvimento do projeto de defesa da probidade, ressarcimento ao erário e combate à corrupção. Os temas objetos de estudo do GT foram previstos no artigo 2º da Portaria PGF 474/2013:

- Propor o aperfeiçoamento de rotinas e procedimentos para intercâmbio de informações relacionadas ao combate à corrupção, à defesa da probidade e ao ressarcimento ao erário e adoção das medidas administrativas e judiciais pertinentes;
- Propor o aperfeiçoamento de rotinas e procedimentos para defesa da probidade e ressarcimento ao erário em decorrência de condenação de Procuradores Federais em processos administrativos disciplinares;
- Elaborar modelos de petições iniciais de ações de improbidade administrativa, de ações ordinárias de ressarcimento ao erário e de outras peças processuais relevantes para a atuação na defesa da probidade, combate à corrupção e ressarcimento ao erário;
- Realizar estudos sobre a atual sistemática de autorização para ajuizamento de ações civis públicas e ações de improbidade administrativa ou ingresso nas ações já ajuizadas;
- Propor a criação de rotinas para monitoramento dos procedimentos criminais que envolvam desvio, malversação de recursos ou qualquer outro prejuízo às autarquias e fundações públicas federais e para imediata atuação das unidades da PGF a partir dos elementos probatórios contidos nesses procedimentos;
- Propor o estabelecimento de rotinas e procedimentos para atuação integrada das unidades da PGF nas esferas criminal e cível;
- Propor o estabelecimento de rotinas de consultas a sistemas informatizados e banco de dados que possam subsidiar a defesa da probidade, o combate à corrupção e as ações de ressarcimento ao erário;
- Propor o aperfeiçoamento de procedimentos de controle e consolidação de informações quanto aos resultados obtidos na atuação das unidades da PGF na defesa da probidade, combate à corrupção e ressarcimento ao erário.

Em razão dos trabalhos do referido GT, foram editadas os seguintes atos normativos:

- 1) Portaria PGF nº 997/2014, que regulamenta os procedimentos relativos à análise para inscrição em dívida e cobrança de créditos das autarquias e fundações públicas federais decorrentes de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), e dá outras providências;
- 2) Portaria PGF nº 998/2014, que dispõe sobre procedimentos para defesa da probidade e ressarcimento ao erário no âmbito das autarquias e fundações públicas federais; 3) Portaria PGF nº 999/2014 , que altera a Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007.

A criação do GT viabilizou o mapeamento dos assuntos mais relevantes na recuperação de créditos, defesa da probidade e combate à corrupção, os quais foram submetidos à análise do grupo. A partir das conclusões apresentadas pelo GT, será elaborado, em 2015, um Manual de Combate à Corrupção, Ressarcimento ao Erário e Defesa da Probidade para a Procuradoria-Geral Federal.

Edição de Portarias Disciplinando o Parcelamento Extraordinário

No transcorrer do ano de 2014 foram publicadas as Leis nº 12.973/2014, 12.996/2014 e 13.043/2014 e a Medida Provisória nº 651/2014 que reabriram o prazo para adesão ao parcelamento extraordinário e pagamento à vista com descontos, previstos na Lei nº 12.249/2010.

Para regulamentar a Lei nº 12.973/2014 aplicou-se a Portaria PGF nº 676/2013, enquanto que para as demais normas foi editada a Portaria PGF nº 563/2014 e a Portaria AGU nº 247/2014.

Esses normativos preveem uma série de regras e sucessivos descontos nos créditos das autarquias e fundações públicas federais, a depender da quantidade de parcelas pretendidas pelo devedor (variam do pagamento à vista ao parcelamento em 180 vezes).

Deve-se esclarecer que esse tipo de parcelamento e pagamento à vista com descontos gera um impacto enorme na atuação dos procuradores federais, pois não há um sistema apto a efetuar o cálculo dos descontos previstos em lei, sendo necessária a realização de cálculos manuais por parte dos Núcleos de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF.

Apesar das imensas dificuldades operacionais, as unidades da PGF realizaram 4.014 parcelamentos extraordinários, envolvendo valores superiores a R$ 80 milhões.

Implantação do Sistema de Dívida Ativa (Sapiens - Dívida) Justificativa para as Divergências entre os dados Informados por meio dos Sistemas Próprios e o Siafi

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA - REGISTROS EM SISTEMAS PRÓPRIOS E NO SIAFI
EM R$

Entidades	Exercicio de 2013			Exercicio de 2014		
	Valor do Estoque da Dívida Ativa em Sistema Próprio (A)	Valor do Estoque da Dívida Ativa no Siafi (B)	Diferença (A-B)	Valor do Estoque da Dívida Ativa em Sistema Próprio (A)	Valor do Estoque da Dívida Ativa no Siafi (B)	Diferença (A-B)
ANTAQ	-	-	-	-	-	-
ANA	1.539.437,02		1.539.437,02	803.247,19		803.247,19
DNOCS		5.845.522,74	5.845.522,74		7.476.385,03	7.476.385,03
IBAMA	3.586.187.386,26	3.202.057.351,26	384.130.035,00	4.220.747.041,50	4.749.994.840,21	529.247.798,71
CNPQ		11.593.612,62	11.593.612,62		8.207.574,41	8.207.574,41
ANCINE	13.822.590,60	7.098.104,70	6.724.485,90	15.519.765,51	17.473.280,47	1.953.514,96
ANS	1.213.429.733,52	1.205.524.490,97	7.905.242,55	1.868.546.219,50	1.850.920.459,98	17.625.759,52
ANATEL	2.967.442.731,52	2.617.380.374,27	350.062.357,25	3.427.567.463,06	2.617.380.374,27	810.187.088,79
CADE	45.682.044,22	-	45.682.044,22	67.050.413,72		67.050.413,72

O Sistema de Dívida Ativa da Procuradoria-Geral Federal pretende ser o ambiente a conter as ferramentas necessárias para realização dos procedimentos relacionados à cobrança judicial e ao acompanhamento dos créditos das autarquias e fundações públicas federais. Esse projeto está sendo concebido para integrar-se ao Sistema AGU de Inteligência Jurídica – Sapiens.

No ano de 2014, o projeto do Sistema de Dívida Ativa avançou significativamente com a conclusão de seus principais módulos, restando a finalização dos Módulos de Protestos, Garantias e Parcelamento que se encontram em desenvolvimento. Bem como foram iniciadas as tratativas com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN e o Banco do Brasil para a viabilização operacional da ferramenta de controle automático de pagamentos.

Pela realidade vivenciada pela Procuradoria-Geral Federal, a forma de se evitar que os valores de arrecadação e estoque da dívida ativa constantes do Siafi estejam em desacordo com aqueles registrados nos sistemas próprios de dívida ativa seria a criação deste sistema único, através do qual será possível gerenciar, por meio de uma plataforma única, todos os créditos inscritos em dívida e que foram objetos de pagamentos.

Além da falta de um sistema único, problema que é afeto a todas as autarquias e fundações públicas representadas pela PGF, foi questionado às entidades se haveria algum outro elemento que justificasse a disparidade entre os valores constantes nos sistemas próprios e no SIAFI. Seguem abaixo as justificativas apresentadas pelas referidas entidades. As demais não apresentaram justificativas adicionais.

ANA - Em razão do sistema de inscrição em dívida ativa da Procuradoria Federal junto a Agência Nacional de Águas (ANA) não estar integrado ao Sistema SIAFI, não existem registros no SIAFI de valores de créditos a receber e em contas de controle do ativo. Informa-se ainda, que, tendo em vista a demanda da informação, a ANA passará a efetuar os devidos registros manualmente.

IBAMA - A diferença entre os valores registrados no SICAFI e SIAFI, possivelmente, decorre da demora em registrar no SIAFI as baixas em razão de pagamento e no caso de parcelamentos a baixa só ocorre após a quitação integral do débito.

ANCINE - A Agência Nacional do Cinema (Ancine) não dispõe de sistema informatizado para a gestão e processamento de créditos, inclusive aqueles inscritos na Dívida Ativa. Em consequência, cálculos, inscrições, arrecadação, ou seja, todo os atos são realizados sem o apoio de um sistema específico, apenas por meio de planilhas e acompanhamento manual. Com relação às divergências de valores encontradas no ano de 2013, entre o SIAFI e os sistemas próprios de controle (no caso da Ancine, sistema manual), ocorreram pelo fato do núcleo contábil da Ancine só ter começado a lançar os valores de Dívida Ativa no SIAFI no ano de 2014. No ano de 2014, iniciou-se um trabalho conjunto entre o Núcleo de Dívida Ativa e a Coordenação de Contabilidade, com o intuito de lançar no Sistema SIAFI os valores efetivamente existentes, e condizentes com a realidade. Com isso, chegou-se ao valor de estoque de Dívida Ativa existente no dia 31 de dezembro de 2013. Tal valor foi lançado no SIAFI a título de acerto de “Exercícios Anteriores”.

Com relação aos valores do ano de 2014, e dando continuidade a este processo de consolidação iniciado, a diferença de valores encontrada pode ser explicada pela diferença de critérios de atualização dos valores, pelos seguintes motivos: no SIAFI, os valores lançados correspondem à atualização do dia 31 de dezembro, enquanto que os valores constantes dos controles do Núcleo correspondem ao dia em que o Termo foi lavrado.

2.5.3. Dívida Ativa sob a Responsabilidade da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (BCB)

ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM R$*

Descrição do Crédito	Exercício de 2013				Exercício de 2014			
	Parcelados		Não Parcelados		Parcelados		Não Parcelados	
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
Multas, contratos e outros	499.804.526,77	268.925,87	3.938.890,39	0,00	840.122.623,88	206.224,53	28.692.945,26	32.181,58

* Valores apropriados pela Autarquia em 2014

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM R$**

Descrição do Crédito	Exercício de 2013***				Exercício de 2014***			
	Parcelados		Não Parcelados		Parcelados		Não Parcelados	
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
Multas, contratos e outros	12.092.616.597,57	92.771.414,19	27.531.894.455,22	96.865.420,17	11.232.694.386,27	94.527.428,42	29.122.420.404,87	51.963.179,75

** Valores atualizados até dezembro de 2014.
*** Saldo devedor apurado subtraindo-se os pagamentos atualizados para dezembro de 2014.

A Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (PGBC), desde 2006, vem adotando várias ações visando o incremento da eficiência da cobrança e da efetividade da arrecadação das multas inscritas em dívida ativa que estão sob sua responsabilidade. Entre essas iniciativas, destacam-se o Projeto Recuperação de Créditos (PRC), desenvolvido entre 2006 e 2011, um estudo e revisão sobre os procedimentos de cobrança adotados pela Procuradoria-Geral, e o recente lançamento de novo projeto denominado Projeto Grandes Devedores (PGD).

Como resultado dos esforços decorrentes da execução do Projeto Recuperação de Créditos, obteve-se considerável incremento no volume de arrecadação, além dos ganhos permanentes relacionados à mudança no padrão de acompanhamento das execuções fiscais do Banco Central e de gestão de sua Dívida Ativa.
Além disso, entre 2012 e 2013 foi feito um estudo sobre os procedimentos adotados para a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos do Banco Central, o qual apontou algumas oportunidades de melhoria, com a implantação de novas rotinas de trabalho e a alteração de outras já existentes.

Entre as principais propostas do mencionado estudo, destacam-se: (i) celebração de convênios com diversas instituições para acesso a bancos de dados visando a obter informações sobre os devedores, sobretudo em relação a sua capacidade de pagamento do crédito; (ii) centralização da cobrança dos créditos na PGBC, mesmo antes da eventual deliberação por sua cobrança em juízo; (iii) adoção de rotina para protestar créditos extrajudicialmente e incluir o registro do devedor em cadastros como SPC e SERASA; (iv) ênfase na realização de pesquisas em momento anterior à propositura da execução fiscal, tal como hoje já previsto, em certa medida, no Manual de Procedimentos para as Execuções Fiscais do Banco Central, visando à obtenção de informações que auxiliem a definição de estratégias processuais mais eficazes e a promoção de execuções fiscais somente quando houver potencial de resultado efetivo; e (v) desenvolvimento de sistema para acompanhamento das novas rotinas de trabalho, integrando-se com sistemas externos para coleta de dados e automatização de procedimentos.

Em relação à proposta (i) do referido estudo, durante o ano de 2013 e 2014 empreendeu-se a busca por banco de dados e a celebração de convênios para seu acesso direto, com o objetivo de localizar o devedor, bem como bens que sejam elegíveis e suficientes para satisfação do crédito.

A modernização das diligências, além de possibilitar a celeridade na recuperação dos créditos desta Autarquia, e quando for o caso, instruir as execuções fiscais com informações seguras a respeito do devedor e seus bens, homenageia a eficiência e a responsabilidade ambiental, com economia de tempo e recursos. Atualmente os Procuradores do Banco Central têm acesso, diretamente de suas estações de trabalho, a diversos cadastros, tais como:

SISTEMA	ÓRGÃO GESTOR	OBJETO	INFORMAÇÕES
CCS – CADASTRO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	BCB	Acessar relacionamento bancário.	https://www3.bcb.gov.br/ccs/dologin
COMPROT	Ministério da Fazenda	Informa a respeito de processos administrativos instaurados no âmbito da Receita Federal.	www. receita.fazenda.gov.br
SINTEGRA	SINTEGRA	Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços.	www.sintegra.gov.br
INFOSEG INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA	SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	Integração das informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização, como dados de inquéritos, processos, armas de fogo, veículos, condutores, mandados de prisão, entre outros de todas as Unidades da Federação.	www.infoseg.gov.br
CNE	MDIC – Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Acessar informações sobre atos jurídicos empresariais.	www.cne.mdic.gov.br
ANAC	ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil	Acessar o banco de dados das aeronaves brasileiras (proprietários, aeródromos, aeronaves e pilotos)	www. sistemas.anac.gov/saci
ARISP	Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo	Acessar cartórios de registro de imóveis, não só de São Paulo, mas de outros estados que estão aderindo ao sistema.	www.arisp.gov.br
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial	Acessar o banco de dados de titularidade de marcas e patentes.	www.inpi.gov.br

SISTEMA	ÓRGÃO GESTOR	OBJETO	INFORMAÇÕES
PORTAL TRANSPARÊNCIA	Controladoria-Geral da União	• Informações sobre Transferências de Recursos, para estados, municípios, pessoas jurídicas, e feitas ao exterior, ou diretamente a pessoas físicas. • Informações sobre Convênios registrados no SIAFI e no SICONV firmados nos últimos anos, com descrição sucinta do objeto, datas e valores envolvidos, desde 1º de janeiro de 1996. • Informações sobre a lista de Empresas Sancionadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas. • Informações sobre Participação e Controle Social Etc.	http://www.portaltransparencia.gov.br/
JUCESP ONLINE	Junta Comercial do Estado de São Paulo	Acessar o banco de dados da Junta Comercial de São Paulo.	www.jucesp.fazenda.sp.gov.br
SNCR – SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL	INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
SISOBI – SISTEMA DE CONTROLE DE ÓBITOS	INSS – Instituto Nacional do Seguro Social		

A PGBC estuda a utilidade e a viabilidade de acesso a outros bancos de dados, já utilizados pela Procuradoria Geral da União. São eles:

SISTEMA	ÓRGÃO GESTOR	OBJETO
SIMBA – SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA	MPF – Ministério Público Federal	Dar maior celeridade aos procedimentos investigativos que envolvam o afastamento de sigilo bancário dos investigados e auxiliar nas quebras de sigilo bancário mediante a utilização de relatórios parametrizados
RAIS – RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS	-	Acessar informações de empregados e empregadores
CAGED – CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS	MTE – Ministério do Trabalho e Emprego	Possibilitar a análise do quantitativo de empregados e desempregados de determinada empresa. Acessar dados cadastrais de empregados e empregadores
CEE – CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS EMPREGADORES	-	Acessar dados cadastrais de estabelecimentos empregadores
CENSEC (CNJ/CNB) – CENTRAL NOTARIAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS COMPARTILHADOS	ANOREG – CNB/CNJ	Acessar a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Módulo Central de Escrituras e Procurações – CEP e Módulo Central de Separações, Divórcios e Inventários – CESDI)
SINAPSE – PORTAL CINETEPOL/ DPF	DPF – Departamento de Polícia Federal	Acessar os seguintes sistemas de forma integrada: SINPA (Sistema Nacional de Passaportes), SINIV+C (Sistema Nacional de Informações Criminais), SISVIP (Sistema Nacional de Segurança e Vigilância Privada), SINCRE (Sistema de Cadastramento de Registros de Estrangeiros), SINPI (Sistema Nacional de Procurados e Impedidos), TRANSPEXEC (Portal da Transparência do Executivo)
E-RIDF – SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	ANOREG/DF – Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal	Realizar consulta na base de dados dos Cartórios de Registro de Imóveis do DF por meio do nome, CPF/CNPJ ou matrícula do imóvel
RNTRC – REGISTRO NACIONAL DE TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE CARGAS	ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	Acessar dados de empresas de transportes e veículos vinculados. Possibilitar a consulta ao transportador (fabricante, comerciante de caminhões, transportador de cargas, prestador de serviços de reboque) por CPF/CNPJ ou nome. A consulta informa os dados da empresa ou do proprietário (endereço, telefone, filiais, sócios, representantes legais, quantidade de veículos, placa, Renavan, etc)
SINCONV – PORTAL DOS CONVÊNIOS	MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Acessar cadastro de transferências de recursos federais feita pela União a outras entidades por meio de convênios

Mais recentemente, com o objetivo de acelerar mudanças nas rotinas de cobrança dos créditos do Banco Central, foi aprovado pela Diretoria Colegiada, em 17 de julho de 2014, por meio do Voto 114/2014, o Projeto Grandes Devedores – PGD que teve sua execução iniciada em 1º de setembro de 2014, com prazo de 24 meses, ao custo de R$ 945.000,00 (novecentos e quarenta e cinco mil reais).

Com o objetivo de aumentar a eficiência e a efetividade dos processos de trabalho da PGBC, destinados à satisfação dos créditos de titularidade do Banco Central do Brasil, o PGD tem como principais objetivos: criar um escritório de cobrança especializado, que adote diligências modernas e eficazes para a identificação de devedores e bens; concentrar esforços na cobrança de grandes créditos, implementar a cobrança extrajudicial na PGBC, com a consolidação do instituto do protesto, entre outros.

A partir de setembro de 2014, o PGD começou a tarefa de identificar e classificar créditos, dentro do universo de 4.078 processos de cobrança de empresas e pessoas físicas em situação de inadimplência com a Autarquia. O foco inicial recaiu sobre os 322 maiores créditos devidos, dentro do total de créditos de R$ 42,7 bilhões. Desde 2013, o BC já recuperou R$19,6 bilhões em créditos devidos à instituição.

Com o auxílio da tecnologia e com o estabelecimento de uma nova rotina de trabalho os grandes créditos serão objeto de esforços estratégicos concentrados ao longo dos 24 meses do projeto, pois representam mais de 65% do total devido ao BC, sob gestão da PGBC. No entanto, a ideia é simplificar e acelerar também a recuperação dos créditos de menor valor, permitindo à PGBC direcionar esforços para a recuperação das maiores dívidas.

Ainda com o objetivo de modernizar a cobrança dos grandes créditos, iniciou-se o levantamento de requisitos para abertura de procedimento de licitação, a fim de contratar empresa de busca, localização e identificação de bens de devedores.

Ao entrar em execução, o PGD estabeleceu contato com institutos de protestos de diversos estados, com o objetivo de promover a cobrança extrajudicial por meio do protesto de títulos de dívida. Atualmente, já é possível o protesto de títulos do Banco Central nas seguintes localidades: CE, DF, ES, MG, MT, PR, RJ, RS, SC e SP.

Com o início das rotinas de protesto, foi possível trazer para a PGBC a cobrança extrajudicial dos créditos de baixo valor (inferiores a R$10.000,00), que, embora dispensados da cobrança judicial, podem ser exigidos extrajudicialmente.

Ademais, a PGBC também vem conduzindo o projeto denominado BCJUR II, cujo escopo é o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros (BCJUR 2) que substituirá o atual sistema utilizado, com módulos específicos, contendo mais recursos que o atual: a) Módulo Consultoria Legal; b) Módulo Feitos Judiciais, c) Provisão, Contabilidade e Atualização de Valores; d) Módulo Gestão de Créditos; e e) Módulo Precatórios.

Quando concluído o módulo de Gestão de Créditos, será possível apurar de modo consistente, preciso e atualizado os valores do estoque dos créditos do Banco Central inscritos em Dívida Ativa, bem como monitorar o fluxo de cobrança.

Com efeito, o módulo contemplará: (i) possibilidade de vincular a cada crédito, com a necessária flexibilidade, diante da heterogênea composição do estoque de Dívida Ativa desta Autarquia, a metodologia de cálculo de atualização correspondente ao respectivo regime de correção monetária, juros, encargos etc.; (ii) apuração consistente do saldo devedor de créditos pagos parcialmente, com vinculação da metodologia de amortização cabível; (iii) sensibilização contábil eficaz em decorrência de eventos de inscrição, pagamento, parcelamento e cancelamento, mediante automatização de procedimentos e vinculação de ações do sistema à realização adequada de etapas do fluxo de trabalho relacionado àqueles eventos; e (iv) possibilidade de monitoramento da rotina de cobrança da PGBC, inclusive em relação as diligências e a fase de cobrança extrajudicial.

Em virtude de alguns problemas com a equipe de desenvolvimento, principalmente pela alta rotatividade, o projeto teve que ser reprogramado. O Módulo de créditos está em fase de migração de dados e de acordo com o atual cronograma, a conclusão dele está prevista para início do segundo semestre de 2015.

2.5.4. Demonstrativos da Dívida Ativa da União Exercício de 2014

As informações apresentadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) têm como base de dados os sistemas próprios da Dívida Ativa. Como esses valores obtidos em sistemas próprios não evidenciam a contabilização dos atos e fatos pertinentes à Dívida Ativa da União, efetivada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), a Coordenação Geral Contabilidade (Ccont/STN/MF) procedeu à elaboração dos demonstrativos a seguir, cujos dados foram extraídos dos sistemas Siafi/Siafi Gerencial, estruturados em colunas, a saber:

• Órgão Superior/Unidade da Federação – essa coluna relaciona os órgãos superiores e as unidades da federação que possuem valores contabilizados em Dívida Ativa;

• Saldo Anterior – evidencia o saldo da Dívida Ativa existente no ativo realizável a curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e longo prazo, sendo este dividido em Dívida Ativa Não-tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.02.00) e Dívida Ativa Tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.03.00) em 31 de dezembro de 2013;

• Inscrição do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – demonstra os valores inscritos em Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.10.01 e 6.2.3.1.7.11.01) e os valores registrados em juros e multa da Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.11.02 e 6.2.3.1.7.11.03);

• Incorporação por fusão, cisão ou extinção – demonstra os valores absorvidos ou extintos por fusão, cisão ou extinção (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.1.7.10.34 e 5.2.3.1.7.10.34);

• Recebimento do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa

– nessa coluna constam os valores contabilizados como receita da Dívida Ativa Tributária (conta contábil 4.1.9.3.1.00.00) e Não-tributária (conta contábil 4.1.9.3.2.00.00), assim como as receitas oriundas do recebimento de multas e juros de mora da Dívida Ativa relacionados a tributos (conta contábil 4.1.9.1.3.00.00), a contribuições (conta contábil 4.1.9.1.4.00.00), a outras receitas (conta contábil 4.1.9.1.5.00.00) e ainda as receitas arrecadadas relativas a Dívida Ativa provenientes de amortização de Empréstimos e Financiamentos (conta contábil 4.2.5.5.0.00.00) e as receitas arrecadadas relativas a Dívida Ativa provenientes de alienação de Estoques de Café - FUNCAFE (conta contábil 4.2.5.6.0.00.00);

• Valores Recebidos Não Baixados – refere-se a valores contabilizados em contas de receita da Dívida Ativa, descritas no item anterior, que não foram baixados das contas contábeis de inscrição de créditos da Dívida Ativa (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00 e 1.2.2.1.1.03.00) por meio das contas contábeis 5.1.3.1.2.02.00, 5.1.3.1.2.03.00, 5.1.3.1.2.11.01, 5.1.3.1.2.11.02, 5.1.3.1.2.11.03, 5.1.3.1.2.11.04 e 5.1.3.1.2.12.00, que registram a baixa da dívida devido a recebimento;

• Cancelamento e Anulação de Créditos da Dívida Ativa – registra o cancelamento e a anulação dos valores inscritos em Dívida Ativa durante o exercício de 2014 (contas contábeis 5.2.3.1.7.01.30, 5.2.3.1.7.10.01, 5.2.3.1.7.10.30, 5.2.3.1.7.10.33, 5.2.3.1.8.01.00, 5.2.3.1.9.01.00 e 5.2.3.1.9.04.00);

• Atualização Monetária da Dívida Ativa – corresponde aos valores registrados como atualização monetária dos créditos inscritos em Dívida Ativa Tributária (contas contábeis 6.2.3.1.7.11.04 e 6.2.3.2.3.04.11) e Não Tributária (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.2.3.04.01 e 5.2.3.2.3.04.01 e conta contábil 6.2.3.2.3.05.09);

• Ajustes Financeiros e Não Financeiros da Dívida Ativa – conjuga os registros dos ajustes financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.1.7.10.02 e 5.2.3.1.7.10.10), os registros dos ajustes não financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.8.2.02.00 e 5.2.3.8.2.02.00), os ajustes nos saldos dos Créditos Tributários (5.2.3.1.7.10.09) e contempla também os lançamentos realizados na dívida ativa que não foram para o resultado do período, por se tratar de ajustes de exercícios anteriores.

• Anistia, Perdão, Abatimentos e Descontos – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de anistia/perdão, abatimentos/descontos e anistia/remissão da Dívida Ativa Tributária (contas contábeis 5.2.3.1.7.01.31, 5.2.3.1.7.01.32, 5.2.3.1.7.10.32, 5.2.3.1.7.10.31, 5.2.3.1.9.02.00, 5.2.3.1.9.08, 5.2.3.1.9.09, 5.2.3.1.9.10, 5.2.3.1.9.11, 5.2.3.1.9.12 e 5.2.3.1.9.13) e Não Tributária (contas contábeis 5.2.3.1.8.02 e 5.2.3.1.8.03);

• Adjudicação, Prescrição e Desmembramento de Créditos da Dívida Ativa – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de adjudicação (conta contábil 5.2.3.1.9.03.00), prescrição intercorrente (conta contábil 5.2.3.1.9.05.00), extinção (conta contábil 5.2.3.1.9.06.00) e desmembramento de inscrição da Dívida Ativa Tributária (conta contábil 5.2.3.1.9.07.00);

• Variações Extraordinárias da Dívida Ativa – compreende os ajustes que alteram o estoque da dívida ativa, decorrentes de variações extraordinárias negativas e positivas. São todas as ocorrências que provocam variação no estoque da dívida ativa que não são inclusões, exclusões ou variações ordinárias (diferença entre as contas 6.2.3.2.3.10.00 e 5.2.3.2.3.08.00), como, por exemplo, a transferência de unidade responsável pela administração da dívida; e

• Saldo Atual – evidencia o saldo da Dívida Ativa, em 31 de dezembro de 2014, no curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e no longo prazo (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00 e 1.2.2.1.1.03.00).

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA – POR ÓRGÃO SUPERIOR – TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS - (R$ MIL)

ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (3)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORD. DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
12000 - JUSTICA FEDERAL	12,38											12,38
20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	36.098,77	5.436,10	3.974,95	(391,48)	(650,76)		5.407,63					43.618,32
20113 - MINISTERIO DO PLANEJ,ORCAMENTO E GESTAO	1.197,94	80,36	19,80		13,04	0,15	118,27					1.363,58
22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO			30,87	6,21	(30,87)							
24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO			616,69	(1,18)	(616,69)							
25000 - MINISTERIO DA FAZENDA	1.391.891.191,70	115.775.563,51	9.077.598,38	8.534,57	20.156.752,79	11.594.065,91	117.455.386,67	(136.024.567,01)	400.247,98	1.499.259,02	(13.831.627,70)	1.432.538.023,08
26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	966.706,55	2.155,12	148,08	(1,18)	139,70		12.911,87					981.485,77
28000 - MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	284.500,16	33,28	37.311,26	(166,56)	(37.280,10)		8.970,64					293.472,92
30000 - MINISTERIO DA JUSTICA	7.396,08	20,24	3.679,26	149,12	(3.679,26)							7.416,32
32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	667.340,25	270.297,35	130.342,77	(3.177,31)	(88.982,54)	1.762,84	16.337,99					910.852,51
33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	5.168.156,96	1.342,03	4.278.505,22	2.609,97	(4.274.245,28)	5.409.552,87	5.515.396,13					5.271.082,31
36000 - MINISTERIO DA SAUDE	1.248.229,07	477.944,87	1.007,34	20,55	(1.007,34)	-	208.236,23					1.934.410,17
39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES	32.083,35	409,44	46,98	(0,43)	3.159,05	10,82	57.210,52					86.486,47
41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES	2.617.380,37	-	33,59	(0,04)	(33,59)	-	-					2.617.380,37
42000 - MINISTERIO DA CULTURA	8.173,91	1.701,88	361,16	(0,00)	(249,06)	6,36	1.096,88	8.614,52	-	-	-	19.468,73

ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (3)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORD. DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	3.819.341,19	505.743,95	69,33	(0,03)	8.729,26	12.584,15	446.292,42	-	-	-	-	4.749.994,81
49000 - MINISTERIO DO DESENV. AGRARIO	40.421,27	24,81	119,28	-	(119,28)	-	-	-	-	-	-	40.446,08
52000 - MINISTERIO DA DEFESA	-	-	23,91	-	(23,91)	-	-		-	-	-	-
53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	5.845,52	1.630,86	-	-	-	-	-		-	-	-	7.476,39
56000 - MINISTERIO DAS CIDADES	-	-	2,41	(0,02)	(2,41)	-	-	-	-	-	-	-
63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	-	-	33,40	(5,28)	(33,40)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**1.406.794.075,47**	**117.042.383,82**	**13.533.924,69**	**7.576,90**	**15.761.839,35**	**17.017.983,10**	**123.727.365,26**	**(136.015.952,49)**	**400.247,98**	**1.499.259,02**	**(13.831.627,70)**	**1.449.502.990,22**

Fonte: Siafi GerencialForam considerados os valores brutos;
Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;
Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - GESTÃO TESOURO (VALORES R$ MIL)

ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (3)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBR. DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORD. DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
12000 - JUSTICA FEDERAL	12,38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,38
22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	-	-	30,87	6,21	-30,87	-	-	-	-	-	-	-
24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	-	-	614,76	-0,30	-614,76	-	-	-	-	-	-	-
25000 - MINISTERIO DA FAZENDA	1.389.559.031,95	85.977.176,00	9.038.848,70	8.575,71	20.187.977,21	11.580.701,96	117.296.542,55	-136.024.567,01	400.247,98	1.499.259,02	-13.831.627,70	1.400.269.520,91
30000 - MINISTERIO DA JUSTICA	1,88	-	3.679,26	149,12	-3.679,26	-	-	-	-	-	-	1,88
32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	2,42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,42
36000 - MINISTERIO DA SAUDE	-	-	1.007,34	20,55	-1.007,34	-	-	-	-	-	-	-
42000 - MINISTERIO DA CULTURA	-	-	136,05	-0,00	-136,05	-	-	-	-	-	-	-
44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	-	-	7,86	-	-7,86	-	-	-	-	-	-	-
52000 - MINISTERIO DA DEFESA	-	-	23,91	-	-23,91	-	-	-	-	-	-	-
56000 - MINISTERIO DAS CIDADES	-	-	2,41	-0,02	-2,41	-	-	-	-	-	-	-
63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	-	-	33,40	-5,28	-33,40	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**1.389.559.048,63**	**85.977.176,00**	**9.044.384,57**	**8.745,98**	**20.182.441,35**	**11.580.701,96**	**117.296.542,55**	**(136.024.567,01)**	**400.247,98**	**1.499.259,02**	**(13.831.627,70)**	**1.400.269.537,59**

Fonte: Siafi Gerencial
Foram considerados os valores brutos;
Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;
Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA – POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS
(R$ MIL)

UF	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (3)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBR.DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORD. DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
AC - ACRE	1.699.878,23	104.634,65	1.066,18	-	19.665,43	1.451,43	154.780,45	87.991,67	-	372,86	(17.297,45)	2.007.431,65
AL - ALAGOAS	10.171.709,94	498.212,79	9.529,48	-	100.971,69	178.969,03	1.238.336,82	239.676,19	9,31	14.963,20	(20.404,87)	11.823.088,17
AM - AMAZONAS	15.194.567,17	1.238.639,21	7.471,92	-	233.726,81	94.630,53	1.479.831,09	444.367,04	267,69	2.424,16	(43.561,92)	17.975.321,48
AP - AMAPA	1.893.753,51	210.970,08	2.900,04	-	19.391,67	18.061,53	317.249,96	29.750,55	-	9.703,81	(1.519,11)	2.400.147,95
BA - BAHIA	40.017.228,60	1.983.532,98	53.300,58	-	349.165,43	314.296,78	3.898.922,31	-	347,76	31.968,43	115.879,44	45.266.484,35
CE - CEARA	23.187.993,43	1.462.742,65	8.906,93	-	260.682,84	1.607.836,03	3.400.547,70	469.680,66	8,12	6.770,25	(29.793,20)	26.606.967,06
DF - DISTRITO FEDERAL	28.622.256,66	32.055.534,45	12.491.298,75	7.785,26	(12.199.060,88)	1.793.064,39	2.386.738,50	301.804,53	-	21.010,92	(1.769,75)	61.258.251,22
ES - ESPIRITO SANTO	21.229.777,52	1.395.761,97	13.686,19	-	323.195,73	345.759,24	4.115.126,33	1.046.867,66	2.252,53	34.778,07	58.025,67	27.125.887,38
GO - GOIAS	28.024.645,14	1.788.686,94	86.852,68	-	446.416,36	182.046,19	3.139.896,73	184.052,00	121,40	3.884,00	(41.868,68)	32.376.091,49
MA - MARANHAO	10.784.688,34	699.274,08	9.242,27	-	101.053,08	211.657,84	1.032.038,89	(303.671,75)	5,97	3.873,12	(4.180,17)	11.882.317,11
MG - MINAS GERAIS	71.884.432,93	5.986.964,65	70.879,57	(0,35)	977.917,84	655.326,28	7.704.514,55	-	74.366,15	77.129,28	20.190,31	83.740.483,31
MS - MATO GROSSO DO SUL	9.670.000,14	802.078,93	5.250,07	-	131.451,33	51.777,84	973.338,72	(34.170,97)	-	16.339,32	(35.493,50)	11.170.934,76
MT - MATO GROSSO	106.274.718,71	1.124.177,20	12.980,45	-	225.944,91	46.422,46	1.698.425,11	(89.445.477,91)	120,73	1.724,09	(87.374,97)	19.277.275,51
PA - PARA	21.234.053,58	1.763.264,84	16.132,73	-	220.928,00	84.546,86	2.385.662,83	439.940,18	139,15	12.071,75	56.698,16	25.545.801,10
PB - PARAIBA	8.085.854,04	517.474,34	5.891,25	-	95.170,47	243.323,52	787.461,31	175.338,59	57,61	35.877,20	(5.087,86)	9.180.720,36
PE - PERNAMBUCO	38.899.581,60	1.817.810,40	31.276,41	-	336.981,07	987.432,23	3.268.935,73	(740.135,31)	2.488,26	105.229,10	(1.434.154,29)	40.348.631,06
PI - PIAUI	4.897.930,94	400.150,31	7.558,00	-	73.077,98	68.108,44	568.711,23	89.736,18	3.157,47	354,57	5.339,17	5.809.611,36
PR - PARANA	53.094.035,17	3.624.313,34	51.496,48	-	1.179.355,75	662.662,47	5.055.054,45	2.237.337,11	12.385,27	194.073,29	19.790,78	61.930.557,58
RJ - RIO DE JANEIRO	220.963.078,79	23.242.328,23	174.477,26	(208,01)	5.378.010,07	3.163.723,75	18.495.849,65	(12.766.078,07)	75.270,58	253.177,12	(11.138.786,56)	229.751.733,27
RN - RIO GRANDE DO NORTE	8.655.490,30	454.619,98	7.548,17	-	84.448,18	120.261,10	913.071,14	(807.316,65)	504,38	2.199,17	(902,57)	9.000.001,19
RO - RONDONIA	6.143.113,51	472.595,90	4.799,77	-	56.978,15	111.662,62	601.559,84	174.382,25	732,34	21.411,72	(3.134,91)	7.192.931,99
RR - RORAIMA	1.652.827,61	198.453,45	119,05	-	28.234,75	7.429,64	220.540,72	70.281,73	-	4.786,20	245,13	2.101.779,00
RS - RIO GRANDE DO SUL	65.611.897,29	3.570.436,69	57.982,57	-	758.093,88	550.031,32	8.026.867,93	(1.003.485,75)	192.993,49	153.930,46	176.760,06	74.669.444,49
SC - SANTA CATARINA	36.223.171,04	2.725.477,81	30.617,07	-	478.872,85	449.829,35	4.302.368,72	126.259,20	3.506,23	123.786,55	(82.645,46)	42.208.019,27
SE - SERGIPE	5.053.494,41	449.707,24	3.666,84	-	61.133,67	39.399,34	693.961,92	98.702,21	-	7.270,61	(35.754,27)	6.148.641,03
SP - SAO PAULO	563.983.055,55	28.253.104,37	364.418,97	-	15.964.591,54	4.990.383,06	46.488.108,00	(37.646.149,59)	31.513,56	358.779,33	(1.292.379,97)	578.076.051,91
TO - TOCANTINS	3.640.841,33	201.436,34	4.575,00	-	55.440,74	37.889,84	379.464,66	514.365,75	-	1.370,45	(8.446,89)	4.628.385,16
TOTAL	**1.406.794.075,47**	**117.042.383,82**	**13.533.924,69**	**7.576,90**	**15.761.839,35**	**17.017.983,10**	**123.727.365,26**	**(136.015.952,49)**	**400.247,98**	**1.499.259,02**	**(13.831.627,70)**	**1.449.502.990,22**

Fonte: Siafi Gerencial / Foram considerados os valores brutos;
Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;
Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA – POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – GESTÃO TESOURO (VALORES EM R$ MIL)

UF	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (3)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
AC - ACRE	1.589.744,84	90.359,37	-	-	20.528,44	1.138,42	154.451,21	87.991,67	-	372,86	-17.297,45	1.883.209,92
AL - ALAGOAS	10.047.011,85	497.969,23	-	-	110.501,16	52.364,92	1.107.574,45	239.676,19	9,31	14.963,20	-20.404,87	11.693.988,26
AM - AMAZONAS	14.826.229,55	1.220.307,10	-	-	239.967,25	65.784,88	1.428.090,61	444.367,04	267,69	2.424,16	-43.561,92	17.566.988,41
AP - AMAPA	1.843.501,49	210.965,05	-	-	22.287,94	17.048,17	316.195,42	29.750,55	-	9.703,81	-1.519,11	2.349.853,49
BA - BAHIA	39.675.664,81	1.968.440,68	-	-	402.129,23	213.133,90	3.690.516,19	-	347,76	31.968,43	115.879,44	44.802.921,80
CE - CEARA	21.743.625,15	1.446.821,33	-	-	269.293,44	149.561,53	1.882.097,45	469.680,66	8,12	6.770,25	-29.793,20	25.086.798,04
DF - DISTRITO FEDERAL	24.130.059,23	2.375.919,41	9.043.769,80	8.746,29	-8.799.723,33	1.730.030,36	2.236.541,30	301.804,53	-	21.010,92	-1.769,75	27.047.466,96
ES - ESPIRITO SANTO	21.139.455,45	1.393.884,35	-	-	336.033,78	295.809,32	4.061.663,50	1.046.867,66	2.252,53	34.778,07	58.025,67	27.031.022,91
GO - GOIAS	27.813.224,96	1.762.005,30	-	-	532.820,08	78.025,03	2.994.133,37	184.052,00	121,40	3.884,00	-41.868,68	32.096.696,44
MA - MARANHAO	10.503.083,09	657.246,25	-	-	110.183,35	175.493,99	960.865,91	-303.671,75	5,97	3.873,12	-4.180,17	11.523.786,90
MG - MINAS GERAIS	71.304.963,50	5.965.624,61	-	-	1.046.364,51	435.117,03	7.465.673,80	-	74.366,15	77.129,28	20.190,31	83.123.475,24
MS - MATO GROSSO DO SUL	9.546.214,91	764.362,22	-	-	136.597,30	35.797,00	920.798,53	-34.170,97	-	16.339,32	-35.493,50	10.972.977,57
MT - MATO GROSSO	105.918.358,85	1.035.067,68	-	-	238.853,54	20.159,06	1.579.586,67	-89.445.477,91	120,73	1.724,09	-87.374,97	18.739.302,90
PA - PARA	21.011.310,94	1.763.126,73	-	-	236.916,21	48.080,75	2.349.558,39	439.940,18	139,15	12.071,75	56.698,16	25.323.426,54
PB - PARAIBA	7.925.180,35	514.919,51	-	-	100.860,09	129.981,94	671.312,05	175.338,59	57,61	35.877,20	-5.087,86	9.014.885,80
PE - PERNAMBUCO	38.680.463,72	1.817.806,33	-	-	368.156,93	768.231,46	3.047.607,42	-740.135,31	2.488,26	105.229,10	-1.434.154,29	40.127.482,12
PI - PIAUI	4.848.655,82	398.394,96	-	-	80.427,73	58.412,36	556.996,77	89.736,18	3.157,47	354,57	5.339,17	5.756.770,78
PR - PARANA	52.734.129,30	3.610.985,30	-	-	1.230.338,31	536.644,84	4.924.838,06	2.237.337,11	12.385,27	194.073,29	19.790,78	61.553.638,84
RJ - RIO DE JANEIRO	215.506.195,06	22.363.817,41	614,76	-0,30	5.543.970,39	1.566.890,26	16.500.153,36	-12.774.692,59	75.270,58	253.177,12	-11.138.786,56	223.016.763,57
RN - RIO GRANDE DO NORTE	8.543.064,00	453.009,76	-	-	91.687,41	40.675,78	833.780,94	-807.316,65	504,38	2.199,17	-902,57	8.886.568,74
RO - RONDONIA	5.445.035,68	355.790,22	-	-	61.682,18	58.256,92	543.605,70	174.382,25	732,34	21.411,72	-3.134,91	6.373.595,78
RR - RORAIMA	1.621.714,50	175.182,58	-	-	28.350,27	6.811,30	172.941,21	70.281,73	-	4.786,20	245,13	2.000.417,38
RS - RIO GRANDE DO SUL	65.339.982,05	3.561.525,71	-	-	815.117,59	324.450,12	7.799.479,98	-1.003.485,75	192.993,49	153.930,46	176.760,06	74.387.770,38
SC - SANTA CATARINA	35.909.995,22	2.685.156,39	-	-	506.497,22	301.544,52	4.158.500,17	126.259,20	3.506,23	123.786,55	-82.645,46	41.861.931,00
SE - SERGIPE	5.030.016,80	449.707,24	-	-	64.789,00	24.351,19	680.996,91	98.702,21	-	7.270,61	-35.754,27	6.127.258,08
SP - SAO PAULO	563.265.163,04	28.242.010,21	-	-	16.327.979,82	4.423.673,54	45.898.994,37	-37.646.149,59	31.513,56	358.779,33	-1.292.379,97	577.325.691,80
TO - TOCANTINS	3.617.004,46	196.771,10	-	-	59.831,49	23.233,36	359.588,82	514.365,75	-	1.370,45	-8.446,89	4.594.847,94
TOTAL	**1.389.559.048,63**	**85.977.176,00**	**9.044.384,57**	**8.745,98**	**20.182.441,35**	**11.580.701,96**	**117.296.542,55**	**(136.024.567,01)**	**400.247,98**	**1.499.259,02**	**(13.831.627,70)**	**1.400.269.537,59**

Fonte: Siafi Gerencial
Foram considerados os valores brutos;Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;
Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

PARTE III

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Empresas Estatais

PARTE III – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS

3.1. ASPECTOS GERAIS

A Constituição Federal estabelece em seu art. 165, § 5º, que a lei orçamentária anual compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 – LDO/2014), regulamenta a previsão constitucional ao determinar, em seu art. 6º, que as empresas que recebem recursos do Tesouro Nacional terão as suas receitas e despesas compreendidas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Excluem-se dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade, conforme art. 6º, § 1º, inciso III, da LDO/2014, aquelas empresas que recebem recursos da União apenas em virtude de:

- participação acionária;
- fornecimento de bens ou prestação de serviços;
- pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e
- transferência para aplicação em programas de financiamento, nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", e 239, § 1º, da Constituição Federal.

Assim, o Orçamento de Investimento abrange todas as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, não incluídas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e que tenham investimentos programados para o exercício, independentemente da fonte de financiamento utilizada, conforme art. 37, caput e § 5º da LDO/2014.

São considerados investimentos, nos termos do art. 37, § 1º da LDO, as despesas com:

- aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado;
- benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais; e
- benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2014 foi aprovado pela Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014 – Lei Orçamentária Anual (LOA), publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21 de janeiro 2014, com uma dotação inicial de R$ 105.675.323.398,00, englobando as programações de 70 empresas estatais federais.

Posteriormente, por intermédio do Decreto s/nº, de 26 de fevereiro de 2014, foram inseridas no Orçamento de Investimento de 2014 as programações orçamentárias da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF).

Nos Decretos s/nº, de 16 de junho de 2014 e 24 de dezembro de 2014, foram feitas as transposições das dotações orçamentárias, na sua totalidade, das empresas Sociedade Fluminense de Energia Ltda. (SFE) e Refinaria Abreu e Lima S.A. (RNEST) para Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), e Rio Branco Transmissora de Energia S.A. (RBTE) para Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), respectivamente.

Com a Medida Provisória nº 666, de 30 de dezembro 2014, foram canceladas as dotações, na sua totalidade, de três empresas: Brasil Resseguros S.A. (IRB), Fronape International Company (FIC), e Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.

Na mesma MP, foram incluídas programações orçamentárias para três empresas: Innova S.A., Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), e Transpetro International B.V. (TI B.V.) Com isso, o número de empresas estatais federais abrangidas no Orçamento de Investimento passou a ser de 68, sendo 62 do setor produtivo e seis do setor financeiro.

A Lei Orçamentária Anual consolidada para o Orçamento de Investimento de 2014 teve uma redução de 14,2%, em comparação com o valor da dotação final aprovada para 2013, e de 6,9% sobre o montante realizado naquele exercício.

O quadro a seguir mostra a movimentação orçamentária do Orçamento de Investimento de 2014, discriminando por instrumento legal empresas, suplementações, cancelamentos e o valor líquido. Esses movimentos resultaram em acréscimo de R$ 5.506.198.028,00 ao valor inicialmente aprovado. Como consequência, sua Dotação Inicial foi alterada para o montante de R$ 111.181.521.426,00.

CRÉDITOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2014
VALORES EM R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	CRÉDITOS		MOVIMENTO
(Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	Suplementação	Cancelamento	LÍQUIDO
Dotação Inicial (Lei nº 12.952, de 20/01/2014)			105.675.323.398
Decreto de 26/02/2014 (Reabertura de créditos especiais)	197.747.089	0	197.747.089
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	1.997.600	0	1.997.600
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	10.000.000	0	10.000.000
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	185.749.489	0	185.749.489
Decreto de 16/06/2014 (Transposição de dotações orçamentária)	4.816.046.000	4.816.046.000	0
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	4.816.046.000	0	4.816.046.000
Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST	0	4.814.646.000	-4.814.646.000
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	0	1.400.000	-1.400.000
Decreto de 16/10/2014 (Crédito suplementar)	7.470.000	7.470.000	0
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	6.600.000	6.600.000	0
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	870.000	870.000	0
Decreto de 12/11/2014 (Crédito suplementar)	81.189.000	0	81.189.000
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás	81.189.000	0	81.189.000
Portaria DEST nº 23 de 13/11/2014 (Adequação do identificador de resultado primário)	1.000.000	1.000.000	0
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	1.000.000	1.000.000	0
MP nº 662 de 08/12/2014 (Crédito extraordinário)	404.755.786	0	404.755.786
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás	404.755.786	0	404.755.786
Decreto de 15/12/2014 (Crédito suplementar)	8.000.000	306.000.000	-298.000.000
Companhia Docas do Ceará - CDC	8.000.000	0	8.000.000
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	0	306.000.000	-306.000.000
Decreto de 15/12/2014 (Crédito especial)	22.623.776	0	22.623.776
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	21.623.776	0	21.623.776
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	1.000.000	0	1.000.000
Decreto de 15/12/2014 (Crédito suplementar)	403.449.928	0	403.449.928
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	32.203.246	0	32.203.246
Companhia Docas do Ceará - CDC	69.519.201	0	69.519.201
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	92.555.769	0	92.555.769
Companhia Docas do Pará - CDP	13.290.270	0	13.290.270
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	40.596.973	0	40.596.973
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	155.284.469	0	155.284.469
Decreto de 15/12/2014 (Crédito suplementar)	244.004.960	0	244.004.960
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	244.004.960	0	244.004.960
Decreto de 15/12/2014 (Crédito suplementar)	145.620.436	0	145.620.436
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	145.620.436	0	145.620.436
Decreto de 15/12/2014 (Crédito suplementar)	2.552.368	2.552.368	0
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	2.552.368	2.552.368	0
Decreto de 15/12/2014 (Crédito suplementar)	120.825.305	0	120.825.305
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	120.825.305	0	120.825.305
Decreto de 15/12/2014 (Crédito suplementar)	198.775.000	198.775.000	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	198.775.000	198.775.000	0
Decreto de 15/12/2014 (Crédito suplementar)	2.373.184.543	2.370.745.543	2.439.000

ESPECIFICAÇÃO	CRÉDITOS		MOVIMENTO
(Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	Suplementação	Cancelamento	LÍQUIDO
Araucária Nitrogenados S.A.	843.000	843.000	0
Banco da Amazônia S.A.	4.635.347	4.635.347	0
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	100.000	100.000	0
Companhia Docas do Pará - CDP	870.000	870.000	0
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	2.439.000	0	2.439.000
Cobra Tecnologia S.A.	1.041.430	1.041.430	0
Financiadora de Estudos e Projetos - Finep	670.666	670.666	0
Liquigás Distribuidora S.A. - Liquigás	1.210.600	1.210.600	0
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	7.879.000	7.879.000	0
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	116.251.000	116.251.000	0
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	2.236.244.500	2.236.244.500	0
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	1.000.000	1.000.000	0
Decreto de 15/12/2014 (Crédito suplementar)	82.922.250	170.244.452	-87.322.202
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	3.900.000	680.000	3.220.000
Companhia Docas do Ceará - CDC	0	8.340.000	-8.340.000
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	0	56.629.000	-56.629.000
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	30.000.000	30.505.309	-505.309
Companhia Docas do Pará - CDP	0	36.080.000	-36.080.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	0	14.680.000	-14.680.000
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	41.073.000	10.000.000	31.073.000
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	7.949.250	13.330.143	-5.380.893
Decreto de 15/12/2014 (Crédito suplementar)	329.206.615	329.206.615	0
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	329.206.615	329.206.615	0
Decreto de 24/12/2014 (Transposição de dotações orçamentária)	200.000	200.000	0
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	200.000	0	200.000
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE	0	200.000	-200.000
MP nº 666 de 30/12/2014 (Crédito extraordinário)	17.945.028.970	13.676.164.020	4.268.864.950
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	654.140	202.600	451.540
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	364.331.317	389.012.868	-24.681.551
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT	0	389.137.284	-389.137.284
Araucária Nitrogenados S.A.	75.237.000	2.500.000	72.737.000
Arembepe Energia S.A.	0	1.881.000	-1.881.000
Banco da Amazônia S.A.	2.548.883	448.500	2.100.383
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	8.054.278	35.805.298	-27.751.020
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	8.490.224	41.441.073	-32.950.849
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	5.566.500	28.981.108	-23.414.608
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB Turismo	0	1.800.000	-1.800.000
Caixa Econômica Federal - CAIXA	285.736.710	503.167.337	-217.430.627
Casa da Moeda do Brasil - CMB	4.616.925	264.827.017	-260.210.092
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasaminas	3.873.716	0	3.873.716
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron	1.224.026	319.504.010	-318.279.984
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	126.207.000	56.207.000	70.000.000
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	46.591.736	5.305.000	41.286.736
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel	0	6.875.000	-6.875.000
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	6.000.000	9.372.157	-3.372.157
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - Casemg	727.135	69.210	657.925
Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre	16.285.772	104.698.093	-88.412.321
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	600.000	95.970.005	-95.370.005
Companhia Docas do Ceará - CDC	0	2.908.241	-2.908.241
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	13.276.862	0	13.276.862
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	142.544.124	15.810.000	126.734.124

ESPECIFICAÇÃO	CRÉDITOS		MOVIMENTO
(Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	Suplementação	Cancelamento	LÍQUIDO
Companhia Docas do Pará - CDP	10.801.889	16.530.074	-5.728.185
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	0	306.124.295	-306.124.295
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	0	14.000.000	-14.000.000
Companhia Energética de Alagoas - Ceal	0	183.906.931	-183.906.931
Companhia Energética do Piauí - Cepisa	0	174.730.493	-174.730.493
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	128.500.000	0	128.500.000
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - Citepe	59.355.000	0	59.355.000
Companhia Petroquímica de Pernambuco - Petroquímicasuape	8.196.000	1.989.000	6.207.000
Cobra Tecnologia S.A.	0	7.918.123	-7.918.123
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	5.000.000	214.954.986	-209.954.986
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	43.500.000	80.000.000	-36.500.000
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA	5.522.000	0	5.522.000
Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron	1.080.000	4.250.000	-3.170.000
Energética Camaçari Muricy I S.A. - ECM 1	257.000	0	257.000
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	217.782.635	174.680.069	43.102.566
Fronape International Company - FIC	0	39.500.000	-39.500.000
Furnas - Centrais Elétricas S.A.	152.014.137	117.951.918	34.062.219
Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD	0	1.260.000	-1.260.000
Innova S.A.	11.980.000	0	11.980.000
IRB - Brasil Resseguros S.A.	0	29.005.155	-29.005.155
Liquigás Distribuidora S.A. - Liquigás	3.009.000	3.009.000	0
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	19.980.000	3.645.000	16.335.000
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	84.205.000	90.215.000	-6.010.000
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	2.606.000.000	0	2.606.000.000
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	60.000	87.000	-27.000
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	1.303.614.000	2.351.202.000	-1.047.588.000
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	149.976.000	49.127.000	100.849.000
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	11.671.725.000	7.334.880.000	4.336.845.000
Stratura Asfaltos S.A.	0	416.000	-416.000
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás	41.727.495	61.521.122	-19.793.627
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	122.223.520	0	122.223.520
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	97.772.946	0	97.772.946
Transpetro International B.V. - TI B.V.	33.876.000	0	33.876.000
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	32.587.000	118.524.000	-85.937.000
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	21.718.000	20.813.000	905.000
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	0	1.053	-1.053
Resumo dos Créditos	**27.384.602.026**	**21.878.403.998**	**5.506.198.028**
Dotação Final			**111.181.521.426**

Fonte: MP/Dest/Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

Ao final do exercício, as empresas estatais federais constantes do Orçamento de Investimento realizaram investimentos no montante de R$ 95.505.640.866,00, equivalentes a 85,9% da dotação final. A execução do Orçamento de Investimento foi registrada pelas empresas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

3.2. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

As empresas estatais realizaram investimentos no âmbito de 12 programas do Plano Plurianual 2012-2015. Alguns programas, principalmente no âmbito do setor petróleo, se destacam em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados, como também pelo empenho que as empresas por eles responsáveis dedicam em sua execução, medido pelos respectivos indicadores de desempenho. No quadro a seguir, são apresentados os programas na ordem de execução e a participação de cada um no total realizado pelas empresas estatais.

Vale destacar, que 81,2% dos valores executados em 2014 estiveram concentrados em dois programas: Petróleo e Gás e Combustível.

A realização total dos investimentos ficou em 85,9% da Dotação Final, sendo que apenas dois programas executaram abaixo de 50% dos valores da Dotação Final.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2014
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA - R$ MIL

Programa	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado Anual (d)	Realização % (d/c)
Petróleo e Gás	56.909.779	6.832.888	63.742.667	58.201.660	91,3
Combustíveis	22.694.932	-271.470	22.423.463	19.386.209	86,5
Energia Elétrica	9.723.616	-769.910	8.953.706	6.597.644	73,7
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	6.575.353	-279.909	6.295.444	4.633.044	73,6
Desenvolvimento Produtivo	2.946.172	-504.790	2.441.382	2.112.182	86,5
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	3.267.721	-355.582	2.912.139	1.805.788	62,0
Aviação Civil	1.658.582	177.054	1.835.635	1.366.028	74,4
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	517.603	485.945	1.003.548	775.248	77,3
Transporte Marítimo	1.243.495	141.460	1.384.955	492.871	35,6
Política Nacional de Defesa	8.000	56.475	64.475	58.483	90,7
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	55.583	0	55.583	49.752	89,5
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	74.488	-5.964	68.524	26.733	39,0
Total	**105.675.323**	**5.506.198**	**111.181.521**	**95.505.641**	**85,9**

Fonte: MP/Dest/Siop.

Considerando o período compreendido entre os anos de 2010 e 2014, em valores nominais, os investimentos das empresas estatais federais cresceram 13,7%. Vale registrar que os programas do PPA 2008 – 2011 foram reformulados, dando lugar, no PPA 2012 – 2015, aos Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. A área de infraestrutura concentra a maior parte dos recursos dos Programas Temáticos, distribuídos, entre outros, em Petróleo e Gás, Energia Elétrica e Combustíveis.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010 / 2014 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR PROGRAMA - R$ MIL

Programa	2010	2011	2012	2013	2014
Petróleo e Gás	0	0	48.720.980	63.253.896	58.201.660
Combustíveis	0	0	32.106.703	29.963.542	19.386.209
Energia Elétrica	0	0	6.104.175	7.872.689	6.597.644
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	3.015.925	2.648.784	4.406.562	4.449.100	4.633.044
Desenvolvimento Produtivo	0	0	3.125.375	3.876.951	2.112.182
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	1.254.855	1.256.060	1.590.499	1.803.902	1.805.788
Aviação Civil	0	0	1.132.963	1.508.998	1.366.028
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	0	0	135.151	280.532	775.248
Transporte Marítimo	0	0	382.938	460.771	492.871
Política Nacional de Defesa	0	0	51.590	34.042	58.483
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	0	0	2	2.293	49.752
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	0	0	144.652	33.858	26.733
Energia na Região Sul	1.061.038	1.023.408	41.779	0	0
Energia na Região Norte	422.601	1.191.989	23.882	0	0
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	529.943	1.045.327	759	0	0
Oferta de Petróleo e Gás Natural	35.567.672	32.940.707	0	0	0
Refino de Petróleo	18.581.354	20.713.940	0	0	0
Atuação Internacional na Área de Petróleo	4.700.972	4.456.490	0	0	0
Indústria Petroquímica	3.445.565	3.274.455	0	0	0
Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	3.596.051	2.988.160	0	0	0
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	2.075.714	2.491.896	0	0	0
Brasil com Todo Gás	4.075.611	2.190.517	0	0	0
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	1.786.896	2.060.298	0	0	0
Energia na Região Nordeste	921.399	1.270.891	0	0	0
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis	799.076	880.588	0	0	0
Luz para Todos	633.547	503.234	0	0	0
Energia nos Sistemas Isolados	368.366	427.641	0	0	0
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	244.279	202.287	0	0	0
Aprimoramento dos Serviços Postais	183.170	149.055	0	0	0
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	103.885	139.741	0	0	0
Eficiência Energética	109.466	107.911	0	0	0
Vetor Logístico Centro-Norte	23.712	79.460	0	0	0
Inclusão Digital	0	72.372	0	0	0
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	13.649	66.038	0	0	0
Energia Alternativa Renovável	23.237	62.847	0	0	0
Gestão da Política de Previdência Social	96.130	53.051	0	0	0
Gestão da Política de Energia	52.638	43.240	0	0	0
Vetor Logístico Centro-Sudeste	130.352	34.345	0	0	0
Vetor Logístico Leste	20.051	29.666	0	0	0
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	28.950	21.961	0	0	0
Desenvolvimento da Agroenergia	68.377	21.233	0	0	0
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	28.556	15.306	0	0	0
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2.078	2.601	0	0	0
Vetor Logístico Amazônico	2.023	1.238	0	0	0
Vetor Logístico Nordeste Meridional	6.030	614	0	0	0
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	2.735	562	0	0	0
Total	**83.975.903**	**82.467.913**	**97.968.010**	**113.540.573**	**95.505.641**

Fonte: MP/Dest/Siop

No Demonstrativo da Despesa por Órgão/Unidade, o Ministério de Minas e Energia, responsável por 91,8% do total dos investimentos das estatais, obteve o melhor desempenho, ao realizar 88,2% da Dotação Final. O Ministério da Previdência Social obteve o segundo melhor desempenho ao realizar 84,4%, seguido pela Secretaria de Aviação Civil, com 74,9%.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2014 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE - R$ MIL

Órgão / Unidade	Dotação Final (a)	Realizado Anual (b)	Compos. % (b/Tb)	Realização % (b/a)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	**40.891**	**18.925**	**0,0**	**46,3**
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasaminas	5.174	417	0,0	8,1
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - Casemg	958	678	0,0	70,7
Ceagesp - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	34.759	17.831	0,0	51,3
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	**42.485**	**22.294**	**0,0**	**52,5**
Financiadora de Estudos e Projetos - Finep	42.485	22.294	0,0	52,5
MINISTÉRIO DA FAZENDA	**6.032.737**	**4.164.892**	**4,4**	**69,0**
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF (*)	2.449	486	0,0	19,8
Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	1.280	295	0,0	23,0
Banco da Amazônia S.A.	59.882	41.350	0,0	69,1
Banco do Brasil S.A. - BB	3.100.509	1.947.971	2,0	62,8
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	105.064	34.726	0,0	33,1
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB Turismo	1.000	29	0,0	2,9
Caixa Econômica Federal - Caixa	2.304.769	1.887.665	2,0	81,9
Casa da Moeda do Brasil - CMB	37.628	31.380	0,0	83,4
COBRA Tecnologia S.A.	18.893	14.844	0,0	78,6
Empresa Gestora de Ativos - Emgea	1.261	687	0,0	54,4
Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	400.000	205.462	0,2	51,4
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	**52.272**	**33.914**	**0,0**	**64,9**
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	52.272	33.914	0,0	64,9
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	**99.413.987**	**87.668.210**	**91,8**	**88,2**
GRUPO ELETROBRAS	8.893.678	6.264.536	6,6	70,4
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	749.406	412.648	0,4	55,1
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	45.521	20.761	0,0	45,6
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron	189.263	155.298	0,2	82,1
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	600.261	378.703	0,4	63,1
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	82.268	33.284	0,0	40,5
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel	19.250	9.165	0,0	47,6
Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre	69.849	51.256	0,1	73,4
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	146.237	28.624	0,0	19,6
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	111.369	88.108	0,1	79,1
Companhia Energética do Piauí - Cepisa	260.892	132.433	0,1	50,8
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	1.969.106	1.237.640	1,3	62,9
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar	150	50	0,0	33,2
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	2.351.860	1.987.042	2,1	84,5
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	421.096	290.853	0,3	69,1
Furnas - Centrais Elétricas S.A.	1.296.395	849.175	0,9	65,5
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	173.663	168.573	0,2	97,1
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	407.088	420.921	0,4	103,4
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	3	1	0,0	19,9
GRUPO PETROBRAS	90.514.787	81.403.296	85,2	89,9
Araucária Nitrogenados S.A.	200.940	214.630	0,2	106,8
Arembepe Energia S.A.	5.047	2.204	0,0	43,7
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - Citepe	202.205	172.014	0,2	85,1
Companhia Petroquímica de Pernambuco - Petroquímicasuape	13.595	1.902	0,0	14,0

Órgão / Unidade	Dotação Final (a)	Realizado Anual (b)	Compos. % (b/Tb)	Realização % (b/a)
Energética Camaçari Muricy I S.A. - ECM 1	5.747	21.464	0,0	373,5
Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD	21.940	11.891	0,0	54,2
Innova S.A. (Vendida 30/09/13) (**)	11.980	9.594	0,0	80,1
Liquigás Distribuidora S.A. - Liquigás	130.000	129.982	0,1	100,0
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	36.575	25.039	0,0	68,5
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	906.980	900.366	0,9	99,3
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	3.925.818	3.593.324	3,8	91,5
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	85	11	0,0	13,0
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	10.027.201	8.790.612	9,2	87,7
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	2.359.391	1.573.361	1,6	66,7
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	72.212.269	65.564.919	68,7	90,8
Stratura Asfaltos S.A.	2.845	2.430	0,0	85,4
Transpetro International B.V. - TI B.V. (**)	33.876	32.940	0,0	97,2
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	353.336	307.845	0,3	87,1
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	64.957	48.769	0,1	75,1
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	**200.000**	**168.881**	**0,2**	**84,4**
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	200.000	168.881	0,2	84,4
MINISTÉRIO DA SAÚDE	**271.330**	**168.643**	**0,2**	**62,2**
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	271.330	168.643	0,2	62,2
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	**40**	**0**	**0,0**	**0,0**
Companhia Docas do Maranhão - Codomar	40	0	0,0	0,0
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	**1.787.786**	**1.323.131**	**1,4**	**74,0**
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	800.041	551.113	0,6	68,9
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras	987.746	772.019	0,8	78,2
MINISTÉRIO DA DEFESA	**5.730**	**4.023**	**0,0**	**70,2**
Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron	5.730	4.023	0,0	70,2
SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	**1.903.111**	**1.424.511**	**1,5**	**74,9**
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	1.903.111	1.424.511	1,5	74,9
SECRETARIA DE PORTOS	**1.431.153**	**508.216**	**0,5**	**35,5**
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	174.734	24.811	0,0	14,2
Companhia Docas do Ceará - CDC	132.661	70.593	0,1	53,2
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	199.128	48.478	0,1	24,3
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	545.943	292.400	0,3	53,6
Companhia Docas do Pará - CDP	101.355	23.017	0,0	22,7
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	151.119	14.105	0,0	9,3
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	126.213	34.812	0,0	27,6
TOTAL	**111.181.521**	**95.505.641**	**100,0**	**85,9**

(*) Decreto s/nº, de 26/02/2014, incluiu a programação da ABGF.
(**) Medida Provisória nº 666, de 30/12/2014, incluiu as programações das empresas INNOVA, PPSA e TI B.V.
Fonte: MP/Dest/Siop

O quadro Investimento por Função e Subfunção apresenta os investimentos realizados pelas empresas estatais federais em 2014, sendo 91,6% pertencentes à função Energia, com destaque para a subfunção Combustíveis Minerais, que respondeu por 77,1% do realizado. As funções Energia, Indústria e Previdência Social apresentaram as melhores realizações, com 88,2%, 86,3% e 84,4%, respectivamente. Das nove funções com realização no período, apenas Agricultura ficou abaixo de 50%, com 49,4%.

As seguintes subfunções apresentaram realização superior à média, 85,9%: Energia/Comercialização, Transportes/Transportes Especiais, Previdência Social/Administração Geral, Energia/Combustíveis Minerais, Indústria/Produção Industrial, e Energia/Transportes Especiais.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2014 - INVESTIMENTO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO - R$ MIL

Função / Subfunção	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado Anual (d)	Composição % (d/Td)	Realização % (d/c)
Agricultura	**36.359**	**8.995**	**45.354**	**22.410**	**0,0**	**49,4**
Administração Geral	33.009	4.601	37.610	16.819	0,0	44,7
Tecnologia da Informação	3.350	4.394	7.744	5.591	0,0	72,2
Comércio e Serviços	**6.402.172**	**-312.306**	**6.089.865**	**4.189.720**	**4,4**	**68,8**
Administração Geral	1.053.267	-52.815	1.000.452	617.249	0,6	61,7
Serviços Financeiros	3.267.721	-355.582	2.912.139	1.805.788	1,9	62,0
Tecnologia da Informação	2.081.184	96.091	2.177.275	1.766.683	1,8	81,1
Comunicações	**1.301.235**	**485.945**	**1.787.180**	**1.322.826**	**1,4**	**74,0**
Administração Geral	252.778	0	252.778	204.038	0,2	80,7
Comunicações Postais	364.389	0	364.389	200.654	0,2	55,1
Tecnologia da Informação	198.642	0	198.642	148.990	0,2	75,0
Telecomunicações	485.427	485.945	971.371	769.144	0,8	79,2
Defesa Nacional	**8.283**	**-3.153**	**5.130**	**3.601**	**0,0**	**70,2**
Administração Geral	8.283	-3.153	5.130	3.601	0,0	70,2
Energia	**93.997.283**	**5.192.917**	**99.190.200**	**87.472.384**	**91,6**	**88,2**
Administração Geral	538.761	205.212	743.973	539.997	0,6	72,6
Biocombustíveis	15.940	18.445	34.385	23.574	0,0	68,6
Combustíveis Minerais	73.445.975	7.584.534	81.030.509	73.590.943	77,1	90,8
Comercialização	874.064	-44.695	829.369	823.349	0,9	99,3
Conservação de Energia	85.982	-69.311	16.671	12.095	0,0	72,5
Energia Elétrica	9.871.319	-725.563	9.145.756	6.687.603	7,0	73,1
Produção Industrial	700.586	-680.003	20.583	7.760	0,0	37,7
Tecnologia da Informação	1.316.225	-215.247	1.100.978	843.029	0,9	76,6
Transporte Hidroviário	1.816.720	36.729	1.853.449	1.106.168	1,2	59,7
Transportes Especiais	5.331.711	-917.183	4.414.528	3.837.867	4,0	86,9
Indústria	**440.688**	**-204.962**	**235.726**	**203.394**	**0,2**	**86,3**
Administração Geral	52.817	-34.417	18.400	13.441	0,0	73,1
Produção Industrial	371.951	-159.969	211.983	185.418	0,2	87,5
Tecnologia da Informação	15.920	-10.577	5.343	4.535	0,0	84,9
Previdência Social	**236.500**	**-36.500**	**200.000**	**168.881**	**0,2**	**84,4**
Administração Geral	176.500	-80.000	96.500	87.850	0,1	91,0
Tecnologia da Informação	60.000	43.500	103.500	81.031	0,1	78,3
Saúde	**271.330**	**0**	**271.330**	**168.643**	**0,2**	**62,2**
Administração Geral	1.605	0	1.605	456	0,0	28,4
Suporte Profilático e Terapêutico	260.949	0	260.949	167.800	0,2	64,3
Tecnologia da Informação	8.777	0	8.777	387	0,0	4,4
Transporte	**2.981.473**	**375.263**	**3.356.736**	**1.953.781**	**2,0**	**58,2**
Administração Geral	32.032	-3.278	28.754	5.900	0,0	20,5
Tecnologia da Informação	21.693	-3	21.690	10.172	0,0	46,9
Transporte Aéreo	1.666.582	233.529	1.900.111	1.424.511	1,5	75,0
Transporte Hidroviário	1.243.495	141.460	1.384.955	492.871	0,5	35,6
Transportes Especiais	17.672	3.554	21.226	20.327	0,0	95,8
T O T A L	**105.675.323**	**5.506.198**	**111.181.521**	**95.505.641**	**100,0**	**85,9**

Fonte: MP/Dest/Siop

A tabela a seguir apresenta a evolução da execução do Orçamento de Investimento entre os anos de 2010 e 2014, por função e subfunção, em valores nominais. Destaca-se o crescimento dos montantes investidos em Saúde (884,8%) e Comunicações (442,1%).

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010 / 2014 - INVESTIMENTO REALIZADO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO - R$ MIL

Função e Subfunção	2010	2011	2012	2013	2014
Administração	**18**	**13**	**0**	**0**	**0**
Administração Geral	18	13	0	0	0
Agricultura	**7.167**	**14.569**	**18.914**	**16.080**	**22.410**
Administração Geral	5.513	11.715	17.964	15.595	16.819
Tecnologia da Informação	1.654	2.854	950	485	5.591
Comércio e Serviços	**2.582.893**	**2.353.668**	**3.347.709**	**3.586.507**	**4.189.720**
Administração Geral	346.816	327.250	480.886	447.654	617.249
Serviços Financeiros	1.254.855	1.256.060	1.590.499	1.803.902	1.805.788
Tecnologia da Informação	981.222	770.358	1.276.324	1.334.951	1.766.683
Comunicações	**243.998**	**269.319**	**542.703**	**859.372**	**1.322.826**
Administração Geral	27.344	8.935	113.399	325.043	204.038
Comunicações Postais	183.170	149.055	217.614	132.426	200.654
Tecnologia da Informação	33.484	38.956	81.785	126.833	148.990
Telecomunicações	0	72.372	129.906	275.070	769.144
Defesa Nacional	**7.188**	**0**	**6.330**	**14.635**	**3.601**
Administração Geral	7.188	0	6.330	14.635	3.601
Energia	**78.102.233**	**75.587.948**	**90.024.390**	**105.324.378**	**87.472.384**
Administração Geral	411.557	358.434	614.194	711.457	539.997
Biocombustíveis	96.283	52.160	24.310	26.141	23.574
Combustíveis Minerais	62.554.834	60.957.148	75.265.361	90.246.489	73.590.943
Comercialização	633.347	741.081	782.723	722.386	823.349
Conservação de Energia	109.466	107.911	57.370	47.236	12.095
Energia Elétrica	5.519.483	6.939.149	6.369.357	7.959.691	6.687.603
Irrigação	142.299	119.093	0	0	0
Produção Industrial	0	191.875	278.211	413.343	7.760
Tecnologia da Informação	1.025.034	951.642	996.969	852.395	843.029
Transporte Hidroviário	561.344	623.391	898.493	1.033.628	1.106.168
Transportes Especiais	7.048.584	4.546.064	4.737.402	3.311.612	3.837.867
Indústria	**1.965.856**	**2.566.806**	**2.087.312**	**1.206.037**	**203.394**
Administração Geral	15.047	29.622	22.616	27.960	13.441
Mineração	2.078	2.601	0	0	0
Produção Industrial	1.948.731	2.534.583	2.053.934	1.175.368	185.418
Tecnologia da Informação	0	0	10.762	2.710	4.535
Previdência Social	**101.441**	**59.427**	**122.977**	**228.580**	**168.881**
Administração Geral	5.311	6.377	21.566	121.168	87.850
Tecnologia da Informação	96.130	53.051	101.411	107.411	81.031
Saúde	**17.124**	**66.809**	**76.652**	**183.739**	**168.643**
Administração Geral	18	178	695	68	456
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	2.735	562	0	0	0
Suporte Profilático e Terapêutico	13.649	66.038	75.779	182.123	167.800
Tecnologia da Informação	722	31	178	1.548	387
Transporte	**947.986**	**1.549.354**	**1.741.023**	**2.121.247**	**1.953.781**
Administração Geral	37.576	46.657	79.403	46.794	5.900
Combustíveis Minerais	0	65.410	0	0	0
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueo	0	570	0	0	0
Tecnologia da Informação	58.233	49.155	62.823	62.533	10.172
Transporte Aéreo	558.499	1.060.633	1.185.312	1.543.040	1.424.511
Transporte Hidroviário	285.753	284.438	382.938	460.771	492.871
Transportes Especiais	7.625	42.437	30.547	8.109	20.327
Vigilância Epidemiológica	300	55	0	0	0
T O T A L	**83.975.903**	**82.467.913**	**97.968.010**	**113.540.573**	**95.505.641**

Os Recursos Próprios representaram a principal fonte dos gastos realizados com investimentos em 2014 (93,5%).

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2014
FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, POR NATUREZA - R$ MIL

Fontes de Financiamento	Dotação Inicial (a)	Compos. % (a/Ta)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Compos. % (c/Tc)	Realizado Anual (d)	Compos. % (d/Td)
Recursos Próprios	92.728.621	87,7	1.628.678	94.357.299	84,9	89.282.891	93,5
Geração Própria	92.728.621	87,7	1.628.678	94.357.299	84,9	89.282.891	93,5
Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	8.651.977	8,2	-4.494.873	4.157.103	3,7	2.657.714	2,8
Tesouro	3.582.853	3,4	222.876	3.805.728	3,4	2.359.759	2,5
Direto	2.485.925	2,4	467.567	2.953.492	2,7	1.799.145	1,9
Saldos de Exercícios Anteriores	1.096.928	1,0	-244.691	852.237	0,8	560.614	0,6
Controladora	5.069.124	4,8	-4.717.749	351.375	0,3	297.955	0,3
Operações de Crédito de Longo Prazo	2.126.526	2,0	8.577.526	10.704.052	9,6	3.171.808	3,3
Internas	2.126.526	2,0	6.952.324	9.078.850	8,2	3.138.979	3,3
Externas	0	0,0	1.625.202	1.625.202	1,5	32.828	0,0
Outros Recursos de Longo Prazo	2.168.200	2,1	-205.134	1.963.067	1,8	393.228	0,4
Debêntures	0	0,0	800.000	800.000	0,7	0	0,0
Controladora	2.168.200	2,1	-1.008.134	1.160.067	1,0	393.228	0,4
Outras Fontes	0	0,0	3.000	3.000	0,0	0	0,0
TOTAL	**105.675.323**	**100,0**	**5.506.198**	**111.181.521**	**100,0**	**95.505.641**	**100,0**

Fonte: MP/Dest/Siop

Ao analisar o comportamento das fontes de financiamento entre os anos de 2010 a 2014, nota-se que os recursos tiveram crescimento de 13,7%. Neste mesmo período, registrou-se um aumento significativo na participação da fonte de financiamento Tesouro (572,5%). A maior parte desse aumento é explicada pelo ciclo histórico de investimentos em infraestrutura portuária e aeroportuária porque passa o País. Trata-se de investimentos em mobilidade, estratégicos na atual conjuntura. Cabe ressaltar que, apesar desse aumento, os recursos do Tesouro ainda são pouco representativos no total das fontes do OI (2,5%).

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010 / 2014
FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, POR NATUREZA - R$ MIL

Fontes de Financiamento	2010	2011	2012	2013	2014
Recursos Próprios	61.634.558	73.526.713	80.005.035	96.823.292	89.282.891
Geração Própria	61.634.558	73.526.713	80.005.035	96.823.292	89.282.891
Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	3.833.220	1.984.644	12.109.347	13.240.128	2.657.714
Tesouro	350.893	346.129	621.250	2.188.343	2.359.759
Direto	86.377	217.224	141.514	1.540.091	1.799.145
Saldos de Exercícios Anteriores	264.516	128.905	479.737	648.253	560.614
Controladora	3.479.458	1.638.515	11.488.096	10.909.696	297.955
Outras Estatais	2.870	0	0	142.088	0
Operações de Crédito de Longo Prazo	2.816.851	4.830.177	3.485.179	3.018.663	3.171.808
Internas	2.816.851	3.295.243	1.438.795	2.457.751	3.138.979
Externas	0	1.534.934	2.046.384	560.913	32.828
Outros Recursos de Longo Prazo	15.691.273	2.126.379	2.368.450	458.490	393.228
Debêntures	0	105.609	49.042	0	0
Controladora	1.397.339	1.333.301	858.336	458.490	393.228
Outras Fontes	14.293.935	687.469	1.461.072	0	0
TOTAL	**83.975.903**	**82.467.913**	**97.968.010**	**113.540.573**	**95.505.641**

Fonte: MP/Dest/Siop

Em relação aos setores de atividade, as 68 empresas estatais federais que tiveram programação aprovada no Orçamento de Investimento de 2014 estão assim distribuídas:

- seis, no setor financeiro e de seguros;
- três, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- 24, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- 14, no setor de petróleo, derivados e gás natural, em pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- oito, no setor de administração portuária;
- uma, no setor de serviços postais;
- uma, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- três, no setor industrial de transformação, nos segmentos de equipamentos, insumos militares, de produção de moeda, cédulas, selos e similares, bem como de processamento de hemoderivados; e
- oito, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2014
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SETOR / GRUPO - R$ MIL

Setor / Grupo	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado Anual (d)	Compos. % (d/Td)
Setor Produtivo Estatal	99.705.304	5.811.235	105.516.539	91.537.723	95,8
Grupo Petrobras	84.452.060	6.062.727	90.514.787	81.403.296	85,2
Grupo Eletrobras	9.685.745	-792.067	8.893.678	6.264.536	6,6
Demais Empresas do Setor Produtivo	5.567.499	540.575	6.108.074	3.869.891	4,1
Setor Financeiro	5.970.019	-305.037	5.664.982	3.967.918	4,2
TOTAL	**105.675.323**	**5.506.198**	**111.181.521**	**95.505.641**	**100,0**

Fonte: MP/Dest/Siop.

Entre 2010 e 2014, o crescimento do valor realizado pelos setores Produtivo e Financeiro foi de 12,3% e de 61,1%, respectivamente. O Grupo Petrobras apresentou aumento nos valores investidos, porém teve queda em sua participação no total executado (menos 3,6 pontos percentuais). Por outro lado, o Grupo Eletrobras apresentou crescimento de 0,3 ponto percentual em sua participação no total investido, alcançando 6,6% em 2014.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010 / 2014
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR SETOR / GRUPO - R$ MIL

Setor / Grupo	2010	2011	2012	2013	2014
Setor Produtivo Estatal	81.512.943	80.259.131	94.839.119	110.113.910	91.537.723
Grupo Petrobras	74.552.101	71.285.370	85.984.216	99.224.888	81.403.296
Grupo Eletrobras	5.279.352	6.775.177	5.924.110	7.259.057	6.264.536
Demais Empresas do Setor Produtivo	1.681.491	2.198.583	2.930.793	3.629.966	3.869.891
Setor Financeiro	2.462.960	2.208.782	3.128.891	3.426.663	3.967.918
TOTAL	**83.975.903**	**82.467.913**	**97.968.010**	**113.540.573**	**95.505.641**

Fonte: MP/Dest/Siop.

Seguem tabelas com a execução dos investimentos, por grupo e empresa, no período de 2010 a 2014, em valores nominais.

GRUPO PETROBRAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2010 / 2014 - R$ MIL

EMPRESA	2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Petrobras	47.382.143	63,6	45.895.590	64,4	58.526.602	68,1	72.678.889	73,2	65.564.919	80,5
PNBV	9.389.548	12,6	6.934.934	9,7	6.138.017	7,1	8.412.772	8,5	8.790.612	10,8
PIB BV	4.693.044	6,3	4.427.039	6,2	5.067.244	5,9	5.070.929	5,1	3.593.324	4,4
Transpetro	1.081.674	1,5	916.180	1,3	1.311.522	1,5	1.466.222	1,5	1.573.361	1,9
BR	672.732	0,9	791.245	1,1	842.207	1,0	790.662	0,8	900.366	1,1
TAG	3.657.968	4,9	1.952.244	2,7	1.846.808	2,1	418.997	0,4	307.845	0,4
Araucária	0	0,0	0	0,0	0	0,0	62.001	0,1	214.630	0,3
Citepe	904.874	1,2	1.110.905	1,6	1.308.812	1,5	930.255	0,9	172.014	0,2
Liquigás	173.341	0,2	145.201	0,2	184.938	0,2	127.871	0,1	129.982	0,2
TBG	176.034	0,2	45.531	0,1	50.774	0,1	60.477	0,1	48.769	0,1
TI B.V.	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	32.940	0,0
Pbio	70.271	0,1	25.972	0,0	25.708	0,0	27.024	0,0	25.039	0,0
ECM 1	0	0,0	0	0,0	31	0,0	3.054	0,0	21.464	0,0
Gás Brasiliano GBD	0	0,0	2.349	0,0	24.231	0,0	12.601	0,0	11.891	0,0
Innova	0	0,0	15.876	0,0	9.718	0,0	42.825	0,0	9.594	0,0
Stratura Asfaltos	1.792	0,0	5.137	0,0	3.204	0,0	2.497	0,0	2.430	0,0
Arembepe	0	0,0	0	0,0	509	0,0	4.587	0,0	2.204	0,0
Petroquímicasuape	814.624	1,1	1.251.012	1,8	544.576	0,6	221.203	0,2	1.902	0,0
PB-LOG	618.229	0,8	668.858	0,9	415.427	0,5	4	0,0	11	0,0
Rnest (1)	3.075.113	4,1	6.673.304	9,4	9.367.648	10,9	8.852.803	8,9	0	0,0
FIC	7.928	0,0	29.451	0,0	310.368	0,4	38.803	0,0	0	0,0
SFE (2)	2.163	0,0	3.278	0,0	3.825	0,0	412	0,0	0	0,0
Termoceará (3)	400	0,0	3.156	0,0	2.019	0,0	0	0,0	0	0,0
Petroquisa(4)	42.973	0,1	248	0,0	26	0,0	0	0,0	0	0,0
CPRJPAR (5)	0	0,0	28	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0
CPRJPOL (6)	160.768	0,2	311.520	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mangue Seco 2	21.628	0,0	60.082	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CPRJEST (7)	41.270	0,1	9.978	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Fafen Energia(8)	3.322	0,0	3.895	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
PIFCo	199	0,0	1.035	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Termomacaé	488	0,0	548	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Termorio(9)	1.893	0,0	488	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Utejf(10)	573	0,0	287	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CPRJBAS(11)	1.188.392	1,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Breitener	199.084	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CPRJPET(12)	130.198	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CPRJMEG (13)	33.869	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Brasoil	5.563	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	**74.552.101**	**100,0**	**71.285.370**	**100,0**	**85.984.216**	**100,0**	**99.224.888**	**100,0**	**81.403.296**	**100,0**

1) Rnest incorporada pela Petrobras em 16/12/2013.
2) SFE incorporada pela Petrobras em 30/09/2013.
3) Termoceará incorporada pela Petrobras em 02/04/2014.
4) Petroquisa incorporada pela Petrobras em 27/01/2012.
5) CPRJPAR incorporada pela Petrobras em 30/09/2013.
6) CPRJPOL incorporada pela Petrobras em 30/09/2013.
7) CPRJEST incorporada pela Petrobras em 30/09/2013.
8) Fafen Energia Incorporada pela Petrobras em 19/12/2011.
9) Termorio Incorporada pela Petrobras em 19/12/2011.
10) Utejf Incorporada pela Petrobras em 19/12/2011.
11) CPRJBAS incorporada pela Petrobras em 31/01/2011.
12) CPRJPET incorporada pela Petrobras em 31/01/2011.
13) CPRJMEG incorporada pela Petrobras em 30/09/2013.
Fonte: MP/Dest/Siop.

GRUPO ELETROBRAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2010 / 2014 - R$ MIL

EMPRESA	2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Eletronuclear	531.331	10,1	1.273.044	18,8	740.940	12,5	1.651.471	22,8	1.987.042	31,7
Chesf	789.568	15,0	1.145.713	16,9	1.152.264	19,5	1.388.017	19,1	1.237.640	19,8
Furnas	1.245.290	23,6	987.845	14,6	1.147.868	19,4	944.710	13,0	849.175	13,6
TSLE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	340.962	4,7	420.921	6,7
AmE	489.909	9,3	503.822	7,4	750.954	12,7	1.044.628	14,4	412.648	6,6
Eletronorte	418.341	7,9	391.742	5,8	348.011	5,9	359.690	5,0	378.703	6,0
Eletrosul	627.868	11,9	620.258	9,2	469.683	7,9	321.550	4,4	290.853	4,6
TSBE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	416.002	5,7	168.573	2,7
Ceron (*)	144.881	2,7	154.359	2,3	209.704	3,5	173.323	2,4	155.298	2,5
Cepisa (*)	275.916	5,2	299.974	4,4	314.648	5,3	207.085	2,9	132.433	2,1
Ceal(*)	138.032	2,6	86.110	1,3	104.962	1,8	112.382	1,5	88.108	1,4
Eletroacre(*)	58.112	1,1	39.786	0,6	52.904	0,9	62.655	0,9	51.256	0,8
Eletrobras	95.545	1,8	15.013	0,2	14.447	0,2	24.065	0,3	33.284	0,5
CGTEE	438.159	8,3	258.775	3,8	64.861	1,1	61.622	0,8	28.624	0,5
BVenergia	10.266	0,2	32.680	0,5	26.727	0,5	17.899	0,2	20.761	0,3
Cepel	16.115	0,3	14.096	0,2	20.173	0,3	15.037	0,2	9.165	0,1
Eletropar	18	0,0	13	0,0	11	0,0	17	0,0	50	0,0
Uirapuru	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0
ETE	0	0,0	503.914	7,4	300.705	5,1	68.507	0,9	0	0,0
RS Energia(**)	0	0,0	31.484	0,5	81.560	1,4	19.135	0,3	0	0,0
PVTE(**)	0	0,0	297.431	4,4	59.340	1,0	18.162	0,3	0	0,0
RBTE(***)	0	0,0	119.119	1,8	64.348	1,1	12.137	0,2	0	0,0
TOTAL	**5.279.352**	**100,0**	**6.775.177**	**100,0**	**5.924.110**	**100,0**	**7.259.057**	**100,0**	**6.264.536**	**100,0**

(*) Empresas federalizadas.
(**) RS Energia e PVTE foram incorporadas pela Eletrosul em 02/04/2013.
(***) RBTE foi incorporada pela Eletronorte em 30/12/2013.
Fonte: MP/Dest/Siop.

DEMAIS EMPRESAS DO SPE
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2010 / 2014 - R$ MIL

EMPRESA	2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Infraero	643.621	38,3	1.144.749	52,1	1.315.173	44,9	1.640.116	45,2	1.424.511	36,8
Telebras	3.883	0,2	76.195	3,5	138.649	4,7	286.167	7,9	772.019	19,9
ECT	242.047	14,4	194.737	8,9	404.528	13,8	574.901	15,8	551.113	14,2
Codesp	131.831	7,8	35.534	1,6	116.144	4,0	189.061	5,2	292.400	7,6
Serpro	110.935	6,6	133.030	6,1	206.103	7,0	146.924	4,0	205.462	5,3
Dataprev	101.441	6,0	59.427	2,7	122.977	4,2	228.580	6,3	168.881	4,4
Hemobrás	17.124	1,0	66.809	3,0	76.652	2,6	183.739	5,1	168.643	4,4
CDC	14.691	0,9	19.224	0,9	81.352	2,8	104.073	2,9	70.593	1,8
Codesa	8.528	0,5	17.931	0,8	95.254	3,3	74.103	2,0	48.478	1,3
Codern	89.736	5,3	121.074	5,5	34.990	1,2	36.757	1,0	34.812	0,9
CMB	244.279	14,5	202.287	9,2	233.923	8,0	54.579	1,5	31.380	0,8
Codeba	6.673	0,4	1.945	0,1	18.367	0,6	38.665	1,1	24.811	0,6
CDP	29.006	1,7	85.148	3,9	43.254	1,5	8.548	0,2	23.017	0,6
Ceagesp	3.457	0,2	7.400	0,3	10.808	0,4	14.498	0,4	17.831	0,5
Cobra	7.354	0,4	8.816	0,4	8.378	0,3	9.739	0,3	14.844	0,4
CDRJ	14.344	0,9	13.716	0,6	4.923	0,2	19.585	0,5	14.105	0,4
Emgepron	7.188	0,4	568	0,0	6.844	0,2	15.169	0,4	4.023	0,1
Emgea	585	0,0	833	0,0	994	0,0	1.014	0,0	687	0,0
Casemg	685	0,0	202	0,0	309	0,0	334	0,0	678	0,0
ABGF	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,0	486	0,0
Ceasaminas	3.026	0,2	6.967	0,3	7.796	0,3	1.248	0,0	417	0,0
PPSA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	378	0,0
Ativos S.A.	33	0,0	59	0,0	2.172	0,1	583	0,0	295	0,0
BB Turismo	1.025	0,1	1.925	0,1	1.171	0,0	1.581	0,0	29	0,0
Codomar	0	0,0	6	0,0	31	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	**1.681.491**	**100,0**	**2.198.583**	**100,0**	**2.930.793**	**100,0**	**3.629.966**	**100,0**	**3.869.891**	**100,0**

Fonte: MP/Dest/Siop.

SETOR FINANCEIRO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2010 / 2014 - R$ MIL

EMPRESA	2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
BB	1.770.674	71,9	1.572.161	71,2	2.086.019	66,7	1.549.861	45,2	1.947.971	49,1
Caixa	584.621	23,7	498.563	22,6	930.052	29,7	1.754.288	51,2	1.887.665	47,6
Basa	19.353	0,8	38.865	1,8	16.030	0,5	23.170	0,7	41.350	1,0
BNB	21.142	0,9	27.799	1,3	42.027	1,3	69.857	2,0	34.726	0,9
BNDES	52.873	2,1	47.938	2,2	29.259	0,9	16.590	0,5	33.914	0,9
Finep	1.163	0,0	2.109	0,1	2.047	0,1	544	0,0	22.294	0,6
IRB-Brasil Re(Desest.22/11/13	13.134	0,5	21.346	1,0	23.458	0,7	12.353	0,4	0	0,0
TOTAL	**2.462.960**	**100,0**	**2.208.782**	**100,0**	**3.128.891**	**100,0**	**3.426.663**	**100,0**	**3.967.918**	**100,0**

Fonte: MP/Dest/Siop.

O quadro a seguir apresenta os valores consolidados da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas dotações, os valores realizados, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional. Os valores realizados como "Nacional", representaram 46,7%, do total, seguidos pela região Sudeste (28,2%) e pela região Nordeste (12,8%).

Os investimentos no País representaram 92,4% do total realizado em 2014. Por Estados, os maiores investimentos ocorreram no Rio de Janeiro e em Pernambuco, com 10,0% e 6,4%, respectivamente, devido, em grande parte, a projetos do Grupo Petrobras.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2014
DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS - R$ MIL

Macrorregião	Dotação Inicial	Crédito Líquido	Dotação Final	Compos. %	Realizado Anual	Compos. %	Realização %
Região / Estado	(a)	(b)	(c=a+b)	(c/Tc)	(d)	(d/Td)	(d/c)
Nacional	51.877.803	-105.617	51.772.186	46,6	44.567.340	46,7	86,1
Exterior	6.482.207	2.239.219	8.721.426	7,8	7.281.653	7,6	83,5
Região Norte	3.437.553	-943.434	2.494.119	2,2	1.776.189	1,9	71,2
Região Norte	1.086.189	-101.241	984.949	0,9	871.949	0,9	88,5
Acre	208.624	-43.448	165.176	0,1	92.950	0,1	56,3
Amapá	101.185	-94.762	6.423	0,0	3.310	0,0	51,5
Amazonas	1.277.216	-348.328	928.888	0,8	584.410	0,6	62,9
Pará	164.191	-44.527	119.664	0,1	35.550	0,0	29,7
Rondônia	516.800	-287.676	229.125	0,2	165.145	0,2	72,1
Roraima	73.850	-24.228	49.622	0,0	21.762	0,0	43,9
Tocantins	9.497	775	10.272	0,0	1.112	0,0	10,8
Região Nordeste	13.278.278	1.882.250	15.160.528	13,6	12.207.335	12,8	80,5
Região Nordeste	4.694.152	670.838	5.364.990	4,8	4.625.151	4,8	86,2
Alagoas	323.009	-197.533	125.476	0,1	92.621	0,1	73,8
Bahia	516.267	273.933	790.199	0,7	483.853	0,5	61,2
Ceará	457.851	-29.513	428.338	0,4	192.350	0,2	44,9
Maranhão	1.321.230	-1.138.546	182.685	0,2	161.907	0,2	88,6
Paraíba	17.847	-5.637	12.210	0,0	4.001	0,0	32,8
Pernambuco	5.285.684	2.165.905	7.451.589	6,7	6.149.718	6,4	82,5
Piauí	451.956	-188.023	263.933	0,2	133.128	0,1	50,4
Rio Grande do Norte	197.940	242.047	439.987	0,4	287.879	0,3	65,4
Sergipe	12.343	88.779	101.121	0,1	76.727	0,1	75,9
Região Sudeste	28.260.654	1.513.332	29.773.986	26,8	26.926.446	28,2	90,4
Região Sudeste	10.228.923	4.577.154	14.806.077	13,3	14.218.784	14,9	96,0
Espírito Santo	347.181	-92.101	255.079	0,2	80.262	0,1	31,5
Minas Gerais	1.027.186	-234.986	792.200	0,7	570.752	0,6	72,0
Rio de Janeiro	14.653.157	-3.342.716	11.310.441	10,2	10.319.747	10,8	91,2
São Paulo	2.004.207	605.982	2.610.188	2,3	1.736.902	1,8	66,5
Região Sul	1.884.432	797.917	2.682.349	2,4	2.317.708	2,4	86,4
Região Sul	312.608	400.052	712.661	0,6	633.643	0,7	88,9
Paraná	315.466	79.657	395.123	0,4	355.710	0,4	90,0
Rio Grande do Sul	920.508	554.707	1.475.215	1,3	1.275.905	1,3	86,5
Santa Catarina	335.850	-236.499	99.351	0,1	52.451	0,1	52,8
Região Centro-Oeste	454.396	122.531	576.927	0,5	428.968	0,4	74,4
Região Centro-Oeste	53.336	25.938	79.274	0,1	58.088	0,1	73,3
Distrito Federal	128.137	47.506	175.643	0,2	118.979	0,1	67,7
Goiás	191.527	59.993	251.521	0,2	204.246	0,2	81,2
Mato Grosso	71.258	-11.034	60.224	0,1	43.018	0,0	71,4
Mato Grosso do Sul	10.137	128	10.265	0,0	4.637	0,0	45,2
TOTAL	**105.675.323**	**5.506.198**	**111.181.521**	**100,0**	**95.505.641**	**100,0**	**85,9**

Fonte: MP/Dest/Siop

Entre os anos de 2010 e 2014, os investimentos realizados como Nacional ganharam maior relevância, com sua participação crescendo de 22,9% para 46,7%.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2010 / 2014
DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS - R$ MIL

Macrorregião	2010		2011		2012		2013		2014	
Região / Estado	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Nacional	19.260.296	22,9	22.130.251	26,8	34.150.559	34,9	44.278.404	39,0	44.567.340	46,7
Exterior	11.340.703	13,5	11.392.290	13,8	10.907.667	11,1	11.335.669	10,0	7.281.653	7,6
Região Norte	1.991.285	2,4	2.597.867	3,2	2.413.010	2,5	2.669.500	2,4	1.776.189	1,9
Região Norte	585.510	0,7	762.162	0,9	744.183	0,8	924.857	0,8	871.949	0,9
Acre	62.200	0,1	41.924	0,1	56.406	0,1	68.477	0,1	92.950	0,1
Amapá	10.588	0,0	11.676	0,0	8.758	0,0	14.504	0,0	3.310	0,0
Amazonas	1.117.318	1,3	884.993	1,1	1.041.553	1,1	1.359.350	1,2	584.410	0,6
Pará	54.016	0,1	104.468	0,1	61.505	0,1	27.798	0,0	35.550	0,0
Rondônia	147.630	0,2	755.254	0,9	467.432	0,5	250.825	0,2	165.145	0,2
Roraima	12.275	0,0	34.845	0,0	29.949	0,0	19.729	0,0	21.762	0,0
Tocantins	1.749	0,0	2.545	0,0	3.223	0,0	3.961	0,0	1.112	0,0
Região Nordeste	12.057.875	14,4	15.909.775	19,3	18.464.987	18,8	17.674.986	15,6	12.207.335	12,8
Região Nordeste	4.089.666	4,9	3.585.315	4,3	4.134.855	4,2	4.484.606	3,9	4.625.151	4,8
Alagoas	140.169	0,2	86.907	0,1	113.008	0,1	121.739	0,1	92.621	0,1
Bahia	2.036.558	2,4	1.822.165	2,2	1.152.672	1,2	1.594.400	1,4	483.853	0,5
Ceará	75.572	0,1	168.751	0,2	347.641	0,4	319.184	0,3	192.350	0,2
Maranhão	230.626	0,3	494.925	0,6	783.691	0,8	372.450	0,3	161.907	0,2
Paraíba	1.650	0,0	2.205	0,0	6.674	0,0	11.533	0,0	4.001	0,0
Pernambuco	4.875.183	5,8	9.195.158	11,1	11.354.712	11,6	10.236.012	9,0	6.149.718	6,4
Piauí	279.356	0,3	303.957	0,4	320.999	0,3	214.893	0,2	133.128	0,1
Rio Grande do Norte	312.961	0,4	228.622	0,3	163.112	0,2	120.886	0,1	287.879	0,3
Sergipe	16.135	0,0	21.770	0,0	87.622	0,1	199.283	0,2	76.727	0,1
Região Sudeste	33.496.013	39,9	24.867.102	30,2	23.686.136	24,2	33.867.601	29,8	26.926.446	28,2
Região Sudeste	20.345.204	24,2	13.606.055	16,5	11.796.996	12,0	16.818.262	14,8	14.218.784	14,9
Espírito Santo	796.700	0,9	520.394	0,6	381.776	0,4	405.205	0,4	80.262	0,1
Minas Gerais	764.335	0,9	663.109	0,8	929.710	0,9	1.005.717	0,9	570.752	0,6
Rio de Janeiro	5.384.395	6,4	5.684.532	6,9	6.904.908	7,0	11.582.137	10,2	10.319.747	10,8
São Paulo	6.205.379	7,4	4.393.012	5,3	3.672.746	3,7	4.056.282	3,6	1.736.902	1,8
Região Sul	5.391.884	6,4	5.054.580	6,1	7.730.323	7,9	3.370.923	3,0	2.317.708	2,4
Região Sul	170.559	0,2	218.774	0,3	27.400	0,0	810.512	0,7	633.643	0,7
Paraná	4.009.396	4,8	3.495.053	4,2	1.822.062	1,9	1.164.642	1,0	355.710	0,4
Rio Grande do Sul	1.206.539	1,4	1.329.734	1,6	5.743.060	5,9	1.245.622	1,1	1.275.905	1,3
Santa Catarina	5.390	0,0	11.019	0,0	137.800	0,1	150.148	0,1	52.451	0,1
Região Centro-Oeste	437.846	0,5	516.048	0,6	615.328	0,6	343.490	0,3	428.968	0,4
Região Centro-Oeste	110.038	0,1	112.520	0,1	13.790	0,0	37.314	0,0	58.088	0,1
Distrito Federal	32.907	0,0	17.044	0,0	309.742	0,3	115.427	0,1	118.979	0,1
Goiás	8.593	0,0	13.568	0,0	33.805	0,0	62.822	0,1	204.246	0,2
Mato Grosso	2.813	0,0	9.129	0,0	15.656	0,0	50.757	0,0	43.018	0,0
Mato Grosso do Sul	283.495	0,3	363.787	0,4	242.335	0,2	77.169	0,1	4.637	0,0
TOTAL	**83.975.903**	**100,0**	**82.467.913**	**100,0**	**97.968.010**	**100,0**	**113.540.573**	**100,0**	**95.505.641**	**100,0**

Fonte: MP/Dest/Siop

Em 2014, das 580 ações do Orçamento de Investimento, apenas 17 tiveram realização superior à dotação aprovada (2,6%), conforme discriminado na tabela:

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2014
PROJETOS/ATIVIDADES COM REALIZAÇÃO SUPERIOR À DOTAÇÃO APROVADA - R$ MIL

Empresa / Código de ação	Título / localizador de gasto	Dotação Final (a)	Realizado no ano (b)	Excesso % (b/a)
Araucária Nitrogenados S.A.				
6595 0041	Manutenção da Infraestrutura Operacional das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados - No Estado do Paraná	195.453	214.630	9,8
Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre				
14L1 0012	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (AC) - No Estado do Acre	13.076	14.790	13,1
20P2 0012	Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (AC) - No Estado do Acre	7.458	15.272	104,8
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp				
153M 3908	Incorporação ao Patrimônio da Codesp de Obras Realizadas na Margem Direita do Porto de Santos Alamoa - No Município de Santos - SP	142.544	162.130	13,7
Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron				
14RN 0033	Implantação de Laboratório de Análise Química da Estabilidade de Pólvoras e Explosivos - No Estado do Rio de Janeiro	1.000	1.030	3,0
Energética Camaçari Muricy I S.A. - ECM 1				
6556 0029	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Usinas Termelétricas - No Estado da Bahia	5.747	21.464	273,5
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras				
151G 0010	Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Norte - Na Região Norte	1.740	1.787	2,7
2D01 0020	Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste - Na Região Nordeste	131.180	176.899	34,9
20OQ 0030	Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo - Na Região Sudeste	4.496.710	4.557.509	1,4
4109 0001	Manutenção da Infraestrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural - Nacional	3.312.006	3.349.730	1,1
4861 0001	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional	6.838	10.730	56,9
6556 0040	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Usinas Termelétricas - Na Região Sul	455	1.368	200,7
6556 0050	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Usinas Termelétricas - Na Região Centro-Oeste	46.406	46.629	0,5
6597 0020	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados - Na Região Nordeste	7.617	8.531	12,0
Stratura Asfaltos S.A.				
4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional	611	630	3,1
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE				
14XD 0040	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia e Implantação de Subestações na Região Sul - Na Região Sul	407.088	420.921	3,4
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG				
8020 0001	Disponibilização de Estações de Entrega e de Medição do Gasoduto Bolívia-Brasil - Nacional	8.490	9.130	7,5

Fonte: MP/Dest/Siop

Dessas 17 ações, oito excederam o programado entre 0,48% e 7,54%, quatro entre 9,81% e 13,74%, e três ações tiveram excesso entre 104,76 e 273,48%. Considerando o conjunto acima, foram gastos R$ 228,8 milhões além do programado.

3.3. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Do total dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos em 2014, 71,1% foram destinados a microempresas ou pessoas físicas, 18,8% a grandes empresas, 6,3% a pequenas empresas, 2,9% a empresas de porte médio e 0,8% a empresas de porte médio grande.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2014
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR - R$ MILHÕES
OPERAÇÕES REALIZADAS

Região Geográfica	Programação Anual	Total	Porte do Tomador				
			Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
Região Norte	126.778	116.503	84.117	9.799	4.225	609	17.752
Região Nordeste	360.639	326.914	248.935	30.176	14.625	2.209	30.968
Região Sudeste	1.264.524	1.127.472	735.311	51.170	25.523	7.934	307.534
Região Sul	540.679	385.310	296.007	29.937	13.818	4.714	40.834
Região Centro-Oeste	287.222	276.449	223.956	20.652	6.307	3.018	22.515
TOTAL	**2.579.841**	**2.232.647**	**1.588.327**	**141.734**	**64.498**	**18.483**	**419.604**

Fonte: MP/Dest/Siest

Considerando os empréstimos concedidos por setor de atividade, “Outros Serviços” teve participação de 45,3%, seguido pelo setor “Habitação”, com 15,6%.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2014
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE
OPERAÇÕES REALIZADAS - R$ MILHÕES

Região Geográfica	Programação Anual	Total	Setor de Atividade						
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros
Região Norte	126.778	116.503	7.652	6.644	9.054	5.476	58.899	16.083	12.694
Região Nordeste	360.639	326.914	13.274	25.532	32.346	4.840	155.473	54.475	40.973
Região Sudeste	1.264.524	1.127.472	42.796	112.187	55.502	119.467	482.758	176.089	138.673
Região Sul	540.679	385.310	44.165	36.196	30.378	11.954	166.440	58.794	37.384
Região Centro-Oeste	287.222	276.449	30.319	11.185	14.486	5.255	147.099	42.402	25.704
TOTAL	**2.579.841**	**2.232.647**	**138.206**	**191.743**	**141.766**	**146.992**	**1.010.669**	**347.843**	**255.428**

Fonte: MP/Dest/Siest

Os empréstimos concedidos foram financiados, em sua maior parte, por “Recursos Próprios” (79,2%), seguido por “Outras Fontes” (16,2%).

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2014
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS - R$ MILHÕES

Região Geográfica	Programação Anual	Origem dos Recursos Realizados			
		Total	Próprio	Tesouro Nacional	Outras Fontes
Região Norte	126.778	116.503	89.791	11.500	15.211
Região Nordeste	360.639	326.914	251.950	20.132	54.832
Região Sudeste	1.264.524	1.127.472	902.664	50.998	173.810
Região Sul	540.679	385.310	298.088	7.849	79.373
Região Centro-Oeste	287.222	276.449	226.641	12.453	37.355
TOTAL	**2.579.841**	**2.232.647**	**1.769.134**	**102.932**	**360.581**

Fonte: MP/Dest/Siest

Do total dos recebimentos em 2014, destacam-se os provenientes de microempresas e/ou pessoas físicas (77,0%) e os de grandes empresas (14,3%).

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2014
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR
OPERAÇÕES REALIZADAS - R$ MILHÕES

Região Geográfica	Programação Anual	Total	Porte do Tomador				
			Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
Região Norte	109.615	100.017	81.643	7.361	2.784	292	7.937
Região Nordeste	339.788	299.032	245.673	24.942	10.952	1.743	15.723
Região Sudeste	1.092.233	966.853	684.403	40.734	17.165	4.373	220.176
Região Sul	468.983	322.893	263.935	23.025	10.451	2.886	22.595
Região Centro-Oeste	255.354	244.820	213.244	15.779	4.133	2.245	9.419
TOTAL	**2.265.974**	**1.933.615**	**1.488.899**	**111.842**	**45.484**	**11.539**	**275.850**
- amortizações	1.742.655	1.571.682	1.206.669	93.587	37.743	9.109	224.574
- encargos	523.318	361.933	282.230	18.255	7.742	2.430	51.276

Fonte: MP/Dest/Siest

Dentre os recebimentos por setor de atividade, a maior participação foi de "Outros Serviços", com 46,6%.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2014
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE
OPERAÇÕES REALIZADAS - R$ MILHÕES

Região Geográfica	Programação		Setor de Atividade						
	Anual	Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros
Região Norte	109.615	100.017	2.619	3.711	6.368	4.293	50.862	13.401	18.763
Região Nordeste	339.788	299.032	5.857	14.527	26.014	7.012	142.031	42.288	61.302
Região Sudeste	1.092.233	966.853	14.223	58.986	34.271	124.552	419.966	142.715	172.140
Região Sul	468.983	322.893	13.877	18.113	21.820	20.542	156.865	44.275	47.401
Região Centro-Oeste	255.354	244.820	11.346	5.246	10.305	7.371	130.737	34.617	45.198
TOTAL	2.265.974	1.933.615	47.921	100.582	98.778	163.771	900.462	277.297	344.804
- amortizações	1.742.655	1.571.682	40.544	77.068	76.420	140.283	772.006	194.122	271.238
- encargos	523.318	361.933	7.377	23.514	22.357	23.488	128.456	83.175	73.566

Fonte: MP/Dest/Siest

Dos recebimentos registrados em 2014, 83,3% foram referentes a operações financiadas com Recursos Próprios.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2014
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS - R$ MILHÕES

Região Geográfica	Programação Anual	Origem dos Recursos Realizados			
		Total	Próprio	Tesouro Nacional	Outras Fontes
Região Norte	109.615	100.017	85.718	4.822	9.477
Região Nordeste	339.788	299.032	248.267	11.298	39.467
Região Sudeste	1.092.233	966.853	791.396	43.951	131.506
Região Sul	468.983	322.893	266.648	3.961	52.283
Região Centro-Oeste	255.354	244.820	218.214	3.702	22.904
TOTAL	**2.265.974**	**1.933.615**	**1.610.243**	**67.734**	**255.638**
- amortizações	1.742.655	1.571.682	1.321.910	54.228	195.543
- encargos	523.318	361.933	288.333	13.506	60.095

Fonte: MP/Dest/Siest

Do total dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, acrescido dos correspondentes encargos financeiros e deduzidas as amortizações, tem-se o fluxo das aplicações. Em 2014, 48,1% do valor total do fluxo das aplicações foi proveniente de operações com grandes empresas e 33,3% com microempresas e/ou pessoas físicas.

FLUXO DAS APLICAÇÕES – 2014
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR - R$ MILHÕES

Região Geográfica	Programação Anual	Operações Realizadas					
		Total	Porte do Tomador				
			Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
Região Norte	17.163	16.485	2.474	2.439	1.441	317	9.815
Região Nordeste	20.850	27.881	3.263	5.234	3.674	466	15.246
Região Sudeste	172.290	160.620	50.908	10.435	8.358	3.560	87.358
Região Sul	71.696	62.417	32.072	6.911	3.367	1.828	18.239
Região Centro-Oeste	31.868	31.629	10.712	4.873	2.174	773	13.096
TOTAL	**313.867**	**299.032**	**99.428**	**29.892**	**19.013**	**6.944**	**143.754**

Fonte: MP/Dest/Siest

Considerando o fluxo por setor de atividade, 36,9% foi proveniente de “Outros Serviços”, 30,5% de “Industrial”, e 30,2% de “Rural”.

FLUXO DAS APLICAÇÕES – 2014
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE - R$ MILHÕES

Região Geográfica	Programação Anual	Operações Realizadas							
		Total	Setor de Atividade						
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitaçã	Outros
Região Norte	17.163	16.485	5.034	2.933	2.685	1.183	8.037	2.682	-6.069
Região Nordeste	20.850	27.881	7.417	11.005	6.332	-2.172	13.442	12.187	-20.330
Região Sudeste	172.290	160.620	28.574	53.201	21.232	-5.086	62.792	33.374	-33.467
Região Sul	71.696	62.417	30.288	18.083	8.558	-8.588	9.575	14.519	-10.016
Região Centro-Oeste	31.868	31.629	18.973	5.938	4.181	-2.117	16.362	7.784	-19.494
TOTAL	**313.867**	**299.032**	**90.285**	**91.160**	**42.988**	**-16.779**	**110.207**	**70.546**	**-89.376**

Fonte: MP/Dest/Siest

As operações financiadas com recursos próprios responderam por 73,9% do fluxo total. Por região, destaca-se o fluxo positivo para a região Sudeste (53,7% do total), seguido pelas regiões Sul (20,9%) e Nordeste (10,6%).

FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2014
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS - R$ MILHÕES

Região Geográfica	Programação Anual	Origem dos Recursos Realizados			
		Total	Próprio	Tesouro Nacional	Outras Fontes
Região Norte	17.163	16.485	4.073	6.678	5.734
Região Nordeste	20.850	27.881	3.682	8.834	15.365
Região Sudeste	172.290	160.620	111.269	7.047	42.304
Região Sul	71.696	62.417	31.440	3.888	27.089
Região Centro-Oeste	31.868	31.629	8.427	8.751	14.451
TOTAL	**313.867**	**299.032**	**158.891**	**35.198**	**104.943**

Fonte: MP/Dest/Siest

3.4. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO

O Grupo Eletrobras é responsável pela gestão dos recursos setoriais que atendem a diversas áreas do Setor Elétrico, representados por:

- Reserva Global de Reversão (RGR), que é utilizada em projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, o Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica (Procel) e o Reluz, que trata da eficiência energética na iluminação pública dos municípios brasileiros;
- Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos Estados que ainda não possuem rede canalizada; e
- Conta de Consumo de Combustível (CCC), que financia os custos com a geração de energia à base de combustíveis fósseis, principalmente nos sistemas isolados, situados basicamente na Região Norte do país.

Os três fundos observam as seguintes características:

- são decorrentes de leis específicas;
- têm como finalidades o desenvolvimento e a melhoria do serviço público de energia elétrica por meio da promoção da modicidade tarifária, da universalização dos serviços e do desenvolvimento de novas fontes alternativas de energia elétrica;
- sua principal fonte de receitas decorre do recolhimento de recursos pelas concessionárias, provenientes de pagamento de encargos financeiros realizados pelos usuários dos serviços, embutidos nas tarifas de energia elétrica, sendo vinculada a sua utilização aos fins específicos previstos nas leis que criaram os referidos fundos;
- a arrecadação dos recursos não observa o ano civil; e
- são geridos por determinação legal pela Eletrobras.

O Decreto nº 7.891, de 23 de Janeiro de 2013, regulamentou a Lei nº 12.783, de 11 de Janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, alterou a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e introduziu diversas modificações nas atribuições dos Fundos Setoriais.

No exercício de 2014 foram previstas receitas de R$ 23,8 bilhões, tendo sido atingida uma arrecadação de R$ 19,7 bilhões.

O Plano de aplicação da RGR, a CDE e a CCC, para o exercício de 2014, previu investimentos da ordem de R$ 25,9 bilhões. O montante aplicado pelos Fundos do Setor Elétrico foi de R$ 19,4 bilhões, tendo como fonte de cobertura os aportes do Tesouro Nacional, a arrecadação verificada no exercício e disponibilidades de caixa verificadas no início de 2014.

FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO ADMINISTRADOS PELA ELETROBRAS - 2014 - VALORES EM R$ MIL

Discriminação	Fonte de Recursos			Uso dos Recursos		
	Previsto	Realizado	Desempenho	Previsto	Realizado	Desempenho
	(a)	(b)	(c = b/a)	(d)	(e)	(f = e/d)
RGR	3.207.394,0	3.982.524,3	124,2	3.209.682,0	3.865.516,6	120,4
CDE	15.139.458,7	12.294.096,2	81,2	17.226.175,5	12.178.396,1	70,7
CCC	5.467.775,7	3.433.555,1	62,8	5.467.775,7	3.400.568,6	62,2
Total	**23.814.628,4**	**19.710.175,6**	**82,8**	**25.903.633,2**	**19.444.481,3**	**75,1**

Fonte: Eletrobras

Dos recursos aplicados pelos três Fundos, a região Norte recebeu 29,6% dos investimentos, vindo em seguida a região Sudeste com 27,3%. As regiões Sul e Nordeste receberam igualmente 20,3% dos investimentos e a região Centro-Oeste, 2,4%.

DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS - 2014 - VALORES EM R$ MIL

Discriminação	Macrorregiões					
Fundos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
RGR	265.004,1	1.041.874,4	1.652.366,5	845.158,3	33.125,0	3.837.528,3
CDE	721.459,1	1.967.530,4	2.382.611,1	2.164.701,8	321.972,2	7.558.274,6
CCC	3.400.568,6	0,0	0,0	0,0	0,0	3.400.568,6
Total	**4.387.031,8**	**3.009.404,8**	**4.034.977,6**	**3.009.860,1**	**355.097,2**	**14.796.371,5**

Fonte: Eletrobras

3.4.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão (RGR) foi criada pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e teve seu prazo de duração fixado pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para o final do exercício de 2035.

A RGR tem como finalidade prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica.

O seu valor é estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade e limitados a 3,0% de sua receita anual.

A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que trata das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, direcionou os recursos disponíveis na conta da RGR para cobrir as indenizações aos concessionários, por ocasião da reversão dos bens ligados à execução do objeto das concessões.

Dessa forma, a partir de janeiro de 2013, o fluxo de recursos da RGR foi direcionado aos pagamentos decorrentes das renovações das concessões que irão vencer em 2015 e 2017.

Em função da Lei nº 12.783, a partir de janeiro de 2013, continuaram recolhendo o encargo da RGR: as concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica cujas concessões não foram afetadas pela lei; e as concessionárias que não anteciparam a renovação de suas concessões, à luz da referida lei.

Foram arrecadados R$ 4,0 bilhões em 2014, dos quais 38,1% oriundos de Transferências da CDE, 32,3% referentes às Amortizações efetuadas pela Eletrobras, 23,1% à Arrecadação de Quotas, 6% aos Parcelamentos e o restante, aos Juros de Reversão e Rendimentos das Aplicações Financeiras.

RGR - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2014 - VALORES EM R$ MIL

Fontes de Financiamento	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d = b/a)	Diferença (e = b - a)
Arrecadação de Quotas	1.024.574,0	918.693,0	23,1	89,7	(105.881,0)
Juros de Reversão	11.594,5	11.594,5	0,3	100,0	0,0
Parcelamentos	232.783,1	240.839,5	6,0	103,5	8.056,4
Amortizações Efetuadas pela Eletrobras	1.270.159,0	1.288.054,7	32,3	101,4	17.895,7
Rendimento das Aplicações Financeiras	0,0	5.112,5	0,1	0,0	5.112,5
Transferência do Fundo CDE	668.283,4	1.518.230,1	38,1	227,2	849.946,7
Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	**3.207.394,0**	**3.982.524,3**	**100,0**	**124,2**	**775.130,3**

Fonte: Eletrobras

Em 2014 não foi aprovado orçamento para Financiamentos Concedidos, conforme Nota Técnica 103/2014 – SRE/Aneel, de 07/04/2014, resultado da Audiência Pública 130/2013 que obteve subsídios adicionais para a definição do Orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Entretanto, foi realizado o montante de R$ 3,9 bilhões referente às indenizações das concessões. Nos quadros a seguir, encontra-se detalhada a movimentação, referente ao ingresso e aplicação global e regional da RGR em 2014.

RGR - APLICAÇÕES DOS RECURSOS - 2014 - VALORES EM R$ MIL

Aplicações dos Recursos	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d = b/a)	Diferença (e = b - a)
Financiamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Luz Para Todos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Reluz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em Geração de Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em Transmissão de Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em Distribuição de Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recuperação de Parques Térmicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Repotencialização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferência para CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Repasses - Aneel	30.737,0	27.988,1	0,7	91,1	(2.748,9)
Indenizações das Concessões (Lei 12.783)	3.178.945,0	3.837.528,3	99,3	120,7	658.583,3
Outras Aplicações	0,0	0,2	0,0	0,0	0,2
Total	**3.209.682,0**	**3.865.516,6**	**100,0**	**120,4**	**655.834,6**

Fonte: Eletrobras

Em 2014, os recursos da RGR aplicados em todas as regiões equivaleram às Indenizações referentes às prorrogações das concessões (Lei 12.783/2013). A região Sudeste foi a que recebeu maior parcela das aplicações, 43,1% dos recursos, seguida das regiões Nordeste e Sul, com 27,1% e 22,0%, respectivamente. O restante dos recursos aplicados está concentrado nas regiões Norte e Centro-Oeste.

RGR - APLICAÇÕES DOS RECURSOS - 2014 - VALORES EM R$ MIL

Aplicação dos Recursos	Macrorregiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Financiamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Luz Para Todos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Reluz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em Geração de Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em Transmissão de Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em Distribuição de Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recuperação de Parques Térmicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Repotencialização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indenizações das Concessões (Lei 12.783/13)	265.004,1	1.041.874,4	1.652.366,5	845.158,3	33.125,0	3.837.528,3
Total	**265.004,1**	**1.041.874,4**	**1.652.366,5**	**845.158,3**	**33.125,0**	**3.837.528,3**

Fonte: Eletrobras

3.4.2. Conta de Desenvolvimento Energétivo (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e alterada pela Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para cumprir as seguintes finalidades:

I - promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional;

II - garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda;

III - prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC);

IV - prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária;

V - promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, destinando-se à cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos em operação até 06 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2º do art. 11 da Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998;

VI - promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, outras fontes renováveis e gás natural.

VII - prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo; e

VIII - prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição.

O Decreto nº 8.203, de 07 de março de 2014, alterou o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, incluindo no art. 4º-A o item III, assim como o Decreto nº 8.221, de 1º de abril de 2014, alterou o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, incluindo o art. 4º-C.

A CDE, cuja duração é de 25 anos, é fixada anualmente e paga mensalmente pelas concessionárias à Eletrobras, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

Foram arrecadados R$ 12,3 bilhões em 2014, com destaque para os Créditos Transferidos do Tesouro Nacional, que representam 74,9% desse montante, vindo em segundo lugar a Arrecadação de Quotas, com 12,8%, seguida dos Parcelamentos/Restituição do Programa Luz Para Todos, com 7,5%.

O restante das fontes, que concentra as Quotas da UBP, as Multas da Aneel, os Rendimentos de Aplicações Financeiras e Outras Fontes, apresenta participação de 4,8%.

CDE - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2014 - VALORES EM R$ MIL

Fontes de Financiamento	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d = b/a)	Diferença (e = b - a)
Arrecadação de Quotas	1.699.692,0	1.572.350,8	12,8	92,5	(127.341,2)
Quotas da UBP	558.312,0	439.842,0	3,6	78,8	(118.470,0)
Multas da Aneel	218.485,0	142.226,6	1,2	65,1	(76.258,4)
Parcelamentos/Restituição LPT	858.293,7	919.728,2	7,5	107,2	61.434,5
Crédito Transferido do Tesouro Nacional	11.804.676,0	9.207.735,7	74,9	78,0	(2.596.940,3)
Rendimento das Aplicações Financeiras	0,0	12.211,8	0,1	0,0	12.211,8
Outras Fontes	0,0	1,1	0,0	0,0	1,1
Total	**15.139.458,7**	**12.294.096,2**	**100,0**	**81,2**	**(2.845.362,5)**

Fonte: Eletrobras.

Em 2014 foram liberados R$ 12,2 bilhões, com destaque para as aplicações em Transferências de Recursos para os Fundos da CCC, R$ 3,1 bilhões (25,5%); os subsídios para as concessionárias de energia elétrica de todo o País, como compensação pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, R$ 2,2 milhões (18,3%); e os Subsídios Tarifários, R$ 2,1 milhões (17,1%).

Destacam-se também as Transferências de Recursos para o Fundo RGR e os Repasses CCEE - Custos das Termelétricas, que juntos representam R$ 3,0 bilhões (24,7%). Os repasses para os agentes geradores proprietários de termelétricas participantes da CDE que utilizam o carvão mineral de origem nacional equivaleram a R$ 792,6 milhões (6,5%) e para a universalização do serviço de energia elétrica no âmbito do Programa Luz Para Todos, R$ 632,1 milhões (5,2%).

As demais aplicações concentram R$ 322,0 milhões (2,6 p.p.) em Subvenção para Equalização da Redução Tarifária, Subvenção CVA (Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela de custos não gerenciáveis), Obras Olímpicas e Outras Fontes.

CDE - APLICAÇÃO DE RECURSOS - 2014 - VALORES EM R$ MIL

Aplicação dos Recursos	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d = b/a)	Diferença (e = b - a)
Subvenção para Programa Baixa Renda	2.171.051,5	2.232.204,6	18,3	102,8	61.153,1
Carvão Mineral	1.123.275,0	792.552,1	6,5	70,6	(330.722,9)
Subvenção para Programa Luz Para Todos	1.182.097,4	632.149,1	5,2	53,5	(549.948,3)
Subvenção para Equalização da Redução Tarifária	452.488,8	188.014,4	1,5	41,6	(264.474,4)
Subsídios Tarifários	4.254.451,9	2.085.561,2	17,1	0,0	(2.168.890,7)
Repasse CCEE - Custos Termelétricas	1.588.262,9	1.494.642,6	12,3	0,0	(93.620,3)
Subvenção CVA	105.414,9	105.414,9	0,9	0,0	0,0
Obras Olímpicas	0,0	27.735,7	0,2		27.735,7
Transferência de Recursos para o Fundo CCC	5.680.849,7	3.101.049,4	25,5		(2.579.800,3)
Transferência de Recursos para o Fundo RGR	668.283,4	1.518.230,1	12,5		849.946,7
Outras Fontes	0,0	842,0	0,0		842,0
Total	**17.226.175,5**	**12.178.396,1**	**100,0**	**70,7**	**(5.047.779,4)**

Fonte: Eletrobras

A aplicação dos recursos da CDE foi maior na região Sudeste, com 31,5% dos recursos, vindo, em seguida, as regiões Sul e Nordeste, com 28,6% e 26,0%, respectivamente. Juntas, as demais perfizeram 13,8% do total aplicado.

CDE - APLICAÇÕES DOS RECURSOS - 2014 - VALORES EM R$ MIL

Aplicação dos Recursos	Macrorregiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Subvenção para Programa BAIXA RENDA	179.621,8	1.226.020,8	556.601,2	161.138,4	108.822,4	2.232.204,6
Carvão Mineral	0,0	0,0	0,0	792.552,1	0,0	792.552,1
Subvenção para Programa LUZ PARA TODOS	277.252,6	312.847,5	9.059,5	6.787,3	26.202,2	632.149,1
Subvenção para Equalização da Redução Tarifária	157.804,3	5.627,0	7.049,6	17.221,9	311,6	188.014,4
Subsídios Tarifários	65.606,9	343.301,2	936.038,9	590.029,4	150.584,8	2.085.561,2
Repasse CCEE - Custos Termelétricas	41.173,5	79.733,9	835.085,6	502.598,4	36.051,2	1.494.642,6
Subvenção CVA	0,0	0,0	11.040,6	94.374,3	0,0	105.414,9
Subvenção Obras Olímpicas	0,0	0,0	27.735,7	0,0	0,0	27.735,7
Total	**721.459,1**	**1.967.530,4**	**2.382.611,1**	**2.164.701,8**	**321.972,2**	**7.558.274,6**

Fonte: Eletrobras

3.4.3. Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973.

Em 09 de dezembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.111, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, alterando a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, a Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e revogando dispositivos das Leis nº 8.631, de 04 de março de 1993, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Esta Lei é tida como marco regulatório do Fundo CCC, e dispõe sobre toda sistemática dos recursos do Fundo.

A partir da publicação da Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, o Fundo da Conta de Consumo de Combustíveis deixou de ter receita própria, passando a ser suprido com recursos do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético.

Essa medida acarretou um impacto nas liberações dos subsídios, notadamente a partir do 2º semestre de 2013, uma vez que o novo fluxo financeiro não manteve a linearidade esperada.

As receitas apresentaram realização de 62,8% da previsão orçamentária para o exercício de 2014. Sua principal fonte foi a Transferência da CDE, com participação de 90,3% dos recursos realizados. As demais fontes, que compreendem Parcelamentos, Arrecadação de Quotas e Rendimentos de Aplicações Financeiras, concentram uma arrecadação de R$ 332,5 milhões.

CCC - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2014 - VALORES EM R$ MIL

Fontes de Financiamento	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d = b/a)	Diferença (e = b - a)
Arrecadação de Quotas	0,0	3.153,8	0,1	0,0	3.153,8
Parcelamentos	360.000,0	327.458,0	9,5	91,0	(32.542,0)
Rendimento das Aplicações Financeiras	0,0	1.893,9	0,1	0,0	1.893,9
Transferência de Recursos do Fundo CDE	5.107.775,7	3.101.049,4	90,3	60,7	(2.006.726,3)
Outras Fontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	**5.467.775,7**	**3.433.555,1**	**100,0**	**62,8**	**(2.034.220,6)**

Fonte: Eletrobras.

Cabe destacar que durante o exercício de 2014 a aplicação em Sub-rogação superou a previsão orçamentária em 176,6%. O restante, referente ao Custo Total da Geração, apresenta desempenho de 73,6%.

CCC - APLICAÇÃO DE RECURSOS - 2014 - VALORES EM R$ MIL

Aplicação dos Recursos	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d = b/a)	Diferença (e = b - a)
Custo Total da Geração	4.139.459,4	3.045.636,0	89,6	73,6	(1.093.823,4)
Sub-rogação	128.316,3	354.932,6	10,4	276,6	226.616,3
Subsídios de Períodos Anteriores	1.200.000,0	0,0	0,0	0,0	(1.200.000,0)
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	**5.467.775,7**	**3.400.568,6**	**100,0**	**62,2**	**(2.067.207,1)**

Fonte: Eletrobras
O.B.S.: Em virtude da Lei 12.111/09 o valor apresentado na linha de óleo combustível contempla os adiantamentos dos custos de geração dos beneficiários.

PARTE IV

ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

PARTE IV - ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

INTRODUÇÃO

Plano Plurianual - PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil

O ciclo de desenvolvimento brasileiro vem sendo impulsionado por políticas públicas inovadoras que combinam crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Essas políticas têm um elemento comum: a recuperação da capacidade do Estado de planejar e agir visando, sobretudo, garantir os direitos dos que mais precisam.

É sob esse contexto que nasceu o PPA 2012-2015, o Plano Mais Brasil, estruturado a partir da dimensão estratégica que deu origem a Programas nos quais estão contidos os desafios e os compromissos de Governo para este período de quatro anos.

O PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil, possui uma estrutura que reflete uma concepção de planejamento influenciada, especialmente, pela formulação e implementação das principais agendas de políticas públicas executadas no período recente, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Bolsa Família e o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na nova estrutura apresentada pelo Plano Mais Brasil, os 65 Programas Temáticos dizem respeito a áreas estratégicas de atuação do Estado e, por isso, são mais aderentes aos recortes específicos das políticas públicas. Os 471 Objetivos dos Programas Temáticos, por sua vez, expressam as escolhas do Governo para implementar cada política.

Associadas aos Objetivos há Iniciativas, que representam entregas de bens e serviços à sociedade, e Metas, que indicam compromissos técnico-políticos do Governo para as realizações buscadas ao longo dos anos de vigência do Plano.

No caso das iniciativas, existem as que são financiadas por recursos orçamentários e as que não dependem desses recursos para serem executadas. No caso das financiadas por recursos orçamentários, as leis orçamentárias anuais trazem a vinculação entre as iniciativas e as ações do orçamento.

Dessa maneira, não foram perdidas as informações derivadas do orçamento e ao mesmo abriu-se espaço no PPA para um amplo conjunto de informações sobre a implementação das políticas públicas.

O que resultou no aumento da transparência e melhora da comunicação com a introdução de novas categorias com capacidade de explicitar, em linguagem acessível a todos, os resultados e ganhos para a sociedade, decorrentes dos gastos previstos no orçamento e outras medidas do Governo. Essas modificações permitiram, inclusive, maior integração entre o PPA e os demais documentos de planejamento, como os planos setoriais e aqueles voltados a públicos específicos, ao criar condições para que os compromissos desses documentos possam ser incorporados ao PPA com a mesma linguagem.

O Monitoramento Participativo no PPA 2012-2015

O PPA 2012-2015 contempla uma forte agenda de participação social de caráter consultivo, que iniciou-se durante a sua elaboração com a realização do Fórum Interconselhos, onde participaram representantes dos conselhos nacionais e de entidades representativas da sociedade.

Durante o evento foram discutidos a dimensão estratégica do Plano, o novo modelo e sua estrutura programática. Além disso, foi iniciado o debate sobre a possibilidade de o Fórum Interconselhos ser um instrumento de monitoramento contínuo do Plano, oferecendo espaço para pactuações, com a participação de conselheiros e outros representantes de entidades da sociedade civil.

Atualmente já foram realizadas cinco edições do Fórum Interconselhos, onde foram pactuadas agendas transversais que são monitoradas diretamente por essa instância:

- políticas para as mulheres;
- igualdade racial, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais;
- crianças e adolescentes;
- juventude;
- idosos;
- pessoa com deficiência;
- população LGBT;
- povos indígenas e população de rua.

O monitoramento consiste na apresentação ao Fórum Interconselhos de relatórios semestrais sobre a execução dos compromissos do PPA relacionados a essas temáticas. Além disso, os órgãos setoriais são orientados a organizar processos de prestação de contas da execução do Plano aos conselhos de políticas públicas. Essa iniciativa do Governo brasileiro foi vencedora do Prêmio Public Service Award 2014 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Estratégia de Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015

Uma vez que o PPA passa a explicitar com maior clareza os compromissos de Governo, o seu monitoramento também passa a ser referenciado na concretização desses compromissos, e não mais estritamente na execução financeira ou em metas físicas das ações orçamentárias.

Para respaldar e operacionalizar esse monitoramento, foi instituído o Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012 e a

Portaria n° 16, de 31 de janeiro de 2013, que atribui ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e em particular à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), a competência para coordenar os processos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2012-2015; disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão; e definir diretrizes, normas, prazos e orientações técnicas para a operacionalização do monitoramento e avaliação do Plano.

Aos órgãos responsáveis pelos Objetivos do Plano cabe prestar informações sobre o seu andamento e alcance. Com isso, o monitoramento passa a produzir informações claras e acessíveis a toda a população sobre o andamento dos principais compromissos de Governo.

Em paralelo à elaboração e publicação dos normativos legais que regulamentam a Lei do PPA, foi desenvolvido e colocado em operação o módulo de monitoramento temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) e elaborados instrumentos normativos de apoio à gestão e ao monitoramento do Plano Plurianual, como as publicações "Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas a Gestão Pública" e o "Guia de Monitoramento Temático".

De fato, com as mudanças metodológicas do PPA 2012-2015 na construção dos programas – com maior flexibilidade para revelação das especificidades das políticas públicas, destaque para os públicos-alvo das políticas e ampliação das possibilidades de territorialização – possibilitaram a estruturação do monitoramento e avaliação anual do Plano com maior efetividade.

O exercício constante de monitoramento se reflete em um relatório anual de avaliação, enviado ao Congresso Nacional e divulgado amplamente para a sociedade, baseado em análises situacionais sobre cada objetivo e meta dos Programas Temáticos do Plano.

Isso representou um avanço com relação ao modelo anterior, que se baseava apenas nas informações quantitativas, que muitas vezes não eram captáveis para o período da análise e não conseguiam transmitir os principais desafios e avanços de cada política. Informações qualitativas agora se somam aos dados quantitativos, o que foi possível também por conta da substituição do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

Ainda na área de melhorias na comunicação, foi lançado e divulgado o Aplicativo PPA Mais Brasil, que representou um novo avanço na transparência e na disponibilização de dados para acompanhamento das políticas do PPA.

A ferramenta facilita a visualização dos atributos do PPA e de seus relatórios de monitoramento, com uma plataforma com mais recursos gráficos e com uma interface mais amigável.

Além do monitoramento do plano, também é realizada anualmente a Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA 2012-2015, que objetiva avaliar a execução do Plano a partir dos 11 Macrodesafios que conformam a orientação estratégica do Governo Federal para o período, a partir de uma leitura da estratégia de desenvolvimento em curso atualmente no Brasil, que destaca a busca pela universalização dos direitos sociais por um sistema de proteção social e a condução, no sentido de incrementar inovação, a sustentabilidade e o desenvolvimento regional, de três frentes de expansão em operação na economia brasileira: investimentos em infraestrutura, recursos naturais e em atividades para atender o mercado de consumo de massas.

Essa estratégia, para dar conta dos macrodesafios do PPA, se desdobra em seis eixos estruturantes:

- i) inserção internacional soberana;
- ii) macroeconomia e finanças para o desenvolvimento, com geração de emprego e renda para o conjunto da população;
- iii) infraestrutura produtiva (energia, comunicações, transportes e logística);
- iv) produção e consumo, com sustentabilidade e inovação;
- v) proteção e promoção social, com ênfase no combate à pobreza e redução das desigualdades; e
- vi) fortalecimento do Estado, federalismo, planejamento e gestão para as políticas públicas nacionais.

4.1. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

4.1.1. Casa Civil da Presidência da República

A Casa Civil é responsável pela assistência e assessoramento à Presidenta da República e atua na coordenação e na integração das ações do Governo.

Para cumprir tal função, acompanha a formulação e a execução de programas e projetos governamentais, procede à análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas e projetos submetidos à Presidenta da República e executa a verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais e das matérias em tramitação no Congresso Nacional, sendo também responsável pela publicação e preservação dos atos oficiais.

A Casa Civil também coordena o Centro de Estudos Jurídicos da Presidência, que tem por objetivo aperfeiçoar e capacitar profissionais de Direito da Presidência da República. Durante 2014, foram publicados os números 107, 108 e 109 da Revista Jurídica da Presidência, contendo 20 artigos selecionados a partir de um total de 175 que foram recebidos e analisados.

O Centro de Estudos também deu continuidade à atividade de disponibilização dos atos normativos federais publicados no Diário Oficial da União no Portal da Legislação.

No que concerne à produção normativa federal, a atuação da Casa Civil se dá em coordenação com os demais órgãos do Governo Federal e com o Congresso Nacional.

Em 2014 foram encaminhados ao Congresso Nacional 39 Projetos de Lei Ordinária, editadas 29 Medidas Provisórias, sancionadas 128 Leis Ordinárias e 5 Leis Complementares, encaminhadas 10 Mensagens de veto total e 26 Mensagens de veto parcial e expedidos 207 Decretos numerados e 275 Decretos não numerados. Dentre os atos que foram analisados pela Casa Civil, destacam-se os seguintes:

Área Social		
Nome	**Número**	**Conteúdo**
PNPS	DECRETO Nº 8.243, DE 23 DE MAIO DE 2014	Organiza e sistematiza os instrumentos e mecanismos de participação popular na administração pública federal.
Cebas	DECRETO Nº 8.242, DE 23 DE MAIO DE 2014	Estabelece o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social, revogando o decreto anterior (nº 7.237/2010).
Lei de Cotas no Serviço Público	LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014.	Reserva 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais a negros (que se autodeclararem pretos ou pardos).
Plano Nacional de Educação - PNE	LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.	Estabelece diretrizes e 20 metas a serem cumpridas em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais no País até o ano de 2020.
MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação)	LEI Nº 13.019, DE 31 JULHO DE 2014.	Estabelece o novo marco regulatório para as parcerias entra a administração pública de todos os entes federativos e as organizações da sociedade civil.
	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 658, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.	Prorroga a entrada em vigor da Lei nº 13.019, de 2014, para possibilitar as adequações administrativas e operacionais ao novo marco regulatório das parcerias.
Lei da Guarda Compartilhada	LEI Nº 13.058, de 22 DE DEZEMBRO DE 2014	Determina que na ausência de consenso entre os pais, o menor ficará sob guarda compartilhada.

Área Ambiental		
Nome	**Número**	**Conteúdo**
Projeto de Lei de Agrobiodiversidade	PROJETO DE LEI Nº 7.735, DE 2014.	Simplifica os procedimentos para acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, permitindo o estimulo à pesquisa, monitoramento e rastreabilidade. Estabelece novas regras para a repartição de benefícios, prevendo direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.
Política Agrícola para Florestas Plantadas.	DECRETO Nº 8.375, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014	Estabelece os princípios e objetivos da política agrícola para as florestas compostas predominantemente por árvores resultantes de semeadura ou plantio, cultivadas com enfoque econômico e fins comerciais.

Área Econômica		
Nome	**Número**	**Conteúdo**
Tributos na Nota Fiscal	DECRETO Nº 8.264, DE 5 DE JUNHO DE 2014.	Documentos fiscais ou equivalentes devem conter a informação do valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais, cuja incidência influi na formação dos respectivos preços de venda.
Tributação em Bases Universais e Extinção do Regime Tributário de Transição	LEI Nº 12.973, DE 13 MAIO DE 2014.	Cria regra geral para tributação do IR e da CSLL sobre o lucro efetivamente disponibilizado em empresas coligadas ou controladas no exterior. Resolve impasse tributário decorrente de decisão do STF sobre inconstitucionalidade de tributação sobre presunção de lucro. Amplia transparência fiscal. Prevê ampliação do parcelamento. Extingue o Regime Tributário de Transição, instituído em 2009 com o objetivo de garantir neutralidade tributária às alterações na Lei das S.A. realizadas em 2007. Adequa legislação às normas contábeis em vigor, reduzindo incertezas.
Anater	DECRETO Nº 8.252, DE 26 DE MAIO DE 2014	Cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, em atuação por contrato de gestão com o MDA.
Super Simples	LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014	Amplia o tratamento diferenciado para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual.
Refinanciamento Estados e Municípios	LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014	Autoriza a União a adotar novos critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios.
eSocial	DECRETO Nº 8.373, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014	Cria instrumento que unifica a prestação de informações previdenciárias e trabalhistas
Alteração legislação previdenciária	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 664, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.	Altera os critérios de acesso aos benefícios de pensão por morte, auxilio doença.
Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Seguro Defeso	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 665, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.	Altera os critérios para a concessão do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro defeso.

Área de Infra-Estrutura		
Nome	**Número**	**Conteúdo**
Criação de Conta no Ambiente de Contratação Regulada de Energia Elétrica	DECRETO Nº 8.221, DE 1º DE ABRIL DE 2014.	Permite diluir ao longo dos anos o impacto do acionamento temporário das usinas térmicas. Com isso, evita-se que o consumidor de energia elétrica arque de uma só vez com o custo adicional decorrente da insuficiência de chuvas.
Marco Civil da Internet	LEI Nº 12.965, DE 23 ABRIL DE 2014.	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
Sistema de Registro de Preços – SRP	DECRETO Nº 8.251 E DECRETO Nº 8.250, DE 23 DE MAIO DE 2014	Viabiliza compras nacionais e otimiza sistema de registro
Aprimoramento do RDC	LEI Nº 12.980, DE 28 DE MAIO DE 2014	Permite contratação integrada em novas hipóteses e possibilidade de cálculo do valor estimado da contratação com base nos valores praticados pelo mercado ou já pagos pela Administração em serviços e obras similares.
Plano Nacional de Plataformas do Conhecimento – PNPC	DECRETO Nº 8.269, DE 25 DE JUNHO DE 2014	Estimula parcerias entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica, para obtenção de inovações ou solução de problemas pré-definidos.
Biodiesel	LEI Nº 13.033, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.	Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final elevando para 7% a mistura obrigatória, a partir de novembro de 2014.
Prorrogação do Programa "Luz Para Todos"	DECRETO Nº 8.387, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014	Dispõe que solicitações de domicílios rurais de famílias de baixa renda serão custeadas com recursos da CDE.
Eclusas	LEI Nº 13.081, DE 2 DE JANEIRO DE 2015.	Estabelece regras para viabilizar a construção de eclusas e outros dispositivos de transposição de nível de forma concomitante com a construção de barragens para a geração de energia elétrica em vias navegáveis ou potencialmente navegáveis.

A Casa Civil promove ainda o monitoramento sistemático e periódico de ações, atividades, cronogramas e resultados de importantes projetos e programas do Governo Federal, entre os quais se destacam os seguintes:

Crack, é possível vencer

Lançado pelo Governo Federal em 07 de dezembro de 2011, tem por objetivo aumentar a oferta de serviços de tratamento e atenção aos usuários e seus familiares, reduzir a oferta de drogas ilícitas por meio do enfrentamento ao tráfico e às organizações criminosas e promover ações de educação, informação e capacitação.

O Programa se organiza em três eixos temáticos: Prevenção, Cuidado e Autoridade, que reúnem e articulam as políticas de saúde, assistência social, e segurança pública e, de forma complementar, ações de educação, de garantia de direitos, dentre outras. Ampliou a capacidade de atendimento da Rede de Atenção Psicossocial, além de ter criado serviços específicos para atendimento de saúde e assistência social para atendimento de usuários em situação de rua.

A diversidade dessas ofertas é essencial para atender às diferentes necessidades dos usuários de drogas. O programa priorizou o fortalecimento da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal que têm atuado de forma enérgica contra o tráfico e o crime organizado. Além de grandes apreensões de drogas, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal têm agido para investir contra o patrimônio dos grandes grupos criminosos. Para garantir a qualidade dos serviços e, para viabilizar a execução das ações e o cumprimento das metas, o Governo Federal disponibiliza recursos financeiros a Estados, Municípios e DF que optam por fazer a adesão, assumindo contrapartidas e implementando os equipamentos e serviços.

Viver sem Limite

O programa foi lançado em 17 de novembro de 2011, e tem por objetivo consolidar os avanços sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil, por meio da implementação de políticas públicas articuladas e voltadas para a promoção da autonomia, a equiparação de oportunidades e o acesso a bens e serviços que assegurem o pleno exercício da cidadania.

O Plano integra um conjunto de ações estratégicas e estruturantes organizadas em quatro eixos temáticos: Acesso à Educação, Inclusão Social, Acessibilidade e Atenção à Saúde com ações nas áreas de educação, trabalho, saúde, desenvolvimento social e acessibilidade, e envolve a articulação de diversos órgãos e entes federados. Consolidou uma rede de serviços que busca viabilizar a inclusão social e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Foram alcançados resultados significativos com envolvimento dos ministérios, Estados e Municípios.

Ciência sem Fronteiras

Lançado em 2011, o programa busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio

e da mobilidade internacional. Já foram concedidas mais de 87 mil bolsas em cerca de 50 países para estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e cientistas.

O programa também traz pesquisadores de outros países para trabalhar junto a universidades e grupos de pesquisa brasileiros. O Ciência sem Fronteiras é coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pelo Ministério da Educação, por intermédio de suas respectivas instituições de fomento – o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Mais Médicos

O programa faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do SUS, que prevê mais investimentos em hospitais e unidades de saúde, o crescimento da oferta de vagas de graduação em medicina em universidades públicas e privadas, além do aprimoramento da formação médica no País, por meio da expansão das vagas em residência médica e a ampliação da inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS.

Desde seu lançamento em 2013, o programa alocou mais de 14 mil médicos nas Unidades Básicas de Saúde em todo o País, beneficiando cerca de 50 milhões de brasileiros e proporcionando o atendimento médico à população, principalmente nas regiões onde há escassez e ausência de profissionais.

Melhor em Casa

Lançado pelo Governo Federal em novembro de 2011, o programa proporciona e amplia o atendimento domiciliar aos brasileiros no SUS. O princípio é oferecer aos pacientes da rede pública de saúde um serviço humanizado e acolhedor.

Pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento, por exemplo, são atendidos por equipes multidisciplinares, formadas prioritariamente por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e fisioterapeutas.

Outros profissionais (fonoaudiólogo, nutricionista, odontólogo, por exemplo) podem compor as equipes de apoio. A assistência multiprofissional gratuita é realizada no lar do paciente, que recebe o cuidado mais próximo da família.

O Ministério da Saúde autoriza os Municípios a implantarem as equipes multidisciplinares (processo de habilitação) e repassa recursos para custeio, mensalmente, a partir da implantação da equipe pelos Municípios.

Minha Casa Minha Vida

Em seu sexto ano de existência, o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), contabiliza mais de 3,7 milhões de unidades habitacionais contratadas, em 5.323 Municípios, o que representa 96% dos Municípios brasileiros.

O programa deverá permitir a superação da meta estabelecida de contratar 3.750.000 moradias. Em complemento ao MCMV, foi lançado em junho/2013 o Programa Minha Casa Melhor, com o objetivo de disponibilizar linha de crédito aos beneficiários do MCMV para aquisição de móveis e eletrodomésticos.

Plano Safra da Agricultura Familiar

As medidas para a agricultura familiar visam estimular o crescimento da economia do País com estabilidade, aumento da produção, sustentabilidade e aumento da renda média no campo. No geral, são ações de crédito, seguro rural e assistência técnica aos agricultores familiares.

Plano Agrícola e Pecuário

O plano tem como objetivo apoiar o produtor rural por meio da melhoria das condições de infraestrutura produtiva e de estabilidade de preço dos alimentos, bem como a incorporação de novas tecnologias e a melhoria nas condições de acesso ao crédito e ao seguro rural.

Há também ações voltadas ao aumento da capacidade de armazenamento dos produtos agrícolas e da ampliação e modernização dos laboratórios de pesquisa agropecuária.

Programa de Investimentos em Logística (PIL)

O PIL abrange ações voltadas para ampliação e modernização da estrutura logística do País. No setor rodoviário, foram concedidos 6 trechos de rodovias, totalizando 4.872 km concedidos, com duplicação 3.250 km em 5 anos, e um total de 33 bilhões de reais em investimentos em 30 anos.

Foram lançados 5 novos trechos rodoviários cujos estudos foram disponibilizados à iniciativa privada por meio de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para 2.592 km.

No que tange às ferrovias, foi disponibilizada à iniciativa privada, por meio de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), a elaboração de estudos visando à concessão de 6 trechos ferroviários, totalizando aproximadamente 4.600 km.

No setor portuário, a Lei nº 12.815/2013 propiciou o incentivo à realização de investimentos privados no setor, tanto por meio da concessão de portos públicos, do arrendamento de áreas operacionais em portos públicos ou da construção de instalações portuárias privadas.

Nesse sentido, já foram autorizadas 32 novas instalações portuárias, totalizando um investimento privado estimado em torno de R$ 7,9 bilhões. Além disso, o Governo Federal lançou a segunda versão do Plano Nacional de Dragagem (PND II), vem realizando diversas intervenções em acessos portuários, bem como ações visando à modernização da gestão portuária.

Em relação aos aeroportos, foram arrecadados R$ 20 bilhões na concessão dos aeroportos do Galeão e de Confins. Paralelamente, o PIL inclui ações de fortalecimento da rede de aeroportos regionais por meio da readequação, ampliação, reforma ou criação de um conjunto inicial de 270 aeroportos, distribuídos por todo o território nacional.

Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)

O objetivo do Programa é expandir a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Copa do Mundo FIFA 2014

Em conjunto com os Governos Municipais e Estaduais, o Governo Federal sediou a Copa do Mundo FIFA 2014 em 12 cidades brasileiras: Manaus, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Brasília, Cuiabá, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Durante o período de 32 dias, o País recebeu 1 milhão de estrangeiros e atraiu aos estádios um público de 3,4 milhões de torcedores.

Em preparação para a Copa, a infraestrutura e a segurança do País foram aprimoradas. Entre as diversas ações, destacam-se a maior expansão aeroportuária do País, com aumento de 52% na capacidade anual de passageiros, a implantação de 131 km de corredores de ônibus e BRTs, a implantação de 12 Centros de Comando e Controle Regionais de Segurança Pública e 2 Centros Nacionais, a construção ou reforma de 5 terminais marítimos de passageiros e a instalação de 15 mil antenas de telefonia móvel 3G/4G.

Como resultado do planejamento e da operação, nossos aeroportos foram capazes de processar movimentação recorde de passageiros, nosso sistema de telecomunicações transmitiu ao mundo ininterruptamente e sem falhas as imagens em alta definição dos 64 jogos e 95% dos visitantes estrangeiros declararam que pretendem voltar ao Brasil.

Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016

Em conjunto com os Governos do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, o Governo Federal está organizando e executando os projetos para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, o que envolve, entre outras ações, a implantação de toda a infraestrutura esportiva necessária à realização dos jogos, bem como projetos de mobilidade urbana e modernização de serviços públicos relacionados com os jogos.

O maior evento do esporte mundial apresenta-se como uma oportunidade única para a geração e ampliação de um legado esportivo, social e urbano. Os projetos voltados para a preparação da participação do Brasil nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos envolvem também a valorização do esporte de alto rendimento no País por meio da concessão de bolsas e aquisição de equipamentos para os centros de treinamento.

Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais

Lançado em agosto de 2012, o Plano foi estruturado em quatro eixos: monitoramento e alerta, que expandiu a rede observacional de monitoramento viabilizando a emissão de alertas de desastre para os Municípios mais vulneráveis; mapeamento, que ampliou o conhecimento acerca das áreas de risco nos Municípios selecionados; prevenção, que aumentou os investimentos em obras de infraestrutura com o objetivo de prevenir novos desastres; e resposta, que aperfeiçoou a assistência humanitária às localidades atingidas por desastres, reduzindo o tempo de atendimento. Foi criado o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e fortalecido o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad).

O monitoramento e emissão de alertas foram viabilizados pela instalação de novos radares meteorológicos, pela ampliação das redes de pluviômetros automáticos, sensores de umidade, estações hidrológicas e pela implantação de salas de situação para monitoramento e resposta a eventos hidrológicos nos Estados.

Além disso, foram estabelecidos protocolos entre os órgãos envolvidos com vistas à definição de papéis e formas de atuação articuladas e integradas.

Também foi organizada a Força Nacional do SUS, com a distribuição de kit de medicamentos e disponibilização de profissionais de saúde e postos médicos avançados, bem como foram fortalecidas as capacidades de apoio das Forças Armadas e das defesas civis municipais.

Ainda foi montada uma estratégia de fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, com destaque para a ampliação da adesão de Estados e Municípios ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil e a entrega de kits de assistência humanitária nas situações de desastres.

A Casa Civil também coordena o Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu, instituído por meio do Decreto nº 7.340/2010, para a região do entorno da Usina Hidrelétrica Belo Monte, a qual compreende onze Municípios do Pará.

Ao Comitê Gestor, composto por representantes das três esferas de governo e da sociedade civil, compete monitorar a execução e a efetividade do PDRS do Xingu e apoiar projetos destinados a promover o desenvolvimento regional, a serem custeados por recursos de R$ 500 milhões originários do empreendedor da UHE Belo Monte.

O Comitê Gestor do PDRS do Xingu aprovou em 2014 42 projetos a serem apoiados com recursos do empreendedor, no montante aproximado de R$ 55 milhões. Somados aos projetos já em implementação desde 2011, são 180 projetos apoiados no valor aproximado de R$ 140 milhões. Dentre os projetos, merece destaque a conclusão, em dezembro de 2014, do edifício que abrigará a Faculdade de Medicina no Campus da UFPA em Altamira.

No âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), a Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel (Ceib), coordenada pela Casa Civil, elaborou estudos complementares e proposições sobre o novo marco regulatório do biodiesel. Disso resultou a sanção da Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, elevando a mistura de biodiesel ao diesel mineral de 5%, em vigor desde 2010, para 6% em julho de 2014 e para 7% a partir de novembro de 2014.

Essa mesma lei manteve o limite inferior de 18% para a mistura

de etanol anidro à gasolina e ampliou o limite superior de 25% para 27,5% desde que atendidos critérios técnicos. No âmbito dos biocombustíveis, a Casa Civil desenvolveu diversas outras ações no sentido de acompanhar o abastecimento do mercado, aperfeiçoar os instrumentos de controle e manter constante interlocução com os elos da cadeia produtiva visando colher subsídios para aprimorar o marco regulatório no intuito de fortalecer a participação de energias de fontes renováveis na matriz energética brasileira com qualidade, preços e regularidade de suprimento.

Compete ainda à Casa Civil a execução do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pro-Reg).

Em 2014, foram promovidos, com os órgãos e entidades parceiros, 16 cursos, capacitando 909 servidores em atividades tendo como referência a governança regulatória; a promoção e o estímulo à utilização de ferramentas voltadas para a reforma e a melhoria da qualidade da regulação, tais como a análise do impacto regulatório, a simplificação administrativa e redução dos encargos regulatórios, a elaboração e utilização do manual de boas práticas regulatórias com enfoque no planejamento estratégico alinhado com a agenda regulatória, a gestão dos riscos em regulação e a identificação, consolidação e redução do estoque normativo da regulação.

Com base em adesões voluntárias, em 2014 buscou-se estreitar relacionamento por meio da elaboração de propostas e da execução de ações com:

- i) a Associação Brasileira das Agências de Regulação (Abar), em especial aquelas visando apoiar os entes regulatórios dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- ii) o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;
- iii) o Tribunal de Contas da União (TCU);
- iv) o Ministério Público - MP, por intermédio da Procuradoria Geral da República - PGR;
- v) o Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor (FNECDC), com destaque para a articulação de ações com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon/MJ); vi) a Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- vii) a Câmara Americana de Comércio Brasil – Estados Unidos – AmCham;
- (viii) o *Office of Information and Regulatory Affairs* dos EUA;
- ix) a *Comisión Federal de Mejora Regulatoria* - Cofemer do México; e

x) a União Europeia. A atuação dos órgãos e entidades envolvidas se dá mediante a negociação de propostas de ações concretas, compatíveis com os componentes do Pro-Reg, a serem implementadas no âmbito dos próprios ministérios ou das agências reguladoras.

4.1.2. Secretaria-Geral da Presidência da República

PROGRAMA 2038 – DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

O Objetivo 609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade, inserido no programa "Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública", relaciona-se à concretização da participação social como método de governo.

Em 2014, a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) atuou para o alcance de seis metas desse objetivo.

Com a assinatura do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, foi instituída a Política Nacional de Participação Social (PNPS), dando cumprimento à meta de Criar proposta de Sistema Nacional de Participação Social estabelecida no PPA.

Construída a partir de um intenso processo de diálogo e realização de consultas à sociedade, a PNPS estabelece um conjunto de diretrizes relativas às instâncias e mecanismos de diálogo e participação social existentes no Governo Federal, como conselhos, comissões de políticas públicas e fórum interconselhos, conferências, ouvidorias, mesas de diálogos, audiências públicas, consultas públicas e ambientes virtuais de participação.

A PNPS orienta os órgãos da Administração Pública a tornar as políticas públicas mais efetivas e as instâncias de participação mais transparentes, abertas e acessíveis a todos os cidadãos.

Da mesma forma, foi lançado o Compromisso Nacional pela Participação Social, pacto entre Governo Federal, Estados e Municípios para promover a participação social e fortalecer o diálogo no aperfeiçoamento das políticas e serviços públicos.

Os entes signatários comprometem-se a publicar planos de ação para ampliar a participação cidadã, com metas para um período de cinco anos. Até outubro de 2014, 10 Estados haviam aderido ao Compromisso.

A aprovação da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, representou avanço na institucionalização de espaços de participação social, contribuindo para a meta de aumentar a efetividade da participação da sociedade civil em espaços institucionalizados de participação social.

Resultado de processo amplo e pluripartidário de discussão, a Lei estabelece novo regime jurídico das parcerias voluntárias entre o Estado e as organizações da sociedade civil (OSCs), de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

Com o objetivo de proporcionar segurança jurídica, valorização das OSCs, transparência na aplicação dos recursos e efetividade nas parcerias, a Lei é uma conquista de toda a sociedade brasileira, uma vez que as parcerias com a sociedade civil aprimoram a execução de políticas públicas, aproximando o governo das realidades locais e das necessidades mais

urgentes da população. Além disso, tornam a gestão pública mais permeável às demandas sociais e permitem inovações e desenvolvimento de tecnologias sociais capazes de alterar a realidade do País.

Com o lançamento do Portal Participa.br foi dado destaque ao uso das metodologias e plataformas de participação digital on-line.

O Portal firmou-se como um espaço de escuta e diálogo com a sociedade civil, contribuindo para o alcance da meta "Criar e potencializar novas formas, linguagens e instrumentos de participação social".

A plataforma, desenvolvida em *software* livre, promoveu práticas inovadoras de participação via Internet e ofertou espaços de manifestação e debate para qualquer cidadão ou organização, permitindo a participação na formulação de políticas públicas. Atualmente, o portal tem 3.200 usuários, registrando cerca de 21 milhões de acessos.

Já foram realizadas no portal 15 consultas públicas sobre diversas políticas, com destaque para as consultas públicas sobre a minuta do texto da PNPS e sobre os "princípios orientadores da Internet que queremos".

Foi também desenvolvido o projeto Biblioteca Digital de Participação Social (biblioteca.participa.br), repositório digital de documentação produzida pelas instâncias e mecanismos de participação social, pelo Governo, por centros de pesquisa e pelos próprios movimentos sociais e entidades da sociedade civil. De caráter inovador, a iniciativa contribui para organizar, disponibilizar e preservar documentos e publicações produzidas pelas diversas instâncias, com promoção de maior transparência e acesso à informação.

Para dar cumprimento à meta "Incorporar mecanismos de participação social à metodologia de monitoramento do Plano Plurianual" foi realizado em 2014 o V Fórum Interconselhos, que reúne representantes do Governo Federal, membros da sociedade civil nos conselhos nacionais, entidades e movimentos sociais para debater políticas públicas, como parte do processo de monitoramento participativo do Plano Plurianual (2012-2015) do governo brasileiro.

No Fórum, a execução do Plano é apresentada e submetida à crítica da sociedade, sendo coletadas propostas e contribuições para o relatório seguinte, de forma cíclica. Também houve avanços na incorporação da participação social na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Pelo segundo ano consecutivo, a sociedade apresentou contribuições na forma de emendas ao texto da LDO, que foram analisadas e respondidas individualmente.

Em Audiência Pública foram apresentadas as ferramentas de monitoramento do orçamento federal e coletadas propostas, encaminhadas aos órgãos responsáveis como subsídios para a elaboração das suas propostas orçamentárias.

No âmbito da meta "Aumentar a efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais", cabe destacar, em 2014, a continuidade no recebimento das pautas dos movimentos sociais na Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais.

As demandas foram encaminhadas para a resposta dos órgãos envolvidos.

A metodologia permitiu estruturar o trâmite das demandas interministérios, gerando Cadernos de Respostas aos movimentos sociais. No ano de 2014, foram recebidas 15 pautas dos movimentos sociais urbanos e rurais relativas a 30 entidades da sociedade civil.

Tais pleitos estão agrupados segundo as áreas nas políticas públicas em cadernos sobre o atendimento às pautas do campo e floresta e do meio urbano. Foram identificados mais de 230 programas de governo atinentes às demandas apresentadas.

Além disso, houve a consolidação dos "Planos de Mobilização e Participação Social", que viabilizaram a participação da sociedade na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, programas e iniciativas prioritárias do Governo.

Nesse sentido, os Seminários "Diálogos Governo-Sociedade Civil Copa 2014" foram realizados nos meses de abril e maio de 2014, nas doze cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, contando com a participação de 3.101 pessoas inscritas e 808 instituições representadas, com a intervenção de cerca de 260 lideranças.

Na ocasião, foram debatidas diversas políticas para o desenvolvimento do país, como saúde, educação, mobilidade urbana, além de demandas objetivas da sociedade nas áreas de moradia, segurança, direitos humanos, participação, entre outros.

Dando sequência aos trabalhos realizados desde 2011, foi realizada nova edição do evento "Diálogos Governo – Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria".

Em sua 5ª edição, realizada no segundo semestre de 2014, estiveram em pauta os resultados do plano de superação da extrema pobreza e os desafios e perspectivas para o exercício.

Foi instituída a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, composta por representantes da SG/PR, Ministério das Cidades, Ministério da Justiça, e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com objetivo de construir soluções pacíficas para conflitos urbanos que envolvam famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis ou que envolvam a garantia da gestão democrática da cidade, o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e a promoção dos direitos humanos.

Foi concluída com êxito a desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, para a qual foram mobilizados 15 órgãos de governo, coordenados pela SG/PR, para garantir os direitos territoriais dos povos indígenas, assegurando a posse definitiva da terra e o reassentamento dos ocupantes não indígenas com perfil da reforma agrária.

O Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção, resultado de diálogo tripartite entre Governo, empresas e trabalhadores, foi fortalecido pela adesão de mais empresas, totalizando, ao final do ano, 25 empresas, que abrangiam 49 obras da construção civil e pesada e beneficiando aproximadamente 152 mil trabalhadores.

Por fim, a edição da Política Nacional de Participação Social, por meio do Decreto nº 8.243/14, consolidou um conjunto de diretrizes voltadas ao fortalecimento dos Conselhos e Comissões Nacionais, contribuindo para a meta "Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas".

Os órgãos colegiados receberam um conjunto de documentos, elaborados pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com orientações sobre o conteúdo da Política e informações sobre as dúvidas mais frequentes. Com isso, os Conselhos e Comissões Nacionais puderam tratar de forma adequada o tema junto aos seus conselheiros e conselheiras.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0609[3]	No Exercício[1]	36.968.915,79	44.419.072,61
	RPNP[2]	7.210.684,27	4.216.940,54
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**44.179.600,06**	**48.636.013,15**

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi (Base 26/01/2015).
[1] Valores Liquidados no ano relativos ao Orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
[3] Inclui as execuções do Fundo de Imprensa Nacional.

PROGRAMA 2044 – AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE

A inclusão do programa Autonomia e Emancipação da Juventude, no Plano Plurianual 2011-2015, representou ampliação de investimentos e diversificação de ações voltadas à juventude, com importantes resultados em 2014 capitaneados pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República.

No âmbito do Objetivo 0276 – Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social, o maior destaque foi a aprovação do Estatuto da Juventude, em 2013.

O Estatuto é resultado de um novo contexto político no qual o jovem assume papel protagonista na sociedade.

O documento legal define os direitos dos jovens de 15 a 29 anos, reafirmando aqueles já previstos na Constituição e instituindo novos direitos, como a meia-entrada em eventos culturais e esportivos para jovens de baixa renda e estudantes (limitada a 40% do total de ingressos); e a concessão de duas passagens gratuitas e duas com desconto por veículo de transporte interestadual para jovens de baixa renda.

Em 2014, foram iniciadas as discussões sobre os decretos para regulamentação dos benefícios do Estatuto e para implantar o Sistema Nacional de Juventude.

O Participatório - Observatório Participativo da Juventude, criado em 2013 para promover novos métodos de diálogo com a juventude, passou por aprimoramentos em 2014, a exemplo da otimização para o acesso em smartphones e tablets e do lançamento da biblioteca digital, com mais de 200 títulos sobre juventude para livre consulta e download ao público.

Por meio do Participatório, foi possível a cobertura e a transmissão de eventos ao vivo para debates via redes sociais. Atualmente, são mais de 520 comunidades, 730 blogs, 790 tópicos em debate e 40 mil mensagens trocadas.

Como exemplo do potencial de utilização da ferramenta, em maio de 2014, foi realizada a Consulta Pública do texto-base para a Conferência Mundial de Juventude, que aconteceu no Sri Lanka.

Outro destaque foram as candidaturas para os novos membros do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) feitas por meio da plataforma, e a consulta pública para definição do desenho do Sistema Nacional de Juventude.

Em julho de 2014, foi lançado o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, que investirá R$ 35 milhões até 2017.

O programa associa formação cidadã com base nos princípios agroecológicos e desenvolvimento sustentável.

Desde 2011, cerca de 3 mil jovens do campo já participaram do Edital de Articulação de Grupos de Economia Solidária. Em 2015, será lançado o edital de apoio a coletivos de juventude rural, elaborado pela Secretaria Nacional de Juventude em parceria com o BNDES, no valor de R$ 8 milhões.

Desse modo, o Governo Federal atua para que os jovens também possam permanecer no campo com qualidade de vida, contribuindo para a produção de alimentos saudáveis.

O Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv), órgão permanente de gestão e monitoramento das políticas públicas do governo para a juventude, e o Conselho Nacional de Juventude

(Conjuve) trabalharam em 2014 na construção participativa da proposta de Plano Nacional de Juventude, que será tema da III Conferência Nacional de Juventude, em 2015.

O Plano vem sendo discutido com jovens lideranças em oficinas realizadas em todas as regiões do País. Além disso, o Conjuve realizou, também em 2014, mobilização nacional pelo Pacto da Juventude, no qual Municípios e Estados se comprometem a fortalecer a política de juventude, orientada por princípios como participação social, enfrentamento à violência, liberdade de expressão e comunicação, educação, trabalho, saúde, esporte, dentre outros.

Em 2014, destacou-se a realização do Curto Circuito da Juventude, ambiente aberto às diversas expressões juvenis e tribos urbanas, e a Teia da Diversidade Cultural, encontro nacional dos Pontos de Cultura Viva e das Redes da Diversidade, que valorizou o exercício e a liberdade cultural dos jovens, resultados de parceria entre a SG/PR e o Ministério da Cultura.

O Plano Juventude Viva é a maior expressão do Objetivo 0960 – Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra. Iniciativa do Governo Federal para prevenir a violência contra os jovens, em especial negros, o Plano foi ampliado em 2014 e totalizou, desde seu lançamento, a adesão de sete Estados (Alagoas, Paraíba, Distrito Federal e entorno, Bahia, Espírito Santo, São Paulo (Capital) e Rio Grande do Sul) e de 46 Municípios, além de 11 ministérios que executam ações de 44 programas federais.

Em 2014, houve avanços na articulação do Governo Federal com o Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público para aperfeiçoar as ações que visam a garantia do acesso à justiça aos jovens negros, no âmbito do Protocolo de Redução de Barreiras para o Acesso à Justiça à Juventude Negra em Situação de Violência.

A articulação social em torno do Plano também se expandiu para mais de 3 mil lideranças de 1.158 instituições, cadastradas na Rede Juventude Viva, que dialoga sobre ações de prevenção à violência contra jovens negros no Brasil.

No âmbito do Objetivo 0988 – Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento, o programa Estação Juventude tem como objetivo ampliar o acesso dos jovens às políticas públicas e apoiá-los em suas trajetórias de vida.

Ao final de 2014, existiam sete Estações Juventude em funcionamento, todas na modalidade complementar: Sete Lagoas e Belo Horizonte (MG), Maracanaú (CE), Vitória da Conquista e Paulo Afonso (BA), Dourados (MT) e Anápolis (GO). Há mais quatro em vias de inauguração: Jaboatão dos Guararapes (PE), Patos (PB), Imperatriz (MA) e Vitória (ES), e duas em processo de implantação: Foz do Iguaçu (PR) e Porto Alegre (RS).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0276	No Exercício[1]	4.240.245,98	4.030.527,88
	RPNP[2]	4.317.494,82	4.981.067,96
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**8.557.740,80**	**9.011.595,84**
0960	No Exercício[1]	0,00	0,00
	RPNP[2]	384.184,30	4.001.130,11
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**384.184,30**	**4.001.130,11**
0988	No Exercício[1]	164.000,00	3.021.955,11
	RPNP[2]	10.227.981,26	14.549.350,65
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**10.391.981,26**	**17.571.305,76**

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI (Base 26/01/2015).
[1] Valores Liquidados no ano relativos ao Orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

NIVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS (POSIÇÃO: 1º SEMESTRE DE 2014)

OBJETIVO	Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
				2012	2013	2014	
0276	Ampliar a participação social, constituindo 03 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude	Grupos de trabalho temáticos	3	3	3	3	100
	Apoiar até 100 órgãos estaduais/municipais de juventude, e seus respectivos conselhos, para criação e/ou estruturação desses órgãos	Órgãos estaduais e municipais de juventude	100	10	12	12	12
	Financiar 200 microprojetos para promoção da cultura da juventude	Microprojetos	200	500	500	500	250
0960	Promover a adesão de oito (08) Estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra	Estados da Federação	8	1	6	7	87,5
	Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra, em todas as unidades da federação			0	2	27	
0988	Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude	Unidades do programa Estação Juventude	150	23	23	70	46,67

Fonte: SNJ/PR / Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop)

Das metas quantitativas, três estão concluídas (ampliação da participação social pela constituição de 03 grupos de trabalho, financiamento de 200 microprojetos e campanhas de comunicação e sensibilização sobre o racismo), sendo que há perspectiva que as outras três sejam concluídas em 2015.

4.1.3. Secretaria de Relações Institucionais

Articulação Federativa

Em 2014, o Governo Federal reforçou o diálogo direto e republicano entre os entes da federação, por meio de diversas ações: participação nos encontros de prefeitos, atuação do Comitê de Articulação Federativa (CAF), consolidação dos Fóruns de Gestores Federais nos 26 Estados, realização de dez reuniões do Sistema de Assessoramento Federativo (SASF), articulação com as três entidades nacionais de representação dos Municípios e, principalmente, com a atuação dos Gerentes Macrorregionais (GMRs).

A atuação do GMRs se destacou como um espaço permanente de diálogo federativo, por atender de forma direta aos prefeitos e prefeitas de todo o país, acompanhar as agendas federativas nos Estados e apoiar a interlocução entre as prefeituras, governos estaduais e os órgãos federais.

O Pleno do Comitê de Articulação Federativa (CAF), auxiliado pela Secretaria Técnica e pelos Grupos de Trabalho Interfederativos, debateram prioritariamente o aumento das transferências constitucionais, o encontro de contas das dívidas previdenciárias, o estabelecimento de pisos salariais nacionais, o pacto pela mobilidade urbana e as medidas para a desburocratização.

Em 2014 a agenda municipalista foi definida nos encontros organizados pelas entidades, sendo eles, a XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela CNM, a 65ª e a 66ª Reuniões Gerais da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e o Encontro Nacional de Municípios, promovido pela ABM.

As principais demandas destes encontros foram atendidas, como o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a alteração no indexador das dívidas de Estados e Municípios para com a União.

Outro marco foi a consolidação do Fórum de Gestores Federais em 26 UFs e no Distrito Federal, com base no Decreto nº 6.005/2006 e Portaria nº 08/2013.

Todos estes fóruns estão em pleno funcionamento, com uma coordenação efetiva e um Plano de Atividades que estabelece inúmeras ações de cooperação federativa junto a Estados e Municípios.

Foi firmado acordo de cooperação técnica entre a FNP e o Ministério do Planejamento para a transferência de tecnologia e conhecimento na elaboração de Planos Plurianuais Regionais e Participativos, o que resultou na integração gradual entre o PPA federal e os PPAs estaduais e municipais.

Em relação à comunicação virtual, o Portal Federativo se fortaleceu como o principal sítio que agrega informações de interesse dos entes federados e o blog Diálogos Federativos atuou como apoiador da agenda nacional de desenvolvimento sustentável.

No fortalecimento da ação federativa ressalta-se a participação nos seguintes fóruns: Fórum Urbano Mundial, Encontro Anual do Fórum de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento, Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (Fonari) e Fórum Nacional de Secretarias Municipais de Trabalho (Fonsemt).

No tocante à agenda internacional, destacam-se três reuniões da Cooperação Internacional Descentralizada com representantes de Estados e Municípios; a organização do Seminário Internacional de regiões de Fronteira em Foz do Iguaçu/PR; os seminários sobre a integração das hidrovias do Mercosul - na Venezuela e Argentina; e a participação nas reuniões do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul – FCCR.

Nesse ano, ainda, na qualidade de sócio contribuinte do Fórum das Federações, o Brasil sediou a reunião do Conselho Estratégico dessa instituição.

Articulação com o Poder Legislativo

Em 2014, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República desempenhou intenso trabalho de articulação política e acompanhamento legislativo, assegurando a aprovação de normas legais e constitucionais imprescindíveis à implantação das políticas públicas, com vistas ao atendimento das demandas sociais mais prementes.

Este trabalho resultou na conversão em lei de 19 medidas provisórias, sanção de 16 projetos de lei de autoria do Poder Executivo, confirmação de 31 autoridades indicadas e aprovação de sete acordos internacionais.

Na área social, destacam-se:

- a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas determinada pela Lei nº 12.960/2014;
- a reabertura do prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) concedida pela Lei nº 12.989/2014;
- a reserva aos negros de vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, conforme preconiza a Lei nº 12.990/2014;
- o Plano Nacional de Educação (PNE), composto por 20 metas, incluindo a destinação de, no mínimo, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, e 254 estratégias, a serem alcançadas no próximo decênio, todas descritas na Lei nº 13.005/2014; e
- a garantia às crianças e adolescentes de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel e degradante, prevista na Lei nº 13.010/2014.

A criação do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e do Instituto Nacional de Águas, por meio da Lei nº 12.954/2014, foram medidas relevantes nas áreas de pesquisa, de desenvolvimento, inovação e ambiental. Cabe ainda sublinhar o aumento das prerrogativas e da amplitude do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, transformado no Conselho Nacional dos Direitos Humanos pela Lei nº 12.986/2014.

Outra medida legislativa de destaque foi o Marco Civil da Internet, consubstanciado na Lei nº 12.965/2014, que estabelece princípios, garantias e direitos aos usuários da rede mundial de computadores, além de delimitar os deveres e responsabilidades a serem exigidos dos prestadores de serviços e o papel a ser exercido pelo poder público em relação ao potencial social da rede.

Com relação ao pacto federativo ressalta-se a renegociação da dívida dos Estados e Municípios brasileiros, nos termos da Lei Complementar nº 148/2014.

As Leis nº 12.973/2014 e 13.043/2014 trouxeram importantes medidas tributárias, de modo a contribuir para o avanço econômico nacional. A Lei nº 12.996/2014, por sua vez, aperfeiçoou o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – Inovar-Auto.

Além disso, na área agrária, merecem registro:

- a ampliação do valor do Benefício Garantia-Safra para o período 2012/2013 e do Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012, e a autorização de pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2012/2013 de cana-de açúcar da Região Nordeste, iniciativas consubstanciadas na Lei nº 12.999/2014;
- a concessão de subvenção econômica às unidades produtoras de etanol na Região Nordeste pela Lei nº 13.000/2014; e
- a regulamentação de linha especial de crédito voltada às famílias incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a concessão de remissão, rebates, descontos e possibilidade de renegociação para as dívidas provenientes de crédito, instalação, originalmente contratadas pelas famílias com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o que se deu por meio da Lei nº 13.001/2014.

Por fim, com relação aos vetos presidenciais, no ano de 2014 foram apreciados e mantidos pelo Congresso Nacional, em duas sessões conjuntas, os vetos referentes a 40 proposições, apostos sobre 320 dispositivos.

4.1.4. Secretaria de Comunicação Social

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) integrou, durante todo o ano de 2014, diferentes ferramentas e canais de comunicação nas áreas de imprensa, publicidade, patrocínios, eventos e comunicação digital, com o propósito de dar transparência e prestar contas sobre os programas, ações e políticas de Governo, ampliando o acesso da sociedade às informações de interesse público.

As ações de publicidade institucional e de utilidade pública totalizaram 55 campanhas. Entre as institucionais podem ser destacadas as de Redução do Custo da Energia Elétrica, Copa do Mundo FIFA 2014, Comissão Nacional da Verdade, além da campanha de Prestação de Contas Regional, que reafirmou as oportunidades aos cidadãos e a competitividade das diversas regiões brasileiras.

Já entre as campanhas de utilidade pública destacaram-se as de Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Atualização Cadastral do programa Bolsa Família, Telefone Popular, Microempreendedores Individuais, Imposto de Renda 2014 e Aduana.

Em atendimento aos princípios da economicidade e da eficiência na Administração Pública, a Secom disponibilizou em ambiente digital seu Cadastro de Veículos de Divulgação (Midiacad), que garante maior segurança, agilidade e transparência aos processos de planejamento das ações de publicidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom).

Na área de patrocínios, os investimentos feitos pelas empresas estatais contemplaram a promoção e a defesa dos direitos humanos, a geração de trabalho e renda, o desenvolvimento ambiental, produtivo e econômico, o incentivo ao esporte, à preservação, promoção e ampliação do acesso à cultura. No total, foram analisadas 3.655 ações de patrocínio entre janeiro e novembro.

Em 2014, os eventos institucionais proporcionaram maior visibilidade às ações e aos programas do Governo Federal, sobretudo em projetos de investimento relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como as melhorias em Mobilidade Urbana; entrega de novas unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida; entrega de Máquinas e Equipamentos; entrega e expansão dos Centros Integrados de Comando e Controle; além das formaturas de alunos dos cursos promovidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Cinquenta e seis pesquisas quantitativas e quatro qualitativas foram executadas para conhecer a avaliação da população brasileira sobre temas como serviços e políticas públicas; conjuntura econômica e social; manifestações públicas; Copa do Mundo FIFA 2014; programa de rádio "Café com a Presidenta" e programas das áreas de saúde, educação e transferência de renda. No total, 51.125 brasileiros a partir dos 16 anos foram ouvidos nas pesquisas quantitativas, enquanto outros 1.100 cidadãos entre 18 e 50 anos participaram das qualitativas.

Na área de imprensa, foi aprimorado o atendimento aos jornalistas e veículos de comunicação. Houve um maior alinhamento da divulgação de informações entre a Presidência da República e os demais órgãos do Executivo Federal, e o aperfeiçoamento da qualidade de transmissão dos atos. Mais de 2,5 mil atendimentos foram prestados a profissionais de imprensa, incluindo atendimentos presenciais, por telefone e por e-mail. Esse trabalho também abrangeu a distribuição de releases, notas oficiais e degravações de entrevistas e pronunciamentos ao Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto.

O programa de rádio "Café com a Presidenta", transmitido via satélite pela Rede Nacional de Rádio e também pela internet, chegou a 26 edições, levando ao cidadão notícias sobre programas e políticas públicas relevantes.

Outros canais importantes utilizados pela Secom para divulgar informações sobre as ações de Governo foram a TV NBR, o programa A Voz do Brasil e o perfil do Twitter, que conta atualmente com cerca de 3 milhões de seguidores. Vinte e seis edições da coluna "Conversa com a Presidenta" foram distribuídas a 200 jornais no Brasil e no exterior.

A ferramenta "Notícias do Governo" distribuiu, diariamente, informações a 23 mil rádios TVs e jornais regionais, em 78 edições. Temas de interesse da sociedade foram abordados em 17 edições do programa "Bom Dia, Ministro" e 12 edições do programa "Brasil em Pauta", com entrevistas e perguntas ao vivo dirigidas a autoridades do Poder Executivo Federal.

Em apoio à preparação das viagens presidenciais aos Estados brasileiros, além das 97 visitas para a divulgação de ações de Governo, foram realizadas 13 entrevistas coletivas a 180 veículos, bem como envio de material referente a 40 ações de divulgação regional para jornais, rádios, tevês, blogs e sites das capitais e do interior.

Também em 2014, a Presidenta da República concedeu 10 entrevistas a 19 emissoras de rádio de nove cidades, em nove Estados. Esses veículos tiveram oportunidade de tratar de assuntos de interesse local.

Por ocasião da Copa do Mundo da FIFA 2014, a Secom organizou, em parceria com outros órgãos de Governo, o Centro Aberto de Mídia João Saldanha (CAM), no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro. O objetivo foi atender jornalistas nacionais e estrangeiros, especialmente aqueles não credenciados pela FIFA para a cobertura do Mundial. O CAM integrou ações coordenadas que permitiram otimizar o relacionamento com a imprensa, constituindo-se em espaço oficial para posicionamentos do Governo e projeção da imagem do Brasil durante todo o evento esportivo. No total, foram credenciados e atendidos 4.281 jornalistas de 88 países, sendo 2.192 nacionais e 2.089 estrangeiros.

O relacionamento com a mídia internacional foi intensificado em 2014. Mais de 8,2 mil matérias sobre o Brasil foram publicadas pelos principais veículos estrangeiros ao longo do ano, enfocando temas como economia e comércio exterior, avanços sociais, desenvolvimento sustentável, energia, saúde e tecnologia. Foram publicados 2.045 posts no Facebook e no Twitter da SECOM Internacional, BrazilGovNews.

O País também foi destaque na imprensa internacional em eventos como NET Mundial, que reuniu representantes de vários países para debater a governança na Internet, 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas e Cúpula do Clima. A Presidenta da República realizou ainda dois encontros com correspondentes estrangeiros, às vésperas do início da Copa do Mundo, e concedeu entrevistas exclusivas a emissoras internacionais de notícias como a CNN e Al Jazeera.

Para ampliar os canais diretos de comunicação com a sociedade, a Secom implementou o Gabinete Digital da Presidência da República, fortalecendo o Portal Brasil como principal fonte de informação pública na internet. Houve ainda a criação de perfis do Portal e do Palácio do Planalto nas redes sociais e a própria Presidenta reativou seu perfil no Twitter, o que estreitou ainda mais as relações do Governo com o cidadão no meio digital.

Dessa maneira, a Presidência da República passou a manter espaço em todas as mídias sociais, conquistando meio milhão de seguidores no Twitter, 660 mil fãs no Facebook, 27 mil inscritos no Youtube, com 9 milhões de visualizações nos vídeos. O Blog do Planalto teve 1,4 milhão de acessos no último ano.

Eventos de grande repercussão tiveram destaque na programação produzida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com destaque para a cobertura da Copa do Mundo, das eleições gerais e da realização do Public Broadcasting International (PBI), no Rio de Janeiro. Por meio da Rádio Nacional, a EBC adquiriu os direitos de transmissão dos jogos da Copa, na liderança de uma rede de 25 emissoras públicas, que se organizaram para este fim, com veiculação de mais de 120 horas de programação.

A EBC levou ainda comunicação pública por meio de suas emissoras de rádio e televisão aberta a 3.580 Municípios. A Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádios ganhou novos parceiros e houve a expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão, ampliando seu alcance para 55 geradoras, 728 retransmissoras de TV aberta terrestres. Juntas, as redes de rádio e TV oferecem conteúdos a mais de 163 milhões de pessoas, 85,82% da população brasileira.

A programação da TV Brasil também foi disponibilizada por TV a cabo para 19 milhões de assinantes e para aproximadamente 20 milhões de domicílios que recebem o sinal por antena parabólica. As pesquisas de audiência realizadas em seis das principais capitais brasileiras, em 2014, indicaram que cerca de 32 milhões de pessoas nessas localidades assistiram à programação da TV Brasil, via televisão aberta.

A programação direcionada ao público infantil e infanto-juvenil é assistida por 7 milhões de telespectadores.

A TV Brasil Internacional manteve a exibição de conteúdos para 65 países de quatro continentes, atendendo à demanda de informação dos brasileiros que residem no exterior e de países de língua portuguesa.

4.1.5. Gabinete de Segurança Institucional

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) garantiu a Segurança Institucional da Presidência da República, atuando na segurança da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, do Vice-Presidente, seus familiares e de outras autoridades ou personalidades, em território nacional e estrangeiro.

Em 2014, a Secretaria de Segurança Presidencial (SPR) conduziu suas ações de acordo com as Diretrizes, o Plano de Ação e os Objetivos Estratégicos estabelecidos no seu Plano de Gestão 2013/2014.

No exercício de suas competências fundamentais de garantir a liberdade de ação das autoridades presidenciais e contribuir para o desempenho institucional da Presidência da República, a SPR proveu, com recursos materiais e humanos sediados em Brasília/DF, São Paulo/SP e Porto Alegre/RS, a segurança pessoal, efetiva, contínua e ininterrupta da Presidenta da República, do Vice-Presidente da República e de seus familiares.

A SPR proveu, também, às instalações sob sua responsabilidade, proteção efetiva, adequada ao nível de risco a que estão submetidos os Palácios e Residências oficiais, caracterizada pelo planejamento e antecipação de medidas que impediram a ocorrência de incidentes danosos à segurança.

Em 2014, a capacidade de planejamento, a condução das missões operacionais, a capacitação dos recursos humanos e as atividades administrativas foram beneficiadas com o pleno uso das novas instalações dotadas de pavilhões destinados à garagem, administração, capacitação e alojamento para a guarda militar do Palácio do Planalto.

Por intermédio do Sistema de Capacitação da Segurança Presidencial (Sicasp), a SPR conduziu o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento do seu pessoal, assegurando o treinamento e a capacitação para o eficiente desempenho das atividades finalísticas, promovendo estágios de qualificação para agentes de segurança pessoal e de instalações. Também qualificou condutores de veículos de segurança e realizou estágios para a formação de especialistas, armeiros e agentes de segurança de bagagem. A aprendizagem teve significativos ganhos com a incorporação de simuladores de direção veicular.

A SPR utilizou os recursos financeiros disponíveis para ampliar a capacidade operativa, empregando-os na manutenção de sua sede, de dois escritórios de representação (Porto Alegre e São Paulo), na aquisição de veículos e equipamentos, bem como para assegurar o treinamento e a capacitação de seus recursos humanos. Houve significativa melhoria das condições de trabalho da Coordenadoria de Prevenção e Combate a Incêndio com aquisição de um veículo de salvamento e extinção de incêndio.

A Secretaria de Coordenação de Assessoramento Militar (SCAM) realizou, em coordenação com o Gabinete Pessoal da Presidenta da República, as ações necessárias para a execução de eventos presidenciais locais, viagens presidenciais nacionais e internacionais, efetivando com os demais órgãos envolvidos todas as articulações necessárias.

Ademais, a SCAM assessorou a Excelentíssima Senhora Presidenta da República em assuntos relativos ao emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e coordenou as atividades relacionadas ao cerimonial militar nos Palácios Presidenciais.

A Secretaria de Acompanhamento e Articulação Institucional (SAAI) realizou o monitoramento diário de 693 “cenários” do Mosaico de Segurança Institucional, com a inclusão de informações relevantes no Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República (GeoPR), a fim de subsidiar a Excelentíssima Senhora Presidenta

da República em seu processo decisório. Como Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional (CDN), concedeu 200 atos de anuência e assentimento prévios, para realização de atividades de exploração mineral, de radiodifusão, de construção de aeródromos, de regularização fundiária e de pesquisas científicas na faixa de fronteira, considerada área indispensável à segurança nacional.

Na realização da competência de órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), com o objetivo de manter o elevado grau de segurança das atividades nucleares no País, deu-se continuidade à modernização do Centro Nacional para o Gerenciamento de Situação de Emergência Nuclear (Cnagen), em Brasília/DF.

Estendeu-se, ainda, tal modernização aos demais Centros de Resposta a uma Emergência Nuclear, localizados nos Municípios do Rio de Janeiro/RJ e de Angra dos Reis/RJ. Seguindo tendência mundial, o Sipron vem aprimorando a metodologia de avaliação das decisões a serem tomadas nas respostas a emergências nucleares, por meio do desenvolvimento de um software que emprega expertise de instituições nacionais, o que contribui para o desenvolvimento e fortalecimento da base tecnológica brasileira. Em 2015, visando à realização do exercício bianual, em Angra dos Reis/RJ, espera-se que tais modernizações estejam disponíveis para pronto emprego na atividade a ser executada naquela cidade fluminense.

No campo da Segurança da Informação e Comunicações (SIC), o GSI/PR, por meio do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC), publicou três novas Normas Complementares à IN GSI 01/2008 e efetuou a atualização de outras três Normas, bem como promoveu boas práticas, a conscientização em SIC e a segurança das redes de governo, com a melhoria e manutenção da infraestrutura de gerenciamento dos incidentes das redes governamentais em uso na Administração Pública Federal (APF).

O Núcleo de Segurança e Credenciamento tem continuado sua estruturação de credenciamento de segurança do Governo Federal, garantindo a cadeia de confiança do Estado brasileiro no tratamento da informação classificada, bem como articulado a promoção e os ajustes de Acordos Bilaterais de Cooperação Internacional de Troca de Informação Classificada, sendo que, em 2014, tal Acordo foi assinado com a Suécia referente à aquisição de Caças Gripen NG pelo Ministério da Defesa.

No segmento de tratamento de incidentes de redes, o Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança de Redes de Computadores da Administração Pública Federal (CTIR Gov/DSIC) promoveu o intercâmbio técnico e tecnológico junto a outros Centros, apoiando órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) nas atividades de tratamento de incidentes, inclusive nos grandes eventos realizados em 2014, e monitorou e analisou tecnicamente cerca de 20.000 notificações de incidentes de segurança em redes da APF.

Em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), o GSI/PR deu continuidade ao programa iniciado em 2012 destinado à formação e ao aprimoramento de gestores de segurança da informação e comunicações, servidores públicos e militares, do Governo Federal, formando mais 140 especialistas na 4ª edição do curso.

Ainda em relação à Gestão de SIC, foram realizadas 10 reuniões ordinárias e uma extraordinária do Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), órgão de assessoramento da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, um Colóquio sobre os desafios para ETIRs na Copa do Mundo, além de diversas oficinas específicas para servidores públicos e militares da APF em temas estratégicos de SIC.

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) produziu conhecimentos e informações para assessorar o processo decisório do Governo Federal e, também, em apoio às viagens oficiais e visitas presidenciais. Na Copa do Mundo FIFA 2014, a ABIN coordenou as atividades de Inteligência em apoio às áreas de segurança e defesa.

4.1.6. Secretaria de Assuntos Estratégicos

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que comemorou 50 anos em 2014, têm contribuído para a avaliação e o desenho de políticas públicas de diversas áreas que desempenharão papel decisivo na superação dos desafios e no aproveitamento das oportunidades para que o País continue sua transformação estrutural.

O balanço das ações da SAE/PR e Ipea em 2014 permitem uma visão abrangente dos assuntos estratégicos do País, como: desenvolvimento inclusivo sustentável, sustentabilidade do uso dos recursos naturais, adaptação às mudanças climáticas, nova classe média, primeira infância, juventude, imigração, produtividade, poupança, inclusão financeira, políticas nuclear e aeroespacial, segurança cibernética, entre outros.

O Ipea lançou em 2014 seu Plano Estratégico para o decênio até 2023 e definiu sua missão institucional como “aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimento e da assessoria ao Estado em suas decisões estratégicas”.

Para fazer frente a esta missão, desenvolveu novas ferramentas de gestão e produção, como os sistemas Ipea Projetos e Ipea Publica e inaugurou a primeira sala de sigilo para cruzamento de bases públicas de registros administrativos em Brasília. Ao mesmo tempo, houve intensificação das ações de assessoramento aos órgãos centrais estratégicos e aos órgãos setoriais do governo brasileiro. Foi iniciada cooperação com os Poderes Legislativo e Judiciário, quanto ao assessoramento e à avaliação de políticas públicas.

A SAE/PR, por sua vez, tem contribuído para o avanço de uma agenda de políticas em quatro dimensões: igualdade (distribuição equitativa de fluxos de renda, estoques de ativos e direitos), prosperidade (crescimento da média de renda e consumo, para além das contas nacionais tradicionais – PIB -, de forma a incluir dados de pesquisas domiciliares e do Imposto de Renda), sustentabilidade (ambiental, cultural, social) e sensibilidade (percepção subjetiva sobre o País, os serviços públicos e a qualidade de vida). A partir deste arcabouço teórico, que explicita

as finalidades da ação pública no país, diversas atividades e estudos foram desenvolvidos em 2014.

O estudo Assuntos Estratégicos – Social e Renda: A Classe Média Brasileira discute a nova classe média brasileira, a sua definição, evolução, perfil, atitudes e durabilidade. Entre 2003 e 2013, 44,7 milhões de brasileiros ingressaram na nova classe média, segundo os mais recentes dados da Pnad, devido a uma combinação de crescimento com equidade.

Mais 12,5 milhões ascenderam nesse período à classe média tradicional, que cresceu proporcionalmente mais e crescerá ainda mais que a classe C na medida da continuidade do processo inclusivo. O estudo traça ainda projeções para as classes econômicas e as monitora com dados mais recentes que acompanham as mesmas famílias ao longo do tempo. Até 2014 a classe C deverá compor 58,68% da população, substancialmente acima dos 37,59% em 2003. A classe AB passou de 7,69% em 2003 para 13,13% em 2013, com projeção de 14,56% em 2014.

O *World Without Poverty* – WWP, iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza, uma parceria entre a SAE/PR, o Ipea, o MDS, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG/Pnud) e o Banco Mundial, foi criado com objetivo de difundir e compartilhar programas e ações do mundo inteiro que visem a redução da pobreza. Neste espaço, o Brasil compartilha os avanços expressivos na redução da pobreza e da desigualdade ao longo da última década, promovendo suas principais tecnologias sociais, como o Programa Bolsa Família, por meio de uma plataforma que reúne participantes de todo o mundo. No âmbito da iniciativa, foi lançado, o livro Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania e seus sumários executivos em português e inglês (Bolsa Família Program: a decade of social inclusion in Brazil).

O Ipea, em parceria com o Pnud e a Fundação João Pinheiro (FJP), lançou o Atlas das Regiões Metropolitanas, uma plataforma online que permite a qualquer cidadão consultar facilmente a evolução do IDHM e mais de 200 indicadores em quase 10 mil unidades de desenvolvimento humano de 16 regiões metropolitanas, áreas que chegam a ser menores que bairros nos territórios mais densamente ocupados do país.

A ferramenta aprofunda as informações em nível municipal do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Para o desenvolvimento deste trabalho foi criada e desenvolvida a Rede Ipea de Pesquisa, que aglutinou órgãos de todos os Estados brasileiros e coordenou trabalhos em parceria com as diversas diretorias do Ipea.

A edição 2014 da série Brasil em Desenvolvimento, principal publicação institucional do Ipea, reuniu diagnósticos, cenários prospectivos e propostas para a condução de políticas estratégicas visando ao desenvolvimento do país ao longo do próximo decênio.

O Ipea, a SPI/MPOG e a SG/PR lançaram o V Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O documento registra que o Brasil alcançou com antecedência mais dois Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) fixados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2015: reduzir pela metade a população sem acesso a saneamento e em dois terços a mortalidade até cinco anos de idade.

Garantir a sustentabilidade do processo de crescimento sistemático da renda do trabalhador brasileiro requer uma expansão compatível da produtividade do trabalho no Brasil.

Percebendo o caráter estratégico dessa questão, a SAE/PR desenvolveu o estudo "Determinantes da Produtividade do Trabalho para a Estratégia de Sustentabilidade e Promoção da Classe Média", realizou um mapeamento das políticas e programas federais que afetam a produtividade do trabalho no Brasil e, em colaboração com o Banco Mundial, promoveu o encontro Produtividade Brasileira: Entendendo como o Setor Público pode fazer a Diferença. O Ipea também realizou eventos e estudos sobre o tema que culminaram no lançamento do primeiro volume da série de livros Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes.

O Instituto contribuiu também para o acompanhamento do Plano Brasil Maior, com avaliações dos efeitos das políticas envolvidas sobre os níveis de produtividade da economia brasileira.

Para aprimorar o entendimento e o uso de avaliações de impacto no país, a SAE/PR, em conjunto com órgãos governamentais, universidades e instituições do terceiro setor, propôs a elaboração de um protocolo de avaliação de políticas públicas contendo: i) uma caracterização do que constitui a avaliação de impacto; ii) suas utilidades; e iii) os principais desafios a serem enfrentados para a sua execução.

Além disso, desenvolveu projetos piloto de avaliação das seguintes ações: i) Pronasci/MJ; ii) Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro do Ministério da Educação (MEC); iii) Programa Rio Rural; e iv) Oferta de serviços de Creches na rede pública municipal do Rio de Janeiro. Na mesma área, o Ipea publicou os dois volumes do livro "Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais".

Por ocasião da entrada em vigor do Estatuto da Juventude no início do ano, a SAE/PR, em cooperação técnica com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ/SG/PR), desenvolveu o produto "Compêndio Estatístico para o Estatuto da Juventude".

Seguindo a estrutura do Estatuto da Juventude e com base nos dados Pnad/IBGE, o produto possui tripla função: i) fornecer diagnóstico da situação atual da juventude brasileira, bem como da sua evolução nos últimos vinte anos, sinalizando avanços e desafios; ii) permitir o estabelecimento de metas objetivas de melhoria na situação da juventude brasileira; e iii) servir de instrumento para o monitoramento da evolução e do alcance de metas estabelecidas para melhoria da situação da juventude brasileira nos próximos anos.

O Ipea também organizou eventos sobre o tema e, entre outras publicações, lançou o livro "Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros".

A Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), reativada pelo Decreto nº 8.009/2013, passou a integrar a estrutura

da SAE/PR. A CNPD é composta por instituições do Governo Federal e da sociedade civil que se relacionam com os temas tratados na agenda de população em desenvolvimento. No ano de 2014 foram realizadas quatro reuniões plenárias da Comissão, bem como o seminário "O Brasil frente a Cairo+20: balanços e desafios". Em 2014, a CNPD participou da Conferência Regional de População e Desenvolvimento que culminou na construção e aprovação do Consenso de Montevidéu, e da 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas.

Nas duas, prestou suporte técnico e organizacional à delegação brasileira. Participou ainda do Seminário Inaugural de Funcionários e Peritos em Questões Populacionais do BRICS, realizado na África do Sul, em que se aprovou o Framework for BRICS Cooperation on Population Matters. Dentro da mesma temática, o Ipea realizou estudos e pesquisas e, com colaboradores externos, organizou e lançou o livro "Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?".

No âmbito internacional, consolidado como Think Tank oficial do Brasil entre os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Ipea organizou, no Rio de Janeiro, o 6º Fórum Acadêmico e a Reunião do Conselho de Think Tanks dos BRICS, eventos anuais que precedem a Cúpula dos BRICS no País anfitrião.

O Ipea e a SAE/PR foram responsáveis pela organização dos eventos com apoio da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e da Prefeitura do Rio de Janeiro. No Fórum Acadêmico os delegados dos cinco países decidiram instituir grupos multilaterais para realizar novos estudos em torno de cinco pilares: promoção da cooperação para o crescimento econômico e o desenvolvimento; paz e segurança; justiça social; desenvolvimento sustentável e qualidade de vida; governança política e econômica, e progresso através do compartilhamento da inovação e do conhecimento.

Os documentos resultantes foram entregues aos representantes diplomáticos de cada país para serem apresentados aos chefes de Estado na reunião de cúpula realizada em julho de 2014, em Fortaleza (CE). Como resultado de estudos sobre os cinco países, o Ipea publicou os livros Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais e Os BRICS e seus vizinhos: investimento direto estrangeiro.

No âmbito do BRICS foi prevista para 2015 no Plano de Ação de Fortaleza, firmado na VI Cúpula do bloco, com participação da SAE/PR, a realização do primeiro Encontro de Ministros Responsáveis por Questões Populacionais e a Reunião de Altos Representantes Responsáveis por Segurança Nacional do BRICS.

Na área de Defesa Nacional, a SAE/PR tem sido ativa na contribuição para a formulação de políticas públicas e estratégias, especialmente nas áreas de indústria de defesa e nos campos nuclear, cibernético e espacial.

Como exemplo, citem-se a elaboração da Política Nacional de Defesa, a atualização da Estratégia Nacional de Defesa e as atividades de produção do Livro Branco de Defesa Nacional.

Entre outros estudos sobre defesa e segurança nacional, o Ipea publicou os livros: Estratégias de Defesa Nacional: desafios para o Brasil no novo milênio; Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror; e O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Reuniu estudos sobre o expressivo crescimento recente do setor naval, as políticas associadas e considerações sobre a sustentabilidade futura dessa indústria no país no livro Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2013).

O desenvolvimento sustentável é um dos capítulos centrais da agenda estratégica do Brasil. A SAE/PR produziu um diagnóstico do uso dos recursos naturais para os próximos 10 anos, com uma análise detalhada do contexto e das principais tendências demográficas, socioeconômicas, de infraestrutura e de competitividade do País, das condições gerais dos principais recursos naturais e das principais atividades econômicas relativas ao uso desses recursos.

O Brasil se destaca, no mundo, no setor de florestas plantadas, como quarto maior produtor de celulose e o nono maior produtor de papel. Nesse campo, a SAE/PR contribuiu para a elaboração da Política e do Plano Nacionais de Florestas Plantadas; além disso, apoiou o investimento de fundos de pensão em ativos florestais no Brasil e o aperfeiçoamento do seguro rural florestal, em colaboração com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A estratégia nacional de desenvolvimento do setor incluirá questões como pesquisa e inovação, uso da biomassa e investimento de pequenos e médios produtores rurais em ativos florestais.

A agricultura e o uso da terra são igualmente estratégicos para o Brasil. Nessa esfera, a SAE/PR colaborou com o Mapa na criação do Núcleo de Inteligência Territorial, com visas à intensificação e otimização dos usos do território nacional, monitoramento e modelagem do uso da terra para a intensificação sustentável da pecuária.

No âmbito do gerenciamento de riscos climáticos na agricultura, a SAE/PR coordenou trabalho em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) acerca de impactos da mudança do clima sobre as principais culturas brasileiras com vistas à formulação de medidas adaptativas pelo poder público.

A SAE/PR também contribuiu com a formação da visão de longo prazo sobre mudança do clima e de opções estratégicas para o País, por meio do desenvolvimento de cenários de mitigação e adaptação para o período pós-2020 e da instituição do Núcleo de Pensamento Estratégico sobre Mudança do Clima.

Participou ainda do Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de elaborar uma Política Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima (GTI Adaptação). Para embasar essa política, a SAE/PR produziu um estudo abrangente sobre as alternativas de adaptação às mudanças do clima, considerando uma ampla gama de modelos climáticos regionalizados, assim como setores estratégicos – agricultura, infraestrutura urbana e costeira, energia, recursos hídricos e saúde humana, na gestão de riscos climáticos.

Ademais, avançou na integração da política nacional de gestão de riscos e respostas a desastres com a mudança climática.

Em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), desenvolveu quatro cenários climáticos futuros regionalizados na escala de 20 km por 20 km. Essa medida significa a oportunidade de transversalização da gestão de riscos climáticos em todas as políticas públicas e também avança significativamente a disponibilidade de informação, visto que até então o Brasil dispunha somente de um modelo climático regionalizado em resolução menor.

Na área de energia, a SAE/PR centra esforços no planejamento e sua interface com a economia, partindo de um processo de consulta a especialistas sobre cenários para 2050, e analisa os impactos da mudança do clima sobre o sistema hidrelétrico brasileiro, recomendando medidas adaptativas para garantia da segurança energética.

Além disso, o projeto "Construção de Cenários para a Matriz Energética Brasileira em Função do Preço do Carbono", analisou os efeitos de uma eventual taxa de carbono na matriz energética brasileira de 2050.

No campo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a SAE/PR participou ativamente da formação do posicionamento brasileiro e apoiará a construção de indicadores que considerem as dimensões econômica, social e ambiental.

A SAE/PR coordenou o plano operativo do eixo de fomento às atividades sustentáveis 2012-2015, no âmbito do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal com o objetivo de promover atividades que contribuam para a redução do desmatamento, com inclusão produtiva e inserção social.

Ainda na área das cidades, a SAE produziu Nota Estratégica sobre Mobilidade Urbana, recomendando ações de política pública para favorecimento de alternativas de transporte público coletivo e otimização de subsídios.

4.1.7. Advocacia-Geral da União

A Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa, judicial e extrajudicialmente, a União, o que inclui os Três Poderes e o Ministério Público da União, cabendo-lhe, ainda, as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo, nos termos do artigo 131 da Constituição Federal de 1988.

Ao Advogado-Geral da União incumbe assessorar diretamente o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres estudos ou propondo normas, medidas, diretrizes, assistindo-lhe no controle interno da legalidade dos atos da administração pública federal, sugerindo-lhe medidas de caráter jurídico reclamados pelo interesse público e apresentando-lhe as informações a serem prestadas ao Poder Judiciário quando impugnado ato ou omissão presidencial.

A atuação da AGU abrange toda administração pública federal e está presente em todos os órgãos da administração direta, nas autarquias e nas fundações públicas, da União, incluindo suas agências reguladoras. Da mesma forma, onde quer que esteja a Justiça Federal, lá deverá estar a AGU defendendo a União, além de atuar junto ao Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores.

PROGRAMA 2038 – DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

O Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública tem como objetivo (0871) garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade. A esse Objetivo foram vinculadas 6 (seis) metas em que uma é quantitativa – (1) ampliar em 10% (dez por cento), anualmente, o número de órgãos correicionados; e as demais são qualitativas – (2) construção do marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais; (3) criar mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando à revisão das teses adotadas; (4) obter adesão de 100% (cento por cento) dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015; (5) promover manifestação jurídica em todos os processos administrativos relacionados à formulação de políticas públicas inclusas no PPA; e (6) reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0871 – PROGRAMA 2038

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0871	No Exercício[1]	259.774.341,45	268.662.169,75
	RPNP[2]	2.855.131,11	13.687.737,15
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo		**262.629.472,56**	**282.349.906,90**

Fonte: Siafi
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

Houve aumento da execução de restos a pagar não processados em 2014 ocasionado pela insuficiência do limite de pagamentos frente ao limite de movimentação e empenho em exercícios anteriores.

Nível de realização da meta quantitativa do Objetivo 0871

Ampliar em 10%, anualmente, o número de órgãos correicionados: em 2013, a Corregedoria-Geral da Advocacia da União planejou realizar 56 correições nos órgãos jurídicos da AGU e vinculados, para fim de verificar a regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados. Ao final daquele ano foram efetuadas 62 correições, atingindo 110,71% da meta prevista. Em 2014 planejou-se a realização de 62 correições. Finalizado o cronograma proposto, observou-se a realização de 30 correições ordinárias presenciais, uma correição extraordinária e 48 correições eletrônicas, somando um total de 79 correições. Sendo assim, superou-se a meta estabelecida no exercício, resultando em um índice de 127,41% de realização. Ressalta-se que as correições possibilitaram a proposição de medidas e sugestões de melhorias nos serviços visando o aprimoramento da atuação jurídica.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS

Construção do marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais.

Para melhor atendimento à meta, a Escola da Advocacia-Geral da União promoveu o treinamento de membros da AGU por meio de ações de capacitação da Escola da AGU com a disponibilização de 63 vagas em cursos, tais como:

- Combate ao Crime Organizado, promovido pela Universidade de Roma e pela *International Experience*, na cidade de Roma, Itália;
- Conferência Anual da Associação de Administração Legal, em Toronto (Canadá); Curso *Anti-Corruption Program for Brazilian Government Officials*, em Washington-DC (Estados Unidos da América – EUA);
- IX Congresso Mundial de Direito Constitucional – "Desafios Constitucionais: globais e locais", em Oslo (Noruega);
- Curso *Le Corti Internazionale, i diritti umani ed il diritto in Europa - studi comparati tra instituzioni e sistemi*, realizado nas cidades de Roma (Itália), Bruxelas (Bélgica) e Haia (Holanda), promovido pela Universidade de Roma - Tor Vergata, com o apoio da *Internacional Experience*; Programa sobre Organização Mundial do Comércio (OMC), Comércio Internacional de Desenvolvimento do Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento, em Genebra, e do curso da Academia do Instituto Mundial do Comércio sobre Política e Direito do Comércio Internacional e Investimentos, em Berna, ambos na Suíça; e
- Curso *Senior Managers in Government*, no campus da Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachussetts, nos EUA.

Para a atuação em ações relativas a assuntos internacionais, a Procuradoria-Geral da União (PGU) vem desenvolvendo trabalhos através do Grupo de Atuação em Assuntos Internacionais (Gatai).

O Gatai é coordenado pelo Departamento Internacional (DPI) e composto por Pontos Focais para Assuntos Internacionais (PFAIs), designados por cada Procuradoria da União para concentrar as atividades de representação judicial da União nestas demandas.

As Procuradorias-Regionais da União designaram, informalmente, a pedido do DPI, Coordenadores Regionais de Assuntos Internacionais.

A atuação destes Coordenadores ainda carece de regulamentação, mas já foi responsável pelo recadastramento de todas as ações sobre assuntos internacionais no Brasil, ao longo de 2014.

O Projeto de aprimoramento do marco normativo que dispõe sobre as competências do DPI levou à edição do Ato Regimental AGU nº 1, de 23 de outubro de 2014, que alterou o artigo 8º do Ato Regimental nº 5, de 19 de junho de 2002.

As competências do DPI passaram a ser exercidas por dois núcleos distintos, nos termos da Ordem de Serviço DPI nº 2, de 19 de março de 2013, que instituiu o Núcleo de Controvérsias no Exterior (NEXT) e o Núcleo de Controvérsias em Foros Internos (NINT).

O DPI pretende obter, após o necessário debate com os membros do Gatai, ato normativo que disponha sobre a forma como se devem realizar as atividades do Grupo e sua orientação e coordenação pelo DPI.

Outros projetos em curso também pretendem aprimorar o marco normativo da atuação internacional em temas específicos, a exemplo de sua atuação na defesa do Estado perante os órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e em ações no exterior, mediante contratação de advogados privados. Espera-se também que a possível alteração da Lei Orgânica da AGU (Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993), objeto do Projeto de Lei Complementar nº 205, de 2012, represente melhoria das normas que atribuem as competências legais da unidade.

Criar mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando à revisão das teses adotadas.

A Consultoria-Geral da União instituiu grupo de trabalho com a finalidade de edição de manual sobre licitações e contratos, que venha a contribuir com a atividade administrativa de contratação, mediante instrumentalização com os mais recentes entendimentos adotados pela doutrina e jurisprudência na matéria.

A Escola da AGU realizou a palestra "O Papel das Funções Essenciais à Justiça na Implementação e Adequação das

Políticas Públicas", com a disponibilização de 100 (cem) vagas.

Para identificar e acompanhar ações judiciais relevantes, que possam criar riscos jurídicos às políticas públicas das entidades representadas, a Procuradoria-Geral Federal (PGF) criou e implantou, a partir de 2012, o Sistema de Acompanhamento de Ações Prioritárias da PGF (SAAR).

Além disso, a PGF tem identificado ações e teses judiciais que apresentem elevados riscos fiscais, que consistem nas teses judiciais com impacto financeiro superior a R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), tendo efetuado estudos, juntamente com os demais Órgãos de Direção Superior da AGU, para a criação de um ato normativo que defina, de forma mais clara e objetiva, a quantificação e qualificação dos riscos fiscais, para acompanhamento orçamentário.

Na esfera consultiva, os Grupos Permanentes, instituídos pela Portaria PGF nº 835, de 10 de dezembro de 2013, e cujo funcionamento está regulamentado pela Ordem de Serviço nº 4, de 24 de fevereiro de 2014, voltam-se à integração e articulação dos seus integrantes, buscando a uniformização de rotinas e entendimentos jurídicos, em quatro áreas temáticas (ambiental, indígena e agrária; infraestrutura e desenvolvimento econômico; saúde, previdência e assistência social; educação, cultura, ciência e tecnologia). Em 2014, foram constituídos cinco Subgrupos no âmbito do Departamento de Consultoria da PGF.

O primeiro é o Subgrupo Provisório integrado pelas Procuradorias Federais junto à ANTT, ao Dnit e ao Ibama, com o objetivo de discutir questões jurídicas relevantes concernentes ao Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis (Profas) e elaborar modelo padrão de termo de compromisso de licenciamento ambiental corretivo.

O segundo é o Subgrupo Permanente dedicado ao estudo de assuntos jurídicos envolvendo outorgas de bens e serviços públicos precedidos ou não de obras públicas.

O terceiro é o Subgrupo Permanente que tem por objeto a discussão de questões relevantes às Universidades Federais e aos Institutos Federais de Ensino, com a finalidade de uniformizar entendimentos jurídicos ou procedimentos nos respectivos âmbitos de atuação.

O quarto é o Sugbrupo Permanente dedicado ao estudo de assuntos jurídicos envolvendo desapropriações de bens móveis e imóveis.

O quinto é o Subgrupo Provisório que se destina ao estudo de assuntos jurídicos relacionados à concessão de benefícios previdenciários à população indígena.

Os cinco subgrupos constituídos no âmbito do Departamento de Consultoria da PGF somam-se às Câmaras Permanentes anteriormente criadas com o objetivo de uniformizar os entendimentos a respeito de Convênios e Instrumentos Congêneres, Licitações e Contratos Administrativos.

De 2012 a 2014 foram produzidos, pelos Grupos de Trabalho e pelas Câmaras Permanentes, 77 manifestações, todas já aprovadas pelo Procurador-Geral Federal, as quais vinculam o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos por todos os órgãos de execução da PGF.

Somente em 2014, foram contabilizados 15 pareceres e uma nota da lavra da Câmara Permanente sobre Licitações e Contratos Administrativos, bem como nove pareceres e quatro notas de autoria da Câmara Permanente sobre Convênios e Instrumentos Congêneres.

O ementário das manifestações do Departamento de Consultoria da PGF, por sua vez, compila em documento único e de fácil acesso a todos os membros da PGF, todos os pareceres e notas aprovados pelo Procurador-Geral Federal, em matéria consultiva, de modo a conferir segurança jurídica à atuação dos Procuradores Federais que utilizarão os entendimentos do Departamento de Consultoria em suas atividades de consultoria e assessoramento jurídico à Administração Federal Indireta.

Implementado pela Ordem de Serviço DEPCONSU nº 10, de 4 de abril de 2014, o sistema de interlocução busca estreitar a comunicação do Departamento de Consultoria com as Procuradorias Federais com atribuição consultiva, permitindo o monitoramento de entendimentos jurídicos firmados, nesses órgãos de execução da PGF, no que se refere às suas respectivas matérias finalísticas, de modo a possibilitar o conhecimento de referidos entendimentos pela direção central da PGF.

No ano de 2014, o sistema de interlocução foi inicialmente testado em um projeto-piloto com Procuradorias Federais junto a 9 (nove) autarquias e fundações públicas federais (Anvisa, DNPM, FNDE, FUB, Funai, Ibama, ICMBIO, Incra e Iphan), ao qual posteriormente aderiram mais 2 (duas) Procuradorias Federais (Anac e CNPQ).

Ao longo de 2014, foram produzidos 5 (cinco) clippings de entendimentos. Com este acompanhamento, foi possível aproximar os integrantes do Departamento de Consultoria da PGF com os órgãos de execução participantes do projeto-piloto e conhecer, com maiores detalhes, as posições jurídicas produzidas pelas unidades no decorrer do ano.

O projeto "Matriz de Indicadores" desenvolvido no âmbito da PGU, contribuiu de forma significativa para a defesa da União. Consiste em um painel com informações que define qual é o resultado de cada unidade da PGU.

O critério utilizado é o de decisões judiciais favoráveis à União, partindo-se do pressuposto de que qualquer "cliente" que seja parte em um processo judicial espera que seu advogado atue de forma a obter uma decisão judicial favorável. Essas informações permitem ao gestor das unidades identificar qual é o tema que mais está influenciando o resultado da unidade, conjugando-se a quantidade de decisões favoráveis com o percentual de decisões negativas.

Ao identificar o tema, é possível analisar as causas das decisões negativas e revisar as estratégias de atuação junto aos tribunais. A utilização e a atuação a partir dos dados da Matriz contribuiu para o aumento do resultado das decisões favoráveis e pela primeira vez a União ganha mais do que perde em decisões

na Justiça. De acordo com um balanço da PGU, de todas as decisões tomadas na Justiça, em 2013, a União obteve vitória em 51% das causas. Esse percentual aumentou para 53%, em 2014.

E por fim, foi desenvolvido no âmbito da PGU, o Banco de Orientações e Defesas Mínimas que visa coordenar e racionalizar a atuação dos órgãos da Procuradoria-Geral da União na representação e defesa judicial da União.

As teses são de utilização obrigatória pelos Advogados da União em exercício nos Órgãos de Execução da PGU e são elaboradas, a critério do Departamento da PGU competente para a respectiva matéria, em situações de caracterização de demanda judicial de massa ou de significativo potencial multiplicador.

Qualquer Advogado da União em exercício nos Órgãos de Execução da PGU poderá sugerir, motivadamente, a elaboração, a modificação ou a exclusão de tese de defesa mínima adotada.

Obter a adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015.

No ano de 2014, a Corregedoria iniciou a implantação e uso do sistema Sapiens para processos administrativos no âmbito de seu Órgão central e dos Escritórios Avançados na 2ª, 3ª e 4ª Regiões (localizados, respectivamente, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

A unidade também continuou a proposição de melhorias no sistema através do grupo de trabalho constituído para acompanhar a implementação do sistema na CGAU.

Para o segundo semestre do ano, a Corregedoria vislumbra seguir com as tratativas junto às unidades competentes para criação do módulo correicional do Sapiens e expansão do sistema visando a substituição dos sistemas próprios da CGAU, principalmente no que tange a correição eletrônica, o sistema de Processo Administrativo Disciplinar, Estágio Confirmatório, Acompanhamento Correicional (AC), Inspeção Eletrônica e PADS.

Em 2014, com a consolidação do sistema de correição eletrônica, a Corregedoria realizou 48 correições eletrônicas nos processos judiciais eletrônicos da 1ª e 4ª Regiões.

No âmbito da Consultoria-Geral da União, houve a ampliação do período de registro da produção consultiva no Sistema Consultoria (Siscon), de maneira a ampliar a base da informação sobre produção consultiva, colaborando para outras atividades em curso com a finalidade de mensurar para melhor gerenciar tal atividade jurídica.

Edição do normativo com a definição de prazo para o seu cumprimento até o final do exercício 2013.

A efetiva avaliação dos efeitos da atividade depende do alcance de tal marco temporal

Meta Institucional da Consultoria-Geral da União: cadastrar e arquivar eletronicamente 100% das manifestações jurídicas produzidas por 80% das Consultorias Jurídicas nos Estados (CJUs) no território nacional, referentes ao período de 1°/01/2010 a 31/03/2011.

Resultado (percentual): 23,15% (vinte e três inteiros, e quinze centésimos) cumprida.

O alcance da meta foi prejudicado devido aos inúmeros problemas técnicos ocorridos no Siscon no ano de 2013, gerando sobrecarga para regularização no ano de 2014, aliado ao processo de implantação do Sapiens, em fase de plena expansão, tanto nas CJUs quanto nas Consultorias Jurídicas dos Ministérios (Conjurs), onde 16 unidades (26%) já usam o sistema e 44 estão em treinamento e implantação (71%).

Dentre as 27 CJUs, somente cinco (18,52%) conseguiram o cadastro no Siscon de 100% das manifestações registradas no CGUGestão referente à produção do período de 1° de janeiro de 2010 a 31 de março de 2011, enquanto oito registraram entre 82% e 99% das manifestações, três atingiram o percentual entre 63% e 79%, já seis atingiram entre 1% e 44% e outras cinco não realizaram registros.

Os principais sistemas de gestão da informação utilizados pela Procuradoria-Geral Federal (PGF) são o Sistema Consultoria da AGU (Siscon), o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (Sicau) e, a partir do primeiro semestre de 2014, o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens).

O Siscon, além de ser um banco de dados de pesquisa de pareceres e demais atos consultivos produzidos pela PGF, é uma importante ferramenta gerencial que permite verificar a produtividade e qualidade da atividade consultiva. Desenvolvido em 2010, teve sua implantação na PGF iniciada em 2011 e é de utilização obrigatória até a implantação do Sapiens na unidade, sistema que veio a superá-lo, mencionado abaixo.

Já o Sicau, adotado na AGU antes mesmo da criação da PGF, em 2002, é adotado nas Procuradorias Federais desde 2006, tendo em vista sua importância para o acompanhamento de todas as ações judiciais que envolvem as autarquias e fundações públicas federais. Além disso, possui a mesma utilização gerencial, com a aferição do volume de trabalho produzido pelas Procuradorias com atuação contenciosa.

O Sapiens é um sistema de processo administrativo eletrônico que vem sendo desenvolvido na AGU desde 2013. É um sistema híbrido de gestão arquivista de documentos (isto é, permite a tramitação de processos físicos ou eletrônicos). À medida que for desenvolvido e implantado, substituirá o AGUDOC (sistema de tramitação de documentos), o Siscon e o Sicau.

A PGF vem conduzindo ainda o desenvolvimento do Sisdat - Sistema de Dívida Ativa. O fundamento do sistema é o gerenciamento dos créditos dessas entidades, possibilitando à PGF o gerenciamento e cobrança da dívida ativa de todas as entidades representadas com base nas informações contidas em um único banco de dados.

Por meio da sistemática atual todo o acompanhamento do crédito é feito de forma individualizada em cada um dos vários sistemas das entidades ou de forma manual por meio do contato direto com as autarquias e fundações públicas federais.

Com o Sisdat, que está em fase de desenvolvimento, todos os créditos serão inscritos e acompanhados em um só sistema de dívida ativa.

A adesão ao Siscon, que desde o início de 2014 vem sendo paulatinamente substituído pelo Sapiens, atingiu 74% do total das unidades de consultoria da PGF. A utilização do Sicau atinge 96% das unidades de contencioso da PGF. O Sapiens, até 19 de dezembro de 2014, foi implantado por 51% do total de unidades da PGF.

Promover manifestação jurídica em todos os processos administrativos relacionados à formulação de políticas públicas inclusas no PPA.

O Departamento de Coordenação e Orientação dos Órgãos Jurídicos (Decor), da Consultoria-Geral da União, tem realizado um trabalho em conjunto com a Procuradoria-Geral da União (PGU) no mapeamento das matérias judicializadas com objetivo de adotar medidas administrativas que busquem a redução da litigiosidade.

Esse trabalho envolve o levantamento das ações judiciais propostas em cada Região do País no ano de 2014, com a classificação da matéria discutida em juízo.

Busca-se a elaboração de pareceres para prevenir ou reduzir a litigiosidade sobre determinadas matérias comuns no âmbito da administração pública.

Dessa forma, foram realizadas reuniões com as Consultorias Jurídicas da União nos Estados, por região, com vista ao aprimoramento do assessoramento jurídico, tendo por base o citado levantamento das ações judiciais.

Foram criados Grupos de Trabalho para: uniformização do assessoramento jurídico em matéria de patrimônio da União, com a minuta de Orientações Normativas a serem submetidas ao Advogado-Geral da União; e ampliação e revisão dos pareceres parametrizados.

A PGF é responsável pela consultoria e assessoramento jurídico de todas as autarquias e fundações públicas federais, de modo a garantir a conformidade da política pública planejada com os ditames legais.

Pela Portaria PGF nº 425, de 2013, a atuação da PGF no âmbito consultivo, com intuito preventivo, foi regulamentada com o objetivo de acompanhar os projetos estratégicos das autarquias e fundações.

Dada a necessidade de aperfeiçoamento e uniformização das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestados às autarquias e fundações públicas federais, foi publicada a Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013, que estabeleceu diretrizes gerais para o exercício de tais atividades.

Até a presente data, em cumprimento à determinação consignada na citada Portaria, 61 Procuradorias Federais junto a autarquias e fundações públicas federais já regulamentaram internamente o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos.

Especificamente no que concerne à uniformização de temas em licitações, contratos e convênios, o Departamento de Consultoria da PGF constituiu Grupos de Trabalho.

Diante do sucesso alcançado pelos Grupos de Trabalho, foram transformados em Câmaras Permanentes, visando à discussão de questões jurídicas relevantes afetas à atividade de consultoria e assessoramento jurídicos junto às autarquias e fundações públicas federais, relacionadas a convênios e demais ajustes congêneres, licitações e contratos administrativos.

A constituição de tais Câmaras Permanentes deveu-se à necessidade de aperfeiçoamento contínuo das teses jurídicas relacionadas às atividades não finalísticas das autarquias e fundações públicas federais e à necessidade de disciplinar, no âmbito da PGF, a rotina de identificação de temas relevantes para uniformização, nos moldes do artigo 14, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

É importante subsídio no exercício de suas atribuições funcionais, dando-lhes segurança jurídica em questões específicas nas áreas de licitações e contratos, e também de convênios e demais ajustes congêneres.

No ano de 2014, 6 Orientações Normativas da Advocacia-Geral da União sobre convênios tiveram por fundamento entendimentos firmados em Pareceres da Câmara Permanente de Convênios da PGF.

Cumpre destacar ainda que, no ano de 2014, a Procuradoria-Geral Federal registrou, no Sistema Consultoria da AGU (Siscon) ou no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens), 67.525 pareceres, 40.622 notas e 22.264 informações jurídicas que foram produzidas por suas unidades.

Reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas.

Com a edição da Portaria nº 425, de 16 de julho de 2013, o Departamento de Consultoria da PGF passou a acompanhar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestados às autarquias e fundações públicas federais, no tocante a projetos estratégicos definidos pelo Procurador-Geral Federal.

Para consecução de tal projeto, são designados responsáveis para participar das discussões prévias a decisões administrativas a serem tomadas pelas autarquias e fundações públicas federais, e coordenar a troca de informações com outros órgãos de execução da PGF ou com outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, quando necessário.

Desde 2013, vêm sendo acompanhados os seguintes projetos estratégicos:

- Concessão da ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão Antônio Carlos Jobim e do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins/MG), concessão da exploração de portos organizados e arrendamento das instalações portuárias e concessão da exploração das ferrovias;
- Concessão de rodovias e licitação dos serviços de Transporte Rodoviário Interestaduais de Passageiros (TRIP);
- Concessão de área da União para ampliação, modernização, manutenção e exploração não regular e eventual de serviços de transporte ferroviário de passageiros na Estrada de Ferro do Corcovado (Trem do Corcovado), no trecho Cosme Velho ao Corcovado no Rio de Janeiro/RJ, com finalidade turística, histórica e cultural.

No que tange aos processos em trâmite no Poder Judiciário, o acompanhamento proativo dos órgãos de contencioso da PGF vem permitindo a diminuição do impacto dos questionamentos judiciais das políticas públicas. São exemplos disso:

- o acompanhamento das ações relativas à Copa do Mundo FIFA 2014, com a participação no Sistema de Monitoramento da Casa Civil;
- o acompanhamento do leilão das linhas de transmissão de Belo Monte e dos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo;
- da hidrelétrica de Três Irmãos, em São Paulo;
- o acompanhamento da divulgação dos resultados da edição 2013 do Enem;
- das greves no setor público, envolvendo os aeroviários, servidores das instituições de ensino, servidores da cultura e do IBGE, evitando a paralisação de serviços essenciais; e
- o acompanhamento das obras de duplicação da BR-101, em Santa Catarina, garantindo-se a sua continuidade.

A PGF também vem acompanhando os aspectos jurídicos relacionados à preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, através do GAJ-Olimpíadas, monitorando preventivamente os possíveis obstáculos jurídicos.

Por fim, a PGF também deu início a um projeto para revisar os atos normativos do INSS e adequá-los à jurisprudência do STF e Tribunais Superiores (Projeto Correto), além de coordenar um subgrupo de trabalho temático do Enajud (Estratégia Nacional de Não Judicialização - Portaria Interinstitucional nº 1.186, de 2 de julho de 2014), com o fim de diminuir o ajuizamento de novas ações referentes a benefícios previdenciários e assistenciais.

No âmbito da Consultoria-Geral da União foi promovido o "I Seminário sobre assessoramento jurídico aos órgãos militares", visando à aproximação com os órgãos assessorados apontados pelo Órgão Correcional como ainda não integrados no fluxo cotidiano de assessoramento jurídico, especialmente em Brasília/DF. Esse evento foi realizado com êxito e há previsão de sua repetição em periodicidade bienal.

Também merece destaque a deflagração de trabalho tendente à uniformização jurídica quanto ao assessoramento prestado à autoridade administrativa no âmbito disciplinar, atividade encerrada e que se encontra em fase de revisão.

A Procuradoria-Geral da União possui grupos de trabalhos de atuação em temas específicos que ultrapassam o trabalho da defesa técnica e processual realizada nas demandas judiciais que questionam a concepção e consecução das políticas públicas e empreendimento.

Trata-se de uma atuação, de caráter multidisciplinar e de atuação preponderantemente proativa, tanto no âmbito judicial como no extrajudicial.

O GPAC, grupo criado e coordenado pelo Departamento de Serviço Público - DSP faz um trabalho de acompanhamento, monitoramento e defesa da União nas ações judiciais relativas aos empreendimentos, destacando-se a construção e funcionamento das Usinas Hidroelétricas UHE Três Irmãos, em São Paulo; Aimorés e Mascarenhas, em Minas Gerais; e Belo Monte, no Pará.

Ainda no âmbito do DSP, cabe destacar o trabalho realizado na área de Saúde, de forma a atuar estrategicamente na defesa de Programas como o Mais Médicos e no fornecimento de medicamentos.

O Grupo G-Amazônia Legal, outro grupo instituído, visa atuar na Amazônia Legal e atuou, principalmente, em três frentes de trabalho: Projeto Nossa Várzea, Programa Terra Legal e a Regularização Patrimonial de Comunidades Tradicionais em Áreas Militares.

Em relação aos Direitos Sociais, o DTB (Departamento Trabalhista) desenvolveu um trabalho específico em relação às ações trabalhistas, em que a União figura como responsável subsidiário.

Para isso, as procuradorias de todo o país, em parceria com os órgãos de consultoria, estão fazendo visitas aos órgãos assessorados, bem como reuniões com os gestores de contrato, demonstrando como deve ser feita a fiscalização de serviços terceirizados, para evitar ações judiciais de empregados dessas empresas.

Foram realizados mais de 30 mil acordos na área trabalhista, acompanhamento em 247 processos referentes ao trabalho escravo contemporâneo.

4.2. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

A Controladoria-Geral da União (CGU), criada em 28 de maio de 2003, com a publicação da Lei nº 10.683, é o órgão encarregado de assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos, no âmbito do Poder Executivo Federal, relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

A CGU é ainda órgão central do Sistema de Controle Interno e do Sistema de Correição, ambos do Poder Executivo Federal.

A missão institucional da CGU é "prevenir e combater a corrupção e aprimorar a gestão pública, fortalecendo os controles internos e incrementando a transparência, a ética e o controle social".

A CGU tem atuado no aprimoramento dos seus métodos de trabalho e na formação de um corpo técnico cada vez mais qualificado para o uso intensivo de recursos tecnológicos modernos.

A Controladoria estabeleceu um padrão inédito de cooperação com outras instituições com funções essencialmente relacionadas com as atividades de investigação, controle e fiscalização, sobretudo no tocante à aplicação racional e qualificada dos recursos públicos e ao combate à corrupção, entre as quais se destacam a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Além disso, a Controladoria trata da prevenção e combate à corrupção, que passa pela promoção da ética e da integridade nos setores privados e públicos, da transparência pública, do acesso à informação e do incentivo ao controle social.

Assim, ao lado do aprimoramento dos instrumentos de controle interno e de repressão da corrupção, passou-se a priorizar também as ações de estímulo à participação da sociedade na vigilância da execução das políticas públicas.

A CGU também incorporou atividades voltadas para promoção da ética e integridade nas empresas privadas a sua estratégia de ação, especialmente no que tange ao relacionamento com o setor público, como forma de prevenção da corrupção. Para viabilizar essas diretrizes, a CGU conta em sua estrutura com quatro unidades finalísticas:

- Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), responsável pelas atividades de controle interno, auditoria e fiscalização;
- Corregedoria-Geral da União (CRG), encarregada das atividades de supervisão e condução de processos administrativos disciplinares e de responsabilização de fornecedores;
- Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC), responsável pelas ações preventivas à corrupção e de incentivo à transparência pública; e
- Ouvidoria-Geral da União (OGU), cuja missão é a interlocução com a sociedade por meio das ouvidorias públicas federais, com vistas ao atendimento das demandas dos cidadãos.

PROGRAMA 2101 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A CGU integra o Plano Plurianual (PPA 2012-2015), no Programa 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, com a totalidade dos recursos consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Para execução das suas atividades, detém uma ação orçamentária vinculada diretamente às suas competências institucionais, além daquelas ações de caráter essencialmente administrativo, cujos resultados estão consubstanciados na sequência deste relatório. A execução, no exercício de 2014, segue discriminada no quadro a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DAS PRINCIPAIS AÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – EXERCÍCIO 2014

PROGRAMA 2101 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ação	Execução Orçamentária	Valores Liquidados (R$)	
		2013*	2014
2D58 - Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição	No Exercício[1]	66.722.553,88	63.524.787,75
	RPNP[2]	11.239.998,63	6.465.215,44
	Gastos Tributários		
Total		**77.962.552,51**	**69.990.003,19**

Fonte: Diretoria de Gestão Interna (DGI/CGU) - Siafi Gerencial
* Os valores dessa coluna estão divergentes em relação à PCPR 2013 uma vez que, em 2013, o valor informado referia-se à totalização do programa. Neste exercício, o valor apresentado refere-se somente à ação.
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

PROGRAMA 2038 – PROGRAMA DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Considerando ainda o PPA 2012-2015, a CGU detém, também, três iniciativas integrantes do Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública. Importante salientar que para a execução das três iniciativas em 2013 não houve vinculação a ação orçamentária específica, conforme demonstrado a seguir:

PROGRAMA 2038 - INICIATIVAS SOB RESPONSABILIDADE DA CGU

Objetivo 0579 – Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.	
Órgão Responsável	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Iniciativa	029V – Aprimoramento e Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Objetivo 0609 – Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.	
Órgão Responsável	Presidência da República.
Iniciativa	02DK – Implementação do Sistema Nacional de Acesso à Informação.

Objetivo 0605 – Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.	
Órgão Responsável	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Iniciativa	02D3 – Implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

A iniciativa 029V – Aprimoramento e Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, ligada ao objetivo 0579, foi realizada em 2014 mediante financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio do projeto denominado Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine), cujo cronograma abarca o período de cinco anos.

As ações realizadas em 2014 compreenderam atividades voltadas ao fortalecimento da capacidade operacional da CGU, ao apoio à melhoria da gestão do Governo Federal, à promoção da transparência pública e controle social, além do fortalecimento dos sistemas de controle interno dos governos estaduais e municipais. O total despendido foi de R$ 2.436.965,98, dividido entre financiamento do BID e aportes oriundos do orçamento da Controladoria, conforme demonstrado no quadro:

PROPREVINE – RECURSOS DESPENDIDOS EM 2014 - (EM R$)

Componentes	BID	Aporte CGU
Componente I - Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	531.998,05	509.233,75
Componente II - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	0,00	75.652,68
Componente III - Promoção da Transparência e do Controle Social	726.729,65	0,00
Componente IV - Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	11.561,41	0,00
Gestão do Projeto	581.790,44	0,00
Totais	**1.852.079,55**	**584.886,43**

Fonte: SE/Diplad – fevereiro 2015.
A iniciativa 02DK - Implementação do Sistema Nacional de Acesso à Informação, como parte do objetivo 0609 – do Plano Plurianual 2012-2015 e sob a responsabilidade da CGU, também teve seu destaque.

Durante o ano de 2014, a CGU atuou para garantir a efetiva implementação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), no Poder Executivo Federal, tanto em termos de transparência ativa quanto de transparência passiva (aquela mediante demanda).

No âmbito da transparência passiva, ressalta-se a contínua evolução do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), desenvolvido e mantido pela CGU. Tal sistema centraliza todos os pedidos de informação e seus respectivos recursos no

âmbito do Governo Federal, tendo se tornado peça fundamental para o exercício do direito de acesso à informação no País. Em 2014, cidadãos de 3.160 Municípios brasileiros utilizaram o e-SIC para solicitar informação ao Poder Executivo Federal. Desde a entrada em vigor da Lei, em 16 de maio de 2012, esse número chega a 4.454 Municípios (cerca de 80% do total de Municípios).

BALANÇO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI nº 12.527/2011 NO PODER EXECUTIVO FEDERAL - ANO DE 2014			
Pedidos registrados	90.167	Acesso concedido	72,91%
Pedidos respondidos (98,9%)	89.224	Acesso negado	11,11%
Tempo médio de resposta	13 dias	Outras hipóteses de negativa (pedido duplicado, informação inexistente, assunto de competência de outro órgão)	15,98%

Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, dados referentes ao ano de 2014

BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI nº 12.527/2011 NO PODER EXECUTIVO FEDERAL - GERAL			
Pedidos registrados	232.040	Acesso concedido	76,43%
Pedidos respondidos (98,8%)	229.335	Acesso negado	10,46%
Tempo médio de resposta	13 dias	Outras hipóteses de negativa (pedido duplicado, informação inexistente, assunto de competência de outro órgão)	12,97%

Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, dados referentes a maio/2012 até 31/12/2014

Em 2014, foram realizadas diversas evoluções no e-SIC tanto para melhorar a sua usabilidade, quanto para proporcionar maior grau de transparência.

Dentre as melhorias no sistema, destaca-se a disponibilização dos dados para download em formato aberto, permitindo a análise estatística acerca da implementação da LAI.

Com o objetivo de apoiar órgãos e entidades no cumprimento da LAI e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, em maio de 2014 foi lançada a RedeSIC, espaço destinado ao diálogo, à cooperação e ao intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) do Poder Executivo Federal.

Os dois encontros presenciais da Rede, realizados em maio e novembro de 2014, reuniram cerca de 400 participantes, entre autoridades de monitoramento da LAI e gestores dos SICs de mais de 140 órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Os órgãos e entidades contam também com o Fórum da RedeSIC, espaço virtual definido como canal oficial de comunicação, por meio do qual os usuários da Rede podem propor temas para debate, divulgar boas-práticas relacionadas à implementação da LAI e compartilhar documentos e informações de interesse geral (www.lai.gov.br/ forumredesic).

A CGU conduziu, ainda, diversas ações voltadas à divulgação da LAI para a sociedade, bem como para a promoção da correta implementação da Lei por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Entre elas, destacam-se: (i) o lançamento, em maio de 2014, do novo Portal da LAI (www.lai.gov.br); (ii) a divulgação de uma campanha web nacional em sítios eletrônicos de grande acesso, para divulgação da LAI e do direito à informação; (iii) a elaboração e publicação do 2º Relatório de Implementação da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo Federal, referente ao ano de 2013 (enviado ao Congresso Nacional); (iv) a realização de uma pesquisa sobre políticas de transparência ativa e dados abertos nos países integrantes da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA); (v) e o monitoramento das omissões dos pedidos de acesso à informação, o que resultou na redução dos casos de omissão entre 2013 e 2014.

Visando apoiar Estados e Municípios na implementação das medidas de governo transparente previstas na Lei de Acesso à Informação e na Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, em 2013, foi criado o Programa Brasil Transparente. A participação no Programa é voluntária e realizada mediante assinatura de termo de adesão.

Até o final de 2014, cerca de 1.434 Municípios e oito Estados (Acre, Espírito Santo, Minas Gerais, Piauí, Rondônia, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins), além do Distrito Federal, aderiram ao Programa.

As ações do Programa Brasil Transparente já alcançaram, por meio de capacitações presenciais, 800 Municípios e aproximadamente 8.000 servidores estaduais e municipais.

Na modalidade à distância, cerca de 9.400 pessoas, entre cidadãos e servidores públicos, obtiveram certificado de conclusão do curso sobre a Lei de Acesso à Informação. Além disso, 127 entes públicos solicitaram e receberam o código-fonte do e-SIC para disponibilizar o sistema eletrônico de acesso à informação em sua localidade.

Em dezembro de 2014 foi lançado o e-SIC Livre, sistema em software livre, de código aberto, que foi desenvolvido a partir do código fonte do e-SIC da CGU pela prefeitura de Natal (RN), parceira do Brasil Transparente. A tecnologia está disponível

para *download* aos Municípios que tiverem interesse no portal do Software Público Brasileiro.

Instrução de recursos direcionados para a Controladoria-Geral da União com fundamento no art. 16 da Lei nº 12.527/2011

A Controladoria-Geral da União detém a competência para deliberar acerca dos recursos interpostos contra a negativa de acesso a informação pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, nos termos do artigo 16 da LAI.

No desempenho da competência conferida pela Lei, a CGU julgou 1.227 recursos direcionados por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão.

Destes, 420 resultaram na entrega da informação ao solicitante, sendo 267 recursos atendidos antes do julgamento, por força da reconsideração do órgão recorrido, obtida com a intermediação da CGU e, o restante (153), julgados e providos integral ou parcialmente.

De outro modo, em 807 recursos decidiu-se pela confirmação da decisão do órgão ou entidade recorrido, sendo que, destes, 612 não ultrapassaram o juízo de admissibilidade e 195 foram julgados e, no mérito, desprovidos.

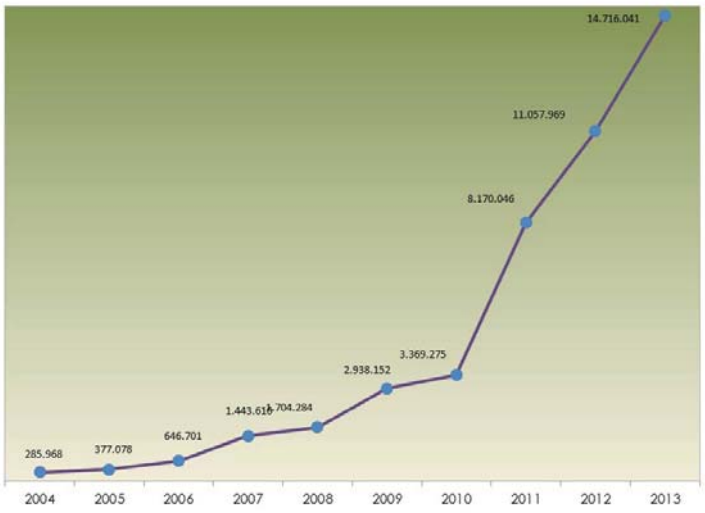
Decisão Recursos à CGU	Quantitativo (unidade = 1)	%
Provido	153	12
Perda de objeto	267	22
Não conhecido	612	50
Negado provimento	195	16
Total	**1.227**	**100**

Fonte: Ouvidoria-Geral da União/CGU-PR

O Portal da Transparência do Governo Federal (www.transparencia.gov.br), desenvolvido e mantido pela CGU, é a principal ferramenta de divulgação proativa de informações sobre receitas, despesas, contratos, convênios, com atualização diária, em cumprimento à LAI e à Lei Complementar nº 131/2009. O volume de recursos disponibilizado para consulta no Portal superou R$ 14 trilhões em 2014.

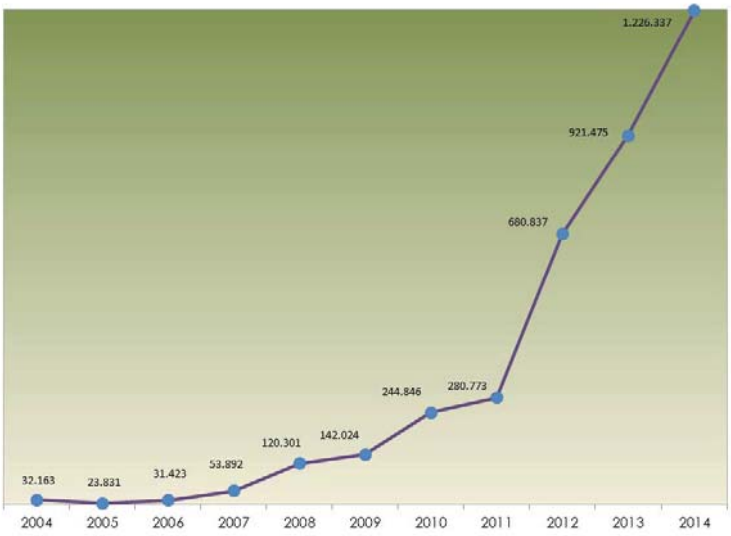
A média mensal de visitas ao Portal no ano atingiu 1,2 milhão (incremento de mais de 30% em relação à média mensal de acessos em 2013).

TOTAL DE VISITAS AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – POR ANO



Fonte: Portal da Transparência, http://www.transparencia.gov.br

MÉDIA MENSAL DE VISITAS AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – POR ANO



Fonte: Portal da Transparência, http://www.transparencia.gov.br

A fim de melhorar a usabilidade do Portal, está em desenvolvimento projeto de reformulação para ampliar a oferta de informações e o número de usuários beneficiados pela ferramenta, adequando-a aos princípios de dados abertos e tornando-a mais interativa e acessível, com o compartilhamento de suas informações em redes sociais e acesso por meio de plataformas móveis como *smartphone* e *tablets*, de modo a facilitar a navegação para seus diferentes públicos. A CGU tem trabalhado no redesenho da interface do Portal e na ampliação da infraestrutura de dados que suportará a nova plataforma.

Rede de Transparência e Acesso à Informação – RTA

A Rede de Acesso à Informação (RTA), da qual a CGU é membro pleno, congrega 19 instituições responsáveis pela supervisão em transparência e direito de acesso à informação pública em 12 países da América Latina, e tem como objetivo gerar um espaço permanente de diálogo, cooperação e intercâmbio de conhecimentos e experiências.

Em abril de 2014, a Controladoria-Geral da União passou a ter assento no Conselho Diretivo da Rede. Posteriormente, em novembro, ocorreu o 8º Encontro da RTA em Brasília/DF, promovido pela CGU, no qual se aprofundou a discussão sobre acesso à informação.

Em 2014 foi realizada a segunda edição do estudo Cliente Oculto, por meio do qual voluntários realizaram pedidos de acesso à informação a órgãos e instituições públicas, de forma a avaliar, sob a perspectiva do cidadão comum, distintos aspectos da implementação da política de acesso à informação. Como resultado, o Brasil obteve a segunda posição entre os países participantes, tendo obtido o índice geral de satisfação do atendimento de 83%.

As ações voltadas para promoção da transparência, do controle social e da cidadania requerem capacitação e mobilização de milhares de servidores e cidadãos. Em 2014, foram ampliadas as ações de capacitação realizadas por meio de cursos de educação à distância (EaD) promovidos no âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública (FGP).

Foram desenvolvidos novos cursos, em parceria com o Tribunal de Contas da União, a Escola Nacional de Administração Pública e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Tais cursos tratam dos temas "Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos" e "Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos".

Ainda com relação aos cursos à distância, o curso "Controle Social e Cidadania", no âmbito do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, atingiu um público de 3.000 cidadãos.

O programa Olho Vivo teve ainda suas ações presencias remodeladas e ampliadas, com a inclusão de oficinas direcionadas à população e a servidores públicos, além de mesa redonda sobre a importância do controle social e de vistorias para verificar a aplicação dos recursos públicos na localidade.

As 24 ações realizadas, envolvendo cidadãos de 96 Municípios, capacitaram 3.138 conselheiros municipais, agentes públicos e lideranças locais para a prática do controle social, alcançando um público médio de 130 participantes por evento.

Foram articuladas parcerias para viabilizar a execução dos principais projetos voltados à promoção da cidadania junto ao público infanto-juvenil, mobilizando, ao todo, cerca de 196 mil alunos. Em 2014, foi realizado o 6º Concurso de Desenho e Redação, envolvendo escolas e estudantes do ensino fundamental e médio.

Além disso, também foi realizado o projeto "Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania", em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa, que visa a disseminar entre as crianças valores relacionados à participação social, democracia, autoestima, respeito à diversidade, responsabilidade cidadã e interesse pelo bem-estar coletivo.

Na esfera internacional, o Brasil foi eleito para permanecer no Comitê Diretor da Parceria para Governo Aberto, (OGP, do inglês *Open Government Partnership*), iniciativa internacional lançada em 2011, sob a liderança brasileira e norte-americana, com o objetivo de difundir e incentivar práticas governamentais como transparência orçamentária, acesso público à informação e participação social, tendo sido o terceiro país mais votado.

A CGU irá representar o Brasil na parceria durante os próximos três anos e atuará ao lado de representantes governamentais de outros dez países, além de onze organizações da sociedade civil.

Na esfera nacional, a CGU tem acompanhado a implementação do 2º Plano de Ação junto à OGP, que entrou em execução no dia 07 de maio de 2013. O documento engloba 52 compromissos, assumidos por 18 órgãos do Governo Federal, e divididos em cinco eixos: aumento da integridade pública, melhoria dos serviços públicos, aumento da responsabilidade corporativa, criação de comunidades mais seguras e gestão mais efetiva dos recursos públicos.

Cabe destacar que, dentre os 52 compromissos assumidos pela Administração Pública Federal, 19 foram elaborados a partir de propostas da sociedade civil. A CGU coordena também o Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto (Ciga), e está articulando a criação de um grupo de trabalho com representantes da sociedade civil, da academia e do setor privado, para a elaboração do terceiro plano brasileiro junto à OGP.

Além disso, foi criado um canal específico para acompanhamento das ações brasileiras frente à OGP, por meio do sítio: http://www.cgu.gov.br/governoaberto.

Como forma de aprimorar os mecanismos de implementação da Lei de Conflito de Interesses e o aumento da integridade no setor público, foi lançado, em julho de 2014, o Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses (SeCI), responsável por centralizar a gestão das consultas e dos pedidos de autorização para exercício de atividade privada registrados por servidor ou empregado público federal.

Com o sistema, os agentes públicos encaminham as solicitações, via web, diretamente aos órgãos e entidades de exercício, que, por sua vez, fazem a análise preliminar e podem encaminhar os pedidos eletronicamente à CGU.

O SeCI também permite o acompanhamento das solicitações em tempo real por todas as partes interessadas, bem como a interposição de recursos contra as decisões emitidas pela CGU.

Atualmente, 89% dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal estão cadastrados no SeCI e aptos a responder a consultas e pedidos de autorização sobre atividades que ensejem conflito de interesses quanto às funções desempenhadas por servidores e empregados públicos.

Foram efetuadas 671 consultas no ano de 2014, sendo 63 anteriores ao sistema e 608 via SeCI.

Nesse mesmo período, a CGU respondeu a 113 consultas encaminhadas pelos órgãos sobre casos de potencial conflito de interesses.

CONSULTAS RESPONDIDAS PELA CGU



Fonte: Coordenação-Geral de Integridade
Período de referência: janeiro/2014 a janeiro/2015

Ademais, foram emitidas duas orientações normativas sobre conflito de interesses, versando sobre a aceitação de convite por ocasião da Copa do Mundo FIFA 2014 (ON CGU nº 1/2014) e sobre o exercício de atividades de magistério por agentes públicos do Poder Executivo Federal (ON CGU nº 2/2014).

Com o intuito de ampliar a divulgação da Lei de Conflito de Interesses, foi criada seção específica no sítio da CGU sobre o tema, além de uma campanha de divulgação nas redes sociais. Ademais, foram também publicados e distribuídos ao público interessado cartazes de divulgação do tema Conflito de Interesses e cartilha de perguntas e respostas sobre a lei.

No âmbito da promoção da integridade no setor privado, a

CGU vem divulgando a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como a Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica, para as empresas, com o objetivo de reforçar a necessidade de que elas adotem mecanismos de compliance e integridade. As ações de divulgação têm sido realizadas por meio de discussão sobre tema nos principais congressos e fóruns nacionais e internacionais do setor.

Nesse intuito, a CGU organizou um evento específico sobre o tema em novembro de 2014, a Conferência - Lei da Empresa Limpa. A Conferência foi realizada na cidade de São Paulo/SP, e contou com a participação de representantes de 213 empresas.

Como instrumento de promoção da integridade no setor privado, destaca-se o Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade (Cadastro Pró-Ética), atualmente composto por 16 empresas de grande porte, tanto do setor público quanto do setor privado. Em 2014, a metodologia de avaliação do Cadastro Pró-Ética passou por uma fase de aperfeiçoamento, com o objetivo de adequá-lo às inovações introduzidas pela citada lei e às práticas que contribuem para um ambiente empresarial íntegro.

Ainda com foco no aumento da integridade no setor privado, foi assinado o projeto "Integridade: um grande negócio para micro e pequenas empresas", desenvolvido em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O projeto engloba ações de divulgação da Lei da Empresa Limpa, de fomento e apoio às micro e pequenas empresas para adoção de mecanismos de integridade, além do desenvolvimento conjunto de materiais de orientação, cursos presenciais e à distância e de eventos de mobilização voltados aos micro e pequenos empreendedores.

No que diz respeito ao campo internacional, a CGU manteve em 2014 o acompanhamento sistemático relativo ao cumprimento das três principais Convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na área de prevenção e combate à corrupção, quais sejam: i) a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE); ii) a Convenção Interamericana contra a Corrupção (Convenção da OEA); e iii) a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção da ONU).

No âmbito da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi finalizada a terceira fase de avaliação do Brasil quanto à implementação da referida convenção.

A CGU respondeu pela coordenação da participação brasileira nessa avaliação, mediante a aplicação de questionários, o acompanhamento da visita in loco (Brasília e São Paulo) realizada por avaliadores externos e a defesa do posicionamento brasileiro na plenária do grupo.

O relatório de avaliação do Brasil destacou aspectos positivos da Lei nº 12.846/2013, e seu papel para o aprimoramento do marco jurídico brasileiro, especialmente no que se refere aos compromissos internacionais constantes da Convenção da OCDE e o trabalho realizado pela CGU de divulgação entre as empresas.

Em 2014, o Brasil participou do processo de avaliação do Suriname quanto à Quarta Rodada do Mesicic – Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

O documento é produto de informações recebidas a partir da resposta do Suriname a questionário padrão, bem como de visita in loco realizada ao País. Foram analisados, nesse contexto, os órgãos de controle superior do Suriname para a detecção, punição e prevenção da corrupção.

A CGU conduziu diversas atividades de cooperação internacional com países como Paraguai, Uruguai, Tunísia, Colômbia, Moçambique, República de Cabo Verde e El Salvador, que manifestaram interesse em receber cooperação técnica do Brasil.

A CGU colaborou na criação do Portal de Transparência salvadorenho, lançado em novembro de 2014, contribuindo com a definição das informações que seriam disponibilizadas no sítio, a prestação de orientações sobre a tecnologia para construção do sítio, bem como a avaliação da usabilidade do novo sistema.

A experiência brasileira na implementação da LAI – e do e-SIC – foi compartilhada internacionalmente com países como Tanzânia, Indonésia e Tunísia, além do Banco Mundial. Novos diálogos estão abertos com Paraguai e Província de Santa Fé (Argentina) para cooperação nessa área.

A CGU efetuou também ações no marco dos Diálogos Setoriais entre Brasil e União Europeia. O órgão tem assumido papel proativo na cooperação técnica para troca e disseminação de conhecimento relacionado às temáticas de combate à corrupção e fortalecimento da gestão pública junto aos países de língua portuguesa e da América Latina.

Mais recentemente, a CGU tem atuado na ampliação dos canais de cooperação jurídica internacional em matéria não-criminal em importantes foros internacionais de combate à corrupção, como, por exemplo:

- a circularização de questionário para avaliação da viabilidade e promoção da cooperação jurídica em matéria não-criminal junto aos países do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20;
- a inserção da cooperação jurídica internacional em matéria não-criminal no enfrentamento à corrupção no plano de trabalho do Mesisic/OEA; e
- a discussão de um tratado de cooperação não-criminal no Mercosul.

Com relação às iniciativas da CGU no PPA 2012-2015, é importante ressaltar a iniciativa 02D3 – Implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, que, como parte do Objetivo 0605, obteve expressivas realizações com vistas ao atingimento da meta centrada na ampliação de serviços públicos de excelência mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Regulamentação do Sistema Federal de Ouvidorias

A fim de cumprir a competência de coordenação técnica já atribuída à Ouvidoria-Geral da União (OGU) pelos decretos nº 8.109, de 17 de setembro de 2013 e nº 8.243, de 23 de maio de 2014, foram expedidos dois atos normativos que orientam as ouvidorias federais na recepção e tratamento de manifestações de ouvidoria. São a Instrução Normativa Conjunta OGU/CRG nº 1, de 24 de junho de 2014, que trata do recebimento e tratamento de denúncias anônimas e sujeitas a reserva de identidade e a Instrução Normativa OGU nº 1, de 06 de novembro de 2014, que contempla aspectos importantes para o funcionamento sistêmico das unidades de ouvidoria, tais como: definição dos tipos de manifestações, instituição de prazos para apresentação de resposta, competências básicas das unidades de ouvidoria, e divulgação de informações e estatísticas dos serviços prestados.

Ouvidorias.gov e sistema e-OUV

Além das atividades descritas anteriormente, com o objetivo de fortalecer a gestão das ouvidorias federais e facilitar o acesso do cidadão, a CGU lançou em 2014 o portal Ouvidorias.gov e o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv). O portal reúne uma série de conteúdos de interesse das ouvidorias e dos cidadãos: notícias, orientações, lista de ouvidorias, informações estatísticas, indicadores, relatórios, calendário de eventos, legislação e interface para acesso ao sistema e-Ouv.

Por meio do sistema, o cidadão pode realizar uma manifestação de forma anônima ou identificada, assim como consultar o andamento e a resposta.

Capacitação

Iniciada em 2012, a Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco) foi ampliada no ano de 2014 com a realização de oito cursos presenciais de gestão e prática em ouvidoria em capitais de todas as regiões do País.

Ademais, houve o fortalecimento da parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado Federal, para a realização de 17 cursos na modalidade à distância. Atualmente, participam do processo formativo 1.966 servidores e colaboradores de unidades de ouvidoria. Desse quantitativo, 220 concluíram cursos na modalidade presencial em 2014.

Ano	Cursos EAD	Cursos presenciais
2013	12	0
2014	17	8
Total	**29**	**8**

Fonte: Ouvidoria-Geral da União/CGU-PR

Integração das ouvidorias do Poder Executivo Federal

Dando continuidade às ações de integração e coordenação das atividades das ouvidorias do Poder Executivo Federal, foi realizado, entre 18 e 20 de março em Brasília/DF, o Fórum de Ouvidorias Públicas e Privadas, com a presença de 250 representantes de ouvidorias públicas e de instituições privadas. O evento debateu a criação de projeto de lei acerca da regulamentação da profissão do ouvidor; o diálogo sobre temas relevantes e atuais relacionados à atividade de ouvidoria, tais como proteção ao denunciante, Lei de Acesso à Informação, mediação, dentre outros.

Foram também realizadas as Cirandas Regionais de Ouvidorias no Espírito Santo, Sergipe, Paraná e Pará.

Os eventos reuniram 326 representantes de ouvidorias públicas dos diferentes poderes e esferas federativas para discussão de temas sensíveis relacionados à proteção do denunciante, aos canais de atendimento ao cidadão, à Lei de Acesso à Informação, à gestão em ouvidoria, bem como à aplicação de técnicas de mediação.

Os encontros também serviram para identificar necessidades de capacitação, para estimular a formação de redes de ouvidorias públicas e para colher subsídios para a formulação de políticas direcionadas a segmentos específicos de ouvidorias.

Em novembro, ocorreu a Ciranda Nacional de Ouvidorias em Brasília, evento que consolidou as propostas de políticas públicas para o setor e teve como pontos principais o debate sobre instruções e diretrizes, ferramentas tecnológicas para diálogo com o cidadão e boas práticas em ouvidoria.

CIRANDAS DE OUVIDORIAS

Local	Período	Quant. participantes
Vitória - Regional	30.05.2014	61
Aracaju - Regional	05.06.2014	90
Curitiba - Regional	10.06.2014	67
Belém - Regional	08.08.2014	108
Brasília - Nacional	06 e 07.11.2014	350

Fonte: Ouvidoria-Geral da União/CGU-PR

Tratamento de manifestações de cidadãos pela CGU

Sob o aspecto da defesa do patrimônio público, foi recebido, entre janeiro e dezembro de 2014, um total de 11.773 demandas, entre as quais 7.102 (60,3%) denúncias e 4.671 (39,7%) manifestações na forma de reclamação, elogio ou sugestão.

Adicionalmente, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da CGU atendeu a 1.135 pedidos de acesso à informação, em um tempo médio de 15,73 dias.

Em 2014, o Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade especializada no monitoramento dos gastos públicos, deu continuidade aos projetos de monitoramento das licitações públicas e dos gastos com cartões de pagamento do Governo Federal, diárias e passagens, e terceirização.

Apenas para os dois primeiros temas, por exemplo, durante o ano foram gerados mais de 28 mil alertas de transações atípicas em 18 trilhas de auditoria, conforme demonstra o gráfico a seguir:



Fonte: Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas.
* No ano de 2014 houve reformulação da metodologia do monitoramento, com a exclusão de algumas trilhas, o que explica em parte a redução no quantitativo de alertas.

O ODP, em 2014, além dos monitoramentos sistemáticos, continuou a aperfeiçoar o "Portal ODP".

O objetivo é fornecer informações sobre o monitoramento dos gastos públicos aos auditores da CGU e, também, distribuir as análises de gastos para os gestores públicos, como forma de apoiar as suas tomadas de decisão e de contribuir para a melhoria da gestão governamental, expandindo o acesso em nível de órgão para que as informações possam ser disseminadas mais facilmente.

Outro projeto, em andamento desde 2013, é o Banco de Preços de Referência, que utiliza uma metodologia para cálculo dos preços médios pagos pela Administração Pública Federal em produtos de uso comum com o intuito de se identificar boas práticas de compra entre os órgãos da Administração Pública Federal e, também, compras de produtos por valores atípicos.

Durante o ano de 2014 foi desenvolvido um sistema de consulta aos preços de referência oficiais do Banco de Preços, assim como de cálculo de preço de referência para um novo produto ainda não catalogado, a ser disponibilizado no Portal ODP para acesso dos servidores da CGU e também dos gestores públicos.

Além disso, foi criado um Grupo de Trabalho multidisciplinar na CGU com o objetivo de validar o resultado do Banco de Preços, bem como identificar boas práticas nos procedimentos de compras dos órgãos do Poder Executivo Federal.

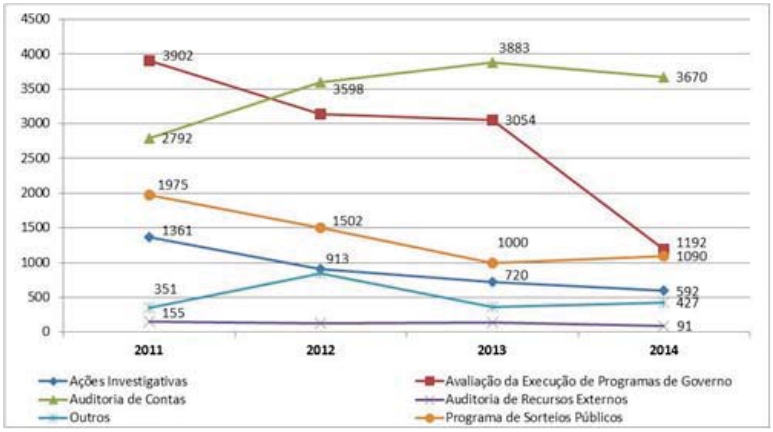
Em 2014, o ODP cumpriu o compromisso de implementação do Banco de Preços, recebendo o atesto de pesquisador contratado pela Parceria para Governo Aberto (OGP).

Controle Interno

Visando fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação dos serviços públicos, a estratégia de atuação da CGU enquanto órgão central de Controle Interno do Poder Executivo Federal foi implementada sob quatro linhas de atuação:

- i) avaliação da execução de programas de governo;
- ii) avaliação da gestão dos administradores;
- iii) ações investigativas; e
- iv) orientação preventiva aos gestores públicos.

No exercício de 2014, foram realizadas mais de sete mil auditorias e fiscalizações que contribuíram para o aprimoramento da gestão e execução das políticas públicas. A figura a seguir, apresenta o quantitativo de ações de controle realizadas no período de 2011-2014.



AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS – 2011 A 2014

As ações desenvolvidas dentro das quatro linhas de atuação do Controle Interno geraram, dentre outros, os seguintes dados operacionais:

- Conclusão de nove Avaliações da Execução de Programas de Governo (AEPG), totalizando 34 avaliações neste quadriênio (exemplos: Bolsa Família, Fundeb e Gestão Sustentável de Recursos Pesqueiros);
- Realização de 432 auditorias sobre as prestações de contas anuais dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;
- Acompanhamento de 72 operações de crédito externo e projetos de cooperação técnica internacional, por meio de 123 auditorias, incluindo ações de controle no âmbito da AEPG e as realizadas pelas Secretarias de Controle Interno da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores com a supervisão da SFC;
- Realização de 2.480 auditorias de Tomada de Contas Especial com retorno potencial de R$ 1,49 bilhão;
- Análise de 83.755 atos de pessoal;
- Realização de auditorias especiais sobre a aquisição de refinaria pela Petrobras (Pasadena, EUA), patrocínios do Banco do Brasil à Confederação Brasileira de Vôlei e Programa Minha Casa, Minha Vida;
- Fiscalização de 60 Municípios contemplados pelo Programa de Fiscalização por Sorteio;
- Realização de ações investigativas, decorrentes das demandas de cidadãos (denúncias) e instituições parceiras (representações), que contemplaram 179 Municípios;
- Participação em 18 operações especiais com a Polícia Federal e o Ministério Público;
- Capacitação, em ações do Programa de Orientação e Capacitação dos Gestores Públicos Federais (Capacita), mais de 13 mil servidores públicos em cursos, como licitações e contratos, terceirização, convênios, controles internos administrativos e auditoria interna; e
- Realização de auditorias em áreas da gestão (por exemplo, aquisição de passagens e *software* público), com ênfase na eficiência dos gastos do Governo e na identificação de oportunidades para a implementação de melhorias e obtenção de economias.

Ressalta-se, ainda, que as ações do órgão subsidiaram, só entre janeiro de 2008 e agosto de 2014, cerca de 6.373 intervenções do Ministério Público Federal, classificadas à época em 3.090 inquéritos civis, 1.587 procedimentos preparatórios, 1.506 notícias de fato, 140 procedimentos investigatórios criminais e 50 procedimentos administrativos.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DAS AÇÕES DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO

Por meio da Avaliação da Execução de Programas de Governo, a CGU realiza, em todo o território nacional, verificações in loco dos recursos públicos federais, sejam aqueles aplicados diretamente pelo Governo Federal ou aqueles administrados por Estados, Municípios ou entidades do terceiro setor, quando recebedoras de transferências dos ministérios.

No exercício de 2014, 49 avaliações de políticas públicas foram realizadas, das quais nove tiveram o processo de avaliação concluído e seus respectivos relatórios publicados no sítio da CGU. A atuação da CGU promoveu relevantes melhorias na gestão desses programas de governo, das quais podemos destacar:

- maior envolvimento social na fiscalização dos recursos transferidos para a implantação e manutenção de restaurantes e cozinhas populares;
- maior transparência e agilidade na concessão do seguro-desemprego ao pescador artesanal;
- revisão de normativos, aperfeiçoamento de projetos básicos e melhoria da estrutura de fiscalização dos empreendimentos de esgotamento sanitário em Municípios da Bacia do Rio São Francisco;
- economia de recursos financeiros e ambientais no âmbito do Programa de Arrecadação e Cobrança Administrativa de Créditos Patrimoniais; e
- aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de controle utilizados na consecução do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Benefícios financeiros

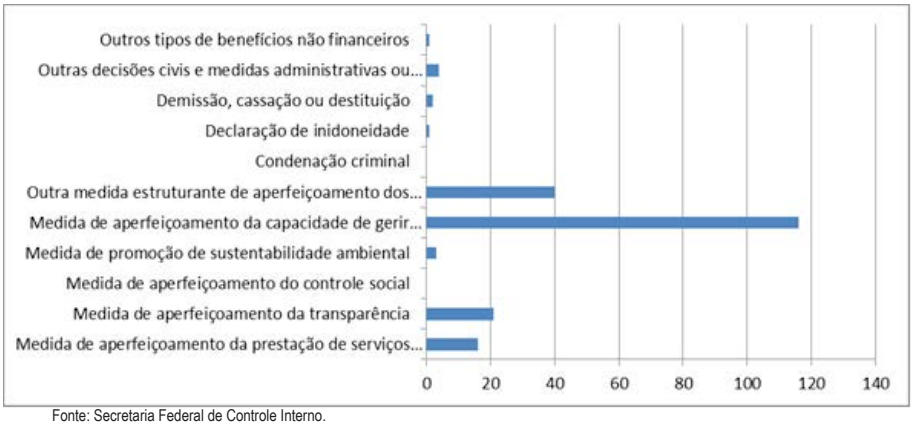
Como resultados efetivos, a CGU registrou benefícios financeiros da ordem de R$ 7,5 bilhões decorrentes das recomendações expedidas em relatórios. Destacam-se os seguintes:

Ministério	Valor do Benefício (R$ milhões)	Benefício Financeiro
Ministério da Fazenda	5.764	Redução de R$ 5,7 bilhões do passivo do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), decorrente da aplicação de prévia compensação entre eventuais débitos e créditos das instituições financiadoras junto ao FCVS no processo de novação das dívidas do Fundo (extinção de uma obrigação pela formação de outra, destinada a substituí-la), estabelecido pela Lei nº 10.150/2000.
Ministério dos Transportes	376,5	Revogação do Edital do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) nº 162/2011 para construção e operação de 161 novos postos de pesagem veicular, sendo 94 fixos e 67 móveis. A revogação do certame foi recomendada com base na identificação de irregularidades no edital; além disso, a modelagem proposta não atenderia ao Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem (PDNEP). A Autarquia reconheceu a falência do modelo de pesagem então proposto, portanto a licitação do objeto neste modelo não era necessária.
Diversos Ministérios	462,2	Suspensão de benefícios decorrente do acompanhamento da folha de pagamento do Poder Executivo Federal por trilhas de auditoria de pessoal.
Ministério da Previdência Social	370,1	Cessação do pagamento de benefícios apontados pela CGU com indícios de concessão ou manutenção irregulares.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Contribuições de natureza qualitativa

Também foram identificadas contribuições de natureza qualitativa, não quantificáveis financeiramente, para o aperfeiçoamento das unidades gestoras nos seguintes âmbitos: controles internos, processos, transparência, prestação de serviços públicos, gestão de riscos, adoção de medidas administrativas e sustentabilidade ambiental. Foram registradas 203 melhorias estruturais na gestão dos órgãos do Poder Executivo Federal decorrentes da implementação de recomendações da CGU, classificados conforme figura a seguir.



Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno.

Dentre os benefícios não financeiros contabilizados, destacam-se os seguintes:

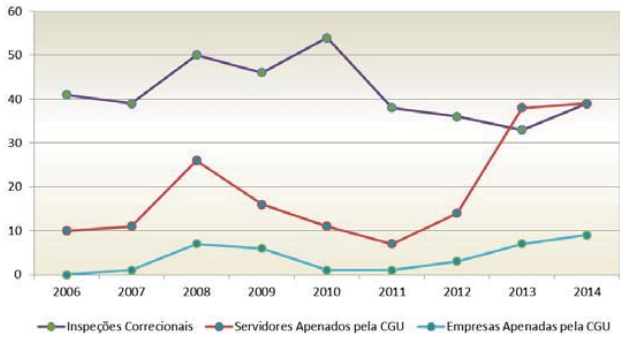
Ministério	Benefícios Não Financeiros
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) promoveu alterações em normativos (Manual de Operações da Conab-MOC e Norma de Organização da Conab-NOC nº 30.604), estabelecendo novas regras e procedimentos para aprimoramento da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tal como a participação sistemática das unidades recebedoras na elaboração da proposta e no processo de entrega e controle de alimentos (termo de compromisso, obrigatoriedade de indicação de três responsáveis pelo recebimento dos produtos e caderno de entregas).
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	A Agência Espacial Brasileira (AEB) elaborou o Plano de Gerenciamento de Risco dos Convênios firmados entre a AEB/FUNDEP/IAE no âmbito do Programa Espacial Brasileiro, iniciativa para implementar a atividade de gerenciamento de risco na agência, que se alinha com as boas práticas de gestão.
Ministério da Cultura	O Centro Técnico Audiovisual criou três indicadores de desempenho de gestão capazes de refletir resultados gerenciais e sistemáticos de desempenho no atingimento de suas metas em relação a produtos, serviços, sistemas e processos, bem como em relação a programas finalísticos, observando os critérios de utilidade, mensurabilidade, acessibilidade, dentre outros.
Ministério da Educação	Elaboração da Metodologia de Gestão de Riscos – Processos e Responsabilidades - pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para identificar, analisar, avaliar, monitorar e orientar as atividades referentes ao tratamento dos riscos, buscando a proteção de seus processos essenciais.
Ministério da Fazenda	Na Auditoria Anual de Contas, houve o diagnóstico de não existência de uma Política de Segurança da Informação, no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Dessa forma, em 2014, foi publicada a Portaria nº 65, de 07 de fevereiro de 2014, que instituiu a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tesouro Nacional contendo as diretrizes da instituição quanto ao tratamento da segurança da informação e declarando comprometimento da direção da instituição com a segurança da informação.
Ministério da Integração Nacional	A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) alterou o modelo de bomba manual em ferro fundido dúctil, que foi utilizada na instalação de 47 mil cisternas durante a 1ª etapa do programa Água para Todos. A 2ª etapa do programa passou a utilizar bombas de membrana angular manual, cujo esforço físico exigido para extração da água é consideravelmente menor do que o modelo anterior e não contamina a água com ferrugem.
Ministério da Justiça	A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) publicou a Portaria nº 1/2014 que instituiu as diretrizes nacionais orientadoras dos Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública, no intuito de intensificar a atuação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M).
Ministério da Pesca e Aquicultura	Atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2013-2014 do Ministério para garantir maior alinhamento dos investimentos em Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos.

Ministério	Benefícios Não Financeiros
Ministério da Previdência Social	O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) revisou e atualizou o Manual de Gestão do Serviço/Seção de Saúde do Trabalhador que estabelece diretrizes relacionadas à atividade de perícia médica, resultando em um modelo mais objetivo de avaliação dos laudos médicos periciais. Além disso, implementou o Sistema de Registro de Atividades Médico-Periciais, exigindo o lançamento no sistema das atividades não agendáveis.
Ministério da Saúde	Publicação da Portaria MS-GM nº 244, de 14 de fevereiro de 2014, que regulamenta, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o § 5º do art. 2º do Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, para estabelecer as condições e circunstâncias que permitem a realização de saques para pagamento em dinheiro a pessoas físicas ou para atender a despesas de pequeno vulto.
Ministério de Minas e Energia	Implementação de indicadores de desempenho da gestão no âmbito da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras). A Resolução nº 315/2011 definiu um painel de indicadores para monitoramento do desempenho da Eletrobras holding e de suas empresas.
Ministério das Cidades	Introdução de mecanismos de transparência na Portaria MCidades nº 262/2013, que estabelece regras e procedimentos para propostas selecionadas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Grandes Cidades que pretendam utilizar Parceria Público- Privada (PPP).
Ministério do Desenvolvimento Agrário	O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) editou Norma de Execução nº 111/2014, estabelecendo critérios de priorização na seleção de Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos por ele próprio, onde deverão ser implantadas obras de engenharia e padronização da metodologia de acompanhamento e fiscalização.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	A partir da publicação da Portaria MDS nº 134, de 28 de novembro de 2013, o cálculo do cofinanciamento dos Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –(SCFV), relativo ao cofinanciamento federal para o funcionamento do Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, passou a ser atualizado trimestralmente, com repasse por meio do Piso Básico Variável (PBV), calculado com base no cadastramento dos usuários no CadÚnico, sendo o critério mais tempestivo e aderente à execução do serviço.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Publicação da Portaria nº 307/2013, que institui diretrizes da Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC) do Inmetro e de seus órgãos descentralizados, fundamentada nos princípios da disponibilidade, da integridade, da confidencialidade e da autenticidade, visando à proteção e a preservação das informações necessárias às atividades da organização.
Ministério do Meio Ambiente	Publicação da Portaria Ibama nº 07, de 02 de junho de 2014, determinando que não seja mais adjudicado no âmbito do Ibama bens móveis e imóveis de qualquer natureza, de forma a evitar o recebimento de bens imóveis com documentação irregular ou que não atendam aos interesses do Ibama.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Atualização do Decreto 6.170/2007, por meio do Decreto 8.244/2014, trazendo mais ferramentas de acompanhamento e monitoramento dos convênios e contratos de repasse.
Ministério do Trabalho e Emprego	Aprovação da Resolução nº 704, de 31 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, que determina a inclusão, nos contratos das operações de empréstimo e financiamento com recursos do FGTS, de cláusula de fornecimento de informações necessárias para o acompanhamento das operações ao próprio Conselho Curador, ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Ministério das Cidades, ao Agente Operador e aos órgãos de controle interno e externo da União.
Ministério dos Transportes	Normatização dos procedimentos para revisão de projeto de engenharia de empreendimento rodoviário na fase de obra, no âmbito do Dnit, por meio da Instrução Normativa/DG nº 01, de 16 de junho de 2014, publicada no Boletim Administrativo nº 025, de 16 a 20/06/2014.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Cumprindo sua missão de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, compete à CGU, dentre outras atribuições, apurar diretamente ilícitos disciplinares, nos termos do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, coibir atos ímprobos nas relações entre pessoas jurídicas e a Administração Pública Federal. Dessa forma, no ano de 2014, a CGU instaurou 36 procedimentos administrativos disciplinares, e aplicou diretamente 39 penalidades expulsivas a servidores. Relativamente à responsabilização de fornecedores, foram aplicadas 14 penalidades diretamente pela CGU.

ATIVIDADE CORREICIONAL REALIZADA NA CGU



Fonte: Corregedoria-Geral da União

No cumprimento de sua atribuição de orientação e supervisão, a CGU realizou 39 inspeções correcionais, manteve o acompanhamento, por amostragem, de cerca de 10% dos processos disciplinares do Poder Executivo Federal, capacitou para atuar na área disciplinar mais de 1.000 servidores e realizou o III Encontro de Corregedorias.

Essas atividades contribuíram para que, no ano de 2014, as responsabilizações administrativas de agentes públicos estatutários, por práticas irregulares no Poder Executivo Federal, tenham culminado na aplicação de 550 apenações expulsivas, traduzidas em 423 demissões, 58 cassações de aposentadoria e 69 destituições de cargos em comissão. Ademais, dessas penalidades, 66% decorreram de atos relacionados à corrupção.

PENALIDADES EXPULSIVAS NO PERÍODO DE 2003 A 2014

Ano	Decorrente de Ato Relacionado à Corrupção	Total	Índice
	(a)	(b)	(c = a/b)
2003	178	268	66,4%
2004	201	320	62,8%
2005	204	287	71,1%
2006	255	372	68,5%
2007	297	438	67,8%
2008	243	372	65,3%
2009	290	433	67,0%
2010	357	518	68,9%
2011	361	533	67,7%
2012	315	506	62,3%
2013	377	528	71,4%
2014	365	550	66,4%

Fonte: CGU/CRG - Relatório de Punições Expulsivas da Controladoria-Geral da União

São consideradas penalidades fundamentadas em atos relacionados à corrupção aquelas efetivadas com base nos incisos LXI e IX , do artigo 43, da Lei n° 4.878, de 03 de dezembro de 1965, e nos incisos IX, XII, XIII e XVI do artigo 117 e incisos IV, X e XI, do artigo 132, da Lei n° 8.112, de dezembro de 1990 .

A CGU mantém, também, o Cadastro de Expulsões da Administração Federal (Ceaf), que garante publicidade às penalidades disciplinares que impedem o retorno de apenados à Administração Pública Federal, ou que os torna inelegíveis, consolidando informações úteis aos gestores e proporcionando maior transparência à atividade correcional. Ao final de 2014 totalizava mais de 4 mil registros.

Já a Lei nº 12.846/2013 tornou obrigatório, para todos os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de todas as esferas de governo, o registro em cadastro público de sanções, das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública (Ceis) e o registro das sanções aplicadas a pessoas jurídicas responsabilizadas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira (Cnep). A fim de viabilizar a determinação, no ano de 2014, foi criado sistema eletrônico que pode ser utilizado diretamente por todos os órgãos e entidades públicas. Atualmente o sistema conta com 21.780 penalidades registradas (entre vigentes e não vigentes) e 20 órgãos e entidades participantes.

4.3. SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA / PR

A Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE/PR), criada pela Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013, tem por finalidade precípua a formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para o apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato.

Como primeiro compromisso institucional, a Secretaria tem como incumbência eliminar os entraves que impedem o crescimento das micro e pequenas empresas (MPE) no Brasil, segmento que corresponde a 99% do total de empresas do País e ocupa mais de 50% dos trabalhadores brasileiros. Para tal fim, a partir de suas competências e utilizando a metodologia de Planejamento Estratégico Situacional (PES), foram fixados dois objetivos centrais para sua atuação: i) reduzir o custo para abertura e baixa de empresas; e, ii) apoiar o aumento da lucratividade dos pequenos negócios.

Buscando o alcance desses objetivos, a SMPE firmou contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para desenvolvimento do Portal Empresa Simples. A implantação do Portal permitirá, entre outras funcionalidades, o estabelecimento de processo simplificado de abertura e legalização de empresas, com o qual será possível obter todas as autorizações necessárias mais rapidamente, efetivando, assim, a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

Com a implantação do Portal Empresa Simples, também serão oferecidas soluções de apoio à competitividade empresarial, como a praça eletrônica de negócios, que auxiliará micro e pequenas empresas na catalogação de seus produtos, identificação de oportunidades de negócios, obtenção de crédito e acesso a mercados, à inovação e a certificações, bem como à justiça e a ferramentas de gestão.

Em 2014, foram abertas 529.759 empresas e 993.350 microempreendedores individuais (MEI), totalizando 1.523.109 constituições de empresas no País. Também foram processadas 1.716.534 alterações e 281.271 extinções, totalizando 3.520.914 atos registrados.

O número de microempreendedores individuais (MEI), por sua vez, atingiu 4.653.131 de beneficiários registrados pelo Portal do Empreendedor, desde sua implantação em julho de 2007, com previsão de 5.646.061 beneficiários até dezembro de 2015.

PROGRAMA 2047 - MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A SMPE é responsável pelos Objetivos do Programa 2047 - Micro e Pequenas Empresas, inserido no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, denominado de Plano Mais Brasil. As ações da SMPE no ano de 2014 foram direcionadas ao alcance de: i) melhorias nos mecanismos fiscais, creditícios e regulatórios; ii) uso do poder de compra do setor público; iii) apoio continuado à inovação e evolução tecnológica; e iv) fortalecimento e aproveitamento das vocações regionais e locais.

Objetivo 0836 – Regulamentar no âmbito da União e incentivar a implementação nos Estados e Municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Exercendo seu papel de articulação e visando aumentar a participação social no Projeto de Lei Complementar nº 221, de 2012, que propunha alterações no Estatuto Nacional da MPE (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006), a SMPE participou de audiências públicas promovidas em diversos Estados, pelo Congresso Nacional, assim como promoveu a Caravana da Simplificação, que percorreu 19 Estados e reuniu 3,9 mil lideranças sociais, empresariais e políticas nacionais e regionais vinculadas ao Fórum Permanente da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, durante os meses que precederam a análise da matéria pelo Congresso Nacional, e subsequente aprovação por unanimidade nas duas Casas.

A Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, representa uma nova e importante conquista, pois universaliza o Simples Nacional e traz inovações em praticamente todos os capítulos do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Com a universalização, mais de 450 mil empresas serão beneficiadas e 142 novas atividades poderão, a partir de 2015, optar pelo regime simplificado.

Dentre os mais de oitenta pontos de inovação da nova lei, destacam-se: possibilidade de aumento da base de contribuintes do Simples Nacional; criação do cadastro nacional único de empresas, que possibilitará a implementação de sistema informatizado nacional de registro e legalização de empresas; facilitação da obtenção de licenciamento de atividade; dispensa de certidão negativa de débitos em atos da vida empresarial; ampliação da fiscalização orientadora e do mercado de compras públicas; e inovações na recuperação judicial e na falência.

A efetividade das inovações na política pública dirigida à MPE depende de implantação dos comandos da LC nº 147/2014 em todos os âmbitos governamentais. Há um extenso rol de novos benefícios que demandarão intensa interlocução e articulação dos governos estaduais e municipais, bem como reiterados esforços de capacitação de gestores públicos.

Objetivo 0837 – Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Em outubro de 2014, considerando essas medidas de simplificação, foi inaugurado o módulo do Portal Empresa Simples

para baixa de empresas no Distrito Federal, já que a Junta Comercial do Distrito Federal é a única sob a responsabilidade direta do Governo Federal.

No âmbito do registro e legalização de empresas (RLE), o empresário, pessoalmente, baixa a sua empresa na Junta Comercial e na Receita Federal do Brasil num único processo, de forma simples e rápida. Com certificado digital, o procedimento pode ser feito pela Internet, sem necessidade de comparecimento em qualquer órgão público.

Além dos serviços relacionados ao registro e legalização de empresas (RLE), o Portal Empresa Simples (PES) disponibilizará ao segmento empresarial brasileiro, especialmente à MPE, um conjunto de soluções voltadas à melhoria da competividade e expansão da lucratividade.

Essas soluções compõem o serviço do Portal Empresa Simples denominado Praça Eletrônica de Negócios (PEN), ponto de encontro entre a MPE e seus parceiros comerciais no mercado interno e externo.

Entre 2013 e 2014, foi realizada a especificação técnica dos sistemas que comporão a Praça Eletrônica de Negócios. A implantação dos sistemas está prevista para o segundo semestre de 2015.

A PEN foi concebida para integrar a empresa com seus compradores e fornecedores. Com a ferramenta, o catálogo da empresa poderá ser facilmente pesquisado pelos compradores usando os mesmos termos usados pelo vendedor para a caracterização.

O comprador por sua vez, também poderá demandar à rede de empresas que tenham catálogo com um determinado produto ou serviço, solicitando fornecimento com determinada característica desejada. Em relação ao comércio exterior, a PEN, via consulta ao catálogo de produtos e serviços, promoverá a aproximação dos compradores estrangeiros, funcionado como poderoso instrumento de promoção comercial.

A PEN disponibilizará também informações sobre as licitações de entes públicos bem assim informações cadastrais e certificados requeridos no processo de habilitação para vender para esses entes facilitando o cumprimento de exigências para participação em certames.

Em 2014, foi lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Aprendiz MPE, que permitirá aos pequenos negócios com um empregado a contratação de ao menos um aprendiz, o que aumenta o potencial do segmento para contribuir com a introdução do jovem no mundo do trabalho. O programa custeará o curso de formação de jovens em situação de vulnerabilidade social e matriculados na rede pública de ensino.

No âmbito das ações de capacitação financiadas com recursos provenientes de emenda parlamentar, foram atendidos 2.565 empreendedores em convênios firmados com as unidades do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em Roraima e no Distrito Federal.

No âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), foram realizados sete eventos de oportunidades de negócios, onde foram comercializadas cerca de 270 mil peças, com faturamento aproximado de R$ 5, 7 milhões. Foram ainda firmados acordos: i) durante a 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com objetivo de realizar ações conjuntas voltadas à promoção do artesanato quilombola; ii) com a Marinha Brasileira, com objetivo de desenvolver e promover atividades que valorizem o artesão, levando o artesanato brasileiro para países da Europa e da América; e iii) com o Ministério da Cultura, com objetivo de viabilizar espaços de comercialização em sete cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0837 DO PROGRAMA 2047 - MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada	Fonte de Informações
			2012	2013	2014		
Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs.	unidade	100.000	950	4.950	7.515	7,5%	SMPE
Elevar o montante de crédito disponibilizado pelo BNDES para micro e pequenas empresas de R$ 5 bilhões em 2010 para 21,2 bilhões.	R$ bilhões	21,2	9,543	47,3	38,3	180%	BNDES

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0836 E 0837 DO PROGRAMA 2047 – MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0836	No Exercício (1)	3.268.477,22	622.319,47
	RPNP (2)	0,00	0,00
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**3.268.477,22**	**622.319,47**
0837	No Exercício (1)	1.027.116,86	11.407.862,90
	RPNP (2)	0,00	6.397.366,00
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**1.027.116,86**	**17.805.228,90**

Fonte: Siafi Gerencial, extração em 12/01/2015.
(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Objetivo 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Em 2014, foram realizadas reuniões com organismos multilaterais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

Na ocasião, foram tratadas possibilidades de cooperação em estudos e políticas para micro e pequenas empresas. Foram ainda mantidos contatos com representantes da Colômbia, do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan, com o objetivo de discutir intercâmbio de experiências em políticas para MPE e facilitação do comércio. Em reuniões mantidas com a Secretaria Executiva, representantes de países africanos como Angola e Senegal demonstraram interesse nas políticas para MPE desenvolvidas no Brasil. Realizou-se visita à Argentina com o objetivo de discutir ações para simplificação do comércio bilateral das micro, pequenas e médias empresas.

A SMPE participou do Foro PYMES Itália-América Latina, evento que teve por objetivo promover o intercâmbio de boas práticas e a colaboração entre os sistemas de PME italiano e latino-americano e do Foro Interamericano de la Microempresa (Foromic), evento organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com foco na inclusão financeira de MPEs.

PROGRAMA 2023 – COMÉRCIO E SERVIÇOS

A SMPE é responsável pelo Objetivo 0822 do Programa 2023 – Comércio e Serviços, inserido no Plano Plurianual - PPA 2012-2015. As ações da SMPE, no ano de 2014, foram direcionadas a implantação do Portal Empresa Simples, portal de serviços do Governo destinado ao setor empresarial.

Objetivo 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Com a finalidade de viabilizar a implantação dos serviços de registro e legalização de empresas, em 2014, iniciou-se a execução pelo Serpro dos serviços técnicos especializados de tecnologia da informação e comunicação contratados para o desenvolvimento, operação, treinamento e atendimento aos usuários de portal (Portal Empresa Simples).

O Portal Empresa Simples (PES), por sua vez, dará acesso ao processo único de registro e legalização de empresas, por meio do qual as empresas de qualquer porte poderão obter, no prazo máximo de cinco dias, a permissão da Prefeitura para o exercício de suas atividades no endereço indicado; o registro na Junta Comercial; a inscrição no CNPJ e nos fiscos estadual e municipal; e as licenças de funcionamento.

O processo todo poderá ser realizado pela Internet. Após a transição de bases cadastrais e aplicativos informatizados relativos ao atendimento de Juntas Comerciais brasileiras, inclusive a Junta Comercial do Distrito Federal, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), por força da lei de criação da SMPE-PR, foram dadas as premissas necessárias para a conclusão da primeira etapa do desenvolvimento e implantação dos novos sistemas.

Assim, em outubro de 2014, a SMPE-PR lançou o Portal Empresa Simples (PES) e seu primeiro módulo de serviços voltado para a baixa de empresas em operação inicial no Distrito Federal, considerando que é a única sob governança direta do Governo Federal.

O primeiro serviço disponibilizado no PES foi o Registro e Licenciamento de Empresa (RLE). Ele foi concebido com o propósito de integrar a Administração Pública da União, dos Estados e dos Municípios, de forma que as empresas possam

ter, num processo único, simplificado, previsível e uniforme em todo o País, a abertura, alterações do cadastro, licenças de funcionamento e, se for necessário, a baixa. Para atingir esse propósito, o sistema iniciou sua operação pela baixa simplificada de empresas. A partir de agora, no RLE, o empresário, pessoalmente, baixa a sua empresa na Junta Comercial e na Receita Federal do Brasil num único processo. O módulo foi aprovado pela Instrução Normativa DREI, de 07 de outubro de 2014. Em decorrência da implantação do PES e do RLE a SMPE-PR desenvolveu uma série de ações voltadas a viabilizar a implantação do seu módulo de abertura de empresas, tais como:

Simplificação do licenciamento de segurança contra incêndio

Em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (MJ) e o Sebrae foi elaborado modelo de instrução técnica para facilitar o processo de licenciamento de atividades de baixo risco e fixar medidas mínimas de segurança contra incêndio e pânico, a partir de normas do Comitê Gestor da Redesim. Em 2014, apurou-se que sete Estados possuem procedimentos simplificados de licenciamento, enquanto os demais realizam estudos para adequação ao modelo preconizado nacionalmente.

Simplificação do licenciamento sanitário

Para facilitar e consolidar o tratamento especial do MEI no âmbito de todos os órgãos e entidades vinculados ao licenciamento sanitário, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou a Resolução nº 49, de 2013, resultado do esforço de articulação da SMPE-PR e do Sebrae. Em virtude da aprovação da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, que prevê a existência de norma de referência de classificação de risco para o efeito de servir de parâmetro do procedimento de licenciamento na ausência de norma do ente federativo, o Ministério da Saúde e a Anvisa em parceria com a SMPE-PR estão desenvolvendo as ações necessárias para a sua edição.

Simplificação do licenciamento ambiental

A SMPE-PR foi integrada formalmente à composição do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) pela Portaria MMA nº 467, de 26 de novembro de 2013. Com isso passou a adotar ações de articulação para uma agenda de simplificação do licenciamento ambiental e garantia de tratamento diferenciado para a MPE, inclusive por meio de apresentação de proposta de resolução. Com a aprovação da Lei Complementar nº 147/2014, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a SMPE-PR passaram a atuar em parceria para a aprovação de norma de referência para o licenciamento de atividades econômicas, em articulação com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente (Abema).

Projeto Integrar

Enquanto os novos sistemas informatizados estavam sendo desenvolvidos, foi implantada uma etapa prévia de coleta eletrônica de informações e consulta sobre a viabilidade de nome empresarial nas Juntas Comerciais e de localização do empreendimento, mediante integração com prefeituras. Decorrente de parceria com o Sebrae e a Junta Comercial de Minas Gerais, foram iniciadas operações nos Estados de Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Ceará. A iniciativa reduz as etapas do processo de legalização para os usuários e prepara as equipes técnicas para a execução dos novos processos do RLE.

Revisão das normas de registro empresarial

Foi atualizado o normativo vigente sobre o registro empresarial, resultando na edição de um novo conjunto de 20 (vinte) instruções normativas, publicadas em dezembro de 2013, e revogação de 39 (trinta e nove) atos, alguns superados há muitos anos. A iniciativa traz mais segurança e previsibilidade aos usuários e facilita revisões normativas para adaptação aos novos processos de trabalho que serão implantados. Uma das mais importantes inovações trazidas pela revisão é a possibilidade de utilização de via única para registro. Atualmente são necessárias três vias. A simplificação facilita a operação de análise e registro, devendo aumentar a agilidade do atendimento dos usuários.

Início da integração com os órgãos do Governo do Distrito Federal

Como passo prévio para a implantação do módulo de abertura a SMPE-PR e o Governo de Distrito Federal (GDF) desenvolveram no âmbito de seus órgãos a classificação de risco de atividades econômicas e a revisão dos procedimentos para emissão de parecer de viabilidade já implantada de forma parcial em regiões administrativas do DF.

Convênio com Ministério do Turismo para simplificação do Cadastur

Foi viabilizado o início da virtualização do Cadastur – sistema de cadastro de pessoas que atuam no setor de turismo e necessário para o início de suas atividades, bem como a sua gradual integração ao Portal Empresa Simples.

Integração cadastral com o Banco Central do Brasil

Foram iniciadas as ações de padronização entre as bases cadastrais da SMPE-PR e do Banco Central do Brasil (BCB) tendo como objetivo a integração do processo de autorização de funcionamento para atividades específicas pelo BCB ao Portal Empresa Simples.

Protocolo de Intenções com Prefeitura de São Paulo/SP e Governo estadual

No Município de São Paulo/SP é medido o indicador de prazo de abertura de empresas do estudo sobre o ambiente de negócios do Banco Mundial (Doing Business), que coloca o Brasil em posição desfavorável. Com o objetivo de melhorar essa classificação foi assinado acordo para implantar o processo único de abertura de empresas – Redesim – com a prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo, cujo cronograma estará concluído em 2015.

Convênio com a Receita Federal do Brasil (RFB)

Para o primeiro serviço do Portal Empresa Simples pelo qual a empresa, em um único processo, extingue seu registro empresarial e efetua a baixa do seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), foi viabilizada a troca de dados entre o RLE e a base de dados da RFB.

Ações relativas ao Microempreendedor Individual (MEI)

A SMPE-PR é responsável pela gestão do Portal do Empreendedor, que viabiliza os serviços públicos de abertura, alteração e baixa do MEI. O número de inscritos no programa em outubro de 2014 alcançou 4,6 milhões e é a mais importante política pública de inclusão produtiva do Governo Federal.

Além de alterações normativas fundamentais para ampliar a proteção a esse pequeno negócio, introduzidas na Lei Complementar nº 147/2014, foram desenvolvidas outras ações relativas ao MEI: Carnê da Cidadania: para facilitar a realização do pagamento pelo MEI e garantir o seu acesso aos benefícios previdenciários, incentivando a inadimplência, em 2014 a SMPE-PR promoveu a impressão e remessa de carnês a todos os formalizados até o ano anterior e no decorrer deste período.

Campanha de estímulo à formalização: objetivando alcançar a meta de um milhão de formalizações por ano, no primeiro semestre de 2014, foi realizada campanha com peças veiculadas em rádio, televisão, sítios e páginas das principais revistas e periódicos brasileiros que, além de estimular a formalização, buscou destacar a importância da legalização para o ambiente de negócios, para a proteção social e para a melhoria da qualidade de vida do cidadão em função das suas vantagens, notadamente a cobertura previdenciária.

A partir do recebimento de diversas informações e reclamações a respeito de artifícios utilizados por "entidades" e empresas para efetuar cobranças indevidas por meio de boletos bancários aos pequenos empreendedores, foram adotadas diversas ações perante o Ministério da Justiça, Polícia Federal e Banco Central do Brasil para providências de responsabilização.

Ações relativas à unificação de obrigações acessórias – eSocial

Para simplificação da vida da MPE, a SMPE-PR promoveu Consulta Pública para que a sociedade se manifestasse sobre a criação de obrigação acessória única, congregando, em uma única declaração, todas as informações, formulários e declarações tributárias, previdenciárias e trabalhistas existentes atualmente.

Ações relativas à criação do Pronatec Aprendiz MPE

Em parceria com o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação, foi lançado o Pronatec Aprendiz MPE, que objetiva facilitar e incentivar a contratação de jovens pela micro e pequenas empresas. De acordo com as novas regras, os pequenos negócios a partir de um empregado poderão contratar um aprendiz, o que aumenta fortemente o potencial do segmento contribuir para a introdução do jovem no mundo do trabalho.

O programa custeará o curso de formação de jovens, a partir de 15 anos, em situação de vulnerabilidade social e matriculados na rede pública de ensino. Antes, apenas empresas com mais de sete empregados poderiam participar. A oferta de cursos de aprendizagem foi iniciada em 17 Estados e as vagas são ofertadas nas áreas de informática, operação de loja e varejo, serviços administrativos e alimentação. Ressalte-se que a mudança na Instrução Normativa da Secretaria de Inspeção do Trabalho SIT nº 97, de 2012, que permitiu a contratação de aprendizes na MPE com menos de sete empregados, decorreu de ação da SMPE-PR que provocou a Advocacia Geral da União para uniformizar o entendimento a respeito da questão.

Ações relativas à coordenação técnica das Juntas Comerciais e execução dos serviços da Junta Comercial do DF

A SMPE-PR coordena tecnicamente as Juntas Comerciais brasileiras, nas quais em 2014, foram abertas 529.759 e processadas 1.716.534 alterações e 281.271 baixas, totalizando 3.520.914 atos, exceto atos envolvendo MEI. A Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF), a única sob a responsabilidade direta do Governo Federal, unificou os processos de abertura, alteração e baixa de empresas com o de inscrição estadual e alteração cadastral perante a Secretaria de Fazenda do Governo do Distrito Federal (Sefaz DF). Essa ação resultou em facilitação do processo para os empreendedores do DF uma vez que este precisa somente de uma única entrada, para fazer o processo da JCDF e da Sefaz DF. Visando a melhoria do atendimento aos usuários dos serviços da JCDF e a facilitação do seu acesso, a SMPE-PR em parceria com o GDF e a Associação Comercial do Distrito Federal implantou a sua segunda unidade de atendimento.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0822 DO PROGRAMA 2023 – COMÉRCIO E SERVIÇOS

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0822	No Exercício (1)	9.740.749,91	18.229.826,85
	RPNP (2)	9.378.823,26	1.647.454,38
	Gastos Tributários	0,00	0;00
Total do Objetivo		**19.119.573,17**	**19.877.281,23**

Fonte: Siafi Gerencial, extração em 12/01/2015.
(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0822 DO PROGRAMA 2023 – COMÉRCIO E SERVIÇOS

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada
			2012	2013	2014	
Conceder registro a empresas de baixo risco pela Juntas Comerciais no prazo de até cinco dias para atos sujeitos a decisão colegiada, na forma da lei.	dias	5	9	9	4,7	106%
Conceder registro a micro e pequenas empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até dois dias para atos sujeitos a decisão singular, na forma da lei.	dias	2	6	6	2,7	65%
Reduzir, anualmente, em 5% o número de horas para a decisão de processos de empresários individuais e sociedades contratuais.	%	5%	5%	5%	5%	100%

Fonte / Método: Juntas Cometciais / levantamento realizado por meio de pesquisa junto às Juntas Comerciais, com resultado em janeiro de 2015. Nos anos de 2012 e 2013, pelo fato do Departamento não possuir ferramentas adequadas para o levantamento, os dirigentes do DREI, antigo DNRC, optaram por não realizá-lo. Foi-se então mantido os resultados da pesquisa realizada para o ano base de 2011, a mesma forma adotada a taxa de 5% para redução de tempo de processos de empresários individuais e sociedades contratuais.

4.4. SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL / PR

Criada pela Medida Provisória nº 527, de 18 de março de 2011, convertida na Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, e regulamentada pelo Decreto nº 7.476, de 10 de maio de 2011, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC-PR) tem as atribuições de formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil; coordenar os órgãos e entidades do sistema de aviação civil e articular com o Ministério da Defesa o que se refere à política de navegação aérea civil. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) são entidades vinculadas à SAC-PR.

A aviação civil constitui um setor importante para o País, tendo em vista que o transporte de passageiros e cargas pelo modal aéreo, assim como a adequação da infraestrutura aeroportuária, são grandes vetores de desenvolvimento e integração nacional.

As diretrizes para o setor são exaradas na Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), aprovada por meio do Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, que estabelece como principal propósito "assegurar à sociedade brasileira o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sul-americano e mundial".

A política pública de aviação civil se fortaleceu com a criação do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), o qual destina os recursos para o sistema de aviação civil com o objetivo de desenvolver e fomentar o setor, bem como as infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, conforme previsão da Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011.

PROGRAMA 2017 – AVIAÇÃO CIVIL

O transporte aéreo, tanto o de pessoas como o de cargas, constitui importante alavanca ao desenvolvimento brasileiro, seja por permitir maior competitividade e agilidade na negociação e obtenção de bens e serviços, seja por proporcionar maior integração, dando celeridade ao processo de deslocamento e maior acesso a regiões isoladas.

Em 2014, o volume de passageiros acumulado entre os meses de janeiro e novembro foi 284% superior ao mesmo período de 2004. Na comparação com os onze primeiros meses de 2013, o crescimento foi da ordem de 6,6%.

É importante destacar que o índice de ocupação das aeronaves em voos domésticos também apresentou forte crescimento nos últimos dez anos, tendo passado de 64,9% em 2004 para 76,1% em 2013, e nos onze primeiros meses de 2014, chegou a uma média de 79,7%.

Nos últimos dez anos dois fatores foram essenciais ao incremento da demanda pelo transporte aéreo: o aumento real da renda da população e a redução dos preços médios das passagens aéreas. Isso se deve à política de aumento do valor real do salário mínimo em conjunto com políticas de transferência de renda, e pela assunção de uma política de liberdade tarifária e incentivos à competição entre as empresas aéreas. Entretanto, a manutenção de índices de crescimento sustentáveis do transporte aéreo no Brasil depende da expansão da oferta de um dos principais insumos da atividade – a infraestrutura aeroportuária – que representa atualmente o grande desafio para o setor.

Demonstrou-se, assim, a necessidade de um programa governamental alocado no Plano Plurianual (PPA) que refletisse os anseios da sociedade e do governo em torno do desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil. O Programa 2017- Aviação Civil procurou endereçar os principais desafios do setor mediante o estabelecimento de objetivos, metas e iniciativas voltados para, dentre outras especificidades, a ampliação da malha aeroviária; o aperfeiçoamento do marco regulatório para o setor; a adequação e ampliação da infraestrutura aeroportuária tanto para carga quanto para passageiros; a desconcentração regional dos voos; a segurança operacional e contra atos de interferência ilícita; além de aspectos relacionados à capacitação de profissionais, ao desenvolvimento de requisitos para novas tecnologias da indústria aeronáutica e à redução de impactos ambientais.

O Programa 2017 - Aviação Civil possui cinco objetivos, sendo que se optou por destacar três deles no presente relatório, quais sejam:

Objetivo 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

O objetivo prima pela expansão da capacidade da infraestrutura aeroportuária brasileira, de modo a ampliar a capacidade de processamento de passageiros e de cargas até 2015. Busca, ainda, estimular a aviação regional, e o estabelecimento de critérios para definir a política de outorgas dos aeroportos.

Objetivo 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Este objetivo visa a garantir a segurança do transporte aéreo, a qual pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita (security).

Objetivo 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

O objetivo 0086 possui amplo escopo visando, dentre outros aspectos, a elaboração do planejamento estratégico de longo prazo para o setor, a revisão do marco legal, a elaboração de estudos para o planejamento e gestão do transporte aéreo, a elaboração de diagnósticos e a capacitação de profissionais para a atuação no sistema de aviação civil, bem como o desenvolvimento de requisitos para novas tecnologias da indústria aeronáutica.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2017 – AVIAÇÃO CIVIL
R$ 1,00

Programa 2017 - Aviação Civil	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2013	2014
No Exercício (1)	0083	1.593.793.410,56	1.496.721.887,53
RPNP (2)		26.838,15	211.972.073,04
Gastos Tributários		-	-
Total do Objetivo		**1.593.820.248,71**	**1.708.693.960,57**
No Exercício (1)	0085	29.799.767,83	40.428.141,88
RPNP (2)		7.425.798,11	6.448.790,89
Gastos Tributários		-	-
Total do Objetivo		**37.225.565,94**	**46.876.932,77**
No Exercício (1)	0086	2.939.126,25	6.387.164,41
RPNP (2)		-	13.181.496,08
Gastos Tributários		-	-
Total do Objetivo		**2.939.126,25**	**19.568.660,49**
Total Geral		**1.633.984.940,90**	**1.775.139.553,83**

Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
Fonte: Siop e Infraero.
Fonte: Siafi
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

Observa-se, no quadro acima, que a execução orçamentária do Programa Aviação Civil, em 2014, foi 8,6% superior a 2013. A execução do Orçamento de Investimentos 2014 desse Programa foi de R$ 1.366,0 milhões.

Deste montante, R$ 935,0 milhões foram investidos nos empreendimentos que compõem a carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), o que representa 68,4% dos investimentos realizados pela Infraero em 2014 para o referido Programa.

Destaque para os empreendimentos de ampliação do terminal de aviação geral - TAG de Confins/MG, recuperação e revitalização dos sistemas de pistas e pátios (3ª fase) e reforma do terminal de passageiros 1 e 2 do Galeão/RJ, ampliação do terminal de passageiros e do pátio de Curitiba/PR, ampliação dos sistemas de pátio e pistas de táxi de Porto Alegre/RS, construção do novo terminal de passageiros de Goiânia/GO, reforma e ampliação do terminal de passageiros de Manaus/AM, reforma do terminal de passageiros de Salvador/BA, conclusão das obras a cargo do Poder Concedente em São Gonçalo do Amarante/RN, ampliação do terminal de passageiros com instalação de módulos operacionais em São José dos Campos/SP, construção da torre de controle de Macaé/RJ, dentre outros.

No decorrer do exercício de 2013 e início de 2014 foram finalizados diversos empreendimentos, principalmente, nos aeroportos que atenderam a grandes eventos internacionais realizados no Brasil nos últimos anos (Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, Copa do Mundo FIFA 2014).

Entre eles destacam-se: ampliação do pátio de aeronaves do aeroporto de Salvador, reforma e ampliação do terminal de cargas de Curitiba/PR, reforma e ampliação do terminal de passageiros de Foz do Iguaçu/PR, obras da torre de controle e secção contra incêndio de Vitória, ampliação das pistas de táxi e pátio de aeronaves de Macapá/AP, recuperação do pavimento norte do pátio e construção da nova torre de controle do aeroporto de Pampulha/MG, recuperação do pátio do aeroporto de Palmas/TO, reforma e ampliação do terminal de passageiros de Marabá/PA, dentre outros.

Nos quadros a seguir, estão demonstrados os níveis de realização das metas quantitativas dos Objetivos 0083, 0085 e 0086 do Programa 2017 – Aviação Civil.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS - OBJETIVO 0083

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela Anac.	Unidade	305 milhões	247.400.000	264.348.500	303.127.500	99%
Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas	Tonelada	2,4 milhões	1.529.265	1.581.596	1.798.519	75%

Fonte: Infraero / Siop

Em 2014 houve um crescimento significativo no que tange à capacidade de processamento de passageiros no Brasil, da ordem de 39 milhões, ou 15%, em relação ao mesmo indicador em 2013, o que gerou grande aproximação da meta para o final do período do PPA 2012-2015. A capacidade de processamento de cargas da rede aeroportuária brasileira, por sua vez, no mesmo período, vivenciou um aumento de 14%, atingindo a marca de 1.798.519 toneladas. Desse modo, chegou ao patamar de 75% da meta prevista para o ano de 2015. Assim como no aumento da capacidade de processamento de passageiros, a capacidade de movimentação de cargas foi alavancada, em sua maior parte, pelos investimentos nos aeroportos concedidos.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS - OBJETIVO 0085

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Realizar 1.224 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015	Unidade	1224	2491	3886	4448	363%
Reduzir, até 2015, o índice anual de acidentes aeronáuticos para nível igual ou melhor que a média mundial, com referência ao ano de 2011 (índice 0,46), considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade de passageiros em operações regulares, por 1 milhão de decolagens	Número-Índice	0,46	0,21	0,21	0,19	242%

Fonte: Anac / Siop

Em 2014 foram realizadas 562 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, totalizando 4.448 itens fiscalizados entre 2012 e 2014, atingindo-se 363% da meta estabelecida para o final do período abrangido pelo PPA 2012-2015. Cabe ressaltar que, com os grandes eventos no Brasil, a Anac intensificou suas atividades de inspeção.Em relação à segurança operacional em empresas aéreas de transporte regular de passageiros, destaca-se o cumprimento da meta com o atingimento do índice anual de acidentes aeronáuticos de 0,19. Portanto, quanto menor o índice melhor, pois indica uma diminuição na quantidade de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens. Isso se deve à atuação da Anac na formulação de normas e na fiscalização em relação à segurança operacional.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS - OBJETIVO 0086

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada	Fonte de Informações
			2012	2013	2014		
Capacitar 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil	Unidade	1900	391	1991	4.853	255%	SENAV/SAC-PR e ANAC
Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo	Unidade	8	1	6	7	87,5%	SEAP/SAC-PR e ANAC

Fonte: Siop.

Foram capacitados, em 2014, 2.862 profissionais da aviação civil, destacando-se pilotos, comissários, mecânicos, despachantes de voo, alunos de escolas de aviação civil, proprietários de aeronaves, representantes de empresas aéreas, oficinas, administração aeroportuária, bombeiros de aeródromos e entidades do setor que, somados aos anos anteriores, proporcionaram a superação da meta proposta para o período, atingindo um índice de 255%. Os profissionais capacitados permitirão, entre outras melhorias, a

adequação às normas aplicáveis a aeroportos para operação de voos regulares em termos de segurança, além de incrementar a capacidade de gestão dos aeroportos da rede regional.

Quanto à meta "Desenvolver oito estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo", foram realizados sete estudos nos últimos três anos, sendo que, em 2014 realizou-se estudo de Dimensionamento e Caracterização da Matriz Origem Destino do Transporte Aéreo no Brasil.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS

Instituir o Plano de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária.

Procedeu-se à revisão do Plano Geral de Outorgas, com o objetivo de alinhar a política pública de outorga de aeródromos ao programa de incentivo à aviação regional, por meio do qual serão realizados investimentos na infraestrutura de aeroportos regionais, com o objetivo de universalizar o acesso da população ao transporte aéreo regular. A proposta foi colocada em consulta pública e recebeu 52 sugestões de aprimoramento. O novo Plano Geral de Outorgas foi aprovado e publicado por meio da Portaria nº 183, 14 de agosto de 2014.

Revisar o Marco Legal do Setor e Elaborar o Planejamento Estratégico.

Quanto à meta "Revisar o marco legal do setor de aviação civil", destaca-se a publicação da Resolução Conac nº 001/2014, de 28 de fevereiro de 2014, que tratou da operação do Aeroporto de Congonhas na ocasião da Copa do Mundo FIFA 2014, frente à expectativa de 600 mil visitantes estrangeiros no País. Foi aprovada, ainda, a Resolução Conac nº 002/2014, de 29 de maio de 2014, que revoga a restrição à alocação, nos novos acordos bilaterais e multilaterais, de pontos relativos a frequências de voos internacionais no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos. Em continuidade às tratativas iniciadas em 2013, visando a redução de barreiras à entrada de novas companhias aéreas em aeroportos coordenados, após a realização das duas audiências públicas sobre o tema (Consulta Pública nº 1/2013 SAC e Audiência Pública nº 02/2013 Anac), foi publicada a Resolução Conac nº 3, de 08 de julho de 2014, específica para o Aeroporto de Congonhas (SBSP), com um conjunto de diretrizes para implantação de uma sistemática de redistribuição periódica dos slots.

Em relação à meta Elaborar o planejamento estratégico de longo prazo para o setor, destacam-se as seguintes realizações: em dezembro de 2014, a Anac publicou novo Planejamento Estratégico 2015-2019, o documento é resultado de trabalhos realizados ao longo de 2013 e 2014, e estabelece missão, visão, diretrizes, objetivos e metas para os próximos cinco anos. A SAC-PR por sua vez, após parceria firmada junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, está em processo de implementação do Planejamento Estratégico do Departamento do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos, priorizado por se tratar do departamento responsável pela implementação dos investimentos em aeroportos regionais no âmbito do Programa de Investimentos em Logística - PIL Aeroportos.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

É importante ressaltar os avanços do PIL Aeroportos, sendo que em 2014 foram realizadas diversas iniciativas voltadas à implementação do programa, em especial à ampliação da rede de aeroportos regionais. Destacam-se a entrega de 21 veículos para os aeroportos de Barreiras/BA, Vitória da Conquista/BA, Governador Valadares/MG, Ipatinga/MG, Araxá/MG, Varginha/MG, Bonito/MS, Dourados/MS, Alta Floresta/MT, Rondonópolis/MT, Sinop/MT, Fernando de Noronha/PE, Resende/RJ, Cacoal/RO, Ji-Paraná/RO, Vilhena/RO, Caxias Do Sul/RS, Passo Fundo/RS, Araçatuba/SP, Ribeirão Preto/SP e Araguaína/TO.

No âmbito do contrato assinado junto ao Banco do Brasil para tratar da gestão e administração financeira dos recursos do Fnac, destinados à modernização, ampliação, reforma e construção de aeródromos, foram elaborados Projetos Executivos Padrão de Seção Contraincêndio, Torre, Terminal de Passageiros, assim como Estudos de Viabilidade Técnica e Estudos Preliminares de aeroportos. Foram realizadas, também, visitas técnicas a 18 aeroportos regionais nas cinco regiões do País. Essas visitas tiveram por finalidade o levantamento de dados e informações para aprimorar o processo de gestão dos aeroportos regionais e aproximar o Governo Federal dos operadores em nível local. Em abril de 2014 foram assinados os contratos de concessão dos aeroportos do Galeão e de Confins e a administração desses aeroportos foi transferida às concessionárias vencedoras das licitações. Os investimentos previstos são da ordem de R$ 9,15 bilhões nos dois aeroportos, sendo R$ 5,65 bilhões no Galeão e R$ 3,5 bilhões em Confins. O Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN, concedido à iniciativa privada em 2011, começou a operar sete meses antes do previsto no contrato de concessão assinado pela concessionária e pelo Governo Federal, iniciando a sua operação comercial em 31 de maio de 2014.

Merecem destaque os resultados alcançados durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, quando a movimentação total nos 21 aeroportos do Brasil durante a Copa foi de 17,8 milhões de passageiros. O índice médio de atrasos acima de 30 minutos foi de 6,94%, inferior ao de 7,6% registrado em 2013 nos países da União Europeia. Estes dados foram observados em pesquisas realizadas junto aos passageiros e refletem a atuação da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (Conaero) que coordena diversos órgãos presentes no setor aéreo.

4.5. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS / PR

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) é responsável pela articulação, formulação e implementação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos no Brasil.

Dentre as suas competências elencadas no Decreto nº 8.162, de 18 de dezembro de 2013, pode-se destacar: i) assessorar a Presidenta da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária; ii) coordenar a política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH); iii) articular iniciativas e apoiar projetos voltados à proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, promovidos por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e por organizações da sociedade civil; e iv) exercer as funções de ouvidoria nacional de direitos humanos, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias.

Para a execução de suas políticas, a SDH/PR conta com os seguintes programas no âmbito do PPA 2012-2015: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes; 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência; e 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

PROGRAMA 2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Programa visa à efetiva garantia de direitos e ao acesso e qualidade dos serviços e equipamentos destinados às crianças e adolescentes, contendo ações destinadas ao fortalecimento dos Conselhos Tutelares, à reestruturação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), à implantação de sistemas de informação na área da infância e da adolescência e à implementação de planos e políticas nas áreas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e convivência familiar e comunitária.

Objetivo 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0259 DO PROGRAMA 2062 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados[1]	
		2013	2014
0259	No Exercício[2]	R$ 6.536.521,43	R$ 16.866.962,94
	RPNP[3]	R$ 34.333.072,64	R$ 76.932.062,54
	Gastos Tributários	R$ 0,00	R$ 0,00
Total do Objetivo		**R$ 40.869.594,07**	**R$ 93.799.025,48**

Fonte: Siafi Gerencial em 31/12/2014
[1] Valores referem-se somente aqueles executados pela SDH.
[2] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[3] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

METAS QUANTITATIVAS - OBJETIVO 0259 DO PROGRAMA 2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das informações
			2012	2013	2014		
Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos Municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial	Municípios	83	36	28	73	87,95%	CGEVSCA/ SNPDCA/SDH/ PR

Nota: As metas apontadas referem-se aos convênios vigentes em cada ano.

Em relação à expansão do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR), pode-se observar que, do total de 83 Municípios acima de 300 mil habitantes, o Programa foi implementado em 73 Municípios, abrangendo os 26 Estados e o Distrito Federal e perfazendo 87,95% do cumprimento da meta.

A SDH/PR também vem realizando campanha permanente de proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, que perdurará até 2016. A campanha "Proteja Brasil", reeditada em 2014, estimula a proteção de crianças e adolescentes e a denúncia de crimes contra esse público.

A campanha foi realizada durante o Carnaval, no dia 18 de maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças - e Adolescentes e na Copa do Mundo.

Até 31 de dezembro de 2014, dos 4.257 Municípios cadastrados no SIG/SDH/PR, 1.837 foram contemplados com 2.165 Conjuntos de Equipagem de Conselhos Tutelares. A meta descrita no PPA 2012-2015 (restrita a Municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste com IDI e IDH baixos) foi reavaliada e ajustada em razão da liberação de emendas parlamentares destinadas a Municípios que não estavam originalmente contemplados na descrição da meta, além do atendimento a outros critérios como a priorização de cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Atualmente, há 18 Escolas de Conselhos implantadas (nos Estados do AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MG, PA, PB, PE, RO, RS, SC, SE e TO).

No que tange à universalização dos conselhos tutelares, até dezembro de 2014, havia 5.949 conselhos tutelares em funcionamento no Brasil.

PROGRAMA 2063 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Programa visa o apoio a projetos e execução de ações voltadas à promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, com foco na acessibilidade, na segurança e autonomia dessas pessoas, na implantação de serviços de atendimento, no fomento às políticas de tecnologia assistiva e no fortalecimento dos conselhos de direitos.

Objetivo: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0568 DO PROGRAMA 2063 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados[1]	
		2013	2014
0568	No Exercício[2]	3.706.913,64	1.567.372,46
	RPNP[3]	5.493.247,74	4.865.625,26
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**9.200.161,38**	**6.432.997,72**

Fonte: Siafi Gerencial em 31/12/2014
[1] Valores referem-se somente aqueles executados pela SDH.
[2] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[3] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0568

Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia: os Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia estão sendo implantados no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em conjunto com o Ministério da Educação (MEC), que promove o custeio das obras.

O Centro do Instituto Federal Catarinense, no Campus de Camboriú/SC, já está implantado e em funcionamento desde 2012. Até dezembro de 2014, quatro Centros se encontravam em fase de conclusão para inauguração, nos seguintes locais: i) Alegre/ES; ii) Muzambinho/MG; iii) Urutaí/GO; e iv) Manaus/AM.

Ainda em 2014, a SDH/PR lançou o Cadastro Nacional de Candidatos à Utilização de Cães-guia, o qual permite que os 470 inscritos participem de processos seletivos realizados pelos Institutos Federais, quando houver disponibilidade de cães-guia.

Implantar as Centrais de interpretação da Língua Brasileira de Sinais: em 2014, iniciou-se a distribuição de 16 kits para equipagem das Centrais de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), totalizando 53 Centrais em 24 Estados e no DF.

O kit é composto por mesas de trabalho, cadeiras, armários, computadores, webcam, impressora multifuncional, aparelhos de telefone fixo do tipo headset e um automóvel do tipo wagon de quatro portas.

Com os recursos orçamentários do Objetivo 0568, sob o qual fica a dotação orçamentária destinada ao Programa 2063, foram executadas ainda metas referentes ao Objetivo 0442 (Promover a

efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência). Uma delas trata de "Apoiar os conselhos de direitos das pessoas com deficiência", havendo, em 2014, destinação de recursos ao fortalecimento de oito conselhos municipais.

A meta que trata de "Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas" obteve avanços com a realização, em novembro de 2014, do I Seminário Nacional sobre Deficiência e Funcionalidade, em que foi debatida a desconstrução do conceito tradicional de deficiência a partir da popularização da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), com a participação de 500 pessoas, dentre gestores, representantes de ministérios e da sociedade civil organizada.

PROGRAMA 2064 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O Programa tem como foco viabilizar planos, programas e projetos relacionados aos centros de referência de direitos humanos, às políticas de educação em direitos humanos, às políticas de promoção e defesa dos direitos de grupos sociais vulneráveis, às políticas de combate à tortura, bem como de proteção aos defensores de direitos humanos e de testemunhas ameaçadas, fortalecimento de ouvidorias de polícia nos Estados e promoção dos direitos humanos de agentes de segurança pública.

Quanto ao Programa 2064, destacam-se os objetivos tratados a seguir.

Objetivo 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Objetivo 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0255 E 0974 DO PROGRAMA 2064 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados[1]	
		2013	2014
0255	No Exercício[2]	17.967.414,26	21.479.931,95
	RPNP[3]	2.473.932,35	8.578.739,24
	Gastos Tributários	R$ 0,00	0,00
Total do Objetivo		**20.441.346,61**	**30.058.671,19**
0974	No Exercício[1]	17.712.986,59	15.349.341,55
	RPNP[2]	833.401,89	17.424.806,97
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**18.546.388,48**	**32.774.148,52**

Fonte: Siafi Gerencial em 31/12/2014
[1] Valores referem-se somente aqueles executados pela SDH.
[2] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[3] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

METAS QUANTITATIVAS - OBJETIVO 0255 DO PROGRAMA 2064 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã	Número de oficinas	--	-	680	4.379	--

Fonte: Relatório apresentado pelo CAMP / SDH

Ressalta-se que a meta prevista inicialmente de 100 oficinas anuais foi ajustada.

Desse modo, para o período de 2013 a 2015, foram previstas 5.104 atividades de formação com 20 participantes e 4h de duração, 270 encontros de formação com 30 participantes e 24h de duração, além de outras atividades nacionais.

Nesse contexto, foram realizadas 4.379 oficinas em 2014, com a participação de 88.800 líderes comunitários e educadores populares, por meio de convênio com o Centro de Formação Cidadã (Camp).

Os temas formativos atenderam ao Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3 bem como ao PNEDH.

Realizar anualmente o Prêmio Direitos Humanos: foi realizada, em 10/12/2014, a 20ª edição do Prêmio Direitos Humanos, com 21 categorias e duas menções honrosas.

Com recursos orçamentários do Objetivo 0255, foram ainda executadas metas referentes ao Objetivo 0258 (Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos), as quais estão descritas abaixo:

Implementar Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDH) em todas as regiões metropolitanas e Implementar Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDH) no campo e em todos os Estados brasileiros: em 2014, foram criados 9 Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDH), entre eles: Pinhais/PR; Rio Branco/AC; Cruzeiro do Sul/AC; Natal/RN; João Pessoa/PB; Salvador/BH; Goiânia/GO e Rio de janeiro/RJ.

Foram mantidos 24 Centros, totalizando 33 Centros em funcionamento. Destes, todos abrangem suas respectivas áreas rurais, com exceção do Centro de Referência do Morro do Alemão no Rio de Janeiro.

Ainda com recursos orçamentários do Objetivo 0255, é financiada uma ação estratégica de grande relevância: o Disque Direitos Humanos.

Em 2014, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, incluindo seu principal canal de atendimento o Disque Direitos Humanos – Disque 100, realizou 354.000 atendimentos, que corresponderam ao registro de denúncias, disseminação de informações, ligações demandadas, outras manifestações e serviços disseminados.

Foram registradas 134.495 denúncias referentes aos grupos sociais vulneráveis atendidos pela SDH: 91.344 crianças e adolescentes, 27.198 pessoas idosas, 8.611 pessoas com deficiência, 1.013 LGBT, 515 pessoas em situação de rua, 4.035 pessoas em restrição de liberdade, dentre outros.

Com a realização da Copa do Mundo de 2014, a Ouvidoria reforçou a operação do Disque 100, ampliando sua capacidade de atendimento em até 30%, o que garantiu o atendimento para toda população e demais estrangeiros que estiveram no País.

METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0974

Ampliar os serviços de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos ameaçados em todos os Estados brasileiros: o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) está presente, atualmente, nos seguintes Estados: Ceará, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Os demais Estados são atendidos pelo Programa Federal de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Ao final de 2014, estavam incluídos no PPDDH 415 defensores.

O Programa de Proteção as Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) está presente no DF e em 15 Estados (AC, AL, AM, BA, CE, ES, MG, MA, PA, PE, PR, RJ, RS, SC, SP), enquanto os demais Estados são atendidos pelo Programa Federal de Proteção as Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Em 2014, o Provita atendeu cerca de 700 vítimas e testemunhas de crimes. Destaca-se ainda, neste ano, o estabelecimento das diretrizes para utilização da estratégia de mudança de nome de protegidos, em casos federais, prevista na Lei 9.807/1999, junto ao Tribunal de Justiça do DF.

4.6. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL / PR

À Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) compete assessorar, direta e imediatamente, a Presidenta da República na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial; na formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância; na articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial; na formulação, coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial; no planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas; e na promoção do acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e de combate à discriminação racial ou étnica.

PROGRAMA 2034 – ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

O Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 gerou maior inserção da questão racial em diferentes programas temáticos. O programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial é composto de dez Objetivos. Com exceção do Objetivo 0987, que se refere à regularização fundiária das Comunidades Quilombolas e Titulação dos Territórios, os nove Objetivos restantes estão sob responsabilidade da Seppir/PR.

Por representarem a política pública executada pela Secretaria, foram selecionados três objetivos para serem descritos: 0772 – Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, Estados e Municípios; 0778 – Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida; e 0984 – Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

No tocante ao Objetivo 0772 e em cumprimento ao estabelecido no Estatuto da Igualdade Racial, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) foi regulamentado pelo Decreto nº 8.136, de 05 de novembro de 2013, e pela Portaria Seppir/PR nº 08, de 11 de fevereiro de 2014. Tem dentre suas finalidades descentralizar as políticas de promoção de igualdade racial de forma articulada entre as esferas de Governo.

Desde 2012, a Seppir vem realizando convênios com Estados e Municípios para a implementação do Sinapir. Em 2014, a Chamada Pública nº 01 foi lançada pela Seppir com o mesmo objetivo. Os entes subnacionais encaminharam 80 propostas para a estruturação ou fortalecimento de órgãos, conselhos, fóruns e ouvidorias de promoção da igualdade racial, das quais 34 foram habilitadas. Destas, sete foram convertidas em convênios. O atendimento das diligências para o aperfeiçoamento das propostas e a regularidade fiscal dos entes federados são condições necessárias à liberação dos recursos, a qual também obedece à ordem de classificação da Chamada Pública.

No que se refere às adesões ao Sinapir, a Seppir já recebeu 33 solicitações para participação no Sistema. Destas, 11 já foram publicadas no Diário Oficial da União: cinco na modalidade Gestão Básica – Nova Lima/MG, Araçatuba/SP, Botucatu/SP, Caxias do Sul/RS e Estado do Rio Grande do Sul; quatro na modalidade Gestão Intermediária – Rio Branco/AC, Itajaí/SC, Porto Alegre/RS e Estado do Espírito Santo; e duas na modalidade Gestão Plena – Guarulhos/SP e Estado da Bahia. As demais solicitações de adesão ainda estão em processo de diligenciamento.

Importa salientar que, no ano de 2014, foi firmada uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para prestar apoio ao processo de implementação do Sinapir.

Atualmente existem cadastrados na Seppir/PR 172 órgãos executivos e 89 conselhos voltados para a Promoção da Igualdade Racial nos Estados e Municípios.

Cabe registrar, ainda, os esforços de implementação do Aviso Circular Conjunto n.º 01 Gab-C.Civil/PR/MP/Seppir, de 28 de dezembro de 2012, que determina "a inclusão dos campos cor ou raça (...) e seu preenchimento obrigatório em todos os registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados que contenham informações pessoais, inclusive do público externo", permitindo a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais. Nesse tocante, destaca-se a inclusão do quesito raça/cor no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), sistema responsável pelas matrículas do Pronatec e a qualificação desse quesito em outros sistemas governamentais.

Em relação ao Objetivo 0778, cabe destacar que, em resposta ao desafio de reduzir os altos índices de homicídios contra a juventude negra, o Governo Federal lançou, em setembro de 2012, o Plano Juventude Viva (PJV), iniciativa que articula ações de onze ministérios, de governos estaduais e municipais para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica. O Plano é um esforço de coordenação de políticas públicas para criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência nos territórios mais vulneráveis; e aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e sensibilização de agentes públicos para o problema da violência contra jovens, especialmente jovens negros.

Sob a coordenação da Seppir e da Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de

Juventude (SNJ), o Plano Juventude Viva foi iniciado em Alagoas, pois ocupava a primeira posição em taxas de homicídios e em taxas de homicídios contra negros no Brasil (Mapa da Violência 2012). Em 2014, aderiram ao Plano os Estados do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul.

Como estratégia para capacitação de gestores e servidores públicos para identificação e abordagem do racismo institucional, a Seppir realizou, em parceria com o Fundo de Populações das Nações Unidas, 38 oficinas para 850 servidores dos governos do Distrito Federal e dos Estados da Bahia, Paraíba e Espírito Santo.

Também em 2014, foi realizada audiência pública com a presença de 80 representantes de instituições e organizações da sociedade civil no âmbito do Protocolo para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência, conjuntamente com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério da Justiça, a Secretaria Geral da Presidência da República, além do Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais.

O Objetivo 0984 visa ao apoio técnico, estudos de viabilidade econômica, capacitação de agentes de apoio e da comunidade local e apoio a projetos de fortalecimento institucional, envolvendo as organizações representativas das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais, a fim de promover o desenvolvimento sustentável dessas comunidades a partir de suas especificidades e de dotá-las de conhecimento e de instrumentos adequados para qualificar e otimizar sua interlocução junto às instâncias governamentais, facilitando o acesso aos espaços de gestão democrática.

Uma das metas deste Objetivo diz respeito à consolidação de um sistema de monitoramento de dados do Programa Brasil Quilombola (PBQ). Em 2014, este Sistema foi premiado entre as dez iniciativas mais inovadoras na Gestão Pública Federal. Lançado em 2013 na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), o Sistema conta com painéis e mapas dos quilombos já em fase avançada de regularização, e vem recebendo aprimoramentos. Hoje, há 742 pontos de comunidades mapeados com coordenada georreferenciada no Brasil, sendo possível extrair os dados do CadÚnico de cada uma das comunidades que já constam do Sistema.

No eixo Acesso à Terra, destaca-se, em 2014, a certificação de 155 comunidades remanescentes de quilombos e a entrega de títulos parciais equivalentes a 1.119,7451 hectares, beneficiando 907 famílias de quatro comunidades quilombolas (Rincão dos Martinianos, Jatobá, Invernada dos Negros e Conceição das Crioulas).

Como estratégia de acelerar as titulações das comunidades quilombolas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) institucionalizou a Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola como espaço de diálogo entre sociedade civil e Governo para a pactuação de estratégias para solução de casos de complexidade fundiária. No total, foram quatro Mesas Nacionais em 2014, existindo atualmente 20 Superintendências com Mesas Estaduais de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola em diversos Estados, que se reportam à Mesa Nacional, o que tem facilitado a interlocução dos quilombolas com outras entidades públicas locais, possibilitando maior eficiência na conciliação de interesses de Estado, considerando-se as especificidades de cada caso.

Além disso, 2014 marcou o avanço da estratégia de delimitação simplificada em terras federais e em glebas da União, com delegação de competências da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ao Incra, visando dar maior celeridade ao acesso a terras públicas em benefício das comunidades.

O Eixo de Infraestrutura e Qualidade de Vida foca nos serviços que proporcionam à população quilombola o acesso a saneamento básico, habitação e eletrificação, além da construção de estradas, pontes e passarelas. Neste eixo, uma das metas do PBQ é a realização de obras de saneamento em 375 comunidades quilombolas até 2015, sendo que até o momento foram contempladas 162 comunidades, com R$ 44 milhões investidos desde 2012 pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa). No exercício de 2014, uma comunidade foi atendida com obras de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), inferior aos anos anteriores - em 2012, 123 comunidades foram atendidas e, em 2013, 37 comunidades.

No âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), foi estabelecida a meta de construção de dez mil Unidades Habitacionais (UH) até 2015 em comunidades quilombolas. Em 2014, já haviam sido contratadas 6.474 UH e 171 UH entregues em comunidades quilombolas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), totalizando, entre 2011 a 2014, 11.153 UH contratações, com investimento de R$ 334 milhões.

Por meio do Programa Luz para Todos (LpT), foram realizadas em 2014 cerca de 15 mil novas ligações, totalizando 44.264 ligações desde 2004. No âmbito do Programa, foram realizadas em parceria com o Ministério das Minas e Energia (MME) e a SEPPIR/PR, nas cinco regiões do País, 11 oficinas de capacitação sobre o benefício da Tarifa Social e o uso seguro da energia elétrica, para fins de formar multiplicadores em comunidades quilombolas, além de realizar estudos para diagnosticar o potencial produtivo das comunidades.

A Seppir/PR também procurou qualificar o atendimento a ações de infraestrutura em vias de acesso (estradas, pontes e passarelas) dada a recorrência de demandas que apontam para a acessibilidade e mobilidade dos quilombolas. Em 2012, foi contratada a obra de construção de açudes, estradas e paradas de ônibus (ora em execução) no Município de Candiota/RS, cuja entrega foi prevista para dezembro de 2014. No Município de Barra do Turvo/SP, foram destinados R$ 700 mil em parceria com o Incra (recursos da autarquia) para a construção de pontes e passarelas. O recurso foi conveniado em 2013 e a obra iniciada em 2014, ora em fase de conclusão. Não obstante, no segundo semestre de 2014, foi firmada a parceria entre a Seppir/PR e o Incra para concretização da Ponte de Ivaporanduva, obra de contenção da encosta na via de acesso às Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, Município de Eldorado/SP. Inaugurado em 2010, o empreendimento possui extensão de 128 metros e os acessos medem 1,2 km. Nesta segunda

etapa da obra, a SEPPIR/PR destinou R$ 1.508.000,00, sendo R$ 684.154,33 repassados em dezembro de 2014 e R$ 665.845,67, em fevereiro de 2015, contando com R$ 158 mil do Incra.

No eixo Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva, uma das ações mais importantes são as chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural exclusiva para os quilombolas. Em 2014, foi executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário um total de R$ 3.128.547, para o atendimento de 3.400 famílias quilombolas.

Além disso, em 2014 o número total de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) emitidas para quilombolas foi de 48.000. Este instrumento identifica os agricultores e viabiliza o acesso não só ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), mas também a programas como Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

No eixo Direitos e Cidadania, cabe destacar a ampliação do número de famílias quilombolas cadastradas no CadÚnico. Até outubro de 2014, dado o esforço de busca ativa do Governo Federal, foram inscritas 40 mil famílias, chegando a mais de 128 mil famílias quilombolas cadastradas.

Em 2014, um dos marcos mais importantes no âmbito da educação quilombola foi a publicação da Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas quilombolas, indígenas e rurais, favorecendo o funcionamento dessas unidades. Segundo os dados preliminares do Censo Escolar (Inep) em 2014, estavam em funcionamento 2.432 escolas quilombolas.

O Pnae repassou R$ 28.283.245,60 para a alimentação escolar de 2.219 escolas quilombolas, atendendo a 225.101 estudantes destas unidades. Por ser um Programa estratégico para a segurança alimentar dos estudantes quilombolas, tiveram início, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), as atividades de um Grupo de Trabalho Interministerial que tem como objetivo trabalhar as especificidades da alimentação escolar para quilombolas de forma intersetorial, articulando as dimensões sociais, culturais e pedagógicas que envolvem o ato de comer, propondo, assim, ações estratégicas em alimentação e nutrição direcionadas aos escolares dessas comunidades.

No que se refere à Política Nacional de Assistência Estudantil, o Programa de Bolsa Permanência (PBP) garante valor diferenciado para estudantes quilombolas e indígenas, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condições geográficas, costumes, línguas, crenças e tradições. Em 2014, 510 estudantes quilombolas foram beneficiados pelo Programa.

No que concerne às políticas de saúde, destaca-se o Programa Estratégia Saúde da Família. Estiveram voltadas para o atendimento de comunidades quilombolas 1.548 equipes. Além disso, foram identificados aproximadamente 516 médicos do Programa Mais Médicos atuando em equipes de saúde da família distribuídas em territórios quilombolas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0772, 0773 E 0984 DO PROGRAMA 2034 – ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Código do Objetivo	Programa 2034	Valores Liquidados	
		2013	2014
0772	No Exercício[1]	856.090,46	3.927.578,55
	RPNP[2]	125.135	3.337.248,03
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo		**981.225,46**	**7.264.826,58**
0773	No Exercício[1]	-	-
	RPNP[2]	869.464,60	324.000
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo		**869.464,60**	**324.000**
0984	No Exercício[1]	2.867.219,33	2.022.380,08
	RPNP[2]	733.817,46	2.951.232,87
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo		**3.601.036,79**	**4.973.612,95**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop)
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

É importante destacar que não são apresentados os resultados financeiros referentes ao Objetivo 0778 porque o Programa Juventude Viva, principal ação referente ao objetivo, não tem vínculo com o orçamento da Seppir. Sua execução depende, principalmente, de recursos disponibilizados e investidos pelos Estados e Municípios onde é implementado.

4.7. SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES / PR

A Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) tem o objetivo principal de promover a igualdade entre homens e mulheres e combater o preconceito e a discriminação. As ações governamentais implementadas pela SPM/PR visam a promoção da igualdade entre mulheres e homens, promoção da autonomia e o enfrentamento à violência contra as mulheres.

PROGRAMA 2016 – POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Objetivo: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

O Objetivo 0998, Plano Plurianual - PPA 2012-2015, ampara as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, implementadas pela SPM/PR. No exercício de 2014, a execução do Programa "Mulher, Viver sem Violência", priorizou a construção das Casas da Mulher Brasileira, espaço de acolhimento e atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, concentrando em um mesmo espaço físico os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0998 DO PROGRAMA 2016 – POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0998	No Exercício	20.257.130,09	28.761.118,62
	RPNP	11.944.385,92	63.001.935,27
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo		**32.201.516,01**	**91.763.053,89**

Fonte: Siop, extraído em 23/01/2015. O objetivo 0998 contempla as ações orçamentárias 14XS, 210B e 8831.
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

Em 2014, a Secretaria deu continuidade à implementação dos cinco eixos do Programa: i) implantação da "Casa da Mulher Brasileira", nas capitais, e dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteiras secas; ii) ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; iii) organização e humanização do atendimento às vitimas de violência sexual; iv) promoção de campanhas continuadas de conscientização; e v) disponibilização de unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta.

A adesão ao Programa por parte dos governos estaduais e prefeituras foi realizada ao longo do ano. Além disso, houve a pactuação com os demais parceiros, Tribunais de Justiça dos Estados, Ministério Público e Defensorias Estaduais.

As obras das Casas da Mulher Brasileira foram iniciadas em quatro capitais: Brasília/DF, Campo Grande/MS, Vitória/ES e Curitiba/PR. Nos Municípios de Fortaleza/CE, São Paulo/SP, Salvador/BA e São Luís/MA, as licitações para a construção das unidades já ocorreram.

Até 2013, a Central Ligue 180 promovia o trabalho de acolhimento da mulher em situação de violência, orientação sobre direitos e informação sobre os serviços de atendimento.

A partir de 2014, o Ligue 180 passou a encaminhar os relatos de violência aos órgãos competentes para a apuração. Além disso, a Central está em processo de ampliação no número de atendentes.

Outra iniciativa importante foi o lançamento da Campanha "Violência contra as Mulheres – Eu ligo", de alcance nacional, com foco na divulgação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 e suas funcionalidades.

Ainda, no campo da divulgação dos serviços, foi lançado o aplicativo "CLIQUE 180" para telefone celular desenvolvido pela SPM/PR, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres e a Embaixada Britânica, com o objetivo de atender as mulheres em situação de violência e o público que necessita de informações sobre o tema.

Os Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca já contam com a adesão dos seguintes Municípios: Foz do Iguaçu/PR, Oiapoque/AP, Pacaraima/RR, Bonfim/RR, Brasiléia/AC, Corumbá/MS, Jaguarão/RS, Ponta Porã/MS, Santana do Livramento/RS e Tabatinga/AM.

Esses serviços têm como principal objetivo ampliar o atendimento a mulheres migrantes em situação de violência, enfrentar o tráfico de pessoas e a exploração sexual, orientar a regularização de documentação, prestar atendimento psicossocial, disponibilizar assistência jurídica e fazer o encaminhamento à rede de serviços especializados.

Ainda em 2014, foram entregues 24 unidades móveis para o atendimento às mulheres do campo e da floresta. Dentre as ações desenvolvidas por essas unidades móveis estão campanhas preventivas, palestras informativas e rodas de conversa sobre a violência contra a mulher e sobre a Lei Maria da Penha, atendimentos individuais e recebimento de denúncias, totalizando mais de 20 mil mulheres atendidas.

Objetivo: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do País.

Com o objetivo de dirimir desigualdades e alterar o padrão discriminatório das relações de trabalho o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça está na quinta edição e conta com a participação de 83 instituições e empresas públicas e privadas. As instituições inscritas empregam cerca de 1 milhão de trabalhadores.

Durante 2014, as empresas implementaram o plano de trabalho. Em fevereiro de 2014, foi lançado o Manual de Práticas de Igualdade, para a divulgação das ações desenvolvidas pelas empresas participantes do Programa.

Os temas abordados incluem: ampliação de benefícios, mudança na cultura organizacional das empresas, políticas de ascensão profissional.

Quanto à formação de mão de obra, até outubro de 2014, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) registrou 1.500.143 de matrículas. Do total dos matriculados, 68% foram mulheres.

A aprovação da Emenda Constitucional nº 72, em 2013, conhecida como PEC das Domésticas, impulsionou a conquista de direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos.

A regulamentação da Emenda contou com a publicação da Instrução Normativa nº 110, que dispõe sobre os procedimentos de fiscalização do cumprimento das normas relativas à proteção ao trabalho doméstico, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Assim, a partir de agosto de 2014, a não assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) poderá ser punível com a aplicação de multa ao empregador.

Outra conquista importante foi a ampliação do número de donas de casa de baixa renda filiadas à Previdência Social. Em 2014, registrou-se o número de 552.524 mulheres.

O uso do tempo é um fator primordial para promover a igualdade de gênero e a autonomia econômica. Dessa forma, em 2014, com a participação da Embaixada da França e de universidades de Paris e do Brasil, realizou-se o Seminário Internacional "Trabalho, cuidado e políticas sociais: Brasil-França em debate".

O evento aprofundou o debate sobre as múltiplas desigualdades que se interseccionam no mercado de trabalho, como as de gênero, de raça e de classe social no contexto francês e no brasileiro.

Na área do esporte e lazer, realizou-se o Segundo Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino Caixa 2014. A profissionalização da modalidade feminina é importante forma de combate à discriminação de gênero e uma oportunidade para a autonomia feminina.

A SPM/PR também apoiou a Copa Libertadores da América de Futebol Feminino e o futebol feminino escolar e universitário.

Durante a Copa do Mundo FIFA 2014, promoveu-se o fomento de iniciativas para favorecer a inserção das mulheres no mundo do trabalho, incentivá-las a participar dos esportes e dar visibilidade às ações para a promoção da igualdade entre mulheres e homens.

O Pronatec Turismo ofertou 240 mil vagas em cursos em Hotelaria, Turismo e Lazer, Produção Alimentícia, Desenvolvimento Educacional e Social, dentre outros. A participação das mulheres nos cursos foi de 72% das matrículas efetuadas.

Destaca-se que foi alterada a metodologia do Pronaf Mulher, ampliando para até R$ 150 mil o valor do contrato para propostas de crédito de mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção.

No Plano Safra de 2014/2015, foram assinados 160 mil contratos, o que corresponde a R$ 1,13 bilhão, representando um aumento de 33% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A seguir, apresenta-se o nível de realização das metas quantitativas do Objetivo 0931 do Programa 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência:

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0931

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho	Mulheres urbanas	20.000	0	16.695	16.695	83
Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	Organizações	250	0	57	57	22
Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos	Seminários	4	4	6	6	150
Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas	Campanhas	4	0	1	1	25

Fonte: Siop, extraído em 23 de janeiro de 2015.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0931 DO PROGRAMA 2016 – POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0931	No Exercício[1]	2.984.014,07	5.390.135,03
	RPNP[2]	5.565.494,92	8.379.400,63
	Gastos Tributários		
Total do Objetivo		**8.549.508,99**	**13.769.535.66**

Fonte: Siop, extraído em 23/01/2015. O objetivo 0931 contempla a ação orçamentária 8843.
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

Objetivo: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

O fortalecimento dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM) é uma atividade fundamental na articulação e na implementação de políticas públicas para as mulheres. Com isso, foram realizados cinco Encontros Regionais de Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres. As cidades de Belém, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia foram as sedes dos Encontros, que contaram com a participação de 353 gestoras de OPM. Em 2014, o número de OPM alcançou 683, sendo 25 estaduais e 658 municipais.

Juntamente com o Ministério da Cultura, a SPM/PR publicou a 2ª edição do Edital de Chamada Pública – Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais. O Edital previu o valor de R$ 70 mil para cada um dos dez projetos selecionados.

Na área educacional, no âmbito do Programa de Extensão Universitária (Proext), foram selecionadas 21 propostas referentes a "Mulheres e relações de gênero" com vigência a partir de 2015. O Programa financia ações de extensão e pesquisa-ação em universidades públicas, incentivando também a incorporação dessas temáticas na formação inicial.

A 9ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foi realizada no exercício de 2014. O Prêmio consiste em concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos para estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres e sensibilizar a sociedade para tais questões. Além disso, foi lançada a 10ª edição, quando foram selecionadas as universidades que farão a avaliação externa do Prêmio.

Outra ação, foi o "Prêmio Rose Marie Muraro: Mulheres Feministas Históricas". Em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Prêmio selecionou e premiou seis mulheres com mais de 75 anos e que contribuíram para a consolidação dos direitos das mulheres no Brasil.

O Prêmio Lélia Gonzalez, realizado em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR), desenvolveu ações com o objetivo de promover o protagonismo e o reconhecimento das mulheres

como sujeitos de direitos no enfrentamento ao racismo e ao sexismo. O investimento foi de R$ 1,4 bilhão, sendo treze as instituições premiadas.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0935 DO PROGRAMA 2016 - POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres	%	50	565	976	976	1.952
Ampliar para 1.000 o número de Municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres	Município	1.000	437	578	700	70
Ampliar para 1.000 o número de Municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres	Município	1.000	219	250	250	25
Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes	Mecanismo de gênero	10	7	11	13	130
Ampliar para 27 o número de Estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres	Estados	27	25	25	25	92
Ampliar para 27 o número de Estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres	Estado	27	11	12	12	44
Disponibilizar, para 10% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação	%	10	0	12,4	15,7	157

Fonte: Siop, extraído em 23/01/2015.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0935 DO PROGRAMA 2016 – POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0935	No Exercício[1]	5.271.525,34	7.066.252,69
	RPNP[2]	1.518.488,73	10.384.394,48
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo		**6.790.014,07**	**17.450.647,17**

Fonte: Siop, extraído em 23/01/2015. O objetivo 0935 contempla a ação 210A.
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

4.8. SECRETARIA DE PORTOS / PR

A Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) tem como competência assessorar direta e imediatamente a Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e terminais portuários marítimos e promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos.

Além disso, figuram também como competência da SEP/PR elaborar planos gerais de outorgas, aprovar os planos de desenvolvimento e zoneamento dos portos marítimos, fluviais e lacustres; estabelecer diretrizes para a representação do País nos organismos internacionais e em convenções e fixar compromissos de metas e de desempenho empresarial, promover a modernização, a eficiência, a competitividade e a qualidade das atividades portuárias.

PROGRAMA 2074 – TRANSPORTE MARÍTIMO

O Programa 2074 – Transporte Marítimo está estruturado com vistas a tornar o sistema portuário marítimo e o transporte aquaviário brasileiros competitivos frente ao mercado internacional, e, também, sustentáveis ambientalmente.

Seja por meio do aumento da capacidade de movimentação de cargas e passageiros nos portos, da ampliação do transporte de cabotagem, da redução dos custos de movimentação portuária e da simplificação dos procedimentos administrativos e fiscais de desembaraço de mercadorias.

Objetivo 0177 – Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

A maior parte da variação verificada entre os exercícios de 2013 e 2014, no que concerne ao Orçamento Fiscal, decorre do pagamento dos valores inscritos em restos a pagar não processados (RPNP) em 2013 relativos às dragagens de aprofundamento dos Portos de Vitória/ES, Santos/SP e Imbituba/SC. Os valores inscritos em 2014 resultam da continuidade da execução das obras de dragagem de aprofundamento do Porto de Vitória/ES e da finalização do contrato das obras de dragagem do Porto de Imbituba/SC.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0177 DO PROGRAMA 2074 – TRANSPORTE MARÍTIMO

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0177	No Exercício [1]	0,00	1.186.984,50
	RPNP [2]	11.001.424,91	62.075.979,60
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**11.001.424,91**	**63.262.964,10**

Fonte: Siop – 18/02/2015.
[1] Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano, relativo a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

No que concerne à realização das metas quantitativas, no ano de 2014 foram realizadas novas intervenções em dois portos, Imbituba/SC e Itaguaí/RJ. As obras no Porto de Vitória/ES encontram-se em execução, enquanto as demais estão em fases distintas, conforme detalhado a seguir:

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada			% da meta total 2012-2015 realizada (acumulado)	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade	Portos Marítimos	17	6	8	10	58,82 %	SEP/PR

Fonte: Siop – 24/02/2015

- Porto de Vitória/ES - Obra em execução que objetiva aprofundar o acesso aquaviário ao Porto, visando a atingir a cota de 14 m, já com realização de 42% da dragagem, 64% de detonação das rochas e 35% de remoção do material fragmentado.

- Porto de Imbituba/SC - Obra concluída.

- Porto de Itaguaí/RJ (dragagem de aprofundamento na Ilha das Cabras) - Em execução pela iniciativa privada (Porto Sudeste), com conclusão de 100% da dragagem e 50% da derrocagem.

- Portos de Itaguaí/RJ (canal derivativo do acesso principal), Cabedelo/PB e Porto de Suape/PE (dragagem de aprofundamento do canal externo) - Em fase de estudos.

- Porto do Rio de Janeiro/RJ (2ª fase da dragagem de aprofundamento) - Contrato assinado em 17 de dezembro de 2014.

- Porto de Santos/SP, Portos de Paranaguá/PR e Rio Grande/RS - Em processo de licitação.

- Portos de Fortaleza/CE e Maceió/AL - Ação preparatória para licitação.

- Porto de Barra do Riacho/ES - Fase inicial de elaboração do Projeto Básico.

- Porto de Suape/PE (cais 6 e 7 e Cocaia) - Em análise estudos de modelagem, com vista ao dimensionamento da profundidade a ser dragada, conforme o direcionamento necessário para o arrendamento portuário.

Objetivo 0183 – Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

A execução financeira e orçamentária referente aos valores liquidados no exercício, em 2014, compreende o pagamento de R$ 15,7 milhões relativos às obras de construção do berço 108 do Porto de Itaqui/MA e de R$ 4,9 milhões relativos à ampliação do cais público do Novo Porto de Rio Grande (RS), e do pagamento da totalidade dos montantes inscritos em RPNP R$ 33,75 milhões da obra de alinhamento e reforço do berço 4 do Porto de Itajaí/SC.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0183 DO PROGRAMA 2074 – TRANSPORTE MARÍTIMO

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0183	No Exercício (1)	0,00	20.664.982,02
	RPNP (2)	0,00	33.750.000,00
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**0,00**	**54.414.982,02**

Fonte: Siop – 18/02/2015.
[1] Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano, relativo a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Consta do PPA vigente: "Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos". Dessa forma, destacam-se as seguintes obras:

- Porto de Suape/PE - Conclusão, em 15/12/2014, da construção do acesso rodoviário.

- Porto de Fortaleza/CE - Construção de terminal de contêineres (1ª fase), com obras de adequação da pavimentação do pátio de estocagem com 150.000 m² e aquisição e instalação de escâner para cargas, com 24% de execução financeira.

- Porto de Salvador/BA - Ampliação da estrutura de abrigo (quebramar norte) em 405 metros, abrigando os novos berços de atracação e bacia de manobra. Dada ordem de serviço para a elaboração do Projeto Executivo.

- Porto de Vitória/ES - Construção de berço nos dolfins do Atalaia com retroárea, cuja obra compreende construção de estrutura contínua com 270 m de comprimento, construção do berço 207 com plataforma de 4.000 m² e ampliação de retroárea em 9.000 m². O empreendimento encontra-se com 17% de execução físico-financeira.

- Porto de Santos/SP - Reforço e restauração das estruturas do píer de acostagem na Alamoa, com 51% de execução físico-financeira, sendo o empreendimento custeado com recursos próprios da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp); Reforço de cais para aprofundamento dos berços entre os armazéns 12A ao 23, cujo investimento compreende a recuperação das estruturas do cais no trecho de 1.750 metros, permitindo alterar a cota dos berços de -10,0m para -15,0m. As obras tiveram início em novembro de 2014.

- Porto de Itaqui/MA - Construção do berço 108 (terminal para granéis líquidos) composto de ponte de acesso, plataformas de transição e operações, passarelas de ligação, píer para rebocadores e dolfins de atracação e

amarração, para navios de até 91.671 TPB, com 86% de execução físico-financeira.

- Porto de Itajaí/SC - Alinhamento e reforço do berço 4, que consiste em obra de engenharia para alinhamento e reforço dos 490 metros de comprimento de cais. O empreendimento encontra-se com 39% de execução físico-financeira.

- Porto do Rio Grande/RS - Construção de 1.125 metros de cais, visando à modernização do Cais Público do Porto Novo, com 7% de execução físico-financeira.

No que concerne à elaboração de estudos e projetos, destacam-se a conclusão dos estudos para a implantação do Porto de Águas Profundas no Porto de Vitória/ES; a revisão, pela SEP, dos estudos para construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 e recuperação do Terminal de Múltiplo Uso 1 no Porto de Santarém/PA; o projeto para implantação da Avenida Perimetral no Porto de Santos, no Município de Guarujá/SP (2ª fase), com 45% de execução; e a conclusão do Projeto Executivo da Passagem Inferior do Valongo – Santos/SP, com 937 m de extensão.

Objetivo 0188 – Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Ressalta-se que não houve execução no orçamento fiscal nos exercícios de 2013 e 2014 para esse Objetivo.

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada (acumulado)	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Implantar 6 terminais de passageiros em portos organizados marítimos	Terminais de Passageiros	6	0	1	4	67%	SEP/PR

Fonte: Siop – 24/02/2015

Quanto aos resultados alcançados, destacam-se os seguintes empreendimentos:

- Porto de Natal/RN – Construção de terminal marítimo para passageiros, ampliação do berço 1, recuperação do cais e ampliação de retroárea e dolfim de amarração; concluído em 30/07/2014.

- Porto de Salvador/BA – Construção de terminal marítimo para passageiros e urbanização de área portuária, concluído em 30/12/2014.

- Porto de Santos/SP – Alinhamento do cais de Outeirinhos, mediante construção de 1.282m de cais com larguras variáveis. Concluído em 25/06/2014 o trecho de 511 metros, previsto para o evento Copa do Mundo 2014.

- Porto de Fortaleza/CE – Implantação de terminal marítimo para passageiros, que consiste na construção da estação para passageiro, além de 1 berço para múltiplo uso, pavimentação e urbanização de via interna de acesso, estacionamento e pátio, com 99% da execução físico-financeira.

Objetivo 0198 – Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

O presente Objetivo visa a ampliar a capacidade dos portos brasileiros, por meio de um conjunto de ferramentas e modelos de gestão, sem incorrer em investimentos em obras de infraestrutura portuária. Trata-se de um conjunto de cinco projetos, conforme segue:

- i) modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR);
- ii) Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel (PSP);
- iii) Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS);
- iv) Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária; e
- v) Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0198 DO PROGRAMA 2074 – TRANSPORTE MARÍTIMO

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0198	No Exercício (1)	10.558.331,00	19.847.774,00
	RPNP (2)	15.702.779,00	14.251.669,00
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**26.261.110,00**	**34.099.443,00**

Fonte: Siop – 18/02/2015.
1 Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.
2 Valores liquidados no ano, relativo a restos a pagar não processados.

METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0198

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada (acumulado)
			2012	2013	2014	
Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 7 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República	Modelo implantado	7	0	0	1	14,29%
Implantar o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) em 06 portos	Sistema implantado	6	0	0	0	0%
Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária nas 07 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidências da República	Sistema implantado	7	0	0	7	100%
Implantar o Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel em 35 portos	Sistema implantado	35	29	35	35	100%
Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 12 portos	Sistema implantado	12	0	0	0	0%

Fonte: Registros Administrativos SEP/PR

Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 7 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República: iniciou-se o Projeto Modernização da Gestão Portuária (PMGP), em continuidade ao modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR).

No âmbito do Projeto, a Secretaria contratou serviço de consultoria para o desenvolvimento e implementação de melhorias na gestão portuária nas Companhias Docas dos Estados de São Paulo (Codesp), Rio de Janeiro (CDRJ) e Pará (CDP).

Nesse ano, foi concluída a Etapa 1, que compreendeu o planejamento e análise geral dos processos atuais nas referidas Docas, bem como iniciada a Etapa 2, de revisão de seus processos.

Implantar o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) em seis portos: atualmente o projeto encontra-se na fase de início da implantação nos portos de Santos/SP e Vitória/ES, bem como em fase de licitação para implantação no porto do Rio de Janeiro/RJ.

Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária nas 07 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República: houve operação assistida do sistema Infraport, para a disponibilização de uso por todas as Companhias Docas.

Implantar o Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel em 35 portos: foram realizadas integrações entre o Porto Sem Papel (PSP) e os demais sistemas dos Órgãos Intervenientes.

Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 12 portos: a implantação em Santos/SP e Vitória/ES, em estágios mais avançados. No porto de Santos/SP foi concluído o anteprojeto e publicado o edital para aquisição dos equipamentos, adequação dos gates públicos e construção dos pré-gates.

Além disso, foi iniciada a operação assistida do sistema de agendamento de caminhões (Portolog), com o objetivo de que a operação plena do sistema, para os granéis vegetais seja iniciada conjuntamente com a safra de grãos. Para o porto de Vitória/ES foi concluído o anteprojeto para construção das portarias automatizadas das margens de Capuaba e Vitória.

Objetivo 0233 – Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o País:

O presente objetivo tem como foco o tratamento e aprimoramento de aspectos institucionais do setor, o que inclui o arcabouço legal, o planejamento setorial e o fomento a políticas específicas, como a cabotagem.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0233 DO PROGRAMA 2074 – TRANSPORTE MARÍTIMO

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0233	No Exercício (1)	6.511.590,46	10.294.591,52
	RPNP[2] (2)	4.516.491,59	19.890.565,30
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**11.028.082,05**	**30.185.156,82**

Fonte: Siop – 18/02/2015.
[1] Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano, relativo a restos a pagar não processados.

METAS QUANTITATIVAS

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada (acumulado)	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Elaborar 3 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem	Estudo elaborado	3	0	2	2	66,67%	Registros Administrativos SEP/PR
Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 34 Portos Organizados Marítimos	Plano elaborado	34	0	0	6	17,65%	Registros Administrativos SEP/PR

Fonte: Siop – 24/02/2015

Elaborar 3 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem: dois de três estudos foram entregues: i) Estudo de Viabilidade para Implantação de Linhas Regulares de Cabotagem no Brasil; e ii) Estudo para a Implantação do Sistema para Desenvolvimento Logístico de Cabotagem, em parceria com o Porto de Cingapura. O terceiro e último estudo planejado, denominado "Estudo sobre o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil", foi celebrado em abril de 2014.

Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 34 Portos Organizados Marítimos: foram concluídas as elaborações dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário em seis portos organizados, a saber: Santarém/PA, Vila do Conde/PA, Belém/PA, Paranaguá/PR, Antonina/PR e Imbituba/SC.

4.9. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio.

Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de cinco secretarias, 27 Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFAs) e suas respectivas unidades, uma rede de seis Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) são empresas públicas que atuam sob supervisão e coordenação do Mapa.

Também são entes descentralizados do ministério, organizados na forma de sociedades de economia mista, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (Ceasa/MG), a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (Casemg) e a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). Além disso, o ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

Conta ainda com a atuação de oito adidos agrícolas junto às missões diplomáticas brasileiras no exterior (Buenos Aires, Bruxelas, Genebra, Moscou, Pequim, Pretória, Tóquio e Washington).

O Decreto nº 7.127, de 04 de março de 2010, define a pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária como uma das competências do Mapa.

Nesse aspecto, a pesquisa agropecuária, como política pública capitaneada pela Embrapa e tendo a parceria das Instituições que compõem o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), visa desenvolver um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, com foco na superação das barreiras que possam limitar a produção de alimentos, fibras e energia no país, e capaz de promover a geração de conhecimentos que possam servir de subsídios ao Governo Federal, em especial na elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas.

PROGRAMA 2042 – INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA

A pesquisa agropecuária brasileira enfrenta grandes desafios relacionados i) ao desenvolvimento agrícola com sustentabilidade, ii) à ampliação da competitividade do setor agrícola; iii) à melhoria da qualidade dos produtos; iv) ao aumento da eficiência produtiva, v) à inserção de agricultores familiares ao processo produtivo e vi) à viabilização de soluções para os problemas relacionados às mudanças climáticas globais.

Para lidar com tais desafios, o Governo Federal incluiu no Plano Plurianual 2012-2015 o Programa 2042 - Inovações para a Agropecuária, sendo um dos objetivos, de código 0842, pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução das emissões de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

A sua execução conta com diferentes partícipes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, o qual é constituído pela Embrapa e suas unidades de pesquisa e de serviços, pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs), por universidades e institutos de pesquisa de âmbito federal ou estadual, bem como por outras organizações, públicas e privadas, direta ou indiretamente vinculadas à atividade de pesquisa agropecuária.

Este objetivo tem o compromisso de promover a contínua incorporação de inovações tecnológicas na agropecuária, por meio de ações individuais e em parceria, de forma a:

- ampliar a competitividade da agropecuária brasileira;
- apoiar a ampliação e consolidação da competitividade das cadeias produtivas já instaladas;
- acompanhar as alterações das bases técnicas da agropecuária mundial;
- elucidar vulnerabilidades da agropecuária brasileira;
- fazer melhor uso das oportunidades relacionadas à biodiversidade;
- prevenir retrocessos tecnológicos;
- tornar e consolidar a evolução tecnológica como um fator de inclusão social e de sustentabilidade ambiental.

Engloba desafios e oportunidades de inovações tecnológicas para os quais a Embrapa dirige ações com os objetivos de:

- promover avanços tecnológicos com ampla base científica nas frentes de mudanças globais, Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), biotecnologia, pesca e aquicultura, agregação de valor, entre outros;
- alcançar e consolidar vantagens competitivas e sustentabilidade da agropecuária das diferentes regiões, biomas e cadeias produtivas por meio de avanços tecnológicos;
- oferecer suporte às iniciativas de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e de comunidades tradicionais: i) inclusão tecnológica e ii) agregação de valor;
- promover o aperfeiçoamento tecnológico, tendo como focos i) a finalização, atualização ou adaptação de tecnologias e processos, visando o aumento de competitividade e melhoria dos sistemas de produção e ii) avanços na fronteira do conhecimento e inovações tecnológicas incrementais que respondam com rapidez aos desafios emergenciais da agropecuária brasileira.;
- ampliar e tornar mais efetivas as ações de transferência de tecnologias e de comunicação relativas à P&D na agropecuária do País, tendo como objetivos: i) promover a integração entre a atividade de P&D e o mercado/sociedade; ii) aprimorar o relacionamento dos diferentes agentes que atuam com P&D e Transferência Tecnológica agropecuária com seus públicos de interesse; iii) disponibilizar e divulgar informação técnico-científica e socioeconômica;
- oferecer apoio científico e tecnológico às iniciativas do Mapa no combate às ameaças fitossanitárias, e transferência de tecnologias para controle de pragas e doenças exóticas passíveis de introdução no Brasil.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0842 DO PROGRAMA 2042 - INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0842	No exercício [1]	207.739.087,99	241.687.670,84
	RPNP [2]	234.780.846,30	195.331.703,57
	Gastos tributários	-	-
Total do Objetivo		**442.519.934,29**	**437.019.374,41**

Fonte: Siafi Gerencial (Dados extraídos em 09/01/2015).
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

A execução orçamentária ficou praticamente estável em 2014 em relação a 2013. Quanto ao nível de realização das metas quantitativas do Objetivo 0842, apresenta-se o quadro a seguir.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0842

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Executar uma carteira de P&D e Transferência Tecnológica com, em média, 750 projetos ao ano.	Projetos ao ano	750	884	1.166	1.303	173,73%

Fonte: Sistemas Ideare e Siop, dados extraídos em 08/01/2015

As quantidades apresentadas tratam do número de projetos incorporados ao Sistema Embrapa de Gestão (SEG), em execução até a data de apuração em cada exercício. Observa-se aumento consistente na carteira de projetos de P&D e Transferência Tecnológica no período, que pode ser explicado por dois fatores:

- i) a Empresa passou por uma reestruturação que nos últimos anos viabilizou mais chamadas de pesquisa e transferência e, em consequência, mais projetos foram incorporados à carteira. Tudo isso com objetivo de fortalecer a atividade fim da Empresa: pesquisa e inovação; e
- ii) ressalta-se, ainda, que houve um esforço para que os projetos executados com fontes de recursos de outras instituições (como CNPq, Finep, Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa, e outros) passassem a compor a carteira de projetos do Sistema Embrapa de Gestão (SEG). Esses são os projetos ditos cofinanciados, que no passado não eram formalmente incluídos na carteira da Empresa. Assim, muitos desses projetos têm sido apropriados e passaram a ser contabilizados.

A Embrapa avalia sistematicamente a sua programação e decidiu, recentemente, por um processo de reorganização da carteira de projetos baseado no documento Visão 2014-2034, considerando macrotemas focados nas cadeias de valor da agropecuária, norteados por cinco eixos de impacto: i) avanços na busca do conhecimento, ii) inserção estratégica e competitiva na bioeconomia, iii) contribuições para aprimoramento de

políticas públicas, iv) inserção produtiva e redução da pobreza, e v) posicionamento da Embrapa na fronteira do conhecimento. Tal organização tem como objetivo principal aumentar a efetividade das ações da Empresa ao mesmo tempo em que permite comunicar de forma mais organizada seus esforços e resultados para a sociedade, orientar melhor as suas demandas e possibilitar atuação mais sinérgica de todo o aparato operacional da Empresa.

Para isto, a programação vem sendo orientada por onze macrotemas, sendo três transversais, baseados no conceito de cadeia de valor da produção. A partir dessa orientação, os projetos estão organizados de acordo com dois conceitos distintos e complementares - o primeiro voltado para organização e gestão de "portfólios" de projetos que contemplam temas complexos de grande importância estratégica.

Atualmente 20 portfólios estão implementados, com destaque para: mudanças climáticas e agricultura; sistemas integrados lavoura-pecuária-floresta; agricultura irrigada, automação agropecuária; dinâmica do uso da terra; sanidade animal; sanidade vegetal; controle biológico; setor sucroalcooleiro e energético entre outros. O segundo, baseado na organização de "arranjos" de projetos, constituídos a partir de temas de importância regional, por bioma, por cadeia produtiva e definidos a partir da iniciativa das unidades operacionais da Empresa.

No momento, 71 arranjos estão aprovados, com destaque para: melhoramento genético da soja; melhoramento genético de arroz, melhoramento genético de feijão, melhoramento genético de frutas (caju, uva, manga, açaí, mamão, etc.), melhoramento genético de forrageiras, sistemas de produção de carne, sistemas de produção de leite, entre outros. Atualmente, aproximadamente 70% da programação da Empresa já se encontra organizada na forma de projetos agregados e integrados em portfólios e arranjos. A expectativa é um grande avanço na gestão das carteiras de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) com ênfase na geração de resultados finalísticos e de grande impacto no setor produtivo brasileiro.

A Embrapa tem uma robusta carteira de projetos de P&D e Transferência Tecnológica, alcançando recentemente 1.303 projetos e englobando a totalidade de suas ações, integradas no processo SEG, o qual é apoiado pelos sistemas de informação Ideare, plataforma desenvolvida para gestão da carteira global da Empresa e, mais recentemente, o SISGP, sistema informatizado para gestão das carteiras individuais das unidades operacionais.

Por meio do Ideare é possível receber a submissão de propostas de todos os pesquisadores da rede Embrapa, dar acesso a consultores ad-hoc (especialistas contratados externos à Embrapa) para avaliações, promovendo condições para consultas e análises de dados integrados de toda a base dos projetos da Empresa.

Com o sistema SISGP, que faz a leitura da base Ideare, tornou-se possível o acompanhamento e avaliações da implementação das atividades e resultados gerados nos projetos individuais, no âmbito das 47 unidades da Empresa.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0842

Desenvolver plataforma funcional de validação de novos genes (Programa ABC).

A meta de desenvolvimento de uma plataforma funcional para validação de genes foi cumprida com a constituição da infraestrutura necessária para o desenvolvimento das pesquisas, o que foi materializado com a implantação do laboratório da Unidade Mista de Pesquisa em Genômica Aplicada a Mudanças Climáticas (Umip Genclima), em parceria com a Unicamp.

O "pipeline" de bioinformática, estrutura fundamental para suporte aos estudos de seleção de genes, foi implantado e validado, e já permitiu a seleção de quatro genes.

Tais genes estão sendo investigados quanto à sua capacidade de introduzir resistência a estresse térmico, já estando incorporados em bactérias para observação.

Dependendo dos resultados dos testes, estes genes poderão ser introduzidos futuramente em espécies de interesse.

Em 2014, foram importadas variedades de milho mais adequadas à transformação genética que foram cultivadas para geração de material para teste de inserção de genes. Esse material foi trabalhado por meio de uma estratégia de análise in silico de coexpressão gênica, utilizando-se genes drivers funcionalmente caracterizados como responsáveis a estresses, por meio do software Genevestigator (Nebion AG).

A análise de coexpressão indica que esses genes participam de respostas adaptativas a estresses abióticos, como seca e calor.

A estratégia permitiu a identificação de 15 genes de função desconhecida, oriundos de plantas superiores, que serão introduzidos no "pipeline" de transformação de plantas a partir de 2015.

A estratégia de implantação da UMIP está evoluindo muito bem, com os primeiros resultados obtidos, e a Embrapa e Unicamp vêm buscando alternativas para estabelecer uma infraestrutura própria exclusiva para a Unidade, o que depende da captação de recursos junto a fontes de financiamento públicas.

As negociações para este fim estão em andamento e inclui o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp e outras agências.

Também vale ressaltar que experimentos inéditos em campo (conduzidos em Londrina-PR) com variedades transgênicas de soja resistentes à seca (com os genes dreb e areb, obtidos através de cooperação com instituições do Japão) foram estabelecidos na safra 2013/2014 com desempenho promissor comparado com variedades não resistentes à seca,

especialmente considerando a situação de estresse hídrico a que as regiões Sudeste e Sul do País foram submetidas exatamente durante o período de desenvolvimento da cultura e geralmente de grandes precipitações (por exemplo, no período de 49 dias entre janeiro-fevereiro de 2014 quando a média histórica é de 300 mm de chuva somente ocorreu uma precipitação de 44 mm).

Outro importante resultado foi o estabelecimento de experimentos em campo de variedade transgênica de cana-de-açúcar resistente à seca (também em cooperação com o Japão) e implementados em parceria com o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), em Piracicaba/SP.

São resultados promissores com tecnologia avançada e que serão vitais para manter a produtividade e competividade de duas das principais culturas do Brasil, soja e cana-de-açúcar, especialmente em função de situações de estresses hídricos, as quais tudo indica devem se acirrar de acordo com cenários de mudanças climáticas, e que já estão sendo observadas como foi o caso em 2014.

Estabelecer dois cenários de referência nacionais para recuperação de pastagens degradadas e integração lavoura-pecuária-floresta.

Desde 2012, a Embrapa tem dado continuidade aos esforços de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia para o enfrentamento de importantes problemas da pecuária brasileira, incluindo a degradação das pastagens e também dos solos; o manejo animal inadequado; a baixa reposição de nutrientes no solo; os impedimentos físicos dos solos; e os baixos investimentos tecnológicos.

Tais restrições trazem consequências negativas para a sustentabilidade da pecuária, tais como: baixa oferta de forragens, baixos índices zootécnicos e baixa produtividade de carne e leite por hectare, além de reduzido retorno econômico e ineficiência do sistema.

A recuperação de pastagens degradadas e os sistemas de produção integrados, com destaque para a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), emergiram como principais soluções tecnológicas para esses problemas.

Trata-se de uma estratégia de produção sustentável que integra atividades agrícolas, pecuárias e florestais, realizadas na mesma área, em cultivo consorciado, em sucessão ou rotação, e busca efeitos sinérgicos entre os componentes do agroecossistema, contemplando a adequação ambiental, a valorização do homem e a viabilidade econômica da atividade agropecuária.

Traz os benefícios de intensificação do uso da terra, com aumento sustentável da produtividade, qualidade do produto, qualidade ambiental e competitividade da pecuária nacional.

Com o elevado potencial de contribuição econômica, social e ambiental dessa solução tecnológica, estabelecer cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta torna-se estratégico para a agropecuária brasileira.

Nesse sentido, a Embrapa organizou e aprovou, em maio de 2013, um portfólio de projetos dedicado ao tema, com foco na identificação de fatores e processos limitantes relacionados à pesquisa em sistemas de ILPF; na prospecção de alternativas de alocação dos componentes agrícola, animal e florestal, em contextos regionais; na adaptação e ou desenvolvimento de indicadores para a avaliação da sustentabilidade de sistemas de ILPF; na geração de informações econômicas para maior entendimento do sistema, incluindo comparação com sistemas tradicionais; na ampliação e intensificação da transferência de conhecimentos e de tecnologias validadas; e na capacitação associada à rede de técnicos multiplicadores de ILPF em diferentes regiões.

A partir dos resultados já alcançados nessa carteira de projetos, foi possível estabelecer duas unidades de referência tecnológica: uma na Fazenda Santa Brígida, em Ipameri/GO e a outra na Fazenda São Mateus, em Selvíria/MS - para validação, demonstração e transferência de sistemas de Recuperação de Pastagens Degradadas e ILPF apropriados a cada localidade. Essa é uma etapa fundamental para viabilizar a solução em ambiente de produção.

A análise dessas experiências fornecerá os elementos necessários para a construção dos dois cenários propostos para a região central, que concentra a maior área de pastagens cultivadas e de produção de carne no País.

Contudo é importante informar que mais de uma centena de unidades de referência estão estabelecidas em todas as regiões e biomas do Brasil.

Destaca-se, ainda, a atuação da nova Unidade de Pesquisa da Embrapa, a Embrapa Agrossilvipastoril, em Sinop/MT (inaugurada em junho-2012), com grande parte da sua agenda de P&D e TT voltada ao estabelecimento de sistemas de produção integrados, com ênfase no ILPF.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES JULGADAS RELEVANTES

Projetos Especiais Estruturantes

Novos Projetos Especiais (PEs) foram construídos em 2014: “Sistema Integrado de Processos (ERP)”; “A Embrapa como provedora de genética de soja no mercado (GenSoja)”; “Plano Estratégico de Atuação da Embrapa na Região do Matopiba”; “Gestão de Dados, Informação e Conhecimento” e “Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC)”.

O ERP é um sistema integrado de gestão, que usará toda uma base informatizada, e, no caso, alinhará os processos de gestão orçamentária e financeira, as questões fiscais e as relacionadas à prestação de conta, em um grande sistema com relevante impacto na gestão da Embrapa.

O GenSoja tem como objetivo definir estratégias e meios para

reposicionar rapidamente a Empresa nos mercados muito competitivos, além de identificar mecanismos para fortalecer a presença e melhorar a divulgação das grandes contribuições da Empresa para os mercados menos visíveis.

A atuação na Região do Matopiba, por sua vez, busca estratégias globais para orientar e dar suporte à expansão da agricultura nos próximos anos, já que a região é considerada como um espaço estratégico para a expansão.

O projeto Gestão de Dados, Informação e Conhecimento objetiva fazer uma gestão mais integrada de dados, informação e conhecimento.

Inauguração do Novo Banco Genético da Embrapa

Um novo prédio de dois mil metros quadrados, inaugurado em abril de 2014, triplicou a capacidade de armazenamento de amostras de sementes abrigadas pelo maior banco genético da América Latina. Pela primeira vez no Brasil, as pesquisas de conservação e uso sustentável de recursos genéticos de plantas, animais e microrganismos estarão reunidas em um só lugar. Atualmente, essa unidade de pesquisa da Embrapa já conta com mais de 124 mil amostras de sementes de 765 espécies. A capacidade do novo Banco Genético da Embrapa coloca o Brasil entre os três maiores repositórios mundiais do gênero.

Lançamentos de Cultivares

As cultivares de diversas espécies lançadas pela Embrapa tem contribuído de forma direta com o setor produtivo no sentido de oferecer materiais com características que dão aos produtores maior sustentabilidade econômica e ambiental. A seguir são listadas as principais cultivares lançadas em 2014:

- Cultivares de cereais de inverno: Cultivar de trigo BRS Sabiá; Cultivar de triticale BRS Harmonia;
- Cultivares de Soja: BRS 8280RR; BRS 8180RR; BRS 7980; BRS 359RR; BRS Sambaíba RR; e BRS GO 6959RR;
- Cultivares de Fruteiras: Cultivares de cupuaçu BRS 297, BRS 298, BRS 299, BRS 311 e BRS 312; e Cultivar de pêssego BRS Mandinho;
- Cultivares de Hortaliças: Cultivar de abóbora BRS Estrela;
- Cultivares de Forrageiras: Três novas cultivares de leguminosas forrageiras (BRS URS Entrevero de Trevo-branco, BRS URS Posteiro de Cornichão e BRS Piquete de Trevo-vesiculoso); e Cultivar de capim Pannicum BRS Zuri;
- Cultivares de Uvas de Mesa: BRS Vitória, BRS Isis e BRS Núbia.; e
- Cultivares de Algodão Resistente a Herbicida: Quatro cultivares de algodão transgênico (BRS 371RF, BRS 370RF, BRS 369RF e BRS 368RF).

Avanços em Genômica e Melhoramento Genético

Café: com o primeiro sequenciamento completo do genoma do café no mundo, em cooperação com outros países, o Brasil garante parte importante do conhecimento necessário para manter sua posição de maior produtor mundial desta commodity, da qual detém 36% do mercado mundial.

Eucalipto: participação da Embrapa na rede internacional EUCAGEN (*Eucalyptus Genome Network*) que realizou o sequenciamento completo do genoma do eucalipto, uma espécie de grande importância para a economia brasileira, base da indústria florestal de celulose, de papel, de produtos de madeira e da indústria de aço, que utiliza o carvão vegetal como insumo nos fornos.

Descoberta de Microorganismos Promotores do Crescimento

Descrição de sete novas espécies de bactérias benéficas à agricultura brasileira, "promotoras do crescimento" das plantas.

Mapa Digital de Carbono Orgânico dos Solos Brasileiros

Um mapa digital de carbono orgânico dos solos brasileiros, que une modelagem matemática e conhecimentos levantados em campo foi lançado. O produto irá ajudar em diversos programas de conservação de recursos naturais. Um dos beneficiários imediatos será o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que poderá utilizá-lo para direcionar práticas de redução de emissão de gases de efeito estufa.

Banco Genético recebe Coleção Internacional de Batata

A primeira coleção internacional de recursos genéticos vegetais foi depositada no Banco Genético da Embrapa Brasília/DF. Trata-se de uma cópia de segurança da coleção de batata do CIP (International Potato Center), do Peru, que conta com quatro mil amostras de variedades silvestres e cultivadas, e é a mais valiosa do mundo no que se refere à diversidade genética, já que o país é o berço genético dessa cultura, originária da Cordilheira dos Andes (situada entre Peru e Bolívia).

Lançamento da Fêmea Suína MO25c

A fêmea suína Embrapa MO25C, lançada em 2014, foi concebida para ser versátil, com boa produção de leitões e capaz de transmitir também melhor qualidade de carne aos suínos de abate.

Máquinas e Equipamentos

Novo desperfilhador de bananeiras: aumento da produtividade da bananicultura graças a um novo equipamento que permite o manejo dos brotos de bananeira com eficiência superior (mais de 30 vezes) às práticas difundidas.

Equipamento para avaliação de condição corporal do rebanho: desenvolvimento de um dispositivo formado por duas réguas de 20 centímetros cada uma, com 4,4 centímetros de largura e articuladas de maneira a formar a angulação de 0° a 180°, para monitoramento do rebanho de forma rápida e precisa pelo próprio produtor.

Bagaço de Uva para Alimentos Funcionais

Pesquisa desenvolvida na Embrapa gerou um insumo proveniente do bagaço da uva com alto teor de compostos funcionais que poderá ser utilizado em forma aquosa ou em pó pelas indústrias alimentícia, farmacêutica e cosmética. Esse aproveitamento, além de agregar valor, reduz o passivo ambiental e colabora para a sustentabilidade das cadeias produtivas do agronegócio da uva.

Softwares e Ferramentas da Web

Cenários agrícolas futuros para forrageiras baseados em mudanças climáticas globais: ferramenta de consulta e de apoio à tomada de decisões, baseada na construção de cenários de cultivo para os seguintes capins tropicais cultivados no Brasil: Brachiaria brizantha cv. Marandu (capim-braquiarão, capim-brizantão, capim-marandu), Panicum maximum cv. Tanzânia (capim-tanzânia), Cenchrus ciliris (capim-buffel), Opuntia sp. (palma forrageira) e Lolium multiflorum (azevém anual). Disponível em: http://tecnologias.cppse.embrapa.br/scafforragem/.

GD Arroz: serviço web cuja finalidade é auxiliar o produtor de arroz irrigado do Rio Grande do Sul a estimar a data de ocorrência da diferenciação da panícula (DP) para realizar a adubação nitrogenada em cobertura (ANC), que influencia a produtividade da cultura. Disponível em: http://www.cpact.embrapa.br/agromet/.

Software para análise de risco de desenvolvimento de resistência parasitária a anti-helmínticos em ovinos Sara: trata-se de um software de apoio à identificação dos fatores de risco de manejo nas propriedades quanto a nematoides gastrintestinais (vermes) em ovinos. É uma ferramenta gratuita, on-line e de fácil utilização, que auxilia na tomada de decisões. Disponível em: http://tecnologias.cppse.embrapa.br/sara/.

Produtos de Inteligência Territorial

A Embrapa tem modernas instalações físicas e laboratoriais e recursos humanos qualificados para processamento, análises e estudos baseados em imagens de satélites, bem como para levantamentos específicos e georreferenciados das bases de recursos naturais e de sistemas de produção, que são diferenciais importantes para a gestão territorial das atividades agrossilvipastoris em todo o Brasil. Alguns exemplos de resultados relevantes, gerados em 2014, foram:

Bases de dados de solos: criação da maior base de dados de solos do País, reunindo em uma única plataforma todo o resultado de pesquisa sobre o tema que a Empresa produziu nos últimos 40 anos. Disponível em: http://www.sisolos.cnptia.embrapa.br/

Recomposição de áreas de cana-de-açúcar em São Paulo: o trabalho de pesquisa "Impacto da mecanização da colheita da cana-de-açúcar nas áreas declivosas do Estado de São Paulo", realizado pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa (Gite) em parceria com o Departamento do Agronegócio (Deagro) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), cruzou imagens de satélites do relevo paulista e mapas digitais de suas culturas, indicando onde estão as lavouras de cana que ocupam esses declives acentuados.

Além disso, o grupo relacionou esses dados ao tamanho da área agrícola de cada Município, apontando aqueles que sofrerão maior impacto com as mudanças na colheita da cana.

Projeto TerraClass: o projeto TerraClass, cujo objetivo é qualificar o desflorestamento da Amazônia legal, tendo por base as áreas desflorestadas mapeadas e publicadas pelo Projeto Prodes (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite) e imagens de satélite, apresenta os resultados do mapeamento do uso e cobertura da terra na Amazônia Legal para todas as áreas desflorestadas mapeadas pelo Prodes até o ano de 2010.

Ações de Transferência de Tecnologias:

Lançado o Sistema de Gestão das Soluções Tecnológicas (Gestec) que permite aos produtores rurais o acesso a informações sobre 845 produtos, processos e serviços.

Gestão da carteira de projetos de Transferência de Tecnologia e Comunicação: em 2014, foram executados 143 projetos no Macroprograma 4 (MP4), carteira de projetos de transferência de tecnologia e de comunicação do SEG.

Atendimento às demandas de programas do Governo Federal e de parceiros estratégicos: suporte ao Programa Brasil Sem Miséria (BSM), Plano ABC, Fundo Amazônia/BNDES, Planapo (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), parceria com o *Global Environment Facility* (GEF) com foco em Produtos da Sociobiodiversidade, Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu.

Programa Nacional de Inovação e Sustentabilidade da Agricultura Familiar: com o objetivo de fortalecer o processo de inovação na agricultura familiar, integrando Ater, pesquisa, ensino e agricultura familiar, em 2014, a Embrapa e o Ministério do Desenvolvimento Agrário capitanearam a realização de nove Oficinas de Concertação (AM, RS, SC, PR, TO, MT, MS, MG e RJ), 13 Oficinas Temáticas (4 Agroecologia, 4 Leite, 2 Sustentabilidade, 1 Babaçu, 1 Caprino, 1 de Integração Pesquisa e Extensão); e 30 Cursos de Capacitação de 20 e 40 horas para atendimento das chamadas públicas em Leite, Agroecologia e Sustentabilidade.

Capacitação de agentes multiplicadores nacionais e internacionais: como forma de atender às demandas nacionais, mais especificamente aquelas preparatórias para a atuação da Embrapa no âmbito da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), foram articuladas iniciativas promotoras da capacitação de agentes de Ater.

Celebração de Acordo de Cooperação Técnica: (não financeira) entre BNDES, Mapa, Embrapa, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Federação de Bancos Brasileiros (Febraban), Instituto Brasileiro de Ciência Bancária (IBCB), e Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

FAO e Embrapa mais próximas: a Embrapa e a Organização das

Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) ampliaram a cooperação técnico-científica e assistência técnica com os países do Terceiro Mundo, em especial da África.

Programa Brasil Sem Miséria: a Embrapa executa no âmbito da carteira do MP4 o total de 17 projetos de apoio ao Programa Brasil sem Miséria (BSM), sendo 12 projetos voltados para atender 14 territórios, 5 projetos transversais voltados para as temáticas: água, galinha caipira, mandioca, capacitação e divulgação tecnológica e gestão do projeto.

Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF): 311 eventos foram realizados pela Embrapa e 156 pelos parceiros, com a participação da Embrapa.

Resultados em Gestão do Conhecimento – Propriedade Intelectual

A Embrapa tem se destacado como a instituição pública com a maior série histórica de solicitação e registros de patentes do Brasil. Também é a instituição com maior número de pedidos de registros e proteção de cultivares, aproximando a 1.500.

Produtos de Informação

Geração e disseminação de informação tecnológica

Distribuição e comercialização de publicações impressas e eletrônicas: foram comercializados pela Livraria Embrapa 118.818 exemplares (em vendas online, consignadas e diretas - em eventos).

Produção de publicações impressas e digitais: foram publicados 12 novos títulos do volume 49 da revista Pesquisa Agropecuária Brasileira (PAB); 3 novos títulos do volume 31 do periódico quadrimestral Cadernos de Ciência e Tecnologia (CC&T) e; 4 novos títulos do ano XXXIII a Revista de Política Agropecuária, editada pela Embrapa em parceria com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Num cômputo geral, a Embrapa lançou um total de 19 títulos impressos de periódicos, cuja versão em PDF é também disponibilizada na Web. Quanto à produção de publicações não periódicas (livros, cartilhas, manuais, etc.) impressas, foram lançados 26 novos títulos. Publicou-se 12 novos livros digitais (e-books, em formato de e-PUB).

Publicação e disponibilização de informação em mídia eletrônica: foram produzidos e veiculados 43 novos programas Dia de Campo na TV (DCTV) em parceria com as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs) em 14 emissoras de TV parceiras. 147 programas radiofônicos Prosa Rural, página online www.embrapa.br/prosarural, foram produzidos com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Sistema Florestal brasileiro (SBF) e da Associação Brasileira Associação de Radiodifusão Comunitária (Abraço).

4.10. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi criado pelo Decreto nº 91.146, em 15 de março de 1985 e tem como competências os seguintes assuntos: política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação; planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia; política de desenvolvimento de informática e automação; política nacional de biossegurança; política espacial; política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

Com vistas à organização e planejamento da área, o MCTI lançou, para o período 2012-2015, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), que demonstra e expressa a decisão de fortalecer a política de ciência, tecnologia e inovação, além de realizar trabalho integrado com outras políticas públicas e articulado com a sociedade.

O ano de 2014 teve resultados importantes, dentre os quais destacamos:

I - O lançamento do Programa Nacional das Plataformas do Conhecimento (PNPC), com o objetivo de realizar encomendas tecnológicas destinadas à solução de problemas técnicos específicos ou à obtenção de produtos ou processos inovadores, de bens ou serviços, que envolvam risco tecnológico. O cerne do Programa é o estabelecimento de parceria entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica, nacionais e internacionais;

II - O apoio à inovação tecnológica por meio da formação de parcerias entre instituições científicas e tecnológicas e empresas vem sendo reforçado em outras linhas, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Em dois anos de execução, foram contratados 66 projetos cooperativos com empresas, envolvendo recursos financeiros da ordem de R$ 260 milhões, igualmente partilhados entre o MCTI e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), além das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) e empresas;

III - O programa Inova Empresa, lançado em 2013 para impulsionar a produtividade e a competitividade da economia brasileira, se consolidou como o maior e mais articulado programa de inovação da história do País. Em 2014, 13 programas setoriais foram lançados, nove deles já contam com resultado final divulgado;

IV - O Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), lançado em 2008, contou com três Chamadas Públicas desde então, realizadas em 2008, 2010 e 2014. Os resultados da Chamada de 2014 estão previstos para o primeiro semestre de 2015 e contam com recursos iniciais da ordem de R$ 641 milhões, compartilhados entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (Capes/MEC), e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs). Trata-se da mais vultosa Chamada Pública já lançada pelo CNPq;

V - O Programa Ciências sem Fronteiras (CsF) busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Até dezembro de 2014 foi superada a meta estabelecida de 101 mil bolsas a serem concedidas em três anos, envolvendo 30 países;

VI - A Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), que tem como alicerces a governança compartilhada proporcionada pelo Comitê Interministerial de Nanotecnologia (CIN), a infraestrutura do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO) e a cooperação internacional. Em 2014, os 26 laboratórios do SisNANO passaram a receber financiamento do MCTI para darem suporte à convergência entre a academia e as empresas, visando ao aumento da competitividade industrial, melhoria da infraestrutura, formação de recursos humanos e suporte ao processo de regulação da nanotecnologia. Nesse ano, a IBN incorporou ações objetivando a regulação da nanotecnologia, tendo sido iniciado o processo de colaboração com a Comissão Europeia no maior projeto mundial voltado para a regulação da nanotecnologia, o projeto NANoREG;

VII - O Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) tem por objetivo desenvolver, testar e implementar um sistema de previsão de ocorrência de desastres naturais em áreas suscetíveis de todo o Brasil. Desde a sua criação, o Cemaden enviou mais de 2.600 alertas de desastres naturais. A partir de 2013, a nova rede de coleta de dados pluviométricos foi facilitada pela assinatura de acordos de cooperação técnica, permitindo a instalação dos pluviômetros automáticos em locais apropriados e protegidos, com monitoramento em tempo real. Entre abril de 2013 e novembro de 2014 foram adquiridos 4.250 e entregues mais de 3.250 pluviômetros automáticos e semiautomáticos, dos quais 3.238 já estão instalados, junto com capacitações que envolveram 769 participantes comunitários de 217 Municípios;

VIII - O Projeto Sirius, a nova fonte brasileira de fonte de Luz Síncrotron de terceira geração, com desempenho equiparado às melhores instalações deste tipo existentes no mundo, é destaque na área de infraestrutura para ciência, tecnologia e inovação e abrirá novos horizontes para as técnicas de caracterização de materiais sintéticos e biológicos. O investimento total é da ordem de R$ 1,3 bilhão e colocará o Brasil na vanguarda mundial em pesquisa de materiais;

IX - A aquisição do novo navio de Pesquisa "Vital de Oliveira" ocorreu embasada em Protocolo de Intenções celebrado entre MCTI, Ministério da Defesa, Marinha do Brasil, Petrobras S.A., Vale S.A. e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, bem como em Acordo de Cooperação dele decorrente, o qual prevê a tempestiva ampliação da infraestrutura para a pesquisa científica marinha, em atendimento à necessidade da comunidade científica nacional. O navio foi lançado ao mar, no estaleiro *Hangtong*, em Xinhui, na China, em setembro de 2014;

X - Em 2014, o MCTI incorporou, por meio do Decreto nº 12.954, de 05 de junho de 2014, quatro novas unidades de pesquisa: i) o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; ii) o Instituto

Nacional de Pesquisa do Pantanal; iii) o Instituto Nacional de Águas; e, iv) o Instituto Nacional da Mata Atlântica;

XI - Na área da Difusão e Popularização da Ciência, realizou-se a XI Semana Nacional de Ciência e Tecnologia com o tema "Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social". O evento envolveu mais de 50 mil atividades distribuídas em 808 Municípios brasileiros, coordenadas por mais de 1000 instituições em todas as unidades da Federação. Ocorreu, ainda, o apoio à realização da Feira de Ciências e, finalmente, o lançamento do quarto edital de Olimpíadas do Conhecimento, co-organizado entre o Ministério da Educação (MEC) e o CNPq/MCTI;

XII - O Empreendimento Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) teve o projeto básico concluído e consiste na implantação de uma infraestrutura fundamental para o desenvolvimento autônomo das atividades nucleares do País, com capacidade para: i) produzir os radioisótopos utilizados na medicina, indústria e agricultura atualmente dependentes de importação; ii) realizar testes de irradiação de combustíveis e materiais para reatores e apoio à operação das usinas de geração núcleo-elétrica; e, iii) realizar pesquisas com feixes de nêutrons em várias áreas do conhecimento; e,

XIII - O projeto conceitual do Repositório de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis Radiação (RBMN) foi concluído e o processo para seleção do local de sua instalação está em andamento. O RBMN irá armazenar, de forma definitiva, os rejeitos radioativos de baixo e médio níveis de radiação gerados pelas usinas nucleares e demais atividades nucleares do País.

PROGRAMA 2021 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Objetivo 0400: Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0400

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-15	Meta Realizada até			% da Meta Total 2012-15 Realizada (acumulado)
			2012	2013	2014	
Ampliar de 3.500 para 10.000 o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq	unidade	10.000	8.557	9.312	10.083	101%
Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015	unidade	42	26	96 (85 +11)*	76*	181%

Fonte: CNPq / (*) Em 2014 os valores foram revisados (convênios com todas as unidades da Federação).

A consecução desse Objetivo está relacionada principalmente às 11 Ações que pontuam com maior objetividade e clareza a aplicação dos recursos financeiros. Algumas dessas, além do CNPq, envolvem outras unidades orçamentárias em sua execução e podem estar compostas por um ou mais Plano Orçamentários.

O estabelecimento, e atuação para o alcance, da meta relacionada à ampliação do apoio a projetos de pesquisa, uma ação tradicional do CNPq/MCTI, tem apresentado resultados satisfatórios no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo de inovação e para criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos, o que vem contribuindo para o desenvolvimento do País, de forma regionalmente equilibrada, e com maior interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Em 2014, só no que diz respeito ao Edital Universal, destinado ao apoio individual à pesquisa, envolvendo todas as áreas de conhecimento, foram aprovados cerca de 4.000 projetos, o que totaliza no quadriênio mais de 16 mil novos projetos fomentados, com impacto em todas as áreas do conhecimento.

Em outra linha de atuação, a ampliação do número e da intensidade das parcerias com entidades estaduais de fomento à pesquisa, tem-se demonstrado uma estratégia, e mecanismo, essencial, e até imprescindível, tanto ao processo de fomentar projetos e processos inovadores, como ao processo de expansão, formação e fixação de recursos humanos qualificados comprometidos com a realidade local.

Essas parcerias vêm se viabilizando a partir do desenvolvimento de diferentes programas: Programas de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores – Programa Primeiros Projetos (PPP), Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem), Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional, dentre outros. Os dados de 2014, mesmo após revisão, ratificam o sucesso dessa estratégia, com percentual de execução muito acima da meta pré-estabelecida.

Ao alcançar a meta de 10 mil projetos de pesquisa apoiados, um ano antes da data limite, mesmo em um ambiente de alguma restrição orçamentária, demonstra-se todo o esforço proativo que o CNPq vem realizando no sentido de maximizar sua capacidade de fomento, racionalizando seus processos internos

de trabalho, melhorando a interação com as outras agências de fomento e incrementando as parcerias, e com isso os recursos voltados à pesquisa, com diversos órgãos governamentais e instituições públicas e privadas tornando-se um agente essencial na execução de políticas públicas.

Dentre os muitos resultados alcançados pela execução das Ações relacionadas a esse Objetivo, pode-se ressaltar no campo dos esforços para a inclusão social, integração regional e difusão de conhecimento, o apoio à implementação de projetos de Tecnologias Social e Assistiva, fortalecimento da juventude rural, sementes e extrativismo, sistemas alternativos de produção agrícola, pós-colheita, implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial.

Na área da saúde, destaca-se, a parceria com o Ministério da Saúde votada ao fomento de pesquisas nas áreas de Leishmanioses, Doenças Respiratórias Crônicas, Doenças Renais, Helmintíases, Doenças Raras, medicina regenerativa, entre outras.

Com o objetivo de apoiar projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação de empresas emergentes e Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica, o CNPq em parceria com MCTI e MEC, lançou diferentes ações no sentido de propiciar pesquisas de forma cooperada nas Start-Up's, Setor Empresarial e Instituições Públicas de Ensino.

Com o intuito de apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas, de âmbito nacional, estadual e municipal, como instrumento voltado para a melhoria dos ensinos fundamental, médio e técnico, bem como de despertar vocações científicas ou tecnológicas e realização de Olimpíadas Cientificas de âmbito Nacional como instrumento de melhoria dos ensinos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas, o CNPq em parceria com o MCTI e MEC lançou duas ações, que juntas totalizaram R$ 7,2 milhões.

Continuando a investir nos programas de sucesso, em 2014 foi lançada nova chamada com o objetivo de promover a consolidação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) que ocupam posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e a formação de novas redes de cooperação científica interinstitucional de caráter nacional e internacional, em parceria com as FAPs.

Somente nesta ação estima-se o aporte de R$ 641,7 milhões divididos entre diferentes agentes públicos, federal e estaduais, de fomento à pesquisa nacional.

Objetivo 0497: Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para Ciência, Tecnologia e Inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0497

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-15	Meta Realizada até			% da Meta Total 2012-15 Realizada (acumulado)
			2012	2013	2014	
Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq	unidade	26.000	15.503	17.417	18.261	67%
Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq	unidade	30.000	27.663	26.942 (*)	26.729	89%
Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq	unidade	35.000	11.566	21.810	36.241	103%
Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq	unidade	49.500	38.613	43.706	44.028	88%

Fonte: COEST/CNPq / (*) A redução observada pontualmente no ano de 2013 em relação ao anterior não se caracteriza como significativa, considerando todo o período (2012-2015), levando-se em conta o percentual de 90% da meta já alcançado.

Para que o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades modernas ocorra de modo amplo, sistemático e integrado, torna-se uma necessidade primordial planejar que o investimento na formação, capacitação e fixação de recursos humanos aconteça de forma contínua, associando o desenvolvimento de C,T&I à produção e incorporação de conhecimento na sociedade.

O alcance do conjunto das metas estabelecidas para esse fim, no âmbito do atual Plano Plurianual, já apresenta resultados bastante significativos, não apenas no que se refere à reposição e ampliação das diferentes categorias de profissionais envolvidos com C,T&I, como também na identificação de lacunas e deficiências relacionadas à P&D, e redirecionamento de focos de atuação, buscando agregar valor ao processo de mudanças qualitativas na dinâmica dos diversos setores da sociedade.

A ampliação no número de bolsas de iniciação à pesquisa, por exemplo, que alcança o patamar de 44 mil bolsas concedidas em 2014, demonstra que mais jovens estão sendo expostos à

experiência da pesquisa, com uma melhor e mais consistente formação, e que está sendo ampliado e aperfeiçoado tanto o processo de identificação de vocações científico-tecnológicas como a formação de profissionais mais capacitados a acompanhar e se adaptar às rápidas e crescentes mudanças de mercado do mundo globalizado.

Por sua vez, o aumento do número de bolsas de produtividade em pesquisa tradicionalmente concedidas – 18.261 em 2014 - tem contribuído para o estímulo da atuação tanto de pesquisadores das áreas de pesquisa básica e aplicada, atuantes no âmbito de instituições de caráter preponderantemente acadêmico-científico, como de pesquisadores dedicados às questões tecnológicas e de inovação, atuando preferencialmente em institutos de pesquisa e em empresas.

Os desafios científicos e tecnológicos no Brasil são grandes e crescentes, e precisamos enfrentá-los a partir de uma base de cientistas bem formados e, ainda, incentivados. Com esse compromisso, o CNPq vem disponibilizando sua força laboral e intelectual, não se contentando com menos do que a constante busca da excelência acadêmico-científica nacional. As bolsas de pós-graduação, em maior número, têm fortalecido a base de pesquisadores comprometidos com a nova dinâmica de desenvolvimento e consequente superação das barreiras relacionadas ao desenvolvimento do Brasil.

O número de bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas em 2014 por meio do Programa Ciência Sem Fronteiras, somente pelo CNPq, ultrapassou as 35 mil bolsas planejadas para o ano (saindo de um patamar histórico de concessão de cerca de 700 bolsas-ano).

Já são evidentes as mudanças na dinâmica do setor acadêmico e empresarial brasileiro, especialmente no âmbito da Graduação. Desta forma, espera-se, ao começar um novo ciclo do programa, resultados ainda melhores, uma vez que a Instituição se preocupou em aprender com seus erros e acertos, e hoje pode enfrentar desafios em um novo patamar, muito maior.

Objetivo 0500: Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0500

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-15	Meta Realizada até			% da Meta Total 2012-15 Realizada (acumulado)
			2012	2013	2014	
Apoiar 15 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológica(*)	Projetos de tecnologia social, assistiva e extensão tecnológica	15	1	86	99	660%
Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional	Projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar	20	0	25	26	125%
Apoiar a modernização ou implantação de 120 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015	Centros Vocacionais Tecnológicos	120	75	114	124	103%
Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva	Núcleos interdisciplinares	40	29	67	67	167,50%

Fonte: SECIS/MCTI / (*) A meta prevista e a descrição da meta apontavam números discrepantes, que foram corrigidos tanto neste documento como no Siop. Conforme processo de revisão das Metas ocorrido em 2013, a quantidade de projetos foi reduzida de 150 para 15 em razão de questões de ordem técnico-financeiro, que não se confirmaram, que supostamente afetariam a capacidade de cumprimento anteriormente estabelecida.

Em 2014 as iniciativas que compõem o objetivo 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social, foram fortalecidas, fruto de várias parcerias e cooperações que culminaram no apoio a projetos extremamente relevantes.

No âmbito dos Centros Vocacionais Tecnológicos, foram apoiados 10 projetos nos mais diversos temas: agroecologia, economia criativa, agroextrativismo, tecnologias em bambu e combustíveis alternativos, que fomentarão diversas cadeias produtivas, com ações de ensino não-formal, pesquisa e extensão.

Entre as ações realizadas na área de Tecnologia Assistiva em 2014 destacam-se: o repasse do restante dos recursos destinados à chamada MCTI-SECIS/CNPq nº 84/2013 – Tecnologia Assistiva e o acompanhamento das demandas dos núcleos de tecnologia assistiva apoiados; Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva/Finep, com a finalidade de apoiar projetos para o desenvolvimento de produtos, metodologias, estratégias, práticas e serviços inovadores que aumentem a autonomia, o bem estar e a qualidade de vida de pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida e idosos.

Além destas ações, no ano de 2014 foram apoiados treze novos projetos por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Tecnologia Assistiva no Brasil (PGPTA), que culminou no Edital Tecnologia Assistiva no Brasil e Estudos sobre Deficiência (PGPTA) N° 59/ 2014.

Objetivo 0501: Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0501

Descrição da Meta 2012-15	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-15	Meta Realizada até			% da Meta Total 2012-15 Realizada (acumulado)
			2012	2013	2014	
Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia	Projetos de inovação tecnológica	12	2	6	10	83%

Fonte: SECIS/MCTI e SIGMCT

Em 2014, os projetos apoiados pelo Programa TCS – Tecnologias para Cidades Sustentáveis dão continuidade ao cumprimento das metas estratégicas estabelecidas quando da criação do Programa, quais sejam: Apoiar projetos inovadores de pesquisa aplicada e demonstração de conceito nas áreas de construções sustentáveis, saneamento ambiental, sistemas sustentáveis de energia e mobilidade.

Em complementação às ações do Programa que vêm resultando na estruturação de uma Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Bambu, foram apoiados os Núcleos de Pesquisa do Estado do Acre, onde se encontra uma das maiores reservas naturais mundiais desse recurso, e de Itapeva, interior de São Paulo, focado na introdução de atividades comerciais com base no bambu em assentamentos da reforma agrária. Os projetos têm relação direta com outras iniciativas do Programa que incluem um acordo de cooperação firmado com a China e outro em negociação com a Colômbia, ambos na área de tecnologia para plantio, manejo e transformação do bambu.

Ainda na área de materiais para construção sustentável, foi apoiado projeto junto à Universidade Federal de Rio Grande para a pesquisa de biopolímeros a partir de microalgas com aplicação também na segurança alimentar e, na área de mobilidade, foi apoiado projeto junto à Universidade Federal de Santa Catarina para desenvolvimento de ônibus elétrico alimentado por energia solar fotovoltaica para transporte urbano na Ilha de Florianópolis.

PROGRAMA 2050 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Objetivo 0536: Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0536

Descrição da Meta 2012-15	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-15	Meta Realizada até			% da Meta Total 2012-15 Realizada (acumulado)	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo	%	100			65	65	CGMC/SEPED

O Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre (BESM, anteriormente denominado Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global) tem como objetivo projetar as mudanças climáticas em escalas global (em toda a superfície terrestre) e regional (em um continente ou país – por exemplo, América do Sul e Brasil) decorrentes de ações antrópicas (provocadas pelas ações do homem) e naturais.

O projeto do BESM é organizado em torno de um grupo multi-institucional e interdisciplinar de modelagem do sistema climático global (todas as variáveis que determinam o clima do planeta) coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe), com participação de universidades e centros de pesquisa nacionais, redes estaduais de pesquisa e colaboração internacional.

Esse grupo conta com os recursos de supercomputação (supercomputador Tupã, para processamento dos dados) de última geração da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima) e Programa FAPESP de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG), e é responsável por disponibilizar e facilitar o uso de modelos climáticos e seus componentes para a comunidade científica nacional, principalmente para as demais sub-redes da Rede Clima.

O BESM constitui-se, assim, em um projeto transversal, ou seja, que interage com as demais sub-redes temáticas da Rede Clima e do PFPMCG, que utilizam seus cenários e projeções para aplica-los em suas áreas de pesquisa.

As pesquisas dos últimos anos têm permitido uma evolução significativa na parte de Superfície, que engloba a área de agricultura e, principalmente, a parte de fogo (queimadas), que é uma área inovadora no mundo. Também foi melhorada a representação dos ecossistemas da América do Sul como, por exemplo, o cerrado e a caatinga.

O modelo já é capaz de considerar mapeamentos de usos da terra, e com isso é possível fazer simulações do clima futuro considerando cenários futuros de usos da terra. Atualmente está sendo implantada a componente de hidrologia continental no BESM, o que permitirá a assimilação das descargas fluviais pela componente Oceano do modelo.

O desenvolvimento do BESM também permitiu a compleição de cenários de mudança climática com a versão BESM2.3, com sete cenários de 100 anos cada, até 2100, e 50 cenários de 30 anos cada, até 2035.

Foi também gerada uma nova versão do Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre, utilizando a última versão do modelo atmosférico global do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) acoplado ao modelo global oceânico MOM4p1 (BESM2.4) e desenvolvida uma versão do acoplador de fluxos FMS para utilização de centenas a milhares de processadores do supercomputador CRAY EX6, com ganhos de desempenho da ordem de 50%.

A maior interação com outras sub-redes da Rede Clima em 2014 continua contribuindo com grandes avanços no desenvolvimento do BESM. Em contribuição sinérgica com as pesquisas da Rede Clima, o BESM provê novas simulações e contribui com novos resultados de projeções de mudanças climáticas.

Com relação à implantação da infraestrutura para atender as demandas das mudanças climáticas, após a finalização da infraestrutura predial ocorrida em 2013 no Inpe de São José dos Campos/SP, o primeiro semestre de 2014 foi dedicado à instalação da rede de informática e telefonia nas salas de trabalho e secretarias.

Com estas instalações foi possível ainda neste semestre a ocupação de cerca de 70% do prédio, ficando ainda por finalizar os laboratórios, para os quais são necessárias adaptações que estão sendo encaminhadas e devem ser finalizadas até 2015.

Ressalta-se que a ocupação do prédio pela maioria dos integrantes do Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST) está proporcionando uma melhor integração entre os diversos grupos, bem como o gerenciamento do centro como um todo.

O BESM é composto por quatro grandes componentes, que têm interferência significativa nas alterações climáticas: Atmosfera (massas de ar quente e frio, nuvens, regime de chuvas etc.), Oceano (fenômenos como o El Niño e La Niña), Superfície (parte terrestre, uso da terra, vegetação, hidrologia) e Química (composição) da atmosfera e aerossóis.

Esses componentes constituem as variáveis essenciais para a produção de cenários de mudanças climáticas futuras, com ênfase no Brasil e na América do Sul.

O estágio atual de desenvolvimento do modelo BESM contempla o acoplamento dos modelos componentes Atmosfera, Oceano e Superfície, este último ainda em fase de acoplamento à componente Atmosfera. Estima-se que 65% do modelo já tenham sido desenvolvidos.

Objetivo 0540: Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede Clima)

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0540

Descrição da Meta 2012-15	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-15	Meta Realizada até			% da Meta Total 2012-15 Realizada (acumulado)
			2012	2013	2014	
Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas	%	100			50	50
Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas	%	100			100 (*)	100

Fonte: CGMC/Seped / Nota: (*) Meta alcançada: 100% para Rede CLIMA 1 e 10% para Rede CLIMA 2 (iniciada em dezembro de 2013).

A Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima) tem como objetivo principal gerar e disseminar conhecimentos para que o Brasil possa responder aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais.

Foi reconhecida pela Lei nº 12.187/2009 como um dos instrumentos institucionais para a atuação da Política Nacional de Mudança do Clima.

A Rede congrega aproximadamente 350 pesquisadores de 80 instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões brasileiras e é dividida em 15 sub-redes de pesquisa.

A Rede Clima possuía, até dezembro de 2014, 95 bolsas de pesquisa vigentes e 594 bolsas de pesquisa encerradas.

Em 2014, os principais resultados da Rede Clima foram:

- Início das atividades de 2 sub-redes (mudanças dos usos da Terra e Divulgação Científica);
- Contribuição à elaboração e conclusão do relatório da Terceira Comunicação Nacional; e
- Conclusão de nova versão do sítio da Rede Clima, disponível em http://redeclima.ccst.inpe.br.

Dentre as ações de disseminação de conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, destacam-se:

- Realização da conferência internacional *Adaptation Futures*, em maio de 2014, em Fortaleza, quando as pesquisas da Rede Clima foram apresentadas para a comunidade científica do Brasil e de diversos países do exterior;
- Realização do *workshop* com os coordenadores das sub-redes e representantes do MCTI, para discussão sobre a contribuição da Rede Clima para a Terceira Comunicação Nacional à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas;
- Lançamento e início das atividades da sub-rede Divulgação Científica e Mudanças Climáticas, cujo marco foi a representação da Rede Clima na 66ª Reunião da SBPC (22 a 26 de julho de 2014, Rio Branco/AC);
- Reunião do projeto integrativo Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas.

Objetivo 0734: Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0734

Descrição da Meta 2012-15	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-15	Meta Realizada até			% da Meta Total 2012-15 Realizada (acumulado)
			2012	2013	2014	
Desenvolver e implementar sistema de observação das manifestações do clima nos sistemas naturais e nas atividades econômicas brasileiras	UN	100	-	-	40	40

Fonte: CGMC/Seped

Em 2014, a continuidade do sistema de observações meteoceanográficas no Atlântico tropical foi apoiada. Visando ao desenvolvimento de atividades voltadas para a definição do marco conceitual do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas e para a "tropicalização" de critérios e indicadores de impactos, o MCTI em parceria com a Embaixada Britânica e com o apoio do Projeto Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia realizaram em Brasília/DF o *Workshop Internacional Challenges for the Monitoring and Observation of the Impacts of Climate Change*.

O evento reuniu estudiosos europeus e brasileiros e promoveu a troca de conhecimento e experiências que vieram a auxiliar na definição das fronteiras e características do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. Como resultado, foi definido que o sistema deve fornecer dados de fácil acesso e informação simples. A definição de indicadores e das fontes de dados deve resultar de processos colaborativos e da transferência de dados/conhecimento entre setores e agências.

Para garantir transparência e robustez ao conjunto de dados, o inventário e o controle de qualidade são pontos iniciais importantes que permitirão o cálculo de indicadores e o apoio à elaboração de políticas públicas, inclusive do Plano Nacional de Adaptação.

Objetivo 0990: Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0990

Descrição da Meta 2012-15	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-15	Meta Realizada até			% da Meta Total 2012-15 Realizada (acumulado)
			2012	2013	2014	
Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões	UN	10,00	10,00	10,00	10,00	100,00
Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias	%	75,00	66,00	83,00	83,00	100,00
Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação	%	20,00	19,50	19,50	20,40	100,00

Fonte: Inpe

Em 2014, continuam o desenvolvimento e os refinamentos no sistema de assimilação de dados do modelo numérico em escala global. O sistema se encontra em avaliação de desempenho.

A assimilação de dados visa obter o cenário atual (análise) mais realista possível, permitindo assim que o modelo atmosférico realize a previsão do cenário futuro (previsão) com o menor erro. Permanece o aprimoramento dos sistemas de monitoramento da recepção e armazenamento de dados meteorológicos, com a elaboração periódica de boletins de acompanhamento e a utilização do sistema MARS (*Meteorological Archival and Retrieval System*) do ECMWF (*European Centre for Medium-Range Weather Forecasts*).

As atividades de destaque do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/Inpe) no primeiro semestre de 2014 foram o serviço e a página na web com previsões de tempo para a Copa do Mundo FIFA 2014. Esta página representou uma iniciativa inovadora por parte do CPTEC, num trabalho conjunto com o Cemaden e outros órgãos. Para executá-la foi montado um esquema especial de trabalho com os meteorologistas.

Além da página para a Copa, o CPTEC também teve a responsabilidade de fornecer informações diferenciadas para o Comitê Organizador Local da FIFA.

Duas vezes ao dia foram enviadas previsões para todas as cidades-sede da Copa e foram disponibilizados meteorologistas de plantão para atendimentos e contatos especiais.

Um serviço especial de monitoramento também foi estabelecido em parceria com o Cemaden, no qual avisos meteorológicos especiais foram disponibilizados várias vezes ao dia, durante os dias dos jogos.

4.11. MINISTÉRIO DA CULTURA

O Ministério da Cultura (MinC) é um órgão da administração pública federal direta que tem como áreas de competência a política nacional de cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural. Foi criado por Decreto presidencial, em 1985, a partir do desmembramento do Ministério da Educação e Cultura. A partir de então, começaram a ser desenvolvidas ações específicas no reconhecimento da importância da cultura para a construção da identidade nacional.

O Minc desenvolve políticas de fomento e incentivo nas áreas de letras, artes, folclore e nas diversas formas de expressão da cultura brasileira, bem como preserva o patrimônio histórico, arqueológico e artístico nacional.

As políticas públicas de Cultura são pautadas por ações que atendem aos objetivos previstos no PPA 2012-2015 e às diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC), em consonância com diretrizes orientadas para a inclusão social pela via da produção e fruição dos bens culturais, pela construção de pilares que permitam o desenvolvimento de bases sustentáveis para a economia da cultura, pelos incentivos à inovação, criação e diversidade cultural e pela proteção intransigente de nosso patrimônio cultural. Por meio das metas do PNC, o MinC trabalha a concepção de cultura articulada em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica aborda o aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos que se expressam em práticas culturais diversas, como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas e, também, nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, etc.

A dimensão cidadã considera o aspecto em que a cultura é entendida como um direito básico do cidadão. Assim, é preciso garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros.

A dimensão econômica envolve o aspecto da cultura como vetor econômico. A cultura como um lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira faz parte do novo cenário de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável.

PROGRAMA 2027 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO

O programa finalístico de responsabilidade do MinC no Plano Plurianual - PPA 2012-2015 é o 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso. Após a revisão do PPA ocorrida em 2013, a atual configuração do programa apresenta 6 objetivos e 67 metas. Os atuais objetivos do programa temático retratam os macroprocessos, desenvolvidos pelas unidades da administração direta (secretarias e diretorias) e pelas entidades vinculadas (fundações e autarquias) que compõem o Sistema MinC.

Os macroprocessos que deram origem aos objetivos do programa temático 2027 são: a formulação da política de Cultura; a preservação da memória e do patrimônio cultural; o fomento a projetos artísticos e culturais; a difusão cultural e de conhecimento; a fiscalização, regulação e fomento do setor audiovisual; a implantação, modernização e gestão de espaços culturais.

Por meio desses objetivos, identificados a seguir, as unidades da administração direta do MinC, bem como suas entidades vinculadas, articulam ações voltadas a investimentos específicos em projetos para áreas culturais, com reflexo em diversos segmentos, tais como: patrimônio histórico e cultural (material, imaterial e museológico); humanidades (bibliotecas, livros e literatura); artes cênicas (teatro, dança e circo); artes visuais (artes plásticas e fotografia); música (erudita, instrumental e popular); audiovisual (produção cinematográfica e televisiva); e diversidade cultural (afro-brasileira, indígena, comunidades tradicionais e festas populares), dentre outros.

Os objetivos constantes do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 para o Programa 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso são os seguintes:

Objetivo 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura.

Objetivo 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Objetivo 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Objetivo 0786 - Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior.

Objetivo 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer

Objetivo 0788 - Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2027 – CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0779	No Exercício (1)	10.715.934,51	15.485.051,57
	RPNP (2)	3.067.764,64	5.678.255,93
Total do Objetivo		**13.783.699,15**	**21.163.307,50**
0783	No Exercício (1)	23.485.414,06	95.537.166,23
	RPNP (2)	62.265.818,66	53.266.897,78
Total do Objetivo		**85.751.232,72**	**148.804.064,01**
0785	No Exercício (1)	11.282.616,90	24.243.787,76
	RPNP (2)	214.273.127,99	170.512.666,64
Total do Objetivo		**225.555.744,89**	**194.756.454,40**
0786	No Exercício (1)	112.039.169,97	98.789.880,83
	RPNP (2)	20.880.008,58	57.828.875,86
Total do Objetivo		**132.919.178,55**	**156.618.756,69**
0787	No Exercício (1)	162.634.574,34	48.874.218,32
	RPNP (2)	120.785.125,72	254.787.977,50
Total do Objetivo		**283.419.700,06**	**303.662.195,82**
0788	No Exercício (1)	2.771.629,40	5.984.434,36
	RPNP (2)	841.302,61	3.905.817,25
Total do Objetivo		**3.612.932,01**	**9.890.251,61**
Gastos Tributários ANCINE e MinC		1.508.192.079,36	1.716.481.596,45
Total (No Exercício + RPNP)		**745.042.487,38**	**834.895.030,03**

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
Fonte: Sistena Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) – consulta 14/01/2015.
Fonte Gastos Tributários: Agência Nacional de Cinena (Ancine) e Sistemas de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic/MinC).

Com relação especificamente à evolução da execução orçamentária, observa-se que, de maneira geral, houve uma expansão significativa nos valores totais executados por objetivo, considerando o somatório do orçamento do exercício e os valores inscritos em restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

O elevado patamar das despesas inscritas em restos a pagar decorre de fatores variados, tais como: atrasos e restrições na liberação dos limites orçamentários e financeiros dos órgãos responsáveis (Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP e Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF); políticas públicas praticadas pelo MinC que observaram um calendário de execução superior ao previsto inicialmente; grau de maturação de projetos superior ao exercício fiscal, a exemplo de programas como o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU das Artes), o Cinema Perto de Você, o PAC Cidades Históricas, dentre outros.

O objetivo 0785, referente ao audiovisual, foi o único em que se observa uma queda nos valores totais. Todavia, percebe-se um crescimento significativo da execução de recursos próprios do orçamento do exercício 2014 e um decréscimo dos valores executados em restos a pagar não processados.

Um avanço considerando-se a dificuldade de adequação do calendário das políticas do audiovisual ao exercício fiscal.

Analisando especificamente o ano de 2014, observa-se que os objetivos com maior volume de recursos investidos foram o 0785, do audiovisual, e o 0787, ligado à implantação e gestão de espaços culturais. Como exemplo de importantes resultados no setor audiovisual, podemos destacar a expansão da produção nacional no mercado cinematográfico brasileiro, que alcançou 12,2% do total, além da ampliação da exibição de obras brasileiras na programação das TVs por assinatura, conforme dados da Agência Nacional de Cinena (Ancine) - janeiro/2015.

Com relação aos principais resultados no âmbito do objetivo de implantação e gestão de espaços, destacam-se a constante ampliação do número de visitantes nos espaços da Fundação Nacional de Artes (Funarte), onde foram realizadas diversas atividades artísticas, entre espetáculos de circo, dança, teatro, música, exposições e outras atividades, beneficiando 459.806 pessoas (público total em 2014) e a implantação de mais 36 Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), totalizando 56 espaços que agregam programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócio-assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

É importante destacar que o setor Cultura recebe recursos não apenas orçamentários, mas também provenientes de incentivo fiscal, por meio de mecanismos previstos na Lei nº 8.313, de 23

de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet; na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 - Lei do Audiovisual; e na Medida Provisória nº 2.228-1/2001, com a finalidade de incentivar a participação privada no patrocínio de projetos em diversos segmentos culturais. Estes recursos estão agregados no item Gasto Tributário, constante do quadro de evolução da execução orçamentária, visto que, no caso do Ministério da Cultura, os recursos de incentivo fiscal são os únicos que se enquadram na citada categoria.

Por oportuno, convém salientar que, dado o funcionamento dos mecanismos de incentivo fiscal previstos na legislação mencionada, os valores informados representam, em última instância, expectativa de incentivo fiscal. Ou seja, somente após as declarações anuais de rendimentos efetuadas por patrocinadores de projetos culturais, pessoas físicas e jurídicas, junto à Secretaria da Receita do Brasil, é que tais valores constituirão, de fato, incentivos fiscais. Importante, por fim informar, que os valores constantes do item supramencionado referem-se ao saldo no último dia do ano de valores captados pelos proponentes dos projetos culturais patrocinados e dado que a contabilização desses valores é efetuada em regime de competência, poderá este saldo variar no tempo, pela existência de uma lacuna temporal entre o recebimento dos recursos pelo proponente e a informação ao MinC para efetivo registro em seus sistemas de controle.

No quadro a seguir, apresenta-se o nível de realização das metas quantitativas dos objetivos do Programa 2027 –Cultura: Preservação, Promoção e Acesso:

PROGRAMA 2027 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO
NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Realizar 450 obras e serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos	Obras e serviços	450	110	297	376	83,50%	Iphan
Qualificação de 10,5 mil artistas, técnicos e produtores de arte e cultura	Artistas, técnicos e produtores de arte e cultura	10.500	4.760	8.893	12.298	117,10%	Funarte
Fomentar/realizar 36 seminários ou oficinas para formação e qualificação de agentes públicos e da sociedade civil, com foco no público prioritário do Programa Cultura Viva, visando sua participação qualificada em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural, promovendo intercâmbio, produzindo e difundindo documentos com diretrizes e ações prioritárias	Seminários ou oficinas	36	20	36	55	152,70%	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
Promover o funcionamento contínuo das Redes de Pontos de Cultura em todos os Estados e no Distrito Federal, ampliando o número de pontos fomentados alcançando a marca de 5 mil, em pelo menos 30% dos Municípios	Redes de Pontos de Cultura	5.000	3.665	4.060	4.502	90,00%	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
Realizar 300 oficinas de capacitação no setor museal	Oficinas	300	-	234	285	95,00%	Ibram
Atender 5.000 escolas pelo Programa Mais Cultura nas Escolas, em parceria com o MEC	Escolas	5.000	-	-	5.000	100,00%	Secretaria de Políticas Culturais - SPC
Disponibilização do vale-cultura a 6 milhões de brasileiros	Pessoas	6.000.000	-	774	339.612	5,66%	Sefic
100% dos Estados e Distrito Federal com estrutura técnica de apoio à produção e formação de mão de obra para o audiovisual	%	100	44	44	52	52%	Secretaria do audiovisual - SAV

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
30% de Municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura	%	100	25	38	45	151,27%	Secretaria de Articulação Institucional - SAI
11% de participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil	%	11	10	18	12*	-	Agência Nacional de Cinema - Ancine
Implantar e induzir a gestão de 360 Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU	Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU	360	2	20	56	15,56%	DINC - MinC

Fonte: Siminc/Siop.
*Apuração até o início do segundo semestre/2014.

Em termos gerais, o Ministério da Cultura tem avançado significativamente em direção ao alcance das metas previstas para o quadriênio 2012-2015. Para a presente prestação de contas, foram escolhidas metas de maior destaque em 2014. Assim, metas que já alcançaram resultado total em exercícios anteriores a 2014 não estão exibidas no quadro acima.

Com relação à meta "Realizar 450 obras e serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos", em 2014, a execução de obras garantiu a preservação de importantes monumentos da cultura brasileira, possibilitando à sociedade o livre acesso e o conhecimento de edificações como o Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Alagoas.

Os principais entraves se deram em função da dificuldade de localizar empresas especializadas para realizar os serviços, resultando em licitações desertas. Projetamos que a meta será superada considerando que as obras do PAC-Cidades Históricas estão em fase de contratação de projetos e se realizarão durante o ano de 2015.

A meta "Qualificação de 10,5 mil artistas, técnicos e produtores de arte e cultura" encontra-se dentro do planejado para o PPA 2012-2015, apresentando um total de 12.298 artistas, técnicos e produtores de arte e cultura qualificados, dos quais 4.760 em 2012, 4.133 em 2013 e 3.405 em 2014.

As principais ações realizadas pela Funarte para o atingimento da meta consistem na promoção de diversas oficinas nas áreas de teatro, circo, dança, música popular, bandas de música e regência coral. As oficinas qualificam artistas, criadores e profissionais residentes em capitais e em cidades do interior distribuídos nas cinco regiões do País.

De 2012 a 2014, foram realizados 55 seminários/fóruns e oficinas que também são Conferências Livres de Cultura que desenvolveram propostas e diretrizes de políticas específicas dos segmentos da diversidade cultural. Foram realizados, ainda, encontros com os gestores públicos estaduais e municipais para discussão de propostas para a qualificação da gestão do Programa Cultura Viva (PCV), como também o Fórum de Culturas Indígenas, Oficina sobre a implementação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Encontro de Culturas Populares e Tradicionais, além do fomento à realização de várias Teias Estaduais, entre outros eventos igualmente relevantes. Essas atividades atendem à meta "Fomentar/ Realizar 36 seminários ou oficinas para formação e qualificação de agentes públicos e da sociedade civil, com foco no público prioritário do PCV, visando sua participação qualificada em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural, promovendo intercâmbio, produzindo e difundindo documentos com diretrizes e ações prioritárias".

Desde a implantação do PCV, já foram fomentados 4.502 pontos de cultura nos Estados, Municípios e no DF. No ano de 2012, 3.665 pontos já haviam sido fomentados, em 2013 foram acrescidos 395 pontos e em 2014, a partir das propostas de novas redes que se encontram em fase final de conveniamento, ocorreram 442 ingressos, totalizando assim 4.502 pontos de cultura fomentados até 2014 e que estão distribuídos em 20% dos Municípios.

Essas atividades contribuíram para o atingimento de 90% da meta "Promover o funcionamento contínuo das Redes de Pontos de Cultura em todos os Estados e no Distrito Federal, ampliando o número de pontos fomentados alcançando a marca de 5 mil, em pelo menos 30% dos Municípios".

Com relação à meta de realização de 300 oficinas de capacitação do setor museal, em 2014, somando os eventos do 6º Forum Nacional de Museus, onde foram realizadas seis oficinas e 45 oficinas voltadas a profissionais que atuam diretamente na área ou em áreas relacionadas ao campo museal (como turismo e pedagogia, por exemplo) ou voltadas ao público escolar e também oficinas de artes, literatura, artesanato, dança, desenho, etc., alcançou-se um total de 51 oficinas.

Em 2013, foram selecionadas 5.000 escolas públicas para atendimento com recursos via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE/FNDE), por meio do Programa Mais Cultura nas Escolas (uma parceria MEC-MinC). Em 2014 foi efetuado o primeiro repasse. Dessa forma, estão sendo atendidas 5.000 escolas em prol da realização da sua meta respectiva. Foi

realizado também, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, um mapeamento de boas práticas em educação infantil para promoção da diversidade cultural, por meio do Edital Escola Lugar de brincadeira e diversidade.

Em 2014, foram obtidas importantes conquistas para a consolidação do programa Vale Cultura, entre as quais podemos citar a sistematização para divulgação dos primeiros números de adesão e consumo ao programa; a celebração do Acordo de Cooperação Técnica com Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para consumo de informações da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged); a ampliação da lista de produtos/serviços culturais e da lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) para habilitação das empresas recebedoras no Programa; e a Adesão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ao Programa.

A implementação de um programa com tão grande abrangência não é isenta de dificuldades, tais como: a obtenção da adesão das empresas; a identificação de produtos; a necessidade de infraestrutura de informática e telecomunicações para o bom funcionamento do tráfego e tratamento dos dados, entre outras. Apesar disso, e considerando as restrições à publicidade governamental imposta pela legislação eleitoral, o programa já concedeu o Vale Cultura a cerca de 340 mil trabalhadores, que tiveram oportunidade de desfrutar do consumo de produtos culturais.

A expectativa para os próximos anos, assim como ocorreu com o programa de alimentação do trabalhador, é de crescimento nos números do Vale Cultura. Este resultado deve ensejar uma reprogramação da expectativa no próximo PPA.

Até 2014, foram implantados 14 núcleos de produção digital (NPDs) em 14 Unidades da Federação, o que representa um alcance de 52% da meta. No primeiro semestre de 2014 foram repassados recursos para a criação de três novos núcleos em três novas UFs, os quais encontram-se em fase final de implantação. Para 2015, a expectativa é que além desses três NPD's serão implantados mais dez nas UFs que ainda não foram contempladas, de forma a alcançar a meta prevista no Plano Plurianual 2012-2015.

No que tange à meta "30% de Municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura", em 2014 foi alcançada a adesão voluntária de 2.528 Municípios (45, 38% dos Municípios brasileiros), sendo que destas adesões 34,49% tiveram publicação no Diário Ofícial da União (DOU). Foram incorporados 209 Planos de Trabalho à Plataforma de Automação e 38 já inseriram evidências comprovando a institucionalização do Sistema Municipal de Cultura.

No início do segundo semestre de 2014, o público para filmes brasileiros em salas de exibição atingiu 11.451.987 espectadores, o que representa 14,2% do público total. A série histórica de participação das obras brasileiras em cada ano é de 10,7% em 2012, 18,6% em 2013 e 12,4% até o 1º semestre de 2014.

O que dá uma média de 13,09% de participação no período 2012-2014. É importante destacar que os números ainda são parciais. A Ancine deve fechar o balanço da participação nacional no mercado em 2014 ainda no primeiro trimestre de 2015.

Com relação à meta de implantação dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), em 2014 foram implantadas mais 36 unidades, totalizando 56. Esses espaços sociais levam à população a oportunidade de usufruir, no mesmo espaço físico, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. Para a entrega do espaço, há um trabalho de mobilização paralelo à sua construção realizado junto à comunidade para divulgação dos serviços ofertados e para capacitação de gestores em prol do seu uso efetivo e adequado.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS

Entre as metas propostas pelo MinC para o período 2012-2015 estão a criação e implantação de uma instituição pública para a regulação dos direitos autorais, bem como a modernização da legislação que rege a proteção destes Direitos.

A expectativa é de que essa instituição esteja criada até o início do segundo semestre de 2016, já que a proposta de criação e implantação foi encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) em 2014.

Portanto, espera-se que durante o ano de 2015, ocorram várias negociações com o referido órgão, além de possíveis revisões a serem realizadas no texto da minuta de criação da instituição. Cabe ressaltar que o atingimento desta meta envolve outros órgãos, como o MP, a Casa Civil e o Congresso Nacional.

Com relação à meta "Encaminhar alteração da legislação que rege o direito autoral no País", as consultas e discussões com a sociedade civil organizada resultaram na elaboração da respectiva proposta, encaminhada à Casa Civil, tendo sido devolvida recentemente ao MinC em função da mudança ministerial. A nova gestão pretende analisar o Anteprojeto de Lei e reapresentá-lo à Casa Civil ainda no primeiro semestre de 2015, após o que, espera-se, siga para votação no Congresso Nacional.

Além disso, parte da revisão da legislação autoral foi realizada com a aprovação da Lei 12.853/2013, cujo Decreto de regulamentação foi encaminhado à Casa Civil em 2014, e reencaminhado em fevereiro de 2015 para a sua publicação no Diário Oficial União.

Com isso, no que cabe ao MinC, ou seja, o encaminhamento da proposta de alteração da legislação que rege o Direito Autoral no País, a meta foi atingida.

4.12. MINISTÉRIO DA DEFESA

O Ministério da Defesa (MD), criado com a edição da Lei Complementar n° 97, de 10 de junho de 1999, detem a atribuição de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, que, nos termos do artigo 142 da Constituição Federal, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Nesse propósito, cabe ao MD coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.

À Marinha do Brasil (MB) compete atuar na defesa das águas interiores (rios, lagos e canais) e em todo o mar, de forma a garantir a soberania nacional, tendo como prioridade assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do País por via marítima.

Ao Exército Brasileiro (EB) cabe promover a defesa do País em operações eminentemente terrestres e contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e com o bem-estar social. Para isso, deve manter o preparo da Força Terrestre em permanente estado de prontidão.

À Força Aérea Brasileira (FAB) cabe a manutenção da soberania no espaço aéreo brasileiro, com vistas à defesa da Pátria e, por atribuições subsidiárias, prover a segurança da navegação aérea; estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária de interesse militar, dentre outras.

Para o cumprimento da missão constitucional, cabe aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o preparo de seus órgãos operativos e de apoio, obedecidas as políticas estabelecidas pelo Ministro da Defesa.

PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Pacífico por tradição e por convicção, o Brasil vive em paz com seus vizinhos. Suas relações com os outros países são guiadas pelos princípios constitucionais da não intervenção, da defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos.

No entanto, por ser um País de grandes proporções territoriais, rico em recursos naturais, e ainda pela privilegiada situação geopolítica que ocupa no cenário internacional, o Brasil pode vir a ser compelido a envolver-se em conflitos externos, em defesa de seu patrimônio ou da segurança de seu território, fatos que reforçam a necessidade de o País manter-se preparado para se defender de eventuais situações de litígio, que venham a comprometer sua soberania.

A soberania de uma nação depende diretamente de sua expressão militar. Nesse sentido, as Forças Armadas brasileiras têm por missão constitucional defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e manter a lei e a ordem.

Para tanto, há que se desenvolver as capacidades necessárias para que o País possa fazer valer suas decisões, respaldar a política externa e atuar de maneira afirmativa em suas áreas de interesse estratégico.

A atuação do MD na coordenação da Política Nacional de Defesa tem como base os instrumentos de planejamento estratégico de defesa nacional, compreendendo a Estratégia Nacional de Defesa (END), que trata da reorganização e reorientação das Forças Armadas, da organização da Base Industrial de Defesa e da política de composição dos efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem assim a Política Nacional de Defesa (PND), que estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, além de analisar os ambientes internacional e nacional e estabelecer os objetivos nacionais de defesa.

Compõe, também, as diretrizes brasileiras dos assuntos de defesa, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), documento de Estado que tem por finalidade consolidar a legitimidade da Defesa Nacional, dispondo sobre cidadania, conceitos, estruturas, objetivos, recursos financeiros e humanos, normas jurídicas, perspectivas estratégicas e os riscos e ameaças que a envolvem.

Visando o cumprimento da missão das Forças Armadas, no Plano Plurianual - PPA 2012-2015 foi contemplado o Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, composto por objetivos relacionados às defesas terrestre, naval e aeroespacial e também ao emprego conjunto das Forças Armadas, proteção da Amazônia e apoio à sociedade.

Considerando os critérios de materialidade e relevância, foram selecionados para compor o Relatório da Prestação de Contas da Presidência da República – PCPR 2014, no âmbito do Programa 2058, os Objetivos: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial; 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima; e 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre, visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Objetivo 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.	Valores Liquidados (R$ 1,00)	
	2013	2014
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	289.572.763,25	684.854.863,73
RPNP (2)	823.506.557,71	892.396.569,93
Gastos Tributários	-	-
Total	**1.113.079.320,96**	**1.577.251.433,66**
Objetivo 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.	**Valores Liquidados (R$ 1,00)**	
	2013	**2014**
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.877.370.550,75	1.866.899.530,74
RPNP (2)	705.436.370,84	1.074.237.715,86
Gastos Tributários	-	-
Total	**2.582.806.921,59**	**2.941.137.246,60**
Objetivo 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.	**Valores Liquidados (R$ 1,00)**	
	2013	**2014**
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	336.130.513,42	301.179.118,45
RPNP (2)	966.360.325,67	869.895.609,85
Gastos Tributários	-	-
Total	**1.302.490.839,09**	**1.171.074.728,30**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Data: 06/01/2015.
(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano, relativos a Restos a Pagar Não Processados, inscritos em exercícios anteriores.

Dentre as despesas liquidadas em função do Objetivo 0464, à conta do Plano de Ação do exercício (PA 2014), destaquem-se os projetos de Modernização e Revitalização de Aeronaves, responsável pelo valor de R$ 245.785.028,45 (35,88%), e o de Aquisição de Helicópteros (Projeto HX-BR), com aplicação da quantia de R$ 228.487.107,36 (33,36%).

No tocante a execução de Restos a Pagar não Processados, o Projeto HX-BR foi responsável pelo valor de R$ 613.779.430,89, correspondente a 68,78% do montante inscrito.

No Objetivo 0519 destacam-se os investimentos relacionados ao Projeto de Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares (Prosub), com aplicação da quantia de R$ 1.241.110.711,96, equivalente a 66,47%, em comparação ao valor liquidado no exercício, da ordem de R$ 1.866.899.530,74.

Com relação aos Restos a Pagar não Processados, liquidados no exercício, destaque-se o Projeto de Construção de Submarinos Convencionais, responsável pelo montante de R$ 660.417.039,19 (61,48%).

Das realizações do Objetivo 0532 no exercício, merece destaque o projeto de aquisição e modernização de meios do Exército Brasileiro, responsável pela execução de despesa da ordem de R$ 121.646,130,32 (40,38%), e o projeto de aquisição de blindados Guarani, de R$ 64.301.691,77 (21,34%).

PRINCIPAIS RESULTADOS

Objetivo 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

A adequação dos meios operacionais da Força Aérea Brasileira (FAB) contempla a modernização, a revitalização e a aquisição de aeronaves e o desenvolvimento de novos equipamentos e sistemas, de modo a ampliar a capacidade operacional e possibilitar o atendimento as demandas da sociedade brasileira. Essa adequação vem sendo realizada, principalmente, por intermédio da execução dos projetos de aquisição, revitalização e modernização de aeronaves, iniciativas que vem permitindo, desde o exercício de 2012, a renovação da frota da Força Aérea Brasileira. Dentre os resultados alcançados, em 2014, destaca-se a incorporação à FAB de dois helicópteros, previstos no Projeto H-XBR, no bojo do contrato firmado com o Consórcio Helibrás/

Eurocopter, no qual prevê transferência de tecnologia, e, por conseguinte, a ampliação da capacidade brasileira no campo aeronáutico, em decorrência da nacionalização da produção, mediante a capacitação da indústria nacional de defesa. Entre 2011 e 2014 foram incorporadas 15 aeronaves.

A FAB, no exercício de 2014, recebeu 12 aeronaves destinadas a transporte de cargas e tropas modernizadas, do Projeto C-95 Bandeirante, de um total de 14 aeronaves previstas para o exercício.

Registre-se, ainda, o recebimento de uma aeronave remotamente pilotada, conhecida por Veículo Aéreo Não Tripulado (Vant), modelo Hermes 900, adquirida da empresa israelense AEL Systems, que será utilizada em missões de inteligência, proteção de fronteira, infraestrutura e locais críticos, cujo contrato também inclui o suporte logístico e a garantia de um ano.

Quanto ao Projeto de Modernização dos aviões do Projeto F-5BR, contratado com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), em 2014 foram entregues duas aeronaves do tipo F-5E, para modernização e recebidas quatro das cinco aeronaves, do mesmo modelo, recolhidas àquela empresa, em 2013.

Ainda no exercício de 2014, foi recebida a primeira aeronave do tipo F-5FM (modelo biposto), das três entregues à Embraer no exercício anterior, para modernização.

No exercício de 2014 houve a conclusão do Projeto P-3BR, tendo por finalidade a modernização de aeronave de patrulhamento marítimo, com a entrega da última aeronave pela EADS – Construcciones Aeronáuticas S.A., perfazendo o total de nove unidades modernizadas e colocadas à disposição da FAB, desde 2011.

Quanto ao Projeto A-1 (AM-X), no exercício de 2014, a Embraer devolveu à Força Aérea duas unidades de combate, Modelo A-1M, totalizando três aeronaves modernizadas, de um total de 22 aeronaves colocadas à disposição daquela empresa para fins de modernização.

No que se refere ao Projeto AH-X, a empresa Rosoboron Export realizou a entrega dos três últimos helicópteros MI-35, denominados pela FAB de AH-2 Sabre, previstos no contrato celebrado em 2009.

Outras ações iniciadas no ano de 2014, voltadas à adequação dos meios operacionais da FAB, consistem na celebração de contrato com a Empresa Sueca Svenska Aeroplan Aktie Bolaget (SAAB), objetivando a aquisição de 36 aeronaves caças Gripen NG (F-39), no âmbito do Projeto F-X2, bem como do contrato com a Embraer, visando à aquisição de 28 Aeronaves Cargueiro Tático Militar KC-390 e a logística inicial associada.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0464 DO PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Adquirir 45 aeronaves	Unidade/aeronaves	45	6,00	9,00	18,00	40,00
Modernizar 20 aeronaves	Unidade/aeronaves	20	5,00	21,00	37,00	185,00
Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015	Percentual	70	-	1,47	24,81	35,44

Fonte: Siop/Comando da Aeronáutica, 03/02/2015.

Adquirir 45 aeronaves: No que diz respeito à aquisição de aeronaves, no período de 2012 a 2014, foram entregues à FAB um total de 18 aeronaves, sendo: 4 caças de ataque leve, modelo AL-X Super Tucano, fabricados pela Embraer S.A.; 1 helicóptero CH-60 - *Black Hawk*, fabricado pela empresa norte-americana *Sikorsky Aircraft Corporation*; 2 aeronaves de transporte leve modelo C-98 Caravan, fabricadas pela também norte-americana *Cessna Aircraft Company*; 3 Vants, fabricados pela israelense *Elbit Systems*; 3 helicópteros AH-2 Sabre (MI-35); e 5 helicópteros EC-725, do Projeto H-XBR. Deve-se ressaltar que esta meta teve o seu cumprimento previsto afetado, em função de readequações sucessivas no cronograma físico-financeiro, desde a vigência do atual PPA.

Modernizar 20 aeronaves: Ao todo, no período de 2012 a 2014 foram modernizadas 23 aeronaves de transporte de carga/tropa modelo C-95 Bandeirante; 3 de combate, modelo A-1M (Projeto AM-X); 1 de combate, modelo F-5FM, biposto; 4 unidades do tipo F-5E; 9 de patrulha, modelo P-3BR; e 1 de patrulha marítima, modelo P-95.

Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015: Com relação à implantação dos Novos Sistemas Bélicos, ao longo de 2014, foi dado prosseguimento às etapas contratuais acordadas para a consecução de sete projetos estratégicos, no âmbito da logística militar, destacando-se a aquisição de um sistema de cômputo de tiro ar-solo, bem como o pagamento de etapas contratuais de projetos, como a aquisição de mísseis *Harpoon* e *Python* 4. Em decorrência dos investimentos realizados, no exercício de 2014, a meta atingiu o percentual acumulado de 35,44% de execução. Deve-se ressaltar que esta meta teve o seu cumprimento previsto afetado, em função de readequações sucessivas no cronograma físico-financeiro, desde a vigência do atual PPA.

Objetivo 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

A plataforma continental brasileira dispõe de abundantes recursos naturais. Dessa forma, é necessário dotar o Poder Naval Brasileiro de meios modernos, para garantir que a Marinha do Brasil (MB) tenha a capacidade necessária para dissuadir eventuais ameaças a essas riquezas, bem como para preservar a soberania nacional sobre o mar territorial e águas interiores.

A adequação dos meios operacionais da Marinha tem sido implementada por intermédio de grandes Projetos, tais como: o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Programa de construção de Navios-Patrulha (NPa) de 500 toneladas.

Especificamente, em relação ao Prosub, criado em 2008, a partir de uma parceria celebrada entre o Brasil e a França, seu objetivo é produzir o primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear e quatro submarinos convencionais diesel-elétrico. O submarino com propulsão nuclear, denominado SN-BR, será totalmente projetado e construído no Brasil, com assistência técnica e know-how da empresa estatal francesa DCNS - *Direction des Constructions Navales et Services*, conforme previsão contratual de transferência de tecnologia (ToT), exceto com relação a parte nuclear da planta de propulsão, que será desenvolvida exclusivamente pela Marinha do Brasil.

O processo ToT para os SN-BR engloba a qualificação, na França, de engenheiros de diversos níveis e especialidades, em um período de aproximadamente dois anos, e a consultoria técnica durante o projeto e a construção.

A realização desses Projetos é fundamental para o cumprimento da missão constitucional da Marinha do Brasil, na proteção das águas jurisdicionais brasileiras ou no atendimento às demandas sociais relacionadas à segurança marítima.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0519 DO PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub	Percentual	100,00	15,00	26,00	49,00	49,00
Construção de 27 Navios-Patrulha de 500t	Navios-Patrulha	27,00	2,00	2,00	2,00	7,41
Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)	Percentual	80,00	4,00	30,66	43,76	54,70
Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2)	Percentual	50,00	0,00	2,50	2,80	5,60

Fonte: Siop/Comando da Marinha, de 06/01/2015.

Deve-se ressaltar que, de uma forma geral, todas as metas do Objetivo 0519 tiveram o seu cumprimento previsto afetado, em função de readequações sucessivas no cronograma físico-financeiro, desde a vigência do atual PPA.

Conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub: Em 2014, deu-se prosseguimento à primeira fase de implantação do Programa, com a construção da Base e do Estaleiro Naval, no Município de Itaguaí/RJ, e com a conclusão das edificações e das estruturas metálicas dos prédios, onde serão abrigados os profissionais de todas as atividades relacionadas à construção dos submarinos. Também foi inaugurado o prédio principal do Estaleiro de Construção de Submarinos, projetado para as atividades de união das seções e de acabamento dos submarinos convencionais e de propulsão nuclear.

Construção de 27 Navios-Patrulha (NPa) de 500 toneladas: Em relação a esse projeto, já foram recebidas, em exercícios anteriores, as duas primeiras unidades, previstas para o 1º lote, os navios NPa "Macaé" e "Macau", construídos pelo Estaleiro Inace. O 2º lote, composto de 5 NPa, está sendo executado pelo Estaleiro Eisa, do Rio de Janeiro/RJ, que tinha previsão inicial de entrega entre 2014 e 2016. Entretanto, devido a dificuldades de ordem financeira e técnica, houve alteração do cronograma de entrega para os exercícios de 2015 a 2017.

Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1): O S-BR1 teve suas primeiras seções produzidas na França e trazidas ao Brasil, onde sua construção continua em andamento. Ainda, em 2014, foi prontificada a fabricação do Cradle (berço de vante) na França, com previsão de chegada ao Brasil no 1º trimestre de 2015. Além disso, atualmente vêm sendo executados treinamentos específicos do Sistema de Combate, do Sistema de Gerenciamento Integrado da Plataforma e da fabricação de tubos de torpedo. O percentual acumulado de evolução da meta foi de 54,70%.

Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2): Deu-se prosseguimento, no exercício, à construção do segundo Submarino Convencional (S-BR2), mediante a fabricação de suas cavernas e do casco resistente, obtendo-se, com as atividades desenvolvidas, evolução da meta física para o percentual acumulado de 5,60%.

Objetivo 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

O objetivo da adequação e ampliação dos meios operacionais do Exército Brasileiro (EB) consiste no aperfeiçoamento de suas estruturas operacionais, de forma a compatibilizá-las com a evolução da Força Terrestre e a necessidade do País de se fazer presente, com prontidão, em qualquer área de interesse estratégico.

A adequação da Força Terrestre tem como um dos seus requisitos o aparelhamento do EB, que está dividido em duas vertentes principais: o atendimento às necessidades correntes de reposição e complemento do seu quadro de material; e às necessidades futuras da Força.

No âmbito do objetivo de adequação e ampliação dos meios operacionais do Exército, estão inseridos os projetos estratégicos: Proteger, Defesa Antiaérea, Guarani e Astros 2020.

O Projeto Proteger foi concebido a partir da necessidade do Estado proteger as estruturas estratégicas terrestres do País, com o objetivo de ampliar a capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência, na proteção da sociedade, no apoio à defesa civil e na realização de ações de garantia da lei e da ordem.

Com relação ao Projeto Estratégico de Defesa Antiaérea, um dos seus objetivos é reequipar as unidades de artilharia antiaérea do EB, por intermédio da aquisição de materiais, modernização dos meios existentes, desenvolvimento de itens específicos pelo fomento à indústria nacional de defesa, capacitação de pessoal e a implantação de um sistema logístico integrado objetivando dar suporte aos demais sistemas durante o seu ciclo de vida.

O Projeto Guarani tem por objetivo transformar as Organizações Militares de Infantaria Motorizada em Mecanizada e modernizar as Organizações Militares de Cavalaria Mecanizada. Para isso, vêm sendo desenvolvidas novas famílias de Viaturas Blindadas de Rodas, a fim de dotar a Força Terrestre de meios eficientes de dissuasão e defesa do território nacional.

Este projeto proporcionará o fortalecimento da capacidade tecnológica da indústria nacional, a criação de empregos diretos e indiretos, a diversificação da pauta de exportações, além do emprego de moderno material de defesa na proteção das infraestruturas estratégicas.

As realizações ocorridas no ano de 2014 foram essenciais para a melhoria da capacidade operacional da Força Terrestre, resultando no aprimoramento das condições de emprego do Exército Brasileiro e no cumprimento de suas missões constitucionais.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0532 DO PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Implantar 20% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger)	Percentual	20,00	-	1,00	2,50	12,50
Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea	Percentual	40,00	-	5,00	8,00	20,00
Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados	Percentual	16,00	4,00	6,00	8,00	50,00

Fonte: Siop/Comando do Exército, de 14/01/2015.

Deve-se ressaltar que, de uma forma geral, todas as metas do Objetivo 0519 tiveram o seu cumprimento previsto afetado, em função de readequações sucessivas no cronograma físico-financeiro, desde a vigência do atual PPA.

Implantar 20% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger): O Governo Brasileiro, no ano de 2014, deu continuidade às ações voltadas à proteção das Estruturas Estratégicas do País, com prioridade para o desenvolvimento e a aquisição de produtos de defesa e adequação e construção de instalações de organizações militares. Em 2014, contribuíram para a evolução dessa meta:

- a aquisição de instrumentos de pontaria e precisão para armamentos e equipamentos especializados para tropa antiterror;
- a aquisição de viaturas operacionais e de comando e controle;
- a confecção dos projetos de adequação de centros de coordenação de operações interagências;
- a contratação de serviços voltados a adequação de instalações e o funcionamento de sistemas de comunicações; e
- a aquisição do Sistema Rádio Digital Troncalizado (SRDT).

Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea: No âmbito desse Projeto, destacam-se em 2014:

- a aquisição de 8 Centros de Operações de Artilharia Antiaérea; 5 Radares de Busca Saber M60;
- 19 Viaturas 3⁄4 Toneladas;
- 7 conjuntos de material de comunicações de Seção AAAe;

- 68 equipamentos rádio das viaturas de combate do sistema de AAAe Gepard, 1 conjunto de KDU (sistema de controle remoto dos rádios) para as viaturas de combate do sistema de AAAe Gepard;
- a estruturação de 6 salas do simulador do sistema de míssil telecomandado RBS 70; e, ainda,
- a adequação das instalações para recebimento dos sistemas antiaéreos, inclusive com seus simuladores.

Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados: No tocante à meta de obtenção de blindados, foram recebidos pelo Exército Brasileiro, 128 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Média de Rodas (VBTP-MR Guarani), distribuídos para 12 organizações militares. Esses novos blindados foram utilizados nas Operações Copa do Mundo FIFA 2014, Ágata São Francisco, esta última, no Complexo da Maré, Rio de Janeiro/RJ.

Além disso, destaca-se, também, a continuidade, da execução das obras de infraestrutura no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado, em Cascavel/PR, das obras no Centro de Instrução de Blindados, em Santa Maria-RS.

Também foram elaborados os projetos para as obras de infraestrutura, no 15º Batalhão Logístico, em Cascavel/PR, e no 34º Batalhão de Infantaria Motorizado, em Foz do Iguaçu/PR.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES JULGADAS RELEVANTES

De grande relevância para o País é o Projeto Astros 2020. Trata-se de uma iniciativa inserida no Objetivo 0532, que tem como objetivo dotar o Exército de novos armamentos e munições com tecnologias militares de ponta, que possibilitarão a realização do lançamento dos vários foguetes da família Astros e também do míssil tático de cruzeiro de 300 km, partindo das plataformas da nova viatura lançadora múltipla universal, versão MK-6.

Um dos grandes avanços desse Projeto, no exercício de 2014, consiste no desenvolvimento tecnológico de produtos de defesa, como o do Míssil Tático de Cruzeiro e do foguete guiado, e o recebimento das viaturas do sistema Astros.

De grande relevância, também, foram os avanços nas iniciativas inseridas no Objetivo 0482 - Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.

Inserido no âmbito desse objetivo, ressalta-se que, no ano de 2014, o Exército Brasileiro deu continuidade à manutenção e ao fortalecimento do posicionamento de cerca de 280 organizações militares operacionais e respectivos comandos, localizados em todo o território nacional.

Além disso, visando fortalecer a capacidade de Monitoramento dos 16.886 km da faixa de fronteira do País, foi criado o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), baseado em uma rede de sensores, interligada a sistemas de comando e controle, que ampliam a capacidade das unidades operacionais de responder, em tempo real, os problemas detectados.

Em 2014, foi dado prosseguimento às medidas destinadas à implantação do Projeto-Piloto Sisfron, no Estado do Mato Grosso do Sul, por meio das seguintes realizações:

- aquisição de equipamentos de alta tecnologia;
- início da implantação de uma rede estratégica de comunicações fixas em visada direta (infovia);
- obtenção de viaturas especializadas e embarcações de emprego diverso;
- contratação de serviços (aplicaivos de apoio à decisão, integração de sistemas e suporte logístico integrado); e
- construção e adequação de instalações militares.

4.13. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Eixo estruturante da ação do Estado para o crescimento econômico e social, a educação tem um papel preponderante na construção de um Brasil justo e desenvolvido. O avanço das políticas e programas educacionais, bem como o incremento de recursos investidos em educação nos últimos anos demonstram o reconhecimento de sua importância como fator de transformação social, de redução das desigualdades sociais e regionais e de fortalecimento da democracia.

A ampliação do acesso à educação de qualidade cumpre dois papéis. Por um lado, permite moldar uma nação democrática e soberana, fundada na disseminação do conhecimento, na cidadania e na igualdade de oportunidades. E, por outro lado, permite preparar o País para o grande desafio de fundar seu crescimento no desenvolvimento tecnológico e na inovação.

A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) pelo Congresso Nacional, e sua consequente transformação na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 constitui um importante marco nesta década. Norteador para as políticas educacionais do Brasil para os próximos dez anos, o PNE estabeleceu dez diretrizes, vinte metas e uma série de estratégias as quais demandarão esforço conjunto dos entes federados, de órgãos e entidades envolvidos com educação e de toda a sociedade.

Dentre as diretrizes evidenciadas pelo PNE, destacam-se a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais; a melhoria da qualidade da educação; a formação para o trabalho e a cidadania; a gestão democrática na educação pública; a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; a valorização dos profissionais da educação e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental; e o estabelecimento de meta para aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

Nos últimos anos, a política educacional vem sendo orientada sob uma perspectiva sistêmica, considerando o ciclo educacional como um todo, sem fragmentar ou priorizar isoladamente determinados níveis, etapas ou modalidades.

Dessa forma, em consonância com o PNE, o Ministério da Educação (MEC) implementa ações da creche à pós-graduação, cujos resultados registrados revelam uma significativa e constante melhoria da situação educacional do País, relacionada ao esforço de expansão e qualificação da oferta em todos os níveis e modalidades de ensino.

O PNE ainda prevê a instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE), responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano.

A instituição do SNE como forma de organização da educação no âmbito do Estado brasileiro e a efetivação do PNE como instrumento de planejamento e articulação das políticas e iniciativas permitirão maior convergência de esforços e melhor aplicação de recursos técnicos e financeiros, condições fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino para todos.

Apesar da evolução consistente, de acordo com os últimos resultados de diversas avaliações nacionais e internacionais, ainda há um longo caminho a percorrer. O esforço de combinar ampliação do acesso com melhoria da qualidade em todas as etapas e modalidades deve ser contínuo, visando à superação das desigualdades pela educação.

PROGRAMA 2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA

Uma educação básica de qualidade depende de um esforço conjunto entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e deve contribuir para a redução das desigualdades sociais, além de dotar os indivíduos de competências para o exercício da cidadania e de meios para progredir nos estudos posteriores e no trabalho.

As ações do MEC para esse nível de ensino estão focadas em quatro eixos principais:

- apoio à infraestrutura física das redes públicas de ensino;
- apoio aos entes federados com ações de desenvolvimento da educação;
- formação e valorização de professores e profissionais; e
- gestão e avaliação.

Os princípios da equidade e da valorização da diversidade, os direitos humanos, a gestão democrática do ensino público, a garantia de padrão de qualidade, a acessibilidade, a igualdade de condições para o acesso e para a permanência do educando na escola permeiam as ações em todos os eixos.

Dados do Censo da Educação Básica de 2014 revelam que há cerca de 190 mil estabelecimentos de educação básica, em que estão matriculados mais de 49 milhões de alunos, sendo 81,7% em escolas públicas e 18,3% em escolas privadas. Ressalta-se, ainda, que há cerca de 2,2 milhões de funções docentes, mais de 2,1 milhões de turmas de escolarização, mais de 267 mil turmas de atividades complementares, além de 74 mil turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Tendo em vista a diversidade que este universo representa, é fundamental implementar políticas diferenciadas para cada etapa e modalidade da educação básica, considerando as especificidades das diferentes regiões e públicos, direcionando esforços para o cumprimento das metas do PNE.

Objetivo 0596 – Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na Educação Básica, nas suas etapas e modalidades de ensino,

em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

A ampliação e a melhoria da infraestrutura escolar das redes públicas da educação básica constituem as principais ações desenvolvidas no âmbito deste Objetivo.

As ações de apoio à infraestrutura são realizadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), instrumento de planejamento multidimensional da política educacional, que baseado em diagnóstico de caráter participativo, permite a elaboração de um plano de ações em quatro dimensões: i) gestão educacional; ii) formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; iii) práticas pedagógicas e de avaliação; e iv) infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Em 2014, foram atendidos 3.970 entes federados, tanto municipais como estaduais, em pelo menos uma ação programada no PAR, totalizando um investimento de R$ 2,2 bilhões. Ressalta-se que a dimensão de infraestrutura física é a mais representativa, pois abrange as ações de construção, ampliação e reforma, bem como a aquisição de mobiliário e equipamentos para as creches e escolas de educação básica.

Na esfera municipal, foram aprovadas 1.606 construções de escolas em 2014, sendo 949 no campo, 59 indígenas, 56 destinadas às áreas remanescentes de quilombo e 542 em áreas urbanas, beneficiando mais de 860 Municípios, com investimentos de R$ 1,9 bilhão.

Foram ainda aprovadas a ampliação e a reforma de 13 escolas no campo e 69 escolas em áreas urbanas, atendendo cerca de 65 Municípios, com recursos de R$ 28,9 milhões. Em âmbito estadual foram 23 construções de escolas aprovadas, sendo oito no campo e 15 urbanas, com valor superior R$ 89 milhões, beneficiando três Estados. Em relação à aquisição de mobiliário e equipamentos destinados às escolas municipais e estaduais, foram investidos cerca de R$ 407 milhões, beneficiando 2.486 Municípios.

Com relação à educação infantil, merece destaque a política de construção de creches e pré-escolas, além da aquisição de equipamentos e mobiliário, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), cujos investimentos visam a ampliar o acesso, estimular a permanência e garantir o atendimento escolar adequado para crianças de zero a cinco anos. Esta iniciativa abrange a construção de escolas por metodologias inovadoras, que visam à diminuição do custo da construção, a redução do tempo de execução da obra, bem como o incremento na qualidade da creche ou pré-escola entregue à sociedade.

Ainda com relação ao PAC 2, também vale ressaltar a ação de construção de novas quadras esportivas cobertas nas escolas, bem como a construção de cobertura para quadras existentes. A proposta era atender, de 2011 até 2014, 10.116 escolas, sendo 6.116 com a construção de novas quadras cobertas e quatro mil com a cobertura de quadras já existentes.

Objetivo 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Este objetivo abrange diversas ações de apoio técnico e financeiro às escolas e aos entes federados para o desenvolvimento da educação básica, visando à ampliação do acesso com qualidade.

Neste contexto, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) são implementadas diversas ações de assistência técnica e financeira às escolas e aos entes federados, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica. Dentre elas, merecem destaque o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Mais Educação, o Ensino Médio Inovador, o Atleta na Escola, o Caminho da Escola, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional da Biblioteca na Escola (PNBE).

O PDDE visa à melhoria da estrutura física e pedagógica das escolas públicas de educação básica, bem como das escolas privadas de educação especial, mantidas por entidade privada sem fins lucrativos. O Programa transfere recursos financeiros para as escolas, de forma suplementar, para a aquisição de material permanente e de consumo, realização de pequenos reparos e conservação e para o desenvolvimento de diversas atividades educacionais.

Foram apoiadas pelo PDDE ações voltadas à realização de atividades de educação integral; adequação da infraestrutura física em escolas do campo; realização de adequações arquitetônicas para promoção de acessibilidade a alunos público-alvo da educação especial; abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e esgotamento sanitário; desenvolvimento da prática esportiva e de valores olímpicos e paralímpicos entre os jovens e adolescentes; e apoio e desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras em escolas do ensino médio. Os investimentos no ano de 2014 foram de R$ 2,5 bilhões, destinados a mais de 133 mil escolas.

O Programa Mais Educação (PME) constitui-se na estratégia para induzir a implementação da jornada escolar em tempo integral, de no mínimo sete horas diárias. Sua importância está relacionada à melhoria da aprendizagem, o que se refletiu na melhoria dos índices das escolas participantes na Prova Brasil, em especial daquelas cuja totalidade dos alunos participa das atividades pedagógicas em período integral.

Outra estratégia para ampliar o tempo dos estudantes na escola é o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que orienta o redesenho curricular a partir das linhas de Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa, Leitura e Letramento, Línguas Estrangeiras, Cultura Corporal, Produção e Fruição das Artes, Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias, diretamente

ligadas a quatro grandes áreas de conhecimento: linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza.

Os alunos das escolas públicas de educação em tempo integral e do ensino médio inovador, das cinco regiões do País, também participam do Programa Mais Cultura nas Escolas, iniciativa dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Desenvolvimento Social, que visa promover a circulação de cultura nas escolas, contribuir para a formação de público no campo das artes, desenvolver uma agenda de formação integral de crianças e jovens, proporcionar aos alunos vivências artísticas e culturais, promovendo a afetividade e a criatividade existentes no processo de ensino e aprendizagem, dentre outras atividades. Em 2014, 4.860 escolas foram beneficiadas com repasses no total de R$ 49,7 milhões destinados à realização de atividades culturais.

Em parceria com o Ministério do Esporte, foi lançado em 2013 o Programa Atleta na Escola, voltado para incentivar a prática de esportes nas escolas, democratização do acesso ao esporte, difusão de valores olímpicos e paralímpicos e formação e identificação de atletas escolares talentosos entre 12 e 17 anos. Em 2014, o Programa obteve a adesão de 44.654 escolas, um aumento de quase 95% em relação ao ano anterior.

O Programa Caminho da Escola tem por finalidade renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar.

Existem três formas para Estados e Municípios participarem do Programa: via assistência financeira no âmbito do PAR, com recursos do FNDE; com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Em 2014, foram adquiridos 11.576 veículos com recursos do FNDE, sendo 2.128 ônibus rurais, 420 ônibus urbanos acessíveis e 9.028 bicicletas escolares, com investimento de R$ 554,7 milhões. Além disso, os entes federados adquiriram com recursos próprios 1.235 ônibus, sendo 967 rurais e 168 urbanos acessíveis, e 295 ônibus escolares rurais com recursos de linha de crédito especial do BNDES.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) tem por objetivo promover o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica residentes em área rural que utilizem transporte escolar, mediante a assistência financeira, em caráter suplementar, aos entes federados.

O Programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com manutenção do veículo ou da embarcação. Em 2014, foram atendidos 5.284 Municípios com investimentos de R$ 501 milhões.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) visa a contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. Por meio de transferência de recursos em caráter suplementar aos entes federados, atende alunos da educação básica nas etapas educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e nas modalidades indígena, quilombola, atendimento educacional especializado e educação de jovens e adultos. Em 2014, o Pnae atendeu a 42,2 milhões de alunos da educação básica com investimentos de R$ 3,69 bilhões.

O MEC adquire, anualmente, livros didáticos e de literatura e distribui para todas as escolas públicas do País com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade da educação. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), maior programa público de distribuição de livros didáticos do mundo, provê obras didáticas de qualidade aos alunos, inclusive os portadores de necessidades especiais, e professores das escolas públicas de educação básica. Em 2014, para o atendimento de 28,9 milhões de alunos dos ensinos fundamental e médio na modalidade regular de 80,4 mil escolas públicas do País pelo PNLD 2015, foi investido o montante R$ 1,1 bilhão na aquisição integral de 140,6 milhões de livros didáticos.

Ainda no âmbito do PNLD, foi realizada a aquisição integral dos livros do PNLD Campo 2015, visando atender 1,9 milhão de alunos do ensino fundamental, que estudam em escolas públicas consideradas rurais. Esta ação constitui importante avanço nos programas do livro uma vez que considera a realidade social, cultural, ambiental e econômica dessa população. Além de edições específicas para a população do campo e os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Programa Brasil Alfabetizado (PBA), foi lançado, ainda em 2014, edital com vistas à aquisição de livros para o PNLD no âmbito do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), para o atendimento aos alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), no âmbito da política nacional de conteúdos educacionais, tem por objetivo avaliar, selecionar e distribuir acervos de literatura, obras teórico-metodológicas de apoio à prática pedagógica do professor e de periódicos de cunho pedagógico às bibliotecas das escolas públicas da educação básica.

Em 2014, foram distribuídos 19,6 milhões de exemplares do PNBE, com investimento de R$ 94 milhões para atendimento a cerca de 22,2 milhões de alunos de 139,9 mil escolas públicas de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e educação de jovens e adultos.

Já o PNBE Periódicos 2014 distribuiu 14,7 milhões de periódicos, beneficiando mais de 152,4 mil escolas da rede pública. Com relação ao PNBE do Professor, este distribui às escolas públicas da educação básica acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica. Os principais objetivos são o fomento à leitura e o apoio à formação de alunos leitores e à atualização e desenvolvimento profissional dos docentes. Foram distribuídos 12,1 milhões de livros com o investimento de R$ 104,6 milhões.

No que se refere à educação digital, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) tem como objetivo promover o

uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica. O Programa é implementado em três frentes: distribuição de equipamentos, formação continuada de professores e produção e disponibilização de conteúdos digitais educacionais. Foram entregues mais de dois mil laboratórios de informática para escolas públicas urbanas. Ainda em 2014, foram distribuídos 43.038 notebooks a serem utilizados pelos professores da educação básica de escolas públicas estaduais e municipais.

Até dezembro de 2014, Estados e Municípios, solicitaram 14 mil computadores interativos. A ata permanecerá disponível para adesões ao longo de 2015.

Foram ainda distribuídos 30 mil projetores interativos/lousas eletrônicas para 30 mil escolas públicas com recursos federais, promovendo a diversidade nas estratégias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, com o intuito de melhorar a qualidade da educação.

O uso de tablets no ensino público é outra ação do ProInfo. Em 2014, foi registrada uma ata de registro de preços de 1,3 milhão de tablets para uso dos professores do ensino médio e fundamental de escolas públicas.

Desde 2012 os Estados e Municípios já solicitaram 472.321 tablets, com recursos do Governo Federal. Em relação à formação continuada de professores, em 2014 foram formados mais de 68 mil professores para o uso das tecnologias na educação.

Com objetivo de promover a acessibilidade física e pedagógica dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, destaca-se a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Essas salas dispõem de equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos e de acessibilidade, que possibilitam condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial.

No âmbito da educação infantil, o Programa Brasil Carinhoso tem o seu desenvolvimento integrado em várias vertentes, sendo uma delas a expansão da quantidade de matrículas de crianças entre zero e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), em creches públicas ou conveniadas.

O apoio financeiro é devido somente aos Municípios e ao Distrito Federal, que informaram no Censo Escolar do ano anterior a quantidade de matrículas dessas crianças.

O Programa repassa, de forma automática, um complemento de 50% do valor anual mínimo por matrícula em creche pública ou conveniada, definido para o Fundeb para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, tais como ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional e para garantir o acesso e à permanência da criança na educação infantil.

O MEC promove ainda diversas iniciativas voltadas à Educação de Jovens e Adultos. No que se refere à alfabetização dos jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade, destaca-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido em todo o território nacional, com atendimento prioritário a Municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo.

O PBA é desenvolvido em parceria com os entes federados e possui um desenho flexível para atender à diversidade regional e de público.

No intuito de aumentar a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), numa iniciativa articulada ao Programa Brasil Alfabetizado, o MEC passou a transferir recursos financeiros aos entes federados a título de apoio e manutenção de novas turmas de EJA oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Ressalta-se também o apoio à educação no sistema prisional, em articulação com o Ministério da Justiça (MJ). Para atender a população carcerária, foram aprovadas ações de assistência financeira para 17 Estados, promovendo a implementação dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional, aquisição de acervos bibliográficos, formação de profissionais, elaboração de material didático específico, aquisição de material esportivo e de recursos pedagógicos.

Merece destaque, ainda, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), nas modalidades ProJovem Urbano e o ProJovem Campo - Saberes da Terra, que objetivam apoiar Estados e Municípios para a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não terminaram o ensino fundamental na época prevista, por meio da integração da formação básica, da qualificação profissional e ações de participação cidadã.

É oferecido em forma de curso, organizado em 18 meses, que busca a formação integral do jovem, sua reinserção no processo de escolarização e de novas possibilidades de identificação de oportunidades no mundo do trabalho, contribuindo para a promoção de direitos e aquisição de novas trajetórias de educação e emancipação ao longo da vida.

Em 2014, foi investido o valor superior a R$ 78 milhões destinado à formação de professores, formadores e gestores do ProJovem Urbano, bem como para o desenvolvimento das ações voltadas à elevação de escolaridade, com qualificação profissional e participação cidadã em 87 Municípios e oito Estados, garantido a continuidade da edição 2013, que contou com 100.823 jovens matriculados.

Na Concessão de Auxílio Financeiro aos estudantes do Programa foi executado o valor de R$ 38 milhões. Já para a implementação da edição 2014, foram investidos recursos superiores a R$43 milhões, garantindo a execução das ações em 15 Estados e 116 Municípios, totalizando uma meta de atendimento a 105.200 jovens.

A ação “Saberes Indígenas na Escola”, criada em 2013, é direcionada para a promoção da formação continuada de professores indígenas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. Implementada por 24 Instituições de Educação

Superior (IES) organizadas em sete redes, até 2014, já contemplou 2.656 professores indígenas de 309 escolas, envolvendo 89 povos de 296 aldeias indígenas, falantes de 81 línguas, em 13 Territórios Etnoeducacionais.

No âmbito da educação para as Relações Étnico-Raciais, o MEC desenvolve um conjunto de ações que visam à inclusão no currículo oficial a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, à intuição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e ao estabelecimento de diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância. Prevê, ainda, a confecção de material didático, a formação continuada de professores, o Prêmio Curta Histórias, entre outras ações. Em 2014, foram abertas 10.260 vagas em cursos de aperfeiçoamento e especialização, por meio de 45 universidades federais.

O acompanhamento da frequência escolar de crianças e jovens, de seis a dezessete anos, de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) concorre para a garantia do acesso e da permanência dessas crianças e jovens na escola. De 2011 a 2014, cerca de 17,5 milhões de alunos tiveram sua frequência acompanhada, representando 40% do total de alunos matriculados nesse nível de ensino. Tendo como referência os resultados do acompanhamento da frequência escolar do PBF, em 2014, foram ofertadas 5.450 vagas no curso de especialização: Educação, Pobreza e Desigualdade Social, com 15 universidades envolvidas e um valor para pagamento de bolsas na ordem de R$ 13,7 milhões.

No que se refere à implementação da política de educação do campo, ressalta-se o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que visa o acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio da melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, formação inicial e continuada de professores, produção e distribuição de material específico, em todas as etapas e modalidades de ensino. É organizado em quatro eixos:

i) Gestão e Práticas Pedagógicas;
ii) Formação Inicial e Continuada de Professores;
iii) Educação de Jovens e Adultos (EJA); e
iv) Educação Profissional e Infraestrutura Física e Tecnológica.

Em 2014, por meio do PDDE, o Pronacampo beneficiou 4.621 escolas do campo com recursos para adequação e benfeitoria da infraestrutura física e 1.567 escolas com recursos para a manutenção, conservação e construção de poços e cisternas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0596 E 0598 DO PROGRAMA 2030 – EDUCAÇÃO BÁSICA

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014 (4)
0596	No Exercício (1)	1.329.660.555	764.501.502
	RPNP (2)	628.086.027	1.500.803.067
	Gastos Tributários (3)		
Total do Objetivo		**1.957.746.582**	**2.265.304.569**
0598	No Exercício (1)	17.274.180.913	16.996.669.089
	RPNP (2)	2.444.809.487	3.173.362.511
	Gastos Tributários (3)	70.874.836	124.098.701
Total do Objetivo		**19.789.865.236**	**20.294.130.301**

Fonte: Siafi/STN e SRF/MF Demonstrativo dos Gastos Tributários - DGT2010 a DGT2014
(1) Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
(3) Renúncias tributárias para o transporte escolar, conforme previsão da SRF.
Consulta ao Siafi em 31/12/2014 (Objetivo 0596: Autorizado para o Exercício: R$ 6,3 bi / Empenhado: R$ 5,2 bi; Objetivo 0598: Autorizado para o Exercício: R$ 22,6 bi / Empenhado: R$ 21,0 bi).
Nota: Há recursos para o Objetivo 0596 no Órgão 55.000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0596 DO PROGRAMA 2030 – EDUCAÇÃO BÁSICA (ÓRGÃO 55.000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME)

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0596	No Exercício[1]	372.740.983	808.062.040
	RPNP[2]		123.974.844
	Gastos Tributários		
Total do Objetivo		**372.740.983**	**932.036.884**

Fonte: Siafi
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0596 DO PROGRAMA 2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Apoiar a cobertura de 5.000 quadras esportivas escolares	Projeto apoiado	5.000	1.667	3.009	3.346	66,92%
Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares	Projeto apoiado	7.116	3.009*	6.036	6.842	96,15%
Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas	Projeto apoiado	7.000	3.135*	5.227	6.185	88,36%
Apoiar a construção de salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.	Projeto apoiado	200	29	75	131	65,50%

Fonte: FNDE/DIGAP. Relatório de Planejamento/Simec
*Esses valores referem-se às unidades aprovadas no âmbito do programa PAC 2 nos exercícios de 2011 e 2012.

RESULTADOS ALCANÇADOS NAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0596

Apoiar a cobertura de 5.000 quadras esportivas escolares. Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares.

Esta ação destina recursos para construção e cobertura de quadras escolares, promovendo o acesso dos alunos da educação básica a equipamentos qualificados com estrutura física adequada para realização de práticas pedagógicas fora do espaço formal da sala de aula. A proposta prevê a aprovação de 7.116 construções de quadras esportivas escolares e 5 mil coberturas de quadras já existentes para o período 2012-2015.

Com referência ao exercício de 2014, para implantação e adequação de estruturas esportivas escolares, com mais de R$ 472 milhões de investimento, foram apoiados em torno de 810 Municípios e o Distrito Federal com a aprovação de construção de 806 quadras escolares e 337 coberturas de quadras. Entre 2011 e 2014 foram aprovadas a construção de 6.842 quadras e a cobertura de 3.346 de quadras já existentes, totalizando 10.188 unidades.

Apoiar a construção de 7.000 creches e pré-escolas.

No que concerne à infraestrutura escolar, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), beneficiado com aporte orçamentário e financeiro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), apoia os Municípios e o Distrito Federal com a construção de creches e pré-escolas bem como a aquisição dos mobiliários e equipamentos necessários para seu adequado funcionamento. Previa-se a aprovação de 6 mil novas unidades de educação infantil no período de 2011 a 2014. Dessas foram aprovadas a construção de 3.135 unidades até 2012, atendendo a mais de 1.600 Municípios. Em 2013, foram apoiadas a construção de 2.092 creches e pré-escolas em 1.004 Municípios além do Distrito Federal, com valor aproximado de R$ 3,0 bilhões.

No exercício de 2014, com mais de R$1,2 bilhão de investimento, foram apoiados em torno de 717 Municípios com a aprovação de 958 unidades de educação infantil, o que totaliza a aprovação de 6.185 creches e pré-escolas em todas as unidades da Federação, no âmbito do PAC.

Considerando todas as formas de financiamento (PAC, Pré-PAC e emendas parlamentares) foram aprovadas para construção 8.787 creches e pré-escolas. Foram ainda atendidas 2.177 unidades em mais de mil Municípios e no DF com mobiliário e equipamentos, com recurso superior a R$ 220,5 milhões.

Apoiar a construção de salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.

Em relação à infraestrutura, quanto à meta de construção de salas de aulas em comunidades quilombolas, no ano de 2012, foi apoiada a construção de 29 escolas, em 12 Municípios, com investimento superior a R$ 21,2 milhões.

Em 2013, foram 46 escolas que receberam apoio para construção com valor aproximado de R$ 26,5 milhões, beneficiando 27 Municípios. Para o exercício de 2014, com investimento de cerca de R$ 41,0 milhões, foram apoiados 56 projetos, em 41 Municípios. Portanto, entre os anos 2012 e 2014 foi apoiada a construção de 131 escolas em comunidades quilombolas, com investimento de aproximadamente R$ 88,7 milhões.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0596

Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020[1].

Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-20201.

Em 2001, a taxa de frequência escolar da população de 0 a 3 anos era de 10,6%, passando para 20,8% em 2011 e para 23,2% em 2013, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), evidenciando um significativo crescimento ao longo dos últimos dez anos. Já a mesma taxa para a população de 4 e 5 anos, passou de 55% em 2001 para 77,4% em 2011 e 81,4% em 2013.

Dentre os fatores que contribuem para o alcance desse resultado, destaca-se o ProInfância, que apoia a construção de novas unidades de educação infantil e a aquisição de mobiliário e equipamentos, além do assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos Municípios.

Em 2014, foram apoiadas a construção de 958 unidades de educação infantil, o que totaliza a aprovação de 6.185 creches e pré-escolas em todas as unidades da Federação, no âmbito do PAC, desde 2012.

Considerando todas as formas de financiamento (PAC, Pré-PAC e emendas parlamentares) foram aprovadas para construção 8.787 creches e pré-escolas. Até o momento, foram concluídas 2.529 unidades de educação infantil.

Destaca-se também o repasse de recursos financeiros para apoio à manutenção de novas matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb, em novas turmas de educação infantil oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público, apoiando a expansão da educação infantil, tendo sido destinados, em 2014, o total de R$ 48 milhões a Municípios e ao Distrito Federal.

Ressalta-se, também, o Programa Brasil Carinhoso. Voltado para a primeira infância, tem como uma de suas vertentes, a expansão da quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), em creches públicas ou conveniadas.

Repassa, de forma automática, um complemento de 50% do valor anual mínimo por matrícula em creche pública ou conveniada, definido para o Fundeb para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, e para garantir o acesso e à permanência da criança nessa etapa de ensino. Em 2014, foram investidos R$ 765,6 milhões, beneficiando 580.584 alunos em 4.937 entidades.

Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020[2].

Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011 - 20202.

Segundo os dados coletados na PNAD, a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos vem crescendo gradativamente desde 2001, quando era de 81,1%, atingindo 83,7% em 2011 e 84,3% em 2013.

Além disso, cabe ressaltar que a taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos) foi de 51,6% em 2011, passando para 55,1% em 2013.

Dentre os fatores que contribuem para o alcance desse resultado, destaca-se o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do ensino médio brasileiro.

Por meio dele, o MEC e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas.

O pacto obteve a adesão de todas as 27 unidades federativas do País. Em 2014, o eixo da formação contou com 307.248 professores e 10.229 coordenadores pedagógicos participaram do pacto como cursistas, em 52 IES participantes. Foram pagos R$ 217 milhões em bolsas. Um total de 20.487 escolas foram beneficiadas, representando cerca de 75% do total de escolas públicas de ensino médio.

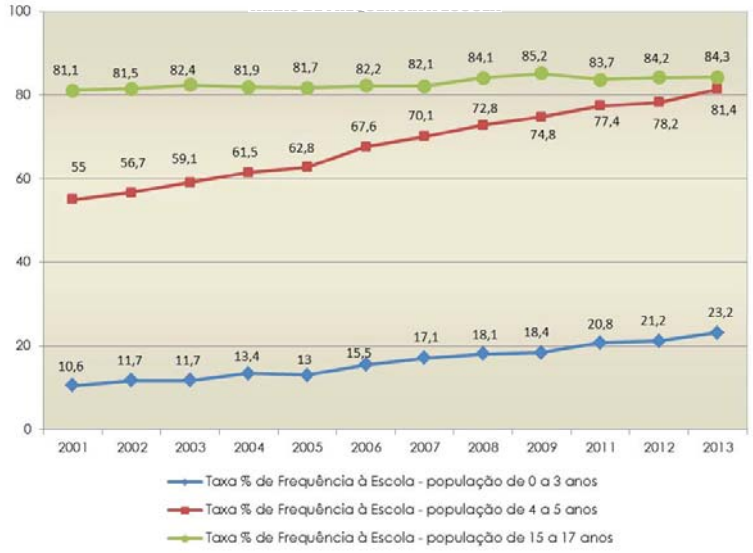
Contribui também para o atingimento das metas o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que se traduz em estratégia do Governo Federal para induzir as escolas à elaboração do redesenho dos currículos do ensino médio para a oferta de educação de qualidade com foco na formação humana integral.

O programa tem foco na elaboração, por parte da escola, de projeto de redesenho curricular (PRC) que apresente ações na perspectiva da integração curricular, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Em 2014, o Programa contou com a adesão de 7.291 escolas, beneficiando 4,6 milhões de alunos, totalizando um investimento de R$ 166,9 milhões.

1 O PNE vigente (Lei nº 13.005/2014) abrange o período de 2014 a 2024, contudo optou-se por descrever as metas do PPA conforme a redação do anexo da Lei nº 12.593 de 2012, que institui o PPA 2012 – 2015.

2 O PNE vigente (Lei nº 13.005/2014) abrange o período de 2014 a 2024, contudo optou-se por descrever as metas do PPA conforme a redação do anexo da Lei nº 12.593 de 2012, que institui o PPA 2012 – 2015.



Fonte: Pnad/IBGE; Inep/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0598

Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do produto interno bruto do País, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020[3].

O investimento público total em educação, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apresentou um importante incremento de 46,6%, passando de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2005, para 6,4%, em 2012 e 6,6% em 2013. Nesse período, substanciais recursos foram introduzidos por modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino, principalmente a introdução do Fundeb em 2007, e a eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) entre 2009 e 2011.

Para cumprir as metas do PNE será necessário, contudo, manter positiva essa evolução do investimento público em educação com a colaboração da União e dos entes federados no suprimento de novas fontes de recursos.

Nesse sentido, a Lei nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, reserva para a educação 75% e saúde 25% de todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas da plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de 3 de dezembro de 2012, bem como as receitas de individualização da produção no Pré-Sal e áreas estratégicas que se estendam para além do bloco contratado.

A mesma lei também destina à educação 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União criado pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE, e prescreve que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

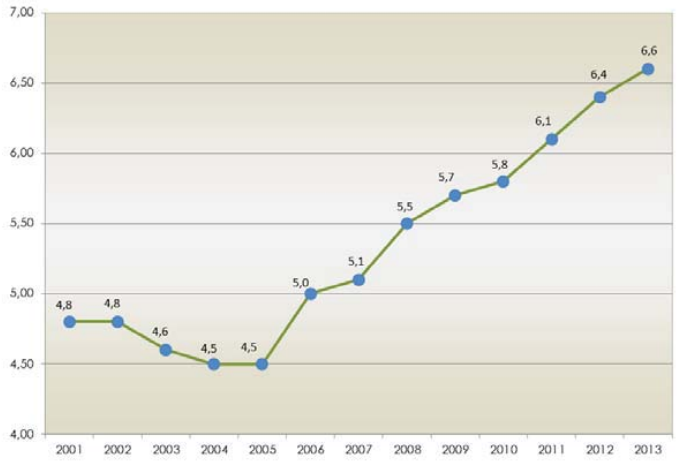
Os gastos constitucionais mínimos com a manutenção e desenvolvimento do ensino decorrem da vinculação de impostos nos entes federados, sem especificação prévia de nível/modalidade de ensino, mais a contribuição social do salário educação e a complementação da União ao Fundeb que são restritas à educação básica.

Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução

3 Essa meta está presente nos três Programas Temáticos: 2030-Programa Educação Básica; 2031-Programa Educação Profissional e Tecnológica; e 2032- Programa Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, optou-se por dispor o texto da análise apenas no Programa 2030. O PNE vigente (Lei nº 13.005/2014) abrange o período de 2014 a 2024, contudo optou-se por descrever as metas do PPA conforme a redação do anexo da Lei nº 12.593 de 2012, que institui o PPA 2012 – 2015.

orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da educação básica e também da educação superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica. O maior crescimento relativo da educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da educação superior sobre a educação básica por estudante, se reduzisse de 11 em 2000, para 3,9 em 2013. Os gastos por estudante no ensino superior cresceram em termos reais (atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) de R$ 20.056 para R$ 21.383 entre 2000 e 2013 e, na educação básica, de R$ 1.829 para R$ 5.495 no mesmo período. Essa última relação de 3,9 está mais próxima dos padrões internacionais. (Dados do INEP).

INVESTIMENTO PÚBLICO TOTAL EM EDUCAÇÃO NAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO (% PIB)



Fonte: STN/MF; Inep/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC

Elevar a taxa de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020[4].

A implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva resultou no crescimento do número de matrículas de estudantes público alvo da educação especial, que passou de 504.039, em 2003, para 752.305 em 2011, 820.433 em 2012 e 843.342 em 2013. Dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, os matriculados em classes comuns no ensino regular representavam 28,8% em 2003, 75,7% em 2012 e 77% em 2013. Ressalta-se que, considerando a faixa etária específica de 4 a 17 anos, a taxa de inclusão de alunos público alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% em 2007, chegando a 81,7% em 2011, a 84,3% em 2012 e a 85,31% em 2013.

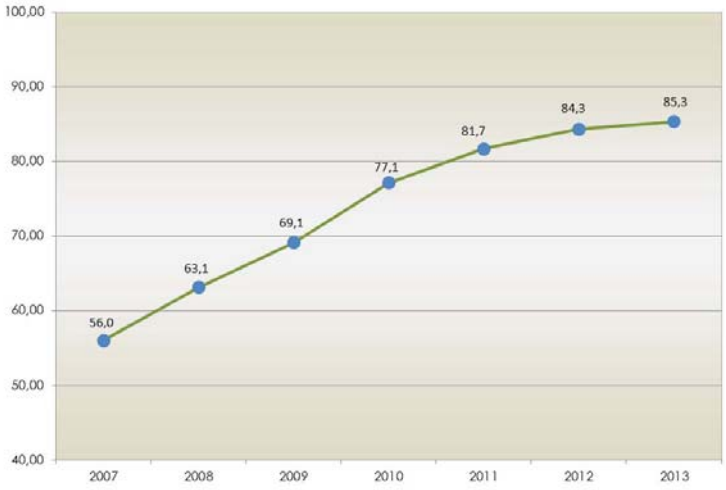
O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. Esse atendimento é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais, não sendo substitutivo à escolarização na classe comum.

No âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, destacam-se a aquisição de mobiliário e de materiais pedagógicos e de acessibilidade para implementação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), local onde é ofertado o AEE; aquisição de ônibus acessíveis para o transporte escolar; e o Programa Escola Acessível, que promove a adequação arquitetônica, aquisição de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva. Em 2014, concluiu-se a aquisição de equipamentos e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 4 mil novas salas de recursos multifuncionais e para a atualização de 15 mil salas existentes, com investimentos de R$ 124,6 milhões. Assim, atingiu-se a meta estabelecida de se adquirir, de 2011 a 2014, 17.500 novas salas de recursos e 30 mil atualizações.

Além disso, no âmbito do PDDE Escola Acessível, foram beneficiadas 9.960 escolas em 2014, com recursos da ordem de R$ 111,2 milhões. Ainda no âmbito do Plano, 165 Municípios dentre os que possuem maior percentual de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com deficiência em idade escolar obrigatória fora da escola receberam R$ 54 milhões para aquisição de 361 veículos. Ao todo, 213 Municípios receberam recursos para aquisição de 420 veículos acessíveis.

4 O PNE vigente (Lei nº 13.005/2014) abrange o período de 2014 a 2024, contudo optou-se por descrever as metas do PPA conforme a redação do anexo da Lei nº 12.593 de 2012, que institui o PPA 2012 – 2015.

INCLUSÃO DE ESTUDANTES DE 4 A 17 ANOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS CLASSES COMUNS DO ENSINO REGULAR



Fonte: Inep/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC

Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020[5].

Além da Base Nacional Comum, esta meta foi impactada diretamente pelo Pacto Nacional pela Alfabetização pela Idade Certa (Pnaic), compromisso formal assumido pelos Governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, por meio de um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados pelo MEC e que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. A formação continuada de professores alfabetizadores tem como objetivo apoiar todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam nas turmas multisseriadas e multietapas, de forma que planejem as aulas e que utilizem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC.

Em 2014, o Pnaic completou seu segundo ano de vigência, tendo agora como foco a formação continuada de professores em Matemática, complementando a capacitação em Língua Portuguesa, ofertada em 2013. Em 2014, o PNAIC teve a adesão dos 26 Estados e do Distrito Federal e de 5.421 Municípios, envolvendo 311.916 professores alfabetizadores e 15.072 orientadores de estudos, com concessão de bolsas que alcançou um montante superior a R$ 560 milhões. Ademais, cerca de 6 milhões de alunos foram beneficiados pelo Pacto, em 108.733 escolas.

Outra ação que contribui para o alcance dessa meta é a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) que é uma avaliação censitária que integra o PNAIC. Em 2014 foram avaliados cerca de 2,3 milhões de estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas, das zonas urbana e rural, organizadas no regime de nove anos de duração.
As 55.454 escolas onde se encontravam esses alunos receberam os resultados por meio de um boletim próprio. A divulgação do Relatório Pedagógico da ANA de 2013, ocorrida em 2014, para os sistemas de ensino estaduais e municipais, teve como objetivo oferecer a possibilidade de análise dos resultados pedagógicos, fomentando o debate de gestores, professores e comunidade escolar.

Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes.

Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-20205.

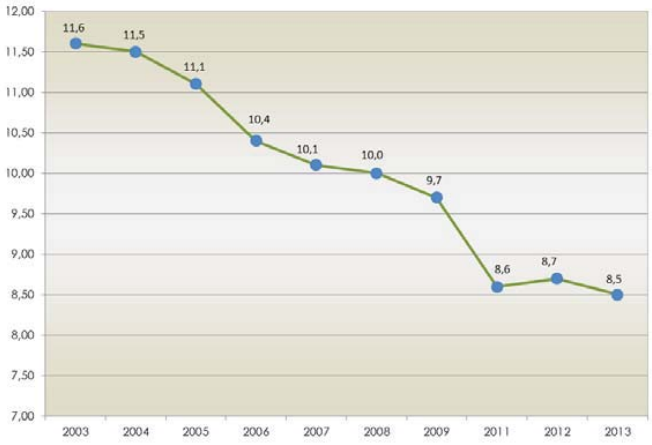
O analfabetismo entre jovens e adultos (população com 15 anos ou mais) vem sendo reduzido no Brasil, passando, segundo os índices da PNAD, de 9,7% em 2009 para 8,5% em 2013. Em relação às mulheres, em 2009, a taxa de analfabetismo era de 9,6%, e em 2013 o valor apurado foi de 8,2%. Ainda conforme os dados da PNAD, a taxa de analfabetismo da população rural vem apresentando queda: em 2009, o índice era de 22,8%, passando para 20,8% em 2013. Quanto à população negra, a taxa de analfabetismo caiu de 13,4% em 2009 para 11,5% em 2013. Para o alcance dessas metas destaca-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido em todo o território nacional, que prioriza Municípios com alta taxa de analfabetismo e visa a garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos.

5 O PNE vigente (Lei nº 13.005/2014) abrange o período de 2014 a 2024, contudo optou-se por descrever as metas do PPA conforme a redação do anexo da Lei nº 12.593 de 2012, que institui o PPA 2012 – 2015.

O analfabetismo funcional é mensurado pela proporção da população que tem menos de 4 anos de estudo, sendo uma variável considerada como fator relevante na sua condição de vulnerabilidade social. Em 2005, a taxa de analfabetismo funcional na população de 15 anos ou mais era de 23,4% e, em 2013, foi de 18,1%. Considerando a necessidade de garantir a oferta de atendimento educacional e a elevação de escolaridade para jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não concluíram o ensino fundamental, foi publicada a Resolução/CD/FNDE nº 48/2012, que tem por objetivos ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente, aos egressos do PBA, às populações do campo, às comunidades quilombolas, aos povos indígenas e às pessoas em unidades prisionais; e fortalecer a articulação e o compromisso dos entes federados com a efetivação do ingresso, a permanência e a continuidade de estudo de jovens e adultos nos sistemas de ensino, a título de apoio e manutenção de novas turmas de EJA oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb. Em 2014 foi realizado um aporte no valor R$ 33 milhões para abertura de novas turmas de educação de jovens e adultos, referentes a 36 mil matrículas. Em relação à educação no sistema prisional, em 2014, foram contabilizadas 5.628 novas vagas do PBA nos estabelecimentos penais e 3.675 nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, totalizando 9.303 alfabetizandos. Já a EJA Prisional recebeu a solicitação de 11.191 matrículas, sendo 10.091 pelos Estados e 1.100 pelas prefeituras. O ciclo do PBA 2013, com execução em 2014, teve a adesão de 25 Estados, o DF e 1.029 Municípios, com uma meta de atendimento de 1,5 milhão de alfabetizandos. Já estão cadastrados 983.443 alfabetizandos dos quais 735.036 em alfabetização e 248.036 aguardando o início do processo de alfabetização. Para esse atendimento, conta-se com cerca de 96 mil alfabetizadores, 17 mil alfabetizadores-coordenadores de turmas e 1.500 tradutores intérpretes de Libras.

O PBA buscou fortalecer a integração entre as políticas de alfabetização e outras ações do Governo Federal, de modo a ampliar o acesso dos beneficiários do Programa aos serviços públicos já existentes, visando à melhoria das suas condições de vida, renda e cidadania.

TAXAS DE ANALFABETISMO (POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS)



Fonte: Pnad/IBGE; Inep/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC

Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020[6].

O financiamento permanente da educação integral vem sendo garantido por meio do Fundeb, que, desde 2007 financia as matrículas em educação integral (mínimo de 7 horas/diárias na escola) com valores até 30% superiores às matrículas regulares no ensino fundamental e também com um acréscimo para as matrículas no ensino médio. Cabe mencionar que o Conselho Nacional de Educação incluiu a educação integral nas novas diretrizes para a educação básica.

O Programa Mais Educação (PME) representa a estratégia mais significativa do Governo Federal para indução da agenda da educação integral em jornada ampliada. O PME promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, por meio da articulação com os equipamentos públicos e comunitários, sob a coordenação da escola e dos professores. A execução do Programa é feita com recursos repassados diretamente às escolas, por meio do PDDE. Há ainda recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores. A adesão ao PME, em 2014, alcançou mais de 58 mil escolas, superando em mais de 18% o número do ano anterior. Destas, aproximadamente 46% são compostas em sua maioria por estudantes cujas

6 O PNE vigente (Lei nº 13.005/2014) abrange o período de 2014 a 2024, contudo optou-se por descrever as metas do PPA conforme a redação do anexo da Lei nº 12.593 de 2012, que institui o PPA 2012 – 2015.

famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e mais de 30% são escolas rurais.

Elevar o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2.
Elevar o Ideb dos anos finais do ensino fundamental para 4,7.
Elevar o Ideb do ensino médio para 4,3.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação. É calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) obtida a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, e as médias de desempenho nos exames padronizados (Prova Brasil ou Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb), obtidas pelos estudantes ao final dos anos iniciais (5º ano), dos anos finais (9º ano) do ensino fundamental; e do 3ª ano do ensino médio. Os resultados do Ideb 2013, divulgados em setembro de 2014, mostram que o País segue melhorando seu desempenho nos anos iniciais do ensino fundamental, alcançando um índice igual a 5,2, que é 0,3 ponto superior a meta proposta. O Brasil tem hoje quase 16 milhões de alunos nos primeiros anos do ensino fundamental. Mais de 13 milhões estão em escolas públicas. Desse total, 81,6% estudam na rede municipal onde a meta foi atingida por 69,7% dos Municípios. Na rede estadual que conta com 18% de estudantes, a meta foi alcançada por mais de 75% dos Municípios. Para os anos finais do ensino fundamental foi alcançado um índice igual a 4,2. Em relação ao ensino médio, o resultado foi 3,7, menor do que a meta de 3,9 estipulada para este período, o que reflete a necessidade de se intensificar as políticas voltadas para esta etapa de ensino de forma compartilhada com os entes federados, de forma a reverter o grande desafio de melhoria da qualidade do ensino médio.

DEMAIS RESULTADOS DO PROGRAMA 2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA

Para além dos objetivos selecionados (0596 e 0598), outras ações desenvolvidas pelo MEC merecem destaque, como a formação e valorização de professores e a avaliação da qualidade do ensino. O atual PNE destaca entre suas dez diretrizes a valorização dos profissionais da educação. Em sua meta 15, prevê, em regime de colaboração entre os entes federados, a instituição da política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

A formação acadêmica do professor é condição essencial e requisito indispensável ao exercício profissional docente com qualidade. Nesse sentido, no desenvolvimento de suas atribuições legais de indução e fomento à formação inicial de professores e à valorização do magistério da educação básica, o MEC desenvolve dois programas importantes. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), direcionado a professores que já atuam na rede pública, porém, sem a formação superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), que contempla alunos de licenciaturas, incentivando a valorização do magistério e o aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica.

O Parfor, no período de 2009 a 2014, passou de 10.034 para 67.071 matriculados. Somente em 2014, matricularam-se no Parfor 8.541 professores e titularam-se 5.471. Participam do Parfor 99 instituições formadoras parceiras e estão vigentes 2.290 turmas, das quais 284 foram iniciadas neste ano.

Quanto ao Pibid, que oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, concedeu em 2014, um total de 90.254 bolsas, sendo 72.845 para alunos de licenciaturas e 11.717 professores da educação básica da rede pública de ensino. Participam do Pibid 284 Instituições de Ensino Superior, distribuídas em 855 campi e organizadas em 2.997 subprojetos.

Em 2013 foi iniciado um processo de reorganização dos cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização voltados aos profissionais das redes públicas de educação básica que culminou com a criação do Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada (SisFor), sistema online de consulta de informações gerenciais, que permite o acompanhamento, em tempo real, dos principais fluxos e processos relacionados a todos os programas de formação continuada implementados pelo MEC.

O Sisfor possibilita o controle gerencial do pagamento de bolsas, o monitoramento dos principais indicadores de resultados e a possibilidade de intervenções corretivas prévias à conclusão do curso. Em 2014, registrou a participação de 71 IES com a pactuação da oferta de 186 mil vagas em cursos e ações formativas destinadas aos profissionais do magistério da educação básica, com investimento de R$ 201,3 milhões.

Instituído com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País e desenvolver a modalidade de educação a distância nas instituições de ensino superior públicas, destaca-se também o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que é integrado por 104 IES e 692 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da federação.

Atendendo a um dos objetivos que é oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica, existem 1.235 cursos ativos, dos quais 347 de licenciatura e 709 de pós-graduação lato e stricto sensu, com destaque para os Mestrados Profissionais em Matemática em Rede Nacional, em Ensino de Física, em Letras, em Artes, em História e em Administração Pública. Em 2014, o Sistema UAB registrou mais de 243 mil matrículas, sendo que desde 2010, mais de 120 mil alunos se formaram. Além disso, cerca de 50 mil professores da rede pública da educação básica já concluíram a formação e outros 50 mil estão matriculados.

A busca pela equidade e pela qualidade da educação é uma tarefa que implica políticas públicas de Estado que incluam uma ampla

articulação entre os entes federativos. O MEC tem desenvolvido diversas ações de apoio aos entes federados na elaboração de políticas públicas de formação e valorização dos profissionais da educação, com destaque para a assistência técnica feita por meio de assessoria direta; a realização de oficinas com os Secretários Municipais de Educação e suas equipes técnicas; e a participação em encontros promovidos pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que visam orientar sobre a elaboração de Planos de Carreira e a implementação do Piso Salarial. Ressalte-se, ainda, o desenvolvimento da primeira versão de um sistema informatizado para que os Estados e Municípios possam elaborar, reelaborar e simular Planos de Carreira dos profissionais da educação.

Com o objetivo de aprimorar os processos de gestão e articulação no campo da política educacional, o MEC busca aperfeiçoar as relações e estabelecer uma coordenação compartilhada entre os entes federados, a fim de viabilizar o processo de alinhamento, já em curso, dos planos estaduais, distrital e municipais de educação ao PNE. Destaca-se também a promoção de espaços de diálogo e formulação que possam subsidiar a instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE). Em 2014 foi lançado o sítio Planejando a Próxima Década (http://pne.mec.gov.br), que fortalece a assistência técnica para elaboração e adequação dos planos estaduais e municipais de educação em consonância com o PNE, conforme estabelece a Lei. O sítio oferece um conjunto de materiais de orientação composto por documentos, sistemas interativos com sugestões de metas intermediárias, além de indicadores educacionais e informações sobre programas que o Ministério já dispõe para apoiar os entes federados no cumprimento das metas nacionais.

Considerada referencial para construção das políticas públicas educacionais, a realização da segunda edição da Conferência Nacional de Educação (Conae) em novembro de 2014 contou com mais de 3,5 mil participantes e teve como tema central “O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”. De caráter deliberativo, a Conferência apresentou um conjunto de propostas que subsidiará a efetivação e a implementação do PNE, indicando responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino.

No que se refere aos instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica, cabe ressaltar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), cujos resultados oferecem subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para essa etapa de ensino. A partir das avaliações do Saeb, é calculado bianualmente o Ideb, que representa a iniciativa de reunir, num só indicador, fluxo escolar e desempenho nas avaliações. O Saeb é composto pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil), pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Cerca de 6,6 milhões de estudantes do ensino fundamental de todas as unidades da federação fizeram as provas do Saeb em sua última edição, realizada em 2013.

Em 2014, as escolas puderam analisar pedagogicamente seus resultados, por meio de boletins eletrônicos, que apresentam as médias de desempenho dos alunos da escola e o percentual de alunos posicionados em cada nível nas escalas de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática. Inserida no contexto de atenção voltada à alfabetização, a ANA é direcionada para as unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do ensino fundamental, fase final do ciclo de alfabetização. Em 2014 foram avaliados cerca de 2,3 milhões de estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas, das zonas urbana e rural, organizadas no regime de nove anos de duração.

Já a Provinha Brasil possibilita um diagnóstico dos níveis de alfabetização dos alunos após um ano de estudos no ensino fundamental, de maneira que as informações resultantes possam apoiar a prática pedagógica do professor em sala de aula. Esta avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo, com foco em Leitura e Matemática.

Com relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), este se tornou, nos últimos anos, a principal porta de entrada de estudantes em universidades públicas e privadas do País. Hoje, cerca de 90% das 63 universidades federais do Brasil utilizam o Exame. Algumas usam como nota complementar, outras destinando uma porcentagem de seu total de vagas, e ainda há aquelas que usam o exame como única forma de ingresso. A edição 2014 do Enem, realizada em novembro, contou com aproximadamente 8,7 milhões de inscritos, sendo aplicado em cerca de 1,7 mil cidades brasileiras. Em 2014, mais de cinco milhões de redações, da edição 2013, foram corrigidas por 7.121 avaliadores, os quais passaram por processo de capacitação com duração de 136 horas.

PROGRAMA 2031 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Constituição Federal de 1988 inclui entre os direitos sociais a educação e o trabalho. Nesse sentido, uma educação profissional e tecnológica de qualidade, voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e alinhada com as necessidades do mercado de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País. É na educação profissional e tecnológica que se tornam ainda mais evidentes os vínculos entre educação, território e desenvolvimento, elementos cuja articulação é indispensável.As rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos exigem a formação de um novo trabalhador, sintonizado com a complexidade da realidade atual e capaz de superar os desafios que ela representa, de pensar e agir em prol das transformações econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de um País menos desigual e mais justo. A contextualização do conhecimento e a vinculação entre teoria prática devem incentivar a investigação científica, a produção e o desenvolvimento de novas tecnologias. Para além da integração com o mundo do trabalho, a educação profissional e tecnológica deve incorporar ainda elementos inseridos no âmbito das relações sociais na perspectiva da promoção da inclusão, da equidade e da cidadania.

Nos últimos anos, a educação profissional tem passado por um processo de expansão, interiorização e democratização da oferta. Neste contexto, cabe destacar o papel preponderante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como referência nesta modalidade de ensino. Merece destaque também a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que desde 2011 já beneficiou oito milhões de participantes de cursos técnicos e de formação inicial e continuada em todo o País. Dar continuidade à ampliação de vagas na educação profissional e tecnológica constitui um grande desafio.

O PNE prevê, em sua Meta 11, "triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público". É necessário, portanto, fortalecer a integração entre educação profissional e setor produtivo, com cursos que cada vez mais reflitam a demanda por formação profissional e incentivar a progressão dos estudos na educação profissional, por meio de itinerários formativos.

Objetivo 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

O Objetivo 0582 contempla iniciativas que visam principalmente: à reestruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica; à ampliação da oferta de cursos a distância; e à ampliação do acesso gratuito a cursos de educação profissional em instituições públicas e privadas. Em 2011, o Governo Federal criou o Pronatec, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional no Brasil.

O Programa visa a contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País por meio da formação profissional para jovens e trabalhadores, em todas as regiões do País. Para fazer frente ao desafio de ofertar educação profissional em escala nacional, em cursos com perspectivas para a inserção laboral e de forma a fortalecer a inclusão produtiva, o Programa contou com as instituições de referência em formação profissional: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, as Redes Estaduais de Educação Profissional e os Serviços Nacionais de Aprendizagem. São oferecidos cursos técnicos de nível médio, que possuem carga horária mínima de 800 horas, e cursos de formação inicial e continuada (FIC), com no mínimo 160 horas de carga horária.

O Pronatec é composto por cinco iniciativas: a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Bolsa-Formação, a Rede e-Tec Brasil, o Acordo de Gratuidade com o Sistema S e o Brasil Profissionalizado.

Além da oferta de vagas, foram realizados nos Institutos Federais investimentos em políticas de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.

Cabe destaque a parceria com a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), para habilitação de cinco Polos de Inovação em Institutos Federais em 2014, visando à prospecção e à execução de projetos de inovação, em parceria com empresas do setor industrial.

Outro destaque é o lançamento da Chamada Pública 17/2014, realizada pelo MEC e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A chamada selecionou 472 propostas para apoio financeiro a projetos que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, oriundos de pesquisadores da Rede Federal de Educação Profissional, Cientifica e Tecnológica. Tais projetos envolvem a cooperação com o setor produtivo, para atendimento de suas demandas e alinhados às características do Plano Brasil Maior e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O investimento será de R$ 40 milhões, a serem executados até 2016.

Outra iniciativa do Pronatec é a Bolsa-Formação, por meio da qual são ofertados cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica. Por meio da Bolsa-Formação Trabalhador, no âmbito da qual são ofertados cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, foram 2,9 milhões de matrículas de 2011 a 2014. Já por meio da Bolsa-Formação Estudante, que oferta cursos técnicos, foram registradas 1,2 milhão de matrículas, totalizando 4,1 milhões de matrículas no período. Ainda no âmbito da Bolsa-Formação do Pronatec são oferecidas vagas para jovens que participam do ProJovem Urbano. Em 2014, foram pactuadas 1.980 vagas e executadas 1.263 vagas.

Ainda no âmbito da Bolsa-Formação Estudante, destaca-se a seleção realizada por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), que oferta vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para estudantes que concluíram o ensino médio e para participantes do Enem.

A edição que ocorreu no primeiro semestre de 2014 alcançou, aproximadamente, 528 mil inscritos e ofertou mais de 291 mil vagas em 122 cursos técnicos, ofertados em 391 Municípios dos 26 Estados e no Distrito Federal. Já a edição que ocorreu no segundo semestre de 2014 atingiu cerca de 354 mil inscritos e ofertou mais de 289 mil vagas em 118 cursos técnicos e gratuitos em 466 Municípios de todas as unidades da Federação. Ainda nesse contexto, algumas iniciativas estratégicas, envolvendo diversos Ministérios, foram intensificadas em 2014, no âmbito da Bolsa-Formação. Por meio do Pronatec Brasil Maior, foram atendidas demandas de setores produtivos estratégicos da economia nacional.

Por meio do Pronatec Brasil sem Miséria, é promovida a formação profissional de beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. Em março de 2014, foi atingida a meta de um milhão de alunos, prevista para o período 2011- 2014.

Em 2014 foram efetuadas 670 mil matrículas no ano. Entre o total de alunos matriculadas no Programa, 59% têm entre 15 e 29 anos, 68% são negros e 68% são mulheres. O Acordo de Gratuidade com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), por meio do qual são ofertadas vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores, alcançou em 2014 a meta estabelecida de 66,66% de aplicação dos recursos recebidos da contribuição compulsória em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional.

Em 2009, quando da celebração do Acordo, o percentual de oferta gratuita era de 50% no Senai e 20% no Senac. O Programa Brasil Profissionalizado atua na expansão e fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, com ações de infraestrutura, aquisição de laboratórios, equipamentos e itens gerais de composição de escolas, além de ações formativas para professores, gestores e demais profissionais da educação. Desde 2011, no âmbito deste Programa, foram realizadas 337 mil matrículas, sendo 84 mil apenas em 2014. São 292 obras concluídas, sendo 70 construções e 222 ampliações. O investimento em 2014 totalizou R$ 61 milhões. A Rede e-Tec Brasil, iniciativa do Pronatec que oferta educação profissional e tecnológica a distância, desde 2011, realizou 262 mil matrículas.

A partir de 2014, o MEC passou a exigir o registro, no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) o cadastro dos alunos e dos polos de apoio presencial, conferindo maior controle do número de matrículas que, até 2013, era fornecido por ato declaratório das instituições.

Em 2014 foram 60 mil estudantes matriculados em 2.243 polos de apoio presencial, tendo sido criados 897 novos polos, com um investimento de R$ 161 milhões. Além disso, os Serviços Nacionais de Aprendizagem iniciaram sua atuação na Rede E-Tec Brasil, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada pelo Senai.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0582 DO PROGRAMA 2031 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0582	No Exercício (1)	4.143.993.258	5.497.651.543
	RPNP (2)	1.276.492.752	1.429.464.722
	Gastos Tributários (3)		
Total do Objetivo		**5.420.486.010**	**6.927.116.265**

Fonte: Siafi/STN e SRF/MF Demonstrativo dos Gastos Tributários - DGT2010 a DGT2014
(1) Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercícioanteriores.
(3) Renúncias tributárias para o transporte escolar, conforme previsão da SRF.
(4) Consulta ao Siafi em 31/12/2014 (Autorizado para o Exercício: R$ 8,1 bi / Empenhado: R$ 6,8 bi)

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0582 DO PROGRAMA 2031 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de medida	Meta prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Elevar o número de escolas da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica para 562.	Escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	562	430	470	562	100,00%
Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes.	Vagas	8.000.000	2.559.314	5.571.312	8.123.689	101,55%
Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres.	Mulheres	100.000	18.787	37.183	75.064	75,06%

Fonte: Setec/MEC

ANÁLISE DAS METAS QUANTITATIVAS

Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562.

Na Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em apenas quatro anos, entre 2011 e 2014, foram entregues e entraram em funcionamento 208 novas unidades de Institutos Federais, perfazendo um total de 562 unidades. Dessas, 92 unidades da Rede Federal de 24 Estados iniciaram suas atividades em 2014, totalizando 562 escolas em atividade. Os investimentos no Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal desde 2011 foram de R$ 3,3 bilhões, sendo R$ 678 milhões em 2014.

Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes.

De 2011 a 2014, o Pronatec já atendeu mais de 8,1 milhões de matrículas em todas as suas iniciativas, superando a meta inicialmente estabelecida de 8 milhões de vagas a serem ofertadas. Somente em 2014, foram realizadas mais de 3,2 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada (FIC). Por meio da Bolsa-Formação, foram realizadas 4,1 milhões de matrículas, sendo 2,9 milhões Bolsa-Formação Trabalhador e cerca de 1,2 milhão Bolsa-Formação Estudante. Em 2014, os investimentos da iniciativa somam R$ 3,8 bilhões. Para atender aos públicos prioritários, foram desenvolvidas ações no âmbito do Pronatec Brasil sem Miséria, Pronatec Viver sem Limites, Pronatec Seguro-Desemprego e Pronatec Campo, entre outras modalidades. Além disso, estudantes de escolas públicas podem ser atendidos por cursos técnicos concomitantes demandados pelas Secretarias Estaduais de Educação e, após a conclusão do ensino médio, podem utilizar a nota do Enem para concorrer a vagas gratuitas de cursos técnicos subsequentes por meio do Sisutec. São reservadas, ainda, vagas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, que optem por vagas em Instituições Federais de Ensino e que tenham cursado o ensino médio completo em escolas públicas ou em instituições privadas, na condição de bolsista integral.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS

Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020[7].

De 2011 a 2014, por meio das iniciativas que compõem o Pronatec, foram realizadas 2,7 milhões matrículas em cursos técnicos de nível médio, somando os cursos oferecidos por meio da Bolsa-Formação, Brasil Profissionalizado, e-Tec, Acordo de Gratuidade e Rede Federal. Para o alcance desta meta, destaca-se o Sisutec, no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Enem. A edição que ocorreu no primeiro semestre de 2014 alcançou cerca de 527mil inscritos e ofertou mais de 291 mil vagas em 122 cursos técnicos, ofertados em 391 Municípios dos 26 Estados e do Distrito Federal. Já a edição que ocorreu no 2º semestre de 2014 atingiu aproximadamente 353 mil inscritos e ofertou mais de 289 mil vagas em 118 cursos técnicos e gratuitos em 466 Municípios de todas as unidades da Federação.

7 O PNE vigente (Lei nº 13.005/2014) abrange o período de 2014 a 2024, contudo optou-se por descrever as metas do PPA conforme a redação do anexo da Lei nº 12.593 de 2012, que institui o PPA 2012 – 2015.

DEMAIS RESULTADOS DO PROGRAMA 2031 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

De acordo com os dados do Censo Escolar 2013, no Brasil foram realizadas mais de 3,7 milhões matrículas iniciais na educação de jovens e adultos. Desse total, 3% foram matrículas de EJA integrada à educação profissional. Nesse sentido, em 2013, com o objetivo de fortalecer e ampliar a articulação entre educação profissional e elevação de escolaridade, foi incluído no Pronatec a modalidade Pronatec EJA, que consiste na oferta gratuita de cursos técnicos nas formas integrada e concomitante, e de cursos de formação inicial e continuada articulados à educação básica na modalidade EJA. Essa modalidade busca proporcionar a elevação da escolaridade e a profissionalização de jovens e adultos com vistas à participação como cidadão no mundo do trabalho. No ano de 2014, foram executadas 4.585 vagas, das quais 1.731 são vagas de cursos técnicos concomitantes ou integrados ao ensino médio e 2.854 de cursos de formação inicial e continuada. No que se refere às ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade, destaca-se o Programa Mulheres Mil, cujo objetivo é viabilizar a estas mulheres o acesso à educação profissional, ao emprego e à renda. A oferta de cursos de formação contribui para a promoção da autonomia da mulher e a criação de oportunidades no mercado de trabalho para que consigam melhorar a qualidade de suas vidas e de suas comunidades. O programa, que teve início em 2011, beneficiou mais de 75 mil mulheres até 2014. Em 2013, o Programa Mulheres Mil foi incorporado à Bolsa-Formação, como forma de viabilizar a ampliação da oferta, uma vez que o seu público-alvo está diretamente relacionado com o público prioritário do Pronatec, sobretudo o Pronatec Brasil Sem Miséria, que oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional para o público de baixa renda.

PROGRAMA 2032 - EDUCAÇÃO SUPERIOR
GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A educação superior é compreendida, no cenário internacional, como um bem público. Esse conceito está explicitado no documento "As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social", produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) a partir da Conferência Mundial sobre Educação Superior, acontecida em 2009.

Em seu preâmbulo, o documento apresenta um importante princípio "como um bem público e estratégia imperativa para o desenvolvimento de todos os níveis de ensino, como base para pesquisas, inovações e criatividade, a educação superior deve ser assumida como responsabilidade e receber suporte financeiro de todos os governos".

O reconhecimento do papel da universidade como um instrumento de transformação social, de desenvolvimento sustentável e inserção do País, de forma competente, no cenário internacional fortaleceu os movimentos em prol da expansão da educação superior pública e gratuita.

Ao apurar periodicamente a trajetória de todos os alunos e docentes, o Censo da Educação Superior fornece subsídios relevantes sobre a abrangência e eficiência do sistema em suas diferentes dimensões, sendo ferramenta indispensável ao planejamento, ao acompanhamento e à avaliação de políticas para esse nível de ensino. No Censo da Educação Superior 2013, realizado em 2014, o número de matrículas de graduação registrado foi de 7,3 milhões, um incremento de 3,8% em relação ao ano anterior e de 83% em relação a 2003. Do número total de matrículas, 26,4% estão nas redes públicas de ensino. De 2003 a 2013, o número de jovens de 18 a 24 anos que frequentavam ou já tinham concluído o ensino superior passou de 12,2% para 20,2%.

Dar continuidade à ampliação do acesso ao ensino superior com qualidade constitui um dos grandes desafios explicitados do PNE, que prevê na Meta 12 "elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público."

Diversas iniciativas estão sendo implementadas com vistas à ampliação de cursos e vagas nas universidades federais, à interiorização dos câmpus universitários, à permanência e à diplomação dos estudantes, à democratização do acesso a universidades privadas, ao desenvolvimento de programas de assistência estudantil, além dos programas de pesquisa e extensão e da ampliação e fortalecimento da pós-graduação.

Objetivo 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

O Objetivo 0841 contempla iniciativas que visam principalmente à expansão, reestruturação e interiorização da rede federal de educação superior; à ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes em instituições públicas e privadas de educação superior; ao desenvolvimento de políticas de inclusão; e ao fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação.

A expansão da educação superior pública está alicerçada nos pilares da interiorização, reestruturação e consolidação da Rede Federal de Ensino Superior, com o objetivo de promover o aumento da oferta de vagas de ingresso e contribuir para o desenvolvimento do País, propiciando a redução das assimetrias regionais, nos marcos de um projeto nacional.

Como resultado de investimentos, o Governo Federal espera consolidar a implantação dos 324 câmpus até o final de 2015, além de dar continuidade à implantação de quatro novas Ifes (Universidade Federal do Sul da Bahia - Ufesba, Universidade Federal do Oeste da Bahia - Ufob, Universidade Federal do Cariri - UFCA e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa), e a continuidade do processo de implantação das quatro instituições recentemente criadas (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa).

As ações implementadas vêm proporcionando uma expansão significativa do sistema público federal de educação superior, com um importante aumento no número de vagas de graduação oferecidas nos processos seletivos de ingresso.

Em 2013, segundo dados do Censo da Educação Superior, foram ofertadas aproximadamente, na graduação presencial, 246 mil vagas por meio de processo seletivo, e 61 mil vagas remanescentes ofertadas por meio de outras formas de ingresso, e registradas 932,3 mil matrículas.

Destaca-se também o número de matrículas de educação a distância nas Ifes, que em 2013 atingiu a marca de 83,7 mil, totalizando mais de 1 milhão de matrículas em graduação nas universidades federais.

O sistema de cotas afirmativas definido pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, visa a reservar parte das vagas das universidades federais para grupos considerados vulneráveis socialmente. Os grupos acolhidos pelas políticas de ações afirmativas foram negros, índios, pardos e estudantes oriundos de escolas públicas, pois a desigualdade no acesso à educação superior ainda constitui um grande desafio. Sua implantação apresenta resultados positivos em diversos aspectos.

Pesquisas realizadas junto às Ifes revelam que a evasão entre os estudantes que ingressam por meio de cotas é significativamente

inferior à dos demais. Também o desempenho acadêmico entre os estudantes beneficiados mostra-se igual ou superior à média. Esse dado permite afastar a preocupação comumente apontada pelos críticos do sistema de cotas, que enxergam em sua implantação uma margem à queda no desempenho dos alunos.

Em virtude da preocupação com a qualidade da oferta, com a permanência e com o sucesso dos estudantes, a expansão vem sendo implementada com um conjunto de programas associados, como o Programa de Extensão Universitária (Proext), o Programa de Educação Tutorial (PET) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

Em relação ao Proext, foram selecionadas 826 propostas de programas e projetos de extensão em todo o território nacional, com previsão de atendimento em 2015.

Ainda em relação aos projetos especiais de graduação, o PET consolida-se como uma importante ação desenvolvida por estudantes bolsistas que contam com a tutoria de um docente doutor. No ano de 2014, foram apoiados 670 grupos nas universidades federais e 170 grupos em instituições não federais, totalizando 840 grupos.

O Pnaes foi criado em 2007 com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Oferece assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, e ao apoio pedagógico. O Programa contou, em 2014, com um investimento de R$ 742,7 milhões para atender estudantes das 63 universidades federais do País.

O Programa Bolsa Permanência (PBP) concede auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais, e tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

Para os estudantes indígenas e quilombolas, é garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes. Em 2014, o PBP concedeu bolsas para mais de 10.570 estudantes. Destes, 2.100 são indígenas e 510 são quilombolas.

Com relação às pessoas com deficiência, os dados do Censo da Educação Superior apontam 29.221 alunos, sendo 32% das matrículas em Instituições Públicas de Educação Superior. No âmbito do Viver Sem Limite, tendo como objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais e a eliminação de barreiras físicas e pedagógicas, o Programa Incluir, em 2014, disponibilizou recursos da ordem de R$ 11 milhões para 59 universidades. No período de 2011 a 2014 foram investidos R$ 25 milhões em 59 Núcleos de Acessibilidade instituídos pelas Ifes.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, tem como objetivo propiciar a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

Em 2014 foi lançado o primeiro edital do Programa e selecionadas 20 propostas de cursos de formação preparatória, que serão ofertadas em 2015, para pós-graduação de diferentes instituições de educação superior federais, estaduais, municipais e comunitárias, contribuindo para a institucionalização e solidificação de experiências de ação afirmativa.

Já o Programa Mais Cultura nas Universidades visa a desenvolver e fortalecer a formação de cidadãos no campo da arte e da cultura no Brasil, em sua dimensão simbólica, cidadã e econômica, gerando condições para fortalecer seus agentes e meios de atuação e inovação nas diversas esferas e escalas do desenvolvimento territorial do País.

Em 2014, foi publicado o primeiro edital do Programa, o qual apoiará as universidades e institutos federais na difusão e preservação da cultura brasileira e na construção e implementação de políticas públicas culturais.

No âmbito das políticas de inclusão do Governo Federal, o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído em 2005, amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas em contrapartida à isenção de impostos. Em 2014, o ProUni concedeu 223.488 bolsas, tendo alcançado a 1,5 milhão de estudantes atendidos.

Integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um processo unificado que seleciona os estudantes para a educação pública do País, com base nas notas obtidas no Enem, por meio de um sistema informatizado. O Programa contou em 2014, com a participação de 120 instituições que ofertaram 222.813 vagas, em 4.723 cursos na edição do primeiro semestre e 1.447 cursos na edição do segundo semestre.

Ressalta-se ainda o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest), que proporciona apoio financeiro para que as instituições estaduais públicas de ensino superior participantes do Sisu possam desenvolver ações de assistência estudantil e que atendam aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial. Em 2014 o Pnaest apoiou 11 Instituições com recursos da ordem de R$ 27,3 milhões.

Em consonância com a política de expansão da educação superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) possibilita a concessão de financiamento a estudantes de instituições privadas, em cursos com avaliação positiva pelo MEC. Com os aprimoramentos instituídos a partir de 2010, dentre eles, a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa a apresentação de fiador e institui a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho, o Fies registrou, de 2010 a 2014, a assinatura de 1,9 milhão de novos contratos, superando a meta prevista de 1,5 milhão, dos quais 730 mil foram firmados em 2014, com valores

desembolsados no total de R$ 28 bilhões. Desde sua criação em 1999, o Fies já atendeu a 2,45 milhões de estudantes.

Os Ministérios da Educação e da Saúde executam ações compartilhadas, no âmbito do Programa Mais Médicos, visando ao aperfeiçoamento de médicos na área de atenção básica em saúde, mediante a integração ensino-serviço. Estas ações contam, ainda, com intercâmbio internacional.

Os médicos integrantes do Programa Mais Médicos recebem supervisão acadêmica conduzida por 148 tutores, sendo a maioria docente de Medicina, integrantes de 49 IES, e por 1.741 supervisores médicos, que acompanham mensalmente o desempenho acadêmico e profissional dos médicos em exercício em articulação com tutores e gestores municipais de saúde.

Encontram-se em desenvolvimento novos parâmetros para a formação médica no País, além da reordenação da oferta de cursos de Medicina e de vagas de residência na rede federal de educação superior e em instituições privadas. As metas a serem atingidas até 2017 são a de ofertar 11.447 novas vagas de graduação em Medicina e de universalizar as vagas de residência médica nas instituições federais e privadas.

Em 2014, ainda no âmbito do Programa, foram criadas 2.792 novas vagas em cursos de Medicina, das quais 641 em IES públicas. Deste total de novas vagas, 1.929 referem-se a vagas em novos cursos e 863 são relativas a aumento ou reativação de vagas em cursos já existentes. Cabe registrar que em dezembro de 2014 foi publicado Edital para seleção das IES que ofertarão cursos de Medicina em 39 Municípios selecionados no País.

No que tange às Residências em Saúde, foram ofertados, pelas universidades federais, 1.180 programas de Residência Médica e 242 programas de Residência Multiprofissional, com financiamento de 8.238 bolsas para os estudantes residentes em Medicina e 3.324 bolsas para estudantes residentes em outras áreas da saúde.

Na área de educação em saúde, cabe destacar o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), instituído pelo Decreto nº 7.082 de 27 de janeiro de 2010, que visa a auxiliar os 46 Hospitais da rede nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão e na dimensão da assistência à saúde.

Contando com financiamento compartilhado pelos Ministérios da Educação e da Saúde, o Rehuf investiu, em 2014, aproximadamente R$ 738,6 milhões para a aquisição de insumos, medicamentos, material médico-hospitalar, serviços, equipamentos e aparelhos, reformas, obras e construções para beneficiar os hospitais da rede.

A gestão do Rehuf compete à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), criada em 2011 com a finalidade de administrar as unidades hospitalares na prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar e ensino, por meio de relação contratual, preservando a autonomia universitária. Até o final de 2014, aderiram à gestão da Empresa 38 unidades hospitalares. Por meio de pregões eletrônicos, a economia alcançada no ano de 2014, foi de R$ 513,3 milhões, representando 26,4% de economia em relação ao valor de referência. Além da gestão do Rehuf e de suas atividades regulares, a EBSERH também participa do Programa Mais Médicos por meio do financiamento de bolsas a supervisores e tutores, com investimento de cerca de R$ 72,7 milhões em 2014.

A fim de conferir maior padronização das atividades aos procedimentos de regulação e supervisão que desempenha, o MEC tem investido no aprimoramento de seus instrumentos de gestão e nos controles internos, além de centrar esforços na edição de atos normativos.

Em 2014, foram editados 7.152 atos regulatórios, destacando-se 1.537 autorizações de cursos, 4.262 reconhecimentos e renovação de reconhecimento de cursos e 295 atos de supervisão - instauração de processos, despachos para aplicação de penalidades.

Merece destaque também o trabalho de revisão do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), com o propósito de aprimorar e fortalecer os Cursos Superiores de Tecnologia (CST), imprescindível para assegurar que a oferta desses cursos e a formação dos tecnólogos acompanhem a dinâmica do setor produtivo e as demandas da sociedade.

Esta atualização do CNCST resultou na revisão dos descritores dos 113 cursos já constantes do catálogo anterior, e no acréscimo de 32 novas denominações, totalizando assim 145 denominações de CST a integrarem a terceira edição do Catálogo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0841 DO PROGRAMA 2032
EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0841	No Exercício[1]	5.616.742.386	6.263.311.798
	RPNP[2]	1.734.618.377,43	2.411.800.607
	Gastos Tributários[3]	750.943.828	601.118.818
Total do Objetivo		**8.118.313.738**	**9.276.231.223**

Fonte: Siafi/STN e SRF/MF Demonstrativo dos Gastos Tributários - DGT2010 a DGT2014
[1] Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
[3] Renúncias tributárias para o transporte escolar, conforme previsão da SRF.
Consulta ao Siafi em 31/12/2014 (Autorizado para o Exercício: R$ 11,2 bi / Empenhado: R$ 8,2 bi)

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0841 DO PROGRAMA 2032 EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de medida	Meta prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324.	Campi da Rede federal de educação superior	324	287	291	321	99%
Elevar o número de Universidades Federais para 63.	Universidades federais	63	59	63	63	100%

Fonte: Sesu/MEC

ANÁLISE DAS METAS QUANTITATIVAS

Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324: os objetivos da Rede Federal de Educação Superior são ampliar e democratizar o acesso além de interiorizar a educação superior com qualidade, tendo como foco as necessidades e vocações econômicas de cada região. A meta de implantar 47 novos câmpus no período de 2011 a 2014 foi atingida, totalizando 321 câmpus, sendo que destes, 30 iniciaram suas atividades em 2014. A distribuição regional destes 47 novos campus é a seguinte: 8 na região sudeste, 14 na região norte, 6 na região sul, 17 na região Nordeste e 2 na região Centro-Oeste.

Elevar o número de universidades federais para 63: esta meta foi atingida no ano 2013 por meio da criação da Universidade do Cariri (UFCA), da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), da Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS

Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020[8]: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, previa, além do aumento da oferta de vagas, outras ações como ampliação ou abertura de cursos noturnos, melhora da relação de alunos por professor, elevação da taxa de conclusão nas graduações presenciais, redução do custo por aluno, flexibilização de currículos e combate à evasão.

Um dos resultados dessas iniciativas foi o aumento da oferta de vagas em graduação presencial: em 2009 foram 186.984 e em 2013 foram 245.933 vagas ofertadas por meio de processo seletivo, e 61.257 vagas remanescentes ofertadas por meio de outras formas de ingresso.

O PNE estabelece como a estratégia a oferta de no mínimo um terço das vagas em cursos noturnos.

Em 2013, a oferta de vagas de graduação presencial em cursos noturnos representou 30%.

8 O PNE vigente (Lei nº 13.005/2014) abrange o período de 2014 a 2024, contudo optou-se por descrever as metas do PPA conforme a redação do anexo da Lei nº 12.593 de 2012, que institui o PPA 2012 – 2015.

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

O gráfico a seguir aponta que, tanto a taxa de escolarização bruta na educação superior, como a taxa líquida de matrícula ajustada, vem apresentando, desde 2005, crescimento consistente.

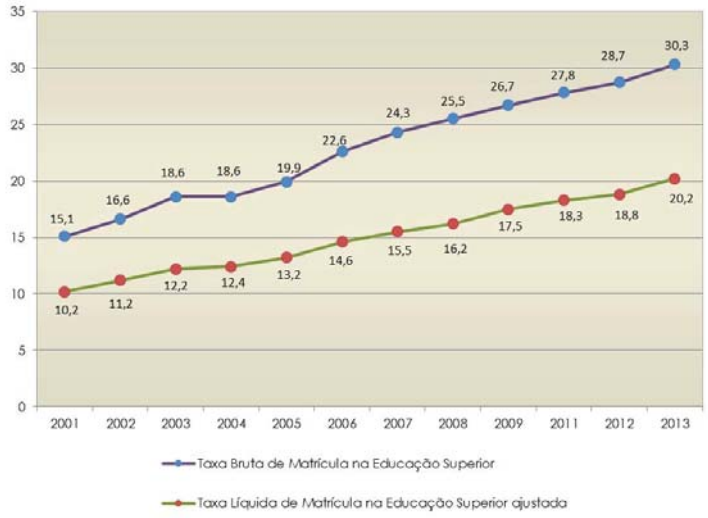
A taxa bruta de matrícula na educação superior refere-se ao percentual da população na educação superior sobre o universo da população de 18 a 24 anos. A meta proposta pelo PNE é atingir 50% até o final do Plano.

A referida taxa evoluiu de 19,9% em 2005, para 30,3% em 2013. Já em relação à taxa líquida de matrícula na educação superior ajustada, que se refere ao percentual da população de 18 a 24 que frequenta o ensino superior ou já concluiu esta etapa de ensino, em relação à população total na mesma faixa etária, evoluiu de 13,2% em 2005, para 20,2% em 2013.

A meta proposta pelo PNE é atingir 33% até o final do Plano.

Esta evolução foi acompanhada das políticas de expansão do acesso à educação superior, como o ProUni, o Fies, o Reuni e a Expansão da Rede Federal de Educação Superior.

TAXAS DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR



Fonte: PNAD/IBGE; Inep/MEC Elaboração: SPO/SE/MEC.

DEMAIS RESULTADOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Além das ações já citadas, o Governo Federal vem expandindo suas ações de apoio e fomento à pós-graduação stricto sensu e à mobilidade internacional no âmbito do ensino superior, provendo o País de melhores quadros de nível técnico e científico, e investindo no aprimoramento dos instrumentos de avaliação, com vistas a elevar o padrão de qualidade da educação superior.

Nesse sentido, destaca-se o Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

O Programa oferece bolsas para que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação.

A meta de oferecer 101 mil bolsas de 2011 a 2014 foi superada, tendo sido concedidas 101.446 mil bolsas de estudo, sendo 36.241 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e 65.205 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Com vistas a propiciar maior oportunidade de aprendizagem e aperfeiçoamento do idioma estrangeiro para o CsF, foi criado, em 2012, o Programa Inglês sem Fronteiras (IsF), cujas ações são: aplicação de testes de proficiência (*TOEFL ITP*), acesso a curso de inglês online auto instrucional (*MyEnglish Online*) e oferta de cursos presenciais em universidades federais brasileiras.

Em 2014, foram aplicados mais de 150 mil testes em 116 instituições públicas de ensino superior em todos os Estados brasileiros. O curso de inglês *MyEnglish Online* já possui mais de 650 mil usuários e os cursos presenciais fomentados pelo Governo Federal com recursos da ordem de R$ 4,5 milhões em 43 universidades federais já conta com mais de 35 mil inscritos. Também em 2014, foram distribuídos 1,5 mil acessos ao curso de francês on-line em parceria com o governo francês e a Aliança Francesa.

Com o sucesso do Programa IsF e o crescente processo de internacionalização da comunidade acadêmica brasileira, foi lançado, em novembro de 2014, o Programa Idiomas sem Fronteiras, que incorpora outras línguas e tem como objetivo a formação de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo de instituições de educação superior e de professores de idiomas da rede pública de educação básica.

Com essa ampliação, o Programa, complementar ao CsF e às demais políticas públicas de internacionalização, ofertará, além da língua inglesa, os idiomas francês, espanhol, italiano, japonês, mandarim, alemão e português para estrangeiros.

Além das ações vinculadas ao Programa Ciência sem Fronteiras, houve expansão das ações de Cooperação Internacional. Os programas tradicionais de mobilidade acadêmico-científica tiveram resultado acima da média, com um total de 7.358 bolsistas beneficiados. Foram financiados, ainda, 1.243 projetos conjuntos de pesquisa, dos quais participaram pesquisadores brasileiros e estrangeiros de vários países (Alemanha, Suécia, Japão, Canadá, Reino Unido, Espanha, França entre outros),

e concedidos 1.648 auxílios para participação de doutores em eventos científicos no exterior.

O MEC concede bolsas de estudo no Brasil visando estimular a formação de recursos humanos de alto nível. Em 2014, o MEC apoiou a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), ampliou a concessão de bolsas de estudos no País para 105.579, sendo 48.111 de mestrado, 39.906 de doutorado, 6.820 de pós-doutorado, 214 de Professor Visitante Sênior, 253 de Supervisão, 9.902 de iniciação científica e 373 para o Programa Inglês sem Fronteiras.

Ainda em 2014, destacam-se as concessões adicionais de mais de 5 mil de bolsas de mestrado e doutorado por meio do Programa Demanda Social e o Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup).

Além dessas concessões, como ação específica de incentivo à internacionalização, foram concedidas 1.386 bolsas de doutorado no País em contrapartida aos cursos que enviaram discentes para o exterior.

Convêm ressaltar a atenção dispensada às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com vistas à redução das assimetrias regionais, destacando ações como o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e o Programa Pró-Amazônia: Biodiversidade e Sustentabilidade.

Em atendimento principalmente às demandas do setor produtivo, em 2014 foi implementada a modalidade Mestrado Profissional no Exterior, concedendo na primeira edição do Edital um total de 596 bolsas de estudo para os Estados Unidos.

Nos últimos anos, o Portal de Periódicos tem possibilitado o acesso à informação científica por meio eletrônico, tanto dos professores e alunos, quanto dos pesquisadores brasileiros, buscando democratizar o acesso à informação científica por meio eletrônico.

Atualmente 424 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de Governo têm acesso ao Portal de Periódicos, que disponibiliza 37.216 periódicos em textos completos, 130 bases referenciais e de resumos, 256.910 mil livros eletrônicos e 11 bases de patentes. Em 2014, o Portal contou com investimentos da ordem de R$ 212,9 milhões, registrando mais de 53 milhões de acessos.

Em termos do aprimoramento dos instrumentos da avaliação da pós-graduação stricto sensu, a Plataforma Sucupira, lançada em 2014, permite maior transparência dos dados para toda a comunidade acadêmica, maior facilidade no acompanhamento da avaliação e maior confiabilidade, precisão e segurança das informações.

Em 2014, foram analisados diretamente na Plataforma Sucupira, por 450 consultores ad hoc, 859 propostas de cursos novos (275 de mestrados profissionais e 584 de mestrados acadêmicos e doutorados), e 165 projetos de Mestrado e Doutorados Interinstitucionais.

O levantamento nacional de dados educacionais e a realização de avaliações sistemáticas para a educação superior, considerando as especificidades das diferentes regiões e públicos existentes, constitui ferramenta imprescindível para a melhoria da qualidade e a orientação da expansão da oferta da educação superior e das políticas de financiamento e de inclusão nesta etapa de ensino.

Nesse sentido, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) abrange o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Para implementar o processo de avaliação, em 2014, foram realizadas 5.647 avaliações in loco, as quais possuem alto impacto externo, tendo em vista a sua função de garantir a qualidade de cursos e instituições, bem como servir ao processo regulação da atividade da educação superior no País.

Ainda no âmbito da avaliação, destaca-se o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), cuja edição de 2014 avaliou o desempenho de 483.520 concluintes de 34 áreas de conhecimento, em 1.503 Municípios, cobrindo 9.994 cursos.

Este Exame é um dos instrumentos de avaliação do Sinaes e visa ao acompanhamento do processo de aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação. Sua realização subsidia a construção e o cálculo de indicadores de qualidade de cursos e instituições, com o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC).

4.14. MINISTÉRIO DA FAZENDA

O Ministério da Fazenda (MF) é o órgão da estrutura administrativa da República Federativa do Brasil responsável pela formulação e execução da política econômica, com atuação orientada para a busca de permanente equilíbrio fiscal das contas públicas, conjugado com regime de metas para a inflação, câmbio flutuante e administração eficiente da dívida pública.

Nesse sentido, a atuação do Ministério está voltada, também, para a manutenção da higidez e estabilidade do sistema financeiro nacional, e de sua capacidade de operar os mercados de crédito, de seguros, de capitais e de valores mobiliários, com eficiência e segurança para os clientes e aplicadores em geral.

Assim, a condução da política econômica tem a preocupação permanente de preservar as condições para o desenvolvimento econômico sustentável, e de oferecer meios para a melhoria do ambiente produtivo, e dessa forma assegurar a promoção do crescimento econômico sustentável, a geração de emprego, a inclusão social, a justiça fiscal, e, sobretudo a redução das disparidades sociais e regionais.

PROGRAMA 2039 – GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional contempla as principais ações do Ministério da Fazenda na condução da política econômica. Dentre seus objetivos principais, destacam-se:

- Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira (Objetivo 0887);
- Propor e aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas e ao mercado de captação de poupança popular (Objetivo 0889);
- Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros (Objetivo 0893);
- Desenvolver o mercado de valores (Objetivo 0894);
- Desenvolver o mercado de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização (Objetivo 0895);
- Propiciar garantia de cobertura por parte da União para segmentos em que o setor privado não está presente ou atua com restrições e estabelecer um instrumento para a gestão desta garantia. Assegurar a sustentabilidade do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), promover o desenvolvimento de novas coberturas e viabilizar a recuperação de créditos da União em razão de indenizações pagas pelo FGE ou relativas ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações (Objetivo 0896).

Objetivo 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira.

O Objetivo 0887 visa assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária e o nível de realização das metas quantitativas do Objetivo 0887 do Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0887 DO PROGRAMA 2039

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0887	No Exercício [1]	716.002.103,41	751.234.784,28
	RPNP[2]	1.415.684,29	16.563.360,52
	Gastos Tributários	0	0
Total do Objetivo		**717.417.787,70**	**767.798.144,80**

[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0887

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada em			% da meta total 2012-2015 realizada	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN	N/A	%	5,84	5,91	6,41	N/A	Banco Central do Brasil - BCB
Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional às exigências de capitalização	N/A	%	99,98	99,80	99,99	N/A	Banco Central do Brasil - BCB
Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.	N/A	Bilhões (R$)	86,09	75,29	- 20,47	N/A	Siop/SPI

ANÁLISE DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0887

Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN): em 2014, a inflação se manteve em patamares elevados, refletindo, em parte, a ocorrência de dois importantes processos de ajustes de preços na economia: i) realinhamento de preços domésticos em relação aos internacionais; e ii) realinhamento dos preços administrados em relação aos livres.

Assim, a taxa de inflação medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 6,41%, posicionando-se, portanto, dentro do intervalo de tolerância de dois pontos percentuais acima ou abaixo da meta central de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional às exigências de capitalização: a análise dos valores aferidos no período de janeiro a novembro de 2014, demonstra que o indicador de Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização apresentou resultado de 99,99% de enquadramento para a data-base novembro/2014[1].

O comportamento desse indicador evidencia o desempenho superior à meta de 98,8% durante todos os meses do ano, oscilando entre 99,79 e 99,99%.

O valor relativo ao desenquadramento é originado em algumas instituições de pequeno porte, sobretudo cooperativas de crédito e corretoras de títulos e valores imobiliários.

No período, foi observada média mensal de 24 instituições desenquadradas, que, somadas, representavam um patrimônio inferior a R$ 437 milhões de um total médio de R$ 525 bilhões de Patrimônio Líquido Exigível, consolidado para todo o SFN no ano de 2014.

Conclui-se, assim, ser bastante sólido o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro, contribuindo diretamente para a consecução do objetivo da iniciativa que é assegurar a solidez do SFN.

Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2014) estabeleceu, para 2014, meta de superávit primário de R$ 116,1 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central), e de R$ 0,0 para as Empresas Estatais Federais, totalizando no âmbito do Governo Federal a meta de R$ 116,1 bilhões.

A LDO 2014, alterada pela Lei nº 13.053, de 15 de dezembro de 2014, autorizou o abatimento dessa meta em valor equivalente às desonerações tributárias que alcançaram R$ 104,0 bilhões e aos gastos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de R$ 57,7 bilhões, totalizando um montante de R$ 161,7 bilhões passível de abatimento da meta fiscal.

O déficit primário do Governo Central em 2014, pela ótica abaixo da linha, atingiu R$ 20,5 bilhões (0,40% do PIB), o que acrescido ao déficit de R$ 2,0 bilhões das Empresas Estatais Federais, totalizou R$ 22,5 bilhões (0,44% do PIB) na esfera do Governo Federal, valor este dentro do intervalo permitido pela LDO.

1 O índice é calculado mensalmente conforme a data-base em que os elementos necessários para seu cálculo estão disponíveis. Assim, o valor informado para um determinado mês utiliza dados contábeis do segundo mês anterior, em função do prazo que as instituições têm para remeter o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) e da garantia de representatividade dos dados na data do processamento. A partir da data base outubro/2013 esse indicador sofreu alteração em sua fórmula de cálculo para adequá-lo às novas Regras de Basileia III, que foram regulamentadas pela Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

ANALISE DAS METAS QUALITATIVAS E INICIATIVAS ASSOCIADAS AO OBJETIVO 0887

Implementar diretrizes de política econômica com vistas ao crescimento sustentado e à solidez das contas públicas, com estabilidade de preços e promoção da competitividade: em 2014, manteve-se o foco nos investimentos como forma de aumentar a competitividade, o que tem sido parte essencial da estratégia de desenvolvimento do País.

O Plano Brasil Maior adotou, em 2014, diversas medidas de política industrial, tecnológica e de comércio exterior relacionadas à política industrial de incentivos à produção e ao investimento. A propósito, merecem destaque: a desoneração permanente da folha de pagamentos para 56 segmentos da indústria, de serviços, comércio e outros, com renúncia estimada de R$ 24,07 bilhões; o estabelecimento do Reintegra (ressarcimento de valor exportado de produtos manufaturados); a manutenção em zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para material de construção e bens de capital (máquinas e equipamentos, caminhões e ônibus); incentivos para abertura de capital de empresas de porte médio; e a prorrogação do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI).

Instituir novas diretrizes e/ou modificar a legislação financeira, tributária e creditícia, com ênfase nos aspectos que propiciem a otimização dos recursos alocados na implementação de políticas públicas: foram adotadas, em 2014, as seguintes medidas de estímulo ao crescimento econômico:

- Ampliação e prorrogação do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI - Bens de Capital) até o final de 2015, por meio do qual são oferecidos empréstimos com taxas de juros vantajosas para aquisição ou exportação de bens de capital, inovação tecnológica, Programa Procaminhoneiro e aquisição de ônibus e caminhões;
- Depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias, vagões, locomotivas, locotratores e tênderes aprovada nos termos da Lei nº 12.788, de 14 de janeiro de 2013;
- Manutenção da redução à zero do prazo de apropriação dos créditos de PIS/Cofins sobre aquisição de bens de capital e da desoneração permanente do IPI sobre caminhões, bens de capital e material de construção;
- Ampliação da desoneração da folha de pagamentos com um acréscimo de seis setores. A Lei nº 13.043 de 13 de novembro de 2014 tornou permanente a desoneração da folha de pagamento para 56 segmentos da indústria, de serviços, comércio e outros;
- Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, convertida na Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, que ratifica a orientação estratégica do Governo quanto à definição de condições para dinamizar a atividade produtiva, o ambiente de negócios e as relações de mercado;
- Estabelecimento do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) em bases Permanentes pela Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, convertida na Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, que permite a devolução, parcial ou integral, de um percentual da receita com as vendas internas aos exportadores de produtos manufaturados, como forma de compensação por eventual resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados. A alíquota aplicável à base de devolução é de 0,1% a 3%. O valor poderá ser ressarcido em espécie ou compensado com débitos próprios;
- Instituição do Novo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), com parâmetros para o parcelamento de débitos de natureza tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2013;
- Isenção de ganhos de capital pela Medida Provisória nº 651/2014, convertida na Lei nº 13.043/2014, regulamentando a isenção tributária sobre ganhos de capital com ações de emissão majoritariamente primária de pequenas e médias empresas até 2023;
- Prorrogação da vigência do incentivo tributário dado às debêntures de infraestrutura, conforme a Medida Provisória nº 651/2014, convertida na Lei nº 13.043/2014; e
- Tributação dos Fundos de Investimento renda fixa com cotas negociadas em bolsas de valores e mercados de balcão organizado (ETF renda fixa) serão tributados a partir de alíquotas de IR decrescentes em função do prazo médio de repactuação das carteiras dos fundos.

Objetivo 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas e ao mercado de captação de poupança popular.

O Ministério da Fazenda se manifesta sobre a regulação das atividades de prestação de serviços públicos e de infraestrutura, de comércio, de serviços e do setor industrial, a fim de assegurar a eficiência econômica. Esse trabalho consiste em identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes ou propostas com o intuito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência.

O Objetivo 0889 também abrange outras três grandes áreas de atuação: i) autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular; ii) autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (*sweepstakes*), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas; e iii) autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária e o nível de realização das metas quantitativas do Objetivo 0889 do Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0889 DO PROGRAMA 239

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0889	Nº Exercício[1]	172.941,00	589.846,00
	RPNP[2]	38.964,00	2.181,00
	Gastos Tributários		-
Total do Objetivo		**211.905,00**	**592.027,00**

[1] Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0899

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até			% da meta total de 2012-2015 realizada acumulado	Fonte de Informações
			2012	2013	2014		
Eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais.	Unidade	2.400	555	1.187	1.918	80%	Seae Números
Manifestações sobre regulações de atividades econômicas	Unidade	300	305	675	1.109	370%	Seae Números

ANÁLISE DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0889

Realizar 2.400 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais: em 2014, o Ministério da Fazenda realizou 731 eventos, o que representa 122% da meta prevista para todo o ano – que é de 600 eventos. Foram analisados 720 processos de promoções comerciais e 11 processos de homologação de loterias.

Este resultado deveu-se ao aumento no número de promoções comerciais realizadas por shopping centers, associações comerciais e instituições financeiras e às promoções comerciais relacionadas à Copa do Mundo FIFA 2014. Nota-se, comparativamente aos anos anteriores, uma diminuição quantitativa que se justifica por um ajuste interno na sistemática de contagem dos eventos acompanhados. Antes eram consideradas separadamente operações que, em segunda análise, constituem etapas integrantes de um mesmo evento.

Realizar 300 manifestações sobre regulação de atividades econômicas: no ano de 2014, o Ministério da Fazenda realizou 434 manifestações, ante uma previsão de 75 para todo o ano. Este resultado deveu-se à entrada em vigor da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que resultou em aumento das consultas públicas promovidas por agências reguladoras. Destaque-se a dificuldade em realizar uma previsão apurada da meta, tendo em vista que as manifestações do Ministério dependem do número de medidas publicadas pelas agências reguladoras.

Em 25 de fevereiro de 2014 foi solicitado o ajuste quantitativo da meta realizada, que passará de 75 para 300 manifestações anuais, com a consequente alteração da meta correlata para o ciclo 2012-2015 que passará a ser: Realizar 1.200 manifestações sobre regulação de atividades econômicas. Contudo, o ajuste continua pendente de projeto de lei para sua efetivação.

Objetivo 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária e o nível de realização das metas quantitativas do Objetivo 0894 do Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0894 DO PROGRAMA 2039

Execução Orçamentária pela Comissão de Valores Mobiliários			
Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0894	No Exercício [1]	15.639.180,07	10.735.942,22
	RPNP [2]	-	3.247.835,79
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo		**15.639.180,07**	**13.983.778,01**

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários
[1] Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

O Objetivo 0894 do Programa 2039, embora não possua metas quantitativas, possui quatro metas qualitativas, cujos resultados estão descritos a seguir:

Quanto à meta nº 1, em 2014 a CVM deu continuidade ao planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, nos termos da Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Conforme planejado, foram divulgados no exercício o Plano Bienal para o período 2015-2016 e os relatórios semestrais de prestação de contas do Plano Bienal 2013-2014.

Sobre a meta nº 2, que dispõe sobre a realização de atividades de regulamentação do mercado de capitais com base em metodologias de AIR – Análise de Impacto Regulatório / CBA – Cost-benefit Analysis, a CVM aplicou o processo em um caso selecionado pelo Colegiado e definiu um novo estudo para o exercício de 2015.

A respeito da meta nº 3, as atividades de supervisão baseada em risco desenvolvidas no exercício tiveram como escopo as companhias de capital aberto, fundos de investimento, auditores independentes, mercados e intermediários, conforme previsto no PPA.

Com relação à meta nº 4, o mapeamento dos fluxos iniciado no segundo semestre de 2013 foi concluído em 2014, exercício em que também foram instituídos indicadores de desempenho e metas destinadas ao fortalecimento da atividade sancionadora por meio do estímulo da celeridade processual:

- M1: não possuir processos em aberto nas diversas superintendências no dia 31/12/2014, e que possam resultar, em tese, em alguma ação de *enforcement*, que tenham sido iniciados antes de 01/01/2009;
- M2: não possuir processos que aguardam pela instauração de inquérito administrativo na Superintendência de Processos Sancionadores no dia 31/12/2014 cuja proposta de instauração tenha sido formulada antes de 01/01/2010; e
- M3: não possuir inquéritos administrativos em instrução na Superintendência de Processos Sancionadores no dia 31/12/2014 cuja proposta de instauração tenha sido formulada antes de 01/01/2009.

No entanto, de modo a garantir que uma maior celeridade na tramitação dos processos não comprometesse a qualidade de sua instrução, foi instituído um indicador destinado à aferição da efetividade das acusações formuladas pelas áreas técnicas e julgadas pelo Colegiado (M4). Dessa forma, verifica-se que as metas do PPA foram alcançadas em sua integralidade no exercício de 2014.

Além do alcance das metas qualitativas, merece registro, ainda no âmbito do objetivo 0894, o crescimento das ofertas públicas de títulos do agronegócio, com destaque para o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), cujo volume financeiro subiu de R$ 185 milhões em 2012 para R$ 1,15 bilhão em 2014, evolução que demonstra a importância do mercado de capitais para o financiamento desse relevante setor da economia brasileira.

Destaca-se ainda que, no primeiro semestre de 2014, a fim de buscar soluções para fomentar mudanças de comportamentos financeiros prejudiciais ao indivíduo e, bem assim, estimular o hábito de planejamento financeiro e de formação de poupança, como requisito para o investimento consciente, a CVM instituiu um Núcleo de Estudos Comportamentais, com o objetivo de obter *insights* e opiniões de acadêmicos das áreas de finanças comportamentais e psicologia econômica que possam aprimorar sua atuação educacional.

Essa iniciativa foi complementada por um esforço para estimular reflexões e debates, traduzidos na organização de uma conferência internacional sobre o tema, com professores de diversas universidades nacionais e estrangeiras, tendo sido lançado, ainda, um blog dedicado a essas reflexões (http://pensologoinvisto.cvm.gov.br/).

Objetivo 0895 – Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores por meio da regulação clara e eficaz e de atendimento e orientação à sociedade.

Em 2014, o Ministério da Fazenda implementou importantes ações visando aprimorar o processo de regulação e fiscalização do setor de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta. Nos últimos anos, o setor tem apresentado crescimento significativo e constante e com perspectivas de manter esse vigor por mais tempo, seja pelo espaço que ainda

tem para se desenvolver no País, seja pela própria dinâmica da atividade.

A estimativa do mercado supervisionado aponta para uma receita total do setor, em 2014, próxima dos R$ 200 bilhões, o que significa pouco mais de 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) e ativos totais acima de R$ 600 bilhões. Focada na evolução deste segmento, a Susep vem trabalhando em várias frentes para colaborar com esse desenvolvimento e permitir a consolidação da atividade no âmbito da economia brasileira.

Entre as iniciativas, destaca-se o Laboratório de Produtos, tendo como objetivo estimular o mercado com a criação de normas para produtos que ainda não estão sendo comercializados. Já se encontram em análise e em fase de desenvolvimento quatro propostas de normativos que deverão ser colocadas em consulta pública e posteriormente servirão para o lançamento dos produtos: Seguro Auto Popular, "Universal Life", Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) Saúde e Risco de Longevidade para Fundos de Pensão.

Na área de supervisão, foram intensificados a fiscalização "in loco" e o monitoramento da solvência visando o saneamento do mercado supervisionado.

Nas ações preventivas, destaca-se a criação do Comitê Permanente de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Coibição ao Financiamento do Terrorismo nos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Privada Aberta (CPLD), que deu início às suas atividades em novembro de 2014. O Comitê tem por objetivo propor normas, procedimentos, estudos, novos padrões e o uso de novas tecnologias para atender à sua finalidade.

No âmbito das decisões normativas, a Susep aprovou a exigência às empresas supervisionadas da auditoria atuarial independente, que passa a ser feita por auditores contratados e de fora da empresa, o que deverá conferir mais transparência, confiabilidade e, consequentemente, mais solidez ao setor. A medida tem como objetivo avaliar de forma autônoma e imparcial os principais procedimentos e cálculos atuariais efetuados pelas sociedades supervisionadas que afetam a solvência dessas companhias.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0895 DO PROGRAMA 2039 – GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Execução Orçamentária pela SUSEP			
Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0895	No Exercício[1]	677.083,73	896.553,14
	RPNP[2]		32.263,56
	Gastos Tributários		
Total do Objetivo		**677.083,73**	**928.816,70**

Fonte: Siafi gerencial em 08/01/2015
[1] Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0895

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total de 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Desenvolver os Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, buscando a formação de poupança popular e a proteção da sociedade contra prejuízos financeiros, aumentando em 30% as reservas desses mercados corrigidas pelo IPCA ou outro índice que, porventura, venha a substituí-lo no período 2012-2015	%	30	17,9	31,8	53,3	53,3

Fonte: Susep

ANÁLISE DA META QUANTITATIVA DO OBJETIVO 0895

De 2012 a 2014 (exclusive dez/14), verificou-se um crescimento nas provisões técnicas de R$ 351 bilhões para R$ 538 bilhões, o que representa, em termos percentuais, uma expansão de 53,3%. Isto significa que eventuais comprometimentos no crescimento econômico ou na rentabilidade dos fundos de investimentos não trarão problemas para o atendimento da meta de aumento de 30% no valor das provisões entre 2012 e 2015. Os valores referentes ao Resseguro não foram incluídos para evitar duplicidade, dado que a maior parte desses valores é decorrente de repasses das seguradoras nacionais. Os indicadores são mostrados no quadro a

seguir:

Indicador	Indicador/ Fórmula de Cálculo	Valor Apurado	Data da Apuração	Observações
Taxa de Participação dos Prêmios dos mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização no PIB	Prêmios dos mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização / PIB	3,76%	31/10/2014	Considerou-se os dados contábeis disponíveis no SES (Sistema de Estatísticas da Susep), referentes à soma dos valores de Prêmios Diretos, Contribuições de Previdência e Arrecadação de Capitalização, apura-se no período de janeiro a outubro de 2014 o valor de 159,711 milhões de reais. O PIB, considerando o valor de outubro, obtido no sítio eletrônico do BCB, é de 4.245,157 milhões de reais. Desta maneira, obtém-se o quociente de 3,76% para os primeiros 10 meses de 2014. Os valores referentes ao Resseguro não foram incluídos porque não representam receita adicional, mas repasse das seguradoras.
Empresas dos mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização alinhadas com as regras de capital baseado em risco	Empresas alinhadas com as regras de capital baseado em risco / total de empresas dos mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização	95,45%	30/09/2014	O valor apurado em setembro de 2014 apresentou uma melhora em relação a junho de 2014 tendo em vista que foram encerradas as operações de duas companhias, além de outras companhias terem finalizado, com êxito, planos de regula-rização de solvência.
Taxa de participação das provisões técnicas dos mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização no Produto Interno Bruto (PIB	Provisões técnicas dos mercados supervisionados / PIB	11,25%	Data-base: 30/11/2014 Data da Apuração: 26/12/14	O valor do indicador foi calculado com base no valor das provisões técnicas de nov/14 dividido por 11/12 da projeção do PIB, obtido no sítio eletrônico do BCB.
Índice de eficácia do atendimento ao público sobre os mercados supervisionados pela Susep	(Total de atendimentos - Total de processos administrativos instaurados referentes a reclamações) / Total de atendimentos	96,4%	09/1/2015	

Objetivo 0896 - Propiciar garantia de cobertura por parte da União para segmentos em que o setor privado não está presente ou atua com restrições, de forma a viabilizar a contratação de financiamentos e estabelecer um instrumento para a gestão desta garantia. Assegurar a sustentabilidade do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), promover o desenvolvimento de novas coberturas e viabilizar a recuperação de créditos da União em razão de indenizações pagas pelo FGE ou relativas ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações

A concessão de garantia de cobertura pela União ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para viabilizar operações de crédito à exportação de micro, pequenas e médias empresas (MPME) sempre foi um objetivo a ser alcançado com o intuito de diversificar a pauta de exportação e aumentar o número de exportadores beneficiados por esse instrumento de apoio oficial.

Essa dificuldade foi superada por intermédio de alterações normativas efetuadas no exercício de 2008, que passaram a permitir que a União, por intermédio de Seguro de Crédito à Exportação (SCE), concedesse garantia de cobertura para a produção exportável e, também, para operações de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos. Até 16/12/2014 foram aprovados US$ 32.081.630.905 em garantia.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0896

Disponibilizar ao mercado a garantia de cobertura pela União para operações financeiras que não são plenamente atendidas pelo setor privado: essa meta representa o principal objetivo de funcionamento do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que atua nas lacunas de atuação do setor privado no seguro de crédito à exportação.

Atualmente, essa meta é atendida pela introdução do produto de cobertura de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos às micro, pequenas e médias empresas (MPME).

Em 2014 a garantia de cobertura para MPME nas modalidade pós-embarque, com ou sem financiamento bancário, e pré+pós-embarque, com financiamento bancário, passou a ser ofertada por meio do Sistema de Garantias Públicas (SGP).

Em 2014 foi aprovada a cobertura de risco político e extraordinário para operações de exportação com financiamentos de prazo inferior a dois anos.

Com a publicação do Decreto nº 8.301, de 04 de setembro de 2014, foi facilitada a obtenção do Seguro de Crédito à Exportação pelas indústrias do setor de defesa, com a redução das exigências de contragarantias, retirada da limitação do prazo máximo de financiamento - antes em quatro anos - e ampliação da possibilidade dessas exportações serem financiadas também por bancos privados.

Vinculado ao Objetivo 0896 existe o indicador 1309 – Quantidade de Certificados de Garantia Emitidos, cuja evolução é mostrada a seguir.

Indicador 1309 – Quantidade de Certificados de Garantia Emitidos					
Período	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de Certificados Emitidos	35	50	60	44	13

Dados atualizados até 11/12/2014

PROGRAMA 2024 – COMÉRCIO EXTERIOR

Objetivo 0802 - Intensificar e aprimorar os instrumentos de controle administrativo e de fiscalização aduaneira para o combate às práticas ilegais no comércio exterior.

As fronteiras terrestres brasileiras abrangem 10 países, 11 Estados federados e 588 Municípios; destes, 28 são cidades-gêmeas, 92 estão situados na linha de fronteira e 468 se encontram dentro da faixa de fronteira.

Essa extensa fronteira terrestre impõe aos órgãos de segurança pública e de fiscalização, a responsabilidade de prevenirem e reprimirem, de modo eficiente e eficaz, os ilícitos transnacionais sem prejudicar o desejável fluxo lícito de pessoas e mercadorias, com atividades sistemáticas e integradas, específicas e qualificadas, voltadas à prevenção e à repressão das atividades ligadas ao crime organizado.

É fundamental a cooperação entre os órgãos públicos que intervêm no comércio exterior no intercâmbio de informações e na adoção de medidas de combate às operações ilegais. Esse esforço implicará a melhoria do monitoramento estatístico das importações brasileiras, na identificação das rotas de entrada e distribuição dos produtos importados ilicitamente, no monitoramento do fluxo de pagamento dessas operações, na identificação e punição dos responsáveis pelas importações ilícitas ou fraudulentas.

Objetivo 0795 – Modernizar os sistemas informatizados de controle aduaneiro com vistas à simplificação, agilização, harmonização de rotinas e procedimentos e eficácia no combate às irregularidades e fraudes.

O Programa Portal Único do Comércio Exterior foi lançado com a implantação do Portal Siscomex, que visa a centralizar o acesso aos serviços e sistemas governamentais destinados à obtenção de autorizações, certificações e licenças para exportar ou importar e à legislação pertinentes às operações de comércio exterior, bem como da Visão Integrada do Comércio Exterior (Vicomex), que, quando concluída, facilitará o monitoramento das operações de comércio exterior, oferecendo aos usuários um painel de controle de suas operações, concentrando num só ponto informações até então dispersas em diferentes sistemas.

Quanto aos sistemas de controle de carga, foram implantadas diversas alterações no Sistema Mercante para absorção pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da fiscalização e controle do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), além da integração entre os sistemas Mercante e Porto Sem Papel (PSP) para a disponibilização de entrada única de dados relativos à Cargas a partir do Sistema Mercante.

Também foram desenvolvidas e implantadas novas funcionalidades e melhorias relativas ao Controle de Carga no Siscomex Carga, como o Boletim de Carga e Descarga, fornecido pelos operadores portuários, contendo a lista de itens movimentados, motivos da movimentação, avarias e ocorrências, bem como o termo de constatação eletrônico para ciência do transportador frente as irregularidades apontadas pela Aduana.

Foram implementadas novas versões *web* do Siscomex Importação, com a disponibilização de funcionalidades e facilidades até então disponíveis somente na versão *desktop*.

Quanto à Gestão de Risco e Seleção para Conferência Aduaneira, está em processo de testes para implantação uma nova versão do atual sistema de seleção para conferência aduaneira, com implementação de melhorias nos atuais critérios de seleção

das declarações de importação. Além disso, está também em fase de piloto em três unidades da RFB o Sistema de Seleção por Aprendizado de Máquina (Sisam), o qual utiliza modernas técnicas de Inteligência Artificial para indicar possíveis riscos e irregularidades nos registros das declarações aduaneiras de importação.

O Piloto da versão *web* da Declaração de Exportação foi iniciado em três unidades da RFB (modal marítimo, aéreo e terrestre), em dezembro de 2014, com possibilidade de *upload* de arquivo e acesso via certificação digital.

Ademais, estão sendo estruturados documentos eletrônicos como o conhecimento de carga terrestre eletrônico (CRT-e) e o Manifesto Internacional de Carga Rodoviária / Declaração de Trânsito Aduaneiro (MIC/DTA) eletrônico, permitindo automatizar e simplificar procedimentos do controle aduaneiro de exportação atualmente exigidos em papel.

PROGRAMA 2110 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

O Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda não possui objetivos ou metas definidos no PPA 2012-2015. Não obstante, contempla ações orçamentárias relevantes, das quais serão destacadas as seguintes:

Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira

Em 2014 foram concluídas um total de 348.621 (trezentos e quarenta e oito mil seiscentos e vinte e uma) ações fiscais, assim consideradas as fiscalizações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, além da revisão de declarações decorrentes das malhas fiscais.

O total do crédito tributário constituído nessas ações fiscais alcançou R$ 148,1 bilhões, cifra esta que corresponde ao segundo maior valor de lançamento da história.

As ações de fiscalização foram intensificadas em alguns segmentos importantes, tais como: indústria, prestação de serviços e comércio, destacando-se lançamentos expressivos no segmento de serviços financeiros.

Especificamente na área de revisão de declarações, 2014 caracterizou-se pela ampliação de mecanismos para a autorregularização dos contribuintes pessoas físicas e pessoas jurídicas.

A revisão de declarações de pessoas jurídicas recebeu, em novembro, a implantação da primeira fase da Malha PJ, projeto que tem como objetivo a criação de uma malha fiscal da pessoa jurídica, em moldes semelhantes à atual malha fiscal da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Quanto à revisão de Declarações do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, em 2014 houve ampliação dos Municípios conveniados a executar a fiscalização do ITR.

Entre janeiro e dezembro de 2014, o trabalho executado pelos Municípios conveniados resultou num total de 7.748 lançamentos de ofício, totalizando R$ 641,5 milhões de imposto.

O trabalho é executado no Portal ITR para Municípios Conveniados, desenvolvido pela Receita Federal para dar efetividade ao disposto na Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pela Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, e possibilitar aos Municípios optantes pelo convênio exercer as atribuições delegadas de fiscalização e cobrança do ITR.

O Portal entrou em produção em julho de 2013. Até dezembro de 2014, havia 1.996 Municípios conveniados em todo o Brasil.

A ação conjunta da RFB e Secretarias de Fazenda dos Estados, Distrito Federal e Municípios, culminou no lançamento do Programa Alerta Simples Nacional, em setembro de 2013, oportunizando a autorregularização de quase 29 mil contribuintes optantes do Simples Nacional.

Na primeira emissão de comunicados do sistema Alerta, ocorreu a autorregularização de 12.666 contribuintes.

A receita bruta declarada originalmente por esses contribuintes passou de R$ 4,53 bilhões para R$ 7,2 bilhões, acréscimo de R$ 2,67 bilhões.

O valor dos tributos totais declarados originalmente passou de R$ 318,8 milhões para R$ 519,5 milhões, gerando um acréscimo espontâneo de R$ 200,7 milhões de tributos devidos.

Na edição de 2014, foram emitidos cerca de 21 mil Alertas referentes a indícios de omissão de receitas auferidas em 2011, decorrentes dos repasses recebidos das administradoras de cartão de crédito, informados à Receita Federal via Programa Gerador da Declaração de Operações com Cartões de Crédito (Decred), e das vendas efetuadas ao Governo Federal, cujos dados foram obtidos via Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

O Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) recepcionou um total de 22.606.030 escriturações em 2014, representando um aumento de 32% em relação ao ano de 2013.

Todas as escriturações foram entregues com certificado digital, compondo um conjunto de livros digitais que representam as escriturações contábeis e fiscais das empresas.

No âmbito do Sped, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ultrapassou a marca dos 10 bilhões de documentos e o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) chegou aos 918 milhões de documentos emitidos. No caso da NF-e, atingiu-se 1.16 milhões de estabelecimentos emitentes.

O ano de 2014 consolidou, também, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), realidade para o setor varejista em mais de oito Estados brasileiros e com a adesão dos outros Estados

prevista para 2015. Dois produtos do programa Sped tornaram-se realidade: a Escrituração Contábil e Fiscal (ECF) e o eSocial. A ECF passou pelos testes de homologação junto às empresas piloto e será distribuída em março de 2015.

Por meio desta, controlar-se-á a apuração e os saldos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A nova escrituração já nasce em conformidade com as novas regras contábeis e com as modificações trazidas pela edição da Lei nº 12.973/2014.

O eSocial, marco na simplificação e harmonização das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, foi oficialmente instituído com a edição do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014.

Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM)

O PNAFM encontra-se em execução em sua 2ª Fase, por intermédio de 22 projetos municipais, com previsão de encerramento em dezembro/2015.

A meta para valores contratados, originalmente prevista em US$ 135 milhões, foi cumprida em 2013, tendo havido repasse adicional de US$ 12,9 milhões para atender às demandas dos Municípios, perfazendo um total de US$ 147,9 milhões nesta 2ª fase.

Os resultados esperados do Programa são:

- i) integração dos Fiscos por meio de Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) que engloba a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Escrituração Contábil Digital (ECD);
- ii) aumento da arrecadação própria de forma eficiente;
- iii) minimização das disparidades técnicas e operacionais nas administrações fiscais;
- iv) aumento da oferta dos serviços prestados aos cidadãos com alto padrão de qualidade; e
- v) implementação da prática da transparência na gestão. Tais resultados proporcionarão uma maior equidade econômica e social.

4.15. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

O Ministério da Integração Nacional (MI) foi criado por meio da Medida Provisória n° 1.911-8, de 29 de julho de 1999. Atualmente, a pasta tem as seguintes competências estabelecidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003:

- formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrada;
- formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento;
- estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais;
- estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição;
- estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE);
- estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais;
- acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional;
- defesa civil;
- obras contra as secas e de infraestrutura hídrica;
- formulação e condução da política nacional de irrigação;
- ordenação territorial; e
- obras públicas em faixas de fronteiras.

Para auxiliar na execução de suas atividades, o MI conta com o apoio das seguintes Entidades Vinculadas: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim (Codevasf); Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs); Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco); Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Com vistas a atender à missão de "Promover a integração nacional, o desenvolvimento sustentável e a superação das desigualdades regionais do País, assegurando inclusão socioeconômica, melhoria da qualidade de vida, proteção civil e segurança hídrica da população", foram definidos os seguintes objetivos estratégicos para o Ministério da Integração Nacional (MI):

- Elevar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional à condição de política de Estado, de forma coordenada e articulada com a agenda de desenvolvimento do País;
- Fortalecer cadeias e arranjos produtivos locais, articulando-os a investimentos estruturadores, nas regiões de menor dinamismo econômico e social;
- Universalizar a oferta de água para diversos usos;
- Fortalecer o programa de revitalização de bacias hidrográficas;
- Reduzir a vulnerabilidade a desastres por meio de políticas de prevenção;
- Ampliar e qualificar a capacidade de resposta a desastres;
- Promover valorização e qualificação permanente dos servidores; e
- Assegurar participação, transparência e melhoria contínua dos meios e processos de gestão.

Contribuem para o atingimento desses objetivos as iniciativas e as ações dos Programas 2013 - Agricultura Irrigada, 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres e 2051 - Oferta de Água.

PROGRAMA 2013 – AGRICULTURA IRRIGADA

Por intermédio do Programa 2013 - Agricultura Irrigada, o Ministério da Integração Nacional (MI) espera ampliar e garantir a eficiência da irrigação, com o intuito de incentivar a ampliação da área irrigada em bases ambientalmente sustentáveis, contribuindo para o aumento da oferta de alimentos, a competitividade da agricultura brasileira e a geração de emprego e renda.

Nesse contexto, insere-se o Objetivo 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Esse objetivo agrega iniciativas que preveem elaboração de estudos e projetos, aquisição de terras, execução de infraestrutura básica de uso comum, medidas de proteção ambiental, administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial com o intuito final de transferir a administração, a operação e a manutenção dos projetos de irrigação para os seus respectivos usuários.

A implantação de infraestrutura de irrigação visa proporcionar benefícios sociais e econômicos, como a geração de empregos diretos e indiretos para a sociedade. Nessa linha de atuação, foi lançado pelo Governo Federal, no final de 2012, o Programa "Mais Irrigação", sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, com vistas à valorização do agricultor familiar e ao desenvolvimento da economia regional de forma sustentável.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0175 DO PROGRAMA 2013 – AGRICULTURA IRRIGADA R$ MILHÕES

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0175	No Exercício (1)	80,86	118,68
	RPNP (2)	96,37	134,33
Total		**177,23**	**253,01**

Fonte: Siafi. Data: 09/01/2015.
(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

No exercício de 2014, para este Objetivo, foram disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) R$ 310,7 milhões para a irrigação com destaque para os investimentos integrantes da carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Do total disponibilizado, foram liquidados R$ 253,01 milhões para reabilitação e modernização das infraestruturas de uso comuns dos Perímetros Públicos de Irrigação (PPIs) Jaíba/MG, Gorutuba/MG, Curaçá/BA, Formoso/BA, Maniçoba/BA e Mirorós/BA; conclusão do diagnóstico dos PPIs Curaçá/BA, Maniçoba/BA, Mirorós/BA e Formoso/TO; contratação para reabilitação da tomada d'água e execução da tubulação de sucção da estação de bombeamento principal; conclusão da reabilitação da rede de drenagem e da pavimentação das estradas principais do PPI Nilo Coelho/PE e execução de obras de infraestrutura hídrica de uso comum dos PPIs Baixo Acaraú/CE, Araras Norte/CE e Tabuleiros Litorâneos/PI.

METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0175 – PROGRAMA 2013 - AGRICULTURA IRRIGADA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 148.920 ha	Hectare	148.920	2.554	23.694	23.694	15,91%
Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação	Unidade	44	0	0	0	0
Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação	Unidade	61	9	16	20	32,79%
Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação	Unidade	61	0	0	0	0
Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 117.234 ha	Hectare	117.234	0	0	0	0
Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação	Unidade	18	0	0	0	0

Fonte: Secretaria Nacional de Irrigação/MI. Data: 10/02/2015.

Ressalta-se que, embora sejam apresentados abaixo percentuais relativos ao desenvolvimento de ações que contribuem para o cumprimento das metas do objetivo 0175, estas somente poderão ser aferidas quando da conclusão de todas as etapas que compõem as metas relacionadas aos perímetros. Isso explica o fato de algumas metas do quadro acima estarem com valor zero.

Os resultados apresentados a seguir discorrem sobre a análise da meta alcançada e demonstram o andamento das demais ações deste Objetivo.

Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 148.920 hectares: embora, em 2014, os Perímetros Públicos de Irrigação (PPIs) não tenham incrementado a área irrigada do País, ressalta-se que nesse ano foram executadas obras de infraestrutura de irrigação nos PPIs Baixo Acaraú/CE, Araras Norte/CE e Tabuleiros Litorâneos/PI, totalizando, respectivamente, 88%, 59% e 70% dos serviços que deverão ser realizados, os quais contribuirão para a ampliação da meta do Programa. No mesmo exercício, deu-se continuidade às obras de implantação da infraestrutura hídrica do PPI Marrecas/Jenipapo/PI, objetivando implantar 1.000 hectares irrigados, abrangendo estações de bombeamento, adutoras de recalques, reservatórios e estações elevatórias.

Até 2014, foram implantadas 95% das obras de infraestrutura de irrigação do PPI Jacaré-Curituba/SE. Registra-se, ainda, que, no PPI Baixio de Irecê/BA, houve a contratação dos serviços para atualização e adequação do Projeto Executivo da 1ª etapa, realização do georreferenciamento e elaboração do Projeto Executivo da estação de bombeamento principal. Também foi concluído o projeto executivo do PPI Passarão/RR.

Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação: já foi solicitado à Secretaria

de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) a exclusão dessa meta, pois o seu produto se enquadra nos serviços das demais metas do Programa.

Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação: como parte dos serviços necessários para a obtenção da conformidade ambiental dos perímetros em fase de operação, em 2014, foram concluídos os serviços dos contratos firmados em 2013, referentes à avaliação da qualidade de água para 25 projetos públicos de irrigação e à avaliação da qualidade dos solos para os projetos localizados nos Estados de Pernambuco, Sergipe e Alagoas em operação pela Codevasf. Ainda nesse ano, foram renovadas as licenças de operação dos perímetros Bebedouro/PE, Manuel Alves/TO e Várzeas de Sousa/PB.

Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação: foram realizados, até 2014, pela Codevasf, 72% dos serviços de cadastramento fundiário, jurídico, agrícola e econômico social das áreas a serem adquiridas para implantação das etapas 3, 4 e 5 (aproximadamente 30.840 hectares) e da área de reserva legal (aproximadamente 30.000 hectares) no Perímetro Público de Irrigação (PPI) Salitre/BA. Nesse ano, o Dnocs deu continuidade à titulação de lotes dos Projetos de Irrigação Jaguaruana/CE, Quixabinha/CE, Icó Lima Campos/CE, Jaguaribe Apodi/CE, Morada Nova/CE, Tabuleiros de Russas/CE, Gurguéia/PI, Itans/RN e Sabugi/RN.

Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 117.234 hectares: em 2014, a Codevasf deu continuidade aos serviços de revitalização, mediante reabilitação/modernização das infraestruturas de uso comum dos Perímetros Públicos de Irrigação Gorutuba/MG (15%), Jaíba – 1ª Etapa/MG (8%), Curaçá/BA (11%), Formoso/BA (11%), Maniçoba/BA (25%), Mirorós/BA (8%), Bebedouro/PE (9%) e Nilo Coelho/PE (15%).

Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação: em 2014, iniciaram as tratativas para a transferência da gestão do Perímetro Várzea de Sousa/PB ao Distrito de Irrigação, por meio da celebração de Contratos de Delegação de Competência. Esse instrumento transfere às entidades a responsabilidade de administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação, atingindo uma importante etapa do processo de desenvolvimento do perímetro, na qual os irrigantes passam a administrar o projeto pela sua organização representativa. Entretanto, esse fato não desonera totalmente o Estado da responsabilidade de aportar recursos para o perímetro.

PROGRAMA 2051 - OFERTA DE ÁGUA

O Programa 2051 - Oferta de Água visa promover ações para o provimento da infraestrutura de oferta e uso múltiplo de recursos hídricos, de forma integrada com as políticas regionais, sociais, econômicas e ambientais, tendo como princípios assegurar a ampliação da oferta de água de boa qualidade, a redução dos níveis de pobreza e melhorar a qualidade de vida das populações locais. Baseia-se em dois eixos para o incremento da oferta hídrica:

- execução de obras de captação, adução e reservação nas regiões com déficit hídrico; e
- recuperação e manutenção de estruturas hidráulicas.

O Programa articula ações integradas de gestão dos recursos hídricos e de expansão da disponibilidade de água, seja para suprir necessidades de abastecimento humano nas regiões com déficit hídrico, seja para contemplar os usos múltiplos de modo a atender às crescentes demandas da indústria, do turismo e da agricultura, importantes para o crescimento do País.

Dentre os objetivos do Programa, destaca-se o Objetivo 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica, em que iniciativas voltadas para a implantação e a ampliação de barragens, canais, sistemas adutores e sistemas de abastecimento contribuem para seu alcance.

Outro Objetivo relevante do Programa é o 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais. As atividades de revitalização e manutenção das infraestruturas hídricas visam contemplar minimamente a recuperação de estruturas danificadas, a conservação de suas capacidades funcionais e a segurança de seus usuários.

O propósito principal das atividades de manutenção é prolongar a vida útil das estruturas, por meio de serviços periódicos de conservação e identificação de problemas, que com o passar do tempo, possam se traduzir em riscos para a população.

A revitalização prevê a recuperação de estruturas danificadas ou com capacidade reduzida de operação e também a sua modernização.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0479 E 0480 DO PROGRAMA 2051 – OFERTA DE ÁGUA
R$ MILHÕES

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0479	No Exercício (1)	1.044,63	1.430,58
	RPNP (2)	874,36	1.245,57
Total Objetivo 0479		**1.918,99**	**2.676,15**
0480	No Exercício (1)	7,70	5,69
	RPNP (2)	7,68	5,56
Total Objetivo 0480		**15,38**	**11,25**
Total		**1.934,37**	**2.687,40**

Fonte: Siafi. Data: 9/2/2015. (Sugerimos atualizar a data de consulta)
(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Com relação ao Objetivo 0479, o incremento na execução orçamentária no exercício de 2014 em relação a 2013 decorreu do avanço significativo das obras e projetos, o que contribuiu significativamente para o aumento dos repasses de recursos e descentralização de créditos orçamentários.

METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0479 – PROGRAMA 2051 – OFERTA DE ÁGUA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento	Município	297	25	33	43	14,48%

Fonte: Secretaria de Infraestrutura Hídrica/MI. Data: 13/01/2014.

Em 2014, foram concluídas a 1ª Etapa da Adutora Pajeú/PE, beneficiando os Municípios de Triunfo, Floresta, Serra Talhada, Calumbi, Flores, Carnaíba e Afogados da Ingazeira, a Implantação da nova captação para o Sistema Cabrobó, com a instalação de três conjuntos motobombas e adutora de água bruta, beneficiando 40 mil habitantes do Município de Cabrobó/PE, além do Sistema Siriji 1ª Etapa (PE), beneficiando 80 mil habitantes dos Municípios de Aliança, Buenos Aires e Vicência.

No tocante ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), em 2014, foi aplicado R$ 1,35 bilhão nas obras destinadas à execução dos Eixos Norte e Leste, atingindo 68,7% de execução do Empreendimento. Encontram-se concluídos, no Eixo Norte, os segmentos de canais a partir da captação no Rio São Francisco até o Reservatório Negreiros, a 1ª Estação de Bombeamento, os Reservatórios Tucutu, Serra do Livramento e Mangueira, os Aquedutos Logradouro, Saco da Serra, Mari e Terra Nova e, também, o Túnel Cuncas II. O Túnel Cuncas I com 15 Km teve suas escavações concluídas em outubro.

Já no Eixo Leste, iniciou-se, em agosto, o comissionamento das estruturas para recebimento das águas a partir da conclusão das obras civis da 1ª Estação de Bombeamento desse Eixo, seus canais e Aquedutos até o Reservatório Areias. Em outubro, em caráter de testes, foi iniciado o bombeamento na Meta 1 Leste que conduziu a água até o Reservatório Areias.

As ações do PISF, também contemplaram as comunidades indígenas e quilombolas, com o início da construção de 529 melhorias sanitárias domiciliares e três postos de saúde para atender às etnias indígenas. Está prevista a construção de 17 vilas produtivas rurais para o assentamento de 845 famílias afetadas pelo Projeto, sendo que sete já foram entregues

Em 2014, foi concluído o estudo de avaliação de alternativas sócio, técnico, econômico e ambiental para aproveitamento dos recursos de água e solo de parte da bacia hidrográfica do rio São Francisco, nos Municípios de Serrita e Salgueiro, no Estado de Pernambuco

Outros empreendimentos, com apurações significativas e/ou relevantes para o abastecimento humano, em 2014, foram: i) Barragem Oiticica/RN, que beneficiará 75 mil pessoas, com 15,02% de avanço e 21,02% acumulado; ii) Implantação do Canal da Vertente Litorânea/PB, que beneficiará 200 mil pessoas na Mesorregião do Agreste Paraibano, com 7% de avanço e 29% acumulados (o plano de trabalho foi readequado e foi feita solicitação de aporte complementar de recursos para reajustes/aditivos contratuais aos trechos I e II); iii) Implantação do Canal do Sertão Alagoano/AL (trechos I ao IV) , que beneficiará 300 mil habitantes, com 8% de avanço e 59% acumulados; iv) Implantação do Cinturão das Águas/CE, com 13% do projeto

executivo realizado e 99% acumulados além de 17% de obras civis executadas (trata-se da implantação do Trecho I); v) Implantação do Sistema Adutor do Agreste/PE, que atenderá a 68 sedes municipais na Etapa I e 1ª Fase da Etapa II, com 48% de avanço e 59% acumulados; vi) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Oeste/PE, com 24% de avanço e 24% acumulados (consiste na implantação de ETA e adutora que interliga as barragens Algodões e Tamburil, reforçando o Sistema Adutor do Oeste); vii) Canal do Sertão Pernambucano/PE, com 10% de avanço do estudo de levantamento pedológico da mancha de Casa Nova e 40% de avanço do levantamento cartográfico do Oeste de Pernambuco nos Municípios de Santa Cruz, Santa Filomena, Dormentes, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista; viii) Adutora do Algodão – 2ª Etapa/BA, com 68% de avanço (houve 95% de avanço na implantação de tubo do trecho Caetité/Maniaçu); ix) Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Campo Alegre de Lourdes/BA, com 65% de execução das obras de implantação do Sistema; x) Adutoras/PI - concluídos os projetos básicos das adutoras nos Municípios de Dirceu Arcoverde, Queimada Nova, São Raimundo Nonato e Vila Nova, e deu-se continuidade à execução dos serviços nos Municípios Massapê, Padre Marcos, Caldeirão Grande, Marcolândia, Francisco Macedo, Belém do Piauí, Jaicós, Alegrete, Brasileira, Dirceu Arcoverde; xi) Adutora Chapecozinho/SC, que beneficiará 450 mil, e teve concluída a execução do projeto executivo; xii) Sistema Adutor Bocaina-Piaus II/PI, que beneficiará 100 mil pessoas, com avanço de 16% e 42% acumulados; xiii) Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Sertaneja/SE, que beneficiará 21 mil pessoas, com 70% de avanço (abrange o Município de Aquidabã; xiv) Implantação da Adutora Aroeiras, que beneficiará 17 mil pessoas, com 28% de avanço e 73% acumulados; xv) Sistema Adutor Pocinhos/PB, que beneficiará 28 mil pessoas, com 51% de avanço e 86% acumulados; xvi) Sistema Adutor Natuba/PB, que beneficiará 48 mil pessoas, com 11% de avanço e 34% acumulados; xvii) Sistema Adutor Camalaú/PB, que beneficiará 10 mil pessoas, com 13% de avanço e 18% acumulados; xviii) Adutora Padre Lira/PI, que beneficiará 40 mil pessoas, com 32% de avanço e 40% acumulados; xix) Ampliação do SIAA Alto Sertão/PE, que beneficiará 106 mil pessoas, com 27% de avanço e 28% acumulados; xx) Barragem Ingazeiras/PE, que beneficiará 36 mil pessoas, com 27% concluídos; e xxi) Adutora Pajeú – 2ª Etapa, 1ª Fase, que beneficiará 112 mil pessoas, com 12% de avanço.

METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0480 – PROGRAMA 2051 - OFERTA DE ÁGUA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Revitalizar infraestruturas hídricas	un	18	0	3	17	94%

Fonte: Secretaria de Infraestrutura Hídrica/MI. Data: 13/1/2014.

Com relação à meta "Revitalizar infraestruturas hídricas", em 2014, foi concluída a implantação da Variante do 1º Trecho da Adutora do Garrincho/PI, visando ao abastecimento humano, que beneficiará 58 mil pessoas, além de outras 13 unidades revitalizadas pelo Dnocs, com a execução dos seguintes serviços:

- recuperação das Barragens Públicas São Mamede e de Santa Luzia;
- construção de passagem molhada no Município de Riacho da Cruz/RN;
- recuperação de hidromecânicas nas Barragens dos açudes de Custódia, Cachoeira II, Araripina, Barra, Cruzeiro, Garanhuns, Guilherme de Azevedo, e Mororó, no Estado de Pernambuco;
- recuperação do Sistema de Tomada D'Água e da estrutura de saída do Açude Público Frios; e
- construção de uma adutora no distrito de Jucuri, Munícipio de Pau dos Ferros/RN.

Com relação aos serviços de operação e manutenção das 44 barragens previstas no Programa de Segurança de Barragens da Codevasf, destacaram-se a elaboração de dois projetos básicos de recuperação das Barragens de Zabumbão e Macaúbas/BA e a atualização de 17 projetos básicos de recuperação nos Municípios de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Em 2014, foram realizadas também, despesas administrativas e de custeio com a operação, manutenção das infraestruturas hídricas e elaboração de inspeções de segurança conforme a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Como medida para contribuir para o alcance desta meta pela Codevasf, foi proposta a criação de uma Unidade de Infraestrutura Hídrica e de funções de Supervisores Regionais de Barragens.

PROGRAMA 2029 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

No âmbito do Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, que contempla diferentes abordagens territoriais, o MI tem papel fundamental para a dinamização do território e o estímulo de ações articuladas a partir de uma visão estratégica em escala nacional com vistas à redução das desigualdades regionais e à ordenação do território. Desse modo, as iniciativas do Objetivo 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de

Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território buscam a institucionalização de uma Política de Estado que aponte caminhos para a superação das disparidades regionais brasileiras, amparada por um sistema nacional de desenvolvimento regional, por planos regionais de desenvolvimento, além de informação e capacitação.

Por sua vez, o Objetivo 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva abrange iniciativas que promovem, de maneira estruturada, o desenvolvimento e o fortalecimento da coesão socioeconômica, notadamente por intermédio de apoio em diversas dimensões a cadeias produtivas e a arranjos produtivos locais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0789 E 0840
DO PROGRAMA 2029 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA
R$ MILHÕES

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0789	No Exercício (1)	8,15	1,79
	RPNP (2)	0,43	2,92
Total Objetivo 0789		**8,58**	**4,71**
0840	No Exercício (1)	36,09	42,53
	RPNP (2)	66,63	195,05
Total Objetivo 0840		**102,72**	**237,58**
Total Geral		**111,30**	**242,29**

Fonte: Siafi. Data: 9/2/2015.
(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

O montante de recursos orçamentários liquidados, em 2013, no Objetivo 0789, nitidamente superior ao total liquidado no ano de 2014, deveu-se ao maior comprometimento de recursos para a realização das Conferências Estaduais e Nacional de Desenvolvimento Regional ocorridas em 2013, que contaram com a participação direta de 13 mil pessoas de todas as macrorregiões do País.

Nesse ano, priorizou-se a conclusão do Projeto de Lei da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e o seu envio à Casa Civil da Presidência da República, assim como a formulação, em parceria com as unidades da Federação, dos planos regionais de desenvolvimento.

Por sua vez, no Objetivo 0840, em 2014, fortaleceu-se a iniciativa das Rotas de Integração Nacional, como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva do MI.

Para tanto, foi editada a Portaria/MI nº 162, de 24 de abril de 2014, que define as diretrizes de ação do programa Rotas e estabelece o seu Comitê Gestor, no qual se encontram representadas as Autarquias (Sudam, Sudene, Sudeco e Dnocs) e a Empresa Pública (Codevasf) vinculadas ao MI. Os projetos associados às rotas buscam estruturar as cadeias produtivas trabalhadas nas regiões prioritárias da PNDR, tais como o Nordeste Semiárido, a Amazônia Legal e o Cerrado do Centro-Oeste.

METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0789
PROGRAMA 2029 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Criar 27 comitês estaduais de desenvolvimento regional que promovam o fortalecimento da governança da Política de Desenvolvimento Regional – PNDR	Comitês estaduais de desenvolvimento regional	27	27	27	27	100,00%
Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional	Planos de desenvolvimento regional	19	5	15	15	78,95%

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Regional/MI. Data: 19/01/2015.

Para promover o fortalecimento da governança da PNDR, a articulação realizada com os Estados no âmbito da organização das respectivas conferências estaduais, assim como a criação das 27 comissões organizadoras serviu para identificar os atores-chave de cada segmento, de modo a formar um grupo-base que impulsione a criação e a consolidação do sistema de governança que contribua para elevar a PNDR à condição de política de Estado. A ideia é que essas instâncias sejam os embriões dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Regional, previstos no Projeto de Lei da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

No ano de 2014, foram iniciadas as negociações com os Governos Estaduais e há proposta de que em março de 2015 essas instâncias estaduais de governança da política regional sejam consolidadas, por intermédio de um conjunto de normativos que deverão disciplinar seu funcionamento, atribuições e estruturação, bem como as formas de diálogo desses entes.

No que se refere à meta Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional, no ano de 2014, deu-se início à elaboração de dois planos de desenvolvimento regional: um para o Estado de Rondônia e o segundo para a área de abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Encontra-se em negociação com os Governos Estaduais de Alagoas, Rio Grande do Sul e Goiás a elaboração de instrumentos de planejamento.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0789 DO PROGRAMA – 2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Aprovar o marco legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial: com relação ao cumprimento desta meta, iniciaram-se tratativas no Governo para a abertura do processo de negociação do Marco Legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), cuja elaboração pressupõe a participação da sociedade civil.

Reformular e aprovar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento (PNDR): para reformular e aprovar o marco legal da PNDR, optou-se por trazer a questão para o centro da agenda política nacional, mediante a realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, que teve como objetivo discutir, de forma participativa, os princípios e as diretrizes que orientarão a reformulação da nova política. Esse conjunto de deliberações orientou a elaboração de uma minuta de Projeto de lei, a qual foi submetida, em 2014, à apreciação dos delegados para apresentação de aperfeiçoamentos e, após consolidação, foi formalmente enviada à Casa Civil da Presidência da República. A Casa Civil tem realizado consultas aos demais órgãos do Governo Federal, para posterior envio ao Congresso Nacional.

Outras Considerações Referentes ao Objetivo 0789 do Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária:

Em 2014, foram realizados doze cursos de capacitação para 160 atores chave de instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e políticas públicas (Universidade de Brasília - UnB, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RS, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Ministério do Meio Ambiente - MMA e Sudene) sobre o Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR) (http://odr.integracao.gov.br).

Lançado em 2013, o Observatório foi concebido para monitorar, avaliar e garantir o controle social da PNDR e da dinâmica regional brasileira. Foram descentralizados R$ 2,5 milhões, por intermédio de Acordo de Cooperação Técnica pactuado com a UnB, destinados ao aprimoramento das funcionalidades; à atualização das bases de dados; à implementação de mecanismos de segurança e à integração do ODR à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

A Rede Latino-Americana de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional, constituída por representantes de 13 países latino-americanos e diferentes organismos internacionais, tem como proposta buscar um alinhamento político-institucional em torno da superação das desigualdades regionais, de modo a possibilitar soluções conjuntas, intercâmbio e produção de informações sobre a temática.

Sob a Presidência do Brasil, a Rede realizou reunião no México, na qual foram discutidos os resultados já alcançados, com destaque para a troca de informações, para a cooperação trilateral; coordenou a elaboração de estudos estatísticos comparados dos países latino-americanos; elaborou o modelo de governança da Rede; elegeu o México como País líder da Rede para o Biênio março de 2015 a março de 2017; coordenou, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Estudo das Políticas de Desenvolvimento Regional do Brasil, América Latina e Caribe; e iniciou a elaboração do Projeto de Cooperação Técnica trilateral como instrumento de financiamento de projetos de desenvolvimento regional na América Latina.

METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0840
ROGRAMA 2029 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados	Postos de trabalho nos APLs	106.770	24.872	79.348	92.061	86,22,%

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Regional/MI. Data: 19/01/2014.

Até o ano de 2014, o Ministério atendeu a 92.061 beneficiários nos arranjos produtivos locais (APL) apoiados no âmbito das Rotas de Integração Nacional. Destacam-se os projetos centrais de inclusão produtiva da Rota do Mel - que atendeu 9.820 beneficiários diretos; da Rota do Peixe – que computou 29.680 beneficiários no Semiárido e nos Estados do Amazonas e Amapá; e da Rota da Fruta, com 12.642 produtores atendidos nos Estados do Piauí, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Pará. Os projetos de apoio à Rota do Cordeiro beneficiaram 6.480 produtores locais nos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. A mandiocultura e a palma forrageira beneficiaram 13.869 produtores dos Estados de Goiás, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Piauí, Alagoas e Maranhão.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0840 DO PROGRAMA – 2029 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ampliar o acesso aos recursos para construção da infraestrutura logística voltada para a inclusão produtiva.

A Codevasf, em 2014, deu continuidade às ações de Inclusão Produtiva, que vêm sendo executadas desde 2012, com a implantação/fornecimento de kits de produção familiares e estruturantes nas atividades de apicultura (Rota do Mel), fruticultura (Rota da Fruta), ovinocaprinocultura (Rota do Cordeiro), aquicultura e pesca (Rota do Peixe) e agricultura familiar (mandiocultura, irrigação familiar).

O incentivo à produção de palma forrageira compreende o suporte à pecuária de pequena escala, sobretudo a criação de ovinos e caprinos no Nordeste Semiárido (Projeto Rota do Cordeiro). Ao todo foram beneficiadas 4.577 famílias em 2014 e o montante de recursos orçamentários descentralizados à Codevasf foi de aproximadamente R$ 50 milhões.

Na Rota do Mel, foram investidos R$ 50 milhões desde 2012, beneficiando quase 10 mil famílias de baixa renda, com atuação em 150 Municípios. Só em 2014, mediante a execução de quatro projetos, foram beneficiadas 966 famílias por meio da distribuição dos kits produtivos familiares e 305 famílias com construção e adequação de 20 unidades de extração de mel.

Na Rota da Fruta, foram atendidas, em 2014, com a implantação de mudas de caju, 930 famílias no Piauí e 772 em Alagoas. Ao longo dos últimos três anos, na Rota da Fruta foram investidos cerca de R$ 30 milhões para o desenvolvimento da fruticultura de base familiar no Norte e no Nordeste do País, em parceria com a Sudam e a Sudene.

No período 2012 a 2014, a estruturação da Rota do Cordeiro, no Nordeste Semiárido, contou com pouco mais de R$ 64 milhões para a estruturação da produção de carne e leite de ovinos e caprinos por agricultores familiares de baixa renda na Região. Além disso, por meio do Acordo de Cooperação firmado com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) o Projeto Rota do Cordeiro que apoia a geração de tecnologias e formação de capital humano para o desenvolvimento da ovinocaprinocultura de base familiar.

Só em 2014, foram atendidas 200 famílias com a doação de conjuntos de máquinas forrageiras, animais melhoradores e realização de obras. Ainda dentro das ações de ovinocaprinocultura, temos o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Palma Forrageira (Repalma), por meio do qual, em 2014, foram descentralizados cerca de R$ 18 milhões para a Codevasf e realizados os processos licitatórios visando ao início das atividades em 2015.

Desde 2012, cerca de R$ 30 milhões estão sendo aplicados em ações de aquicultura e pesca, sob a Rota do Peixe. Em 2014, foram beneficiadas 400 famílias de piscicultores e pescadores, sendo fornecidos diversos equipamentos e insumos, tais como tanques-rede, ração, alevinos, apetrechos de pesca.

A atuação na Rota do Peixe, em 2014, focou na destinação de recursos para manutenção de estruturas de apoio à cadeia produtiva - estações de piscicultura e centros de pesquisa - construídos e administrados pelo Dnocs e pela Codevasf.

No âmbito da Sudeco, em 2014, trabalhou-se o projeto de produção da erva-mate na região Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, visando estimular a cadeia produtiva da erva-mate e a capacitação técnica dos agricultores familiares, envolvendo diretamente 210 beneficiários. No mesmo Estado, também se trabalhou a cadeia produtiva da bovinocultura leiteira de base familiar, beneficiando cerca de 550 produtores de baixa renda.

Além das rotas já em estruturação, três novas cadeias produtivas mereceram atenção por meio do apoio a pequenos projetos, são elas: a cadeia da sociobiodiversidade na região Centro-Oeste, o açaí na região Norte – inserido na Rota da Fruta - e o leite nas macrorregiões Sul e Centro-Oeste. Com essas rotas, procura-se ampliar a abrangência da atuação governamental muito concentrada na macrorregião Nordeste.

PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

Com as intervenções viabilizadas pelo Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, busca-se prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos e fortalecer a capacidade de respostas dos Municípios que se encontram em áreas de risco.

Além disso, atua-se na promoção do socorro e da assistência às pessoas afetadas por desastres, no restabelecimento das atividades essenciais e na recuperação de danos, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública.

Nesse Programa, o Objetivo 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando à prevenção de desastres aglutina iniciativas para a implementação e a estruturação dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), com ações para a capacitação de técnicos e integrantes da sociedade e a modernização e a estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres.

Já, o Objetivo 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional agrega iniciativas como o Cartão de Pagamento de Defesa Civil, utilizado para o pagamento de despesas que compreendem ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, promovidas por governos estaduais, do Distrito Federal e municipais com recursos transferidos pela União.

Outra ação de pronta resposta do Governo Federal é o Auxílio Emergencial Financeiro (AEF), destinado a socorrer e assistir famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos, residentes em Municípios com reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade ocasionado por seca e/ou estiagem.

Também a operação carro pipa, operacionalizada por meio de cooperação técnica com o Ministério da Defesa, objetiva o atendimento à população vitimada pela seca com a entrega de água de qualidade para o consumo humano.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0172 E 0174 DO PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES R$ MILHÕES

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0172	No Exercício (1)	4,03	4,10
	RPNP (2)	14,53	10,93
Total Objetivo 0172		**18,56**	**15,03**
0174	No Exercício (1)	1.937,96	1.387,71
	RPNP (2)	124,31	565,09
Total Objetivo 0174		**2.062,27**	**1.952,80**
Total		**2.080,83**	**1967,83**

Fonte: Siafi. Data: 9/2/2015.
(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

A execução de 2013 foi maior do que a de 2014, para o Objetivo 0174, devido ao aumento do número de parcelas e de beneficiários do Auxílio Emergencial Financeiro (AEF) naquele ano. Em 2014, a redução do número de beneficiários deveu-se à expansão da abrangência territorial do programa Garantia-Safra e a alterações legais que eliminaram a possibilidade de acumulação do AEF com alguns benefícios previdenciários.

METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0172 – PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Capacitação de 4.500 pessoas nas atividades de defesa civil	Pessoas	4.500	9.378	21.041	29.499*	655,53%
Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos estaduais de defesa civil	Estado	27	3	4	5	18,52%
Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos municipais de defesa civil	Município	821	0	92**	107	13,03%

Fonte: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/MI e Sudam/Sudene. Data: 08/01/2015.
Obs: Do total da meta, a Sudam capacitou 450 pessoas em 2012, 658 pessoas em 2013 e 61 pessoas em 2014 e a Sudene capacitou 525 pessoas em 2014.
* Ainda serão lançados os dados da 2ª edição do Curso de Gestão de Desastres e Ações de Recuperação.
**Além dos 106 acordos de cooperação da Sedec, a Sudam celebrou um acordo de cooperação em 2013.

Com relação às metas quantitativas descritas no quadro acima, destaca-se o número de pessoas capacitadas até 2014, com foco na prevenção e na preparação contra desastres naturais, que superaram a meta prevista para o PPA 2012-2015 em 655,53% em função da implementação de cursos na modalidade "à distância".

No âmbito das parcerias e cooperações técnicas, a Sudam apoiou financeiramente o Projeto Integração e Interdisciplinariedade para Preparação em Ações Preventivas na Gestão de Riscos e Respostas a desastres na Amazônia – Integra-Amazônia.

Quanto à estruturação de órgãos estaduais de Defesa Civil, em 2014, o MI apoiou a melhoria da estruturação de defesas civis por meio da instalação de centros universitários de ensino e pesquisa sobre desastres (Ceped) mediante a criação de um Centro na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Além desse Ceped, sete universidades localizadas no Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Pará, Bahia, Juiz de Fora e Passo Fundo, em articulação com a Sedec, estão em processo de constituição dos seus respectivos centros. Esse processo, muitas vezes, esbarra em questões burocráticas e de articulação dentro da própria universidade.

No que se refere à estruturação de órgãos municipais de defesa civil, destaca-se que, dos cento e seis Municípios selecionados inicialmente, cento e cinco atenderam aos requisitos e estão recebendo o kit de fortalecimento da defesa civil. Apenas o Município de Oriximiná/PA foi substituído pelo Município de Timóteo/MG por não ter atendido, dentro do prazo, aos requisitos estabelecidos. Portanto, no período do PPA, cento e seis Municípios receberam veículo, GPS, tablet, câmera, trena, monitores, CPU, impressora, estabilizador, coletes e capa de chuva, dos quais 15 Municípios foram beneficiados em 2014.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0172 DO PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres: o Grupo de Apoio a Desastres (Gade) é formado por especialistas em gestão de desastres que atuam como apoio operacional da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), podendo ser mobilizado a qualquer tempo conforme a necessidade. Ressaltamos que o Gade conta atualmente com representantes em todos os Estados. No ano de 2014, esse Grupo foi mobilizado para atuação na região Norte, nos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia.

Designados para subsidiar o gerenciamento dos desastres entre os meses de fevereiro a abril, atuando conjuntamente com a Defesa Civil dos Estados, Forças Armadas e Secretarias Estaduais, nas ações de Assistência, Socorro e Restabelecimento. Destaca-se também a atuação do grupo no restabelecimento da comunicação entre os Estados do Acre e Rondônia, por meio da ativação da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (Rener).

Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad): o projeto de reestruturação e modernização do Cenad está dividido em quatro fases. Sendo que a primeira, referente às mudanças estruturais do Centro, e a segunda, relacionada ao reforço do quadro de pessoal e preparações normativas para o Sistema de Gestão, estão concluídas.

A terceira fase encontra-se em andamento e visa à contratação da execução da infraestrutura lógica do Centro e o seu funcionamento. No que diz respeito a essa fase, em 2014, foi concluída a manutenção da infraestrutura física do Cenad.

As seguintes ações tiveram seu andamento iniciado em 2014: homologação da última ordem de serviço do contrato vigente do Sistema de Monitoramento e Operações (*Sismop – Risk Manager*) para gerenciamento das informações de riscos e desastres; link de Internet redundante (Oi) para suprir o Centro quando houver indisponibilidade de comunicação pelo meio usual de acesso à Internet (Serpro - Infovia) e instalação de balanceadores de carga nos dois *DataCenters* (MI e Cenad), de forma que sejam divididas as quantidades de consultas e acessos aos bancos de dados em ambos *DataCenters*, garantindo-se a alta disponibilidade das informações nos dois ambientes.

Promover a participação brasileira nos fóruns e nas discussões internacionais de modo a permitir o diálogo e a cooperação com outros países em matéria de proteção civil: em 2014, o Brasil se fez representar em uma série de fóruns, espaços de discussão e de capacitação internacionais, bem como em projetos de cooperação internacional em matéria de prevenção, gestão e recuperação de desastres. Nesse sentido, destaca-se a participação na IV Sessão da Plataforma Regional para Redução de Risco de Desastres, na cidade de Quayaquil/Equador, na XI Reunião Especializada de Redução de Riscos de Desastre Socionaturais, da Defesa Civil, da Proteção Civil e Assistência Humanitária do Mercosul em Buenos Aires/Argentina e no treinamento técnico sobre desastres geológicos realizado em parceria com a Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA).

Realizar Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil: a mobilização para a 2ª Conferência Nacional de Defesa Civil (CNPDC) teve início em 2013 com a realização das etapas municipais. Em 2014, foram realizadas as etapas estaduais e a etapa Nacional da Conferência, que contou com participantes de todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal. Foram realizadas 460 Conferências Municipais e Intermunicipais, com o envolvimento de 2.292 Municípios e 31.527 participantes. Já as etapas estaduais foram realizadas em 25 Estados, com a participação de 6.886 participantes. Ainda foram realizadas 18 conferências livres, com 452 participantes e uma conferência virtual, com a participação de 425 pessoas.

O Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC) é o meio de pagamento exclusivo para os recursos federais repassados para ações de resposta. A ferramenta possibilita que as contas sejam abertas previamente ao desastre, garantindo agilidade na transferência do recurso. Outro objetivo do CPDC é a transparência, garantida com a publicação mensal dos dados de execução no Portal da Transparência. Até o final de 2014, 2.214 Municípios aderiram ao CPDC. Quanto aos Governos Estaduais, apenas Mato Grosso, Roraima e Tocantins não aderiram.

Objetivando garantir maior agilidade no atendimento às vítimas de desastres tivemos um avanço em 2014, com a publicação da Lei nº 12.983, possibilitando o repasse de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas antes do reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0174 DO PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

Assistir as populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres: visando assistir as populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres, o MI atua em quatro frentes principais: transferência de recursos financeiros; liberação de kits/materiais de assistência humanitária; acionamento de protocolo para transporte e logística e operação carro pipa. A transferência de recursos financeiros ocorre por meio de transferência obrigatória (Lei nº 12.340/2010), apesar de estar sujeita à disponibilidade orçamentária, e destina-se à execução de ações de resposta a desastres e ações de recuperação de áreas destruídas.

Em 2014, para execução de ações de resposta foram disponibilizados recursos para grandes eventos, especialmente: chuvas intensas, enxurradas e movimentos de massa em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo; enchentes na região Norte que atingiram Roraima, Acre, Amazônia e Pará; e chuvas intensas e inundações no Sul nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Em relação à disponibilização de materiais, o Governo Federal liberou 148.575 unidades de kits/materiais de assistência humanitária de seu estoque estratégico, para atendimento à população diretamente afetada por desastres. A distribuição teve como objetivo aliviar o sofrimento humano e colaborar para o restabelecimento da normalidade na situação adversa.

Para apoio nas ações de socorro e assistência humanitária, foram realizados protocolos de ação conjunta com o Ministério da Saúde, para o fornecimento de kits de medicamentos, equipes médicas, e com o Ministério da Defesa, para o apoio logístico com aviões, helicópteros, navios, caminhões, equipes dentre outros itens.

Com o objetivo de garantir a entrega de água de qualidade à população vitimada pela seca, a Operação Carro Pipa, operacionalizada pelo MI com a cooperação técnica do Ministério da Defesa, teve gasto médio mensal de R$ 70 milhões. Durante o ano de 2014, estiveram em operação mais de seis mil carros pipa.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES REFERENTES AOS OBJETIVOS 172 E 174 DO PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

O Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres dispõe de indicadores como Porcentagem de Municípios mapeados em relação a Municípios críticos a desastres (mapeamento de risco) e Número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao SINPDEC. O índice apurado para o indicador de Municípios, mapeados em 31 de dezembro de 2014, foi de 21,8%, o que equivale a 179 Municípios com mapeamento realizado. Desses, 148 foram entregues em 2014. Quanto ao número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao SINPDEC, o índice apurado em 31 de dezembro de 2014 foi de 1.847 Municípios, o que corresponde a 33,21%. No âmbito do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), modalidade Gestão de Risco, há mais de 600 intervenções em andamento, tanto apoiadas pelo Ministério das Cidades, quanto pelo Ministério da Integração Nacional. Esses empreendimentos totalizam R$ 18,7 bilhões em valores da União, dos quais R$ 5 bilhões já foram repassados a Estados e Municípios.

4.16. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O Ministério da Justiça (MJ) tem por missão institucional garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública. Para tanto, pauta sua atuação na elaboração e execução de políticas e estratégias governamentais, construídas conjuntamente com os órgãos que o compõem, além de parceiros externos e a sociedade. Tal esforço encontra direcionamento estratégico, sobretudo, nos projetos prioritários da Presidência da República e no Plano Plurianual – PPA 2012-2015 – Plano Mais Brasil, por meio dos seguintes programas temáticos: Segurança Pública com Cidadania; Cidadania e Justiça; Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas; e Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. No ano de 2014, com o intuito de fortalecer sua atuação frente à ampla abrangência de suas competências organizacionais, o MJ buscou reestruturar e ampliar sua capacidade de atuação na execução de políticas de segurança pública voltadas, principalmente, para enfrentamento à criminalidade e às drogas; prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos fronteiriços; garantia do acesso à justiça e à cidadania; e, ainda, ações de aparelhamento e preparação das forças de segurança pública para atuação nos grandes eventos esportivos e sociopolíticos ocorridos recentemente no País.

PROGRAMA 2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

O Programa Segurança Pública com Cidadania materializa a política de segurança pública adotada pelo Governo Federal e é orientado pelo direito fundamental do cidadão à segurança presente na Constituição Federal do Brasil. É, portanto, uma obrigação do Estado compartilhada entre os três níveis de Governo e a sociedade.

Devido à complexidade da política de segurança pública, a concepção do programa está alicerçada nos princípios de integração das instituições de segurança pública e da participação da sociedade no desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção à violência, da repressão ao crime e, sobretudo, da promoção da cultura de paz.

Diante disso, o MJ tem envidado esforços na consolidação de um novo paradigma de segurança pública, baseado no fortalecimento e integração de suas instituições, com destaque para as forças policiais, com ênfase na melhoria das condições de trabalho, na sua aproximação com a comunidade e na redução de sua letalidade. Para tanto, tem realizado investimentos sobretudo em policiamento comunitário, capacitação, aparelhamento, reestruturação das áreas de inteligência e das polícias técnico científicas.

Nesse contexto está o fortalecimento das instituições de segurança pública dos Estados fronteiriços, com destaque para a qualificação dos profissionais, o aumento das fiscalizações nas fronteiras e a integração das instituições de segurança pública. Ainda, em razão da realização de grandes eventos esportivos no Brasil, outro desafio consiste na implementação do Plano Nacional de Segurança Púbica para Grandes Eventos, de forma a garantir um ambiente pacífico durante sua realização e permitir a construção de novas maneiras de agir e de legados que beneficiem toda a população.

No Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania consta o Objetivo 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Este Objetivo possui metas compartilhadas entre Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), Departamento de Polícia Federal (DPF), Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) e Ministério da Fazenda (MF), que desenvolvem ações pautadas em uma abordagem integrada, intersetorial e transversal, voltadas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e da promoção da igualdade, na perspectiva do fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0825 DO PROGRAMA 2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Programa 2070	Código do Objetivo	Valores Liquidados (R$)	
		2013	2014
No Exercício[1]	0825	287.088.077,94	418.812.885,19
RPNP[2]		81.098.178,95	231.807.056,76
Gastos Tributários		0,00	0,00
Total		**368.186.256,89**	**650.619.941,95**

[1]Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.
[2]Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores
Fonte: Siafi, em 09/02/2015.

Os investimentos nos Estados fronteiriços que possibilitaram a melhoria dos sistemas de segurança pública nas áreas de fronteira foram definidos pelo MJ conforme demandas encaminhadas pelos próprios Estados, a partir dos projetos elencados a seguir:

- Pesquisa sobre segurança pública nas fronteiras;
- Capacitação e treinamento dos profissionais de segurança pública;
- Consolidação de diretrizes de política de pessoal;
- Estruturação de Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras e Câmaras Temáticas de Fronteira;
- Estruturação de unidades especializadas de fronteira, a exemplo do apoio à estruturação do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e Delegacia Especializada de Crimes de Fronteira (Defron), ambos no Estado do Mato Grosso do Sul; Grupo Especial de Segurança de Fronteira (Gefron) no Estado do Mato Grosso; Batalhão de Polícia de Fronteira, no Estado do Paraná;
- Estruturação de unidades rodoviárias das Polícias Militares;
- Estruturação de unidades policiais para atuação em vias fluviais e lacustres;
- Fortalecimento da inteligência de segurança pública;
- Inovações tecnológicas de monitoramento e controle fronteiriço;
- Reaparelhamento de centros e postos integrados de segurança pública e fiscalização, e unidades das Polícias Civis, Militares e Perícia;
- Implantação de sistemas de radiocomunicação digital na fronteira; e
- Implantação de sistemas de videomonitoramento na fronteira.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0825 DO PROGRAMA 2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Descrição	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012/2015	Meta Realizada até			% da meta Total 2012/2014 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outra forma de apresentação) apreendida.	Kg	150.717	105.868,23	391.825,87	911.584,49	604,83%
27 unidades da Federação com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB) em condições adequadas de operação.	Unidade	27	0*	21	27	100,00%
52.000 armas de fogo apreendidas.	Unidade	52.000	7.193	21.571	27.583	53,04%
Aparelhamento de 40 Núcleos de Inteligência nas regiões de fronteira (polícias estaduais) - Plano Estratégico de Fronteiras.	Unidade	40	0	11	28	70,00%
Implantação de 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F) ou Câmaras temáticas de Fronteira no âmbito estadual – Plano Estratégico de Fronteiras.	Unidade	11*	11	11	11	100,00%
Implantação de 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil.	Unidade	66	0	30	30	45,45%
Modernização de 21 unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras.	Unidade	21	14	17	21	100,00%
Modernizar e reestruturar 512 unidades operacionais das polícias estaduais dos 11 Estados fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras.	Unidade	512	37	250	606	118,36%

Fonte: Ministério da Justiça, Siop, em 21/01/2015.
* Os valores apresentados no quadro diferem dos apresentados no Siop, em virtude de erro no processo de preenchimento no período.

METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0825

Meta: 150.717 kg cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outra forma de apresentação) apreendida.

Entre as metas relacionadas ao Objetivo 0825, destacam-se as apreensões de cocaína e crack no período entre 2012 e 2014, nos quantitativos de 68.971 Kg. Observa-se que, por mais que a variável "apreensão de maconha e outras drogas" não esteja prevista na meta, esta apreensão torna-se importante para os objetivos do plano de fronteiras, vez que o indicador representa as ações diretas de enfrentamento às organizações criminosas que atuam nos Estados de fronteira. Nesse sentido, o valor acumulado de apreensão total de drogas pelas Polícias Militares e Civis dos Estados, Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Polícia Federal (PF), indicou o quantitativo de 911.584,49 Kg, dos quais 501.489,57 Kg foram apreendidos nos Estados de fronteira. Outro ponto a ser destacado refere-se ao fato de

que, nos três últimos anos, Mato Grosso do Sul foi o Estado que apresentou a maior quantidade de apreensão de droga. Houve um considerável aumento nas apreensões de drogas pelo Estado, resultado, em grande medida, do crescente número de realização de operações policiais integradas e do aparelhamento das unidades de segurança pública, nos pontos mais estratégicos de seus Municípios fronteiriços. Entre os anos de 2012 e 2014, foram instaladas e modernizadas 21 unidades do Grupo de Investigações Sensíveis (Gise), na região de fronteira.

O fato contribuiu para a intensificação dos trabalhos de repressão ao tráfico internacional de drogas e ao contrabando de armas. Em 2014, as atividades das unidades Gise, juntamente com as unidades ordinárias de repressão a drogas, as quais formam o sistema de repressão a drogas do DPF, resultaram no desencadeamento de 56 operações. Além disso, destaca-se o sequestro de mais de R$ 232 milhões de patrimônio ilícito de organizações criminosas de tráfico de drogas. Todas as ações promoveram reflexos na região de fronteira e contaram com a participação de unidades de repressão a drogas de todo o País.

Cabe destacar, ainda, os trabalhos realizados de forma integrada, com o apoio de Adidâncias Policiais e Oficialatos de Ligação localizados no Paraguai, Colômbia, Bolívia, Peru, Venezuela, Argentina e Uruguai e das polícias nacionais desses países. Dos resultados alcançados destacam-se a destruição, em solo peruano, de 34 laboratórios de processamento de pasta base de cocaína e a apreensão e destruição de quase 500 toneladas de produtos químicos.

Meta: 27 unidades da Federação com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB) em condições adequadas de operação.

Entre as ações para o Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção, desenvolvidas por meio da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), destacaram-se as seguintes: i) o mecanismo de avaliação de risco para lavagem de dinheiro; ii) a regulamentação da Lei nº 9.683/1998 (Lavagem de Dinheiro); iii) o combate ao suborno transnacional; iv) o cadastro e formulário padrão para órgãos de controle acerca de procedimentos licitatórios; e v) os manuais de procedimento de investigação quanto aos crimes de lavagem de dinheiro para polícias, ministérios públicos e juízes.

No ano de 2014, o Ministério da Justiça assinou 15 Acordos de Cooperação para instalação de novos Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD). Tais acordos permitiram atingir a meta de 100% dos Estados Federados com ao menos uma unidade LAB-LD, um importante passo para o País no combate à lavagem de dinheiro e outros crimes relacionados. Com isso, a Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro (Rede-LAB) passa a contar com 43 laboratórios em todo o Brasil.

Meta: 52.000 armas de fogo apreendidas.

A quantidade de apreensões de armas, realizadas pelas instituições de segurança pública no exercício de 2014 manteve-se praticamente estável, levando em consideração os anos anteriores. Não houve mudança significativa na estratégia dos criminosos para o cometimento deste tipo de crime. As armas continuam sendo transportadas, na sua maioria, juntamente com drogas, e suas apreensões estão diretamente ligadas às operações integradas entre os órgãos de segurança pública estaduais e da União, como política permanente de segurança pública. Dessa forma, apreensões foram realizadas em todos os Municípios fronteiriços, especialmente a partir da articulação fomentada pelos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e demais gestores das polícias militares e civis na região de fronteira.

Em 2014, somente as Polícias Civis e Militares apreenderam 3.952 armas de fogo nos Estados de fronteira, o DPF, 562 e a DPRF, 1.498. Com isso, no período de 2012 a 2014, foram 27.583 armas de fogo tiradas de circulação no País, reduzindo a probabilidade de ocorrência de crimes violentos praticados com armas de fogo.

Dentre todas as operações, destacam-se a operação Fênix, no Mato Grosso do Sul, que combateu o tráfico de drogas e de armas relacionados a reclusos da penitenciária de segurança máxima de Campo Grande - MS; a operação Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, que reprimiu o tráfico internacional de drogas e armas, com a desarticulação de grupo criminoso que atuava na Região Sul do País, além das ações rotineiras da Operação Sentinela e da Operação Defesa da Vida, que atuou nos Estados fronteiriços combatendo diversos tipos de delito.

Meta: Aparelhamento de 40 Núcleos de Inteligência nas regiões de fronteira (polícias estaduais) - Plano Estratégico de Fronteiras.

Objetivando estender a malha de inteligência nos Municípios fronteiriços do País e buscando maior capilaridade na produção do conhecimento em inteligência de segurança pública, levou-se a efeito a ideia de descentralizar as atividades de inteligência para as áreas vulneráveis dos Estados que possuem fronteiras internacionais.

Para tanto, o projeto Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron) surgiu com a proposta de reaparelhar dezenas de Núcleos de Inteligência, integrados por Policiais Civis e Militares, no interior dos Estados de fronteira. As Agências e os Núcleos estão sendo aparelhados e criados a partir de investimentos realizados por intermédio de transferências voluntárias do Ministério da Justiça.

Já houve a pactuação com onze Estados de fronteira, mediante a estruturação o setor de inteligência. Atualmente, há 81 Núcleos de Inteligência em funcionamento nas fronteiras, incluindo aqueles apoiados com recursos do próprio Estado.

Meta: Implantação de 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F) ou Câmaras temáticas de Fronteira no âmbito estadual – Plano Estratégico de Fronteiras.

A integração entre as forças é um dos objetivos principais não apenas da Enafron, mas do Plano Estratégico de Fronteiras como um todo. Nesse sentido, merecem destaque as criações dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF) e as Câmaras Temáticas de Fronteira (CT-Fron), que têm como foco

promover mecanismos de integração sistêmica e cooperação entre o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais, congregando ações e iniciativas que permitam a aproximação dos "atores das fronteiras".

Com a implantação dos onze GGIF/CT-Fron foi possível a realização de 78 fóruns nos onze Estados fronteiriços. Nestes fóruns, os gestores e operadores de segurança pública definem o planejamento das ações a serem desenvolvidas em cada período, definindo a responsabilidade de cada organismo participante.

Ainda no contexto do acompanhamento da implementação da política, observa-se que os Estados do Acre e de Rondônia transformaram suas Câmaras Temáticas em GGIF, fato que tende a fortalecer a atuação desses organismos em suas áreas de atuação.

Meta: Implantar 66 pontos de monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil.

Foram contratados, em 2013, trinta pontos de monitoramento, com leitura automática de placas por meio de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), cuja instalação se realizou durante todo o ano de 2014. Ainda em 2014, o contrato foi aditivado em 25% e estão sendo instalados mais quatro pontos, que serão entregues até o primeiro trimestre de 2015.

É importante destacar que todos os pontos instalados e em processo de instalação estão localizados em região de fronteira.

Dentre os principais resultados obtidos desde a liberação do sistema para uso pelo efetivo, está o aumento de, aproximadamente, 22% de veículos recuperados, 38% das apreensões de cocaína e 22% das apreensões de maconha nas unidades regionais da PRF que possuem o Alerta Brasil instalado.

Desde a instalação da primeira câmera, em março de 2014, até dezembro de 2014, foram registradas 72.121.087 passagens de veículos pelos pontos de monitoramento, com geração de 152.524 alarmes, sendo mais de 78 mil referentes a roubo/furto e mais de 5,8 mil agendamentos.

Meta: Modernização de 21 unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras.

Em 2014 foram inauguradas mais quatro unidades Gise nos Estados de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, totalizando 21 unidades desde o início do PPA 2012-2015, das quais 17 se situam nas regiões fronteiriças.

O fato contribuiu para a intensificação dos trabalhos de repressão ao tráfico internacional de drogas e ao contrabando de armas. As atividades das unidades Gise, juntamente com as unidades ordinárias de repressão a drogas, que formam o sistema de repressão a drogas da Polícia Federal, resultaram no desencadeamento de 60 operações na região de fronteira.

Meta: Modernizar e reestruturar 512 unidades operacionais das polícias estaduais dos 11 Estados fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras.

No ano de 2014, foram realizadas 111 visitas técnicas em Municípios localizados na faixa de fronteira. Os objetivos destas visitas foram:

- acompanhar a execução dos convênios firmados ente o MJ e os Estados;
- fiscalizar a localização dos bens adquiridos e já entregues, para que não haja desvio de finalidade na execução das ações de fronteira;
- verificar a estrutura existente em cada Município e o emprego operacional dos bens adquiridos; e
- acompanhar o funcionamento dos GGIF no fortalecimento da cooperação e integração na faixa de fronteira.

Com a finalidade de avaliar, propor ações e ferramentas de gestão e monitorar constantemente as ações internas da Senasp, no âmbito dos projetos e ações da Enafron, foi criado o Comitê Executivo da Enafron como órgão de discussão permanente sobre os assuntos relativos à fronteira. Além disso, houve a criação de um compêndio de procedimentos operacionais para subsidiar a atuação policial na Região de Fronteira.

É importante ressaltar que foram realizados, em 2014, simpósios estaduais com o objetivo de provocar debates e discussões dos problemas da segurança pública nos Estados fronteiriços e compartilhar dificuldades e práticas exitosas. Tais eventos contaram com a participação de profissionais de segurança pública, de representantes de instituições de ensino e da sociedade civil organizada.

METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0825

Meta: Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados.

Cabe destacar os trabalhos realizados pelo DPF, por meio de suas Adidâncias Policiais e Oficialatos de Ligação localizados no Paraguai, Colômbia, Bolívia, Peru, Venezuela, Argentina e Uruguai, e as polícias nacionais desses países. O trabalho em conjunto vem gerando resultados estratégicos concretos, fortalecendo a atuação coordenada e integrada entre forças de segurança no combate, principalmente, a grupos organizados transnacionais voltados para o tráfico de armas e drogas. A cooperação internacional também se mostrou eficiente nas ações em conjunto com o Peru, especificamente no que se refere à Operação Trapézio, na fronteira entre o Brasil (Amazonas – Vale do Rio Javari) e Peru. É importante destacar também a participação de 16 agentes da polícia haitiana no curso de formação profissional da PRF. Além disso, esforços estão sendo envidados no sentido de estimular e fortalecer a cooperação bilateral, entre a DPRF e instituições policiais de países vizinhos, nas áreas de segurança para o trânsito e prevenção de ilícitos,

e de realizar ações coordenadas de fiscalização de transporte internacional de cargas e de passageiros. Um instrumento do tipo já está em fase de negociação com a Polícia Nacional do Peru e com a Agência de Imigração e Aduana dos Estados Unidos da América.mTambém foi iniciado um relacionamento direto entre o DPRF e a Guarda Civil da Espanha para fomentar a cooperação recíproca na área de segurança viária, culminando na presença de um observador espanhol para acompanhamento da "Operação Copa do Mundo".

Além disso, atendendo a demandas do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a DPRF tem participado de reuniões bilaterais de integração fronteiriça do Brasil com países vizinhos, notadamente Bolívia, Peru, Guiana, Argentina e Uruguai, contribuindo no diálogo referente à segurança pública e viária que ocorre em rodovias federais situadas em regiões de fronteira.

Meta: Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Em cumprimento ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP - Decreto nº 7.901/2013), lançado em fevereiro de 2013, foi finalizada uma pesquisa nacional qualitativa e quantitativa sobre o tema na faixa de fronteira brasileira, baseada em dados obtidos das autoridades federais e estaduais e fontes secundárias, e complementado por trabalho de campo nos onze Estados da faixa de fronteira, com informações detalhadas e fundamentadas sobre os seguintes aspectos:

- modalidades de tráfico de pessoas;
- perfis das vítimas identificadas oficialmente, suspeitas ou assistidas;
- *modus operandi* dos agentes criminosos;
- modalidades criminosas mais associadas ao tráfico de pessoas; indícios de contrabando de migrantes;
- descrição dos fluxos migratórios;
- identificação da composição de eventuais fluxos mistos;
- mapeamento da rede de assistência e identificação das lacunas de serviços; e
- análise do ambiente local nos onze Estados objeto da pesquisa com vistas a definir a viabilidade da implantação de até dez postos avançados de atendimento humanizado aos migrantes.

Em 2014, foi realizada a Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio, no âmbito da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar), proporcionando um espaço de trocas de experiências e metodologias nas temáticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Foi lançado ainda, o 1º Relatório Semestral da Rede de Núcleos e Postos, revelando o atendimento a 340 casos e a capacitação de 21.725 pessoas.

Meta: Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras.

O Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial compreendeu a aquisição de *hardwares* e *softwares* para o tratamento dos dados que são coletados com a leitura automática de placas realizada pelos pontos de monitoramento ou por meio de modelos e padrões desenvolvidos pelo DPRF.

O sistema se encontra em pleno funcionamento desde março de 2014, mas tem como característica o contínuo aperfeiçoamento com o objetivo de otimizar a ação policial, qualificar a produção de conhecimento e subsidiar decisões.

No Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania consta também o Objetivo 0832 – Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

O Plano Nacional de Segurança Pública em Grandes Eventos tem a finalidade de dotar as diversas instituições e órgãos parceiros de melhores condições operacionais para realização dos grandes eventos, tais como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016.

Para a sua implementação, o Governo Federal investiu R$ 1,1 bilhão na adequação dos serviços prestados pelos órgãos e instituições de segurança pública ao aumento da demanda ocasionado pelos Grandes Eventos; na capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública, com ênfase na segurança com cidadania para os grandes eventos; e na implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0832 DO PROGRAMA 2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Programa 2070	Código do Objetivo	Valores Liquidados (R$)	
		2013	2014
No Exercício[1]	0832	126.043.496,26	212.278.870,44
RPNP[2]		199.017.474,51	343.886.243,07
Gastos Tributários			
Total		**325.060.970,77**	**556.165.113,51**

1Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.
²Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados.
Fonte: Siafi, em 09/02/2015.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0832 DO PROGRAMA 2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Descrição	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012 – 2015	Meta Realizada até			% da meta Total 2012-2014 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos.	Vagas	34.000	-	10.077	21.177	62,29 %
Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos.	Policiais Rodoviários Federais	5.000	400	4.635	12.178	243,56 %
Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções.	Centro Integrado Implantado	100	28*	70*	97	97,00 %

Fonte: Ministério da Justiça, Siop, em 21 de janeiro de 2015
* Os valores apresentados no quadro diferem dos apresentados no Siop, em virtude de erro no processo de preenchimento no período.

Os valores alcançados na meta "Capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública" estiveram de acordo com o cronograma de execução estabelecido em função do prazo para a Copa do Mundo.

Em relação à divergência verificada entre a quantidade atingida de profissionais capacitados e o número previsto para essa meta, cabe esclarecer que inicialmente foram previstas 34.000 vagas para capacitação de profissionais, porém, no contexto da transposição dos projetos de grandes eventos da Senasp para a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), com a redefinição das ações de capacitação e ajustes com os órgãos envolvidos, a meta foi reduzida para 25.400 vagas.

A proposta para redução da meta ocorreu conforme previsto no Decreto nº 7.866 de 19 de dezembro de 2012, - revisão do PPA 2012-2015, mas não foi acatada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), estando o resultado final acima do resultado esperado após a transposição de projetos.

Para a meta "Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos", foram capacitados 12.178 policiais rodoviários federais em cursos de relevância para ações de segurança durante os grandes eventos, como cursos para controle de distúrbio, motociclista batedor e policial, operações de inteligência, operadores de voo, piloto operacional de helicóptero, atendimento pré-hospitalar, produção de conhecimento (Inteligência), curso básico de inteligência, curso de adaptação socorro aeromédico, dentre outros.

O percentual de 97% alcançado na "Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle" também esteve de acordo com o cronograma de execução estabelecido em função do prazo para a Copa do Mundo. Foi realizado monitoramento permanente da execução dos contratos celebrados nessa área para garantir o cumprimento do calendário de entregas.

METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0832

Ao longo de três anos, diversas ações foram desenvolvidas na preparação do País para sediar o grande evento esportivo mundial – a Copa do Mundo. Considerando os desafios postos e o orçamento de cerca de R$ 1,17 bilhão destinado pelo Governo Federal, as ações tiveram como principais objetivos:

- a criação de planos táticos e protocolos de atuação integrada das agências, por meio das Comissões Estaduais e Distrital de Segurança Pública e Defesa Civil;
- a criação de sistema integrado de comando e controle com as bases conceituais da operação;
- a implantação da estrutura tecnológica necessária ao desenvolvimento da operação;
- a realização das ações de treinamento e capacitação necessárias ao funcionamento desse sistema; e
- o fomento de atividades de inteligência para orientar as atividades de segurança pública.

As ações de segurança dos grandes eventos realizadas pelo MJ no ano de 2014 foram concentradas na realização da Operação Copa do Mundo. Na fase de preparação, o Ministério atuou intensamente junto aos Estados-sede na realização de exercícios preparatórios e eventos testes com vistas a avaliar e adequar a capacidade operativa das instituições de segurança pública envolvidas durante o evento.

O trabalho das oficinas temáticas das Comissões Estaduais e Distrital de Segurança Pública e Defesa Civil para Grandes Eventos contemplou o levantamento e identificação dos riscos que poderiam comprometer a segurança de autoridades,

delegações, árbitros, turistas (internacionais e nacionais) e residentes locais, em todas as áreas de interesse operacional e impactadas de todas as cidades-sede; a elaboração dos planos operacionais integrados, planos de comunicação, memorandos de entendimento e conceitos de uso para os Centros Integrados de Comando e Controle Regionais (CICCR); e a produção de 10.210 protocolos (com 40.626 ações) de gerenciamento de riscos e protocolos táticos de segurança para todos os incidentes tratados nas oficinas. Cada protocolo estabeleceu ações integradas e identificou os órgãos com responsabilidade principal ou de apoio para o enfrentamento dos incidentes.

Como preparação para a atuação das forças de segurança na Copa do Mundo, a Sesge capacitou 21.432 servidores, entre policiais federais, rodoviários federais, militares, civis, bombeiros militares e profissionais de outros órgãos. Somente em 2014 foram capacitados mais de 10 mil profissionais.

Na preparação de uma estrutura tecnológica que desse suporte à atuação integrada e coordenada das forças de segurança pública, foram implantados 12CICCR, além de um Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN), em Brasília - DF, um Centro Integrado de Comando e Controle Nacional Alternativo (CICCNA), no Rio de Janeiro - RJ e um Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI), em Brasília/DF.

Os Estados-sede receberam, ainda, 27 Centros Integrados de Comando e Controle Móveis (CICCM), 13 imageadores aéreos, 22 Plataformas de Observação Elevada (POE) e equipamentos antibomba e antitumulto.

O investimento médio por Estado foi de R$ 74,7 milhões, incluindo, além de todo o aparato tecnológico, equipamentos de proteção individual para os agentes de segurança pública, instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos operacionais de inteligência, com objetivo de prover segurança durante os jogos da Copa do Mundo.

Além dos Estados-sede da Copa, houve investimento para os Estados que tiveram Centros de Treinamento de Seleção (CTS): Alagoas, Espírito Santo e Sergipe. O montante investido foi de R$ 3,4 milhões por Estado.

A Operação de Segurança Copa do Mundo, reconhecida como exitosa pelo grande público e pela imprensa nacional e internacional, contou com cerca de 116 mil profissionais das forças de segurança pública.

De parte do Governo Federal, foram empregados 6.494 policiais federais, 3.772 policiais rodoviários federais e 1.335 integrantes da Força Nacional de Segurança Pública, além da participação dos militares das forças armadas.

A integração e a interoperabilidade entre o CICCN, os CICCR e suas respectivas estruturas avançadas (CICCM e CICCL) e suportes tecnológicos (POE e SIA) possibilitaram a governança e a manutenção da consciência situacional durante todo período da Operação de Segurança, proporcionando condições ideais para rápida tomada de decisões.

Os CICC funcionaram durante 1.368 horas (57 dias), ininterruptamente. Em termos operacionais, foram realizadas 2.974 vistorias antibombas, 2.510 escoltas, 50 ações de proteção a Chefes de Estados e 1.007.109 fiscalizações de veículos, além de 700 horas de voo de helicópteros em uso pelas instituições e órgãos federais de segurança.

Durante o período da Copa do Mundo, foram registradas 1.015 mil entradas de estrangeiros em território nacional e 371 estrangeiros foram impedidos de entrar no País. Ainda durante o evento, foram detidos 271 cambistas, com apreensão de 1.825 ingressos, além de quantias em dinheiro (R$ 105 mil, US$ 44 mil e € 1,8 mil).

A operação de Segurança Copa do Mundo deixou como legado para o País, além de toda infraestrutura tecnológica a ser transferida para Estados, a exitosa experiência de atuação integrada dos órgãos envolvidos nas ações de segurança pública da Copa do Mundo.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

A vocação dos CICC de coordenar ações integradas de segurança pública e de oferecer meios tecnológicos necessários à atuação coordenada dos órgãos de segurança pública vem possibilitando sua utilização em outras situações nas quais o trabalho interagências é indicado ou quando o envolvimento de diferentes entes ou esferas de Governo se faz necessário.

Após a Copa do Mundo, os centros integrados regionais e nacional já atuaram de forma exitosa em apoio a diversas operações no País, das quais podemos destacar: Operação Divisas, envolvendo órgãos de segurança pública federais e estaduais do Nordeste e o Ministério da Defesa; Operação Eleições 2014 - 1° Turno, envolvendo as 27 unidades federativas, o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério da Defesa; Operação de Transferência de Presos, envolvendo Senasp, DPF, DPRF, Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e Estados do Nordeste; Operação Eleições 2014 - 2° Turno, envolvendo as instituições já integradas no 1° Turno; Operação Enem, envolvendo as 27 unidades federativas, órgãos federais de segurança, o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa; e a Operação Brasil Integrado, envolvendo todos os 27 Estados e as instituições federais de segurança pública, em ação simultânea de repressão ao crime organizado.

4.17. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) é órgão da administração federal direta, que tem como competência a política nacional pesqueira e aquícola, abrangendo a produção, o transporte, o beneficiamento, a transformação, a comercialização, o abastecimento e a armazenagem, o fomento da produção pesqueira e a implantação de infraestrutura de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização do pescado e de fomento à pesca e aquicultura.

Ademais, também fazem parte da política pública da Pasta a organização,a manutenção e a fiscalização do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), a sanidade da pesca e aquicultura, a normatização e fiscalização das atividades de aquicultura e pesca no âmbito de suas atribuições e competências, a concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca no território nacional.

Ainda está sob sua competência legal a autorização do arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca e de sua operação, observados os limites de sustentabilidade estabelecidos em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo dieselpara embarcações pesqueiras e a pesquisa nacional pesqueira.

No Brasil, a pesca e a aquicultura são pilares essenciais para a inclusão social, pois são atividades de grande potencial de desenvolvimento. Isso se deve ao fato de o setor absorver parcela importante da população que se encontra no limiar da exclusão social.

No setor pesqueiro, cerca de 1 milhão de trabalhadores têm no pescado o seu principal meio de vida, além de mais 3,5 milhões de empregos indiretos em toda a cadeia do pescado, segundo dados do Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura de 2010.

O Brasil tem condições de se transformar em grande produtor de pescado, principalmente por meio da aquicultura, uma vez que os elementos essenciais para essa realidade estão disponíveis: água de qualidade, áreas potenciais, capacidade técnica, espécies promissoras, clima adequado em boa parte do território e, principalmente, um contingente de pessoas que podem atuar na produção, comercialização e beneficiamento. Há o reconhecimento de que o potencial gerador de benefícios sociais, econômicos e ambientais da produção aquícola são subexplorados é subaproveitada e que o País poderia atender à demanda crescente por pescado, promovendo a inclusão socioambiental de comunidades tradicionais.

Além da produção sustentável, a recuperação dos estoques pesqueiros na costa brasileira e nas águas continentais e o desenvolvimento da grande capacidade da aquicultura marinha e continental é política fundamental estabelecida pelo MPA.

Para isto, o Ministério prevê importantes investimentos para o incremento sustentável do setor pesqueiro e aquícola, de forma a estruturar a cadeia produtiva a fim de garantir a regularidade e qualidade da oferta de pescado.

De acordo com os dados apurados pelo Ministério e os dados apresentados na Pesquisa Pecuária Municipal, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro de 2014, a produção de pescado do País em 2013 alcançou 1,24 milhão de toneladas, sendo 480.809 toneladas de aquicultura e 765.286,7 toneladas derivadas da pesca.

O Brasil possui potencial para se tornar um grande produtor mundial de pescados, especialmente por meio da aquicultura. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), até 2030 a produção pesqueira nacional terá condições de atingir 20 milhões de toneladas.

Caso alcance essa produção, estima-se a geração de, aproximadamente, 10 milhões de empregos na atividade pesqueira.

Com o intuito de explorar esse potencial, o Programa 2052 - Pesca e Aquicultura aborda os seguintes pontos: aumento da produção de pescados de forma sustentável; implementação de infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado; promoção da inclusão social, do acesso à cidadania e qualificação profissional dos trabalhadores da pesca e aquicultura; gestão da atividade pesqueira e inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional.

PROGRAMA 2052 - PESCA E AQUICULTURA

O Programa 2052 – Pesca e Aquicultura é composto por quatro Objetivos, dentre eles o 0567 - Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos subexplotados e inexplotados, e o 0572 - Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesqueira para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais. A execução orçamentária e as informações relativas ao nível de realização das metas vinculadas a esses Objetivos estão detalhadas a seguir.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0567 E 0572 DO PROGRAMA 2052- PESCA E AQUICULTURA

Código do objetivo	Execução Orçamentária	Valores liquidados	
		2013	2014
0567	No exercício	22.978.465,47	6.599.340,50
	RPNP	11.238.824,81	24.148.224,37
	Gastos tributários	-	-
Total do Objetivo		**34.217.290,28**	**30.747.564,87**
0572	No exercício	10.158.972,46	7.465.157,83
	RPNP	19.049.858,10	22.652.287,25
	Gastos tributários	-	-
Total do Objetivo		**29.208.830,56**	**30.117.445,08**

Fonte:Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

No âmbito do Programa 2052 – Pesca e Aquicultura, destaca-se a execução do objetivo 0567, com um volume de empenho da ordem de R$ 36.011.051,10 e liquidados de R$ 6.599.340,50, relativos aos recursos do orçamento 2014. No caso dos recursos de orçamentos anteriores, houve uma liquidação no valor de R$ 24.148.224,37.

No citado objetivo, destacam-se os dispêndios realizados no apoio a estudos e pesquisas para o desenvolvimento da pesca e aquicultura, na demarcação e implantação de parques aquícolas e em ações de assistência técnica e extensão pesqueira.

Quanto ao objetivo 0572, o montante empenhado atingiu R$ 55.260.215,61, sendo liquidados R$ 7.465.157,83. Com relação à execução dos recursos de orçamentos anteriores, foram liquidados R$ 22.652.287,25.

Os gastos alocados nesse objetivo envolveram, principalmente, o apoio a projetos relacionados à infraestrutura pesqueira, assim como a aquisição de equipamentos para atender as necessidades do Terminal Pesqueiro de Niterói / RJ e as despesas de manutenção dos Terminais já em funcionamento.

Objetivo 0567 - Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos subexplotados e inexplotados.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0567

Descrição da Meta 2012-2015	Meta prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Atender 116.500 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola	116.500	Famílias	9.822	14.351	27.622	23,71%
Demarcar parques aquícolas continentais em 39 reservatórios	39	Reservatórios	13	44	44	112,82%
Demarcar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros	7	Estados costeiros	6	6	6	85,71%
Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais	200	Projetos	76	93	96	48,00%
Implantar parques aquícolas continentais em 21 reservatórios	21	Reservatórios	3	11	11	52,38%
Implantar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros	7	Estados Costeiros	0	1	4	57,14%
Qualificar 750 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura	750	Técnicos	210	236	478	63,73%
Capacitar 12.750 trabalhadores da pesca e aquicultura	12.750	Trabalhadores	7.946	11.639	28.923	226,85%
Viabilizar 18 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura	18	Projetos	4	7	10	55,56%
Apoiar 06 unidades de ensino e escolas profissionalizantes atuantes em pesca e aquicultura	6	Unidades de ensino e escolas profissionalizantes	0	3	3	50,00%
Instalar 140 Dispositivos de Agregação de Peixes (bóias atratoras)	140	Dispositivos de Agregação de Peixes	0	120	120	85,71%
Financiar 12.500 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza (pesca artesanal)	12.500	Embarcações	68	2.186	3.479	27,83%
Atender 30 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional	30	Pólos de produção	0	10	17	56,67%
Reestruturar 9 unidades de produção de formas jovens	9	Unidades	0	1	1	11,11%
Ampliar a inserção do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passando das atuais 5 mil ton para 20 mil ton	20.000	Toneladas	0	2.750	8.094	40,47%
Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 42 reservatórios	42	Reservatórios	0	36	44	104,76%
Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 14 Estados costeiros	14	Estados costeiros	0	6	6	42,86%
Regularizar parques aquícolas em 27 reservatórios	27	Reservatórios	0	10	10	37,04%
Regularizar parques aquícolas marinhos em 6 Estados costeiros	6	Estados costeiros	0	3	5	83,33%
Apoiar e desenvolver 9 eventos de promoção do pescado brasileiro no âmbito nacional e internacional	9	Eventos	0	7	11	122,22%
Operar e manter 21 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Estações de Piscicultura e Centros de Pesquisa em Aquicultura.	21	Centros	0	7	7	33,33%
Atender 3.500 famílias com assistência técnica e extensão rural diferenciada com recursos de fomento não reembolsáveis de R$ 2.400,00 - Plano Brasil sem Miséria	3.500	Famílias	0	2.500	3.500	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) / MPA

Quanto ao fomento da atividade aquícola, em 2014 foram licitadas 247 áreas aquícolas de demanda espontânea e de parques aquícolas. Em adição, foram regularizadas 79 áreas aquícolas, que, em sua maioria, aguardam processo de licitação. Também foram demarcadas e regularizadas 1.985 áreas contidas em parques aquícolas, que, após o trâmite de audiência pública, aguardam o lançamento das licitações. Os referidos parques estão localizados nos Estados de Maranhão, Paraná, Santa Catarina e Sergipe. Durante o ano de 2014, 2.764 famílias de pescadores e aquicultores receberam assistência técnica por

meio de 16 contratos celebrados para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola (Atepa), resultantes de três chamadas públicas realizadas no ano de 2013, em parceira com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Ainda em 2014, 1.000 pescadores artesanais do Território Transamazônica no Pará passaram a ser contemplados com assistência técnica e extensão, juntando-se às 2.500 famílias que já recebiam tal serviço desde 2013 na Bahia. Cada família poderá acessar recursos de fomento não reembolsáveis no valor de R$ 2.400,00 (Plano Brasil sem Miséria). Esta ação é resultante de parceria entre MPA, MDA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Além disso, convênios e termos de cooperação celebrados em anos anteriores possibilitaram que, durante o ano de 2014, 10.507 famílias fossem atendidas com ações de Atepa e 4.876 pescadores e aquicultores fossem capacitados, além da capacitação de 242 técnicos que atuam na extensão rural.

Em relação à capacitação, é importante destacar que foram contabilizados na meta realizada em 2014 os pescadores e aquicultores beneficiários do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) - em 2014 começou a ser executado o Pronatec Pesca e Aquicultura, decorrente de acordo de cooperação entre o Ministério da Educação (MEC) e o MPA -, o que justifica a superação da meta inicialmente prevista, quando ainda não havia essa modalidade do Pronatec. No total, 12.408 pescadores e aquicultores foram capacitados por meio desse Programa. No que tange ao associativismo e cooperativismo, durante o ano de 2014 iniciou-se a execução de três projetos de apoio à organização do setor pesqueiro e aquícola, decorrentes de termo de cooperação celebrado entre o MPA e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Além disso, foi lançado edital de apoio ao cooperativismo pesqueiro e aquícola, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no âmbito do qual foram selecionados diversos projetos que contemplarão distintos Territórios da Cidadania.

Foram apoiados ainda, no período, os projetos: “Construção de barco de pesca com sistema de propulsão hibrida com uso de fonte de energia renovável”, “Rede Viva- Adoção de dispositivos tecnológicos para redução da captura de fauna acompanhante na pesca artesanal de arrasto de camarões no litoral do Paraná e de Santa Catarina”, bem como projeto visando o desenvolvimento de tecnologia para o cultivo de peixes ornamentais marinhos e adequação de laboratório na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Cita-se, igualmente, a execução das ações contempladas no âmbito do Memorando de Entendimento firmado com a Petrobras Biocombustíveis, com o objetivo de promover a pesquisa e geração de novas tecnologias para o desenvolvimento de biodiesel a partir de resíduos de pescado, gerados tanto pela indústria processadora, como pelos produtores de pequeno e médio porte.

Objetivo 0572 - Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesqueira para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0572

Descrição da Meta 2012-2015	Meta prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros, tanques redes e tanques escavados) para atender 30.000 famílias	30.000	Famílias	13.311	19.004	21.153	70,51%
Atender 65 territórios com equipamentos para o desenvolvimento da infraestrutura e da logística pesqueira e aquícola	65	Territórios	2	2	3	4,62%
Implantar 15 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos	15	Conselhos de Terminais Pesqueiros	0	1	4	26,67%
Implantar 150 cozinhas comunitárias	150	Cozinhas comunitárias	0	20	20	13,33%
Implantar 9 terminais pesqueiros públicos	9	Terminais pesqueiros	0	2	2	22,22%
Implantar e adequar 15 mercados públicos/pontos de comercialização	15	Mercados públicos	3	3	3	20,00%
Implantar e adequar 58 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP (sendo o aparelhamento de 25 Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar – Uadaf)	58	Unidades de Beneficiamento de Pescado	1	1	1	1,72%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) / MPA

A participação da aquicultura na produção nacional é cada vez mais expressiva.

A aquisição de máquinas agrícolas ou a contratação de horas/máquina para construção de viveiros escavados, viabilizadas pela assinatura de convênios e instrumentos congêneres, vem contribuindo para o aumento da produção da piscicultura continental do País, tendo como público-alvo aquicultores familiares.

De 2012 a 2014, foram construídos cerca de 10.576 hectares de viveiros escavados em 21 unidades da Federação, com capacidade de produção estimada em 104.200 t/ano de pescado, atendendo cerca de 21,1 mil famílias.

O Governo realizou esforços para melhorar e concluir as ações de infraestrutura da pesca e aquicultura para responder as demandas de produção e alicerçar o crescimento pesqueiro no Brasil. As obras civis de diversas unidades de beneficiamento de pescado se encontram em execução.

As localidades atendidas são: Nortelândia/MT, Pinhalão/PR, Presidente Castelo Branco/SC, Seberi/RS, Bananeiras/PB, Anhembi/SP, Dois Irmãos do Buriti/MS, Luís Eduardo Magalhães/BA e Iracema/RR. No caso dos Terminais Pesqueiros Públicos, estão sendo executadas obras, por meio de convênios e contratos em Natal/RN e Belém/PA.

Em 2014 foi concluída a primeira etapa (obras civis) e início da instalação dos equipamentos da unidade de beneficiamento de pescado de Dourados/MS.

Foram concluídos ainda os projetos de adequação da unidade de beneficiamento de pescado de Dois Irmãos do Buriti/MS, e adequação da unidade de beneficiamento de pescado de Cássia/MG.

Foi adquirida uma fábrica de gelo para Santa Fé do Sul/SP e caminhões frigoríficos para Icaraíma/PR, São Sebastião/SP e Paulicéia/SP. Foram elaborados os projetos executivos para a construção dos trapiches de Tubiacanga e Ribeira, no Rio de Janeiro.

Outros empreendimentos estão sendo executados por meio de obras civis, aos quais se seguem: Estação de Piscicultura em Águas de Chapecó/SC, Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão em Aquicultura em São Luís/MA, reforma e aparelhamento de estaleiro em Garopaba/SC, fábrica de farinha de peixe e de ração nos Municípios de Itauçu/GO e Balsas/MA, e o Mercado de Peixe nos Municípios de Alenquer/PA, Cascavel/CE, Imperatriz/MA, Itajaí/SC e Jaguaruana/CE.

Está em elaboração o projeto executivo do Centro de Estudos e Pesquisas em Aquicultura, Pesca e Ambientes Aquáticos (Cepapa), previsto para o Município do Rio de Janeiro/RJ.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

PLANO SAFRA DA PESCA E AQUICULTURA

O Plano Safra constituiu um grande avanço na inclusão da atividade pesqueira no mercado de crédito. Em 2014 os avanços foram principalmente nos níveis de apoio financeiro concedidos, podendo ser considerado um ano emblemático para o fortalecimento do setor pesqueiro nacional. No período de janeiro a dezembro de 2014, o Plano Safra concedeu créditos da ordem de R$ 453,70 milhões, para a modernização da pesca e aquicultura. Destaca-se que, desde o lançamento do Plano Safra (out.2012 a dez.2014), foram contratados um total de R$ 1,31 bilhão. Ao todo, somente no ano de 2014, foram registradas 14.334 operações de financiamento na rede bancária oficial.

MONITORAMENTO E CONTROLE DA ATIVIDADE PESQUEIRA

No âmbito do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), foram instalados pelo MPA, gratuitamente, aproximadamente 350 equipamentos em embarcações da frota de lagosta, com cumprimento médio entre 10 e 15 metros, de um total aproximado de duas mil embarcações. Além disso, foi finalizado o desenvolvimento do Sistema Informatizado de Mapas de Bordo (SisBordo) e do Sistema Informatizado do Regime Nacional de Certificação de Capturas (SisRCC), os quais permitirão maior celeridade e segurança na recepção, análise e entrega de documentos ao cidadão.

O MPA, em parceria com diversos órgãos da administração pública que possuem Poder de Polícia, atuou no sentido de inibir as irregularidades que podem ocorrer no exercício da atividade pesqueira e aquícola. Essas irregularidades normalmente consistem em fraude no processo do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), prejuízos ao erário e/ou crimes ambientais. Durante o ano de 2014, foram realizadas ações de fiscalização nos Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rondônia, Pará e Amazonas. Essas ações de fiscalização tiveram objetivos diversos, pois ora foram aplicadas sobre empresas, ora sobre proprietários de embarcações, ora sobre pescadores, bem como sobre cessionários de Parques Aquícolas.

No que se refere ao RGP na categoria Pescador Profissional, foi concluído o processo de recadastramento iniciado em fevereiro de 2013, tendo como resultado a suspensão de 78 mil pescadores e o cancelamento de 252 mil pescadores. Cabe ressaltar que os Pescadores Profissionais que não realizaram o procedimento de atualização, que consequentemente tiveram suas licenças suspensas, não terão direito a acessar o benefício do Seguro Desemprego pago aos pescadores profissionais artesanais na época do defeso.

Com o objetivo de melhorar o controle e aprimorar a operacionalização do RGP, foi instituído, por meio da Instrução

Normativa MPA nº 15, de11 de agosto de 2014, o Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira na categoria Pescador Profissional Artesanal. Esse documento possibilita uma avaliação sobre o desempenho do pescador, as espécies por ele capturadas, bem como o quantitativo, comercialização e destino da produção

Na categoria de aquicultor, foram inscritos no ano de 2014, 19.408 pessoas, o que representa um acréscimo de 46,4% em relação ao total de aquicultores que possuíam registros em 2013. O aumento é resultado da continuidade de ação junto aos Estados, seja nas Superintendências do MPA, seja pelo empenho dos órgãos estaduais de extensão e fomento, além de adesão dos produtores para obtenção de recursos ao Plano Safra da Pesca e Aquicultura, cujo requisito é ter o RGP.

Foram também emitidas 436.397 licenças para pescadores amadores e autorizados 140 torneios de pesca amadora.

Foi dada continuidade ao acompanhamento anual da coleta de dados e informações sobre a atividade pesqueira de atuns e afins para reporte de produção à Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT), a qual estabelece as cotas anuais para a pesca no Brasil.

SANIDADE PESQUEIRA E AQUÍCOLA

O MPA priorizou, em 2014, a publicação de regulamentação normativa federal e ações para a estruturação do serviço veterinário oficial de sanidade animal na pesca e aquicultura em todo o País.

Para tanto, garantiu a transferência de recursos para a celebração de convênios com os órgãos executores de defesa agropecuária nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Pará e Minas Gerais. Ademais, foram também realizados novos convênios com os Estados do Paraná, Roraima, Mato Gross do Sul e Goiás.

Ainda, foi dada continuidade à estruturação da Rede Nacional de Laboratórios do MPA (Renaqua). Tal estruturação incluiu a realização de convênio com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), em Joinville/SC, para implantação e estruturação do Laboratório de Animais Aquáticos (Laqua) como mais uma unidade da Renaqua.

Para garantir a continuidade das atividades de controle da movimentação de animais aquáticos e derivados no território nacional, o MPA, juntamente com o Mapa, prorrogaram, até 29 de julho de 2018, o Acordo de Cooperação Técnica nº 006/2010 celebrado entre os dois ministérios, permitindo a emissão de certificados sanitários para amparar as exportações desses itens.

Como avanço regulatório em sanidade, o MPA publicou a Instrução Normativa nº 29, de 22 de dezembro de 2014, que instituiu o Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Embarcações Pesqueiras e Infraestruturas de Desembarque de Pescado – Embarque Nessa.

Também, publicou a Instrução Normativa nº 30, de 30 de dezembro de 2014, instituindo o Programa Nacional de Monitoramento de Resistência a Antimicrobianos em Recursos Pesqueiros.

Em adição, com o objetivo de aumentar a produtividade e competitividade do setor aquícola, o MPA publicou a Instrução Normativa nº 22, de 11 de setembro de 2014, instituindo o Plano Nacional de Certificação Sanitária de Estabelecimentos de Aquicultura Produtores de Formas Jovens de Animais Aquáticos - “Plano Forma Jovem Segura”.

O Plano será estruturado por meio de programas sanitários específicos de acordo com as espécies cultivadas.

Ainda sobre trânsito animal, foi publicada a Instrução Normativa MPA nº 21, de 11 de setembro de 2014, que estabelece critérios e procedimentos para o controle do trânsito de organismos aquáticos vivos com fins de ornamentação e aquariofilia no território nacional.

Dentro da meta de manter um centro de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (Renimp) o projeto apoiado é a construção do Centro Nacional de Identificação Molecular de Pescado (Cenimp), que se configurará como o maior centro de referência em sequenciamento genético e identificação molecular de espécies nativas e exóticas de pescado, em território brasileiro.

O Cenimp será sediado no Estado do Rio de Janeiro e ampliará a capilaridade dos trabalhos de órgãos de controle do comércio de gêneros aquáticos, como Receita Federal e Mapa, em suas atividades de fiscalização.

Para dar suporte às atividades do Cenimp, foi celebrada encomenda com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para a realização de chamada pública com a finalidade de custear bolsas para a manutenção e ampliação do banco de sequenciamento genético, que atualmente conta com 274 espécies, e o desenvolvimento de novas tecnologias, dentre elas, a criação de kits de diagnóstico rápido para a identificação molecular de pescado.

ORDENAMENTO DA PESCA

Em 2014, sob a coordenação do MPA, foram publicadas três Instruções Normativas sobre defesos excepcionais nos Estados de Rondônia, Acre e Amazonas, devido às cheias dos rios e o impedimento da realização da atividade da pesca. Tal ação contribuiu para mitigar os efeitos econômicos e sociais para os pescadores e pescadoras artesanais.

Ademais, em atendimento às recomendações internacionais para proteção das espécies de albatrozes e pétreis, aves com interface na pesca de atuns e afins, foi publicada a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 07, de 30 de outubro de 2014, contendo medidas mitigatórias para captura das referidas espécies.

Ainda em 2014, em 31 de maio, foi publicada a Instrução Normativa Interministerial nº 06/2014, restringindo por cinco anos a pesca da piracatinga (Calophysusmacropterus) na região Amazônica.Tal medida visa apoiar as atividades de fiscalização ambiental no combate à utilização de botos cor-de-rosa como isca. No que tange à produção de Organismos Aquáticos Vivos com fins de Aquariofilia e Ornamentação, o Grupo Técnico de Trabalho (GT Ornamentais) desenvolveu ações de grande importância ao ordenamento da atividade, sendo estabelecidos critérios e procedimentos específicos para o setor. Em adição, foi regulamentada a venda de exemplares vivos de raias nativas, destinadas à ornamentação e aquariofilia, além da redistribuição de cotas de venda de raias.

SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PREÇO DO ÓLEO DIESEL

No âmbito do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel, foram habilitadas, em 2014, 2.940 embarcações pesqueiras, das quais 2.070 são voltadas à pesca artesanal e 870 à pesca industrial. Isso representou um aumento de 89,25% no número de embarcações artesanais habilitadas em relação ao ano anterior. Foram direcionados mais de R$ 22 milhões do Orçamento da União, dos quais foram liquidados R$ 5,77 milhões para pagamento da subvenção cuja finalidade é a equalização do preço do diesel internacional, contribuindo, assim, com o aumento da competitividade do pescado brasileiro.

AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES DA ÁREA DA PESCA E AQUICULTURA

Foram continuadas as atividades do Programa Pescando Letras, que busca alfabetizar pescadores profissionais e aquicultores familiares que não tiveram acesso à educação durante a idade escolar. O Programa utiliza uma metodologia própria, respeitando a cultura, experiência e realidade dos beneficiários.

As turmas são formadas levando em consideração a disponibilidade irregular de tempo desses trabalhadores e aproveitando os períodos de defeso/piracema para intensificar as aulas, sendo as ações executadas por meio do Programa Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação (MEC).

Estima-se que, após a execução do Programa Pescando Letras, o alfabetizando acesse as diferentes políticas públicas existentes no MPA possibilitando a sua melhoria de vida. Desde sua criação em 2003, foram atendidos mais de 200 mil pescadores e aquicultores. No ano de 2014, foram atendidos no Programa de Alfabetização “Pescando Letras” 15,2 mil pescadores artesanais e trabalhadores da pesca.

O MPA também está apoiando o “Projeto de Desenvolvimento Tecnológico com Boas Práticas de Manejo e Biossegurança para a Carcinicultura no Nordeste” que consiste na programação, execução e avaliação de um abrangente plano de capacitação e treinamento dirigido especificamente aos diversos públicos e atores que compõem a cadeia produtiva da carcinicultura brasileira.

Durante o ano de 2014 foram realizados 25 cursos/treinamentos em 24 Municípios nos principais Estados do Nordeste Brasileiro, com um total de 755 participantes até o momento.

SEGURANÇA ALIMENTAR DE PESCADORES E AQUICULTORES

O MPA deu continuidade à participação na ação de Governo referente à Distribuição de Cesta de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, do Programa de Acesso à Alimentação do Plano Plurianual,por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2010, estipulado entre o MDS, MPA, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Palmares e Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o qual visa garantir a distribuição de cestas de alimentos para famílias que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional. Durante o ano de 2014 foram entregues 10,76 mil cestas básicas de alimentos, beneficiando famílias de pescadores artesanais.

4.18. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social, política pública integrante da Seguridade Social, consolida-se em um sistema majoritariamente estatal cuja principal função é a proteção social de trabalhadores e suas famílias, amparando seus beneficiários contra os chamados riscos sociais.

O mecanismo de Previdência Social possui três importantes papéis na sociedade: i) social: promove a proteção e a dignidade, com redução da pobreza; ii) econômico: configurado pela importância da massa de benefícios pagos aos beneficiários em todos os Municípios brasileiros, sendo que, em mais de 67% deles, os recursos pagos pela previdência são maiores do que os recebidos do Fundo de Participação dos Municípios; e iii) político: promove a paz social.

A Previdência Social organiza-se em três regimes distintos, independentes entre si, mas que podem se complementar: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC).

Os dois primeiros regimes, RGPS e RPPS, são públicos e obrigatórios. O RPC é privado e facultativo, dividido em dois segmentos: i) operado por seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP), com acesso individual e supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda; e ii) operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), também conhecidas como fundos de pensão, que operam Planos de Benefícios destinados aos empregados de empresas ou grupos destas, denominadas patrocinadoras, bem como aos associados ou membros de associações ou entidades de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas de instituidores.

Os fundos de pensão são supervisionados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS). A previdência complementar é ainda um importante mecanismo de formação de poupança interna de longo prazo, o que amplia a capacidade de investimento do País e alavanca seu crescimento econômico, além de contribuir para a manutenção de renda das famílias.

A execução do RGPS é gerenciada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia vinculada ao MPS, e possui caráter contributivo e de filiação obrigatória.

Atende basicamente ao setor privado, apesar de sua administração ser pública, e dentre os contribuintes encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e segurados especiais (trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais).

O RGPS é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro. Os benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões e auxílios) influenciam nas condições socioeconômicas de toda a população brasileira e desempenham papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do País.

PROGRAMA 2061 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

O macro desafio da Previdência Social é a promoção do acesso universal, com qualidade e equidade, em total harmonia com a missão da instituição, que é garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social, mas que pode ser complementado pela iniciativa privada. O Plano Plurianual - PPA 2012-2015, no que se refere às políticas previdenciárias, está integralmente reproduzido no Plano Estratégico da Previdência Social 2012-2015, que preservou exatamente a sua mesma orientação estratégica. O Objetivo descrito a seguir apresenta resultados para a sociedade e compõe o Programa Previdência Social. Tal Objetivo tem como propostas de valor público a participação e a busca pela efetividade, e a governança como pilar de sustentação:

Objetivo 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Tem como finalidade garantir a universalização da cobertura, promovendo a inclusão dos trabalhadores no sistema previdenciário brasileiro, por meio do conhecimento do perfil do cidadão e do fortalecimento da educação previdenciária.

A ampliação da cobertura é o direcionador estratégico deste Objetivo, que incentiva a adesão de pessoas ao sistema previdenciário mediante um melhor diagnóstico do público-alvo e da conjuntura do mercado de trabalho em que o potencial segurado está inserido, bem como por meio de ações de sensibilização e esclarecimento, valendo-se do diagnóstico produzido e direcionando a abordagem ao perfil desejado. Este Objetivo é composto das seguintes iniciativas, com os respectivos desempenhos relativos a 2014:

Iniciativa: Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho.

Buscar, nos vários segmentos da sociedade, as informações cadastrais do cidadão, observando os aspectos econômico, social e demográfico.

Objetiva também identificar contribuinte em potencial que não esteja amparado pela cobertura previdenciária, mantendo um controle contínuo de atualização dessas informações.

Visa ainda conhecer o perfil dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a fim de propiciar acompanhamento, orientação e supervisão dos

Regimes Próprios de Previdência, assim como subsidiar estudos técnicos e de fiscalização.

No que se refere às informações relacionadas aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, está em desenvolvimento o Sistema de Regime Próprio de Previdência Social (SRPPS), composto pelo Siprev/Gestão (base local), Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS/RPPS) -base nacional e Informe/CNIS/RPPS - módulo gerencial.

O SRPPS e seus subsistemas têm por objetivo a formação do banco de dados nacional dos servidores públicos, para possibilitar a melhoria da gestão do passivo dos RPPS, o cruzamento de dados, a redução do risco de pagamentos indevidos e o dimensionamento adequado dos compromissos atuariais.

Até 2014 foram processadas e transmitidas ao CNIS/RPPS 126 bases de entes federativos, além das bases de 102 órgãos da União, para formação do banco de dados dos servidores públicos vinculados aos RPPS, e também adotadas providências para que o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial passasse a contemplar as informações relativas aos segurados e beneficiários dos RPPS.

Em 2014, o CNIS passou por uma melhoria em sua arquitetura lógica e de plataforma, de modo a aperfeiçoar sua usabilidade e operabilidade.

Outra inovação foi a concretização do módulo responsável pela gestão dos cadastros do segurado especial, servindo de insumo para as políticas de Governo e tomadas de decisão no âmbito da Previdência Social.

Outras duas iniciativas estratégicas atreladas a este tema - melhoria de bases cadastrais - são a implementação do modelo de escrituração fiscal digital - eSocial e o Sistema de Informações de Registro Civil (SIRC).

O primeiro consiste num projeto intersetorial, com a participação do INSS, conduzido em parceria pelo MPS, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Caixa Econômica Federal (Caixa) e Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

Os principais resultados obtidos do eSocial foram: (i) a integração com a base do Número de Inscrição Social (NIS); (ii) a criação de ferramentas em lote e web para consulta quanto à qualificação cadastral do empregado; e (iii) a criação do perfil CNIS para verificar a integridade dos dados do cadastro e a implementação de demanda para recepcionar os dados oriundos do ambiente nacional do eSocial.

Quanto ao SIRC, o sistema já está preparado para entrar em produção. Essa iniciativa representa um avanço no controle das bases de cadastros sociais, uma vez que organiza sistemicamente dados de registro civil de nascimento, casamento e averbações, e óbitos.

A Previdência Complementar realizou uma pesquisa com empregados participantes de planos de benefícios de previdência complementar, cujo objetivo era aprimorar as informações sobre o perfil e o nível de conhecimento financeiro e previdenciário dos participantes de fundos de pensão.

Foram realizadas 2.961 entrevistas presenciais com participantes de planos de benefícios de todo o País.

Os dados coletados servirão, entre outros, para investigar a percepção e o nível de conhecimento dos participantes sobre a previdência complementar e para subsidiar a formulação de políticas e o aperfeiçoamento da educação previdenciária.

Iniciativa: Fortalecer a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização.

Trata-se de intensificar as ações de educação previdenciária e financeira, por meio dos diversos canais de divulgação, de forma a conscientizar o trabalhador da importância da Previdência Social como instrumento de proteção social.

O Programa de Educação Previdenciária (PEP) é uma das iniciativas da Previdência Social de inclusão previdenciária e social, que objetiva ampliar o número de pessoas, sobretudo segurados, conscientes de seus direitos e deveres para garantia da proteção social.

Promover a inclusão, divulgar políticas públicas e valorizar a cidadania é compromisso do Programa que realizou, de janeiro a dezembro de 2014, cerca de 5,7 mil ações educativas, beneficiando mais de 601 mil pessoas, sendo que 3,4 mil pessoas da iniciativa privada foram capacitadas para atuar como disseminadores das informações previdenciárias.

Com relação aos RPPS houve a participação da equipe técnica do MPS em congressos, seminários e fóruns organizados por suas entidades associativas, nos quais se fizeram presentes gestores, conselheiros e segurados dos regimes.

Em vista disso, propiciou a formação da cultura previdenciária e o conhecimento das regras gerais de organização e funcionamento dos RPPS, cuja observância é fundamental para assegurar a sua sustentabilidade.

Os órgãos governamentais da estrutura do MPS, responsáveis pela formulação de políticas e pela supervisão do RPC, têm trabalhado de forma a acompanhar a diretriz governamental de ampliação da cobertura previdenciária, com objetivo de garantir a segurança e a sustentabilidade das entidades e dos planos por elas administrados.

Com a observância das diretrizes definidas no Programa de Educação Previdenciária do Regime Complementar foi realizado em 2014, na modalidade de Ensino a Distância (EAD), o curso Noções Básicas em Previdência Complementar, oferecido gratuitamente, com o objetivo de divulgar, esclarecer e conscientizar o público em geral sobre os diversos aspectos do RPC, os planos de benefícios que são administrados pelos fundos de pensão e as vantagens oferecidas aos participantes e à sociedade.

A demanda para o curso foi tão significativa que as vagas inicialmente ofertadas, em número de 200, tiveram que ser ampliadas de 966 vagas na primeira turma e, na segunda, de 628.

Do mesmo modo, a disseminação dos principais conceitos relativos ao RPC junto ao Poder Judiciário constitui uma ação que tem a finalidade de ampliar a debate sobre o Regime, especialmente no tocante às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), e assim promover a divulgação dos mecanismos do Regime aos magistrados.

Diversas reuniões foram realizadas com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) em busca de parceria para a promoção de cursos voltados aos magistrados.

O ano de 2014 foi marcado por diversas ações envolvendo a temática Educação Financeira e Previdenciária, com o objetivo de trazer um número maior de participantes para o sistema, dentre as quais se destacam:

- a realização de seminários envolvendo participantes e dirigentes das (EFPC);
- a promoção de oficinas de suporte à elaboração dos projetos de educação previdenciária das EFPC; e
- a realização de estudos e pesquisas visando a dar maior transparência na divulgação de informações relevantes aos participantes, patrocinadores e instituidores. No ano contabilizou-se a adesão de cerca de 160 mil novos participantes ao sistema.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0250 - PROMOVER AÇÕES DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO PROGRAMA 2061 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Código do objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0250	No Exercício[1]	96.140.627,87	108.148.076,71
	RPNP[2]	16.491,892,29	1.114.242,47
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo		112.632.520,16	109.262.319,18

Fonte: Siop/SOF/SPI e Siafi Gerencial.
Data da geração: 12/01/2015.
(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0250 DO PROGRAMA 2061 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada Até			% da Meta Total 2012-2014 Realizada Acumulado
			2012	2013	2014	
Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%.	%	77	70,70	71,40	72,50	94,16%
Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados.	Milhões	3,0	2,7	3,7	4,7	155,30%
Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%.	%	75	69,70	70,60	72,30	96,40%

Fonte: SPPS, SPPC, IBGE, MF, Siop.

Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%: de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio (PNAD), em 2013 existiam no Brasil 63,99 milhões de pessoas com idade entre 16 e 59 anos protegidas pela Previdência Social.

Este contingente fazia parte de um universo de 88,21 milhões de pessoas que se declararam ocupadas e se encontravam nessa mesma faixa etária, o que significa uma cobertura total de 72,5%.

Por outro lado, 24,2 milhões de trabalhadores (ou seja, 27,5% da população ocupada) encontravam-se sem cobertura previdenciária.

Entre os idosos, aqui definidos como aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, a proteção previdenciária foi estimada em 81,9%.

Os idosos socialmente protegidos - que recebiam aposentadoria e/ou pensão de qualquer regime previdenciário ou da assistência social ou contribuíam para a Previdência Social - totalizavam 21,52 milhões de pessoas em 2013, sendo 10,06 milhões de homens e 11,46 milhões de mulheres.

Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados: o Microempreendedor Individual (MEI),

além de contar com o estímulo da redução da contribuição previdenciária, também foi agraciado com medidas como a simplificação do registro como pessoa jurídica por meio do Portal do Empreendedor no âmbito do Simples e a instituição de linhas de crédito especiais e outras vantagens.

A Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, ampliou o teto de faturamento anual do MEI de R$ 36 mil para R$ 60 mil, mas mantendo-o com a faixa de faturamento mais baixa dentro do Simples.

Portanto, o MEI articula agendas de inclusão previdenciária, simplificação de registro de pessoa jurídica, desburocratização e oferta de benefícios para aqueles que se formalizam, a fim de reduzir a informalidade e ampliar a proteção social.

O MEI vem apresentando resultados positivos. As inscrições no referido programa saltaram de cerca de 70 mil no final de janeiro de 2010, para cerca de 2,7 milhões no final de 2012.

Em dezembro de 2013 já somavam 3,7 milhões, passando para 4,7 milhões de adesões até dezembro de 2014.

Apesar dos bons resultados do MEI, o programa ainda necessita de aperfeiçoamentos, sobretudo no que tange a problema de elevada inadimplência.

Outrossim, a transformação do empreendedor em pessoa jurídica tem gerado uma série de obrigações acessórias e custos que podem comprometer a sustentabilidade dos MEI. A título de exemplo, a transformação em pessoa jurídica tem gerado a mudança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) de residencial para comercial, com grande elevação de custo para o empreendedor. Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%: de acordo com a PNAD, em 2013 a proteção social era maior entre os homens (72,7%) frente às mulheres (72,3%) para os trabalhadores ocupados entre 16 e 59 anos.

Entre os idosos, já referidos no tópico que trata do índice geral de cobertura previdenciária, a proteção social entre os homens chegava a 86,1%, resultado superior ao observado entre as mulheres, da ordem de 78,5%.

Com objetivo de ampliar a cobertura de pessoas de baixa renda, principalmente da mulher dona de casa, foi editada a Lei no 12.470, de 31 agosto de 2011, que estabelece alíquota diferenciada de contribuição para o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda.

Sob essa regra, o segurado abre mão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, em favor de poder contribuir com apenas 5% do limite mínimo mensal do salário de contribuição, no caso, o salário mínimo nacional.

No âmbito dessa nova Lei, considera-se família de baixa renda aquela inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) cuja renda mensal familiar não ultrapasse dois salários mínimos.

A seguir, apresenta-se análise da meta qualitativa "Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar" do Objetivo 0250 do Programa 2061 - Previdência Social:

ANÁLISE DA META QUALITATIVA "AMPLIAR O NÚMERO DE PARTICIPANTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR" DO OBJETIVO 0250 DO PROGRAMA 2061 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar: o número de participantes das EFPC, composto pela quantidade de participantes ativos, assistidos aposentados e assistidos beneficiários de pensão, era da ordem de 3,14 milhões em dezembro de 2013.

Em junho de 2014, segundo a extração de dados realizada pela Previc, em 12/12/2014 referido quantitativo passou a 3,20 milhões, o que corresponde a um aumento da ordem de 2,05%, ou seja, uma relevante expansão da cobertura previdenciária complementar, em termos da população das EFPC, observada em um semestre.

Um dos direcionadores da Previdência Complementar tem sido a realização de atividades voltadas ao fomento do RPC, especialmente no tocante à ampliação da cobertura e ao aumento no número de adesões de participantes, sempre ancorado no objetivo estratégico da promoção de políticas de sustentabilidade de todo o sistema previdenciário nacional.

Nesta trilha, em 2014, a Previdência Complementar desenvolveu várias ações, destacando-se entre elas:

- o estudo dos principais entraves e desafios do RPC, com a finalidade de identificar os principais obstáculos enfrentados no âmbito do Regime;
- a elaboração de análise comparativa entre as principais características do novo modelo de previdência complementar dos servidores da União e os modelos do regime de previdência que vêm sendo instituídos nos Estados;
- o acompanhamento dos projetos de lei em apreciação referentes à criação de regimes de previdência complementar nos Estados e Municípios; e
- a oferta de apoio técnico e esclarecimentos aos entes federados acerca das peculiaridades do RPC, do funcionamento das EFPC e dos seus planos de benefícios.

4.19. MINISTÉRIO DA SAÚDE

O Ministério da Saúde (MS) tem como missão institucional "promover a saúde da população mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os Municípios, a iniciativa privada e a sociedade contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania".

A abrangência de competência da Pasta, diz respeito aos seguintes temas que caracterizam as suas atribuições:

- política nacional de saúde;
- coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde (SUS);
- saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive de segmentos específicos da população a exemplo dos trabalhadores, negros, populações em situação de rua e dos índios;
- geração e difusão de informações de saúde;
- produção e regulação de insumos críticos para a saúde;
- ação preventiva em geral, vigilância e controle sanitário de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos;
- vigilância de saúde, especialmente quanto às drogas, medicamentos, alimentos e outros produtos de interesse da saúde pública; e
- pesquisa científica e tecnológica na área de saúde.

Para desenvolver as suas atribuições o MS conta com uma estrutura regimental composta por órgãos internos e entidades vinculadas. Os Órgãos Internos correspondem a: Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), Secretaria Executiva (SE), Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde (SGTES), Secretaria Especial de saúde indígena (Sesai) e Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). As entidades vinculadas são: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital Fêmina S.A, Hospital Cristo Redentor S.A. e Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás). Além dessa estrutura, a Pasta conta com a participação dos seguintes Órgãos Colegiados no desenvolvimento de suas ações: Conselho Nacional de Saúde, Conselho de Saúde Suplementar e Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec).

A atuação pública em saúde, desenvolvida de forma descentralizada, resultante do desempenho integrado das esferas administrativas correspondentes aos três entes federados, cuja gestão federal é de responsabilidade do MS, operacionaliza-se por meio de áreas de atuação, norteadas por 16 objetivos estratégicos traçados para orientar a atual gestão federal.

Esses objetivos têm correspondência no Plano Plurianual 2012-2015 no Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, com responsabilidade gerencial do MS, e nos Programas Intersetoriais 2055 - Desenvolvimento Produtivo, 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, 2067 - Resíduos Sólidos, 2068 - Saneamento Básico e 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional, todos sob gestão de outras Pastas.

As áreas técnicas do MS são responsáveis pela coordenação nacional da oferta de produtos e serviços de saúde no seu âmbito de atuação.

Nesse contexto, alguns desafios orientaram as prioridades voltadas para a potencialização dos resultados obtidos no exercício de 2014, bem como a sustentabilidade do SUS. Entre outros destaques de 2014, a ampliação do contingente de profissionais da área médica promovida pelo Programa Mais Médicos.

PROGRAMA 2015 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A Constituição Federal de 1988 atribui ao Estado a responsabilidade de implantar e manter as políticas sociais como direito do cidadão. Tal atribuição configura-se como paradigma estruturante de sistemas públicos setoriais de caráter permanente. Nessa perspectiva, o setor saúde tem a sua política operacionalizada pelo SUS, cujos princípios são a universalidade do acesso às ações e serviços, a integralidade da atenção e a equidade, ampliando, assim, função social do Estado.

Esse novo papel do Estado na provisão de saúde é a efetiva articulação e participação dos entes federados, integrando União, Estados e Municípios no esforço de efetivar as responsabilidades de gestão e de viabilizar meios para o desenvolvimento das ações capazes de tornar factível a política de caráter nacional.

As dificuldades enfrentadas para a operacionalização do modelo descentralizado – diante de uma estrutura federativa e da diversidade de realidades regionais que caracterizam o Brasil – exigem aprimoramento da gestão como meio para a adequação das disponibilidades de recursos em face à extensão das necessidades. Nesse cenário, seguindo o modelo preconizado para o SUS, a ação pública setorial operacionalizou uma estrutura de serviços que favoreceu o alcance de avanços detectados pelos principais indicadores que caracterizam a expansão do acesso e a extensão da atuação governamental.

Favoreceu igualmente – e de forma expressiva – a evolução dos principais indicadores que apontam a melhoria das condições de saúde da população.

Os resultados obtidos do conjunto de iniciativas governamentais atuaram, conjuntamente com outros aspectos conjunturais e outras políticas públicas para o atingimento da meta de redução em dois terços dos índices de mortalidade de crianças com até cinco anos. O índice que era de 53,7 mortes por mil nascidos vivos em 1990, passando a 17,7 em 2011.

Na outra extremidade dos ciclos de vida da população, o ganho real da expectativa de vida no Brasil foi de 11,2 anos entre 1980 e 2013. Essa evolução foi apontada em relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em maio de 2014.

Entre outras linhas de atuação estruturantes que contribuíram para a sustentabilidade do Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, em 2014, destaca-se a Atenção Básica (AB) que contou com a ampliação do acesso e o aprimoramento da qualidade da prestação dos serviços básicos com a operacionalização do Programa Mais Médicos.

Desde o início do Programa foram 14.462 médicos, dos quais 7.786 em 2014, atuando no território nacional, entre brasileiros e estrangeiros, em atividade em regiões que apresentam vulnerabilidades sociais, beneficiando mais de 50 milhões de brasileiros.

Ainda nessa linha de atuação, a Estratégia de Saúde da Família alcançou, em 2014, uma cobertura de 62,37% da população brasileira, contando com 39,2 mil equipes em 5.463 Municípios.

Se comparados aos dados de dezembro de 2013, esses números representam um crescimento de mais de 4.513 Equipes de Saúde da Família (ESF). Os 265.698 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em atuação no ano proporcionam uma cobertura de 63,35% da população brasileira.

A qualidade desses serviços foi potencializada por meio do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), pelo qual 30.522 ESF, incluindo 19.946 Equipes de Saúde Bucal, 1.813 Núcleos de Apoio à Saúde da Família e 860 Centros de Especialidades Odontológicas foram contratualizados para processos de qualificação em 2014, beneficiando 5.070 Municípios.

Para fortalecer a estrutura física da AB, o MS, no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), realizou repasses ao Distrito Federal e aos Municípios para construção, reforma e ampliação de UBS.

Em 2014, registrou-se a conclusão de 2.091 construções e 4.168 obras de reforma de UBS. Além disso, 2.922 obras de ampliação foram concluídas. Foram ainda habilitadas propostas para 725 construções, 728 ampliações e 378 reformas.

O número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) foi ampliado para 24.039 equipes no ano, operando em 4.992 Municípios, beneficiando 74,7 milhões de pessoas. No mesmo período foram implantados 42 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), chegando a 1.030 centros desde 2012.

Por meio da Rede Cegonha, estão contemplados, 5.488 Municípios, beneficiando cerca de 2,5 milhões de gestantes, anualmente. Nesse âmbito, foram criados, em 2014, 1.489 novos leitos neonatais (271 de terapia intensiva (UTI) e 1.218 de cuidados intensivos (UCI). Atualmente, o Brasil conta com mais de sete mil leitos de UTI e UCI neonatal.

Mais de 690 mil litros de leite humano com certificação de qualidade foram coletados de 2011 a 2014, sendo 527 mil litros distribuídos no período, beneficiando cerca de 695 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 667 mil mães que integram, voluntariamente, o programa de doação de leite humano.

Em 2014, 172 mil litros de leite humano foram coletados, graças a participação de 152 mil mães doadoras. Foram beneficiados 165 mil prematuros, que receberam 134 mil litros de leite certificados.

O Ministério da Saúde distribuiu para todos os Estados e Distrito Federal, em 2014, no âmbito da Rede Cegonha, cerca de 1,3 milhão de testes rápidos de sífilis e 2,6 milhões de testes de HIV/AIDS para gestantes, atingindo mais de 25% dos Municípios que oferecem os testes rápidos. Desde maio de 2012, foram distribuídos 3,03 milhões testes rápidos de sífilis e 3,82 milhões de testes de HIV/AIDS para gestantes, em todo território nacional.

A atenção integral à saúde da população idosa tem ênfase no envelhecimento saudável e ativo, na manutenção da autonomia e reabilitação da capacidade funcional e no apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Para tanto, priorizou-se, no ano, a ordenação pela AB e a articulação com áreas e programas estratégicos, como a ampliação do acesso a medicamentos e insumos, além de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos como as quedas, violências e os acidentes domésticos. Merece destaque a cobertura vacinal contra gripe, que alcançou 86% da população desse ciclo de vida, o que representou 17,9 milhões de idosos vacinados.

Em relação à atenção especializada, foi expandido o número de procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase à Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos. Nesse âmbito, foram realizados mais de 2,35 milhões de procedimentos cirúrgicos eletivos, sendo 567 cirurgias de catarata.

Das cirurgias de transplante realizadas no Brasil, 95% são realizadas pelo SUS. Destaca-se em 2014 o crescimento do registro brasileiro de doadores de medula óssea (Redome), com mais de 3,5 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o terceiro maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea.

Em cerca de 70% dos transplantes de medula óssea realizados até 2014 foram identificados doadores dentro do Brasil, no Redome. Em 2014, foram realizados, ao todo, 23,2 mil transplantes (83% da meta anual estabelecida) de órgãos sólidos e não sólidos no País.

O Poder Público fixou legalmente em até 60 dias o início do tratamento de neoplasia maligna pelo SUS, contado a partir do diagnóstico da doença. O primeiro tratamento no SUS será considerado efetivo mediante a realização de quimioterapia, radioterapia, cirurgia, ou cuidado paliativo conforme a necessidade do paciente, atestada na prescrição do médico.

Nesse contexto, e em consonância com a Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer, em 2014 foram realizadas cinco novas habilitações de hospitais em alta complexidade em oncologia, atingindo um total de 283 hospitais habilitados.

Para ampliar a prevenção ao câncer e fortalecer a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, foram realizados mais de 3,8 milhões de exames de mamografia bilateral, além de cerca de 8,3 milhões de exames citopatológicos de colo de útero, de janeiro a até novembro de 2014.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2014, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletou informações sanitárias, de acesso e uso de serviços, de ações preventivas, da continuidade dos cuidados e do financiamento da assistência de saúde, além de estilo de vida de 80 mil domicílios, com finalidade de apresentar resultados que venham a subsidiar a formulação das políticas públicas em saúde nas áreas de promoção, vigilância e atenção à saúde. Essas informações apoiarão iniciativas como o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022.

Para o aprimoramento da vigilância da dengue, em 2014, o Brasil começou a adotar a nova classificação de casos de dengue, estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo: dengue, dengue com sinais de alarme e dengue grave.

De janeiro a dezembro de 2014 ocorreram 587.815 casos prováveis de dengue (casos notificados, excluindo os descartados), 684 casos de dengue grave, 8.137 casos de dengue com sinais de alarme e 405 óbitos. Em comparação com o mesmo período de 2013, houve uma redução de 40 % nos óbitos (674).

Visando o aprimoramento da vigilância e o enfrentamento de epidemias de dengue e Chikungunya no Brasil, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo uma série de ações preparatórias, tais como:

- repasse de R$ 363,4 milhões a todos os Municípios do País para qualificação das ações de prevenção e controle da dengue em dezembro de 2013 e R$ 150 milhões em dezembro de 2014;
- distribuição de inseticidas para controle vetorial e kits para diagnóstico de dengue;
- elaboração do Plano de Contingência Nacional de Resposta ao Vírus Chikungunya, do Manual de Preparação e Resposta à introdução do Vírus Chikungunya no Brasil, do Guia de manejo clínico de Chikungunya, de procedimentos de vigilância e capacitação de laboratórios centrais de saúde pública para a realização dos testes de diagnóstico de Chikungunya;
- dentre outras.

A mobilização nacional no combate à poliomielite e de seguimento contra o sarampo utilizou-se em 2014 de ampla campanha nacional para vacinar aproximadamente 12,7 milhões de crianças de seis a menores de cinco anos e 10,9 milhões de crianças de um ano a menores de cinco anos, respectivamente.

No combate à gripe também foi realizada campanha nacional de vacinação de população específica, com distribuição de mais de 53,5 milhões de doses, resultando no alcance de 86,7% de cobertura vacinal nos grupos elegíveis, ultrapassando a meta de 80%.

Com relação à vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela), introduzida ao Calendário Nacional de Vacinação em 2013, para substituir a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças a partir de 15 meses a menores de dois anos de idade, alcançou em 2014 uma cobertura de 72,63% dessa clientela específica, com mais de 3,7 milhões de doses adquiridas.

A segunda dose da vacina conta o vírus HPV, que protege contra o câncer do colo de útero, começou a ser aplicada em meninas de 11 a 13 anos a partir de 1º de setembro de 2014 em todo o País.

Em 2014 foi iniciada a oferta da dose tripla combinada dos medicamentos Tenofovir, Lamivudina e Efavirenz para o tratamento dos pacientes com AIDS. Essa combinação de medicamentos integra o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Manejo da Infecção do HIV em Adultos, publicado em dezembro de 2013, e está sendo disponibilizado como tratamento inicial para os pacientes soropositivos. Em 2014, 2.942 pessoas vivendo com HIV e AIDS tiveram dispensação do medicamento 3 em 1, sendo a maioria do Estado do Rio Grande do Sul.

No âmbito da vigilância sanitária, foi aprovado, em novembro de 2014, o registro de uma nova vacina contra a gripe ainda inédita no País, a vacina influenza tetravalente. A nova vacina é indicada para imunização ativa de adultos e crianças acima de três anos. Assim, pacientes e médicos terão uma nova opção de prevenção contra a gripe a partir do momento que a vacina chegar ao mercado.

O território mapeado pelo Programa Brasil sem Miséria (BSM) foi priorizado para a ampliação da rede credenciada de farmácias componentes do Programa Aqui Tem Farmácia Popular. Em 2014, 33.264 farmácias foram credenciadas em 4.345 Municípios, além de 532 estabelecimentos da rede própria, operando em 422 Municípios.

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma ação intersetorial entre os setores saúde e educação que originou a atuação fora do ambiente doméstico. Em 2014, o PSE passou a incluir educandos de creches e pré-escolas. Na adesão referente ao ciclo 2014-2015, finalizada em junho de 2014, contou-se com a adesão de 4,7 mil Municípios de todo o País (85,8%), alcançando uma cobertura de 18,3 milhões de educandos. Ainda foram pactuadas 19.999 creches (contemplando 1,1 milhão de educandos) e 40.598 pré-escolas (contemplando 2 milhões de educandos), totalizando 3,1 milhões de educandos em creches e pré-escola.

A Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente – proporcionou que, entre janeiro e dezembro de 2014, fossem inaugurados 13 centros de especialidades odontológicas em Municípios do BSM. Outros 22 receberam recursos e estão em fase de implantação. No ano houve ampliação do número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) em 889 equipes, chegando a 24.039 equipes em operação em 4.992 Municípios, beneficiando 74,7 milhões de pessoas.

Ao exercer o papel institucional de regulação e fiscalização da saúde suplementar, foram suspensas a operação de 260 planos

de 44 operadoras. A medida se encaixa nos critérios estabelecidos para a suspensão dos produtos que já foram reincidentes pelo descumprimento da Resolução Normativa ANS nº 259, de 17 de julho de 2011, que determina a garantia de atendimento do beneficiário e dos prazos máximos desse atendimento para consultas, exames e cirurgias.

Já o aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS pelos atendimentos em rede pública de consumidores com planos de saúde gerou, até dezembro de 2014, um valor arrecadado de R$ 390,93 milhões, com a conclusão de 858.812 processos de ressarcimento, sendo 439.919 em 2013 e 418.893 em 2014.

Outras áreas de atuação pública também são importantes meios para a sustentabilidade da atenção à saúde, a exemplo:

- da política do sangue e hemoderivados; saúde mental e combate a drogas; assistência domiciliar;
- fomento à pesquisa e à expansão do complexo produtivo da saúde; abastecimento de água e esgotamento sanitário em Municípios com até 50 mil habitantes e em áreas rurais;
- gestão da Pasta e combate ao desperdício;
- além da qualificação do trabalho em saúde e da participação social, cuja atuação conjunta com as demais linhas de atenção, buscam a efetividade do SUS e o alcance dos objetivos traçados pela gestão central da política de saúde.

Objetivo 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

A Rede de Urgência e Emergência (RUE) envolve a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade. A abrangência dos serviços em caráter de urgência e emergência torna necessária a qualificação das unidades de atendimento que operam com essa finalidade.

O espectro de serviços abrange desde o contato inicial em situação de urgência e emergência, os cuidados necessários e o referenciamento para a continuidade do tratamento, quando prescrito. Um dos componentes mais importantes da RUE é o Serviço Móvel de Urgências e Emergências (Samu), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida, portadoras de conformações adequadas a cada situação de saúde e atendimento de acordo com o referenciamento das Centrais de Regulação Médica.

Para que seja comprovada a efetividade do atendimento, além da ampliação da cobertura pelo Samu e pelas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), é necessária à qualificação das unidades de prontos socorros, principais portas de entrada para as urgências. Essa qualificação constitui-se na base de operacionalização desse objetivo.

Essa rede será organizada de modo a ampliar o acesso humanizado, integral, ágil e oportuno aos usuários em situação de urgências nos serviços de saúde.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0717 DO PROGRAMA 2015 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - R$ MILHÕES

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0717	No Exercício[1]	934.100.066,41	965.744.112,72
	RPNP[2]	293.305.104,62	393.802.721,66
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo		**1.227.405.171,03**	**1.359.546.834,38**

Fonte: Relatório Siop, em 23/01/2015.
(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício. Pode contemplar novas ações surgidas através de créditos.
(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Os valores de RPNP levam em consideração valores de RAP de ações que existiam em 2012 mas que deixaram de existir nos exercícios seguintes, podendo ter valores diferentes do Siafi, por este não ter informação de Objetivo em 2012.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0717 DO PROGRAMA 2015 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE (SUS)

Descrição da Meta	Unidade medida	Prevista 2012 - 2015	Meta realizada até			% Realização
			2012	2013	2014	
Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015.	unidade	2.160	2.180	2.180	2.351	108%
Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), até 2015.	unidade	64	16	19	24	37%
Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015.	unidade	231	127	220	278	120%
Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, unidade de cuidado intermediário/UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015.	unidade	2.163	1.146	2.515	3.477	160%
Implantar 500 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015.	unidade	500	273	296	391	78%
Reestruturação física e tecnológica completa de 40 unidades de urgência e emergência3	unidade	40	-	22	28	70%

Fonte: DAHU/SAS/MS
(3) Meta inserida na revisão de 2013.

Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015. Em 2014 foram adquiridas 421, totalizando 2351. A meta inicial foi superada com as aquisições de ambulâncias possibilitando assim a renovação da frota dos serviços, com a doação de unidades de reserva técnica. Em consequência, foi possível ampliar a cobertura do Samu no País.

Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), até 2015. No ano de 2014, cinco novas centrais foram habilitadas.

Ressalta-se que o crescimento do Samu no País depende da articulação entre gestores regionais com apoio do MS e também de disponibilidade orçamentária de todas as esferas.

Ressalta-se ainda que o objetivo da regionalização do Samu é expandir a cobertura das centrais atuais, possibilitando em certos casos a manutenção do número atual ou até a sua diminuição por meio da fusão entre as centrais existentes.

Ou seja, não necessariamente a ampliação de cobertura do Samu no País depende do aumento de centrais e sim do aumento da capacidade das existentes, além do aumento da frota, possibilitando assim assistência rápida a todos os Municípios cobertos.

Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015. A meta das portas era de qualificação de 231, até dez/2014.

Contudo a meta foi superada, chegando a um total de 278 portas hospitalares recebendo incentivo de qualificação de outubro de 2011 a dezembro de 2014.

Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, unidade de cuidado intermediário/UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015. A meta para o número de leitos era de 2.163, e desde 2013 essa meta foi superada. Em 2014 atingimos um total de 3.477 leitos, alcançando com isso 60% a mais da meta inicial. Esses leitos também estão incluídos nas visitas de monitoramento, que ocorrem periodicamente, para acompanhamento da implementação dos critérios de qualificação.

É importante destacar que a partir da avaliação do PPA em 2013, são considerados apenas os leitos habilitados de UTI (adulto, pediátrico e neonatal), excluindo os leitos clínicos de retaguarda, os quais são leitos para complementar o atendimento às Portas de Entrada Hospitalares de Urgências, os quais dependem da disponibilização de leitos das instituições hospitalares, públicas ou privadas, por meio da organização de suas enfermarias clínicas, para estarem aptas a receber custeio diferenciado (Art. 12, da Portaria nº 2.395, de 11 de outubro de 2011).

Reestruturação física e tecnológica completa de 40 unidades de urgência e emergência. Até dezembro de 2014, 28 hospitais integravam o programa com termo de compromisso assinados e outros três iniciaram no programa. Desses hospitais, dois tiveram suas adequações físicas concluídas, todos receberam recurso para aquisição de equipamentos, cinco iniciaram reforma física e 23 receberam equipamentos.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES RELACIONADAS AO OBJETIVO 0717

A Política Nacional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) tem como principal finalidade adequar às unidades hospitalares dotadas de pronto-socorro de estrutura qualificada para a composição da Rede de Urgências e Emergências.

Em 2014 foram repassados recursos para a qualificação de 45 prontos-socorros dos hospitais componentes da rede, perfazendo um total de 278 portas hospitalares recebendo incentivo de qualificação de outubro de 2011 a dezembro de 2014, para que pudessem investir na melhoria do atendimento e do acesso da população brasileira.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) conta com 185 Centrais de Regulação, das quais cinco foram implantadas em 2014, representando uma cobertura populacional de 75%, o que corresponde a mais de 150,4 milhões de habitantes, e operou com 3.292 Unidades Móveis habilitadas.

Dessas, 2.484 (75%) são Unidades de Suporte Básico (USB), 575 (18%) Unidades de Suporte Avançado (USA), 218 (7%) Motolâncias, oito Equipes de Embarcação e sete Equipes de Aeromédico.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem-se em outro importante componente da Política Nacional de Atenção às Urgências. De janeiro de 2011 a dezembro de 2014 registra-se a contratação de 966 UPAs, sendo que desse quantitativo 391 entraram em funcionamento no período.

Essas unidades têm a possibilidade de resolver até 97% dos casos atendidos, reduzindo as filas nos prontos-socorros dos hospitais.

A capacidade diária de operação é de 97,2 mil atendimentos e a mensal de 3,1 milhões de atendimentos. No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), até dezembro de 2014, foram contratadas 505 UPAs, em 399 Municípios, com investimento total de R$ 1bilhão.

No âmbito do Programa SOS Emergências, em 2014, registrou-se 28 hospitais participantes do programa com termo de compromisso assinados e outros três em processo de adesão.

Desses hospitais dois tiveram suas adequações físicas concluídas, cinco unidades iniciaram reforma física e 23 já receberam equipamentos.

Desde o início do programa, em 2011, foram disponibilizados 3.169 leitos de retaguarda para emergências desses hospitais e, em parceria com Hospitais de Excelência, 11.224 profissionais já foram capacitados.

Com finalidade de analisar a implementação dos Planos de Ação da Rede de Urgência e Emergência (RUE) e de contribuir para a orientação e avaliação das respectivas ações nas regiões de saúde, subsidiando o processo de planejamento, gestão e avaliação, o MS utiliza o indicador "Índice de estruturação de redes de urgência e emergência", cujos resultados estão inseridos no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Governo Federal (Siop). A análise quantitativa do indicador nos anos apurados, ao apontar o alcance de 91,7% já em 2014, demonstra excelente desempenho na execução da política.

No entanto, esse quantitativo retrata apenas o grau de abrangência da discussão de pactuação prévia dos planos de ação, deve ser acompanhado do monitoramento pelo MS da real implantação dos componentes e dos dispositivos de cada componente da RUE.

O objetivo selecionado integra o planejamento estratégico do MS, cuja construção ocorreu simultaneamente à discussão do Plano Nacional de Saúde e do Plano Plurianual para o período 2012-2015.

Esses instrumentos foram orientados e compatibilizados por meio de 16 objetivos estratégicos, definidos coletivamente entre dirigentes e corpo técnico do MS, com finalidade de promover o acesso, com qualidade, às ações e serviços de saúde e o fortalecimento do SUS.

Esses objetivos estratégicos tornaram-se os principais referenciais para a gestão federal setorial no período.

Na atual gestão foi desenvolvido um modelo de acompanhamento para os resultados pactuados no Planejamento Estratégico, que compreende uma sistemática de monitoramento e um sistema de acompanhamento de resultados, que instrumentalizam as áreas técnicas no decorrer do alcance das suas metas.

Com o planejamento estratégico, a instituição aposta em um caminho metodológico capaz de promover um olhar matricial e sistêmico dos seus planos e criar maior integração entre suas diversas secretarias e entidades vinculadas.

O monitoramento desse planejamento parte da análise crítica que os responsáveis pelos resultados esperados fazem sobre seu andamento e avança em um processo de discussões coletivas entre os gestores e dirigentes do MS, para a identificação de eventuais entraves e planos de contingência que se façam necessários.

A sistemática de monitoramento em 2014, que compôs o ciclo de monitoramento do planejamento estratégico, compreendeu a seguinte periodicidade:

- Mensalmente: de abril /2014 a janeiro/2015. Realizado o monitoramento do recorte estratégico do MS, com foco nos resultados prioritários;
- Quadrimestralmente: abril, agosto e dezembro 2014 a janeiro de 2015 foi realizado o monitoramento do Plano Estratégico completo, seguido por Oficinas Transversais por Objetivo Estratégico;

O monitoramento da situação consolidada de 2014 está previsto para fevereiro de 2015.

Por determinação da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, as metas propostas para o alcance do objetivo selecionado também são avaliadas no contexto dos seguintes relatórios:

Relatório Anual de Gestão (RAG) – instrumento de gestão, com elaboração anual, que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS) e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano Nacional de Saúde (CNS).

O RAG, por determinação legal, é objeto de apreciação e deliberação do Conselho Nacional de Saúde, cuja aprovação ocorre em reunião plenária, com voto de quórum que valide a deliberação de aprovação.

O RAG 2013 foi entregue encaminhado para análise e deliberação pelo CNS em 31 de março de 2014 e aprovado com ressalvas na ducentésima Reunião Ordinária do CNS, realizada em 05 de novembro de 2014.

O RAG 2014 está em fase de elaboração para encaminhamento ao CNS até 30 de março de 2015.

Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC) – é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS e deve ser apresentado pelo gestor do SUS até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação.

O Relatório de Prestação de Contas do 1º e 2º quadrimestres de 2014 foram entregues ao CNS em 31 de maio e 30 de setembro de 2014, respectivamente.

O Relatório do 3º trimestre deverá ser entregue ao CNS até 28 de fevereiro de 2015.

4.20. MINISTÉRIO DAS CIDADES

O Ministério das Cidades (MCidades) tem como missão formular as políticas de desenvolvimento urbano visando tornar as cidades mais humanas, social e economicamente justas e ambientalmente sustentáveis, por meio da gestão democrática e a integração das políticas públicas de planejamento urbano, habitação, saneamento, mobilidade urbana, acessibilidade e trânsito de forma articulada com os entes federados e a sociedade.

A atuação desse Ministério frente às políticas públicas é orientada pela dimensão estratégica definida no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), importante instrumento de planejamento na esfera pública, cujos programas traduzem suas políticas. Neste contexto, o MCidades participa, dentre outros, com o Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito.

Dentre as políticas públicas sob a sua responsabilidade, está a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), instituída pela Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, e conduzida pela Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (SeMOB).

No transporte de trens urbanos de passageiros sobre trilhos há duas empresas vinculadas ao MCidades. Uma é a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) que, além de atuar diretamente nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, acompanha, em função de repasses de convênios firmados com os governos estaduais e municipais, o desempenho dos sistemas de Fortaleza/CE e Salvador/BA.

A outra é a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), a qual atua na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS atendendo diretamente as populações dos Municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) visa promover o desenvolvimento urbano e a integração entre os diferentes modos de transporte, serviços e infraestruturas de mobilidade urbana, priorizando os modos coletivos e os não motorizados, de forma a garantir a melhoria da acessibilidade e da mobilidade de pessoas e cargas no espaço urbano, bem como contribuindo para o acesso universal à cidade e o desenvolvimento equânime e sustentável dos Municípios.

Para viabilizar a implementação da PNMU, além da disseminação dos conceitos propostos, por meio dos Conselhos, da Conferência Nacional das Cidades e de seminários e cursos de capacitação sobre os temas pertinentes, torna-se necessário investir em propostas de mobilidade urbana que reflitam as prioridades do Governo Federal.

O Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito busca fazer frente à premente demanda pela requalificação, ampliação e implantação de sistemas de transporte público coletivo nos aglomerados urbanos e regiões metropolitanas. Engloba a temática da mobilidade urbana, fundamentada no desenvolvimento urbano, na sustentabilidade ambiental e na inclusão social, e a temática do trânsito, cujos pilares são a engenharia, a educação e a fiscalização.

Assim, o Programa prioriza os sistemas estruturantes de transporte coletivo, integrados aos meios não motorizados (pedestres e ciclistas) por meio do apoio a projetos e obras de infraestrutura e à aquisição de equipamentos, visando a ampliação da capacidade ofertada, bem como a integração modal, física, tarifária e institucional dos sistemas de mobilidade urbana das cidades brasileiras. Desta forma, vislumbra-se articular as políticas de transporte, trânsito e planejamento territorial urbano de forma sustentável, segura, inclusiva e amplamente acessível.

Ressalta-se que no âmbito do Governo Federal o montante investido chega a R$ 143 bilhões, apoiando a execução de empreendimentos para a melhoria da qualidade mobilidade urbana nas cidades brasileiras nas 27 unidades da Federação e em mais de 100 Municípios, assim considerados qualquer empreendimento em que o Governo Federal destine recursos do OGU ou de financiamentos públicos com juros subsidiados para sua execução, acrescidos das contrapartidas aportadas pelos Estados e Municípios.

Espera-se, portanto, que as melhorias advindas desses investimentos proporcionem o aumento das velocidades médias de deslocamentos, melhorias na qualidade dos serviços, redução das emissões de gases de efeito estufa e melhorias nos níveis de integração e participação dos diversos modos de transporte.

Assim, o desafio do Programa é mitigar os efeitos da segregação espacial, propondo ações socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis tenham por objetivo promover a convivência urbana coletiva, bem como o acesso a serviços básicos e contribuir com a efetivação dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal.

No MCidades, a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (SNTMU) tem como finalidade formular, implementar, acompanhar e avaliar a PNMU de forma integrada às demais políticas públicas de desenvolvimento urbano, em articulação com os Estados e Municípios. Sua atuação busca: promover a universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo; o aperfeiçoamento institucional, regulatório, tecnológico e da gestão da mobilidade urbana; o desenvolvimento sustentável das cidades; a inclusão social e a redução de acidentes e vítimas do trânsito.

A Trensurb possui por objetivo: i) planejar, implantar e prestar serviços de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre; ii) planejar, implantar e operar quaisquer equipamentos e

sistemas de integração com o sistema de transporte ferroviário; iii) planejar e implantar prédios conexos ao seu sistema de transporte ferroviário, permitida a participação de terceiros e respectiva exploração econômica, direta e indiretamente; e iv) explorar economicamente a marca, a patente, a denominação, a insígnia, bem como todos e quaisquer recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bens móveis ou imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros no âmbito do domínio da atividade, direta ou consorcialmente.

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), de acordo com seu Estatuto Social, define como seus objetivos: i) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades, em consonância com o Plano Nacional de Viação, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos; ii) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano; iii) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano; iv) o gerenciamento das participações societárias da União e da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano de pessoas; e, e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender o seu objeto social.

Apresenta-se a seguir o detalhamento do Objetivo 0574, do Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito, bem como as metas quantitativas e qualitativas a ele relacionadas.

Objetivo 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

O Objetivo 0574 encontra-se alinhado aos principais preceitos da PNMU, na medida em que prioriza investimentos nos sistemas estruturantes de transporte público coletivo, de forma amplamente acessível e com integração em diferentes níveis. Dessa forma, a sua consecução, ao apoiar obras e projetos de mobilidade urbana em consonância aos princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos na Política, contribui diretamente para a efetivação da mesma e para a melhoria da mobilidade urbana nos principais centros urbanos do País.

Os esforços para alcance do Objetivo 0574 têm sido promovidos por meio de diversas seleções públicas de propostas em mobilidade urbana distribuídas em diferentes eixos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): PAC Mobilidade Grandes Cidades, PAC Mobilidade Médias Cidades e em pactuações inseridas no Pacto pela Mobilidade, bem como por meio de ações executadas pela CBTU e Trensurb.

A maior parte dos 375 empreendimentos de mobilidade urbana apresentados no quadro a seguir refere-se a investimentos realizados no âmbito do PAC.

Os recursos destinados a tais empreendimentos são classificados como transferência obrigatória, razão pela qual não são contingenciados e têm prioridade nas liberações do Tesouro Nacional, contribuindo para implementar maior celeridade às obras e atender às demandas da população por transporte coletivo urbano no menor tempo possível.

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO
R$ MILHÕES

Emblema	Quantidade de Empreendimentos	TOTAL	OGU	FIN	CP	%
PAC Copa	35	7.458	-	4.338	3.120	7,3%
Extra Pauta	15	2.543	1.478	727	338	2,5%
PAC Mobilidade Grandes Cidades	32	25.962	7.363	8.769	9.830	25,5%
Legado	16	5.128	-	2.695	2.433	5,0%
PAC Mobilidade Médias Cidades	54	7.616	-	6.393	1.224	7,5%
Pacto pela Mobilidade	209	48.927	20.805	16.694	11.427	48,0%
Metrô	10	3.525	2.751	441	333	3,5%
PAC Equipamentos	4	721	721	-	-	0,7%
Total	**375**	**101.880**	**33.118**	**40.057**	**28.705**	**100%**

Fonte: 11º Balanço do PAC - Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana/MCidades e Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento/MP (data do balanço).

Os investimentos federais em infraestruturas de sistemas de transporte público coletivo urbano são realizados com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), recursos não onerosos; do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), recursos onerosos. Os valores constantes do quadro anterior representam a carteira total do MCidades em mobilidade urbana. No entanto, os valores das metas vinculadas ao objetivo 0574 advém de recortes na carteira à época da elaboração do PPA 2012-2015, e totalizam R$ 22,4 bilhões em empreendimentos para Municípios com população superior a 700 mil habitantes, e R$ 7 bilhões em empreendimentos para Municípios com população entre 250 a 700 mil habitantes.

Esses valores de investimentos são computados somente com os valores de repasse e de financiamento sem as contrapartidas dos entes federados.

O apoio do Governo Federal, no âmbito do Ministério das Cidades, perfaz mais 3.900 km em obras de sistemas relevantes de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano de diversos tipos de tecnologias, além de mais quase 1.000 km em projetos e estudos que possibilitarão novos investimentos em obras de mobilidade no País. Trata-se de investimentos em diferentes modos de transporte destinados principalmente à construção de metrôs, monotrilhos, aeromóveis, trens urbanos, veículos leves sobre trilhos (VLT), BRTs, corredores de ônibus e corredores fluviais nas principais capitais, grandes e médias cidades brasileiras.

O resumo das extensões das tecnologias mais relevantes dos empreendimentos de mobilidade urbana em implantação, na esfera do MCidades, está apresentado no quadro a seguir:

MODOS MAIS RELEVANTES DOS EMPREENDIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA DO PAC

Tipo	Extensão (km)
Aeromóvel	14
BRT	924
Corredor	2.242
Metrô	279
Monotrilho	67
Trem Urbano	121
VLT	256
Corredor Fluvial	21
Total	**3.924**

Fonte: 11º Balanço do PAC – Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana/MCidades.

No âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades, foram selecionados empreendimentos em Municípios com recorte populacional superior a 700 mil habitantes, bem como em Municípios integrantes das regiões metropolitanas, com vistas a requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Destaca-se que, com vistas a suprir a carência de projetos qualificados na área de mobilidade urbana, o Governo Federal disponibilizou recursos orçamentários inclusive para elaboração de estudos e projetos que pudessem potencializar empreendimentos estruturantes de maior qualidade no médio prazo.

A seleção do PAC Mobilidade Grandes Cidades beneficiou 51 Municípios, entre os quais Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Maceió/AL, Campo Grande/MS, João Pessoa/PB, Teresina/PI, Natal/RN, Nova Iguaçu/RJ e São Bernardo do Campo/SP.

No PAC Mobilidade Médias Cidades foram selecionadas, em 2013, 63 propostas de sistemas de mobilidade urbana em 59 Municípios com população entre 250 a 700 mil habitantes, a serem viabilizados com recursos do Programa Pró-Transporte (FGTS) e de fonte de financiamento do BNDES. Em 2014, foi dada continuidade à assinatura dos contratos de financiamento desta seleção, sendo que até 31 de dezembro, haviam sido efetivados 42 contratos.

Dentre as iniciativas em mobilidade urbana do Governo Federal destacam-se, em 2014, os avanços do Pacto pela Mobilidade. Esse Pacto protagoniza as ações mais recentes do Governo Federal e reforça a ascensão definitiva do tema Mobilidade Urbana à agenda de políticas públicas, sendo composto por três eixos: Mais Qualidade, Menor Tarifa e Maior Participação e Controle Social.

No quesito "Mais Qualidade", houve o anúncio de mais investimentos para projetos de infraestrutura de mobilidade urbana e identificação da necessidade de estabelecimento de requisitos mínimos para a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana, de formas de reestruturação da capacidade de planejamento e de elaboração de projetos pelos entes federados, entre outras iniciativas, visando melhorias na qualidade de serviços de transporte público coletivo urbano.

No eixo "Menor Tarifa", o Governo Federal tem desonerado impostos, em cerca de R$ 3 bilhões por ano, para os seguintes segmentos: desoneração da folha – redução de 3,58% na tarifa de ônibus e 7,1% na tarifa de metrô e trem; desoneração do Programa de Integração Social e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre serviços – redução de 3,65% na tarifa; redução da tarifa de energia elétrica – redução de 3% na tarifa de metrô e trem e desoneração de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para ônibus.

Já em relação à "Maior Participação e Controle Social", tem-se discutido o papel do Conselho das Cidades, a criação de conselhos em níveis estaduais e municipais, além da necessidade de sistema de informações sobre mobilidade urbana.

As realizações no âmbito do Pacto pela Mobilidade se referem a empreendimentos de implantação ou melhoria de infraestrutura

de sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal, de caráter urbano, que busquem torná-los mais eficientes, sejam eles sobre pneus – Corredor de Ônibus, *Bus Rapid Transit* (BRT) –, sejam sobre trilhos – Metrô, Trem Urbano, Monotrilho, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), Aeromóvel –, ou ainda hidroviário. No total, foram selecionadas 209 propostas, distribuídas em todas as regiões do Brasil.

Na primeira fase foram beneficiados os maiores Municípios brasileiros, principalmente aqueles com mais de 700 mil habitantes, bem como as oito principais regiões metropolitanas – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Curitiba –, incrementando a disponibilização de recursos a estes Municípios já beneficiados com a seleção de propostas no âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades.

A partir de abril de 2014, a consulta pública de interesse em investir em mobilidade urbana foi expandida aos Municípios com população entre 250 mil e 700 mil habitantes, adicionando a possibilidade de acesso das cidades, nesta faixa populacional, aos recursos vinculados ao Pacto.

Os investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana do Pacto pela Mobilidade foram realizados observando, conforme anúncio inicial, as seguintes características: i) destinação para empreendimentos de transporte público coletivo urbano; ii) priorização para transporte de alta e média capacidade e que atendam áreas com população de baixa renda; iii) integração da intervenção proposta com empreendimentos já existentes ou em execução; iv) integração da intervenção proposta com outros modos e serviços de transporte coletivo; e v) foco em empreendimentos que atendam à demanda imediata e que apresentem soluções de caráter metropolitano.

Além das seleções do PAC Mobilidade Grandes Cidades, Médias Cidades e Pacto pela Mobilidade, outras seleções foram realizadas elencando empreendimentos de mobilidade urbana considerados estruturantes e que atendam à Política Nacional de Mobilidade Urbana. Estão incluídos na classificação Extra Pauta, no quadro de Investimento em Infraestrutura apresentado acima, cujo montante está contribuindo com a meta do Objetivo 0574 a ser alcançada.

Para o alcance do Objetivo contribuíram também a Trensurb e a CBTU, que operam os sistemas metroviários e de trens urbanos de Porto Alegre/RS, Recife/PE, Belo Horizonte/MG, Maceió/AL, João Pessoa/PB e Natal/RN, expandindo e modernizando seus sistemas e ampliando o número de passageiros transportados.

A CBTU investiu na renovação de material rodante, nas vias e sistemas como na implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte/MG; na implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e na Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão, Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife/PE; na recuperação e melhorias dos Sistemas de Trens Urbanos de Natal/RN, João Pessoa/PB, Maceió/AL e Recife/PE, além de atuar como gestora de Convênios/Termos de Compromisso com o Governo do Estado do Ceará, para Implantação do Trecho Sul - Vila das Flores-João Felipe.

A Companhia alcançou, em Recife/PE, 97,4% de execução das intervenções previstas para a Linha Centro, enquanto a Linha Sul concluiu 95,0%, contemplando a modernização do trecho Cajueiro Seco/Cabo com a implantação de veículos leves sobre trilhos (VLTs). Além disso, foi concluído o contrato de fabricação e entrega de 15 novos trens de unidade elétricos (TUEs) e a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica está com avanço de 97%.

Na cidade de Belo Horizonte/MG, a CBTU promoveu em 2014 a entrega do primeiro trem de unidade elétrica (TUEs), para a Linha 1 – Eldorado-Vilarinho. Acrescenta-se, também, que durante esse mesmo ano foram montadas todas as caixas dos TUEs, incluindo-se a execução dos acabamentos e todos os conjuntos de truques foram disponibilizados para montagem.

Para a cidade de Fortaleza/CE, a CBTU promoveu a entrega dos sete últimos TUEs da Linha Sul, perfazendo um total de 25 unidades, das quais 16 já estão em testes e em operação assistida. A entrada em operação comercial de todas as unidades se concretizará após a conclusão do sistema de sinalização viária da via. Também foram concluídos 80% da implantação dos sistemas de energia do centro de controle operacional (CCO) e da estação São Benedito.

Com a inclusão dos sistemas de Natal/RN, João Pessoa/PB e Maceió/AL no PAC – Grandes Cidades propiciaram-se as modernizações dos sistemas de trens urbanos de passageiros, para a operação dos VLTs, com a reforma da via permanente, reforma/reconstrução de estações e terminais de integração. Para essas cidades foram obtidos contratos para realização de projetos de modernização e expansão do sistema em função da adequação do novo material rodante adquirido, reformas e construções de estações e aquisição de aparelhos de via permanente.

Especificamente para a cidade de Maceió/AL foi contratada a construção da Estação Mercado, a recuperação de parte da via permanente e a construção da Estação Bom Parto, incluindo trecho da via permanente e a elaboração do projeto para expansão da operação até Mangueira.

A CBTU obteve para a Superintendência de Natal/RN, no âmbito do PAC Equipamentos, a aquisição de equipamentos para manutenção/recuperação de locomotivas avariadas, equipamentos de oficina, adequação de prédios operacionais, a aquisição de veículo rodoferroviário e a aquisição de materiais para a via permanente. Ao todo, foram entregues duas locomotivas e os três primeiros VLTs.

Para a cidade de João Pessoa/PB, contratou-se a aquisição de veículo rodoferroviário e a adequação do posto de combustível. Como resultado, foram entregues dois VLTs, também pelo PAC Equipamentos.

Quanto à Adequação à Acessibilidade dos Sistemas de Trens Urbanos, em 2014, foram contratados serviços em Belo Horizonte/MG para adaptação das estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping, e na adaptação às normas de acessibilidade dos elevadores das estações e do prédio sede da Unidade. Em Recife/PE, os recursos foram aplicados em obras

civis para instalação de elevadores em estações da Linha Centro e Sul, e na aquisição de elevadores hidráulicos para passageiros. Nos sistemas de Natal/RN, João Pessoa/PB e Maceió/AL, as adequações necessárias à acessibilidade universal estão contempladas dentro do escopo de recuperação dos sistemas.

Para a renovação da frota atual, a Trensurb adquiriu, por meio de crédito extraordinário, 60 modernos carros de passageiros, compostos de 15 trens de quatro carros, com capacidade nominal de, no mínimo, 1.100 passageiros.

Além disso, a Região Metropolitana de Porto Alegre/RS já está sendo atendida pelo Sistema Aeromóvel, que interliga a estação Aeroporto da Trensurb ao Terminal 1 do Aeroporto Internacional Salgado Filho, num trajeto de 814 metros, proporcionando assim conforto e rapidez aos passageiros.

O Sistema iniciou sua operação com horários reduzidos e de forma assistida pela empresa detentora da tecnologia, em agosto de 2013, no entanto a sua ampliação para uma grade horária completa, operando das 5 horas às 23 horas 20 minutos, se deu a partir de maio de 2014.

No ano de 2014, o aeromóvel transportou 891.269 passageiros. Atualmente dois veículos compõem a frota do sistema: o A100 com capacidade para até 150 passageiros e o articulado A200 com capacidade para até 300 passageiros.

Destaque-se ainda, a expansão da Linha 1, de São Leopoldo a Novo Hamburgo com trecho de 9,3 quilômetros de extensão, trecho em via elevada contando com cinco novas estações: Rio dos Sinos, em São Leopoldo e Santo Afonso, Industrial, FENAC e Novo Hamburgo, todas com acessibilidade universal, em plena operação desde janeiro de 2014.

Nesse período já foram transportados mais de um milhão de passageiros. O último item contratual, que é a modernização do Centro de Controle Operacional, está em fase de operação assistida, devendo ser concluído ao final do mês de abril de 2015.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0574 DO PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Programa 2048	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2013	2014
No Exercício[1]	0574	174.915.137,91	530.685.458,03
RPNP[2]		146.995.437,22	329.081.398,86
Gastos Tributários		-	-
Total		**321.910.575,13**	**859.766.856,89**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) (Base: 06/01/2015)
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício. Pode contemplar novas ações surgidas por meio de créditos.
[2]Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Os valores de RPNP levam em consideração valores de RAP de ações que existiam em 2012, mas que deixaram de existir nos exercícios seguintes, podendo ter valores diferentes do SIAFI, por este não ter informação de Objetivo em 2012.

Comparando-se os valores liquidados, entre os exercícios de 2013 e 2014, houve ampliação dos valores liquidados em R$ 537,85 milhões, incluindo a liquidação de valores relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Ressalta-se que 78% do valor liquidado no exercício de 2014, num total de R$ 418,90 milhões, referem-se à Ação 10SS - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano, Localizador Nacional, lastreia as operações do PAC sob responsabilidade da SNTMU e engloba também atividades da CBTU e Trensurb. Considerando que, em 2013, o valor liquidado dessa ação foi de R$ 58,28 milhões, houve um incremento de 618% na liquidação de valores do PAC.

Como as seleções da carteira de mobilidade urbana do Governo Federal são recentes, a liquidação dos recursos está na fase inicial. A evolução da execução orçamentária depende do desempenho dos entes federados no processo de contratação e de execução dos empreendimentos, após as devidas licitações. O início das obras está ocorrendo de forma gradativa de acordo com a capacidade técnica de cada ente.

Além disso, os empreendimentos de mobilidade urbana preveem sistemas cujos projetos são complexos, desenvolvidos plurianualmente, com desembolsos sequenciais necessitando, por consequência, de maior prazo até o efetivo início das obras.

Do total de recursos executados sob a supervisão da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 33% referem-se a recursos originados do Orçamento Geral da União, 39% são provenientes de financiamento e 28% de contrapartida dos entes federados.

Assim, a execução orçamentária do objetivo 0574 não apresenta adequadamente a totalidade de recursos disponibilizados aos empreendimentos de mobilidade urbana apoiados pelo Governo Federal, haja vista que as seleções e contratações efetivadas em 2013 e ao longo de 2014 terão execução física-financeira mais efetiva a partir de 2015.

Com relação à CBTU, o ano de 2014 foi particularmente importante para os sistemas das cidades de João Pessoa, Maceió e Natal. Os investimentos disponibilizados com recursos do PAC Grandes Cidades viabilizam a oportunidade de modernização de todo o sistema, o que trará mais qualidade, confiabilidade e segurança ao usuário.

A partir de 2014, foram incluídas no PAC as modernizações dos

sistemas de Natal/RN, João Pessoa/PB e Maceió/AL, com R$ 1,0 milhão cada. Além disso, foi publicado, no dia 03 de julho de 2014, Decreto abrindo crédito suplementar com recursos do PAC, no valor de R$ 113.946.188,00, que contemplou as Ações de Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Natal (R$ 53.387.950,00), João Pessoa (R$ 27.101.120,00) e Maceió (R$ 33.457.118,00).

Para o sistema de Salvador/BA, trecho Lapa/Pirajá, foram cancelados, em julho de 2014, R$ 64,70 milhões do total de restos a pagar de 2011; R$ 38,61 milhões de restos a pagar de 2012; e R$ 35,90 milhões de restos a pagar de 2013. Nos RAPs inscritos, referentes ao ano de 2012, destacam-se R$ 202,6 milhões referentes ao PAC Equipamentos, destinados à compra de locomotivas para Natal, trens para Belo Horizonte/MG e veículos leves sobre trilhos (VLTs) para Natal/RN e João Pessoa/PB, já tendo ocorrido o cumprimento do cronograma de entregas.

Na Trensurb, em 2014, os projetos contratados em 2013 e também em 2012, que tiveram seus empenhos inscritos em restos a pagar, seguem com sua execução. Desses projetos destacam-se: o contrato firmado para a expansão do sistema de trens até o Município de Novo Hamburgo, a aquisição de 15 novos trens para a modernização da frota atual, a implantação do sistema aeromóvel (que liga a estação Aeroporto ao Aeroporto Internacional Salgado Filho) e o contrato de substituição de 20 grupos geradores diesel (GGDs).

METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0574

Para avaliação dos resultados alcançados em relação ao Objetivo 0574 do Programa 2048, estão descritas, a seguir suas metas quantitativas do Objetivo 0574 do Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito, conforme o nível de realização.

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta prevista 2012-2015	Quant. Acumulado 2012	Quant. Acumulado 2013	Quant. Acumulado 2014	Percentual Acumulado em 2014	Fonte
Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do Governo Federal	Pessoas transportadas / dia	1.457.236	974,467	744,488	787,604		CBTU e Trensurb
Investir R$22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível	R$ bilhões	22,40	0,84	10,16	19,96	89,11%	SNTMU /MCIDADES
Investir R$ 7 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população entre 250 a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível	R$ bilhões	7	-	1,40	6,17	88,14%	SNTMU/ MCIDADES

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) e Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SNTMU/MCidades.

A Meta "Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do Governo Federal", de responsabilidade da CBTU e Trensurb, visa estabelecer um indicador que possa mensurar o aumento da demanda transportada por dia útil nos sistemas metroferroviários, operados diretamente pelo Governo Federal.

Para mensurar esta meta, deve-se considerar o cálculo dos valores mensais de demanda, em que o fator de projeção mensal é o resultado da divisão da demanda anual pela demanda realizada no último ano. O valor obtido é multiplicado pelos valores mensais de demanda realizada no último ano, gerando o valor mensal procurado. De posse destes valores (descontados da gratuidade), é possível obter a receita lindeira projetada, multiplicando-os apenas pela tarifa unitária.

A metodologia adotada está baseada em estudos realizados ao longo dos anos na Trensurb, com o estudo do comportamento da demanda de passageiros e diagnóstico sistêmico da receita, culminando com o estudo de demanda da receita. Pela CBTU, para definição desta meta, a partir de 2013, foram considerados os sistemas de Belo Horizonte, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife. Não são mais apurados os dados de Fortaleza e de Salvador, por terem sido passados para os governos locais. Em 2012 a meta atingida pela CBTU foi de 488.812 e em 2013 de 564.522.

Em relação à segunda Meta, "Investir R$ 22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível", foram consideradas, por orientação da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos (SPI/MP), as contratações com recursos de OGU e FIN realizadas para ações de Mobilidade Urbana, no âmbito dos eixos PAC Mobilidade Grandes Cidades, Pacto pela Mobilidade e demais empreendimentos em cidades

com população superior a 700 mil habitantes.

Quanto à Meta de "Investir R$ 7 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população entre 250 a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível" foram consideradas, por orientação da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos (SPI/MP), as contratações com recursos de OGU e FIN realizadas para ações de Mobilidade Urbana, no âmbito dos eixos PAC Mobilidade Médias Cidades, Pacto pela Mobilidade e demais empreendimentos em cidades com população menor que 700 mil habitantes. De acordo com os valores apurados para as três metas, é possível concluir que o volume de investimentos em mobilidade urbana, sob responsabilidade do Governo Federal, tem aumentado significativamente ano após ano. O aumento, para a meta 2, foi de 96,4% entre os anos de 2013 e 2014; percentual que atingiu 340,7 %, no mesmo período para a meta 3. Para a primeira meta indicada no quadro anterior, houve um incremento de 5,79% no número de passageiros transportados em 2014, em relação ao total apurado em 2013. Todavia o total de passageiros transportados, de 787.604, ainda é menor que o total obtido no ano de 2012, que foi de 974.467 passageiros.

METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0574

Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do Governo Federal: os cinco sistemas operados pela CBTU – Recife/PE, Belo Horizonte/MG, Maceió/AL, João Pessoa/PB e Natal/RN – transportaram, em 2014, uma média mensal de 15,0 milhões de passageiros, o que significou um aumento de 5,9% em comparação ao resultado apurado no ano anterior. A média mensal de 596,4 mil passageiros por dia útil foi 5,6% maior do que a média apurada em 2013. Considerando todos os sistemas da CBTU, o índice médio mensal de regularidade atingiu 95,0% em 2014, mantendo a variação quanto ao ano de 2013. Com relação à pontualidade, o índice alcançou a média mensal de 88,6%, não apresentando variação comparada ao resultado de 2013.

REGIONALIZAÇÃO DA META

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Belo Horizonte	230.000	pessoas/dia	216.527	01/01/2015
Fortaleza	190.000	pessoas/dia	ND	01/01/2015
João Pessoa	33.000	pessoas/dia	5.562	01/01/2015
Maceió	40.000	pessoas/dia	9.550	01/01/2015
Natal	61.000	pessoas/dia	6.026	01/01/2015
Porto Alegre	283.236	pessoas/dia	191.251	01/01/2015
Recife	420.000	pessoas/dia	358.688	01/01/2015
Salvador	200.000	pessoas/dia	ND	01/01/2015

Fonte:Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop
Obs: Para definição das metas, foram considerados pela CBTU apenas os sistemas em que opera, Belo Horizonte, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife. Não são mais apurados os dados de Fortaleza e de Salvador, por terem sido transferidos para os governos locais.

Com relação aos sistemas operados pela Trensurb, em Porto Alegre e região metropolitana, em 2014, houve um aumento do número de passageiros transportados em relação ao exercício de 2013. Isto se deve a ações na operação dos sistemas realizadas pela Trensurb com relação à implantação da bilhetagem eletrônica, ajustes na grade horária, a entrada em operação comercial das cinco novas estações e a entrada em operação do sistema Aeromóvel.

Em 2014, foram transportados 58.875.658 passageiros, um percentual de 8,22% superior à demanda de passageiros transportados em 2013.

Investir R$ 22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível: o alcance dessa meta se dá com a execução de empreendimentos de mobilidade urbana em cidades com população superior a 700 mil habitantes e regiões metropolitanas. Os empreendimentos são realizados segundo os preceitos da PNMU e visam tornar as cidades mais sustentáveis, acessíveis e inclusivas. A composição dos investimentos de tais propostas é feita a partir de recursos de repasse (OGU), financiamentos e contrapartidas dos tomadores.

No âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades, considerando de forma cumulativa os anos de 2012, 2013 e 2014, atingiram-se, até 31 de dezembro de 2014, 28 termos de compromisso assinados com recursos do OGU e 16 contratos de financiamento com recursos do FGTS, pactuados no Programa Pró-Transporte, e recursos do BNDES.

Em valores de repasse, os termos de compromisso firmados totalizam R$ 5,635 bilhões (R$ 1,969 bilhão em 2014) e, em valores de financiamento, os contratos perfazem R$ 5,270 bilhões (R$ 1,836 bilhão em 2014), os quais compõem um total de R$ 10,905 bilhões. Importante ressaltar que os valores não incluem as contrapartidas dos entes federados.

No cômputo geral do ano de 2014, foram contratados, no eixo do PAC Mobilidade Grandes Cidades, R$ 3,805 bilhões (OGU e FIN). Incluindo as demais contratações do Pacto pela Mobilidade para Municípios com população superior a 700 mil habitantes, R$ 5,337 bilhões, e outras contratações de R$ 0,283 bilhão, em valores de repasse e de financiamento, chegando-se ao montante de R$ 9,425 bilhões para o ano de 2014.

As contratações já realizadas, incluindo recursos de repasse e de financiamentos, no âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades, Pacto pela Mobilidade e outras contratações, totalizam R$ 19,96 bilhões, considerando, cumulativamente, os anos de 2012, 2013 e 2014. Em valores de investimento, incluindo as contrapartidas dos entes federados, são R$ 23,862 bilhões. Até o fechamento do ano de 2014, foram efetivados 90 contratos (OGU+FIN) no âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades, do Pacto pela Mobilidade e do Extra Pauta, nos Municípios com população superior a 700 mil habitantes.

O quadro a seguir demonstra a regionalização da meta de acordo com os recortes populacionais, incluindo contratações com recursos do OGU e de financiamento no PAC Mobilidade Grandes Cidades, Pacto pela Mobilidade e outras contratações ocorridas.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA META POR PORTE DE MUNICÍPIO

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
MOB 1: Municípios-sede de Regiões Metropolitanas acima de 3 milhões de habitantes e Distrito Federal	18,5	R$ bilhão	17,3	31/12/2014
MOB 2: Municípios entre 1 e 3 milhões de habitantes	1,7	R$ bilhão	1,62	31/12/2014
MOB 3: Municípios entre 700 mil e 1 milhão de habitantes	2,2	R$ bilhão	1,04	31/12/2014
Total geral	**22,4**	**-**	**19,96**	**-**

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobildiade Urbana- SNTMU/Ministério das Cidades

Conforme apresentado, a meta de investir R$ 22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível atingiu 89,11% de execução.

Investir R$ 7 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população entre 250 a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível: o alcance desta meta está vinculado ao PAC Mobilidade Médias Cidades, que se refere a empreendimentos de sistemas de mobilidade urbana selecionados para cidades entre 250 e 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do Programa Pró-Transporte (FGTS) e de outras fontes de financiamento.

Até o final do ano de 2013, foram formalizados nove contratos de financiamento com os Municípios de Feira de Santana/BA, Rio Branco/AC, Contagem/MG, Niterói/RJ, Mogi das Cruzes/SP, Caxias do Sul/RS, e com os governos estaduais do Sergipe e de São Paulo, beneficiando os Municípios de Aracaju/SE, São Vicente/SP, Santos/SP, Carapicuiba/SP, Jandira/SP, Barueri/SP e Osasco/SP.

Nesta mesma linha, em 2014, outros 33 novos contratos de financiamento foram assinados, beneficiando os Municípios de Aparecida de Goiânia/GO, Anápolis/GO, Vitória da Conquista/BA, Aracaju/SE, Boa Vista/RR, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Juiz de Fora/MG, Campos dos Goytacazes/RJ, Petrópolis/RJ, Volta Redonda/RJ, Jundiaí/SP, Piracicaba/SP, Ribeirão Preto/SP, São José dos Campos/SP, Sorocaba/SP, São José do Rio Preto/SP, Praia Grande/SP, Santos/SP, Foz do Iguaçu/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Canoas/RS, Pelotas/RS, Blumenau/SC, Joinville/SC, Florianópolis/SC, Caucaia/CE, Petrolina/PE e Mossoró/RN.

Trata-se de propostas para implantação, reestruturação e ampliação de corredores de ônibus, implantação de BRT e VLT, bem como terminais de integração e ciclovias articuladas a sistemas estruturantes de transporte público coletivo, os quais buscam potencializar a fluidez da mobilidade urbana nas cidades brasileiras de porte médio, corrigindo, minimizando ou prevenindo os problemas de circulação, a partir da priorização dos investimentos nos sistemas de transporte público coletivo.

Dessa forma, até o fim de 2014 haviam sido contratadas pelo PAC Mobilidade Médias Cidades 67% das propostas selecionadas, as quais perfazem R$ 5,510 bilhões em valores de financiamento, sendo R$ 1,406 bilhão em 2013 e R$ 4,104 bilhões, em 2014. Incluindo as contrapartidas, os contratos firmados totalizam R$ 6,666 bilhões em investimentos em sistemas de transporte público coletivo.

No âmbito do Pacto pela Mobilidade, para as cidades com população inferior a 700 mil habitantes, foram contratadas, até 31 de dezembro de 2014, mais R$ 0,61 bilhões e mais R$ 0,43 bilhões, atingindo os R$ 6,17 bilhões apresentados no Quadro de Metas. Assim, essa meta atingiu 88,14% de execução.

4.21. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Ao longo dos últimos anos o Ministério das Comunicações tem trabalhado para ampliar e melhorar as políticas públicas de comunicação, visando o desenvolvimento econômico com inclusão social, assim como o exercício pleno da cidadania e da democracia. Para tanto, várias ações se destacaram.

De início, convém ressaltar o processo de migração da TV analógica para a TV digital, que já vem permitindo a melhoria da gestão do espectro no Brasil, além de possibilitar a liberação da faixa de 700 MHZ, até então ocupada pela TV, para a utilização na expansão do acesso e da qualidade da Internet.

Esse processo visa, portanto, proporcionar o acesso da população à tecnologia digital e conferir celeridade à limpeza da faixa de frequência destinada à tecnologia de quarta geração de telefonia móvel no Brasil.

Em matéria de Radiodifusão, foi revisado o aparato infralegal, reduzindo o tempo de resposta do Poder Público aos anseios do setor e da sociedade, proporcionando mais agilidade e transparência ao processo decisório e aos dados sobre o mercado. Como resultado, reduziu-se o número de processos em análise, de cerca de 57 mil para 25 mil.

Contribuiu para esses resultados a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) que assegurou considerável ganho de agilidade, maior transparência e controle.

Outro destaque foi o processo de migração das outorgas de serviço de Ondas Médias (AM) para o serviço de Frequência Modulada, autorizada por meio do Decreto no 8.139, de 7 de novembro de 2013.

Esse projeto foi norteado pelo princípio de que a rádio AM tem uma importante função social no Brasil, especialmente no interior do País.

O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), lançado em 2010, representou um avanço significativo no acesso à banda larga. Desde então, ficou cada vez mais claro que a banda larga é uma infraestrutura básica da sociedade, como estradas, abastecimento de água e eletricidade.

O acesso à Internet em banda larga é uma base que proporciona saltos de qualidade na educação, geração de conhecimento e inovações tecnológicas, de ganhos de produtividade, de prestação de serviços públicos mais eficientes e de participação popular.

As políticas públicas de Inclusão Digital se estruturam em dois grandes eixos: o primeiro envolve investimentos diretos em ações de disponibilização e melhoria do acesso público à Internet, incluindo órgãos públicos e áreas com insuficiência ou ausência de serviços de conexão; e o segundo envolve o apoio financeiro de atividades e de projetos de extensão educacional superior e técnica, exclusivamente público, selecionados por meio de editais públicos.

Nesse campo, destacam-se o Programa Cidades Digitais, que atende Municípios que ainda não dispõem de infraestrutura adequada de conexão à Internet em alta velocidade e o Programa Telecentros Comunitários e Telecentros.BR, que preveem apoio e cessão de equipamentos e softwares em locais propostos por organizações da sociedade civil e em equipamentos públicos de governos municipais, tais como bibliotecas.

Ambos preveem apoio e cessão de equipamentos e softwares em locais propostos por organizações da sociedade civil e em equipamentos públicos de governos municipais, tais como bibliotecas.

De 2011 a 2014, o MC apoiou, como resultado deste esforço, a instalação de 1.375 telecentros relacionados com o programa Telecentros.BR, que se somam aos 6.875 instalados entre 2008 e 2010.

Dos telecentros, 8.166 encontram-se em funcionamento. Também, foram contratados 7.918 pontos de presença (conexão) que estão em processo de instalação em espaços diversos, como escolas, postos de fronteira das forças armadas, quilombolas, tribos indígenas, todos localizados em áreas remotas.

A pedido do MC, o Cetic.BR, órgão ligado ao Comitê Gestor da Internet (CGI), realizou pesquisa sobre o papel dos telecentros entre 2012 e 2013.

Os resultados mostram que esses equipamentos são utilizados por grande número de pessoas, com forte proporção de jovens e de pessoas da classe C. Além disso, grande parte dos usuários vai ao telecentro para fazer cursos ou aprender a acessar as tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Na política regulatória, merecem destaque as ações em prol dos usuários dos serviços de telecomunicações, tais como a aprovação, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – Resolução no 632, de 7 de março de 2014, que estabeleceu regras sobre atendimento, cobrança e oferta dos serviços de telefonia fixa, móvel, de comunicação multimídia e de televisão por assinatura. Além disso, ainda em julho de 2014, a Anatel aprovou alterações ao regulamento do Telefone de Uso Público, de modo a propiciar a revitalização dos orelhões, que passam a poder contar com outras funcionalidades e aplicações, assim como a possibilidade de utilização de outros meios de pagamento além do cartão indutivo.

Também na esfera regulatória, deve-se dar destaque à aprovação, em julho de 2014, da norma para fixação dos valores máximos das tarifas de uso de rede fixa, dos valores de referência de uso de rede móvel e de Exploração Industrial de Linha Dedicada, com base em modelos de custos.

Entre outros aspectos, essa norma permitiu à Anatel estabelecer um cronograma de redução das tarifas de uso da rede móvel entre 85% e 95%, a depender da região, até o ano de 2019. Essa iniciativa permitirá a redução do preço das chamadas fixo-móvel e

das chamadas móveis entre operadoras diferentes, minimizando, assim, o "efeito clube", no qual as pessoas tendem a ligar apenas para telefones dentro da mesma rede.

No setor de Serviços Postais, a Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011, deu à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ferramentas necessárias para uma gestão corporativa mais moderna e ampliou a sua área de atuação. O Estatuto da Empresa passou a permitir a atuação no exterior, nos serviços postais eletrônicos, financeiros e de logística integrada, além da constituição de subsidiárias, aquisição de participação acionária em outras empresas e consolidação de parcerias.

Em 2014 pode-se destacar a criação da Correios Participações S.A. (CorreiosPar), uma subsidiária de capital 100% dos Correios, que tem como função administrar as empresas controladas.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual no 12.952, de 20 de janeiro de 2014, o valor passível de contingenciamento, no âmbito do MC correspondeu, com as alterações orçamentárias ocorridas no decorrer do exercício, ao valor de R$ 842.198.875.

O Decreto no 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, fixou como limite global de movimentação e empenho o montante de R$ 742.020.000. Esse valor foi reduzido para R$ 721.120.000, por força do Decreto no 8.367, de 28 de novembro de 2014. Por meio da Portaria SOF no 01, de 06 de janeiro de 2015, o limite final autorizado foi estabelecido em R$ 698.231.875.

A execução orçamentária alcançou o montante de R$ 696.314.628, o que representou 99,73% do valor autorizado para empenho e movimentação no âmbito do MC. Com base na execução orçamentária, pode-se assegurar que os limites fixados para o Ministério não comprometeram a execução dos programas/ações.

PROGRAMA 2025 - COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA

Objetivo 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Na área de comunicações, infraestrutura e serviços caminham juntos. Uma infraestrutura desatualizada ou precária impede o acesso aos serviços de comunicações e a redução da oferta de serviços de comunicações pode levar ao desestímulo de expansão da infraestrutura no País. Nesse contexto as políticas públicas de comunicação visam, além da cobertura, o preço e a qualidade dos serviços, com esse foco o MC tem atuado em quatro frentes: i) expansão dos serviços de comunicação social por meio da radiodifusão; ii) expansão da infraestrutura e dos serviços de telecomunicações; iii) regulação e fiscalização dos serviços de comunicações; e iv) expansão dos serviços postais.

Objetivo: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

A pluralidade e a diversidade de meios e agentes na área da comunicação social desempenham um papel nuclear na manutenção do Estado de direito democrático e na formação do cidadão consciente, ao garantir a veiculação de amplo espectro de opiniões sobre os mais diversos temas. Assim, torna-se premente a execução de ações no sentido de modernizar o ambiente regulatório e de planejar o processo de outorga dos serviços de comunicação social eletrônica com foco na sua massificação, visando a sua universalização, e na diversidade de meios e agentes.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0751 E 0753 DO PROGRAMA 2025 - COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados Em R$	
		2013	2014
0751	No Exercício (1)	0,00	102.009.571,92
	RPNP (2)	11.251,18	32.761.662,62
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**11.251,18**	**134.771.234,54**
0753	No Exercício (1)	41.333.504,53	42.301.991,43
	RPNP (2)	16.649.051,52	76.754.517,12
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**57.982.556,05**	**119.056.508,55**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).
(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício. Pode contemplar novas ações surgidas por meio de créditos.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Pode contemplar valores de RAP de ações que existiam no exercício 2012 mas não constam no exercício 2013.

METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0751 DO PROGRAMA 2025 - COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA

Descrição da Meta 2012 - 2015	Meta Prevista 2012 - 2015	Unidade de Medida	Meta Realizada			% da Meta total 2012 – 2015 realizada	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora).	90,00	%	18,24	33,83	37,61	41,79%	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE
Alcançar 100% de satisfação com os serviços postais.	100,00	%	90,00	90,00	93,20	93,20%	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Alcançar, em média, 190 minutos por mês trafegados por usuário de telefonia móvel.	190,00	Minutos por mês	199,00	217,55	200,6	105,58%	Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico.	100,00	%	69,33	80,10	86,25	86,25%	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Atender 85% da população com distribuição postal.	85,00	%	80,70	83,00	84,77	99,73%	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos.	100%	Unidade	0	1	408	100%	Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Atender todas as escolas públicas rurais com Internet Banda Larga.	100,00	%	0	0	11,00	11,00%	Secretaria de Telecomunicações
Atingir uma densidade de 32 assinaturas de televisão por assinatura por 100 domicílios no Brasil.	32,00	%	27,20	28,80	30,10	94,06%	Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).	42,00	Milhões de Domicílios	16,13	25,33	27,62	65,76%	Secretaria de Telecomunicações
Cobrir 91,5% da população brasileira com o serviço de telefonia móvel.	91,5	%	90,00	80,00	82,00	89,62%	Secretaria de Telecomunicações
Disponibilizar conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal - SMP em alta e média capacidade, nas faixas de 1,9 / 2,1 GHz, em pelo menos 75% dos Distritos-Sede de Município do Brasil.	75,00	%	28,00	56,75	68,30	91,07%	Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Ofertar banda larga fixa a 10 Mbps e móvel em redes 4G nas cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como atender aos requisitos de qualidade necessários à realização dos eventos.	100,00	%	0	100,00	0	100%	Secretaria de Telecomunicações.
Pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet Banda Larga em 95% dos Municípios.	95,00	%	84,00	90,27	91,02	95,81%	Secretaria de Telecomunicações.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora)

Até 31 de dezembro de 2014, o MC autorizou 37,61% das emissoras de TV e RTV, com outorga para a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia analógica, a veicular sua programação em tecnologia digital. Esse percentual corresponde a 4.173 consignações de um total de 11.094 estações outorgadas.

Para atingir a meta de 90% dessas emissoras será necessário consignar mais 5.812 entidades, perfazendo um total de 9.985 emissoras aptas a operarem com a tecnologia digital. Cumpre esclarecer que, de acordo com a legislação aplicável à espécie, o Poder Concedente somente poderá consignar o canal às entidades que o requereram e atenderem aos requisitos legais exigidos.

Vale ainda ressaltar que do montante de 11.094 estações outorgadas, 4.826 são retransmissoras secundárias, ou seja, 43,50% do total. Analisando a evolução dessas consignações, percebe-se que houve um enorme salto quantitativo de emissoras autorizadas a operar na nova tecnologia. Entre 2006 e 2011 aproximadamente 280 emissoras foram consignadas pelo MC, nos anos subsequentes, 3.893 portarias de consignações foram publicadas. Tal progressão deve-se, em grande parte, às providências internas adotadas pelo MC.

Alcançar 100% de satisfação com os serviços postais

A pesquisa de imagem e satisfação com os Correios é realizada bianualmente, sendo que a última foi realizada em 2014. No total foram realizadas 13.445 entrevistas pessoais em 177 Municípios, abrangendo todos os Estados e as 28 diretorias regionais.

Alcançar, em média, 190 minutos por mês trafegados por usuário de telefonia móvel

O valor alcançado no terceiro trimestre de 2014 foi de 200,6 minutos, valor menor do que o atingido em 2013 (seguindo tendência de queda verificada em todas as prestadoras de Serviço Móvel Pessoal - SMP), mas ainda assim acima da meta. Convém destacar que o alcance da meta desde o 1º ano de vigência do PPA 2012-2015 se deve às medidas adotadas pela Anatel para incrementar a concorrência no setor de telefonia móvel, como, por exemplo, o lançamento de licitação para autorização de uso de novas faixas de radiofrequências, o Regulamento para Exploração de SMP por meio de Rede Virtual (RRV-SMP) e o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).

Além disso, o Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) definiu um cronograma de redução do valor da interconexão de redes fixas com móveis (VC) e do valor de remuneração de uso de rede do SMP (VU-M), potencializando as prestadoras a introduzirem novas ofertas de serviço com redução nos valores praticados e, consequentemente, aumento no uso dos celulares pelos usuários.

Os dados relativos ao 4º trimestre de 2014, estão em fase de consolidação pelas prestadoras, conforme regulamento a entrega destas informações é até 30 de abril, uma vez que as informações de tráfego estão atreladas aos registros contábeis de receitas, somente a partir desta data os dados estarão disponíveis.

Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico

Em 2014, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) propiciou atendimento a 263 distritos cuja população atendida perfaz um total de 897.999 habitantes, conforme informações do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, atingindo um percentual anual de 58,44% e acumulado de 86,25%, com relação à meta global de 4.261 distritos a ser alcançada até dezembro de 2015.

Além dos 263 distritos atendidos em 2014, a ECT atendeu outros 668 no período de 2012 a 2013, consideradas as localidades supridas por Agência de Correios Comunitária (AGC) e pela forma de atendimento Alternativo ou Compartilhado, totalizando 931 distritos.

Por meio da sua rede de atendimento, a ECT está presente em 9.354 localidades, ou seja, em 90,97% das localidades brasileiras. Em 2014, as agências da ECT totalizaram 12,2 mil unidades, entre próprias e terceirizadas, por meio das quais foram atendidas as demandas de serviços postais transportando mais de sete bilhões de objetos no período considerado.

Atender 85% da população com distribuição postal

A meta estipulada para os Correios, pelo MC, foi de 84% para 2014 e o resultado alcançado foi de 84,77% dos domicílios atendidos. Dentre as principais realizações destaca-se o atendimento por distribuição domiciliária em áreas de expansão e por meio de instalação de Caixa Postal Comunitária (CPC) nas localidades onde não há distribuição domiciliária.

Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos:

O atendimento aos locais em questão se dá mediante solicitação dos respectivos órgãos competentes, definidos pela Resolução Anatel nº 598, de 23 de outubro de 2012, que aprovou o Regulamento de Obrigações de Universalização.

Conforme o §1º do Art. 16 do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público (PGMU), a responsabilidade pelo cumprimento desta meta para os locais situados à distância geodésica igual ou inferior a 30 km de uma localidade atendida com acesso individual do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) é da concessionária do serviço na modalidade Local. Nesse caso, a meta é exigível em até 90 dias a partir da correspondente cobertura, pela prestadora detentora da respectiva outorga

de autorização de uso de radiofrequência, por sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz. A primeira etapa, referente ao cumprimento das obrigações de cobertura para essas subfaixas se encerrou em junho de 2014.

Nos locais situados a uma distância geodésica superior a 30 km de uma localidade atendida com acessos individuais do STFC (§2º do Art. 16 do PGMU), a responsabilidade pelo cumprimento desta meta é da concessionária do serviço nas modalidades LDN (Longa Distância Nacional) e LDI (Longa Distância Internacional), sendo exigível desde a publicação do Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011.

Até dezembro de 2014, foram atendidas 408 solicitações pelas concessionárias locais e de longa distância, representando um expressivo crescimento das instalações que se justifica pela inclusão dos dados das concessionárias locais, que tiveram suas obrigações iniciadas em junho de 2014.

Atender todas as escolas públicas rurais com Internet Banda Larga

A licitação da faixa de 450 MHz (Edital da Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV-Anatel), realizada em 12 de junho de 2012, incluiu entre as suas obrigações o compromisso de conectar à Internet todas as escolas públicas rurais dentro da área de abrangência da faixa (30 km a partir dos limites do distrito-sede de Município), em todos os Municípios brasileiros.

As metas de cobertura impostas aos detentores da faixa de 450 MHz estabelecem o atendimento progressivo com serviços de voz e dados dos Municípios presentes dentro da área de autorização, de modo a cobrir no mínimo 30% dos Municípios até 30/06/2014, 60% até 31/12/2014 e 100% até 31/12/2015. Estudos do MC indicam que 96% das escolas públicas rurais estão dentro desse raio de cobertura. Entretanto, dado que a distribuição de escolas públicas rurais não é uniforme em todos os Municípios, o avanço da meta de atender todas as escolas públicas rurais não necessariamente acompanhará o avanço da cobertura imposta aos detentores da faixa de 450 MHz.

Na primeira fase de cumprimento das metas de cobertura, as empresas vencedoras do Edital declararam o atendimento a 7.231 escolas públicas rurais, total que representa cerca de 11% do total de escolas rurais constantes do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ainda não foram divulgados os dados referentes ao compromisso de 31/12/2014.

Vale ressaltar que, se restringirmos o universo de escolas rurais àquelas que, segundo o Inep, dispõem de energia elétrica e recursos de informática, o percentual de atendimento sobe para 20%.

Atingir uma densidade de 32 assinaturas de televisão por assinatura por 100 domicílios no Brasil

Em dezembro de 2014, a densidade alcançou 30,1 assinaturas por 100 domicílios. Vale ressaltar que, a partir de janeiro de 2014, passou-se a utilizar a projeção de habitantes do IBGE, revisão 2013, para o cálculo da densidade, e que até dezembro de 2013, utilizava-se a revisão 2008.

Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2013) do IBGE, 27,62 milhões de domicílios particulares permanentes possuíam acesso à Internet em setembro de 2013. Esse indicador é o melhor disponível, mas tem duas limitações: considera domicílios que possuem somente conexões discadas e não contempla aqueles em que o acesso em banda larga é feito exclusivamente por meio de telefone celular e tablet. Como resultado de colaboração entre o MC e o IBGE, essas inconsistências serão corrigidas a partir da publicação do suplemento "Acesso à televisão, à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal" da Pnad 2013, prevista para 2015. Desse modo, será possível obter resultados mais atualizados e precisos referentes à meta realizada.

Cobrir 91,5% da população brasileira com o serviço de telefonia móvel

Dados coletados entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014 pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), e publicados em 7 de outubro de 2014, mostram que a proporção de indivíduos que possuem telefone celular está em torno de 82%, numa base de 168,3 milhões de pessoas. Um ano antes, no início de 2013, a proporção apurada por essa mesma instituição foi de 80%, numa base de 166,6 milhões de pessoas, o que representa um crescimento de 4,7 milhões de pessoas com serviço de telefonia móvel. A região Norte foi a que mais evoluiu, passando de 71% para 82%. É esperada uma nova publicação da pesquisa para meados de 2015.

Disponibilizar conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal (SMP) em alta e média capacidade, nas faixas de 1,9/2,1 GHz, em pelo menos 75% dos Distritos-Sede de Municípios do Brasil

Até dezembro de 2014, foram disponibilizadas conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal (SMP) de alta e média capacidade a 3.805 Municípios (68,3% do total).

Destaca-se o crescimento acentuado da realização da meta no período entre setembro e dezembro de 2013, que foi motivado pela inserção, no cálculo do indicador, dos Municípios onde as prestadoras utilizam outras faixas de radiofrequências, além de 1,9 GHz e 2,1 GHz, para fornecimento de conexões de dados em alta e média velocidade.

Ofertar banda larga fixa a 10 Mbps e móvel em redes 4G nas cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como atender aos requisitos de qualidade necessários à realização dos eventos

O serviço móvel de quarta geração (4G) foi implantado ao longo do ano de 2013 nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo

Horizonte, Cuiabá, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal e Manaus). Em relação à banda larga fixa, pesquisa de mercado realizada pelo Departamento de Banda Larga indica que a meta de oferta de pacote de banda larga fixa à velocidade de 10 Mbps já está atendida. Por fim, a qualidade do serviço prestado nas cidades-sede dos eventos internacionais está sendo monitorada pela Anatel (que recebeu recursos adicionais para aquisição de equipamentos e sistemas direcionados a esse fim).

Pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet Banda Larga em 95% dos Municípios

Em 91,02% dos Municípios a quantidade de assinaturas do serviço de acesso à Internet em banda larga fixa corresponde a pelo menos 2% do número de domicílios particulares permanentes. Esse cálculo considera a quantidade de assinaturas do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) em outubro de 2014, divulgado pela Anatel, e o número de domicílios particulares permanentes em 2010, conforme o Censo (IBGE).

Esse indicador não abrange assinaturas do serviço de banda larga móvel (3G e 4G) e, por isso, subestima a disponibilidade do acesso à Internet em banda larga. Ainda não existem informações mais recentes disponíveis devido ao tempo necessário para que a Anatel processe todos os dados recebidos das operadoras.

METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0751

Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais, considerando as suas especificidades históricas e culturais

O MC estabeleceu diversas parcerias com universidades e organizações da sociedade civil para a inclusão digital de crianças e jovens, com destaque para atividades de formação envolvendo comunidades de agricultores familiares, por meio das quais foi possível capacitar, no período de 2011 a 2014, aproximadamente 16,4 mil jovens de comunidades rurais, dentre as quais 45 assentamentos da Reforma Agrária de 13 Estados; e comunidades indígenas das etnias Guarani, Pataxó, Macuxi, Aticum, Piratapuia, Potiguara e Fulni-ô, localizadas em sete Unidades da Federação.

Destaca-se também o projeto Computadores para Inclusão, que tem por objetivo capacitar jovens em recondicionamento de computadores por meio do apoio a iniciativas da sociedade civil na implantação dos chamados Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC). Esses Centros recuperam e promovem a reutilização de equipamentos de informática que, de outra forma, iriam transformar-se em lixo eletrônico. A iniciativa é modesta, tendo envolvido de 2011 a 2014 convênios com CRC de 10 unidades da Federação. Em 2014 foram apoiados cinco CRC, tendo sido capacitados neste ano 1.180 jovens, totalizando 4,7 mil jovens ao longo de todo o período de 2011 a 2014.

Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionário Brasileiro (SGB)

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) é um projeto estratégico para as comunicações civis e militares brasileiras com vistas a garantir a soberania nacional e será usado para prestação de serviços de telecomunicações para o Ministério da Defesa (MD), especificamente para o Sistema Brasileiro de Comunicação Militar por Satélite (Siscomis) e para o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), o que inclui as comunicações estratégicas do Governo Federal.

O SGDC levará conexão de alta velocidade aos Municípios mais remotos, onde não chega a rede de fibra óptica da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras). Estima-se que o satélite servirá para atender a mais de 2 mil Municípios, em especial na região Norte do País. O satélite vai garantir a segurança das comunicações na área do Pré-Sal, a chamada Amazônia Azul.

O projeto envolve a aquisição, pela Telebras, e lançamento de um satélite geoestacionário, cujo desenvolvimento, construção e testes estão sendo acompanhados por uma empresa integradora nacional. Com esse objetivo, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Telebras criaram a Visiona Tecnologia Espacial S.A., uma joint-venture controlada pela Embraer Defesa e Segurança (51%) e com a participação da Telebras (49%).

A constituição da Visiona, tem por finalidade possibilitar a absorção e a transferência de tecnologia para o setor espacial brasileiro, criando condições para o País construir seus próprios satélites, no futuro.

O satélite será de propriedade da Telebras que controlará as comunicações em banda Ka. A gestão do projeto é instruída pelo Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012, e participam do projeto os Ministérios das Comunicações (com a atribuição da governança do projeto), da Defesa (MD) (o qual participará da operação do satélite junto com a Telebras, e irá operar a carga em banda X) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) - (o qual irá conduzir o Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, elaborado pela Telebras e a Agência Espacial Brasileira (AEB).

Em 11 de setembro de 2014, a Telebras e o MD assinaram contrato de cessão de direito de uso futuro de infraestrutura do Satélite Geoestacionário para a Banda X, instrumento a partir do qual o MD poderá fazer uso da Banda X a partir do início da operação do satélite.

Ainda em setembro de 2014 a Telebras lançou a licitação do projeto arquitetônico do Centro de Operações (COPE) do satélite com sedes em Brasília e no Rio de Janeiro.

O SGDC já está sendo construído há 12 meses na França e tem lançamento previsto para setembro de 2016, do centro espacial de Kourou, na Guiana Francesa.

O satélite e os sistemas de solo estão sendo produzidos na França. O artefato pesará aproximadamente 5,6 toneladas, terá vida útil nominal de 15 anos e será operado de dois centros: do

Centro de Controle (Cope) localizado em Brasília, pela Telebras em conjunto com o MD, e do backup no Rio de Janeiro.

A fabricação do SGDC terá a duração de 32 meses, período durante o qual serão definidos os equipamentos utilizados nas estações terrenas (CPEs, gateways e sistemas), assim como possibilitará, além de outras implementações, o planejamento comercial e técnico da migração de clientes de outros satélites para o SGDC.

O projeto SGDC está orçado em R$ 1,8 bi. No exercício de 2014, até o mês de dezembro, houve a execução orçamentária de R$ 661,5 milhões no projeto.

METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0753
DO PROGRAMA 2025 - COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA

Descrição da Meta 2012 – 2015 (1)	Meta Prevista 2012 - 2015	Unidade de Medida	Meta Realizada			% da Meta total 2012 – 2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos.	100,00	%	17,00	56,00	77,70	77,70%
20% dos Municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos.	20,00	%	7,96	7,96	8,25	41,25%
4,5% dos Municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos.	4,50	%	3,04	3,09	3,07	68,22%
48% dos Municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários.	48,00	%	40,18	40,43	40.41	84,19%
51% dos Municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária.	51,00	%	48,21	50,04	51,39	100,76%
60% dos Municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora).	60,00	%	16,80	26,95	29,54	49,23%
65% dos Municípios com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora).	65,00	%	57,14	57,27	58,98	90,74%
80% dos Municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada.	80,00	%	68,01	69,00	69,83	87,29%
Pelo menos um canal da cidadania implantado em cada unidade da federação.	27,00	Canal de cidadania	0,00	0,00	1	3,70%

Fonte: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE / Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).
Observação: (1) Fixação da meta que considera a quantidade total de 5.565 Municípios, segundo dados do IBGE, em 2012.

100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos

A meta refere-se às entidades autorizadas a executar os serviços principais de radiodifusão, a saber: sonora (em ondas médias, curtas, tropicais e frequência modulada); radiodifusão de sons e imagens; e radiodifusão comunitária.

Estão excluídas deste grupo, portanto, as entidades detentoras apenas de outorgas para execução de Serviços Auxiliares (SARC), tendo em vista que esses foram reconhecidos como serviços de telecomunicações pela Portaria MC nº 252/2013; e de Serviço de Retransmissão de TV, já que este é serviço auxiliar ao serviço de radiodifusão.

Para efeito de cumprimento da meta estão sendo consideradas as emissoras executantes dos serviços citados que já tenham licença definitiva ou possam funcionar em caráter provisório (fases 2, 3 e P, no caso de radiodifusão comunitária).

As fiscalizações poderão ser de natureza técnica (competência exclusiva da Anatel), de conteúdo (competência compartilhada entre MC e Anatel) ou de legalidade (competência exclusiva do MC).

No intuito de alcançar a meta prevista de fiscalizar 100% das emissoras autorizadas a executar os serviços de radiodifusão, o MC já efetivou ações de fiscalização em todas as capitais do País. Ainda, deu continuidade aos Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão (SAR) estabelecidos pela Portaria SCE nº 1.613/2012, que definirão os Municípios nos quais todas as entidades executantes de serviços de radiodifusão, licenciadas ou autorizadas a funcionar em caráter provisório, nos termos da Portaria MC nº 159, de 11 de junho de 2013, serão fiscalizadas.

Os Sorteios são realizados em intervalos de no máximo dois meses, contemplando pelo menos um Município de cada macrorregião brasileira. Já foram realizados 21 Sorteios para o SAR, sendo 10 no ano de 2014.

Como resultado do fortalecimento da ação fiscalizatória, até dezembro de 2014, foram publicadas 591 portarias de sanções administrativas. As sanções de multa aplicadas totalizam mais de R$ 2 milhões em valores potencialmente arrecadáveis.

Além das sanções de multa (565 registros), foram aplicadas 52 advertências; e sete suspensões.

Esses totais não incluem a aplicação de sanções referentes a infrações de aspectos técnicos, que são de competência da Anatel.

20% dos Municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos

Em 31/12/2014, 8,25% dos Municípios brasileiros possuíam pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos. Este percentual traduz a relação entre o número de Municípios com essas outorgas e o número total de Municípios brasileiros. considerando o total de Municípios existentes no momento da fixação da meta que, segundo dados do IBGE, em 2012, totalizavam 5.565 Municípios. Assim, perfizeram 705 outorgas em 459 Municípios.

4,5% dos Municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos

Até 31 de dezembro de 2014, o MC possibilitou 3,07% dos Municípios brasileiros a disporem de pelo menos uma geradora de televisão outorgada a executar os serviços de radiodifusão de sons e imagens com fins não comerciais.

Este percentual corresponde a 171 Municípios, dos 251 Municípios previstos como meta para o período 2012-2015, não estando inseridas as emissoras comerciais. A redução na meta alcançada de 3,09% no 1º semestre, para 3,07% no 2º semestre, foi devido ao único canal de TVE existente no Município de Porto Velho/RO ter sua consignação extinta a pedido da EBC.

48% dos Municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários

Em 2014, as outorgas concedidas não causaram impacto significativo no incremento de novos Municípios com emissoras de radiodifusão comercial sonora, uma vez que o estudo de viabilidade econômico-financeira, visando à fixação da metodologia de cálculo do preço mínimo das outorgas de serviços de radiodifusão, requisito necessário ao lançamento de editais para obtenção de novas outorgas, foi concluído e apresentado para análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

Deste modo, o percentual anteriormente alcançado em 2013 foi mantido, com a redução na meta realizada de 40,43% no 1º semestre, para 40,41% no 2º semestre, em razão da anulação do ato de outorga de FM em Santa Adélia/SP.

51% dos Municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária

Até 31 de dezembro de 2014, 51,39% dos Municípios brasileiros já dispunha de mais de uma emissora de radiodifusão outorgada. Este percentual corresponde a 2.860 Municípios excluindo as rádios comunitárias. Isto significa que o MC já superou esta meta Brasil em 21 emissoras. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a mesma relação, considerando, no entanto, o número de Municípios naquela região.

Na região Centro-Oeste, por exemplo, há 308 Municípios com outorgas de mais de uma emissora de radiodifusão em relação aos 466 Municípios, o que indica que 66,09% dos Municípios já foram alcançados.

60% dos Municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora)

Até 31 de dezembro de 2014, 29,54% dos Municípios já possuía ao menos uma emissora de TV Digital outorgada (geradora ou retransmissora). Esse percentual representa a relação entre o número de Municípios com oferta de, ao menos, um serviço de televisão em codificação digital (geradora + retransmissora) e o número total de Municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE em 2012, totalizavam 5.565.

Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a mesma relação, considerando, no entanto, o número de Municípios naquela região. Dessa forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 244 Municípios com outorgas de pelo menos uma emissora de TV digital de um total de 466, o que indica que 52,36% dos Municípios já foram contemplados.

As Portarias MC nºs 477, de 20 de junho de 2014, e nº 481, de 9 de julho de 2014, estabelecem, respectivamente, o cronograma de desligamento do sinal analógico de televisão e as condições para o desligamento da transmissão analógica dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão, e tiveram como objetivo principal assegurar o acesso à tecnologia digital pela população, bem como a diminuição do impacto causado pela transição para o sistema digital, com o permanente foco no desenvolvimento e inclusão sociais, com o escopo de acelera e aperfeiçoar a implantação do SBTVD-T no Brasil.

65% dos Municípios com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora)

Até 31 de dezembro de 2014, 58,98% dos Municípios brasileiros já dispunha de pelo menos uma emissora de televisão outorgada analógica.

Este percentual corresponde a 3.282 de um total de 5.565 Municípios, segundo dados do IBGE de 2012. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de Municípios com oferta de, ao menos, um serviço de televisão (geradora + retransmissora) e o número total de Municípios naquela região.

Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 330 Municípios com outorgas de pelo menos uma emissora de televisão em relação aos 466 Municípios, o que indica que 70,82% dos Municípios foram alcançados.

No que se refere às novas outorgas de TV, apesar do Decreto nº 8.061/2013 estabelecer que a partir de 31 de agosto de 2013 não seria mais possível a outorga de canais de televisão em tecnologia analógica, o que impôs a revogação das concorrências

de TV que previam outorgas nessa tecnologia, diante da perda do objeto, o MC, com o intuito de não prejudicar os processos em andamento, alterou o canal dessas concorrências, o que possibilitou dar sequência aos procedimentos licitatórios já iniciados, que ainda se encontram em andamento. Além disso, a publicação de novos editais está condicionada à aprovação, pelo TCU, da metodologia para realização de estudos de viabilidade econômico-financeira das novas outorgas.

80% dos Municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada

Em 31/12/2014 a meta realizada foi de 69,83% dos Municípios cobertos com pelo menos uma entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Após a conclusão do Plano Nacional de Outorgas 2012/2013, por meio do qual foram publicados 26 avisos de habilitação, contemplando 1.425 Municípios e atendendo a demanda reprimida registrada no Ministério e os Municípios brasileiros que ainda não possuíam outorga de RadCom, o MC empreendeu esforços no sentido de reduzir o estoque processual, concluindo até dezembro de 2014, 1.584 processos de outorgas, resultando em 51 novas autorizações.

Nesse sentido, o MC avança no alcance da meta constante do PPA 2012-2015, de que 80% dos Municípios brasileiros tenham pelo menos uma emissora de radiodifusão comunitária em cada Município, tendo em vista que 69,83% dos Municípios estão cobertos pelo serviço, havendo 4.655 emissoras de RadCom devidamente autorizadas no Brasil.

Pelo menos um canal da cidadania implantado em cada unidade da Federação

Em 31/12/2014, a situação era de um canal da cidadania implantado no Município de Salvador/BA. Ressalte-se que 325 Municípios já solicitaram autorização para exploração do canal da cidadania e os processos estão em análise.

Do total, 23 pedidos foram da região Norte, 90 da região Nordeste, 39 da região Centro-Oeste, 120 da região Sudeste e 53 da região Sul.

Os pedidos de outorga podem ser feitos por Municípios, Estados, Distrito Federal e fundações e autarquias a eles vinculadas. Visando acelerar a implantação do Canal da Cidadania nos Municípios brasileiros, foi publicada a Portaria MC nº 57, de 13 de março de 2013, permitindo que as emissoras educativas que já possuem outorga para transmitir o sinal de TV digital, desde que vinculadas a governos estaduais e municipais, possam solicitar autorização do MC para utilizar o recurso da multiprogramação, funcionando nos moldes do Canal da Cidadania.

Após a conclusão dos processos de outorga, o MC vai abrir avisos de habilitação para selecionar as associações comunitárias, que ficarão responsáveis pela programação em cada localidade.

OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES, A SEGUIR RELACIONADAS COM A MELHORA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO

Radiodifusão

Os serviços de radiodifusão compreendem a transmissão de sons (radiodifusão sonora) e a transmissão de sons e imagens (televisão), a serem direta e gratuitamente recebidas pelo público em geral.

Uma das iniciativas na busca da expansão dos serviços é a definição do padrão de rádio digital brasileiro.

Os serviços de radiodifusão sonora (rádio) utilizam a tecnologia analógica em suas transmissões. Já os que utilizam a tecnologia digital permitem que a transmissão do sinal seja realizada com um padrão de qualidade bem superior, em função do uso de ferramentas de processamento digital, que permitem tratamento e correção nas informações transmitidas, reduzindo, assim, o impacto das interferências ou do ruído relacionado ao canal de transmissão sobre o sinal.

Além disso, a tecnologia digital permite a disponibilização de novos serviços de dados (por exemplo, texto e imagem) e de mais de uma programação por canal (multiprogramação), ao mesmo tempo que possibilita o uso mais eficiente do espectro eletromagnético.

Outra iniciativa é o desligamento da TV analógica no País. Para isso será realizado um piloto na cidade de Rio Verde, em Goiás, programado para 29 de novembro de 2015. O início do desligamento no restante do País está programado para abril de 2016, começando pelo Distrito Federal e Municípios da região do seu entorno.

O cronograma será concluído em novembro de 2018, conforme definido pelo MC na Portaria n° 477, de 20 de junho de 2014.

A publicação da Portaria MC no 481, de 09 de Julho de 2014, estabeleceu premissas e condições para a efetivação do referido desligamento. Para isso, faz-se necessário que, pelo menos, 93% dos domicílios do Município que acessem o serviço por transmissão terrestre estejam aptos à recepção da televisão digital.

Outra condição prevista na Portaria é que a Anatel distribua um set-top-box para recepção da televisão digital terrestre às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família do Governo Federal.

Um dos benefícios da digitalização da TV será a liberação da faixa de 700 MHz. Essa faixa vai ser usada para expandir o serviço de telefonia e Internet 4G no Brasil, que possibilitará cobertura de grandes áreas com o uso de menos antenas, o que permitirá levar os serviços de telecomunicações inclusive às áreas rurais, a um custo menor.

De forma a estimular a diversidade, a pluralidade e a competição no setor, o MC desde 2012 tem envidado esforços na revisão das normas e regulamentos de radiodifusão simplificando os procedimentos administrativos em praticamente todos os serviços. Nesse quesito, merece destaque a revisão dos critérios de outorga de radiodifusão educativa e dos serviços de retransmissão de televisão, com a implementação de melhorias para a seleção das entidades e a adoção do modelo de avisos de habilitação para apresentação de propostas.

Também foi publicada a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania. Além disso, a revisão da Norma do Serviço de Radiodifusão Comunitária e a publicação do Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, que altera as regras para a licitação dos serviços de radiodifusão comercial permitiram a modernização dos procedimentos de análise processual, bem como dirimiram as dúvidas existentes em relação a esses procedimentos.

Ademais, visando à massificação dos serviços de radiodifusão, seja por meio do rádio ou da televisão, disponibilizando o acesso ao maior número de Municípios brasileiros, foram implementados os Planos Nacionais de Outorga (PNO).

Além de estabelecer os critérios dos processos de seleção, o PNO fixa o cronograma acerca da periodicidade de publicação dos avisos de habilitação, de modo que todos os interessados tenham conhecimento prévio das datas e de todas as exigências para cada etapa do processo. Assim, as entidades dispõem de maior prazo para preparar a documentação necessária para entrega das propostas.

O MC instituiu em 2013 uma Força Tarefa com o objetivo de possibilitar maior oferta dos sinais de televisão no interior do País mediante procedimento específico para outorga do Serviço de RTV, em caráter secundário.

Como resultado desses trabalhos, já realizados nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Bahia, Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, foram recebidos diversos pedidos de entidades interessadas em executar esses serviços. Até dezembro de 2014, 566 autorizações foram publicadas no Diário Oficial da União.

Com a publicação do Decreto nº 8.139, em 7 de novembro de 2013, e da Portaria MC nº 127, em 13 de março de 2014, mais de 70% das entidades que atualmente executam o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias (OM), manifestaram interesse em adaptarem suas emissoras a prestarem seus serviços em frequência modulada (FM).

Nesse sentido, já se encontram em análise os pedidos de migração para os Estados do Rio Grande do Norte, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Acre, Mato Grosso, Alagoas, Maranhão e Piaui.

Para a finalização do processo de migração no ano de 2015, está em fase final o Estudo de Viabilidade Técnica para a precificação das outorgas.

Expansão da Infraestrutura e dos Serviços de Telecomunicações

Desde seu lançamento em maio de 2010, o Governo Federal priorizou o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), com o objetivo de expandir a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Para alcançar este objetivo, foram executadas ações voltadas à melhoria do ambiente de negócios, ao incentivo à indústria nacional, à modernização regulatória e, acima de tudo, à integração das regiões mais carentes do Brasil ao mapa da infraestrutura nacional de telecomunicações.

Dentre as ações de infraestrutura, destacam-se os incentivos fiscais para a implantação de novas redes privadas de telecomunicações, por meio do Regime Especial de Tributação do PNBL e o investimento

na expansão da rede pública de fibra óptica administrada pela Telebras.

No ano de 2014 a rede cresceu de 16 mil km para 21 mil km de extensão, sendo particularmente estratégica nas regiões Norte e Nordeste, que são mais carentes de infraestrutura.

Nos últimos anos a difusão da Internet foi favorecida pelo serviço de banda larga popular, com velocidade de 1 Mbps por até R$ 35,00 mensais, resultado de acordo firmado entre as operadoras, o MC e a Anatel em 2011.

No ano de 2014 foram acrescidos 569 novos Municípios com cobertura do total de 5 mil Municípios atendidos. Essa cobertura corresponde a 2,6 milhões de conexões, sendo que em 2014 representa 46 mil novas conexões.

A Anatel realizou, em 2012, a licitação da faixa de 2,5GHz para o serviço de banda larga móvel 4G. Ao final de 2014 o serviço já estava disponível em 147 Municípios. Por exigência do edital de licitação, todos os Municípios com mais de 30 mil habitantes serão atendidos por conexão 4G até 2017.

Além disso, o edital determina que a cobertura do serviço 3G, que em dezembro de 2014 abrangia 3.805 Municípios, deve alcançar todos os Municípios brasileiros até 2019. Na mesma licitação, foram incluídas obrigações de prestação de serviços de voz e dados em áreas rurais, em um raio de 30 km a partir da sede de cada Município do País.

As ações do PNBL não se concentraram somente em ampliar e democratizar o acesso à Internet, mas também em garantir a qualidade do serviço prestado.

Nesse sentido, a Anatel aprovou regulamento que proíbe as empresas de venderem um serviço e entregarem uma velocidade muito mais baixa.

Desde outubro de 2014 as empresas estão obrigadas a entregar, em média, 80% da velocidade contratada pelo cliente. A Agência passou a regular também o mercado de Internet no atacado, abrindo para pequenas empresas a possibilidade de concorrer em condições isonômicas com as grandes.

Em março de 2014 a Anatel aprovou o Regulamento dos Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, um marco na busca por mais transparência nas relações de consumo no setor e ampliação dos direitos de quem utiliza serviços de telecomunicações no Brasil.

O consumidor passou a dispor de direitos como o cancelamento automático de contratos pela Internet ou pela central de atendimento, retorno das ligações de call centers que não foram concluídas, facilidade para contestar cobranças, validade mínima de 30 dias para crédito de celular pré-pago e aplicação igual das promoções para novos e antigos assinantes.

Em relação à TV por Assinatura, em março de 2014 foi publicada Resolução Anatel nº 632, de 07 de março de 2014, que simplifica a regulamentação do serviço de forma a favorecer a competição e estimular a cobertura do serviço e a redução dos preços.

Ademais, a expansão da rede de fibra óptica decorrente da ampliação da disponibilidade do serviço de TV por Assinatura contribui para a massificação do acesso à internet em banda larga.

Como reflexo desse conjunto de ações, os serviços de telecomunicações vêm evoluindo significativamente.

De dezembro de 2013 a novembro 2014, a quantidade de acessos de TV por Assinatura cresceu 10%, o que corresponde a 1,79 milhão de novos assinantes do total de 19,8 milhões.

A banda larga fixa aumentou 8% no exercício, correspondendo a 1,75 milhão de novos acessos. Em novembro de 2014 chegou a 23,9 milhões de acessos. A telefonia fixa cresceu em 2014 0,3% - 151 mil novos acessos, alcançando uma base de 45,0 milhões de acessos.

Em relação aos serviços móveis (pessoal e especializado), o incremento em 2014 foi de 3%, equivalentes a 8,5 milhões de acessos e chegando à base de 283,3 milhões de acessos.

A banda larga móvel (acessos 3G e 4G) aumentou cerca de 48%, com 49,2 milhões novos acessos do total de 152,3 milhões.

Quanto aos objetivos definidos em nível estratégico no PPA 2012-2015, as metas que envolvem a Anatel procuram estender os serviços de telecomunicações para todo o território nacional, dentre as quais as de expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica e telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Nesse sentido, de outubro de 2013 a outubro de 2014, os principais serviços de interesse coletivo contaram com aumento no número de acessos, totalizando mais de 368 milhões de acessos em serviço no País.

Destacam-se o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), com 8,0% de expansão, e os serviços de TV por assinatura, com 10,6%. O número de acessos ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) contou com 3,5% de crescimento nesse período.

No âmbito dos serviços de TV por assinatura, a regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) continua cumprindo importante papel.

A possibilidade de adaptação das antigas outorgas em SeAC simplifica a prestação do serviço por meio da uniformização das regras, tanto para as prestadoras já consolidadas como para as novas entrantes, o que também afeta positivamente os preços praticados.

No que se refere ao SCM, a nova regulamentação, aprovada em maio de 2013, tem promovido a simplificação dos procedimentos necessários à obtenção de outorga, bem como a redução do seu valor.

Deste modo, a oferta *triple play* (oferta tripla de acessos a serviços: banda larga, telefonia fixa e TV por assinatura) tornou-se mais viável. As medidas buscam, ainda, ampliar a competição, força motriz da expansão da prestação dos serviços.

Nesse viés, o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) continua produzindo resultados, com suas medidas assimétricas para as prestadoras com Poder de Mercado Significativo (PMS).

Destaca-se, nesse sentido, o aprimoramento do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado (SNOA), plataforma por meio da qual são negociados insumos de telecomunicações – infraestruturas essenciais, como torres, dutos, linhas dedicadas (EILD), interconexões, acesso local e roaming – com base em ofertas de referência apresentadas pelas prestadoras com PMS e homologadas pela Anatel.

Esse sistema é uma espécie de bolsa de valores virtual, que facilita o acesso aos insumos de atacado por parte de empresas sem PMS – pequenos provedores de serviços de telecomunicações, principalmente agentes entrantes no mercado brasileiro. Assim, o SNOA contribui para aumentar a competição na oferta de serviços e traz ganho de transparência nas relações comerciais de produtos do setor.

Já no que tange ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), o Acesso Individual Classe Especial (AICE), modalidade criada especialmente para a população de baixa renda, encontra-se disponível para as quase 30 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda mensal total de até três salários mínimos. Em novembro de 2014, 163.230 famílias possuíam o telefone popular.

Em novembro de 2014, o número de acessos de banda larga chegou a 176,6 milhões – um crescimento de 48,87% em relação ao final de novembro de 2013.

Quanto à banda larga fixa, a quantidade de acessos alcançou 24,3 milhões em novembro de 2014, um crescimento de 9,38%, com maior evolução observada nas regiões Norte (16,3%) e Nordeste (11,95%) do que no restante do País.
Os dados de banda larga móvel (3G e 4G) são ainda mais expressivos. Em novembro de 2014 os acessos nessa categoria

somaram 152,3 milhões. Isso representa um crescimento de 57,97% desde o final de novembro de 2013, quando somavam 96,4 milhões.

Nesse caso também se verifica redução das desigualdades regionais, pois a quantidade de acessos de banda larga móvel cresceu mais nas regiões Norte (65,34%) e Nordeste (62,83%) do que no restante do País.

Além disso, no mesmo período, o número de cidades com banda larga móvel cresceu de 3.106 para 3.796. Um avanço de 22,22%.

No que concerne à qualidade, um aspecto importante é a publicidade dos indicadores de qualidade de rede do SCM e do SMP, medidos diretamente em terminais de usuários e divulgados por Unidade da Federação, segundo o Programa de Medição da Qualidade da Banda Larga.

Os resultados do programa permitem aos consumidores comparar o desempenho das operadoras, além de fornecerem informações importantes para o trabalho de fiscalização da Anatel.

Buscando aumentar ainda mais a cobertura de serviços 4G, a Anatel realizou, em setembro de 2014, o leilão da faixa de 700 MHz.

As características dessa faixa fazem com que o sinal tenha um raio de alcance maior, diminuindo o custo de investimento e possibilitando um avanço mais rápido da banda larga móvel de alta capacidade, inclusive em regiões de baixa densidade populacional.

Essa licitação também trouxe para as vencedoras obrigações que contribuirão para a aceleração da digitalização da televisão aberta.

A licitação da faixa de 700 MHz será usada para a ampliação dos serviços móveis de quarta geração (4G) no Brasil, prestados, até então, apenas na faixa de 2,5GHz.
Por suas características de propagação, propícias para a cobertura de grandes distâncias, a faixa de 700 MHz permitirá a oferta de conexões de dados com mobilidade, altas taxas de transmissão (Internet em banda larga de alta capacidade), níveis de qualidade satisfatórios, e a preços acessíveis, em todo o Brasil – inclusive áreas rurais e áreas remotas – com a otimização do custo operacional das redes de telecomunicações.

Quatro grupos – Algar Celular, Claro, Telefônica Brasil e Tim Celular – participaram da licitação.

Como resultado do certame – no qual foram licitados com sucesso três lotes nacionais e um regional –, as empresas pagarão aproximadamente R$ 8,8 bilhões, dos quais R$ 5,2 bilhões correspondem ao valor pelo uso dessa faixa de radiofrequências pelo prazo de 15 anos, renováveis por igual período.

Os R$ 3,6 bilhões remanescentes serão utilizados pelas empresas vencedoras do procedimento licitatório para atendimento ao compromisso de limpeza da subfaixa de 700 MHz, aquisição e instalação – ou adaptação, quando possível – de equipamentos e infraestrutura essenciais, que garantam as mesmas condições técnicas de cobertura, capacidade e qualidade dos canais de TV e RTV (retransmissão) originais e a continuidade do serviço durante a redistribuição.

Além disso, tais empresas deverão arcar com os custos de distribuição de conversores de televisão digital (TVD) para famílias inscritas no programa Bolsa Família e de filtros de recepção e de mitigação de eventuais problemas de interferência, de acordo com o Regulamento sobre Condições de Convivência entre os Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão do SBTVD e os Serviços de Radiocomunicação Operando na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.

Nesse cenário, observa-se que essa licitação contribuirá decisivamente para o desenvolvimento das telecomunicações, pois permitirá maior cobertura e velocidade de Internet móvel, criará as condições para a digitalização total da TV aberta no Brasil e incentivará a indústria nacional dedicada aos dois setores.

4.22. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) é o órgão da administração direta que auxilia a Presidenta da República na formulação da política exterior do Brasil, com a responsabilidade de assegurar a plena execução dessa política pública.

Nos termos do Decreto nº 7.304, de 22 de setembro de 2010, cabe ao Ministério manter relações com Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais.

A competência do MRE abrange atividades como:

- o estabelecimento e a manutenção de relações diplomáticas e serviços consulares;
- a participação em negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais com governos e entidades estrangeiras;
- a concepção e a implementação de programas de cooperação internacional e de promoção comercial;
- o apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais; e
- a implementação de todo tipo de ações relacionadas à política internacional do Brasil.

Para dar execução à política externa brasileira, dispõe de uma rede de postos estruturada em 227 repartições diplomáticas e consulares em todos os continentes. No que tange ao controle da execução financeira e orçamentária da rede de postos no exterior, 74 unidades gestoras já se encontram vinculadas ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Em decorrência da amplitude alcançada pelas relações exteriores do Brasil, Brasília/DF tornou-se a 12ª capital do mundo em número de repartições diplomáticas instaladas, contando com 133 embaixadas residentes.

Na condição de responsável pela execução da política externa brasileira, o MRE defende e promove, de forma permanente, os múltiplos valores e interesses nacionais no plano internacional.

Para tanto, mantém presença ativa nos foros regionais e multilaterais de que o Brasil faz parte e atua no sentido de ampliar e aprofundar as relações bilaterais do Brasil com países desenvolvidos e em desenvolvimento de todos os continentes. É especialmente relevante o fato de que o País figura entre os poucos que mantêm relações diplomáticas com todos os 193 membros da Organização das Nações Unidas.

A política externa brasileira é componente essencial do projeto de desenvolvimento nacional. Em seu funcionamento cotidiano, o MRE identifica e avalia fatores externos com potencial de afetar o desenvolvimento do Brasil, positiva ou negativamente, e atua em cada caso.

Ao dar execução à política externa brasileira, persegue o objetivo de estabelecer as melhores condições para a consolidação e o aprimoramento dos avanços sociais e econômicos já alcançados pelo País.

A política externa configura, ainda, instrumento de projeção do Brasil em um cenário internacional caracterizado pela desconcentração do poder mundial. A influência do País no sistema das nações cresce na medida em que revela capacidade de participar e contribuir efetivamente para o debate do amplo espectro de temas que compõem a agenda global.

PROGRAMA 2057 – POLÍTICA EXTERNA

Com base em princípios e valores, como o respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável, que informam as relações internacionais do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores atuou, ao longo de 2014, na defesa do interesse nacional nas frentes bilateral, regional e multilateral.

A América do Sul permaneceu como foco prioritário da ação diplomática brasileira. O MRE empenhou-se na estratégia de aprofundamento e convergência da integração regional, tendo o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) como eixos principais.

No âmbito do Mercosul, deu-se o pleno retorno do Paraguai ao bloco e registraram-se avanços nos trabalhos de adequação da Venezuela ao acervo normativo regional.

A Unasul, por sua vez, consolidou-se como mecanismo de governança sul-americano, revelando capacidade de oferecer soluções para questões regionais, em ambiente de defesa da democracia e garantia de estabilidade política.

No espaço latino-americano e caribenho, o diálogo político e a coordenação de posições viram-se facilitados pelo fato de a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) reunir todos os 33 países da região.

O MRE dedicou-se ao aprofundamento da participação do Brasil no BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), grupo que reúne grandes países emergentes. Com o apoio brasileiro, o agrupamento aprimorou sua capacidade de coordenação e influência em questões internacionais diversas, em especial nos aspectos ligados à governança internacional.

Na VI Cúpula do BRICS, realizada em Fortaleza/CE, foram aprovados os acordos sobre o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS e sobre o Arranjo Contingente de Reservas, testemunhos da disposição do grupo de aprofundar sua parceria na área econômico-financeira.

Em temas de paz e segurança, a atuação do MRE orientou-se pela tradicional posição da diplomacia brasileira de respeito ao Direito Internacional e de defesa da prevalência dos meios de

solução pacífica dos conflitos internacionais.

O País manteve presença militar e policial destacada em 10 das 16 operações de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas em curso.

Completaram-se, em 2014, dez anos da liderança brasileira do componente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah).

O Ministério participou da Conferência Internacional sobre a Síria (Genebra-II), ocasião em que o Brasil sugeriu passos concretos para alcançar-se solução para o conflito.

O Brasil sediou, em 2014, a Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, evento em cuja realização atuou o Ministério das Relações Exteriores, na esteira da adoção pelo Brasil do Marco Civil (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014), primeira legislação no mundo a estabelecer princípios e direitos para o uso e a gestão da Internet.

No que tange ao regime internacional de combate às mudanças do clima, participou ativamente em Lima, Peru, da 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

No âmbito do Sistema Multilateral de Comércio, atuou, ao longo de 2014, no sentido de superar o impasse em torno da implementação do Acordo sobre Facilitação de Comércio e de outras decisões acordadas na IX Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na área de contenciosos comerciais, o ano de 2014 foi marcado pela solução da disputa entre Brasil e Estados Unidos relativa aos subsídios norte-americanos concedidos à produção e à exportação de algodão, que já durava doze anos.

Como terceira parte interessada, o Ministério das Relações Exteriores representou o Brasil em onze contenciosos na OMC.

No contexto das negociações com a União Europeia, o MRE trabalhou ativamente na preparação da oferta conjunta do Mercosul a ser apresentada oportunamente à parte europeia.

Ao longo do ano, o MRE apoiou a realização de 50 missões de promoção comercial.

O Programa de Feiras e Exposições do Itamaraty contemplou 74 eventos, em cooperação com outros órgãos públicos. No âmbito sul-americano, foram organizadas missões do Programa de Substituição Competitiva de Importações ao Peru e à Colômbia.

Em 2014, o Brasil realizou 107 ações de cooperação técnica bilateral na América Latina e no Caribe, em benefício de 28 países. Na mesma linha, 25 países africanos beneficiaram-se de projetos de cooperação em setores diversos.

O Brasil avançou em seu processo de internacionalização acadêmica, em especial por meio do Programa Ciência sem Fronteiras.

Por meio do Programa de Apoio a Estudantes Brasileiros, foram realizadas ações de apoio e orientação aos bolsistas brasileiros em 27 embaixadas e consulados.

No plano da diplomacia cultural, o Brasil participou de 37 feiras e festivais nas áreas de literatura, artes visuais, músicas e artes cênicas em 22 países. Na área do audiovisual, foram apoiadas a realização de 115 eventos e iniciativas em 65 países distintos.

Em 2014, a rede consular brasileira prestou atendimento aos aproximadamente 2,9 milhões de brasileiros residentes no exterior e àqueles que se encontravam em trânsito.

Além da assistência regular prestada nas sedes das repartições consulares, foram atendidos aproximadamente 30 mil nacionais, em 15 países, por meio de 138 consulados itinerantes.

O Sistema Consular Integrado ampliou sua rede de proteção ao cidadão brasileiro no exterior, atingindo 188 postos com serviços consulares informatizados.

Para atender cidadãos brasileiros em 134 países, foram emitidos cerca de 1.850 mil documentos de forma eletrônica.

As eleições presidenciais de 2014 no exterior, organizadas em conjunto com o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, foram realizadas em 135 cidades de 86 países, com a participação de 3.672 mesários e de cerca de 1.300 voluntários.

No contexto da Copa do Mundo Brasil FIFA 2014, foram concedidos 92 mil vistos aos participantes do evento, de forma gratuita e prioritária. Por meio dos centros integrados de comando e controle nas cidades-sede, os serviços consulares estrangeiros foram auxiliados a prestar assistência a seus nacionais durante a Copa do Mundo.

Em 2014, o Ministério das Relações Exteriores foi responsável pela assinatura de 52 acordos bilaterais e 12 acordos multilaterais. Foram promulgados 48 acordos bilaterais e 17 acordos multilaterais. Foram, ainda, ratificadas 2 convenções multilaterais.

No âmbito do Plano Plurianual PPA 2012-2015, o MRE é responsável pelo Objetivo 0900 do Programa 2057 – Política Externa.

Objetivo 0900 – Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0900 DO PROGRAMA 2057 – POLÍTICA EXTERNA

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0900	No Exercício (1)	R$ 644.407.953,95	R$ 680.434.275,89
	RPNP (2)	R$ 12.543.618,66	R$ 5.254.425,84
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo		**R$ 656.951.572,61**	**R$ 685.688.701,73**

Fonte: Siafi, em 31/12/2014.
(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0900 DO PROGRAMA 2057 – POLÍTICA EXTERNA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Construir ou adquirir instalações para 22 Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados	Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados	22	0	2	2	9,09%

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Meta: Construir ou adquirir instalações para 22 Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados. As restrições orçamentárias ao longo do exercício de 2014 não permitiram que o Ministério das Relações Exteriores desse sequência plena à implementação da meta, ao contrário do que ocorreu nos exercícios de 2012 e 2013. Teve seguimento, no entanto, a reforma da Residência da Embaixada em Pretória, na África do Sul, adquirida em 2012; abriu-se processo licitatório para o detalhamento de projeto para a construção da Chancelaria em Nova Delhi; e foi finalizado processo licitatório para a construção do Vice-Consulado em Rio Branco, em vias de ser iniciada.

METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0900 DO PROGRAMA 2057 – POLÍTICA EXTERNA

Meta: Apoiar a implementação de programas e ações de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero, cultura e educação. No âmbito do programa de apoio à participação de diplomatas dos países em desenvolvimento da CPLP no curso de formação do Instituto Rio Branco, foram beneficiados um diplomata da Guiné-Bissau e um diplomata do Timor-Leste. Já o Programa de Incentivo à Formação Científica permitiu que 40 estudantes de nível universitário de Cabo Verde desenvolvessem programa de estudos em universidades brasileiras, por um período de noventa dias.

Meta: Apoiar a participação dos países membros nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O Brasil continuou a dar apoio financeiro e logístico (hospedagem e escritório) à missão do Representante Especial da CPLP na Guiné-Bissau, até o término da Missão, em julho. Além disso, as Missões de Observação Eleitoral da CPLP em Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique contaram com recursos humanos e financeiros brasileiros. O Brasil também apoiou as eleições gerais e presidenciais na Guiné-Bissau por meio do envio de técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Meta: Implementar o Plano de Concertação Político-Diplomática, a fim de possibilitar que todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tenham representação diplomática em todos os países da CPLP. Foi dada continuidade ao "Programa de Instalação, Estruturação e Manutenção da Embaixada da Guiné-Bissau no Brasil", em seu quarto e penúltimo ano. Além disso, também no âmbito da concertação político-diplomática, o Brasil apresentou, financiou e executou, por meio da CPLP, o primeiro curso de português para diplomatas africanos em Brasília/DF, que beneficiou 30 agentes diplomáticos de 16 Embaixadas africanas instaladas no Brasil.

Meta: Expandir e intensificar a agenda de relacionamento e a cooperação com os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas. O MRE manteve, no exercício de 2014, atuação ativa junto aos países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas, fortalecendo a presença do Brasil no plano internacional.

AMÉRICA DO SUL, CENTRAL E CARIBE

O ano de 2014 foi marcado por avanços na institucionalidade da integração regional. Na União das Nações Sul-Americanas (Unasul), foi inaugurada a sede definitiva da Secretaria-Geral, em Quito, no Equador; foi designado o novo Secretário-Geral; e efetivou-se a criação da Escola Sul-Americana de Defesa. No Mercosul, consolidou-se o retorno do Paraguai ao bloco, retomaram-se os trabalhos do Parlamento do Mercosul e lançou-se o diálogo com a Aliança do Pacífico.

Em dezembro, o Brasil assumiu a Presidência Pro Tempore do bloco. Na Reunião de Líderes da China, América Latina e Caribe, realizada em Brasília/DF, consagrou-se o estabelecimento do Fórum China-Celac. As relações com os países da América do Sul, da América Central e do Caribe continuam a ocupar posição privilegiada na política externa brasileira. O Brasil atuou na promoção do diálogo político na Venezuela. Com a Argentina, reforçaram-se iniciativas como a conclusão do projeto básico do Reator Multipropósito Brasileiro, a renovação do acordo automotivo e a assinatura de convênio para pagamento em moeda local de benefícios previdenciários a nacionais vivendo no País vizinho.

Com o Peru, foi celebrado Memorando de Entendimento para elaboração de projeto de ferrovia entre o Brasil e o País andino, com apoio da China. No Haiti, concluiu-se o maior projeto de cooperação Sul-Sul realizado pelo Brasil, por meio da construção e modernização de hospitais, laboratórios e equipamentos médicos, em conjunto com Cuba.

ÁFRICA

O engajamento do Brasil com a África constitui política de longo prazo. Nesse sentido, em 2014, continuou-se a promover a política externa brasileira para o continente. O Vice-Presidente da República representou a Presidenta da República por ocasião das cerimônias de posse do Presidente reeleito da África do Sul, o qual, por sua vez, veio ao Brasil para participação na VI Cúpula do BRICS em julho de 2014, em Fortaleza/CE. O Presidente de Angola realizou visita oficial ao Brasil, no contexto da realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Na ocasião, foi assinado o Protocolo entre Brasil e Angola sobre Facilitação de Vistos.

ORIENTE MÉDIO

Em abril, o Primeiro-Ministro e Vice-Presidente dos Emirados Árabes Unidos realizou a primeira visita de um Chefe de Governo daquele país ao Brasil. O País recebeu, ainda, a visita do Chanceler do Líbano. A Presidenta da República, por sua vez, realizou visita oficial à República do Catar, em novembro. O Brasil tem feito doações humanitárias e recebido centenas de refugiados do conflito sírio.

Em 2014, contribuiu com o esforço humanitário internacional por meio da doação de US$ 1,2 milhão para o Fundo Central para Respostas a Emergências das Nações Unidas (CERF-OCHA) e de US$ 300 mil para ação conjunta do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), bem como da doação de medicamentos destinados ao combate da leishmaniose à Organização Mundial da Saúde, no valor de R$ 420 mil.

No contexto do conflito israelo-palestino, o Governo brasileiro anunciou contribuição adicional à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) de seis mil toneladas de arroz e quatro mil toneladas de feijão. O Brasil manteve o comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas para o Líbano (FTM-UNIFIL).

ÁSIA E OCEANIA

Visitaram o Brasil os líderes das três maiores economias da Ásia, o Presidente da China, o Primeiro-Ministro do Japão e o Primeiro-Ministro da Índia. A visita do Presidente da China ao Brasil marcou os 40 anos das relações diplomáticas entre os dois países. Na ocasião, foram assinados 56 instrumentos bilaterais em diversas áreas de cooperação. Foi lançado em 2014 o 5º satélite do Programa Espacial Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS). A visita do Primeiro-Ministro japonês, por sua vez, marcou a elevação das relações bilaterais ao nível de Parceria Estratégica e Global.

EUROPA, ESTADOS UNIDOS E CANADÁ

Os Estados Unidos buscaram, em 2014, recompor, em alto nível, as relações bilaterais com o Brasil. Em 17 de junho, o Vice-Presidente visitou Brasília e manteve encontros com a Presidenta e com o Vice-Presidente da República. Brasil e Estados Unidos retomaram as negociações para a assinatura do Acordo de Previdência Social, instrumento de grande importância para a comunidade brasileira em território norte-americano. No que se refere ao continente europeu, a Presidenta da República realizou, em fevereiro de 2014, visitas à Santa Sé, para o Consistório em que Dom Orani Tempesta foi elevado a Cardeal, e à Bélgica, para a VII Cúpula Brasil-União Europeia. Realizaram visitas oficiais ao Brasil, em junho, o Presidente da Rússia e a Chanceler Federal da Alemanha.

4.23. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

O Ministério de Minas e Energia (MME) tem suas competências voltadas para a aplicação das políticas e diretrizes de Governo nas áreas de geologia, recursos minerais e energéticos, mineração e metalurgia, petróleo, combustível, energia elétrica e nuclear, envolvendo o planejamento, a prospecção e o aproveitamento dos potenciais existentes.

No campo da energia, em suas diversas formas, o MME desenvolve suas atividades com foco no abastecimento dos respectivos mercados, buscando garantir o desenvolvimento econômico e social do País, atuando na organização dos interesses públicos e privados para a exploração dos recursos naturais, de forma sincronizada com sustentabilidade ambiental.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o MME tem focado sua ação na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas setoriais, objetivando a consolidação do desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro, importante segmento exportador e de suporte ao mercado doméstico, com forte geração de empregos e de novos investimentos produtivos.

Na esfera orçamentária, a política energética é executada na Função Energia, sendo detalhada nos Programas 2033 - Energia Elétrica, 2053 - Petróleo e Gás e 2022 - Combustíveis. Nesse sentido cada programa se compõe de objetivos que representam cada macroprocesso necessário à execução daquela política pública que vai desde a pesquisa geológica para a descoberta de bacias sedimentares (caso dos hidrocarbonetos) até o transporte e distribuição de derivados e, no caso do setor elétrico, desde os estudos de inventário e viabilidade (para os aproveitamentos hidrelétricos) até a distribuição aos consumidores finais.

Paralelamente, cada setor (elétrico, petróleo e combustíveis) possui atividades voltadas para planejamento setorial, regulação e fiscalização, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

PROGRAMA 2033 - ENERGIA ELÉTRICA

O Programa 2033 - Energia Elétrica articula um conjunto de objetivos e iniciativas que percorre etapas e executa os processos necessários para gerar, transmitir e distribuir energia elétrica aos consumidores.

Esse processo se inicia com os estudos de demanda, e evolui para o planejamento e a pesquisa com o objetivo de identificar onde se pode construir empreendimentos (estudos de inventário e viabilidade) que aumentem a oferta de energia, por meio da realização de leilões, para as obras de geração, transmissão e distribuição.

Também são partes importantes deste processo a regulação e a fiscalização do setor e seus agentes, a pesquisa tecnológica e também a realização de projetos voltados à eficiência energética e à universalização do serviço.

Foram destacados a seguir três Objetivos no período 2013-2014: o 0019 - que trata da expansão da oferta de produção de energia elétrica por fonte hidráulica; o 0023 - sobre a expansão da oferta por fonte térmica; e o 0036 - que trata da expansão do Sistema Interligado Nacional, em termos de linhas de transmissão (km) e capacidade de transformação (MVA), considerando o alcance das metas no período do PPA 2012-2015.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0019, 0023 E 0036 DO PROGRAMA 2033 - ENERGIA ELÉTRICA

Programa 2033 - Energia Elétrica		2013	2014
Objetivo 0019	Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	423.894.419	46.594.442
Objetivo 0023		2.683.598.263	2.100.474.257
Objetivo 0036		1.559.807.756	1.266.312.934
Total		**4.667.300.438**	**3.413.381.633**

Fonte: Siop

Objetivo 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso advém, especialmente, da grande disponibilidade hídrica e das características dos rios do País, que resultam em um grande potencial energético.

Em janeiro de 2011, a capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica era de 80.656 MW, representando 32,1% de um potencial total de 251.490 MW, de acordo com o Atlas de Energia do Brasil (2008), 3ª edição.

As usinas hidrelétricas (UHEs) disponibilizam grandes quantidades de energia a baixos preços, contribuindo para a modicidade tarifária, e ainda apresentam a vantagem de utilizar uma fonte limpa e renovável.

Contudo, vários desafios cercam a construção de UHEs devido a seus impactos socioambientais locais e sobre os usos múltiplos

dos recursos hídricos, a exemplo da navegação. Nesse sentido, os empreendimentos hidrelétricos devem zelar pela maximização dos benefícios energéticos e pela minimização dos impactos ambientais decorrentes.

Já as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) constituem fontes alternativas de energia que geram quantidades menores de energia, com impactos ambientais também reduzidos. Seu maior benefício está na estabilização da energia nas horas de ponta do sistema e, por isso, também devem ser incentivadas.

A meta prevista no PPA para expansão da geração de energia por fonte hidráulica foi de 10.326 MW no período 2012-2015. No período 2012-2014 entraram em operação 6.896,1 MW, o que equivale a 66,8% da meta prevista no PPA, conforme apresentado no quadro a seguir:

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DA META QUANTITATIVA DO OBJETIVO 0019 – EXPANDIR A CAPACIDADE DE GERAÇÃO POR FONTE HÍDRICA

Descrição da Meta	Unid	Meta Prevista 2012-2015	Realizado (MW)			Realizado (% da meta)
			2012	2013	2014	
Adicionar 10.326 MW de geração hidráulica	MW	10.326	1.856,6	3.581,50	6.896,1	66,8

O Objetivo teve um índice de realização dentro da expectativa, após a contabilização do terceiro ano de realização do PPA.

Como ainda há previsão de um acréscimo de cerca de 3.700 MW para o ano 2015, segundo as informações do monitoramento mensal do DMSE, espera-se que a meta estabelecida no PPA seja alcançada para este Objetivo.

Contribuíram para essa realização, no ano de 2014, os empreendimentos que entraram em operação, entre os quais destacam-se:

- A UHE Santo Antônio (RO), que dos 3.568 MW previstos na usina, 2.286,08 MW já entraram em operação, sendo 1.157,84 somente em 2014;
- A UHE Jirau (RO), com 1.500 MW em operação comercial de um total de 3.750 MW previstos na usina. Só em 2014 foram liberados 1.425 MW;
- A UHE Batalha (MG), com 52,5 MW, que entrou em operação comercial e foi concluída em 2014. Destaca-se que a importância da UHE Batalha, uma vez que a sua entrada em operação comercial permitiu agregar ao Sistema Interligado Nacional (SIN) 2% na cascata onde se localiza; e
- A UHE Santo Antônio do Jari (AP/PA), com 373,4 MW, a qual teve liberada a operação comercial de suas 4 unidades geradoras foi concluída ainda em 2014.

Objetivo 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

No planejamento energético a adoção do princípio do desenvolvimento sustentável traduz-se em diversos objetivos que visam o acesso à energia, o equilíbrio e a diversificação da matriz energética, levando em consideração a disponibilidade de matérias primas, fontes primárias renováveis e não renováveis, os impactos socioambientais e os aspectos econômicos associados ao aproveitamento das diversas fontes disponíveis.

O parque de geração de energia elétrica no Brasil é predominantemente hidráulico, conforme dito anteriormente, e as usinas termelétricas estão entre as alternativas de diversificação da matriz elétrica.

As principais vantagens das térmicas são: a flexibilidade para alocação junto ao mercado consumidor, o prazo menor de amortização dos investimentos, o custo de capital mais baixo e o menor risco para o setor privado. Do ponto de vista do Sistema Interligado Nacional (SIN), as termelétricas contribuem para o aumento da confiabilidade do sistema, compensando possíveis déficits hídricos.

No caso da expansão da geração de energia por fonte térmica a meta prevista no PPA para o período 2012-2015 foi de 9.338 MW. No período 2012-2014 entraram em operação 3.351,5 MW, representando 35,9% da meta inicialmente prevista, conforme quadro a seguir:

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DA META QUANTITATIVA DO OBJETIVO 0023 – EXPANDIR A CAPACIDADE DE GERAÇÃO POR FONTE TÉRMICA

Descrição da Meta	Unid	Meta Prevista 2012-2015	Realizado (MW)			Realizado (% da meta)
			2012	2013	2014	
Adicionar 9.338 MW de geração térmica	MW	9.338	753,2	2.963	3.351,5	35,9

Fonte: DMSE-Monitoramento

Esse Objetivo teve baixo índice de realização até o ano 2014, e, para 2015, a previsão não é diferente, esperando-se um acréscimo de cerca de 600 MW para essa fonte. Com a expansão prevista para 2015 esse Objetivo deve alcançar cerca de 42,3% de realização. Destaca-se que diversos projetos de usinas térmicas previstas inicialmente no PPA, e comercializadas nos leilões de energia de 2008 a 2011, já foram considerados frustrados, uma vez que foram iniciativas de grupos empresariais em dificuldades ou extintos, como o Grupo Multiner, Bertin e MPX.

Contribuíram com destaque para essa realização das metas desse Objetivo até agora, principalmente as Usinas Termelétricas instaladas na região Nordeste, como as Usinas Porto de Pecém I (360 MW), Porto de Pecém II (365 MW) e Porto de Itaqui (360 MW) e a UTE (Usina Termelétrica) Baixada Fluminense, movida a gás natural, que entrou em operação comercial com 344 MW dos 530,0 MW instalados.

Objetivo 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas as capitais brasileiras.

O Sistema Interligado Nacional (SIN) tem como principais funções a transmissão da energia gerada pelas usinas para os grandes centros de carga, a integração entre os diversos elementos do sistema elétrico e com os países vizinhos, a otimização no uso dos recursos energéticos, a estabilidade e a confiabilidade da rede e a interligação entre as bacias hidráulicas e regiões com características hidrológicas heterogêneas.

A integração de sistemas ainda isolados e dos grandes empreendimentos de geração de energia ao Sistema Interligado Nacional se apresenta como questão estratégica e de soberania nacional, com destaque para os Estados da região Norte e para os complexos geradores das bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós e para a Usina Hidrelétrica Belo Monte. Todas essas ações consideradas nesse Objetivo são relativas a novas instalações que passam a ser integradas ao SIN, e normalmente são objeto de licitação pública, onde participam agentes públicos (empresas do Grupo Eletrobras ou de controle acionário estadual) e privados.

No caso do sistema de transmissão, dos 17.650 km de novas linhas de transmissão previstos para o período do PPA 2012-2015, em 2014 foram implantadas 7.921 km, o que equivale a 44,9% do total previsto para o período.

Com isso, no primeiro semestre de 2014 o Objetivo 0036 já alcançou a meta prevista inicialmente no PPA, no que tange à expansão de linhas de transmissão, totalizando 20.593 km ao final de 2014, o que representa um percentual de 16% acima da meta inicial, conforme apresentado no quadro a seguir:

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS META QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0036 – EXPANDIR O SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL (SIN)

Descrição da Meta	Unidade	Meta Prevista 2012-2015	Realização da Meta			% da meta total 2012-2015 realizada acumulada
			2012	2013	2014	
Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão	km	17.650	2.744	12.672	20.593	116,7
Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação	MVA	22.000	10.034	21.700	29.319	133,3

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop)

Contribuíram com destaque para a realização de 2014 a conclusão e entrada em operação do sistema de transmissão para integração dos Estados do Amazonas e Amapá (LT Tucuruí – Macapá – Manaus), com cerca de 3.400 km, e do 1º circuito do sistema de integração das usinas do Rio Madeira (Santo Antonio e Girau), com cerca de 4.700 km de extensão.

No caso da capacidade de transformação de subestações foram adicionados cerca de 7.619 MVA em 2014, montante equivalente a 34,6% do total previsto para o período 2012-2015.

A meta inicialmente prevista no PPA 2012-2015 foi superada no primeiro semestre de 2014, e o índice encontra-se agora 33% acima da meta.

Os principais empreendimentos de subestações transformadoras de energia foram as do sistema de transmissão do Madeira, SE Araraquara (3.750 MVA) e Conversora Porto Velho (3.150 MVA), do sistema Tucuruí – Manaus, SE Lechuga (1.800 MVA), e do Complexo Termelétrico Pecém (3.600 MVA).

O Sistema Interligado Nacional (SIN) alcançou a marca dos 125 mil km instalados em 2014, com a implantação até 31 de dezembro, de mais 8.876 km de linhas de transmissão.

Já no período de 2003 a dezembro de 2014, foram incorporados ao SIN um total de 49,6 mil km de linhas de transmissão com incremento de 65% em relação ao existente em 2002.

Este reforço nas instalações da Rede Básica permite maior confiabilidade, segurança e flexibilidade operacional, além do aumento da capacidade de transferência de energia entre as regiões, e melhor otimização da diversidade hidrológica.

No ano de 2014, dentre os empreendimentos concluídos, destacam-se:

- Conclusão das obras do segundo bipolo de corrente contínua (+/- 600 kV), a LT 600 kV Coletora Porto Velho – Araraquara 2 C2, com 2.382 km de extensão, planejada para transportar a energia proveniente das usinas hidrelétricas do Rio Madeira para os grandes centros de consumo na Região Sudeste;
- Energização da LT 500 kV Mesquita – Viana 2 e da LT 345 kV Viana 2 - Viana; planejadas para ampliar a capacidade de suprimento ao Estado do Espírito Santo; e
- Energizações das novas Subestações (SE): SE Santa Quitéria (400 MVA), no Paraná; SE Cerquilho III (400 MVA), em São Paulo e SE Igaporã (300 MVA), na Bahia.

PROGRAMA 2053 - PETRÓLEO E GÁS

O Programa 2053 - Petróleo e Gás articula um conjunto de objetivos e iniciativas afins e compreende, além dos recursos minerais aproveitáveis, elementos geradores de renda, riqueza ou motores de uma indústria complexa, que envolve uma extensa cadeia industrial cujos processos decisórios relacionam-se a projetos de longa maturação e com investimentos e riscos elevados. Os projetos enquadrados neste programa estão na área de pesquisa geológica, com o objetivo de ampliar as reservas desses energéticos, exploração e produção de petróleo e gás, bem como a regulação do setor. A execução orçamentária do Objetivo 0057 consta no quadro abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0057 DO PROGRAMA 2053 – PETRÓLEO E GÁS

Programa 2083 - Petróleo e Gás		2013	2014
Objetivo 0057	Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	61.694.098.738	56.703.073.363
Total		**61.694.098.738**	**56.703.073.363**

Fonte: Siop

Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural

No setor de exploração e produção (E&P), a produção de petróleo alcançou a média diária de 2,322 milhões de barris, enquanto a de gás natural atingiu a média diária de 86,6 milhões de m³, até novembro/2014.

Tais volumes, em conjunto, perfazem a média diária de 2,867 milhões de boe (barris de óleo equivalente). Destaca-se, por outro lado, a produção petrolífera no Pré-sal, que atingiu, em novembro/2014, a média diária de 602,3 mil boe, correspondentes a quase quatro vezes aquela do início de 2012 (média de 153,3 boe/dia em janeiro/2012), e cujos poços estão entre os maiores produtores do País.

Para cumprimento das metas previstas no PPA 2012-2015, foram concluídos os estudos para a seleção de blocos objetivando a realização da 13ª Rodada de Licitações e de uma rodada com a oferta de campos marginais, ambas no 1º semestre de 2015. Também foi autorizada, por meio da Resolução CNPE nº 01, de 24 de junho de 2014, a contratação direta da Petrobras para a produção de petróleo e gás natural, em regime de partilha de produção, dos volumes que ultrapassem os limites contratados sob o regime de Cessão Onerosa.

Ainda no setor de E&P e com vistas à continuidade do rito que disciplina a outorga de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, notadamente quanto ao processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades, foram publicadas as Portarias Interministeriais MME-MMA de nºs 621 e 622, de 18 de novembro de 2014, constituindo os Comitês Técnicos de Acompanhamento (CTA) da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), de Solimões de Sergipe-Alagoas, respectivamente, com a participação de representantes do MME, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que trabalham na elaboração dos Termos de Referência para a contratação dos respectivos estudos.

Relativamente ao contrato de Cessão Onerosa e conforme previsão inicial, encontra-se em andamento a revisão dos preços de petróleo e gás natural das áreas de Búzios, Sul de Lula, Sépia, Itapu e Sul de Sapinhoá, bem como dos índices de Conteúdo Local.

No que concerne à política pública para fomentar a participação de empresas de pequeno e médio porte (EPM) no setor de E&P, foi publicada a Portaria MME nº 37, de 29 de janeiro de 2014, instituindo a Comissão prevista na Resolução CNPE nº 01/2013. Foram realizadas reuniões dessa Comissão, objetivando alinhar as questões críticas, e foi publicada a Portaria ANP nº 23, de 05 de junho de 2014, que dispôs sobre o enquadramento de medidas específicas para o aumento da participação das EPM.

Gás Natural

Em março de 2014, foi lançada a primeira edição do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País, Pemat 2022, aprovada pela Portaria MME nº 128/2014. O documento contém o planejamento, em um horizonte de dez anos, para ampliação e construção de gasodutos. Está prevista

para o ano de 2015 a publicação do Pemat 2024.

A primeira proposição de construção de um gasoduto de transporte nos termos da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, o Itaboraí-Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, foi realizada ainda em 2013. Esse empreendimento foi incluído no Pemat e sua licitação para concessão deverá ser realizada no primeiro semestre de 2015. Vale destacar que já foi concluído em 2014 o processo de contratação de capacidade de transporte de gás natural neste gasoduto, por meio da Chamada Pública ANP nº 01/2014.

Derivados de Petróleo

No que tange ao abastecimento nacional de combustíveis, o diesel S10, com 10 ppm de enxofre, disponível no mercado desde 2013, superou, em 2014, a marca de 24% da comercialização total de diesel no País. De janeiro a outubro de 2014 foram comercializados cerca de 12,3 bilhões de litros do produto. Além do S10, são comercializados o diesel S500 e Off-Road. Essas ações resultam da implantação da fase P-7 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

Em relação à gasolina automotiva, desde 1º de janeiro de 2014, toda a gasolina automotiva comercializada no País passou a conter, no máximo, 50 ppm de enxofre, em substituição ao limite anterior vigente, de 800 ppm. De janeiro a outubro de 2014 foram comercializadas cerca de 36,6 bilhões de litros do produto.

Segundo dados da ANP, de janeiro a outubro de 2014, o mercado de combustíveis cresceu 4%, em relação ao mesmo período de 2013. Em que pese o relevante crescimento do consumo de combustíveis, principalmente de ciclo otto, que atingiu a marca de 9% de crescimento em 2014, a demanda foi plenamente suprida pela elevação da produção nacional de derivados associada às importações.

Alinhada com a política de desenvolvimento nacional, a área de refino mantém a preocupação com o conteúdo nacional, cujos índices planejados para novos empreendimentos vêm sendo monitorados, de forma a contribuir para o desenvolvimento da indústria brasileira de bens e serviços. Além disso, a qualificação da mão-de-obra para a indústria do petróleo, que é uma das molas propulsoras de suas atividades, também vem sendo incentivada mediante ações específicas no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp).

No que compete aos novos empreendimentos em refino de petróleo, foi iniciada a operação do 1º trem da Refinaria Abreu e Lima, com capacidade para processamento de 115 mil barris/dia de petróleo, em novembro de 2014.

Já no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), no ano de 2014, foram entregues um navio Suezmax, além de mais dois navios previstos para dezembro, sendo um Panamaz e outro gaseiro, acrescentando cerca de 240 mil toneladas de porte bruto à capacidade atual brasileira.

Objetivo 0057 – implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

A produção média de óleo ficou dentro das previsões, com o início de operação das plataformas/FPSOs P-58, P-62, Mangaratiba, Cidade de Ilhabela e P-61, da interligação de novos poços e da crescente produção do Pré-sal. Apesar de não estar contabilizada até a presente data, a produção no segundo semestre foi incrementada a partir da entrada em produção das citadas plataformas.

Meta: Aumentar a produção de petróleo e LGN para 3,07 milhões de barris por dia, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados.

Devido à operação das quatro FPSOs supracitadas e da primeira do tipo TLWP (*Tension Leg Wellhead Plataform*), a P-61, que é uma plataforma de pernas tracionadas com cabeça de poço seca, da interligação de novos poços e da crescente produção do Pré-sal, até outubro de 2014, a produção média diária de petróleo (óleo, mais líquido de gás natural – LGN) no Brasil, foi de 2,309 milhões de barris, superando em 7,6% a produção média do mesmo período em 2013.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DA META QUANTITATIVA DO OBJETIVO 0057

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014*	
Aumentar a produção de petróleo e LGN, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados	milhões de barris por dia	3,07	2,023	2,102	2,322	75,21%

Fontes: BR e ANP
OBS (*): até nov/2014.

METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0057

Aumentar a participação da oferta nacional no mercado de gás natural, possibilitando o suprimento e a expansão do mercado interno e buscando a geração de excedentes de produção com vistas à exportação: a produção média diária de gás natural, até novembro de 2014, foi de 86,6 milhões de m³, cerca de 12,2% maior que a média de 2013, principalmente devido a entrada em operação de novas plataformas e pelo aumento de produção na área do Pré-Sal.

Agregar valor ao gás natural: os investimentos incluídos na carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aplicados na estruturação da malha de gasodutos, construção de novas facilidades de recebimento ou entrega ou manutenções, contribuem para atender à demanda e com capacidade de movimentação da produção necessária para a agregação de valor ao gás natural.

Alinhado a essa meta, destaca-se a conclusão, em janeiro de 2014, do Terminal de Regaseificação da Bahia (TRBA), constituído por um píer e um gasoduto de aproximadamente 45 km interligando o terminal ao gasoduto Cacimbas-Catu, além de um navio com capacidade para regaseificar 14 milhões de m³/dia de gás natural.

Adicionalmente, em julho de 2014 foi iniciada a operação da unidade de produção de sulfato de amônio, com capacidade para 303 mil toneladas/ano, na planta localizada na fábrica de fertilizantes nitrogenados, no Estado de Sergipe.

Também incluídos no PAC, encontram-se em andamento os seguintes projetos, todos em estágio adequado e que, quando concluídos, contribuirão para o alcance da meta de agregação de valor ao gás natural: i) Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados III (Três Lagoas/MS) – UFN III: partida da planta prevista para junho de 2015; e ii) Planta de Amônia (Uberaba/MG) – UFN V: início de operações previsto para março de 2017.

Para contribuir com a implantação de empreendimentos de fertilizantes nitrogenados no País, considerando que o Brasil importa aproximadamente 73% do fertilizante nitrogenado para atender à demanda interna, foi criado o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (REIF), Lei nº 12.794, de 02 de abril de 2013.

O Regime beneficiará pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para implantação ou ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos. Atualmente está em discussão, no âmbito do Poder Executivo, o Decreto que o regulamentará.

Ao longo de 2014 foram concluídos dois novos pontos de entrega (PE) de gás natural, o PE Barra Mansa II, em fevereiro, e o PE São Bernardo do Campo II, em maio.

Além disso, em junho foram concluídas as obras de adequação da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA) em São Paulo.

PROGRAMA 2022 - COMBUSTÍVEIS

O Programa 2022 - Combustíveis articula um conjunto de objetivos e iniciativas afetos a este setor nas áreas de refino de petróleo, produção de biocombustíveis, abastecimento, logística e transporte de petróleo e combustíveis, bem como sua devida regulação.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0185 E 0553 DO PROGRAMA 2022 – COMBUSTÍVEIS

Programa Combustíveis		2013	2014
Objetivo 0185	Orçamento de Investimentos da Empresas Estatais	26.141.454	23.573.657
Objetivo 0553	No Exercício[1]	57.303.231	57.482.784
	RPNP[2]	441.647	7.907.567
Total		**83.886.332**	**88.964.008**

Fonte: Siop
[1] Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Combustíveis Renováveis

O etanol e o biodiesel são responsáveis por cerca de 22% do total de combustíveis utilizados no País. Em 2014, a expectativa de produção de biodiesel é de 3,1 (Mensagem Presidencial, p. 264) bilhões de litros. Para o etanol a produção esperada é de 28,6 bilhões de litros. Em relação a 2013, a produção de 2014 deverá ser: 6,9% superior para o biodiesel e 2,5% superior para o etanol.

O aumento da produção de biodiesel se deve ao aumento da mistura obrigatória de biodiesel ao diesel mineral, bem como a queda na produção de etanol em relação à expectativa inicial de 29,5 bilhões de litros é explicada em função da falta de chuvas ocorrida na última safra, sobretudo na região Centro-Sul, principal região produtora do País.

Em 2014, o arcabouço legal dos biocombustíveis no Brasil foi aprimorado. A Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, estabeleceu novos percentuais para a adição compulsória de biodiesel ao óleo diesel mineral. A mistura obrigatória foi alterada de 5% para 6%, a partir de julho de 2014; e de 6% para 7%, a partir de novembro 2014.

Essa mesma Lei estabeleceu ainda um dispositivo que altera o limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina, possibilitando a elevação da mistura de 25% para 27,5%, desde que comprovada a viabilidade técnica da adoção do novo percentual.

Ainda, no que tange que às medidas governamentais no ano de 2014, destacam-se as seguintes ações: a reedição do Programa de Financiamento a Estocagem de etanol e do Programa de Renovação e Implantação de novos canaviais, além da manutenção do Programa de Apoio à Inovação dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS).

No âmbito das obras de infraestrutura listadas no PAC 2, destaca-se a conclusão do segundo trecho do Sistema Logístico de Etanol GO-MG-SP, cuja entrada em operação está prevista para fevereiro de 2015. Esse trecho com extensão de 342 km interliga as cidades de Uberaba/MG e Paulínia/SP e apresenta capacidade de movimentar 12 bilhões de litros de etanol por ano.

Por fim, destaca-se o início da operação das duas primeiras plantas de produção de etanol de segunda geração, em escala comercial, aptas a atuarem no País.

Tal fato representa um importante marco para o Setor Sucroenergético, uma vez que a consolidação dessa inovação permitirá aumentar a produção de etanol com a utilização da mesma área plantada de canaviais e assim potencializar ainda mais a posição do Brasil na vanguarda dos biocombustíveis.

Objetivo 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Quanto à Meta: atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente, em relação ao etanol combustível, até novembro de 2014, a produção foi de 27,1 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada no PDE foi de 29,7 bilhões de litros, para todo o ano de 2014. A meta não será alcançada devido às restrições climáticas que comprometeram a produtividade agrícola em importantes Estados produtores no período da safra.

Para o biodiesel, até novembro de 2014, a produção foi de 3,1 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada no PDE foi de 3,4 bilhões de litros, para todo o ano de 2014.

Objetivo 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Quanto à Meta: Atender à demanda de biocombustíveis, tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente, em relação ao etanol combustível, até novembro de 2014, o consumo doméstico foi de 22,4 bilhões de litros para a projeção de demanda doméstica de 23,9 bilhões de litros apresentada no PDE.

A demanda foi atendida pela produção nacional, pois mesmo havendo importação de etanol no período, o País mais exportou do que importou esse combustível. O excedente de produção exportado em 2014 é estimado em 1,1 bilhão de litros.

A demanda foi atendida pela produção nacional desse combustível. Por fim, destaca-se ainda a capacidade instalada nacional que é da ordem 7,5 bilhões de litros, avaliada como robusta para atender o mercado doméstico.

4.24. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem seu foco de atuação na agricultura familiar brasileira, sendo responsável pela formulação das políticas relacionadas à reforma agrária, ao desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares, à garantia de direitos territoriais e produtivos aos remanescentes das comunidades dos quilombolas, e aos direitos produtivos dos povos e comunidades tradicionais.

Para isso, possui três programas principais: Agricultura Familiar; Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária; e Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. As ações do Ministério são organizadas em "Planos Safra" que vão de julho de um ano a junho do ano seguinte.

A agricultura familiar é elemento fundamental da base produtiva, econômica e social do Brasil, reconhecida por sua importância na produção de alimentos e na geração de emprego e renda. É a agricultura desenvolvida em pequenas propriedades, com utilização direta da mão-de-obra familiar, voltada principalmente para a produção de alimentos e o abastecimento interno.

Os dados do último Censo Agropecuário (2006) mostraram que 84% dos estabelecimentos produtores do Brasil rural eram da agricultura familiar e que eles respondiam por 74% dos postos de trabalho no campo (12,2 milhões, à época). Agricultores e agricultoras familiares, com apenas 24% da área agrícola do País, já geravam 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional e produziam a maior parte dos alimentos da mesa de brasileiros e brasileiras: 83% da produção nacional de mandioca, 70% do feijão, 69% das hortaliças, 59% dos suínos, 58% do leite e 51% das aves.

Nos últimos anos, a produção agropecuária cresceu e a oferta de alimentos – necessária à estabilidade do abastecimento – aumentou. Com investimentos, políticas públicas e o trabalho de homens e mulheres agricultores, o meio rural melhorou e a renda de quem produz cresceu.

Entre 2003 e 2012, a renda dos domicílios de agricultores familiares teve um ganho de 64% acima da inflação, especialmente porque as rendas do trabalho agrícola dessas famílias tiveram um crescimento real de 51%.

Os avanços no meio rural fazem parte das melhorias produzidas no conjunto da sociedade: redução das desigualdades, maior inclusão social e produtiva, aumento da renda e dos níveis de emprego.

Nos últimos períodos, as políticas públicas e programas para o rural foram ampliados e aperfeiçoados de tal forma que constituíram uma verdadeira reforma nesse ambiente, levando a homens e mulheres que vivem no campo, além de renda e produção, mais qualidade de vida. Foram expandidos serviços e políticas públicas de acesso à terra, educação, saúde e moradia, a partir de investimentos em programas importantes, como Reforma Agrária, Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Garantia Safra, Mais Médicos, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec Campo, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Equipamentos e Minha Casa Minha Vida Rural.

Estão habilitados a acessar essas políticas 5,14 milhões de agricultores e agricultoras familiares que se cadastraram junto ao MDA e possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que identifica e qualifica os agricultores familiares. Estão cadastradas, também, 3,4 mil entidades que possuem a DAP para pessoas jurídicas. O número de DAP para pessoas físicas cresceu 48% em relação a 2010 e o de DAP-PJ é 162% maior do que o número que havia há quatro anos.

Executor da política da reforma agrária e do ordenamento fundiário nacional, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970 e atualmente compõe a estrutura do MDA, estando presente em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais, 43 Unidades Avançadas, 2 Unidades Avançadas Especiais, criadas em 2014, em sintonia com as necessidades relativas a implantação de grandes obras, nestes casos Usina Hidrelétrica de Belo Monte e Tapajós. Além disso, há atendimento por meio de Salas da Cidadania e de Unidades Municipais de Cadastros (UMC), instaladas em mais de 2,3 mil prefeituras municipais.

No último período foi ampliada a cobertura dos serviços prestados pelo Incra. A integração de políticas de Governo para o Programa de Reforma Agrária permitiu um investimento adicional de R$ 1,7 bilhão. Ações de Governo como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos e Água para Todos estão chegando aos assentamentos. Além disso, as novas áreas reformadas têm garantia de que são viáveis para o desenvolvimento da agricultura de economia familiar.

O Incra inovou na implementação dos seus serviços, agora prestados de forma mais moderna e próxima aos cidadãos. Exemplos disso são a Sala da Cidadania Digital, que em nove meses já beneficiou mais de 112 mil famílias e proporcionou acesso a serviços inéditos, como a renegociação de dívidas do Pronaf, dispensando a necessidade de deslocamento dos beneficiários até às agências bancárias; o Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), que em um ano já certificou mais de 63 milhões de hectares de terras públicas e privadas, o que representa 46% de todo o trabalho realizado nesta área na última década; as mudanças ocorridas na política de crédito, que possibilitarão acesso mais ágil e transparente ao financiamento para 255 mil famílias no Plano Safra 2014/2015 e a regularização ambiental, que proporcionará a elaboração do Cadastro Ambiental Rural para 100% dos assentamentos de reforma agrária.

Trata-se de uma mudança conceitual sobre a política de reforma agrária, a qual, além de estar relacionada com a distribuição igualitária da terra e com o cumprimento da função social da propriedade, envolve a execução de políticas públicas integradas para transformar os assentamentos em comunidades rurais autônomas e adaptadas ao território em que vivem.

PROGRAMA 2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O Programa visa aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Incra, fiscalizar as informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder à certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública. Possui como macrodesafio superar a pobreza extrema por meio da democratização do acesso à terra.

É objetivo essencial para a reforma agrária dotar as famílias que atuam na agricultura familiar de habitações dignas, servidas com água, energia elétrica e saneamento básico, além de estradas para livre acesso e escoamento da produção.

Para aprimorar a qualidade de vida, é preciso fornecimento de serviços de saúde e educação universalizados e oportunidades culturais e esportivas.

Além disso, a inclusão produtiva dessas famílias passa pelo acesso à assistência técnica de qualidade, créditos, políticas de agroindustrialização, comercialização e de seguro agrícola.

As ações de governança fundiária, por sua vez, permitem ao poder público conhecer e gerenciar a malha fundiária nacional, possibilitando a oferta de serviços melhores a todos os produtores rurais, a identificação de novas terras para a reforma agrária e a garantia de direitos territoriais para populações tradicionais.

O Programa é desenvolvido por quatro unidades administrativas do MDA: a Secretaria de Reordenamento Agrário, a Ouvidoria Agrária Nacional, a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal) e o Incra. São detalhados, a seguir, os objetivos estratégicos 0420 e 0421.

Objetivo 0420 – Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamentos sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Na reforma agrária, as ações cadastrais e a fiscalização são as formas essenciais para obtenção de terras por meio da desapropriação dos imóveis que não cumprem com a função social, conforme o estabelecido na Constituição Federal, na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

Desde 2012 mudanças relevantes foram realizadas no processo de obtenção de terras para que, além de identificar os imóveis rurais passíveis de desapropriação, também sejam demonstradas as condições de viabilidade do futuro projeto de assentamento, de forma que as novas áreas reformadas garantam as condições de vida e de produção para as famílias que serão beneficiadas.

O aprimoramento dos fluxos e procedimentos para a vistoria, obtenção de terras e homologação de famílias foram estabelecidos em novos normativos que incorporaram a integração do processo de seleção de beneficiários com o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a definição de parâmetros para desapropriação de terras e instalação de novos projetos de assentamentos.

As famílias assentadas contam agora com a nova rota de financiamento da reforma agrária, anunciada no lançamento do Plano Safra 2014/2015.

Como resultado da Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, foram criados três ciclos de apoio financeiro, conforme as fases de implantação e desenvolvimento das famílias assentadas, que beneficiarão 255 mil famílias durante o ano-safra em vigor.

Nesse contexto, foi elaborada conjuntamente pelo Incra, pelo MDA e pelo Ministério da Fazenda (MF) a nova sistemática de concessão, aplicação e prestação de contas do Crédito de Instalação.

O novo crédito é operado por cartão bancário, emitido para cada família assentada, em nome da mulher. Destaca-se, ainda, a implantação do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI) para acompanhamento eletrônico dessa nova política.

Foi criada, também, a nova modalidade de microcrédito para Reforma Agrária, visando a beneficiar 80 mil famílias até 2015 (sendo que em 2014 foram beneficiadas 6.822 famílias), e o Pronaf A Mais Alimentos Reforma Agrária, para assentados com possibilidade de expansão e estruturação de suas atividades produtivas, com limite de até R$ 25 mil por família, ampliado em relação aos R$ 20 mil anteriores.

Assim, a integração de políticas é fundamental para o sucesso do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Objetivo 0421 – Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis, desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

O desenvolvimento dos projetos de assentamento é necessário para que as famílias beneficiárias do PNRA consolidem uma qualidade de vida aceitável e, mediante a produção de excedentes para comercialização, apresentem incrementos significativos na renda monetária, para que se tornem independentes das políticas públicas compensatórias e de transferência de renda.

As principais ações atualmente disponibilizadas no âmbito do PNRA para promover o desenvolvimento nos projetos de assentamento são:

- assistência técnica;
- apoio à agroindustrialização e comercialização;
- estocagem e escoamento da produção;
- acesso aos Programas de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de Aquisição de Alimentos (PAA),

Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Seguro Safra; e

- condições sustentáveis de produção e uso dos recursos naturais.

A agroindustrialização por meio de empreendimentos coletivos e solidários contribui substantivamente para a organização das comunidades assentadas e para o incremento da renda monetária das famílias, pela prestação de mão de obra direta, pelo fornecimento de insumos e pela comercialização dos produtos.

O conjunto das ações de fomento à agroindustrialização e comercialização é financiado pelo Incra por meio do Programa Terra Sol, que priorizou, em 2014, o apoio a grupos produtivos de mulheres assentadas, por meio do lançamento de Chamada Pública Terra Sol Mulheres.

Além disso, criou-se o Programa Terra Forte, que visa apoiar a difusão de tecnologia e a geração de renda, por meio da agroindustrialização da produção.

Entre as mudanças significativas que ocorreram na forma de atuação do Incra, ressalta-se a inclusão da variável ambiental, no âmbito das ações de promoção do desenvolvimento sustentável nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, a partir das quais passou-se a contemplar com prioridade o tema socioambiental para além da proteção de ecossistemas e espécies.

A gestão ambiental nos projetos de assentamento estimula o protagonismo das próprias comunidades na construção e execução de soluções aos problemas ambientais, inclusive remunerando os assentados pelo acréscimo florestal ou agroflorestal em áreas legalmente alteradas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0420 E 0421 DO PROGRAMA 2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Código do Objetivos	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0420	No Exercício[1]	195.500.117,65	415.600.764,57
	RPNP[2]	418.697.856,21	252.230.562,48
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**614.197.973,86**	**667.831.327,05**
0421	No Exercício[1]	64.001.836,39	88.101.176,96
	RPNP[2]	8.667.110,38	164.871.655,30
	Gastos Tributários	0,00	0,00
Total do Objetivo		**72.668.946,77**	**252.972.832,26**

Fonte: SIOP – Relatório extraído em 23/02/2015.
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Verifica-se no quadro anterior que o valor liquidado de créditos orçamentários do exercício de 2014, relativos ao Objetivo 0420, foi superior ao de 2013 em aproximadamente 112%. Isso se explica principalmente pela edição das Portarias/MDA Nº 05 e 06, de 31 de janeiro de 2013, que alteraram os critérios de obtenção de terras e definiram indicadores a serem observados pelo Incra, no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras para a reforma agrária.

Com isso, os processos que já estavam prontos para publicação de decreto presidencial tiveram que ser devolvidos às Superintendências Regionais do Incra para readequação do fluxo de obtenção de terras, o que ocasionou baixa na execução orçamentária no exercício de 2013, inscrevendo os créditos orçamentários em RPNP para pagamento no exercício subsequente.

Merecem destaque também os valores liquidados provenientes de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) dos dois exercícios, onde o valor liquidado em 2013 superou o de 2014 em aproximadamente 60%.

Isso se explica devido à autorização, em 2012, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Inscrição em RPNP de Títulos da Dívida Agrária (TDA), por insuficiência de recursos financeiros para pagamento naquele exercício.

Observa-se, também, que, no geral, houve certo equilíbrio entre os valores liquidados nos exercícios de 2013 e 2014, com diferença de aproximadamente 8,7%.

Quanto à execução orçamentária do objetivo 0421, observa-se que há um acréscimo considerável no valor total liquidado dos créditos orçamentários no exercício de 2014 em relação aos valores liquidados em 2013, com diferença de, aproximadamente, 248%, consequência, principalmente, do acréscimo dos valores liquidados de RPNP de 2014, onde a diferença em relação a 2013 é de mais de 1.800%.

Isso se explica tendo em vista a priorização, por parte da autarquia, pelo pagamento dos créditos orçamentários provenientes de RPNP inscritos em exercícios passados.

A seguir, apresenta-se o nível de realização das metas do Objetivo 0420 do Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária:

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0420

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até			% da Meta Total 2012-2015 Realizada Acumulado	Fonte das Informações*
			2012	2013	2014		
Assentar 200 mil famílias	Famílias	200.000	23.075	52.930	85.207	42,60%	Sipra
Criar 800 projetos de assentamento	Projetos	800	117	249	394	49,25%	Sipra
Incorporar 1 milhão de hectares à reforma agrária	Hectares	1.000.000	107.464,65	423.038,56	854.176,79	85,42%	Sipra
Protocolar licença ambiental para 3200 Projetos de Assentamento	Projetos	3.200	630	867	908	28,38%	SIR
Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas	Km	25.000	4.897	8.038	10.059	40,24%	SIR
Construir e/ou reformar 120 mil casas	Casas	120.000	18.969	29.118	35.551	29,63%	SIR
Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água	Famílias	50.000	5.935	7.913	14.960	29,92%	SIR
Conceder Crédito Apoio Inicial e Fomento a 50 mil famílias dos assentamentos prioritários do Plano Brasil sem Miséria	Famílias	50.000	8.269	12.826	15.130	30,26%	SNCCI
Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher	Famílias	300.000	47.275	56.216	63.252	21,08%	SNCCI

*Sipra: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária; SIR: Sistema de Informações Rurais; SNCCI: Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação.

Desde 2012 mudanças relevantes foram realizadas no processo de obtenção de terras que, além de identificar os imóveis rurais passíveis de desapropriação, também demonstram as condições de viabilidade do futuro projeto de assentamento. As novas áreas reformadas devem garantir as condições de vida e produção para as famílias que serão beneficiadas. Desde 2012, foram assentadas 85.207 famílias e criados 394 novos assentamentos, incorporando 854.176,79 de hectares à reforma agrária.

O aprimoramento dos fluxos e procedimentos para a vistoria, obtenção de terras e homologação de famílias, foi estabelecido em novos normativos que incorporaram a integração do processo de seleção de beneficiários com o CadÚnico e a definição de parâmetros para desapropriação de terras e instalação de novos projetos de assentamentos.

Passa a fazer parte do procedimento de vistoria de imóveis rurais para desapropriação, a produção do estudo da capacidade de geração de renda (ECGR) do novo assentamento a ser criado, bem como a elaboração de anteprojeto de organização espacial do assentamento, que identifica as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL).

Em 2014, foram assentadas 32.277 famílias e criados 145 novos projetos de assentamento, com incorporação de 431.138,23 hectares com capacidade para 11.458 famílias. Foram publicados 30 decretos de declaração de interesse para fins de desapropriação de imóveis, somando 56.235,92 hectares. Além disso, R$ 235.065.364,77 foram lançados em TDA, para obter 65 imóveis, com 104.081,68 hectares.

Importante registrar, ainda, a publicação, em 21 de maio de 2014, da Portaria Conjunta nº 12 da Advocacia Geral da União e do MDA, que regulamentou o procedimento de adjudicação de imóveis rurais em favor do Programa Nacional de Reforma Agrária nas execuções propostas pela União ou por autarquias e fundações públicas federais. Com isso, fica viabilizada a possibilidade de destinação de terras de devedores da União para a reforma agrária.

Consoante aos aprimoramentos mencionados, a Resolução nº 458 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), publicada em 16 de julho de 2013, simplificou o licenciamento ambiental em assentamentos da reforma agrária, tornando-o obrigatório não mais para o assentamento como um todo, na criação, mas apenas para o desenvolvimento de atividades agrossilvopastoris e para empreendimentos de infraestrutura. Em decorrência disso, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) passou

a ser o requisito para a regularidade ambiental nessas áreas.

Em 2014, foram requeridos pelo Incra – que tem a responsabilidade pelo cadastramento dos assentamentos da reforma agrária – o CAR de 123 assentamentos e 10.256 lotes. Os requerimentos deste exercício foram realizados no Sicar, o sistema eletrônico federal, no qual os proprietários de terras e produtores rurais efetuam o cadastro, ou nos sistemas estaduais, que permitem a migração de dados para o sistema federal. Além disso, desde 2012 foram protocoladas 908 licenças ambientais, sendo 41 delas em 2014.

Ainda nesse tema, destaca-se a formalização de parceria entre o Incra e a Universidade Federal de Lavras (Ufla), firmada em 2014, que possibilitará a inscrição no CAR de assentamentos e comunidades quilombolas tituladas de todo o País.

Nos últimos anos, foram realizadas mudanças estruturais na política de desenvolvimento das áreas reformadas, alicerçadas na articulação de políticas públicas e na promoção da autonomia das famílias assentadas.

Busca-se cada vez mais a integração dessas comunidades à dinâmica socioeconômica e produtiva dos territórios em que se inserem, resultando em uma reforma mais justa e produtiva.

As ações de infraestrutura desenvolvidas pelo Incra nos assentamentos da reforma agrária, atenderam a mais de 132 mil famílias desde 2012. Nesse período, foram construídos ou reformados aproximadamente 10.059 km de estradas e contempladas 14.960 famílias com obras de abastecimento de água.

Em 2014, foram finalizadas obras de infraestrutura que beneficiaram 33.322 famílias assentadas, sendo 19.675 atendidas com construção ou recuperação de estradas, 7.047 com obras de abastecimento de água e 6.600 com outras obras de infraestrutura.

Destaca-se a realização do Chamamento Público para Infraestrutura, com objetivo de firmar parcerias para realização de obras de implantação, complementação ou recuperação de estradas vicinais em assentamentos.

Foram priorizados os projetos que contemplavam famílias que seriam beneficiadas também pelo Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR), na busca da integração de políticas que potencializam o desenvolvimento do assentamento. O chamamento resultou na seleção de 73 projetos, em valor superior a R$ 110 milhões. Foram contratados 47 deles, via convênios firmados com prefeituras municipais, no valor total de R$ 82,02 milhões.

Em 2013, as demandas por construção de habitações em assentamentos começaram a ser atendidas no âmbito do MCMVR, a partir da articulação do Incra com o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal (Caixa) e o Banco do Brasil (BB), o que representou uma mudança significativa na forma como esse serviço era prestado.

Até 2014 foram entregues oficialmente às entidades organizadoras do MCMVR a relação de 73.169 famílias assentadas a serem beneficiadas pelo programa, 5.339 famílias já assinaram contratos com a Caixa e o BB. Além disso, de 2012 a 2014, foram construídas ou recuperadas 35.551 casas com recursos próprios do Incra em obras de habitação remanescentes do Crédito Instalação.

O trabalho desenvolvido diretamente pelo Incra na área da segurança hídrica é complementar ao Programa Água para Todos, concebido para garantir água para populações de baixa renda residentes em comunidades rurais e que contam com ações dos Ministérios da Saúde (MS), da Integração Nacional (MI) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Destaca-se, por exemplo, a parceria firmada entre o Incra e o MI no valor de R$ 84 milhões, com aporte de 50% de cada parceiro, para construir sistemas simplificados de abastecimento para cerca de 31 mil famílias assentadas no semiárido brasileiro, em cooperação com os Governos estaduais.

No âmbito das ações do MDS, no período de 2012 a 2014, foram beneficiadas, com a implementação de cisternas para a captação e armazenamento de água para consumo humano, 5.631 famílias assentadas e, com a implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água para a produção agropecuária, 4.599 famílias assentadas. Em junho de 2013 as famílias assentadas foram incluídas no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, por resolução do Comitê Gestor do Programa Brasil sem Miséria (PBSM).

Essa decisão foi determinante, não apenas para a efetivação da inclusão do público da reforma agrária no PBSM, mas por ter garantido a necessária transição entre a antiga forma de operacionalização dos créditos de instalação do Incra – suspensos em junho de 2013 – e a chamada nova rota de financiamento da reforma agrária, consolidada na Medida Provisória nº 636, de 26 de dezembro de 2013, convertida na Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014.

Até o fim de 2014, 15.130 famílias dos assentamentos prioritários foram beneficiadas com os créditos Apoio Inicial e Fomento e, 13.742 foram beneficiadas com o Fomento BSM. É importante ressaltar que o Programa de Fomento é complementar à nova rota de financiamento, contemplando famílias em situação de extrema pobreza, que não preenchem os requisitos para os novos créditos de instalação, notadamente aquelas situadas em assentamentos mais antigos, que já haviam tomado algum dos créditos do Incra, mas que, por diferentes razões, não conseguiram se estruturar suficientemente para superar a pobreza.

Desde 2012, 63.252 famílias foram atendidas dentro das distintas modalidades de crédito instalação. Em 2014, foram beneficiadas 7.036 famílias, sendo 6.822 na nova modalidade Apoio Inicial e 214 na antiga modalidade Apoio Mulher.

O novo crédito é operado via cartão bancário, emitido para cada família assentada em nome da mulher e acompanhado de forma eletrônica por meio do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI).

A seguir, apresenta-se o nível de realização das metas do Objetivo

0421 do Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária:

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0421

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até			% da Meta Total 2012-2015 Realizada Acumulado	Fonte das Informações*
			2012	2013	2014		
Conceder 50 mil títulos a famílias assentadas, garantindo a titulação conjunta para mulheres e homens, e a entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso	Títulos	50.000	29.760	68.625	91.972	183,94%	DDA -2
Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização	Famílias	50.000	8.408	15.767	27.999	56,00%	SIR
Atender 750 assentamentos com o Programa Assentamentos Verdes	Assentamentos	750	-	1.286	2.575	343,33%	DTM
Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamentos	Projetos de Assentamento	1.000	26	393	850	85,00%	SIR
Apoiar o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas	%	60	29	29	-	-	-

* DDA -2: Divisão de Consolidação de Assentamentos; DTM: Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Desde 2012, o Incra concedeu 91.972 títulos a famílias assentadas. Destes, 23.347 títulos foram concedidos em 2014.

Ações direcionadas para infraestrutura social, produtiva e ambiental são essenciais ao processo de qualificação e estruturação dos assentamentos. Nesse contexto, destacam-se:

- o apoio ao acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- o apoio à agroindustrialização e comercialização;
- as ações inseridas no âmbito do Programa Assentamentos Verdes; e
- as ações de gestão ambiental.

No que se refere ao financiamento produtivo, salienta-se a criação, em 2014, do Pronaf A Mais Alimentos Reforma Agrária para assentados com possibilidade de expansão e estruturação de suas atividades produtivas, com limite de até R$ 25 mil por família.

Outra ação complementar de organização produtiva dos assentamentos da reforma agrária é o Programa Terra Sol, que priorizou, em 2014, o apoio a grupos produtivos de mulheres assentadas, por meio do lançamento da Chamada Pública Terra Sol Mulheres.

O objetivo foi selecionar pré-projetos exclusivos de mulheres rurais nos segmentos de agroindustrialização e apoio à comercialização. Desde 2012, foram beneficiadas 27.999 famílias, sendo 12.232 famílias beneficiadas com projetos concluídos em 2014.

O Programa Assentamentos Verdes reafirma o compromisso da reforma agrária com o meio ambiente. São 2.575 projetos de assentamento com monitoramento do desmatamento ilegal, na Amazônia Legal, em uma área reformada de 41,2 milhões de hectares e onde estão cerca de 490 mil famílias assentadas.

Para além do controle, o Incra viabiliza o acesso a um conjunto de políticas públicas às comunidades mais comprometidas com a preservação da floresta, com destaque para o Bolsa Verde. Desde 2012, foram beneficiadas com o Bolsa Verde 32.166 famílias assentadas, em 375 assentamentos verdes. Nesse contexto, a gestão ambiental em assentamentos, com o objetivo de direcionar as atividades produtivas e sociais rurais rumo à sustentabilidade, beneficiou, desde 2012, 850 assentamentos. Destes, 457 tiveram atendimento iniciado em 2014.

Com relação à meta “Apoiar o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas”, no período de 2011 a 2014, foram realizadas diversas ações com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito pelo público da Reforma Agrária.

No entanto, não foi possível apurar seu indicador uma vez que, conforme definido na Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, a competência formal quanto ao monitoramento, avaliação e fiscalização dos contratos de crédito rural é do Banco Central do Brasil (BCB), e que o sistema utilizado pelo Banco no monitoramento não possibilitou a desagregação dos contratos para o público de assentados da reforma agrária.

Os dados apresentados em 2012 e 2013 tiveram como fonte as informações encaminhadas pelos agentes financeiros à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF).

Com vistas a qualificar o monitoramento, foi solicitado ao BCB, via Aviso Ministerial nº 107/2013 - MDA, que o Sistema de operação do Pronaf passasse a permitir essa desagregação.

O Órgão vem promovendo, em conjunto com o MDA, os ajustes indicados, e deverá passar a fornecer a informação, a partir de julho de 2015.

Cumpre lembrar, ainda, que parte dos esforços para acesso aos recursos do Pronaf foi direcionada para outras modalidades de crédito.

Foram criados três ciclos de apoio financeiro para os assentados e assentadas da reforma agraria, conforme as fases de implantação e desenvolvimento das famílias.

No Ciclo I, as famílias são atendidas com o Crédito Instalação, até R$ 14,6 mil por assentado, no Ciclo II, da Inclusão produtiva, a família é atendida com o microcrédito, até R$ 12 mil por assentado, e, no Ciclo III – Estruturação produtiva, pelo programa Mais Alimentos da Reforma Agrária, com recursos da ordem de até R$ 25 mil para atividades produtivas de custeio e investimento.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS DOS OBJETIVOS 0420 E 0421

Apoiar o Usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território através do assentamento de ocupantes não indígenas no processo de regularização das Terras Indígenas: o Incra possui ações em conjunto com a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 10 Estados, envolvendo 18 Terras Indígenas (TI) ou Reservas Indígenas (RI), a saber: TI Barra Velha, Cahy Pequi e Tuxa de Rodelas, na Bahia; TI Awá, no Maranhão; TI Buriti, no Mato Grosso do Sul; TI Maraiwatsede, no Mato Grosso; TI Apyterewa, Arara Volta Grande, Paquiçamba, Cachoeira Seca e Alto Rio Guama, no Pará; TI Pankararu, em Pernambuco; RI para os índios que ocupam o Parque Nacional de Iguaçu, no Paraná; Rio dos Índios, Cantagalo e Passo Grande do Rio Forquilha, no Rio Grande do Sul; Toldo Imbu, em Santa Catarina e RI para os índios da etnia Krahô Kanela, em Tocantins.

O Incra auxiliou a Funai a identificar 4.327 ocupantes não índios nessas áreas, sendo que 717 possuíam perfil para o PNRA, dos quais 537 foram reassentados. O trabalho de levantamento ocupacional foi realizado em parceria com a Funai em cinco TI, resultando na elaboração de 819 laudos de ocupação. Além disso, avaliou 75 imóveis que se encontram em processo de indenização e criação de RI.

Construir instrumentos de priorização do atendimento às mulheres no programa Terra Sol: o Incra promoveu alterações na Norma de Execução do Programa Terra Sol.

Essa norma tem como uma das suas diretrizes gerais atender prioritariamente projetos apresentados por grupos produtivos de mulheres, de forma a contribuir com a redução da desigualdade de gênero e com a promoção da autonomia econômica das mulheres assentadas.

Visando a consolidação dessa proposta, foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 17 de setembro de 2014, o Edital MDA/DPMR e INCRA/DD/DDA nº 01, para seleção pública conjunta de pré-projetos exclusivos de mulheres para apoio à agroindustrialização e à comercialização em assentamentos da reforma agrária – Terra Sol Mulheres.

Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento: desde a implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003, diversas têm sido as medidas tomadas para o enfrentamento das desigualdades de gênero no meio rural. Muitos avanços foram conseguidos no sentido de as mulheres agricultoras conseguirem sair da invisibilidade a que estavam historicamente submetidas.

Dentre as principais conquistas citam-se a regulamentação que institui o acesso à terra pela mulher rural, a criação de linhas de crédito específicas para as mulheres do campo, o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural e a nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Em 2014 foi conduzido um trabalho, no âmbito do MDA, que analisou os instrumentos de identificação da participação e o acesso das mulheres assentadas às políticas públicas, com especial atenção ao Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) e Sistema de Informações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Siater).

A participação das mulheres na reforma agrária vem sendo acompanhada por meio de sistematização de dados e informações no âmbito da Diretoria de Políticas para Mulheres do MDA em parceria com o Incra.

No ano de 2014, foram produzidos três relatórios técnicos nos quais ficou constatado que 70% dos beneficiários da reforma agrária foram mulheres, situação garantida por meio da efetivação da titulação conjunta obrigatória.

Nesse mesmo ano, com o objetivo de melhorar as condições da antiga modalidade de crédito instalação apoio mulher, foi criado o Fomento Mulher. Essa iniciativa possibilitou maior acesso delas às políticas de inclusão produtiva.

Também foi lançado edital específico do Terra Sol para mulheres, tendo sido recebidas 566 propostas para qualificação de demandas de projetos agroindustriais.

Cabe registrar, ainda, que foram elaboradas orientações aos órgãos públicos responsáveis por chamadas públicas de Ater, para que sejam contempladas, de forma mais satisfatória, as demandas das mulheres trabalhadoras rurais com vistas a uma maior igualdade de gênero.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES JULGADAS RELEVANTES

Política de Crédito e remissão de dívidas

A Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, possibilitou a maior medida de solução de endividamento da história da Reforma Agrária, reabrindo prazos para renegociação ou liquidação de dívidas contraídas no âmbito do Pronaf, do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera), do Crédito de Instalação, dos créditos para habitação e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no período de 1985 a 2013.

Já foram realizadas em relação ao Procera remissões de R$ 110 milhões, pelo Banco do Brasil, R$ 692.344.510,23 milhões de regularizações de saldos recolhidos em 2013, remissões de dívidas no âmbito do Incra, saneamento de processos e alimentação do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI), em relação ao crédito instalação, e, no Pronaf, 20,2 mil liquidações de dívidas e renegociação de 12,2 mil contratos.

Sala da Cidadania Incra

Em 2014 o Incra criou a Sala da Cidadania Digital, portal na Internet, para democratizar o acesso a serviços que eram prestados exclusivamente nas dependências do Instituto, em Brasília ou em uma de suas 30 superintendências regionais, a maioria delas nas capitais estaduais.

Agora, além dos serviços estarem ao alcance de qualquer pessoa com acesso à rede mundial de computadores, são instaladas Salas da Cidadania em locais como prefeituras e sindicatos, com pessoal capacitado para atender as demandas.

Por meio da Sala da Cidadania, assentados e assentadas podem acessar os contratos de renegociação ou imprimir os boletos para liquidação de dívidas do Pronaf A e A/C, conforme prevê a Lei nº 13.001/2014.

O ambiente virtual oferece, ainda, serviços de atualização cadastral, emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e impressão do espelho do beneficiário no Sistema de Informações da Reforma Agrária, o Sipra.

Já foram instaladas 238 unidades, especialmente em prefeituras e sindicatos, contando com o suporte de mais de 600 técnicos capacitados.

De abril a dezembro de 2014, foram realizadas 112 mil atualizações de cadastro.

No exercício, foram emitidos 12,3 mil boletos para renegociação das dívidas e 22 mil para liquidações das dívidas, sendo 40% deles realizados por meio da Sala da Cidadania Digital.

4.25. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi criado em janeiro de 2004, originário de três estruturas governamentais então existentes: Ministério da Assistência Social (MAS), Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (Mesa) e Secretaria-Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família.

Sua criação teve como objetivo estabelecer maior sinergia entre as ações desenvolvidas diretamente na área social.

Em 2011, em nova reestruturação, o MDS passou a ser responsável pela coordenação do Plano Brasil sem Miséria (BSM), instituído pelo Decreto 7.493, de 02 de junho de 2011 e alterado pelo Decreto nº 8.218, de 28 de março de 2014.

Desta forma, o MDS responde por um conjunto de políticas que vem contribuindo diretamente para a melhoria das condições sociais da população, cujos resultados se evidenciam especialmente na redução da desigualdade social, evolução do índice de desenvolvimento humano, redução do número de pessoas em situação de extrema pobreza, aumento na disponibilização dos serviços socioassistenciais, reversão do quadro de insegurança alimentar e nutricional, ampliação do acesso à água nas regiões semiáridas, dentre outros.

Adicionalmente, e não menos fundamental, o Ministério vem se debruçando na elaboração, apropriação e divulgação de avaliações de impacto das políticas implementadas, buscando desta forma abranger todas as etapas da politica pública, desde sua elaboração até sua avaliação.

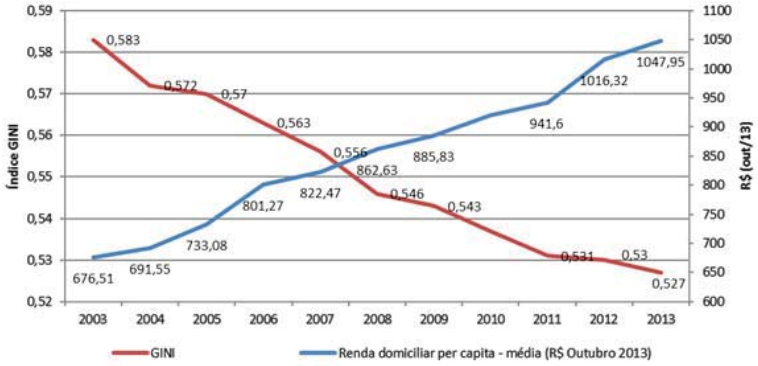
Estes resultados positivos no campo de atuação da Pasta foram salientados em diversos estudos e pesquisas, nacionais e internacionais, divulgados nos anos recentes, que demonstram a melhoria das condições sociais da parcela da população brasileira de baixa renda.

Em 2011, quando lançado, o Plano Brasil sem Miséria (BSM) pretendia romper não só com a naturalização da pobreza em sua variável de renda, enquanto fenômeno social, mas, mais que isto, atuar fortemente sobre as múltiplas dimensões da pobreza. Além disto, o Plano consubstanciava a variável de inclusão social com desenvolvimento.

Nesse contexto, a redução da desigualdade social verificada nos últimos anos foi um dos eventos de maior relevância no panorama brasileiro, conforme mostra a evolução do coeficiente de Gini e da renda, segundo gráfico a seguir.

Dentre as políticas públicas que mais contribuíram para esse cenário sobressaem a valorização do salário mínimo, o incentivo à formalização do trabalho e geração de emprego, o apoio à agricultura familiar e o Plano Brasil sem Miséria. Dessas políticas, as duas últimas estão diretamente relacionadas à atuação do MDS.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE GINI E DO VALOR DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA, 2003-2013, BRASIL



Fonte: Ipeadata (2014), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).
Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação/SPO/MDS.
Nota: Dados de 2010 não foram divulgados por não ter sido realizada a Pnad.

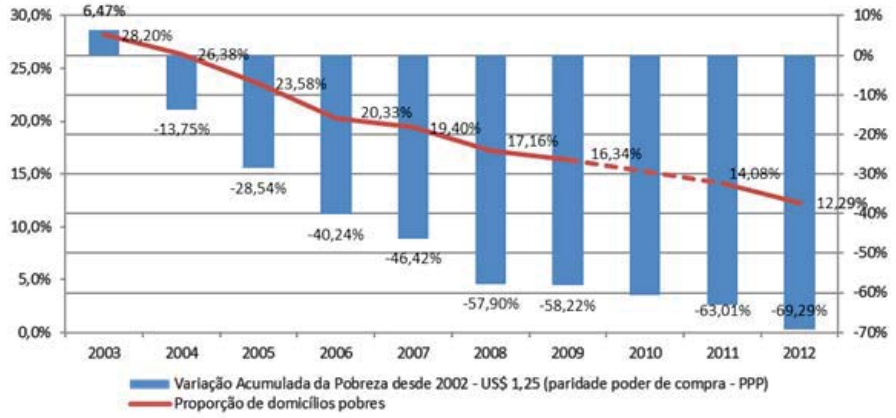
Ainda no que tange à redistribuição de renda, é sempre importante destacar que as políticas públicas de transferência de renda exercem efeitos multiplicadores sobre a economia nacional, em especial o Programa Bolsa Família (PBF), que apresenta impacto positivo não só na diminuição da desigualdade de renda, mas também no crescimento econômico.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2013, a partir da matriz de contabilidade social de 2009, cada R$ 1,00 gasto no programa é multiplicado em R$ 1,78 de aumento no Produto Interno Bruto (PIB) e de R$ 2,40 no consumo final das famílias.

Pelas suas políticas voltadas para a superação da pobreza, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) cita o Brasil como exemplo positivo, destacando, no estudo intitulado "Relatório do Desenvolvimento Humano 2014", o contínuo crescimento do IDH do Brasil em todos os indicadores. O referido estudo também ressalta que a política de valorização do salário mínimo amenizou os efeitos da crise de 2008 e colaborou para melhorar a distribuição da renda e, em última análise, aumentou a resiliência das pessoas e da economia.

Já uma combinação virtuosa de políticas públicas de curto e de longo prazos, por meio de transferências condicionadas do Programa Bolsa Família, promoveu a melhora da situação educacional e de saúde, especialmente dos mais jovens. No quadro a seguir, verifica-se redução consistente da pobreza no Brasil nos últimos dez anos.

VARIAÇÃO ACUMULADA DA POBREZA A PARTIR DE 2002 E A PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS POBRES, 2003-2012, BRASIL



Fontes: Ipea (2013) [1] e Ipeadata (2014), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).
Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação/SPO/MDS.
Nota: Dados de 2010 não foram divulgados por não ter sido realizada a Pnad.

1 Comunicados do Ipea nº 159: "Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE" (01/11/2013).

Estas medidas, conquistas marcantes da sociedade brasileira, permitiram, conforme Relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), "*The State of Food Insecurity in the World*", de 2014, que o País não mais constasse do Mapa Mundial da Fome.

Cabe enfatizar que o alcance desses resultados foi consequência da conjunção de diversas políticas, complementares entre si, com destaque para o Bolsa Família, o Programa Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa de Alimentação Escolar, o que reforça o caráter iminentemente multisetorial da política de combate à fome.

Ao se tratar de políticas intersetoriais, o BSM se coloca no âmbito das políticas sociais como o principal instrumento desenvolvido nos últimos quatro anos. Neste sentido, consolida o compromisso com investimentos do Governo Federal na área social por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, visando elevar a renda e as condições de bem-estar da população.

Por meio de estratégias múltiplas, tais como as de garantia de renda, a busca ativa, inclusão produtiva rural e urbana e de acesso a serviços socioassistenciais, já foram retiradas 22 milhões de pessoas da extrema pobreza. Sua implementação envolve 22 ministérios, além da parceria fundamental para seu êxito de Estados e Municípios, bancos públicos e o apoio do setor privado e terceiro setor.

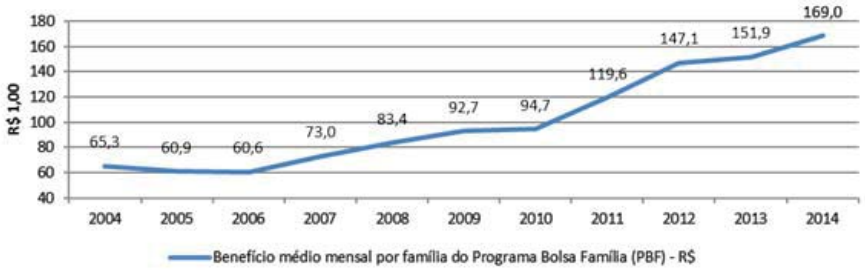
O BSM é composto por ações já existentes e consolidadas, assim como por iniciativas inéditas que possuem em comum a adesão ao objetivo da erradicação da extrema pobreza, envolvendo diversos ministérios que apoiam e consolidam investimentos na área social. O objetivo é ampliar as oportunidades, elevar a renda e as condições de bem estar da população mais pobre, considerando as realidades distintas do campo e da cidade. O plano está organizado em três eixos: i) o da garantia de renda, relativo às transferências monetárias para alívio imediato da situação de extrema pobreza; ii) o da inclusão produtiva, com oferta de oportunidades de qualificação, ocupação e renda ao público-alvo do Plano; e iii) o do acesso a serviços públicos, para provimento ou ampliação de ações de cidadania e de bem-estar social.

Fundamental na estratégia do BSM, o Cadastro Único para Programas Sociais, coordenado pelo MDS, é um instrumento de coleta de dados que registra em um sistema informatizado as famílias de baixa renda, entendida como aquelas cuja renda mensal é de meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos por família, e suas principais vulnerabilidades, visando garantir a eficácia na seleção do público beneficiado pelos programas sociais.

O público prioritário do BSM são os brasileiros que ainda se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal igual ou inferior a R$ 70,00, quando do lançamento do Plano, em 2011. Em junho de 2014, a linha de extrema pobreza passou de R$ 70,00 para R$ 77,00 mensais per capita. Este reajuste repercurtiu também no Bolsa Família, com o aumento do benefício básico e do Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP). Com isso, o benefício médio mensal aumentou de R$ 150,00 em 2013 para R$ 170,00 em 2014.

O benefício médio mensal pago a famílias que permaneciam em extrema pobreza após receberem o Bolsa Família era de R$ 132,00 em 2011 passando para R$ 242,00 em 2014, após superarem a extrema pobreza com o Brasil sem Miséria, um aumento de 83%.

EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO (R$) MÉDIO RECEBIDO PELAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF, 2004-2014, BRASIL



Fonte: Caixa Econômica Federal (2014). Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF), posição mês de dezembro dos respectivos exercícios, valores correntes.
Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação/SPO/MDS.

O Programa Bolsa Família (PBF), que abrangeu mais de 14 milhões de famílias, em 2014, se desenvolve em três eixos principais: a transferência de renda, as condicionalidades e os programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza, enquanto as condicionalidades induzem o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo a possibilitar aos beneficiários a superação da situação de vulnerabilidade. Desde a sua criação, o PBF vem se aperfeiçoando de modo a atender a quem realmente necessita. Uma mudança recente foi a implantação da parcela variável do Benefício para a Superação

da Extrema Pobreza (BSP), destinado a todas as famílias participantes do Programa que, mesmo após receberem esses benefícios, continuavam a ter renda per capita mensal inferior a R$ 77,00, independentemente da composição familiar. Por consequência, atualmente, nenhuma das famílias beneficiárias está abaixo da linha da extrema pobreza.

Para que os programas sociais, inclusive o Bolsa Família, cheguem a todas as famílias que deles necessitam, esforços estão concentrados na estratégia da Busca Ativa, que consiste basicamente na identificação e cadastramento de todas as famílias de baixa renda, especialmente aquelas em extrema pobreza.

A estratégia conseguiu a inclusão de aproximadamente 347 mil famílias extremamente pobres no Cadastro Único e imediatamente no Bolsa Família em 2014, totalizando 1,38 milhão de famílias desde o inicio do BSM. Além disso, estas famílias passaram a ter acesso aos vários programas e serviços destinados aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social.

Cumpre ressaltar que, para além do foco no segmento de renda mais baixa da população, as ações do Governo Federal buscam atingir também segmentos populacionais historicamente mais vulneráveis, como mulheres, jovens e a população negra.

No caso do PBF, por exemplo, 73% das famílias são negras (pretas ou pardas), no total, 93% das famílias beneficiárias têm mulheres como responsáveis e 71% das operações de microcrédito são realizadas por famílias beneficiárias do Programa. São também as mulheres as responsáveis por 87% das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, que realiza transferência de renda junto às famílias que desenvolvem atividades de conservação de florestas nacionais.

Juntamente ao Bolsa Família, diversos outros resultados obtidos no âmbito do BSM, no ano de 2014, merecem ser destacados. No eixo da inclusão produtiva nas áreas urbanas, em 2014, foram efetuadas 733 mil matrículas em cursos profissionalizantes (cursos de longa duração) no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec/Brasil sem Miséria.

Do lançamento da iniciativa em novembro de 2011 a dezembro de 2014, o total de matrículas foi de 1,6 milhão, superando a meta de 1,0 milhão, sendo que destes 67% são mulheres e 47% são jovens entre 18 e 29 anos. Dos cerca de 4,95 milhões de empreendedores que já se formalizaram por meio do Programa Microempreendedor Individual (MEI), houve a formalização de 349,9 mil pessoas inscritas no Cadastro Único como microempreendedoras, das quais 114,1 mil beneficiárias do Bolsa Família entre novembro de 2013 e setembro de 2014[2]. Quanto ao microcrédito produtivo, das 10,3 milhões de operações realizadas desde o início do programa, em setembro de 2011, 54% foram com pessoas inscritas no Cadastro Único e 35% com pessoas inscritas no Programa Bolsa Família.

Na área rural, para apoiar a estruturação da produção familiar no campo, o Governo Federal promove a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), com destaque para agricultores extremamente pobres registrados no Cadastro Único. Desde o início do BSM, foram contratados serviços para atender 358 mil famílias de agricultores.

Dessa forma, as famílias têm bons alimentos para consumo próprio, melhoram sua situação nutricional e geram excedentes para comercializar, aumentando sua renda.

Já o Programa de Fomento a Atividades Produtivas Rurais se utiliza da estrutura de Ater e repassa recursos financeiros não reembolsáveis a agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Em 2014, atingiu-se a marca de 147,4 mil famílias atendidas pelo Fomento, sendo que 92,2 mil famílias receberam o benefício nesse ano.

No tocante ao Programa Água para Todos, que visa à universalização do acesso e uso da água para o consumo humano (16 mil litros) e a produção alimentar (52 mil litros), só em 2014 foram 300,8 mil cisternas de consumo, totalizando 781,8 mil desde o começo do BSM, superando a meta de 750 mil. Os Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco se destacam como os principais destinos de instalação das cisternas.

Quanto às cisternas de produção e outras tecnologias sociais, foram entregues 60,8 mil apenas em 2014. Ao agregar o valor de 2014 às entregas dos anos predecessores pode-se afirmar que houve a superação da meta global do BSM de 76 mil para o período 2011-2014.

No eixo de acesso a serviços, o BSM leva os serviços públicos, especialmente os de saúde, educação e assistência social, às pessoas e localidades mais pobres do País. Além de garantir o acesso, expande a oferta e melhora a qualidade dos serviços prestados à população que mais precisa.

Merece destaque a ampliação dos serviços e equipamentos da Assistência Social. Em 2014, os destaques são os 236 novos Centros Pop, que atendem a pessoas em situação de rua com serviços cofinanciados, chegando a um total de 301 unidades desde o inicio do BSM, e a ampliação dos serviços de acolhimento, com criação de 6.000 novas vagas.

Na área da educação, a ação Brasil Carinhoso dá o estímulo financeiro aos Municípios para que eles aumentem a quantidade de vagas ocupadas por crianças do Bolsa Família em creches. Assim, instituiu-se a suplementação de 50% sobre o valor transferido pelo Governo Federal aos Municípios, por criança atendida pelas creches municipais ou conveniadas, desde que beneficiárias do PBF. Tal ação é operacionalizada por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Em 2014, 4.938 Municípios brasileiros identificaram 707,7 mil crianças com até 48 meses de idade beneficiadas pelo Bolsa Família no ensino infantil, ampliando os recursos recebidos para mantê-las, o que significa aumento de 56% em relação a 2013.

No caso da escola em tempo integral, a expansão do Programa Mais Educação prioriza regiões com maior incidência de pobreza

2 Datas de referência das bases enviadas pelo Ministério da Micro e Pequena Empresa.

e escolas com maior proporção de alunos do PBF – em 61% dessas escolas, equivalente a 35,7 mil estabelecimentos, a maioria dos alunos são beneficiários do PBF.

Na saúde, o Governo Federal lida com os males que mais acometem as crianças na primeira infância. Assim, no período de 2012 a 2014, foram distribuídas doses de vitamina A para 9,1 milhões de crianças entre seis meses e cinco anos.

Ainda, em 2014 foram pactuadas 6.864 creches para participar da primeira fase de implantação da estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – NutriSus, contemplando 330,4 mil educandos de creches em 1.717 Municípios.

No campo da Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) expressa a estratégia voltada para combater a exclusão, a pobreza e as desigualdades, contribuindo para a promoção da cidadania por meio da proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

O Suas é a instância que garante a descentralização das ações e organiza a transferência de recursos do Governo Federal para os Estados e Municípios para financiamento dos serviços, programas e projetos de assistência social, via Fundo Nacional de Assistência Social.

O Sistema se organiza em dois níveis de proteção social, a básica e a especial e atua por meio das unidades públicas de referência na prestação de serviços: o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Nesses Centros são ofertados ou referenciados os serviços socioassistenciais, entre os quais se destacam os Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) e o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (Peti).

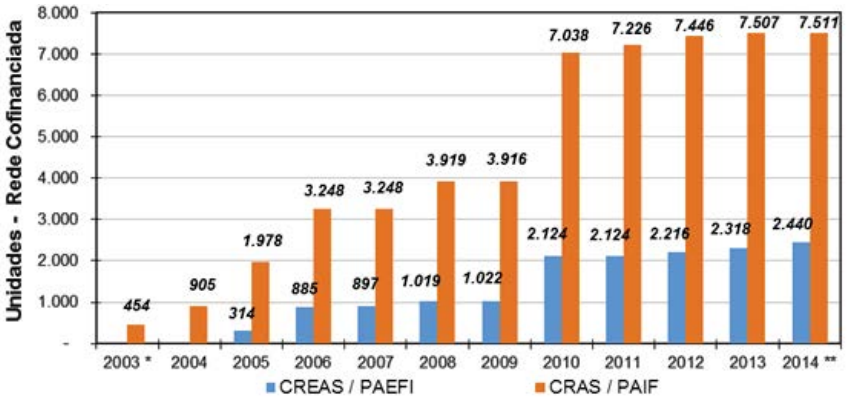
Ao mesmo tempo, como mecanismo de incentivo financeiro repassado da União aos Estados e Municípios com o foco no aperfeiçoamento da gestão do Suas, instituiu-se o Índice de Gestão Descentralizada (IGD Suas).

O Suas abrange também a oferta de benefícios assistenciais prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade.

Destaca-se ainda a constituição de Equipes Volantes da Assistência Social visando à oferta de serviços socioassistenciais às comunidades não atendidas nos equipamentos públicos (Cras e Creas), importante iniciativa na Busca Ativa que totalizou 1256 equipes ao final de 2014.

O gráfico a seguir mostra o crescimento da rede cofinanciada de Cras e Creas, no período de 2003 a 2014.

EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE EQUIPAMENTOS COFINANCIADOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2003-2014



Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social, MDS 2014.
Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação/SPO/MDS.

Destaca-se, no contexto do Suas, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e que consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade, bem como a pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Em ambos os casos, é necessário que a renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a 1/4 do salário mínimo vigente. Em 2014, a cobertura do BPC alcançou 4,1 milhões de beneficiários, sendo 2,25 milhões de pessoas com deficiência e 1,87 milhão de idosos, representando um investimento de R$ 35,9 bilhões. Já a Renda Mensal Vitalícia (RMV) viabiliza o pagamento de um salário mínimo vigente às pessoas com invalidez ou com 70 ou mais anos, amparadas pela Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.

A RMV é um benefício de origem previdenciária, extinto desde 1996, quando entrou em vigor a concessão do BPC, sendo mantidos na atualidade apenas aqueles benefícios então existentes, com base no pressuposto do direito adquirido. Em 2014, foram atendidos 180 mil beneficiários, com recursos de R$ 1,66 bilhão.

Correlacionado ao BPC, é importante destacar o BPC na Escola, que visa promover acesso e permanência na escola às pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, preferencialmente com idade até 18 anos, visando favorecer seu desenvolvimento e a inclusão social. Até dezembro de 2014, aderiram ao Programa mais de 4,6 mil Municípios, inclusive todas as capitais, o que contribui para a inclusão de mais de 435 mil beneficiários.

O cruzamento de dados entre os cadastros do BPC (Dataprev/MPS) e o Censo Escolar (Inep/MEC) aponta que mais beneficiários estão matriculados nas classes comuns do ensino regular – a proporção evoluiu de 29,53% (2007) para 70,16% (2012).

Das ações que estão em fase de ampliação, merecem destaque o Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), o Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho (BPC Trabalho) e o reordenamento do SCFV para crianças, adolescentes e idosos.

O BPC Trabalho visa promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência, prioritariamente na faixa etária de 16 a 45 anos, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e de outras políticas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho. Em 2014, o BPC Trabalho foi expandido para os 1.383 Municípios que aderiram ao Acessuas Trabalho. No período de 2013 a 2014, mais de 25,8 mil beneficiários foram visitados e 1,3 mil foram matriculados em cursos de qualificação profissional do Pronatec Brasil sem Miséria.

Cabe destacar também o Programa Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do Suas (CapacitaSuas), que tem como objetivo apoiar os Estados e o Distrito Federal na execução de seus planos estaduais de capacitação, na perspectiva de atender as agendas prioritárias de âmbito nacional.

Desde 2011, foram transferidos aos Estados e ao Distrito Federal recursos para a capacitação de 78,5 mil trabalhadores do Suas, tendo sido capacitados 25,6 mil. Para a execução do CapacitaSuas foi criada uma rede nacional formada por 121 Instituições de Ensino Superior presentes nas cinco regiões do País.

O Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (Cneas) disponibiliza informações relativas às ações socioassistenciais ofertadas pelas entidades privadas. O processo de informatização do Cneas, que se encontra em avançado estágio de implantação, aumentará a capacidade de monitoramento e avaliação da política de assistência social pelos gestores municipais.

Na área da segurança alimentar e nutricional, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) já conta com a adesão de todos os Estados, fortalecendo seu papel de articulação e promovendo a participação social e a intersetorialidade.

A construção do Sisan apresentou novos avanços, destacando-se o processo de monitoramento do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), com vigência no período de 2012 a 2015, pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Em 2013 foi elaborado, ainda, balanço da execução das ações do Plano, com vistas a subsidiar a IV Conferência +2 de Segurança Alimentar e Nutricional que foi realizada em março de 2014.

Integrante do Sisan, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi citado pelo Relatório da FAO como um dos instrumentos que possibilitou a saída do Brasil do Mapa da Fome.

O Programa tem a finalidade de incentivar a produção e a comercialização da agricultura familiar, apoiadas por um amplo conjunto de políticas de incentivo à agricultura familiar, que vão desde o crédito, seguro de preço e clima, bem como a assistência técnica e extensão rural, promovendo a geração de renda e a inclusão econômica e social deste segmento.

O PAA também proporciona o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável. Desta forma, a operação do programa articula e beneficia, simultaneamente, os produtores familiares e os consumidores de alimentos, gerando, neste contexto, o desenvolvimento rural e a segurança alimentar.

Em 2014, o Programa adquiriu alimentos de 88,8 mil agricultores familiares e os doou para mais de 20 mil entidades. Além disto, avançou-se na implementação do PAA por meio do novo instrumento o "Termo de Adesão" e na criação de duas novas modalidades a modalidade de Compra Institucional e Aquisição de Sementes e ainda foram definidas importantes medidas para o aprimoramento da gestão, do controle e da transparência do Programa.

PROGRAMA 2062 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A efetivação dos direitos da infância e adolescência no Brasil tem sido marcada por conquistas significativas a partir do final dos anos 80, em sintonia com a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1989, que introduziu novo paradigma, ao considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento que devem ser protegidas integralmente.

O Brasil também é signatário das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 182, que define as piores formas de trabalho infantil a serem proibidas e combatidas, e nº 138, que define a idade mínima para a admissão ao trabalho em cada País.

A partir da Constituição Federal de 1988, passou a ser vedado o trabalho às pessoas com menos de 16 anos, sendo permitida com excepcionalidade a condição de aprendiz para adolescentes de 14 e 15 anos e para aqueles entre 16 e 17 anos o exercício do trabalho é permitido desde que com vínculo formal, com restrições às ocupações que possam trazer dano físico, psíquico ou moral, sendo vedado o trabalho noturno.

O Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, regulamentou a vedação do tráfico de crianças e adolescentes, das atividades ligadas à exploração sexual comercial, do exercício de trabalho em 90 ocupações que envolvem riscos ou prejuízos à saúde e à segurança física (inclusive serviço doméstico) e de crianças e adolescentes até 18 anos.

O Peti foi criado em 1996, com o foco nas crianças com até 15 anos e gradualmente expandido nos anos seguintes para o enfrentamento da exploração do trabalho infantil em formas perigosas, penosas, degradantes ou insalubres, em locais como carvoarias, culturas de cana-de-açúcar e sisal, garimpos e lixões, dentre outros.

O modelo inicial compreendia atividades complementares à escola (Jornada Ampliada na Assistência Social) e ações de apoio e orientação às famílias, como a complementação de renda (Bolsa Criança Cidadã), e a promoção de qualificação profissional e geração de trabalho e renda.

Com a criação do MDS, em 2004, e do Suas, em 2005, o Peti foi transformado em ação continuada de assistência social, sendo seus recursos descentralizados por meio de transferências fundo a fundo, automáticas e regulares, em substituição à sistemática convenial adotada até então.

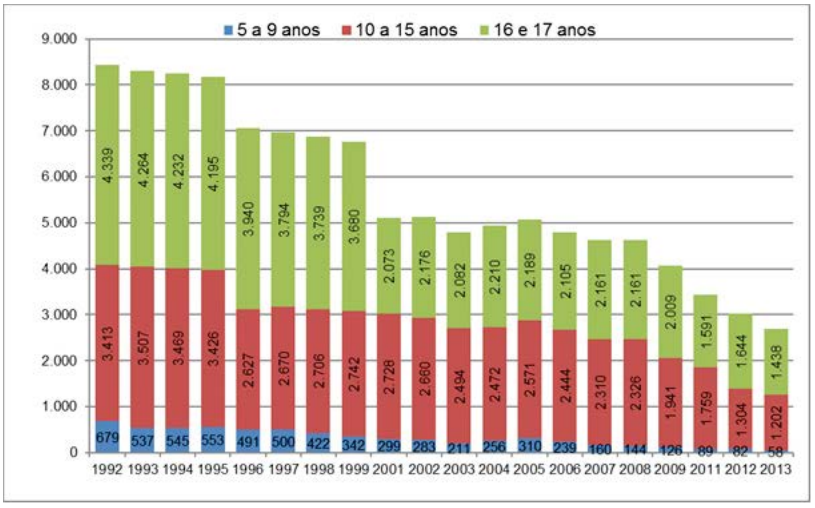
Visando racionalizar a gestão das transferências de renda, ainda em 2005, o pagamento da "Bolsa Peti" foi integrado ao Programa Bolsa Família (PBF), o que resultou na ampliação dos recursos transferidos diretamente às famílias com trabalho infantil e celeridade do recebimento, por meio do cartão magnético do PBF.

Com isso, evitaram-se possíveis sobreposições e duplicidades de pagamentos e foi retirada a intermediação direta da gestão municipal nos saques de benefícios. Assim, permaneceram recebendo benefícios diretamente à conta do Peti apenas um número residual de famílias que não atendem aos critérios de elegibilidade do PBF.

Entre 1996 e 2013, segundo as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) o número de crianças e adolescentes de cinco a 15 anos em trabalho infantil diminui de 3,1 milhões para 1,3 milhão, sendo que na faixa etária de cinco a nove anos houve praticamente a erradicação dessa situação (estima-se que 0,4% das crianças – 61 mil - nessa faixa etária exerçam atividades laborais, predominantemente de curta duração no apoio a atividades da família em área rural).

Houve também redução significativa na faixa etária de 10 a 15 anos (de 2,6 milhões para 1,2 milhão entre 1996 a 2013) e também no grupo de 16 a 17 anos (de 5 milhões para 1,9 milhão, no mesmo período) que não está afeto às ações do Peti, mas já recebe incentivos para permanência na escola, por meio do BVJ/ Bolsa Família desde 2008.

EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – BRASIL (1992-2013)



Fonte IBGE - PNAD (dados reponderados).
Nota - Excluídos ocupados como aprendizes e com vínculo formal de 16 e 17 anos.

A redução da incidência do trabalho infantil ao longo desse período reflete mudanças significativas nas características do próprio fenômeno, bem como avanços na estruturação do Suas, que demandaram ajustes na configuração do Peti.

Com efeito, o Censo IBGE (2010) revelou que o trabalho infantil se afasta cada vez mais de determinantes da pobreza: 40% das crianças e adolescentes de 10 a 15 anos que trabalhavam, residiam em domicílios com renda superior a meio salário mínimo, constituindo um grupo cujas famílias ultrapassam o perfil para programas de transferência de renda.

Além disso, as informações da Pnad (2013) mostram outros aspectos do fenômeno: 91,8% das crianças de cinco a 15 anos frequentavam a escola; 82% viviam em áreas urbanas; 58% eram trabalhadores familiares com remuneração; o valor médio mensal recebido pelo grupo que obtinha rendimentos com o trabalho superava R$ 300,00 e a renda domiciliar per capita era de R$ 512,00.

Esses resultados indicam que a ampliação de rendimento do trabalho e de oportunidades de inserção produtiva para milhões de famílias, vem alterando em grande medida as razões para que crianças e adolescentes busquem trabalho, dentre essas pode-se indicar, por exemplo, novas expectativas de consumo por parte de crianças e adolescentes que vivem em famílias de todas as faixas de renda.

Afirma-se também, por outro lado, a disposição para adiar a entrada no mercado de trabalho tendo concluído o ensino médio, verificando-se a diminuição da participação no mercado de trabalho dos adolescentes até 18 anos de forma recorrente durante esse período.

Pelos dados da Pnad 2013, 82% dos que se encontram em trabalho infantil estão na faixa de 14 a 17 anos, e tem como característica comum o atraso escolar e a informalidade do exercício do trabalho, em geral no apoio dos negócios dos pais, invisibilizados e em atividades de menor alcance das ações de fiscalização.

Este novo cenário que indicava as dificuldades das politicas públicas para erradicar o trabalho infantil tornou-se mais claro após a elaboração do PPA 2012-2015 (em meados de 2011).

Assim, o Programa 2062 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, do Plano Plurianual 2012-2015, tem como objetivos, de forma resumida:

- a promoção dos direitos de crianças e adolescentes;
- a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos;
- a estruturação dos conselhos tutelares;
- a indução ao desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes; e
- a ampliação, qualificação e articulação de programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situações proibidas de trabalho.

Este último encontra-se sob a responsabilidade do MDS e inclui a ação de fiscalização do MTE, já os demais estão sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH).

Portanto, a responsabilidade do MDS nesta temática se encontra no enfrentamento ao trabalho infantil, e no Programa 2062 que abrange apenas uma parte das ações do MDS direcionadas à proteção social de crianças e adolescentes, política esta que

institui discussões nas instâncias colegiadas de assistência social visando constituir mecanismos diretos, racionais e simplificados de ações voltadas à superação do trabalho infantil, principalmente por meio dos Programas 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e 2019 – Bolsa Família e no Peti.

Em razão das mudanças no perfil de crianças e adolescentes no trabalho infantil, de 2013 para 2014, o Peti passou por um processo de redesenho, amplamente debatido com atores sociais, pactuado com gestores das demais esferas e deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti) e com o Sistema de Justiça.

O atendimento às crianças e adolescentes deixou de ser executado em núcleos específicos do programa, passando a ser realizado diretamente pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ofertado no âmbito da Proteção Social Básica do Suas, com evidente ação preventiva em muitas comunidades, e buscando evitar segmentações e estigmas e, além de proporcionar trocas de experiências entre os adolescentes de diferentes idades.

A metodologia de grupos por faixas etárias foi aperfeiçoada e as crianças e adolescentes em situação de trabalho passaram a constituir o público prioritário do SCFV, juntamente com outros grupos em situação de vulnerabilidade.

No modelo anterior, os núcleos do Peti estavam presentes em 3.576 Municípios. Com o reordenamento do Peti e do SCFV (Portaria MDS n° 134, de 28 de novembro de 2013), a cobertura a esse público alvo foi ampliada para 5.038 Municípios.

Com o redesenho do Peti, foram fortalecidos os papéis de gestão e articulação da rede de proteção, prevendo-se a realização de ações estratégicas que combinam:

- articulação intersetorial com as áreas de Educação (Integração entre o SCFV e o Programa Mais Educação – Instrução Operacional e Manual de Orientações nº 01 SNAS/MDS e SEB/MEC, de 18 de dezembro de 2014), Saúde, Cultura, Trabalho, Direitos Humanos e Ministério(s) Público(s);
- instituição de cofinanciamento para apoio à gestão das ações nos Estados e nos Municípios de maior incidência;
- fortalecimento da prevenção, por meio da ampliação da cobertura e abrangência do público atendido pelo SCFV;
- incremento da Busca Ativa pelas Equipes Volantes (Cras) e de Abordagem Social (Creas e Centro Pop) e inclusão no Cadastro Único (Instrução Operacional Conjunta nº 02 Senarc/SNAS/MDS, de 05 de agosto de 2014), orientando a identificação das famílias com trabalho infantil, independentemente da faixa de renda das famílias.

O acesso aos principais serviços socioassistenciais por parte do público alvo das ações de enfrentamento ao trabalho infantil no período mais recente pode ser observado com base nos aplicativos Registro Mensal de Atendimentos (RMA) e Sistema de Informação do Serviço de Convivência (Sisc).

Os dados desses sistemas são informados ao MDS pelas unidades Cras e Creas. Deve-se ressaltar que os números do RMA referem-se apenas ao atendimento nessas unidades. Contudo, a oferta do serviço de convivência (SCFV) também ocorre em outras unidades públicas ou entidades privadas, referenciadas ao Cras.

Implantado em 2014, em 5.038 Municípios do País, o Sisc é o instrumento que permite monitorar o acesso ao SCFV. De acordo com o Sisc (posição em 09/01/15), no conjunto da rede socioassistencial (incluindo todas as unidades estatais e entidades privadas), participavam de grupos na faixa etária de seis a 15 anos mais de 923 mil usuários.

Desse total, 540 mil se encontravam em alguma das situações prioritárias e, entre estes, cerca de 154 mil em situação de trabalho infantil.

Esse hiato entre o número de crianças registradas em situação de trabalho infantil e o total de usuários nessa faixa etária reflete o papel preventivo do serviço, bem como a dinâmica de casos individuais (crianças que saíram da situação de trabalho após o ingresso no serviço).

Com relação à transferência de renda, observa-se, até 2013, elevação do montante dos benefícios do Bolsa Família destinados a famílias com registro de trabalho infantil no Cadastro Único. Em valores nominais, os recursos correspondiam a R$ 695,5 milhões, em 2010, evoluindo para R$ 786,3 milhões em 2013.

Em 2014, pela primeira vez, a demanda desse grupo de famílias apresentou decréscimo, para R$ 648,4 milhões (-17,5%), em decorrência da redução do número de famílias (beneficiárias do PBF, com registro de trabalho infantil), de 292 mil (dezembro/2013) para 214 mil (dezembro/2014), o que demonstra o acerto das novas ações visando a redução do trabalho infantil.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – BENEFÍCIOS TRANSFERIDOS A FAMÍLIAS COM REGISTRO DE TRABALHO INFANTIL (2010-2014)

ANO	VALOR (R$ mil)
2010	695.563
2011	705.499
2012	707.652
2013	786.297
2014	648.405

Fonte: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc).

A redução do número de famílias é reflexo direto da queda das ocorrências de trabalho infantil e da combinação de diversos fatores, dentre os quais:

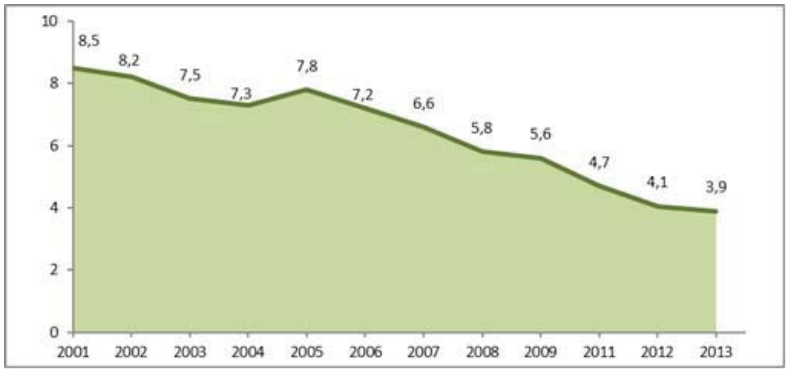
- i) maior qualidade do Cadastro Único, que exclui casos em razão da mudança de faixa etária;
- i) mudanças das características do trabalho infantil no período mais recente; e
- iii) situação atual de enfrentamento, ao núcleo constituído pelas piores formas, como trabalho doméstico, tráfico de drogas e exploração sexual, de difícil identificação e, portanto, de menor inclusão no Cadastro Único.

Com relação à "Bolsa Peti" que passou a ser residual à medida que foi integrada ao Programa Bolsa Família, a média mensal de famílias que efetivamente tem recebido os benefícios vem se reduzindo a cada ano: de 16.788 em 2012, para 12.307 em 2013 e 10.805 (de janeiro a julho/2014, último mês consolidado).

Como resultado da interação de diversos fatores de natureza econômica, social e demográfica e das intervenções governamentais voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil, verifica-se consistente redução da proporção de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Como se observa, na série histórica apresentada no gráfico seguinte, a taxa de trabalho infantil foi reduzida de 8,5% (2001) para 3,9% (2013).

TAXA DE TRABALHO INFANTIL (05-15 ANOS) [3] – BRASIL (2001-2013)



Fonte: PNAD/IBGE

3 No período 2001 a 2003, a PNAD não abrangia a área rural da Região Norte. A Pnad não é realizada nos anos em que o IBGE realiza censos populacionais, no caso, 2010.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2062 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Em 2013, os gastos com o SCFV totalizaram R$ 729,6 milhões (dos quais R$ 193,1 milhões a cargo do Peti, ação 2060; e R$ 536,5 milhões para as crianças, adolescentes, jovens e idosos, na ação 2A60), tendo evoluído em 2014 para R$ 595,4 milhões (na ação 2A60).

Especificamente em relação ao objetivo 0829, do Programa 2062, em 2013 as ações apresentaram execução de R$ 200,5 milhões, destinados ao cofinanciamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (R$ 193,1 milhões) e à concessão da "Bolsa Peti" para famílias com situações de trabalho infantil, que não atendem aos critérios do Bolsa Família (R$ 6,2 milhões do próprio exercício e R$ 1,1 milhão de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores).

Com o reordenamento do Peti, o SCFV ofertado a todos os grupos etários passou a ser cofinanciado pela ação 2A60 – Serviços de Proteção Social Básica, do Programa 2037 – Fortalecimento do Suas, resultando na expressiva redução do gasto verificado no objetivo 0829.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS REFERENTES AO OBJETIVO 0829

O objetivo 0829, de responsabilidade do MDS, é integrado por duas iniciativas: i) manter, expandir e qualificar os serviços de proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil e suas famílias, combinado com a transferência de renda (executada pela Secretaria Nacional de Assistência Social, do MDS); e ii) intensificar a fiscalização para erradicação do trabalho infantil em situação de emprego, com prioridade para as atividades da lista das suas piores formas, a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No âmbito do MDS, o objetivo previa, originalmente, duas ações orçamentárias: o cofinanciamento federal à oferta dos serviços socioeducativos (ação 2060) e a concessão da "Bolsa Peti" (ação 8662). Com os redesenhos do Peti e do SCFV, a partir da competência de outubro de 2013, o cofinanciamento para o Serviço de Convivência (SCFV) passou a ser coberto pela ação 2A60 – Serviços de Proteção Social Básica e as Ações Estratégicas pela ação 2A65 – Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, ambas do Programa 2037 – Fortalecimento do Suas, restando neste Objetivo, portanto, apenas os gastos com a "Bolsa Peti" (ação 8662), destinada ao número residual de famílias com trabalho infantil que não atendem aos critérios de elegibilidade do PBF.

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulada	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Realizar 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil	Fiscalizações	25.000	7.370	15.731	25.530	102,1%	SIT/MTE*
Reduzir progressivamente a incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação	percentagem	-	4,1	3,9	n/d	-	PNAD/IBGE**

* Secretaria de Inspeção do Trabalho/Ministério do Trabalho e Emprego
** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

De acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (Siti), em 2014 o MTE empreendeu 9.799 ações fiscais com foco na erradicação do trabalho infantil, totalizando 25.530 ações, no triênio. Essas ações resultaram no afastamento de 19.317 crianças e adolescentes do trabalho infantil, das quais 5.522 no último ano, sendo 3.157 crianças e adolescentes (de 0 a 15 anos) e 2.365 adolescentes (de 16 a 17 anos). Deste modo, os resultados alcançados no período 2012-2014 já se mostram superiores à meta do quadriênio.

A redução progressiva da incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação, tem sido verificada a cada ano. Segundo a Pnad (IBGE), a taxa de trabalho infantil no grupo etário específico do Peti (cinco a 15 anos), recuou de 4,7% (2011) para 4,1% (2012) e 3,9% (2013), mantendo a tendência de queda verificada desde o início da década passada.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUALITATIVAS REFERENTES AO OBJETIVO 0829

Elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil sem Miséria e integrando Municípios ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti): o redesenho do Peti definiu a realização de ações estratégicas junto aos Estados e Municípios com maior incidência de trabalho infantil. Em 2014, todos os Estados, o DF e 958 Municípios aceitaram o cofinanciamento federal, sendo destinados recursos de R$ 55,3 milhões para ações de gestão do programa (Portaria MDS nº 63, de 29 de maio de 2014).

Nesse período de implantação do redesenho, a agenda do Programa envolveu amplo processo de articulação intersetorial, contando com a realização de um encontro nacional promovido pelo MDS em parceria com o MTE, Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e Ministério da Educação (MEC) e seis encontros intersetoriais regionais, que reuniram mais de 1.000 representantes das três esferas de Governo e da sociedade civil, com o objetivo de orientar a implementação das ações pelos Municípios.

Estão previstos 27 encontros estaduais para planejar e acelerar a implementação de ações estratégicas do Peti nos Municípios.

Elevar o número de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, pertencentes a famílias que recebem transferência de renda, com frequência suficiente às atividades socioeducativas e de convivência: com relação a esta meta, deve-se salientar que a condicionalidade ao serviço socioeducativo de frequência fazia parte da concepção inicial do Peti e a inserção do Peti no Suas, o público alvo passou a acessar ações permanentes da rede socioassistencial e a transferência de renda, principalmente pelo Bolsa Família, o qual já estabelece condicionalidades de saúde e educação.

Elevar o percentual de famílias beneficiárias do Peti acompanhadas pelos Creas e Cras, conforme parâmetros nacionais: visando elevar o percentual de famílias beneficiárias do Peti acompanhadas pelos Creas e Cras, de acordo com o RMA, no segundo semestre de 2013, foram inseridas em acompanhamento um conjunto de 90.743 famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, sendo 82.275 famílias no Paif/Cras e 8.468 famílias no Paefi/Creas. No primeiro semestre de 2014 foram inseridas mais 37.524 famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, sendo 32.930 famílias no Paif/Cras e 4.594 famílias no Paefi/Creas. Os dados relativos ao 2º semestre de 2014 ainda se encontram em processamento.

Realizar a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, em 2013: em relação à realização da III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, o evento ocorreu em Brasília de 08 a 10 de outubro de 2013, com 1200 participantes de Governos e organizações nacionais e internacionais de 155 países.

Foi uma oportunidade de compartilhamento de esforços e lições aprendidas até aquele momento pelos diferentes atores presentes. Ao final, foi aprovada a Declaração de Brasília contra o Trabalho Infantil, que reafirmou a manutenção e intensificação dos esforços para a erradicação sustentável do trabalho infantil, em particular de suas piores formas.

A mobilização conjunta de trabalhadores, empregadores e sociedade civil em torno da conferência - que contou com especialistas como o Premio Nobel da Paz Kailash Sartyarti, dentre outros – levou o Conselho de Administração da OIT a incluir em suas atividades as recomendações dessa Declaração, no primeiro semestre de 2014.

Como resultado adicional dessa Conferência, tanto América Latina quanto o Sudeste da Ásia reforçaram ações de combate ao trabalho infantil por meio de Iniciativas Regionais.

Todos os temas da Conferência foram objeto de debate prévio por meio de uma plataforma on-line (www.childlabourdialogues.org) que contou com o envolvimento de cerca de 19 mil pessoas.

Suas contribuições estão consolidadas nos textos e relatórios da III CGTI disponíveis no sítio da conferência: www.childlabour2013.org. Foi também aprovada a oferta do Governo da Argentina para sediar a próxima Conferência Global sobre a Erradicação Sustentada do Trabalho Infantil em 2017.

PROGRAMA 2069 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do MDS, engloba as ações de:

- i) fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan (Objetivo 0377),
- ii) da Rede de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional - bancos de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e as centrais de recebimento e distribuição de produtos da agricultura familiar (Objetivo 0378),
- iii) de Educação Alimentar e Nutricional (Objetivo 0379),
- iv) do Programa Cisternas (Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Objetivo 0614);
- v) de Fomento e estruturação da produção familiar e inclusão produtiva (Objetivo 0615) e
- vi) do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Objetivo 0380, o qual está detalhado adiante.

Atualmente, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) conta com a adesão de todos os Estados e do DF, o que fortalece o seu papel articulador e promotor da participação social e da intersetorialidade nas políticas de segurança alimentar e nutricional.

Em 2014, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) revisou o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan 2012/2015) e publicou o

documento intitulado Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para subsidiar a "IV Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional +2", realizada em março de 2014.

No âmbito do Plano Brasil sem Miséria, o MDS, por meio do Programa Cisternas, tem operacionalizado importante parte da meta pactuada de acesso à água, integrada ao eixo de inclusão produtiva rural e dentro da premissa da convivência com o semiárido.

Apenas em 2014 foram entregues pelo Programa Cisternas 111.465 cisternas de placas de 16 mil litros, resultado esse que possibilitou inclusive a superação da meta estabelecida para o MDS no âmbito do BSM e do Programa Água para Todos.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, criado em 2011, também integra o Plano Brasil sem Miséria e, por meio da parceria entre o MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), articula a oferta de assistência técnica e extensão rural (Ater) e o repasse de recursos financeiros não reembolsáveis a agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária que estejam em situação de extrema pobreza e incluídos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Entre 2012 e 2014, já haviam sido incluídas no Programa 147,4 mil famílias, sendo 92,2 mil novas famílias em 2014.

Atualmente, o Programa é operado em vinte Estados, com maior concentração de beneficiários nas regiões Nordeste e Norte, onde a extrema pobreza rural também é mais significativa.

Em relação ao fortalecimento da Rede de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, atualmente existem em funcionamento no País 78 Bancos de Alimentos, 99 Restaurantes Populares e 158 Cozinhas Comunitárias.

Atualmente, encontram-se em modernização aproximadamente 1.500 Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar/Unidade de Apoio à Agricultura Familiar (UADAF).

O Objetivo 0380 – Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição possui metas que dizem respeito ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e à Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos (ADA).

O PAA é executado por meio de seis modalidades implantadas com recursos oriundos do MDS (Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite, Apoio à Formação de Estoques, Compra Institucional e Aquisição de Sementes). Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) também aportar recursos para execução da modalidade Apoio à Formação de Estoques.

Para atingir seus objetivos, o PAA tem por unidades executoras a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que celebra Termo de Cooperação com o MDS, e Estados e Municípios, que celebram convênios – no caso da modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite –, e/ou assinam Termo de Adesão com o MDS para o caso de operarem a modalidade Compra com Doação Simultânea.

Durante os anos de 2012 a 2014, foram realizadas ações para ampliação e qualificação do PAA, visando acesso a alimentos adequados, inserção de povos e comunidades tradicionais, mulheres e o abastecimento alimentar dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Para tanto, o marco legal do programa foi revisado pelo Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014 e novas Resoluções do Grupo Gestor do Programa.

A nova forma de execução implementada, o Termo de Adesão, substituiu os convênios na operacionalização do PAA. Este novo formato permitiu a adesão de 714 Municípios, diretamente[4], 24 Estados e o Distrito Federal, totalizando a participação no PAA por adesão em 1.622 Municípios, possibilitando o pagamento diretamente ao beneficiário fornecedor por meio de cartão. O Termo de Adesão é executado totalmente por meio de sistema informatizado que promove melhor acompanhamento da sua execução.

Com o intuito de simplificar as compras públicas de alimentos, foi criada a modalidade Compra Institucional, que permite aos Estados, Municípios e órgãos federais da administração direta e indireta a compra, com seus próprios recursos, de produtos da agricultura familiar com dispensa de licitação, utilizando-se chamadas públicas nos moldes do PAA, para atender às demandas de alimentação de hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

Entre os diversos benefícios proporcionados pela nova modalidade, destacamos o estímulo à produção local, com a abertura de mais uma forma de comercialização para os agricultores familiares, ao mesmo tempo em que proporciona a oferta de refeições com produtos mais frescos e diversificados, contribuindo para a segurança alimentar de seus consumidores.

4 O Termo de Adesão pode ser executado diretamente entre MDS e Município ou entre MDS e Estados, que selecionam os municípios que participarão do programa. Assim, considerando-se todas essas situações, temos o total de 1.622 Municípios participantes que estão aptos a operar a modalidade Doação Simultânea por meio de Termo de Adesão.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2069 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - R$ 1,00

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0380	No Exercício[1]	404.115.112,72	527.337.014,23
	RPNP[2]	185.288.070,85	155.425.494,88
	Gastos Tributários		
Total do Objetivo		**589.403.183,57**	**682.762.509,11**

Fonte: Siafi.
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
Nota: Em 2014, os valores executados com dotações orçamentárias do MDS foram de R$ 495.450.429,15 (referente ao próprio exercício) e de R$ 155.425.494,88 (referente a RPNP), o que totaliza R$ 650.875.924,03. Já em 2013, os valores foram de R$ 383.903.841,74 (referente ao exercício) e R$ 175.215.785,66 (RPNP), que, somados, resulta em R$ 559.119.627,40.

O quadro a seguir detalha a realização das metas quantitativas associadas ao Objetivo 0380. Inicialmente, é importante esclarecer que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) possui diversas Unidades Executoras (Estados, Municípios e a Conab) e que estas encaminham as informações de execução do programa trimestralmente, tendo até 90 dias a partir do fim do ano fiscal para encaminhar ao MDS a prestação de contas do exercício. Desta forma, os dados apresentados a seguir para os anos de 2012 e 2013 estão consolidados e, para o ano de 2014, são preliminares. Ressalta-se que os dados relativos ao exercício de 2014 só estarão completos a partir de março de 2015.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS REFERENTES AO OBJETIVO 0380

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulada	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas	Agricultores familiares, povos, comunidades tradicionais e indígenas.	25.000	5.860	6.830	9.222*	36,9	MDS e MDA
Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes.	%	35	29	37	41*	117,1	MDS e MDA
Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos					8.560*		MDS e MDA
Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 45% dos agricultores participantes enquadrados como público do Plano Brasil sem Miséria.	%	45	45	53	56**	124,4	MDS e MDA
Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados como público do Brasil sem Miséria.	Agricultores familiares	45.000	3.061	7.004	11.563*	25,7	MDS e MDA
Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos Estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado	%	60	42,5	53	53*	88,3	MDS e MDA

* Fonte: Siop, posição de setembro 2014.
** Fonte: Siop, referente ao primeiro semestre de 2014.

Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas: o PAA figura entre as ações do Plano Nacional de Agroecologia, com previsão de recursos e metas especificas para a dinamização do mercado da produção agroecológica e produtos orgânicos.

Para dinamização dessa produção, foram realizadas atividades de formação e divulgação entre organizações da agricultura familiar e, sobretudo, entre técnicos que realizam atividades com esse público, especificamente na região Norte do Brasil.

Dessa forma, foi possível identificar, durante a vigência do PPA 2012-2015, considerando dados acumulados até o mês de setembro de 2014, 9.222 agricultores que comercializaram produtos orgânicos no PAA, sendo 5.860 em 2012, 970 em 2013 e 2.392 em 2014.

Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes: a participação de mulheres no PAA vem crescendo nos últimos anos: 26% (2011), 29% (2012), 37% (2013) e 41% (2014 – dados preliminares).

A ampliação dessa participação deve-se, principalmente, aos efeitos da Resolução nº 44/2011 do Grupo Gestor do PAA, que fomenta a participação de mulheres no Programa, e, também, às atividades de formação, divulgação e capacitação que MDS e MDA vêm realizando em parceria com a Conab e os movimentos sociais.

Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos: para que haja ampliação da participação deste público, o MDS, em parceria, sobretudo com os demais operadores das ações do Plano Brasil sem Miséria, vem participando de ações de capacitação e divulgação do PAA junto aos técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural para que identifiquem as potencialidades dos grupos prioritários assistidos de forma que possam ser inseridos no PAA.

Estas ações são contínuas e, ao longo da vigência do PPA, o Programa adquiriu alimentos de 8.560 agricultores classificados como povos e comunidades tradicionais, sobretudo quilombolas, indígenas e pescadores artesanais.

Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 45% dos agricultores participantes enquadrados como público do Plano Brasil sem Miséria: os executores do PAA, em parceria com os operadores das ações do Plano Brasil sem Miséria (BSM) vêm elaborando estratégias de inclusão produtiva dos agricultores familiares assistidos pelo BSM no PAA.

Ainda, as equipes do MDS participaram de nove cursos de formação para agentes de Ater, tendo sido capacitados 280 técnicos na promoção do acesso do público BSM ao PAA.

Diante disso, verifica-se o crescimento da participação do público do BSM no PAA – segundo dados preliminares, 56% dos beneficiários fornecedores do PAA estavam inseridos no Cadastro Único.

Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados como público do Brasil sem Miséria: somadas a execução MDA e MDS durante a vigência do PPA, considerando dados de 2014, no total da modalidade, foram atendidos 11.563 agricultores do BSM.

Cumpre esclarecer que a execução abaixo da média até o momento se deu, em parte, pela decisão do Grupo Gestor do PAA de vetar a quitação em produto das Cédulas de Produto Rural (CPR) formalizadas no âmbito desta modalidade, permitindo apenas a quitação financeira, o que fez com que as cooperativas refreassem a adesão à modalidade Apoio à Formação de Estoques.

Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos Estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado: de acordo com os dados de execução, foi possível observar que 53% dos agricultores que acessaram o PAA estão nas regiões Norte e Nordeste.

Esses dados refletem os resultados de capacitações e atividades realizadas nas regiões prioritárias, apresentando, no entanto, o desafio de promover ainda mais a inserção do público da região Norte, o que vem sendo realizado, sobretudo por meio das capacitações do Plano Brasil sem Miséria.

Com relação ao percentual de acesso da região Nordeste, cabe salientar que a forte seca prejudicou a produção e, consequentemente, a venda dos alimentos ao PAA.

RESULTADOS ALCANÇADOS NAS METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0380

Expandir a destinação dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos para as redes socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição: conforme estabelece o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, são consideradas entidades beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aquelas classificadas como sendo parte da rede socioassistencial, equipamentos de alimentação e nutrição, ações de alimentação e nutrição financiadas pelo Poder Público e, pela rede pública e filantrópica de ensino, que atendam indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e forneçam alimentação a estes.

À luz do Decreto, o MDS vem realizando esforço de normatização dos destinos dos alimentos adquiridos pelo PAA. Nesse contexto, foi publicada a Resolução nº 62 do Grupo Gestor do PAA, em 24 de outubro de 2013, a qual dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do PAA.

A Resolução define, entre outras coisas, o conceito de "unidade recebedora", organização formalmente constituída no âmbito da rede socioassistencial e dos equipamentos de alimentação e nutrição (art. 2º, incisos IV e V).

Também neste sentido, o Manual Operativo do Termo de Adesão[5], modalidade Compra com Doação Simultânea, publicado em 2014, faz referência à Resolução nº 62 e orienta, aos seus parceiros, priorizar as entidades que servem refeições regularmente e que atendem públicos prioritários em situação de insegurança alimentar.

Implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e gestão do Programa de Aquisição de Alimentos, que permitam a expansão qualificada do Programa, bem como a transparência nas operações realizadas no seu âmbito: o PAA Data é uma ferramenta disponível na Internet que reúne as informações de todos os executores do PAA (Conab, Estados e Municípios) e de todas as modalidades, permitindo ao público consultas sobre dados de execução em diversos níveis de agregação das informações.

Os dados são atualizados trimestralmente, e podem ser consultados por Estado, Município, modalidade, executor, agricultores familiares e entidades recebedoras.

O Sistema de Informações do PAA – SISPAA é um sistema de operação e implementação do PAA via Termo de Adesão para a modalidade Compra com Doação Simultânea, que permite ao MDS acompanhar o Programa desde a elaboração da proposta, passando pela execução e chegando ao pagamento aos agricultores fornecedores.

O SISPAA permitiu aperfeiçoar o acompanhamento e gestão do PAA e o avanço do Termo de Adesão de 37 Municípios, em 2012, para 257, em 2013, avançando na execução de 9 para 138 Municípios. Em 2014, 714 Municípios haviam aderido ao PAA. Com relação aos Estados, em 2012 um Estado executou via Termo de Adesão e em 2013 foram cinco Estados executores.

Já em 2014, 24 Estados e o Distrito Federal aderiram ao PAA.

Cabe mencionar que a Conab, órgão com o qual o MDS celebra Termo de Cooperação para execução do PAA, desenvolveu, nos últimos anos, sistemas informatizados para inserção de propostas de participação no PAA por organizações da agricultura familiar, e de gestão do programa no âmbito do Termo de Cooperação, contribuindo para o aprimoramento da gestão e da transparência do Programa.

Qualificar, em articulação com parceiros institucionais, o fornecimento de alimentos aos grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e integrá-los aos programas sociais e de inclusão produtiva, visando a sua melhoria socioeconômica: desde 2013, a Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) passou a utilizar também a modalidade Compra Institucional do PAA para adquirir alimentos da agricultura familiar para compor as cestas de alimentos, procedimento que antes era realizado, exclusivamente, por meio de pregão eletrônico, para atender a grupos populacionais específicos (acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, movimento dos atingidos por barragens, indígenas e pescadores artesanais) em situação de insegurança alimentar, assim como atender àquelas populações atingidas por situações de emergência ou calamidade pública.

Em 2014, o montante orçamentário da ADA foi mantido igual ao de 2013 (R$ 82 milhões). Com este valor, foram fornecidas 30 mil toneladas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma regular, tendo sido atendidas 260.768 famílias em todos os Estados.

Foram ainda atendidas 91.936 famílias atingidas pela seca/chuva/situação de emergência ou calamidade pública, com 3,7 mil toneladas de alimentos, em 19 Estados.

Além disso, a gestão da ADA vem sendo aprimorada, juntamente com seus órgãos parceiros, para que os grupos populacionais específicos atendidos pela ação tenham acesso a outros programas sociais, por meio de sua inclusão no CadÚnico.

5 Manual Operativo Modalidade Compra com Doação Simultânea – Operação por meio de Termo de Adesão, disponível em http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/manualPAA_06.03.pdf/download.

4.26. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

O Plano Brasil Maior (PBM) constituiu a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do Governo Federal para o período de 2011 a 2014 e definiu como foco de atenção o fortalecimento da capacidade competitiva nacional.

Estimulando a criação de novas competências e a consolidação de um ambiente propício aos negócios, voltou-se para a promoção de um aumento sustentado da produtividade da indústria brasileira, por meio do apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. Considerando o ambiente internacional, desempenhou um importante papel no enfrentamento dos efeitos da crise, exercendo uma função anticíclica essencial para a manutenção de postos de trabalho e para a criação de condições sistêmicas de competitividade associadas ao custo da produção industrial. Adicionalmente, pela sua abrangência setorial, pela escala geográfica de influência e pelo volume de recursos alocados, tem contribuído para um projeto de desenvolvimento nacional que incorpora objetivos de inclusão produtiva, qualificação profissional, sustentabilidade ambiental e fortalecimento regional.

Os projetos e as atividades ligadas à formulação e execução de políticas públicas de desenvolvimento produtivo no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) estão pautados pelo objetivo fundamental de aumentar a competitividade e o desenvolvimento produtivo, e estão refletidos nas Agendas do Plano Brasil Maior (PBM).

PROGRAMA 2023 – COMÉRCIO E SERVIÇOS

O Programa 2023 - Comércio e Serviços estabelece objetivos, metas e iniciativas voltadas para o desenvolvimento do setor terciário por meio de ações coordenadas entre o setor público e privado que viabilizem o fortalecimento das relações comerciais entre os elos das cadeias produtivas brasileiras; o estímulo às melhores práticas de comércio de bens e serviços; o atendimento excelente, que se traduz no ciclo virtuoso de capacitação de mão de obra e registro positivo das relações de consumo; as melhores ofertas, por meio de maior acesso a bens e serviços diversificados e com crescente qualidade; e a inserção das empresas de comércio e serviços no cenário do comércio internacional.

Até o terceiro trimestre de 2014, no acumulado de quatro trimestres, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor terciário, formado por comércio e serviços, respondeu por 69,82% do valor adicionado do Produto Interno Bruto (PIB). Outro dado relevante é que o setor comércio e serviços, no acumulado de janeiro a novembro de 2014, de acordo com os dados atualizados do Cadastro Geral e Empregados e Desempregados (Caged/MTE), correspondeu a 86% do saldo total de empregos gerados com carteira assinada, ao adicionarem, respectivamente, 191 mil e 614 mil postos de trabalho.

Entre janeiro e novembro de 2014, dados da conta de serviços do Balanço de Pagamentos, divulgados pelo Banco Central do Brasil, indicam que o comércio exterior de serviços apresentou receita de US$ 37,4 bilhões e despesas da ordem de US$ 81,1 bilhões, acumulando no período um déficit de US$ 43,7 bilhões, que representa elevação de 1,9% frente o déficit de US$ 42,9 bilhões relativo ao mesmo período em 2013.

Objetivo 0824 - Estimular o Processo de Ativação Econômica Sustentável dos Segmentos de Comércio e Serviços, Contribuindo para o Crescimento da Economia Nacional, Geração de Emprego e Renda, e para o Bem Estar do Consumidor.

O MDIC, em parceria com o Sebrae Nacional, elaborou e divulgou a Revista referente à edição de 2013 do Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs), que possui como objetivo difundir os avanços, as propostas, as ideias e as sugestões discutidas durante toda a programação do evento. O Simbracs integrou o Plano Brasil Maior (PBM) e se propôs a congregar a sociedade brasileira e parceiros internacionais em torno de ações que fortalecessem a competitividade do setor terciário e o bem-estar do consumidor.

Ainda, entre as ações estratégicas do PBM, foram realizadas atividades para a elaboração de estudo visando o fomento do uso de etiquetas inteligentes nos setores de Comércio e Serviços Logísticos do Brasil. Essa tecnologia possibilita a modernização do varejo, o fortalecimento da logística e a construção de maior integração e competitividade das cadeias produtivas. Nesse sentido, em conjunto com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o MDIC realizou quatro oficinas temáticas para levantamento do cenário nacional de possibilidades de uso de etiquetas inteligentes por instituições de Governo e pelo setor privado, nas seguintes temáticas: i) experiências públicas de uso das etiquetas inteligentes; ii) aspectos fiscais relacionados a etiquetas inteligentes; iii) experiências privadas no uso das etiquetas inteligentes; e iv) soluções tecnológicas e industriais fornecidas no País. Além das oficinas, foi realizado *benchmarking* com países selecionados (Reino Unido, Alemanha, Japão, Coréia do Sul e Estados Unidos), para a identificação de boas práticas, cases e políticas adotadas para estimular a utilização da tecnologia. O resultado do estudo foi apresentado em evento ocorrido em Brasília/DF, em dezembro de 2014, com a participação de representantes do setor público e privado.

Outra ação importante desenvolvida, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), foi o projeto piloto do Programa Servir, realizado em 2014. O Programa Servir busca identificar e disseminar boas práticas no atendimento prestado aos consumidores, provendo informações de qualidade para a busca da excelência nos serviços prestados pelos setores de comércio e serviços. O piloto foi realizado com o setor supermercadista e as informações foram coletadas por meio de aplicativo digital desenvolvido especialmente para o programa, que pode ser acessado por smartphones.

Destaca-se, também, a publicação on-line da 4ª edição do

Catálogo de Oportunidades para Investimentos no Brasil. Para fazer frente aos desafios do comércio exterior de serviços, foi concluída a implantação do Submódulo de Presença Comercial no Exterior, parte integrante do Módulo Venda do Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv), ferramenta que possibilita o conhecimento dos serviços prestados e intangíveis transferidos pelas empresas brasileiras com presença comercial no exterior (filiais, sucursais ou controladas). Ainda em 2014, foi desenvolvido e homologado o Data Warehouse (DW) do Siscoserv, ferramenta que disponibilizará dados acurados de forma ágil e segura. Possibilitando maior qualificação das informações geradas pelo Sistema, esse instrumento estará disponível a partir de 2015.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0824 - PROGRAMA 2023 - COMÉRCIO E SERVIÇOS
R$ 1,00

Programa 2023	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2013	2014 *
No Exercício (1) **	0824	8.398.614,52	7.016.702,04
RPNP (2) **		83.469,37	1.062.008,68
Total		**8.482.083,89**	**8.078.710,72**

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
** Dados extraídos do Siafi Gerencial.
* Posição Siafi Gerencial em 08/01/2015.

A dotação autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014, para o Objetivo 0824, foi de R$ 14,0 milhões e o limite autorizado para empenho de R$ 12,10 milhões, sendo empenhado o mesmo valor. O valor liquidado no montante de R$ 7,02 milhões representa uma execução de 58% do limite autorizado para empenho. O valor de R$ 5,08 milhões foi inscrito em restos a pagar, que será liquidado em 2015, para cumprir obrigações já assumidas relativas à produção e manutenção do Siscoserv, bem como produção do DW. O valor liquidado em 2014 de restos a pagar não processados (RPNP) trata-se da parcela de dezembro de 2013 da produção do Siscoserv. O valor liquidado de restos a pagar em 2013 refere-se a ação 20J5 – Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e outras operações que produzam variações no Patrimônio – Siscoserv, que em 2012 estava vinculada ao Objetivo 0820 do Programa 2024 – Comércio Exterior.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0824

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2015	Meta realizada até			% de execução acumulado	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013	2014		
Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (Siscoserv)	Unidade	1	1	1	1	100%	O Sistema foi implantado em agosto de 2012 e está em produção desde então.
Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis	Percentual	100	0	30,0	80,0	80%	Em 2014 foram realizados o desenvolvimento e a homologação do ***Data Warehouse*** (DW) do Siscoserv. Também foi assinado o Contrato entre o MDIC e o Serpro de Produção do DW.
Realizar 4 Encontros Nacionais de Serviços	Unidade	4	2	4	5	125%	No primeiro semestre de 2014 foi organizado o ENAServ 2014 – Encontro Nacional de Com. Ext. de Serviços, que discutiu agenda para as exportações de serviços do país.
Realizar 4 Encontros Nacionais de Comércio	Unidade	4	1	2	2	50%	Por necessitar de ampla divulgação e considerando as restrições do período eleitoral o evento não foi realizado em 2014.

Fonte: Secretaria de Comércio e Serviços (SCS/MDIC).

PROGRAMA 2024 – COMÉRCIO EXTERIOR

No ano de 2014, a política de comércio exterior brasileira buscou, prioritariamente, iniciativas de facilitação comercial, por meio da criação e do aprimoramento de sistemas de informação e gestão do comércio exterior e da simplificação de normas relativas ao comércio internacional, e de inserção brasileira no mercado internacional, por meio dos acordos comerciais existentes e da busca por novos acordos.

Paralelamente também teve como diretriz a busca por ações que fortalecessem o Sistema de Defesa Comercial e que promovessem o desenvolvimento da cultura exportadora no País.

O comércio exterior brasileiro registrou cifra de US$ 454,2 bilhões em 2014, implicando retração de 5,7% sobre o ano anterior, cujo valor atingira US$ 481,8 bilhões.

Este resultado deu-se pela queda de 4,4% das importações, quando passou de US$ 239,7 bilhões para US$ 229,1 bilhões, e recuo de 7,0% das exportações, caindo de US$ 242,0 bilhões para US$ 225,1 bilhões.

Tais resultados implicaram déficit de US$ 3,9 bilhões no acumulado de 2014 contra um superávit de 2,3 bilhões anotados em 2013.

Uma das principais causas para o registro de déficit na balança comercial brasileira no período em análise compreende a forte queda no preço das principais commodities agrícolas e minerais, que implicaram reduções nas vendas brasileiras ao exterior.

Além disso, a "conta petróleo" continuou a apresentar saldo negativo, equivalente a US$ 16,637 bilhões, contudo, em magnitude inferior ao saldo negativo registrado em 2013, igual a US$ 20,391 bilhões.

Ressalte-se, ainda, que o desempenho econômico errático das principais economias mundiais, especialmente europeias, impôs reflexos negativos na demanda mundial, afetando o desempenho das exportações brasileiras ao longo de 2014.

Objetivo 0805: Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Em 2014 foram iniciadas 45 investigações de defesa comercial (44 investigações de dumping, das quais três eram revisões anticircunvenção, e uma investigação de subsídio), número 32% inferior ao alcançado em 2013. Nesse período, foram recebidas e analisadas 53 petições de investigação, número 26% inferior ao de 2013.

Com a publicação e a entrada em vigor do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, bem como o contínuo treinamento da equipe de investigadores, em 2014, houve redução dos prazos em todas as etapas das investigações de dumping. Em média, a análise das petições de investigação original ocorreu em 40 dias, as verificações in loco na indústria doméstica ocorreram em 35 dias, as determinações preliminares ocorreram em 118 dias e as determinações finais em 275 dias.

No que se refere às revisões de direitos antidumping em vigor, que têm procedimento diferenciado das investigações originais, os prazos também foram reduzidos.

Destaque-se que as verificações in loco na indústria doméstica têm sido conduzidas antes do início das revisões, a fim de evitar que possíveis inconsistências nos dados possam inviabilizar a revisão após seu início.

Cabe destacar também a consulta pública realizada com o objetivo de coletar sugestões da iniciativa privada para a atualização da legislação de medidas compensatórias, com regras mais precisas que possam neutralizar os efeitos negativos à indústria doméstica decorrentes de concessão de subsídios por governos estrangeiros aos seus exportadores.

No que concerne à orientação do setor produtivo nacional, destaca-se a contínua instrução da indústria doméstica na elaboração de petições e o auxílio prestado por meio do instrumento "Comex Responde", canal direto do MDIC com o público externo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0805 - PROGRAMA 2024 - COMÉRCIO EXTERIOR
R$ 1,00

Programa 2024	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2013	2014 *
No Exercício (1)**	0805	1.703.299,52	1.502.275,61
RPNP (2)**		9.462,84	-
Total		**1.712.762,36**	**1.502.275,61**

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
** Dados extraídos do Siafi Gerencial
* Posição Siafi Gerencial em 08/01/2015

Ao longo de 2014, foram gastos um total de R$ 1.502.275,61 na ação orçamentária vinculada a esse objetivo, o que representou uma redução de 11,8% em relação ao que foi gasto em 2013 (R$ 1.703.299,52). Essa redução se deve à diminuição no número de investigações de defesa comercial iniciadas no ano de 2014.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0805 – PROGRAMA 2024

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2015	Meta realizada até			% de execução acumulado	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013	2014		
Reduzir de 8 para 6 meses o prazo para alcançar determinações preliminares nos casos em que seja necessário proteger a indústria doméstica de práticas comerciais desleais durante o período de investigação	Meses	6	8	8	4	166%	Contribuíram para a superação da meta a nova legislação (Decreto nº 8.058/2013), o aumento do número de investigadores e o seu contínuo treinamento.
Reduzir prazo médio das investigações de 15 para 12 meses	Meses	12	15	15	9	175%	Das investigações iniciadas sob a égide do Decreto nº 8.058/2013, quatro foram concluídas até a data de referência

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior – Secex/MDIC

Objetivo 0820: Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

No que tange aos módulos do Siscomex administrados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC), foram realizados diversos aprimoramentos. Em 2014, foram implantadas 18 demandas evolutivas nos sistemas *Drawback WEB* – Integrado e Suspensão, Exportação WEB – Novoex, além de diversas outras correções e apurações especiais para ajustes nos sistemas. Além disso, foram continuados os projetos de novos sistemas, visando a implantação de ferramentas mais modernas e ágeis, com tecnologias acessíveis a um maior número de usuários. São os casos dos projetos de modernização do Siscomex Importação – Fase de Licenciamento (Projeto LI WEB) e de desenvolvimento do Siscomex *Drawback* Isenção WEB.

Em relação ao Siscomex Importação (Projeto LI Web), em 2014 foi iniciado o desenvolvimento do sistema pelo Serpro e já está em fase final de homologação os módulos Importador e Anuente. Já para o módulo de Tratamento Administrativo, foi iniciada a fase de documentação do sistema e definição do escopo do projeto.

O *Drawback* Isenção WEB é um novo sistema para a informatização de processo cursado totalmente em papel. Em 2014, foram realizadas diversas etapas de homologação, com resultados bastante positivos. O lançamento do sistema para os usuários externos foi realizado no dia 15 de dezembro de 2014.

Houve melhorias na gestão e atualização do conteúdo dos sistemas on-line *AliceWeb* e *AliceWeb*-Mercosul, a saber: i) Inclusão das variáveis de consulta "SH4" e "SH6" no módulo "Balança Comercial" no site *ALICEWeb*; ii) Melhoria na segurança do sistema (banco de dados), seja quanto a questão de invasão de banco de dados, quanto a restrição de dados (perfis de acesso ao sistema), iii) Inclusão de novos Blocos para pesquisas: "Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac)" e "Aliança do Pacífico", e iv) Atualização do *ALICEWeb*-Mercosul passou a ser de dois em dois meses (mais rápida) devido à melhoria no processo de transferência de dados entre Brasil e Unidade Técnica de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul(Utecem) no Uruguai.

Para o sistema Vitrine do Exportador, no período janeiro a dezembro de 2014, foram registradas 25.822 pesquisas por produtos e um total de 2.462 demandas de importadores às empresas brasileiras. Esse sistema ampliou o número de potenciais exportadores cadastrados em razão da parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) de 238 potenciais para 2.650 até dezembro de 2014, sendo que 107 potenciais passaram a exportar.

O Portal Brasileiro de Comércio Exterior ainda está em processo de fusão com o BrasilGlobalNet para a migração e integração de todos os produtos para o novo site Guia de Comércio Exterior e Investimento Brasil Export.

O processo finalizou a primeira fase com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o MDIC, o MRE e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) na cerimônia de lançamento do Guia de Comércio Exterior e Investimento Brasil Export, realizada no 02 de julho de 2014 . No segundo semestre de 2014 teve início a segunda fase do processo com o desenvolvimento de funcionalidades como o georreferenciamento, que está em fase de homologação. No período de julho a dezembro de 2014 o Brasil *Export* registrou 172.236 acessos com 564.536 visualizações de páginas.

Em 2014, foram realizados sete seminários de operações de comércio exterior, em Brasília/DF, no Rio de Janeiro/RJ, em São Paulo/SP, em Florianópolis/SC, em Porto Alegre/RS, em Curitiba/PR e em Recife/PE.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0820 - PROGRAMA 2024 - COMÉRCIO EXTERIOR
R$ 1,00

Programa 2024	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2013	2014 *
No Exercício (1)**	0820	34.358.647,56	35.536.973,68
RPNP (2)**		-	2.340.000,00
Total		**34.358.647,56**	**37.876.973,68**

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
** Dados extraídos do Siafi Gerencial
* Posição Siafi Gerencial em 08/01/2015

Em 2014, a limitação de empenho foi de 79% em relação ao total aprovado na LOA, que foi de R$ 45.458.964,00. A liquidação de R$ 35.536.973,68, na ação 20TU – Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas de Gestão e Informações de Comércio Exterior vinculada a esse objetivo, representou um aumento de 3,4% em relação ao que foi liquidado em 2013, fruto da manutenção dos valores dos contratos com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Os restos a pagar, no valor de R$ 2.340.000,00, se referem ao contrato nº 96 com o Serpro (sistema Novoex).

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0820 – PROGRAMA 2024

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2015	Meta realizada até			% de execução acumulado	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013	2014		
Desenvolver o módulo *Drawback* Integrado Isenção Web, informatizando o processo de análise, concessão e controle das operações	%	100	20,0	65,0	100,0	100,0%	O sistema foi totalmente homologado em novembro de 2014 e foi lançado em produção em 15/12/2014.
Desenvolver o módulo Licença de Importação WEB, a fim de facilitar o acesso, integrar e harmonizar o sistema com os demais módulos do Siscomex e dar maior agilidade às operações de importação	%	100	35,0	60,0	80,0	80,0%	Foram realizadas três rodadas amplas de homologação, com resultados satisfatórios, e está prevista uma última fase ainda para janeiro de 2015
Realizar 48 seminários focados em operações de comércio exterior, sendo 24 internos e 24 externos	Unidade	48	6	12	19	39,6%	Os seminários foram realizados em: Brasília (3), São Paulo (3), Rio de Janeiro (3), Porto Alegre (3), Florianópolis (2), Curitiba (2), Fortaleza (1), Recife (1) e Belo Horizonte (1).
Reduzir de dez para cinco dias o prazo de atualização e disponibilização das publicações dos dados do comércio exterior brasileiro e das informações do Sistema AliceWeb	Dias	5	7	6	4	120%	A meta foi alcançada, com o site ALICEWeb atualizando entre três e quatro dias úteis após o final do mês.

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior – Secex/MDIC

PROGRAMA 2029 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), no cumprimento de sua missão institucional, tem sua atuação voltada para o Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, que estabelece objetivos, metas e iniciativas para o desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária, mediante a realização de ações de geração, atração, promoção e consolidação de investimentos na Amazônia Ocidental.

Objetivo 1004 - Promover mecanismos que estimulem o Desenvolvimento Econômico Regional Sustentável na Amazônia Ocidental mediante a geração, atração e consolidação de investimentos apoiados em educação, inovação, ciência, tecnologia, implantação de projetos de desenvolvimento econômico e a promoção das potencialidades e vocações regionais.

Dentre os mecanismos de atração, geração e irradiação do desenvolvimento regional, destacam-se aqueles voltados para o dinamismo do Polo Industrial de Manaus (PIM), principal vetor de desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

O PIM alcançou, em 2014: faturamento de US$ 37,5 bilhões; investimentos da ordem de US$ 10,6 bilhões; manutenção de 122.350 postos de trabalho (incremento de 1,24 % em relação a 2013); e exportações da ordem de US$ 732,0 milhões.

Destaca-se, ainda, a implantação da primeira fábrica de medicamentos do PIM, gerando interesse de outras empresas desse segmento que estudam a possibilidade de se instalarem no Polo. Com relação ao incremento das atividades de revisão e estabelecimento de novos Processos Produtivos Básicos (PPBs), indispensáveis às empresas do PIM, registra-se a publicação de 50 Portarias Interministeriais (PI), sendo 17 para novos produtos.

A publicação da PI nº 109, de 29 de junho de 2014, que estabelece o PPB para câmara de ar para pneumático de motocicleta, vem fortalecer ainda mais o segmento de componentes do PIM e contribuirá para o incremento da cadeia produtiva da borracha no interior do Amazonas.

No mesmo exercício, o Conselho de Administração da Suframa (CAS) aprovou 111 projetos industriais e de serviços beneficiados com incentivos fiscais, sendo 34 projetos de implantação e 77 projetos de ampliação/atualização e diversificação.

Em 2014, foi mantido o apoio ao desenvolvimento de produtos e processos voltados à área de biotecnologia, mediante a disponibilização do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) com destaque para os seguintes projetos: bioprospecção de novos antibióticos; desenvolvimento de bebidas fermentadas; otimização de fermentação de celulose para produção de etanol; extrusados com sabores da Amazônia; e cultivo in vitro de plantas ornamentais tropicais. Também destacam-se as produções científicas voltadas para a temática da biodiversidade amazônica.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária e o nível de realização das metas do Objetivo 1004 do Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 1004 - PROGRAMA 2029
R$ 1,00

Programa 2029	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2013	2014 *
No Exercício (1)**	1004	5.983.969,06	10.051.423,25
RPNP (2)**		5.296.197,28	2.919.816,87
Total		**11.280.166,34**	**12.971.240,12**

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
** Dados extraídos do Siafi Gerencial.
* Posição Siafi Gerencial em 08/01/2015.

O valor autorizado na LOA 2014 para o objetivo foi de R$ 19.182.156,00, com uma liquidação de R$ 10.051.423,25, representando 76,5% do valor autorizado para empenho. Do valor total de restos a pagar liquidado no exercício, R$ 1.586.382,47 referem-se a contratos firmados por ocasião da realização, em 2013, da Feira Internacional da Amazônia (VII FIAM); e o valor de R$ 1.333.434,40 são provenientes da ação 210K, migrada do Objetivo 0401 do Programa 2021.

No que concerne a execução de 2013 é importante registrar as fusões que ocorreram, entre Objetivos e ações, transformando algumas ações nos atuais Planos Orçamentários das ações "210L" e "210K" e migrando-as para apenas um objetivo. Assim, a liquidação de 2013 é composta pelas seguintes ações: 210K – Apoio ao Desenvolvimento de Programas e Projetos nas Áreas Científica, Tecnológica e de Inovação na Região Amazônica; 210L – Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP);

2092 – Desenvolvimento de Produtos e Processos pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA; 8184 – Promoção da Zona Franca de Manaus; 0506 – Apoio a projetos de Desenvolvimento na área de atuação da Suframa, com ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas; e 2035 – Análise e Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 1004 – PROGRAMA 2029

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2015	Meta realizada até			% de execução acumulado	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013	2014		
Incentivar a implantação de 60 novas empresas (industriais e de serviços) no PIM, em especial empresas que utilizem produtos regionais como insumos de produção.	Unidade	60	18	41	64	106,7%	Em relação a essa meta, até 2014, houve a implantação de 64 novas empresas, sendo 18 em 2012, 23 em 2013 e 23 em 2014.
Contribuir para ampliar em 6% o número de empresas instaladas nas Áreas de Livre Comércio sob a administração da Suframa	%	6	3,06	7,12	8,77	146,2%	Essa meta teve como resultado em 2014 a implantação de 188 empresas incentivadas instaladas, perfazendo o quantitativo de 998 empresas instaladas ao longo do PPA.

Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa/MDIC

PROGRAMA 2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

O Plano Brasil Maior (PBM), política industrial, tecnológica e de comércio exterior do Governo Federal, reúne um conjunto articulado de medidas de apoio à competitividade do setor produtivo brasileiro. Sua concepção esteve fundada na inovação tecnológica, a partir da criação e fortalecimento de competências críticas da economia nacional, adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor e ampliação do mercado externo e interno às empresas nacionais. O Programa 2055 internalizou as medidas do PBM, deixando-as compatíveis com os objetivos e metas do MDIC e com representatividade no PPA.

Objetivo: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Cabe ao MDIC desempenhar a principal função de coordenação e articulação do PBM, cumprindo papel central na gestão, execução e monitoramento de um aparato perene de instrumentos de política industrial, com concessão de benefícios e estímulos de competitividade diretos ao setor produtivo, como o Processo Produtivo Básico (PPB), o Ex-Tarifário e o InovarAuto.

As propostas de PPB são de dois tipos: fixação, que trata de novos produtos; e alteração, que corresponde à revisão ou aperfeiçoamento de PPBs já existentes. Em 2014, foram recebidas 55 propostas, sendo 13 de fixação e 42 de alteração, gerando publicação de 72 portarias. Dentre os produtos beneficiados, destacam-se: telefones celulares, tablets, notebooks, TVs de LCD e motocicletas.

Em 2013, foi instituído o instrumento inovador da habilitação provisória, pelo Decreto nº 8.072/2013. A habilitação provisória de empresas aos benefícios da Lei de Informática é um procedimento sumário que permite o acesso mais rápido e simplificado aos incentivos da Lei, enquanto o processo de habilitação definitiva ou de inclusão de novos produtos tramita sem interrupção. O principal entrave da habilitação provisória surgiu na execução da "Inspeção prévia de instalação produtiva" prevista pelo Decreto nº 8.072/2013. A exigência foi regulamentada pela Portaria SDP/MDIC nº 48/2014, que criou as modalidades de inspeção prévia in loco, documental, e por ratificação, desobstruindo o fluxo de processamento da carteira da habilitação provisória. Em 2013, foram publicadas 160 portarias de habilitação provisória com tempo médio de 25 dias, substancialmente inferior ao tempo verificado na habilitação definitiva, de 12 meses. Em 2014, foram publicadas 275 portarias de habilitação definitivas, totalizando 435 portarias de habilitação (entre habilitações definitivas e provisórias) contra 333 no ano anterior. A fiscalização do cumprimento de PPBs, realizada em conjunto com MCTI, chegou a 32 empresas em 2014.

O regime de Ex-tarifário consiste na redução temporária da alíquota do Imposto de Importação (II) de Bens de Capital ou Bens de Informática e Telecomunicação sem produção nacional. Na Tarifa Externa Comum do Mercosul, esses itens são assinalados como BK ou BIT.

O mecanismo foi criado para viabilizar investimentos em tecnologia e processos de fabricação ainda não disponíveis no mercado nacional. Em 2014, o número de concessões do benefício de redução do Imposto de Importação alcançou 3,8 mil, com 50 consultas públicas realizadas e mais de 4.927 pleitos analisados.

De 2008 a 2014, o Ex-tarifário produziu números relevantes para a economia brasileira. Foram mais de 17,6 mil máquinas e equipamentos (BK e BIT) beneficiados, gerando um montante de

mais de US$ 56 bilhões em importações vinculadas a projetos de investimentos, com valor total superior a US$ 277,5 bilhões.

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto), foi instituído pela Lei nº 12.715/2012 (regulamentado pelo Decreto nº 7.819/2012) e teve seu início de vigência em outubro de 2012, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças.

O MDIC é responsável pela gestão do programa e, desde o lançamento até dezembro de 2014, realizou 52 habilitações, sendo 21 fabricantes já instalados no País, 15 importadores e 16 projetos de investimento que, juntos, alcançarão R$ 9,3 bilhões em ativos fixos até 2016, sendo R$ 1,6 bilhão em novas plantas fabris até o final de 2014. Observe-se que, das 52 habilitações concedidas, quatro encontram-se sob análise técnica para renovação e as demais se encontram ativas e regulares perante o programa. Neste particular, destaque-se que - quando do processo de renovação - todos os requisitos de habilitação (gerais e específicos) são novamente adimplidos, promovendo-se uma nova e criteriosa análise da habilitação outrora concedida.

No que se refere ao fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em Arranjos Produtivo Locais (APLs), sua implementação dá-se por meio de repasse de recursos financeiros entre Governo Federal e Administrações Públicas Municipais, Estaduais ou Distrital, contemplados por emendas parlamentares.

Com a criação da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, a partir de 2013, tal ação foi transferida para essa e, no ano de 2014, o MDIC manteve governança somente sobre os convênios em andamento e, sobretudo, aqueles firmados em 2013, num total de 23 e valor global de R$ 7,15 milhões.

Encerrou-se o exercício com o pagamento de apenas dois dos projetos firmados em 2013, 18 permaneceram inscritos em restos a pagar e três foram extintos diante da falta de cumprimento de exigência no prazo legal.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0847 - PROGRAMA 2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO
R$ 1,00

Programa 2055	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2013	2014 *
No Exercício (1) **	0847	8.851.745,06	12.149.288,48
RPNP (2)**		94.415,99	4.663.854,08
Total		**8.946.161,05**	**16.813.142,56**

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores
** Dados extraídos do Siafi Gerencial / * Posição Siafi Gerencial em 08/01/2015

A dotação orçamentária do objetivo, em 2014, foi de R$ 18.224.584,00, incluindo emendas parlamentares de R$ 3,0 milhões. O limite de empenho autorizado foi de R$ 13.179.408,00 e a liquidação de R$ 12.149.288,48, representando 92% do valor empenhado. O valor referente aos restos a pagar não processados do ano de 2014 trata-se de liquidação de convênios, firmados em exercícios anteriores, cujos recursos são provenientes de emendas parlamentares. Em 2013, a dotação orçamentária do Objetivo em análise foi de R$ 98.869.223,00, incluindo emendas parlamentares no valor de R$ 82.646.222,00. As despesas empenhadas atingiram 100% do limite autorizado, que foi de R$ 21.219.709,00, e a liquidação representou cerca de 41,71% desse valor.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0847 – PROGRAMA 2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2015	Meta realizada até			% de execução acumulado	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013	2014		
Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país	Unidade	80	273	273	273	341%	As iniciativas vêm sendo implementadas e são voltadas à elaboração de planos de desenvolvimento, internacionalização de clusters; e desenvolvimento e capacitação de fornecedores, gestores e multiplicadores de APLs.
Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de PPBs	%	100	0	40,0	85,0	85%	O sistema já está em fase de teste, rodando em ambiente de homologação e deve entrar em operação em 2015.

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção – SDP/MDIC

Objetivo: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

O InovAtiva Brasil é um programa de capacitação e aceleração de negócios inovadores (startups). A capacitação é feita para atingir milhares de empreendedores por meio de uma plataforma on-line na qual qualquer interessado tem acesso a conteúdos específicos, como vídeos, ferramentas gerenciais, discussões, entrevistas e outros mecanismos de interação para estruturação de negócios.

Além disso, os empreendedores podem enviar projetos para concorrer às etapas mais avançadas do programa, que incluem treinamentos presenciais e pela Internet e, principalmente, acesso a mentores, e apresentação do seu projeto a uma banca de especialistas, empresários e investidores.

O principal objetivo do programa é capacitar empreendedores com boas ideias e negócios inovadores a estruturar seus projetos em empresas economicamente viáveis e atrativas para investidores.

Em 2014 registraram-se os seguintes resultados: 6,4 mil participantes na plataforma, 703 projetos submetidos para a segunda fase de onde foram selecionados 128 para acesso a mentoria e workshops.

Em 2014, foi desenvolvido, com o Japão, um canal para a comercialização de produtos brasileiros com valor agregado pelo design.

No que diz respeito à disseminação da cultura da inovação, apoiou-se a 2ª edição do Congresso de Investimento Anjo, a 3ª Conferência Nacional dos Anjos do Brasil, o XXIV Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas e a XIV Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0850 - PROGRAMA 2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO
R$ 1,00

Programa 2055	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2013	2014 *
No Exercício (1) **	0850	401.000,00	1.295.342,68
RPNP (2) **		891.000,00	1.610.500,00
Total		**1.292.000,00**	**2.905.842,68**

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores
** Dados extraídos do Siafi Gerencial.
* Posição Siafi Gerencial em 08/01/2015.

A execução orçamentária do objetivo 0850 apresentou evolução significativa em 2014 quando comparado com os valores do ano anterior. Os valores liquidados relativos ao orçamento do próprio exercício evoluíram de R$ 401.000,00 para R$ 1.295.342,68 e os relativos a restos a pagar de exercícios anteriores avançaram de R$ 891.000,00 para R$ 1.610.500,00. Isso ocorreu em virtude da consolidação do Programa InovAtiva Brasil, que foi iniciado em 2013 e incrementado no ano de 2014.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0850 – PROGRAMA 2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2015	Meta realizada até			% de execução acumulado	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013	2014		
Aumentar de 4728 para 5328 o número de empresas brasileiras que lançaram produto novo no mercado nacional, segundo a Pintec	Unidade	5.328	-	5.299	5.299	99,5%	Números apurados pela Pesquisa de Inovação (Pintec 2011), publicada pelo IBGE em dez/2013 com dados referentes ao período 2009-2011. Estudo publicado a cada 3 anos, não há como medir a meta novamente em 2014.
Fomentar a participação de 100 produtos brasileiros em concursos internacionais de design em mercados prioritários	Unidade	100	100	100	100	100%	A ação ocorreu por meio de parceria com Centro de Design do Paraná e foi possível viabilizar a participação de 100 produtos brasileiros no *iF Product Design Award*.
Fomentar o desenvolvimento de 2 canais de comercialização para produtos brasileiros com valor agregado pelo design	Unidade	2	0	1	2	100%	Em 2014 a Apex realizou negociações com uma das maiores redes varejistas japonesas (Isetan) que proporcionou a comercialização de produtos diversos e com design no mercado japonês.
Realizar 5 exposições de design em representações brasileiras no exterior	Unidade	5	2	4	4	80%	Em parceria com a APEX-Brasil, houve a promoção internacional do design brasileiro na Exposição ***Pocket*** da Bienal Brasileira de Design, no evento Brazil S.A. e na Exposição Casa Brasileira, todos em Milão-Itália. Por último, participou do Evento Be Brazil, em Nova Iorque.
Realizar a Bienal Brasileira de Design - 2012 e 2014	%	100	1,0	50,0	50,0	50,0%	A IV Bienal ocorreu em 2012, a bienal de 2014 está prevista para 2015.

Fonte: Secretaria de Inovação – SI/MDIC

Objetivo: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Entre as principais realizações no âmbito do objetivo destacam-se:

Pelo convênio entre Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e Receita Federal do Brasil (RFB), foram realizadas algumas operações conjuntas, destacando-se as de vigilância na importação para coibir a entrada de produtos que não atendam aos requisitos dos Programas de Avaliação da Conformidade. A operação em cadeirinhas de carro para crianças verificou 37.820 unidades e outras operações verificaram 15.070 máquinas de cortar cabelo e 133.329 brinquedos.

Com o objetivo de aumentar a eficácia no controle das relações de consumo, na promoção da justa concorrência e da proteção do cidadão, destacam-se as seguintes ações:

- verificação de mais de 27 milhões de instrumentos de medição tais como balanças, bombas de combustíveis e medidores de pressão arterial;
- fiscalização de 126.136 empresas na conformidade de produtos regulamentados pelo Inmetro;
- visita a 41.572 estabelecimentos para realizar 1.554.399 inspeções da indicação quantitativa de produtos pré-medidos, em especial os que compõem a cesta básica;
- formação de 305 novos agentes fiscais para atuação em todo o território nacional; e
- curso sobre fraudes eletrônicas em bombas medidoras de combustíveis.

Na área da metrologia, o Brasil saiu da décima sétima posição em 2010 para a décima segunda posição em 2014 dentre os 96 países membros do *Bureau* Internacional de Pesos e Medidas, passando de 430 serviços de medição disponibilizados em 2010 para 560 serviços em 2014, apresentando nos últimos quatro anos um crescimento da ordem de 30%, com melhor capacidade de medição. Esse resultado reflete os investimentos do Governo em infraestrutura e capacitação de pessoal para os laboratórios do Inmetro como referência nacional.

No âmbito do Plano Brasil Maior, está sendo implantado o Centro de Tecnologia Automotiva com o principal objetivo de pesquisa e desenvolvimento para incrementar a segurança e qualidade dos carros produzidos no País. O projeto executivo está em fase final de elaboração.

Em 2014, foram acreditados nove organismos para verificação e validação em emissões de gases de efeito estufa, em programa que visa atestar a competência técnica em matéria de verificação de inventários de emissões, aumentando a inserção internacional das indústrias brasileiras. Em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Instituto de Criminalística

de São Paulo, o Inmetro desenvolveu métodos rápidos de análise por espectrometria de massa capazes de diferenciar cédulas bancárias falsas de verdadeiras e de identificar explosivos usados em explosões de caixas eletrônicos.

O projeto "Caminho da Escola" iniciado em 2008, de elaboração das especificações em avaliação da conformidade nas áreas de segurança e acessibilidade e de aprovação dos protótipos de ônibus escolares, ultrapassou a marca de 31,8 mil ônibus inspecionados, beneficiando mais de 4,6 milhões de crianças em 5.491 Municípios. Em 2014 foram inspecionados cerca de 3,5 mil ônibus.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0859 - PROGRAMA 2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO: R$ 1,00

Programa 2055	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2013	2014*
No Exercício (1)**	0859	464.830.727,67	568.382.939,54
RPNP (2)**		29.960.523,83	10.425.345,94
Total		**494.791.251,50**	**578.808.285,48**

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores
** Dados extraídos do Siafi Gerencial
* Posição Siafi Gerencial em 08/01/2015

O Plano Orçamentário 0002 – Fiscalização e Metrologia representa 94,6% da execução orçamentária da ação 20TV - Serviços de Metrologia e Qualidade Industrial, ou seja, R$ 537,9 milhões. Não obstante, proporciona, por meio de suas atividades, uma receita de R$ 748 milhões representando mais de 95% da receita realizada no exercício que, se comparada com 2013, teve um crescimento da ordem de 6%.

No Plano orçamentário 0001 – Avaliação da Conformidade, da mesma ação, houve uma redução no número de programas desenvolvidos em relação ao exercício de 2013, bem como no repasse aos órgãos da RBMLQ-I relativo às operações especiais.

O Plano orçamentário 0003 – Desenvolvimento e Disseminação da Metrologia Legal e Científica Industrial, também da ação 20TV, teve uma pequena redução na sua execução orçamentária de R$ 24,7 milhões em 2013, para R$ 23,0 milhões em 2014.

No que se refere à ação 14XI, em função das restrições orçamentárias, todos os planos orçamentários ficaram comprometidos no período.

Para assegurar a manutenção das atividades do Inmetro, em especial do plano orçamentário 0002 – Fiscalização e Metrologia, da ação 20TV, foi necessário realocar recursos da ação 14XI para as outras ações do Inmetro.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0859 – PROGRAMA 2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2015	Meta realizada até			% de execução acumulado	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013	2014		
Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao Inmetro para inovação na empresa	Unidade	10	0	1	2	20%	Foi implantado 1 Laboratório Associado, o de Materiais Cerâmicos ligado ao Instituto de Materiais Cerâmicos da UCS. A dificuldade enfrentada em 2014 foi o atraso na publicação de edital para a qualificação de novos laboratórios associados, que só foi publicado no final de dezembro.
Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo Inmetro	Unidade	1.180	1.158	1.407	1.509	127,9%	A meta foi superada devido a publicação de regulamentos de avaliação da conformidade em novas áreas que demandam organismos acreditados e outros órgãos regulamentadores terem aumentado a demanda por acreditação

Fonte: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro/MDIC

Objetivo 0881: Concessão de direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Em 2014, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) recebeu 156.898 pedidos de registro de marca, 4% a menos que no ano anterior. O estoque total de pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame (*backlog*) caiu de 507.492 (2013) para 501.785 (2014).

Para atender à demanda atual e reduzir o *backlog* de marcas, continuou-se o aperfeiçoamento dos sistemas informatizados de depósito e processamento de pedidos de registro, além da convocação de todo o cadastro de reserva do concurso de 2013. Com isto, o total de examinadores passou para 102 e a produção aumentou 76%, atingindo 190.916 despachos de exame em 2014.

Na área de patentes, o número de depósitos chegou a 33.086 pedidos, 3% a menos que 2013. O *backlog* totalizou, ao final de 2014, 194.949 pedidos de patentes pendentes de decisão, cerca de 6% maior que em 2013.

Diversas ações têm sido tomadas para enfrentar o problema do *backlog* e acelerar o processamento de pedidos, tais como: o depósito eletrônico, que ao fim do ano registrou 70% da documentação entregue na forma digital; a estruturação de uma divisão especializada no exame de pedidos de patentes de Modelos de Utilidade, proporcionando maior velocidade de exame e beneficiando os depositantes que, em 90% dos casos, são residentes no Brasil; e os programas de priorização do exame, como o de Patentes Verdes e dos produtos estratégicos do Sistema Único de Saúde (SUS).

O INPI recebeu o depósito de 6.579 pedidos de registro de desenho industrial em 2014, 4% a menos que no ano anterior. O aumento no quadro de examinadores, a criação de força-tarefa e a otimização e automação de procedimentos tornou possível a decisão técnica de 4.662 pedidos, com concessão de 4.339 registros, representando um aumento de 50% em relação a 2013. Ainda assim, o *backlog* de desenho industrial cresceu 19%. Também foram registrados 1.544 programas de computador, cerca de 5% a mais que em 2013.

Em 2014, houve ainda três concessões de indicações geográficas (IG), todas nacionais, além de 12 depósitos. As IGs foram da espécie Indicação de Procedência, sendo: "Piauí" para a cajuína; "Microrregião de Abaíra", para cachaça, do Estado da Bahia; e "Rio Negro" para peixes ornamentais, do Estado do Amazonas uma certificação inédita no mundo, concedida pela primeira vez a um organismo vivo.

No que se refere à disseminação da propriedade intelectual, o INPI alcançou mais de 13 mil pessoas no último ano, por meio de participação em congressos, seminários, comitês temáticos, palestras e atendimento em estandes em eventos científicos e técnicos realizados em todo o País.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0881 – PROGRAMA 2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO
R$ 1,00

Programa 2055	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2013	2014 *
No Exercício (1) **	0881	3.393.254,78	2.976.788,65
RPNP (2) **		1.722.685,56	166.353,07
Total		**5.115.940,34**	**3.143.141,72**

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
** Dados extraídos do Siafi Gerencial.
* Posição Siafi Gerencial em 08/01/2015.

A diferença verificada nos valores liquidados de 2013 e 2014 deveu-se, principalmente, a dois fatores: isenção no pagamento dos acessos do INPI ao Portal de Periódicos da Capes, com redução de R$ 1.500 mil nas despesas; e repasse dos valores do acordo de cooperação técnica com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), sendo em 2013 os valores repassados por execução do RPNP e em 2014 com o orçamento do ano.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0881 – PROGRAMA 2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2015	Meta realizada até			% de execução Acumulado	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013	2014		
Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI	Unidade (Ano)	5.000	3.168	4.027	3.110	62,2%	Apesar da realização de 28 cursos de curta duração na sede do INPI e dois cursos à distância, o número de pessoas capacitadas ficou abaixo do verificado em 2013.
Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual	Unidade (Ano)	60	56	65	63	105%	A meta de 60 publicações foi novamente alcançada em 2014.
Aumentar de 5.441 para 6.250 o número de registros de desenho industrial	Unidade (Ano)	6.250	4.334	2.656	4.339	69,4%	A contratação de três examinadores e a criação de força-tarefa, associados à a otimização e informatização do exame resultaram no aumento do número de registros de DI em 2014.
Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem	Unidade	150	21	28	31	20,7%	As concessões dependem da demanda. Em 2014, foram apenas 12 pedidos de registro de IG.
Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras	Unidade	123	39	74	106	86,2%	O número alcançado está dentro do previsto e espera-se que a meta seja cumprida em 2015.
Reduzir de 50 para 9 meses a estimativa de tempo médio para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame	Mês	9	50	74,42	41,6	(462,2%)	A redução do prazo em 2014 deveu-se ao aumento do número de examinadores de 69 (2013) para 102 (2014) e às ações de informatização (Sistemas eMarcas e IPAS).
Reduzir de 81 meses para 57 meses o prazo médio de decisões finais em pedidos de patentes no ano de apuração, a partir da data de entrada do pedido no INPI	Mês	57	81	90,3	87,9	(154,4%)	A virtualização parcial dos serviços, o concurso de 2014 não concluído e a não implementação dos novos procedimentos e diretrizes de exames prejudicaram a meta.

Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI/MDIC).

4.27. MINISTÉRIO DO ESPORTE

O Ministério do Esporte (ME) tem como missão principal "formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano". Com esse objetivo em vista, o Ministério empenhou-se em criar política de Estado para a área, com sólidos alicerces. A Política Nacional do Esporte – aprovada como Resolução nº 05 do Conselho Nacional do Esporte, em 14 de junho de 2005 – busca a realização de programas que respondam às demandas sociais geradas num momento histórico de garantia e de ampliação do conjunto dos direitos.

O Brasil definiu como centro da política de esporte a inclusão social e o desenvolvimento humano e criou programas esportivos e sociais que o projetaram no cenário internacional. A vitória do Rio de Janeiro como cidade sede para as Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio 2016 concretizou esforços do Governo Federal para colocar o País no centro dos grandes eventos esportivos mundiais. Os marcos decisivos foram a realização, em 2007, no Rio de Janeiro, dos Jogos Pan-Americanos, da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, um feito inédito. A conquista de sediar os maiores eventos esportivos do mundo se sustenta no paradigma dos legados que contribuem com o crescimento do Brasil, a transformação urbana das cidades e o desenvolvimento social sustentável por meio do esporte.

Isso significa impulso às ações da Política Nacional do Esporte, maior acesso das crianças e da juventude ao esporte e ao lazer, ampliação da formação esportiva e do desenvolvimento da carreira de atletas, elevação dos resultados esportivos e da qualidade dos programas sociais, como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade, além de importantes avanços na luta contra a dopagem no esporte no Brasil. O esporte ganha cada vez mais força na visão de futuro, ancorada em desejos profundos de democratização e no entendimento do esporte como importante instrumento de estímulo a valores como solidariedade, autoestima, respeito às regras e ao próximo, luta pelos ideais, estímulo à comunicação, tolerância, coletivismo, cooperação, disciplina, liderança e vida saudável.

PROGRAMA 2035 – ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

O Programa 2035 contempla as ações orçamentárias que contribuem para concretizar a missão institucional do órgão. O Programa é composto por quatro Objetivos, dois deles vinculados aos Grandes Eventos Esportivos (preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014, e promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016), um destinado ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento, e outro para impulsionar o esporte educacional, recreativo e de lazer, promovendo a inclusão social por meio da ampliação e qualificação do acesso ao esporte.

Dentre os Objetivos que compõem o Programa 2035 destacam-se o 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica, e o 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária. Informações detalhadas sobre a execução orçamentária e o nível de realização das suas metas estão descritas a seguir.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS

Nos Objetivos em foco, a execução das despesas empenhadas em 2014 no âmbito Ministério do Esporte atingiu o montante de R$ 1,5 bilhão, ou seja, 78,7% quando comparada à dotação autorizada constante na Lei Orçamentária 2014 para estes mesmos Objetivos, no valor de R$ 1,9 bilhão.

O percentual acima citado de execução de despesas empenhadas nos Objetivos foi o reflexo do limite disponibilizado para empenho, pelo Anexo I do Decreto nº 8.197 de 20 de fevereiro de 2014 e suas alterações por Portarias, no valor de 2,4 bilhões, diante de uma dotação autorizada na LOA 2014 de R$ 3,1 bilhões, acarretando um contingenciamento em torno de 24%, desconsiderando as despesas obrigatórias e benefícios. No entanto, mesmo com o alto contingenciamento existente, o ME empenhou 99,4% do valor disponibilizado para empenho, percentual semelhante ao do exercício de 2013.

O total liquidado no exercício 2014, no valor de R$ 616 milhões, para os Objetivos em tela, representou 40,7% das despesas empenhadas. O percentual de liquidação ficou abaixo da metade do total empenhado em razão da ação orçamentária diretamente relacionada à implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - RIO 2016 ser a mais expressiva dos objetivos (73,3% dos empenhos) e ter uma liquidação de 38,4%, sendo inscrito o restante (não liquidado) em Restos a Pagar Não-Processados, para liquidação e pagamento em exercícios subsequentes.

O quadro a seguir registra a execução orçamentária em cada Objetivo Governamental no âmbito do Ministério do Esporte, no que se refere à liquidação, para as dotações alocadas dentro do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e no Programa 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2035 - ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0676	No Exercício[1]	140.854.960,90	142.888.465,56
	RPNP[2]	23.625.653,92	115.589.547,10
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo		**164.480.614,82**	**258.478.012,66**
0687	No Exercício[1]	69.525.123,53	473.074.224,69
	RPNP[2]	180.771.609,30	442.394.340,23
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo		**250.296.732,83**	**915.468.564,92**
Total dos Objetivos		**414.777.347,65**	**1.173.946.577,58**

Fonte: Siop
[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Importa destacar que os números de liquidação apurados, nos Objetivos em questão, indicam evolução no decorrer dos anos no investimento destinado ao desenvolvimento de políticas públicas na área esportiva para preparação e realização de eventos internacionais de grande magnitude, como a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, além da geração e ampliação de legado esportivo, social e urbano, e também para o avanço do Brasil à condição de potência esportiva reconhecida no mundo; registrando 75% da execução de 2014, em relação à execução global de todos os Objetivos do Ministério do Esporte, no PPA.

O maior montante liquidado no período 2013-2014, totalizando Exercício e Restos a Pagar Não-Processados, se evidenciou no Objetivo 0687, que é relacionado à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com uma liquidação de cerca de R$ 1,2 bilhão, sendo que, somente no exercício de 2014, liquidou-se R$ 915,5 milhões.

Cabe registrar que se considerarmos apenas os números apurados de liquidação "No Exercício", nota-se uma maior evolução de 2013 para 2014 na execução de despesas, com 580,4% de crescimento nominal na liquidação de despesas. Esse fato resulta principalmente da execução de despesas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, mais especificamente na ação governamental de "Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016".

No Objetivo 0676, que é relacionado à elevação do Brasil à condição de potência esportiva, foi apresentado um aumento na liquidação de 57,1%, o que se deve principalmente ao acréscimo na execução de despesas de apoio e incentivo às equipes e aos atletas, centrado nas ações governamentais de "Preparação de Atletas" e "Concessão de Bolsa a Atletas" (liquidadas com cerca de R$ 243,2 milhões em 2014).

A evolução da execução orçamentária apresentada nos referidos Objetivos indica que as despesas voltadas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 continuam com a tendência de elevação iniciada no período de 2011 a 2012, com acentuado crescimento apresentado em 2014 em decorrência do avanço na execução das ações relacionadas.

Objetivo 0676 – Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação de gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Preparação de Atletas

O apoio aos atletas é o caminho estruturante para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no Brasil. A ação passa pelo apoio às entidades do Sistema Nacional do Desporto (Comitê Olímpico do Brasil - COB, o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, Confederações, Federações, Clubes, entre outros), por meio de projetos aprovados em editais de chamadas públicas, com a aquisição de equipamentos e materiais esportivos, apoio a equipes multidisciplinares, apoio à realização e participação em treinamentos e competições nacionais e internacionais, procedimentos científicos e preparação de profissionais dessa área esportiva.

Programa Bolsa Atleta

O público-beneficiário desse Programa é composto por atletas de alto rendimento que obtiveram 1ª, 2ª ou 3ª colocação em competições nacionais e internacionais de sua modalidade, com prioridade para modalidades que compõe os programas Olímpicos e Paraolímpicos.

Desde sua criação em 2005, com o objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas, o programa já ofereceu mais de 43 mil bolsas, com investimentos superiores a R$ 521 milhões. Atualmente, são cinco as categorias de bolsa oferecidas pelo Ministério do Esporte: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paraolímpico, além da categoria Atleta Pódio.

Plano Brasil Medalhas

Com o objetivo de colocar o Brasil entre os 10 primeiros colocados no quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros dos Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, foi lançado, em 2012, o Plano Brasil Medalhas.

O Plano destina-se a formar novas gerações de atletas das modalidades e estruturar centros de treinamentos que atendam desde as equipes principais do alto rendimento até as categorias de base. Além do financiamento já existente ao esporte de alto rendimento, o Plano Brasil Medalhas assegurou R$ 1 bilhão adicional aos esportes olímpicos e paraolímpicos em sua preparação para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Uma parte desse montante, R$ 690 milhões, destina-se a apoiar as seleções, por diversas ações, entre elas a Bolsa Pódio (criada pela Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011), contratação de técnicos e equipes multidisciplinares, compra de equipamentos e materiais e viagens para treinamentos e competições.

Os outros R$ 310 milhões estão sendo utilizados em construção, reforma e equipagem de centros de treinamento de várias modalidades e complexos multiesportivos.

As modalidades olímpicas apoiadas pelo Plano são: águas abertas (novo nome para maratona aquática), atletismo, basquetebol, boxe, canoagem, ciclismo BMX, futebol feminino, ginástica artística, handebol, hipismo (saltos), judô, lutas, natação, pentatlo moderno, taekwondo, tênis, tiro esportivo, triatlo, vela, vôlei e vôlei de praia. As paraolímpicas são: atletismo, bocha, canoagem, ciclismo, esgrima em cadeiras de rodas, futebol de cinco, futebol de sete, goalball, halterofilismo, hipismo, judô, natação, remo, tênis de mesa e voleibol sentado.

Outra ação do Plano Brasil Medalhas 2016 é a destinação de recursos para construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento, selecionados em conjunto com os Comitês Olímpico e Paralímpico, as confederações nacionais, clubes, Estados e Municípios. Desses, 21 são centros de modalidades olímpicas e um paraolímpico, seguindo a recomendação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que vai unificar todas as modalidades em um só local de treinamento. O apoio também prevê a aquisição de equipamentos esportivos.

As empresas estatais também fazem parte do projeto ao apoiar modalidades esportivas por meio de patrocínio: Banco do Brasil (apoio à vela, vôlei de praia, vôlei de quadra e o pentatlo moderno), Banco do Brasil e Correios (handebol), Banco do Nordeste (triatlo), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (canoagem e hipismo), Caixa Econômica Federal (atletismo, ciclismo, BMX, futebol feminino, ginástica, lutas, modalidades paraolímpicas e tiro esportivo), Correios (natação, águas abertas e tênis), Eletrobras (basquetebol), Infraero e Petrobras (judô) e a Petrobras (boxe e taekwondo).

Programa Atleta Pódio

O Programa oferece apoio diferenciado aos atletas, com bolsas que variam de R$ 5 mil a R$ 15 mil. O principal ponto para entrada é o atleta figurar entre os 20 primeiros colocados no ranking mundial das respectivas modalidades olímpicas.

O Programa define a forma, os critérios e os apoios para os atletas do Plano Brasil Medalhas, ou seja, aqueles que competem em modalidades individuais com maiores chances de conquista de medalhas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicas Rio 2016. Desde 2013, quando entrou em vigor, a categoria já contemplou 220 atletas, sendo 157 em 2013 e 63 em 2014.

Centro de Iniciação ao Esporte (CIE)

Objetiva a construção de instalações esportivas com a adoção de parâmetros oficiais, com o intuito de ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras, permitindo a identificação de talentos e a formação de atletas nos Municípios e estimulando o desenvolvimento da base do esporte de alto rendimento nacional, de forma a atender crianças e jovens que iniciarem a prática de modalidades olímpicas e paraolímpicas.

O Ministério do Esporte aprovou 285 projetos que beneficiam 263 Municípios brasileiros distribuídos por regiões da seguinte forma: Centro-Oeste, 19; Nordeste, 77; Norte, 27; Sudeste, 104; Sul, 36. Dos 285 projetos aprovados foram assinados 269 Termos de Compromisso. Os entes selecionados já concluíram a primeira etapa do Projeto, referente à entrega dos projetos de sondagem, fundação e implantação à Caixa. Os Municípios já estão na segunda etapa, referente ao Início da Obra, tendo no máximo 180 dias para conclusão da obra para os Modelos 1 (Ginásio) e 2 (Ginásio e Quadra Externa Descoberta), e 210 para conclusão da obra para o Modelo 3 (Ginásio e Estrutura de Atletismo).

O ME desenvolveu a concepção do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). O projeto integra, num só espaço físico, atividades de iniciação e de formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, seis paraolímpicas e uma não olímpica.

Os diferenciais do Programa são: fornecimento de projeto-padrão básico para tornar mais ágil a ação; pagamento do projeto de adaptação (implantação, sondagem e fundação) pelo órgão gestor – ME; projetos com tipologia compatível com os dados eólicos de cada região do País, permitindo economicidade e segurança; adaptabilidade do projeto para criação de centros especializados em determinadas modalidades esportivas; possibilidade de alteração do modelo de projeto-padrão básico inscrito no ato da seleção para outro de dimensão inferior, com o objetivo de adaptação ao terreno selecionado.

Com isso, amplia-se a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em áreas de alta vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras.

Rede Nacional de Treinamento

A Rede Nacional de Treinamento está sendo estruturada pelo Governo Federal em parceria com Estados, Municípios e universidades. Instituída por meio da Lei nº 12.395/2011, tem como finalidade identificar e desenvolver talentos e jovens atletas

nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais e locais, a rede é coordenada pelo Ministério do Esporte, em parceria com o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e centros regionais e locais.

A ação articulada tem a finalidade de disseminar métodos de treinamento; desenvolver e aplicar ciência e medicina do esporte; capacitar profissionais e expandir conhecimento esportivo; proporcionar encadeamento de carreira ao atleta; modernizar instalações esportivas; e viabilizar materiais adequados a cada fase de preparação do atleta.

Objetiva organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. A Rede integra os centros esportivos locais, regionais e nacionais com a finalidade de propiciar um caminho ao atleta, desde a iniciação esportiva até o mais alto grau de competitividade e requer modernização de estruturas, padronização de metodologias, troca de experiências e melhoria da gestão do esporte brasileiro, com a contribuição essencial da medicina, ciência e tecnologia aplicadas ao esporte.

Os projetos estão em diferentes estágios, desde instalações inauguradas nos últimos anos e em pleno funcionamento, outras prontas para inauguração ainda em 2014, até as que estão com obras em andamento, e ainda as que se encontram em fase de projeto ou com licitações em andamento ou concluídas.

As obras são de responsabilidade da parte conveniada (órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, consórcio público ou entidade privada sem fins lucrativos) com o ME.

Pactua a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, tendo a Rede Nacional conexão com o programa Atleta na Escola, criado em 2013, e com outros programas de esporte educacional ou de iniciação esportiva do Governo Federal, de prefeituras, de confederação esportiva e de outras instituições.

Atualmente há 31 universidades, 3 clubes, 3 instalações militares, 3 complexos multiesportivos, 5 instalações estaduais, 7 instalações municipais e 1 instalação federal, além da previsão de 168 Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs).

Futebol

O Ministério do Esporte está acompanhando e participando das tratativas acerca da tramitação do Projeto de Lei n° 5.201/2013 (Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte), que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas, institui parcelamento especial para recuperação de dívidas pela União, cria Fundo para Financiamento de Iniciação Esportiva e autoriza a criação de novas fontes de recursos para o esporte escolar.

No âmbito do futebol feminino, o ME realizou a I Copa Brasil Escolar Universitária de Futebol Feminino, por meio de Convênio com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), envolvendo 24 Estados; e a VI Copa Libertadores de Futebol Feminino, na cidade de São José dos Campos/SP. Apoiou o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, com a participação de 20 equipes esportivas, que contou com o patrocínio da Caixa Econômica Federal e apoio da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e, para fortalecer a imagem do futebol feminino do Brasil, contribuiu para a realização de oficina de capacitação em El Salvador.

Em apoio à prática de futebol como ferramenta de desenvolvimento social, foram realizadas visitas técnicas a Municípios brasileiros, visando a implementação da qualificação e requalificação de campos de futebol de várzea, o que será executado em 2015. Foi implementado o projeto “Inclusão Social por meio da Pratica Esportiva do Futebol – Fase II”, decorrente do Acordo de Cooperação Técnica Bilateral Brasil-Benin, que tem por objetivo fornecer qualificação em práticas desportivas, na cidade de Ribeirão Preto/SP, a 22 (vinte e dois) jovens beninenses de idade entre 14 e 15 anos, em situação de vulnerabilidade social.

Na promoção da defesa dos direitos do torcedor, foi realizado um ciclo de Seminários: “Uma Década do Estatuto do Torcedor e a Violência nos Estádios”, cujo objetivo central é a criação de uma cooperação regular entre as instâncias do futebol, da polícia e da justiça, buscando promover a articulação entre todos os entes federados.

Especificamente na prevenção da violência, foi realizado o III Seminário Nacional de Torcidas Organizadas que teve por foco a estruturação de uma organização de torcedores em nível nacional visando a interlocução com órgãos e políticas públicas voltadas para construção de uma política de paz nos espetáculos esportivos.

Para promover a articulação entre os órgãos federais, estaduais e municipais que tenham relação direta com a prevenção e o enfrentamento às questões de segurança pública dos torcedores, foram realizadas reuniões com representantes do Ministério da Justiça, do Ministério Público, das Federações de Futebol, das Polícias Militar e Civil e das Torcidas Organizadas. Essas iniciativas têm o objetivo de pacificar os estádios e arenas de futebol no País e garantir o respeito aos direitos do torcedor. Tendo como finalidade dar efetividade ao art. 2º- A do Estatuto do Torcedor, o ME desenvolveu o cadastro de torcidas organizadas, com o objetivo de identificar os locais de atuação e os principais responsáveis pelas torcidas organizadas em todos os Estados do Brasil.

Com o intento de promover a paz pela integração social, foram iniciadas conversações, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com o Governo da Alemanha, tendo por objetivo promover um acordo internacional de cooperação.

Com o propósito de desenvolver mecanismos de integração, monitoramento e cooperação voltados ao enfrentamento da violência no futebol, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica n° 015/2014, com o Ministério da Justiça, visando criar um ambiente de coordenação integrado para planejamento e execução de ações conjuntas ao enfrentamento da violência nos estádios e em seu entorno.

Com vistas a implementar melhorias contínuas nas áreas de segurança, acessibilidade e conforto, houve a finalização da metodologia do Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios, como uma das etapas do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 24/2012, firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo sua aplicação a 154 estádios de futebol.

Tendo por finalidade a elaboração de estudo e a identificação de medidas necessárias ao aperfeiçoamento das condições de segurança nos espetáculos esportivos, o ME deu ênfase às reuniões da Comissão Nacional de Prevenção e Segurança nos Espetáculos Esportivos (Consegue), dando início à criação das Câmaras Temáticas, que têm por objetivo promover estudos que auxiliem os membros da Consegue na tomada de decisões.

A seguir, apresenta-se o nível de realização das metas quantitativas do Objetivo 0676 do Programa 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos:

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0676

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.	%	100	69	84	97	97,0%	SNEAR/ME
Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas, visando a integração com projetos de inclusão social.	Torcidas cadastradas	475	0	0	169	35,6%	SNFDT/ME
	Estádios Mapeados	166	0	0	154	92,8%	SNFDT/ME
Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.	%	100	100	100	100	100%	SNEAR/ME
Estimular a profissionalização da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte, com ênfase nas entidades dos programas Olímpicos e Paraolímpicos.	%	100	71,42	71,42	71,42	71,42	SNEAR/ME
Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.	Campeonatos regionais realizados	37	1	4	9	24,3%	SNFDT/ME

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento –Siop.
SNEAR/ME – Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte.
SNFDT/ME – Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte.

Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016: considerando o valor acumulado entre 2012 e 2014, a SNEAR apoiou 59 das 61 modalidades que compõem os programas Olímpico e Paraolímpico Rio 2016, alcançando 97% da meta acumulada. Cabe ressaltar que em 2014 houve um avanço de 13% na meta, com a contemplação de mais 8 modalidades.

Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas, visando à integração com projetos de inclusão social: foi desenvolvido o Sistema de Cadastramento de Torcidas Organizadas que permitiu a identificação de 169 torcidas de 22 Estados, possibilitando a integração, socialização e projeção de criação de uma Associação Nacional de Torcedores, visando o diálogo com os órgãos de segurança pública na promoção da cultura pela paz nos espetáculos esportivos, ainda, efetuado o mapeamento de 154 estádios de futebol, nos quais foram realizados estudos técnicos de classificação e mapeamento da situação atual, em conformidade com os laudos técnicos exigidos pelo Estatuto do Torcedor.

Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias: na primeira fase do pleito, destinada a atletas que praticam modalidades que compõem os Programas Olímpico e Paralímpico, foram cadastrados 7.575 interessados, dos quais

6.703 foram contemplados. Os atletas inscritos que não foram contemplados deixaram de cumprir os critérios de concessão e por isso tiveram as solicitações indeferidas. Na segunda fase do pleito, destinada a atletas de modalidades dos Programas Pan-Americano, Parapan-Americano e a modalidades que não compõem nenhum Programa oficial, foram registrados 1.131 inscritos, dos quais 338 exclusivamente das modalidades dos Programas Pan e Parapan-Americano. O número geral de contemplados na segunda fase foi de 734 atletas, sendo 246 atletas das modalidades dos Programas Pan e Parapan-Americano.

Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino: na busca pelo desenvolvimento do esporte, foram realizados campeonatos nacionais femininos nas categorias estudantil, universitário e profissional e incentivada a participação de equipes e da seleção brasileira em campeonatos e torneios internacionais.

Estimular a profissionalização da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte, com ênfase nas entidades dos programas Olímpicos e Paraolímpicos: a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, propiciou alterações na Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé) e especialmente nos Art. 18 e 18-A da respectiva norma, que passaram a ter efeito em abril de 2014. Estes artigos determinaram às Entidades do Sistema Nacional do Desporto, tais como comitês olímpico e paraolímpico nacionais, confederações e federações esportivas, entidades de práticas esportivas (clubes), ligas esportivas e Confederação Brasileira de Clubes, o cumprimento de uma série de medidas voltadas à melhoria e transparência da gestão dessas Entidades como condição "sine qua non" para o recebimento de recursos da administração pública federal direta e indireta.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0676

Interligar e alinhar Centros de Treinamento nacionais, regionais e municipais - Rede Nacional de Treinamento: atualmente há 31 universidades, 3 clubes, 3 instalações militares, 3 complexos multiesportivos, 5 instalações estaduais, 7 instalações municipais e 1 instalação federal, além da previsão de 168 CIE. Em 2014, foram concluídas três instalações de alto rendimento para modalidade de atletismo em parceria com as Universidades Federais do Rio Grande do Norte, de Goiás e do Maranhão. Ainda na modalidade atletismo, estão em execução 14 instalações em parceria com Universidades Federais e Municípios, além de outras 10 instalações com operações contratadas.

Estimular a formação de atletas e árbitros em parceria com os clubes esportivos e entidades representativas de árbitros: além do investimento direto em congressos e cursos de capacitação voltados aos atletas, árbitros, técnicos, dirigentes e estudiosos do esporte é propiciado o intercâmbio tecnológico e científico no meio esportivo. Em 2014, foram formalizados convênios e parcerias para o atendimento de aproximadamente 7.300 beneficiários entre eventos/competições esportivas e congressos de modalidades esportivas como: atletismo, basquetebol, balonismo, futsal, futebol de areia, motocross, velocross, modalidades paraolímpicas (natação, voleibol sentado, tênis de mesa, basquete em cadeira de rodas, futebol de cinco, futebol de sete).

Objetivo 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 servirão como uma oportunidade de fortalecimento dos direitos de cidadania dos brasileiros por meio do esporte. O crescimento esportivo do País tem como base a ampliação da prática esportiva e estruturação de modalidades olímpicas e paraolímpicas, com suporte em uma rede nacional de treinamento. O resultado esperado é a classificação do Brasil entre os cinco primeiros no quadro de medalhas nos Jogos Paraolímpicos e entre os dez primeiros nos Jogos Olímpicos.

O Governo Federal juntamente com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro se comprometeram em assegurar que sejam cumpridas exigências do Comitê Olímpico Internacional (COI) e do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Dessa forma, foi constituído o Consórcio Público denominado Autoridade Pública Olímpica (APO) para cumprir os compromissos assumidos e articular a participação das três esferas de governo.

Para a integração interinstitucional e a coordenação e gerenciamento das ações estratégicas, táticas e operacionais entre o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016™, os três níveis de Governo e a APO, foi definida uma estrutura de governança com vistas a agilizar a concretização dos projetos. Nesse contexto, foi criado, em 2012, o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que é auxiliado pelo Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (Geolimpíadas).

Com o compromisso de colocar o Brasil em posição jamais vista no quadro de medalhas de uma edição dos Jogos, inserindo-o no seleto clube de potências olímpicas, bem como garantir legado amplo e duradouro para o esporte e para o País, o ME vem trabalhando em diversas iniciativas em parceria com o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), além de universidades e outras instituições ligadas ao esporte de alto rendimento nacional. Para alcançar e consolidar os resultados, o Ministério do Esporte vem sistematicamente planejando e executando uma série de ações que contemplam investimentos que vão além do atleta de alto rendimento, abarcando fatores que o circundam e favorecem seu desenvolvimento, como a infraestrutura necessária para treinamentos desde a iniciação e base esportiva até o alto rendimento.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0687 DO PROGRAMA 2035 - ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo.	% de execução	100	0	16,8	53,9	53,9%

Fonte: SNEAR/ME / Siop.

Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo: diversos projetos tiveram suas execuções autorizadas para implantação de infraestrutura, entre outros projetos correlatos, o que permite a geração e a ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como a implementação de infraestrutura esportiva por meio de alocação de recursos para reforma, ampliação, e construção de novos empreendimentos. Todo o acompanhamento é realizado por meio da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento juntamente com a Secretaria Executiva na coordenação e integração das ações governamentais na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

ANÁLISE DA META QUALITATIVA DO OBJETIVO 0687

Garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Conforme compromisso assumido com o Comitê Olímpico Internacional à época da candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, caberia ao Governo Federal, entre outras tarefas, o financiamento da construção e ampliação de todas as instalações esportivas dos parques olímpicos da Barra da Tijuca e de Deodoro para os Jogos Rio 2016.

As obras para os Jogos de 2016 na Barra estão em andamento, tais como projetos básicos e executivos das instalações esportivas, construção do Centro Olímpico de Tênis, construção do Velódromo, construção do Centro Olímpico de Handebol Hall 4, construção do Centro Olímpico de Esportes Aquáticos, adequação do Parque Aquático Maria Lenk, infraestrutura do Parque Olímpico da Barra – redes de água, luz, esgoto, construção do Centro Internacional de Radio Difusão (IBC), construção do Centro Olímpico de Treinamento – Halls 1, 2 e 3, construção do Centro Principal de Mídia (MPC), Parque Olímpico da Barra – Domínio Comum – pavimentação, paisagismo, construção de Hotel da Mídia, Infraestrutura da Vila Olímpica e Paraolímpica, construção da Vila Olímpica e Paraolímpica, Golfe, construção do Parque dos Atletas, construção da primeira linha de alimentação do Parque Olímpico da Barra, construção da segunda linha de alimentação do Parque Olímpico da Barra, construção da subestação de energia elétrica do Parque Olímpico da Barra, instalações complementares dos equipamentos esportivos, além de instalações complementares dos equipamentos não esportivos.

Em Deodoro, constam os seguintes projetos/ações: Estádio Olímpico de Canoagem Slalom, Centro Olímpico de BMX, Arena Deodoro, Centro Nacional de Hóquei sobre Grama, Domínio Comum do Parque Radical, Infraestrutura da instalação de Mountain Bike, Infraestrutura do Centro Aquático de Pentatlo Moderno, Adequação do Centro Nacional de Tiro Esportivo, Adequação do Centro Nacional de Hipismo (Pista de Cross Country, Arena de Salto e Adestramento, Clínica Veterinária, Acomodações dos Tratadores e Baias dos Cavalos), Construção da primeira linha de alimentação do Complexo Esportivo Deodoro, Construção da segunda linha de alimentação do Complexo Esportivo Deodoro, Instalações complementares dos equipamentos esportivos, além das Instalações complementares dos equipamentos não esportivos.

Já na Região de Copacabana, teremos a Reforma do Estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas, Adequação da Marina da Glória, Instalações complementares dos equipamentos esportivos, Instalações complementares dos equipamentos não esportivos.

Na Região Maracanã, Estádio Olímpico João Havelange – reurbanização do entorno, Quadras de aquecimento da Arena Maracanãzinho, Adequação do Parque Aquático Julio Delamare, Adequação do Estádio Olímpico João Havelange, Sambódromo – construção de novas arquibancadas, Sambódromo – reforma e reparo das fundações, além das Instalações complementares dos equipamentos esportivos e não esportivos. Com recursos da União e tendo como executor a Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

4.28. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), conforme definido na Lei nº 10.683, de 2003, e em seu Planejamento Estratégico para o período 2014 a 2022, tem como missão formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma articulada e pactuada com os atores públicos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável.

Entre as políticas públicas desenvolvidas pelo MMA encontra-se a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), uma das iniciativas mais eficazes em âmbito mundial no enfrentamento das mudanças climáticas, criada pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. A PNMC visa, entre outros pontos, à compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a proteção do sistema climático; à redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa nas diferentes fontes; ao fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional; e à implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas três esferas da Federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos.

No cumprimento das realizações dessa política, em 2014, o MMA deu continuidade ao diálogo com atores setoriais, sociedade civil e entes subnacionais para o entendimento, a geração e a disseminação de conhecimento e delineamento de ações coordenadas sobre mitigação e adaptação às mudanças do clima.

Nesse sentido, por meio de suas secretarias e unidades vinculadas, concluiu a revisão das ações do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), desenvolveu operações complexas para combater 183.528 focos de calor em todo o País, além de ações de fiscalização ambiental que contribuíram para a redução do desmatamento ilegal na Amazônia em 4.848km². Com isso, o Brasil já alcançou 70% do compromisso assumido na Conferência de Copenhague de reduzir, até 2020, 80% do desmatamento na Amazônia em relação à média de 19.625km2 observada entre os anos de 1996 e 2005.

A governança da PNMC cabe ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) e seu Grupo Executivo (GEx), instituídos pelo Decreto n° 6.263, de 21 de novembro de 2007. Os instrumentos para sua execução são, entre outros: o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima) e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima).

Vinculado ao MMA, o Fundo Clima disponibiliza recursos destinados ao financiamento de projetos, estudos e empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação aos seus efeitos. Dessa forma, em 2014, lançou dois editais de seleção de projetos nas seguintes linhas: i) projetos e estudos para aproveitamento energético do biogás e da energia solar; e ii) serviços ecossistêmicos: recuperação, proteção e restauração de nascentes e de ambientes naturais. Tais editais geraram, até o momento, cinco projetos. Além disso, realizou as segundas parcelas relativas aos projetos de recuperação e sistematização da base de dados meteorológicos do País e do desenvolvimento de metodologia de impactos das mudanças do clima globais sobre os recursos hídricos do Cerrado. Apoiou, ainda, o sistema de coleta de informações oceanográficas, fortalecendo o Programa Nacional de Boias (PNBOIA), da Marinha do Brasil, bem como a construção de indicadores de vulnerabilidade da população como insumo para a elaboração das ações do Plano Nacional de Adaptação.

Em continuidade às ações da PNMC, foi iniciada a implementação dos Planos Setoriais de transportes (de cargas e mobilidade urbana); indústria de transformação (papel e celulose, alumínio, cimento, ferro-gusa e aço e química); mineração e serviços de saúde.

Também se destaca a aprovação, pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), do projeto “Produção de carvão vegetal renovável e sustentável para a indústria siderúrgica no Brasil”. O objetivo desse projeto é reduzir as emissões de gases de efeito estufa na cadeia produtiva de ferro e aço no Estado de Minas Gerais. O comitê que coordena o projeto é composto pelos representantes do Governo Federal, do Governo de Minas Gerais e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil), englobando recursos da ordem de USD$ 43,95 milhões, sendo USD$ 7,15 milhões de recursos a fundo perdido do GEF.

Para o monitoramento e acompanhamento das reduções de emissões de gases de efeito estufa (GEE), foi criado o Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento de Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa (SMMARE), que terá a implementação de alguns módulos em 2015. Os primeiros resultados do módulo do SMMARE, relacionados ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), obtidos em 2014, indicaram uma redução média superior a 650 milhões de toneladas de CO2 entre 2010 e 2013.

Além das questões relacionadas a mudanças climáticas, o MMA priorizou suas iniciativas ligadas à regularização ambiental rural; revitalização de bacias hidrográficas; gestão ambiental urbana; qualidade ambiental e a licenciamento.

Para viabilizar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), lançado nacionalmente, por meio da IN/MMA nº 2, de 05 de maio de 2014, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Lançamento e disponibilização do módulo de inscrição do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e desenvolvimento do respectivo módulo de análise;
- Realização de investimentos na aquisição de novas coberturas de imagens de satélite de alta resolução para todo o País e na integração com os sistemas estaduais;
- Desenvolvimento e implantação do Sistema de Acompanhamento dos Acordos de Cooperação Técnica firmados com todas as unidades da Federação, permitindo acompanhar a implementação do CAR nas 27 Unidades da Federação;

- Desenvolvimento e lançamento da plataforma de capacitação à distância para mais de 30 mil pessoas, sendo 20 mil capacitações realizadas já em 2014, com o objetivo de formar multiplicadores para apoiar a realização do CAR dos imóveis rurais;
- Desenvolvimento do sistema Webambiente para promover a integração de ações e de informações para disponibilizar soluções tecnológicas para uso, recuperação e restauração de ambientes em áreas de reserva legal e de preservação permanente dos seis biomas nacionais;
- Captação de recursos internacionais na ordem de R$ 150 milhões para apoio à implementação do CAR e dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) em áreas prioritárias no Cerrado e na Amazônia;
- Implementação dos Acordos de Cooperação Técnica com entidades públicas e privadas representativas dos produtores rurais e instituições bancárias visando à promoção e ao apoio à regularização ambiental de imóveis rurais, com foco no CAR. Também foram firmados sete convênios, para auxiliar na implementação do CAR, com os Estados do Pernambuco, Tocantins, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Acre e Pará.

No que tange à revitalização de bacias hidrográficas, ressalta-se que está em fase de contratação a avaliação da implementação dos últimos dez anos do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), com a finalidade de identificar acertos, corrigir rumos, definir prioridades e orientar a continuidade do programa como um modelo de atuação em bacias hidrográficas. O diagnóstico e o plano de ação serão realizados com base nos resultados alcançados até 2014.

Entre as ações realizadas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, destacam-se:

- projetos de manejo integrado de microbacias que contemplam intervenções destinadas à conservação da água e do solo;
- implementação das atividades dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD), que visam implantar e difundir modelos demonstrativos de restauração de ambientes florestais;
- realização de Operações de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), com vistas a promover a recuperação da bacia e estimular práticas que reparem e previnam danos ambientais;
- extensão das ações de saneamento contempladas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir da implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades ribeirinhas;
- realização de obras de esgotamento sanitário (ligações domiciliares, unidades sanitárias, coleta, elevação, tratamento e destinação final de efluentes); e
- fundação de consórcios intermunicipais de sistemas de tratamento de resíduos sólidos.

Também foram realizadas ações de recuperação e conservação ambiental na Região Hidrográfica do Alto Paraguai. Além disso, encontra-se em andamento o projeto "Capacitação para o desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do rio Taquari", em parceria com o Estado de Mato Grosso do Sul. Aliado a repasses feitos pela Caixa Econômica Federal para ações nas áreas de resíduos sólidos, recomposição vegetal e recuperação de áreas degradadas, esse convênio possibilita capacitação de técnicos estaduais e municipais, de produtores rurais e da comunidade escolar de Municípios da região para gestão de resíduos sólidos.

Para mitigar os impactos da urbanização no meio ambiente, notadamente no que se refere à biodiversidade e a recursos hídricos, foram desenvolvidas as seguintes ações, destacando-se dentre elas:

- Mapeamento da cobertura vegetal e dos corpos d'água existentes nas áreas efetivamente urbanizadas em 732 Municípios, contemplando uma amostragem de todos os biomas nacionais;
- Elaboração de subsídios para consolidação de indicadores de qualidade ambiental urbana por meio da proposição de 47 indicadores principais e 35 suplementares com o objetivo de possibilitar a avaliação de vulnerabilidades e fragilidades ambientais em áreas urbanas;
- Elaboração de subsídios para desenvolvimento de metodologia de integração de instrumentos de planejamento urbano e territorial permitindo aos gestores estaduais, municipais e de regiões metropolitanas a aplicação de plano diretor, de forma integrada com os planos de habitação, saneamento, recursos hídricos e Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE);
- Realização de tradução e impressão do documento - O Panorama das Cidades e da Biodiversidade, (*Cities and Biodiversity Outlook* – CBO), para contribuir com o cumprimento das 20 Metas da Biodiversidade de Aichi até 2020; e
- Início da elaboração de Cartas de Vulnerabilidades para nove regiões metropolitanas do Brasil e a construção de uma proposta de Política Nacional de Gestão Ambiental Urbana.

Com relação à qualidade ambiental, destaca-se a aprovação do Projeto de Desenvolvimento da Convenção de Minamata sobre Mercúrio – Avaliação Inicial no Brasil pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Constituem objetivos desse projeto: inventariar fontes de liberações de mercúrio; levantar capacidade analítica e laboratorial; produção científica; e proposta de priorização de medidas de gestão e controle para as principais fontes de mercúrio.

Merecem destaque especial as ações voltadas para as emergências ambientais com produtos químicos perigosos, citando-se a conclusão do mapeamento das áreas de risco de acidentes com produtos químicos perigosos na Região Metropolitana de Recife, com a finalidade de mitigar os danos causados por esses produtos ao meio ambiente e à saúde humana naquela região.

Também foi lançado o Sistema Nacional de Emergências Ambientais (Siema), uma ferramenta online e transparente de comunicação de acidentes ambientais, incluindo acidentes com óleo e demais produtos perigosos.

Por fim, no que tange ao Licenciamento Ambiental Federal (LAF), o ano de 2014 encerrou com 1.866 projetos nas mais diversas fases do LAF, que compreendem desde a avaliação de viabilidade ambiental até o acompanhamento dos impactos da operação dos empreendimentos.

Ressalta-se que, em 2014, 9.207 pessoas foram diretamente envolvidas nos debates sobre a avaliação ambiental dos empreendimentos, por meio de 34 reuniões e audiências públicas relacionadas aos processos em licenciamento. Foram avaliados 812 pedidos de licença, havendo a devolução para readequação de sete estudos ambientais.

Visando à modernização e ao fortalecimento do LAF, foram desenvolvidos estudos conceituais, para maior consistência técnica às análises do órgão, envolvendo: i) elaboração de estudos comparativos internacionais sobre licenciamento e avaliação de impactos ambientais, e elaboração de proposta de matriz de impacto, por tipologia de empreendimento, para orientação e padronização da análise de impacto ambiental e gestão e acompanhamento dos programas ambientais; ii) mapeamento de competências, habilidades e atitudes da área de licenciamento para capacitação dos servidores; e iii) fortalecimento da infraestrutura para solução integrada em Tecnologia da Informação do Ibama.

PROGRAMA 2050 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O aumento dos registros e da intensidade das mudanças do clima vem impondo a necessidade de estruturar estratégias de adaptação adequadas às realidades nacionais. Temas como a análise da vulnerabilidade à mudança do clima e medidas adaptativas começaram a exigir a atenção dos governos e consequentemente passaram a ocupar mais espaço nas agendas tanto dos governos quanto da sociedade de forma ampla.

Historicamente, o Brasil vem contribuindo de forma relevante no enfrentamento à mudança do clima. Programas e iniciativas governamentais são responsáveis por reduções das emissões de gases de efeito estufa e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Nesse sentido, destaca-se a formulação do Programa 2050 – Mudanças Climáticas, instituído no Plano Plurianual – PPA 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012), o qual compõe um dos instrumentos de coordenação da implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, mediante a promoção de sinergias entre o Poder Público e a sociedade civil.

Tem como objetivo a construção de uma política nacional coesa e consistente capaz de preparar o País para os desafios advindos da mudança do clima. Dessa forma, teve seus objetivos e metas formulados a partir dos marcos legais que regem a agenda, com destaque para:

Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, em inglês), criada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro em 1992.

O texto da convenção foi assinado e ratificado por 175 países, reconhecendo a necessidade de um esforço global para o enfrentamento das questões climáticas. Com a entrada em vigor da Convenção do Clima, os representantes dos diferentes países passaram a realizar anualmente reuniões conhecidas como Conferências das Partes (COPS) para discutir a implementação da convenção.

Protocolo de Quioto, tratado internacional que estipulou as metas de reduções obrigatórias dos principais gases de efeito estufa para o período de 2008 a 2012. Pelo tratado, os países desenvolvidos e industrializados, por serem responsáveis históricos das emissões e terem mais condições econômicas para arcar com os custos, seriam os primeiros a assumir as metas de redução até 2012.

Entretanto, o não-atingimento das metas por diversos países foi motivo de prorrogação do protocolo até 2020.

REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, mecanismo criado para evitar o desmatamento e consequentemente as emissões de gases de efeito estufa.

Esse mecanismo surgiu em 2007, durante a Conferência das Partes em Bali na Indonésia, incluindo, posteriormente, no seu conceito, atividades de conservação, manejo sustentável das florestas em países em desenvolvimento, denominado REDD+.

O Programa Mudanças Climáticas possui dois objetivos e sete metas em seu escopo. Dessas, quatro estão sob a responsabilidade do MMA. A seguir, serão apresentadas informações referentes ao objetivo 0698, tais como sua descrição e seus principais resultados alcançados em 2014.

O Objetivo 0698 tem como finalidade desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional, de acordo com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0698 DO PROGRAMA 2050 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS (EM R$ MILHÕES)

Programa "2050"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2013	2014
No Exercício (1)	0698	1,78	3,76
RPNP (2)		377,06	14,03
Gastos Tributários		-	-
Total		**378,84**	**17,79**

[1]Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
[2]Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
Fonte: Siop, em 05/02/2015.

O Programa Mudanças Climáticas apresentou um decréscimo nos valores liquidados referentes ao período 2013-2014, conforme demonstra o quadro anterior, de aproximadamente R$ 360,0 milhões, devido à não execução da ação 00J4 – Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima no exercício de 2014, justificada pela não liberação dos recursos financeiros pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Além disso, destaca-se que o restante das ações que compõem o programa citado não obteve significativas variações de execução orçamentária em relação ao exercício de 2013, ressaltando-se que a ação com maior variação foi a 20W1 - Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, crescendo em 30% sua execução em 2014.

Mesmo com o contingenciamento de seu orçamento, o valor total liquidado é maior em razão da liquidação das despesas inscritas em restos a pagar.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0698 DO PROGRAMA 2050 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas	Projeto apoiado	40	78	159	166	400	Ministério do Meio Ambiente
	Empreendimento apoiado	20	0	2	4	20	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Entre 2012 e 2014, foram apoiados 166 projetos e quatro empreendimentos com recursos não reembolsáveis provenientes de parceria com 46 instituições públicas e não governamentais. Cerca de 1/3 das parcerias realizadas já foram concluídas.

O Fundo já investiu em recursos não reembolsáveis cerca de R$ 95 milhões em implantação de infraestrutura de coleta e tratamento de informações climáticas, monitoramento de emissões, desenvolvimento de metodologias e procedimentos técnico-científicos, avaliação e prevenção de riscos e de impactos, projetos experimentais de recuperação e adaptação nas áreas vulneráveis dos ecossistemas costeiros e semiáridos, nas áreas desmatadas e de ocupação inadequada.

Quanto aos recursos reembolsáveis, por intermédio do seu agente financeiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo constituiu um conjunto de recursos por meio do Programa Inova Sustentabilidade, criado pelo BNDES, pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e pelo MMA, que se encontra em adiantado estado de análise.

Dentre os seus resultados expressivos, o Fundo Clima apoiou o projeto de práticas inovadoras de desenvolvimento social no semiárido, conhecido como Adapta Sertão, desenvolvido pela Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH) com o envolvimento de 14 Municípios da Bacia do Jacuípe - BA.

O projeto já recebeu o prêmio Mandacaru, do Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS), em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), e o prêmio Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), da Presidência da República, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O sucesso do projeto levou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a investir na ampliação das ações para outras áreas do Estado da Bahia. Recentemente, foi lançado o Selo Baixo Carbono para compensação de emissões na Copa do Mundo FIFA 2014. O projeto, também apoiado pelo Fundo Clima, foi desenvolvido pelo MMA em parceria com o Pnud, para estimar as emissões de gases de efeito estufa e elaborar metodologia de compensação nas 12 cidades-sedes da Copa do Mundo.

O Fundo Clima também apoia projetos na área de combate à desertificação para aumentar a resiliência da população, com propostas de intervenções físicas para retenção de água, de assistência técnica ao pequeno produtor, de capacitação de técnicos, estudantes e produtores para adaptação à seca, e de disseminação do manejo florestal, além da instalação de equipamentos de natureza mitigatória como cisternas e poços tubulares, secadores solares, fogões ecológicos e fornos ecoeficientes.

Na zona costeira, o Fundo apoia o Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SIMCosta), desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande, e o Programa Nacional de Boias (PNBoias), desenvolvido pela Marinha, para coleta de informações meteo-oceanográficas.

METAS QUALITATIVAS DO OBJETIVO 0698

Aprovar marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD)

A Estratégia Nacional de REDD+, um dos requisitos para obter o reconhecimento internacional dos resultados alcançados pelo País, é o documento que formaliza à sociedade brasileira e aos países signatários da UNFCCC como o Governo brasileiro estrutura os seus esforços e pretende aprimorá-los até 2020 para receber pagamentos por resultados de mitigação de emissões no setor de florestas, com enfoque em ações coordenadas de prevenção e controle do desmatamento.

Assim, em 2014, o Brasil apresentou à UNFCCC, para avaliação, seu nível de referência de emissões florestais para o bioma Amazônia. Deverá também apresentar o Anexo REDD+ ao Relatório Bienal de Atualização com os resultados de redução de emissões do desmatamento entre 2006 a 2010 no bioma. Outro requisito para o acesso ao pagamento por resultados REDD+ é o sumário de informações sobre a implementação das salvaguardas socioambientais, que será incluído na Terceira Comunicação Nacional do Brasil à UNFCCC a ser apresentada no início de 2015.

Além disso, depois de quatro anos de discussões, foi consolidada minuta de Decreto que visa aprovar a Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil e criar uma Comissão Nacional para implementá-la, a qual tem como objetivo geral contribuir para a mitigação da mudança do clima por meio da eliminação do desmatamento ilegal, da recuperação dos ecossistemas florestais e do desenvolvimento de uma economia florestal sustentável de baixo carbono.

Atualizar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima e acompanhar a execução dos Planos Setoriais

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima é um plano dinâmico, reavaliado constantemente para que possa ser implementado em consonância com a realidade da sociedade brasileira. Quando da sua elaboração em 2008, consolidou todas as iniciativas governamentais em andamento que contribuíam para a mitigação da mudança do clima, apresentando ações para reduzir a emissão de gases de efeito estufa provenientes de diversos setores socioeconômicos, além de estabelecer ações para adaptação à mudança do clima.

Durante o processo de atualização do Plano Clima, entre 2013 e 2014, foram realizadas 24 reuniões, destacando-se, dentre elas, duas reuniões para apreciação das contribuições da consulta pública eletrônica e dos Diálogos Setoriais, coordenados pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC). A versão consolidada do texto de atualização do Plano Clima foi aprovada pelo Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx) e encaminhado à análise e aprovação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), para posterior submissão ao nível ministerial.

Implementar o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis

Em 2014, muitos foram os avanços na implementação do Plano de Ação em Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). Os temas desenvolvidos se referem às agendas relativas à construção sustentável, a contratações públicas sustentáveis, consumo sustentável, relatórios integrados, finanças sustentáveis, pactos e acordos de cooperação técnica e capacitação.

No que se refere à agenda da construção sustentável, foi produzida a publicação “Aspectos da Construção Sustentável no Brasil e Promoção de Políticas Públicas: Subsídios para a Promoção da Construção Civil Sustentável”, diagnóstico do estado atual da construção civil, cujo objetivo é fornecer subsídios que permitam ao Governo Federal compor um quadro de orientações para a promoção da construção civil sustentável.

No âmbito das contratações públicas sustentáveis, foram analisados os Planos de Gestão de Logística Sustentáveis (PLS), publicados pelos órgãos e entidades do Governo Federal, para avaliar o compromisso com a sustentabilidade. Como resultado, foi produzido um guia para a elaboração dos Planos.

Ainda na área de contratações públicas sustentáveis, em parceria com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), está em curso estudo com o objetivo de identificar, descrever, catalogar e definir critérios socioambientais relativos aos produtos de limpeza e afins, mobiliários e informática, comprados pela administração pública federal (APF), para que possam ser utilizados como instrumentos operacionais efetivos das contratações públicas sustentáveis, no âmbito do sistema de catalogação de materiais

(CATMAT).

No que tange ao consumo sustentável, foi produzida uma série de cadernos de consumo sustentável com o apoio de parceiros estratégicos: “Consumismo infantil: na contramão da sustentabilidade”; “Moradias sustentáveis: economia e durabilidade”; e “Consumir sem desperdício – o lixo nosso de cada dia: cada um fazendo a sua parte”. Foram distribuídas 100 mil cartilhas dessas publicações em todo o País, além da disponibilização no sítio www.consumosustentavel.gov.br.

Com relação à agenda atinente aos Relatórios Integrados de Sustentabilidade, foi constituído Grupo de Trabalho (GT) com dois objetivos: i) apontar diretrizes, ou conteúdo mínimo, que orientem as empresas e instituições quando da elaboração de seus respectivos relatórios, e ii) formular uma estratégia nacional de estímulo à publicação desses relatórios.

Quanto às Finanças Sustentáveis foi publica a Resolução BCB nº 4.327, de 25 de abril de 2014, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Por fim, destaca-se que foi renovada a parceria com a Associação Brasileira de Produtos de Limpeza e Afins (Abipla), por meio de novo pacto setorial, visando à identificação de critérios de sustentabilidade dos produtos de limpeza e afins, os quais deverão ser utilizados como parâmetros das compras públicas sustentáveis do Governo Federal.

Monitorar as emissões setoriais de gases de efeito estufa

A estratégia de monitoramento dos Planos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, previstos pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009), está sendo coordenada pelo MMA, no âmbito do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx).

A coordenação do MMA tem como objetivo auxiliar a proposição de metodologias para o monitoramento e o acompanhamento das reduções de emissões de gases de efeito estufa no âmbito dos planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas e dos planos setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima.

O MMA contratou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e, no escopo deste contrato, foi elaborado o desenho do sistema de monitoramento de emissões, incluindo uma plataforma eletrônica para gerenciamento das informações.

Ao longo de 2013, os produtos do contrato com o CGEE contendo a identificação de metodologias apropriadas ao monitoramento de cada um dos planos foram entregues e a sua implementação foi discutida separadamente com os coordenadores dos planos, com a identificação de entidades parceiras no desenvolvimento da plataforma.

Como resultado, foi proposta a criação do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SMMARE).

Por serem planos heterogêneos, a proposta resultante foi o desenvolvimento do sistema de monitoramento de forma modular.

O MMA recebeu, no primeiro trimestre de 2014, os últimos produtos do Contrato entre MMA e CGEE. A implementação da proposta de desenho do SMMARE está sendo construída, e uma das grandes dificuldades está na carência de recursos humanos nos ministérios setoriais e instituições parceiras, destinados a atender as demandas de elaboração de dados específicos para a realização do monitoramento.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

A partir de 2014, o Ministério do Meio Ambiente deu início à implementação de seu Planejamento Estratégico, instrumento que deverá contribuir para a excelência nos processos de gestão e assegurar o aperfeiçoamento da missão e o alcance da visão da Pasta, no período de 2014 a 2022.

Assim, vem colocando em prática seus objetivos e metas pactuadas durante todo o processo de construção do seu Planejamento Estratégico, tendo, ainda, a intenção de compatibilizar com esse planejamento os objetivos e metas do Plano Plurianual (PPA), por considerar promissores os seguintes resultados advindos dessa junção: o acompanhamento de metas do PPA ocorrerá simultaneamente com os fóruns estratégicos, que são realizados trimestralmente; o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) refletirá de forma mais fidedigna o que está acontecendo no órgão; as informações serão mais unificadas e o número de relatórios deverá diminuir.

Essa iniciativa também se justifica no fato de que o Plano Plurianual vigente, diferentemente do que ocorria com os PPAs anteriores, apresenta um caráter geral e não estabelece procedimentos específicos para órgãos ou entidades do Poder Executivo executarem as atividades de monitoramento.

Destarte, o MMA decidiu estabelecer um modelo de gestão interno para o Plano que previsse a responsabilização dos atores envolvidos na implementação de objetivos e metas.

Em consonância, o Departamento de Gestão Estratégica e a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração propuseram a publicação de uma Portaria que instituísse e regulamentasse, no âmbito do Ministério, uma Política de Monitoramento e Avaliação e dispusesse sobre a gestão dos programas constantes do Plano Plurianual 2012-2015 e das ações da Lei Orçamentária Anual.

Desse modo, foi publicada, em 08 de agosto de 2013, a Portaria MMA nº 331.

Em decorrência dessa situação, o MMA, em conjunto com o

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), iniciou as atividades para a elaboração de um Plano Plurianual que reflita as prioridades da agenda ambiental e possa ser efetivamente implementado, refletindo, inclusive, as demandas sociais.

Dessa forma, encontra-se em elaboração a proposta de compatibilização do Plano Estratégico do MMA com a estrutura de Planejamento do Governo Federal, incluindo suas vinculadas.

A compatibilização do PPA com Plano interno trará ganhos significativos à implementação dos dois instrumentos, pois permitirá que o modelo de gestão do Plano estratégico seja também o foro adequado para o monitoramento constante dos objetivos e metas do PPA.

Nesse contexto, destaca-se que foi criado no Planejamento Estratégico do MMA o indicador de desempenho "Reduções das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) por fontes do setor florestal" vinculado à iniciativa estratégica "Mitigação e Adaptação no Setor de Florestas Brasil + Verde: Mais Proteção, Mais Produção".

A linha de base desse indicador consiste na projeção da redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2020.

O indicador se refere ao setor florestal, cuja redução de emissões de GEE representa mais de 60% do compromisso nacional de redução de emissões de GEE.

O método de apuração do indicador é o percentual da redução de emissões de gases de efeito estufa do setor florestal alcançada em relação à projeção de redução de emissões até 2020 de acordo com o compromisso nacional adotado no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

A base é a taxa anual do desmatamento obtido por meio do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes) e as metas referem-se ao percentual de redução de emissões de GEE alcançado nos respectivos anos.

A seguir, apresenta-se um quadro com todos os dados do indicador.

Indicador	Fórmula de cálculo	Metas	Previsto (Setor Florestal)	Realizado
Redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) por fontes do setor florestal	Percentual da redução de emissões de gases de efeito estufa do setor florestal alcançada em relação à projeção de redução de emissões para 2020 de acordo com o compromisso adotado no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima	2014	18%	22,2%
		2015	19%	
		2016	20%	
		2017	21%	
		2018	22%	
		2019	23%	
		2020	24%	

O intuito do modelo de gestão da estratégia é consolidar o plano estratégico institucional, prezando pelo alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos e permitindo a discussão sobre novos desafios que venham a surgir. Além disso, o modelo tem buscado aprimorar os indicadores, de modo a se ter um efetivo acompanhamento da execução.

4.29. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) atua na gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal e de pessoal civil; na organização e modernização do Estado; na administração de recursos da informação, de informática e serviços gerais; na gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais; na administração patrimonial; na coordenação e definição de critérios de governança corporativa das empresas estatais federais; na coordenação da gestão de parcerias público-privadas e nas negociações, acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais e na gestão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Planejamento exerce suas competências tendo como objetivo a ampliação dos resultados das políticas sociais, a superação das restrições de infraestrutura, a indução do investimento, o estímulo à competitividade e promoção do emprego; contribuindo para o crescimento econômico com redução de desigualdades.

PROGRAMA 2038 – DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Com a economia estabilizada e as instituições democráticas consolidadas, faz-se necessário direcionar a ação do Estado para resultados, buscando o efetivo atendimento das demandas e expectativas da sociedade brasileira, alcançar maior qualidade na prestação dos serviços e melhor ambiente de negócios, capazes de propiciar a competitividade do País e atrair investimentos.

Para alcançar esses objetivos é necessário adotar novas tecnologias de gestão, ampliar o uso das tecnologias de informação, incorporar indicadores de resultado às políticas públicas, aprimorar a coordenação intersetorial e intergovernamental e continuar valorizando, de forma sustentável e responsável, os servidores públicos federais.

Houve, nos últimos anos, avanços importantes no campo da gestão pública no âmbito federal, destacando-se, dentre outros:

- recomposição da força de trabalho, que buscou adequar a quantidade e a qualificação dos servidores públicos às prioridades e às áreas estratégicas de Governo;
- democratização das relações do trabalho e profissionalização dos quadros públicos;
- melhor uso dos recursos públicos e aumento dos investimentos;
- aprimoramento das licitações eletrônicas, por meio do pregão eletrônico, e das contratações conjuntas;
- aperfeiçoamento do processo de gerenciamento intensivo, com inovação dos mecanismos de gestão para enfrentar os desafios colocados pelos projetos estratégicos de Governo, como o PAC;
- ampliação dos mecanismos de participação social (conferências, conselhos, consultas públicas, ouvidorias e mesas de negociação);
- maior atenção aos temas transversais, como juventude, mulheres, igualdade racial e direitos humanos;
- nova forma de perceber e tratar as agendas de políticas públicas, como: o desenvolvimento social e o combate à fome; a pesca; os portos; o controle interno e a prevenção da corrupção;
- ampliação do uso do Governo Eletrônico; e
- valorização do pacto federativo, como requisito presente em várias agendas do governo.

Além da manutenção desses avanços, é preciso mais para que o Estado democrático cumpra sua função precípua de garantir a igualdade de oportunidades, os direitos básicos de cidadania e o desenvolvimento sustentável, com a otimização do uso dos recursos públicos e a produção de melhores resultados para a sociedade.

Para tanto, é fundamental investir no aperfeiçoamento da gestão pública. Melhorar a gestão pública significa atuar nas questões de governança e estruturais, no marco legal e nos grandes processos de governo, bem como na dimensão da gestão das organizações públicas. Significa também contribuir para a construção de um modelo de atuação em bases integradas e cooperativas, orientado para a execução e com foco no bem estar do povo brasileiro.

Para que o Estado possa cumprir adequadamente o seu papel diante da atual dinâmica da sociedade faz-se necessário continuar investindo nas abordagens para a formulação e a implementação das políticas públicas, com novas habilidades da força de trabalho, novas culturas organizacionais e novas práticas de gestão. A administração pública precisa e continuará avançando na simplificação da relação com a sociedade, tornando os serviços públicos cada vez mais acessíveis, em especial àqueles mais necessitados, simplificando procedimentos burocráticos e aperfeiçoando a qualidade do serviço público.

Objetivo 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado

Os exemplos de boas práticas de gestão se multiplicaram em diversas áreas, tendo como foco o fortalecimento institucional e a prestação de serviços de qualidade à população, o que em grande parte dos casos requer a adaptação dos instrumentos de gestão às particularidades de cada política. Nesse sentido, o Governo Federal vem atuando tanto no fortalecimento e consolidação das ações, projetos e programas quanto na criação de novos arranjos organizacionais e institucionais que viabilizem a adequada prestação do serviço público.

A criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), em 2011, inaugurou um novo modelo institucional para cuidar dos hospitais de ensino das universidades federais. No período de 2011 a 2014, a Ebserh incorporou 23 unidades hospitalares em 15 Estados e no DF, além ter autorizado cerca de 40 mil contratações para toda a rede, sendo 5.507 em 2014.

Já a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), foi instituída, por meio do Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014, como serviço social autônomo, modelo mais adequado à sua finalidade.

Em relação à folha de pagamento dos servidores públicos federais, o novo modelo de gestão visa modernizar processos e aperfeiçoar os mecanismos de transparência e de controle, incorporando ações de prevenção e inteligência que proporcionem segurança para as unidades de gestão de pessoas e redução de custos para a administração pública federal (APF). A iniciativa propiciou R$ 557,04 milhões de economia efetiva pela atuação preventiva no período de janeiro a dezembro de 2014.

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) foi revitalizado e foram lançados em 2014: i) o novo portal, mais amigável e com mais funcionalidades; ii) a revisão do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP); iii) o novo sistema de Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos Serviços Públicos (e-IPPS); iv) a publicação do Guia de Orientação para o Gerenciamento de Riscos e do Guia de *Benchmarking* Colaborativo; e, v) a revisão do Guia Metodológico para a elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão.

Destaca-se também a proposta de modernização de Estatutos Sociais para algumas das principais empresas estatais, como a Empresa Gestora de Ativos (Emgea), o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Casa da Moeda do Brasil (CMB), aproximando-as dos ditames da Lei das Sociedades Anônimas, uniformização das diretrizes e regras de governança corporativa.

No que diz respeito à governança corporativa, foi implantada política de remuneração variável para dirigentes de 21 empresas, visando ampliar resultados e desempenho dos gestores. A adoção do programa de Remuneração Variável dos Administradores (RVA) aumentou a transparência na remuneração e a valorização da eficiência nas estatais.

Quanto às autorizações de quantitativo de pessoal, foram autorizadas mais de 18 mil vagas para estatais em setores estratégicos para o desenvolvimento do País, permitindo assim a ampliação dos serviços públicos à população. Exemplo foi a autorização de 13.361 vagas para nove hospitais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), propiciando a ampliação dos serviços hospitalares do Serviço Único de Saúde (SUS), e 4.850 vagas para a Caixa Econômica Federal (Caixa).

A Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União está embasada no preceito constitucional da função social da propriedade e da garantia dos direitos individuais e coletivos. Em 2014, foram disponibilizadas 18 áreas para a regularização fundiária da moradia de 24.065 famílias urbanas, totalizando cerca de 19,7 milhões de m²; 3,5 mil hectares para a reforma agrária: e 5,3 mil hectares ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a titulação direta a 347 famílias de comunidades remanescentes de quilombos que vivem em áreas da União, sendo que 80 áreas foram declaradas como de interesse público, por meio de Portarias de Declaração de Interesse do Serviço Público (Pdisp) para garantir seu uso em projetos de políticas sociais.

Ação inédita possibilitou que duas glebas da União, com cerca de 250 hectares, fossem leiloadas e os recursos provenientes utilizados para aquisição de terras para comunidades indígenas da etnia Atikum, no Município de Nioaque/MS.

Ainda em 2014 foram destinadas 21 áreas para construção de residências do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), totalizando cerca de 1,7 milhões de m², beneficiando mais de 4,4 mil famílias. Foram intensificadas as atividades dos grupos de trabalho de habitação instalados nas unidades da Federação, ampliando a participação e o controle social na destinação de imóveis para atendimento às demandas dos movimentos organizados por moradia.

Como indução ao desenvolvimento econômico e social, a destinação de imóveis da União tem priorizado o apoio à execução do PAC, tendo sido destinados para isso 135 imóveis da União. Destaca-se ainda a destinação, em todo o território nacional, de: i) dez áreas para implantação de Terminais Portuários de Uso Privado (TUP); ii) doze áreas para Unidades de Conservação, equivalentes a três milhões de hectares; iii) 750 mil m² para Universidades e Institutos Federais de Educação; iv) 224 imóveis para uso estatal; e v) além do apoio prestado a 81 Municípios com ações de ordenamento territorial integrado da orla brasileira (Projeto Orla).

Foram destinados três imóveis nos Municípios de Curitiba/PR, Salvador/BA e São Paulo/SP, com área total de mais de 25 mil m² para a construção das Casas da Mulher Brasileira em apoio à Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Desde a criação do Programa Mulher: Viver sem Violência, em 13 de março de 2013, foram destinadas áreas em 13 localidades, totalizando mais de 100 mil m² de imóveis da União para esse Programa.

Em todas as cidades-sedes da Copa do Mundo FIFA 2014 foram disponibilizadas áreas da União, no âmbito do PAC, para complementação das ações de infraestrutura urbana, reduzindo o custo dos investimentos.

Na Amazônia Legal, a regularização fundiária de glebas públicas federais, por meio do Programa Terra Legal, possibilitou identificar como áreas inalienáveis da União cerca de 1,500 milhão de hectares, com vistas à destinação voltada ao interesse social e à preservação ambiental. Na região de fronteira em Roraima, foram identificadas 52 ilhas fluviais federais que subsidiaram políticas públicas locais e de interesse da defesa nacional.

A criação do Sistema de Requerimento Eletrônico - ferramenta que permite aos entes públicos e entidades privadas sem fins lucrativos a consulta e requerimento de imóveis da União pela Internet - estabeleceu procedimento mais ágil, com perspectiva de redução do gasto público em aquisições e locações de imóveis. Sua implementação torna mais transparentes e seguras as solicitações de áreas para a implantação de escolas, creches, postos de saúde, habitação, entre outros.

A retribuição pelo uso privado de imóveis da União representou, em 2014, a arrecadação de receitas patrimoniais no valor de R$ 1,00 bilhão, o que corresponde a um aumento de 2,19 % em

relação ao ano de 2013. Isso foi possível pela modernização da forma de cobrança via Arrecadação de Receitas Federais (e-Darf), reduzindo o consumo de papel.

Com relação às ações de fiscalização, foram registradas 2.344 vistorias até outubro de 2014, com prioridade para a preservação dos imóveis públicos e a contenção de irregularidades no uso, especialmente em áreas constitucionalmente definidas como de bens de uso comum do povo. Ampliando a transparência, o Governo Federal disponibilizou dados de mais de 300 mil imóveis à sociedade diretamente no Portal da Transparência, incluindo os ocupados por servidores públicos federais.

No tocante ao aumento da carteira imobiliária da União, foram incorporados cerca de 1.602 imóveis, ampliando as possibilidades de apoio às políticas públicas governamentais.

A produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas qualifica as análises do Governo sobre as políticas públicas e possibilita à sociedade conhecer informações relevantes sobre o País.

No âmbito do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD) foi feita a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), sobre mercado de trabalho nos níveis Brasil e Grandes Regiões.

Cabe mencionar, ainda, a publicação "Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010", a estruturação do Sistema Nacional de Políticas de Gênero (SNIG) e a divulgação da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic 2013) que, além de temas gerais relacionados à gestão pública, introduziu bloco específico relativo à Política de Gênero nos Municípios.

A produção de indicadores socioeconômicos foi complementada pela Pnad. Em sua edição de 2014, com referência ao ano 2013, a pesquisa produziu dados sobre o tema Segurança Alimentar.

No âmbito da produção de informações da área econômica, vale destacar a continuidade do projeto de implantação da Série de Contas Nacionais - referência 2010, atendendo às recomendações internacionais do manual das Nações Unidas, *System of National Accounts* – revisão 2008 e a gradativa incorporação de nova classificação de atividades e produtos, de novas fontes de dados disponibilizadas sobre a economia brasileira bem como de resultados de pesquisas realizadas.

Na área de preços, destaca-se a expansão nos índices do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC) para a Região Metropolitana de Vitória/ES, e para o Município de Campo Grande/MS.

No campo das geociências, o Brasil expandiu a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) em cerca de 14% relativamente a 2013. Atualmente, a rede opera com 112 estações, com apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Incra e instituições de ensino das esferas estadual e federal. Destaca-se, ainda, o aumento de 46% de estações transmitindo dados em tempo real, alcançando um total de 78% de estações operando em tempo real, além de 25% das estações contarem com sensores meteorológicos que registram temperatura, pressão e umidade relativa a cada minuto.

Foi divulgada a Base Cartográfica Contínua e integrada, na escala de 1:1.000.000, de 100% do território brasileiro, referência cartográfica para as ações de planejamento, monitoramento e gestão territorial e de atualização das informações dos recursos naturais do País, tendo sido disponibilizados também os mapas de 174 Municípios que tiveram alterações em seus limites territoriais, bem como a Malha Municipal atualizada 2014.

Destaca-se, ainda, a disponibilização de arquivos digitais sobre os recursos naturais do Brasil: i) informações da Cobertura e Uso da Terra do Estado de Rondônia, na escala 1:250.000; ii) informações dos levantamentos de hidrogeologia e hidroquímica de superfícies e subterrâneas da região Nordeste; iii) informações geoespaciais temáticas de atributos referentes a geologia, geomorfologia, pedologia (solos) e vegetação correspondentes a 288 folhas na escala 1:250.000, de onze folhas ao milionésimo de parte das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste; e iv) mapa intitulado Potencial de Agressividade Climática na Amazônia Legal, na escala 1:5.000.000.

Foram, também, divulgados os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic 2012), contribuindo para a consolidação e ampliação de um sistema avançado de informações sobre gestão de políticas públicas, passando a abranger o nível municipal, contemplado desde 1999, e o estadual.

No âmbito da produção e disseminação de dados, destacam-se os estudos "Assuntos Estratégicos – Social e Renda: A Classe Média Brasileira"; e "Assuntos Estratégicos – Educação Profissionalizante: Determinantes e Motivações".

Foram lançados também o "Atlas das Regiões Metropolitanas", uma plataforma online que permite a qualquer cidadão consultar facilmente a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e mais de 200 indicadores em quase 10 mil Unidades de Desenvolvimento Humano de 16 regiões metropolitanas, e a edição 2014 da série "Brasil em Desenvolvimento", reunindo diagnósticos, cenários prospectivos e propostas para a condução de políticas estratégicas visando ao desenvolvimento do País ao longo do próximo decênio.

Na cooperação internacional voltada para a produção de informações, destaca-se produção da 5ª Publicação Estatística Conjunta dos Países Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), lançada oficialmente durante a Cúpula dos Presidentes dos países Brics, em Fortaleza/CE e a realização no País da 5ª reunião técnica dos Institutos Nacionais de Estatística dos países que compõem o grupo Brics.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0579 DO PROGRAMA 2038 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA R$ MILHÕES

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados (R$)	
		2013	2014
0579	No exercício (1)	108.609.801,41	111.622.119,41
	RPNP (2)	17.861.713,54	15.204.362,23
Total do Objetivo		**126.471.514,95**	**126.826.481,64**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) – 12/01/2015.
(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício. Estão contempladas novas ações criadas por meio de créditos.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Os valores de RPNP levam em consideração valores de ações existentes em 2012, mas que deixaram de existir nos exercícios seguintes, podendo ter valores diferentes do Siafi, por este não ter informação de Objetivo em 2012.

A execução orçamentária do Objetivo 0579 se manteve estável em relação ao exercício anterior, com acréscimo de apenas 0,2% nos valores liquidados.

Os valores das despesas liquidadas entre os exercícios de 2014 e 2013 foram decorrentes, sobretudo, de atividades para o aprimoramento da gestão do patrimônio da União. É de se destacar a aquisição de 28 veículos, distribuídos nas 26 Superintendências Regionais e Distrito Federal, que irá garantir a uniformidade dos trabalhos de gestão do patrimônio imobiliário, bem como a implantação do projeto Orla, a fiscalização, caracterização, regularização fundiária, incorporação e destinação de imóveis.

Outra despesa refere-se à aquisição de equipamentos de TI, que viabilizaram atividades finalísticas tanto na Unidade Central quanto nas Superintendências Regionais, responsáveis pela gestão do patrimônio da União. Esses recursos garantiram o atendimento ao público e aumentaram a eficiência na medida em que aparelhos de videoconferência reduzem os deslocamentos de servidores entre a Unidade Central e as regionais.

Também houve gastos com a contratação de empresa especializada em serviços técnicos e profissionais de TI para o desenvolvimento do Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis (Sisrei), lançado em dezembro de 2014, destinado ao cadastramento e controle de consultas e requerimentos de imóveis da União efetuados por entes públicos e entidades sem fins lucrativos.

Na busca de promover a modernização do patrimônio da União, foi adquirida e disponibilizada a infraestrutura necessária à implantação do Projeto de Desenvolvimento da Infraestrutura Geoespacial, que já possibilitou o georreferenciamento de cerca de 10% dos Imóveis da União.

Além disso, destaca-se o aumento nos gastos da Pnad Contínua diante da necessidade de aprimorar as amostras para a pesquisa, especialmente para captar melhor a situação do mercado de trabalho no Brasil e grandes regiões.

Ademais, foi realizada manutenção preventiva das estações da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG), assim como foram feitas pesquisas de campo para as atividades de certificação dos nomes geográficos, em atendimento ao Projeto Mapeamento de Risco. Os produtos derivados dessas ações em campo foram três cartas imagem do Estado de Goiás; 22 do Estado de Tocantins; 34 mosaicos do Estado do Ceará e 43 cenas ortorretificadas do Estado do Piauí.

META QUALITATIVA DO OBJETIVO 0579

Em relação à meta qualitativa de "Aprimorar a gestão do patrimônio da União", destacam-se iniciativas que contribuíram para melhorar e simplificar a gestão do patrimônio da União. A solicitação de imóveis federais por entes públicos e entidades sem fins lucrativos agora deve ser feita por meio de ferramenta eletrônica disponível na Internet (www.planejamento.gov.br/sisrei).

Além disso, a cobrança de taxas e foros passou a ser feita por meio de emissão eletrônica, direcionando aproximadamente 430 mil usuários para o atendimento virtual e possibilitando aumento na arrecadação de mais de 40% entre 2011 e 2014. Também foram adquiridos 28 veículos, distribuídos nas 26 Superintendências Regionais e Distrito Federal, que irão contribuir para a uniformidade dos trabalhos de gestão do patrimônio imobiliário.

Objetivo 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação

A continuidade da Agenda de Ações para Modernização e Melhoria da Gestão Pública vem permitindo que órgãos e entidades do Governo Federal melhorem os processos de maior impacto na vida dos cidadãos e das empresas e na competitividade do País.

Como resultados da referida Agenda, em 2014, destacam-se apoio à: i) implantação do Porto Sem Papel, que simplifica a atracação e liberação de embarcações nos portos públicos e elimina a necessidade de 140 formulários em papel; ii) modernização da gestão portuária e do comercio exterior com revisão de processos em mais de 20 órgãos; iii) desburocratização de abertura e encerramento de empresas, com simplificação de

procedimentos e integração de sistemas federais, estaduais e municipais; e iv) modernização da gestão em mais de 30 órgãos, tais como o Ministério da Saúde, da Justiça, dos Transportes, da Cultura, bem como na Empresa de Planejamento e Logística (EPL), na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A criação da Central de Compras e Contratações do Governo Federal, em 2014, representou um salto de qualidade na capacidade de planejamento e coordenação de compras no âmbito do Governo Federal. Com a atuação da Central, objetiva-se conseguir melhores preços por ganhos de escala, utilizar o poder de compra do Estado para estimular práticas inovadoras, fomentar pequenas e microempresas, além de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento regional.

A Central de Compras também já iniciou atuação na padronização e aperfeiçoamento de procedimentos, promovendo maior eficiência, qualidade, controle e fiscalização das compras públicas.

Em 2014, a Central iniciou projeto piloto para compra direta de passagens áreas junto às principais companhias. Com o novo modelo, o Governo pesquisa diretamente as ofertas e pode escolher o menor preço no momento da reserva.

As passagens são pagas por meio eletrônico e registradas em um sistema único, o que facilita o acompanhamento e evita fraudes. Durante a execução do projeto, de 28/08/2014 a 20/10/2014, foi obtida uma redução média de 30,54% nos valores dos bilhetes em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Quanto ao serviço de telefonia fixa, licitado de maneira centralizada para 70 órgãos de Governo, obteve-se um desconto médio de 47,5% em relação aos preços praticados nos contratos anteriores.

Além disso, foi concluída, em julho de 2014, a contratação conjunta de ativos de rede abrangendo 43 órgãos participantes, obtendo-se uma redução de 70% em relação aos preços de referência que totalizavam 67,8 milhões de reais. Também foi finalizada a contratação conjunta de telefonia móvel, abrangendo 78 órgãos, gerando uma economia de R$ 30,4 milhões para a administração pública.

Atos estabelecendo regras e procedimentos foram editados, dentre os quais se destaca a alteração de regulamentação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), de forma a ampliar a eficiência e diminuir os riscos inerentes às contratações públicas, bem como a incentivar a inovação tecnológica.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) passou por modificação de regras para a contratação de serviços terceirizados e por nova definição de regras e procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços pelo órgão licitante. Foi simplificada a Instrução Normativa SLTI/MP nº 4, de 11 de setembro de 2014, que trata dos procedimentos de contratações de soluções de tecnologia da informação, com maior foco no alinhamento estratégico e no Plano Diretor das entidades.

No âmbito do Novo Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg), novas funcionalidades foram desenvolvidas, como o cadastro das estruturas organizacionais e dos cargos e funções comissionados, bem como a ferramenta que possibilita aos órgãos e entidades elaborarem suas propostas de revisão de estrutura organizacional e manterem atualizados seus regimentos internos.

No que tange aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), foi aprimorada a coordenação e a governança desses recursos com a ampliação da integração entre os órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), da viabilização da participação conjunta em projetos de TIC e da publicação do Guia do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e do wikiSISP, base colaborativa de conhecimento para o sistema.

Foi publicado, também, o plano de disseminação do uso no Sisp do novo protocolo de Internet (IPv6), que permitirá a ampliação exponencial de endereços da rede, além de melhorar a performance e a segurança às redes e sítios dos órgãos governamentais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0605 DO PROGRAMA 2038 – DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados (R$)	
		2013	2014
0605	No exercício (1)	2.694.550,79	3.035.208,43
	RPNP (2)	4.468.102,03	640.093,02
Total do Objetivo		**7.162.652,82**	**3.675.301,45**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) – 12/01/2015.
(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício. Estão contempladas novas ações criadas por meio de créditos.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Os valores de RPNP levam em consideração valores de ações existentes em 2012, mas que deixaram de existir nos exercícios seguintes, podendo ter valores diferentes do Siafi, por este não ter informação de Objetivo em 2012.

No âmbito do objetivo 0605, predominam os gastos referentes à operacionalização, manutenção e modernização do uso da Certificação Digital ICP – Brasil, tecnologias de segurança da informação que contribuíram para assegurar as transações eletrônicas da União, Estados e Municípios. O uso do certificado registrou grande crescimento tanto em número de certificados emitidos, como em aplicações que exigem o uso de certificado digital. Em 2014, foram emitidos mais de 2,5 milhões de certificados digitais em órgãos públicos estaduais e federais.

Ressalta-se, ainda, que o decréscimo de cerca de 50% na execução orçamentária do objetivo se deve, em grande medida, à migração da ação "20U2 - Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e de Logística do Serviço Público Federal" para o objetivo 0607.

Objetivo 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas

A política de gestão e redimensionamento da força de trabalho busca adequar a quantidade e a qualificação dos servidores públicos às prioridades e áreas estratégicas de governo. Somente em 2014 foi autorizado o preenchimento de 12.263 cargos e o provimento de 21.103 cargos. Dentre os provimentos autorizados, destacam-se os destinados à implementação das políticas nas áreas de educação, seguridade social e economia.

Dando continuidade ao processo de democratização das relações de trabalho, foram realizadas 70 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) para dialogar sobre os conflitos inerentes às relações de trabalho no serviço público. Em 2014, as negociações envolveram cerca de quinze mil servidores da Polícia Federal e os reajustes acordados foram de 15,8%, parcelados para 2014 e 2015, para policiais federais (agentes, escrivães e papiloscopistas), que ainda não haviam sido contempladas nos anos anteriores.

No âmbito da Comissão Especial Interministerial (CEI), instituída pelo Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, para revisão dos atos administrativos referentes aos anistiados, de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, foram julgados, no ano de 2014, 955 requerimentos e publicadas portarias de deferimento de retorno de 290 servidores. Em relação à saúde dos servidores, o Governo estimulou o acesso ao plano de saúde da Geap Autogestão em Saúde, participando na condição de patrocinador na prestação de serviços de assistência à saúde dos servidores ou empregados que não tinham acesso a tais planos. Mais de 615 mil beneficiários hoje fazem uso dos planos da Geap, sendo a maior parte na faixa etária de 59 anos ou mais.

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe) foi instituída em 2012, tendo sido os anos de 2013 e 2014 de plena constituição e de busca por adesões. Ao final de 2014, quase oito mil servidores já haviam efetivado sua adesão à Funpresp e os recursos geridos pela Fundação alcançaram cerca de R$ 120 milhões. Destaca-se também a rentabilidade alcançada na gestão dos investimentos, que em 2014 foi de 11,41%, 5 p.p. superior, portanto, à inflação registrada no período (IPCA), que foi de 6,41%. Com a consolidação da Funpresp-Exe, o Regime de Previdência Complementar do Servidor se fortalece, propiciando estímulo à poupança de longo prazo e proteção à renda do servidor, além de contribuir para a reversão, ao longo dos anos, do déficit previdenciário.

Na formação dos servidores públicos, destacaram-se as ações de capacitação nas áreas de saneamento e projetos de mobilidade urbana; avaliação socioeconômica de projetos de infraestrutura; Regime Diferenciado de Contratações (RDC); gestão de convênios; e Funpresp-Exe. Foi realizada a primeira edição do curso de especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos. Foram capacitados 2.344 técnicos estaduais e municipais para elaboração de planos plurianuais. Ressalta-se ainda que a oferta das turmas presenciais de capacitação em desenvolvimento técnico-gerencial e de cursos de pós-graduação lato sensu passou a ser gratuita, o que elevou consideravelmente a procura por tais cursos.

Em outubro de 2014, foi ampliado o prazo máximo para operações de crédito consignado para os servidores e empregados que recebem seu pagamento pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) passando de 60 para 96 meses.

A realização do 19º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, cuja premiação das experiências selecionadas está prevista para 2015, propiciou o estímulo à geração de iniciativas criativas de gestão nos órgãos públicos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0606 DO PROGRAMA 2038 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA - R$ MILHÕES

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados (R$)	
		2013	2014
0606	No exercício (1)	33.755.851,49	28.866.123,02
	RPNP (2)	11.184.460,98	11.167.944,11
Total do Objetivo		**44.940.312,47**	**40.034.067,13**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) – 12/01/2015.
(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício. Estão contempladas novas ações criadas por meio de créditos.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Os valores de RPNP levam em consideração valores de ações existentes em 2012, mas que deixaram de existir nos exercícios seguintes, podendo ter valores diferentes do Siafi, por este não ter informação de Objetivo em 2012.

Com relação ao objetivo 0606, realizaram-se despesas com o desenvolvimento de módulos do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), tais como o módulo de ações judiciais e o de implantação dos serviços dos Portais do Servidor, de Informações Gerenciais e de Gestão de Pessoas. Outro gasto relevante se refere à gestão da modernização de instrumentos e Sistemas de Gestão da Administração Pública Federal, com a aquisição de ativos de rede e licenças de software; contratação de serviços para definição de processo de compras a ser utilizado pela Central de Compras; e suporte tecnológico ao ambiente para extração e tratamento de dados do Comitê de Estatísticas Sociais para alimentar indicadores do PPA.

Houve, também, gastos na execução de ações de gestão pública e de pessoal, como cadastramento de aposentados e pensionistas, pesquisa salarial e fomento a projetos de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor. Ainda foram executadas atividades de capacitação de servidores, que objetivaram o desenvolvimento gerencial da Administração Pública, com destaque para os cursos de Pós-Graduação para Servidores Públicos: Especialização em Gestão Pública, com formação de 35 alunos; Especialização em Gestão de Pessoas: 37 alunos; e Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos: 30 alunos. Ademais, destacaram-se despesas para o aperfeiçoamento de carreiras, como a carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS), com 468 capacitações, assim como o desenvolvimento de profissionais da área fazendária, com formação de recursos humanos em finanças públicas e áreas afins.

Foram realizadas despesas com auditoria de recursos humanos, abrangendo rubricas que representam aproximadamente 80% do total das despesas com pessoal, no âmbito do Siape, com vistas a regularizar inconsistências em dados cadastrais e financeiros.

Objetivo 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas

Em 2014 foi elaborado e encaminhado ao Congresso Nacional o Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, contendo descrição dos resultados do ano-base 2013.

O relatório informa à sociedade a situação dos objetivos e metas do PPA, bem como subsidia processos como a prestação de contas anual da Presidenta da República e o relatório de gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal a ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União.

Para ampliar a transparência e facilitar a apropriação das informações da avaliação do PPA pelas pessoas, foi lançado o Aplicativo Mais Brasil (www.ppamaisbrasil.planejamento.gov.br). Além de comunicar de forma mais direta e acessível as análises e dados da avaliação anual, o Aplicativo também proporciona interface com a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde), que disponibiliza os dados georreferenciados de várias ações do Governo.

O processo participativo para a elaboração dos Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual (PLDO), de 2015, foi uma iniciativa em conjunto com a Secretaria-Geral da Presidência da República, que utilizou do portal “Participa.br”. Especialmente no que diz respeito ao PLDO 2015, foi desenvolvida ferramenta no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) que permite o encaminhamento de sugestões de alterações e para as propostas que não foram acatadas. Trata-se de uma ferramenta amigável, que foi objeto de elogios por parte de todos os participantes do processo.

No intuito de divulgar e estimular as pessoas a pensarem mais sobre o tema da orçamentação pública, o Governo Federal mantém uma escola virtual que já disponibilizou, de 2008 a 2014, mais de quinze mil vagas em Orçamento Público, Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios e Federalismo no Brasil.

Além disso, o Governo promove, desde 2007, um prêmio de monografias na área orçamentária que em suas sete edições já produziu centenas de monografias cujas propostas e reflexões têm inspirado iniciativas de mudanças no sistema orçamentário federal.

Os resultados do PAC revelam que o Programa é o grande plano de investimento público que orienta, fomenta e induz o investimento privado, estímulo ao crédito, fortalecimento da capacidade de execução dos ministérios e induzindo melhorias na legislação tributária. Além de plano, o PAC também é modelo de gestão porque induziu a qualificação das administrações públicas subnacionais, reduziu obstáculos burocráticos, normativos e jurídicos, que criavam restrições à execução das políticas públicas, e criou em torno dele um processo de coleta, análise e tratamento da informação com foco em fazer acontecer as políticas públicas.

Os investimentos do PAC no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social atingiram R$ 57 bilhões no ano de 2014, desse montante destacam-se os pagamentos de R$ 8,9 bilhões do Programa Minha Casa, Minha Vida e de R$ 5,4 bilhões destinados a ações do Ministério dos Transportes, que juntos representam mais de 51,4% da despesa do Programa.

As ações finalizadas somam, em 2014, R$ 796,4 bilhões, ou seja 99,7% do valor global atualizado previsto para ser contratado até 2014, apresentando resultado 17,8% superior em relação ao último balanço, quando o volume de obras concluídas foi de R$ 675,8 bilhões.

Em apoio aos investimentos dos entes federados, em 2014 foi aumentado em R$ 2 bilhões o limite de contratação de crédito para financiar contrapartida de obras do PAC, do Programa Minha Casa, Minha Vida e de projetos de mobilidade urbana associados à Copa do Mundo FIFA 2014. Ademais, foi ampliado: i) em R$ 3,2 bilhões o montante de recursos autorizados para a contratação de novas operações de crédito para financiar projetos de Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, por meio da linha Pró-Transporte – FGTS; ii) em R$ 2 bilhões a soma de recursos permitidos para a contratação de novas operações de crédito para financiar empreendimentos de mobilidade urbana constantes no PAC 2; iii) em R$ 3,5 bilhões o total de recursos autorizados para a contratação de novas operações de crédito

para esgotamento ambiental. Além disso, estendeu-se o prazo para contratação dos recursos do Programa Caminho da Escola e reduziu-se em 2% a taxa cobrada neste programa.

Entre os anos de 2011 a 2014, o Governo Federal realizou 11 balanços do PAC2, e para cada um deles foi elaborado e publicado na Internet – www.pac.gov.br – um Relatório Nacional por eixos, com a situação dos empreendimentos que compõem a carteira do Programa, evidenciando o esforço do Governo Federal na promoção da transparência à sociedade.

O Governo Federal articula com instituições internacionais a disponibilização de financiamentos externos para projetos de desenvolvimento nos Estados e Municípios.

Por meio da Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), em 2014, foram recomendados 39 projetos, no total de US$ 10,2 bilhões, tendo como principais beneficiários os Estados e Municípios, ampliando a participação dos entes subnacionais no total de recursos externos para o financiamento do desenvolvimento nacional. Em 2014, US$ 4,0 bilhões foram contratados por meio dos projetos aprovados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Banco Mundial.

No relacionamento com instituições financeiras internacionais de desenvolvimento, avanços foram obtidos com a participação do Brasil nas formulações de políticas de desenvolvimento internacional, como a realização da Assembleia Anual do BID e da Corporação Interamericana de Investimento (CII).

Os principais resultados da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde) até 2014 foram a implantação do Diretório e do Portal Brasileiros de Dados Geoespaciais (DBDG), que dão acesso a dados e serviços geoespaciais na web; a oferta de 16 treinamentos nacionais e três regionais, com a participação de mais de 300 servidores e 75 instituições; e a elaboração de proposta de Política Nacional de Geoinformação pelo Fórum de Gestores de Geoinformação.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0607 DO PROGRAMA 2038 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA
R$ MILHÕES

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados (R$)	
		2013	2014
0607	No exercício (1)	197.527.739,47	7.019.678,11
	RPNP (2)	3.544.458,70	31.275.642,40
Total do Objetivo		**201.072.198,17**	**38.295.320,51**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) – 12/01/2015.
(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício. Estão contempladas novas ações criadas por meio de créditos.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Os valores de RPNP levam em consideração valores de ações existentes em 2012, mas que deixaram de existir nos exercícios seguintes, podendo ter valores diferentes do Siafi, por este não ter informação de Objetivo em 2012.

Quanto ao objetivo 0607, é notável o decréscimo de 81% nas despesas liquidadas no exercício de 2014 em relação a 2013. Isso ocorreu devido à migração do plano orçamentário relativo à manutenção dos sistemas estruturantes e corporativos do MP (Ação 211Y - Gestão Integrada de Tecnologia da Informação – P.O: 0001 - Sistemas Estruturantes e Corporativos) para o Programa 2125 – Gestão e Manutenção do MP.

Os gastos relevantes do objetivo decorreram da manutenção e aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), tais como, ferramenta de gestão do ciclo de vida da aplicação e solução para geração de relatórios gerenciais avançados.

Na área de TI, foram realizadas despesas com a Rede de Comunicação do Governo Federal (Infovia Brasília), que computou, em 2014, 191 pontos conectados, distribuídos em mais de 150 km de fibras óticas lançadas na cidade.

Destaca-se o serviço de Internet corporativa, principal serviço prestado pela Infovia Brasília, e que hoje possui uma banda total de 4,64 Gbps.

Outra despesa relevante trata da integração dos Sistemas Informatizados do Governo Federal, cujos gastos referem-se à manutenção e atualização das ferramentas que apoiam a interoperabilidade entre sistemas, como o Catálogo de Serviços Interoperáveis, o Vocabulário Controlado de Governo Eletrônico (VCGE) e a arquitetura e-Ping – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico.

Destacaram-se a manutenção e gestão do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), com a execução de ações de capacitação de usuários, publicações de guias sobre gestão e governança do Sistema, contratação de soluções de TI, gerenciamento do portfólio do Sisp, dentre outras.

4.30. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem por missão "promover trabalho, emprego e renda e garantir condições dignas ao trabalhador, por meio de políticas públicas participativas e sustentáveis, que visem contribuir para o bem estar individual e o desenvolvimento econômico e social do País".

Para o MTE, é imperativa a geração de emprego de qualidade não só para garantir o direito do cidadão ao trabalho decente, como também para impulsionar o crescimento econômico do País, com distribuição de renda e redução da pobreza.

No exercício de sua missão o MTE atua em múltiplas frentes, uma das mais relevantes é o Programa Seguro-Desemprego, que provê assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado sem justa causa e desenvolve ainda ações integradas de orientação, encaminhamento para a qualificação profissional e recolocação do trabalhador, no intuito de assegurar a boa utilização dos recursos e prevenir fraudes.

O encaminhamento para cursos de qualificação de trabalhadores desempregados, ou sob risco de perda do emprego, contribui para reduzir o descompasso entre o perfil da oferta e da demanda por mão de obra, aumentando a empregabilidade do trabalhador.

Outro importante campo de atuação é o fomento à expansão de atividades que promovam geração de trabalho e renda. A partir do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e linhas de crédito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), o Ministério estimula os micro e pequenos empreendimentos urbanos e rurais, cooperativas e associações, empreendimentos do setor de turismo, produção industrial, exportação, infraestrutura, inovação e difusão tecnológica, cada qual com uma linha de financiamento correspondente.

O MTE atua também no campo da economia solidária, que tem por base a associação e cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e grupos familiares.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) tomam a forma de cooperativas populares, empresas autogestionárias, associações de pequenos produtores, grupos informais e redes de cooperação. Para apoiar os EES, são implementadas políticas voltadas ao fomento e manutenção da cadeia produtiva solidária. São ações que visam atender as principais demandas destes empreendimentos, tais como acesso a bens e serviços financeiros, infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento, incubação e assistência técnica) e a organização de processos de produção e de comercialização.

As relações de trabalho vêm evoluindo para um sistema em que a regulação se dá pela ação da sociedade, com o Governo no papel de facilitador e promotor de mudanças.

Nesse sentido, o MTE promove a democratização das relações do trabalho por meio do diálogo, da negociação tripartite entre trabalhadores, empregadores e Governo, visando consolidar um cenário trabalhista favorável à população e ao crescimento econômico. Isto envolve, também, a modernização das instituições públicas encarregadas da regulação do trabalho e a atualização da legislação trabalhista, de modo a torná-la mais compatível com as exigências do desenvolvimento e a realidade do mundo do trabalho.

A auditoria trabalhista é uma das formas de atuação mais eficazes para induzir o trabalho decente, promovendo o cumprimento de normas constitucionais e legais e ampliando a proteção social no ambiente de trabalho. No âmbito da inspeção do trabalho, o MTE age verificando nos meios urbano, rural, portuário e aquaviário o cumprimento de disposições legais que asseguram os direitos do trabalhador; isto inclui a regularidade no pagamento de salários, o cumprimento de jornada e das disposições que garantem a segurança e a saúde no ambiente de trabalho, o combate à informalidade por meio da verificação dos registros em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a verificação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o cumprimento de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho.

Os principais objetivos e metas do MTE estão expressos no Plano Plurianual (PPA 2012-2015) nos Programas "Trabalho, Emprego e Renda", "Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária" e "Autonomia e Emancipação da Juventude". O Ministério participa, ainda, dos Programas, "Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes", "Promoção e Defesa dos Direitos Humanos" e "Resíduos Sólidos".

PROGRAMA 2071 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Objetivo 0287 – Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

O Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), sob coordenação do MTE, integra um conjunto de políticas públicas que buscam uma maior efetividade na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva, visando a inclusão social. Sua consolidação no território nacional passa pelo fortalecimento de uma gama variada de ações, abrangendo o Programa do Seguro-Desemprego, a concessão do Abono Salarial e da Carteira de Trabalho e Previdência Social, a intermediação de mão de obra e a qualificação profissional, dentre outras. Envolve ainda os registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que servem tanto de ferramenta para controle da atividade trabalhista no País quanto para produzir dados estatísticos para a elaboração de estudos e diagnósticos sobre mercado de trabalho formal.

Os indicadores do Programa 2071 mostram que a taxa de cobertura do seguro-desemprego sobre os demitidos sem justa causa alcançou 72,7% em 2014. De janeiro a dezembro de 2014 (dados parciais de dezembro) o total de segurados – somando-se todas as modalidades[1] - foi de 9,3 milhões, representando um dispêndio total de R$34,3 bilhões. Na modalidade formal, comparando 2013 e 2014, houve um crescimento de 5,1% nos valores emitidos.

1 O seguro desemprego é concedido nas seguintes modalidades: i) trabalhador formal; ii) empregado doméstico; iii) trabalhador resgatado de condição análoga à escravidão; iv) pescador artesanal; e v) bolsa qualificação para trabalhadores com contrato de trabalho suspenso.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0287 DO PROGRAMA 2071 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Descrição da Meta 2012 – 2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Ampliar para 80% a taxa de cobertura do seguro-desemprego sobre os demitidos sem justa causa	%	80	71,4	71,3	72,7	90,8 %	Sistema Mais Emprego
Ampliar para 97% a taxa de cobertura do Abono Salarial	%	97	95,7	95,44	96	99%	DES/SPPE
Aumentar para 5% a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re) inserção no mercado formal de trabalho	%	5	3,3	3,8	3,4	68%	Sistema Mais Emprego
Capacitar, via Pronatec, 100 mil trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego	trabalhador	100.000	46.436	111.580	195.027* (matriculados)	195%	Sistema Mais Emprego/ Sistec
Inserir 30% dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho.	%	30	24	27	16	74,5%	Sistema Mais Emprego/ Caged
Ampliar em 50% a oferta de cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, priorizando, em particular, as mulheres, afrodescendentes, jovens, pessoas com deficiência física e intelectual, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadoras domésticas, público do Brasil sem Miséria, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo.	%	97.746	38,9	53,8	78,9	78,9%	Sistema Mais Emprego/ BISISTEC/MEC

* Dados parciais até dezembro de 2014.

O Abono Salarial é um benefício anual equivalente a um salário mínimo vigente, que incrementa a renda dos trabalhadores com menor remuneração; dados de 2014 indicam que 96% dos abonos identificados foram pagos. Como essa taxa depende diretamente da ação do trabalhador em efetuar o saque do benefício, foram realizadas campanhas publicitárias em diversos meios de comunicação, bem como o envio de correspondência aos trabalhadores, informando sobre o direito de receber o benefício. A identificação do trabalhador com direito à percepção do benefício é feita na Rais, por meio das informações prestadas pelos empregadores anualmente. Em 2014 foram pagos 22,3 milhões de abonos salariais, representando um crescimento de 4,6% em relação ao ano de 2013, em que foram pagos 21,3 milhões. Ainda em 2014 foi homologado o sistema do abono salarial, que permitirá a gestão mais adequada das informações dos trabalhadores com direito ao benefício, inclusive com possibilidade de novos cruzamentos que mitiguem as fraudes.

A taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) na reinserção no mercado formal de trabalho em 2014 foi de 3,3. A melhoria do atendimento e a utilização do serviço público de emprego por outros programas governamentais são medidas essenciais para atingir a meta em 2015 e que começaram a ser implementadas em 2014. Como exemplo desses esforços pode-se citar o Manual de Normatização da Intermediação de Mão de Obra (IMO), que sistematiza, em linguagem clara e acessível, a execução da ação de IMO e a padronização das atividades desenvolvidas nas agências do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

No que se refere à capacitação de beneficiários do seguro-desemprego, dados parciais até dezembro de 2014 registraram 195.027 matrículas em cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Contribuíram para esses resultados a integração entre o Portal Mais Emprego e o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional

e Tecnológica (Sistec) do Ministério da Educação (MEC), bem como a alteração de condicionalidade, possibilitando a exigência de realização de cursos do Pronatec aos requerentes do benefício seguro-desemprego que o solicitarem a partir da segunda vez em um período de 10 anos.

Essa medida sinaliza um público potencial para o Pronatec de 5 milhões de trabalhadores reincidentes no seguro-desemprego.

A partir do segundo semestre de 2014, o modelo de pactuação do Pronatec foi dividido em duas fases distintas. A primeira fase contou com as demandas de trabalho do mercado formal, nomeadas como demanda identificada e, nessa fase, o MTE encaminhou ao MEC as vagas de emprego registradas no Sine. Já na segunda fase, as demandas do Pronatec Trabalhador referiram-se às demandas de cursos/Municípios aprovados nos Conselhos Estaduais e Municipais de Emprego, Trabalho e Renda. Ao final do processo de pactuação, foram ofertadas 57.040 vagas no Sistec para o demandante Pronatec Trabalhador/MTE, no entanto, nem todas as vagas tiveram turmas abertas pelos respectivos ofertantes. Como resultado, o MTE pré-matriculou 44.822 e, dessas, 20.116 matrículas foram efetivadas.

No âmbito do Plano Nacional de Qualificação, no exercício de 2014, cabe destacar que, mesmo sem a celebração de novos convênios, foram inscritos em seus cursos 4,4 mil trabalhadores dos quais 703 foram inseridos no mercado de trabalho formal, segundo o Caged, o que corresponde a 16%. Portanto, tendo em vista o somatório de matriculados no Pronatec Trabalhador e no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), com relação ao objetivo de ampliação da oferta de qualificação social e profissional, no período de 2012 a 2014, obteve-se o alcance de 78,9% da meta total.

Em fevereiro de 2014 foi aprovada a Resolução nº 726, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que trata da Qualificação à Distância, denominada Universidade do Trabalhador. Contempla o desenvolvimento de cursos de qualificação profissional ou formação inicial e continuada, por meio da Internet, executada diretamente por órgão específico vinculado ao MTE, ou por meio de parcerias com entidades sem fins lucrativos.

Em 2014, o MTE deu continuidade à parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizando visitas técnicas ao México com o objetivo de conhecer a estrutura do Sistema Nacional de Emprego daquele País e, com isso, implementar novas ideias de serviços e padronizações para o Sine brasileiro.

Nessa linha, foi realizado levantamento de dados sobre o Sine para que o MTE possa mapear quais serviços podem ser oferecidos com alto padrão de qualidade. Foi instituído o Programa de Melhorias da Política Pública de IMO, resultando na revisão da metodologia de aferição e proposição das metas dos Convênios Plurianuais do Sine; além disso, discutiu-se a construção de um sistema de indicadores de monitoramento analítico das políticas públicas de emprego, que culminou na assinatura de Ordem de Serviço para o desenvolvimento de uma aplicação de business intelligence.

Executou-se, ainda, em parceria com o BID, um projeto para padronização das ações e serviços ofertados nas agências do Sine.

Teve continuidade a implantação da emissão informatizada da CTPS, que agora pode ser entregue na hora ao trabalhador, reduzindo a burocracia e ampliando a oferta de serviços não presenciais aos trabalhadores. Das CTPS emitidas em 2014, 57,8% foram emitidas de modo informatizado.

Em parceria com a Universidade Federal do Ceará, o MTE está finalizando o projeto intitulado Sistema de Monitoramento e Avaliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego, considerando em especial as ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego, de IMO no âmbito do Sine e emissão da CTPS. Ao retratar a realidade das unidades de atendimento, os resultados permitirão acompanhar e aprimorar as ações e parcerias realizadas no âmbito do MTE.

Em 2014, o Ministério não poupou esforços para a consolidação do sistema MTE Mais Emprego. Alguns dos frutos foram a mencionada integração com o Sistec, permitindo realizar a pré-matrícula de trabalhadores nos cursos de qualificação profissional oferecidos pelo Pronatec por meio do Sistema MTE Mais Emprego, a inscrição automática de egressos da qualificação no Sistema Mais Emprego para concorrerem a oportunidades de emprego, a modernização e atualizações do leiaute do portal, o aperfeiçoamento do módulo de administração de vagas e a implementação da autointermediação.

Ainda em 2014, a certificação digital passou a ser obrigatória para a transmissão de declarações da Rais (estabelecimentos a partir de 11 vínculos empregatícios) e do Caged (a partir de 20 vínculos), visando garantir a autenticidade, integridade, segurança e confidencialidade dos dados constantes da declaração, legitimando o processo.

Em 2014 também foi firmado termo de cooperação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para os próximos quatro anos, visando a elaboração de estudos no âmbito das políticas públicas do trabalho. O Ministério também deu prosseguimento às atividades de grupo de trabalho com o objetivo de elaborar a proposta de Sistema Único do Trabalho (SUT); instituído pela Portaria nº 1.879, de 27 de novembro de 2013, o grupo contou com a participação de representantes de unidades do Ministério, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios convenentes do MTE, dos trabalhadores, dos empregadores e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como assessoria técnica. Foi apresentada ao Ministro do Trabalho proposta de criação do SUT que, atualmente, encontra-se em fase de consulta a outros atores interessados.

Em 2014, segundo o Caged, o mercado de trabalho formal gerou 391 mil empregos formais, destacando-se os setores de serviços, comércio, indústria de transformação e construção civil.

Objetivo 0289 – Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda.

O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), alicerçado em recursos dos depósitos especiais remunerados

do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), é formado por um conjunto expressivo de programas e linhas de crédito especiais.

Presente em mais de 3,6 mil Municípios, o Proger atua sobre o mercado de trabalho mediante a concessão de crédito direcionado e a preços subsidiados para consolidar e fomentar a expansão da produção e, consequentemente, elevar a demanda por trabalho.

O Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) autorizou, por meio da Programação Anual da Aplicação de Depósitos Especiais do FAT, a destinação de novos recursos da ordem de R$ 3,6 bilhões, acrescendo-se a este montante estimativa de reaplicação face ao retorno de recursos das operações findadas nos agentes financeiros no valor de R$ 2,3 bilhões, que somados correspondem aproximadamente a R$ 6 bilhões para serem investidos.

Durante o exercício de 2014, estudo sobre a análise do efeito do crédito sobre o emprego formal na linha de crédito do Proger Urbano Investimento – Micro e Pequena Empresa mostrou, por meio do cruzamento das bases do Proger, do Caged e da Rais, a existência de impacto positivo e persistente do crédito no nível de emprego, mesmo decorridos três anos da realização do investimento.

Em 2014, foi registrada a contratação de mais de 170 mil operações de crédito, sendo investidos, aproximadamente, R$ 7,5 bilhões nos setores produtivos, resultando num salto no número de trabalhadores beneficiados em relação a 2013 de cerca de 91,15% .

Os financiamentos destinados a micro e pequenas empresas correspondem a mais de 90% do total do número de contratos firmados, destinados, especialmente, àquelas do ramo de comércio e serviços.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0289 DO PROGRAMA 2071 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Descrição da Meta 2012 – 2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Atingir o número de 4.000.000 de trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito das linhas do Proger	Trabalhadores	4.000.000	952.0481	1.673.839	3.199.668[2]	80%	Departamento de Emprego e Salário/ SPPE - SAEPWEB; Rais e Caged
Aumentar em 15% o volume de microcrédito produtivo orientado concedido	Percentual	15% (por ano)	21,6%[1]	19,6%	11,7%[3]	83,4%[4]	Sistema de Acompanhamento do PNMPO/DES/SPPE/ MTE

[1] A apuração de 2012 não consta no Siop em razão da meta ter sido inserida no PPA após a revisão feita em 2013.
[2] Dados até dezembro de 2014.
[3] Dados até setembro de 2014.
[4] Percentual realizado acumulado de 2012 a 2014 dividido pela média do percentual previsto para 2012 a 2014.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) desempenha papel relevante no compromisso assumido pelo Governo Federal com relação às políticas transversais e multissetoriais de estímulo à inclusão produtiva e à geração de trabalho e renda. Sua finalidade é universalizar o acesso ao crédito para os negócios populares de pequeno porte, estimulando o empreendedorismo no País, representando importante ferramenta para o enfretamento da pobreza e da exclusão social.

As operações de crédito realizadas no âmbito do PNMPO são direcionadas a pessoas físicas, empreendedores individuais e microempresas com faturamento de até R$ 120 mil anuais, para valores de financiamento até R$ 15 mil, destinados a capital de giro ou investimento.

De janeiro a setembro de 2014, o volume total de microcrédito concedido atingiu a cifra de R$ 8,3 bilhões. Nesse mesmo período, a Carteira Ativa atingiu o montante de R$ 6,4 bilhões, contando com mais de 3,5 milhões de clientes ativos em todo o Brasil. O grande público do microcrédito produtivo orientado está na informalidade, representando 92% do valor concedido, com forte presença feminina, mais de 63% do volume total concedido. Com relação à execução da meta do PPA 2012-2015, o PNMPO tem apresentado taxas de crescimento significativas.

Especificamente em relação à execução do Programa Crescer, os bancos públicos federais, no período de janeiro a setembro de 2014, concederam aproximadamente R$ 7,663 bilhões, 91,3% da concessão total de microcrédito no âmbito do PNMPO. Paralelamente à execução dos bancos oficiais, outras instituições de microcrédito, representadas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, cooperativas de crédito, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e Agências de Fomento expandiram a concessão de crédito a microempreendedores em todas as regiões do País. De janeiro a setembro de 2014, essas instituições ofertaram R$ 618,7 milhões em microcrédito

Objetivo 0869 – Assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0869 DO PROGRAMA 2071 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Descrição da Meta 2012 – 2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Inserir 160.000 pessoas com deficiência sob ação fiscal no mercado de trabalho	Unidade	160.000	35.420	76.317	118.930	74,3%	SFIT
Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho	Unidade	644.160	140.900	301.156	466.464	72,4%	SFIT
Fiscalizar 58.000 empregadores rurais com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS	Unidade	58.000	12.686	25.171	36.420	62,8%	SFIT
Fiscalizar 1.183.000 empregadores urbanos, portuários e aquaviários com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS.	Unidade	1.183.000	256.339	518.993	772.794	65,3%	SFIT
Analisar 10.800 acidentes do trabalho	Acidente Analisado (unidade)	10.800	1.902	4.391	6.595	61,1%	SFIT
Realizar 120 operações de auditoria de obras de infraestrutura	Unidade (operação concluída)	120	43	98	137	114,2%	Relatório de fiscalização CGFIP/DSST
Realizar 500.000 ações fiscais de segurança e saúde no trabalho	ação fiscal em SST concluída	500.000	154.361	297.624	419.719	83,9%	SFIT
Fiscalizar 500 empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.	Unidade (ação fiscal do PAT concluída)	500	192	276	475	95%	SFIT
Elaborar ou aperfeiçoar 16 regulamentos de segurança e saúde no trabalho	Unidade (normas aperfeiçoadas ou publicadas)	16	6	16	27	168,7 %	CGNOR
Analisar 100% dos processos de solicitação de Certificado de Aprovação - CA para EPI em até 60 dias	Percentual	100%	100%	100%	79,6%	79,6%	SIT/MTE
Finalizar 85% das mediações coletivas com acordo.	Percentual	85%	85%[1]	88%	90%	103,1%[2]	SRT/MTE
Ampliar as mesas setoriais nacionais de negociação para mais três atividades econômicas.	Unidade	4	1[1]	3	4	100%	SRT/MTE

* Valores relativos ao terceiro trimestre de 2014.
[1]A apuração de 2012 não consta no Siop em razão da meta ter sido inserida no PPA após a revisão feita em 2013.
[2]Percentual realizado acumulado de 2012 a 2014 dividido pelo percentual previsto para o período.

Trabalho decente é aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário e em condições de equidade e segurança, garantindo uma vida digna aos trabalhadores e suas famílias. No ano de 2014 foram inseridas no mercado de trabalho sob ação fiscal 42,6 mil pessoas com deficiência; o resultado acumulado de 2012 a 2014 corresponde a 74,3% da meta global do PPA 2012-2015. Na busca de incrementar a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a Inspeção do Trabalho tem desenvolvido projetos específicos de fiscalização, nos quais os recursos e esforços são direcionados para esse Objetivo.

Somente em 2014 foi inserido no mercado de trabalho sob ação fiscal um total de 165,3 mil aprendizes; com isso, a meta global de 644,2 mil aprendizes inseridos, alcançou um percentual de execução de 72,4%. Devido aos esforços empreendidos para o desenvolvimento e execução de projetos de fiscalização específicos, o número de aprendizes inseridos no mercado de trabalho sob ação fiscal aumentou. O ano de 2014 apresentou um incremento de 3,2% na inserção de aprendizes em relação a 2013.

No que tange à meta de empregadores urbanos, portuários e aquaviários fiscalizados com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS, foram realizadas 253,8 mil fiscalizações no ano de 2014 e no acumulado, considerando o período de 2012 a 2014, foram 772,8 mil fiscalizações, o que corresponde a 65,3% da meta do PPA 2012-2015. Tais fiscalizações abrangem a verificação do cumprimento das disposições legais e regulamentares relativas ao registro de empregados, pagamento de salários, cumprimento da jornada legal e concessão de descanso, dentre outros.

Em relação à meta de empregadores rurais fiscalizados com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS, foram efetuadas, no ano de 2014, 11,2 mil ações fiscais, sendo que no acumulado, no período de 2012 a 2014, o número de ações fiscais no campo somou 36,4 mil, o que corresponde a 62,8% da meta global. Esta meta contempla as ações de fiscalizações nas atividades rurais, em que se verifica o cumprimento da legislação trabalhista e de segurança e saúde do trabalhador rural, incluindo também a verificação dos recolhimentos ao FGTS.

No curso das ações fiscais, os Auditores-Fiscais do Trabalho (AFT) verificam a regularidade dos depósitos ao FGTS. Ao ser constatada a falta de depósitos, o AFT solicita o recolhimento dos valores pendentes e, em caso de recusa por parte do empregador, efetua-se a lavratura de Notificação de Débito do Fundo de Garantia e da Contribuição Social (NDFC), para fins de cobrança. No ano de 2014 o montante de FGTS e Contribuição Social recolhido ou notificado nas ações de fiscalização atingiu R$ 2,6 bilhões. O valor acumulado no período em análise foi de R$ 6,7 bilhões.

A fiscalização em segurança e saúde no trabalho (SST) realizou 122,1 mil ações e concluiu 2,2 mil análises de acidentes de trabalho graves e fatais. Nesta área, foram lavrados 114,9 mil autos de infração e determinada a interrupção de trabalho (embargos e interdições) em 5,5 mil situações de risco grave e iminente. No que diz respeito à normatização em segurança e saúde, foram publicados regulamentos relativos às condições de segurança de caldeiras, vasos de pressão e tubulações, aos requisitos para trabalho em altura por meio de acesso por cordas, bem como à periculosidade dos motociclistas e dos trabalhadores que laboram com energia elétrica, proteção à segurança e saúde relacionada a vibrações e foi publicada a Lista Nacional de Agentes Carcinogênicos para Humanos, mediante portaria interministerial (MTE, Ministério da Saúde e Ministério da Previdência Social).

O percentual de processos de solicitação de certificado de aprovação para equipamento de proteção individual (EPI) caiu para 79,6% em 2014; isto ocorreu porque houve aumento de 20% dos processos protocolados no segundo semestre, em relação ao primeiro, coincidindo com redução da equipe em razão de período de férias e licenças para tratamento de saúde. Visando otimizar a análise de processos houve revisão das portarias que regulamentam os procedimentos para emissão de certificado de aprovação, o que contribuirá para que as análises ocorram de forma mais célere, permitindo atender a totalidade da meta proposta no PPA 2012-2015.

Com relação ao PAT, a meta estabelecida para o período de 2012–2015 foi a fiscalização de 500 empresas. Após três anos, a execução desta meta já se encontra em 95%, tendo sido fiscalizadas 475 empresas. Registre-se que o PAT beneficiou, em 2014, cerca de 18,5 milhões de trabalhadores.

Com base nos resultados acumulados até 2014, a meta do PPA para a inspeção em obras de infraestrutura já foi superada e espera-se que as metas de inspeção em SST e fiscalização do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) sejam também superadas. Com relação à análise de acidentes, entretanto, a execução encontra-se deficitária; mesmo com a realização de operativos especiais, não se vislumbra possibilidade de alcance da meta, em boa medida devido à redução do número de auditores-fiscais do trabalho.

As mesas setoriais nacionais de negociação coletiva estabelecidas no período de 2012 a 2014, compostas por governo, trabalhadores e empregadores, foram: Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde; Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar; Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho no Ramo de Hotelaria e Turismo; Mesa de Diálogo e Negociação Tripartite para Melhorar as Condições de Trabalho na Construção Civil.

Em 2014 o Governo Federal recebeu, analisou e registrou 50 mil instrumentos coletivos de trabalho (convenções, acordos coletivos e termos aditivos), no período de janeiro a dezembro de 2014; e realizou 12,3 mil mediações coletivas em 2014, com 90% de mediações terminando em acordo, beneficiando 10 milhões de trabalhadores.

O MTE homologou aproximadamente 424,8 mil rescisões de contratos de trabalho e publicou a Portaria n° 789, de 2 de abril de 2014, que estabelece instruções para o contrato de trabalho temporário por período superior a três meses e o fornecimento de dados relacionados ao estudo do mercado de trabalho, bem como a Instrução Normativa nº 17, de 7 de novembro de 2014, que dispõe sobre os procedimentos de registro de empresa de trabalho temporário e de autorização de contratação e prorrogação de contratos. Em 2014, foram firmados 569,2 mil contratos de trabalho temporário.

Com o objetivo de melhorar as relações sindicais, o Ministério publicou 519 concessões de registro de entidades sindicais no Diário Oficial da União, cancelou 74 códigos sindicais, suspendeu 27 registros de federações por não atendimento a legislação vigente e encaminhou 1,3 mil ofícios às entidades sindicais para regularizar processos de pedido de registro sindical e alteração estatutária.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS

Em 2014, com relação à meta de consolidar a Agenda Nacional do Trabalho Decente e o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), institucionalizando a Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente, houve o lançamento de campanha de conscientização sobre o Trabalho Decente, com o slogan "Gente decente respeita o trabalho decente", veiculada nacionalmente em televisão e aeroportos das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014; houve ainda a assinatura do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 – Setor Turismo e Hospitalidade e o Compromisso Nacional pelo Emprego e Trabalho Decente na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. Além disso, realizou-se a revisão dos indicadores do PNETD, em especial aqueles que não foram passíveis de mensuração precisa durante o exercício de monitoramento das metas de 2011, o que envolveu quatro reuniões setoriais e 3 oficinas, com amplo debate e participação dos atores sociais e demais áreas de Governo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2071 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA, POR OBJETIVO (EM R$ MILHÕES)

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0287	No exercício (1)	45.506,31	50.792,97
	RPNP (2)	391,62	1.324,24
Total do Objetivo		**45.897,93**	**52.117,21**
0289*	No exercício (1)	412,86	257,63
	RPNP (2)	72,07	121,97
Total do Objetivo		**484,93**	**379,60**
0869	No exercício (1)	33,77	34,42
	RPNP (2)	35,73	10,50
	Gastos Tributários (3)	803,57	890,90
Total do Objetivo		**873,07**	**935,82**

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
(3) Corresponde às renúncias tributárias. Valor realizado em 2013 e valor previsto em 2014.
* Observação: Valores compreendendo execução pelo MTE e pelo Ministério da Fazenda; deste montante, o MTE executou:
2013: 7,48 e RPNP: 0,0;
2014: 8,50 e RPNP: 3,80.

PROGRAMA 2029 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Objetivo 0982 – Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0982 DO PROGRAMA 2029 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Descrição da Meta 2012 – 2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária.	Empreendimentos	30.000	21.859	33.522	33.522	111,7%	Siconv/ SIES
Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento.	Territórios	100	100	133	133	133%	Siop/Siconv

Com meta de manter e atualizar informações de organizações de economia solidária, o Ministério concluiu em 2013 o mapeamento e em 2014 sistematizou e disponibilizou ao público base de informações e de microdados que constituem uma fonte para realização de estudos e pesquisas sobre a economia solidária no País. Por meio de Convênio com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) iniciou-se a implementação do Observatório da Economia Solidária e do Cooperativismo, tendo como base os resultados da cooperação entre Brasil e a Itália pelo Programa Brasil Próximo.

No intuito de promover a integração das políticas de economia solidária em processos territoriais de desenvolvimento, entre 2011 e 2013, o MTE firmou parcerias com 19 Estados e 42 Municípios, apoiando propostas que compreenderam um total de 133 territórios; em 2014, não houve ampliação no número de territórios atendidos, mas a continuidade dos processos iniciados nos exercícios anteriores. As ações desenvolvidas envolvem implantação de espaços multifuncionais de economia solidária, com agentes comunitários de desenvolvimento que atuarão na formação e assessoramento técnico para fomento à produção e comercialização de produtos e serviços de EES. Além disso, a Senaes implementou metodologia de acompanhamento e orientações para os convenentes visando a integração das ações. Foram realizadas ainda conferências territoriais em preparação às etapas estaduais e nacional da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária.

ANÁLISE DAS METAS QUALITATIVAS

Em 2014 teve continuidade a promoção e disseminação dos princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente, com distribuição do material da campanha nacional e produção de novos materiais; nesse contexto, a realização da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária foi mais uma oportunidade para divulgação desses princípios na mídia nacional. Em sua preparação foram realizadas 207 conferências territoriais e municipais, 26 conferências estaduais e 5 conferências temáticas, com a mobilização de 22 mil pessoas em 1,6 mil Municípios. Na etapa nacional da 3ª Conferência participaram 1,6 mil pessoas, sendo 62% mulheres.

Em 2014, foi instituído o Comitê do Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo Social (Pronacoop Social), de acordo com o Decreto nº 8.163, de 20 de dezembro de 2013, com a finalidade de planejar, coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários.

O Governo Federal vem acompanhando com empenho os Projetos de Lei nº 03/2007 e nº 153/2007, ambos tramitando no Senado, com o objetivo de atualizar o marco regulatório do Cooperativismo; também acompanha na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.685/2012, referente à Política Nacional de Economia Solidária, ainda em tramitação. Por meio de Portaria Ministerial nº 2.060, de 30 de dezembro de 2014, o Conselho Nacional regulamentou o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; outro resultado importante em 2014 foi a regulamentação da Lei nº 12.690, de 19 julho de 2012 (Lei das Cooperativas do Trabalho), pronta para ser assinada pela Presidenta da República.

Objetivo 0983 – Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0983 DO PROGRAMA 2029 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Descrição da Meta 2012 – 2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Certificar os produtos e serviços de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário.	Empreendimentos	9.000	347[1]	1.725	2.945	32,7%
Incluir 200 comunidades nas finanças solidárias.	Territórios	200	32	138	665	332,5%
Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra.	Pessoas	10.000	2.000	5.161	8.017	80,2%
Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 5 mil empreendimentos econômicos solidários e redes de produção e comercialização.	Empreendimentos	5.000	621	2.493	3.388	67,8%

Fonte: Siop/Siconv

[1] Houve uma readequação do PPA em 2013 (com alteração nas metas) o que levou a diferença na contabilização das metas.

Com o objetivo de certificar os produtos e serviços de 9 mil empreendimentos econômicos solidários, teve continuidade a pactuação com as instituições selecionadas para a implantação das metodologias de certificação próprias do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS). Com essa finalidade foram transferidos recursos para que mais de 1,2 mil EES possam participar do SCJS. As dificuldades para atingir a meta decorrem do caráter inovador do Sistema, visto tratar-se de uma iniciativa pioneira em termos mundiais.

No fomento e fortalecimento das finanças solidárias, com a ampliação de recursos e execução das parcerias resultantes da chamada pública realizada em 2013, foi possível, em 2014, apoiar 111 bancos comunitários de desenvolvimento, 285 fundos solidários e 94 cooperativas de crédito solidário.

Uma das principais estratégias para a capacitação de trabalhadores para a economia solidária é a Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos em Economia Solidária, que está sendo implementada com a Rede Nacional de Centros de Formação em Economia Solidária (Rede CFES), visando qualificar sua atuação como multiplicadores de conhecimentos, inovações metodológicas e/ou tecnológicas junto aos EES, bem como para o fortalecimento das políticas públicas federais, estaduais e municipais. Para a continuidade e consolidação das atividades da Rede CFES, em 2014 foram repassados novos recursos que beneficiaram cerca de 2,9 mil pessoas.

Em 2014, teve continuidade o fortalecimento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), que se constitui numa articulação interinstitucional para o desenvolvimento das incubadoras, levando a uma maior articulação entre as universidades brasileiras e as diferentes formas de cooperativas populares. No âmbito do Proninc também foram repassados recursos por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Externo estabelecido em parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Foram apoiadas 86 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e economia solidária para ampliar a atuação das mesmas com a incubagem de mais 220 EES em todo o País. No tocante à assessoria técnica aos EES e suas Redes de Cooperação, as ações foram garantidas também por meio de projetos em parceria com Municípios, Estados e organizações da sociedade civil. Estes projetos incorporaram a dimensão cultural e territorial dos processos produtivos, fortalecendo práticas autogestionárias, justas e solidárias, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando na elaboração de planos de negócio, de planos de marketing e nos registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. Por meio destas parcerias foram apoiados 895 empreendimentos.

A execução orçamentária do MTE nos Objetivos 0982 e 0983 do Programa 2029 é consta no quadro a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0982 E 0983 DO PROGRAMA 2029 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA (EM R$ MILHÕES)

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0982	No exercício (1)	3,65	6,24
	RPNP (2)	-	4,60
Total do Objetivo		**3,65**	**10,84**
0983*	No exercício (1)	12,74	11,80
	RPNP (2)	8,29	38,26
Total do Objetivo		**21,03**	**50,06**

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
* Observação: Valores compreendendo execução pelo MTE e pelo Ministério do Desenvolvimento Social;
deste montante, o MTE executou:
2013: 12,74 e RPNP: 6,33;
2014: 11,80 e RPNP: 37,96.

PROGRAMA 2044 – AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE

Objetivo 0967 – Ampliar o acesso às oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda da população jovem.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0967 DO PROGRAMA 2044 – AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE

Descrição da Meta 2012 – 2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem	unidade	1.220.628	310.349	658.432	1.061.115	86,9%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais/Rais/Caged

Entre 2012 e novembro de 2014 foram admitidos mais de 1 milhão de adolescentes e jovens aprendizes, representando 86,9 % da meta global para o período do PPA 2012-2015. Apenas em 2014 foram admitidos nesses contratos especiais 402,7 mil aprendizes. No entanto, isso representa apenas 31,3% do potencial de contratos, tomando como referência a cota mínima de 5% estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para empresas de médio e grande porte.

O Fórum Nacional da Aprendizagem obteve os seguintes resultados em 2014: implementação da intermediação de aprendizes pelo Sistema Público de Emprego; lançamento do Arco Ocupacional do Desporto, visando gerar contratos de aprendizagem nos clubes sociais e esportivos; implementação da aprendizagem em alguns órgãos públicos e Municípios; celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre MTE e MEC, para estimular micro e pequenas empresas a contratar voluntariamente.

O quadro a seguir mostra a execução orçamentária do Ministério do Trabalho e Emprego no âmbito do Objetivo 0967 do Programa 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0967 DO PROGRAMA 2044 - AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE (EM R$ MILHÕES)

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0967	No exercício (1)	10,65	2,16
	RPNP (2)	106,62	51,67
Total do Objetivo		**117,27**	**53,83**

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.
(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

PARTICIPAÇÃO EM OUTROS PROGRAMAS TEMÁTICOS

PROGRAMA 2062 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Objetivo 0829 – Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0829 DO PROGRAMA 2062 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Descrição da Meta 2012 – 2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Realizar 25.000 fiscalizações específicas para a erradicação do trabalho infantil	Unidade	25.000	7.393	15.732	25.529	102,1%

Fonte: SITI

No ano de 2014 foram realizadas quase 9,8 mil ações fiscais específicas para a erradicação do trabalho infantil. Com este resultado expressivo, o valor acumulado de ações fiscais realizadas já supera a meta prevista para o quadriênio 2012-2015, chegando a 102,1% da meta global. Neste período, foram alcançadas mais de 20 mil crianças e adolescentes, que foram retiradas da situação irregular de trabalho e encaminhadas para a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.

PROGRAMA 2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Objetivo 0973 – Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0973 DO PROGRAMA 2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Descrição da Meta 2012 – 2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo ao de escravo	Unidade	945	259	572	835	88,3%

Fonte: Relatórios de fiscalização – DETRAE/DEFIT

Como resultado das fiscalizações realizadas em 2014, foram resgatados 1,5 mil trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravo, em operações abrangendo 263 empregadores, tanto em áreas rurais quanto em atividades urbanas. Ainda como resultado dessas fiscalizações, cerca de mil trabalhadores tiveram seus contratos de trabalho formalizados com os registros em suas CTPS; ocorreu o pagamento de mais de R$ 5,7 milhões em verbas rescisórias e lavraram-se 3,6 mil autos de infrações.

PROGRAMA 2067 – RESÍDUOS SÓLIDOS

Objetivo 0319 – Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Nível de realização das metas quantitativas do Objetivo 0319 do Programa 2067 – Resíduos Sólidos:

Descrição da Meta 2012 – 2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado
			2012	2013	2014	
Fomento e fortalecimento de 600 cooperativas/ associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem	Empreendimentos	600	323	859	1.174	195,67%

Fonte: Siop/Siconv

Em 2014, o Governo Federal investiu R$ 42,3 milhões, beneficiando diretamente 315 EES de catadores de materiais recicláveis e 16,7 mil pessoas, que terão acesso à formação, assessoria técnica, infraestrutura, equipamentos de proteção individual e apoio para estruturação da comercialização. O Programa Cataforte - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias realiza investimentos de aproximadamente R$ 200 milhões, destinando recursos à estruturação de EES, para que se tornem aptos a prestar serviços de coleta seletiva para prefeituras, a participar no mercado de logística reversa e a realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis.

Para implantação do programa, em 2014 foram repassados cerca de R$ 9 milhões à Fundação Banco do Brasil, iniciando ações de assessoramento técnico. Foram contratadas Bases de Serviços de Apoio e Assistência Técnica e um Escritório Técnico Nacional de Projetos para atuar com 33 Redes de Cooperação, agregando 400 cooperativas e associações que, durante três anos, receberão apoio da Secretaria Geral da Presidência da República, da Fundação Banco do Brasil, do MTE, do Ministério do Meio Ambiente, da Fundação Nacional de Saúde, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, da Petrobras e do Banco do Brasil.

4.31. MINISTÉRIO DO TURISMO

O Ministério do Turismo (MTur) foi criado com as seguintes atribuições:

- formulação da política nacional de desenvolvimento do turismo;
- promoção e divulgação do turismo nacional, no País e no exterior;
- estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;
- planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo;
- gestão do Fundo Geral de Turismo;
- desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação e Classificação das atividades, empreendimentos e equipamentos dos prestadores de serviços turísticos (Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003).

Tem sua estrutura organizacional composta pela Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Secretaria-Executiva, um órgão colegiado, o Conselho Nacional de Turismo e uma entidade autárquica vinculada, o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Integram o Sistema Nacional de Turismo, além da entidade e dos órgãos citados, o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, os fóruns e conselhos estaduais de turismo, os órgãos estaduais de turismo e as instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais.

No intuito de facilitar a organização das suas ações, o MTur dispõe de uma série de documentos que balizam o planejamento, como o Plano Plurianual (PPA 2012-2015), o Plano Nacional do Turismo (PNT 2013-2016), o Planejamento Estratégico (PE 2012-2015) e o Plano de Ação 2014.

Os planos de ação são desdobramentos do Planejamento Estratégico do Ministério com o intuito de atingir os objetivos propostos no PPA e no PNT.

PROGRAMA 2076 – TURISMO

Considerando o comportamento da atividade turística no mercado nacional e internacional e os desafios impostos a partir das diretrizes estratégicas estabelecidas para o Governo Federal no PPA 2012-2015, foi estabelecido o Programa 2076 – Turismo, conforme o art. 4º da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012. O Programa contempla os fundamentos tratados no Plano Nacional de Turismo 2013-2016.

As estratégias do plano são voltadas para um objetivo ambicioso: conduzir o Brasil da sexta para a terceira economia do turismo no planeta. Para tanto, o País se apoia, principalmente, no fato de ser considerado pelo Fórum Econômico Mundial a maior potência do planeta em recursos naturais, já que possui um quinto das espécies de seres vivos da Terra e 67 Parques Nacionais abertos à visitação.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e para a erradicação da pobreza, o Programa Turismo tem por diretrizes a participação e o diálogo com a sociedade, a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo, o incentivo à inovação e ao conhecimento, e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento.

O Programa representa 3,7% da economia brasileira. De 2003 a 2009, o setor cresceu 32,4%, enquanto a economia brasileira apresentou expansão de 24,6%.

Estima-se que para o ano de 2023 o turismo seja responsável por 10,59 milhões de empregos diretos e indiretos, o que representa aproximadamente 9,5% do total de empregos do País. A essas expectativas somam-se as demandas internas para o setor de turismo, que se torna pujante na economia brasileira e bate recordes seguidos em função de parcela expressiva da população brasileira que vem se agregando à classe média.

O Programa 2076 – Turismo abrange cinco objetivos:

- 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro;
- 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos;
- 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil;
- 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento; e
- 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Objetivo 0737 – Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro

Este Objetivo contou com onze Iniciativas e sete Ações Orçamentárias. Dentre as Iniciativas destacam-se:

- 02V4 - Adequação da infraestrutura turística pública para o desenvolvimento sustentável do turismo;
- 02V5 - Apoio ao ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos brasileiros;
- 02V6 - Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo;
- 02V7 - Cadastramento das empresas, dos empreendimentos e dos profissionais do turismo;
- 02V8 - Elaboração de estudos de competitividade do turismo brasileiro;
- 02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos;

- 02VC - Fiscalização dos serviços turísticos;
- 02VD - Incentivo à inserção da produção associada ao turismo nos roteiros e destinos turísticos; 02VF - Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo;
- 02VH - Qualificação de profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo e incentivo a certificação de pessoas, equipamentos, serviços e produtos; e,
- 02VJ - Qualificação dos produtos e serviços turísticos de base local e/ou comunitária na cadeia produtiva do turismo.

Em infraestrutura houve avanços substanciais. Foram celebrados novos contratos de repasse envolvendo implantação, melhoria e recuperação de infraestrutura turística em mais de 1,5 mil destinos turísticos, incluindo obras de acessibilidade, sinalização turística, mercados e feiras, museus, casas de cultura, centros de convenções, de artesanato e de eventos, centros de informações turísticas, saneamento básico, pavimentação e urbanização de orlas marítimas e fluviais. No exercício foram selecionados 1.012 projetos de infraestrutura.

Algumas tipologias de obras apoiadas no exercício de 2014: a) Centros de Eventos, Convenções, Culturais: 150 obras, no valor de R$ 52 milhões; b) Centros de Atendimento ou de informação aos Turistas: oito unidades, com custo da ordem de R$ 2,3 milhões; c) Sinalização Turística: 29 empreendimentos apoiados com recursos da ordem de R$ 11 milhões; d) Portais e Pórticos: 90 obras apoiadas no valor de R$ 34 milhões; e) Infraestrutura Viária (pavimentações): 114 obras no valor de R$ 68 milhões; e f) Construção/Reforma de Praças: 312 obras no valor de R$ 124 milhões.

Algumas obras apoiadas no exercício: a) Construção da Passarela de Pedestres interligando o Parque Metropolitano de Pitaçu e a Orla Atlântica de Salvador/ BA – R$ 14 milhões; b) Pavimentação e Drenagem do Acesso a Serra da Barriga – 1ª Etapa/AL – R$ 1,9 milhões; c) Urbanização da Orla da Praia de Jacumã no Município do Conde/PB– R$ 2 milhões; d) Construção de pórticos, pavimentação e urbanização das margens da BR 235 no Estado de Sergipe – R$ 2,4 milhões; e e) Construção do Centro de Convenções no Município de Araguaína – 1ª Etapa/ TO – R$ 5,3 milhões.

Recursos financeiros liberados para obras em andamento: o Ministério do Turismo registrou, em 2014, volume substancial de pagamento de obras em execução, destinando em torno de R$ 341 milhões para o pagamento de 2.135 contratos de repasse. Os dados referem-se às obras que tiveram medição pela Caixa Econômica Federal, sendo que algumas já foram concluídas e outras ainda estão em execução.

Algumas obras beneficiadas com a liberação de recursos financeiros: a) Conclusão do Centro de Convenções da Paraíba - Estado da Paraíba – R$ 20.440.594,60; b) Adequação e Implantação de Infraestrutura do Autódromo Jose Carlos Pace – Estado de São Paulo – R$ 20.447.860,90; c) Implantação de Infraestrutura Turística na Área Urbana de São Raimundo Nonato – Estado do Piauí – R$ 1.928.000,00; d) Duplicação da Avenida de Acesso a Orla Marítima – Estado do Maranhão – 1ª Etapa – R$ 9.149.400,00; e) Construção do Centro de Convenções do Estado do Amazonas – 3ª Etapa - R$ 539.438,10; e f) Implantação da Nova Sinalização Turística nos principais atrativos turísticos – Distrito Federal – R$1.159.861,40.

O Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo busca organizar intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística por meio de ações voltadas para o planejamento das regiões turísticas. Nesse âmbito tem-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional (Prodetur Nacional), com vistas à obtenção de crédito de financiamento externo.

O Prodetur Nacional tem por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando investimentos regionais, estaduais e municipais ao modelo de desenvolvimento turístico nacional, a fim de promover a geração de emprego e renda, em especial para a população local.

Dessa forma, no exercício de 2014, foram empenhados cerca de R$ 24,7 milhões em ações de infraestrutura: i) requalificação da orla da Beira Mar (segunda etapa) no Município de Fortaleza / CE; ii) revitalização de praça no Município de Salvador/BA; iii) construção do Memorial Marco Zero da Ferrovia do Município de Magé/RJ; e iv) pavimentação da Rodovia AL-105.

Adicionalmente, destacam-se a conclusão e aprovação dos seguintes planos: i) Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) das áreas turísticas dos Municípios de Curitiba/PR e São Luís/MA e do Pólo de Teresina; ii) Avaliação Ambiental Estratégica do Prodetur Nacional do Estado do Mato Grosso do Sul; e iii) Plano de Marketing do destino turístico Bonito- Serra da Bodoquena/MS.

Por fim, destaca-se o repasse de cerca de R$ 1,1 milhão para as seguintes ações: i) Fortalecimento Institucional da Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) do Prodetur Nacional – Estado da Bahia; ii) Planos de Marketing das áreas turísticas dos Municípios de Natal/RN e de Fortaleza/CE, bem como do Pólo Costa dos Arrecifes no Estado de Pernambuco; iii) Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) da Área Turística do Município de Boa Vista/RR.

A qualificação e a certificação em turismo se refletem positivamente na qualidade do produto turístico, além de contribuir para a promoção, o desenvolvimento e a consolidação dos destinos, resultando em vantagem competitiva para o setor.

Em face dessa premissa, as ações de qualificação priorizam os profissionais, os gestores e os destinos turísticos, como estratégia para a elevação da qualidade da oferta turística nacional, além de inserir o Brasil como destino turístico no cenário internacional de forma competitiva.

Em relação à qualificação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Copa), instituído no âmbito do Pronatec, contribuiu para melhoria da qualidade da prestação de serviços ofertados aos turistas, especialmente visando os grandes eventos esportivos nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, entorno e cidades consideradas destinos turísticos consolidados.

Com a reformulação, no final de 2012, o Programa foi renomeado como Pronatec Turismo e passou a trabalhar de forma descentralizada.

Foram definidas três linhas de ação, que beneficiaram 120 cidades. Essas linhas são: I) Pronatec Copa – tem como parceiros (demandantes adjuntos) do MTur os órgãos municipais de turismo que identificam a demanda em cada um dos Municípios participantes do Programa por novos profissionais, de maneira a suprir a necessidade de mão de obra mediante a qualificação de pessoas interessadas em entrar para o setor (21 cursos do eixo tecnológico Turismo, hospitalidade e lazer); II) Pronatec Copa na Empresa – tem como parceiros (demandantes adjuntos) do MTur as secretarias estaduais de turismo, os órgãos municipais de turismo das 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), que articulam com os empresários do setor para proporcionar cursos de aperfeiçoamento profissional aos seus empregados e colaboradores.

As aulas são ministradas preferencialmente dentro do estabelecimento e em horários mais convenientes aos empresários, empregados e colaboradores (54 cursos). Além de trabalhadores do setor, participam trabalhadores dos aeroportos que não sejam das companhias aéreas (12 cidades). Também são ministrados cursos de idiomas para os profissionais de segurança pública; e III) Pronatec Copa Social, em parceria com o Conselho Nacional do Serviço Social (Sesi), no âmbito do Projeto Vira-Vida, que procura oferecer oportunidade de qualificação aos jovens egressos do Projeto e seus familiares, objetivando a sua inserção no mercado de trabalho do setor (37 cursos dos eixos tecnológicos Turismo, hospitalidade e Lazer, Gestão e Negócios e Idiomas).

O Pronatec Turismo, até o mês de novembro de 2014, matriculou 180.561 alunos e obteve 105.214 concluintes. No exercício de 2014 foram realizadas 44.563 matrículas, sendo que o número de concluintes foi de 21.119. Os alunos qualificados são considerados como um dos legados dos eventos da Copa do Mundo FIFA 2014.

Além das ações do Pronatec Turismo, o MTur está trabalhando na concepção de uma Política Nacional de Qualificação Profissional do Turismo, com intuito de repensar o turismo enquanto ferramenta de desenvolvimento do País, elevando a competitividade mediante a qualificação profissional, com a valorização dos trabalhadores do setor.

Para financiar o desenvolvimento do turismo nacional, o MTur articula permanentemente com Órgãos Governamentais e Instituições Financeiras Federais a melhoria das condições de acesso e a efetiva disponibilização de crédito às empresas ligadas ao turismo.

Esse esforço contribuiu para o alcance da marca de R$ 11,9 bilhões desembolsados por conta das operações de financiamentos firmadas por Instituições Financeiras Federais até o mês de novembro de 2014, sendo R$ 4,4 bilhões do Banco do Brasil, R$ 6,5 bilhões da Caixa Econômica Federal, R$ 0,6 bilhão do Banco do Nordeste e R$ 0,4 bilhão do Banco da Amazônia.

No que concerne ao treinamento e capacitação para a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, observa-se que entraves administrativos e legais inviabilizaram a realização do curso conforme estabelece a Portaria nº 311, publicada em 4 de dezembro de 2013.

Com o propósito de buscar maior eficiência nos resultados, estão sendo promovidos debates e estudos no intuito de assegurar a viabilidade da ação por meio de parcerias com outras instituições públicas.

Do mesmo modo, até o momento, o MTur e seus órgãos delegados vêm trabalhando no sentido de sensibilizar e alertar os prestadores de serviços turísticos quanto às exigências legais, além de realizar a fiscalização em caráter educativo.

No âmbito do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) é viabilizado o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo MTur como de interesse turístico, concentrando-se no fomento e provisão de recursos para a infraestrutura do setor turístico. Em 2014, estavam à disposição da Caixa Econômica Federal (Caixa), agente financeiro desse Fundo, recursos da ordem de R$ 88,8 milhões, provenientes de orçamentos anteriores. Além desse recurso, esteve disponível do Orçamento/2014 o montante de R$ 35,9 milhões.

No âmbito da promoção da sustentabilidade, o Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente são parceiros no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), desde 2008, na Campanha Passaporte Verde no Brasil.

Em março de 2014, o Ministério do Turismo aderiu ao acordo entre Pnuma, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Esporte, que teve como objetivo promover uma estrutura de cooperação e entendimento e facilitar a colaboração entre as partes no âmbito do processo de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014, relacionando à sustentabilidade ambiental, à conservação, à proteção, à valorização da natureza e dos recursos naturais, incluindo a diversidade biológica em todo o mundo.

Nesse período foi lançada uma edição especial da campanha Passaporte Verde para a Copa do Mundo FIFA 2014. A nova edição atualizou a linguagem e os meios de comunicação da campanha, disponibilizando uma plataforma de comunicação ao turista e ao setor do turismo, que inclui website, aplicativo para smartphone, perfis nas redes sociais, display, adesivos e cartazes. Uma das ações do Ministério do Turismo foi a distribuição de adesivos e displays para os Centros de Atendimento aos Turistas (CAT) das 27 Unidades da Federação.

A Campanha 2014 reuniu 60 roteiros Passaporte Verde nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo, oferecendo ao turista a oportunidade de comentar e compartilhar suas experiências durante e depois do Mundial.

Em relação às atividades de promoção e divulgação, foi lançado, em dezembro de 2014, o Plano de Marketing Turístico – Experiências do Brasil (2014-2018). Três objetivos principais norteiam o planejamento: ampliar e diversificar o consumo turístico no mercado nacional, incrementar a qualidade e a

competitividade dos produtos e destinos além de implementar mecanismos efetivos para a cooperação público-privada. O planejamento é voltado para o mercado interno e sua principal contribuição será desenvolver uma cultura de viagem para novos turistas e para as pessoas que já viajam, incluindo novas experiências, produtos e destinos na prateleira do turismo.

O plano deve servir como orientador para o MTur, órgãos estaduais e municipais de turismo, setor empresarial e instituições envolvidas no desenvolvimento do turismo, com a missão de encantar o brasileiro com as experiências de viagem pelo Brasil.

O Plano de Marketing é fruto de um extenso processo participativo. Envolveu mais de 600 pessoas em reuniões e oficinas, com contribuição dos órgãos oficiais de turismo de todas as Unidades da Federação, entidades empresariais e instituições de ensino.

No âmbito da regionalização, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) foi reformulado em 2013 para um diagnóstico. O programa foi composto por oito eixos de gestão, estruturação e promoção: gestão; planejamento e posicionamento de mercado; qualificação profissional; empreendedorismo e promoção de investimento; infraestrutura; informação ao turista; promoção e apoio à comercialização; e monitoramento.

Em 2014, os esforços foram direcionados para a construção da Matriz Diagnóstica, bem como do Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo.

Esse Sistema consolidará os dados do Mapa do Turismo, os dados levantados pela Matriz, assim como os relacionados à rede formada pelo Programa, que contempla gestores públicos municipais, regionais e estaduais. O Sistema será, ainda, uma ferramenta de gestão estratégica e de monitoramento do Programa.

Cabe destacar ainda que foi elaborado o Índice de Competitividade do Turismo Nacional, por meio de contrato com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O resultado alcançado foi um índice de 59,5, em uma escala de zero a 100. Por meio do Índice de Competitividade analisam-se os recursos presentes no destino nas 13 dimensões definidas na metodologia, a saber: infraestrutura geral, aspectos ambientais, economia local, atrativos turísticos, acesso, aspectos culturais, capacidade empresarial, aspectos sociais, serviços e equipamentos turísticos, políticas públicas, marketing e promoção do destino, cooperação regional e monitoramento.

Quanto aos cadastramentos, o MTur tornou o Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no Setor do Turismo (Cadastur), mais simples e inclusivo.

As novas regras permitem que os microempreendedores individuais façam parte do cadastro de prestadores de serviço do setor em qualquer atividade. Com a facilitação, houve um incremento nos cadastramentos, com 11.058 novos cadastros.

O Ministério do Turismo deu continuidade ao processo de desenvolvimento da atividade, por meio da Portaria MTur nº 312/2013, que estabelece requisitos para o exercício da atividade de guias de turismo.

No que tange ao aperfeiçoamento, o Ministério do Turismo e o Sebrae lançaram o guia Boas Práticas em Turismo, que reúne casos de sucesso em inovação na gestão do turismo, selecionados em pesquisa realizada em 65 destinos. O guia relata experiências de dez Municípios e foi apresentado durante a divulgação dos resultados do Índice de Competitividade do Turismo Nacional de 2014.

As 11 experiências inovadoras que compõem a publicação foram implantadas em destinos turísticos dos Estados do Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Alagoas, Bahia e Minas Gerais, além do Distrito Federal.

Aplicativos, projetos de acessibilidade, centrais conjuntas de compras, centralização de operações de vendas de passeios, descontos para pacotes de baixa temporada, mecanismos que tornam mais célere a captação de investimentos para o destino e ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças no turismo foram algumas das inovações reconhecidas.

A identificação das boas práticas, iniciativa que contou com apoio de técnicos dos Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) estaduais e regionais e dos órgãos gestores de turismo, ocorreu no período de março a junho de 2014.

Com relação ao combate à exploração sexual de crianças destaca-se a realização de uma série de encontros que mobilizou cerca de 1,5 mil multiplicadores, entre guias de turismo, agentes de saúde, estudantes, policiais, educadores, representantes de organizações, empresários de hotéis, bares e restaurantes, entre outros.

Entre 2013 e 2014 foram distribuídos 728.839 materiais publicitários relacionados à campanha de proteção à infância durante o período de Carnaval e Copa do Mundo FIFA 2014. De janeiro a dezembro, foram capacitadas 2.013 pessoas, em 22 Estados, na temática de prevenção à exploração de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas e trabalho infantil.

Quanto às atividades de classificação dos prestadores de serviços turísticos, o Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass) classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, resort, flat, pousada, hotel fazenda, hotel histórico e cama & café.

O processo de classificação consiste na avaliação, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), das condições de infraestrutura, prestação de serviços e critérios de sustentabilidade.

Atualmente, há 58 meios de hospedagem classificados e divulgados por intermédio do sítio eletrônico institucional www.mtur.gov.br.

Com o intuito de sensibilizar os meios de hospedagem, em 2014, o Ministério assinou acordo de cooperação com o Sebrae, que atuou principalmente na promoção e disseminação do sistema. Por meio desta ação foram sensibilizados, aproximadamente, 60

empreendimentos, com vistas à classificação prevista para ser realizada no ano de 2015.

Apesar de ter sido desenvolvido com o apoio da maioria das entidades representativas do setor, o SBClass tem obtido um baixo nível de adesão por parte dos meios de hospedagem, até mesmo, entre outros fatores, por ser de caráter voluntário.

Alguns outros fatores vêm sendo identificados como limitadores das adesões: i) o SBClass é um sistema pago ao Inmetro, pelos custos da auditoria; ii) ainda não há um reconhecimento dos meios de hospedagem sobre os benefícios em se classificar; iii) ainda não foi realizada campanha de sensibilização para os meios de hospedagem, bem como para os turistas; iv) muitos empresários não se dispõem a dedicar tempo suficiente para seguir o passo-a-passo do sistema; v) o SBClass foi desenvolvido com foco, principalmente, nos meios de hospedagem independentes, ou seja, que não são associados às grandes redes hoteleiras, que já possuem padrões específicos e clientela própria e, portanto, não têm interesse em aderir ao SBClass.

Em relação ao Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHos), 1.808 meios de hospedagens distribuídos em 452 Municípios utilizaram o sistema durante o ano de 2014, totalizando cerca de 14,4 milhões de Fichas Nacionais de Registro de Hóspedes (FNRH).

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de manutenção, sem expressivos investimentos.

O SNRHos é o sistema criado pelo Ministério do Turismo para informatizar a FNRH, facilitando o envio, pelos meios de hospedagem, das informações exigidas pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 e pelo Decreto nº 7.38, de 02 de dezembro de 2010.

Esta ferramenta permite que o Governo Federal realize o tratamento dessas informações identificando o perfil do turista e as taxas de ocupação hoteleira de cada região, possibilitando a melhoria da elaboração de políticas públicas direcionadas ao setor turístico.

As informações das fichas preenchidas pelos hóspedes no check-in são utilizadas no intuito de qualificar, modernizar e tornar mais eficiente o levantamento de estatísticas sobre o turismo no País, bem como trazer maior segurança aos empreendimentos e aos turistas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2076 – TURISMO (R$ 1,00)

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados	
		2013	2014
0737	No Exercício*	20.136.459,41	18.719.815,17
	RPNP**	53.952.064,12	544.679.026,88
	Gastos Tributários	-	-
Total do Objetivo[1]		**74.088.523,53**	**563.398.842,05**

Fonte: Sistema Siop – obtido por soma dos Objetivos

[1] A informação da execução orçamentária relativa ao exercício de 2013 apurada em janeiro de 2014 diverge da apurada em janeiro de 2015 devido ao mês de fechamento. Em janeiro de 2014 a informação do exercício de 2013 foi enviada com o mês de novembro de 2013 fechado, faltando dezembro de 2013. Já em janeiro de 2015 a informação do exercício de 2013 está fechada até o mês de dezembro de 2013. O mesmo ocorrerá em relação ao exercício de 2014. Foi repassada a informação em janeiro de 2015 com mês fechado de novembro de 2014, faltando, portanto, a informação do mês de dezembro, a qual será posteriormente complementada.

*Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

**Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Para traçar uma análise comparativa entre os exercícios de 2013 e 2014, para a totalidade do Programa Temático 2076 – Turismo, foi tomado o quadro "Orçamento Fiscal e da Seguridade Social" do Sistema Siop. Por este demonstrativo a Dotação Orçamentária sofreu uma redução de 135,18% (LOA + Créditos) de 2013 para 2014; pelo lado da Execução Orçamentária, entre estes dois anos, o empenho diminuiu em 184,03%, enquanto os valores liquidado e pago retrocederam, em percentuais de 37,25% e 36,50% respectivamente. Mas tais quedas podem estar refletindo ainda a não incorporação da totalidade dessas rubricas, os valores financeiros apresentados até o fechamento do período correspondem à última carga do Siafi, realizada em 19/01/2015. Os valores financeiros do período só podem ser considerados definitivos após o fechamento do seu último mês, sendo que a apuração dos dados ocorreu até novembro de 2014. Sendo assim, o valor final será dado após integral fechamento dos sistemas.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0737 DO PROGRAMA 2076 - TURISMO

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até			% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013	2014		
Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos	Prestadores de serviços turísticos	33.852	19.560	30.606	42.051	124,22%	CGCI/MTur
Classificar 2.000 empreendimentos turísticos	Empreendimentos turísticos	2.000	21	49	58	2,90%	CGCI/MTur
Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo[1]	Gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo	186.750	1.142	1.354	1.354	0,72%	DCPAT/MTur

Fonte: MTur/ Sistema Siop. CGCI – Coordenação-Geral de Competitividade e Inovação; DCPAT – Departamento de Certificação e Produção Associada ao Turismo.
[1] Os dados apresentados divergem dos que constam na PCPR 2013 pelo fato de os valores informados em 2013 serem na verdade relativos ao objetivo 0738 - meta "qualificar 162.000 profissionais da linha de frente do turismo, com foco nas cidades sede da Copa de Mundo FIFA de Futebol". Os dados da meta "qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo" estão corretamente apresentados no SIOP.

ANÁLISE DAS METAS QUANTITATIVAS

Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos: com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, o cadastro dos prestadores de serviços turísticos apresentou um aumento significativo nos registros efetuados no Cadastur. Durante o ano foram efetuados 11.445 novos cadastros e, atualmente, conta com 52.850 prestadores regularmente cadastrados. O sucesso dessa iniciativa também se deve à publicação das Portarias nº 197, de 31 de julho de 2013 e nº 311, de 3 de dezembro de 2013, que disciplinam e desburocratizam o processo, com o intuito de alcançar um número maior de empreendimentos e equipamentos turísticos. Com o somatório de 2012 a 2014, ultrapassamos as expectativas da meta em 24,22%.

Classificar 2.000 empreendimentos turísticos: pelo Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass), foram classificados nove empreendimentos turísticos em 2014, totalizando 58 classificações no período de 2012 a 2014. Considerando que possui caráter voluntário, a grande maioria dos meios de hospedagem, optou por não aderir ao sistema. Para sensibilizar os meios de hospedagem, o Ministério assinou acordo de cooperação com o Sebrae e por meio desta ação foram sensibilizados aproximadamente 60 empreendimentos, com vistas à classificação prevista para ser realizada no ano de 2015.

Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo: a composição das metas de qualificação para os objetivos do PPA 2012-2015 foram planejadas no rol do Programa Bem Receber Copa, que, foi concebido com uma estimativa de qualificar 306 mil profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo. Sendo assim, as ações iniciadas a partir de 2011 seriam contabilizadas ao longo do PPA no âmbito dos 53 convênios celebrados. Neste contexto o alcance da meta restou prejudicado em decorrência da suspensão dos repasses de recursos e a interrupção da execução dos convênios celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, por força do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, que determinou a suspensão dos convênios até a avaliação da regularidade. Também, corroborou para o não atingimento da meta, o esvaziamento da equipe técnica do Departamento, bem assim, a composição do novo quadro técnico, por servidores recém ingressos no serviço público.

Diante da complexidade dos fatos, o Departamento optou por qualificar e preparar os novos servidores para tratar o grande volume de passivo existente. Não obstante, o MTur realinhou as ações de qualificação profissional e empresarial e inseriu novo modelo de execução, como é o caso do Pronatec Turismo, estabelecendo novas regras e critérios para formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoiar as ações complementares ao Pronatec Turismo, visando ao desenvolvimento do turismo no país.

Assim, concomitante a nova estruturação do Departamento, o MTur optou em trabalhar primeiramente na concepção das Diretrizes para Qualificação em Turismo, para posterior institucionalização de Planos, Programas, Projetos que comporão o rol de ações destinadas à qualificação do setor.

Sendo o primeiro passo para a definição das ações, públicos alvo e cursos que deverão ser priorizados, de acordo com as demandas do setor. A definição das diretrizes está possibilitando o alinhamento das ações em curso e a definição de outras atividades de qualificação que poderão ser apoiadas por este Ministério, bem assim, servirão como insumo para a definição do novo PPA.

4.32. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

O Ministério dos Transportes (MT) tem dado especial atenção ao aprimoramento da governança dentro de sua área de atuação. Os resultados obtidos em 2014, com expansão de investimentos, denotam a acertada condução das atuais políticas de transporte, que avançam a partir da conjunção de interesses públicos e privados e pavimentam caminhos para o desenvolvimento nacional com geração de emprego e renda.

A médio e longo prazos, os investimentos objetivam aumentar a eficiência produtiva de áreas consolidadas, induzir o desenvolvimento sustentável de importantes setores econômicos, reduzir desigualdades regionais e incentivar a integração nacional e sul-americana.

Mereceram destaque em 2014: os investimentos na área de fomento à modernização, renovação e ampliação da frota naval brasileira; os programas de manutenção da malha rodoviária nacional; e a consolidação do programa de concessões rodoviárias.

PROGRAMA 2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Objetivo 0757: Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

O desenvolvimento do modal de transporte aquaviário, com o fomento à ampliação, modernização e renovação da frota naval mercante para navegação interior, de cabotagem e de longo curso, contribui para o aumento da competitividade sistêmica da economia brasileira.

O objetivo 0757 se destaca por contribuir para o desenvolvimento produtivo da nação, com redução de custos logísticos associados à geração de emprego e renda.Em dezembro de 2014, a carteira do Fundo da Marinha Mercante (FMM) contemplava 345 projetos contratados, mas ainda não finalizados, dos quais se encontravam em construção 136 embarcações e sete estaleiros. Outros três estaleiros e 199 embarcações já contratados ainda não tiveram as suas respectivas obras de construção iniciadas. Além dos 345 projetos contratados e ainda não finalizados, referidos anteriormente, vale destacar que foram finalizadas e entregues, em 2014, 89 embarcações e duas obras em estaleiros.

Se considerado o período de 2012 a 2014, foram finalizadas e entregues o total de 196 embarcações e seis obras em estaleiros financiados com recursos do FMM. Os investimentos contemplaram obras nos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0757 DO PROGRAMA 2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO - R$ MILHÕES

PROGRAMA "2055"	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2013	2014
No exercício [1]	0757	3.773,17	4.949,00
RPNP[2]		0,47	0,00
Total		**3.773,64**	**4.949,00**

Fonte: Siafi, janeiro de 2015.
[1] Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Com relação ao objetivo 0757, foram liquidados 100% dos recursos disponíveis nos exercícios de 2013 e 2014. Ressalta-se, também, o incremento de 31,15% dos recursos orçamentários aplicados no exercício de 2014 em relação a 2013.

No ano de 2013, cabe destacar que além dos recursos orçamentários no valor de R$ 3,77 bilhões, aplicou-se, adicionalmente, R$ 1,2 bilhão, valor esse liberado pelo BNDES com repasses de recursos do Tesouro ao Banco (Lei nº 12.249/2010). A seguir, apresenta-se análise dos resultados alcançados nas metas do objetivo 0757:

Meta: Fomentar a construção de 12 estaleiros com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM): com o objetivo de incentivar o desenvolvimento do parque nacional de estaleiros, o Governo Federal está realizando ações de fomento para a construção de 12 empreendimentos, durante os anos de 2012 a 2015, conforme quadro a seguir:

ESTALEIRO	ESTADO	SITUAÇÃO ATUAL
São Miguel	RJ	Concluído em 2013
Aliança	RJ	Concluído em 2013
Wilson Sons II	SP	Concluído em 2013
Vard Promar	PE	Concluído em 2013
EAS – Ampliação - Load out	PE	Concluído em 2014
ERG2	RS	Concluído em 2014 (Fase 1)
Enseada Paraguaçu	BA	Em construção
Hermasa	AM	Em construção
CQG	RS	Em construção
OCEANA	SC	Em construção
Keppel	SC	Em construção
HUISMAN	SC	Em construção

Fonte: DFMM, janeiro de 2015

A meta prevista e o percentual realizado para o Objetivo 0757 podem ser visualizados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META * REALIZADA ATÉ			% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA
			2012	2013	2014	
Fomentar a construção de 12 estaleiros com recursos do FMM	Unidade	12	0	4	6	50%

Fonte: Siop, janeiro de 2015
*Considera-se meta realizada obra concluída

No ano de 2014 foi concluída a 1ª fase da construção do Estaleiro ERG2, no Rio Grande do Sul e a ampliação do Estaleiro EAS, em Pernambuco. Em 2013 já haviam sido concluídos São Miguel e Aliança, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro; Wilson Sons II, no Guarujá, em São Paulo e Vard Promar, em Pernambuco.

As construções dos outros seis estaleiros previstos na meta estão iniciadas. Destes, cinco têm previsão de serem concluídos até o final de 2015 e um em 2016.

Meta: Fomentar a contratação de R$ 24,5 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM): com a finalidade de modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira, o Governo Federal tem realizado ações de fomento para a contratação de R$ 24,5 bilhões em projetos de embarcações, no horizonte de 2012 a 2015.

A meta prevista e o percentual realizado para o Objetivo 0757 podem ser visualizados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA ACUMULADA ATÉ			% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA
			2012	2013	2014	
Fomentar a contratação de R$ 24,5 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM)	R$ bilhões	24,5	12,2	17,7	20,5	84%

Fonte: Siop, janeiro de 2015.

Em 2014, foram contratados financiamentos pelos agentes financeiros com recursos do FMM no montante de R$ 2,85 bilhões. Dessa forma, o valor contratado no período de 2012 a 2014 totalizou R$ 20,5 bilhões, indicando que a meta total do período 2012-2015 será atingida uma vez que estão em fase final de negociação para contratação, em 2015, diversos projetos, alguns deles de elevado valor.

PROGRAMA 2075 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Objetivo 0129 – Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

As ações do Governo Federal, para assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais pavimentadas, contemplam contratos de Conservação, Restauração e Crema 1ª e 2ª Etapa (Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas). A estratégia atual é privilegiar os contratos de manutenção com duração de cinco anos, pois neste tipo de contrato as ações de recuperação funcional e estrutural do pavimento são planejadas para serem concluídas com maior qualidade e desempenho dos serviços prestados, de modo a se buscar o aumento da vida útil do pavimento, com consequente redução de custos finais de manutenção.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0129 DO PROGRAMA 2075 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO R$ MILHÕES

PROGRAMA "2075"	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2013	2014
No exercício [1]	0129	1.446,9	2.371,4
RPNP[2]		2.417,2	3.236,3
Total		**3.864,1**	**5.607,7**

Fonte: Siafi, janeiro de 2015
[1] Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

O objetivo 0129 contempla ações relativas à manutenção de trechos rodoviários.

Em 2013, foram liquidados R$ 3,86 bilhões, correspondente a 42,9% dos recursos disponíveis (R$ 5,13 bilhões empenhados no exercício acrescidos de R$ 3,86 bilhões inscritos em Restos a Pagar Não Processados - RPNP, totalizando R$ 8,99 bilhões).

Já em 2014, houve avanço significativo, com a liquidação de R$ 5,61 bilhões, correspondente a 58,9% dos recursos disponíveis (R$ 4,73 bilhões empenhados no exercício somados a R$ 4,80 bilhões inscritos em RPNP, totalizando R$ 9,53 bilhões). Pode-se concluir que houve um acréscimo de 45,34% dos recursos liquidados em relação a 2013.

Meta: Realizar a manutenção de 52.950,6 km de rodovias federais pavimentadas, de forma permanente: a meta referente ao Objetivo 0129 do Programa de Transportes Rodoviários inclui todos os trechos pertencentes aos programas de manutenção rodoviária, sejam eles Crema 1ª e 2ª Etapas, Restauração e Conservação, conforme descritos a seguir:

CREMA 1ª Etapa e CREMA 2ª Etapa:

1ª Etapa (2 anos de duração) - intervenções de caráter funcional com serviços de manutenção de pistas e acostamentos, conservação de faixa de domínio, além da manutenção de padrões de desempenho para obras e serviços.

2ª Etapa (5 anos de duração) - intervenções de caráter funcional e estrutural dos pavimentos, com soluções de projeto para vida útil de 10 anos e que preveem a execução dos serviços de manutenção e de conservação rotineira durante todo o prazo contratual, com manutenção de padrões de desempenho para obras e serviços.

Restauração de Pista em contratos de Duplicação: modalidade de restauração aplicada somente nos trechos de rodovias que se encontram em obra de duplicação. A pista antiga, utilizada também como rota de serviço, é recuperada ao final da obra.

Restauração Tradicional: serviços de restauração tradicional, em que são previstas intervenções substanciais da pista existente.

Conservação Tradicional: programa que contempla serviços de conservação preventiva e rotineira em rodovias pavimentadas (serviços de fresagem, tapa-buracos, roçagem e capina de lotes, etc.).

Os serviços de sinalização contemplados nas atuais ações de manutenção passarão a integrar, com aperfeiçoamentos, o Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal).

O escopo do programa abrange a elaboração de projeto básico e executivo e a implantação e a manutenção de dispositivos de segurança e de sinalização rodoviária. Em 2014, o novo programa avançou com a elaboração de projetos básicos de sinalização para 28.000 km e projetos executivos de sinalização para 16.100 km. Foram implantados, no mesmo período, 4.358 km de sinalização horizontal e 1.260 km de sinalização vertical. Além disso, foram instalados dispositivos de segurança em 1.418 km de rodovias.

Segue quadro-resumo com a evolução dos Programas de Manutenção Rodoviária por quilômetros de cobertura contratual, nos anos de 2012, 2013 e 2014:

EXERCÍCIO	MANUTENÇÃO (Km)			
	CREMA 1ª Etapa	CREMA 2ª Etapa	RESTAURAÇÃO	CONSERVAÇÃO
2012	21.311,0	11.165,0	2.273,4	18.631,3
2013	19.567,0	16.301,0	2.712,4	13.767,5
2014	16.311,6	14.014,2	4.594,1	11.523,6

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

A meta prevista e o percentual realizado para o Objetivo 0129 podem ser visualizados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA*			% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA**
			2012	2013	2014	
Realizar a manutenção de 52.950,6 km de rodovias federais pavimentadas, de forma permanente.	Km	52.950,6	53.380,7	52.347,9	46.443,5	-

Fonte: Siop, janeiro de 2015.
*Meta não cumulativa
** Não se aplica porque a meta é anual e não cumulativa

A malha Federal vem sendo mantida principalmente por contratos estruturados de manutenção rodoviária, que abrangem intervenções do tipo Crema, além de restauração e conservação tradicionais. Nos anos de 2012 e 2013, aproximadamente 53 mil km de rodovias receberam intervenções anualmente, extensão que se reduziu em 2014 em virtude de transferências de rodovias federais para a gestão da iniciativa privada.

Objetivo 0130 – Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Em meados dos anos 90, o Brasil iniciou o programa de concessões de rodovias federais com o objetivo de ampliar a capacidade das rodovias. Desse modo, houve a transferência da gestão de parte da malha rodoviária à iniciativa privada como forma alternativa de investimentos.

Atualmente, o Governo Federal administra 21 concessões rodoviárias, perfazendo um total de 9.969,6 km. Dentre estas, destaca-se a concessão da BR-101/RJ, Ponte Rio/Niterói (13,2 km), cujo processo preparatório para licitação de uma nova concessão encontra-se em andamento.

A continuidade da descentralização da malha rodoviária federal visa a ampliação da oferta da prestação de serviços, segurança e qualidade no deslocamento e evolui por meio da implementação do Programa de Investimentos em Logística (PIL).

As principais características do PIL envolvem investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações, contornos, travessias e obras de arte), realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento ambiental, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, tráfego urbano não pedagiado e início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas nos Programas de Exploração de Rodovias (PER). As empresas concessionárias de rodovias federais devem cumprir uma gama de obrigações previstas nos contratos de concessão e nos PER, bem como devem orientar esforços para atingir parâmetros pré-estabelecidos de desempenho para os elementos físicos e operacionais.

Com base nesses parâmetros são obrigatórias intervenções ao longo de todo o período de concessão, tais como: recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoramento e melhoramentos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0130 DO PROGRAMA 2075 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO - R$ MILHÕES

PROGRAMA "2075"	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2013*	2014**
No exercício [1]	0130	19,8	17,4
RPNP[2]		5,1	3,7
Total		**24,9**	**21,1**

Fonte: Siafi,* janeiro de 2014 e **janeiro de 2015
[1] Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.
[2] Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

O objetivo 0130 contempla uma única ação orçamentária (2907) relativa à fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária. Essa ação está voltada atualmente para os trechos já concedidos e futuramente contemplará os trechos que estão em processo de concessão. Em 2013, foram liquidados R$ 24,9 milhões, correspondente a 75,5% dos recursos disponíveis (R$ 25,2 milhões empenhados no exercício acrescidos de R$ 7,8 milhões inscritos em RPNP, totalizando R$ 33,0 milhões).

Já em 2014, foram liquidados R$ 21,1 milhões, correspondente a 73,3% dos recursos disponíveis (R$ 23,7 milhões empenhados no exercício somados a R$ 5,1 milhões inscritos em RPNP, totalizando R$ 28,8 milhões). Em relação ao desempenho físico da ação 2907, ressalta-se que, da meta prevista de 2.159 vistorias no ano de 2014, foram realizadas 2.040 inspeções in loco, resultando em 94,5% da meta programada, o que pode ser considerado satisfatório.

Meta: Conceder 8.044 km das rodovias. Na meta referente ao Objetivo 0130 do Programa Transporte Rodoviário estão incluídos todos os trechos pertencentes às três fases da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias. Após a conclusão dos estudos de viabilidade, as extensões preliminares referentes aos trechos relativos à Terceira Etapa foram redefinidas, passando de 8.044 km para 7.313,3 km.

Desse total, 5.348,7 km tiveram o processo licitatório consolidado, resultando em expressivos deságios sobre a tarifa máxima estipulada, conforme quadro a seguir:

CONCESSÕES RODOVIÁRIAS - TERCEIRA ETAPA

RODOVIA - BR	ESTADO	KM	FASE	SITUAÇÃO ATUAL	EMPRESA VENCEDORA	DESÁGIO	TARIFA R$/100 KM
040	MG/GO/DF	936,8	I	Contrato assinado em março de 2014	Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR	61,13%	3,787
116	MG	816,7	I	Em estudo	-	-	-
101	ES/BA	475,9	II	Contrato assinado em abril de 2013	Consórcio Rodovia Capixaba	45,63%	3,391
163	MS	847,2	III	Contrato assinado em março de 2014	Companhia de Participações em Concessões - CPC	52,74%	4,381
163	MT	850,9	III	Contrato assinado em março de 2014	Odebrecht Transport S/A	52,03%	2,638
153	TO/GO	624,8	III	Contrato assinado em setembro de 2014	Galvão Engenharia S.A.	45,99%	4,979
060/153/262	DF/GO/MG	1.176,50	III	Contrato assinado em janeiro de 2014	Triunfo Participações e Investimentos	52,00%	2,851
101	BA	772,3	III	Em estudo	-	-	-
050	GO/MG	436,6	III	Contrato assinado em dezembro de 2013	Consórcio Planalto	42,38%	4,534
262	ES/MG	375,6	III	Em estudo	-	-	-

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), janeiro de 2015.

A meta prevista e o percentual realizado para o Objetivo 0130 podem ser visualizados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA* 2012 - 2015	META REALIZADA ATÉ**			% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA
			2012	2013	2014	
Conceder 7.313,3 km das rodovias*	Km	7. 313,3	0	912,5	5.348,7	73,14%

Fonte: Siop, janeiro de 2015.
*Considera-se meta prevista a meta readequada.
**Considera-se meta realizada o contrato assinado.

Vale mais uma vez ressaltar que o desenvolvimento dos projetos de concessão resultou na redução de 730,7 km (9,08%) da meta inicialmente prevista no PPA 2012-2015, sem diminuição dos esperados benefícios à sociedade, dispostos no objetivo 0130. Contribuíram para o avanço de 5.348,7 km, verificado até 2014, os 912,5 km referentes à assinatura de contratos de leilões realizados em 2013.

O contrato de concessão da BR-101/ES/BA foi assinado em abril de 2013, e o início da concessão se deu em maio do mesmo ano. Atualmente estão em execução intervenções de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos do sistema rodoviário.

Os contratos dos empreendimentos que fazem parte do escopo do Programa de Investimentos em Logística (PIL) estabelecem que para o início da cobrança de pedágio há necessidade da implantação de no mínimo 10% das obras de duplicação previstas nos Programas de Exploração de Rodovias (PER).

A seguir, apresenta-se descrição do avanço das obras realizadas em 2014:

- BR-040/DF/GO/MG, duplicação de 557,20 km, com execução de 6,28% em 2014.
- BR-060/153/262/DF/GO/MG, duplicação de 647,80 km, com execução de 5,80% em 2014.
- BR-050/GO/MG, duplicação de 218,90 km, com execução de 9,8% em 2014.
- BR-163/MS, duplicação de 806,30 km, com execução de 2,37% em 2014.
- BR-163/MT, duplicação de 453,60 km, com execução 4,15% em 2014.

PARTE V

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

PARTE V – BALANÇO GERAL DA UNIÃO

Nesta parte, apresenta-se o Balanço Geral da União (BGU), que agrega as informações dos órgãos da administração direta, das entidades da administração indireta e dos fundos, bem como consolida as demonstrações contábeis resultantes da execução das ações governamentais referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O BGU referente ao exercício financeiro de 2014 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Patrimonial (BP), Orçamentário (BO) e Financeiro (BF) e Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), exigidos pela Lei nº 4.320/64, e complementado pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas explicativas, que têm a finalidade de apresentar o regime e os critérios contábeis usados na preparação e outras informações que facilitem a sua compreensão.

5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO

5.1.1. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL R$ milhares			
ATIVO			
	NOTA	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO FINANCEIRO			
Disponível	1	652.622.823	690.952.548
Créditos em Circulação	2	48.068.059	58.334.470
Ativo Financeiro a Longo Prazo	.	30.167	29.953
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		**700.721.049**	**749.316.971**
ATIVO NÃO FINANCEIRO			
Realizável a Curto Prazo	3	508.852.024	284.317.891
Valores Pendentes a Curto Prazo	.	-	-
Realizável a Longo Prazo	4/5	2.817.173.449	2.589.294.777
		3.326.025.473	**2.873.612.668**
Permanente	.		
Investimentos	6	307.615.443	295.162.236
Imobilizado	7	748.671.840	661.797.004
Intangível	8	2.257.601	1.528.756
Diferido	.	10.983	17.571
		1.058.555.866	**958.505.567**
TOTAL DO ATIVO NÃO FINANCEIRO		**4.384.581.340**	**3.832.118.235**
ATIVO REAL		**5.085.302.389**	**4.581.435.206**
ATIVO COMPENSADO	**16**	**1.683.117.522**	**1.396.981.149**
TOTAL DO ATIVO		**6.768.419.911**	**5.978.416.355**

(continuação)

BALANÇO PATRIMONIAL R$ milhares			
PASSIVO			
	NOTA	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO FINANCEIRO			
Depósitos	9	29.070.838	18.975.204
Obrigações em Circulação	10	239.413.855	236.420.164
Valores Pendentes a Curto Prazo	11	1.359.156	1.413.795
Passivo Financeiro a Longo Prazo	.	33.383	24.576
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO		**269.877.232**	**256.833.739**
PASSIVO NÃO FINANCEIRO			
Obrigações em Circulação	12	608.348.175	656.607.743
Exigível a Longo Prazo	13/14	4.076.365.765	2.482.383.434
Resultado de Exercícios Futuros	.	3.685.707	3.141.234
INSTRUMENTOS DE DIVIDA - AFAC		8.929.599	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO FINANCEIRO		**4.697.329.247**	**3.142.132.411**
PASSIVO REAL		**4.967.206.479**	**3.398.966.150**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15**		
Patrimônio Social/Capital Social	.	124.855.406	1.183.412.767
Reservas	.	2.909.857	8.247.155
Ajustes de Avaliação Patrimonial	.	269.694	263.254
Ajustes de Exercícios Anteriores	.	-	-
Ajustes do Patrimônio	.	-	-
Resultado do Período	.	-	-
Resultados Acumulados	.	(9.939.048)	(9.454.120)
Resultado do Exercício	.	-	(835.669)
Resultados de Exercícios Anteriores	.	-	(8.618.451)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**118.095.910**	**1.182.469.056**
PASSIVO COMPENSADO	**16**	**1.683.117.522**	**1.396.981.149**
TOTAL DO PASSIVO		**6.768.419.911**	**5.978.416.355**

5.1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS R$ milhares			
VARIAÇÕES ATIVAS			
	NOTA	**31/12/2014**	**31/12/2013**
ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária	2	420.889.929	398.154.603
Receita de Contribuições	2	669.364.642	635.640.173
Receita Patrimonial	3/4	84.629.764	88.004.005
Receita Agropecuária	.	27.909	27.414
Receita Industrial	.	586.653	925.728
Receita de Serviços	.	41.780.270	50.846.066
Outras Transferências Correntes	.	788.575	773.681
Receitas Correntes a Classificar	.	-	100
Outras Receitas Correntes	5	49.175.994	58.401.838
Receita Corrente entre Órgãos do OFSS	.	-	-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		**1.267.243.736**	**1.232.773.607**
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	7	828.043.342	508.993.965
Alienação de Bens	9	1.138.532	2.290.272
Amortização de Empréstimos/Financiamentos	8	33.311.467	36.908.740
Outras Transferências de Capital	.	159.761	118.100
Outras Receitas de Capital	10	86.333.524	90.877.346
Receita de Capital entre Órgãos do OFSS	.	821.555	817.644
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		**949.808.181**	**640.006.067**
DEDUÇÕES DA RECEITA	**11**	**(25.047.210)**	**(14.085.466)**
MUTAÇÕES ATIVAS			
Incorporação de Ativos	.	106.369.649	93.669.602
Desincorporação de Passivos	.	1.084.909.130	832.972.292
TOTAL DAS MUTAÇÕES ATIVAS		**1.191.278.779**	**926.641.895**
TOTAL DAS VARIAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS		**3.383.283.487**	**2.785.336.102**
EXTRAORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		**2.124.562**	**2.546.951**
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS			
Incorporação de Ativos	12	1.353.806.450	1.266.065.191
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	13	2.666.140.666	270.528.229
Desincorporação de Passivos	12	793.509.598	833.762.742
Ajustes de Obrigações	14/24	122.443.843	405.500.885
Valorizações Diversas	.	-	-
Ajustes Monetários do Balanço	.	6.122	87.234
Resultado da Equivalência Patrimonial	.	66.046.346	25.273.155
Ajustes de Exercícios Anteriores	.	-	-
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS		**5.001.953.024**	**2.801.217.435**
TOTAL DAS VARIAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS		**5.004.077.586**	**2.803.764.386**
RESULTADO PATRIMONIAL			
Déficit	.	-	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS		**8.387.361.073**	**5.589.100.489**

(Continuação)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS R$ milhares			
VARIAÇÕES PASSIVAS			
	NOTA	**31/12/2014**	**31/12/2013**
ORÇAMENTÁRIAS			
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal e Encargos Sociais	16	221.122.209	205.299.155
Juros e Encargos da Dívida	.	170.551.989	141.705.985
Outras Despesas Correntes	15	939.643.105	841.874.034
Despesas entre Órgãos do OFSS	.	1.850.479	5.100.806
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		**1.333.167.781**	**1.193.979.980**
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	17	55.940.719	66.645.299
Inversões Financeiras	.	72.970.587	67.166.319
Amortização/Refinanciamento da Dívida	18	808.539.819	576.738.984
Despesas entre Órgãos do OFSS	.	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		**937.451.124**	**710.550.602**
MUTAÇÕES PASSIVAS			
Desincorporação de Ativos	.	92.819.367	85.694.485
Incorporação de Passivos	.	839.971.736	519.193.866
TOTAL DAS MUTAÇÕES		**932.791.103**	**604.888.351**
TOTAL DAS VARIAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS		**3.203.410.009**	**2.509.418.933**
EXTRAORÇAMENTÁRIAS			
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		**6.607.911**	**5.547.014**
DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS			
Desincorporação de Ativos	19	1.138.338.885	1.128.735.009
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	20	2.326.392.145	211.087.855
Incorporação de Passivos	21	963.886.337	704.339.953
Ajustes de Obrigações	22/24	485.697.073	717.243.303
Ajustes Monetários do Balanço	.	56.136	52.070
Resultado da Equivalência Patrimonial	23	62.921.099	30.879.350
Ajustes de Exercícios Anteriores	.	-	-
TOTAL DOS DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS		**4.977.291.674**	**2.792.337.541**
TOTAL DAS VARIAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS		**4.983.899.585**	**2.797.884.555**
RESULTADO PATRIMONIAL			
Superávit	25	200.051.479	281.797.001
TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS		**8.387.361.073**	**5.589.100.489**

5.1.3. Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO R$ milhares				
INGRESSOS				
	NOTA	**31/12/2014**	**31/12/2013**	**VARIAÇÃO %**
ORÇAMENTÁRIOS				
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias	.	420.889.929	398.154.603	6%
Receitas de Contribuição	.	669.364.642	635.640.173	5%
Receitas Patrimoniais	.	84.629.764	88.004.005	-4%
Receitas Agropecuárias	.	27.909	27.414	2%
Receitas Industriais	.	586.653	925.728	-37%
Receitas de Serviços	.	41.780.270	50.846.066	-18%
Transferências Correntes	.	788.575	773.681	2%
Receitas Correntes a Classificar	.	-	100	-100%
Outras Receitas Correntes	.	49.175.994	58.401.838	-16%
Receitas Correntes Intraorçamentárias	.	34.525.513	-	
	.	1.301.769.249	1.232.773.607	6%
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito	.	828.043.342	508.993.965	63%
Alienação de Bens	.	1.138.532	2.290.272	-50%
Amortização de Empréstimos	.	33.311.467	36.908.740	-10%
Transferências de Capital	.	159.761	118.100	35%
Outras Receitas de Capital	.	86.333.524	90.877.346	-5%
Receitas de Capital Intraorçamentárias	.	821.555	817.644	-
	.	949.808.181	640.006.067	48%
DEDUÇÕES DE RECEITA		**(25.047.210)**	**(14.085.466)**	**78%**
TOTAL ORÇAMENTÁRIO		**2.226.530.221**	**1.858.694.208**	**20%**
EXTRAORÇAMENTÁRIOS	**2**			
Valores em Circulação	.	474.238.626	525.961.912	-10%
Valores a Classificar	.	1.359.079	1.413.717	-4%
Valores Pendentes a Curto Prazo	.	124.821.089	289.292.261	-57%
Depósitos	.	29.070.838	18.975.204	53%
Obrigações em Circulação	.	666.005.198	669.275.780	0%
Receita Extraorçamentária	.	1.531.287	2.076.084	-26%
Ajustes de Direitos e Obrigações	.	712.029.722	727.107.426	-2%
TOTAL EXTRAORÇAMENTÁRIO		**2.009.055.838**	**2.234.102.383**	**-10%**
DISPONIBILIDADES DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
Conta Única do Tesouro Nacional	.	410.271.118	323.685.048	27%
INSS	.	5.129.341	14.151.382	-64%
Recursos à Disposição da Dívida Pública	.	208.198.790	257.750.411	-19%
Aplicações Financeiras	.	41.825.898	48.248.765	-13%
Outras Disponibilidades	.	25.527.401	31.377.146	-19%
	.	690.952.548	675.212.752	2%
TOTAL GERAL		**4.926.538.607**	**4.768.009.344**	**3%**

(continuação)

BALANÇO FINANCEIRO R$ milhares				
DISPÊNDIOS				
	NOTA	**31/12/2014**	**31/12/2013**	**VARIAÇÃO %**
ORÇAMENTÁRIOS				
DESPESAS CORRENTES				
Pessoal e Encargos Sociais	.	221.122.209	205.299.155	8%
Juros e Encargos da Dívida	.	170.551.989	141.705.985	20%
Outras Despesas Correntes	.	939.643.105	841.874.034	12%
Despesas Correntes Intraorçamentárias	.	36.375.992	5.100.806	613%
	.	1.367.693.294	1.193.979.980	15%
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	.	55.940.719	66.645.299	-16%
Inversões Financeiras	.	72.970.587	67.166.319	9%
Amortização da Dívida	.	808.539.819	576.738.984	40%
Outras Despesas de Capital	.	-	-	-
Despesas de Capital Intraorçamentárias	.	-	-	-
	.	937.451.124	710.550.602	32%
TOTAL ORÇAMENTÁRIO		**2.305.144.419**	**1.904.530.582**	**21%**
EXTRAORÇAMENTÁRIOS	**3**			
Valores em Circulação	.	449.317.899	474.221.551	-5%
Valores a Classificar	.	1.413.717	974.587	45%
Valores Pendentes a Curto Prazo	.	124.821.089	289.292.261	-57%
Depósitos	.	18.975.204	16.138.737	18%
Obrigações em Circulação	.	657.263.241	661.032.870	-1%
Despesa Extraorçamentária	.	7.272.425	6.552.460	11%
Ajustes de Direitos e Obrigações	.	709.707.790	724.313.748	-2%
TOTAL EXTRAORÇAMENTÁRIO		**1.968.771.365**	**2.172.526.214**	**-9%**
DISPONIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE				
Conta Única do Tesouro Nacional	.	381.063.216	410.271.118	-7%
INSS	.	3.189.930	5.129.341	-38%
Recursos à Disposição da Dívida Pública	.	195.648.112	208.198.790	-6%
Aplicações Financeiras	.	46.359.826	41.825.898	11%
Outras Disponibilidades	.	26.361.739	25.527.401	3%
	.	652.622.823	690.952.548	-6%
TOTAL GERAL		**4.926.538.607**	**4.768.009.344**	**3%**

5.1.4. Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO R$ milhares										
RECEITAS										
		31/12/2014				31/12/2013				
	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO / INSUFICIÊNCIA ARRECADAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO / INSUFICIÊNCIA ARRECADAÇÃO	VAR. REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES										
Receitas Tributárias	.	443.898.327	443.898.327	400.546.812	43.351.515	418.840.507	418.840.507	376.042.541	42.797.966	7%
Receitas de Contribuição	.	720.733.758	720.733.758	687.005.225	33.728.533	676.550.179	676.550.179	657.093.092	19.457.088	5%
Receitas Patrimoniais	.	100.147.313	100.147.313	82.397.230	17.750.083	109.790.242	109.790.242	85.204.025	24.586.217	-3%
Receitas Agropecuárias	.	28.017	28.017	26.908	1.109	23.831	23.831	26.494	(2.663)	2%
Receitas Industriais	.	1.139.720	1.139.720	800.861	338.859	1.235.805	1.235.805	1.120.490	115.315	-29%
Receitas de Serviços	.	54.699.342	54.699.342	41.837.559	12.861.783	49.223.628	49.223.628	49.833.086	(609.458)	-16%
Transferências Correntes	.	1.231.711	1.231.711	774.296	457.415	995.931	995.931	732.973	262.958	6%
Receitas a Classificar	.					-	-	100	(100)	-100%
Outras Receitas Correntes	.	82.747.495	82.747.495	64.405.717	18.341.778	58.059.423	58.059.423	73.531.379	(15.471.956)	-12%
		1.404.625.684	**1.404.625.684**	**1.277.794.608**	**126.831.075**	**1.314.719.546**	**1.314.719.546**	**1.243.584.179**	**71.135.367**	**3%**
RECEITAS DE CAPITAL										
Operações de Crédito	.	851.116.610	851.116.610	831.923.351	19.193.258	737.332.504	737.332.504	511.751.335	225.581.169	63%
Alienação de Bens	.	5.483.771	5.483.771	1.104.594	4.379.177	10.182.730	10.182.730	2.288.060	7.894.670	-52%
Amortização de Empréstimos	.	36.375.883	36.375.883	32.607.465	3.768.418	35.324.400	35.324.400	35.958.970	(634.570)	-9%
Transferências de Capital	.	101.068	101.068	149.408	(48.340)	99.114	99.114	111.560	(12.446)	34%
Outras Receitas de Capital	.	85.474.982	85.474.982	86.141.867	(666.885)	68.252.513	68.252.513	90.872.421	(22.619.908)	-5%
		978.552.314	**978.552.314**	**951.926.685**	**26.625.629**	**851.191.260**	**851.191.260**	**640.982.346**	**210.208.914**	**49%**
SUBTOTAL I	**1**	**2.383.177.997**	**2.383.177.997**	**2.229.721.293**	**153.456.704**	**2.165.910.806**	**2.165.910.806**	**1.884.566.525**	**281.344.281**	**18%**
Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores	.	-	212.476.735	-	212.476.735	-	183.232.321	-	183.232.321	
Excesso de Arrecadação	.	-	12.726.078	-	12.726.078	-	6.346.190	-	6.346.190	
SUBTOTAL II	**.**	**2.383.177.997**	**2.608.380.810**	**2.229.721.293**	**378.659.517**	**2.165.910.806**	**2.355.489.316**	**1.884.566.525**	**470.922.792**	**18%**
DÉFICIT	**.**	**-**	**-**	**78.614.198**	**(78.614.198)**	**-**	**-**	**45.836.374**	**(45.836.374)**	
TOTAL	**.**	**2.383.177.997**	**2.608.380.810**	**2.308.335.491**	**300.045.319**	**2.165.910.806**	**2.355.489.316**	**1.930.402.899**	**425.086.418**	**20%**

(continuação)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO R$ milhares										
DESPESAS										
		31/12/2014				31/12/2013				
	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA / EXCESSO EXECUÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA / EXCESSO EXECUÇÃO	VARIAÇÃO EXECUÇÃO
CRÉDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES										
DESPESAS CORRENTES										
Pessoal e Encargos Sociais	.	242.003.371	241.252.882	239.420.144	1.832.738	225.983.061	226.311.939	221.981.324	4.330.615	8%
Juros e Encargos da Dívida	.	189.474.726	203.481.778	170.551.989	32.929.789	152.888.097	186.471.257	141.705.985	44.765.272	20%
Outras Despesas Correntes	.	949.660.245	986.586.503	952.722.306	33.864.197	858.636.752	881.952.272	847.850.072	34.102.201	12%
		1.381.138.342	**1.431.321.163**	**1.362.694.439**	**68.626.724**	**1.237.507.911**	**1.294.735.468**	**1.211.537.380**	**83.198.087**	**12%**
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos	.	81.406.077	80.345.898	55.387.315	24.958.583	86.555.836	86.183.484	63.602.458	22.581.026	-13%
Inversões Financeiras	.	75.833.712	79.327.170	65.169.969	14.157.201	62.858.840	67.103.544	62.751.133	4.352.411	4%
Amortização da Dívida	.	812.476.167	965.857.196	808.539.819	157.317.377	747.165.760	863.059.339	576.738.984	286.320.355	40%
Reserva de Contingência	.	32.323.699	32.063.693	-	32.063.693	31.822.458	25.171.883	-	25.171.883	
		1.002.039.655	**1.157.593.957**	**929.097.102**	**228.496.855**	**928.402.895**	**1.041.518.251**	**703.092.574**	**338.425.676**	**32%**
CRÉDITOS ESPECIAIS										
DESPESAS CORRENTES										
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	630	-	630	
Outras Despesas Correntes	.	-	270.299	250.854	19.445	-	672.080	614.882	57.198	-59%
		-	**270.299**	**250.854**	**19.445**	**-**	**672.710**	**614.882**	**57.828**	**-59%**
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos	.	-	511.716	125.299	386.417	-	482.022	43.917	438.105	185%
Inversões Financeiras	.	-	924.680	620.726	303.955	-	917.751	19.184	898.567	3136%
			1.436.397	**746.025**	**690.372**	**-**	**1.399.773**	**63.101**	**1.336.671**	**1082%**
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS										
DESPESAS CORRENTES										
Pessoal e Encargos Sociais	.	-	-	-	-	-	1	-	1	
Outras Despesas Correntes		-	5.963.256	4.748.001	1.215.255	-	7.347.716	5.760.307	1.587.409	-18%
			5.963.256	**4.748.001**	**1.215.255**	**-**	**7.347.717**	**5.760.307**	**1.587.410**	**-18%**
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos	.	-	1.477.683	499.070	978.613	-	3.530.268	3.048.636	481.633	-84%
Inversões Financeiras	.	-	10.309.648	10.300.000	9.648	-	6.286.017	6.286.017	(0)	64%
	.	-	11.787.332	10.799.070	988.262	-	9.816.286	9.334.653	481.633	16%
SUBTOTAL	**2**	**2.383.177.997**	**2.608.372.404**	**2.308.335.491**	**300.036.912**	**2.165.910.806**	**2.355.490.204**	**1.930.402.899**	**425.087.305**	**20%**
SUPERÁVIT	**.**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	
TOTAL	**.**	**2.383.177.997**	**2.608.372.404**	**2.308.335.491**	**300.036.912**	**2.165.910.806**	**2.355.490.204**	**1.930.402.899**	**425.087.305**	**20%**

5.1.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercício de 2014 R$ milhares											
	NOTA	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCRO	OUTRAS RESERVAS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO DE 2013			**17.997.432**	**6.878.546**	**526.779**	**123.411**	**16.714**	**109.201**	**736.475.267**	**(776.885)**	**761.350.466**
Variação Cambial - Saldo Inicial	.	(0)	-	-	(9)	-	-	-	834.532	-	834.523
Ajustes de Exercícios Anteriores	.	134.464.679	-	(143.285)	(7.435)	-	(1.065)	(603)	82.834.306	-	217.146.597
Correção Monetária do PL	.	-	5.000	30.597	153	11	-	-	(70.436)	-	(34.675)
Reavaliação de Ativos	.	-	-	956	-	-	-	157.146	49.528.211	-	49.686.312
Aumento de Capital	.	-	-	2.113.918	-	-	-	-	(10)	-	2.113.908
Resultado do Exercício	.	283.154.357	-	-	-	-	-	-	604.720	-	283.759.077
Constituição / Reversão de Reservas	.	746.029.425	2.538.759	(3.291.086)	(6.585)	4.447	-	(2.490)	(879.626.938)	-	(134.354.469)
Dividendos	.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Integração	.	-	-	-	-	-	-	-	(2.693)	-	(2.693)
Provisão sobre o Resultado do Exercício	.	-	-	-	-	-	-	-	(436)	-	(436)
Erros/Omissões/Mudança de Critério Contábil	.	-	-	2.001.089	-	-	-	-	(30.480)	-	1.970.609
Provisão para CSLL	.	-	-	-	-	-	-	-	(163)	-	(163)
Provisões Tributárias - IRPJ Diferido	.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2013		**1.163.648.461**	**20.541.190**	**7.590.734**	**512.903**	**127.868**	**15.650**	**263.254**	**(9.454.120)**	**(776.885)**	**1.182.469.056**
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO DE 2014		**1.163.648.461**	**20.541.190**	**7.590.734**	**512.903**	**127.868**	**15.650**	**263.254**	**(9.454.120)**	**(776.885)**	**1.182.469.056**
Variação Cambial - Saldo Inicial	.	801.184	-	-	(1)	-	-	-	0	-	801.184
Ajustes de Exercícios Anteriores	.	(1.262.040.735)	-	(756.513)	(1.170)	-	-	11.244	(1.258.716.743)	-	(2.521.503.918)
Correção Monetária do PL	.	-	45.000	11.071	-	65	-	-	-	-	56.136
Reavaliação de Ativos	.	-	-	-	7.375	-	-	(2.718)	(4.360.618)	-	(4.355.962)
Aumento de Capital	.	-	8	2.062.527	-	-	-	-	-	-	2.062.535
Resultado do Exercício	.	202.703.754	-	-	-	-	-	-	1.167.291	-	203.871.045
Constituição / Reversão de Reservas	.	140	(66.712)	(7.864.681)	(6.281)	10.590	-	(2.086)	1.261.563.984	-	1.253.634.956
Dividendos	.	-	-	-	-	-	-	-	(67.272)	-	(67.272)
Saldos de Integração	.	-	-	-	-	-	-	-	(14)	-	(14)
Provisão sobre o Resultado do Exercício	.	-	-	-	-	-	-	-	1.211	-	1.211
Erros/Omissões/Mudança de Critério Contábil	.	-	-	1.199.720	-	-	-	-	(77.002)	-	1.122.718
Provisão para CSLL	.	-	-	-	-	-	-	-	4.235	-	4.235
Provisões Tributárias - IRPJ Diferido	.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014		**105.112.804**	**20.519.486**	**2.242.859**	**512.826**	**138.523**	**15.650**	**269.694**	**(9.939.048)**	**(776.885)**	**118.095.910**

5.2 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da União (DCON) foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e compõem a Prestação de Contas da Presidente da República, sendo integrada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União.

Tem sua abrangência nas entidades da administração direta e indireta de todos os poderes que sejam integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme § 5º, artigo 119 da Lei nº 12.919/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014:

> *§5º Integrarão as demonstrações contábeis consolidadas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União somente os órgãos e as entidades cuja execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, seja registrada na modalidade total no Siafi, conforme estabelece o caput do art. 6º.*

No ano de 2008 foi publicada a Portaria MF nº 184, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público, pelos entes públicos, quanto aos procedimentos e práticas contábeis adotados na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

Nesse sentido, o Decreto nº 6.976/2009, traçou objetivos com o intuito de permitir as adequações necessárias a essa diretriz.

Assim, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, iniciou um conjunto de ações no âmbito da Contabilidade Pública trazendo uma nova concepção e exigindo nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público.

Tais ações contribuíram para a melhoria do nível de qualificação dos servidores envolvidos, contribuindo assim para o cumprimento do Princípio da Eficiência na Gestão do Patrimônio Público.

Respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente, essas ações vêm ocorrendo de forma gradual e têm como principais objetivos:

- a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – Ipsas), publicadas pela International Federation of Accountants (Ifac);

- a convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Nbcasp), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Para o aperfeiçoamento da contabilidade pública brasileira, em 2008 foram publicadas as primeiras normas, agrupadas na NBC-T-16, que implicam em significativas alterações de procedimentos e em importantes interações e impactos sobre as normas atuais. Visam contribuir para o fortalecimento e a uniformização de procedimentos contábeis patrimoniais em âmbito nacional, que sirvam não só ao cumprimento dos aspectos legais, mas reflitam com fidedignidade o impacto das transações governamentais no patrimônio; e

- a adoção dos procedimentos contábeis padronizados por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcasp);

As DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000, Disposições do CFC em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; Mcasp, Manual Siafi e Nbcasp/NBC – T 16.

As Demonstrações Contábeis são compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO) e Balanço Financeiro (BF), exigidos pela Lei nº 4.320/1964.

Consta também a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), que é um instrumento utilizado para evidenciação das variações dos elementos do patrimônio líquido. Por meio da DMPL, é possível verificar o efetivo resultado das operações que impactaram diretamente o patrimônio líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e possuem informações complementares ou suplementares a elas.

O Balanço Patrimonial (BP) evidencia a situação patrimonial da União em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos da União no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos patrimônios, capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos potenciais administrativos no grupo intitulado Compensado.

A Lei nº 4.320/1964, em seu Anexo 14, estabelece a estrutura do BP, destacando os grupos: Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Ativo Real, Saldo Patrimonial (Passivo Real Descoberto), Ativo Compensado e Ativo Total, Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Passivo Real, Saldo Patrimonial (Ativo Real Líquido), Passivo Compensado e Passivo Total.

No entanto, a STN, por competência e em função da estrutura do Plano de Contas da administração federal, adotou nova metodologia e promoveu alterações na estrutura do BP, atualmente disponibilizada no Siafi, em que o Ativo Permanente e o Passivo Permanente passaram a se chamar Ativo não Financeiro (dependente de autorização legislativa) e Passivo não Financeiro (dívida fundada e demais passivos que dependem de autorização legislativa para serem amortizados ou resgatados), e o saldo patrimonial passou a ser o Patrimônio Líquido constante da coluna do Passivo.

O BP demonstra o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações ativas e passivas.

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da União durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações ativas e passivas.

O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial.

A Lei nº 4.320/1964, em seu Anexo 15, estabelece a estrutura da DVP, demonstrando as variações ativas e as variações passivas, destacando as operações orçamentárias (resultantes da execução do orçamento) e as extraorçamentárias (independentes da execução do orçamento).

Cumpre lembrar que o resultado patrimonial não deve ser confundido com o resultado orçamentário apurado no Balanço Orçamentário, pois neste não há efeito das mutações, transferências ativas e passivas e dos fenômenos independentes da execução orçamentária evidenciados na DVP.

O Balanço Orçamentário (BO) demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender as especificações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais.

Está desdobrado em Execução Orçamentária das Receitas, mostrando a previsão atualizada e a realização das receitas, e em Execução Orçamentária das Despesas, mostrando a fixação e a execução das despesas, considerado os créditos adicionais, com valores detalhados por tipo de crédito.

O Balanço Financeiro (BF) tem sua estrutura definida no Anexo 13 da Lei nº 4.320/1964, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo as categorias econômicas e a Despesa Orçamentária segundo as funções.

No entanto, no Siafi, o BF vem sendo elaborado com a estrutura de categoria econômica para a receita e para a despesa orçamentárias, em aderência à estrutura do Plano de Contas e devido à inviabilidade do desdobramento por função nesse demonstrativo.

Os ingressos e os dispêndios evidenciam a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira resulta um saldo que é transferido para o exercício seguinte.

Nas demonstrações contábeis consolidadas da União, utiliza-se critério de exclusão de itens, que elimina dos demonstrativos as transações entre os órgãos e entidades que compõem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, uma vez que esses valores são compensáveis dentro da nova unidade contábil.

5.2.2. Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis

5.2.2.1 Depreciação, Amortização, Exaustão, Redução ao Valor Recuperável e Reavaliação de Itens do Imobilizado

Em 2014, foi emitida uma Portaria Conjunta STN/SPU nº 3 para estabelecer procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação de bens imóveis da União (administração direta), das autarquias e das fundações públicas federais.

Os bens imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) foram depreciados em dezembro de 2014, sendo a depreciação acumulada até 2013 registrada de forma automática com base em valores apurados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP) como ajustes de exercícios anteriores e a depreciação referente ao exercício de 2014 contabilizada diretamente no resultado.

Os bens imóveis das empresas estatais não foram abrangidos pela Portaria citada, pois tais entidades seguem a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais.

5.2.2.2 Reconhecimento e Atualização dos Créditos Tributários da União

Desde 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) passou a registrar em seu ativo, os créditos vencidos, porém ainda não inscritos em Dívida Ativa. Anteriormente esses créditos eram evidenciados apenas quando da inscrição. Apesar de tal registro não significar a adoção completa do regime de competência, expressa um avanço nesse sentido.

A STN publicou, em 2011, a macrofunção "02.03.33 – Crédito Tributário a Receber e Provisão" do Manual Siafi, que trata dos procedimentos para registro da apropriação de créditos tributários a receber e constituição da respectiva perda estimada, na administração pública direta da União, suas autarquias e fundações.

No Manual Siafi, foi estabelecido um cronograma para o registro dos créditos tributários e a constituição das perdas estimadas, com prazo iniciado em 2012, de forma que o Balanço Patrimonial e as Demonstração das Variações Patrimoniais sofrerão impacto

até que se conclua de forma completa o reconhecimento, a mensuração e o registro.

Cabe ressaltar que os prazos de implementação dos procedimentos poderão ser alterados em decorrência de outros normativos ou de particularidades que facilitem ou causem restrição à obtenção dos valores.

5.2.2.3 Reconhecimento Do Passivo Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis da União

O art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, também denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece que a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência.

Segundo as normas internacionais de contabilidade para o setor público (Ipsas Framework), regime de competência é o regime segundo o qual transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorre o fluxo de benefícios econômicos. Portanto, o referido dispositivo da LRF obriga o reconhecimento de todos os passivos da União na ocorrência de seu fato gerador.

Segundo o Mcasp, passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Esse conceito é consistente com o que é adotado pelas normas internacionais - Ipsas.

Assim, foi registrado em 2014, com base nos cálculos atuariais do Ministério da Previdência Social (MPS), o passivo atuarial do Regime Próprio da Previdência Social dos servidores civis da União impactando diretamente o Passivo Não Financeiro e o Patrimônio Líquido da União, uma vez que foi registrado como ajuste de exercícios anteriores.

O montante envolvido e maiores detalhes serão descritos na nota explicativa 14.2.

5.2.2.4 Transferências Voluntárias e Legais

As transferências voluntárias e legais executadas diretamente no Siafi eram registradas apenas em contas de controles e em 2014 para manter consistência com as demais transferências executadas pelo Portal de Convênios e com o Mcasp, Parte IV, foi registrado o direito (ativo) referente às transferências pagas, mas pendentes de comprovação.

O ativo somente será baixado em contrapartida de uma Variação Patrimonial Diminutiva na prestação de contas pelo convenente.

Como no critério de registro anterior, o lançamento contábil do pagamento já impactava o resultado do exercício, em 2014 foi lançado o ativo com contrapartida na conta ajustes de exercícios anteriores anulando o impacto antecipado no resultado.

5.2.3. Criação, Extinção, Liquidação ou Incorporação de Órgãos

No âmbito do Ministério da Fazenda foi criado em 2014 o Órgão 25202 – Banco da Amazônia S.A.

Em 2014, foi criado também o órgão 29000 – Defensoria Pública da União, atendendo a Emenda Constitucional nº 80 que alterou o Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV - Da Organização dos Poderes, e acrescentou artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. O seu artigo 134, § 4º, estabelece serem "princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal."

5.2.4. Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

5.2.4.1 Consolidação das Empresas Públicas Dependentes

As empresas públicas podem ser dependentes ou não dependentes. Essa classificação significa dizer que as dependentes fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, ou seja, tais empresas recebem recursos da União para pagamento de despesas de custeio ou de pessoal ou de capital (excluído o aumento de participação acionária).

As não dependentes, por sua vez, não recebem recursos para esses fins, e fazem parte do Orçamento de Investimentos.

As demonstrações contábeis das empresas estatais dependentes são consolidadas às demonstrações contábeis da União.

Algumas regras de consolidação são aplicadas, como a exclusão de ativos e passivos entre as partes, bem como, eliminação do saldo de investimentos na União contra o seu Patrimônio Líquido, de forma que o ativo e patrimônio da União não fiquem em duplicidade, já que a União também aplica equivalência patrimonial em tais empresas durante o exercício.

A seguir, segue a relação das empresas dependentes consolidadas às demonstrações contábeis da União:

EMPRESAS DEPENDENTES CONSOLIDADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO - R$ EM MILHARES

Participações diretas – Ministério da Fazenda	Valor Investimento (MEP + AFAC corrigido) 31/12/2014	Participação (%)
Centro de Estudos e Informações Tecn. Educ. e Culturais - Ceitec	47.283	100
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - Adm. Central - CBTU	2.568.913	100
Companhia de Des. Dos Vales do S. Francisco e do Parnaíba - Codevasf	2.218.121	100
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	702.825	98,08
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	393.473	100
Empresa Brasileira de Comunicação - EBC	849.122	100
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	1.406.433	100
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh	39.418	100
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	32.576	100
Empresa de Planejamento e Logística - EPL	80.440	100
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb	1.466.123	99,86
Fundo Nacional do Desenvolvimento - FND	360.007	100
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA	462.473	100
Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel	215.915	100
Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A.	13.453.995	100

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

5.2.4.2 Receitas e Despesas Dependentes da Execução Orçamentária

Receitas e Despesas Dependentes da Execução Orçamentária são aquelas que decorrem da execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social consignada na Lei Orçamentária Anual.

As receitas orçamentárias são registradas pelo regime de arrecadação, sendo reconhecidas e contabilizadas como ingressos orçamentários no momento em que a instituição financeira recebe o recurso financeiro do contribuinte.

As despesas orçamentárias não são compatíveis com o regime de competência contábil, são registradas pelo regime de empenho, com base no Princípio da Anualidade Orçamentária e não conforme a ocorrência do fato gerador.

Dessa forma, ao longo do exercício, são reconhecidas e contabilizadas, no momento da liquidação. Ao final do exercício, por força do referido princípio, somam-se àquelas os valores das despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar não processados, o que aumenta, de forma significativa, os valores executados das despesas orçamentárias.

5.2.4.3 Entradas e Saídas Independentes da Execução Orçamentária

A contabilização dessas entradas e saídas envolve os recursos que independem de sua autorização na lei orçamentária anual, como as entradas compensatórias (cauções e depósitos diversos), no ativo e passivo financeiros. Depreende-se que seja o fluxo de entradas e saídas de recursos do caixa da União, mas que não são de sua propriedade, e que tenham caráter devolutivo.

5.2.4.4 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

5.2.4.5 Créditos em Circulação

Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os referidos créditos estão progressivamente sendo atualizados, pelos critérios de exclusão de valores prescritos e das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

5.2.4.6 Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. Está sendo adotado, de modo gradual, o procedimento de redução do valor do estoque quando o valor de mercado for menor que o valor de aquisição, de produção ou de construção.

5.2.4.7 Bens e Valores em Circulação e Valores Realizáveis a Longo Prazo

Os Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo, exceto a Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo valor original. Os referidos bens e valores estão

progressivamente sendo atualizados, pelos critérios de exclusão de valores prescritos e das perdas estimadas.

5.2.4.8 Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos Concedidos

Os ativos da União sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Haveres Financeiros (Coafi/STN) compõem-se de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos aos Estados, Distrito Federal, Municípios e suas entidades da administração indireta, em decorrência de programas de reestruturação das dívidas dos entes da Federação.

Esses créditos encontram-se identificados em contas correntes individualizadas e classificadas como Empréstimos Concedidos, exceto a Honra de Garantia cujo registro ocorre em Créditos Sub-rogados.

A contabilização desses haveres envolve o registro da concessão do empréstimo e dos encargos segundo o contrato e legislação aplicável, assim como o registro dos recebimentos e das baixas nos saldos devedores.

5.2.4.9 Perdas Estimadas da Dívida Ativa da União

Para mensuração e reconhecimento das perdas estimadas da Dívida Ativa da União (DAU), à exceção da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados, conforme consta no Mcasp, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos e no Manual Siafi.

Em relação aos créditos sob a gestão da PGFN, a Coordenação Geral da Dívida Ativa (CDA/PGFN) formulou levantamento sobre o estoque da DAU, classificando-o da seguinte maneira: sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); parcelados; garantidos; e suspensos por decisão judicial.

O objetivo da PGFN é a implementação de uma classificação de créditos, projeto que se encontra no planejamento da instituição, o que permitirá a evidenciação, de modo mais preciso, a composição do estoque da DAU, permitindo assim um cálculo ainda mais adequado do ajuste para perdas.

Nesse sentido, o Ministério da Fazenda (MF) constituiu Grupo de Trabalho composto por representantes da PGFN, STN, RFB e Secretaria Executiva do MF para em conjunto proporem melhorias na forma de contabilização da dívida ativa, incluindo a discussão sobre o cálculo do ajuste para perdas estimadas.

Assim, devido à falta de um detalhamento mais criterioso da DAU utilizou-se para a constituição das perdas estimadas o critério de 100% de recuperabilidade para os créditos parcelados, garantidos e suspensos por decisão judicial e a metodologia do histórico de recebimentos passados do Mcasp para as demais situações.

O aperfeiçoamento do cálculo de ajuste para perdas depende da realização de um estudo pormenorizado do índice de recuperabilidade do crédito inscrito e de critérios de classificação de créditos que espelhem, levando em consideração o perfil da dívida inscrita e do devedor titular, sua real possibilidade de recuperação.

O Mcasp apresenta duas metodologias para constituição do ajuste para perdas: i) avaliação criteriosa de estoque para o cálculo do ajuste; e ii) histórico de recebimentos passados.

O Mcasp reitera que a metodologia com base na avaliação de estoque para cálculo do ajuste é a que melhor reflete a situação patrimonial da entidade, mas reconhecendo a maior dificuldade de sua implementação, apresenta como alternativa a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados.

5.2.4.10 Perdas Estimadas dos Créditos Tributários

Para a mensuração e reconhecimento das perdas estimadas dos créditos tributários foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, em observância ao Mcasp, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

5.2.4.11 Investimentos

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, que também é utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. Os demais investimentos são mensurados pelo método de custo, sendo, contudo, reconhecidas as perdas prováveis de tais investimentos, apuradas em avaliações periódicas.

5.2.4.12 Imobilizado

O imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial os elementos do ativo imobilizado ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como despesa do período.

5.2.4.13 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

5.2.4.14 Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução

a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na administração pública direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade, Mcasp e Lei nº 10.180/2001.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

5.2.4.14.1 Reavaliação

No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil e tal procedimento nunca ter sido realizado, foi necessário realizar ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido. Isso vale tanto para reavaliação, quanto para a redução ao valor recuperável, referentes ao começo do processo.

Após a adoção inicial, para os órgãos da administração pública direta, suas autarquias e fundações foi feita a opção de reconhecer os aumentos ou diminuições relativas à reavaliação de seus ativos no resultado patrimonial do exercício, pelo fato de os entes ainda não possuírem um sistema de controle patrimonial adaptado para o registro da reserva de reavaliação.

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, nos seguintes casos:

- aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU/MP;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

5.2.4.14.2 Redução ao valor recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo.

Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do Mcasp (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN. No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por irrecuperabilidade foi reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido.

Após a adoção inicial, a perda por irrecuperabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora.

Depois do reconhecimento de uma perda por irrecuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

5.2.4.14.3 Depreciação, Amortização e Exaustão

5.2.4.14.3.1 Bens Imóveis não cadastrados no SPIUnet e Bens Móveis

A administração pública direta da União, suas autarquias e fundações começaram a efetuar os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão a partir do exercício contábil de 2010, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida.

Vale destacar, que a administração pública federal não praticava até o exercício de 2010 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

O trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e recursos humanos, principalmente para aquisições realizadas em exercícios anteriores a 2010. Por isso, está sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão.

Assim sendo, iniciou-se o procedimento de depreciação pelos bens colocados em condições de uso a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentavam uma base monetária inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável.

Após o encerramento dessa primeira etapa, passou-se a aplicar a depreciação aos bens adquiridos nos demais exercícios, conforme cronograma indicado pelo Manual Siafi, e após a realização do ajuste de seus valores.

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a administração pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O administrador deverá seguir o quadro de vida útil abaixo, estabelecida para cada grupo de bens móveis a ser depreciado. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis.

Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também foi padronizado e deverá seguir o especificado no quadro a seguir:

GRUPOS DE ATIVOS	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
Aeronaves	-	-
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20%
Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	10	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
Armazéns Estruturais – Coberturas de Lona	10	10%
Armamentos	20	15%
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	-	-
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
Discotecas e Filmotecas	5	10%
Embarcações	-	-
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	20	10%
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10%
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
Equipamento de Processamento de Dados	5	10%
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas/Agropecuários e Rodoviários	10	10%
Mobiliário em Geral	10	10%
Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10%
Veículos Diversos	15	10%
Equipamentos e Material Sigiloso e Reservado	10	10%
Veículos Ferroviários	30	10%
Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10%
Veículos de Tração Mecânica	15	10%
Carros de Combate	30	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios de Proteção ao Voo	30	10%
Acessórios para Automóveis	5	10%
Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10%
Equipamentos e Sistema de Proteção e Vigilância Ambiental	10	10%

Fonte: Manual Siafi, Macrofunção 020330, www.tesouro.fazenda.gov.br.

5.2.4.14.3.2 Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet

Fruto do grupo de trabalho instituído pela Portaria Conjunta STN/SPU nº 452/2013, a STN do Ministério da Fazenda (MF) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) emitiram a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, que dispõem sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais será apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:
Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis.

Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

5.2.4.15. Passivo Financeiro e Passivo Não Financeiro

No Balanço Patrimonial, o passivo é classificado em Passivo Financeiro e Passivo Não Financeiro (nova denominação do Passivo Permanente dada pela STN).

Conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/1964:

> *§3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária;*
> *§4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.*

5.2.4.16. Obrigações em circulação

Compreende os compromissos assumidos exigíveis, representados por fornecedores, convênios, contratos de repasse, termos de parceria, convênios, consórcios, dentre outros. O reconhecimento, durante o exercício, se dá quando o gasto passa pelo estágio de liquidação da execução da despesa pública e, no final do exercício são reconhecidos todos os compromissos já comprometidos pelo empenho, para atender a Lei nº 4.320/1964. Porém, os empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar serão contabilizados também em conta retificadora para anular a obrigação que de fato ainda não existe:

A Lei nº 4.320/1964 estabelece que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas:

> *"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: [...]*
> *II – as despesas nele legalmente empenhadas.*
> *[...]*

5.2.4.17 Restos a Pagar

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas.

Durante o exercício, são consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, são consideradas essas despesas e aquelas inscritas em restos a pagar não processados. Os restos a pagar não processados são inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/1964, e ainda atende aos preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em restos a pagar não processados é precedido de depuração das despesas e anulação de empenhos, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar não processados, e os gestores anulam os demais empenhos de sua unidade. A partir de 2012, conforme disposto no Decreto nº 7.654/2011, que alterou o art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, a inscrição em restos a pagar não processados a liquidar foi condicionada a indicação, dos empenhos, pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada.

Também foi criada rotina contábil de "restos a pagar não processados em liquidação" em cumprimento ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcasp) e nos Princípios de Contabilidade. A inscrição dos empenhos em restos a pagar não processados em liquidação foi condicionada à ocorrência prévia do fato gerador, porém a sua liquidação não poderia ser efetuada.

Os restos a pagar processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro dos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

5.2.4.18 Provisão Para Requisição de Pequeno Valor

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é a espécie de requisição de pagamento de quantia a que a Fazenda Pública foi condenada em processo judicial, para valores totais de até 60 salários mínimos por beneficiário, sendo encaminhada ao Tribunal de

Justiça, quando a entidade devedora for sujeita ao Orçamento Geral da União. A Provisão para Requisição de Pequeno Valor é reconhecida contabilmente conforme a projeção orçamentária de RPVs do exercício a serem executados pela Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Superior Tribunal de Justiça.

5.2.4.19 Precatórios

Precatórios são requisições de pagamento contra a Fazenda Pública decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, disciplinados pelo art. 100 da CF/1988. Os precatórios a pagar são controlados contabilmente como "Anteriores a 05/05/2000" e "Posteriores a 05/05/2000", podendo ser classificados no Passivo Financeiro ou no Passivo Não Financeiro, dependendo da autorização orçamentária para pagamento. O reconhecimento contábil dos precatórios só se dá a partir do trânsito em julgado.

O prazo de pagamento é dado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias da União (LDO) e cabe ao Poder Judiciário encaminhar à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP), à Advocacia-Geral da União (AGU), aos órgãos e às entidades devedores e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta da Lei Orçamentária do ano.

5.2.4.20 Dívida a Pagar

As dívidas internas e externas constantes dos exigíveis a curto e longo prazo foram avaliadas observando os seguintes critérios:

- Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) – foi avaliada pelo valor a pagar ao final do exercício, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas; e
- Dívida Pública Federal Externa (DPFe) – foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial do final do exercício.

5.2.4.21 Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS da União

Apresenta, de acordo com o resultado da avaliação atuarial efetuado pelo Ministério da Previdência Social (MPS), o somatório das provisões matemáticas do RPPS dos benefícios concedidos e a conceder, relativas aos compromissos líquidos do plano de benefícios, calculados de acordo com projeções no horizonte de 150 anos, que consideram a expectativa de reposição de servidores.

5.2.4.22 Passivos Contingentes

Um Passivo Contingente, de acordo com o Mcasp - 6ª Edição, existe quando em consequência de eventos passados, possa haver uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção de:

- uma obrigação presente; ou
- uma obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade.

A seguir, segue um quadro resumo, extraído do Mcasp, de quando reconhecer ou apenas divulgar em notas explicativas as obrigações presentes e possíveis:

Obrigação	Probabilidade de Saída de Recursos	Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor	O que deve ser Reconhecido ou Registrado	Forma de Evidenciação
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balanço Patrimonial e Notas Explicativas
Presente	Provável	Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Não provável	Possível ou Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas

Fonte: Mcasp - 6ª edição

Assim, foram divulgadas em notas explicativas, nota 14.3, os passivos contingentes da administração direta, suas autarquias, empresas públicas dependentes e fundações de acordo com o Anexo V – Riscos Fiscais da Lei nº 13.080/2015 – LDO 2015.

Importante ressaltar que no dia 10 de fevereiro de 2015 a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu a Portaria n°40, decorrente de reuniões prévias entre AGU, STN e PGFN, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, considerando a necessidade de prestação de informações por parte da AGU para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

Na Portaria, a AGU define como será a classificação de risco de perda das ações em tramitação nos tribunais superiores ou já transitados em julgado quanto à probabilidade de perda: risco provável; risco possível; e risco remoto, bem como estimará qual o impacto financeiro.

Ainda, segundo a portaria, a estimativa de impacto financeiro da ação judicial será aferida com base nos elementos constantes no processo e nas informações e documentos apresentados pelos órgãos e entidades envolvidas no processo judicial e poderá ser realizada com base nos dados e relatórios disponíveis nos sistemas informatizados da AGU quando houver elementos suficientes à adequada verificação do impacto financeiro.

Os órgãos da AGU poderão solicitar o auxílio técnico do Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União para a elaboração de laudo técnico com a estimativa de impacto financeiro, desde que indiquem os parâmetros a serem considerados.

Dessa forma, será possível analisar com melhor segurança os passivos contingentes que deverão ser reconhecidos na contabilidade (provisão) ou apenas demonstrados em notas explicativas, visto que o Anexo V – Riscos Fiscais atual ainda não faz uma distinção clara das ações judiciais que permita o reconhecimento.

5.2.5. Procedimentos Especiais

5.2.5.1 Conversão de Operações em Moeda Estrangeira

As demonstrações contábeis dos órgãos com unidades em moeda estrangeira são convertidas diariamente para o real até o último dia do mês de dezembro do exercício.

A taxa utilizada é a oficial do Banco Central do Brasil (BCB) do último dia de dezembro, ou a última registrada, para apresentação dos valores em moeda nacional. Os valores orçamentários são aprovados em real e executados em real e em moeda estrangeira.

Essa dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária.

A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

5.2.5.2 Integração de Saldos Contábeis e Fundação Nacional do Índio (Funai)

Cinco entidades da administração indireta que não recebem recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social não têm seus patrimônios e seu planejamento orçamentário evidenciados nas demonstrações contábeis da União, aplicadas às entidades pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, seja pelo critério de consolidação ou das participações permanentes (investimentos).

Quatro utilizam o Siafi, em sua modalidade parcial, integrando seus saldos contábeis, por meio da operação denominada Integração de Balancetes, pois utilizam outros sistemas para registro de seus atos e fatos contábeis.

Por sua vez, a Fundação Nacional do Índio (Funai), que também não pertence aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, processa toda sua execução orçamentária e financeira por meio do Siafi, não necessitando, portanto, submeter-se ao procedimento de integração de balancetes.

Em 2014, o Banco Central do Brasil (BCB)/Autoridade Monetária (Órgão 25280/17280), a Fundação Habitacional do Exército (Órgão 27201/16201), a Conta de Desenvolvimento Energético (Órgão 32991/32991) e Reserva Global de Reversão (Órgão 32992/32992), que não utilizam o Siafi na modalidade total, tiveram seus saldos contábeis integrados ao Siafi, observando os procedimentos especiais de integração de saldos e tendo por base os valores contidos nos balancetes.

Com exceção das empresas estatais dependentes, as demais empresas controladas foram reconhecidas nas demonstrações pelo valor dos Investimentos da União nestas empresas, utilizando-se o Método da Equivalência Patrimonial (MEP) ou Custo, conforme procedimentos definidos no Manual Siafi, assunto 021122 – Participação da União no Capital de Empresas.

O quadro a seguir demonstra os valores dos principais grupos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais com os cinco órgãos que não participam dos OFSS e que não têm seus patrimônios evidenciados nas demonstrações consolidadas da União por meio do procedimento da consolidação ou das participações permanentes (investimentos) da União. (valores em R$ milhares).

Demonstrativo	Itens dos Demonstrativos	Órgãos Pertencentes aos OFSS (BGU)	Órgãos que Fazem a Integração de Balancetes e Funai (Não Pertencentes ao OFSS)					Total
			BCB	Fundo Habitacional do Exército	Funai	Reserva Global de Reversão	Conta de Desenvolv. Energético	
Balanço Patrimonial	Ativo Financeiro (1)	700.721	76.641	131	25	1.794	(2.036)	777.275
	Ativo não Financeiro (2)	4.384.581	2.080.384	2.727	40	23.303	16.691	6.507.726
	Ativo Real (1) + (2)	5.085.302	2.157.025	2.858	65	25.096	14.655	7.285.001
	Ativo Compensado (3)	1.683.118	498.953	3.345	13	-	-	2.185.428
	Ativo (1) + (2) + (3)	6.768.420	2.655.978	6.203	78	25.096	14.655	9.470.430
	Passivo Financeiro (4)	269.877	1.012.530	61	2	21.335	366	1.304.172
	Passivo não Financeiro (5)	4.697.258	1.100.131	72	(2)	11	21.044	5.818.515
	Passivo Real (4) + (5)	4.967.136	2.112.661	134	0	21.346	21.410	7.122.687
	Patrimônio Líquido (6)	118.167	44.363	2.725	65	-	(6.755)	158.564
	Passivo Compensado (7)	1.683.118	498.953	3.345	13	-	-	2.185.428
	Passivo (4) + (5) + (6) + (7)	6.768.420	2.655.978	6.203	78	21.346	14.655	9.466.679
Demonstração das Variações Patrimoniais	Variações Ativas Orçamentárias (8)	3.383.283	-	-	15	-	-	3.383.298
	Variações Ativas Extra-Orçamentárias (9)	5.004.078	4.109.843	21.545	2	31.546	-	9.167.014
	Variações Passivas Orçamentárias (10)	3.203.410	-	-	10	-	-	3.203.420
	Variações Passivas Extra-Orçamentárias (11)	4.983.900	4.085.034	21.311	3	29.720	-	9.119.967
	Resultado Patrimonial (8) + (9) - (10) - (11)	200.051	24.810	234	4	1.827	-	226.925

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

5.2.5.3 Resultado do Banco Central do Brasil (BCB)

Os resultados negativos se constituem em obrigação da União com o BCB, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Por sua vez, os resultados positivos são obrigações do BCB com a União, devendo ser objeto de crédito na Conta Única até o décimo dia útil subsequente ao da aprovação das demonstrações pelo CMN.

A STN, por meio da Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv), efetuou lançamentos na conta contábil 21221.04.02 – Resultado Negativo BCB – Custos das Reservas, gerando saldo de R$ 9,9 bilhões em 31/12/2012, tendo em vista o registro e a liquidação dos Resultados da Equalização das Reservas/Derivativos Cambiais do BCB, de que trata o art. 6º da Lei nº 11.803/2008, apurado no exercício de 2012, observada a metodologia definida na Portaria Conjunta MF/BCB nº 125/2008.

Este valor permaneceu inalterado até 31/12/2013 que, conforme a legislação mencionada, determina que o Resultado Negativo deve ser pago até o 10º dia útil do exercício subsequente ao da aprovação das demonstrações contábeis.

Dessa maneira, em janeiro de 2014 houve lançamentos para o registro da correção monetária, no montante de R$ 1,1 bilhão, bem como, para o registro da baixa orçamentária para liquidação do resultado negativo junto ao BCB.

Conforme a Portaria STN nº 16/2014, que trata da emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série F – NTN-F, destinadas ao pagamento dos valores referentes ao resultado negativo das operações com reservas cambiais no Balanço do BCB, foi autorizada a emissão de 12.970.967 de NTN-F, no valor de R$ 11.003.330.928,03, em favor do BCB, destinada ao pagamento dos valores referentes ao resultado negativo das operações com reservas cambiais daquela Autarquia no segundo semestre de 2012.

Por sua vez, o Resultado BCB – Custos das Reservas no 1º e 2º semestre de 2013 foram positivos em R$ 15,7 e 15,9 bilhões, respectivamente, registrados na conta contábil 11221.05.02 – Resultado Positivo BCB – Custos das Reservas, sendo o valor do 1º semestre atualizado em R$ 295,7 milhões, totalizando cerca de R$ 16 bilhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em setembro/2013 e para o 2º semestre o crédito na Conta Única foi em março/2014, atualizado em R$ 310,6 milhões.

Já o Resultado BCB – Custos das Reservas no 1º semestre de 2014 foi negativo no montante de R$ 51,2 bilhões, registrados na conta contábil 21221.04.02 – Resultado Negativo BCB – Custos das Reservas (passivo), e em contrapartida na conta contábil Incorporação de Passivos – Entidades Credoras, representando um decréscimo patrimonial (resultado diminutivo do exercício). O pagamento desse Resultado Negativo do BCB deveria ter sido em janeiro de 2015, no entanto foi pago em novembro e dezembro de 2014, tendo em vista a necessidade do BCB administrar sua política monetária. Esse resultado negativo, apurado no 1°

semestre de 2014, sofreu correção monetária no montante de R$ 2,35 bilhões. Em novembro de 2014 foi liquidado o montante de R$18,2 bilhões, por meio de emissão de NTN-F, LTN e LFT, conforme Portaria STN n° 658/2014, e em dezembro foi liquidado o montante de R$ 33,6 bilhões com emissão de NTN-B e LFT, conforme Portaria STN n°717/2014.

No 2º semestre de 2014, houve um complemento da liquidação do Resultado Negativo do BCB – Custos das Reservas, apurado no segundo semestre de 2012, no valor de R$ 12 milhões, referente aos juros que devem ser pagos semestralmente dos títulos emitidos pelo Tesouro para pagamento desse Resultado Negativo do BCB, conforme a Portaria STN nº 16/2014, citada anteriormente. Essa operação resultou em uma baixa de passivo no valor de R$ 12 milhões.

Em dezembro de 2014, foi registrado o resultado positivo do custo das reservas do BCB referente ao 2º semestre de 2014 no valor de R$ 65 bilhões, pela Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv/STN), cujo crédito na Conta Única está previsto para março/2015.

Conforme demonstrativo a seguir, pode-se verificar a movimentação na conta contábil 21221.04.02 – Resultado Negativo BCB – Custos das Reservas (passivo), em R$ milhões:

(=)	**9.990,5**	**(Saldo em 31/12/2013)**
(+)	1.102,7	(Atualização do Resultado do 2º semestre de 2012)
(–)	11.003,2	(Pagamento do Resultado do 2º semestre de 2012)
(=)	00,0	(Saldo)
(+)	51.223,6	(Resultado do 1º semestre de 2014)
(+)	2.348,9	(Atualização do Resultado do 1º semestre de 2014)
(-)	53.572,5	(Pagamento do Resultado do 1º semestre de 2014)
(=)	**0,0**	**(Saldo em 31/12/2014)**

No que se refere ao Resultado Patrimonial do Banco Central, apurado semestralmente em balanço, os lançamentos ocorrem nas seguintes contas contábeis:

- Se positivo: 11221.05.01 – Resultado Positivo do BCB – Balanço Apurado;
- Se negativo: 21221.04.01– Resultado Negativo do BCB – Balanço Apurado.

O Resultado BCB – Balanço Apurado no 2º semestre de 2013 e 1º semestre de 2014 foram positivos em R$ 14.270,9 e 5.274,6 milhões, respectivamente, sendo atualizados em R$ 278,4 milhões, totalizando R$ 14.549,3 milhões e atualizado em R$ 100,1 milhões totalizando R$ 5.374,7 milhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em março e setembro/2014, respectivamente. Para o resultado patrimonial, referente ao 2º semestre de 2014, está sendo apurado pelo Banco Central, e será disponibilizado quando da aprovação das respectivas Demonstrações Financeiras pelo Conselho Monetário Nacional.

5.2.5.4 Renúncia de Receitas

De acordo com o art. 4° da Lei Complementar n°101/2000 a renúncia de receitas compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Gastos Tributários – alteração de alíquotas e modificação de base tributária (quando a base de cálculo varia de acordo com a operação)

Em relação à alteração de alíquota ou à modificação de base de cálculo, conforme a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), correspondem ao conceito de gasto tributário ou despesa tributária e irão se constituir em alternativas às ações políticas do Governo, ações essas que têm como objetivo a promoção do desenvolvimento econômico ou social, não realizadas no orçamento e sim por intermédio do sistema tributário. Dessa forma, a RFB, com vistas a atender os mandamentos constitucionais e legais que demandam a evidenciação de renúncia de receita e os impactos fiscais decorrentes, elabora anualmente o Demonstrativo dos Gastos Tributários.

De acordo com a Nota Técnica Cconf/Sucon/STN n° 4/2013, especificamente no caso desses gastos tributários, que incluem isenções de tributos de caráter não geral, não é possível fazer o registro contábil dessa renúncia no momento da execução da receita orçamentária, tendo em vista não haver um método de mensuração confiável para esse valor. Essa impossibilidade deve-se ao fato de que, no momento do lançamento ou da arrecadação, não há como fazer a relação de forma individualizada entre os valores da renúncia previstos no PLOA e os valores que adentram os cofres públicos. Além disso, as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Ipsas), dispõem que as parcelas renunciadas em função de gastos tributários não devem ser consideradas no cálculo da receita bruta de tributos. De acordo com a Ipsas 23:

Definições

> *[...] gastos tributários são disposições preferenciais da lei tributária que fornecem benefícios fiscais a contribuintes e que não estão disponíveis a outros. [...]*
>
> *59. uma entidade deve reconhecer um ativo em relação a tributos quando o evento tributável ocorre e os critérios de reconhecimento do ativo são satisfeitos. [...]. Os recursos oriundos dos tributos satisfazem os critérios para o*

reconhecimento como um ativo quando for provável que a entrada de recursos ocorra e que seu valor justo possa ser mensurado de maneira confiável.

73.A receita tributária não deve ser considerada bruta pelo montante de despesas tributárias. [...]

74. [...] Os gastos tributários são receitas perdidas, não despesas, e não originam entradas ou saídas de recursos – quer dizer, elas não originam ativos, passivos, receitas ou despesas ao governo tributante.

Portanto, ainda conforme a Nota Técnica Cconf/Sucon/STN n° 4/2013, renúncia de receitas decorrentes de isenção de tributos não devem ser registradas em contas patrimoniais ou orçamentárias, devido à impossibilidade em se mensurar seu valor de forma confiável.

Gastos Tributários – estimativa

De acordo com a Nota Técnica STN n° 4/2013, o valor da renúncia fiscal é estimado tendo por base as fontes de informações acerca das operações desoneradas. As fontes de informação variam desde registros oriundos das declarações dos contribuintes, onde são informados os montantes de utilização de alguma renúncia, os dados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresentam um panorama geral da operação desonerada.

Em geral, a RFB opta por informações declaradas diretamente pelos contribuintes. Isso permite diferentes graus de precisão à informação, e quanto mais precisa, melhor será o resultado da estimativa. O objetivo da estimativa produzida pela RFB é valorar o quanto deixou de ser arrecadado por conta da aplicação dos dispositivos especiais da legislação tributária, um foco, portanto, diferente do que objetiva medir o quando se ganharia arrecadando, já que para isso, seria necessário introduzir nas estimativas uma suposição do efeito de mudança de comportamento dos contribuintes, tendo em vista que ao se deparar com a tributação majorada, este poderá optar por consumir outros tipos de bens e serviços, evadir uma parte do tributo que teria que pagar ou até mesmo passar a operar na informalidade.

Assim, os valores apresentados para os gastos tributários não constituem medições com o mesmo grau de certeza que apresenta os dados de arrecadação. A seguir, apresenta-se o quadro de Gastos Tributários de 2014, obtido no sítio da Receita Federal do Brasil, com estimativas de valores:

TRIBUTO	Valor (R$)
Imposto sobre Importação - II	3.677.501.465
Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF	35.255.790.111
Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	39.201.289.220
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte -IRRF	5.720.485.941
Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno	22.386.728.066
Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado	3.595.912.865
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	1.975.445.867
Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR	33.801.289
Contribuição Social para o PIS-PASEP	11.638.859.093
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9.301.395.572
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	58.509.914.863
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide	-
Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM	1.371.535.573
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Condecine	-
Contribuição para a Previdência Social	57.092.532.330
TOTAL	**249.761.192.255**

Fonte: Gastos Tributários – Projeções PLOA 2014 – Quadro VI/Receita Federal do Brasil.

5.2.5.5 Compatibilização entre Receitas e Despesas de Operações Intraorçamentárias

No exercício de 2014, foi identificada a diferença de R$ 2,8 bilhões (em 31 de dezembro de 2013, R$ 2,5 bilhões) entre o valor das despesas intraorçamentárias e das receitas intraorçamentárias, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R$ milhões		
Valores Intraorçamentários	31/12/2014	31/12/2013
Despesas Intraorçamentárias – Valores Pagos, Inclusive RP (a)	41.307	29.225
Receitas Intraorçamentárias – Valores Brutos Arrecadados (b)	38.527	26.690
Deduções das Receitas Intraorçamentárias (c)	11	6
Diferença entre Receitas e Despesas (a – (b – c))	2.791	2.540

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

As rotinas estabelecidas para as Receitas Intraorçamentárias e Despesas Intraorçamentárias não permitem a compatibilização de seus valores, devido a várias diferenças conceituais e operacionais.

Os regimes contábeis da despesa e receita orçamentárias são diferentes, conforme estabelecido pela Lei nº 4.320/1964, sendo que o reconhecimento da despesa se dá em um momento – no empenho – e a receita no momento do seu efetivo recebimento. Portanto, não há como conciliar os valores dentro de um mesmo exercício. Com base nesse conceito, o quadro anterior foi elaborado demonstrando apenas os valores pagos da despesa intraorçamentária, inclusive os restos a pagar pagos dentro do exercício, para chegar a um valor mais próximo do que deveria ser, caso todas as rotinas fossem conciliadas.

No âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), órgão 37202, existe a peculiaridade de uma rotina própria, em que não há a contabilização das receitas intraorçamentárias oriundas das rotinas decorrentes dos encargos patronais das unidades, relacionadas à prestação de serviços de terceiros (pessoas física e jurídica) e àquelas da folha de pagamento. Entretanto, do outro lado, as despesas em todas as unidades são registradas como intraorçamentárias.

Outras rotinas peculiares dizem respeito ao registro de despesas com Salário-Educação, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sem o correspondente registro da receita intraorçamentária e o registro, pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), de apenas 20% dos valores recebidos como receita intraorçamentária.

Na distribuição de dividendos das empresas estatais dependentes também ocorre o registro da receita intraorçamentária sem a correspondente despesa intraorçamentária nas unidades que fazem a distribuição. Além das rotinas citadas, outras também são responsáveis pela diferença entre as receitas e despesas intraorçamentárias, tais como:

- pagamento de multa e juros pela Unidade Gestora (UG) como substituto tributário;
- eventos em que a UG emitente é a mesma que a UG do documento nota de empenho, em que o Siafi não registra como despesa intraorçamentária, mas que poderá dar origem a uma receita intraorçamentária;
- imposto de renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP sobre o lucro das empresas estatais dependentes, quando o recolhimento de tributos não guarda compatibilidade com os registros de receita intraorçamentária;
- diferentes códigos de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF na fita da Receita Federal, que classificam as receitas como intraorçamentárias ou não, independente da natureza da despesa; e
- possíveis problemas da rotina da folha de pagamento, decorrentes de reclassificação de despesa, devoluções de ordens bancárias em exercícios diferentes, dentre outros.

5.2.5.6 Receita Patrimonial - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) arrecadados pela União

Diretrizes Gerais da Política de Remuneração da Empresas Estatais Federais

Trata-se de normas e diretrizes gerais observadas quando da distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas pela União.

Dividendo mínimo obrigatório

Os acionistas têm direito a receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social da empresa ou, quando este é omisso, metade do lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976. No caso das empresas estatais federais, os seus estatutos sociais determinam a remuneração aos acionistas de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Decreto nº 2.673/1998.

Dividendos Intermediários e Antecipados

Os órgãos de administração poderão, se autorizados por estatuto, declarar dividendos intermediários com base no lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como mediante reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, nos termos do art. 204 da Lei nº 6.404/1976. Além disso, há estatutos sociais de empresas estatais que autorizam o pagamento antecipado de dividendos, normalmente com base em balanço semestral, a ser ratificado em decisão da assembleia geral que deliberar sobre a destinação do lucro líquido daquele exercício.

Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

De forma alternativa ao pagamento de dividendos, foi criada a sistemática de remunerar o capital próprio na forma de juros, nos termos da Lei nº 9.249/1995, que concedeu às empresas a faculdade de deduzir, para efeitos de apuração do lucro real, o montante dos juros pagos ou creditados aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido.

Meios de Pagamento

A União está autorizada, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, a receber de empresas públicas e sociedades de economia mista e outras entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, ainda que minoritariamente, valores mobiliários como pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos a que tem direito, sendo que, em se tratando de empresa pública federal, poderão ser aceitos títulos públicos federais pelo seu valor de face, desde que o valor econômico não seja inferior ao dividendo mínimo obrigatório, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.167-53/2001 e Portaria MF nº 101/2001.

Prazo para pagamento

O recolhimento, ao Tesouro Nacional, de dividendos ou juros, far-se-á na Conta Única do Tesouro Nacional, na forma a ser estabelecida pela STN, nos prazos a seguir:

- Sociedades por ações, no prazo de 60 dias da data em que for declarado, salvo deliberação em contrário da assembleia geral, e, em qualquer caso, dentro do exercício social, nos termos do §3º do art. 205 da Lei nº 6.404/1976. Adicionalmente, no prazo máximo de 10 dias, a partir da data em que se iniciar o pagamento aos demais acionistas (Decreto nº 2.673/1998); e

- Empresas públicas não constituídas na forma de sociedade anônima, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da publicação da proposta de destinação de resultado aprovada pelo Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade com o Decreto nº 2.673/1998.

Índice de Correção dos Dividendos

Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei, assembleia ou deliberação do Conselho Diretor, conforme disposto no Decreto nº 2.673/1998.

Direcionamento dos Recursos

A receita do Tesouro Nacional proveniente da arrecadação de dividendos ou juros sobre o capital próprio pelas entidades integrantes da administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, deverá ser direcionada à amortização da dívida pública federal, conforme dispõe a Lei nº 9.530/1997, contribuindo, assim, para a redução do endividamento público.

Postergação dos dividendos

O dividendo obrigatório pode deixar de ser pago no exercício social em que os órgãos de administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da empresa, sendo registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos assim que o permitir a situação financeira da companhia, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976. Adicionalmente, poderá ser constituída reserva de lucros a realizar quando o montante dos dividendos obrigatórios ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Aspectos gerais observados quando da distribuição de dividendos

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio a ser distribuído pelas empresas estatais dependerá de diversos fatores, tais como: planos de investimentos, fluxo de caixa, limites e obrigações legais e estatutárias, ambiente econômico e outros fatores considerados relevantes pela empresa. A expectativa do Tesouro Nacional leva em consideração ainda o setor da atividade econômica em que a empresa atua e seu grau de dependência da União.

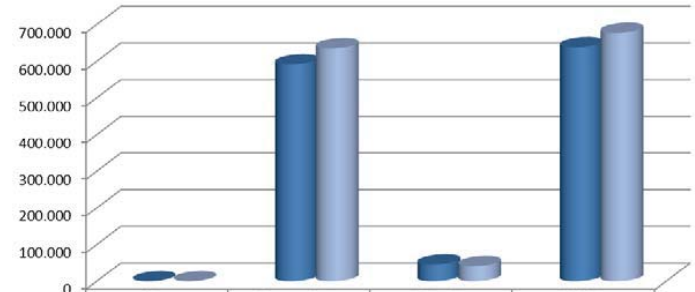
5.2.6. Composição dos Principais Itens das Demonstrações

5.2.6.1 Balanço Patrimonial (BP)

Nota 1 – Ativo Financeiro – Disponível

O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional e moeda estrangeira.
Nos gráficos a seguir, visualiza-se sua composição:

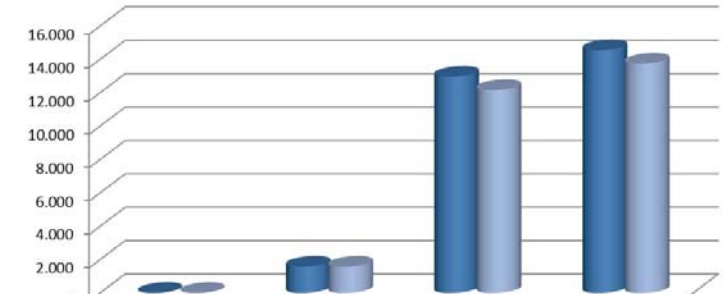
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - R$ MILHÕES



	Caixa	Bancos Conta Movimento	Aplicações Financeiras	TOTAL
31/12/2014	0,14	591.715	46.360	638.075
31/12/2013	0,14	635.386	41.826	677.212

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA - R$ MILHÕES

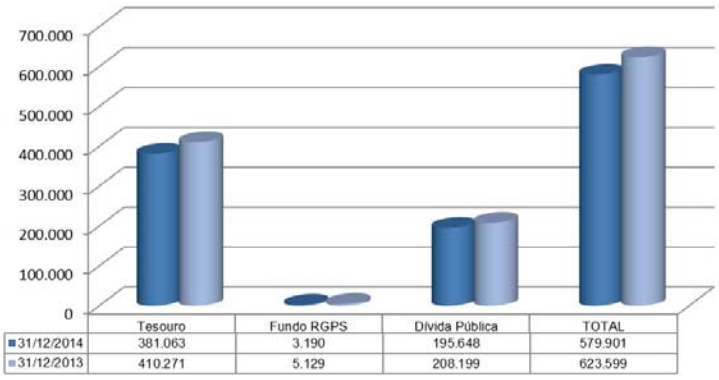


	Caixa	Bancos Conta Movimento	Aplicações Financeiras	TOTAL
31/12/2014	4	1.581	12.962	14.548
31/12/2013	3	1.576	12.162	13.741

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Vale destacar, por seu elevado montante, a participação da Conta Única do Tesouro Nacional que integra a rubrica “Bancos Conta Movimento” em “Disponível em Moeda Nacional”. Atualmente, a Conta Única é subdividida em três segmentos: a destinada à administração da dívida pública, a destinada à movimentação financeira do INSS, e a destinada às demais movimentações do Tesouro Nacional. Essa segmentação é para maior controle e, em especial, a segmentação da movimentação financeira do INSS ocorre também por exigência constitucional, conforme preceitua o artigo 167, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, no qual veda a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais, de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social. O gráfico a seguir demonstra os montantes por segmento.

DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL - R$ MILHÕES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A variação normalmente observada entre as disponibilidades do "Tesouro" e as destinadas à administração da "Dívida Pública" ocorre, principalmente, em função do procedimento utilizado para pagamento dos títulos da dívida da União. Num primeiro momento, o Tesouro Nacional efetua os pagamentos utilizando os recursos disponíveis na subconta "Tesouro", e, posteriormente, esses recursos são repostos por meio de transferência de valores da subconta "Dívida Pública", o que, geralmente, causa variações de grande volume entre essas subcontas. Demonstramos a seguir a composição da Conta Única – Fundo RGPS para explicar a variação negativa do saldo da conta em relação ao exercício de 2013:

COMPOSIÇÃO DA CONTA ÚNICA – FUNDO RGPS - R$ EM MILHARES

	CONTA ÚNICA – FUNDO RGPS 31/12/2014	POSIÇÃO ATÉ 31/12/2013	VARIAÇÃO %
Conta Única - Fundo RGPS	(1.809.691)	303.544	-696%
OB Emitidas - Limite Fundo RGPS	(2)	(95)	-98%
GRU Emitidas	1	-	-
NL Emitidas - Limite INSS Fonte	25.679	40.808	-37%
NL Emitidas - Limite INSS Valores	5.117.105	4.785.084	7%
NS Emitidas - Remuneração (-) Fundo	(143.163)	-	-
TOTAL	**3.189.930**	**5.129.341**	**-38%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Como é possível observar, a Conta Única do Fundo RGPS, que registra a movimentação financeira do Fundo junto ao Banco Central do Brasil (BCB), ficou com o saldo negativo em 31 de dezembro de 2014 em função de lançamento da UG do INSS, correspondente à apropriação de repasse para o Sistema "S" e fundos públicos da arrecadação via GPS, que foi realizado no dia 05/01/2015 e teve reflexo no saldo contábil de Dezembro/2014.

Além dos valores apresentados anteriormente, integram Bancos conta Movimento as disponibilidades dos Fundos Constitucionais no valor de cerca de R$ 10,99 bilhões (R$10,86 bilhões, em 31 de dezembro de 2013) e outras contas no valor de R$ 0,81 bilhão (R$ 0,92 bilhão, em 31 de dezembro de 2013).

O saldo disponível para as movimentações gerais do "Tesouro" no final do exercício no valor de R$381,1 bilhões (em 31 de dezembro de 2013, R$ 410,2 bilhões) apresenta diferença em relação aos dados divulgados pelo BCB no valor de R$ 26 bilhões (R$ 32 bilhões, em 31 de dezembro de 2013), conforme demonstrado no quadro a seguir:

DISPONÍVEL NA CONTA ÚNICA DA UNIÃO - R$ MILHÕES

DISPONÍVEL NA CONTA ÚNICA DA UNIÃO	POSIÇÃO ATÉ	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo disponível no SISBACEN	407.083	442.637
OB para pagamento no dia seguinte	(22.782)	(28.809)
Saldo não pertencente ao OFSS	(3.237)	(3.557)
= Saldo disponível no Siafi	**381.064**	**410.271**

Fonte: Sisbacen/Banco Central do Brasil - Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Essas diferenças ocorrem em função dos seguintes fatos:

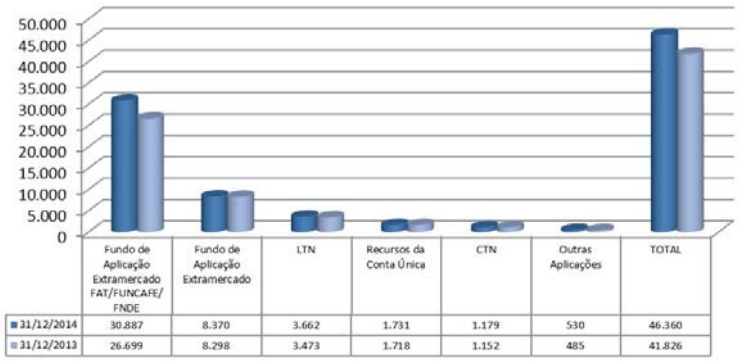
- i) contabilização no Siafi de ordens bancárias para pagamento no dia útil seguinte. Tais ordens bancárias são contabilizadas no Siafi, mas a baixa efetiva na conta única e sua respectiva atualização no Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen) ocorrerão somente no dia posterior. Dessa forma, os dados do Sisbacen em relação à disponibilidade do Tesouro apresentam normalmente um saldo maior do que o apresentado pelo Siafi. Essa diferença representou aproximadamente o valor de R$ 22,8 bilhões no final do exercício (R$ 28,8 bilhões, em 31 de dezembro de 2013); e
- ii) utilização de diferentes amostras de dados. Os dados apresentados nestas demonstrações contábeis consideram apenas os valores referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), enquanto que os valores considerados pelo Sisbacen não se limitam a estes orçamentos. Essa diferença representou um valor de pouco mais de R$ 3,2 bilhões em 2014 e R$ 3,5 bilhões em 31 de dezembro de 2013.

No quadro a seguir, demonstramos a composição dos recursos da Conta Única aplicados dos órgãos não pertencentes aos OFSS:

Recursos da Conta Única Aplicados (em R$ milhares)	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO %
	31/12/2014	31/12/2013	
Financiadora de Estudos e Projetos	3.127.029	3.528.863	-11%
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social	852	765	11%
Fundação Nacional do Índio	19.544	19.700	-1%
Autoridade Pública Olímpica	89.965	7.947	1032%
TOTAL	**3.237.390**	**3.557.276**	**-9%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - R$ MILHÕES



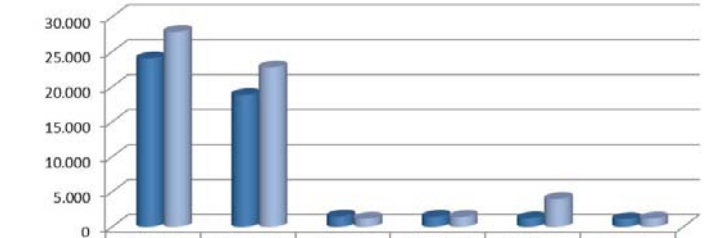
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No “Disponível em Moeda Nacional”, enfatizam-se os títulos do mercado aberto com direito a resgate imediato que integram o montante das aplicações financeiras efetuadas pela União. Entre as aplicações, a de maior volume se refere ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que compõe a rubrica “Fundo de Aplicação Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE”, sob supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com R$ 30,9 bilhões, em 2014, e R$ 26,7 bilhões, em 2013.

Nota 2 – Ativo Financeiro – Créditos em Circulação

A composição dos Créditos em Circulação é demonstrada no gráfico a seguir:

CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO - R$ MILHÕES



	Depósitos Especiais do FAT	Créditos a Receber	Recursos Especiais a Receber	Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	Limite de Saque do BACEN	Outros
31/12/2014	24.032	18.819	1.469	1.434	1.216	1.096
31/12/2013	27.839	22.768	1.166	1.416	3.963	1.183

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

O item mais significativo se refere a depósitos especiais do FAT, sob responsabilidade do MTE, recolhidos ao Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Financiadora de Estudos e Projetos e Banco da Amazônia. As aplicações são realizadas em conformidade com a Lei nº 8.352/1991, sendo os recursos remunerados e disponíveis para imediata movimentação.

A maior parte do item “Créditos a Receber” se refere a direitos a receber de diversas origens, como recursos a receber por transferências (R$ 11 bilhões); receitas arrecadadas e ainda não recolhidas à Conta Única (R$ 7 bilhões); créditos tributários devidos pela aquisição de bens (R$ 386 milhões); benefícios pagos aos empregados a recuperar por se tratar de gastos do INSS; entre outros. Os recursos a receber por transferência correspondem aos saldos remanescentes nas unidades que não receberam os recursos financeiros ou não baixaram o crédito correspondente quando do recebimento dos recursos do acordo de cooperação técnica ou convênio.

Nota 3 – Ativo Não Financeiro – Realizável a Curto Prazo – Créditos em Circulação

O quadro a seguir evidencia as variações sofridas pelos itens do grupo “Créditos em Circulação”.

CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO - R$ MILHÕES

ATIVO NÃO FINANCEIRO CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	POSIÇÃO ATÉ		(a) – (b)	VARIAÇÃO SOBRE 2013 (a) / (b) %
	31/12/2014	31/12/2013		
	(a)	(b)		
Créditos Tributários a Receber	165.553	105.713	59.840	56,6%
Adiantamentos Concedidos	125.618	34.893	90.725	260,0%
Empréstimos e Financiamentos	100.588	107.531	(6.943)	-6,5%
Resultado Positivo do BCB	65.173	15.919	49.255	309,4%
Diversos Responsáveis	24.886	15.324	9.562	62,4%
Créditos Administrativos	2.856	1.810	1.046	57,8%
Fornecimentos a Receber	957	992	(35)	-3,5%
Outros Créditos em Circulação	6.034	1.554	4.480	288,4%
Perdas estimadas	(5.904)	(20.673)	14.768	-71,4%
TOTAL	**485.761**	**263.063**	**222.698**	**84,7%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Créditos Tributários a Receber

Em relação aos Créditos Tributários a Receber, desde maio de 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) passou a reconhecer os créditos tributários efetivamente devidos, registrando-os nos sistemas internos da RFB, em atendimento ao artigo 48-A, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, acrescido pela Lei Complementar nº 131/2009.

O reconhecimento dos créditos tributários é pelo estoque de créditos a receber, atualizado mensalmente, e, por usar essa metodologia, em dezembro a posição é atualizada até a data base de novembro. Quando da reconstituição dos créditos a receber é reconhecido um acréscimo patrimonial – incorporação de ativos, no resultado extraorçamentário.

Quando da baixa do estoque para registrar o recebimento é reconhecido um decréscimo patrimonial – desincorporação de ativos, também no resultado extraorçamentário.

Os créditos tributários a receber acrescentaram R$ 59,8 bilhões no exercício. Os impostos e contribuições que mais contribuíram para o aumento no saldo estão demonstrados no próximo quadro.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - R$ MILHÕES

ATIVO NÃO FINANCEIRO CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	POSIÇÃO ATÉ		(a) – (b)	VARIAÇÃO SOBRE 2013 (a) / (b) %
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)		
MINISTÉRIO DA FAZENDA	165.512	105.674	59.839	56,63%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	67.751	37.389	30.362	81,21%
Pessoas jurídicas líquida de incentivos	34.808	14.160	20.647	145,81%
Pessoas físicas	10.209	9.883	326	3,30%
IPI	9.023	4.772	4.252	89,11%
Outras	13.710	8.574	5.136	59,91%
Contribuições Sociais a Receber	97.761	68.285	29.476	43,17%
Receita do principal da contribuição para fim da seguridade social	40.843	21.864	18.979	86,81%
SIMPLES	2.282	18.448	(16.166)	-87,63%
Contribuições de empresas s/ segurados assalariados	17.697	-	17.697	
Receita do principal da contribuição sobre lucro PJ	17.953	8.647	9.306	107,62%
Receita do principal da contribuição sobre lucro para PIS/PASEP	10.168	6.463	3.705	57,33%
Outras	8.818	12.864	(4.046)	-31,45%
OUTROS ÓRGÃOS	41	40	1	3,57%
TOTAL	**165.552**	**105.715**	**59.837**	**56,61%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Conforme pode ser observado o subitem “Contribuição de Empresas Sobre Segurados Assalariados” não existia em 2013. Na realidade, esses créditos tributários eram controlados no subitem “Outras”, o que explica também o seu decréscimo em 2014.

Adiantamentos Concedidos

Os Adiantamentos Concedidos, no valor de R$ 125,6 bilhões, em 2014, apresentaram um acréscimo de 260% em relação ao exercício anterior.

ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - R$ MILHÕES

ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013
	31/12/2014	31/12/2013	
Prestadores de Serviços	670	634	6%
A pessoal	10.481	9.363	12%
Operações especiais	1	2	-50%
Suprimento de fundos	11	5	117%
Unidades e Entidades	391	531	-26%
Transferências Voluntárias (Integração SICONV)	30.247	24.357	24%
Transferências Voluntárias e Legais (CONTRANSF)	83.817	-	-
TOTAL	**125.618**	**34.893**	**260%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Conforme o quadro anterior, percebe-se que a maior parte do aumento dos adiantamentos concedidos é referente às Transferências Voluntárias e Legais que não são controladas pelo Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv).

Em 2014, a fim de atender os procedimentos contábeis do Mcasp, Parte IV, foi adequada a rotina contábil da liquidação para transferência do recurso ao convenente, concomitante ao pagamento, gerando o Ativo Não Financeiro – Adiantamentos. Pelo Mcasp, quando da liquidação para transferência (pagamento) do recurso, a transferência deve gerar um Ativo Não Financeiro - Adiantamento e um Passivo Financeiro – Convênios a Pagar.

No pagamento o Passivo Financeiro é baixado contra Conta Única. O Adiantamento só é baixado quando da prestação de contas pelo convenente, comprovando suas despesas, gerando a partir daí um Resultado Diminutivo do Exercício.

Anteriormente a 2014, essas transferências voluntárias e legais que não eram controladas pelo Siconv não estavam gerando um Ativo Não Financeiro - Adiantamento no momento da liquidação para transferência do recurso ao convenente.

Os registros dos pagamentos dos recursos geravam diretamente um impacto no resultado do exercício, e o controle da prestação de contas ficavam apenas nas contas de controle. Por isso, para a regularização e registro dessas transferências voluntárias e legais que ainda não possuem prestação de contas foi lançado o saldo total de R$ 83,8 bilhões das contas de controle em Adiantamentos Concedidos – “Transferências Voluntárias e Legais” em contrapartida de Ajuste de Exercícios Anteriores, no Patrimônio Líquido, para contrabalancear a despesa gerada anteriormente, pois somente na prestação de contas é que a Variação Patrimonial Diminutiva será reconhecida. A seguir, o detalhamento das transferências voluntárias e legais reconhecidas no ativo não financeiro:

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E LEGAIS - R$ MILHÕES

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E LEGAIS	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013
	31/12/2014	31/12/2013	
Convênios	40.787	43.798	-7%
Contratos de Repasses Firmados	11.375	15.506	-27%
Termos de Parcerias	362	420	-14%
Acordo de Cooperação Técnica	4.469	2.583	73%
Termo de Compromisso	25.606	20.896	23%
Transferências Legais	1.218	252	383%
TOTAL	**83.817**	**83.454**	**0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado Positivo do BCB

Em dezembro de 2014, foi registrado o resultado positivo do custo das reservas do BCB referente ao período de julho a dezembro de 2014, no montante de R$ 65,17 bilhões, pela Codiv/STN. O reconhecimento desse resultado positivo do BCB gerou um acréscimo patrimonial, no Resultado Extraorçamentário do exercício, no mesmo montante. A descrição deste item está mais detalhada no item 5.2.5.3 dessas notas explicativas.

PERDAS ESTIMADAS (CURTO PRAZO – CP) - R$ MILHÕES

PERDAS ESTIMADAS	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013
	31/12/2014	31/12/2013	
Diversos	(117)	(129)	-9%
Créditos tributários	(1.589)	(13.590)	-88%
Créditos de liquidação duvidosa	(1.898)	(6.954)	-73%
Operações Especiais	(2.301)	-	-
TOTAL	**(5.904)**	**(20.673)**	**-71%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

A maior parte da redução das perdas estimadas reconhecidas é referente às perdas estimadas dos créditos tributários de curto prazo. A RFB atualiza regularmente suas estimativas de perda, com base nos históricos de recebimentos passados.

Nota 4 – Ativo Não Financeiro – Realizável a Longo Prazo – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

O quadro a seguir evidencia as variações sofridas pelos itens do grupo "Créditos Realizáveis a Longo Prazo":

CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO - R$ MILHÕES

CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013		
	(a)	(b)	I(a)I – I(b)I	%
Créditos da União, Estados e Municípios	40.226	36.726	3.500	9,5%
Devedores - Entidades e Agentes	635	383	252	65,8%
Empréstimos e Financiamentos	1.506.618	1.329.777	176.841	13,3%
Perdas Estimadas Créditos de Liquidação Duvidosa	(82.863)	(70.500)	12.364	17,5%
Créditos a Receber	17.392	18.411	(1.019)	-5,5%
Perdas Estimadas Créditos Longo Prazo	(8.322)	(8.322)	-	0,0%
Dívida Ativa (Longo Prazo - LP)	1.449.494	1.406.777	42.716	3,0%
Perdas Estimadas Dívida Ativa (Longo Prazo - LP)	(1.197.091)	(1.027.990)	169.100	16,4%
Crédito Tributário a Receber (Longo Prazo - LP)	1.101.008	1.036.843	64.164	6,2%
Perdas Estimadas para Crédito Tributário a Receber (Longo Prazo - LP)	(10.566)	(133.284)	(122.719)	-92,1%
TOTAL	**2.816.532**	**2.588.822**	**227.710**	**8,8%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Crédito Tributário a Receber (Longo Prazo - LP)

Como acontece com os "Créditos de Curto Prazo", os "Créditos Tributários a Receber (LP)", administrados pela RFB são referentes à atualização do estoque de créditos tributários a receber até novembro de 2014.

A composição dos créditos tributários a longo prazo pode ser observada no quadro a seguir:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO - R$ MILHÕES

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2013	
	(a)	(b)	(a) / (b) %
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	24.268	41.652	-42%
Contribuições a Receber Parcelados	81.475	109.194	-25%
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria/Exig. Suspensa	494.998	438.405	13%
Contribuições a Receber/Exig. Suspensa	500.266	447.592	12%
TOTAL	**1.101.008**	**1.036.843**	**6%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Perdas Estimadas para Crédito Tributário a Receber (Longo Prazo - LP)

A partir de 2012, a RFB iniciou a contabilização das perdas estimadas dos créditos tributários federais lançados sob sua administração. A mensuração das perdas sobre os créditos tributários administrados pela RFB utiliza a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Mcasp, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

Na apuração foram utilizadas as seguintes bases de dados:

- informações relativas aos exercícios financeiros de 2011, 2012 e 2013;
- utilização dos saldos do sistema Siafi das contas 11214.01.00 - Créditos de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; 11214.02.00 - Créditos de Contribuições a Receber; 11219.19.00 - Créditos por Infrações Legais/ Contratuais; 12218.01.00 - Créditos de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Parcelados de Longo Prazo; 12218.02.00 - Créditos de Contribuições a Receber Parcelados de Longo Prazo; 12218.03.00 - Créditos de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria com Exigibilidade Suspensa Longo Prazo; 12218.04.00 - Créditos de Contribuições a Receber com Exigibilidade Suspensa Longo Prazo e 12219.01.00 - Créditos por Infrações Legais/Contratuais de Longo Prazo; e,
- dados numéricos da arrecadação das receitas federais, fornecidos pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (Cetad). Estas informações são divulgadas à sociedade brasileira através do sítio oficial da RFB na Internet.

Utilizando-se os dados anteriores e a metodologia no histórico de recebimentos passados (um dos critérios definidos no Mcasp), chegou-se ao índice de 0,96 pontos percentuais para a constituição e contabilização de ajustes para perdas prováveis durante o exercício de 2014.

Para adequação a esse índice apresentado, durante o exercício foram efetuadas reversões das perdas estimadas dos créditos tributários a receber, em contrapartida ao Resultado Aumentativo do Exercício – Resultado Extraorçamentário – Acréscimos Patrimoniais. Por isso o decréscimo líquido de R$ 122,7 bilhões, acumulado no exercício.

Dívida Ativa (Longo Prazo - LP)

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade. A Lei 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como dívida ativa tributária o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas. Os créditos provenientes das demais origens são considerados dívida ativa não tributária. O item "Dívida Ativa (LP)" está detalhado no quadro a seguir, em conjunto com a respectiva provisão para perdas:

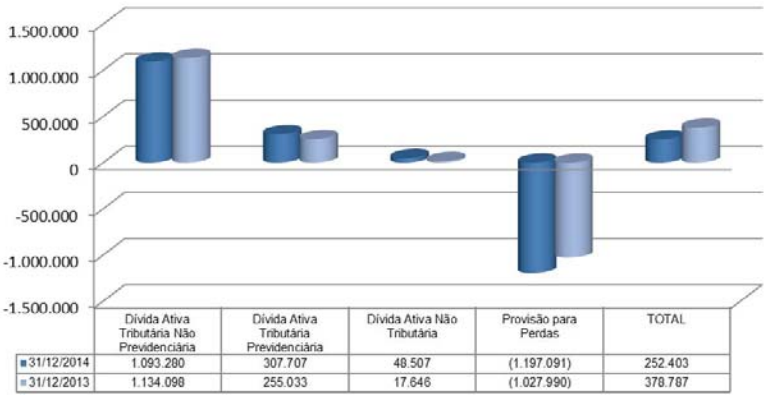
DÍVIDA ATIVA (LONGO PRAZO - LP) - R$ MILHÕES

DÍVIDA ATIVA	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013		
	(a)	(b)	I(a)I – I(b)I	(a) / (b) %
Créditos Inscritos	1.449.494	1.406.777	42.716	3,0%
Perdas Estimadas – Dívida Ativa (LP)	(1.197.091)	(1.027.990)	169.100	16,4%
TOTAL	**252.403**	**378.787**	**(126.384)**	**-33,4%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A maior parte do aumento observado na inscrição de novos créditos foi referente aos créditos tributários previdenciários, que apresentaram um aumento de aproximadamente R$ 53 bilhões, e aos créditos não tributários, que apresentaram um aumento de R$ 31 bilhões, aproximadamente, conforme observado no gráfico a seguir:

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA - R$ MILHÕES



	Dívida Ativa Tributária Não Previdenciária	Dívida Ativa Tributária Previdenciária	Dívida Ativa Não Tributária	Provisão para Perdas	TOTAL
31/12/2014	1.093.280	307.707	48.507	(1.197.091)	252.403
31/12/2013	1.134.098	255.033	17.646	(1.027.990)	378.787

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

No caso da Dívida Ativa Não Tributária, o aumento de R$ 31 bilhões é referente à inscrição de Dívida Ativa pelo BCB, em setembro, gerando um acréscimo patrimonial, no resultado aumentativo do exercício (extraorçamentário). No mesmo momento, foi constituída a provisão para perdas, no mesmo valor, gerando um decréscimo patrimonial, no resultado diminutivo do exercício (extraorçamentário).

Sobre a Dívida Ativa Previdenciária, o aumento líquido de R$ 53 bilhões está relacionado, em grande parte, ao registro efetuado pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional/SP, que teve no ano um acréscimo líquido de R$ 21 bilhões em sua dívida ativa.

Em relação à Dívida Ativa Tributária não Previdenciária, grande parte do decréscimo líquido de R$40 bilhões está relacionado à dívida ativa sob responsabilidade das Procuradorias da Fazenda Nacional do Mato Grosso, do Rio Grande do Norte e de São Paulo, ligadas ao Ministério da Fazenda.

Em termos absolutos, destaca-se a Procuradoria da Fazenda Nacional do Mato Grosso onde em novembro de 2014 ocorreu um ajuste de cerca de R$ 90 bilhões referente às divergências entre o Sistema Integrado da Dívida Ativa (Sida) e o Siafi, resultado do grupo de trabalho instituído por meio da Portaria GMF nº 310/2014, tendo como órgãos envolvidos STN, Spoa e PGFN. Esse ajuste teve como contrapartida a conta de patrimônio líquido "Ajustes Patrimoniais de Exercícios Anteriores".

Parcelamentos

A Coordenação Geral da Dívida Ativa da União (CDA) divulgou o resultado da arrecadação dos parcelamentos especiais administrados pela PGFN, discriminado por modalidade de parcelamento e por unidade da federação, até outubro. No mês de outubro de 2014, os parcelamentos especiais pertinentes à PGFN arrecadaram R$ 1.438.503.466, o que representa uma alta de 22,65% em relação ao mês anterior. O montante arrecadado pela PGFN por meio de parcelamentos especiais no decorrer do ano de 2014 totaliza o montante de R$ 8.779.709.960,17.

Dívida Ativa (Longo Prazo - LP) - Divergência de Créditos da Dívida Ativa entre Siafi e Sida

Por ocasião da apreciação das Contas da Presidente da República, o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão nº 1.274/2013, identificou divergências entre as informações gerenciais e contábeis no estoque de créditos inscritos em dívida ativa da PGFN. Com o propósito de sanar a ressalva apontada por aquele Tribunal foi elaborada a Nota Técnica nº 17/CONTA/COGEF/SPOA/SE/MF, que trata da criação de grupo de trabalho para propor melhorias na forma de contabilização dos créditos tributários e não tributários, posteriormente convertida na Portaria GMF nº 310/2014.

De acordo com a CGA/PGFN o processo de inscrição dos débitos para com a União inicia-se com a inserção de dados do contribuinte no Sistema Integrado da Dívida Ativa (Sida). Trata-se de um sistema composto de vários módulos, que tem como objetivo auxiliar a PGFN na cobrança dos créditos tributários e não tributários.

Na sequência, os valores inscritos em dívida ativa são alimentados pela chamada Fita DAU, também conhecida como "Mapa TCU". Criada por iniciativa da STN e do TCU, com vistas a automatizar a rotina de alimentação dos créditos inscritos em dívida ativa para o Siafi. A Fita DAU extrai os dados do Sida.

Contudo, o Sida por si só não era suficiente para atender às necessidades gerenciais do órgão. Em função da limitação do Sida, a tecnologia DW – Data Warehouse veio suprir essa

lacuna, para extração e organização dos dados dos sistemas operacionais e no acesso aos dados para consultas.

Não obstante, foram constatadas divergências no confronto dos saldos dos sistemas DW e Siafi, referentes aos Créditos Tributários não Previdenciários inscritos em Dívida Ativa da União. Foram constatadas as seguintes ocorrências:

- a Seccional Feira de Santana recebeu registros contábeis no Siafi até janeiro de 2012. O saldo contábil desta Seccional é de R$ 2.728.393.024. Os lançamentos seguintes foram corretamente contabilizados para a UG PFN/BA. Assim, o referido saldo deverá ser transferido para a PFN/BA, e em seguida proceder ao ajuste contábil na conta de ajustes de exercícios anteriores;
- as UGs Ipatinga e Patos de Minas vêm recebendo lançamentos contábeis no Siafi. No entanto, seus saldos deverão ser transferidos para a UG PFN/MG. Em seguida, as tabelas de contabilização da Fita DAU deverão ser atualizadas, para que não recebam novos registros. Ainda, após tais regularizações será necessário proceder ao ajuste contábil na conta de ajustes de exercícios anteriores;
- a UG PFN/RJ vem carregando um saldo no valor de R$ 898.109,40, desde maio/2011. Entretanto, observou-se que, no Siafi, a conta corrente que carrega esse saldo deveria ser uma série tributária, mas está descrita como Tribunal Regional Eleitoral do Rio de janeiro;
- Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo. Ressalta-se que os principais deslocamentos das UGs citadas foram decorrentes das seguintes séries: Mato Grosso: Série Diversas Origens; Rio de Janeiro: Série ITR; São Paulo: Sério Diversas Origens;
- a conta contábil 122110201 – Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária vinha carregando saldos indevidos decorrentes de créditos inscritos na PGFN, mas que dizem respeito a outros órgãos. Foi efetuado os ajustes desses saldos.

Um Grupo de Trabalho pela PGFN, RFB, STN e Spoa foi formado com o objetivo de conciliar essas divergências entre os sistemas Siafi e Sida. Tendo em vista o exposto e, com base no levantamento dos estoques da dívida ativa nos sistemas DW e Siafi que apresentam diferença no valor de R$ 136.243.453.603,63, houve necessidade de ajustes contábeis.

Em novembro de 2014, foi efetuado um ajuste da Dívida Ativa referente a Exercícios Anteriores na conta contábil 122110201 – Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária em todas as unidades da PGFN, decorrente do trabalho do Grupo de Trabalho, por meio de Nota de Lançamento (NL). Do ajuste, o estoque da dívida ativa apresenta saldo atual entre os Sistemas DW e Siafi com as seguintes divergências:

SALDO	R$ Divergências DW e/ou Siafi
Saldos antes do ajuste - 2013	136.243.453.603,63
Saldos após ajuste - 2014	7.070.325.649,16

Fonte: CGA/PGFN

Com vistas a evitar divergências futuras de saldos entre o Sida e o Siafi, a partir de 2015 será implantada uma nova rotina, por parte da seccional contábil da PGFN, de conciliação mensal dos créditos inscritos em dívida ativa tributária, por meio da análise das informações do Siafi em conciliação com o relatório emitido pelo DW do Sida.

Dívida Ativa (Longo Prazo - LP) - Dívida Ativa BCB

Conforme determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a contabilidade do BCB é elaborada de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb). Em função da adoção dessas normas, os créditos com baixa expectativa de realização não são registrados como ativo na contabilidade. Assim, os créditos inscritos em Dívida Ativa impactam a contabilidade do BCB nos casos em que foram objeto de parcelamento ou quando do efetivo recebimento.

O Departamento de Contabilidade e Execução Financeira do Banco Central do Brasil (Deafi/BCB) informou os valores registrados nos sistemas gerenciais e as eventuais divergências entre os valores informados no Siafi, conforme quadros a seguir.

RELATIVO AO BANCO CENTRAL - ESTOQUE REGISTRADO NO ATIVO DO BCB
CRÉDITOS COM INSTITUIÇÕES EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL OBJETOS DE PARCELAMENTO NO ÂMBITO DA LEI 12.249/2010 - EM R$

SALDO	CONTA 1650.04.01-3 - Créditos Parcelados Inscritos Em Dívida Ativa	Correspondente Siafi - 1.2.2.3.1.00.00 (Órgão 25280)	Diferença (a)
	Saldo BCB	Saldo Siafi	
Saldo em 31/12/2014	10.684.833.456,11	24.525.154.597,36	13.840.321.141,25
Saldo em 31/12/2013	11.388.765.555,38	25.962.414.044,93	14.573.648.489,55

Fonte: Deafi/BCB.
(a) Diferença decorre de a conta Siafi englobar outras contas do Banco Central do Brasil.

RELATIVO A REDI-BC - ESTOQUE REGISTRADO NA CONTABILIDADE
CRÉDITOS COM INSTITUIÇÕES EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL OBJETOS DE PARCELAMENTO NO ÂMBITO DA LEI 12.249/2010 - EM R$

SALDO	CONTA 9710.43.01-7 – REDI-BC - Créditos Parcelados Inscritos em Dívida Ativa de Instituições em Regime Especial	Não Possui Correspondente no Siafi (b)
	Saldo BCB	Saldo Siafi
Saldo em 31/12/2014	456.847.285,54	-
Saldo em 31/12/2013	486.742.362,25	-

Fonte: Deafi/BCB.
(b) As contas relacionadas a Fundos e Programas administrados pelo BCB não são integradas ao Siafi.

ESTOQUES DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA – CONTROLE - R$

Ativos Não Reconhecidos no BCB	Saldo BCB	Saldo Siafi Órgão 25201(c)
Créditos Inscritos em Dívida ativa no Siafi	29.359.924.657,66	29.359.924.657,66
Perdas Estimadas	(29.359.924.657,66)	(29.359.924.657,66)

Fonte: Deafi/BCB.
(c) Reconhecidos no segundo semestre de 2014 para controle, no Siafi.

Conforme pode ser observado anteriormente, todo o crédito inscrito em Dívida Ativa do BCB é apenas controlado para fins gerenciais no Siafi, bem como as perdas estimadas na integralidade da Dívida Ativa.

Perdas Estimadas Dívida Ativa (Longo Prazo - LP)

Durante o exercício de 2014, percebeu-se um aumento significativo das perdas estimadas da Dívida Ativa. Em 31 de dezembro 2014, as perdas estimadas representam cerca de 82% do total da Dívida Ativa Inscrita (73%, em 31 de dezembro de 2013). A maior parte das perdas estimadas são referentes às dívidas inscritas sobre controle da PGFN/MF. Segue a movimentação das Perdas Estimadas da Dívida Ativa do Ministério da Fazenda (valores em R$ milhões):

Movimentação Perdas Estimadas	No exercício 2014	No exercício 2013
Acréscimos MF	204.414	104.991
(-) Decréscimos MF	(65.323)	(47.315)
(=) Adição líquida perdas estimadas MF	139.091	57.676
(+) Movimentação líquida outros órgãos	30.009	4.608
(=) Adição líquida TOTAL	169.100	62.284

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Os acréscimos das Perdas Estimadas são reconhecidos no Resultado Diminutivo do Exercício, como Decréscimos Patrimoniais, Resultado Extraorçamentário.

O decréscimo de R$ 65 bilhões foi um ajuste da perda estimada da dívida ativa sob responsabilidade da Procuradoria da Fazenda Nacional/MT, para adequação das perdas estimadas em relação a sua dívida inscrita.

Para a mensuração e reconhecimento das perdas estimadas, foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados, conforme consta no Mcasp, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos e no Manual Siafi.

Em relação aos créditos sob a gestão da PGFN, a CDA/PGFN formulou levantamento, sobre o estoque da Dívida Ativa da União (DAU), tendo verificado os seguintes cenário:

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA DA PGFN CLASSIFICADO POR SITUAÇÃO - R$ MILHÕES

Situação do Estoque	2014				2013			
	Não Previdenciário	Previdenciário	Total Consolidado	% do Total	Não previdenciário	Previdenciário	Total Consolidado	% do Total
1. Sem decisão judicial, garantia ou parcelamento.	909.161	247.715	1.156.876	83,82%	757.270	190.864	948.134	74,24%
1.1. Não ajuizado e inscrito até 5 anos	69.369	7.396	76.765	5,56%	50.813	7.876	58.689	4,60%
1.2. Não ajuizado e inscrito há mais de 5 anos	5.927	2.934	8.861	0,64%	8.557	3.149	11.706	0,92%
1.3. Ajuizados até 10 anos	565.012	146.259	711.271	51,53%	523.046	121.791	644.837	50,49%
1.4. Ajuizado há mais de 10 anos	268.853	91.126	359.979	26,08%	174.854	58.048	232.901	18,24%
2. Parcelado	64.579	28.319	92.897	6,73%	119.219	46.002	165.221	12,94%
3. Garantido	39.969	10.479	50.448	3,66%	41.748	28.392	70.140	5,49%
4. Suspenso por Decisão Judicial	58.767	21.195	79.962	5,79%	79.642	14.067	93.709	7,34%
TOTAL	**1.072.476**	**307.707**	**1.380.183**	**100,00%**	**997.879**	**279.325**	**1.277.204**	**100,00%**

Fonte: CDA/PGFN

O critério consiste na adoção de 100% de recuperabilidade para os créditos parcelados, garantidos e suspensos por decisão judicial e a aplicação da metodologia do histórico de recebimentos passados para os demais créditos restantes.

Observa-se no quadro que 83,82% do estoque não dispõe de decisão judicial, garantia ou parcelamento e considerando que a média dos recebimentos nos últimos três exercícios (2012 a 2014) sobre a média dos estoques no mesmo período foi de 1,18%, adotou-se o percentual de perdas de 82,83% (98,82% x 83,82%).

O aperfeiçoamento do cálculo de ajuste para perdas depende da realização de um estudo pormenorizado do índice de recuperabilidade do crédito inscrito e de critérios de classificação de créditos que espelhem, levando em consideração o perfil da dívida inscrita e do devedor titular, sua real possibilidade de recuperação. Tal projeto está em andamento no âmbito da PGFN.

O Mcasp apresenta duas metodologias para constituição do ajuste para perdas: i) com base na avaliação de estoque para cálculo do ajuste; e ii) baseada no histórico de recebimentos passados.

O Mcasp reitera que a metodologia com base na avaliação de estoque para cálculo do ajuste é a que melhor reflete a situação patrimonial da entidade, mas reconhecendo a maior dificuldade de sua implementação, apresenta como alternativa a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados.

O objetivo da PGFN é a implementação de uma classificação de créditos, projeto que se encontra no planejamento da instituição, o que permitirá a evidenciação, de modo mais preciso, a composição do estoque da DAU, permitindo assim um cálculo ainda mais adequado do ajuste para perdas.

Nesse sentido, o MF constituiu um Grupo de Trabalho composto por representantes da PGFN, STN, RFB e Secretaria Executiva do MF para em conjunto proporem melhorias na forma de contabilização da dívida ativa, incluindo a discussão sobre o cálculo do ajuste para perdas prováveis.

Assim, devido à falta desse detalhamento mais criterioso da DAU utilizou-se para a constituição da provisão para perdas o critério de 100% de recuperabilidade para os créditos parcelados, garantidos e suspensos por decisão judicial e a metodologia do histórico de recebimentos passados do Mcasp para as demais situações.

Nota 5 - Ativo Não Financeiro – Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos da União resumem-se da seguinte forma:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - ATIVO NÃO FINANCEIRO - R$ MILHÕES

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - ATIVO NÃO FINANCEIRO	31/12/2014	31/12/2013	VARIAÇÃO SOBRE 2013 %
Empréstimos e Financiamentos - Créditos em Circulação - CP	100.588	107.531	-6,46%
Empréstimos e Financiamentos - Créditos Realizáveis - LP	1.506.618	1.329.777	13,30%
TOTAL	**1.607.206**	**1.437.308**	**11,82%**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - ATIVO NÃO FINANCEIRO	**31/12/2014**	**31/12/2013**	**VARIAÇÃO SOBRE 2013 %**
Curto Prazo			
Empréstimos concedidos	52.253	64.236	-19%
Resíduo de empréstimos concedidos	9.257	7.620	21%
Financiamentos concedidos	15.387	12.825	20%
Operações especiais	21.319	22.770	-6%
Outras	2.373	81	2837%
Total Curto Prazo	**100.588**	**107.531**	**-6%**
Longo Prazo			
Empréstimos concedidos	1.106.077	988.805	12%
Resíduo de empréstimos concedidos	219.943	203.759	8%
Financiamentos concedidos	178.832	135.604	32%
Outros	1.766	1.609	10%
Total Longo Prazo	**1.506.618**	**1.329.777**	**13%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Empréstimos Concedidos – Haveres Financeiros juntos a Estados e Municípios (CP e LP)

Dos empréstimos e financiamentos da União, destacam-se os empréstimos concedidos decorrentes dos refinanciamentos das dívidas de Estados e Municípios, geridos pela Coordenação Geral de Haveres Financeiros (Coafi/STN), os quais se referem aos programas amparados pelas Leis nº 8.727/1993 e n° 9.496/1997 e pela MP nº 2.185/2001 e se encontram distribuídos nas contas contábeis de curto prazo e longo prazo, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS – HAVERES FINANCEIROS JUNTOS A ESTADOS E MUNICÍPIOS (CP E LP) - R$ MILHÕES

Empréstimos concedidos – Haveres Financeiros - CURTO PRAZO			
Conta	31/12/2014	31/12/2013	Variação %
Empréstimos Concedidos - Haveres Financeiros	47.474	59.895	-20,74%
Resíduo de empréstimos concedidos	9.257	7.620	21%
Juros a receber	3.233	0,018	17085%
TOTAL CURTO PRAZO	**59.964**	**67.515**	**-11,18%**
Empréstimos concedidos – Haveres Financeiros- LONGO PRAZO			
Conta	31/12/2014	31/12/2013	Variação%
Empréstimos Concedidos - Haveres Financeiros	259.992	252.476	2,98%
Resíduo de empréstimos concedidos	219.943	203.759	8%
TOTAL LONGO PRAZO	**479.935**	**456.235**	**5,19%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Ao final de cada exercício, a Coafi/STN verifica os saldos restantes no curto prazo e os compara com a previsão de recebimentos da

proposta orçamentária para o exercício subsequente.

Caso haja a necessidade de saldos adicionais no curto prazo para quitação das amortizações subsequentes, a Coafi/STN realiza transferências dos saldos das contas de longo prazo.

As variações dos saldos dos programas no ativo de curto prazo são consequências das transferências de saldos do longo prazo e das amortizações dos programas, que são reconhecidas nos saldos de curto prazo.

As variações dos saldos de longo prazo, além das transferências para o curto prazo, também são impactadas pelas atualizações de juros.

As transferências de volumes menores das contas de longo prazo para curto prazo ao final do exercício de 2014 se devem a uma revisão dos processos da Coafi/STN, que passará a monitorar com mais frequência os riscos de eventuais inversões de saldos em determinadas subcontas (contas correntes do tipo inscrição genérica, denominadas internamente “contas PF”) incluídas na conta de curto prazo.

Dessa maneira, minimizando-se o risco de inversão, foi possível, no fim de 2014, realizar transferências de modo que o saldo final nas contas de curto prazo estivesse, no início de 2015, estritamente alinhado com as previsões de recebimentos para aquele exercício.

Importa ressaltar que, devido ao mecanismo vigente dos programas amparados pelas Leis nº 8.727/1993, nº 9.496/1997 e pela MP nº 2.185/2001, os Estados e Municípios que possuem tais dívidas com a União podem acumular resíduo de limite de comprometimento ao longo da vigência dos refinanciamentos.

A variação positiva de 21% observada no saldo do curto prazo é decorrente das transferências do longo para o curto prazo, efetuadas em dezembro de 2014, no montante de R$ 6,75 bilhões, em vista do maior fluxo de recebimentos que a Coafi/STN espera em 2015. Isso pode ser explicado pelo aumento da receita líquida real dos mutuários dos programas que pagam resíduo de limite, conforme exposto no quadro a seguir (Comparativo da Receita Líquida Real).

Como essa variável serve de base de cálculo para o limite de comprometimento, estando os dois positivamente correlacionados, o resultado é que esses entes têm tido mais espaço para amortizar seus respectivos saldos acumulados de resíduo.

Já a variação de 8% apresentada para o saldo de resíduo de limite de comprometimento na conta de longo prazo decorre da atualização monetária do estoque de resíduo para os programas da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001 durante o exercício de 2014.

Mesmo com o gradual aumento das amortizações de saldo de resíduo por parte dos mutuários, o efeito da atualização monetária ainda é dominante, resultando em um saldo total que ainda cresce, embora de forma mais lenta.

A conta patrimonial “Juros a Receber”, de curto prazo, apresenta os registros de valores relativos a juros incidentes sobre os contratos administrados pela Coafi/STN que não foram quitados na data de vencimento e que não possuam qualquer amparo contratual para seu não pagamento.

Por este motivo, os juros a receber são qualificados como juros de inadimplência, sendo contabilizados pro rata temporis, em razão do princípio da competência.

Assim, por refletir inadimplências de caráter temporário, o saldo dessa conta apresenta uma grande oscilação.

Como exemplo, a variação de cerca de 17.084%, na comparação dos saldos de 2014 com 2013 se deve, em sua maior parte, à contabilização de juros não pagos no âmbito do programa Lei nº 8.727/1993 causada pela inadimplência do mutuário Cohab/Campinas.

COMPARATIVO DA RECEITA LÍQUIDA REAL - R$ MILHÕES

ENTES FEDERATIVOS	31/12/2014	31/12/2013	VARIAÇÃO
ACRE	310	239	30%
ALAGOAS	441	405	9%
AMAPÁ	FALTAM DADOS	222	-
AMAZONAS	826	769	7%
BAHIA	1.819	1.584	15%
CEARÁ	1.085	947	15%
DISTRITO FEDERAL	1.178	1.059	11%
ESPÍRITO SANTO	878	808	9%
GOIÁS	1.046	941	11%
MARANHÃO	779	716	9%
MATO GROSSO	781	660	18%
MATO GROSSO DO SUL	540	489	10%
MINAS GERAIS	3.191	3.020	6%
PARÁ	1.153	1.060	9%
PARAÍBA	560	496	13%
PARANÁ	1.992	1.749	14%
PERNAMBUCO	1.236	1.128	10%
PIAUÍ	545	488	12%
RIO DE JANEIRO	3.380	3.014	12%
RIO GRANDE DO NORTE	577	546	6%
RIO GRANDE DO SUL	1.900	1.741	9%
RONDÔNIA	402	362	11%
RORAIMA	185	168	10%
SANTA CATARINA	1.345	1.062	27%
SÃO PAULO	9.148	8.462	8%
SERGIPE	454	416	9%
TOCANTINS	424	385	10%
Rio de Janeiro (Município)	1.172	1.160	1%
São Paulo (Município)	2.658	2.500	6%
TOTAL (*)	**40.007**	**36.595**	**9%**

Fonte: Secretaria Executiva/MF
(*) Amapá foi excluído do cálculo por não ter apresentado, até o fim do exercício de 2014, informações sobre seus balancetes, o que impossibilita o cálculo de sua Receita Líquida Real. Entretanto, como o Estado não paga Resíduo de Limite, sua exclusão em nada altera o objetivo do cálculo.

A distribuição dos saldos dos créditos por programa pode ser evidenciada por meio dos próximos quadros.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CURTO PRAZO - R$ MILHÕES

PROGRAMA	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013 %
	31/12/2014	31/12/2013	
Lei nº 9.496/1997	33.039	42.437	-22%
MP nº 2.185/2001	6.611	7.780	-15%
Lei nº 8.727/1993	2.424	4.204	-42%
BACEN-BANERJ	1.786	2.246	-20%
ROYALTIES	1.372	2.211	-38%
DMLP	209	528	-60%
BNDES	1.790	-	-
Carteira de Saneamento	156	374	-58%
PNAFE	83	111	-25%
Acordo Brasil - França	3	5	-40%
TOTAL	**47.474**	**59.895**	**-21%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A significativa redução observada no quadro anterior para o saldo de curto prazo da Lei nº 8.727/1993 se deu pelo encerramento da maior parte das dívidas vencidas, resultando em um menor fluxo esperado para 2015 em comparação com o que era esperado em 2014. Encerramento de contratos ou sua proximidade também são as causas para as reduções verificadas na Carteira de Saneamento, no Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe) e no Acordo Brasil-França.

No caso da DMLP, a redução no saldo de curto prazo em 60% de 2013 para 2014 pode ser explicada por dois fatores: a) o encerramento, em abril de 2014, de um dos bônus que compõem o saldo do programa, o C-Bond, e b) as amortizações extraordinárias realizadas em 2014 pelos mutuários Enersul, Cemat, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Ceará.

No caso dos royalties, a redução de 38% decorre da curva descendente de amortizações do contrato do Rio de Janeiro, motivo pelo qual já é esperado um menor volume de recebimentos do Estado para o ano de 2015.

Em relação ao Contrato 517 com o BNDES, como a previsão é de que a liquidação ocorra integralmente em dezembro de 2015, o incremento deu pela transferência de todo o saldo desse programa do longo para o curto prazo.

As demais reduções nos saldos são esperadas devido às amortizações ocorridas ao longo do exercício de 2014 e aos menores volumes transferidos do longo para o curto prazo, o que será compensado pela maior frequência que será adotada pela Coafi/STN no monitoramento do risco de inversão, conforme explicado após a apresentação dos quadros “Créditos de curto prazo geridos pela Coafi/STN” e “Créditos de longo prazo geridos pela Coafi/STN”.

O quadro a seguir apresenta as variações dos saldos por programa nas contas de longo prazo. Conforme explicado anteriormente, com a proximidade ou ocorrência de encerramentos de parte dos contratos relacionados com a Lei nº 8.727/1993, Pnafe e Acordo Brasil-França, observou-se uma redução nos saldos desses programas, no curto e no longo prazo.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - LONGO PRAZO - R$ MILHÕES

PROGRAMA	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013 (%)
	31/12/2014	31/12/2013	
Lei nº 9.496/1997	194.306	186.777	4%
MP nº 2.185/2001	34.297	32.742	5%
Lei nº 8.727/1993	10.386	10.884	-5%
BACEN-BANERJ	10.921	10.319	6%
ROYALTIES	3.878	4.214	-8%
DMLP	5.016	4.657	8%
BNDES	-	1.719	-
Cart. De Saneamento	1.034	978	6%
PNAFE	135	168	-20%
Acordo Brasil - França	17	18	-6%
TOTAL	**259.992**	**252.476**	**3%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Para a carteira de saneamento, embora o saldo total tenha diminuído, o de longo prazo aumentou, o que pode ser explicado pelo comportamento das operações de titularidade do Município de Mauá, que não tem pago integralmente o valor devido em sua parcela convencional.

A despeito das garantias do Município estarem sendo executadas, esses valores não têm sido suficientes para amortizar o saldo de inadimplência, que tem uma grande representatividade em relação ao saldo total do programa.

Assim, por configurar uma inadimplência, esse saldo é atualizado monetariamente, sendo essas incorporações lançadas na conta de longo prazo, o que pode, dada a representatividade desse saldo em relação ao total, explicar o crescimento de 6% do saldo de longo prazo do programa.

Para a DMLP, ao contrário do que era esperado após o encerramento da totalidade dos bônus do tipo C-Bond e após as amortizações extraordinárias realizadas em 2014, o saldo de longo prazo sofreu uma variação positiva.

O principal fator responsável por esse comportamento é a cotação do dólar, cuja variação impacta o saldo devedor desse programa, sendo refletida no Siafi por meio da cotação do último dia útil do mês de referência.

Assim, como a cotação em 31/12/2014, quando comparada com a cotação de 31/12/2013, avançou, houve um impacto positivo no saldo devido a variação cambial positiva reconhecida.

Perdas Estimadas dos Haveres Financeiros

As perdas estimadas de créditos realizáveis a longo prazo são atualizadas semestralmente, em atenção à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), mediante o Acórdão nº 1.800/2003/TCU-Plenário, o qual recomendou à STN a constituição dessas provisões.

PERDAS ESTIMADAS DOS HAVERES FINANCEIROS - R$ MILHÕES

PERDAS ESTIMADAS	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO %
	31/12/14	31/12/13	
Perdas Estimadas dos Haveres Financeiros	7.294	7.334	-0,53%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Das perdas estimadas dos haveres financeiros junto aos Estados e Municípios, cerca de 70% do total referem-se ao programa da Lei 9.496/1997. No quadro a seguir, detalhamos o total de perdas estimadas por programa, demonstrando suas atualizações.

PERDAS ESTIMADAS POR PROGRAMA - R$ MILHÕES

PERDAS ESTIMADAS	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO
	31/12/14	31/12/13	
Lei n° 8.727/1993	211	956	(745)
Lei n° 9.496/1997	5.154	4.627	527
MP n° 2.185/2001	1.079	936	143
Carteiras de Saneamento	850	815	36
TOTAL	**7.295**	**7.334**	**(39)**

Fonte: Siafi/ Secretaria do Tesouro Nacional

Usualmente, as variações constatadas são referentes ao acúmulo de parcelas não pagas pelos devedores em função de decisões judiciais e a atualizações dos saldos de provisão, realizadas com o mesmo indexador do refinanciamento que deu origem ao saldo provisionado.

Em 2014, entretanto, a baixa decorrente de quitações judiciais do Estado de Goiás no âmbito da Lei nº 9.496/1997 e dos Municípios de Maringá, Umuarama, Valinhos e Estado de Goiás no âmbito da Lei n° 8.727/1993 foram dominantes, resultando assim em decréscimo de 0,53% das perdas estimadas de 2014 em relação ao de 2013.

Além disso, R$ 337 milhões referentes a atualizações e incorporações de provisões relativas aos Estados do Rio de Janeiro e de Alagoas na Lei n° 9.496/1997, e ao Município de Blumenau na MP n° 2.185/2001, as quais deveriam ter sido incorporadas ao saldo contábil das perdas estimadas em dezembro de 2014, só foram incorporadas em janeiro/2015. Assim, a posição dessa conta no início de janeiro de 2015 equivale a cerca de R$ 7,6 bilhões.

Cabe ressaltar, ainda, que do total de R$ 7,6 bilhões em perdas estimadas (posição em 31 de janeiro de 2015), aproximadamente R$ 5,4 bilhões correspondem à postergação do pagamento de parcelas por força de liminares concedidas pelo Superior Tribunal Federal (STF).

Empréstimos e Financiamentos – Créditos de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais (Cofis) – Curto e Longo Prazo

Dos empréstimos e financiamentos da União destacam-se, também, os créditos geridos pela Coordenação Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais (Cofis/STN), que administram os saldos apresentados a seguir e respectivo ajuste para perdas (valores em R$ milhões).

CURTO PRAZO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO%
	31/12/2014	31/12/2013	
Empréstimos Concedidos	582	590	-1,30%
Operações Especiais Securitizadas	2.780	2.954	-5,88%
Operações Especiais	11.413	12.030	-5,13%
TOTAL	**14.775**	**15.574**	**-5,13%**

LONGO PRAZO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO %
	31/12/2014	31/12/2013	
Empréstimos Concedidos	659.129	568.462	15,95%
Financiamentos Concedidos	862	862	-
Perdas Estimadas	(82.825)	(70.458)	17,55%
TOTAL	**577.166**	**498.865**	**15,70%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No quadro a seguir é apresentado o saldo consolidado dos principais grupos de contratos (valores em R$ milhões):

GRUPO DE CONTRATO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO %
	31/12/2014	31/12/2013	
BASA	1.000	-	-
BB	8.100	8.100	-
BNB	1.263	1.172	8%
BNDES	504.309	423.005	19%
CAIXA	36.715	43.295	-15%
CDRJ	673	690	-2%
ELETROBRÁS	21.918	19.539	12%
RFFSA	19.317	17.477	11%
TOTAL	**593.295**	**513.279**	**16%**

Fonte: Secretaria Executiva/MF

No quadro a seguir encontram-se detalhados os principais contratos em aberto em 31 de dezembro de 2014, e pode-se observar que ocorreram várias renegociações entre BNDES e União, fazendo com que alguns contratos de 2013 fossem integralmente zerados e surgindo contratos de renegociação:

ESTOQUE DOS PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS - EM R$

Contrato	Saldo 31/12/2014 (b)	Saldo 31/12/2013 (a)	Variação %
BASA - Instrumento Híbrido - CT 1016	999.999.442,39	-	-
BB - Instrumento Híbrido - CT 753/PGFN/CAF	-	8.099.999.763,10	-100%
BB - Instrumento Híbrido - CT 997/PGFN/CAF	8.099.999.763,10	-	-
BNB - Contrato de Mútuo - CT 592/PGFN/CAF	1.262.916.535,09	1.172.173.917,33	8%
BNDES - Contrato de Cessão de Crédito - CT 390/PGFN/CAF	2.254.004.493,94	2.813.563.798,87	-20%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 408/PGFN/CAF (a)	-	8.462.531.178,52	-100%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 412/PGFN/CAF (a)	-	2.137.522.235,70	-100%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 477/PGFN/CAF - 1ª Tranche (b)	-	7.805.871.807,59	-100%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 477/PGFN/CAF - 2ª Tranche (b)	-	26.832.103.557,08	-100%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 485/PGFN/CAF (b)	-	16.330.745.217,69	-100%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 488/PGFN/CAF (b)	-	36.736.741.615,02	-100%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 530/PGFN/CAF (b)	-	91.000.279.227,61	-100%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 544/PGFN/CAF	2.128.218.264,92	1.785.185.360,96	19%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 577/PGFN/CAF (e)	23.854.703.742,86	27.710.368.932,91	-14%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 590/PGFN/CAF	1.330.136.415,55	1.115.740.850,59	19%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 619/PGFN/CAF	6.003.505.887,37	5.762.344.331,51	4%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 652/PGFN/CAF	33.996.706.276,95	32.631.054.483,86	4%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 703/PGFN/CAF	27.737.557.840,12	26.623.336.794,95	4%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 738/PGFN/CAF	10.889.468.313,84	10.452.036.966,62	4%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 755/PGFN/CAF	21.528.142.293,75	20.663.354.040,08	4%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 807/PGFN/CAF	16.030.705.818,65	15.386.750.431,70	4%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 845/PGFN/CAF (FMM)	2.209.207.155,50	2.038.317.173,41	8%
BNDES - Contrato de Recompra dos Créditos - CT 389 – PGFN (a)	-	2.512.615.135,95	-100%
BNDES - FCVS (a)	-	1.186.298.564,48	-100%
BNDES - Instrumento Híbrido - Sem Número (c)	-	7.958.832.238,75	-100%
BNDES - Instrumento Híbrido - CT 500 - PGFN/CAF (d)	-	6.344.629.560,00	-100%
BNDES - Instrumento Híbrido - CT 867 - PGFN/CAF	14.999.999.927,73	14.999.999.927,73	0%
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 895/PGFN/CAF	12.343.268.126,43	10.243.465.469,12	20%
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 896/PGFN/CAF	14.466.949.058,91	14.459.108.435,09	0%
BNDES - Instrumento de Desmembramento - CT 897/PGFN/CAF	5.941.675.933,57	4.930.894.446,33	20%
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 904/PGFN/CAF	25.247.857.481,76	24.081.454.653,19	5%
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 922/PGFN/CAF	187.600.926.126,19	-	-
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 923/PGFN/CAF	14.367.263.640,28	-	-
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 962/PGFN/CAF	30.782.541.285,25	-	-
BNDES - Instrumento Híbrido - CT 963	8.731.759.333,66	-	-
BNDES - Instrumento Híbrido - CT 964	6.807.216.457,69	-	-
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 1017/PGFN/CAF	30.056.975.827,66	-	-
BNDES - Instrumento Híbrido - CT 1018	5.000.000.000,00	-	-
CAIXA - Instrumento Híbrido - CT 348/PGFN/CAF	7.702.262.151,53	7.303.701.635,35	5%
CAIXA - Instrumento Híbrido - CT 504/PGFN/CAF - 1ª Tranche	-	2.490.561.965,51	-100%
CAIXA - Instrumento Híbrido - CT 504/PGFN/CAF - 2ª Tranche	-	4.931.206.508,63	-100%
CAIXA - Instrumento Híbrido - CT 504/PGFN/CAF	7.860.402.227,70	7.421.768.474,14	6%
CAIXA - PROER	41.834.797,99	37.560.735,75	11%
CAIXA - Instrumento Híbrido - CT 752 - PGFN/CAF	6.799.999.790,27	6.799.999.790,27	0%
CAIXA - Instrumento Híbrido - CT 754 - PGFN/CAF	6.310.597.696,27	6.310.597.696,27	0%
CAIXA - Instrumento Híbrido - CT 868 - PGFN/CAF	3.000.000.000,00	3.000.000.000,00	0%
CAIXA - Instrumento Híbrido - CT 869 - PGFN/CAF	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00	0%
CDRJ Sepetipa TECON S/A	280.439.849,29	298.317.563,49	-6%
CDRJ TECON I - CT 018/PGFN/CAF	74.939.805,51	77.266.288,27	-3%

Contrato	Saldo 31/12/2014 (b)	Saldo 31/12/2013 (a)	Variação %
CDRJ TECON I - CT 026/PGFN/CAF	318.085.221,34	313.935.119,69	1%
ELETROBRÁS - ITAIPU CT 424 (BRADIES/C.PARIS)	5.377.624.044,66	4.820.752.050,24	12%
ELETROBRÁS - ITAIPU CT 425 (LFT/RGR)	11.898.628.706,48	11.015.095.070,61	8%
ELETROBRÁS - PARCELA DIFERENCIAL DE REAJUSTE	4.641.841.601,31	3.703.521.231,24	25%
RFFSA 349/TN	12.471.989.267,43	10.712.517.308,12	16%
RFFSA 360/TN	2.526.441.521,05	2.170.026.604,56	16%
RFFSA CFN - CT 020/STN/COAFI	725.037,08	725.037,08	0%
RFFSA CFN - CT 021/STN/COAFI	87.945.328,41	92.957.401,60	-5%
RFFSA FCA - CT 006/PGFN/CAF	-	129.359.983,92	-100%
RFFSA FERROBAN - CT 007/PGFN/CAF	545.234.685,64	572.554.870,95	-5%
RFFSA FTC - CT 022/STN/COAFI	99.469.767,97	102.164.957,76	-3%
RFFSA MRS - CT 018/STN/COAFI	2.647.917.109,19	2.766.958.305,17	-4%
RFFSA MRS - CT 020/STN/COAFI	544.266.703,48	516.163.074,64	5%
RFFSA NOVOESTE - CT 020/STN/COAFI	276.294.617,40	303.517.492,10	-9%
RFFSA NOVOESTE - CT 021/STN/COAFI	116.552.312,67	110.534.044,44	5%
Total	**593.295.197.685,81**	**513.279.083.325,54**	**16%**

Fonte: Cofis/STN.
(a) Contratos refinanciados para CT923, em 14 de março de 2014.
(b) Contratos refinanciados para o CT922, em 14 de março de 2014.
(c) Contrato refinanciado para o CT963, em 24 de junho de 2014.
(d) Contrato refinanciado para o CT964, em 24 de junho de 2014.
(e) Desmembrado no Instrumento híbrido - CT1018, em 22 de dezembro de 2014.

Em relação a novos contratos do BNDES, em junho, ocorreu a implantação de aproximadamente R$ 30 bilhões referente a um novo contrato firmado entre BNDES e União, nos termos da Lei nº 13.000/2014 e Portaria STN nº 362/2014. Conforme a Portaria STN nº 362/2014, foi autorizado a emissão de 28.933.176 títulos, no valor econômico de R$ 29.999.999.427,84, em favor do BNDES, conforme disposto no Contrato nº 962/PGFN/CAF de Financiamento, celebrado entre a União e o Banco, em 24 de junho de 2014.

Já em dezembro, ocorreu a implantação de aproximadamente R$ 30 bilhões referente a um outro novo contrato nº 1.017/PGFN/CAF firmado entre BNDES e União, nos termos da Medida Provisória nº 661/2014 e Portaria STN nº 716/2014. Conforme a MP nº 661/2014, para a cobertura do crédito a União emitiu, sob a forma de colocação direta em favor do BNDES, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal. Em contrapartida ao crédito concedido nos termos do caput, o BNDES poderá utilizar, a critério do Ministério da Fazenda, créditos detidos contra a BNDES Participações S.A. (Bndespar). O crédito concedido pela STN será remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Conforme a Portaria STN nº 716/2014, foi autorizado a emissão de 28.526.218 títulos, no valor econômico de R$ 29.999.999.933,79, em favor do BNDES, conforme disposto no Contrato nº 1.017/PGFN/CAF de Financiamento, celebrado entre a União e o Banco, em 16 de dezembro de 2014. Durante o exercício de 2014, o saldo a longo prazo de empréstimos concedidos ao BNDES sofreu impacto de cerca de R$ 24 bilhões de atualização positiva, referente a juros e encargos.

A seguir, o quadro demonstra o fluxo de recebimento dos principais contratos:

Natureza	Beneficiário	Posição		Variação %
		2014	2013	
16000201	Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	78.603.375,97	76.013.396,03	3%
16000201	BNDES - BNDESPAR	5.188.057.321,17	11.960.535.759,56	-57%
23009900	BNDES - BNDESPAR	1.007.871.096,33	2.749.027.691,16	-63%
16000201	CAIXA – Instrumento híbrido	680.619.343,89	1.735.963.803,32	-61%
23009900	ELETROBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 e 425.	36.605.062,07	858.412.072,05	-96%
23009900	ELETROBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 e 425. - Reajuste	412.311.136,91	377.678.943,74	9%
16000201	BB – Instrumento híbrido	439.537.643,12	337.303.392,15	30%
23009900	Cia. Docas – cessão de crédito	38.988.958,74	38.779.263,98	1%
16000201	Rede Ferroviária Federal S.A.	534.114,91	656.705,34	-19%
23009900	Rede Ferroviária Federal S.A.	421.868.582,96	439.187.345,29	-4%
TOTAL		**8.304.996.636,07**	**18.573.558.372,61**	**-55%**

Fonte: Cofis/STN

HAVERES FINANCEIROS COFIS/STN - CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE UNIÃO X PARTES RELACIONADAS EM 2014

Parte	Natureza Contratual	Data	Tipo	Valor Contratado	Legislação
Banco da Amazônia	Banco da Amazônia - Instrumento Híbrido - CT 1016	09/12/2014	Basiléia III - Capital Principal	999.999.442,39	Lei 12.712/2012
Banco do Brasil	BB - Instrumento Híbrido - CT 997/PGFN/CAF	28/08/2014	Contrato de Renegociação - Basiléia III	8.099.999.763,10	Lei 12.793/2013 (R$ 13 B)
BNDES	BNDES - Contrato de Financiamento - CT 922/ PGFN/CAF	14/03/2014	Contrato de renegociação	180.120.381.339,76	Lei 12.872/2013 (renegociação)
BNDES	BNDES - Contrato de Financiamento - CT 923/ PGFN/CAF	14/03/2014	Contrato de renegociação	13.948.986.983,37	Lei 12.872/2013 (renegociação)
BNDES	BNDES - Contrato de Financiamento - CT 962/ PGFN/CAF	24/06/2014	Contrato de Financiamento	29.999.999.427,84	Lei 13.000/2014
BNDES	BNDES - Instrumento Híbrido - CT 963	24/06/2014	Contrato de Renegociação - Basiléia III	8.731.759.333,66	Lei 12.833/2013
BNDES	BNDES - Instrumento Híbrido - CT 964	24/06/2014	Contrato de Renegociação - Basiléia III	6.807.216.457,69	Lei 12.833/2013
BNDES	BNDES - Contrato de Financiamento - CT 1017/ PGFN/CAF	16/12/2014	Contrato de Financiamento	29.999.999.933,79	MP 661/2014
BNDES	BNDES - Instrumento Híbrido - CT 1018	22/12/2014	Contrato de Desmembramento - Basiléia III	5.000.000.000,00	Lei 13.043/2014

Fonte: Cofis/STN

Perdas Estimadas

Para constituição das perdas estimadas foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados, em observância ao Mcasp, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos. A constituição das perdas estimadas é resultado da recomendação do Acórdão nº 1.800/2003-TCU Plenário.

O saldo das perdas estimadas apresentou uma variação positiva de 17,55% em relação ao exercício de 2013. A variação é resultado de um ajuste efetuado para adequação do saldo, gerando um decréscimo patrimonial no resultado diminutivo do exercício.

Empréstimos e Financiamentos - Operações Especiais Curto Prazo - Créditos de Gerenciamento Coordenação Geral das Operações de Crédito (Copec/STN)

O quadro a seguir apresenta os haveres financeiros relativos a operações de crédito do Tesouro Nacional gerenciados pela Coordenação Geral de Operações de Crédito (Copec/STN) (valores em R$ milhões).

HAVERES FINANCEIROS RELATIVOS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOURO NACIONAL	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO %
	31/12/2014	31/12/2013	
Créditos de Operações Especiais	9.312	9.181	1%
Juros de Operações Especiais a Receber	115	31	270%
Perdas Estimadas Operações Especiais	(2.301)	(1.431)	61%
TOTAL	**7.126**	**7.781**	**-8%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Os empréstimos e financiamentos dos programas gerenciados pela Copec/STN são direitos provenientes de financiamentos concedidos às instituições financeiras referentes, principalmente, aos seguintes programas: i) Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), concedidos aos bancos BASA, BNB e BB; ii) Programa de Financiamento às exportações (Proex), que tem como agente financeiro exclusivamente o Banco do Brasil; e iii) transferências de recursos pelo Tesouro Nacional à Conab para aquisições do Governo Federal (AGF), destinada a formação de estoques públicos reguladores. Os aumentos de saldos se devem às novas concessões de financiamentos e as capitalizações de cálculos de juros e remuneração dos programas, de acordo com os encargos previstos em contratos. As amortizações de empréstimos realizadas pelas instituições

financeiras (reembolso de principal) reduzem o saldo. São realizados registros de ajustes para perdas, apurados junto às instituições financeiras que têm saldo na carteira das operações de crédito.

Nota 6 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Investimentos

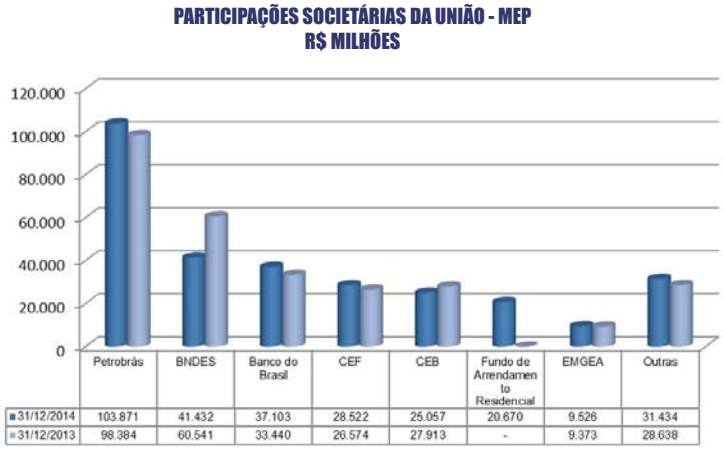
Do total das participações societárias da União cerca de 98% são geridas pela Coordenação Geral de Participações Societárias (Copar/STN) e engloba empresas públicas, fundos, organismos internacionais e adiantamento para futuro aumento de capital, atingindo em 2014 a quantia de R$ 322,26 bilhões (sem exclusão da consolidação das empresas dependentes), o que representa um aumento de 5,5% em relação ao ano anterior.

A seguir, a composição do saldo de Investimentos, do Ministério da Fazenda (valores em R$ milhões):

Composição do saldo de Investimentos	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2013	%
Participações avaliadas pelo MEP	274.173	282.606	-3%
Participações em Fundos - MEP	28.514	7.495	280%
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - Afac	13.551	9.380	44%
Consolidação Empresas Dependentes	(24.295)	(18.001)	35%
Participações avaliadas pelo Custo	6.019	5.998	0%
Total Investimento Ministério da Fazenda	297.962	287.478	4%
Outros	9.653	7.684	26%
TOTAL Investimentos União	307.615	295.162	4%
(-) Provisão para Reconhecimento de Perdas (Passivo)	(3.822)	(3.066)	25%
Investimentos Líquido	303.793	292.096	4%

Fonte: Siafi/STN

As principais participações da União em empresas, dependentes ou não dependentes, estão demonstradas no gráfico a seguir:



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

As empresas que respondem pela maior parcela do resultado obtido pela equivalência patrimonial – Petrobras, BNDES, BB, Caixa, e Eletrobras – tiveram sua posição registrada de acordo com as informações contidas nos balanços de 30/09/2014 (último balanço patrimonial disponível na data de elaboração dessa Nota Explicativa), à exceção da Petrobras, cujas informações se referem ao balanço de 30/06/2014, em virtude da não divulgação das demonstrações contábeis do terceiro trimestre de 2014[1].

De forma geral, e ciente das recomendações realizadas pelo TCU (utilizar os balanços das empresas estatais com data base em 31 de dezembro de 2014), a Copar esclarece que, para atendimento dessa recomendação, é necessário que as principais empresas estatais investidas divulguem suas demonstrações contábeis do encerramento do exercício social, fato que ocorre até 31 de março, nos termos dos arts. 132 e 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. Desse modo, teria meios de elaborar as notas explicativas pertinentes ao atendimento desse item somente no início de abril. No que se refere às empresas que utilizam o Siafi, de forma a garantir a segurança da informação, ressalta-se que o procedimento de registro é similar aos das demais empresas, tal qual citado no parágrafo anterior, ou seja, aguarda-

1 Conforme comunicado de 30/12/2014, a Petrobras anunciou que divulgará, em janeiro de 2015, as demonstrações contábeis do terceiro trimestre de 2014, sem o relatório de revisão do seu Auditor Externo.

se a aprovação das contas anuais pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como o exame realizado pelo Conselho Fiscal, fatos supervenientes às informações constantes do Siafi em dezembro de cada exercício.

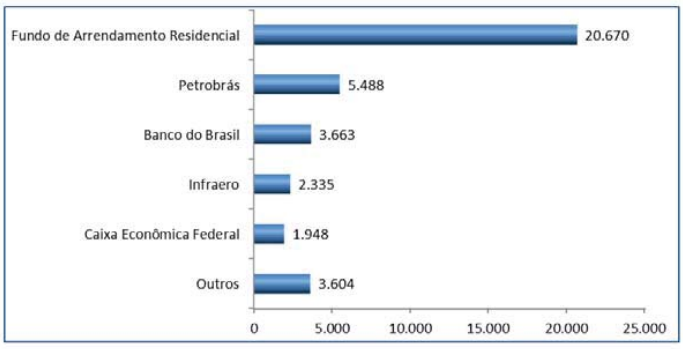
As participações, geridas pelo Ministério da Fazenda, avaliadas pelo MEP, atingiram o montante de 274,17 bilhões em 2014, uma diminuição de 3% comparativamente ao ano anterior. Um dos motivos da variação foi o ajuste promovido nos registros referentes às instituições financeiras estatais. Tendo em vista o disposto na Resolução n.º 4.192/2013, do Banco Central do Brasil, o "Instrumento Elegível a Capital Principal" não deve entrar no cálculo da equivalência patrimonial porque se refere a instrumento de dívida e não de Patrimônio Líquido (PL), sendo reclassificado como PL apenas para fins de divulgação nas demonstrações financeiras.

Vale ressaltar, que tais Instrumentos já são classificados como ativos da União como "Empréstimos Concedidos", sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais (Cofis/STN), logo, sua inclusão como investimento representaria uma dupla contagem desses ativos.

No que se refere à participação em fundos avaliados por equivalência patrimonial, destaca-se o registro do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no montante de R$ 20,67 bilhões. O FAR é um fundo de natureza privada (à semelhança de FGI, FGO, FGEDUC, FGP, FGCN e FGHAB). O fundo tem por objetivo prover recursos ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), para realização de investimentos no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários (unidades habitacionais), mediante constituição de carteira diversificada de ativos imobiliários, financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

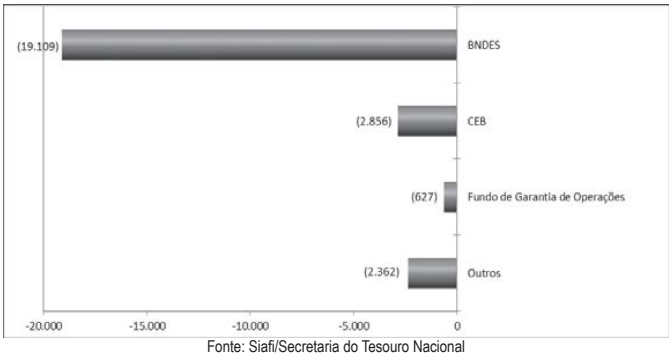
A legislação do fundo (Lei nº 10.188/2001 e Lei nº 11.977/2009) foi significativamente alterada recentemente pela Lei nº 12.693/2012, quando este passou a ser subdividido em cotas e a integralização de cotas pela União foi autorizada, o que justifica seu registro como investimento da União. Em razão deste registro, a participação em fundos teve um aumento de 2,8 vezes comparativamente ao ano anterior, atingindo o montante de R$ 28,51 bilhões em 2014. Os maiores acréscimos e decréscimos nas participações societárias da União podem ser visualizados nos gráficos a seguir:

MAIORES ACRÉSCIMOS ATÉ 31/12/2014 - R$ MILHÕES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

MAIORES DECRÉSCIMOS ATÉ 31/12/2014 - R$ MILHÕES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Demonstra-se a composição da provisão para o reconhecimento de perdas dos investimentos reconhecidos no Passivo Circulante - Provisões. Essa provisão é resultante do cálculo da equivalência patrimonial em investidas que estão com o patrimônio líquido negativo e que o saldo do investimento na União já foi todo absorvido (valores em R$ milhões):

	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO (%)
	31/12/2014	31/12/2013	
CPRM	620	816	-24%
Telecomunicações Brasileiras SA	127	45	186%
Codevasf	517	217	139%
Amazul	21	-	-
Com. das Docas Rio Grande do Norte	49	49	1%
Comp. das Docas Rio de Janeiro	143	193	-26%
Hospital Nossa Senhora da Conceição	2.345	1.748	34%
	3.822	3.066	25%

Fonte: Siafi/STN

O quadro a seguir, demonstra as datas dos balanços usados para o cálculo do MEP:

EMPRESA	SIGLA	Porcentagem Participação Capital Empresa (%)	Atualização Investimento (R$)	Data Base último Balanço Utilizado
AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A	ABGF	100,00	(3.841.930)	30/06/2014
ALCANTARA CYCLONE SPACE (EMPRESA BINACIONAL)	ACS	49,81	33.709.711	30/06/2014
AMAZUL	AMAZUL	100,00	(21.053.469)	30/06/2014
BANCO DA AMAZONIA S.A	-	51,00	(544.695.153)	30/09/2014
BANCO DO BRASIL SA	BB	50,73	3.663.260.851	30/09/2014
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	BNB	50,92	(500.114.235)	30/09/2014
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL	BNDES	100,00	(19.109.322.000)	30/09/2014
COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÃO AGROINDUSTRIAL (1)	BRASAGRO	35,17	-	31/12/2011
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CAIXA	100,00	1.948.138.000	30/09/2014
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	CBTU	100,00	349.309.748	30/06/2014
COMPANHIA DOCAS DO CEARA	CDC	99,92	27.428.330	30/06/2014
COMPANHIA DOCAS DO PARA	CDP	100,00	28.239.069	30/06/2014
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO	CDRJ	99,99	49.567.013	30/06/2014
CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA	CEITEC	100,00	(12.026.538)	30/06/2014
CASA DA MOEDA DO BRASIL	CMB	100,00	25.146.083	30/06/2014
COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA	CODEBA	98,36	29.562.203	30/06/2014
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE	CODERN	100,00	(276.641)	30/06/2014
COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO	CODESA	99,45	(39.287.237)	30/06/2014
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO	CODESP	99,97	213.852.244	30/06/2014
CIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO	CODEVASF	100,00	(300.595.528)	30/06/2014
COMPANHIA DOCAS DO MARANHAO	CODOMAR	99,97	(6.228.771)	30/06/2014
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	CONAB	100,00	(13.379.512)	30/06/2014
CIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	CPRM	97,33	196.293.279	30/06/2014
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL	DATAPREV	51,00	109.072.408	30/06/2014
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO	EBC	100,00	514.354.845	30/06/2014
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	EBSERH	100,00	(1.886.396)	30/06/2014
EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	ECT	100,00	(616.215.000)	30/06/2014
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA	ELETROBRAS	40,99	(2.855.557.121)	30/09/2014
EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A (2)	EMBRAER	0,00	3	30/09/2014
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	EMBRAPA	100,00	(249.708.002)	30/09/2014
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS	EMGEA	100,00	153.503.000	30/06/2014
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS	EMGEPRON	100,00	5.488.787	30/06/2014
EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA	EPE	100,00	8.307.000	30/06/2014
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA	EPL	100,00	28.708.017	30/06/2014

EMPRESA	SIGLA	Porcentagem Participação Capital Empresa (%)	Atualização Investimento (R$)	Data Base último Balanço Utilizado
FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL	FAR	76,73	20.670.152.015	30/06/2014
FUNDO DE GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO NAVAL	FGCN	98,40	129.497.551	30/06/2014
FUNDO DE GARANTIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EDUCATIVO	FGEDUC	100,00	1.291.366.911	24/04/2014
FUNDO GARANTIDOR DA HABITACAO POPULAR	FGHAB	67,70	10.979.685	28/11/2014
FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTO	FGI	80,96	(114.079.725)	28/11/2014
FUNDO DE GARANTIA DE OPERAÇÕES	FGO	34,45	(627.068.029)	28/11/2014
FUNDO GARANTIDOR DAS PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS	FGP	100,00	(341.877.289)	30/06/2014
FINANCIADORA DE ESTUDOS PROJETOS	FINEP	100,00	166.138.011	30/06/2014
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (3)	FND	65,89	-	30/11/2010
HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	HCPA	100,00	20.375.337	30/06/2014
EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS	HEMOBRAS	100,00	32.665.192	30/09/2014
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S/A	HNSC	100,00	(597.566.889)	31/03/2014
INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL	IMBEL	100,00	27.513.235	30/06/2014
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA S.A	INFRAERO	100,00	584.236.849	30/06/2014
CIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (4)	NOVACAP	43,88	-	31/12/2012
PETROLEO BRASILEIRO S A	PETROBRAS	28,67	5.487.711.124	30/06/2014
EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A.	PPSA	100,00	(7.602.689)	30/06/2014
SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	SERPRO	100,00	25.964.032	30/06/2014
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A(5)	TELEBRAS	41,96	(82.723.856)	31/12/2013
COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA	TERRACAP	49,00	-	31/12/2013
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A	TRENSURB	95,31	29.029.572	30/06/2014
VALE S.A. (6)	VALE	0,00	5	30/09/2014
VALEC ENGENHARIA CONSTRUCOES E FERROVIAS	VALEC	100,00	1.895.188.945	30/06/2014

Fonte: Copar/STN.
Observações:
A posição utilizada foi a de 31/12/2011, data da última Demonstração Contábil publicada.
A União possui 1 ação ON de classe especial da EMBRAER.
O FND foi extinto de acordo com o Art. 23 da Lei 12.431/2011.
Foram utilizados os dados de 31/12/2012, visto não haver Demonstrações Contábeis recentes.
A última Demonstração Contábil da Telebras se refere a 31/12/2013.
A participação da União na Vale S.A é de apenas 12 ações preferenciais especiais.

Nota 7 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Imobilizado

A composição do "Ativo Imobilizado" da União pode ser visualizada no quadro a seguir (valores em R$ milhões):

IMOBILIZADO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013		
	(a)	(b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Bens Imóveis	676.563	602.164	74.399	12,4%
Bens Móveis	84.773	74.631	10.142	13,6%
Títulos e Valores	9	9	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas	(12.673)	(15.006)	2.334	-15,6%
TOTAL	**748.672**	**661.797**	**86.875**	**13,1%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Bens Imóveis

Dos bens imóveis, cerca de 32% corresponde aos bens imóveis do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), conforme demonstrado no quadro a seguir (valores em R$ milhões):

BENS IMÓVEIS	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2013	
Imóveis de Uso Especial	24	24	-
Bens de Uso Comum - Rodovias	218.319	197.369	11%
Obras e Instalações Vinculadas a Convênio	494	494	0%
Outros	10	5	81%
(=) TOTAL BENS IMÓVEIS - DNIT	218.848	197.893	11%
Outros órgãos	457.715	404.271	13%
TOTAL BENS IMÓVEIS	**676.563**	**602.164**	**12%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A partir do exercício de 2012, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em obediência às Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com o intuito de evidenciar o patrimônio público atribuído à sua administração, passou a registrar as rodovias e estradas federais. Por rodovias federais entendem-se as vias rurais pavimentadas e por estradas, as vias rurais não pavimentadas, conforme define o Anexo I do atual Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei nº 9.503/1997.

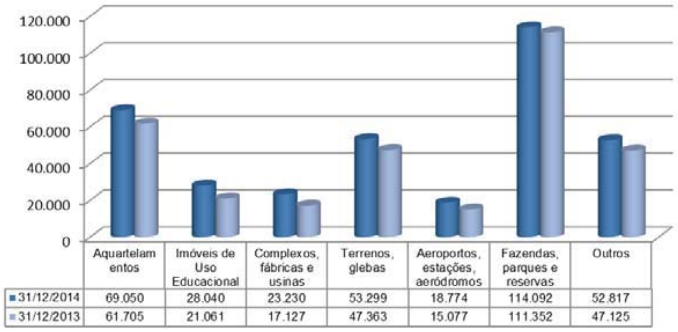
Tangente aos critérios de mensuração das rodovias e estradas federais esclarece-se que os valores evidenciados no exercício de 2013 e 2014 tiveram como base as mesmas premissas utilizadas no exercício anterior, ou seja, para a definição dos valores patrimoniais a serem contabilizados, o DNIT adotou como critério o valor necessário à construção de uma rodovia nova, ponderando as condições em que determinados trechos rodoviários se encontram, os quais necessitam de outros gastos com o intuito de colocá-los em condições ideais de uso. Nos casos de vias não pavimentadas, ou seja, estradas, o critério utilizado foi de utilizar-se com o parâmetro os valores necessários à manutenção dos trechos rodoviários, como serviços de terraplanagem, dentre outros. A maior parte da evolução de 11% dos bens imóveis em relação a 2013 foi ocasionada pela valorização de bens de infraestrutura de responsabilidade do DNIT, em especial as rodovias e estradas federais. A evolução verificada deve-se principalmente ao ajustamento do valor daqueles bens aos custos médios gerenciais apurados em 2014, mantendo-se os critérios já adotados em exercícios anteriores. Como em exercícios anteriores, percebe-se que a rodovia BR-116 continua a ser a via com o maior valor contábil registrado, cerca de R$ 16.149 milhões, seguida da rodovia BR-101, registrada pelo valor de R$ 14.957 milhões. Por sua vez, a via com menor valor contábil é a BR-431, que apresenta a monta de R$ 53 milhões, aproximadamente.

Por fim, constata-se que no Estado de Minas Gerais passam as vias que montam o maior valor contábil, perfazendo a cifra de R$ 34.012 milhões, em 31 de dezembro de 2014, uma vez que naquele Estado está localizada a maior parte da malha rodoviária federal. Por sua vez, no Distrito Federal estão localizadas as vias com menor valor contábil, perfazendo a quantia de R$ 885 milhões, aproximadamente.

Imóveis de uso especial

Os bens imóveis de uso especial da União apresentou um aumento de pouco mais de R$ 38 bilhões. O gráfico a seguir apresenta as variações mais relevantes:

IMÓVEIS DE USO ESPECIAL - R$ MILHÕES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP). Este sistema está integrado com o Siafi.

Assim, quando da inclusão, exclusão ou alteração de valores no SPIUnet, o sistema gera automaticamente um documento no Siafi, o qual faz os ajustes necessários nas contas contábeis que registram os saldos dos bens.

No exercício de 2012, foram identificadas algumas divergências de valores entre os dois sistemas, as quais foram sanadas em 2013, devido a trabalho conjunto da STN e SPU. Após as correções dos valores, foi criado procedimento de conferência dos valores realizado pelas equipes das secretarias citadas, efetuando correções necessárias.

Assim, eventuais diferenças causadas por falhas técnicas no processo de integração são corrigidas pelo procedimento de conciliação, ainda de forma manual.

O quadro a seguir apresenta os valores registrados no Siafi em confronto com os valores do SPIUnet.

CONCILIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL SIAFI X SPIUNET EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - R$ MILHARES

Conta Contábil	Descrição	Código UG	RIP	SPIUnet (i)	SIAFI (ii)	Diferença (i-ii)	Em USD i / 2,3426 (2013) (iii)	Em Real iii x 2,6562 (2014)	Conciliação (ii-iii)
142111007	Imóveis de Uso Educacional	153079	7739000125006	34.761	35.726	(965)	-	-	(965)
142111005	Aquartelamentos	770100	9707001035003	7.865	8.918	(1.053)	3.357	8.918	-
142111005	Aquartelamentos	770200	9707001185005	6.900	7.824	(924)	2.945	7.824	-
142111004	Armazéns/Galpões	770200	9707001195000	1.200	1.361	(161)	512	1.361	-
142111005	Aquartelamentos	770200	9707001205006	2.250	2.551	(301)	960	2.551	-
142111002	Edifícios	120090	9707002315000	6.792	7.701	(909)	2.899	7.701	-
142111002	Edifícios	120091	9707002435005	8.987	10.190	(1.203)	3.836	10.190	-
								Total de Bens Imóveis de Uso Especial com diferença	68.755
								(+) Outros Bens Imóveis de Uso Especial	359.232.884
								(=) Total de Bens Imóveis de Uso Especial	359.301.639

Fonte: Siafi – Secretaria do Tesouro Nacional/SPIUnet – Secretaria de Patrimônio da União

Os bens que são cadastrados no SPIUnet são contabilizados no Siafi via integração dos sistemas, porém as Unidades Gestoras de moeda estrangeira ficam com os valores de seus bens imóveis divergentes entre os dois sistemas.

Tal divergência se explica pelo fato de o valor já em moeda nacional cadastrado no SPIUnet ser enviado para o Siafi para ser contabilizado na moeda da UG, nesse caso, moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2013, foram realizados lançamentos de ajustes no Siafi para eliminar tais diferenças, ficando os dois sistemas com valores compatíveis nos demonstrativos daquele ano.

O exercício de 2014, apresentou a diferença evidenciada no quadro anterior, pois o Siafi efetua a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional diariamente, de acordo com a taxa de câmbio, no entanto, o SPIUnet apenas converte para a moeda nacional no momento do registro do bem, logo, no SPIUnet está convertido com a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013 e no Siafi está convertido com a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014.

Em relação à UG 153079 a divergência de R$ 965 mil é referente a um lançamento equivocado realizado pela unidade e foi regularizada em janeiro de 2015.

Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas

No exercício de 2010, para fins de evidenciar o patrimônio da União de forma mais fidedigna, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu a Macrofunção “020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações”, em que traz definições e procedimentos contábeis para o ajuste ao valor correto dos bens do imobilizado.

Foi estabelecido um calendário para que os gestores adotassem gradativamente o procedimento de depreciação, amortização e exaustão dos bens, de acordo com as características dos bens. Por isso, a adoção vem progredindo à medida que os controles sobre os bens são melhores desenvolvidos e conforme a capacidade de recursos humanos de cada órgão.

No primeiro semestre de 2014, houve um estorno de depreciação acumulada referente a um lançamento indevido, durante o exercício de 2013, da Fundação Universidade Federal do Piauí, no total de R$ 5,8 bilhões. Esse ajuste fez com que a depreciação acumulada decrescesse, de forma líquida, em relação a posição de 31 de dezembro de 2013, conforme pode ser observada no quadro anterior.

No exercício de 2014, iniciou-se a depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet, conforme definido na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 (retificou o número da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014) e relatado no Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis, no item Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet. A depreciação acumulada até o exercício de 2013 que não foi contabilizada em data própria, teve seu registro como ajuste de exercícios anteriores diretamente no Patrimônio Líquido e a depreciação referente ao exercício de 2014 foi contabilizada diretamente no resultado do período. Segue o detalhamento da depreciação acumulada, segregando os Bens Móveis e Imóveis:

DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTÕES - R$ MILHÕES

	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	(a) - (b)	%
Depreciações, Amortizações e Exaustões	10.695	15.006	(4.311)	-29%
Depreciações, Amortizações e Exaustões Bens Imóveis	1.978	-	1.978	-
TOTAL	**12.673**	**15.006**	**(2.334)**	**-16%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A variação negativa verificada no quadro de R$ 4,3 bilhões na comparação entre o exercício de 2014 e 2013 é justificada pelo estorno no primeiro semestre de 2014 referente a um lançamento indevido, durante o exercício de 2013, pela Fundação Universidade Federal do Piauí, no total de R$ 5,8 bilhões e pelo fato que em 31 de dezembro de 2013 havia apenas uma conta de depreciação, amortização e exaustão acumuladas para registro de todo o imobilizado.

No entanto, no exercício de 2014 criou-se uma nova conta contábil e realizou-se a segregação dos encargos dos bens móveis e imóveis.

Em 2014 foi contabilizada a depreciação dos bens imóveis registrados no SPIUnet de acordo com as informações encaminhadas pela SPU no montante de aproximadamente R$ 397,2 milhões, sendo R$ 319,5 milhões como ajuste de exercícios anteriores diretamente no Patrimônio Líquido e R$ 77,7 milhões no resultado do período.

A metodologia de cálculo utilizada pelo SPIUnet é o Método da Parábola de Kuentzle, conforme relatado no Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis item Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet.

Vale ressaltar, que não foi realizado nenhum registro contábil automático de depreciação nas empresas públicas e sociedades de economia mista, pois elas devem seguir a Lei nº 6.404/1976 e demais legislações e normativos próprios.

Nota 8 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Intangível

A composição do "Ativo Intangível" da União pode ser visualizada no quadro a seguir (valores em R$ milhares):

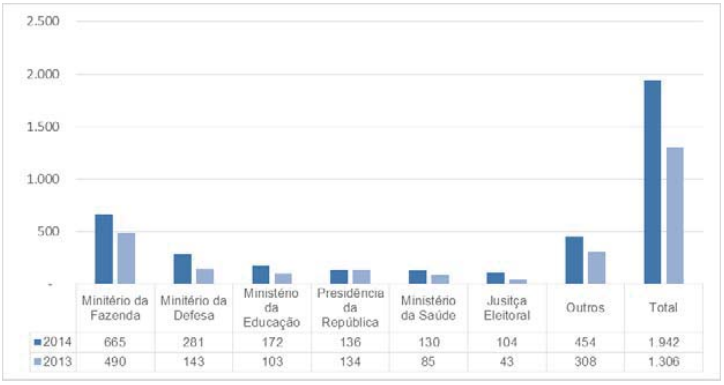
INTANGÍVEL	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013		
	(a)	(b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Softwares	1.942.462	1.306.355	636.107	48,7%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	203.164	190.345	12.819	6,7%
Direito de Uso de Imóveis	3.275	3.226	50	1,5%
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	232.058	115.021	117.037	101,8%
Direitos Autorais	1.209	837	373	44,5%
Ativo Intangível em Fase de Desenvolvimento	22.051	7.341	14.710	-
Adiantamentos para Transferência de Tecnologia	5.240	5.081	159	3,1%
Amortizações	(151.860)	(99.450)	(52.409)	52,7%
TOTAL	**2.257.601**	**1.528.756**	**728.844**	**47,7%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No “Intangível”, destaca-se o item “Softwares”, que representa cerca de 85% do grupo e sua variação em 2014 em relação a 2013 representou cerca de 87,27% das variações do grupo no exercício. Os maiores saldos de intangível, líquido da amortização acumulada, no exercício de 2014 encontram-se registrados nos seguintes órgãos:

- Ministério da Fazenda: R$ 665 milhões (R$ 490 milhões, em 31 de dezembro de 2013);
- Ministério da Defesa: R$ 281 milhões (R$ 143 milhões, em 31 de dezembro de 2013);
- Ministério da Educação: R$ 172 milhões (R$ 103 milhões, em 31 de dezembro de 2013);
- Presidência da República: R$ 136 milhões (R$ 134 milhões, em 31 de dezembro de 2013);
- Ministério da Saúde: R$ 130 milhões (R$ 85 milhões, em 31 de dezembro de 2013); e
- Justiça Eleitoral: R$ 104 milhões (R$ 43 milhões, em 31 de dezembro de 2013).

INTANGÍVEL POR ÓRGÃO - R$ MILHÕES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No âmbito do Ministério da Fazenda, relativamente aos sistemas de software com desenvolvimento externo, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) são os principais fornecedores. Esses ativos foram mensurados pelo custo de produção, representado pelo valor do contrato de desenvolvimento e respectivos aditivos.

Nota 9 – Passivo Financeiro – Depósitos

Os Depósitos são representados por valores recolhidos por terceiros à União e não devolvidos até o final do exercício. Tais recolhimentos são efetuados em cumprimento a determinações legais ou contratuais e estão detalhados da seguinte forma:

DEPÓSITOS - R$ MILHARES

DEPÓSITOS	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013		
	(a)	(b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Consignações	476.754	625.082	(148.328)	-23,7%
Recursos do Tesouro Nacional	7.975	52.290	(44.315)	-84,7%
Depósitos de Diversas Origens	28.466.244	18.177.974	10.288.269	56,6%
Depósitos Compulsórios	91.504	91.497	7	0,0%
Bloqueio de Transferência Constitucional	28.362	28.362	-	0,0%
TOTAL	**29.070.838**	**18.975.204**	**10.095.634**	**53,2%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Os “Depósitos de Diversas Origens” são constituídos, em grande parte, cerca de 65%, por depósitos de tributos a classificar provenientes de impostos simples, retenções de órgãos públicos e parcelamentos tributários. A variação positiva mais significativa do subgrupo, no exercício, está no parcelamento tributário referente à Lei nº 11.941/2009, com aproximadamente R$ 8,6 bilhões de acréscimo no exercício, e no parcelamento referente à Lei nº 12.865/2013, com aproximadamente R$ 26 milhões de incremento.

Nota 10 – Passivo Financeiro – Obrigações em Circulação

As "Obrigações em Circulação representam 89% de todo o Passivo Financeiro e são constituídas pelos seguintes itens (valores em R$ milhões):

PASSIVO FINANCEIRO OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013		
	(a)	(b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Restos a Pagar Processados	36.327	29.325	7.002	23,9%
Restos a Pagar Não Processados	188.362	185.132	3.231	1,7%
Credores Diversos	2.648	4.235	(1.588)	-37,5%
Recursos Especiais a Liberar para Transferência	11.431	15.595	(4.165)	-26,7%
Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento	193	549	(356)	-64,9%
Recursos Vinculados - Entidades com Termo de Coop. Técnica	109	524	(415)	-79,2%
Outras Obrigações a Pagar	345	1.060	(716)	-67,5%
TOTAL	**239.414**	**236.420**	**2.994**	**1,3%**

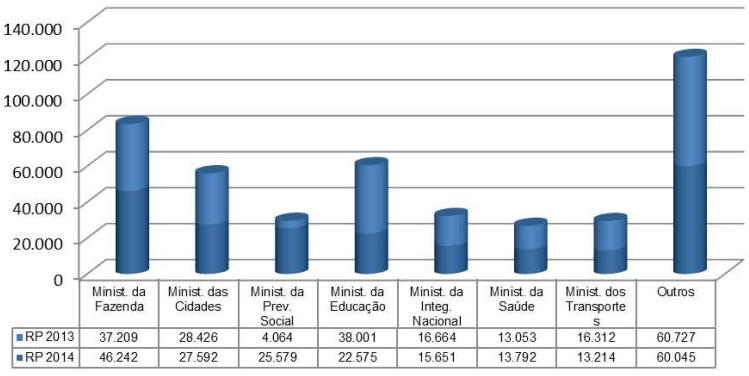
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Pela importância, destacam-se os valores dos restos a pagar, que representam 94% das obrigações em circulação em dezembro de 2014. No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em "Restos a Pagar", que podem ser de dois tipos:

- Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento; e
- Os "Restos a Pagar Não Processados", que correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas até a data de encerramento do exercício financeiro, mas registradas nos termos dos art. 36 e 103 da Lei n°4320/1964. No exercício de 2012 foi criada rotina de Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, conforme descrito no tópico "Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis", item "Restos a Pagar".

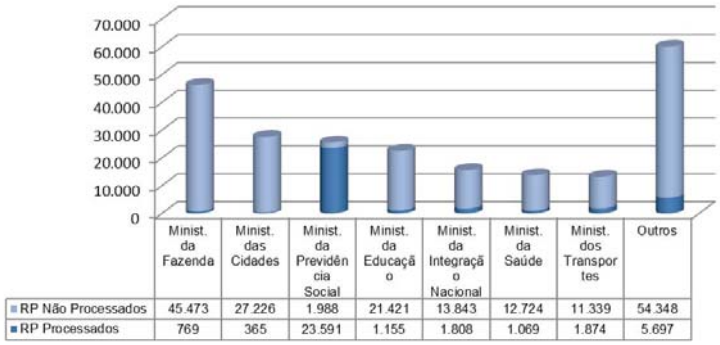
Os procedimentos e conceitos para operacionalização dos "Restos a Pagar Não Processados em Liquidação" foram descritos na Macrofunção 020317 – Restos a Pagar. No gráfico a seguir, notam-se os montantes de restos a pagar inscritos por órgão superior.

PASSIVO FINANCEIRO - OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO - RESTOS A PAGAR - R$ MILHÕES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

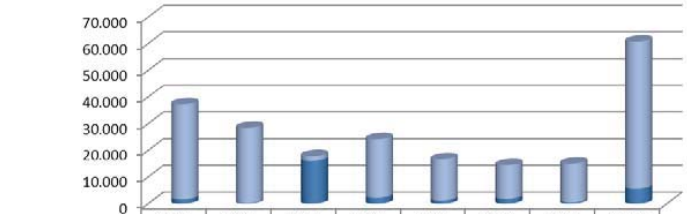
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS - 2014 - R$ MILHÕES



	Minist. da Fazenda	Minist. das Cidades	Minist. da Previdência Social	Minist. da Educação	Minist. da Integração Nacional	Minist. da Saúde	Minist. dos Transportes	Outros
RP Não Processados	45.473	27.226	1.988	21.421	13.843	12.724	11.339	54.348
RP Processados	769	365	23.591	1.155	1.808	1.069	1.874	5.697

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS - 2013 - R$ MILHÕES



	Minist. da Fazenda	Minist das Cidades	Minist da Previdência Social	Minist. da Educação	Minist da Integração Nacional	Minist. da Saúde	Minist dos Transportes	Outros
RP Não Processados	35.552	28.171	1.816	21.969	15.466	12.582	14.483	55.093
RP Processados	1.657	255	16.032	2.248	1.198	1.829	471	5.634

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Cabe ressaltar que o Ministério da Previdência Social (MPS), apesar de ser apresentado no gráfico referente ao exercício de 2014 com aproximadamente R$ 25 bilhões de restos a pagar inscritos, apresenta como processados a maior parte do total de seus restos a pagar (cerca de 92%). Esse comportamento distinto do MPS em relação aos demais Ministérios refere-se a natureza dos empenhos. A maior parte dos empenhos do MPS é o reconhecimento do passivo previdenciário devido aos beneficiários do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), para pagamento no mês seguinte. Portanto, são obrigações liquidadas que já possuem a normalidade de fato gerador.

O valor dos restos a pagar no final do ano é normalmente maior porque ocorre a inscrição dos saldos de empenhos a liquidar em restos a pagar não processados e dos saldos de empenhos liquidados e não pagos em restos a pagar processados. Em contrapartida, o saldo diminui ao longo do exercício, à medida que os valores são pagos.

O item "Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento" se refere a recursos a liberar pelo Órgão Central de Programação Financeira, relativos ao "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", registrados no "Ativo Financeiro", subgrupo "Créditos em Circulação". Esse item, juntamente com o item "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", foi incluído no processo de consolidação que exclui as operações entre as unidades da União, o que reduziu a influência desses itens no "Passivo" e no "Ativo", respectivamente. Porém, após tal modificação, restou ainda uma diferença no "Passivo", devido ao fato de que algumas entidades não pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) utilizam a conta "Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento" dentro do OFSS, mas a sua contrapartida, a conta "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento" é utilizada fora do OFSS.

Restos a Pagar Processados – Relatório de Gestão Fiscal X Balanço Patrimonial

O item Restos a Pagar Processados do Balanço Patrimonial apresenta divergência em relação ao mesmo item divulgado nos anexos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), devido às diferenças metodológicas entre os demonstrativos.

No RGF, o saldo é apurado por meio de contas de controle associadas à execução orçamentária, devido à necessidade de detalhamento dos restos a pagar processados por destinação de recursos; enquanto que no Balanço Patrimonial, o saldo é apurado por contas financeiras que representam despesas liquidadas, não pagas, no exercício e do exercício anterior.

O conceito de restos a pagar processados do Demonstrativo de Restos a Pagar do RGF inclui obrigações financeiras que estão representadas em outros itens do Balanço Patrimonial que não o de "Restos a Pagar Processados", a saber: "Depósitos", "Outras Obrigações a Pagar" e "Credores Diversos".

Isso porque, em razão da necessidade de detalhamento dos restos a pagar processados por destinação de recursos, a apuração desses valores se faz por meio das contas de controle de restos a pagar processados.

Assim, parte dos valores demonstrados, no Balanço Patrimonial, nos itens "Depósitos", "Outras Obrigações a Pagar" e "Credores Diversos" integram os valores de "Restos a Pagar Processados" demonstrados por destinação de recursos no Demonstrativo de Restos a pagar do RGF, bem como os valores de "Obrigações Financeiras" demonstrados por destinação de recursos no Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa do RGF.

Em 31 de dezembro de 2014, a diferença entre o consolidado das duas demonstrações representou R$ 2,1 bilhões (R$ 4,2 bilhões, em 31 de dezembro de 2013) a maior no RGF.

Para explicitar as diferenças conceituais do item Restos a Pagar do Balanço Patrimonial e do RGF há no Siafi um auditor contábil denominado de equação 147.

Esse auditor estabelece a equivalência entre um conjunto de contas contábeis de controle associadas à execução orçamentária e um conjunto de contas contábeis de obrigações financeiras.

A diferença resultante da equação, caso haja, refletiria a diferença do RP, processado e não processado, entre os demonstrativos. Outrossim, essa diferença pode ter diversas origens, como da própria rotina contábil ou registros indevidos.

Porém, como há contas na equação ausentes do Balanço Patrimonial, assim como contas deste ausentes na equação, faz-se necessário uma conciliação para que os valores do RGF e do Balanço Patrimonial convirjam e estejam explicitados na equação citada.

Os dados referentes aos Restos a Pagar do Balanço Patrimonial estão no quadro a seguir. Como os dados consolidados do RGF ainda não foram emitidos, os valores a seguir foram calculados a partir da metodologia divulgada pelo RGF:

SIMULAÇÃO COMPARATIVA DOS RESTOS A PAGAR NO BALANÇO PATRIMONIAL E RGF (31 DE DEZEMBRO DE 2014) - R$ MILHÕES

	RGF*	Balanço Patrimonial	Diferença (RGF – BP)
Restos a pagar Processados	38.449	36.327	2.122
Restos a Pagar Não Processados	188.362	188.362	-
TOTAL	**226.812**	**224.689**	**2.122**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.
*Calculado conforme metodologia utilizada no RGF.

Pela equação 147, o total dos Restos a Pagar do Balanço Patrimonial, visto acima, representaria o termo 2 da equação; enquanto que o total do RGF representaria o termo 1. Como a equação 147 engloba também os restos a pagar não processado teremos que incluí-los na conciliação dos restos a pagar processados. No quadro a seguir, temos a representação da equação 147 segregando-a entre os valores representativos de restos a pagar processados e não processados (valores em R$ milhões).

Equação 147	RGF Termo 1	BP Termo 2	Diferença
Restos a Pagar Processados	38.449	38.458	(9)
Restos a Pagar Não Processados	188.362	188.362	-
TOTAL	**226.812**	**226.821**	**(9)**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Em análise das contas que compõem os restos a pagar processados do Balanço Patrimonial e das contas que compõem o termo 2 da equação 147 encontramos divergências que estão resumidas no quadro a seguir:

COMPARATIVO ENTRE O BALANÇO PATRIMONIAL E A EQUAÇÃO 147 - R$ MILHÕES

Restos a Pagar Processados do Balanço Patrimonial	36.327
(+) Saldo das contas que estão na equação, mas que não fazem parte da estrutura do RP do Balanço Patrimonial	2.159
(-) Saldo das contas que estão na estrutura do RP do Balanço Patrimonial, porém ausentes na equação, e que não estão associadas à execução orçamentária	28
Resultado	**38.458**
Termo 2 da equação 147	38.458

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Com as considerações anteriores, o termo 1 da equação 147 reflete os valores do RGF, enquanto que o termo 2 da equação reflete os valores do Balanço Patrimonial. Assim, a diferença na equação está compatível com a divergência entre os demonstrativos, devido as suas respectivas metodologias. Podemos então resumir essas informações para montar um quadro conciliatório entre os restos a pagar do Balanço Patrimonial e do RGF.

CONCILIAÇÃO DO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS ENTRE O RGF X BP - R$ MILHÕES

Restos a Pagar Processados do Balanço Patrimonial	36.327
(+) Saldo das contas não pertencentes à estrutura do item “RP Processados” do BP, porém pertencentes à equação 147	2.159
(-) Saldo das contas pertencentes à estrutura do item “RP Processados” do BP, porém não pertencentes à equação 147	28
Resultado	38.458
“Restos a Pagar Processados” do Demonstrativo de Restos a Pagar do RGF*	8.449
Diferença (RGF – BP)	(9)
(-) Diferença da Equação 147	(9)
(+) Diferença do Restos a Pagar Não Processado (RGF – BP)	-
Diferença Total (RGF – BP) – (Equação 147)	-

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Segue o quadro resumo conciliatório dos Restos a Pagar entre o RGF e o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2013 (valores em R$ milhões):

Restos a Pagar Processados, do Balanço Patrimonial	29.325
(-) Saldo das contas desse item do BP que não fazem parte do Termo 2 da Equação 147, demonstradas na linha “outras Disponibilidades e Outras Obrigações do Demonstrativo de Caixa	1.210
(+) Saldo das contas que fazem parte do Termo 2 da Equação 147 (demonstradas entre as Obrigações Financeiras do Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa) que não compõem o item “RP Processados” do BP, mas compõem outros itens do Passivo Financeiro do BP	4.487
(-) Saldo das contas de controle do Termo 1 da Equação 147 que não integram o conceito de controle de Restos a Pagar Processados, demonstradas na linha “Outras Disponibilidades e Outras Obrigações” do Demonstrativo de Disponibilidade de Disponibilidade de Caixa	19
(-) Desequilíbrio apontado pela >CONCONTIR entre os Termos 1 e 2 da equação 147	- 1.025
(=) Resultado	33.608
“Restos a Pagar Processados”, do Demonstrativo de Restos a Pagar do RGF Consolidado da União	33.608
Diferença	-

Fonte: Ofício n°7/CCONT/SUCON/STN/MF-DF de 08 de abril de 2014

Nota 11 – Passivo Financeiro – Valores Pendentes a Curto Prazo

O item "Valores Pendentes a Curto Prazo" tem o seu montante composto por dois itens que evidenciam a receita bruta e o recolhimento bruto.

Tanto a receita bruta quanto o recolhimento bruto são itens que evidenciam o financeiro recolhido, porém ainda não classificado. Dessa maneira, o valor do item aumenta quando há maior quantidade de financeiro sem classificação e vai diminuindo conforme esse montante é classificado. A diferença entre os dois itens está no fato de a receita bruta evidenciar o montante recolhido por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e o recolhimento bruto evidenciar o montante recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Ao longo do ano, esse item pode apresentar saldo invertido, porque, algumas vezes, no caso de recolhimento por meio de Darf, devido a questões operacionais, a informação da classificação do financeiro (que causa um débito na conta) é enviada antes da própria informação de entrada do financeiro (que causa o respectivo crédito na conta).

Nota 12 – Passivo Não-Financeiro – Obrigações em Circulação

No início do exercício, o item "Obrigações em Circulação" aumenta, em grande parte, devido à transferência do longo para o curto prazo, de obrigações contraídas por meio de operações de crédito. Ao longo do exercício os valores vão decrescendo em função dos pagamentos que forem efetuados.

A análise das "Obrigações em Circulação" em conjunto com o próximo item "Exigível a Longo Prazo" permite visualizar o movimento natural de endividamento e pagamento de dívidas, ou seja, as dívidas de longo prazo contraídas anteriormente passam para o curto prazo e vão sendo pagas ao longo do ano, ao mesmo tempo em que novas dívidas de longo prazo são contraídas para financiar as atividades do setor público.

EM R$ MILHÕES

PASSIVO NÃO FINANCEIRO OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Operações de Crédito	687.336	729.312	(41.976)	-5,8%
Resíduos de Contratos Liquidados - FCVS	58.555	58.555	-	-
Provisões	15.551	9.423	6.128	65,0%
Precatórios a Pagar	14.387	8.014	6.449	82,0%
Outros Débitos a Pagar	7.203	4.537	2.665	58,7%
Outros Credores - Entidades e Agentes	3.199	4.165	(966)	-23,2%
Operações Especiais	2.316	2.208	107	4,9%
Pessoal a Pagar	1.855	2.023	(168)	-8,3%
Benefícios Previdenciários a Pagar	1.067	7.072	(6.005)	-84,9%
Fornecedores a Pagar	1.010	669	341	51,1%
Outras Obrigações	746	734	13	1,7%
Resultado Negativo do BCB	-	9.901	(9.901)	-100,0%
Retificação de RP Não Processados a Liquidar	(184.805)	(179.856)	(4.949)	2,8%
TOTAL	**608.348**	**656.608**	**(48.260)**	**-7,3%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Retificação de Restos a Pagar Não processados a Liquidar

A retificação de RP não processados a liquidar apresenta aumento da ordem de 2,8% em relação ao exercício anterior. Em 2012, com a separação dos Restos a Pagar Não Processados em "a Liquidar" e "em Liquidação", o registro desse novo lançamento ocorre somente para os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, tendo em vista que sua execução ainda não havia sido iniciada. Esse procedimento é explicado a seguir:

- No final do exercício, a inscrição de "RP Não Processados a Liquidar" gera um "Passivo Financeiro" para a União, afetando o cálculo do superávit financeiro no Balanço Patrimonial, conforme determina a Lei 4.320/1964 em seus art. 35 e 58;
- Nesse mesmo momento, para compensar o lançamento anterior, é executado um registro em uma conta retificadora do "Passivo Não Financeiro", para que o "Passivo" como um todo não seja afetado. Isso é necessário porque esses restos a pagar são despesas que ainda não passaram pela fase do reconhecimento do direito do credor, que ocorre quando da prestação do serviço ou entrega do bem conforme contratado;
- Ao longo do exercício seguinte, a conta que representa os "RP Não Processados a Liquidar" vai sendo baixada em função da liquidação ou cancelamento desses restos a pagar, o que provoca a diminuição da conta retificadora correspondente no "Passivo Não Financeiro".

Ressalta-se que, os RP não processados foram segregados em RP não processados a liquidar, os quais não constituem obrigações patrimoniais e por isso são retificados e em RP não processados em liquidação, que constituem verdadeiros passivos exigíveis, caso em que o bem ou serviço é entregue, mas não há tempo hábil para que o seu processo de liquidação seja efetuado, não cabendo o registro correspondente nesta conta retificadora.

Em função disso, foi implementada, no exercício de 2012, rotina para que o gestor possa identificar individualmente os casos de RP não processados que configurem verdadeiras exigibilidades.

Detalhes adicionais estão disponíveis no item "Restos a Pagar" do tópico "Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis".

Resultado Negativo do BCB

O Resultado BCB – Custos das Reservas no 1º semestre de 2014 foi negativo no montante de R$ 51,2 bilhões, registrados na conta contábil 21221.04.02 – Resultado Negativo BCB – Custos das Reservas, e em contrapartida na conta contábil Incorporação de Passivos – Entidades Credoras, representando um decréscimo patrimonial.

Esse resultado negativo, apurado no 1° semestre de 2014, sofreu correção monetária no montante de R$ 2,35 bilhões.

Em novembro de 2014 foi liquidado o montante de R$18,2 bilhões, por meio de emissão de NTN-F, LTN e LFT, conforme Portaria STN n° 658/2014, e em dezembro foi liquidado o montante de R$ 33,6 bilhões com emissão de NTN-B e LFT, conforme Portaria STN n °717/2014.

Maiores detalhes sobre este assunto poderão ser observados na nota explicativa 5.2.5.3.

Provisões

O item "Provisões" é constituído principalmente por provisões trabalhistas (13°, férias, indenizações), provisões de natureza tributárias, contingenciais e para reconhecimento de perdas em relação aos investimentos em empresas públicas que a União possui participação, cujos os patrimônios líquidos encontram-se negativos.

No exercício de 2014, foi reconhecida a provisão para Requisição de Pequeno Valor (RPV) no montante de R$ 7,5 bilhões, de acordo com os valores da LOA, impactando no mesmo valor o resultado diminutivo do exercício, no resultado extraorçamentário.

A Provisão para Requisição de Pequeno Valor é reconhecida contabilmente conforme a projeção orçamentária de RPVs do exercício a serem executados pela Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Superior Tribunal de Justiça.

Esse acréscimo ocorreu pelo reconhecimento de RPV, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentário Anual de 2015, valores informados por meio do Ofício Seafi/SOF n° 01/2015 para efetivação do registro contábil no Siafi.

Ressalta-se, em virtude da execução de valor relativamente baixo de RPVs no exercício de 2014, não foram projetados gastos desta natureza para os tribunais da Justiça Eleitoral em 2015.

Eventuais necessidades no decorrer do exercício serão supridas por meio de remanejamento de sobras orçamentárias verificadas nos tribunais da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho.

Unidade Orçamentária	Tribunal Exequente	PLOA
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA	Justiça Federal	403.612
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA	Justiça Federal	903.383
Fundo do Regime Geral de Previdência Social	Justiça Federal	4.500.000.000
Fundo Nacional de Assistência Social	Justiça Federal	600.000.000
Encargos Financeiros da União - Pagamentos de Sentenças Judiciais	Justiça do Trabalho	201.545.768
Encargos Financeiros da União - Pagamentos de Sentenças Judiciais	Justiça do Trabalho	3.000.000
Encargos Financeiros da União - Pagamentos de Sentenças Judiciais	Justiça Federal	1.640.903.565
Encargos Financeiros da União - Pagamentos de Sentenças Judiciais	Justiça Federal	454.713.897
Encargos Financeiros da União - Pagamentos de Sentenças Judiciais	STJ	1.000.000
TOTAL		**7.402.470.225**

Fonte: Ofício n° 1/Seafi/SOF/MP

Precatórios a Pagar

Os precatórios a pagar são controlados contabilmente como "Anteriores à 05/05/2000" e "Posteriores à 05/05/2000", podendo ser classificados no Passivo Financeiro ou no Passivo Não Financeiro, dependendo da autorização orçamentária para pagamento. O reconhecimento contábil dos precatórios só se dá a partir do trânsito em julgado. Conforme pode ser observado no quadro a seguir, houve um acréscimo significativo dos precatórios a pagar posteriores a 05/05/2000 impactando também o resultado extraorçamentário – incorporação de passivos (valores em R$ milhões).

PRECATÓRIOS A PAGAR	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO (%)
	31/12/2014	31/122013	
Precatórios a pagar (anteriores a 05/05/2000)	**72**	**148**	**-51%**
Pessoal	1	1	1%
Terceiros	71	147	-52%
Precatórios a pagar (posteriores a 05/05/2000)	**14.315**	**7.866**	**82%**
Pessoal	3.736	1.661	125%
Fornecedores	-	4	-100%
Terceiros	6.524	4.125	58%
Benefícios	4.056	2.075	95%
TOTAL	**14.387**	**8.014**	**80%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Precatórios a pagar posteriores a 05/05/2000 por Órgão	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2013	
Superior Tribunal de Justiça	70.571	14.687	381%
Justiça Federal	13.931.585	7.548.679	85%
Justiça do Trabalho	311.691	300.782	4%
Ministério da Educação	95	438	-78%
Ministério da Cultura	1.393	1.393	0%
TOTAL	**14.315.335**	**7.865.978**	**82%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Outros Débitos a Pagar

O item "Outros Débitos" é composto principalmente por:

- Saldo de restituição de IRPJ de pessoas físicas, com aproximadamente R$ 4,31 bilhões em dezembro de 2014;
- Saldo de R$ 1,8 bilhões, aproximadamente, da dívida renegociada da empresa pública Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Essa dívida é mensalmente atualizada com encargos contratuais (juros e correção monetária) e vem sendo amortizada mensalmente;
- Saldo de comissões de concessão de financiamento retidas pelo agente financeiro BNDES nas amortizações dos contratos de financiamento para desenvolvimento da marinha mercante e indústria de construção e reparação naval. São passivos relativos a ressarcimento, incentivo e a baixa das retenções efetuadas pelo BNDES. O saldo é de aproximadamente R$ 725 milhões.

Nota 13 – Passivo Não-Financeiro – Depósitos Exigíveis a Longo Prazo

No grupo "Depósitos Exigíveis" o item mais relevante trata-se do empréstimo compulsório sobre combustíveis (gasolina e álcool). Criado por meio do Decreto-Lei n°2.288/1986, esse tributo incidiu sobre fatos geradores ocorridos no período entre 24 de julho de 1986 e 31 de dezembro de 1989.

Conforme descrito no § 1º do artigo 14 do referido Decreto-Lei, o resgate será acrescido de rendimento equivalente ao das cadernetas de poupança. As obrigações foram transferidas do Banco Central para o Tesouro Nacional após a edição da Medida Provisória nº 1.852/1999, reeditada diversas vezes.

Quanto à pertinência da manutenção de tais valores no passivo da União, deverá ser analisada a aplicabilidade dos institutos da prescrição ou decadência.

DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS – COMBUSTÍVEIS - R$ MILHÕES

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Var.%
Combustíveis – (Curto Prazo - CP)	92	91	0,01
Combustíveis – (Longo Prazo - LP)	28.812	27.070	6,44

Fonte: Secretaria Executiva/MF

Nota 14 – Passivo Não-Financeiro – Obrigações Exigíveis a Longo Prazo

A análise do "Exigível a Longo Prazo" em conjunto com o item anterior, "Obrigações em Circulação", nos permite visualizar o movimento natural de endividamento e pagamento de dívidas. Para um melhor entendimento, segue o quadro com a composição das "Obrigações Exigíveis a Longo Prazo", principal componente do "Exigível a Longo Prazo" (valores em R$ milhões)

OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013		
	(a)	(b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Operações de Crédito Internas	2.685.523	2.320.139	365.384	15,7%
Operações de Crédito Externas	102.710	88.853	13.857	15,6%
Obrigações Legais e Tributárias	8.707	8.629	78	0,9%
Obrigações a Pagar	10.879	6.840	4.039	59,0%
Provisões Matemáticas Previdenciária	1.208.429	-	1.208.429	0,0%
Diversas Provisões	24.104	24.104	-	0,0%
Subvenções e Doações para Investimentos	208	176	32	17,9%
TOTAL	**4.040.558**	**2.448.741**	**1.591.817**	**65,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 14.1 – Passivo Não-Financeiro – Operações de Crédito

Dos valores constantes das Operações de Créditos apresentados nos quadros anteriores, a maior parte está sob a gestão do Ministério da Fazenda, sendo a Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv/STN) a responsável pelo registro e controle das operações. Demonstra-se a seguir a composição das Operações de Crédito, Curto e Longo Prazo, para melhor análise (valores em R$ milhões):

Obrigações em Circulação - CP	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO %
	31/12/2014	31/12/2013	
Operações do Curto Prazo	**687.336**	**729.312**	**-6%**
Operações de crédito interna	**676.486**	**722.547**	**-6%**
Em títulos – Dívida Mobiliária	676.471	722.299	-6%
Em contratos	12	248	-95%
Créditos securitizados	6	6	-1%
Contratos de empréstimos	6	242	-98%
Operações de crédito externa	**10.850**	**6.766**	**60%**
Em títulos	7.510	3.673	104%
Em contratos	2.816	2.569	10%
Financiamentos do Ativo Permanente	524	524	0%

Operações de Crédito - LP	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO %
	31/12/2014	31/12/2013	
Obrigações do Longo Prazo	2.788.232	2.408.992	16%
Operações de crédito interna	2.685.523	2.320.139	16%
Em títulos	2.651.210	2.289.637	16%
Dívida Mobiliária	2.647.916	2.286.066	16%
TDA	3.294	3.571	-8%
Em contratos	34.289	30.485	12%
Financiamentos em circulação	23	17	37%
Operações de crédito externa	102.710	88.853	16%
Em títulos	95.998	82.419	16%
Títulos do Tesouro Nacional	95.998	82.419	16%
Em contratos	6.711	6.433	4%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Dívida Mobiliária Federal Interna:

a. Saldos do Exigível a Longo Prazo, discriminado por tipo de títulos da dívida

A seguir são apresentados os saldos das operações de crédito (valores em R$ milhões) sob a gestão do Ministério da Fazenda. Mais informações sobre emissões, resgates, estoque, perfil de vencimentos e custo médio, dentre outras, relativas à Dívida Pública Federal, nela incluídas as dívidas interna e externa de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado, podem ser obtidas no Relatório Mensal da Dívida, disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorio-mensal-da-divida.

DÍVIDA INTERNA LONGO PRAZO	2014	2013	VARIAÇÃO SOBRE 2013	2012	2011	2010
LFT (VL + CM + ENC) BACEN	111.939	72.253	55%	146.616	173.069	202.895
LFT (VL + CM + ENC) MERCADO	295.431	282.628	5%	281.833	475.673	442.600
LTN (VL + CM + ENC) BACEN	293.951	208.638	41%	200.082	107.933	26.642
LTN (VL + CM + ENC) MERCADO	405.238	385.620	5%	376.735	263.217	155.069
NTN-B (VL + CM + ENC) BACEN	344.260	296.343	16%	298.393	245.544	177.139
NTN-B (VL + CM + ENC) MERCADO	670.212	623.987	7%	569.950	428.791	332.188
NTN-C (VL + CM + ENC) MERCADO	72.883	70.483	3%	67.269	63.825	61.506
NTN-F (VL + CM + ENC) BACEN	167.324	119.294	40%	121.262	100.858	105.447
NTN-F (VL + CM + ENC) MERCADO	252.722	195.964	29%	187.974	182.661	243.386
OUTROS [1] / [2]	36.840	35.008	5%	22.818	34.753	31.537
TOTAL	**2.650.800**	**2.290.219**	**16%**	**2.272.933**	**2.076.325**	**1.778.408**

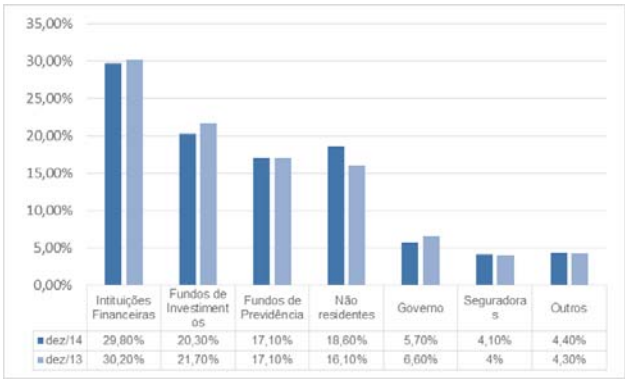
Fonte: Codiv/STN.
[1] Contempla título CFT-B vinculado ao Funad-Fundo Nacional Antidrogas, contabilizado na conta 19911.01.00 (em caução) de R$ 21,91 milhões;
[2] Não considera TDA da conta 22211.02.00, no valor de R$ 431,70 milhões por não tratar de valores controlados pela STN/MF.

Sobre a Dívida Interna – DPMFi, conforme o Relatório Anual da Dívida Pública Federal – RAD 2014, divulgado em fevereiro de 2015, o Tesouro Nacional atuou em períodos de elevada volatilidade por meio de leilões extraordinários de compra e venda, em fevereiro, permitiram a estabilização da demanda e das taxas dos títulos. O volume emitido de NTN-F em ofertas públicas atingiu R$ 47,1 bilhões no ano, superando em quase 20% o valor de 2013. Reduzindo a oferta de NTN-B e aumentando ao mesmo tempo a frequência dos leilões de recompra desses títulos ajudou na redução das taxas, que alcançaram 7,0% a.a. em fevereiro, mas que ao longo do ano recuaram para aproximadamente 5,5% - 6,0% a.a.

Evolução dos Principais Indicadores da Dívida Pública Federal - DPF	Dez/13	Dez/14	PAF - 2014	
			Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R$ bi)	2.123	2.296	2.170	2.320
Composição do Estoque da DPF				
Prefixado (%)	42	41,6	40	44
Índice de Preços (%)	34,5	34,9	33	37
Taxa Flutuante (%)	19,1	18,7	14	19
Câmbio (%)	4,4	4,9	3	5
Estrutura de Vencimentos				
Prazo Médio (anos)	4,2	4,4	4,3	4,5
% vincendo em 12 meses	24,8	24	21	25

Fonte: RAD – 2014

DETENTORES DE DPMFI (%)



Fonte: RAD – 2014

DÍVIDA FEDERAL EXTERNA - R$ MILHÕES

DÍVIDA EXTERNA EM TÍTULOS							
Descrição	CP	LP	Total	CP	LP	Total	Variação %
DP1300003 - GLOBAL	4.645	77.995	82.640	2.504	65.836	68.340	21%
DP1300004 - GLOBAL BRL	673	12.982	13.655	673	12.982	13.655	0%
DP1300005 - EURO	1.834	4.228	6.062	164	2.602	2.766	119%
DP1300006 - A-BOND	358	793	1.151	333	998	1.331	-14%
TOTAL	7.510	95.998	103.508	3.674	82.418	86.092	20%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Destaca-se que estes valores já consideram, na atualização dos títulos até o dia 31/12/2014, os índices oficiais do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos valores da Dívida Externa Contratual estão incluídos os contratos dos demais Ministérios. Considerando apenas os contratos da Codiv/STN/MF, os valores são de R$ 639,27 milhões (CP) e R$ 2,73 bilhões (LP).

b. Metodologias utilizadas na apuração dos valores informados de estoque da Dívida Mobiliária Federal Interna, detalhando as divergências residuais entre o Sistema Integrado da Dívida - SID e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, com a indicação do montante da divergência, do motivo e dos seus efeitos para análise da evolução e da composição dessas obrigações

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) apresentado neste documento leva em conta a metodologia por apropriação. Trata-se da demonstração dos saldos de valores arrecadados (ou simplesmente reconhecidos) com os juros e deságios apropriados registrados no Siafi. Este enfoque se caracteriza por ser marcadamente contábil e atender às disposições da Lei nº 4.320/1964, associadas às exigências complementares mais recentes dadas pelos princípios de Contabilidade (Resolução nº 1.111/2007, atualizada pela Resolução nº 1.367/2011).

Por outro lado, o estoque demonstrado no Resultado do Tesouro Nacional, Relatório Mensal da DPF - RMD, Relatório Anual da Dívida (RAD) e Plano Anual de Financiamento (PAF) é apurado utilizando-se a taxa interna de retorno média das emissões como taxa de desconto para a determinação do valor presente dos títulos (Estoque pela TIR).

Esta metodologia é também utilizada para cálculo de indicadores da dívida contidos naqueles relatórios. É importante ressaltar que as duas metodologias convergem e têm valores idênticos quando do pagamento/vencimentos dos títulos.

Os estoques apurados em 31/12/2014, no âmbito da Codiv/STN e suas respectivas metodologias são (valores em R$ bilhões):

MÉTODO	31/12/2014	31/12/2013
Estoque por Apropriação (DPMFi e DPFe - Mercado)	2.322	2.151
Estoque pela TIR (DPMFi e DPFe - Mercado)	2.296	2.123
DIFERENÇA	26	28

Fonte: Codiv/STN

Nota 14.2 - Registro das Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS da União

Considerando a necessidade de evidenciação do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União no Balanço Patrimonial, em conformidade com os procedimentos contábeis previstos no Mcasp, em atendimento à Portaria STN nº 634/2013 e Portaria MPS n° 509/2013, apresentamos, de forma discriminada, os valores das provisões previdenciárias a longo prazo, reconhecidas em 2014.

Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	Em R$
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	1.208.428.653.500,78
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	570.149.603.627,84
Aposentadorias/pensões/outros benefícios concedidos do plano previdenciário do RPPS	602.203.825.330,06
(-) Contribuições do ente para o plano previdenciário do RPPS	-
(-) Contribuições do inativo para o plano previdenciário do RPPS	-24.571.374.772,39
(-) Contribuições do pensionista para o plano previdenciário do RPPS	-7.482.846.929,83
(-) Compensação previdenciária do plano previdenciário do RPPS	-
(-) Parcelamento de débitos previdenciários do plano previdenciário do RPPS	-
Plano Previdenciário-Provisões de Benefícios a Conceder	638.279.049.872,94
Aposentadorias/pensões/outros benefícios a conceder do plano previdenciário do RPPS	1.002.324.696.595,79
(-) Contribuições do ente para o plano previdenciário do RPPS	-213.966.132.361,04
(-) Contribuições do ativo/inativo para o plano previdenciário do RPPS	-150.079.514.361,04
(-) Compensação previdenciária do plano previdenciário do RPPS	-
(-) Parcelamento de débitos previdenciários	-
Plano Previdenciário - Plano de Amortização	-
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	-

Fonte: Ministério da Previdência Social - MPS

Os valores contabilizados são suportados por avaliação atuarial do RPPS dos servidores civis da União elaborada pelo Ministério da Previdência Social - MPS, com data base de 31 de dezembro de 2014. O quadro anterior demonstra a classificação contábil disponível no sistema para a referida data base.

As Provisões Matemáticas Previdenciárias apresentam, de acordo com o resultado da avaliação atuarial, o somatório das reservas matemáticas do RPPS, dos benefícios concedidos e a conceder, significando os compromissos líquidos do plano de benefícios com projeção para 150 anos, que consideram a expectativa de reposição de servidores.

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário correspondem ao valor presente líquido das prestações futuras dos benefícios já concedidos aos atuais aposentados e pensionistas.

Para sua apuração, utilizam-se a conta contábil Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano Previdenciário do RPPS, que registra o valor presente das prestações futuras dos benefícios já concedidos, e as contas contábeis Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS (redutora), Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS (redutora), Contribuições do Pensionista (redutora), que registram o valor presente das contribuições futuras dos aposentados e pensionistas, calculadas sobre o valor de seus benefícios com prazo de vigência indeterminado.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder referem-se ao valor presente líquido das prestações futuras dos benefícios a conceder às gerações atual e futura dos servidores. De forma simétrica as dos benefícios concedidos, correspondem à diferença entre os valores presentes das Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano e as Contribuições do Ente (redutora) e Contribuições do Ativo (redutora), que registram o valor presente das contribuições futuras do ente e dos servidores, calculadas sobre as remunerações da geração atual e futura dos servidores.

O valor de R$ 150.079.514.361,04 é composto de R$ 43.096.448.180,13, referente a 11% da parcela dos benefícios a serem concedidos que excederem ao teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS somado a R$ 106.983.066.180,91, referente à contribuição de 11% sobre o salário de contribuição do servidor ativo.

Foram utilizadas no cálculo atuarial as seguintes hipóteses biométricas, financeiras e econômicas em consonância com

os parâmetros estabelecidos na Portaria MPS n°403/2008, buscando-se sua aderência às características da massa de segurados do RPPS e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do plano:

- sobrevivência de Válidos e Inválidos: tábua atual de mortalidade elaborada para ambos os sexos pelo IBGE – 2012, extrapolada a partir da idade de 80 anos;
- entrada em Invalidez: foi utilizada a tábua "Álvaro Vindas", como limite mínimo de taxa de entrada em invalidez, em função da idade do segurado;
- crescimento salarial: 1% ao ano, compreendido entre o tempo de contribuição transcorrido entre a data da avaliação e a data provável da aposentadoria de válidos. Esse crescimento foi calculado a partir da aplicação de uma função exponencial;
- crescimento real dos benefícios: não foi utilizado;
- taxa de inflação futura: não foi utilizada nos cálculos dos valores presentes atuariais e, consequentemente, na elaboração do balanço atuarial, visto que um dos pressupostos do estudo atuarial é que todas as variáveis financeiras serão influenciadas pela inflação na mesma dimensão e período;
- reposição de servidores: foi utilizada a hipótese de reposição de servidores, no conceito de grupo aberto, à taxa de 100% de reposição (1:1), isto é, considerou-se a substituição de cada servidor aposentado ou falecido por outro servidor com as mesmas características funcionais, financeiras e pessoais (salários, idade de admissão, sexo, entre outras) do servidor que lhe deu origem;
- alíquotas de contribuição: servidores ativos (11% sobre sua remuneração de contribuição), aposentados e pensionistas (11% sobre a parcela do benefício excedente ao teto do RGPS), União (22%), conforme estipulado pela Lei n° 10.887, de 18 de junho de 2004;
- família-padrão; utilizou-se como estimativa do grupo familiar sobrevivente de servidores ativos e aposentados um cônjuge com a mesma idade do servidor ou servidora falecido, computando-se, entretanto, 90% da obrigação da respectiva pensão, como forma de se estimar o efeito, as projeções atuariais, daqueles servidores que não apresentam dependentes por ocasião de seu falecimento, ou que apresentam apenas dependentes temporários;
- idade de entrada no mercado de trabalho: considerou-se que o servidor contribuiu durante todo o tempo decorrido entre a idade de 18 anos e a idade na data da posse no serviço público, para qualquer regime previdenciário, embora sem considerar possível ingresso de compensação financeira;
- taxa de rotatividade de servidores: não considerada;
- taxa de juros: utilizou-se a taxa anual de juros de 6% para desconto de valores dos pagamentos de benefícios e recebimentos de contribuições.

Com relação às regras de elegibilidade aos benefícios de aposentadorias programadas (por idade, tempo de contribuição e compulsória), a data da aposentadoria o servidor foi calculada selecionando-se a mais próxima, considerando as regras constitucionais permanentes. Para os servidores sujeitos às regras de transição, previstas nas Emendas Constitucionais n° 20/1998, n° 41/2003 e n° 47/2005, estimou-se um tempo de espera de, no máximo, três anos para alcançar a regra mais vantajosa de aposentadoria, exceto se o tempo faltante para essa regra for superior a esse prazo, quando considerou-se como data de aposentadoria programada a data da primeira elegibilidade ao benefício.

Para todos os servidores que ingressaram após a criação das entidades fechadas de previdência complementar no âmbito da União, e para aqueles que irão repor as saídas por falecimento ou aposentação de servidores, o valor do benefício futuro foi limitado ao teto do RGPS.

Na avaliação atuarial foi adotado o método de financiamento agregado em regime financeiro de capitalização para o cálculo das provisões matemáticas prospectivas obtidas a partir dos valores presentes dos benefícios e das contribuições futuras.

Em relação ao exercício 2013, houve aumento nas provisões matemáticas de benefícios concedidos no importe de R$ 70.653.451.127,77, nas provisões matemáticas de benefícios a conceder, na ordem de R$ 21.892.556.344,81, que resultaram na elevação do déficit atuarial de R$ 1.115.882.646.028,20 para R$ 1.208.428.653.500,78.

Nota 14.3 – Passivo Contingente

De acordo com o Anexo V – Riscos Fiscais, da Lei n. ° 13.080/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 – LDO 2015, as contingências passivas referem-se a possíveis novas obrigações cuja confirmação depende da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, ou que a probabilidade de ocorrência e magnitude dependem de condições externas imprevisíveis. São também consideradas contingentes as obrigações que surgem de eventos passados, mas que ainda não são reconhecidas por ser improvável a necessidade de liquidação ou porque o valor ainda não pode ser mensurado com suficiente segurança.

Ainda de acordo com o Anexo V, há passivos contingentes que não são mensuráveis com suficiente segurança, em razão de ainda não terem sido apurados, auditados ou periciados, por restarem dúvidas sobre sua exigibilidade total ou parcial. Nestes casos, foram incluídas no Anexo as demais informações disponíveis sobre o risco, como tema em discussão, objeto da ação, natureza da ação ou passivo e instância judicial, conforme recomenda a Norma Internacional de Contabilidade.

No Anexo V, os riscos decorrentes de passivos contingentes podem ser classificados conforme a natureza dos fatores que lhes dão origem bem como órgãos responsáveis pela sua gestão.

Demandas judiciais contra a Administração Direta da União – PGU

Compete à Advocacia-Geral da União (AGU), por intermédio da Procuradoria Geral da União (PGU), a representação judicial e extrajudicial da Administração Direta da União. Conforme o Anexo V, a avaliação dos passivos contingentes da União teve como parâmetros a fase em que o processo judicial se encontra, o valor pedido pela parte contrária e uma estimativa do grau de probabilidade de prejuízo. Esclarece ainda que, seguindo as regras de contabilidade internacional, não foram incluídas as demandas judiciais em que o risco de derrota foi considerado

remoto, devido à reduzida probabilidade de prejuízo ao erário, ou ainda as demandas em que o risco é praticamente certo, assim consideradas àquelas em que os valores já estão previstos em orçamento para pagamento mediante a sistemática de precatórios.

De acordo com Anexo, parte considerável das ações em trâmite perante os Tribunais está pendente de julgamento final, não tendo ocorrido ainda o trânsito em julgado de possíveis condenações. Embora tenha sido possível traçar um panorama em instâncias atuais dos processos, não há precisão em qualquer estimativa temporal a respeito do término e do pagamento das ações judiciais, haja vista que o tempo de tramitação de cada processo é variável, podendo durar vários anos ou ser resolvido em curto prazo. Esclarece também que, em se tratando de demandas judiciais, nem sempre é possível estimar com clareza o montante real envolvido, uma vez que é normal que as partes que litigam contra a Fazenda Pública subestimem os valores informados nas causas, visando reduzir as despesas processuais ou mesmo os superestimem, nos casos de isenção de despesas processuais, acarretando um alto índice de imprecisão de valores.

A seguir, é demonstrado o resumo por natureza das ações que tiveram seus valores estimados calculados. Tais ações estão listadas com maiores detalhes, uma a uma, no Anexo V de Riscos Fiscais:

DEMANDAS JUDICIAIS CONTRA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA UNIÃO – LDO 2015 - R$ BILHÕES

Natureza da ação	Estimativa
Indenizatória	222,11
Civil	56,81
Trabalhista	2,00
Outros	40,9
TOTAL	**321,85**

Fonte: Anexo V – Riscos Fiscais, Lei 13.080 – Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2015

No próximo quadro, segue um resumo das ações que não foram possíveis mensurar seus valores com segurança suficiente:

DEMANDAS JUDICIAIS CONTRA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA UNIÃO - SEM ESTIMATIVA DE VALOR COM SEGURANÇA

Natureza da ação	Estimativa
Pagamento dos juros de mercado e encargos financeiros incidentes sobre o valor despendido pela autora no financiamento das faturas de contratos de execução de terraplanagem e estruturas de concreto do Aproveitamento Hidroelétrico de Itaparica, no Rio São Francisco.	Não mensurável com suficiente segurança

Fonte: Anexo V – Riscos Fiscais, Lei 13.080 – Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2015

Demandas judiciais de natureza tributárias – PGFN

Compete à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) representar a União nas ações judiciais relativas à tributação federal, inclusive referentes às contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Pelo Anexo V, é possível perceber que nem todas as ações possuem estimativa de impacto financeiro. A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a PGFN estão trabalhando em conjunto no intuito de aprimorar a metodologia das estimativas.

A seguir, é demonstrado o resumo por natureza das ações que tiveram seus valores estimados calculados. Tais ações estão listadas com maiores detalhes, uma a uma, no Anexo V de Riscos Fiscais:

DEMANDAS JUDICIAIS CONTRA UNIÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA (INCLUSIVE PREVIDENCIÁRIAS) - R$ (BILHÕES)

Natureza da ação	Estimativa
No âmbito do STJ	40,00
Ações de Repercussão Geral Reconhecidas no STF - PGFN	357,81
TOTAL	**397,81**

Fonte: Anexo V – Riscos Fiscais, Lei 13.080 – Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2015

No próximo quadro, segue um resumo das ações que não foram possíveis mensurar seus valores com segurança suficiente:

DEMANDAS JUDICIAIS CONTRA UNIÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA (INCLUSIVE PREVIDENCIÁRIAS)

Natureza da ação	Estimativa
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).	Não mensurável com suficiente segurança
Créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo	
Índices de correção monetária aplicáveis aos depósitos judiciais	
Empresas Controladas no exterior	
Incidência de contribuição previdenciária sobre o valor referente às férias.	
COFINS. Sistemática de não cumulatividade, diferenciação de alíquotas.	

Fonte: Anexo V – Riscos Fiscais, Lei 13.080 – Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2015

Demandas judiciais contra Autarquias e Fundações

Compete à Procuradoria-Geral Federal exercer a representação judicial, extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídicos das autarquias e fundações públicas federais.

Nos termos da Norma Internacional de Contabilidade, somente foram consideradas na análise do Anexo V da LDO, as questões jurídicas que importam risco provável ou possível.

Não foram consideradas questões nas quais o risco seja remoto ou improvável bem como as ações judiciais já inscritas em precatório uma vez que há dotação específica para sentenças judiciais na Lei Orçamentária Anual.

O impacto financeiro dessas ações é estimado e revela a expectativa da provável repercussão econômica em caso de decisão judicial desfavorável, seja pela criação de despesa ou pela redução de receita.

Por fim, nos casos em que não foi possível estimar o impacto financeiro, por não haver parâmetros judiciais disponíveis ou por haver um grande número de variáveis que trazem elevada incerteza quanto ao impacto financeiro, consta a informação "não mensurado com suficiente segurança".

A seguir, é demonstrado o resumo por natureza das ações que tiveram seus valores estimados calculados. Tais ações estão listadas com maiores detalhes, uma a uma, no Anexo V de Riscos Fiscais:

DEMANDAS JUDICIAIS CONTRA AS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES - PGF - R$ (BILHÕES)

Natureza da ação	Estimativa
Direito Previdenciário	49,10
Direito Agrário	4,30
Direito Tributário	5,10
TOTAL	**58,50**

Fonte: Anexo V – Riscos Fiscais, Lei 13.080 – Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2015.

Segue o que se encontra reconhecido no passivo das Autarquias e Fundações, em 31 de dezembro de 2014, que possa ter relações com as demandas judiciais divulgados no Anexo (valores em R$ milhares):

Provisão para contingências	Autarquias	Fundações
	1.228	1.199
Provisão sobre indenizações cíveis	17	-
Provisão tributária	4.138.986	-
Provisão de Benefícios Previdenciários	25.280.526	
Auto de Infração	-	79.341
Total	**29.420.757**	**80.540**

Fonte: Siafi 2014/ STN

Percebe-se uma divergência entre o total de demandas judiciais apresentadas no Anexo V da LDO e o total de provisão reconhecida (aproximadamente R$ 29,08 bilhões a menor na contabilidade).

Ocorre que, não podemos afirmar que seja uma insuficiência já que o Anexo V não segrega as demandas judiciais entre obrigações que tenham uma provável saída de recursos com valor estimado confiável (o que seria uma provisão a ser registrada) das que tenham possíveis saídas de recursos ou prováveis saídas de recursos, mas que não seja possível estimar o valor da demanda de maneira confiável (esses dois últimos casos seriam passivo contingente, passível apenas de divulgação em nota explicativa).

No próximo quadro, segue um resumo das ações que não foram possíveis mensurar seus valores com segurança suficiente:

DEMANDAS JUDICIAIS CONTRA AS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES - PGF

Natureza da ação	Estimativa
Índice de atualização de precatórios e pagamentos judiciais. Discute-se a constitucionalidade do índice de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora nas condenações impostas à Fazenda Pública, fixado no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11960/2009, bem como a constitucionalidade do índice de atualização de valores de requisitórios devidas pela Fazenda Pública, previsto no art. 100, § 12 da CF/88.	Não mensurável com suficiente segurança

Fonte: Anexo V – Riscos Fiscais, Lei 13.080 – Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2015.

Demandas judiciais contra Empresas Estatais Dependentes que fazem parte do OFSS

Os passivos contingentes das Empresas Estatais que fazem parte dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social são constituídos em sua maior parte por demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, previdenciária e cível.

Conforme o Anexo V, da LDO, as informações foram prestadas pelo Departamento de Controle das Empresas Estatais (Dest), órgão responsável pela supervisão e controle das empresas estatais federais, coletadas junto às empresas, o valor das demandas judiciais, totaliza R$ 4,10 bilhões, conforme o quadro apresentado a seguir:

Demandas Judiciais Empresas Estatais Federais (em R$ milhões)										
Empresa	Anexo V - Riscos Fiscais LDO[1] *					Provisão para Contingência - Siafi[2]				
	Trabalhista	Cível	Previdenciário	Tributário	Total	Provisão Contingência	Cíveis	Trabalhista	Tributária	Total
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	14,00	1,00	-	54,00	69,00	6,66	1,15	15,31	48,94	72,06
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	24,00	2,00	10,00	2,00	38,00	-	-	-	-	-
Companhia de Des. Dos Vales do S. Francisco e do Parnaíba - Codevasf	49,40	160,20	-	8,90	218,50	-	-	-	-	-
Indústria de Material Bélico do Brasil	16,10	3,00	-	-	19,10	0,22	-	13,50	-	13,72
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	0,10	0,10	-	3,60	3,80	0,50	-	-	-	0,50
Empresa Brasileira de Comunicação - EBC	30,00	9,40	8,30	1,20	48,90	-	8,39	27,14	-	35,53
Centro de Estudos e Informações Tecn. Educ. e Culturais - CEITEC	1,50	0,60	-	17,00	19,10	-	-	-	-	-
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH	0,20	0,10	-	-	0,30	0,16	-	-	-	0,16
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	149,50	671,80	22,50	568,40	1.412,20	134,69	-	-	55,72	190,41
Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A.	97,90	236,50	-	-	334,40	-	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - Adm. Central – CBTU	367,80	168,50	104,20	34,90	675,40	338,34	-	731,42	-	1.069,77
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA	57,20	0,60	-	-	57,80	-	-		-	-
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb	232,50	3,50	-	-	236,00	16,09	-	214,89	-	230,98
Indústrias Nucleares do Brasil S.A. INB	227,10	69,20	1,90	29,40	327,60	11,23	0,34	32,73	-	44,30
Nuclebras Equipamentos Pesado S.A. - Nuclep	30,90	9,10	-	0,80	40,80	-	-	-	3,56	3,56
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul	1,80	-	-	-	1,80	-	-	-	-	-
Grupo Hospitalar Conceição – GHC	365,20	3,60	-	227,20	596,00	-	2,27	506,75	1.604,94	2.113,96
Outros	-	-	-	-	-	1,23	0,02	0,04	-	1,28
TOTAL	1.665,20	1.339,20	146,90	947,40	4.098,70	509,11	12,17	1.541,78	1.713,15	3.776,21

[1]Fonte: Anexo V – Riscos Fiscais, Lei n. ° 13.080/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015.
[2]Fonte: Siafi/2014 – posição em 31 de dezembro de 2014.
*Conforme o Anexo, posição é em 02/2014.

Segundo o Anexo V, em geral, estas ações trabalhistas advêm de litígios por reivindicação de atualização salarial ou recomposição de perdas decorrentes de índices utilizados por ocasião dos Planos Econômicos, como as ações de reposição dos 28,8% do Plano Bresser e dos 3,17% do Plano Real.

Também estão incluídas neste grupo as ações relativas aos empregados como solicitações de pagamento de horas-extras, descumprimento de dissídio coletivo, pagamento de diárias, adicional noturno, adicional de periculosidade e insalubridade e incorporação de gratificação.

As lides da ordem tributária derivam de não recolhimento de impostos pelas Empresas, notadamente os devidos aos estados e municípios.

As demandas previdenciárias totalizaram R$ 146,8 milhões e correspondem aquelas em que as Empresas são acionadas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias de seus empregados.

As ações cíveis se referem a pleitos de direito de natureza civil, ou seja, não-criminal, podendo se tratar de conflitos de natureza civil, nas áreas familiar, sucessória, obrigacional ou real. No caso das empresas estatais federais, as ações se referem a uma diversidade de questionamentos, como indenizações por danos materiais, acidentes, desapropriação, garantia de participação do impetrante em contratos de opção e leilões eletrônicos, ação de cobrança, protesto de títulos, suspensão dos efeitos dos atos administrativos, suspensão de multa, dentre outros.

No quadro anterior, apresentamos também as provisões para contingências reconhecidas na contabilidade pelas próprias empresas dependentes. Percebe-se uma divergência entre o total de demandas judiciais apresentadas no Anexo V da LDO e o total de provisão reconhecida (aproximadamente, R$ 322,49 milhões a menor na contabilidade).

Não se pode afirmar que seja uma insuficiência já que o Anexo V não segrega as demandas judiciais entre obrigações que tenham uma provável saída de recursos com valor estimado confiável (o que seria uma provisão a ser registrada) das que tenham possíveis saídas de recursos ou prováveis saídas de recursos, mas que não seja possível estimar o valor da demanda de maneira confiável (esses dois últimos casos seriam passivo contingente, passível apenas de divulgação em nota explicativa). Além disso, a posição dos passivos contingentes informado no Anexo é de fevereiro de 2014, enquanto que a posição extraída no Siafi é em 31 de dezembro de 2014.

Nota 15 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da União, ou seja, representa a diferença entre o "Ativo Real" e o "Passivo Real" O quadro a seguir apresenta a estrutura atual do PL (valores em R$ milhões):

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Patrimônio/Capital Social	124.855	1.183.413	(1.058.557)	-89,4%
Reservas	2.910	8.247	(5.337)	-64,7%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	270	263	6	2,4%
Resultados Acumulados	(9.939)	(9.454)	(485)	5,1%
Resultado do Exercício	(2.718)	(836)	(1.882)	-68,7%
Resultados de Exercícios Anteriores	(7.221)	(8.618)	1.397	-16,2%
TOTAL	**118.096**	**1.182.469**	**(1.064.373)**	**-90,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Considerando o disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (Mcasp), o reconhecimento dos resultados acumulados e, consequentemente, de suas composições (resultado do exercício e ajustes de exercícios anteriores), da Administração Direta, Fundos, Autarquias e Fundações ocorre na conta Patrimônio/Capital Social.

Dessa maneira, a variação percebida na conta Patrimônio está diretamente relacionada ao reconhecimento da provisão atuarial do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União. O impacto do reconhecimento da provisão atuarial foi de R$ 1,20 trilhão. O resultado do exercício, que representa o resultado do confronto entre variações ativas e passivas apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) impactou positivamente o Patrimônio em R$ 200 milhões (R$ 281,8 milhões em 31 de dezembro de 2013).

Além do reconhecimento da provisão atual do RPPS, o Patrimônio também foi impactado por ajustes de exercícios anteriores relacionados à reavaliação e reduções ao valor recuperável de bens, conforme pode ser observado nos quadros a seguir (valores em R$ milhares):

REAVALIAÇÕES AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	(a) - (b)	%
Bens Móveis	44.386	91.465	-47.079	-51%
Bens Intangíveis	3.626	1.019	2.607	256%
TOTAL	**48.012**	**92.484**	**-44.472**	**-48%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	(a) - (b)	%
Bens Móveis	5.038.230	329.338	4.708.892	1430%
Bens Intangíveis	356	78	278	355%
TOTAL	**5.038.587**	**329.416**	**4.709.170**	**1430%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A conta Resultados Acumulados, por sua vez, contempla apenas o resultado das empresas estatais dependentes.

Nota 16 – Compensado – Ativo e Passivo

A composição do Ativo e Passivo Compensados é apresentada a seguir (valores em R$ milhões):

ATIVO/PASSIVO COMPENSADO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Valores, Títulos e Bens sob Responsabilidade	233.588	181.968	51.620	28,4%
Valores em Garantia	449.014	337.762	111.253	32,9%
Direitos e Obrigações Conveniados	300.890	266.882	34.008	12,7%
Direitos e Obrigações Contratadas	390.978	312.348	78.629	25,2%
Compensações Diversas	308.648	298.021	10.626	3,6%
TOTAL	**1.683.118**	**1.396.981**	**286.136**	**20,5%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A variação mais relevante em relação ao exercício anterior é referente aos Valores em Garantia.

Dessa variação de aproximadamente R$ 111 bilhões, cerca de R$ 30 bilhões de acréscimos são de garantias e contra garantias instituídas por lei específica, e mais R$ 60 bilhões referentes a fiança e contra garantias sobre fiança, ambos os valores relacionados à dívida pública sob gestão da Coordenação Geral da Dívida Pública (Codiv/STN).

Houve também um incremento líquido de aproximadamente R$ 15 bilhões de seguro garantia, tendo como as maiores movimentações:

- R$ 5 bilhões referentes a contratos de seguros contratados pela Coordenação Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino Nuclear (UG740002), do Comando da Marinha;
- R$1,5 bilhão referente ao Ministério do Transporte; e
- o restante encontra-se pulverizado entre vários órgãos.

5.2.6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Reconhecimento de Receitas e Despesas Orçamentárias

Na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), as receitas e despesas orçamentárias têm o seu reconhecimento baseado no Artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, que define: "pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas". O mesmo critério de reconhecimento é adotado nos Balanços Financeiro e Orçamentário.

Nota 2 – Receitas Correntes – Tributárias e de Contribuições

O aumento total da arrecadação das receitas correntes de 2014 em relação a 2013 foi da ordem de R$ 34 bilhões (3%). Dentre as receitas mais relevantes, destacam-se as tributárias e de contribuições que, juntas, representam cerca de 86% do total das receitas correntes de 2014.

Considerando apenas a arrecadação de receitas federais administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e de outras receitas recolhidas por Darf ou Guia da Previdência Social (GPS) (administradas por outros órgãos) o aumento nominal foi de cerca de R$ 56 bilhões (5%), conforme os quadros (valores em R$ milhões):

Receitas Tributárias – Impostos e Taxas	31/12/2014	31/12/2013	Variação %
Imposto sobre o comércio exterior	36.788	36.675	0%
Imposto sobre o patrimônio e a renda	298.041	279.672	7%
Imposto sobre a produção e circulação	79.203	74.939	6%
Taxas	6.858	6.868	0%
Total Receitas tributárias - Impostos e Taxas	**420.890**	**398.155**	**6%**
Receitas Tributárias – Contribuições	**31/12/2014**	**31/12/2013**	**Variação %**
Contribuições para financiamento seguridade	189.692	184.799	3%
Contribuições previdenciárias para RGPS	312.740	292.676	7%
Outras contribuições sociais	156.682	148.090	6%
Contribuições sociais	**659.115**	**625.566**	**5%**
Outras contribuições	**10.250**	**10.075**	**2%**
Total Contribuições	**669.365**	**635.640**	**5%**

Fonte: Siafi/STN

Segundo a RFB[2], o desempenho da arrecadação das receitas administradas pela Secretaria de janeiro a dezembro de 2014, em relação a igual período de 2013, encerrou com uma variação nominal positiva de 4,24%, e com a atualização pelo IPCA com uma variação real negativa de 1,91%.

Este resultado decorreu, principalmente, em razão da conjugação dos seguintes fatores:

- redução na arrecadação do IRPJ/CSLL, em especial do item relativo a estimativa mensal, em razão da redução na lucratividade das empresas;
- desonerações tributárias, em especial, folha de pagamento, cesta básica e ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins – Importação;
- arrecadação extraordinária, em maio de 2013, no valor de cerca de R$ 4 bilhões referente à PIS/Cofins (R$ 1 bilhão) e ao IRPJ e CSLL (R$ 3 bilhões), em decorrência de depósito judicial e venda de participação societária, respectivamente;
- desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, conforme quadro a seguir:

2 http://www.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/2014/analise-mensal-dez-2014.pdf

VARIAÇÃO DOS INDICADORES	FATO GERADOR DA ARRECADAÇÃO	
MACROECONÔMICOS	nov/14	Dez/13-Nov/14
EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	nov/13	Dez/12-Nov/13
Produção Industrial (PIM/IBGE)	-5,75%	-3,15%
Vendas de Bens e Serviços (PMC/IBGE)	-2,74%	-1,21%
Massa Salarial	7,86%	9,05%
Valor em Dólar das Importações	-9,78%	-3,52%

Fonte: Receita Federal do Brasil – RFB

Nota 3 – Receitas Correntes – Receita Patrimonial - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio arrecadados pela União.

Em 2014, a arrecadação de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) pelo Tesouro Nacional, pelo critério caixa, atingiu o montante de R$ 18,9 bilhões, superior em 11,8% ao volume obtido no exercício anterior.

Destaque para os pagamentos realizados pelas instituições financeiras federais (BNDES, Caixa, BB, BNB, Banco da Amazônia), que contribuíram com 84,6% do total arrecadado.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) efetivou o pagamento de cerca de R$ 9,1 bilhões. Do volume arrecadado em 2014, R$ 8,2 bilhões foram pagos na forma de dividendos e R$ 0,9 bilhão de JCP.

Dessa quantia, cerca de R$ 5 bilhões foram pagos por meio de títulos públicos.

O Banco do Brasil S.A recolheu para a União o montante de R$ 2,4 bilhões. Do total pago em 2014, R$ 1,9 bilhão referem-se à JCP, e o restante, R$ 0,5 bilhão, a dividendos.

Já a Caixa Econômica Federal (Caixa) recolheu à União R$ 4,4 bilhões, sendo R$ 3,3 bilhões distribuídos na forma de dividendos e R$ 1,1 bilhão de JCP. Desse montante, cerca de R$ 2,1 bilhões foram pagos por meio de títulos públicos.

A Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) recolheu à União a importância de R$ 2 bilhões, sob a forma de JCP.

Em atendimento ao Acórdão n° 1338/2014 – TCU – Plenário, o quadro a seguir denota a evolução do pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, pelo critério de caixa, de 2010 a 2014, pelas empresas estatais que mais contribuíram para a arrecadação.

Importante registrar que os dividendos/JCP recebidos em um determinado ano (regime de caixa) não podem ser comparados diretamente com o resultado daquele exercício (regime de competência), uma vez que os valores recebidos podem conter quantias referentes a resultados de exercícios anteriores registrados em reservas de lucros.

PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JCP R$ milhões	2014	2013	2012	2011	2010
Banco do Brasil	2.413	3.455	2.860	2.396	2.881
BNDES	9.080	6.999	12.938	6.905	10.125
Caixa	4.356	4.000	7.700	3.680	3.940
Eletrobras	231	268	725	501	658
Petrobras	2.013	1.016	1.887	3.321	3.222
Demais	813	1.172	1.666	2.943	1.419
TOTAL	**18.906**	**16.909**	**27.775**	**19.746**	**22.245**

Fonte: Copar/STN

No quadro seguinte é possível analisar o comportamento dos dividendos/JCP, arrecadados pelo critério caixa, em relação à receita bruta do Tesouro Nacional, no período de 2010 a 2014. Não obstante o Acórdão 1338/2014 – TCU – Plenário recomendar a comparação com o Resultado Primário, considerou-se mais relevante para o usuário da informação a comparação com a Receita Bruta do Tesouro Nacional, haja vista o Resultado Primário conter outras receitas e despesas que poderiam dificultar o entendimento do indicador (valores em R$ milhões).

ANO	RECEITA DE DIVIDENDOS – CRITÉRIO CAIXA (A)	RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL (B)	RELAÇÃO % (A/B)
2014	18.906	906.159	2,09
2013	16.909	894.678	1,98
2012	27.775	802.831	3,46
2011	19.746	757.429	2,61
2010	22.245	719.531	3,09

Fonte: Copar/STN

O quadro seguinte demonstra o montante no exercício que foi arrecadado de dividendos e JCP na forma de antecipação:

ANTECIPAÇÕES DE DIVIDENDOS E JCP	2014	2013
BNDES	5.182	3.705
BB	2.221	3.076
BNB	55	166
CEF	2.891	4.000
ECT	-	171
Demais	99	25
TOTAL	**10.448**	**11.143**

Fonte: Copar/STN

Nota 4 - Receitas Correntes – Receita Patrimonial – Receita de Concessões e Permissões

Em 2014, a arrecadação com receitas de concessões e permissões decresceram cerca de 62%, quando comparada em relação a 2013, o que representou cerca de R$ 13 bilhões.

R$ milhões

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO (a) - (b)
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	
Receita de concessões e permissões	7.377	3.259	4.118
Receita concessão/permissão - exploração	535	17.851	(17.317)
Receita concessão/permissão - direito de uso	148	8	140
TOTAL	**8.060**	**21.118**	**(13.058)**

Fonte: Resultado do Tesouro Nacional

A maior redução destaca-se pelo fato de, em 2013, ter ocorrido uma receita decorrente do contrato de partilha de produção do Pré-sal de aproximadamente R$ 15 bilhões, o que não ocorreu em 2014. Em 2014, houve a receita da ordem de R$ 5,6 bilhões derivada da outorga pelo poder público, da exploração de serviços públicos de telecomunicações, o que inclui a exploração do serviço móvel celular e serviço de transporte de sinais de telecomunicações por satélite. Isso representou um aumento de R$ 3,7 bilhões quando comparado ao exercício de 2013.

R$ milhões

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO (a) - (b)
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	
Outorga serviços infraestrutura aeroportuária	1.460	1.226	234
Receita de outorga dos serviços de telecomunicações	5.657	1.918	3.739
TOTAL	**7.117**	**3.144**	**3.973**

Fonte: Resultado do Tesouro Nacional

Nota 5 – Receitas de Dívida Ativa – Conciliação entre os valores constantes dos Sistemas Gerenciais dos Órgãos e os registros do Sistema Integrado de Administração Financeira –Siafi

Banco Central do Brasil (BCB)

A dívida ativa do BCB, segundo informado pela Procuradoria-Geral do BCB, registrado nos sistemas gerenciais do BCB e no Siafi tem a correspondência estabelecida nos quadros a seguir.

CONTA 8910-0 - Receitas de Dívida Ativa	2014	2013		
1º semestre	6.867.009,23	1.650.164,21		
2º semestre	17.167.181,75	4.947.440,20		
Total de recebimentos	24.034.190,98	6.597.604,41		
CONTA 8986.02-3-Receitas de Multa de Mora sobre Dívida Ativa	**2014**	**2013**		
1º semestre	1.301.037,34	358.648,77		
2º semestre	535.439,19	206.089,25		
Total de recebimentos	1.836.476,53	564.738,02		
			Correspondente Siafi - 419392.99.01	
			2014	**2013**
TOTAL	**25.870.667,51**	**7.162.342,43**	**25.870.667,51**	**7.162.342,43**

Fonte: BCB/Deafi

CONTA 8416.10-8 - Receitas de Juros sobre Créditos de Dívida Ativa	2014	2013		
1º semestre	4.417.793,44	-2.475.308,48		
2º semestre	6.823.753,42	1.626.691,95	**Correspondente Siafi - 62111.99.00**	
			2014	**2013**
Total de recebimentos	**11.241.546,86**	**-848.616,53 (a)**	**128.289.047,94 (b)**	**446.615.817,91 (b)**

Fonte: BCB/Deafi.
(a) Saldo negativo decorrente de ajustes nos valores arrecadados de juros de dívida ativa no 1° semestre de 2013.
(b) Diferença decorre de a conta do Siafi englobar outras contas do BCB.

CONTA 8990.15.01-7 (c) - Receitas de Honorários Advocatícios (c)	2014	2013		
1º semestre	5.863.067,05	5.366.566,93	**Correspondente Siafi -41990.02.01**	
2º semestre	2.406.559,09	451.976,16	**2014**	**2013**
Total de recebimentos	**5.863.067,05**	**5.818.543,09**	**5.863.067,05**	**5.818.543,09**

Fonte: BCB/Deafi.
(c) Esta conta inclui honorários advocatícios em geral, relacionados ou não com a dívida ativa.

CONTA 1650.04.01-3 (b) - Créditos Parcelados Inscritos Em Dívida Ativa (d)	Correspondente Siafi - 12231.00.00		
	2014	2013	
Total de recebimentos	**798.018.369,64**	**478.026.355,41**	Órgão 25280

Fonte: BCB/Deafi
(d) A conta registra os valores a receber de Instituições em Regime Especial, relativos à dívida ativa, parcelados no âmbito da Lei 12.249/2010. Na arrecadação da dívida (recebimento) ocorre a baixa do crédito registrado na contabilidade, e não o reconhecimento de receita.

CONTA 9710.43.01-7 (e) - REDI-BC - Créditos Parcelados Inscritos em Dívida Ativa de Instituições em Regime Especial (e)	Não Possui Correspondente no Siafi (f)	
	2014	2013
Total de recebimentos	**33.923.391,24**	**19.672.161,72**

Fonte: BCB/Deafi
(e) A conta registra os valores a receber de Instituições em Regime Especial, relativos à dívida ativa, parcelados no âmbito da Lei 12.249/2010. Na arrecadação da dívida (recebimento) ocorre a baixa do crédito registrado na contabilidade, e não o reconhecimento de receita.
(f) As contas relacionadas a Fundos e Programas administrados pelo BCB não são integradas ao Siafi.

RECEBIMENTOS REFERENTES A ESTOQUES REGISTRADOS EM CONTAS DE CONTROLE		
Receitas de Dívida Ativa	**Saldo BCB**	**Saldo Siafi**
		Conta Siafi – 41932.99.01 Órgão 25201
1° semestre/2014	6.867.009,23	
2° semestre/2014	17.167.181,75	
Total de recebimentos em 2014	24.034.190,98	
Receitas de Multa de Mora sobre a Dívida Ativa		
1° semestre/2014	1.301.037,34	
2° semestre/2014	535.439,19	
Total de recebimentos em 2014	1.836.476,53	
TOTAL	**25.870.667,51**	**25.870.667,51**
Receitas de Juros sobre Créditos de Dívida Ativa	**Saldo BCB (I)**	**Saldo Siafi (II)**
1° semestre/2014	4.417.793,44	Conta Siafi – 62111.99.00 Órgão 25280
2° semestre/2014	6.823.753,42	
TOTAL	**11.241.546,86**	**128.289.047,94**
DIFERENÇA (II-I)	**117.047.501,08 (g)**	
Receitas de Honorários Advocatícios (h)	**Saldo BCB**	**Saldo Siafi**
1° semestre/2014	3.456.507,96	Conta Siafi – 41990.02.01 Órgão 25201
2° semestre/2014	2.406.559,09	
TOTAL	**5.863.067,05**	**5.863.067,05**

Fonte: BCB/Deafi.
(g) Diferença decorre de a conta Siafi englobar outras contas BCB
(h) Esta conta inclui honorários advocatícios em geral, relacionados ou não com a dívida ativa.

Nota 6 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias

Na consolidação das demonstrações contábeis, alguns saldos das operações intragovernamentais, ou seja, operações realizadas dentro de um mesmo ente da Federação, são excluídos por meio de regras cadastradas no Siafi. Esse procedimento permite a eliminação das movimentações ocorridas entre os órgãos e entidades pertencentes ao mesmo ente, de maneira que, na consolidação, as informações sejam apresentadas sem duplicidade de valores, permitindo assim que o efeito nas demonstrações seja apenas pelo saldo líquido resultante do confronto de saldos devedores e credores.

Especialmente no que se refere às receitas e despesas intraorçamentárias, foram criadas regras de exclusão de valores comuns entre estes itens para a consolidação da Demonstração das Variações Patrimoniais e Balanço Financeiro.

Nota 7 – Receitas de Capital – Operações de Crédito

As operações de crédito tiveram um aumento de aproximadamente R$ 319 bilhões em relação ao exercício de 2013. Tais operações são contratadas pelo Tesouro Nacional, principalmente, com a finalidade de refinanciar a dívida pública, e seguem, basicamente, o seguinte procedimento:

- visando ao pagamento de suas dívidas, o Tesouro Nacional, para arrecadar recursos, efetua uma "operação

de crédito": emite e vende títulos públicos no mercado;
- esses títulos podem ser emitidos para se pagar o principal da dívida, os juros da dívida ou para pagar o resultado negativo do Banco Central do Brasil (BCB);
- os recursos arrecadados por meio dessas operações de crédito serão mantidos no "Caixa", na Conta Única da União, para fazer face aos futuros pagamentos da dívida, compondo uma reserva financeira comumente conhecida por "Colchão da Dívida";
- o "Colchão da Dívida" aumenta quando recursos são arrecadados e diminui quando dívidas são pagas. Nesse processo, é comum que recursos que não foram utilizados para pagamento ao longo do ano formem um superávit financeiro ao final do exercício. Tal superávit constituirá o colchão inicial do exercício seguinte;
- a "receita para refinanciamento" é a receita obtida por meio dessas operações de crédito (venda de títulos no mercado), para pagar a própria dívida, por isso, o nome refinanciamento. O pagamento da dívida pode ocorrer em um momento futuro ou no mesmo momento da obtenção da receita, em uma operação casada; e
- apesar de vinculada ao pagamento da dívida pública, a "receita para refinanciamento" não evidencia a despesa efetiva com o pagamento da dívida, porque os recursos para pagamento saem do "Colchão da Dívida", que contém, além das receitas arrecadas no exercício, o superávit do exercício anterior.

Nota 8 – Receitas de Capital – Amortização de Empréstimos e Financiamentos

As amortizações de empréstimos e financiamentos diminuíram de cerca de R$ 37 bilhões de 2013 para R$ 33,3 bilhões em 2014, o que representou uma variação negativa de R$ 3,7 bilhões.

Dentre as principais variações, destacam-se as amortizações de empréstimos e financiamentos geridos pela Coafi/STN, que reduziram cerca de R$ 2 bilhões.

O quadro a seguir informa as receitas de capital no que se refere a amortizações de empréstimos/financiamentos geridos pela Coafi/STN (valores em R$ milhões):

	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013
	31/12/2014	31/12/2013	
BEA/BIB*	-	15	-100%
Amort. de Empréstimos - Estados e Municípios	21.552	23.107	-6,7%
Amort. Refin. – Dívida De Operação Médio e LP	232	310	-25%
Amortizações de Contratos	1.552	1.875	-17,3%
TOTAL	**23.336**	**25.307**	**-7,8%**

Fonte: Resultado do Tesouro Nacional.
* BEA – Bond Exchange Agreement; BIB – IBrazil Investiment Bond Exchange Agreement

Na comparação entre os saldos registrados em 2013 com os registrados em 2014, a redução em 100,0% na receita da conta do BEA/BIB é consequência do encerramento do BIB em setembro/2013. Já a variação negativa de 6,7% verificada para as receitas oriundas de Amortizações de Empréstimos – Estados/Municípios foi consequência da redução de 25,52% na variação acumulada do IGP-DI entre 2013 e 2014, índice que corrige boa parte dos empréstimos de Estados e Municípios (Lei n° 9.496/1997, MP n° 2.185/2001, e MP nº 2.179/2001- Empréstimo BACEN-BANERJ).

A redução de 25% verificada para as receitas de Amortização dos Refinanciamentos da Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP) se deve, principalmente, pelo efeito do encerramento dos bônus do tipo C-Bond, sendo que os bônus restantes têm a característica de serem amortizados apenas no seu vencimento. Assim, após abril/2014, os valores recebidos por parte da Coafi/STN, que não sejam decorrentes de amortizações extraordinárias, serão parcelas de juros, não afetando a rubrica em questão. Vale ressaltar, que cinco mutuários do Programa realizaram amortizações extraordinárias em seus saldos devedores, o que totalizou cerca de 330 milhões e compensou, em partes, o efeito negativo desse encerramento.

Finalmente, a redução de 17,3% das receitas na conta de Amortizações de Contratos, cujos componentes mais significativos são os pagamentos dos contratos de cessão de créditos – *Royalties*, se deve ao encerramento do contrato com o Espírito Santo em 2013. Isto decorre, também, da curva descendente de amortizações do contrato do Rio de Janeiro, motivo pelo qual já era esperado um menor volume de recebimentos deste estado para o ano de 2014 e, consequentemente, para os períodos posteriores.

Nota 9 – Receitas de Capital – Alienação de Bens

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu artigo 44, veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

O demonstrativo a seguir, conforme preceitua o art. 4º, § 2º, inciso III da LRF, demonstra, em 2014, a receita de capital oriunda da alienação dos ativos, na quase totalidade referente a bens móveis. Na aplicação desses recursos, observa-se que houve uma concentração das despesas em inversões financeiras no valor de aproximadamente R$ 837 milhões e em investimentos no valor de R$ 253 milhões, em consonância com a chamada "Regra de Ouro" da LRF, restando ainda recursos para serem aplicados (cerca de R$ 15 milhões).

R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO A REALIZAR (a-b)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
RECEITAS DE CAPITAL						
Alienação de Ativos						
Alienação de Bens Móveis	1.935.519	1.921.592	926.666	2.090.650	1.008.853	-169.058
Alienação de Bens Imóveis	3.548.253	8.261.139	177.928	197.410	3.370.324	8.063.728
TOTAL	**5.483.771**	**10.182.731**	**1.104.594**	**2.288.060**	**4.379.177**	**7.894.670**

DESPESAS	DOTAÇÃOATUALIZADA(c)		DESPESASEXECUTADAS(d)[1]		SALDOAEXECUTAR(c-d)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS						
Despesas de Capital	**5.468.288**	**10.182.730**	**1.089.112**	**1.735.064**	**4.379.176**	**8.447.666**
Investimentos	2.333.263	6.187.921	252.520	204.376	2.080.743	5.983.545
Inversões Financeiras	3.128.750	3.976.403	836.575	1.512.330	2.292.175	2.464.073
Amortiz./Refinanciamento da Dívida	6.275	18.406	17	18.358	6.258	48
Desp. Correntes dos Regimes de Previdência	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**5.468.288**	**10.182.730**	**1.089.112**	**1.735.064**	**4.379.176**	**8.447.666**

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR(e)		EXERCÍCIO (f)=(b-d)		SALDOATUAL (e+f)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	12.324.862	**11.771.866**	**15.482**	**552.995**	**12.340.344**	**12.324.862**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Exercício de 2014.
[1]Inclui despesas empenhadas, mas não efetivamente liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas executadas no encerramento do exercício, por força da Lei nº 4.320/1964.

Destacam-se que, as receitas realizadas com alienação de bens móveis diminuíram cerca de R$ 1 bilhão em relação ao exercício de 2013. Em contrapartida, também houve uma menor aplicação nas despesas com Inversões Financeiras.

Das receitas realizadas com alienação de bens móveis, destaca-se a redução na venda de estoques reguladores e estratégicos, realizado pelo Ministério da Fazenda, conforme demonstrado no próximo quadro (valores em R$ milhares):

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO
	2014	2013	
Alienação de Estoques Reguladores	48.837	347.380	(298.543)
Alienação de Estoques Estratégicos	430.498	785.334	(354.836)
TOTAL	**479.335**	**1.132.714**	**(653.379)**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 10 – Outras Receitas de Capital

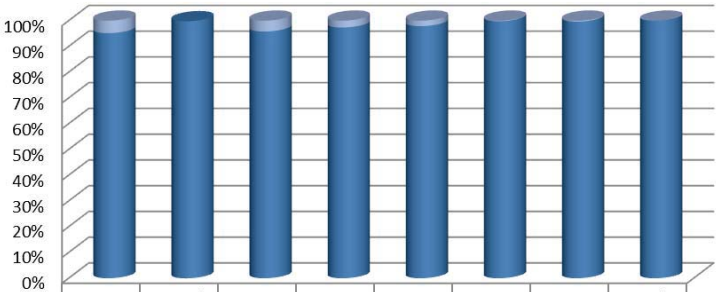
O item "Outras Receitas de Capital" é composto de:

- 42% referente ao Resultado do BCB, sendo: R$ 16,2 bilhões referente ao registro da baixa de créditos a receber decorrentes do resultado positivo do BCB – equalização de reservas – referente ao 2° semestre de 2013, atualizado até 07/03/2014;
- R$14,5 bilhões também referentes ao registro da baixa de créditos a receber decorrentes do resultado positivo do BCB – demais operações - referente ao 2° semestre de 2013, atualizado até 07/03/2014; e R$5,4 bilhões referentes ao registro da baixa de créditos a receber decorrentes do resultado positivo do BCB – demais operações - referente ao 1° semestre de 2014, atualizado até 07/09/2014; e
- 58% referente a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, sendo R$50 bilhões sob controle da Coordenação Geral de Programação Financeira (Cofin/STN).

Nota 11 – Deduções da Receita

Na Demonstração das Variações Patrimoniais, as receitas orçamentárias são demonstradas separadamente por sua origem, pelo valor bruto; e as deduções são consolidadas em uma única linha destacada na demonstração, enquanto que, no Balanço Orçamentário, as receitas orçamentárias são demonstradas pelo valor líquido, ou seja, já consideradas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações e os descontos, bem como as próprias deduções da receita. O gráfico a seguir detalha as maiores deduções, por origem de receita.

DEDUÇÕES DA RECEITA POR ORIGEM ATÉ 31/12/2014 - R$ MILHÕES



	Receita Tributária	Receita de Contribuições	Outras Receitas Correntes	Receitas Patrimonial	Amortizações e Empréstimos	Outras Receitas de Capital	Receitas de Serviços	Operações de Crédito
Deduções da Receita	20.344	(1.620)	2.832	2.235	704	192	162	133
Receita Líquida	400.547	687.005	64.406	82.397	32.607	86.142	41.838	831.923

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No período apresentado, as "Deduções da Receita" sofreram um acréscimo de 78% (cerca de R$ 11 bilhões) em relação ao mesmo período de 2013. Do total contabilizado de R$ 25 bilhões, as maiores deduções foram registradas nos seguintes órgãos, assim especificados:

- R$ 20,3 bilhões no Ministério da Fazenda, dos quais destacam-se R$ 18,8 bilhões na Receita Federal do Brasil, R$ 582 milhões na Copar/STN, R$ 457 milhões na Cofis/STN;
- R$ 1,5 bilhão no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego; e
- R$ 1,4 bilhão no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Nota 12 – Acréscimos Patrimoniais – Incorporações de Ativos, Desincorporações de Passivos

Os acréscimos patrimoniais, na Demonstração das Variações Patrimoniais, até dezembro de 2014, apresentaram um aumento de R$ 2,2 trilhões em relação ao mesmo período de 2013, o que representa uma variação percentual de 79%.

As "Incorporações de Ativos" e "Desincorporações de Passivos" tiveram aumento de R$ 88 bilhões (7%) e diminuição de R$ 40 bilhões (-5%), respectivamente. O item "Incorporações de Ativos" foi impactado, principalmente, por fatores como:

- Reconhecimento de dívida ativa tributária, entre principal, multa, juros e atualização, no total de R$ 133 bilhões;
- Resultado positivo do custo das reservas do BCB, no valor de R$ 65 bilhões;Atualização de créditos tributários, impostos, taxas e de contribuições parcelados de longo prazo administrados pela RFB, cerca de R$377 bilhões;
- Dividendos e juros sobre capital próprio das empresas estatais, aproximadamente R$ 19 bilhões;
- Baixa da Retificação de Recursos a Receber para pagamentos de Restos a Pagar, R$ 436 bilhões; e;

- Empréstimos e financiamentos, R$ 94 bilhões, sendo R$ 30 bilhões referentes ao contrato de mútuo de financiamento entre União e BNDES, tendo como finalidade constituir garantias, em favor da União, relativamente à garantia prestada no empréstimo externo concedido pela Corporação Andina de Fomento (CAF) ao Município de Canoas-RS, para o Financiamento Parcial do Programa Integrado de Investimentos para Revitalização e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Canoas - Canoas para Todos e R$ 30 bilhões do contrato 1.017/PGFN, processo 17944.001755/2014-88.

Dentre as incorporações de ativos, destaque para integralização de R$ 1,3 bilhão em cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), mediante a transferência de 1,5 bilhão de ações ON do Banco da Amazônia, 30 milhões de ações ON do BNB e de 37 milhões de ações ON da Eletrobras, conforme autorização contida no Decreto s/n, de 13.03.2014 e Portaria MF nº 195/2014.

Além disso, foram integralizadas cotas nos Organismos Internacionais a seguir:

- Corporação Andina de Fomento (CAF): R$ 8,54 milhões
- Fundo de Operações Especiais (FOE): R$ 5,67 milhões
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD): R$ 4,77 milhões
- Fundo Multilateral de Investimento (Funim): R$ 2,28 milhões

Nota 13 – Acréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos

O item "Ajuste de Bens, Valores e Créditos" apresentou, em 2014, em relação a 2013, uma variação positiva de 885,5% (aproximadamente R$ 2,4 trilhões), conforme quadro a seguir.

ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS - R$ MILHÕES

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Reavaliações de Bens	61.026	113.126	(52.100)	-46,1%
Reavaliações de Títulos e Valores	7.182	5.791	1.392	24,0%
Ajustes de Créditos	2.595.984	151.369	2.444.615	1615,0%
Outros	1.949	242	1.707	705,4%
TOTAL	**2.666.141**	**270.528**	**2.395.614**	**885,5%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

O item "Ajustes de Créditos" foi o item que mais influenciou o grupo para o aumento de 1615% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Grande parte desse item é composto por atualizações monetárias da dívida ativa não tributária, atualizações monetárias e juros de haveres financeiros administrados pela Coafi/STN.

Este movimento relevante observado no item "Ajustes de Créditos" ocorreu devido a um documento processado automaticamente pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - PE, em julho de 2014, e que impactou o mesmo item em decréscimos patrimoniais (vide nota 20), anulando, portanto, o efeito na Demonstração das Variações Patrimoniais e na conta de ativo não circulante.

Seguem os valores lançados em Acréscimos Patrimoniais e Decréscimos Patrimoniais (conforme relatado anteriormente), impactando positivamente e negativamente a conta Dívida Ativa Tributária Não Previdenciária, anulando, portanto, os efeitos:

- R$ 503 bilhões de principal;
- R$ 50 bilhões de multa;
- R$ 1,3 trilhão de juros; e
- R$ 376 bilhões de dívida legalmente ajuizadas.

Os itens "Reavaliação de Bens" e "Desvalorização de Bens – Decréscimos Patrimoniais" tiveram uma queda em relação ao mesmo período do ano anterior.

Esse comportamento pode ser explicado, pois a adoção dos procedimentos de Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável dos bens, pelos órgãos federais, obedeceu um cronograma emitido pela STN, no qual a maior parte dos bens do ativo permanente deveria ser reavaliada até 2013.

R$ milhares

REAVALIAÇÕES	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	(a) - (b)	%
Bens Imóveis	60.874.885	112.934.656	(52.059.771)	-46%
Bens Móveis	81.558	130.280	(48.722)	-37%
Bens Intangíveis	40	980	(939)	-96%
Outros	69.105	59.983	9.123	15%
TOTAL	**61.025.589**	**113.125.898**	**(52.100.309)**	**-46%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 14 – Acréscimos Patrimoniais – Ajustes de Obrigações

De modo geral, os ajustes de obrigações decorrem principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito.

Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, os ajustes de obrigações que constam das "Variações Ativas" representam a contrapartida contábil de um decréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de uma redução na dívida pública, redução esta decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas "Variações Ativas", o item "Ajustes de Obrigações" teve um decréscimo de R$ 283 bilhões, aproximadamente, ao se comparar com o mesmo período de 2013, o que se deve, principalmente, ao aumento registrado na Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv/STN), conforme demonstrado a seguir (valores em R$ milhões):

VARIAÇÃO ATIVA DAS OBRIGAÇÕES	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Obrigações Internas	113.384	396.446	(283.062)	-71,4%
Atualização Monetária	60.194	5.304	54.889	1034,9%
Juros e Encargos	53.190	391.142	(337.952)	-86,4%
Obrigações Externas	8.316	8.493	(177)	-2,1%
Variação Cambial	8.316	8.493	(177)	-2,1%
TOTAL	**121.700**	**404.939**	**(283.240)**	**-69,9%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Do quadro, infere-se o seguinte:

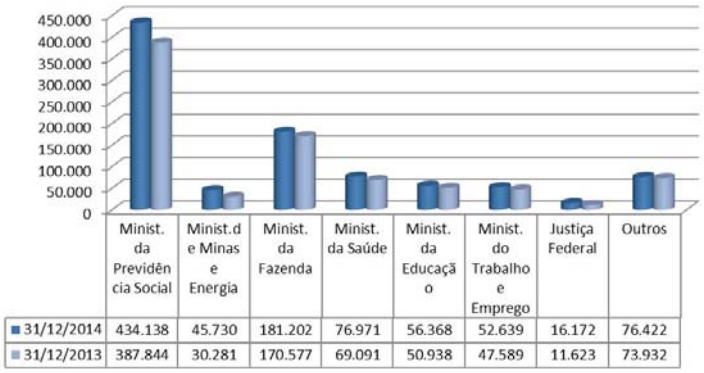
- aumento de R$ 54 bilhões no item "Atualização Monetária", que representa, na realidade, um aumento na desvalorização monetária da dívida;
- redução de R$ 338 bilhões nos ajustes negativos dos encargos da dívida interna. Tais ajustes diminuem a dívida e são decorrentes da forma como a dívida é atualizada; e
- diminuição de R$ 177 milhões na variação cambial positiva da dívida externa, quando comparado ao exercício de 2013, o que contribuiu para o aumento da dívida em 2014.

A análise mais detalhada dos efeitos das Variações Ativas sobre as dívidas interna e externa foi feita no tópico "Ajustes de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais", ao final das notas explicativas da DVP.

Nota 15 – Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes

Em 2014, as despesas correntes sofreram um aumento de R$ 140 bilhões em relação a 2013, em função do aumento ocorrido no item "Juros e Encargos da Dívida", o qual aumentou pouco mais de R$ 28 bilhões, e do aumento no item "Outras Despesas Correntes", no valor de R$ 98 bilhões, aproximadamente. No gráfico a seguir, é possível visualizar as maiores alterações nesse item por órgão.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES - R$ MILHÕES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

O quadro a seguir apresenta as principais variações positivas e negativas do item "Outras Despesas Correntes", por elemento da despesa, e incluindo os valores referentes às operações intraorçamentárias (valores em R$ milhões).

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Aposentadorias do RGPS - Área Urbana	200.062	159.003	41.060	25,8%
Pensões do RGPS - Área Urbana	74.745	59.158	15.587	26,3%
Compensações ao RGPS	17.000	1.790	15.210	849,7%
Aposentadorias do RGPS - Área Rural	62.984	49.851	13.133	26,3%
Distribuição de Receitas aos Estados	99.357	86.811	12.546	14,5%
Seguro Desemprego e Abono Salarial	51.829	39.950	11.878	29,7%
Subvenções Econômicas	27.466	16.381	11.085	67,7%
Distribuição de Receitas aos Municípios	97.190	86.900	10.290	11,8%
Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	31.222	22.790	8.431	37,0%
Contribuições - Fundo a Fundo - Municípios	19.672	12.262	7.410	60,4%
Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	37.594	30.322	7.273	24,0%
Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana	28.318	21.804	6.514	29,9%
Sentenças Judiciais	15.552	10.021	5.530	55,2%
Contribuições - Fundo a Fundo - Municípios	42.123	36.717	5.406	14,7%
Contribuições - Estados	12.093	7.697	4.396	57%
Auxílio Financeiro a Estudantes	8.807	4.831	3.977	82,3%
Pensões do RGPS - Área Rural	21.946	17.975	3.972	22,1%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.345	26.819	3.526	13,1%
Material de Consumo	13.626	11.217	2.409	21,5%
Locação de Mão de Obra	7.569	5.395	2.175	40,3%
Indenizações e Restituições	8.742	6.750	1.992	29,5%
Contribuições - Exterior	2.742	1.072	1.669	155,7%
Contribuições a Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos	3.331	1.923	1.409	73,3%
Contribuições - Fundo a Fundo - Estados	15.466	14.150	1.316	9,3%
Material, Bem ou Serviço para Distribuição	931	-	931	-
Auxílio-Alimentação	4.341	3.504	837	23,9%
Outros Benefícios Assist. do Servidor e do Militar	693	-	693	-
Pensões Especiais	688	-	688	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.699	2.029	671	33,1%
Despesas de Exercícios Anteriores	1.959	1.292	667	51,7%
Despesas de Exercícios Anteriores - Fundo a Fundo - Municípios	1.381	772	608	78,8%
Outros Benefícios do RGPS - Área Rural	2.680	2.216	464	20,9%
Passagens e Despesas com Locomoção	1.556	1.110	446	40,2%

Contribuições (ações e serviços de saúde) - Estados	344	-	344	-
Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição	2.188	1.901	286	15,1%
Auxílio-Fardamento	307	25	282	1145,5%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	973	730	243	33,3%
Contratação por Tempo Determinado	249	543	(294)	-54,2%
Despesas de Exercícios Anteriores - Fundo a Fundo - Estados	234	589	(355)	-60,3%
Outros Benefícios Assistenciais	-	356	(356)	-100,0%
Pensões, Exceto RGPS	-	398	(398)	-100,0%
Material de Consumo	1	568	(567)	-99,8%
Indenizações e Restituições	-	739	(740)	-100,0%
Indenizações e Restituições	-	801	(801)	-100,0%
Material de Consumo	-	843	(843)	-100,0%
Outras	6.717	6.259	2.117	7,3%
TOTAL	**957.721**	**756.263**	**201.458**	**26,6%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 16 – Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais

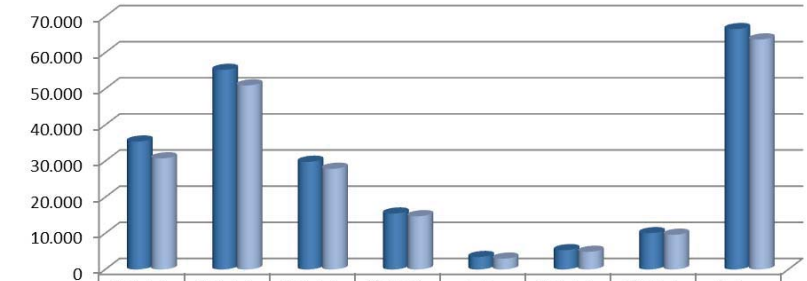
Em 2014, as despesas correntes de pessoal e encargos sociais sofreram um aumento de R$ 17 bilhões em relação a 2013. Nos gráficos a seguir, é possível visualizar as maiores alterações por elemento de despesa e por órgão.

R$ MILHÕES

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	92.388	84.486	7.902	9,4%
Aposentadoria RPPS, Reser. Remuner. E Reforma Militar	63.344	58.885	4.459	7,6%
Pensões do RPPS e do Militar	34.516	31.488	3.029	9,6%
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	19.979	17.894	2.085	11,7%
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias	17.891	16.386	1.506	9,2%
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.229	968	261	27,0%
Sentenças Judiciais	5.057	5.603	(547)	-9,8%
Despesas de Exercícios Anteriores	1.617	2.177	(560)	-25,7%
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	173	1.184	(1.011)	-85,4%
Outras	3.194	2.870	323	11,3%
TOTAL	**239.388**	**221.941**	**17.447**	**7,9%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - R$ MILHÕES



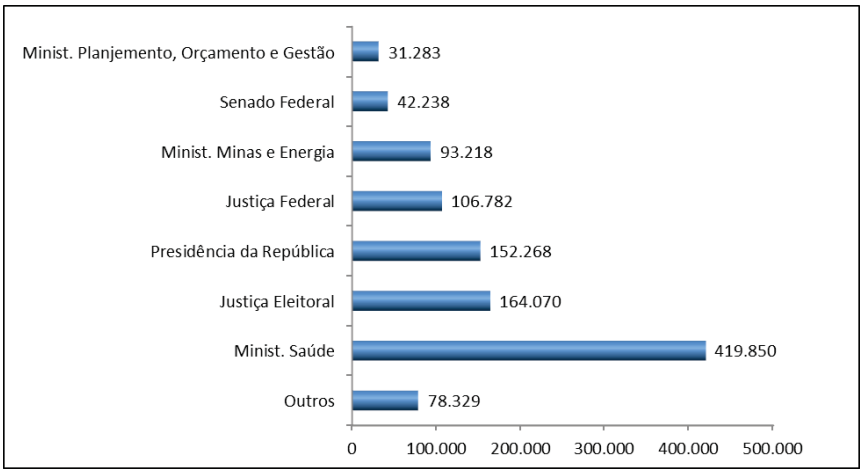
	Minist. da Educação	Minist. da Defesa	Minist. da Fazenda	Minist. Da Saúde	Justiça Eleitoral	Minist. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Minist. da Previdência Social	Outros
31/12/2014	35.381	55.218	29.779	15.470	3.436	5.310	10.019	66.509
31/12/2013	30.731	50.910	27.850	14.724	2.986	4.868	9.597	63.634

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 17 – Despesas de Capital – Investimentos

Comparando o valor investido em 2014 em relação a 2013, percebe-se uma redução de pouco mais de R$ 10,7 bilhões. Nos gráficos a seguir, estão demonstrados os aumentos mais relevantes em investimentos, por órgão.

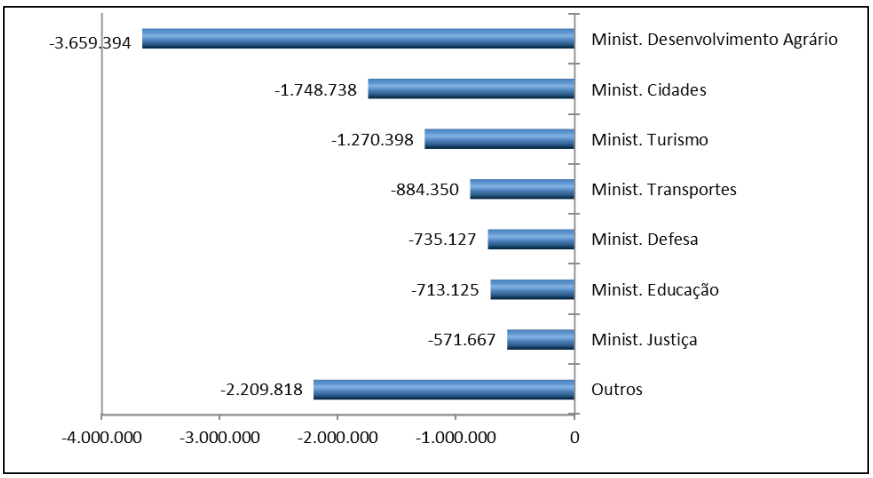
MAIORES ACRÉSCIMOS ATÉ 31/12/2014 - R$ MILHARES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No próximo quadro, estão demonstradas as reduções mais significativas nos investimentos, por órgão.

MAIORES DECRÉSCIMOS ATÉ 31/12/2014 - R$ MILHÕES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

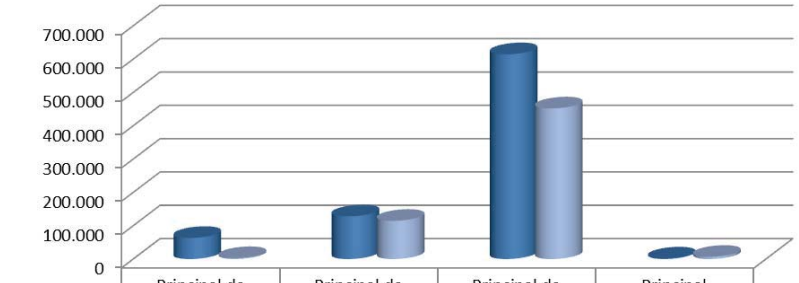
Do total da despesa de capital com investimentos de R$ 55,9 bilhões, realizados em 2014, destacam-se os seguintes órgãos:

- Ministério dos Transportes, com R$ 12,3 bilhões;
- Ministério da Educação, com R$ 10,3 bilhões;
- Ministério da Defesa, com R$ 8,7 bilhões.

Nota 18 – Despesas de Capital – Amortizações

A diferença total das despesas realizadas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial de operações de crédito contratadas, mais o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, foi da ordem de R$ 231,8 bilhões a mais em relação a 2013. O gráfico a seguir demonstra a composição dessa despesa acumulada no período, entre o valor de amortização do principal da dívida, valores referentes a correções monetárias e cambiais e os valores atinentes ao refinanciamento.

AMORTIZAÇÃO E REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA - R$ MILHÕES



	Principal da Dívida por Contrato	Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	Principal Corrigido Dívida Contratual Refinanciada
31/12/2014	63.454	128.267	614.854	1.964
31/12/2013	2.948	114.758	452.253	6.780

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 19 – Decréscimos Patrimoniais – Desincorporações de Ativos

A diferença ocorrida nos decréscimos patrimoniais da ordem de R$ 2,1 trilhões teve como uma de suas causas, a redução observada no item Desincorporações de Ativos, se comparados os valores de 2014 em relação a 2013.

Nesse item houve uma redução da ordem de R$ 9,6 bilhões, devido principalmente à Baixa de Direitos, que apresentou saldo de R$ 1,073 trilhão em 2014 contra R$ 1,034 trilhão em 2013.

Na RFB, a baixa de direitos montou cerca de R$ 257 bilhões. Este item se relaciona, principalmente, à baixa de créditos tributários oriundos de impostos, taxas e contribuições de melhoria, contribuições sociais e econômicas e créditos por infrações legais/contratuais.

Na RFB houve um aumento de R$ 88,94 bilhões (52,66%) quando se compara o saldo acumulado de Baixa de Direitos até o final de 2014 com o saldo acumulado do mesmo período de 2013.

Esse resultado ocorreu em virtude do aumento nos registros de baixas (pagamentos efetuados por parte dos contribuintes) provenientes dos créditos tributários e créditos por infrações legais/contratuais.

O aumento de baixas no estoque de créditos a receber administrados pela RFB pode ocorrer devido há alguns mecanismos que possibilitam aos contribuintes o pagamento de tributos, como por exemplo, implementações ou alterações de legislações tributárias que levem à redução da carga de tributos e reduções de alíquotas, descontos e desonerações tributárias sobre a produção, faturamento e renda da pessoa física e jurídica.

Nota 20 – Decréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos

O item "Ajuste de Bens, Valores e Créditos" encontra-se detalhado no quadro a seguir:

DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS - R$ MILHÕES

AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Desvalorização de Bens	6.311	26.125	(19.814)	-75,8%
Desvalorização de Títulos e Valores	2.189	1.360	829	61,0%
Ajustes de Créditos	2.311.852	174.790	2.137.063	1222,6%
Outros Ajustes Patrimoniais	1.505	-	1.505	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.535	8.813	(4.278)	-48,5%
TOTAL	**2.326.392**	**211.088**	**2.115.304**	**1002,1%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Em 2014 os "Ajustes de bens, valores e créditos" tiveram um aumento relevante em relação a 2013.

Este movimento relevante observado no item "Ajustes de Créditos" ocorreu devido a um documento processado automaticamente pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional/PE, em julho de 2014, e que impactou o mesmo item em acréscimos patrimoniais (vide nota 13, item 5.2.6.2), anulando, portanto, o efeito na DVP e na conta de ativo não circulante.

Seguem os valores lançados em Acréscimos Patrimoniais e Decréscimos Patrimoniais (conforme relatado anteriormente), impactando positivamente e negativamente a conta Dívida Ativa Tributária Não Previdenciária, anulando, portanto, os efeitos:

- R$ 503 bilhões de principal;
- R$ 50 bilhões de multa;
- R$ 1,328 trilhão de juros;
- R$ 376 bilhões de dívida legalmente ajuizadas.

Em 2014, também ocorreu um lançamento de perdas dos créditos de liquidação duvidosa relacionadas aos empréstimos e financiamentos de R$ 15,1 bilhões, enquanto que em 2013 foi de R$ 2,8 bilhões. A grande variação ocorreu na rubrica de empréstimos e financiamentos.

Os itens "Reavaliação de Bens" (vide nota 13, item 5.2.6.2) e o "Desvalorização de Bens – Decréscimos Patrimoniais" tiveram uma queda em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse comportamento pode ser explicado, pois a adoção dos procedimentos de Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável dos bens, pelos órgãos federais, obedeceu um cronograma emitido pela STN, no qual a maior parte dos bens do ativo permanente deveria ser reavaliada até 2013.

O quadro a seguir demonstra a Redução ao Valor Recuperável por grupo de bens (valores em R$ milhares):

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	(a) - (b)	%
Bens Imóveis	6.242.445	26.023.841	(19.781.396)	-76%
Bens Móveis	68.541	100.336	(31.794)	-32%
Bens Intangíveis	-	1.090	(1.090)	-100%
Outros	481	209	272	131%
TOTAL	**6.311.467**	**26.125.475**	**(19.814.008)**	**-76%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Em 2014, o item "Desvalorização de Bens" foi impactado, principalmente, pelos registros das desvalorizações de imóveis de uso especial da Companhia Brasileira de Trens Urbanos de Recife, do Ministério das Cidades, e dos imóveis de uso especial da Universidade Federal de Minas Gerais, do Ministério da Educação.

Sobre a depreciação, houve um estorno no primeiro semestre de 2014 referente a um lançamento indevido, durante o exercício de 2013, pela Fundação Universidade Federal do Piauí, no total de R$ 5,8 bilhões.

Esse ajuste fez com que o comportamento da depreciação decrescesse ou ainda, normalizasse, de forma líquida, em relação a posição de 31 de dezembro de 2013.

Nota 21 – Decréscimos Patrimoniais – Incorporações de Passivos

O item "Incorporação de Passivos" apresentou aumento de R$ 259,6 bilhões no exercício de 2014 em relação a 2013, e as principais variações foram verificadas nos seguintes itens:

- constituição de ajuste para perdas na dívida ativa – R$ 235,5 bilhões (ver nota 12 do Balanço Patrimonial); e
- registro de recursos a liberar para pagamento de restos a pagar – R$ 418 bilhões.

Nota 22 – Decréscimos Patrimoniais – Ajustes de Obrigações

De modo geral, os ajustes de obrigações decorrem principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito.

Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Expurgando o efeito da variação da conta "Ajustes de Bens, Valores e Créditos", aproximadamente R$ 2,3 trilhões, referente ao lançamento com efeito nulo da PRFN-PE (vide notas 11 e 17), a diferença ocorrida nos decréscimos patrimoniais teve como uma de suas causas a redução observada no item Ajustes de Obrigações, se comparados os valores de 2014 com o de 2013.

Mais especificamente, os ajustes de obrigações que constam das "Variações Passivas" representam a contrapartida contábil de um acréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de um aumento na dívida pública, aumento esse decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas "Variações Passivas", o item "Ajustes de Obrigações" teve uma redução de R$ 236,5 bilhões ao se comparar o período analisado de 2014 com o de 2013, e esse aumento está evidenciado, principalmente, na Codiv/STN, conforme demonstram os números no quadro a seguir:

em R$ milhões

VARIAÇÃO PASSIVA DAS OBRIGAÇÕES	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Obrigações Internas	449.531,36	683.291,53	(233.760,18)	-34,2%
Atualização Monetária	166.246,25	154.534,38	11.711,87	7,6%
Juros e Encargos	283.285,10	528.757,16	(245.472,05)	-46,4%
Obrigações Externas	26.735,58	29.488,50	(2.752,92)	-9,3%
Variação Cambial	18.684,93	18.481,63	203,31	1,1%
Juros e Encargos	8.050,65	11.006,87	(2.956,22)	-26,9%
TOTAL	**476.266,94**	**712.780,03**	**(236.513,09)**	**-33,2%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Do quadro anterior, infere-se o seguinte:

- aumento de R$ 11,7 bilhões no item "Atualização Monetária", que representa, na realidade, um aumento na valorização monetária da dívida em comparação ao mesmo período de 2013. Dessa forma, enquanto a dívida interna, até dezembro de 2013, sofreu atualizações monetárias de R$ 154,5 bilhões, no mesmo período de 2014, esse valor foi de R$ 166 bilhões;
- diminuição nos ajustes positivos dos encargos da dívida interna (cerca de R$ 245 bilhões). Tais ajustes aumentam a dívida e são decorrentes do procedimento utilizado para atualização da dívida;
- aumento de cerca de R$ 203 milhões na variação cambial da dívida externa, ou seja, a dívida aumentou mais no período analisado de 2014 por efeito da variação cambial do que no mesmo período de 2013; e
- diminuição de R$ 2,9 bilhões nos ajustes positivos dos encargos da dívida externa.

A análise mais detalhada dos efeitos das Variações Passivas sobre as dívidas interna e externa foi feita no tópico "Ajustes de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais", ao final das notas explicativas da DVP.

Nota 23 – Resultado da Equivalência Patrimonial: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais

Os acréscimos patrimoniais relacionados ao Resultado da Equivalência Patrimonial (MEP) registram os aumentos no ativo permanente decorrentes de ajustes e ganhos das participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Por outro lado, os decréscimos patrimoniais relacionados ao MEP registram as baixas no ativo permanente decorrentes de ajustes e perdas das participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Como os registros de perdas e ganhos impactam os dois lados na DVP, para uma melhor evidenciação do que realmente ocorreu com os ativos permanentes que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, os valores foram consolidados, por tipo de ajuste, no próximo quadro (em R$ milhões):

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Ganho/Perdas na Apuração da Equivalência	9.419	(3.957)	13.377	-338,0%
Variações Ativas (Ganhos)	57.295	22.508	34.787	154,6%
Variações Passivas (Perdas)	(47.875)	(26.465)	(21.410)	80,9%
Ajuste para Consolidação das Participações	(6.294)	(1.649)	(4.645)	281,7%
Variações Ativas (Ajustes Positivos)	8.752	2.766	5.986	216,4%
Variações Passivas (Ajustes Negativos)	(15.046)	(4.414)	(10.631)	240,8%
TOTAL	**3.125**	**(5.606)**	**8.731**	**-155,7%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota 24 – Ajustes de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais

Para melhor demonstrar o que ocorreu com as dívidas interna e externa, é necessário efetuar uma análise envolvendo o grupo de variações passivas, que aumentam a dívida, e o grupo de variações ativas, que diminuem a dívida.

As variações das dívidas sofrem impacto dos dois grupos devido à metodologia de cálculo dos ajustes, que podem, ao longo do exercício, aumentar ou diminuir o valor total das obrigações. Nos próximos quadros as obrigações foram segregadas em "Internas" e "Externas", e foram demonstrados os comportamentos de seus indexadores, juros e encargos e variações cambiais (valores em R$ milhões).

OBRIGAÇÕES INTERNAS	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Atualização Monetária	106.053	149.230	(43.178)	-28,9%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(60.194)	(5.304)	(54.889)	1034,9%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	166.246	154.534	11.712	7,6%
Juros e Encargos	230.095	137.615	92.480	67,2%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(53.190)	(391.142)	337.952	-86,4%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	283.285	528.757	(245.472)	-46,4%
TOTAL	**336.148**	**286.845**	**49.302**	**17,2%**

OBRIGAÇÕES EXTERNAS	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014	31/12/2013	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Juros e Encargos	8.051	11.007	(2.956)	-26,9%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	-	-	-	0,0%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	8.051	11.007	(2.956)	-26,9%
Variação Cambial	10.369	9.988	381	3,8%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(8.316)	(8.493)	177	-2,1%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	18.685	18.482	203	1,1%
TOTAL	**18.419**	**20.995**	**(2.576)**	**-12,3%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A partir das informações apresentadas, é possível chegar às seguintes conclusões:

- a dívida interna aumentou mais no exercício de 2014 do que no exercício de 2013, devido, principalmente, a queda nas variações ativas dos juros e encargos que diminuem a dívida; e
- a dívida externa, por outro lado, diminuiu mais no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013, devido ao decréscimo nas variações passivas de juros e encargos.

Nota 25 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial positivo do exercício de 2013, no valor de R$ 281 bilhões, é resultado, em sua maior parte, das variações orçamentárias, com um resultado positivo de R$ 275 bilhões, tendo um leve impacto das variações extraorçamentárias, cerca de R$ 5,9 bilhões.

O resultado patrimonial positivo do exercício de 2014, no valor de R$ 200 bilhões, também, é resultado, em sua maior parte, pelas variações positivas orçamentárias de R$ 179,8 bilhões, tendo um leve impacto das variações extraorçamentárias, cerca de R$ 20 bilhões.

O quadro a seguir, evidencia essas alterações:

em R$ milhões

RESULTADO PATRIMONIAL	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2013	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Resultado Orçamentário	179.873	275.917	(96.044)	-34,8%
Variações Ativas	3.383.283	2.785.336	597.947	21,5%
Variações Passivas	(3.203.410)	(2.509.419)	(693.991)	27,7%
Resultado Extraorçamentário	20.178	5.880	14.298	243,2%
Variações Ativas	5.004.078	2.803.764	2.200.313	78,5%
Variações Passivas	(4.983.900)	(2.797.885)	(2.186.015)	78,1%
TOTAL	**200.051**	**281.797**	**(81.746)**	**-29,0%**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

5.2.6.3. Balanço Financeiro (BF)

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

No BF da União, utiliza-se a metodologia de saldos para os ingressos e dispêndios extraorçamentários, ou seja, são evidenciados na demonstração saldos iniciais e finais do ativo e do passivo. Assim, para se chegar ao movimento de saldos líquidos entre os ingressos e dispêndios é necessário verificar a diferença entre os dois lados da seguinte forma:

- para os grupos de contas do ativo, o saldo inicial encontra-se do lado dos ingressos e o final do lado dos dispêndios. Dessa forma, se o seu saldo final for maior, indica possível dispêndio; caso contrário, um ingresso;
- para os grupos de contas do passivo, o saldo inicial encontra-se do lado dos dispêndios e o final do lado dos ingressos. Dessa forma, se o seu saldo final for maior, indica possível ingresso; caso contrário, um dispêndio.

Para se chegar aos valores reais de ingressos e dispêndios, seria necessário apurar os movimentos exclusivos de reflexo no caixa ou equivalentes de caixa da União, de modo a não permitir a influência de saldos de exercícios anteriores, estornos e outras regularizações contábeis. Contudo, devido à complexidade operacional, a forma de apresentação do Balanço Financeiro da União utiliza a metodologia de saldos, conforme descrito anteriormente.

As receitas e despesas orçamentárias foram analisadas detalhadamente na parte específica deste relatório e nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais.

Os ingressos e dispêndios extraorçamentários com alterações relevantes, por se tratarem de grupos de contas do ativo e do passivo, foram analisados especificamente nas notas explicativas do Balanço Patrimonial.

Nota 1 – Transferências Financeiras Intraorçamentárias

Na consolidação das demonstrações contábeis, alguns saldos das operações intragovernamentais, ou seja, operações realizadas dentro de um mesmo ente da Federação, são excluídos por meio de regras cadastradas no Siafi. Esse procedimento permite a eliminação das movimentações ocorridas entre os órgãos e entidades pertencentes ao mesmo ente, de maneira que na consolidação as informações sejam apresentadas sem duplicidade de valores, permitindo assim que o efeito nas demonstrações seja apenas pelo saldo líquido resultante dos saldos excluídos.

Nota 2 – Ingressos Extraorçamentários

Os itens desse grupo correspondem, principalmente, aos saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte e os restos a pagar inscritos no exercício. Os demais valores são relativos às receitas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

Dentre os saldos dos direitos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

Valores em Circulação (cerca de R$ 474,2 bilhões):

- Recursos Especiais a Receber (cerca de R$ 436 bilhões) – compreendem o somatório dos recursos provenientes do orçamento da União, não recebidos até o final do exercício de origem; e
- Depósitos Especiais do FAT - (cerca de R$ 27,8 bilhões).

Valores Pendentes a Curto Prazo (cerca de R$ 124,8 bilhões):

- Valores Diferidos (cerca de R$ 124,8 bilhões) – compreendem o saldo financeiro total disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de Cota, Repasse ou Sub-Repasse no exercício seguinte.

Dentre as obrigações que tiveram maior relevância, destacam-se as “Obrigações em Circulação” (cerca de R$ 670 bilhões), com os seguintes desdobramentos:

- Recursos a Liberar para Pagamento de Restos a Pagar (cerca de R$ 360 bilhões) – registra o valor do recurso financeiro concedido pelo Tesouro Nacional aos órgãos

e entidades, para fazer face aos pagamentos de restos a pagar inscritos no final do exercício anterior;
- Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (cerca de R$ 185 bilhões) – são os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, acumulados até o exercício de 2014, mas registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, da Lei nº 4.320/1964, e ainda conforme o artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000; e
- Recursos a Liberar por Transferência (cerca de R$ 51 bilhões).

Dentre outros valores relevantes, destacam-se os "Ajustes de Direitos e Obrigações" (cerca de R$ 712 bilhões), que apresentam os seguintes desdobramentos:

- Incorporação de Direitos (cerca de R$ 442,5 bilhões) – registra o valor dos créditos incorporados ao patrimônio por aquisição, doação, transferência e outras entradas, independentes de execução orçamentária, composto por Créditos Diversos a Receber e Outras Incorporações de Direitos;
- Desincorporação de Obrigações (cerca de R$ 267 bilhões) – registra o valor das variações patrimoniais decorrentes da baixa de obrigações financeiras independentes de execução orçamentária;
- Ajustes de Créditos (cerca de R$ 2,5 bilhões) – registra o valor das variações positivas do Ativo decorrentes do ajuste de valor dos créditos ao seu valor econômico.

Nota 3 – Dispêndios Extraorçamentários

Os dispêndios extraorçamentários compreendem, majoritariamente, aos saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, bem como as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no exercício corrente. Os demais valores são relativos às despesas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

Dentre os valores dos direitos mais relevantes, destacam-se os grupos:

Valores em Circulação (cerca de R$ 449 bilhões):

- Recursos Especiais a Receber (cerca de R$ 415 bilhões) – representam o somatório dos recursos provenientes do Orçamento da União, não recebidos até o final do exercício que lhes deu origem; e
- Depósitos Especiais do FAT (cerca de R$ 24 bilhões) – são os valores dos depósitos especiais do FAT nas instituições financeiras oficiais federais, conforme Lei nº 8.352/1991.

Valores Pendentes a Curto Prazo (cerca de R$ 124,8 bilhões):

- Valores Diferidos (cerca de R$ 124,8 bilhões) – compreendem o saldo financeiro disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de cota, repasse e ou sub-repasse financeiros no exercício seguinte.

Dentre as obrigações com maior relevância, destacam-se as "Obrigações em Circulação" (cerca de R$ 657 bilhões), com os seguintes desdobramentos:

- Restos a Pagar Não Processados – Inscrição (cerca de R$ 185 bilhões) – são valores inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados acumulados até o exercício de 2013, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103 da Lei n° 4320/1964;
- Recursos a Liberar para Pagamento de RP (cerca de R$ 361 bilhões) –representam os valores financeiros necessários ao cumprimento da despesa inscrita em Restos a Pagar por ocasião do encerramento do exercício financeiro anterior; e
- Recursos a Liberar por Transferência (cerca de R$ 69 bilhões) – registram o valor dos recursos a liberar pelas unidades central ou setoriais de programação financeira, relativos ao limite de saque com vinculação de pagamento, estabelecido pelo órgão central.

Dentre outros valores relevantes, destacam-se os "Ajustes de Direitos e Obrigações" (cerca de R$ 710 bilhões), que apresentam os seguintes desdobramentos:

- Recursos Diversos a Liberar (cerca de R$ 425 bilhões) – demonstram as Mutações Passivas decorrentes da Incorporação de Obrigações com Dívidas, Empréstimos e ou Financiamentos vinculados a contrato;
- Créditos Diversos a Receber (cerca de R$ 281 bilhões) – registram a Baixa de Créditos Diversos a Receber em decorrência de suas realizações;
- Variação Cambial (cerca de R$ 1,5 bilhões); e
- Ajustes Financeiros a Débito (cerca de R$ 0,6 bilhões);

5.2.6.4. Balanço Orçamentário (BO)

Nota 1 – Receitas Orçamentárias

Os registros de classificação da receita são efetuados por meio de rotinas específicas e de forma geral podem ser assim tratados:

Receitas administradas pela RFB:

- Receitas arrecadadas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), sua classificação é apropriada decendialmente com base no Sistema de Arrecadação da RFB.
- Receitas arrecadadas por meio da Guia da Previdência Social (GPS), e têm sua apropriação realizada mensalmente com base nas informações prestadas pela Dataprev;
- Receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos – São formadas pelas receitas arrecadadas por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU). O registro contábil dessas receitas é feito diariamente a partir do arquivo de arrecadação encaminhado pelo Banco do Brasil, que é a instituição financeira responsável pela centralização da arrecadação.

As eventuais diferenças entre as informações de arrecadação por meio de Darf, GPS, aquelas arrecadadas por meio de GRU e os registros de classificação, no Siafi, decorrem de registros de reclassificação e retificação de receitas após o seu efetivo ingresso.

Além disso, algumas receitas ingressam diretamente via operações diretas do Tesouro Nacional com o sistema financeiro, como é o caso das operações de crédito decorrentes de emissão de títulos do tesouro.

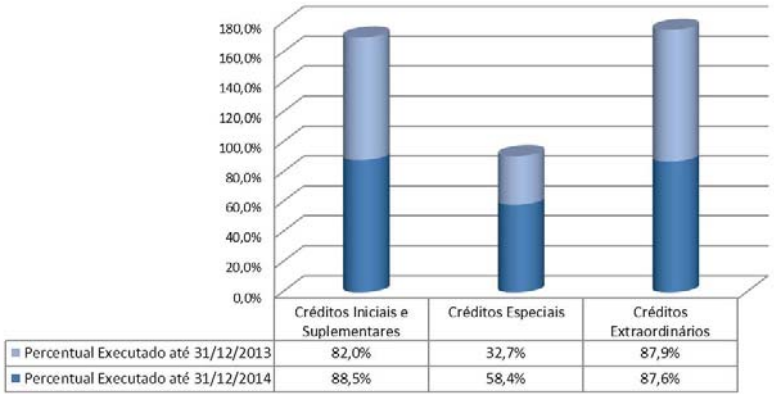
O registro contábil da receita contempla, além da arrecadação efetivada, as restituições, retificações, compensações e incentivos fiscais, sendo apresentada, no Balanço Orçamentário, pelos seus valores líquidos.

Nota 2 – Despesas Orçamentárias

A execução da despesa orçamentária foi analisada detalhadamente no capítulo que trata da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Não obstante, os gráficos a seguir demonstram os percentuais de execução da despesa em relação à dotação por tipo de crédito e por grupo de natureza de despesa.

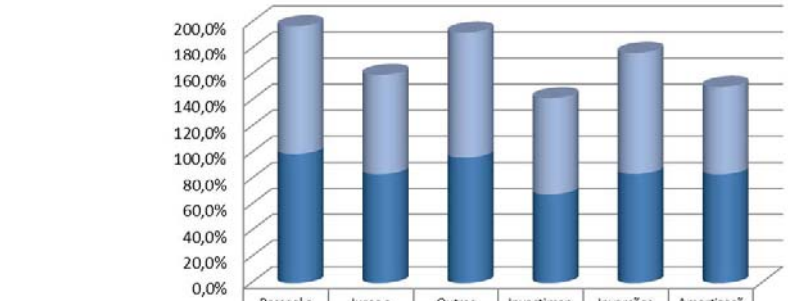
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR TIPO DE CRÉDITO - R$ MILHÕES



	Créditos Iniciais e Suplementares	Créditos Especiais	Créditos Extraordinários
Percentual Executado até 31/12/2013	82,0%	32,7%	87,9%
Percentual Executado até 31/12/2014	88,5%	58,4%	87,6%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

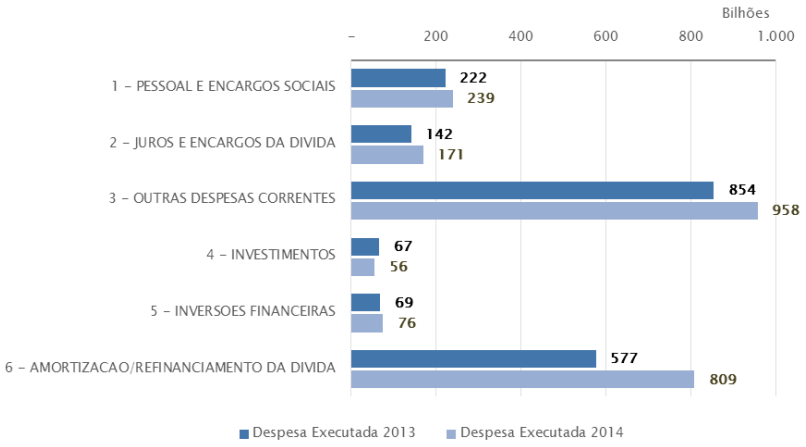
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA - R$ MILHÕES



	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
Percentual Executado até 31/12/2013	98,1%	76,0%	96,0%	73,9%	92,9%	66,8%
Percentual Executado até 31/12/2014	99,2%	83,8%	96,5%	68,0%	84,0%	83,7%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

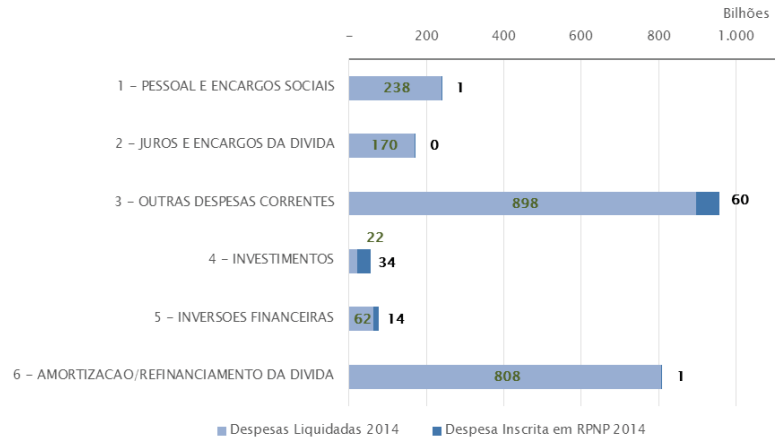
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA – 2014 E 2013



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Em seguida, o próximo gráfico evidencia, em relação montante executado em 2014, os valores das despesas efetivamente liquidadas e das despesas empenhadas e não liquidadas, consideradas executadas pela inscrição em restos a pagar não processados, também por grupo de despesa.

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA – LIQUIDADO E INSCRITO EM RPNP



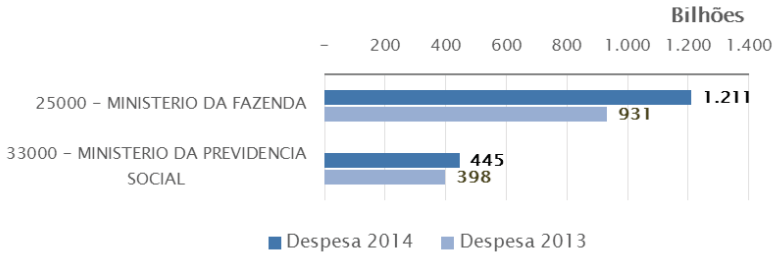
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Outro aspecto relevante a respeito das despesas orçamentárias da União é a sua distribuição entre os órgãos superiores. O quadro a seguir demonstra e compara os valores executados em 2013 e 2014, e as figuras seguintes ilustram esses dados, para os órgãos com os montantes mais relevantes. Importante destacar que o Ministério da Fazenda concentra operações que representam despesas bastante relevantes em termos de valores, tais como operações de refinanciamento da dívida e transferências a estados, municípios e Distrito Federal (valores em R$ bilhões).

Órgão Superior	Despesa 2014	Despesa 2013	% sobre total		2014 / 2013
			2014	2013	
25000 - MINISTERIO DA FAZENDA	1.210.682	931.452	52,4%	48,3%	30,0%
33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	445.169	398.414	19,3%	20,6%	11,7%
26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	119.575	104.753	5,2%	5,4%	14,2%
36000 - MINISTERIO DA SAUDE	99.286	90.299	4,3%	4,7%	10,0%
52000 - MINISTERIO DA DEFESA	78.518	72.369	3,4%	3,7%	8,5%
38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	72.364	67.177	3,1%	3,5%	7,7%
32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	47.102	31.457	2,0%	1,6%	49,7%
55000 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	31.188	29.118	1,4%	1,5%	7,1%
12000 - JUSTICA FEDERAL	27.813	23.147	1,2%	1,2%	20,2%
39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES	22.481	22.617	1,0%	1,2%	-0,6%
56000 - MINISTERIO DAS CIDADES	22.357	22.121	1,0%	1,1%	1,1%
53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	21.811	23.509	0,9%	1,2%	-7,2%
15000 - JUSTICA DO TRABALHO	15.855	15.347	0,7%	0,8%	3,3%
22000 - MINIST. DA AGRICUL, PECUARIA E ABASTECIMENTO	13.208	13.433	0,6%	0,7%	-1,7%
30000 - MINISTERIO DA JUSTICA	11.258	11.367	0,5%	0,6%	-1,0%
24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	8.995	11.595	0,4%	0,6%	-22,4%
20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	7.012	9.085	0,3%	0,5%	-22,8%
14000 - JUSTICA ELEITORAL	5.979	4.840	0,3%	0,3%	23,5%
20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	5.649	5.805	0,2%	0,3%	-2,7%
34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	4.966	4.515	0,2%	0,2%	10,0%
01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS	4.749	4.695	0,2%	0,2%	1,1%
49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	4.630	7.952	0,2%	0,4%	-41,8%
02000 - SENADO FEDERAL	3.550	3.386	0,2%	0,2%	4,8%
44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	2.990	2.841	0,1%	0,1%	5,2%
35000 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.791	2.587	0,1%	0,1%	7,9%
63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	2.784	-	0,1%	0,0%	
41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES	2.253	2.153	0,1%	0,1%	4,7%
51000 - MINISTERIO DO ESPORTE	2.143	2.277	0,1%	0,1%	-5,9%
16000 - JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	2.051	1.842	0,1%	0,1%	11,3%
42000 - MINISTERIO DA CULTURA	1.913	2.506	0,1%	0,1%	-23,6%
28000 - MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	1.778	1.612	0,1%	0,1%	10,3%
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.628	1.507	0,1%	0,1%	8,0%
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	1.187	1.055	0,1%	0,1%	12,5%
54000 - MINISTERIO DO TURISMO	879	2.193	0,0%	0,1%	-59,9%
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	526	484	0,0%	0,0%	8,5%
13000 - JUSTICA MILITAR	430	438	0,0%	0,0%	-2,0%
29000 - DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	363	-	0,0%	0,0%	
58000 - MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	215	247	0,0%	0,0%	-12,9%
17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	142	147	0,0%	0,0%	-3,4%
59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	68	62	0,0%	0,0%	10,0%
TOTAL	**2.308.338**	**1.930.403**	**100%**	**100%**	**19,6%**

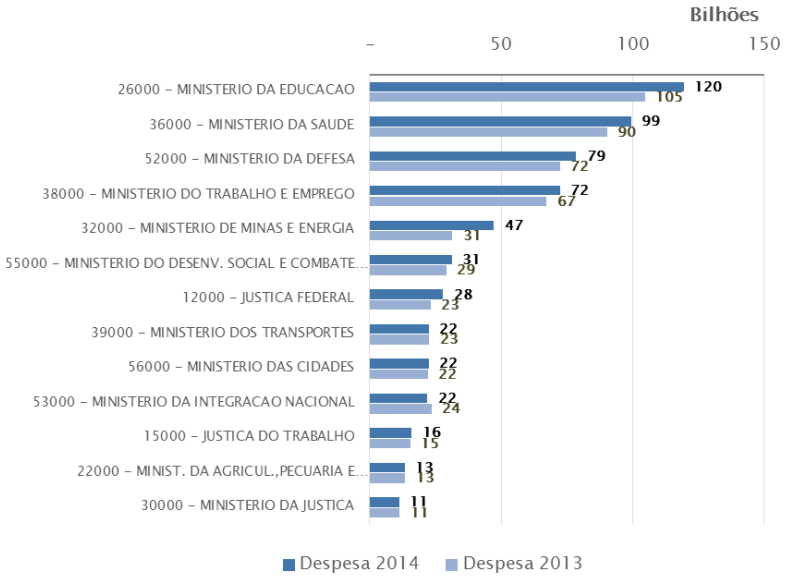
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃO SUPERIOR – 2014 E 2013 – I



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃO SUPERIOR – 2014 E 2013 – II



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 3 – Deduções da Receita

O Balanço Orçamentário, diferentemente da DVP e do Balanço Financeiro, apresenta a receita realizada pelo seu valor líquido de deduções.

Nota 4 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias

Na consolidação das demonstrações contábeis, alguns saldos das operações intragovernamentais, ou seja, operações realizadas dentro de um mesmo ente da Federação, são excluídos por meio de regras cadastradas no Siafi. Esse procedimento é realizado no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais e no Balanço Financeiro, mas não existem regras de exclusão no Balanço Orçamentário. Assim, o Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas intraorçamentárias pelo total executado líquido das respectivas deduções.

5.2.6.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido(DMPL)

Nota 1 – Variações ocorridas no Patrimônio Líquido

Por meio da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é possível se observar, dentre outros aspectos, a movimentação ocorrida, ao longo do exercício, em cada conta que integra o Patrimônio Líquido. Embora a sua elaboração não seja obrigatória pela Lei nº 4320/1964, essa demonstração é de extrema importância para a análise contábil, uma vez que permite se avaliar a evolução do PL.

No exercício de 2014, o Patrimônio Líquido da União somou R$ 118,09 bilhões, compatível com o Balanço Patrimonial. Se comparado com o exercício de 2013, o PL apresentou uma variação negativa da ordem de R$ 1,06 trilhão.

A variação negativa está diretamente relacionada ao reconhecimento da provisão atuarial do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União. O impacto do reconhecimento da provisão atuarial foi de R$ 1,20 trilhão, negativo no PL. Já o resultado do exercício, que representa o resultado do confronto entre variações ativas e passivas apurado na DVP impactou positivamente o Patrimônio em R$ 200 milhões (R$ 281,8milhões, em 31 de dezembro de 2013).

Além do reconhecimento da provisão atual do RPPS, o Patrimônio também foi impactado por ajustes de exercícios anteriores relacionados à reavaliação e reduções ao valor recuperável de bens. Para maiores detalhes sobre esses assuntos, vide notas explicativas 15 (PL) e 14.2 (Passivo Atuarial), do Balanço Patrimonial.

PARTE VI

PARTE VI – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - CONTAS DE 2013 (Acórdão nº 1.338/2014 - TCU - Plenário)

PARTE VI – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - CONTAS DE 2013 (Acórdão nº 1.338/2014 - TCU - Plenário)

Apresentam-se nesta parte as providências adotadas pelos órgãos/entidades da Administração Pública Federal quanto às recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União no Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Poder Executivo do exercício de 2013.

O Acórdão nº 1338/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU/Plenário determinou à Controladoria-Geral da União que, com fundamento na Lei nº 10.180/2001 e no Decreto nº 3.591/2000, estabeleça procedimentos para certificar, na maior extensão possível, a exatidão das informações de desempenho constantes da Prestação de Contas da Presidenta da República, previamente ao encaminhamento desta ao Congresso Nacional.

6.1. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES / CONTAS DE 2013

Em 28 de maio de 2014, o Tribunal de Contas da União emitiu pronunciamento sobre as Contas de Governo relativas ao exercício de 2013, ocasião em que o Ministro-Relator expediu 33 (trinta e tres) recomendações a órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo Federal, em decorrência das ressalvas apontadas e das informações evidenciadas no texto do respectivo Relatório Prévio. A par dessas recomendações, as unidades do Poder Executivo encaminharam os esclarecimentos transcritos a seguir.

I. à Casa Civil e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que incluam nos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentarias um rol de prioridades da administração pública federal, com suas respectivas metas, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal, que estabelece que as leis de diretrizes orçamentárias devem compreender as metas e prioridades da administração pública federal, instrumento indispensável ao monitoramento e à avaliação de seu desempenho ao longo da execução do orçamento a que se referem (item 3.2);

"A recomendação foi atendida no PLDO 2015. As prioridades e metas são identificadas no art. 4º da LDO (Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015), e visualizadas na marcação do resultado primário RP-3, na relação das informações complementares aos projetos de lei orçamentárias anuais e no Siop Acesso Público. (Nota Técnica nº 03/CGNOR/SECAD/SOF-MP, de 4 de agosto de 2014)"

II. à Secretaria de Orçamento Federal, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que, em conjunto, apresentem, no prazo de noventa dias, estudo no sentido de que as devoluções de recursos ao Fisco originadas de restituições tributárias sejam apropriadas nas naturezas de receitas correspondentes às respectivas espécies de tributo, de modo a assegurar a estrita observância do princípio orçamentário da discriminação e a correta destinação dos recursos arrecadados (item 3.3.3.1);

"Foi encaminhada ao TCU a Nota Técnica Conjunta nº 10.001/2014/STN/RFB/SOF, de 25/08/2014, por meio do Ofício nº 340/2014/COGER/GABIN/STN/MF-DF, de 29/08/2014, indicando o procedimento a ser adotado no caso em pauta. Nesse sentido, de acordo com a Nota Técnica em epígrafe, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, embora os recursos em questão fossem registrados em natureza de receita distinta da espécie de tributo originária, não se configurou prejuízo quanto à sua correta destinação, uma vez que estes foram classificados nos códigos de destinação dos respectivos tributos originários, e posteriormente distribuídos conforme legislação vigente.

Após estudo da matéria em reuniões realizadas entre os órgãos envolvidos, e com vista ao atendimento da recomendação emitida pelo TCU, propõe-se que as naturezas de receita 19229900 e 19223000 sejam substituídas pelas naturezas originárias de cada tributo, bem como se proceda o ajuste retroativo dos saldos contábeis de 2014 para as naturezas propostas.

De acordo com a RFB, desde setembro de 2014, as devoluções de recursos ao Fisco, originadas de restituições tributárias, estão sendo apropriadas nas naturezas de receita correspondentes às respectivas espécies de tributo, estando a recomendação completamente atendida.

A Secretaria do Tesouro Nacional atendeu a este item fazendo constar a Nota Explicativa nº 4 do Balanço Patrimonial."

III. à Secretaria de Orçamento Federal, na qualidade de órgão específico do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal e no uso das competências que lhe foram atribuídas pelos incisos II e III do art. 11 do Decreto 7.675/2012, que adote medidas que permitam, por meio dos planos orçamentários, a identificação precisa de todas as iniciativas governamentais de caráter transversal e que sejam custeadas por dotações orçamentárias, entre elas as "agendas transversais" do PPA, em atenção ao princípio da transparência;

"A SOF solicitou, por meio dos Ofícios nºs 31 e 32/SOF/MP, ambos de 23/07/2014, aos Ministérios da Educação e da Saúde, respectivamente, avaliação dos impactos vislumbrados para a adoção de medidas em atendimento à recomendação;

O Ministério da Saúde encaminhou seu posicionamento por meio do Ofício nº 31/2014/SPO/SE-MS, de 4/08/2014, e o Ministério da Educação, por meio da Nota Técnica nº 3/2014-CGP/SPO/SE/MEC, de 1º/08/2014, enviada à SOF pelo Ofício 2014/SE – GAB/nº 673, de 4/08/14;

Avaliados os argumentos dos Ministérios, foi efetuada reunião na SOF/MP com a Auditora Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, em 10/09/2014, e encaminhada a Nota Técnica nº 05/CGNOR/SECAD/SOF/MP, de 19/09/2014,

na mesma data. As ações ou Planos Orçamentários (PO), que atendem a segmentos específicos passíveis de identificação prévia, encontram-se na programação orçamentária e disponíveis no Siop e no Siop "Acesso Público".

IV. ao Ministério da Fazenda que adote medidas para o aperfeiçoamento dos sistemas de controle de parcelamentos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com o fim de informar tempestivamente, na Prestação de Contas da Presidenta da República, a correta posição dos estoques de parcelamentos previdenciários (item 3.3.3.3);

Secretaria da Receita Federal do Brasil

"A Recomendação nº IV, emitida pelo TCU, objetiva a adoção de medidas para aperfeiçoar os sistemas de controle de parcelamentos da RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com o fim de informar tempestivamente, na Prestação de Contas da Presidenta da República, a correta posição dos estoques de parcelamentos previdenciários. A esse respeito, esclarece-se que:

1. O inciso I do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, revogou o art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o qual tratava do parcelamento dos débitos previdenciários. A partir dessa revogação, o parcelamento desses débitos passou a ser regido pela Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

2. Devido a essa alteração legislativa, foi desenvolvido novo aplicativo para o parcelamento de débitos previdenciários, denominado de ParcWeb-Prev, em substituição ao Sicob. Esse novo sistema de parcelamento previdenciário está em processo de desenvolvimento, em várias etapas.

3. Inicialmente, foram desenvolvidas as modalidades de parcelamento simplificado e ordinário de débitos previdenciários da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002. Nesta 1ª (primeira) etapa, foi disponibilizado o parcelamento no âmbito administrativo (RFB), no ambiente intranet.

4. A 2ª (segunda) etapa colocou em produção o parcelamento administrativo no ambiente internet, que é utilizado pelo contribuinte para parcelar seus débitos.

5. Em seguida, foram desenvolvidas 3 (três) modalidades de parcelamentos de Órgãos do Poder Público: Medida Provisória nº 457, de 10 de fevereiro de 2009; Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009; e Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009.

6. Após, foi disponibilizado o parcelamento ordinário e simplificado de débitos previdenciários inscritos em Dívida Ativa da União (DAU), previsto na Lei nº 10.522, de 2002, junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

7. Por último, entrou em produção o módulo do parcelamento para Ingresso no Simples Nacional – 2009, de acordo com o art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8. O último parcelamento com pendência de consolidação é o parcelamento para Órgãos do Poder Público instituído pela Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, com previsão de implantação para o ano de 2015.

9. Para a contabilização dos estoques de parcelamentos, além do desenvolvimento das modalidades de consolidação e parcelamento dos débitos acima referidos, foram realizados os ajustes necessários no sistema gerencial Informar, que é o sistema que contém a informação dos estoques, atendendo em grande parte a recomendação do TCU."

V. à Procuradoria-Geral Federal que priorize a efetiva implantação do Sistema de Dívida Ativa (Sisdat), com vistas a aperfeiçoar o acompanhamento e o controle da arrecadação e do estoque dos créditos da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais (item 3.3.3.3);

Procuradoria-Geral Federal

"No âmbito da Procuradoria-Geral Federal, em conformidade com o Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, as atribuições de "disponibilizar e incentivar o uso de soluções de tecnologia e sistemas de informação no âmbito da Advocacia-Geral da União" e de "promover a articulação com outros órgãos do Poder Executivo Federal e dos demais Poderes nos temas relacionados à tecnologia da informação" são de competência do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).

A Procuradoria-Geral Federal não tem ingerência sobre órgão DTI, no entanto, considerando suas atribuições e necessidades próprias, inclusive e especialmente a necessidade de aperfeiçoar o acompanhamento e o controle da arrecadação e do estoque dos créditos da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, foi designado um Procurador Federal para coordenar os esforços relativos ao desenvolvimento e implantação do SISDAT, com o propósito de acelerar a entrada em produção do sistema. O referido Procurador, que tem formação em Direito e em Informática, foi afastado de suas atribuições ordinárias para exercer com exclusividade essa função. Trata-se de um dos dois corresponsáveis pelo desenvolvimento e implantação na Advocacia-Geral da União, em curto lapso de tempo, do sistema SAPIENS - um gerenciador eletrônico de documentos com avançados recursos de apoio à produção de conteúdo jurídico e de controle de fluxos administrativos, focado na integração com os sistemas informatizados do Poder Judiciário e do Poder Executivo.

a) na recuperação da memória histórica do SISDAT, com o aproveitamento da modelagem até então desenvolvida;

b) na análise dos artefatos produzidos (casos de uso, modelagem relaciona lógica e física, interfaces de usuário já confeccionadas, cadastros realizados, descrição de funcionalidades implementadas e a implementar), no intuito de seu máximo reaproveitamento;

c) na convergência do novo SISDAT com o sistema SAPIENS.

O SISDAT passou, então, a integrar o SAPIENS, como um de seus módulos (o Módulo Dívida), absorvendo e aproveitando as facilidades encontradas neste sistema, para a produção assistida de documentos, integração com o Poder Judiciário, para futuro ajuizamento de execuções fiscais, segurança e controles de acesso por perfis de usuário, criptografia dos termos, certidões e relatórios, possibilidade de assinatura digital das CDA's e TODA's.

O Cronograma abaixo detalha o grau de evolução no desenvolvimento do modelo do novo Módulo Dívida do Sistema Sapiens:

- Módulo de Inserção do Crédito para análise: concluído – 100%.
- Módulo de Incrição/Recusa do Crédito: concluído – 100%.
- Módulo de Relatórios: não iniciado – 0%.
- Módulo de Grupo Econômico: concluído – 100%.
- Módulo de Garantias: concluído – 100%.

- Módulo de Decisões Judiciais: em desenvolvimento – 70%.
- Módulo de Acerto/Retificações de Parcelas Adimplidas: em desenvolvimento – 30%
- Módulo de Parcelamentos: em desenvolvimento – 30%.
- Módulo de Protestos: não iniciado – 0%.
- Módulo de Certidões: não iniciado – 0%.

Há a previsão de entrada em homologação para o mês de outubro dos módulos já concluídos. A conclusão dos módulos restantes e entrada em produção do sistema é esperada ainda para o mês de novembro do presente ano. As exceções ficam por conta do Módulo de Protestos e da Integração com o sistema bancário, que demandariam testes conjuntos e cujo prazo final, portanto, não estaria exclusivamente sob o controle da AGU."

VI. ao Banco Central do Brasil que, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, adote providências para o registro contábil dos créditos inscritos em dívida ativa no órgão Siafi 25201 – Banco Central (Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social) (item 3.3.3.3);

Secretaria do Tesouro Nacional

Enviou o Ofício STN/SUCON nº 15/2014.

O atendimento a este item consta na Nota Explicativa nº 4 do Balanço Patrimonial.

Banco Central do Brasil

"Referimo-nos ao Ofício nº 15/2014/CCONT/SUCON/STN/MF-DF, de 21 de agosto de 2014, (fls. 12/13), que trata da recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, objeto do Acórdão nº 1388/2014, relativa ao registro contábil dos créditos inscritos em dívida ativa no Órgão 25201 – Banco Central do Brasil (BCB).

A propósito, a Secretaria do Tesouro Nacional, indicou no referido Ofício, a conta 1.2.2.1.1.02.01 para registro, no Siafi, dos créditos inscritos em dívida ativa e a conta 1.2.2.1.1.90.01 para registro do respectivo ajuste para perda do valor recuperável.

Em atendimento à recomendação, informamos a adoção das seguintes providências:

Inclusão das contas 4203.15.01-4 e 4203.15.99-7 para registro dos créditos do Banco Central inscritos em dívida ativa e para registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa, respectivamente;

Elaboração de minuta de esquema contábil para os registros de que se trata, conforme anexo, contemplando:

• eventos manuais para registro e ajuste dos créditos inseridos em dívida ativa, a cargo da PGBC;
• eventos automáticos para o concomitante registro da provisão de 100% dos referidos créditos, a cargo do Deafi/Dicon.

Adicionalmente, é de nosso entendimento que a realização dos lançamentos pela PGBC observe os seguintes períodos:

• registro inicial do estoque dos créditos inscritos em Dívida Ativa até 15.9.2014, para viabilizar o atendimento à solicitação do Ministério da Fazenda dentro do prazo estabelecido (Ofício 51/2014/AECI/GMF/MF-DF, fl. 6, item 8);
• ajustes posteriores do saldo da contabilidade, por ocasião dos balanços semestrais, até 15 de junho e 15 de dezembro de cada exercício.

O Bacen procedeu ao registro do crédito por meio da 2014NL700512."

VII. às empresas Araucária Nitrogenados S.A., Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), Petrobras Netherlands B.V. (PNBV), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), vinculadas ao Ministério de Minas e Energia; às empresas Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), Caixa Econômica Federal (Caixa) e COBRA Tecnologia S.A., vinculadas ao Ministério da Fazenda; e à empresa Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (Ceasaminas), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para que, quando da execução do Orçamento de Investimento, observem a dotação autorizada para as respectivas programações, em obediência à vedação estabelecida no inciso II do art. 167 da Constituição Federal (item 3.3.5);

Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre) / Eletrobras

"Foi solicitado aos Departamentos da Companhia que tão logo seja confirmada a viabilidade da execução de um programa e/ou ação que seja comunicado ao departamento de Contabilidade para evitar reincidência do fato ocorrido na subestação Taquari. Quanto aos Ativos de Informátiva diversas ações estão sendo tomadas de forma que a realização econômica, financeira e orçamentária ocorram dentro da sua normalidade."

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

"Segue o controle de execução final do Orçamento de Investimentos (OI) deste Banco do Nordeste para o ano de 2013, sobre o qual informamos:

O total do Orçamento de Investimentos (OI) para 2013, cuja reprogramação, conforme tabela a seguir, foi aprovada em 27/12/2013, por meio da Lei nº 12.947, apresenta valores de realização abaixo dos valores reprogramados:

AÇÕES	PROGRAMADO	REPROGRAMADO	REALIZADO ATÉ DEZEMBRO
23694 0781 4106 – MANUTENÇAÕ DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO	42.231.234	43.392.641	25.023.157
23694 0781 3252 – INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO	10.720.560	15.933.182	6.787.412
23122 0807 4101 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	8.000.000	4.000.000	1.347.361
23122 0807 4102 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.254.000	7.486.461	7.561.256
23126 0807 4103 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	2.830.256	31.543.266	29.138.148
TOTAL DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	70.236.050	102.355.550	69.857.334

Ainda em 27/12/2013, foi aprovada a Lei nº 12.951, concedendo crédito suplementar ao Orçamento de Investimentos (OI) desta instituição;

Ressalte-se que o Banco do Nordeste não extrapola o limite global definido e aprovado para sua execução orçamentária. O valor da realização total do Orçamento de Investimentos (OI) situa-se abaixo do valor reprogramado, conforme observado na tabela anterior; e

Observe-se, outrossim, que apenas no caso do projeto "23122 0807 4102 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" constata-se um percential de realização de 0,99% maior do que valor reprogramado, poré, bem menos que os limites exigidos pelo DEST para a necessidade de justificativas adicionais, normalmente de 10%."

Cobra Tecnologia S.A. (BB Tecnologia e Serviços)

"Em resposta ao Ofício nº 15916/2014DECON/DE/SFC/CGU-PR, de 24/06/2014, justificamos a extrapolação da Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos, no Orçamento de Investimentos, exercício de 2013, e descrevemos as medidas adotadas para otimização da realização orçamentária de investimentos em obediência à vedação estabelecida no inciso II, art. 167, da Constituição Federal.

A justificativa da execução da ação 4102 superior à dotação em 2013 e a descrição das medidas adotadas recentemente para melhoria nos controles demonstram a preocupação da Companhia em observar a recomendação VII, do Parecer Prévio do TCU sobre as Contas do Governo no exercício de 2013

A Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos teve uma suplementação de R$ 700 mil efetuada no processo de alteração do Orçamento das Empresas Estatais para 2013, disciplinado pelo DEST/MPOG. Essa reprogramação decorreu da necessidade de atender 2 ações estratégicas para a Companhia: expansão dos negócios e melhoria das condições de trabalho dos nossos colaboradores em diversas unidades.

O desvio ocorrido foi ocasionado principalmente pela interpretação de que impressora de grande porte seria classificado como ativos de informática (Ação 4103).

Durante o exercício de 2013 algumas ações já vinham sendo implementadas para melhorar o controle do Orçamento de Investimenos:

a)Deliberação de que todas as alçadas para aquisição de bens e serviços, envolvendo o Orçamento de Investimentos passariam a ser prerrogativa da Diretoria Executiva. O objetivo foi priorizar as ações de investimento e assegurar a execução orçamentária.

b)Aprovação da utilização de eventuais sobras orçamentárias ao longo do ano, decorrente de economia dos processos de licitação em curso ou de postergação de investimentos já aprovados pela Diretoria Executiva. Este controle e acompanhamento passaram a ser realizado diretamente pela Gerência de Licitações e Contratos para tornar mais ágil a concretização de novos investimentos.

Para otimizar o controle da execução orçamentária, de forma a evitar realizações superiores à dotação aprovada em cada ação, verificou-se também a necessidade de ajustes no fluxo de aprovação e imobilização dos investimentos, dando continuidade à melhoria nos processos e procedimentos relacionados.

Para efetivar as ações implementadas foi criado em fev/14, pela Diretoria Executiva, o Fórum de Investimemntos ao qual foram designadas algumas atribuições a fim de promover o acompanhamento das ações de investimento no decorrer do exercício vigente. O Fórum de Investimentos, conforme seu Regimento Interno ficou subordinado ao Comitê Executivo, sem caráter deliberativo e com as seguintes finalidades:

- *a)Avaliar as propostas de investimento quanto à sua pertinência.*
- *b)Decidir pelo encaminhamento ou não da proposta da demanda de investimento às instâncias decisórias competentes após avaliação de critérios de análise.*
- *c)Definir critérios para apresentação e qualificação dos projetos.*
- *d)Acompanhar o processo de elaboração do Plano de Investimentos Fixos e suas revisões anuais e propor critérios e parâmetros de ajustes em processos e valores.*
- *e)Zelar pelo cumprimento do Orçamento de Investimentos em consonância ao estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA).*

Em ago/14, foi criado o Comitê de Investimentos Fixos (COMIF), que absorveu as funções do Fórum de Investimentos e passou a ter caráter deliberativo, sendo subordinado diretamente à Diretoria Executiva. O intuito dessa reformulação interna foi conferir maior agilidade ao processo decisório e ganho de eficiência operacional no suporte interno aos negócios, com consequente melhoria nos processos internos relacionados a investimentos.

Dessa forma, firmamos o nosso empenho em promover melhorias no processo de execução e controle dos investimentos observando o limite das dotações aprovadas, a fim de cumprir a recomendação do Parecer Prévio do TCU sobre as Contas do Governo no exercício de 2013."

Caixa Econômica Federal

"A CAIXA realiza o controle dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual – LOA por intermédio do sistema de planejamento econômico-financeiro, SIPLO, onde são alocados os orçamentos aprovados para as respectivas Unidades Federativas – UF cuja realização da execução depende de emprenho prévio, tendo como premissa que nenhum Dispêndio, seja de Investimento ou de Custeio, ultrapassará o orçamento aprovado.

Quando da promulgação do Decreto do PDG (Programa de Dispêndios Globais) e da LOA (Lei Orçamentária Anual), a CAIXA disponibiliza, no sistema SIPLO, o orçamento aprovado para a unidade responsável em gerir os recursos de custeio ou de investimento.

Para a alocação dos valores relativos ao orçamento de Investimentos, é observado o limite definido para cada uma Unidade Federativa – UF constante da Proposta Orçamentária, em cada Programa de Governo (Projetos e Atividades).

Após a alocação dos recursos e a partir da decisão de aquisição de bens e/ou serviços por qualquer Unidade, inicia-se a preparação orçamentária para o processo de contratação, através de inclusão de reserva orçamentária, respeitando o limite do orçamento aprovado.

Ressalta-se, inclusive, que os normativos internos da CAIXA responsabilizam qualquer uso indevido dos recursos e o sistema possui trilha de auditoria para acompanhamento dos compromissos assumidos."

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)

"O excesso de execução de 9,2% observado pela Corte de Contas na Ação "2D61 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão" resultou do grande volume de empreendimentos envolvidos nesta ação (111 subestações), dando-se destaque aos compromissos priorizados para atendimento aos requisitos mínimos de garantia de abastecimento para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Essas justificativas encontram-se no Relatório de Gestão da Chesf para o exercício de 2013, encaminhado ao Tribunal de Contas da União em 11/06/2014."

Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras)

"Com relação às execuções efetuadas acima do limite de crédito na fonte de financiamento, informamos que tal fato deveu-se à opção de utilização de Recursos Próprios e de não realização de empréstimos Externos.

Destacamos que, conforme já verificado pelo TCU/CGU em outros relatórios de auditoria, a Petrobras pauta a gestão de seus projetos de investimento em referências consolidadas e reconhecidas internacionalmente como boas práticas. Não obstante, sempre existirá espaço para melhoria em aspectos específicos. Neste sentido, estamos no momento em pleno desenvolvimento de uma série de medidas que viasm aprimorar as práticas atualmente adotadas.

Sobre estas medidas, vale destacar que elas buscam aprimorar:

a) a gestão de escopo, projetando com diretriz de simplicidade e de acordo com métricas de projetos;
b) o planejamento utilizando o cronograma do empreendimento consistente como principal ferramenta de gerenciamento de prazo em todas as fases;
c) a contratação de bens e serviços;
d) a governança de projetos.

Estas medidas, fruto de diversas iniciativas que visaram o maior aprimoramento da gestão de projetos na Petrobras, deverão contribuir para uma melhora significativa nos prazos de entrada em operação e na redução de custos dos projetos, proporcionando uma maior aderência entre os dados realizados e planejados.

Vale ainda destacar que a auditoria Interna está cada vez mais atuante, no sentido de cobrar o cumprimento de todas as regras corporativas existentes."

VIII. ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que oriente suas supervisionadas para garantir o cumprimento da recomendação anterior de que seja observada, quando da execução do Orçamento de Investimento, a dotação autorizada para as respectivas programações, em obediência à vedação estabelecida no inciso II do art. 167 da Constituição Federal, com vistas a evitar a perda de controle dos gastos das referidas entidades (item 3.3.5);

Ministério de Minas e Energia

O Ministério apresentou cópias dos Ofícios nºs 109/2014-AEGE/SE-MME e 110/2014-AEGE/SE-MME, encaminhados, respectivamente, à Eletrobras e à Petrobras, solicitando informar sobre as providências que vierem a ser adotadas para o cumprimento das recomendações do TCU.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O MAPA enviou à CGU o Ofício nº 762/2014/SE-MAPA, de 18/09/2014, informando que encaminhou Ofício-Circular às entidades supervisionadas por aquele ministério:

"O Ofício circular mencionado orienta as entidades supervisionadas por este ministério, no sentido de que seja observada, quando da execução do Orçamento de Investimento, a dotação autorizada para as respectivas programações, em obediência á vedação estabelecida no inciso II do art. 167 da Constituição federal, de acordo com a recomendação VIII emitida e este Ministério por parecer prévio do Tribunal de Contas da União e Ofício nº 15.651/2014/SE-CGU-PR."

Ministério da Fazenda

"Por meio do Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda, foram enviados Ofícios às supervisionadas de nº 52/2014/AECI/GMF/MF-DF, de 03.07.2014 à CAIXA, 58/2014/AECI/GMF/MF-DF, de 04.07.2014, ao Banco do Brasil S.A. e 59/2014/AECI/GMF/MF-DF, de 07.07.2014, ao BNB, notificando-as acerca da recomendação exarada, solicitando esclarecimentos sobre a não observância das dotações autorizadas em seus Orçamentos de Investimento, conforme constatado pelo TCU.

Por meio dos Ofícios recebidos em resposta, de nºs: 295/2014-CAIXA, de 30.09.2014, DIFIS 056/2014-COBRA, de 29.09.2014 e 2014/621/0013-BNB, de 18.07.2014, as supervisionadas explicaram e justificaram o ocorrido."

IX. às empresas Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. (RS Energia), Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE), Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, para que, quando da execução do Orçamento de Investimento, observem o valor aprovado para as respectivas fontes de financiamento na lei orçamentária ou promovam a adequação desses valores de acordo com o disposto na lei de diretrizes orçamentárias (item 3.3.5);

Companhia Energética de Alagoas (Ceal) / Eletrobras

"Para compensar o corte de recursos originários de outras fontes, a Companhia está adotando política de contingenciamento da utilização dos recursos próprios, de forma que não haja discrepância entre as fontes de recursos estabelecidas na dotação orçamentária e sua concretização."

Petrobras Transporte S/A (Transpetro)

Informou, através do Ofício Transpetro/Pres/Gapere/CI 150/2014, que a recomendação dirigida àquele órgão será respondida pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), de forma consolidada.

Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul (RS Energia)

"A dotação Orçamentária das fontes de financiamento do Orçamento de Investimento (OI) 2013 da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul (RS Energia) foi aprovada pelos seguintes atos: inicialmente, pelo crédito extraordinário reaberto pelo Decreto de 23 de janeiro de 2013 no valor de R$ 25.000.000 na fonte 6.3.1.0.00.00 Internas. Cumulativamente, a Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013, aprovou o OI de 2013 da RS Energia com alocação de R$ 5.000.000 na fonte 6.3.1.0.00.00 Internas e R$ 100.000 na fonte 6.1.1.0.00.00 Geração Própria.

Através do Decreto de 12 de dezembro de 2013, o OI 2013 da RS Energia foi aberto para suplementação e cancelamento que não alteraram a dotação total da empresa, apenas ajustaram os valores das despesas entre suas seis ações de investimento. Em 20 de dezembro de 2013, o DEST publicou a Portaria nº42 que modificou as fontes de financiamento do OI 2013 de determinadas empresas para adequá-las à execução do orçamento.

Esta portaria promoveu o acréscimo de R$ 1.500.000 na fonte 6.1.1.0.00.00 Geração Própria e redução na mesma proporção da fonte 6.3.1.0.00.00 Internas do OI da RS Energia. No entanto, a empresa foi incorporada durante o ano de 2013 pela Eletrosul Centrais Elétricas. Logo, esta solicitou a transferência das dotações orçamentárias remanescentes da RS Energia, aprovada pelo Decreto de 27 de dezembro de 2013, no qual cancelou a dotação na fonte 6.3.1.0.00.00 Internas no montante de R$ 10.965.322.

Assim, após todos os ajustes e transferências orçamentárias ocorridas no Orçamento de Investimento da RS Energia, a dotação para as fontes de financiamentos resultaram em R$ 1.600.000 na fonte 6.1.1.0.00.00 Geração Própria e R$ 17.534.678 na fonte 6.3.1.0.00.00 Internas. O resumo dos atos de aprovação, da realização e dos saldos finais descritos é apresentado no quadro abaixo:

FONTES DE FINANCIAMENTO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO RS ENERGIA	DECRETO DE 23/01/2013 REABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	LEI 12.798 04/04/2013 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	PORTARIA DEST Nº42 20/12/2013 AJUSTE DE FONTES DE FINANCIAMENTO
6.1.1.0.00.00 Geração Própria		100.000	1.500.000
6.3.1.0.00.00 Internas	25.000.000	5.000.000	(1.500.000)

FONTES DE FINANCIAMENTO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO RS ENERGIA	DECRETO DE 27/12/2013 TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INCORPORAÇÃO DA RS ENERGIA PELA ELETROSUL	DECRETO DE 27/12/2013 TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INCORPORAÇÃO DA RS ENERGIA PELA ELETROSUL	REALIZAÇÃO	SALDO
6.1.1.0.00.00 Geração Própria			100.000	1.500.000
6.3.1.0.00.00 Internas	(10.965.322)	(10.965.322)	19.034.678	(1.500.000)

Embora a realização de R$ 19.034.678 na fonte de receita 6.3.1.0.00.00 Internas tenha ultrapassado o limite, a dotação total das fontes de receitas foi respeitada. Por conseguinte, as liberações de recursos do BNDES superaram as expectativas para o ano e ocasionaram o transbordo da dotação na fonte 6.3.1.0.00.00 Internas em R$ 1.500.000. Esta extrapolação corresponde a frustração na fonte 6.1.1.0.00.00 Geração Própria, dado que os recursos de terceiros tornaram dispensáveis a aplicação de fontes próprias da RS Energia na execução orçamentária do investimento do ano de 2013.

Contudo, as movimentações no Orçamento de Investimento de 2013 da RS Energia demonstram o zelo da Companhia em observar os valores aprovados pela Lei Orçamentária Anual e a promover os ajustes necessários estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Finalmente, cabe destacar que a referida empresa foi incorporada pela Eletrosul, assim como a gestão do orçamento das ações decorrentes de seus contratos e ativos."

Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A (TSBE)

"A dotação orçamentária das fontes de financiamento do Orçamento de Investimento (OI) 2013 da Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE) foi aprovada pelos seguintes atos: inicialmente aprovado pela fonte de recursos de financiamento no valor de R$ 219.697.922 na fonte 6.3.1.0.00.00 Internas, o valor de R$ 167.455.511 na fonte 6.2.2.0.00.00 Controladora e o valor de R$ 41.863.878 na fonte 6.2.9.0.00.00 Outras Estatais. No entanto, as fontes de financiamentos resultaram nos valores de execução no exercício de 2013 em R$ 150.000.000 na fonte 6.3.1.0.00.00 Internas, havendo assim a necessidade do aumento na captação das

fontes da Controladoria e Outras Estatais (Recursos próprios das Acionistas). O resumo dos atos de aprovação e realização descritos é apresentado no quadro abaixo:

Fontes de Financiamento Orçamento de Investimento TSBE

RECEITA	DOTAÇÃO ATUAL	EXECUÇÃO	
6.2.2.0.00.00	Controladora	167.455.511	212.255.511
6.2.3.0.00.00	Outras Estatais	41.863.878	53.746.041
6.3.1.0.00.00	Internas	219.697.922	150.000.000

Conforme pode ser observado no quadro acima, a execução orçamentária ficou próxima da projetada, porém, devido ao atraso na obtenção dos recursos oriundos de financiamento (BNDES), houve a necessidade de se recorrer aos acionistas para suprir essa demanda. A administração tomou todas as medidas administrativas tempestivamente e oportunas para que a liberação dos recursos do financiamento ocorresse no prazo programado, no entanto, o BNDES retardou a liberação dos recursos para uma melhor avaliação do setor motivado pelo impacto das renovações das concessões do Grupo da Eletrobras (Lei Federal nº 12.783/2013).

Diante da situação e considerando o Contrato de Concessão nº 004/2012-ANEEL, estabelece o prazo de 24 meses para a implantação do Empreendimento, restou aos Administradores a adoção da única alternativa viável para a manutenção do cronograma que foi a de recorrer aos acionistas."

Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)

"Com relação às execuções efetuadas acima do limite de crédito na fonte de financiamento, informamos que tal fato deveu-se à opção de utilização de Recursos Próprios e de não realização de empréstimos Externos.

Destacamos que, conforme já verificado pelo TCU/CGU em outros relatórios de auditoria, a Petrobras pauta a gestão de seus projetos de investimento em referências consolidadas e reconhecidas internacionalmente como boas práticas. Não obstante, sempre existirá espaço para melhoria em aspectos específicos. Neste sentido, estamos no momento em pleno desenvolvimento de uma série de medidas que viasm aprimorar as práticas atualmente adotadas.

Sobre estas medidas, vale destacar que elas buscam aprimorar:

a) a gestão de escopo, projetando com diretriz de simplicidade e de acordo com métricas de projetos;
b) o planejamento utilizando o cronograma do empreendimento consistente como principal ferramenta de gerenciamento de prazo em todas as fases;
c) a contratação de bens e serviços;
d) a governança de projetos.

Estas medidas, fruto de diversas iniciativas que visaram o maior aprimoramento da gestão de projetos na Petrobras, deverão contribuir para uma melhora significativa nos prazos de entrada em operação e naredução de custos dos projetos, proporcionando uma maior aderência entre os dados realizados e planejados.

Vale ainda destacar que a auditoria Interna está cada vez mais atuante, no sentido de cobrar o cumprimento de todas as regras corporativas existentes."

X. ao Ministério de Minas e Energia que oriente suas supervisionadas para garantir o cumprimento da recomendação anterior de que seja observado, quando da execução do Orçamento de Investimento, o valor aprovado para as respectivas fontes de financiamento na lei orçamentária ou promovam a adequação desses valores de acordo com o disposto na lei de diretrizes orçamentárias (item 3.3.5);

Ministério de Minas e Energia

O Ministério apresentou cópias dos Ofícios nºs 109/2014-AEGE/SE-MME e 110/2014-AEGE/SE-MME, encaminhados, respectivamente, à Eletrobras e à Petrobras, solicitando informar sobre as providências que vierem a ser adotadas para o cumprimento das recomendações do TCU.

XI. ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) que, no exercício de sua competência de acompanhar a execução orçamentária do Orçamento de Investimento (OI) das empresas estatais não dependentes, acompanhe a observância, por parte das empresas integrantes do OI, à vedação estabelecida no inciso II do art. 167 da Constituição Federal e ao limite aprovado para as respectivas fontes de financiamento na lei orçamentária, e tome as providências necessárias para a correção de eventuais impropriedades juntos às respectivas empresas durante o exercício, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidades quando da análise das prestações de contas de 2013 dos respectivos dirigentes, haja vista a realização de despesa sem a devida autorização legislativa (item 3.3.5);

"Primeiramente, cabe ressaltar que embora este Departamento tenha a atribuição de coordenar a elaboração e acompanhar o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, deve fazê-lo respeitando a autonomia administrativa e operacional dos entes da Administração Indireta, definida no inciso IV do Art. 26 do Decreto Lei nº 200/1967. Assim, entendemos que cabe a este DEST monitorar e alertar as Empresas quanto à necessidade do acompanhamento da execução orçamentária e de seus limites bem como de eventual reprogramação orçamentária, não sendo possível, entretanto, efetuar correções de forma unilateral, sem pedido formal das Empresas.

Isto posto, informamos que este Departamento já possui as seguintes medidas de organização, acompanhamento e alerta devidamente implementadas:

a)No início de cada ano:

Edição de Portaria, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, estabelecendo os procedimentos e prazos para a solicitação de alterações no Orçamento de Investimento (Para o exercício de 2013: Portaria nº 6, de 18.4.2013 – DOU Seção 1, de 19.4.2013).

b)Mensalmente:

- Recepção dos valores executados pelas Empresas através do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), inseridos pelas próprias empresas no dia 20 do mês subsequente ao de referência;
- Análise dos valores e justificativas, mantendo-se, sempre que necessário, contato com a área responsável pelo Orçamento de cada Empresa buscando esclarecimentos adicionais e/ou alertando sobre a necessidade de ajustes;

- Envio de Boletim de Execução do Orçamento de Investimento aos Conselheiros de Administração das Empresas.

c)Bimestralmente:

- Envio de Ofício aos Dirigentes das Empresas contendo as informações de execução de seu Orçamento de Investimento, por Ação, e alertando para a obrigatoriedade da fiel observância dos limites aprovados. Nos casos em que são constatadas extrapolações de limites, alertamos ainda para a necessidade de regularização.

d)No início do 2º semestre de cada ano:

- Verificação da execução e da tendência de execução orçamentária das Ações de cada Empresa, alertando sua área responsável quanto à eventual necessidade de ajustes no Orçamento de Investimento e da proximidade do prazo limite para o encaminhamento de créditos que necessitem de Projeto de Lei.

Adicionalmente, o Dest informou que realizou as seguintes ações para atendimento da recomendação:

a) Infraero: em processo de montagem de um modelo de controle mais detalhado, com a abertura das ações por empreendimentos (com utilização de Planos Orçamentários do Siop) para controle - em parceria com a Sepac/MP e a SAC/PR - visando manter a execução orçamentária dentro dos limites aprovados e conforme o cronograma acordado entre as partes. Este modelo poderá posteriormente ser adotado em outras estatais.

b) apresentou o Acórdão do TCU sobre a PCPR 2013, em reuniões e contatos telefônicos com as empresas Petrobras, Telebras, e Infraero.

c) reforçou a verificação das propostas de créditos no 2º semestre e no apoio às empresas durante a reprogramação do orçamento de investimentos."

XII. à Secretaria de Política Econômica e à Secretaria do Tesouro Nacional que, no prazo de noventa dias, elaborem e apresentem as projeções anuais, para este e os próximos três exercícios (2014 a 2017), dos valores correspondentes aos benefícios financeiros e creditícios decorrentes das operações de crédito concedidas pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a partir de 2008, incluindo as respectivas despesas financeiras relativas aos juros e demais encargos decorrentes da captação de recursos pelo Tesouro Nacional, em cumprimento aos itens 9.1.5 e 9.1.6 do Acórdão 3.071/2012-TCU-Plenário, medida que visa a dar maior transparência às ações de governo e contribuir para que a sociedade possa conhecer e avaliar o custo das operações realizadas (item 3.4.1.2);

Secretaria do Tesouro Nacional

O MF, em arquivo encaminhado para a composição da PCPR 2014, informou que foi enviado o Ofício Coger nº 71/2014 contendo os esclarecimentos necessários.

Secretaria de Política Econômica

"No que tange ao trabalho da SPE de estimação de benefícios financeiros e creditícios, por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 (PLOA 2015), foi disponibilizado, nas Informações Complementares do PLOA 2015, o Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios. Este demonstrativo apresenta estimativas dos benefícios financeiros e creditícios presente nos fundos e programas do Governo Federal que estão arrolados na Portaria nº 57/2013 do Ministério da Fazenda, e dentre estes estão incluídas as operações de crédito concedidas pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a partir de 2008. Em termos do corte temporal, o Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios apresenta a estimativa dos benefícios realizados nos dois anos anteriores, além de projeções para o ano corrente e seguinte, de modo que para a PLOA 2015 foram apresentadas as estimativas para 2012 e 2013, além das projeções para 2014 e 2015. Com isso foi coberto metade do horizonte temporal do exercício recomendado pelo Tribunal de Contas da União, qual seja 2014-2017. Seguem em análise pelas instituições envolvidas a projeção e divulgação dos dois anos restantes referentes à recomendação exarada do Parecer Prévio sobre as Contas do Poder Executivo de 2013."

XIII. à Secretaria de Política Econômica, com fundamento no art. 4º da Portaria do Ministério da Fazenda n. 379/2006 e considerando o disposto nos itens 9.2.3 e 9.2.4 do Acórdão 3.249/2012- TCU-Plenário, que apresente, na Prestação de Contas da Presidenta da República referente a 2014, projeção, a valor presente, do total de subsídios creditícios concedidos aos projetos da Copa 2014 decorrentes das operações de financiamento firmadas com os bancos públicos federais, medida que visa a dar maior transparência às ações de governo e contribuir para que a sociedade possa conhecer e avaliar o custo das operações realizadas (item 3.4.3);

Através do Ofício nº 10071/SPE-MF, de 15 de outubro de 2014, informa que o Tribunal de Contas da União considerou cumprida a determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão 3.249/2012-TCU-Plenário conforme o Acórdão nº 2446/2014 – TCU – Plenário, de 17 de setembro de 2014:

"9.2. considerar cumprida a determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão 3.249/2012-TCU-Plenário e em cumprimento a determinação objeto do subitem 9.2 do Acórdão 3.071/2012-TCU-Plenário. (...)."

XIV. à Controladoria-Geral da União, com fundamento na Lei 10.180/2001 e no Decreto 3.591/2000, que estabeleça procedimentos para certificar, na maior extensão possível, a exatidão das informações de desempenho constantes da Prestação de Contas do Presidente da República, previamente ao encaminhamento desta ao Congresso Nacional (item 4.2.22);

Com vistas à implementação da recomendação em questão, a CGU realizou auditoria específica, selecionando de forma aleatória, um indicador para cada um dos 13 Programas Temáticos elencados pelo TCU para compor a PCPR 2014 e 16 metas relacionadas aos 17 Objetivos relacionados aos Programas Temáticos do PPA 2012–2015, para certificar as informações de desempenho da PCPR 2014, que envolveu onze dos treze Ministérios selecionados pelo TCU para compor a PCPR 2014.

A avaliação dos indicadores e metas selecionados foi realizada quanto aos atributos de validade e confiabilidade, os quais se desdobram nas qualidades credibilidade, estabilidade,

homogeneidade e comparabilidade, tendo sido aplicada a mesma metodologia que será utilizada pelo Tribunal de Contas da União para emissão do Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República 2014.

Por fim, cabe registrar que os resultados da Auditoria em comento serão finalizados na 2ª quinzena de março/2015 e encaminhados ao Tribunal de Contas da União com vistas a subsidiar a emissão do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas de Governo de 2014, bem como à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) para subsidiar o processo de elaboração do próximo Plano Plurianual.

XV. à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que contemple, na oportunidade da próxima alteração a ser efetivada no Plano Plurianual 2012-2015, processo de reavaliação do conjunto de informações de desempenho para as quais foi apontada alguma deficiência, conforme item 4.2 deste relatório, com vistas ao aprimoramento do conjunto de indicadores e metas constantes do PPA 2012-2015 (item 4.2.22);

> *"De maneira geral, entendemos que, como todo processo, o Plano Plurianual é passível de inovações. Especialmente, as inovações trazidas pelo novo modelo do PPA estão sendo testadas ao longo da implementação e, portanto, ensejarão aperfeiçoamentos. Já de partida, é possível avaliar que as inovações introduzidas não foram homogeneamente apropriadas por todos os órgãos da administração pública federal, responsáveis principais pela proposição dos conteúdos presentes no plano e atores centrais na condução das políticas públicas em cada área temática. Assim, é importante promover aprimoramentos no processo de elaboração do novo PPA para o período 2016-2019, aí incluindo os indicadores – no sentido de aperfeiçoar, em última instância, o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos.*
>
> *Um esforço de reflexão geral sobre os avanços e necessidades de aprimoramento para o novo Plano já está em curso, e a discussão a respeito dos indicadores, conforme indica o TCU, tem recebido atenção especial da SPI nesse processo. Os próprios órgãos de controle, como a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União, serão convidados a colaborar nesse esforço, reforçando a parceria que têm tido com este Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão."*

XVI. à Casa Civil da Presidência da República que:

a) defina o órgão competente para efetuar a contabilização das provisões matemáticas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social da União, enquanto não houver unidade gestora do regime, e também tome outras providências necessárias para o fiel cumprimento da Lei 9.717/1998 e das respectivas normas regulamentares editadas pelo Ministério da Previdência Social, em especial quanto à estruturação da referida unidade gestora, permitindo assim a transparência, a prestação de contas e a responsabilização adequada pela gestão e contabilização do RPPS da União (item 5.3.1.1.1);

b) utilize o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pro-Reg) como catalisador de boas práticas de governança entre as agências reguladoras de infraestrutura, buscando instituir padrões mínimos de governança que assegurem autonomia e transparência do processo decisório, institucionalização de estratégias organizacionais, supervisão ministerial, participação dos atores envolvidos nas decisões regulatórias, accountability, entre outros fatores (item 6.4.1);

c) institucionalize meios de participação de representantes da sociedade civil, da academia, do meio empresarial e dos setores regulados na operacionalização do Pro- Reg, aumentando a participação de todos os interessados na construção e disseminação de boas práticas de governança entre as agências reguladoras (item 6.4.1);

a) Conforme informações do MF, por meio do Memorando nº 15/2015/COGER, de 15.01.2015, a STN prestou os seguintes esclarecimentos à AECI daquele Ministério:

> *"Será efetuada pelo Tesouro Nacional a contabilização do Passivo Atuarial do RPPS (calculado pelo MPS) na Posição de 31/12/2014, atendendo parcialmente à recomendação. O mérito das demais medidas relativas ao RPPS (como estruturação de Unidade Gestora), ainda estão sendo estudadas e amadurecidas. O MPS está efetuando os cálculos atuariais do Regime Próprio a partir das informações encaminhadas pelo MPOG e demais poderes. Uma vez que não é possível segregar os cálculos atuariais por órgão, a STN criará UG específica para efetuar a contabilização de todo o valor do passivo atuarial, inclusive dos demais poderes. Em relação às chamadas providências estruturantes relativas ao RPPS, que continuarão a ser discutido, com vistas ao amadurecimento dos encaminhamentos, o MPS lembrou que a criação da Unidade Gestora poderia ser viabilizada (com encaminhamento de PL ao Congresso), sem que necessariamente se vinculasse sua criação à decisão de segregação de massas."*

itens b e c)

> *"Sobre o teor da referida recomendação, cumpre destacar que desde o seu início em 2007, o Pro-Reg teve como instituições parceiras as agências reguladoras federais, os ministérios aos quais estão vinculadas as agências reguladoras, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), vinculado ao Ministério da Justiça, além dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Conforme mencionado acima, as ações e atividades promovidas pelo Pro-Reg objetivam a difusão e o estímulo à adoção de boas práticas regulatórias no âmbito de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e no âmbito de agências reguladoras estaduais e municipais.*
>
> *Ainda que atualmente não se tenha no âmbito da Administração Pública Federal um Órgão de Supervisão Regulatória, de acordo com o art. 4º do Decreto nº 6.062, de 16 de março de 2007, o Pro-Reg conta com um Comitê Gestor integrado pela Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e um Comitê Consultivo composto por representantes de cada uma das agências reguladoras referidas em anexo à Lei no 10.871, de 20 de maio de 2004, e dos Ministérios aos quais estão vinculadas, do Ministério da Justiça e do Cade."*

XVII. ao Ministério da Defesa que:

a) calcule o valor presente das projeções atuariais das despesas futuras com militares inativos das Forças Armadas, em cumprimento aos Acórdãos 2.059/2012-TCUPlenário e 2.468/2013-TCU-Plenário (item 5.3.1.1.1);

b) ao Ministério da Defesa que calcule o valor presente

das projeções atuariais das pensões militares das Forças Armadas (item 5.3.1.1.1);

Ver o atendimento à recomendação XVII, na resposta ao requerido no item XVIII a seguir.

XVIII. ao Ministério da Defesa e à Secretaria do Tesouro Nacional, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que:

a) tomem as providências necessárias para garantir o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do passivo atuarial referente às despesas com militares inativos das Forças Armadas, permitindo assim a apresentação dessa informação no Balanço Patrimonial da União e a divulgação das premissas e detalhamentos em notas explicativas já para o exercício de 2014 e seguintes (item 5.3.1.1.1);

b) tomem as providências necessárias para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do passivo atuarial referente às pensões relativas aos militares das Forças Armadas, permitindo assim a apresentação dessa informação no Balanço Patrimonial da União e a divulgação das premissas e detalhamentos em notas explicativas já para o exercício de 2014 e seguintes (item 5.3.1.1.1)

Ministério da Defesa

Resposta aos itens XVII e XVIII:

> *"A administração do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Armadas, antes mesmo da decisão adotada pelo Tribunal de Contas da União, nos Acórdãos nº 2.059/2012-TCU-Plenário e nº 2.468/2013-TCU-Plenário, tem defendido entendimento de que o regramento a que se submetem os militares, por ocasião da transferência para reserva remunerada, cujas remunerações são assumidas integralmente à conta do Tesouro, não se confunde com o conceito de aposentadoria, o qual remete aos regimes previdenciários geral (RGPS) e próprio do servidor público (RPPS).*
>
> *Aliás, tal entendimento, tem como fundamento as peculiaridades da carreira militar e o respectivo ordenamento jurídico, uma vez que não há a expectativa do gozo de benefício previdenciário, decorrente de aposentadoria, por parte do militar das Forças Armadas, pelo fato deste ser transferido para a reserva remunerada, podendo ser convocado para o serviço ativo, a qualquer momento, principalmente nas situações de guerra.*
>
> *Nesse cerne, as Forças Armadas, como forma de demonstrar a peculiaridade da carreira militar, bem assim desconfigurar a existência de regime de contribuição e/ou previdenciário, tem invocado a falta de contribuição individual e ou patronal, para fins de custeio dos benefícios decorrentes da inatividade dos militares.*
>
> *Aliada às razões já abordadas, acrescente-se as dificuldades, de natureza técnica, em efetuar projeções de custos constitucionais com militares inativos com base em terminologia e metodologia que considere a natureza atuarial de dados e valores envolvidos, em virtude do regime jurídico diferenciado dos militares das Forças Armadas não reunir a característica contributiva, haja vista a sua separação do regime jurídico a que estão sujeitos os servidores, consagrada em legislação especial, além do uso de diferentes sistemas de controle e processamento da folha de pagamentos utilizados por cada Comando Militar.*
>
> *No entanto, no intuito de propiciar o esclarecimento de questões de natureza técnica e operacional, fruto das determinações do Tribunal de Contas da União, o Ministério da Defesa vem promovendo gestões junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP) e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), inclusive com o oferecimento de subsídios técnicos, no intuito de auxiliar nos procedimentos necessários, cuja operacionalização depende de iniciativas e orientações daqueles órgãos.*
>
> *Nesse sentido, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial, constituído na forma da Portaria Conjunta nº 218, de 19 de dezembro de 2014, pelos Secretários-Executivos da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Previdência Social (DOU nº 247, de 22/12/2014), no sentido de adotar práticas consentâneas com aquelas que venham a ser aplicadas na elaboração e divulgação de demonstrações sobre a situação atuarial da previdência social.*
>
> *A matéria foi submetida à Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, que se pronunciou por meio do Parecer nº 115/2015/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 10 de fevereiro de 2015, em que analisando o regime jurídico dos inativos militares das forças armadas e a aplicabilidade do inciso IV do §2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, firmou o entendimento de que o regime jurídico dos inativos das Forças Armadas deverá ser regulado por lei ordinária federal e que o art. 40 da Constituição Federal, o qual dispõe sobre o regime de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não alcança os militares à luz do § 20 desse artigo.*
>
> *A manifestação jurídica atualmente se encontra em análise no órgão central de assessoramento jurídico do Poder Executivo: a Consultoria-Geral da União, nos termos da competência prevista no art. 12, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, tendo em vista a relevância e os desdobramentos da matéria para a República, em especial pelos reflexos diretos na atuação do Poder Público na execução das políticas públicas.*
>
> *Em complemento, a Consultoria-Geral da União, por meio do Ofício nº 30/2015/CGU/AGU, de 27/02/2015, informou que:*
>
> *Nos expedientes (Memorando nº 037/2015/ CONJUR-MD/CGU/AGU, de 10/02/2015 e Parecer nº 115/2015/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 10 de fevereiro de 2015) a Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa revela compreensão no sentido de que "Conclusivamente, poder-se-ia dizer, sinteticamente, que os militares não teriam propriamente um regime previdenciário em moldes semelhantes ao RGPS e ao RPPS." (item 9, Parecer nº 00115/2015/CONJUR-MD/CGU/AGU);*
>
> *Esse entendimento afasta compreensão pretérita, da própria CONJUR-MD (Parecer nº 00005/2015/CONJUR-MD/CGU/AGU), quando se opinou pela natureza previdenciária do regime jurídico aplicável aos servidores militares. A CONJUR-MD afastou tal entendimento, o que qualifica inexistência de dissenso; e*
>
> *Diante dos expedientes citados, a posição fixada no Parecer nº 00115/2015/CONJUR-MD/CGU/AGU qualifica orientação da CONJUR-MD, a quem, por pertinência da temática, cabe fixar entendimento no assunto, do qual a Consultoria-Geral em exame preliminar não dissente."*

Secretaria do Tesouro Nacional

Conforme informações do MF, a STN apresentou à AECI daquele Ministério, por meio do Memorando nº 15/2015/COGER, de

15.01.2015, os seguintes esclarecimentos:

"a) Segundo o entendimento do Ministério da Defesa, as despesas com inativos das Forças Armadas são encargos constitucionais da União, tendo em vista o regime jurídico próprio dos militares. Não haveria, portanto, obrigação jurídica para evidenciação contábil do passivo atuarial, uma vez que os militares das Forças Armadas não são mencionados nas normas que tratam das obrigações contábeis e atuariais:

- *Constituição, art. 40 (esp. § 20), que trata do Regime Próprio;*
- *Lei Complementar 101/00 (LRF), que trata da obrigação de avaliação da situação financeira dos regimes gerais e próprios; e*
- *Lei nº 9.717/98, que também só traz em seu escopo os regimes próprios, sem tratar dos militares federais (trata dos militares dos Estados e DF).*

b) De acordo com o MD, é possível viabilizar a elaboração de balanço atuarial para os pensionistas, uma vez que se trata de um regime de natureza previdenciária, com aportes efetuados pelos militares para garantia de benefícios futuros aos respectivos pensionistas. MD avaliará se essa disposição de efetuar o cálculo e evidenciar/contabilizar o balanço atuarial dos pensionistas pode fragilizar a tese/premissa por trás da questão dos inativos.

O MD discutirá com o MP, por ocasião da elaboração do PLOA 2016, a revisão da ação orçamentária que suporta o pagamento dos inativos, equivocadamente identificada como ação de "previdência".

XIX. ao Ministério da Previdência Social que inclua nos relatórios de avaliação atuarial do Regime Geral de Previdência Social o balanço atuarial do regime, com os valores presentes das projeções (item 5.3.1.1.1);

"Por meio da Portaria Conjunta no 218, de 19 de dezembro de 2014, da Casa Civil, Ministério da Previdência Social e Fazenda, foi instituído grupo de trabalho com o objetivo de balizar e orientar o MPS quanto a inclusão nos relatórios de avaliação atuarial do Regime Geral de Previdência Social - RGPS o balanço atuarial do regime com os valores presentes das projeções."

XX. ao Instituto Nacional do Seguro Social que:

a) inclua em notas explicativas às demonstrações financeiras do Fundo do Regime Geral da Previdência Social o balanço atuarial do regime (item 5.3.1.1.1);

Instituto Nacional do Seguro Social

"O Tribunal de Contas da União – TCU já havia solicitado ao Ministério da Previdência Social – MPS que realizasse avaliação atuarial do Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS, mediante cálculo da diferença dos fluxos das receitas e despesas descontados a valor presente. Em resposta, o MPS emitiu despacho acompanhado de Nota, que em síntese, informa ao TCU que devido às peculiaridades" do FRGPS, trazer os fluxos das receitas e despesas a valor presente não é o suficiente para elaborar o balanço atuarial. Dessa forma, esta Coordenação julga ser de bom alvitre aguardar o alinhamento dos conceitos apontados pelo MPS (órgão central da Previdência Social) ao TCU."

b) fortaleça os controles internos da execução orçamentária, de modo a evitar a erros na classificação contábil das despesas previdenciárias (item 5.3.2.1);

"A Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC estruturou uma divisão específica para supervisionar o FRGPS, assim como, deslocou servidores para acompanhamento diário da execução orçamentária e financeira da despesa previdenciária. Estas ações irão garantir um maior controle e, consequentemente, a mitigação dos riscos de erros na classificação contábil da despesa. Igualmente, é importante registrar a alocação de contador na referida divisão com a incumbência de conferir e validar os registros contábeis mediante conformidade documental, em consonância com o princípio de segregação de atividades. Paralelamente a isso, encontra-se em processo de construção o Sistema de Pagamento de Benefícios – SISPAGBEN (com previsão de implantação para o início de 2015) que receberá os dados de provisionamento diretamente do Sistema Único de Benefícios – SUB, proporcionando a contabilização dos dados com agilidade e exatidão."

XXI. à Casa Civil da Presidência da República, à Secretaria do Tesouro Nacional, ao Ministério da Previdência Social e ao Instituto Nacional do Seguro Social que realizem, por iniciativa própria ou por meio da contratação de consultoria especializada, estudo conjunto para avaliar as melhores práticas internacionais de prestação de contas da previdência social, incluindo no escopo do estudo a necessidade de elaboração e divulgação de demonstrações específicas sobre a situação atuarial da previdência social, de modo a subsidiar o processo decisório sobre a sustentabilidade previdenciária no Brasil (item 5.3.1.1.1);

"A Portaria Conjunta no 218, de 19 de dezembro de 2014, da Casa Civil, Ministério da Previdência Social e Fazenda, instituiu grupo de trabalho para:

- *realizar estudo em atendimento à XXI Recomendação constante do Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União - TCU sobre as Contas do Governo relativas ao exercício de 2013, emitido por intermédio do Acórdão no 1338/2014-TCU Plenário;*
- *propor plano de ação para dar tratamento aos aspectos identificados pelo TCU no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, em atendimento à recomendação 9.1.1 do Acórdão no 3414/2014 - TCU Plenário (FISC Previdência Social).*

Cabe destacar também que as atividades do referido grupo de trabalho irão balizar ou orientar tanto a recomendação XIX, que o Ministério da Previdência Social inclua nos relatórios de avaliação atuarial do Regime Geral de Previdência Social - RGPS o balanço atuarial do regime, com os valores presentes das projeções, quanto a recomendação dada ao Instituto Nacional do Seguro Social para incluir em notas explicativas às demonstrações financeiras do Fundo do Regime Geral da Previdência Social o referido balanço atuarial.

De qualquer forma, o Ministério da Previdência Social, em respeito a Lei da Responsabilidade Fiscal e como forma de garantir transparência fiscal sobre a situação atuarial do Regime Geral, já divulga, no anexo do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias - PLDO, relatório de avaliação atuarial com projeção da arrecadação e da despesa do Regime no longo prazo. A partir das projeções futuras incluídas no PLDO é possível trazer os fluxos a valor presente pela mera aplicação de uma taxa de juros, sendo tal cálculo passível de ser realizado pelos dados disponibilizados na PLDO. Contudo, até que ponto o valor presente dessas projeções possa ser considerado o balanço atuarial do regime, bem como uma

definição conceitual mais precisa do referido balanço atuarial, demanda um aprofundamento do debate e dos estudos a respeito, inclusive pelo cotejamento com as melhores práticas internacionais, conforme previsto pelo referido grupo de trabalho.

Além disso, a projeção futura de longo prazo das receitas e despesas do RGPS disponibilizada no anexo do PLDO é um importante instrumento para avaliar a sustentabilidade e o impacto de modificações no RGPS, inclusive legislativas, como por exemplo, as medidas implementadas pela Medida Provisória no 664, de 30 de dezembro de 2014."

XXII. à Secretaria do Tesouro Nacional que:

a) na qualidade de órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, nos termos do art. 11, inciso I, da Lei 10.180/2001, e em observância aos pressupostos do planejamento e da transparência na gestão fiscal, insculpidos no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000, apure, discrimine e evidencie, em item específico do relatório "Resultado do Tesouro Nacional", o efeito fiscal decorrente de receitas extraordinárias, de quaisquer naturezas, que vierem a ser arrecadadas durante o exercício, com vistas a minimizar a assimetria de informação entre a sociedade, os órgãos de controle e o governo federal, em reiteração a recomendação proferida nas Contas do Governo de 2012 (item 3.5.1.1)

b) inclua, em notas explicativas do Balanço Geral da União, o balanço atuarial do Regime Geral da Previdência Social a partir do exercício de 2014 (item 5.3.1.1.1);

c) oriente os órgãos setoriais para a implementação efetiva do que dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de provisões e passivos contingentes, em especial a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria-Geral da União e a Procuradoria-Geral Federal, responsáveis pelas principais demandas judiciais da União (item 5.3.1.1.2);

d) apresente, em nota explicativa, a eventual divergência do saldo dos restos a pagar processados em comparação com aquele constante do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado, bem como as razões e qualquer informação adicional que seja relevante para compreensão dessa diferença (item 5.3.1.3);

e) em reiteração à recomendação expedida nas Contas do Governo de 2012, divulgue em notas explicativas o valor das participações societárias em 31 de dezembro, de modo que o usuário do Balanço Patrimonial possa compreender os efeitos da defasagem entre a data do Balanço Geral da União e as datas das demonstrações financeiras das empresas participadas (item 5.3.1.6);

f) adeque as notas explicativas sobre transações com partes relacionadas aos padrões e boas práticas internacionais, inclusive quanto a denominação e numeração, de modo a facilitar a identificação e a compreensão pelos usuários externos do Balanço Geral da União (item 5.3.1.6);

g) na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabeleça normas e procedimentos para a adequada evidenciação contábil das renúncias de receitas dos órgãos e entidades federais, em cumprimento ao disposto no inciso VII do art. 15 da Lei 10.180/2001 e no inciso VIII do art. 3º do Decreto 6.976/2009 (item 5.3.2.2);

h) inclua, em notas explicativas sobre as receitas de dividendos arrecadadas pela União, elementos mínimos sobre a política de dividendos das principais participações societárias do governo federal, bem como o histórico de arrecadação desse tipo de receita em relação ao resultado primário do exercício a que se referem as demonstrações contábeis e dos quatro exercícios anteriores (item 5.4.3);

i) como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal e em atendimento ao art. 7º, inciso IX, do Decreto 6.976/2009, supervisione, diretamente e por meio dos órgãos superiores do sistema, as declarações dos contadores de modo a garantir com razoável segurança que estejam atestando a realidade da situação patrimonial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades federais a que estão vinculadas (item 5.5.1);

j) oriente as setoriais do Sistema de Contabilidade Federal a justificar a permanência das restrições contábeis no final do exercício, por meio da Declaração do Contador, com o objetivo de estimular a correção dos problemas contábeis eventualmente existentes dentro do exercício a que se referem e de esclarecer os motivos daqueles remanescentes (item 5.5.2);

k) crie setorial contábil especifica para realizar a conformidade contábil de seus registros contábeis e também para emitir Declaração do Contador sobre suas demonstrações contábeis (item 5.5.3);

Em documento encaminhado pela STN para compor a PCPR 2014, o Órgão, em relação ao item "a" da recomendação XXII, apresentou o que segue:

"a) O Tesouro Nacional manifesta o compromisso com a excelência na qualidade de suas divulgações. O boletim Resultado do Tesouro Nacional (RTN) faz parte desse esforço, dando transparência às estatísticas fiscais apuradas de acordo com padrões internacionais claramente definidos e difundidos nos termos do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 1986 (GFSM 1986), do FMI, desde 1997. Em linha com esse arcabouço metodológico, as receitas e despesas são apuradas pela ótica de caixa, ou seja, no momento do ingresso efetivo dos recursos na Conta Única da União, postos os seus impactos sobre a demanda agregada.

Com vistas ao aprimoramento da publicação dessas estatísticas, em linha com as melhores práticas internacionalmente aceitas de transparência e em atendimento à recomendação exarada pelo TCU no Parecer Prévio sobre as contas da Presidente da República do exercício de 2013 (Acórdão 1.338, sessão de 28/05/2014), é apresentada a seguir a compilação de receitas extraordinárias arrecadadas pelo Tesouro Nacional em 2014.

Inicialmente, cumpre esclarecer que não há na literatura econômica um conceito formalmente definido, muito menos consenso, sobre como devem ser identificadas as receitas fiscais extraordinárias[1]. A literatura geralmente fornece alguns

1 Fabian Bornhorst (IMF - Technical Notes and Manuals, April/2011), p. 30.

critérios qualitativos, porém bastante generalistas e que podem ser conflitantes entre si ou viesados em alguma medida. Há, no entanto, algumas recomendações usualmente aceitas pelos analistas. Os critérios mais mencionados envolvem o tamanho da operação (normalmente acima de 0,1% do PIB) e a não-recorrência (efeito limitado no tempo)[2]. Embora o RTN apresente mensalmente explicações para as principais variações observadas na arrecadação, a aplicação daqueles critérios só se torna possível quando a série é avaliada ao longo do tempo. No caso em questão, a escala de tempo usual é a anual. Não obstante a referência aos critérios mencionados, sua escolha é arbitrária e pode ser complementada por outros[3], além de requerer a consideração sobre particularidades de cada operação.

A identificação de fatores atípicos ou extraordinários nos impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), denominadas "receitas administradas", foi realizada por aquela instituição. Os valores mencionados a seguir basearam-se em avaliações tributárias detalhadas, a fim de identificar receitas pontuais ou extraordinárias. Em 2014 foram identificadas receitas extraordinárias no montante de R$ 25 bilhões. Destes, R$ 19,9 bilhões estão associados principalmente às leis 12.996/2014 e 13.043/2014 relativos a parcelamentos especiais (Refis).

No tocante às demais receitas apuradas pelo Tesouro Nacional, na rubrica de Concessões pode ser mencionada a arrecadação com o leilão de telefonia 4G, no valor de R$ 5,1 bilhões. Tal receita enquadra-se nos critérios de tamanho da operação, equivalente a 0,1% do PIB, e de não-recorrência, pois seu pagamento foi em parcela única, conforme opção de pagamento feita pelos concessionários. Vale destacar que os recebimentos relativos ao pagamento das concessões de aeroportos (R$ 1,3 bilhão em julho) não se enquadram no conceito de extraordinários, já que fazem parte de um fluxo de pagamentos distribuídos por um período entre 20 e 30 anos. As outras receitas não administradas pela RFB, incluindo as maiores, tais como Cota Parte e Dividendos, não enquadraram-se nos critérios acima mencionados."

Conforme informações do MF, a STN apresentou à AECI daquele Ministério, por meio do Memorando nº 15/2015/COGER, de 15.01.2015, os seguintes esclarecimentos:

"b) Será sugerida a elaboração de Portaria conjunta (Secretários Executivos) da Casa Civil, MPS e MF, constituindo GT para organizar as atividades relativas ao Estudo sobre o RGPS. Portaria nº 215, de 19.12.2014.

A STN fez estudo preliminar sobre práticas contábeis de regimes gerais e encaminhará esse estudo para MPS e Casa Civil. Considerando a necessidade de aprofundar os estudos sobre o RGPS, conforme recomendado pelo próprio Tribunal, as recomendações XIX e XX serão posteriormente discutidas com o TCU.

c) Em alinhamento promovido pela PGF, PGFN, PGU e PGBC, foi identificado que a sistemática da PGBC não pode ser adotada pela PGF, PGU ou PGFN, uma vez que somente a PGF cadastrou em 2013 mais de 2,4 milhões de novos processos, número infinitamente superior ao fluxo de ações em que o BACEN é parte no polo passivo. De acordo com a PGFN, ainda que existisse um setor contábil estruturado dentro da PGFN, ele não seria capaz de fornecer os cálculos do impacto financeiro de uma eventual derrota da União em um dado tema tributário, competência que, de acordo com a PGFN, deve ser tarefa cometida à RFB. A Seccional contábil da PGFN já foi estruturada. No caso da PGU/PGF, essas Procuradorias fornecem informações e órgãos setoriais efetuam registros contábeis, não havendo a necessidade de estruturação e uma seccional contábil. AGU normatizará os critérios de probabilidade de perda, buscando estabelecimento dos parâmetros verificáveis como, por exemplo, a explicitação do voto do relator da ação. Nessa normatização, as perdas remotas e possíveis não seriam provisionadas. PGFN identificará em que medida esses novos critérios serão aplicáveis aos seus processos, para fins de identificação de perdas prováveis em demandas judiciais nas quais a Fazenda Nacional está no polo passivo. Esses critérios serão utilizados já para o exercício de 2014. As provisões serão contabilizadas de forma agregada nas setoriais contábeis especificas de cada órgão, a partir das informações repassadas pelas Procuradorias, garantindo o sigilo às informações e evitando que esses registros sejam utilizados pelos advogados das partes em desfavor da União. Para subsidiar a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais, os novos critérios serão utilizados quando da apresentação do PLDO de 2016.

d) Foi incluída a Nota Explicativa nº 10 do Balanço Patrimonial;

e) Será incluída, Nota Explicativa do valor das participações societárias, a ser elaborada pela STN/COPAR para o BGU/2014;

f) atenderá até o final do exercício;

g) Divulgação da Nota Técnica nº 04/2013 CCONF/SUCON sobre a evidenciação das renúncias de receitas;
O item foi atendido no tópico 1.5.4 dos Procedimentos Especiais do Relatório do BGU 2014.

h) O item foi atendido no tópico 1.5.6 dos Procedimentos Especiais e na Nota Explicativa nº 3 da Demonstração das Variações Patrimoniais;

i) O item foi atendido com o estabelecimento da Declaração do Contador dos órgãos superiores em relação aos órgãos subordinados na Macrofunção 02.03.18 – Encerramento do Exercício, item 9.2.2, do Manual Siafi Web;

j) O item foi atendido com o estabelecimento da Declaração do Contador dos órgãos superiores em relação aos órgãos subordinados na Macrofunção 02.03.18 – Encerramento do Exercício, item 9.2.2, do Manual Siafi Web;

k) No Ministério da Fazenda, a função de órgão setorial do Sistema de Contabilidade Federal compete à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/MF), conforme dispõe o inciso II do artigo 6º do Decreto nº 6.976/2009, combinado com o parágrafo único do artigo 5º e os incisos I, II, III e VI do artigo 8º do Decreto nº 7.482/2011.

O escopo de sua atuação abrange toda a administração direta do Ministério, na condição de setorial contábil de órgão e a supervisão dos órgãos da administração indireta, na condição de setorial contábil de órgão superior.

Vale lembrar que a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional possuem estruturas próprias de contabilidade constituídas na forma de seccionais contábeis e, portanto, estão sob a supervisão técnica dessa setorial.

A partir de outubro de 2013, foram realizadas iniciativas conjuntas entre a SPOA/MF e a STN no sentido da setorial contábil aprimorar seu desempenho, considerando a abrangência de sua atuação e o acréscimo de atribuições originadas das recentes evoluções da contabilidade do setor público, que compreendem a adoção da contabilidade patrimonial e de custos.

O primeiro passo consistiu na nomeação de servidor da STN para a Coordenação de Análise Contábil da SPOA/MF, que

2 European Commission (Public Finances in EMU, 2006), p. 113, e Larch e Turrini (European Commission Policy Paper 374, 2009), p. 28.
3 Vide Joumard e outros (OECD Working Paper 642, 2008).

é a coordenação que exerce as funções de setorial contábil do órgão. O passo seguinte foi o envio, para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de proposta de alteração da estrutura do Ministério instituindo a Coordenação-Geral de Contabilidade na SPOA, a partir da Coordenação já criada.

Posteriormente, foram designados a essa Coordenação sete novos contadores nomeados mediante concurso público, os quais foram investidos da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE). Foram nomeados também contadores para as seccionais contábeis da PGFN e RFB, e designadas quatro GSISTE para a Procuradoria-Geral e duas para a Receita Federal.

Nesse contexto, no que se refere à estruturação da setorial contábil na STN, tendo em vista a natureza específica das atividades desempenhadas pela Secretaria, optou-se pela estruturação de seccionais contábeis de Unidades Gestoras, especialmente aquelas que proporcionam impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da União. Nesse sentido, mediante delegação de competência da SPOA a essas unidades, foram designados, por meio das Portarias da STN nºs 532, 533 e 534, datadas de 04 de setembro de 2014, contadores para a Coordenação-Geral de Participações Societárias – COPAR, Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV e Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI. Assim, tais contadores passaram a realizar o registro da conformidade contábil dessas unidades e subsidiar a emissão da Declaração do Contador sobre as demonstrações contábeis da STN."

XXIII. à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Procuradoria-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal que tomem as providências necessárias para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de provisões e passivos contingentes, em especial quanto à estruturação da setorial contábil e ao cálculo da probabilidade de perda nas demandas judiciais – pelo menos naquelas em grau de recurso –, assim como já ocorre na Procuradoria-Geral do Banco Central (item 5.3.1.1.2);

Procuradoria-Geral da União

"A Procuradoria-Geral da União (PGU) e a Procuradoria-Geral Federal (PGF) - também destinatária da recomendação - realizaram reunião inicial com o objetivo de estabelecerem padrões mínimos de avaliação dos riscos de perda de demandas judiciais que possam ser observados por ambas as unidades, considerando a peculiaridade de cada uma.

Dada ciência do fato ao Gabinete da Advocacia-Geral da União foi convocada reunião com os quatro órgãos envolvidos (PGBC, PGF, PGFN e PGU), no dia 29.8.2014, oportunidade em que a PGBC apresentou aos demais a sistemática adotada pelo Banco Central do Brasil e da própria PGBC relativas ao cálculo da probabilidade de perda nas ações judiciais e à mensuração de provisões e passivos contingentes.

Como resultado da reunião foram extraídas as seguintes conclusões:

a) que a mensuração de provisões e passivos contingentes não é exercida pela Procuradoria-Geral do Banco Central, mas sim pelo setor contábil da Autarquia;

b) que a sistemática adotada pela PGBC não pode ser aplicada à PGF, PGU ou à PGF, considerando que apenas a PGU cadastrou 361.253 (trezentos e sessenta e um mil, duzentos e cinquenta e três) novos processos no ano de 2013, número exponencialmente superior ao total de ações novas ou em curso em que o Banco Central é parte;

c) que a PGF e PGU devem padronizar os critérios e procedimentos adotados para cálculo e informação do risco de perda nas ações judiciais;

d) que o sistema SAPIENS, em fase de implantação no âmbito da Advocacia-Geral da União, contenha funcionalidades que permitam o registro, o controle e a obtenção de informações relacionadas à probabilidade de perda nas demandas judiciais.

Para atendimento do item c) acima mencionado, serão definidos nos próximos meses os critérios e procedimentos mínimos que deverão ser utilizados para a estimativa da probabilidade de perda nas demandas judiciais.

Os novos critérios já deverão estar em vigor quando da apresentação das informações a serem incorporadas ao Anexo de Riscos Fiscais para o Projeto de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016 com o que, espera-se, estarão plenamente atendidas a recomendação e a expectativa do Tribunal de Contas da União relativas ao tema."

Procuradoria-Geral Federal

"A Procuradoria-Geral Federal (PGF) dirigiu à Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC), no dia 16.4.2014, pedido de informações sobre a atuação da PGBC no gerenciamento dos riscos fiscais decorrentes de ações judiciais em que o Banco Central do Brasil seja parte.

Em resposta, no dia 05.5.2014 a PGBC encaminhou seu "Manual de Avaliação de Riscos das Ações Judiciais" e seu "Manual de Ações Judiciais".

Na sequência, a PGF e Procuradoria-Geral da União (PGU) – também destinatária da recomendação – realizaram reunião inicial com o objetivo de estabelecerem padrões mínimos de avalição dos riscos de perda de demandas judiciais que possam ser observados por ambas as unidades, considerando a peculiaridade de cada uma.

Dada ciência do fato ao Gabinete da Advocacia-Geral da União foi convocada reunião com os quatros órgãos envolvidos (PGBC, PGF, PGFN e PGU), no dia 29.8.2014, oportunidade em que a PGBC apresentou aos demais a sistemática adotada pelo Banco Central do Brasil e da própria PGBC relativas ao cálculo da probabilidade de perda nas ações judiciais e à mensuração de provisões e passivos contingentes.

Como resultado da reunião foram extraídas as seguintes conclusões:

- *que a mensuração de provisões e passivos contingentes não é exercida pela Procuradoria-Geral do Banco Central, mas sim pelo setor contábil da Autarquia;*
- *que a sistemática adotada pela PGBC não poder ser aplicada à PGF, PGU ou à PGF, considerando que somente a PGF cadastrou 2.446.650 (dois milhões quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e cinquenta) novos processos no ano de 2013, número exponencialmente superior ao total de ações novas ou em curso em que o Banco Central é parte;*
- *que a PGF e PGU devem padronizar os critérios e procedimentos adotados para cálculo e informação do risco de perda nas ações judiciais;*
- *que o sistema SAPIENS, em fase de implantação no âmbito da Advocacia-Geral da União, contenha funcionalidades que permitam o registro, o controle e a obtenção de informações*

relacionadas à probabilidade de perda nas demandas judiciais.

Para atendimento do item c) acima mencionado, serão definidos nos próximos meses os critérios e procedimentos mínimos que deverão ser utilizados para a estimativa da probabilidade de perda nas demandas judiciais.

Os novos critérios já deverão estar em vigor quando da apresentação das informações a serem incorporadas ao Anexo de Riscos Fiscais para o Projeto de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016 com o que, espera-se, estarão plenamente atendidas a recomendação e a expectativa do Tribunal de Contas da União relativas ao tema."

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

"A respeito dessa recomendação, a providência a ser adotada já foi encaminhada ao TCU por intermédio da NOTA PGFN/PG/Nº 411/2014, de 22 de abril de 2014. Eis os trechos da referida Nota que aqui interessam:

Como já exposto na Nota PGFN/PG/Nº 295/2014, o MPOG demanda periodicamente a PGFN a prestar informações que deverão constar do ARF da LDO, mas não a orienta a fazer a classificação de risco das ações judiciais em perda provável, possível ou remota. Tal orientação tampouco é recebida de outros órgãos do Poder Executivo.

De outra banda, o MPOG deixa claro nos seus pedidos de informação que a PGFN deverá utilizar as estimativas fornecidas pela RFB ao quantificar o impacto financeiro que decorreria da derrota da União num determinado tema tributário. Tal diretriz parece ser fundada na constatação de que para a realização do cálculo do impacto financeiro de um dado tema tributário deve se levar em consideração os dados da arrecadação tributária passada e as projeções futuras, elementos que somente a RFB dispõe.

É importante que o quanto exposto no item anterior seja do conhecimento do TCU, eis que, ainda que existisse um setor contábil estruturado dentro da PGFN, ele não seria capaz de fornecer os cálculos do impacto financeiro de uma eventual derrota da União em um dado tema tributário, já que a PGFN não é o órgão do Ministério da Fazenda responsável pela arrecadação tributária federal (salvo daqueles créditos inscritos em Dívida Ativa da União). Dessa forma, a mensuração que o TCU recomenda seja feita pela PGFN, deve ser tarefa cometida ao órgão competente, qual seja a RFB.

Por fim, quanto aos aspectos contábeis tratados no Relatório do TCU, não cabe a esta PGFN, enquanto órgão de representação judicial da União, discuti-los. Todavia, seria de suma importância que os órgãos do Poder Executivo, em especial o MPOG e a STN, estabelecessem normativos que guiassem a classificação das perdas judiciais pela PGFN, conforme a recomendação do TCU."

XXIV. à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que inclua notas explicativas sobre as divergências de créditos da dívida ativa entre o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal e o Sistema Integrado da Dívida Ativa (item 5.3.1.4.2);

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

"A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apresentou a Nota Técnica PGFN/CDA nº 1158/2014, na qual esclarece: "Desde a edição, pela Egrégia Corte de Contas, do Acórdão TCU nº. 1204/2012 e da elaboração do Nota Técnica PGFN/CDA nº. 318/2013, a Coordenação-Geral da Dívida Ativa da União da PGFN apresenta, anualmente, notas explicativas sobre as divergências existentes entre os dados de arrecadação e estoque contidos em seus sistemas gerenciais e aqueles constantes do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Neste sentido, citamos as Notas Técnicas PGFN/CDA nº. 93/2013 e 81/2014, que detalharam os dados de arrecadação e estoque da Dívida Ativa dos anos de 2012 e 2013, respectivamente, bem como explicitaram as razões de eventuais divergências com o SIAFI.

Noutra ponta, o Ministério da Fazenda constituiu Grupo de Trabalho, com integrantes de sua Secretaria Executiva, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria do Tesouro Nacional e Receita Federal do Brasil, com escopo de desenvolver estudos e apresentar soluções relacionadas à contabilização dos créditos tributários e não tributários, administrados pela RFB e PGFN, e respectivo ajuste de perdas prováveis, nos termos da Portaria nº. 310, de 04.05.2014, publicada no DOU nº. 66, de 07.05.2014."

A Secretaria do Tesouro Nacional informou que o item foi atendido na Nota Explicativa nº 4 do Balanço Patrimonial.

XXV. à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, que realize o estudo pormenorizado do índice de recuperabilidade do crédito inscrito e, imprescindivelmente, de critérios de classificação de créditos que espelhem sua real possibilidade de recuperação, levando em consideração o perfil da dívida inscrita e do devedor titular (item 5.3.1.4.3);

"Através da Nota Técnica PGFN/CDA nº. 90/2014, a PGFN apresentou considerações à Nota Técnica nº. 16/CONTA/COGEP/SPOA/SE/MF, com intuito de elucidar e aprimorar o cálculo da previsão de perdas da Dívida Ativa da União, levando em consideração as características peculiares do crédito inscrito, em certa medida iniciando os estudos para a classificação do crédito e pormenorização do seu índice de recuperabilidade.

Ainda, tal tema é objeto dos estudos do Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério da Fazenda através da Portaria nº. 310, de 04.05.2014, publicada no DOU nº. 66, de 07.05.2014, cujo Relatório Final segue apenso.

Além dessa frente, a PGFN incluiu no Programa de Modernização do Ministério da Fazenda, a ação de classificação dos créditos, dentro do programa de Cobrança indireta e tem, nesse ponto específico, os seguintes objetivos e fases:

1.Classificar o estoque da Dívida Ativa da União com enfoque nos débitos irrecuperáveis:

a)definir escala de classificação que permita separar, ao menos, créditos recuperáveis de créditos irrecuperáveis:

Realizar workshop interno na PGFN para criar as premissas que nortearão a classificação dos débitos;

Realizar benchmark com instituições que detenham expertise no tema (ex. BACEN, SERASA);

Elaborar estudo detalhado para definir os critérios de enquadramento dos débitos como recuperáveis e irrecuperáveis;

Identificar o universo de débitos irrecuperáveis.

b)buscar alternativas para tratamento dos débitos irrecuperáveis:

Realizar estudo para identificar as alternativas de tratamento dos débitos irrecuperáveis;

Implementar as alternativas encontradas, inclusive com extinção dos débitos, se for o caso."

Adicionalmente, a PGFN apresentou a Nota Técnica PGFN/CDA nº 67/2015, Anexo VI, onde informou que a Coordenação-Geral da Dívida Ativa da União (CDA) iniciou estudos para a classificação do crédito público inscrito em Dívida Ativa da União e pormenorização do seu índice de recuperabilidade. Diante disso, considerando a dificuldade natural de estudos que envolvem demandas dessa grandeza, durante o ano de 2014 realizou-se a definição do que seria "perda" no conceito da área de negócio da Dívida Ativa. Durante o ano de 2015, através de projeto inserido no PMINF, se buscará a classificação dos créditos públicos, de modo a identificar aqueles irrecuperáveis. De posse dessas informações (perda + irrecuperáveis) poder-se-á chegar a um primeiro índice de recuperabilidade do crédito inscrito."

A Secretaria do Tesouro Nacional informou que o item foi atendido na Nota Explicativa nº 4 do Balanço Patrimonial.

XXVI. à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Secretaria do Patrimônio da União, no sentido de implementar a depreciação de bens imóveis na política contábil atual do governo federal (item 5.3.1.8.1);

"O Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria Conjunta SPU/STN nº 452, de 31 de dezembro de 2013, renovada pela Portaria Conjunta nº 134, de 15 de maio de 2014, encerrou seus trabalhos e elaborou relatório com as definições das regras para depreciação contábil dos bens da União.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional informou que foi colocado no tópico 1.4.14.3.2 do Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis e na Nota Explicativa nº 7 do Balanço Patrimonial."

XXVII. à Secretaria de Patrimônio da União que, enquanto não haja o registro contábil, prepare uma estimativa para bens imóveis de uso especial, para fins de avaliação do nível de materialidade da distorção do ativo imobilizado da União em decorrência da falta do registro da depreciação dos imóveis (item 5.3.1.8.1);

"Após estudos técnicos e seleção da metodologia de depreciação a ser aplicada aos imóveis de uso especial, atividade executada, foi preparada pela SPU estimativa da depreciação para fins de avaliação do nível de materialidade da distorção do ativo imobilizado da União, assim como das autarquias e fundações públicas federais.

O valor depreciado foi apurado sobre o valor da área construída dos imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União - SPIUNET, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

KD= coeficiente de depreciação
n= vida útil da benfeitoria/acessão
x= idade da benfeitoria

Como parte dos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria Conjunta SPU/STN nº 452, de 31 de dezembro de 2013, renovada pela Portaria Conjunta nº 134, de 15 de maio de 2014GT, foi efetuada a apuração da depreciação com base nos critérios definidos e criada rotina para envio mensal pela SPU destes dados para a STN.

Tal rotina integra o plano de implementação do novo sistema SPIUnet, com prazo definido na Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10 de dezembro de 2014 (publicada no DOU de 19/12/2014, pág. 172, Seção 1), que dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias, e fundações públicas federais."

A Secretaria do Tesouro Nacional informou que foi colocado no tópico 1.4.14.3.2 do Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis e na Nota Explicativa nº 7 do Balanço Patrimonial.

XXVIII. à Fundação Universidade Federal do Piauí que adote providências com o objetivo de estabelecer controles internos a fim de evitar registros contábeis indevidos como no caso da depreciação de bens móveis referente ao exercício de 2013 (item 5.3.1.8.2);

Fundação Universidade Federal do Piauí

"Instituição de Grupo de Trabalho por meio da Portaria Nº 17/2014-PRAD/UFPI, com o objetivo de identificar e corrigir os registros incorretos.

O grupo identificou que o erro decorreu da migração dos sistemas de administração patrimonial, o qual considerou como depreciáveis todos os bens já registrados na carga patrimonial da UFPI.

Corrigimos o banco de dados e, consequentemente, os valores referentes a depreciação foram corrigidos. O valor correto da depreciação dos bens móveis em dezembro de 2013 é R$ 19.582.584,20."

A Secretaria do Tesouro Nacional informou que foi criada a equação contábil de nº 1028, na transação CONINDBAL do Siafi, a qual detecta inconsistências relativas ao registro da depreciação e mecanismos de cobrança de regularização em tempo hábil, de forma a evitar o encerramento do exercício com registros indevidos.

XXIX. ao Ministério da Educação, como órgão superior, e à Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que aprimorem os procedimentos de supervisão dos órgãos setoriais para evitar que erros contábeis materialmente relevantes como o observado na depreciação de bens móveis da Fundação Universidade Federal do Piauí permaneçam no encerramento do exercício (item 5.3.1.8.2);

Ministério da Educação

Sobre o assunto a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação informou (Mem. 700/2014-GAB/SPO/SE/MEC, de 26/09/2014):

"Esclarecemos, nesse sentido, que logo ao ser cientificada sobre os lançamentos indevidos realizados na UFPI, por meio da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União mediante o encaminhamento (via e-mail, em 21/02/14) de cópia do ofício 0121/2014-TCU/SEMAG, de 18/02/14, endereçado ao reitor da citada universidade, solicitando justificativas sobre tal ocorrência, esta SPO/MEC

adotou os seguintes procedimentos, a título de correção e medidas preventivas em função do caso:

A Coordenação de Contabilidade e Custos/SPO, por seu turno, resolveu se antecipar e efetuou o estorno das Notas de Lançamento referentes aos registros indevidos da depreciação de bens móveis, realizados em 2013 e 2014. Em seguida, foi encaminhado ao reitor da UFPI o ofício nº 15/2014-GAB/SPO/SE/MEC, de 28 de fevereiro de 2014, informando sobre as providências tomadas e que fossem adotadas as medidas cabíveis, com base nas orientações do manual SIAFI, com vistas à operacionalização dos cálculos corretos da depreciação e amortização.

Expedição do ofício-circular nº 22/2014-GAB/SE/MEC, de 09 de julho de 2014, encaminhando rol de orientações suplementares à macrofunção 020314 (Conformidade de Registro de Gestão), alertando para maior eficiência nos critérios de análise da documentação de suporte aos lançamentos contábeis, bem como da segregação de funções entre os responsáveis pela emissão de documentos, registro da Conformidade de Registro de Gestão e da Conformidade Contábil.

A Coordenação de Contabilidade e Custos/SPO passou a realizar mensalmente o acompanhamento dos registros da depreciação efetuados no Siafi pelas unidades vinculadas ao MEC, por meio de planilha eletrônica, contendo tratamento estatístico dos dados, desde janeiro/2014, permitindo assim o acesso ao cálculo mensal realizado em cada órgão/entidade e sua evolução ao longo do exercício, bem assim a sua compatibilidade em relação à média e à mediana.

À Secretaria do Tesouro Nacional – STN são encaminhados, trimestralmente, pela Coordenação de Contabilidade e Custos/SPO, na condição de Setorial Contábil de órgão superior, as informações da evolução dos Balanços Patrimonial e Financeiro e das Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP, por meio de Máscaras de Análise e de Notas Explicativas, destinadas a subsidiar a elaboração do Balanço-Geral da União – BGU, que compõe a Prestação de Contas da Presidenta da República – PCPR, a ser consolidada pela Controladoria-Geral da União - CGU.

Desta forma, mediante a aplicação dos instrumentos de avaliação nas várias instâncias citadas em relação à análise dos montantes que compõem as variações patrimoniais, acreditamos que a possibilidade de ocorrência de erros, sobretudo de valores relevantes, fica bem mais reduzida."

Secretaria do Tesouro Nacional

"O item foi atendido com o estabelecimento da Declaração do Contador dos órgãos superiores em relação aos órgãos subordinados na macrofunção 02.03.18 de encerramento do exercício, item 9.2.2, do Manual Siafi Web, criação de novas equações contábeis que detectam inconsistências, além de novos mecanismos de cobrança de regularização em tempo hábil, de forma a evitar o encerramento do exercício com registros indevidos."

XXX. à Caixa Econômica Federal e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que ampliem a transparência de suas respectivas políticas de dividendos, de modo a permitir a avaliação externa da capacidade econômico-financeira das instituições financeiras federais (item 5.4.3);

Caixa Econômica Federal

"Em junho de 2014 a Caixa Econômica Federal iniciou as tratativas com a Secretaria do Tesouro Nacional para elaboração e formalização da política de distribuição de resultados da instituição, contemplando limites mínimos de capital e limites para a distribuição de resultados.

A proposta em discussão estabelece parâmetros relacionados aos índices mínimos de capital que a Caixa deve manter (Índice de Basileia, Índice de Capital Nível I e Índice de Capital Principal), ao percentual mínimo e máximo do resultado a ser distribuído a cada exercício, à periodicidade da distribuição e ao formato como se dará a distribuição do resultado.

Considerando a necessidade de alinhamento da política de distribuição de resultados com o planejamento estratégico da Caixa, este trabalho foi concluído no quarto trimestre de 2014 no âmbito técnico, envolvendo a GN Gestão de Capital (CAIXA) e a Coordenação-Geral de Participações Societárias (STN).

A CAIXA encontra-se aguardando posicionamento institucional da STN para dar continuidade aos trâmites internos para aprovação colegiada e oficialização da proposta acordada entre as equipes técnicas.

Assim que aprovado pelas instâncias competentes, a publicidade em relação à política de distribuição de resultados se dará em documento público (Informações Referentes à Gestão de Riscos na CAIXA) disponível no site da Caixa Econômica Federal na Internet – http://www.caixa.gov.br."

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

"Foi criada página no site do BNDES, intitulada "Política de Dividendos" na seção Relação com Investidores (http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/politica_dividendos.html).

Nesta página é explicado que a destinação do lucro líquido do exercício do BNDES é feita com base no seu Estatuto Social, observadas as condições previstas no Decreto 4.418/2002. A página apresenta o histórico da distribuição de dividendos e juros sobre capital referente aos lucros desde 2007. A página é atualizada sempre que novo evento de pagamento ocorre.
Em 2014, foram seguidas estritamente todas as disposições normativas relativas ao pagamento de dividendos."

XXXI. à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que estruture seu respectivo órgão setorial do Sistema de Contabilidade Federal, de modo a fortalecer os seus controles internos contábeis e aumentar a qualidade e a credibilidade das informações produzidas para o Balanço Geral da União (item 5.5.4);

"PGFN estruturou seu respectivo órgão setorial de contabilidade ao nomear 4 contadores, por meio da Portaria nº 106, de 30 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 2 de maio de 2014 aprovados no Concurso Público para provimento de cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda – PECFAZ.
(...)
Assim, como recomendado pelo TCU, com a seccional contábil estruturada a partir de 2014, a PGFN buscará fortalecer seus controles internos contábeis, de modo a aumentar a qualidade e a credibilidade das informações produzidas para o BGU – Balanço Geral da União."

XXXII. à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e à Agência

Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que tomem providências no sentido de franquear o acesso por qualquer interessado às reuniões deliberativas de seus colegiados, aprimorando a transparência do processo decisório (item 6.4.1);

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Segue redação do Mem. nº 30/2014-SCD, encaminhado à CGU por meio do Ofício nº 125/2014/AUD-Anatel:

"Em resposta aos Memorandos nº 94 e nº 95/2014/AUD, de 9 de julho de 2014, os quais solicitam informações para subsidiar as recomendações contidas nos Ofícios nº 0230/2014-TCU/SEMAG – Acórdão 1338/2014-TCU-Plenário e nº 15892/2014/DECON/DE/SFC/CGU-PR, esclarecemos o que segue:

A Anatel tem tomado uma séria de medidas com o objetivo de conferir maior transparência dos atos da Agência à sociedade, permitindo-lhe maior acompanhamento e participação no processo regulatório do setor de telecomunicações.

Em novembro de 2011, os sorteios das matérias submetidas ao Conselho Diretor passaram a ser transmitidos, ao vivo, para o público interessado. Atualmente, os sorteios podem ser acompanhados ao vivo pelo público, por meio de um telão instalado na Sala de Imprensa Carlos Eduardo Zanatta na sede da Agência (bloco H, segundo andar, ala sul).

Com o objetivo de ampliar a publicidade dos atos decisórios da Agência, ainda em novembro de 2011, a Anatel promoveu a abertura das Reuniões do Conselho Diretor - RCD, permitindo a qualquer pessoa acompanhá-la em tempo real, por meio de transmissão pela internet ou em um telão instalado na sede da Agência.

Dando seguimento ao processo de transparência e acesso facilitado à informação, em abril de 2013, a Anatel publicou seu novo Regimento Interno, que incorporou essas alterações, reafirmando o amplo acesso e publicidade dos atos da Agência.

Outro momento marcante na história da Agência foi a decisão do Conselho Diretor de aprovar a Resolução nº 636, de 11 de junho de 2014, que alterou o Regimento Interno da Agência com a finalidade de assegurar a qualquer pessoa o acesso e a presença no local designado para a realização das Reuniões e Sessões do Conselho Diretor, e incluiu a possibilidade de as partes manifestarem-se oralmente durante a deliberação de matérias nas Reuniões do Conselho Diretor da Anatel. Foi aprovada, ainda, a edição da Portaria nº 465, de 11 de junho de 2014, que regulamentou a forma e os requisitos mínimos necessários para solicitar a inscrição para realização de manifestação oral. Em decorrência dessas aprovações, a 750ª Reunião do Conselho Diretor, de 17 de julho de 2014, foi a primeira reunião realizada nesse novo formato, tendo as reuniões subsequentes sido realizadas nessa mesma linha.

O objetivo é a constante busca pela ampliação da transparência, promovendo o efetivo acesso, a participação presencial e/ou virtual da sociedade em tempo real, e o conhecimento pleno dos temas afetos às atribuições designadas à Agência Nacional de Telecomunicações.

Dessa forma, a Anatel está alinhada à recomendação do Tribunal de Contas de União, contida no Acórdão nº 1.338/2014-TCU-Plenário, no sentido de franquear o acesso por qualquer interessado às reuniões deliberativas de seu colegiado, aprimorando a transparência do processo decisório."

Agência Nacional de Energia Elétrica

"Conforme consta no próprio relatório que subsidiou o Tribunal a exarar a recomendação em tela, a ANEEL foi considerada um benchmarking no quesito transparência, comparada a outras organizações similares. Esse trabalho se deu no âmbito do TC 012.693/2009-9, que tratou da governança das agências reguladoras de infraestrutura no Brasil. À época, foi exarado o Acórdão nº 2261/2011 – TCU – Plenário, que assim dispôs sobre o tema:

> *"9.8. Comunicar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e à Casa Civil que este Tribunal entende como boas práticas capazes de aprimorar a governança regulatória:*
> *[...]*
> *9.8.6. estabelecimento de requisitos mínimos de transparência do processo decisório das agências, tendo por parâmetro os procedimentos adotados pela Agência Nacional de Energia Elétrica;"*

Corroborando com o entendimento mantido na Decisão acima referenciada, na peça que traz a análise das Contas do Governo do exercício de 2013, que teve como desfecho o Acórdão nº 1338/2014 – TCU-Plenário, a ANEEL atende a todos os requisitos mínimos de transparência elecados pelo TCU, quais sejam: calendário anual de reuniões da diretoria, pautas/documentos dos assuntos a serem deliberados nas reuniões públicas e da lista de processos a serem julgados, transmissão via internet das sessões deliberativas da diretoria, registro dos atos originários das decisões exaradas nas reuniões da diretoria, atas das reuniões da diretoria, sistema de acompanhamento processual eletrônico. Adicionalmente, cabe ressaltar que além dos requisitos verificados no Relatório do TCU, é facultada aos interessados a inscrição para manifestação oral durante as sessões deliberativas da Diretoria. Não obstante, o Tribunal proferiu o seguinte comentário a respeito da transparência na ANEEL:

> *"Em relação à Aneel, em que pese ter sido considerada anteriormente a instituição paradigma e continuar numa posição de destaque perante as demais agências, sobressai o fato de não ter havido evolução no sentido de dar mais transparência ao seu processo decisório."*

Sobre o registro acima ressaltamos que, após a publicação do Acórdão 2261/2011-TCU-Plenário, a ANEEL promoveu uma revisão na Norma de Organização nº 18 (REN de 6 de dezembro de 2011), que trata dos procedimentos gerais referentes às Reuniões Deliberativas Públicas da Diretoria da ANEEL, de forma a tornar o processo decisório mais eficiente e também com ganhos em transparência.

Os principais pontos trazidos pela revisão da Norma foram os dispositivos que tratam da distribuição de processos por conexão (art. 4º), e a deliberação em bloco na reunião (art. 12, § 2º), situação em que é dispensada a solenidade tradicional durante a deliberação de determinado assunto, desde que não haja manifestação prévia das partes ou de qualquer Diretor. Os assuntos deliberados em bloco são aqueles considerados menos controversos pelo setor elétrico. Tais alterações contribuem para economia processual, eficiência e minimizam as chances de a Agência proferir decisões contraditórias."

Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

"Com o intuito de imprimir maior transparência a seus atos a ANP vem adotando uma série de medidas, particularmente no que tange ao seu processo decisório. O sítio da ANP na rede mundial de computadores já informa previamente o calendário,

as pautas, as atas e os resultados da reunião do colegiado.

Em julho de 2011 a ANP alterou sua Instrução Normativa nº 01/1999, que normatiza o processo decisório da Agência. Dentre as mudanças foi aprovada a divisão da reunião do colegiado em dias sessões, uma regulatória e outra administrativa. A IN previa a transmissão da sessão regulatória por meio de link no sítio eletrônico da ANP. A norma aprovada estabeleceu um período de transição para permitir que fossem sanados dois obstáculos importantes.

O primeiro deles dizia respeito à estrutura física, de tecnologia da informação e profissional que precisava ser adquirida ou contratada pela casa para viabilizar o desejo do colegiado de transmitir a reunião.

O segundo problema a ser superado dizia respeito à circulação, em grande parte dos processos administrativos que dependem da aprovação do colegiado, de informações sigilosas que são enviadas a ANP pelos agentes econômicos, para subsidiar as decisões – informações muitas vezes solicitadas pela própria Agência por meio de regulamentos e contratos.

No caso das necessidades de estrutura física, tecnológica e de serviços, a ANP esbarrou em custos elevados para proporcionar o acesso de maneira minimamente aceitável para o público. O ambiente orçamentário restritivo e as demais prioridades da Agência tornaram inoportuna a continuidade da execução do dispositivo previsto na IN.

No caso das informações e documentos sigilosos, a ANP não possuía um mapa claro dessas informações e documentos e nem regramento corporativo que unificasse os procedimentos de segurança e sigilo nas diferentes unidades organizacionais. Sem essa proteção, a transmissão das reuniões colocaria em risco as informações sigilosas custodiadas pela Agência.

Findo o período de transição estabelecido na IN, as restrições apontadas acima não haviam sido superadas. Em função disso, a ANP reviu a Instrução Normativa em março de 2013 e retirou o dispositivo que previa a transmissão da reunião da Diretoria Colegiada.

No entanto, esse aparente recuo na ampliação da transparência não pode ser encarado como disposição da ANP em adotar padrões mais restritivos. O que se pretende é avaliar quais as melhores formas de ampliar a transparência sem colocar em risco informações sigilosas ou estratégicas de empresas que atuam no mercado regulado. Para buscar esse equilíbrio, a ANP tomou iniciativas voltadas ao aprimoramento de seu processo decisório e para maior segurança das informações por ela custodiadas ou produzidas e dos seus meios de publicação.

Como primeiro marco, destacamos o início, em junho de 2013, do projeto de Planejamento Estratégico e Definição do Modelo de Gestão. O andamento do projeto definiu o Mapa Estratégico da ANP para o exercício de 2014/2018, assim como a visão de futuro e seus valores. A visão da ANP foi definida nos seguintes termos:

> *"Até 2018, ser reconhecida pela sociedade e agentes regulados por sua solidez técnica, transparência e efetividade na promoção do interesse público, tornando-se uma referência internacional de regulação"*

Ao estabelecer o conjunto de valores da organização a transparência foi definida da seguinte forma:

> *"A ANP preza a publicidade de seus atos e favorece o acesso à informação pública, a participação e o controle social."*

Ao atribuir centralidade ao tema, a ANP procura se alinhar com as diretrizes políticas de ampliação da transparência. Deve, portanto, medir e acompanhar a efetividade dos mecanismos propostos e, à medida que constatar a necessidade da ampliação ou aprimoramento desses mecanismos, implementar melhorias.

Outro conjunto de iniciativas, diz respeito ao controle de documentos e informações sigilosas custodiadas pela ANP. Em 2013, iniciou-se o Projeto de Classificação Arquivística da Informação, que visa entre outros objetivos, implementar o código de classificação e a tabela de temporalidade de documentos das áreas finalísticas da ANP. Esses instrumentos são essenciais para o devido enquadramento da informação como sigilosa ou ostensiva, o que deu início, paralelamente, ao levantamento das informações sigilosas junto às unidades da ANP. Essa ação resultou na elaboração de Planilhas de Assuntos Sigilosos das áreas, hoje disponíveis em nossa intranet.

A ANP também está trabalhando para compor as Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos e Avaliação de Documentos Sigilosos (CPAD e CPADS), para dirimir possíveis dúvidas e baixar normas para a classificação de documentos quanto à segurança da informação. Um Guia para o tratamento dos documentos arquivísticos sigilosos também será lançado ainda este ano, para aumentar a conscientização e esclarecer dúvidas dos usuários quanto ao correto uso da informação em tempos de Lei de Acesso à Informação, quando o acesso ostensivo virou regra e o sigilo exceção. Tais medidas demonstram o objetivo da ANP em regularizar a gestão de documentos e informações que são utilizados nas Reuniões de Diretoria, para que seus conteúdos possam sem prejuízos a segurança de seu conteúdo e de forma a favorecer a atuação transparente da Agência."

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A respeito da Recomendação acima, tem-se a informar que esta Autarquia dá ampla publicidade das Pautas de suas reuniões deliberativas no seu sitio eletrônico, conforme estipula o Art. 9º do seu Regimento Interno (Resolução nº. 3.000, de 28 de janeiro de 2009) – "A pauta de cada reunião, indicando dia, hora e local de sua realização, deverá ser entregue aos participantes e divulgada na página da ANTT na internet, com antecedência mínima de quarenta e oito horas de sua realização. Ressalta-se que não houve caso de que interessados em acompanhar reuniões deliberativas do Colegiado desta Agência fossem impedidos ou obstados de fazê-lo.

Adicionalmente, resta regimentalmente assegurada a possibilidade de participação de interessado na forma de "sustentação oral", conforme disposto nos dispositivos transcritos a seguir: "Art. 10, § 9º Desejando proferir sustentação oral, o advogado deverá requerê-la junto ao Gabinete do Diretor-Geral com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da respectiva reunião de Diretoria.

Por fim, informa-se que está em vias de aprovação, alteração no referido Regimento Interno, com proposta de novo formato das Reuniões de Diretoria e que estão sendo realizados estudos para viabilizar a transmissão, ao vivo, dessas reuniões deliberativas."

XXXIII. à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Justiça que envidem esforços no sentido de adequar a estrutura organizacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em especial no que tange ao estabelecimento do quadro permanente de pessoal e à garantia de recursos orçamentários e de tecnologia da informação, para que aquela unidade realize o planejamento,

a definição, a coordenação da Política Nacional de Segurança Pública, a supervisão e o controle das suas atividades fim, no cumprimento das competências dispostas no Decreto 6.061/2007 (item 6.7).

Ministério da Justiça

"Com relação às providências adotadas por este órgão, cumpre informar, primeiramente, que o Ministério da Justiça carece de adequação da estrutura organizacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, bem como da maioria de suas unidades, as quais desenvolvem políticas públicas relevantes, a exemplo das políticas nacionais de justiça, de segurança pública, de combate às drogas, de proteção e defesa do consumidor e de outras referentes às atividades finalísticas do Ministério.

Dentre os problemas enfrentados pelo Ministério da Justiça relacionados à estrutura organizacional, destaca-se o déficit de pessoal nas suas diversas unidades. Como é de conhecimento dessa CGU, após três décadas sem a realização de concurso público, foram criados, em 2009, 450 cargos públicos com a finalidade de substituição de 500 postos de serviços terceirizados, para atendimento ao disposto no Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho. Entretanto, considerando que esse quantitativo de cargos já estava bem aquém das necessidades do órgão, parte dos novos servidores concursados desistiu de tomar posse. Além disso, a partir de 2011, houve um aumento das atribuições do Ministério da Justiça com a incorporação da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD e a criação da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE.

Todos esses fatos fizeram com que a Secretaria Executiva se mobilizasse para buscar alternativas que pudessem minimizar os impactos do déficit de pessoal associado à insuficiência da estrutura de cargos em comissão e funções comissionadas, para fazer face às atribuições precípuas do Ministério da Justiça.

Nessa esteira, diversas ações foram adotadas, valendo destacar as solicitações junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concurso público, bem como para que fossem aprovados planos de gratificações e de carreiras e, até mesmo, de contratação temporária de servidores para suprir situações urgentes e pontuais. O histórico das providências mencionadas consta da Nota Técnica nº 5/2014/CGRH/SPOA/SE/MJ, cuja cópia segue anexa. No caso específico da SENASP, em 31/7/2014, como fruto das medidas empreendidas, a Secretaria contava com 144 servidores:

SIT. SERVIDOR	TOTAL
ATIVOS PERMANENTES	55
CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE	22
EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO DE CARREIRA	2
NOMEADOS EM CARGO COMISSIONADO	37
REQUISITADOS	28
TOTAL GERAL	144

Quanto ao aproveitamento de pessoal oriundo da Infraero, que foi mais uma medida adotada para minimizar os efeitos da carência de pessoal no Ministério, a SENASP recebeu 6 (seis) empregados públicos. Por outro lado, por ocasião do recente concurso público ocorrido no período de 2012-2013, já foram destinados 25 (vinte e cinco) servidores à SENASP para o atendimento da previsão de 32 (trinta e duas) vagas destinadas àquela Secretaria.

É importante salientar que esse quantitativo de servidores destinado à SENASP foi objeto de um trabalho desenvolvido pela Secretaria Executiva, que, visando à transparência de suas ações e buscando tratar de forma isonômica as unidades do Ministério, estabeleceu critérios objetivos para a distribuição dos novos servidores, divulgados por meio do Memorando-Circular nº 461/2013-SE/MJ, de 4/11/2013. Ainda, no referido documento, foi comunicada a redistribuição de 7 (sete) Funções Comissionadas Técnicas – FCTs, em decorrência da utilização dos mesmos critérios.

Conforme se verifica da Nota Técnica nº 12/2013 CGRH/SPOA/SE/MJ, foram estabelecidos 10 (dez) critérios mensuráveis objetivos, para embasar a distribuição dos servidores e das FCTs. Nessa projeção, a SENASP foi a unidade beneficiada com o maior número de servidores (32/110) e também de funções (09/47) (...).

Outra iniciativa para dotar a Secretaria de força de trabalho condizente com os desafios existentes, especificamente voltada ao projeto prioritário relativo à implantação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas refere-se à solicitação dirigida ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de processo seletivo simplificado para o preenchimento de 14 (quatorze) vagas para atividades técnicas de complexidade gerencial, na área de tecnologia da informação. Ressalte-se que em 29/7/2014, foi publicada a Portaria Interministerial (MJ e MPOG), de 28/7/2014, que autorizou a realização do certame (DOU. Nº 143, Seção 1, p. 76). Ademais, por meio do Aviso nº 649/MJ (processo 08007.007771/2014-73), o Ministério da Justiça solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorização para o provimento de 235 (duzentos e trinta e cinco) cargos destinados ao seu núcleo central, ou seja, caso autorizado o concurso, a SENASP receberá um quantitativo desses novos servidores.

Ainda sobre a estrutura organizacional da SENASP, no que tange aos cargos comissionados, cabe esclarecer que também foi solicitada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a criação do Departamento de Informação e Inteligência com a alocação de 6 (seis) cargos de Direção e Assessoramento Superiores – DAS.

Finalmente, com relação aos recursos orçamentários destinados à SENASP, informo que na Proposta de Lei Orçamentária (PLOA), exercício 2015, houve um incremento no orçamento daquela Secretaria e do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, na medida em que foram alocados R$ 673,2 milhões para os programas prioritários e R$ 593,0 milhões para as demais programações, totalizando, assim, o montante de R$ 1,2 bilhão. Outrossim, foi priorizado orçamento para atender a demanda de contratação de pessoal temporário para a SENASP.

No contexto das medidas orçamentárias adotadas, vale destacar que visando à execução do programa prioritário Brasil Mais Seguro serão disponibilizados, em 2015, R$ 287,8 milhões, sendo R$ 272,8 milhões a serem executados pela SENASP e 15,0 milhões pelo FNSP. Da mesma forma, para execução do programa prioritário Crack é Possível Vencer será alocado, em 2015, o montante de R$ 195,9 milhões.

Ainda no bojo dos programas prioritários, em 2015, será disponibilizado ao FNSP o valor de R$ 103,1 milhões para a execução do Plano Estratégico de Fronteiras, bem como o valor de R$ 86,3 milhões para o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP. Para as demais ações da SENASP e do FNSP, respectivamente, serão alocados R$ 74,8 milhões e R$ 518,2 milhões. Todas as providências elencadas demonstram os esforços do Ministério da Justiça para tornar adequada a estrutura organizacional da SENASP."

ANEXOS Demonstrativos Contábeis - OFSS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	848.364.340.193,63	939.211.996.078,78	PASSIVO FINANCEIRO	559.308.040.351,86	585.370.249.602,05
DISPONIVEL	528.565.403.204,14	579.765.887.775,36	DEPOSITOS	19.648.810.860,27	9.714.130.281,83
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	514.412.201.769,38	566.255.218.097,73	CONSIGNACOES	302.507.945,75	190.494.069,37
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	14.153.201.434,76	13.510.669.677,63	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	685.867,30	25.177.170,98
CREDITOS EM CIRCULACAO	268.766.338.811,00	298.674.429.259,31	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	19.225.751.413,69	9.378.600.812,66
CREDITOS A RECEBER	9.575.979.561,93	11.001.691.274,92	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.504.018,53	91.496.613,82
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	16.404.818.593,08	16.405.750.869,03	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA	28.361.615,00	28.361.615,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	239.263.366.223,12	265.331.916.719,68	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	500.124.121.207,49	527.188.155.243,31
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	828.210.788,61	3.502.068.239,82	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.359.350.223,37	6.066.811.507,64
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	151.459.288,01	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	1.606.780.414,70	1.157.828.332,08
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	1.552.570.473,68	1.148.419.596,51	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	746.417.170,46	1.512.017.054,81
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	84.912.744,19	86.519.790,76	CONVENIOS A PAGAR	400.141.652,11	458.124.074,82
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.056.480.426,39	1.046.603.480,58	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	140.771.284,90	158.888.677,61
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.032.598.178,49	60.771.679.044,11	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	156.835.012,13	79.745.249,91
VALORES DIFERIDOS	51.032.598.178,49	60.771.679.044,11	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	454.110,10	11.611.317,30
ATIVO NAO FINANCEIRO	3.258.871.586.448,56	2.838.297.040.717,10	PRECATORIOS	40.852.424,00	83.825.232,64
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	168.211.179.019,71	-26.304.387.454,27	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	125.654.155,27	122.893.558,40
CREDITOS EM CIRCULACAO	153.883.885.621,80	-39.402.203.664,88	PROVISOES DIVERSAS	5.056,08	4.459,14
FORNECIMENTOS A RECEBER	25.654.294,85	748.288,57	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.494,81	830,85
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-239.263.366.223,10	-265.331.916.719,67	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	6.567,15	225,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-828.210.788,61	-3.502.068.239,82	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	513.890.587,41	650.477.728,55
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	8.428.811,68	7.004.699,87	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	0,00	152.427,37
DIVERSOS RESPONSAVEIS	7.957.329.336,24	7.195.354.449,77	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	435.956.155,34	236.094.103,51
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	80.932.678.643,58	90.874.764.259,46	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	654.041.972,36	738.725.212,01
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	73.251.261.350,64	24.597.261.747,08	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	1.536.621.166,55	855.712.271,45
RECURSOS VINCULADOS	11.368.403,10	9.135.380,13	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	0,00	663.322,19
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	165.512.147.890,83	105.673.528.062,27	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	920.000,00	47.430,00
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS TRIBUTARIOS	-1.588.916.619,75	-13.589.615.708,80	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	123.348.001.839,81	116.538.106.631,42
RESULTADO POSITIVO DO BACEN	65.173.472.200,39	15.918.930.577,15	A LIQUIDAR	121.010.152.036,78	113.486.432.178,46
PERDAS ESTIMADAS EM OPERACOES ESPECIAIS	-2.300.860.148,07	0,00	EM LIQUIDACAO	2.337.849.803,03	3.051.674.452,96
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	5.038.420.173,23	3.727.151.432,54	CREDORES DIVERSOS	1.575.759.694,67	1.665.511.789,68
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-45.521.703,21	-4.982.481.893,43	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.083.020,86	2.628.118,50
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	14.324.238.582,12	13.094.487.905,53	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	7.522.903.260,63	11.959.432.036,17
ESTOQUES	13.905.326.500,12	12.818.673.120,12	RECURSOS A LIBERAR P/VINC.DE PAGAMENTO	39.929.409.740,25	53.720.509.610,39
TITULOS E VALORES	9.572.918,67	191.759,07	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	319.642.299.991,11	335.463.828.541,24
MATERIAIS EM TRANSITO	409.339.163,33	275.623.026,34	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	1.552.570.473,68	1.148.419.596,51
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.054.815,79	3.328.305,08	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	109.156.108,26	523.889.252,29
DESPESAS ANTECIPADAS	3.054.815,79	3.328.305,08	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	83.586.854,85	99.018.159,47
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.453.637.162.468,45	2.273.989.936.690,07	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	39.513.330.571,67	48.453.068.081,54
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	10.315.713,96	10.194.497,17	RESTITUICOES E COMPENSACOES	1.347.534.283,50	1.302.967.613,18
RECURSOS VINCULADOS	10.315.713,96	10.194.497,17	VALORES DIFERIDOS	38.165.796.288,17	47.150.100.468,36
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	2.453.626.846.754,49	2.273.979.742.192,90	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	21.777.712,43	14.895.995,37

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	39.093.965.683,14	35.608.060.971,25	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	21.777.712,43	14.895.995,37
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	102.143.178,68	102.143.178,68	PASSIVO NAO FINANCEIRO	4.288.035.749.994,46	2.727.728.862.686,89
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.173.357.932.451,05	1.043.385.403.704,67	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	280.064.587.689,21	309.829.415.972,53
CREDITOS A RECEBER	740.354.297,96	729.946.481,97	FORNECEDORES A PAGAR	306.393.126,25	164.563.974,73
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LONGO PRAZO	-7.294.962.998,28	-7.333.727.342,61	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	116.381.657,76	130.005.143,97
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-82.826.714.535,61	-70.459.846.439,96	PESSOAL A PAGAR	1.843.593.767,52	2.013.158.869,60
DIVIDA ATIVA (LP)	1.400.269.537.585,01	1.389.559.048.630,24	PROVISOES	9.686.366.757,70	3.939.157.224,71
PERDAS ESTIMADAS DIVIDA ATIVA (LP)	-1.159.843.244.166,11	-1.020.751.997.477,79	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-319.642.299.991,07	-335.463.828.539,56
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)	1.100.593.533.177,14	1.036.424.960.393,02	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-319.642.299.991,07	-335.463.828.539,56
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS TRIB. A RECEBE	-10.565.697.918,49	-133.284.249.906,57	OPERACOES DE CREDITO	687.331.321.777,86	729.074.498.944,44
PERMANENTE	637.023.244.960,40	590.611.491.481,30	INTERNAS	676.481.709.067,81	722.309.000.185,67
INVESTIMENTOS	298.094.735.255,59	287.602.171.272,87	EXTERNAS	10.849.612.710,05	6.765.498.758,77
PARTICIPACAO SOCIETARIA	298.094.534.548,94	287.601.970.566,22	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	2.558.165.174,56	3.513.545.914,32
OUTROS INVESTIMENTOS	200.706,65	200.706,65	OUTROS DEBITOS A PAGAR	4.489.773.863,75	2.032.223.360,29
IMOBILIZADO	337.281.993.519,61	301.903.234.418,39	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	0,00	22.542,34
BENS MOVEIS E IMOVEIS	344.170.482.302,19	305.657.381.347,04	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	71.196.254,19	147.758.899,34
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-6.888.488.782,58	-3.754.146.928,65	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	14.313.847.337,47	7.864.147.248,55
INTANGIVEL	1.646.516.185,20	1.106.085.790,04	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-121.010.152.036,78	-113.486.432.178,46
ATIVO REAL	4.107.235.926.642,19	3.777.509.036.795,88	RESULTADO NEGATIVO DO BACEN	0,00	9.900.594.568,26
			EXIGIVEL A LONGO PRAZO	4.007.971.162.305,25	2.417.899.446.714,36
			DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	35.807.637.050,66	33.642.689.929,38
			OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	3.972.163.525.254,59	2.384.256.756.784,98
			OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	2.650.802.235.783,36	2.289.229.091.250,46
			OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	102.700.481.916,55	88.849.019.640,89
			OBRIGACOES A PAGAR	10.232.154.053,91	6.178.645.893,63
			PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS	1.208.428.653.500,77	0,00
			PASSIVO REAL	4.847.343.790.346,32	3.313.099.112.288,94
			PATRIMONIO LIQUIDO	-740.107.863.704,13	464.409.924.506,94
			PATRIMONIO/CAPITAL	465.143.828.948,05	151.202.178.179,40
			PATRIMONIO	465.143.828.948,05	151.202.178.179,40
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.303.595.349.316,62	-178.513.141.648,59
			RESERVAS	54.722.512,61	53.759.645,06
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,17	0,34
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,17	0,34
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	-80.363.482,31	-50.337.166,29
			RESULTADO DO PERIODO	98.369.297.633,97	491.717.465.497,02
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	4.107.235.926.642,19	3.777.509.036.795,88
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-4.008.866.629.008,22	-3.285.791.571.298,86
ATIVO COMPENSADO	920.144.439.543,83	776.803.101.562,78	PASSIVO COMPENSADO	920.144.439.543,83	776.803.101.562,78
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	920.144.439.543,83	776.803.101.562,78	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	920.144.439.543,83	776.803.101.562,78
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	3.858.251.559,05	3.680.688.128,37	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	3.858.251.559,05	3.680.688.128,37
GARANTIAS DE VALORES	378.981.614.180,88	273.812.024.737,17	VALORES EM GARANTIA	378.981.614.180,88	273.812.024.737,17

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	3

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	100.016.624.219,09	83.832.071.041,33	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	100.016.624.219,09	83.832.071.041,33
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	215.239.557.024,87	203.866.689.787,00	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	215.239.557.024,87	203.866.689.787,00
OUTRAS COMPENSACOES	222.048.392.559,94	211.611.627.868,91	COMPENSACOES DIVERSAS	222.048.392.559,94	211.611.627.868,91
ATIVO	5.027.380.366.186,02	4.554.312.138.358,66	PASSIVO	5.027.380.366.186,02	4.554.312.138.358,66

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	700.721.048.856,93	749.316.970.781,75	PASSIVO FINANCEIRO	269.877.232.054,30	256.833.738.573,28
DISPONIVEL	652.622.822.903,16	690.952.547.634,29	DEPOSITOS	29.070.838.170,28	18.975.204.039,70
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	638.075.233.204,87	677.211.638.074,79	CONSIGNACOES	476.753.772,20	625.081.857,12
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	14.547.589.698,29	13.740.909.559,50	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.975.069,58	52.289.715,81
CREDITOS EM CIRCULACAO	48.068.058.938,78	58.334.470.042,47	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	28.466.243.694,97	18.177.974.237,95
CREDITOS A RECEBER	18.819.035.334,90	22.767.566.751,86	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.504.018,53	91.496.613,82
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.216.267.194,19	3.962.590.730,73	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA	28.361.615,00	28.361.615,00
LIMITE DE SAQUE BACEN	1.469.465.238,91	1.165.947.143,59	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	239.413.854.845,39	236.420.163.973,33
RECURSOS DA UNIAO	10.105,18	100.494.899,50	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	36.327.083.005,72	29.324.607.268,89
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.434.420.198,61	1.416.228.220,47	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	3.957.914.169,99	3.431.643.637,29
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	24.032.386.242,82	27.839.466.903,49	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	1.933.643.472,64	1.960.791.999,69
BANCO DO BRASIL S/A	4.553.255.064,78	5.289.849.348,70	CONVENIOS A PAGAR	965.044.489,22	1.234.888.823,56
BANCO DO NORDESTE S/A	420.404.770,20	520.240.352,67	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	255.249.041,49	284.853.080,37
BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC	16.808.038.665,68	19.553.388.493,57	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	137.495.013,55	134.808.607,20
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.763.025.518,08	1.794.679.079,66	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	176.905.878,80	639.251.118,74
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN	458.540.774,46	645.917.874,03	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	1.017.514,86	11.819.720,58
BANCO DA AMAZONIA	29.121.449,62	35.391.754,86	PRECATORIOS	40.852.424,00	84.978.792,18
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.096.474.624,17	1.082.175.392,83	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	226.285.828,81	311.577.463,29
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	30.167.014,99	29.953.104,99	PROVISOES DIVERSAS	1.333.301,86	1.060.012,65
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	1.096.667,40	683.448,02	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.920.632,28	2.136.511,61
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	28.262.857,17	28.433.429,01	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	23.434.431.188,86	15.805.499.914,13
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	807.490,42	836.227,96	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.128.063.682,53	2.242.918.184,75
ATIVO NAO FINANCEIRO	4.384.581.339.674,44	3.832.118.235.099,34	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	1.084.750,84
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	508.852.024.136,27	284.317.890.809,51	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.138.900.896,28	1.048.305.552,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	485.762.347.671,22	263.063.034.644,39	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	8.964.150,35	37.938.472,31
FORNECIMENTOS A RECEBER	957.141.454,27	991.734.993,30	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1.195.981.574,41	1.218.140.707,89
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-29.305.148,49	-25.126.045,69	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	1.680.432.396,87	866.045.640,22
RECURSOS A RECEBER	67.440.670,04	116.290.859,34	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	0,00	976.950,99
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-1.216.688.703,13	-4.310.870.792,73	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	40.715.025,45	5.887.328,60
CREDITOS PARCELADOS	134.229.003,75	46.111.042,67	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	188.362.271.853,21	185.131.715.286,47
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	2.856.459.437,30	1.810.078.036,34	A LIQUIDAR	184.804.594.640,29	179.856.040.802,93
DIVERSOS RESPONSAVEIS	24.886.002.426,96	15.324.037.861,04	EM LIQUIDACAO	3.557.677.212,92	5.275.674.483,54
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	100.588.330.589,41	107.531.282.168,20	CREDORES DIVERSOS	2.647.506.691,40	4.235.485.378,67
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	125.618.082.866,77	34.892.891.255,25	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	2.645.663,55	5.558.472,92
RECURSOS VINCULADOS	63.281.066,65	81.687.251,46	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	11.430.660.524,37	15.595.310.648,78
PERDAS ESTIMADAS CRED. TRIBUTARIOS PRESC	-1.578.282,32	-1.578.282,32	RECURSOS A LIBERAR P/VINC.DE PAGAMENTO	192.629.662,66	548.791.858,87
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	165.553.384.725,06	105.713.344.277,79	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	0,00	1,72
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS TRIBUTARIOS	-1.589.168.357,53	-13.589.774.798,15	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	109.156.108,26	523.889.252,29
RESULTADO POSITIVO DO BACEN	65.173.472.200,39	15.918.930.577,15	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	341.901.336,22	1.054.805.804,72
PERDAS ESTIMADAS EM OPERACOES ESPECIAIS	-2.300.860.148,07	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.359.156.116,27	1.413.794.663,59
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	6.985.516.041,59	5.620.304.590,23	RESTITUICOES E COMPENSACOES	1.347.534.283,50	1.302.967.613,18
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS EM CIRCULACAO	-85.759.671,21	-101.901.975,47	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	11.544.407,12	110.749.624,76

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-1.897.632.500,22	-6.954.406.374,02	OUTROS VALORES PENDENTES	77.425,65	77.425,65
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	23.068.598.259,84	21.226.088.017,68	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	33.382.922,36	24.575.896,66
ESTOQUES	19.629.515.519,75	18.169.788.972,84	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	33.382.922,36	24.575.896,66
TITULOS E VALORES	1.579.488.592,87	1.499.669.152,29	PASSIVO NAO FINANCEIRO	4.697.258.453.076,86	3.142.131.812.173,62
MATERIAIS EM TRANSITO	1.864.293.000,41	1.561.328.745,74	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	608.277.381.635,06	656.607.144.293,53
PERDAS ESTIMADAS PARA BENS E VALORES	-4.698.853,19	-4.698.853,19	FORNECEDORES A PAGAR	1.009.955.667,75	668.606.961,47
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	21.078.205,21	28.768.147,44	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	121.675.749,34	130.858.610,75
DESPESAS ANTECIPADAS	8.897.047,82	9.036.511,77	PESSOAL A PAGAR	1.855.115.133,16	2.022.718.240,83
CUSTOS A APROPRIAR	3.108.767,76	3.108.767,76	PROVISOES	15.547.638.032,66	9.422.126.668,32
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	9.072.389,63	16.622.867,91	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	0,02	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.817.173.449.226,11	2.589.294.777.156,40	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	0,02	0,00
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	641.898.192,84	473.175.426,27	OPERACOES DE CREDITO	687.335.946.391,31	729.312.260.364,68
DEPOSITOS COMPULSORIOS	2.614.163,36	2.455.317,99	INTERNAS	676.486.322.065,86	722.546.683.957,62
RECURSOS VINCULADOS	639.284.029,48	470.720.108,28	EXTERNAS	10.849.624.325,45	6.765.576.407,06
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	2.816.531.551.033,27	2.588.821.601.730,13	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	539.253.229,72	443.067.452,75
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	40.226.281.772,10	36.725.784.282,07	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	3.198.916.541,06	4.165.060.224,75
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	634.837.647,24	382.841.218,66	OUTROS DEBITOS A PAGAR	7.135.283.056,23	4.537.286.554,92
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.506.618.086.482,93	1.329.776.632.361,69	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	3.605.014,28	1.279.834,50
CREDITOS A RECEBER	17.391.903.257,46	18.411.000.242,01	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	71.434.258,54	148.036.457,85
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LONGO PRAZO	-8.321.763.116,75	-8.321.670.584,93	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	14.315.335.437,39	7.865.978.111,14
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-82.863.077.816,82	-70.499.525.029,73	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-184.804.594.640,29	-179.856.040.802,93
DIVIDA ATIVA (LP)	1.449.493.917.829,34	1.406.777.452.602,30	ENTIDADES DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	12.188,98	12.188,98
PERDAS ESTIMADAS DIVIDA ATIVA (LP)	-1.197.090.573.450,19	-1.027.990.160.801,52	OPERACOES ESPECIAIS	2.315.545.257,90	2.208.062.164,26
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)	1.101.007.636.346,45	1.036.843.497.346,15	SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO	10.274.548,26	10.315.139,70
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS TRIB. A RECEBE	-10.565.697.918,49	-133.284.249.906,57	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	1.066.582.382,53	7.071.518.167,08
PERMANENTE	1.058.555.866.312,06	958.505.567.133,43	RESULTADO NEGATIVO DO BACEN	0,00	9.900.594.568,26
INVESTIMENTOS	307.615.443.146,07	295.162.235.933,78	RESIDUOS DE CONTRATOS LIQUIDADOS - FCVS	58.555.403.386,22	58.555.403.386,22
PARTICIPACAO SOCIETARIA	303.700.164.987,09	291.486.171.954,40	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	4.076.365.765.173,75	2.482.383.433.840,19
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	3.135.338.732,99	2.980.693.455,50	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	35.807.637.050,66	33.642.689.929,38
OUTROS INVESTIMENTOS	779.974.267,48	695.405.365,37	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	4.040.558.128.123,09	2.448.740.743.910,81
PERDAS ESTIMADAS COM INVESTIMENTOS	-34.841,49	-34.841,49	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	2.685.522.592.478,33	2.320.138.780.823,28
IMOBILIZADO	748.671.839.580,65	661.797.004.011,51	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	102.709.650.888,80	88.853.063.563,71
BENS MOVEIS E IMOVEIS	761.335.611.755,31	676.794.374.706,27	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	8.707.047.726,42	8.628.775.689,27
TITULOS E VALORES	9.068.858,61	9.068.858,61	OBRIGACOES A PAGAR	10.878.558.488,51	6.840.023.682,98
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-12.672.841.033,27	-15.006.439.553,37	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS	1.208.428.653.500,77	0,00
INTANGIVEL	2.257.600.513,06	1.528.756.112,95	DIVERSAS PROVISOES	24.103.857.120,63	24.103.857.120,63
DIFERIDO	10.983.072,28	17.571.075,19	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	207.767.919,63	176.243.030,94
ATIVO REAL	5.085.302.388.531,37	4.581.435.205.881,09	RECEITA DIFERIDA LIQUIDA	3.685.706.869,19	3.141.234.039,90
			RECEITA DIFERIDA	3.707.132.801,68	3.155.725.851,97
			CUSTO DIFERIDO	-21.425.932,49	-14.491.812,07
			INSTRUMENTOS DE DIVIDA	8.929.599.398,86	0,00
			AFAC - INSTRUMENTO DE DIVIDA	8.929.599.398,86	0,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	3

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
			PASSIVO REAL	4.967.135.685.131,16	3.398.965.550.746,90
			PATRIMONIO LIQUIDO	118.166.703.400,21	1.182.469.655.134,19
			PATRIMONIO/CAPITAL	1.184.192.246.847,62	765.791.721.595,32
			PATRIMONIO	1.164.449.645.064,43	746.027.415.672,21
			CAPITAL REALIZADO	19.742.601.783,19	19.764.305.923,11
			CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	20.641.800.154,38	20.708.504.294,30
			CAPITAL A REALIZAR	-122.313.810,00	-167.313.810,00
			COTAS EM TESOURARIA	-776.884.561,19	-776.884.561,19
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.260.305.561.910,49	134.513.400.155,47
			RESERVAS	2.677.603.534,62	9.043.829.996,67
			RESULTADOS ACUMULADOS	-8.718.744.490,90	-8.936.858.966,07
			RESULTADO DO EXERCICIO	2.085.660,39	2.490.359,34
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-8.720.830.151,29	-8.939.349.325,41
			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	269.694.429,62	263.254.356,75
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	-13.797,60	-2.692.958,93
			RESULTADO DO PERIODO	200.051.478.787,34	281.797.000.954,98
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	5.182.911.505.304,37	4.704.408.047.920,56
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-4.982.860.026.517,03	-4.422.611.046.965,58
ATIVO COMPENSADO	1.683.117.522.417,71	1.396.981.149.280,53	PASSIVO COMPENSADO	1.683.117.522.417,71	1.396.981.149.280,53
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	1.683.117.522.417,71	1.396.981.149.280,53	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	1.683.117.522.417,71	1.396.981.149.280,53
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	233.588.160.441,95	181.968.035.986,26	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	233.588.160.441,95	181.968.035.986,26
GARANTIAS DE VALORES	449.014.398.890,22	337.761.535.025,71	VALORES EM GARANTIA	449.014.398.890,22	337.761.535.025,71
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	300.889.803.472,07	266.882.216.462,50	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	300.889.803.472,07	266.882.216.462,50
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	390.977.623.224,50	312.348.322.221,89	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	390.977.623.224,50	312.348.322.221,89
OUTRAS COMPENSACOES	308.647.536.388,97	298.021.039.584,17	COMPENSACOES DIVERSAS	308.647.536.388,97	298.021.039.584,17
ATIVO	6.768.419.910.949,08	5.978.416.355.161,62	PASSIVO	6.768.419.910.949,08	5.978.416.355.161,62

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	95.545.161.161,51	102.331.218.418,09	PASSIVO FINANCEIRO	82.646.855.862,83	93.275.822.305,59
DISPONIVEL	5.125.898.478,97	4.742.673.598,41	DEPOSITOS	302.430.015,03	5.183.902.830,41
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	5.125.896.878,97	4.742.671.998,41	CONSIGNACOES	55.042.630,00	205.428.105,62
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	1.600,00	1.600,00	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	2.291.585,36	20.640.567,17
CREDITOS EM CIRCULACAO	86.748.060.668,80	91.375.792.073,20	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	245.095.799,67	4.957.834.157,62
CREDITOS A RECEBER	3.896.268.234,87	4.264.041.992,23	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	71.206.290.861,15	75.598.280.932,22
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	10.398.816.332,86	25.756.245.829,87	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.713.885.375,47	18.978.806.825,62
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	69.482.492.845,08	58.657.607.121,19	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	1.640.954.322,14	774.416.826,48
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	324.842.662,83	355.748.070,27	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	693.101.609,73	280.389.820,36
LIMITE DE SAQUE BACEN	1.469.465.238,91	1.165.947.143,59	CONVENIOS A PAGAR	79.206.855,66	202.652.802,25
RECURSOS DA UNIAO	10.105,18	10.105,18	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	531.523,89	134.808.607,20
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.176.164.449,07	1.176.189.960,87	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	7.387.093,13	156.578.735,01
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	800,00	1.850,00	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	518.168,44	156.106,70
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.643.826.201,15	6.185.206.362,05	PRECATORIOS	0,00	1.153.559,54
VALORES DIFERIDOS	3.643.826.201,15	6.185.206.362,05	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	45.601.071,90	77.587.648,99
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	27.375.812,59	27.546.384,43	PROVISOES DIVERSAS	10.155,13	10.155,13
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	26.573.839,66	26.744.411,50	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	99.302,15	269.062,57
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	801.972,93	801.972,93	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	1.505.044.898,10	15.805.499.689,13
ATIVO NAO FINANCEIRO	328.769.401.415,61	254.389.627.957,18	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	428.887.832,14	1.227.829.667,87
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-21.331.325.620,83	-43.491.415.954,01	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	131.978.232,81	93.072.981,53
CREDITOS EM CIRCULACAO	-24.778.534.303,48	-46.606.149.003,69	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	177.879.799,32	224.015.523,13
FORNECIMENTOS A RECEBER	376.784.136,50	379.260.459,04	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	2.684.510,93	52.010,93
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-69.482.492.845,08	-58.657.607.121,19	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	0,00	313.628,80
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-324.842.662,83	-684.191.539,18	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	34.363.240.855,77	38.700.599.178,07
CREDITOS PARCELADOS	127.786.180,95	41.030.984,29	A LIQUIDAR	33.961.750.609,79	37.110.282.459,93
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	687.899.194,48	1.800.780.700,02	EM LIQUIDACAO	401.490.245,98	1.590.316.718,14
DIVERSOS RESPONSAVEIS	12.466.838.204,57	4.685.546.431,77	CREDORES DIVERSOS	2.683.557,92	747.213.753,82
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	146.626.405,03	148.413.771,24	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	845.015,32	935.431,74
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	30.837.227.878,02	5.349.537.946,83	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	768.510.463,01	783.860.909,58
RECURSOS VINCULADOS	6.251.350,40	6.260.670,40	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	31.245.491.883,60	16.234.053.070,88
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	39.396.401,39	37.975.667,44	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	151.459.288,01
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS TRIBUTARIOS	-92.648,43	0,00	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	111.633.710,06	1.352.474,50
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	398.015.615,00	335.259.999,49	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	11.137.151.424,88	12.492.827.483,14
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-57.931.513,48	-48.416.973,84	VALORES DIFERIDOS	11.125.617.863,11	12.423.417.063,90
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	3.436.252.929,20	3.096.570.351,24	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	11.533.042,14	69.409.899,61
ESTOQUES	518.291.747,99	426.746.115,41	OUTROS VALORES PENDENTES	519,63	519,63
TITULOS E VALORES	1.467.567.562,57	1.394.142.903,33	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	983.561,77	811.059,82
MATERIAIS EM TRANSITO	1.450.393.618,64	1.275.681.332,50	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	983.561,77	811.059,82
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	10.955.753,45	18.162.698,44	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-29.759.015.675,38	-14.110.424.577,38
DESPESAS ANTECIPADAS	1.883.945,40	1.565.629,93	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-64.542.280.843,63	-45.109.857.737,18
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	9.071.808,05	16.597.068,51	FORNECEDORES A PAGAR	281.649.065,50	86.817.005,38
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	61.245.047.277,59	48.223.097.882,24	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	853.466,78	853.466,78

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	13.782.100,66	12.222.709,44	PESSOAL A PAGAR	7.845.652,74	0,00
DEPOSITOS COMPULSORIOS	957.334,40	907.832,08	PROVISOES	310.036.811,85	791.559.841,35
RECURSOS VINCULADOS	12.824.766,26	11.314.877,36	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-31.245.491.883,60	-16.234.053.070,88
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	61.231.265.176,93	48.210.875.172,80	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-31.245.491.883,60	-16.234.053.070,88
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	449.799.930,47	447.942.342,14	OPERACOES DE CREDITO	0,00	231.120.110,22
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	484.987.189,65	218.975.612,66	INTERNAS	0,00	231.120.110,22
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	40.148.561.854,30	27.891.847.356,39	OUTROS DEBITOS A PAGAR	59.213.434,65	52.260.961,54
CREDITOS A RECEBER	7.840.093.968,50	9.336.391.702,58	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	52.932,95	37.955,99
DIVIDA ATIVA (LP)	49.140.201.302,28	17.134.769.416,66	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	215.039,37	215.039,37
PERDAS ESTIMADAS DIVIDA ATIVA (LP)	-37.246.482.237,58	-7.237.588.210,76	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	95.245,92	95.245,92
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)	414.103.169,31	418.536.953,13	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-33.961.750.609,79	-37.110.282.459,93
PERMANENTE	288.855.679.758,85	249.657.946.028,95	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	5.000.000,00	7.071.518.167,08
INVESTIMENTOS	404.307.225,73	404.493.586,20	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	34.783.265.168,25	30.999.433.159,80
PARTICIPACAO SOCIETARIA	404.230.803,47	404.417.163,94	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	34.783.265.168,25	30.999.433.159,80
OUTROS INVESTIMENTOS	76.422,26	76.422,26	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	34.548.668.364,41	30.763.951.201,60
IMOBILIZADO	288.158.377.564,13	249.079.454.677,70	OBRIGACOES A PAGAR	234.596.803,84	235.481.958,20
BENS MOVEIS E IMOVEIS	289.708.013.571,09	250.082.726.657,34	PASSIVO REAL	52.887.840.187,45	79.165.397.728,21
TITULOS E VALORES	274.666,56	274.666,56	PATRIMONIO LIQUIDO	371.426.722.389,67	277.555.448.647,06
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-1.549.910.673,52	-1.003.546.646,20	PATRIMONIO/CAPITAL	277.370.922.755,47	254.678.734.160,17
INTANGIVEL	292.994.968,99	174.154.016,66	PATRIMONIO	277.370.922.755,47	254.678.734.160,17
DIFERIDO	0,00	-156.251,61	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	24.952.104.963,10	313.105.454.318,41
ATIVO REAL	424.314.562.577,12	356.720.846.375,27	RESERVAS	190.888.821,43	184.525.891,59
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	-3.384.082.994,24	52.359.708,30
			RESULTADO DO PERIODO	72.296.888.843,91	-290.465.625.431,41
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	424.314.562.577,12	356.720.846.375,27
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-352.017.673.733,21	-647.186.471.806,68
ATIVO COMPENSADO	242.423.282.853,86	215.795.391.336,44	PASSIVO COMPENSADO	242.423.282.853,86	215.795.391.336,44
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	242.423.282.853,86	215.795.391.336,44	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	242.423.282.853,86	215.795.391.336,44
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	1.182.191.279,51	1.366.650.962,35	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	1.182.191.279,51	1.366.650.962,35
GARANTIAS DE VALORES	35.060.005.249,44	33.970.777.763,40	VALORES EM GARANTIA	35.060.005.249,44	33.970.777.763,40
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	105.290.815.515,81	97.340.457.923,65	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	105.290.815.515,81	97.340.457.923,65
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	97.815.911.866,87	80.436.399.047,71	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	97.815.911.866,87	80.436.399.047,71
OUTRAS COMPENSACOES	3.074.358.942,23	2.681.105.639,33	COMPENSACOES DIVERSAS	3.074.358.942,23	2.681.105.639,33
ATIVO	666.737.845.430,98	572.516.237.711,71	PASSIVO	666.737.845.430,98	572.516.237.711,71

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	10.264.028.640,78	11.722.303.990,03	PASSIVO FINANCEIRO	10.333.356.377,83	11.840.431.897,85
DISPONIVEL	633.497.524,39	410.503.881,01	DEPOSITOS	70.364.471,92	118.349.112,53
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	383.907.159,73	320.037.184,69	CONSIGNACOES	39.668.930,38	88.653.231,63
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	249.590.364,66	90.466.696,32	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.200.439,91	1.384.691,99
CREDITOS EM CIRCULACAO	9.208.718.004,48	10.984.732.633,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	29.495.101,63	28.311.188,91
CREDITOS A RECEBER	1.663.378.483,31	2.276.844.165,60	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	9.199.411.571,59	10.455.529.128,03
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	945.349.559,67	1.271.459.082,50	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.147.204.964,07	1.985.339.029,89
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	6.590.617.983,79	7.393.380.878,74	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	261.710.110,73	461.423.961,32
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	9.228.315,33	42.904.843,78	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	47.132.307,58	55.030.037,63
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	143.662,38	143.662,38	CONVENIOS A PAGAR	132.873.347,10	212.874.780,61
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	421.812.494,38	327.066.858,49	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	142.255,49	134.591.160,28
VALORES DIFERIDOS	421.812.494,38	327.066.858,49	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	16.899,03	37.386,80
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	617,53	617,53	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	31.133.419,30	43.323.939,25
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	617,53	617,53	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.534.409,43	537.625,65
ATIVO NAO FINANCEIRO	104.061.321.502,50	89.674.567.278,65	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	172.704.631,22	350.520.008,25
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	4.867.745.240,75	-1.806.947.240,95	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	406.580.302,05	681.564.176,60
CREDITOS EM CIRCULACAO	2.545.279.811,80	-3.553.227.420,38	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	93.377.282,14	45.435.953,50
FORNECIMENTOS A RECEBER	2.125.936,36	2.136.781,44	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	6.558.560.308,83	6.841.291.748,99
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-6.590.617.983,79	-7.393.380.878,72	A LIQUIDAR	6.528.963.618,26	6.795.925.087,54
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-9.228.315,33	-42.904.843,78	EM LIQUIDACAO	29.596.690,57	45.366.661,45
CREDITOS PARCELADOS	6.010.346,17	4.901.549,45	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	154.889,48	248.645,70
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	2.600.619,20	1.912.083,83	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	283.578.617,19	317.223.900,60
DIVERSOS RESPONSAVEIS	2.302.656.733,25	1.889.074.622,72	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.209.892.010,67	1.311.284.328,71
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	6.804.034.884,27	1.964.850.458,93	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	20.781,35	141.474,14
RECURSOS VINCULADOS	7.095.758,45	7.095.758,45	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.063.464.002,83	1.266.460.212,09
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	20.812.156,62	13.327.106,35	VALORES DIFERIDOS	1.063.452.637,85	1.225.120.486,94
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-210.323,40	-240.059,05	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	11.364,98	41.339.725,15
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	2.322.458.692,28	1.746.224.269,87	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	116.331,49	93.445,20
ESTOQUES	2.321.539.625,63	1.745.306.569,49	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	116.331,49	93.445,20
TITULOS E VALORES	919.066,65	917.700,38	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-7.513.560.215,73	-7.901.641.567,35
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.736,67	55.909,56	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-7.544.122.553,59	-7.928.147.907,28
DESPESAS ANTECIPADAS	6.155,09	30.110,16	FORNECEDORES A PAGAR	3.732.218,74	73.526,51
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	581,58	25.799,40	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	24.775.794,65	24.955.144,77	PROVISOES	188.410.668,99	175.909.491,77
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	3.172.460,03	2.977.011,73	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-1.209.892.010,67	-1.311.284.328,65
DEPOSITOS COMPULSORIOS	125.663,77	117.352,98	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-1.209.892.010,67	-1.311.284.328,65
RECURSOS VINCULADOS	3.046.796,26	2.859.658,75	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	286.396,96	371.694,32
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	21.603.334,62	21.978.133,04	OUTROS DEBITOS A PAGAR	887.971,67	908.660,50
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	143.574,14	143.574,14	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	22.964,98	62.519,14
CREDITOS A RECEBER	931.723,92	1.578.975,46	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	1.392.854,00	1.735.616,67
DIVIDA ATIVA (LP)	21.375.083,06	20.830.696,41	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-6.528.963.618,26	-6.795.925.087,54
PERDAS ESTIMADAS DIVIDA ATIVA (LP)	-847.046,50	-575.112,97	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	30.562.337,86	26.506.339,93

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
PERMANENTE	99.168.800.467,10	91.456.559.374,83	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	30.562.337,86	26.506.339,93
INVESTIMENTOS	778.991,34	774.233,02	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	8.922.065,29	3.815.922,50
PARTICIPACAO SOCIETARIA	680.903,77	676.171,73	OBRIGACOES A PAGAR	21.640.272,57	22.690.417,43
OUTROS INVESTIMENTOS	98.087,57	98.061,29	PASSIVO REAL	2.819.796.162,10	3.938.790.330,50
IMOBILIZADO	99.098.373.737,81	91.405.021.228,26	PATRIMONIO LIQUIDO	111.505.553.981,18	97.458.080.938,18
BENS MOVEIS E IMOVEIS	99.687.542.215,14	98.202.499.394,53	PATRIMONIO/CAPITAL	97.390.304.842,55	49.530.053.298,57
TITULOS E VALORES	73,29	73,29	PATRIMONIO	97.390.304.842,55	49.530.053.298,57
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-589.168.550,62	-6.797.478.239,56	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.545.969.315,10	-2.771.967,86
INTANGIVEL	69.647.737,95	50.763.913,55	RESERVAS	62.525.206,64	63.651.098,01
ATIVO REAL	114.325.350.143,28	101.396.871.268,68	RESULTADOS ACUMULADOS	0,02	-0,04
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,02	-0,04
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	-85.935.419,76	453.339,52
			RESULTADO DO PERIODO	7.592.690.036,63	47.866.695.169,98
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	114.325.350.143,28	101.396.871.268,68
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-106.732.660.106,65	-53.530.176.098,70
ATIVO COMPENSADO	39.214.103.639,66	33.029.330.375,86	PASSIVO COMPENSADO	39.214.103.639,66	33.029.330.375,86
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	39.214.103.639,66	33.029.330.375,86	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	39.214.103.639,66	33.029.330.375,86
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	4.107.427.889,31	3.921.277.676,38	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	4.107.427.889,31	3.921.277.676,38
GARANTIAS DE VALORES	252.085.731,50	215.525.077,86	VALORES EM GARANTIA	252.085.731,50	215.525.077,86
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	28.724.022.746,47	23.464.266.867,00	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	28.724.022.746,47	23.464.266.867,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	5.873.342.399,99	5.222.333.306,79	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	5.873.342.399,99	5.222.333.306,79
OUTRAS COMPENSACOES	257.224.872,39	205.927.447,83	COMPENSACOES DIVERSAS	257.224.872,39	205.927.447,83
ATIVO	153.539.453.782,94	134.426.201.644,54	PASSIVO	153.539.453.782,94	134.426.201.644,54

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	7.000.445.090,51	7.457.505.263,21	PASSIVO FINANCEIRO	6.267.538.518,19	6.908.058.453,73
DISPONIVEL	692.418.454,33	178.830.053,97	DEPOSITOS	107.788.373,06	71.641.002,48
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	691.491.049,32	177.891.843,91	CONSIGNACOES	42.331.894,06	37.888.624,02
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	927.405,01	938.210,06	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	3.698.376,71	3.727.986,48
CREDITOS EM CIRCULACAO	6.296.876.837,38	7.261.333.311,26	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	61.758.102,29	30.024.391,98
CREDITOS A RECEBER	1.148.342.055,00	1.319.607.140,58	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.727.201.790,02	6.795.895.605,55
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	429.444.711,65	312.275.903,24	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	661.374.884,02	1.033.608.168,50
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	4.688.377.715,39	5.491.638.480,76	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	240.121.845,33	702.487.569,41
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	30.433.716,93	37.326.495,11	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	99.864.300,68	69.172.418,71
RECURSOS DA UNIAO	0,00	100.484.794,32	CONVENIOS A PAGAR	16.299.514,38	23.007.105,63
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	278.638,41	497,25	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	2.799.802,58	2.765.433,21
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	11.144.281,31	17.341.897,98	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	28.337,29	13.564,74
VALORES DIFERIDOS	11.144.281,31	17.341.897,98	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	21.520.507,62	65.682.527,71
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	5.517,49	0,00	PROVISOES DIVERSAS	1.318.090,65	1.045.398,38
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	5.517,49	0,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.284.010,81	1.147.914,32
ATIVO NAO FINANCEIRO	16.397.201.034,82	11.920.331.710,03	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	2.096.310,79	5.651.799,36
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-787.162.337,90	-1.836.852.778,91	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	56.420.957,09	9.384.129,67
CREDITOS EM CIRCULACAO	-3.206.067.294,30	-4.565.689.341,01	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	219.621.206,80	153.250.307,36
FORNECIMENTOS A RECEBER	156.288.433,42	174.251.010,29	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.586.999.429,65	4.025.924.509,98
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-208.326,45	-139.815,34	A LIQUIDAR	3.581.089.249,82	4.019.667.935,56
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-4.688.377.715,39	-5.491.638.480,76	EM LIQUIDACAO	5.910.179,83	6.256.574,42
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-30.433.716,93	-57.163.088,20	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	39.097,20	98.597,28
CREDITOS PARCELADOS	432.476,63	178.508,93	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	84.262.577,83	78.013.036,31
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	1.141,05	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.393.962.360,08	1.455.816.179,05
DIVERSOS RESPONSAVEIS	4.818.654,38	2.989.192,33	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	563.441,24	202.435.114,43
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	18.427,83	20.412,72	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	431.617.627,93	39.539.009,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.278.633.154,13	621.819.958,79	VALORES DIFERIDOS	431.617.627,93	39.539.009,22
RECURSOS VINCULADOS	7.050.863,77	7.440.103,90	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	930.727,18	982.836,48
PERDAS ESTIMADAS CRED. TRIBUTARIOS PRESC	-1.578.282,32	-1.578.282,32	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	930.727,18	982.836,48
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	1.840.432,84	1.840.548,08	PASSIVO NAO FINANCEIRO	7.680.086.883,33	-1.359.357.822,41
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS TRIBUTARIOS	-159.089,35	-159.089,35	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-1.354.999.627,91	-1.995.092.481,73
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	82.797.040,23	186.213.526,62	FORNECEDORES A PAGAR	92.975.713,67	91.561.442,80
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-17.190.788,14	-9.763.846,70	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.440.624,80	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	2.413.450.356,24	2.722.580.887,24	PROVISOES	523.551.821,34	494.656.360,04
ESTOQUES	2.315.818.473,95	2.615.855.418,19	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-1.393.962.360,08	-1.455.816.179,05
TITULOS E VALORES	100.228.182,63	103.319.440,47	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-1.393.962.360,08	-1.455.816.179,05
MATERIAIS EM TRANSITO	2.102.552,85	8.104.881,77	OPERACOES DE CREDITO	11.615,40	77.648,29
PERDAS ESTIMADAS PARA BENS E VALORES	-4.698.853,19	-4.698.853,19	EXTERNAS	11.615,40	77.648,29
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.454.600,16	6.255.674,86	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	66.087.760,70	55.633.480,17
DESPESAS ANTECIPADAS	2.345.832,40	3.146.907,10	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	605.928.694,31	626.556.668,68
CUSTOS A APROPRIAR	3.108.767,76	3.108.767,76	OUTROS DEBITOS A PAGAR	7.946.223,56	3.831.679,66
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	972.147.080,57	620.658.743,58	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	3.552.081,33	0,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	328.201.285,52	200.299.739,30	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-3.581.089.249,82	-4.019.667.935,56
DEPOSITOS COMPULSORIOS	1.531.165,19	1.430.132,93	ENTIDADES DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	12.188,98	12.188,98
RECURSOS VINCULADOS	326.670.120,33	198.869.606,37	OPERACOES ESPECIAIS	2.315.545.257,90	2.208.062.164,26
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	643.945.795,05	420.359.004,28	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	608.380.074,48	587.306.132,92
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	10.612.790,31	5.078.029,34	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	608.380.074,48	587.306.132,92
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	8.639.594,13	21.687.194,22	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	246.906,96	228.000,32
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	25.870.911,37	24.211.060,31	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	587.593.293,06	534.273.543,47
CREDITOS A RECEBER	637.985.039,65	409.801.229,14	OBRIGACOES A PAGAR	962.369,02	22.167.573,21
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LONGO PRAZO	-24.187.919,03	-26.403.900,94	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	19.577.505,44	30.637.015,92
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-14.974.621,38	-14.014.607,79	RECEITA DIFERIDA LIQUIDA	107.815.279,07	48.428.526,40
PERMANENTE	16.212.216.292,15	13.136.525.745,36	RECEITA DIFERIDA	129.241.211,56	62.920.338,47
INVESTIMENTOS	619.834.122,99	649.951.169,53	CUSTO DIFERIDO	-21.425.932,49	-14.491.812,07
PARTICIPACAO SOCIETARIA	574.818.061,51	602.916.510,48	INSTRUMENTOS DE DIVIDA	8.318.891.157,69	0,00
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	0,00	59.962,45	AFAC - INSTRUMENTO DE DIVIDA	8.318.891.157,69	0,00
OUTROS INVESTIMENTOS	45.050.902,97	47.009.538,09	PASSIVO REAL	13.947.625.401,52	5.548.700.631,32
PERDAS ESTIMADAS COM INVESTIMENTOS	-34.841,49	-34.841,49	PATRIMONIO LIQUIDO	9.450.020.723,81	13.829.136.341,92
IMOBILIZADO	15.422.428.986,19	12.366.302.078,13	PATRIMONIO/CAPITAL	9.789.210.849,29	9.810.914.989,21
BENS MOVEIS E IMOVEIS	17.361.292.557,52	14.249.633.046,07	CAPITAL REALIZADO	9.789.210.849,29	9.810.914.989,21
TITULOS E VALORES	8.794.118,76	8.794.118,76	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	9.789.210.849,29	9.855.914.989,21
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-1.947.657.690,09	-1.892.125.086,70	CAPITAL A REALIZAR	0,00	-45.000.000,00
INTANGIVEL	169.953.182,97	120.272.497,70	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.624.261.005,44	-12.617.895,22
ATIVO REAL	23.397.646.125,33	19.377.836.973,24	RESERVAS	1.616.257.156,92	7.645.401.858,40
			RESULTADOS ACUMULADOS	-2.147.960.153,89	-2.774.391.307,05
			RESULTADO DO EXERCICIO	2.085.660,39	2.490.359,34
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-2.150.045.814,28	-2.776.881.666,39
			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	60.335.004,62	50.030.928,25
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	-153.902,76	-4.701.899,61
			RESULTADO DO PERIODO	-1.491.929.235,81	-885.500.332,06
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	23.397.646.125,33	19.377.836.973,24
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-24.889.575.361,14	-20.263.337.305,30
ATIVO COMPENSADO	22.536.711.167,64	20.440.859.397,42	PASSIVO COMPENSADO	22.536.711.167,64	20.440.859.397,42
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	22.536.711.167,64	20.440.859.397,42	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	22.536.711.167,64	20.440.859.397,42
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	3.210.850.813,23	3.644.241.435,95	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	3.210.850.813,23	3.644.241.435,95
GARANTIAS DE VALORES	807.076.303,90	791.419.973,22	VALORES EM GARANTIA	807.076.303,90	791.419.973,22
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	5.625.458.055,28	4.158.479.491,57	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	5.625.458.055,28	4.158.479.491,57
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	12.877.794.518,15	11.817.613.765,18	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	12.877.794.518,15	11.817.613.765,18
OUTRAS COMPENSACOES	15.531.477,08	29.104.731,50	COMPENSACOES DIVERSAS	15.531.477,08	29.104.731,50
ATIVO	45.934.357.292,97	39.818.696.370,66	PASSIVO	45.934.357.292,97	39.818.696.370,66

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	1.658.917.029,32	1.799.045.320,27	PASSIVO FINANCEIRO	1.455.821.459,56	1.530.095.921,33
DISPONIVEL	213.455.403,84	268.134.229,34	DEPOSITOS	13.685.986,84	17.698.863,08
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	213.455.403,84	268.134.229,34	CONSIGNACOES	7.413.375,50	9.605.904,33
CREDITOS EM CIRCULACAO	1.442.676.558,10	1.528.504.987,90	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	91.325,32	1.351.269,31
CREDITOS A RECEBER	137.095.626,39	110.579.399,71	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.181.286,02	6.741.689,44
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	69.979.905,38	85.386.172,89	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.414.073.782,59	1.493.839.278,86
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	1.062.557.752,14	1.177.821.812,87	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	234.084.923,40	148.200.892,34
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	122.569,63	1.343.293,22	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	53.119.509,77	94.330.193,32
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	172.920.704,56	153.374.309,21	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	70.840.838,61	16.572.889,90
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	2.785.067,38	2.406.103,03	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	42.269,06	82.663,01
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	1.096.049,87	682.830,49	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	0,00	1.345,04
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	1.689.017,51	1.689.017,51	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.324.062,85	1.917.193,30
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	0,00	34.255,03	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	415,08	181.078,22
ATIVO NAO FINANCEIRO	7.039.771.307,57	6.487.813.839,86	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	57.828,03	7.940.754,80
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-136.685.957,44	-451.031.233,52	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	107.700.000,00	27.174.774,75
CREDITOS EM CIRCULACAO	-606.140.924,27	-921.575.290,47	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.047.046.575,24	1.218.487.736,28
FORNECIMENTOS A RECEBER	61.354.622,22	60.282.983,02	A LIQUIDAR	988.413.278,65	1.016.225.117,34
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-29.096.822,04	-24.986.230,35	EM LIQUIDACAO	58.633.296,59	202.262.618,94
RECURSOS A RECEBER	67.440.670,04	116.290.859,34	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	10.828,59	6.357,53
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-1.062.557.752,14	-1.177.821.812,87	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	111.887.259,36	126.319.170,34
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-122.569,63	-1.343.293,22	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	21.044.196,00	825.122,37
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	211.050,79	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.109.273,64	11.317.843,36
DIVERSOS RESPONSAVEIS	16.994.604,32	1.620.465,88	VALORES DIFERIDOS	19.109.273,64	11.317.843,36
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	304.818.419,03	47.640.009,19	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	8.952.416,49	7.239.936,03
RECURSOS VINCULADOS	31.514.690,93	51.755.338,58	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	8.952.416,49	7.239.936,03
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	7.276.577,59	8.638.554,30	PASSIVO NAO FINANCEIRO	6.893.380.565,99	5.012.897.277,27
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS EM CIRCULACAO	-720.404,39	-925.274,64	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.066.256.947,19	3.897.945.694,37
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-3.254.010,99	-2.726.889,70	FORNECEDORES A PAGAR	4.444.596,05	6.831.381,62
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	467.861.834,45	469.589.316,85	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ESTOQUES	466.874.713,50	468.786.154,61	PESSOAL A PAGAR	3.675.712,90	9.559.371,23
TITULOS E VALORES	987.120,95	803.162,24	PROVISOES	3.959.777.516,97	3.129.755.066,62
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.593.132,38	954.740,10	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-111.887.259,36	-126.319.170,34
DESPESAS ANTECIPADAS	1.593.132,38	954.740,10	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-111.887.259,36	-126.319.170,34
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	547.052.499,28	496.672.500,62	OPERACOES DE CREDITO	4.612.998,05	6.563.661,73
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	286.387.934,28	247.442.770,24	INTERNAS	4.612.998,05	6.563.661,73
RECURSOS VINCULADOS	286.387.934,28	247.442.770,24	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	329.816.036,89	313.764.680,48
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	260.664.565,00	249.229.730,38	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	34.536.275,23	24.585.947,43
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	194.702.048,80	187.527.417,28	OUTROS DEBITOS A PAGAR	1.819.419.800,85	1.537.895.397,07
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	37.469.998,10	38.437.546,42	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	0,00	1.219.336,17
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	20.053.664,09	18.042.202,72	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-988.413.278,65	-1.016.225.117,34
CREDITOS A RECEBER	10.859.167,17	7.555.987,48	SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO	10.274.548,26	10.315.139,70
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LONGO PRAZO	-2.303.135,47	-2.303.135,47	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	1.213.565.378,30	1.111.911.583,57

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-117.177,69	-30.288,05	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	1.213.565.378,30	1.111.911.583,57
PERMANENTE	6.629.404.765,73	6.442.172.572,76	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	171.688.330,56	145.738.371,22
INVESTIMENTOS	6.659.496,49	8.349.522,01	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	466.479.123,10	441.526.835,54
PARTICIPACAO SOCIETARIA	5.075.963,02	6.765.988,54	OBRIGACOES A PAGAR	387.207.510,45	379.040.361,79
OUTROS INVESTIMENTOS	1.583.533,47	1.583.533,47	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	188.190.414,19	145.606.015,02
IMOBILIZADO	6.537.879.941,19	6.341.618.686,62	RECEITA DIFERIDA LIQUIDA	2.849.999,33	3.039.999,33
BENS MOVEIS E IMOVEIS	8.224.606.059,58	7.892.104.538,10	RECEITA DIFERIDA	2.849.999,33	3.039.999,33
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-1.686.726.118,39	-1.550.485.851,48	INSTRUMENTOS DE DIVIDA	610.708.241,17	0,00
INTANGIVEL	73.882.255,77	74.477.037,33	AFAC - INSTRUMENTO DE DIVIDA	610.708.241,17	0,00
DIFERIDO	10.983.072,28	17.727.326,80	PASSIVO REAL	8.349.202.025,55	6.542.993.198,60
ATIVO REAL	8.698.688.336,89	8.286.859.160,13	PATRIMONIO LIQUIDO	349.486.311,34	1.743.865.961,53
			PATRIMONIO/CAPITAL	7.022.792.935,38	7.022.792.935,38
			CAPITAL REALIZADO	7.022.792.935,38	7.022.792.935,38
			CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	7.145.106.745,38	7.145.106.745,38
			CAPITAL A REALIZAR	-122.313.810,00	-122.313.810,00
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	110.912.263,35	61.338.957,88
			RESERVAS	737.552.392,51	1.080.834.059,10
			RESULTADOS ACUMULADOS	-6.570.784.337,20	-6.162.467.659,34
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-6.570.784.337,20	-6.162.467.659,34
			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	209.359.425,00	213.223.428,50
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	-1.160.346.367,70	-471.855.759,99
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	8.698.688.336,89	8.286.859.160,13
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-9.859.034.704,59	-8.758.714.920,12
ATIVO COMPENSADO	5.468.026.037,25	5.412.057.685,50	PASSIVO COMPENSADO	5.468.026.037,25	5.412.057.685,50
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	5.468.026.037,25	5.412.057.685,50	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	5.468.026.037,25	5.412.057.685,50
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	151.039,98	146.696,56	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	151.039,98	146.696,56
GARANTIAS DE VALORES	56.103.377,70	56.121.005,79	VALORES EM GARANTIA	56.103.377,70	56.121.005,79
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.025.491.560,83	880.028.908,12	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.025.491.560,83	880.028.908,12
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	4.382.055.978,58	4.471.536.994,87	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	4.382.055.978,58	4.471.536.994,87
OUTRAS COMPENSACOES	4.224.080,16	4.224.080,16	COMPENSACOES DIVERSAS	4.224.080,16	4.224.080,16
ATIVO	14.166.714.374,14	13.698.916.845,63	PASSIVO	14.166.714.374,14	13.698.916.845,63

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	195.406.176.964,77	171.140.124.076,05	PASSIVO FINANCEIRO	67.383.639.707,62	42.254.302.757,41
DISPONIVEL	117.392.149.837,49	105.586.518.096,20	DEPOSITOS	8.927.758.463,16	3.869.481.949,37
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	117.248.280.943,63	105.447.684.720,71	CONSIGNACOES	29.788.996,51	93.011.922,15
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	143.868.893,86	138.833.375,49	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.474,98	8.029,88
CREDITOS EM CIRCULACAO	76.803.642.060,86	64.353.654.739,10	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.897.961.991,67	3.776.461.997,34
CREDITOS A RECEBER	2.397.971.373,40	3.794.802.778,82	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	52.941.009.634,39	30.732.440.746,66
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	11.488.370.974,95	9.340.599.893,99	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	23.211.182.635,39	1.111.840.844,90
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	38.821.490.931,05	23.320.015.312,02	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	155.227.967,32	241.156.754,68
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	23.429.140,86	23.199.788,53	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	276.287.245,58	27.609.778,28
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	24.032.386.242,82	27.839.466.903,49	CONVENIOS A PAGAR	336.523.119,97	338.230.060,25
BANCO DO BRASIL S/A	4.553.255.064,78	5.289.849.348,70	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	114.477.756,59	125.964.402,76
BANCO DO NORDESTE S/A	420.404.770,20	520.240.352,67	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	136.963.489,66	0,00
BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC	16.808.038.665,68	19.553.388.493,57	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	9.699.446,41	265.487.877,32
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.763.025.518,08	1.794.679.079,66	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	52.611,87	172.595,64
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN	458.540.774,46	645.917.874,03	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	21.929.379.723,61	0,00
BANCO DA AMAZONIA	29.121.449,62	35.391.754,86	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	10.426.492,94	498.225,92
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	39.993.397,78	35.570.062,25	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	932.323,47
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.210.385.066,42	1.199.951.240,75	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	265.248,99	1.015.385,94
VALORES DIFERIDOS	1.210.385.066,42	1.199.951.240,75	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	8.964.150,35	37.938.472,31
ATIVO NAO FINANCEIRO	309.533.154.514,79	269.976.473.271,31	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	51.061.313,79	56.713.711,89
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-1.880.629.658,61	-3.163.854.854,04	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	141.126.719,39	10.281.357,84
CREDITOS EM CIRCULACAO	-1.984.978.690,92	-3.260.500.960,39	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	39.795.025,45	5.839.898,60
FORNECIMENTOS A RECEBER	334.934.030,92	375.055.470,94	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	19.458.422.843,91	17.807.305.481,73
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-38.821.490.931,09	-23.320.015.312,00	A LIQUIDAR	18.734.225.846,99	17.427.508.024,10
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-23.850.649,80	-23.199.788,53	EM LIQUIDACAO	724.196.996,92	379.797.457,63
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	2.157.318.620,10	380.552,62	CREDORES DIVERSOS	1.069.063.438,81	1.822.759.835,17
DIVERSOS RESPONSAVEIS	2.137.364.894,20	1.549.452.698,57	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	512.812,10	1.641.322,17
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	19.509.007.112,97	16.508.083.724,78	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	2.771.405.605,71	2.456.780.766,12
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	13.142.107.180,68	2.311.781.134,43	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	6.305.369.945,75	6.781.079.036,76
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	1.438.194.478,92	1.349.713.970,93	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	125.052.352,72	751.033.459,81
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS EM CIRCULACAO	-85.039.266,82	-100.976.700,83	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.514.249.437,07	7.651.827.437,62
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-1.773.524.161,00	-1.910.776.711,30	VALORES DIFERIDOS	5.514.172.531,05	7.651.750.531,60
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	104.335.865,55	96.635.286,95	OUTROS VALORES PENDENTES	76.906,02	76.906,02
ESTOQUES	101.664.458,56	94.421.595,02	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	622.173,00	552.623,76
TITULOS E VALORES	213.741,40	294.186,80	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	622.173,00	552.623,76
MATERIAIS EM TRANSITO	2.457.665,59	1.919.505,13	PASSIVO NAO FINANCEIRO	72.012.908.073,60	71.389.095.851,39
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	13.166,76	10.819,40	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	36.679.036.573,20	36.540.500.427,61
DESPESAS ANTECIPADAS	13.166,76	10.819,40	FORNECEDORES A PAGAR	320.760.947,54	318.759.630,43
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	300.747.264.105,57	265.939.456.195,12	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	38.698,39	38.698,39	PROVISOES	879.494.455,81	891.088.683,83
RECURSOS VINCULADOS	38.698,39	38.698,39	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-6.305.369.945,79	-6.781.079.036,73
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	300.747.225.407,18	265.939.417.496,73	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-6.305.369.945,79	-6.781.079.036,73

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	477.201.319,38	477.175.522,06	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	143.349.432,13	73.669.292,10
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.454.112,54	1.454.112,54	OUTROS DEBITOS A PAGAR	758.041.761,75	910.166.495,86
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	293.065.667.602,12	258.457.128.037,60	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-18.734.225.846,99	-17.427.508.024,10
CREDITOS A RECEBER	8.161.679.060,26	7.925.725.865,38	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	1.061.582.382,53	0,00
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LONGO PRAZO	-1.000.309.063,97	-959.236.205,91	RESIDUOS DE CONTRATOS LIQUIDADOS - FCVS	58.555.403.386,22	58.555.403.386,22
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-21.271.482,14	-25.633.693,93	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	31.758.829.909,61	31.758.829.909,61
DIVIDA ATIVA (LP)	62.803.858,99	62.803.858,99	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	31.758.829.909,61	31.758.829.909,61
PERMANENTE	10.666.520.067,83	7.200.871.930,23	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	7.652.975.310,26	7.652.975.310,26
INVESTIMENTOS	8.489.128.053,93	6.496.496.150,15	OBRIGACOES A PAGAR	1.997.478,72	1.997.478,72
PARTICIPACAO SOCIETARIA	4.620.824.706,38	2.869.425.553,49	DIVERSAS PROVISOES	24.103.857.120,63	24.103.857.120,63
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	3.135.338.732,99	2.980.633.493,05	RECEITA DIFERIDA LIQUIDA	3.575.041.590,79	3.089.765.514,17
OUTROS INVESTIMENTOS	732.964.614,56	646.437.103,61	RECEITA DIFERIDA	3.575.041.590,79	3.089.765.514,17
IMOBILIZADO	2.172.785.831,72	701.372.922,41	PASSIVO REAL	139.396.547.781,22	113.643.398.608,80
BENS MOVEIS E IMOVEIS	2.183.675.049,79	710.029.723,19	PATRIMONIO LIQUIDO	365.542.783.698,34	327.473.198.738,56
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-10.889.218,07	-8.656.800,78	PATRIMONIO/CAPITAL	327.475.186.516,88	293.547.048.032,59
INTANGIVEL	4.606.182,18	3.002.857,67	PATRIMONIO	324.544.588.518,36	290.616.450.034,07
ATIVO REAL	504.939.331.479,56	441.116.597.347,36	CAPITAL REALIZADO	2.930.597.998,52	2.930.597.998,52
			CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	3.707.482.559,71	3.707.482.559,71
			COTAS EM TESOURARIA	-776.884.561,19	-776.884.561,19
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.056.539.859,14	-124.861.609,15
			RESERVAS	15.657.444,51	15.657.444,51
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,00	0,02
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,02
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	3.550.522.001,47	-466.940,85
			RESULTADO DO PERIODO	24.444.877.876,34	34.035.821.811,44
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	504.939.331.479,56	441.116.597.347,36
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-480.494.453.603,22	-407.080.775.535,92
ATIVO COMPENSADO	453.330.959.175,47	345.500.408.922,53	PASSIVO COMPENSADO	453.330.959.175,47	345.500.408.922,53
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	453.330.959.175,47	345.500.408.922,53	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	453.330.959.175,47	345.500.408.922,53
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	221.229.287.860,87	169.355.031.086,65	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	221.229.287.860,87	169.355.031.086,65
GARANTIAS DE VALORES	33.857.514.046,80	28.915.666.468,27	VALORES EM GARANTIA	33.857.514.046,80	28.915.666.468,27
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	60.207.391.374,59	57.206.912.230,83	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	60.207.391.374,59	57.206.912.230,83
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	54.788.961.436,04	6.533.749.320,34	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	54.788.961.436,04	6.533.749.320,34
OUTRAS COMPENSACOES	83.247.804.457,17	83.489.049.816,44	COMPENSACOES DIVERSAS	83.247.804.457,17	83.489.049.816,44
ATIVO	958.270.290.655,03	786.617.006.269,89	PASSIVO	958.270.290.655,03	786.617.006.269,89

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	114.468.551.922,12	123.310.072.991,60	PASSIVO FINANCEIRO	100.703.572.218,41	113.554.408.578,50
DISPONIVEL	6.665.269.861,53	5.600.141.762,73	DEPOSITOS	494.268.846,85	5.391.591.808,50
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	6.414.750.491,86	5.508.735.256,35	CONSIGNACOES	144.456.829,94	341.575.865,60
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	250.519.369,67	91.406.506,38	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.281.727,30	27.104.514,95
CREDITOS EM CIRCULACAO	103.696.332.068,76	111.150.363.005,36	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	342.530.289,61	5.022.911.427,95
CREDITOS A RECEBER	6.845.084.399,57	7.971.072.698,12	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	87.546.978.005,35	94.343.544.944,66
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	11.843.590.509,56	27.425.366.988,50	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.756.550.146,96	22.145.954.916,35
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	81.824.046.296,40	72.720.448.293,56	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	2.195.905.787,97	2.032.658.550,53
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	364.627.264,72	437.322.702,38	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	910.939.056,60	421.165.166,60
LIMITE DE SAQUE BACEN	1.469.465.238,91	1.165.947.143,59	CONVENIOS A PAGAR	228.379.717,14	438.534.688,49
RECURSOS DA UNIAO	10.105,18	100.494.899,50	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	531.523,89	134.808.607,20
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.349.507.454,42	1.329.708.429,71	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	10.371.420,26	294.017.991,51
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	800,00	1.850,00	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	563.404,76	208.403,28
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.076.782.976,84	6.529.615.118,52	PRECATORIOS	0,00	1.153.559,54
VALORES DIFERIDOS	4.076.782.976,84	6.529.615.118,52	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	100.579.061,67	188.511.309,25
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	30.167.014,99	29.953.104,99	PROVISOES DIVERSAS	1.328.245,78	1.055.553,51
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	1.096.667,40	683.448,02	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.918.137,47	2.135.680,76
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	28.262.857,17	28.433.429,01	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	1.505.044.898,10	15.805.499.689,13
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	807.490,42	836.227,96	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	603.746.602,18	1.591.942.230,28
ATIVO NAO FINANCEIRO	456.267.695.260,50	362.472.340.785,72	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	702.679.491,95	811.196.062,55
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-17.387.428.675,42	-47.586.247.207,39	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	490.878.288,26	422.701.783,99
CREDITOS EM CIRCULACAO	-26.045.462.710,25	-55.646.641.055,55	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	2.684.510,93	52.010,93
FORNECIMENTOS A RECEBER	596.553.128,50	615.931.233,79	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	0,00	313.628,80
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-29.305.148,49	-25.126.045,69	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	45.555.847.169,49	50.786.303.173,32
RECURSOS A RECEBER	67.440.670,04	116.290.859,34	A LIQUIDAR	45.060.216.756,52	48.942.100.600,37
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-81.824.046.296,40	-72.720.448.293,54	EM LIQUIDACAO	495.630.412,97	1.844.202.572,95
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-364.627.264,72	-785.602.764,38	CREDORES DIVERSOS	2.683.557,92	747.213.753,82
CREDITOS PARCELADOS	134.229.003,75	46.111.042,67	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.049.830,59	1.289.032,25
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	690.712.005,52	1.802.692.783,85	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	1.136.351.658,03	1.179.097.846,49
DIVERSOS RESPONSAVEIS	14.791.308.196,52	6.579.230.712,70	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	33.961.233.513,71	19.127.472.748,98
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	146.644.832,86	148.434.183,96	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	151.459.288,01
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	39.224.714.335,45	7.983.848.373,74	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	133.262.128,65	204.754.185,44
RECURSOS VINCULADOS	51.912.663,55	72.551.871,33	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	12.651.342.329,28	13.810.144.547,81
PERDAS ESTIMADAS CRED. TRIBUTARIOS PRESC	-1.578.282,32	-1.578.282,32	VALORES DIFERIDOS	12.639.797.402,53	13.699.394.403,42
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	41.236.834,23	39.816.215,52	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	11.544.407,12	110.749.624,76
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS TRIBUTARIOS	-251.737,78	-159.089,35	OUTROS VALORES PENDENTES	519,63	519,63
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	508.901.389,44	543.439.186,76	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	10.983.036,93	9.127.277,53
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS EM CIRCULACAO	-720.404,39	-925.274,64	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	10.983.036,93	9.127.277,53
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-78.586.636,01	-61.147.769,29	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-22.699.108.441,79	-18.358.526.689,87
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	8.640.023.812,17	8.034.964.825,20	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-68.375.146.077,94	-51.135.152.431,82
ESTOQUES	5.622.524.561,07	5.256.694.257,70	FORNECEDORES A PAGAR	382.801.593,96	185.283.356,31
TITULOS E VALORES	1.569.701.932,80	1.499.183.206,42	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.294.091,58	853.466,78

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
MATERIAIS EM TRANSITO	1.452.496.171,49	1.283.786.214,27	PESSOAL A PAGAR	11.521.365,64	9.559.371,23
PERDAS ESTIMADAS PARA BENS E VALORES	-4.698.853,19	-4.698.853,19	PROVISOES	4.981.776.819,15	4.591.880.759,78
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	18.010.222,66	25.429.022,96	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-33.961.233.513,71	-19.127.472.748,92
DESPESAS ANTECIPADAS	5.829.065,27	5.697.387,29	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-33.961.233.513,71	-19.127.472.748,92
CUSTOS A APROPRIAR	3.108.767,76	3.108.767,76	OPERACOES DE CREDITO	4.624.613,45	237.761.420,24
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	9.072.389,63	16.622.867,91	INTERNAS	4.612.998,05	237.683.771,95
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	62.789.022.652,09	49.365.384.271,21	EXTERNAS	11.615,40	77.648,29
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	631.543.780,49	462.942.230,71	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	395.903.797,59	369.398.160,65
DEPOSITOS COMPULSORIOS	2.614.163,36	2.455.317,99	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	640.751.366,50	651.514.310,43
RECURSOS VINCULADOS	628.929.617,13	460.486.912,72	OUTROS DEBITOS A PAGAR	1.887.467.430,73	1.594.896.698,77
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	62.157.478.871,60	48.902.442.040,50	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	3.605.014,28	1.257.292,16
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	655.114.769,58	640.547.788,76	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	238.004,35	277.558,51
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	531.240.356,02	279.243.927,44	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	1.488.099,92	1.830.862,59
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	40.194.486.429,76	27.934.100.619,42	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-45.060.216.756,52	-48.942.100.600,37
CREDITOS A RECEBER	8.489.869.899,24	9.755.327.894,66	ENTIDADES DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	12.188,98	12.188,98
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LONGO PRAZO	-26.491.054,50	-28.707.036,41	OPERACOES ESPECIAIS	2.315.545.257,90	2.208.062.164,26
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-15.091.799,07	-14.044.895,84	SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO	10.274.548,26	10.315.139,70
DIVIDA ATIVA (LP)	49.161.576.385,34	17.155.600.113,07	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	5.000.000,00	7.071.518.167,08
PERDAS ESTIMADAS DIVIDA ATIVA (LP)	-37.247.329.284,08	-7.238.163.323,73	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	36.635.772.958,89	32.725.157.216,22
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)	414.103.169,31	418.536.953,13	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	36.635.772.958,89	32.725.157.216,22
PERMANENTE	410.866.101.283,83	360.693.203.721,90	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	34.720.356.694,97	30.909.689.572,82
INVESTIMENTOS	1.031.579.836,55	1.063.568.510,76	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	9.168.972,25	4.043.922,82
PARTICIPACAO SOCIETARIA	984.805.731,77	1.014.775.834,69	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	1.054.072.416,16	975.800.379,01
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	0,00	59.962,45	OBRIGACOES A PAGAR	644.406.955,88	659.380.310,63
OUTROS INVESTIMENTOS	46.808.946,27	48.767.555,11	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	207.767.919,63	176.243.030,94
PERDAS ESTIMADAS COM INVESTIMENTOS	-34.841,49	-34.841,49	RECEITA DIFERIDA LIQUIDA	110.665.278,40	51.468.525,73
IMOBILIZADO	409.217.060.229,32	359.192.396.670,71	RECEITA DIFERIDA	132.091.210,89	65.960.337,80
BENS MOVEIS E IMOVEIS	414.981.454.403,33	370.426.963.636,04	CUSTO DIFERIDO	-21.425.932,49	-14.491.812,07
TITULOS E VALORES	9.068.858,61	9.068.858,61	INSTRUMENTOS DE DIVIDA	8.929.599.398,86	0,00
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-5.773.463.032,62	-11.243.635.823,94	AFAC - INSTRUMENTO DE DIVIDA	8.929.599.398,86	0,00
INTANGIVEL	606.478.145,68	419.667.465,24	PASSIVO REAL	78.004.463.776,62	95.195.881.888,63
DIFERIDO	10.983.072,28	17.571.075,19	PATRIMONIO LIQUIDO	492.731.783.406,00	390.586.531.888,69
ATIVO REAL	570.736.247.182,62	485.782.413.777,32	PATRIMONIO/CAPITAL	391.573.231.382,69	321.042.495.383,33
			PATRIMONIO	374.761.227.598,02	304.208.787.458,74
			CAPITAL REALIZADO	16.812.003.784,67	16.833.707.924,59
			CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	16.934.317.594,67	17.001.021.734,59
			CAPITAL A REALIZAR	-122.313.810,00	-167.313.810,00
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	33.233.247.546,99	313.151.403.413,21
			RESERVAS	2.607.223.577,50	8.974.412.907,10
			RESULTADOS ACUMULADOS	-8.718.744.491,07	-8.936.858.966,43
			RESULTADO DO EXERCICIO	2.085.660,39	2.490.359,34
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-8.720.830.151,46	-8.939.349.325,77

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	3

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	269.694.429,62	263.254.356,75
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	-3.470.172.316,76	48.111.148,21
			RESULTADO DO PERIODO	77.237.303.277,03	-243.956.286.353,48
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	570.736.247.182,62	485.782.413.777,32
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-493.498.943.905,59	-729.738.700.130,80
ATIVO COMPENSADO	309.642.123.698,41	274.677.638.795,22	PASSIVO COMPENSADO	309.642.123.698,41	274.677.638.795,22
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	309.642.123.698,41	274.677.638.795,22	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	309.642.123.698,41	274.677.638.795,22
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	8.500.621.022,03	8.932.316.771,24	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	8.500.621.022,03	8.932.316.771,24
GARANTIAS DE VALORES	36.175.270.662,54	35.033.843.820,27	VALORES EM GARANTIA	36.175.270.662,54	35.033.843.820,27
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	140.665.787.878,39	125.843.233.190,34	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	140.665.787.878,39	125.843.233.190,34
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	120.949.104.763,59	101.947.883.114,55	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	120.949.104.763,59	101.947.883.114,55
OUTRAS COMPENSACOES	3.351.339.371,86	2.920.361.898,82	COMPENSACOES DIVERSAS	3.351.339.371,86	2.920.361.898,82
ATIVO	880.378.370.881,03	760.460.052.572,54	PASSIVO	880.378.370.881,03	760.460.052.572,54

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
16/03/2015	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	167.488.622.221,16	159.078.287.519,53	PASSIVO FINANCEIRO	38.974.377.413,69	30.497.998.146,44
DISPONIVEL	117.392.149.837,49	105.410.950.985,12	DEPOSITOS	3.780.200.490,85	3.869.481.949,37
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	117.248.280.943,63	105.272.117.609,63	CONSIGNACOES	370.554,45	93.011.922,15
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	143.868.893,86	138.833.375,49	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.474,98	8.029,88
CREDITOS EM CIRCULACAO	48.891.983.444,15	52.467.385.293,66	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.779.822.461,42	3.776.461.997,34
CREDITOS A RECEBER	2.397.971.373,40	140.656.507,99	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	29.685.201.439,67	21.651.083.735,29
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	6.237.129.271,37	6.343.543.645,80	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.144.690.416,77	1.111.758.261,44
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	16.161.074.017,92	18.084.948.385,60	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	155.079.290,47	241.156.754,68
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	23.429.140,86	23.199.788,53	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	276.287.245,58	27.609.778,28
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	24.032.386.242,82	27.839.466.903,49	CONVENIOS A PAGAR	336.523.119,97	338.230.060,25
BANCO DO BRASIL S/A	4.553.255.064,78	5.289.849.348,70	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	114.477.756,59	125.964.402,76
BANCO DO NORDESTE S/A	420.404.770,20	520.240.352,67	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	9.699.446,41	265.487.877,32
BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC	16.808.038.665,68	19.553.388.493,57	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	52.611,87	172.595,64
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.763.025.518,08	1.794.679.079,66	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	10.426.164,44	415.642,46
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN	458.540.774,46	645.917.874,03	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	932.323,47
BANCO DA AMAZONIA	29.121.449,62	35.391.754,86	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	265.248,99	1.015.385,94
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	39.993.397,78	35.570.062,25	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	8.964.150,35	37.938.472,31
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.204.488.939,52	1.199.951.240,75	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	51.061.313,79	56.713.711,89
VALORES DIFERIDOS	1.204.488.939,52	1.199.951.240,75	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	141.126.719,39	10.281.357,84
ATIVO NAO FINANCEIRO	328.007.989.400,20	265.919.120.345,23	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	39.795.025,45	5.839.898,60
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	18.252.597.540,48	2.032.194.189,41	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	18.364.641.118,18	9.544.978.556,27
CREDITOS EM CIRCULACAO	18.148.248.508,17	1.935.548.083,06	A LIQUIDAR	17.640.444.121,26	9.165.181.098,64
FORNECIMENTOS A RECEBER	334.934.030,92	375.055.470,94	EM LIQUIDACAO	724.196.996,92	379.797.457,63
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-16.161.074.017,96	-18.084.948.385,58	CREDORES DIVERSOS	1.069.063.438,81	1.003.812.332,72
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-23.850.649,80	-23.199.788,53	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	512.812,10	1.641.322,17
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	586.257,15	380.552,62	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	2.771.405.605,71	2.456.780.766,12
DIVERSOS RESPONSAVEIS	1.766.907.790,11	1.549.452.698,57	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	6.209.835.695,38	6.781.079.036,76
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	19.509.007.112,97	16.469.065.841,81	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	125.052.352,72	751.033.459,81
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	13.142.107.180,68	2.311.781.134,43	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.508.353.310,17	4.976.879.838,02
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	1.438.194.231,92	1.349.713.970,93	VALORES DIFERIDOS	5.508.276.404,15	4.976.802.932,00
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS EM CIRCULACAO	-85.039.266,82	-100.976.700,83	OUTROS VALORES PENDENTES	76.906,02	76.906,02
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-1.773.524.161,00	-1.910.776.711,30	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	622.173,00	552.623,76
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	104.335.865,55	96.635.286,95	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	622.173,00	552.623,76
ESTOQUES	101.664.458,56	94.421.595,02	PASSIVO NAO FINANCEIRO	72.140.641.667,17	79.651.422.776,85
TITULOS E VALORES	213.741,40	294.186,80	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	36.806.770.166,77	44.802.827.353,07
MATERIAIS EM TRANSITO	2.457.665,59	1.919.505,13	FORNECEDORES A PAGAR	320.760.947,54	318.759.630,43
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	13.166,76	10.819,40	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
DESPESAS ANTECIPADAS	13.166,76	10.819,40	PROVISOES	879.494.455,81	891.088.683,83
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	300.669.921.410,31	256.686.054.225,59	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-6.209.835.695,42	-6.781.079.036,73
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	38.698,39	38.698,39	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-6.209.835.695,42	-6.781.079.036,73
RECURSOS VINCULADOS	38.698,39	38.698,39	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	143.349.432,13	73.669.292,10
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	300.669.882.711,92	256.686.015.527,20	OUTROS DEBITOS A PAGAR	758.041.761,75	910.166.495,86

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	477.201.319,38	477.175.522,06	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-17.640.444.121,26	-9.165.181.098,64
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.454.112,54	1.454.112,54	RESIDUOS DE CONTRATOS LIQUIDADOS - FCVS	58.555.403.386,22	58.555.403.386,22
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	293.064.137.765,85	249.266.529.927,06	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	31.758.829.909,61	31.758.829.909,61
CREDITOS A RECEBER	8.148.670.060,26	7.925.725.865,38	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	31.758.829.909,61	31.758.829.909,61
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LONGO PRAZO	-1.000.309.063,97	-959.236.205,91	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	7.652.975.310,26	7.652.975.310,26
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	-21.271.482,14	-25.633.693,93	OBRIGACOES A PAGAR	1.997.478,72	1.997.478,72
PERMANENTE	9.085.470.449,41	7.200.871.930,23	DIVERSAS PROVISOES	24.103.857.120,63	24.103.857.120,63
INVESTIMENTOS	8.488.199.106,75	6.496.496.150,15	RECEITA DIFERIDA LIQUIDA	3.575.041.590,79	3.089.765.514,17
PARTICIPACAO SOCIETARIA	4.619.895.759,20	2.869.425.553,49	RECEITA DIFERIDA	3.575.041.590,79	3.089.765.514,17
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	3.135.338.732,99	2.980.633.493,05	PASSIVO REAL	111.115.019.080,86	110.149.420.923,29
OUTROS INVESTIMENTOS	732.964.614,56	646.437.103,61	PATRIMONIO LIQUIDO	384.381.592.540,50	314.847.986.941,47
IMOBILIZADO	592.665.160,48	701.372.922,41	PATRIMONIO/CAPITAL	327.407.428.089,43	285.481.412.009,32
BENS MOVEIS E IMOVEIS	603.554.378,55	710.029.723,19	PATRIMONIO	324.476.830.090,91	282.550.814.010,80
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-10.889.218,07	-8.656.800,78	CAPITAL REALIZADO	2.930.597.998,52	2.930.597.998,52
INTANGIVEL	4.606.182,18	3.002.857,67	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	3.707.482.559,71	3.707.482.559,71
ATIVO REAL	495.496.611.621,36	424.997.407.864,76	COTAS EM TESOURARIA	-776.884.561,19	-776.884.561,19
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.057.720.648,64	-124.861.609,15
			RESERVAS	15.657.444,51	15.657.444,51
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,00	0,02
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,02
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	116.513.062,92	-466.940,85
			RESULTADO DO PERIODO	46.784.273.295,00	29.476.246.037,62
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	495.496.611.621,36	424.997.407.864,76
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-448.712.338.326,36	-395.521.161.827,14
ATIVO COMPENSADO	453.323.659.110,50	345.432.227.091,56	PASSIVO COMPENSADO	453.323.659.110,50	345.432.227.091,56
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	453.323.659.110,50	345.432.227.091,56	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	453.323.659.110,50	345.432.227.091,56
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	221.224.912.527,68	169.355.031.086,65	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	221.224.912.527,68	169.355.031.086,65
GARANTIAS DE VALORES	33.854.634.815,02	28.915.666.468,27	VALORES EM GARANTIA	33.854.634.815,02	28.915.666.468,27
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	60.207.391.374,59	57.206.912.230,83	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	60.207.391.374,59	57.206.912.230,83
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	54.788.915.936,04	6.533.749.320,34	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	54.788.915.936,04	6.533.749.320,34
OUTRAS COMPENSACOES	83.247.804.457,17	83.420.867.985,47	COMPENSACOES DIVERSAS	83.247.804.457,17	83.420.867.985,47
ATIVO	948.820.270.731,86	770.429.634.956,32	PASSIVO	948.820.270.731,86	770.429.634.956,32

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ATIVO FINANCEIRO	27.917.554.743,61	12.061.836.556,52	PASSIVO FINANCEIRO	28.409.262.293,93	11.756.304.610,97
DISPONIVEL	0,00	175.567.111,08	DEPOSITOS	5.147.557.972,31	0,00
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	0,00	175.567.111,08	CONSIGNACOES	29.418.442,06	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	27.911.658.616,71	11.886.269.445,44	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	5.118.139.530,25	0,00
CREDITOS A RECEBER	0,00	3.654.146.270,83	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	23.255.808.194,72	9.081.357.011,37
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	5.251.241.703,58	2.997.056.248,19	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	22.066.492.218,62	82.583,46
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	22.660.416.913,13	5.235.066.926,42	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	148.676,85	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.896.126,90	0,00	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	136.963.489,66	0,00
VALORES DIFERIDOS	5.896.126,90	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	-18.474.834.885,41	4.057.352.926,08	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	21.929.379.723,61	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-20.133.227.199,09	-5.196.049.043,45	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	328,50	82.583,46
CREDITOS EM CIRCULACAO	-20.133.227.199,09	-5.196.049.043,45	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.093.781.725,73	8.262.326.925,46
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-22.660.416.913,13	-5.235.066.926,42	A LIQUIDAR	1.093.781.725,73	8.262.326.925,46
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	2.156.732.362,95	0,00	CREDORES DIVERSOS	0,00	818.947.502,45
DIVERSOS RESPONSAVEIS	370.457.104,09	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	95.534.250,37	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	39.017.882,97	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.896.126,90	2.674.947.599,60
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	247,00	0,00	VALORES DIFERIDOS	5.896.126,90	2.674.947.599,60
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	77.342.695,26	9.253.401.969,53	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-127.733.593,57	-8.262.326.925,46
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	77.342.695,26	9.253.401.969,53	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-127.733.593,57	-8.262.326.925,46
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.529.836,27	9.190.598.110,54	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CREDITOS A RECEBER	13.009.000,00	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-95.534.250,37	0,00
DIVIDA ATIVA (LP)	62.803.858,99	62.803.858,99	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-95.534.250,37	0,00
PERMANENTE	1.581.049.618,42	0,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-1.093.781.725,73	-8.262.326.925,46
INVESTIMENTOS	928.947,18	0,00	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	1.061.582.382,53	0,00
PARTICIPACAO SOCIETARIA	928.947,18	0,00	PASSIVO REAL	28.281.528.700,36	3.493.977.685,51
IMOBILIZADO	1.580.120.671,24	0,00	PATRIMONIO LIQUIDO	-18.838.808.842,16	12.625.211.797,09
BENS MOVEIS E IMOVEIS	1.580.120.671,24	0,00	PATRIMONIO/CAPITAL	67.758.427,45	8.065.636.023,27
ATIVO REAL	9.442.719.858,20	16.119.189.482,60	PATRIMONIO	67.758.427,45	8.065.636.023,27
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.180.789,50	0,00
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	3.434.008.938,55	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	-22.339.395.418,66	4.559.575.773,82
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	9.442.719.858,20	16.119.189.482,60
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-31.782.115.276,86	-11.559.613.708,78
ATIVO COMPENSADO	7.300.064,97	68.181.830,97	PASSIVO COMPENSADO	7.300.064,97	68.181.830,97
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	7.300.064,97	68.181.830,97	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	7.300.064,97	68.181.830,97
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	4.375.333,19	0,00	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	4.375.333,19	0,00
GARANTIAS DE VALORES	2.879.231,78	0,00	VALORES EM GARANTIA	2.879.231,78	0,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	45.500,00	0,00	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	45.500,00	0,00
OUTRAS COMPENSACOES	0,00	68.181.830,97	COMPENSACOES DIVERSAS	0,00	68.181.830,97
ATIVO	9.450.019.923,17	16.187.371.313,57	PASSIVO	9.450.019.923,17	16.187.371.313,57

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ORCAMENTARIAS	6.599.935.198.093,42	5.304.654.361.524,72	ORCAMENTARIAS	6.783.166.657.277,10	5.090.931.263.954,90
RECEITAS CORRENTES	884.486.924.785,37	874.644.670.804,92	DESPESAS CORRENTES	716.880.284.343,20	633.399.018.699,08
RECEITA TRIBUTARIA	416.094.365.056,07	393.242.311.717,15	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	146.163.639.442,58	137.843.171.253,52
RECEITA DE CONTRIBUICOES	328.765.049.065,97	317.544.207.102,87	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	170.545.934.611,17	141.699.158.670,00
RECEITA PATRIMONIAL	61.209.401.883,42	69.096.233.627,85	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	372.839.495.845,22	333.081.720.617,62
RECEITA AGROPECUARIA	540.171,85	201.716,92	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	27.331.214.444,23	20.774.968.157,94
RECEITA DE SERVICOS	26.957.819.182,28	36.590.783.933,82	DESPESAS DE CAPITAL	855.485.689.869,48	627.061.147.189,13
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	342.100.496,49	283.676.015,57	INVESTIMENTOS	27.568.340.796,47	35.218.358.909,09
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0,00	99.601,39	INVERSOES FINANCEIRAS	19.316.398.952,73	14.974.330.455,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.069.345.879,50	43.448.519.203,76	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	808.535.931.013,90	576.729.298.614,88
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	16.048.303.049,79	14.438.637.885,59	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	65.019.106,38	139.159.210,07
RECEITAS DE CAPITAL	946.930.605.445,27	637.260.524.805,19	INTERFERENCIAS PASSIVAS	4.294.380.597.891,17	3.240.619.473.518,51
OPERACOES DE CREDITO	828.043.342.043,44	508.993.964.568,74	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	4.286.827.878.634,67	3.239.755.035.523,27
ALIENACAO DE BENS	929.340.170,40	2.138.199.244,60	COTA CONCEDIDA	2.166.717.978.102,31	1.756.342.281.598,11
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	27.574.471.776,57	32.459.375.918,43	REPASSE CONCEDIDO	672.034.285.603,05	647.472.053.863,60
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	40.655.480,71	38.086.395,26	SUB-REPASSE CONCEDIDO	1.366.769.355.080,03	1.043.048.546.306,83
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	86.330.168.234,46	90.873.528.280,53	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	43.140.463.561,11	-254.257.946.713,63
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	4.012.627.739,69	2.757.370.397,63	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	38.165.796.288,17	47.150.100.468,36
DEDUCOES DA RECEITA	-20.776.825.877,15	-9.709.795.670,96	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	7.552.719.256,50	864.437.995,24
INTERFERENCIAS ATIVAS	3.707.046.433.733,01	2.981.788.501.983,32	MUTACOES PASSIVAS	916.420.085.173,25	589.851.624.548,18
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.699.493.714.476,51	2.980.924.063.988,08	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	85.213.772.257,84	77.593.661.943,44
COTA RECEBIDA	2.166.717.978.102,31	1.756.342.281.598,11	ALIENACAO DE BENS	144.580,06	16.456.858,10
REPASSE RECEBIDO	81.542.383.899,03	75.673.267.247,63	LIQUIDACAO DE CREDITOS	85.201.660.226,35	77.577.178.365,73
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.366.769.355.080,03	1.043.027.284.174,34	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	11.967.451,43	26.719,61
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	33.431.399.216,65	45.109.551.923,94	INCORPORACOES DE PASSIVOS	831.206.312.915,41	512.257.962.604,74
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	51.032.598.178,49	60.771.679.044,06	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	6.707.305.758.501,07	4.221.433.268.430,21
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS	7.552.719.256,50	864.437.995,24	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.440.093.473,85	1.596.191.565,23
MUTACOES ATIVAS	1.082.248.060.006,92	820.670.459.602,25	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	2.440.092.991,54	1.596.191.565,23
INCORPORACOES DE ATIVOS	37.868.046.701,97	34.270.505.182,08	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	482,31	0,00
AQUISICOES DE BENS	14.977.304.498,22	14.134.168.713,04	INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.161.793.395.469,62	1.780.497.533.963,82
INCORPORACAO DE CREDITOS	22.884.664.333,13	20.131.418.868,72	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	12.389.794.661,63	13.335.328.207,79
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	790.846,91	84.970,85	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	179.069.230.291,44	122.617.442.748,04
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	5.287.023,71	4.832.629,47	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	1.970.334.370.516,55	1.644.544.763.007,99
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.044.380.013.304,95	786.399.954.420,17	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	4.543.072.269.557,60	2.439.339.542.901,16
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	6.988.906.515.318,72	4.499.427.636.357,41	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	844.472.348.328,70	898.006.571.257,97
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	25.486.957,96	0,00	BAIXA DE BENS IMOVEIS	6.827.633.524,99	22.399.296.962,91
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	25.486.957,96	0,00	BAIXA DE BENS MOVEIS	23.533.704.618,00	17.469.913.277,75
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.484.659.309.240,97	2.117.477.181.836,99	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	35.756.730,14	57.140.584,35
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	12.709.529.111,76	13.616.906.321,52	BAIXA DE TITULOS E VALORES	1.506.021.014,87	12.282.230.513,13
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	460.416.447.778,67	417.281.443.439,90	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS	416.760.000,60	1.146.401.108,40
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	2.011.533.332.350,54	1.686.578.832.075,57	BAIXA DE DIREITOS	802.202.613.930,33	833.797.848.265,14
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	4.504.221.719.119,79	2.381.950.454.520,42	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	9.949.858.509,77	10.853.740.546,29

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.000.449.211.922,12	989.144.210.539,76	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.315.144.522.611,85	177.135.769.155,42
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	13.470.261.397,51	29.379.347.419,56	DESVALORIZACAO DE BENS	2.256.964.232,78	6.976.121.928,44
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	18.591.230.898,11	13.820.644.645,28	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	124.039,56	17.000.351,01
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	228.890.196,84	269.703.965,80	AJUSTES DE CREDITOS	2.307.975.859.871,06	168.496.550.882,13
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	3.597.889.065,84	19.358.349.809,93	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	1.490.091.519,11	0,00
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	392.738.211,86	1.023.449.960,75	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	3.421.482.949,34	1.646.095.993,84
INCORPORACAO DE DIREITOS	964.168.161.518,22	925.292.703.883,63	INCORPORACAO DE PASSIVOS	836.200.063.184,98	616.934.155.575,21
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	40.633,74	10.854,81	AJUSTES DE OBRIGACOES	484.366.165.873,82	716.383.697.389,61
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.607.481.078.151,30	182.340.932.108,59	RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	62.889.169.558,25	30.879.349.522,95
REAVALIACOES DE BENS	24.365.632.714,95	41.619.726.409,59	RESULTADO PATRIMONIAL	98.369.297.633,97	491.717.465.497,02
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	4.752.806.201,95	4.231.356.259,74	SUPERAVIT	98.369.297.633,97	491.717.465.497,02
AJUSTES DE CREDITOS	2.576.493.444.664,78	136.285.318.481,27			
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	1.869.194.569,62	204.530.957,99			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	707.840.108.621,96	779.708.854.015,47			
AJUSTES DE OBRIGACOES	122.405.001.806,20	405.483.291.346,03			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	211.333,00	11.999,13			
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	66.046.107.285,21	25.273.154.511,44			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	13.588.841.713.412,14	9.804.081.997.882,13	VARIACOES PASSIVAS	13.588.841.713.412,14	9.804.081.997.882,13

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ORCAMENTARIAS	3.383.283.486.562,58	2.785.336.102.418,25	ORCAMENTARIAS	3.203.410.008.868,85	2.509.418.932.511,57
RECEITAS CORRENTES	1.267.243.736.436,71	1.232.773.606.962,10	DESPESAS CORRENTES	1.333.167.781.441,88	1.193.979.979.712,50
RECEITA TRIBUTARIA	420.889.929.468,25	398.154.602.886,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	221.122.208.577,86	205.299.154.851,68
RECEITA DE CONTRIBUICOES	669.364.641.739,37	635.640.172.749,25	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	170.551.989.278,87	141.705.984.850,19
RECEITA PATRIMONIAL	84.629.764.095,83	88.004.005.163,29	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	939.643.104.792,77	841.874.033.913,94
RECEITA AGROPECUARIA	27.909.120,03	27.413.952,78	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.850.478.792,38	5.100.806.096,69
RECEITA INDUSTRIAL	586.652.532,16	925.727.912,28	DESPESAS DE CAPITAL	937.451.124.381,93	710.550.601.904,02
RECEITA DE SERVICOS	41.780.270.461,58	50.846.065.702,56	INVESTIMENTOS	55.940.718.575,94	66.645.298.542,85
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	788.575.413,18	773.681.239,18	INVERSOES FINANCEIRAS	72.970.586.835,57	67.166.319.315,58
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0,00	99.601,39	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	808.539.818.970,42	576.738.984.045,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	49.175.993.606,31	58.401.837.755,11	MUTACOES PASSIVAS	932.791.103.045,04	604.888.350.895,05
RECEITAS DE CAPITAL	949.808.181.490,18	640.006.066.530,06	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	92.819.366.901,01	85.694.484.983,03
OPERACOES DE CREDITO	828.043.342.043,44	508.993.964.568,74	ALIENACAO DE BENS	66.317.351,16	124.007.050,08
ALIENACAO DE BENS	1.138.532.490,32	2.290.272.067,39	LIQUIDACAO DE CREDITOS	88.148.121.189,51	80.528.032.312,31
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	33.311.467.174,15	36.908.739.886,43	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	3.201.287.537,41	3.478.925.573,11
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	159.760.596,73	118.100.088,71	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	1.158.906.889,70	1.394.416.257,24
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	86.333.523.977,56	90.877.346.070,60	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	244.733.933,23	169.103.790,29
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	821.555.207,98	817.643.848,19	INCORPORACOES DE PASSIVOS	839.971.736.144,03	519.193.865.912,02
DEDUCOES DA RECEITA	-25.047.210.110,97	-14.085.465.817,12	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	4.983.899.585.355,22	2.797.884.555.171,70
MUTACOES ATIVAS	1.191.278.778.746,66	926.641.894.743,21	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	6.607.910.936,48	5.547.014.495,48
INCORPORACOES DE ATIVOS	106.369.648.840,18	93.669.602.444,51	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	5.877.779.331,83	4.552.611.607,72
AQUISICOES DE BENS	29.699.332.972,27	27.127.812.768,16	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	730.131.604,65	994.402.887,76
INCORPORACAO DE CREDITOS	75.999.049.490,85	65.821.009.824,57	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	4.977.291.674.418,74	2.792.337.540.676,22
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	651.288.441,46	697.873.390,76	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.138.338.885.426,66	1.128.735.009.211,41
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	19.977.935,60	22.906.461,02	BAIXA DE BENS IMOVEIS	23.776.856.847,65	46.845.171.262,73
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.084.909.129.906,48	832.972.292.298,70	BAIXA DE BENS MOVEIS	28.766.059.284,37	22.875.183.416,36
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	5.004.077.586.448,83	2.803.764.386.220,00	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	67.009.882,97	63.365.644,23
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.124.562.067,92	2.546.950.813,62	BAIXA DE TITULOS E VALORES	1.908.944.546,03	12.707.648.797,52
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.892.642.850,55	2.355.786.305,26	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS	416.764.532,23	1.297.861.259,76
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	231.919.217,37	191.164.508,36	BAIXA DE DIREITOS	1.073.453.391.823,64	1.034.092.038.284,52
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	5.001.953.024.380,91	2.801.217.435.406,38	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	9.949.858.509,77	10.853.740.546,29
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.353.806.450.196,36	1.266.065.190.894,41	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.326.392.144.765,21	211.087.854.927,18
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	32.204.422.880,02	75.620.485.285,37	DESVALORIZACAO DE BENS	6.311.467.412,24	26.125.475.086,24
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	28.577.048.734,56	19.387.104.178,20	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	2.189.105.016,34	1.359.999.309,78
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	343.494.726,84	329.610.873,28	AJUSTES DE CREDITOS	2.311.852.372.987,31	174.789.548.667,68
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	5.127.465.551,13	20.336.713.964,41	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	1.504.520.544,19	0,00
INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	151.459.288,01	80.881.283,28	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	4.534.678.805,13	8.812.831.863,48
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	15.430.463.543,02	14.788.418.507,49	INCORPORACAO DE PASSIVOS	963.886.336.560,35	704.339.953.307,95
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.271.820.213.623,33	1.135.348.890.855,68	AJUSTES DE OBRIGACOES	485.697.072.912,22	717.243.303.402,09
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	144.947.729,03	167.292.658,56	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	56.135.715,68	52.070.304,64
DIFERIDO	6.934.120,42	5.793.288,14	RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	62.921.099.038,62	30.879.349.522,95
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.666.140.665.516,43	270.528.229.159,94	RESULTADO PATRIMONIAL	200.051.478.787,34	281.797.000.954,98

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
REAVALIACOES DE BENS	61.025.589.270,30	113.125.897.665,03	SUPERAVIT	200.051.478.787,34	281.797.000.954,98
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	7.182.430.608,37	5.790.734.902,41			
AJUSTES DE CREDITOS	2.595.983.692.732,18	151.369.158.205,14			
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	1.948.952.905,58	242.438.387,36			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	793.509.598.066,48	833.762.741.871,23			
AJUSTES DE OBRIGACOES	122.443.843.198,31	405.500.884.769,06			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	6.121.766,62	87.234.200,30			
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	66.046.345.636,71	25.273.154.511,44			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	8.387.361.073.011,41	5.589.100.488.638,25	VARIACOES PASSIVAS	8.387.361.073.011,41	5.589.100.488.638,25

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ORCAMENTARIAS	649.179.242.823,37	588.945.003.745,21	ORCAMENTARIAS	601.123.362.018,15	561.798.440.867,99
RECEITAS CORRENTES	35.433.390.358,30	343.651.283.282,93	DESPESAS CORRENTES	143.030.098.428,93	481.342.320.249,93
RECEITA TRIBUTARIA	4.759.879.588,41	4.862.904.854,56	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.033.574.526,12	40.459.455.513,80
RECEITA DE CONTRIBUICOES	19.990.572.315,59	310.808.856.215,28	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	350.722,75	965.980,71
RECEITA PATRIMONIAL	5.466.039.174,66	5.700.600.066,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92.069.182.920,69	435.547.502.926,00
RECEITA AGROPECUARIA	12.072.400,95	9.328.903,23	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	5.926.990.259,37	5.334.395.829,42
RECEITA INDUSTRIAL	100.053.464,40	88.064.201,06	DESPESAS DE CAPITAL	33.733.203.445,42	31.435.517.135,85
RECEITA DE SERVICOS	2.713.992.499,41	2.542.011.203,61	INVESTIMENTOS	20.184.726.991,09	22.750.600.222,41
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	94.298.392,69	101.471.531,21	INVERSOES FINANCEIRAS	10.425.110.190,81	6.887.321.634,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.259.254.575,16	10.486.590.810,17	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	737.000,00	742.620,45
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	37.227.947,03	9.051.455.497,41	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.122.629.263,52	1.796.852.658,15
RECEITAS DE CAPITAL	1.079.277.978,06	678.519.850,60	INTERFERENCIAS PASSIVAS	420.359.859.350,92	46.503.832.468,76
ALIENACAO DE BENS	34.312.609,88	77.017.756,09	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	420.359.859.350,92	46.503.832.468,76
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	994.549.072,81	583.970.254,66	REPASSE CONCEDIDO	371.536.485.288,45	925.543.889,36
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	50.411.416,90	17.524.915,56	SUB-REPASSE CONCEDIDO	37.106.395.982,43	30.084.952.529,60
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.878,47	6.924,29	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	591.360.216,93	3.069.918.985,90
DEDUCOES DA RECEITA	-730.524.145,37	-2.223.244.366,86	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	11.125.617.863,11	12.423.417.063,90
INTERFERENCIAS ATIVAS	569.432.247.868,54	206.372.306.806,85	MUTACOES PASSIVAS	4.000.200.792,88	2.516.771.013,45
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	569.432.247.868,54	206.372.306.806,85	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	454.777.115,48	427.046.339,48
REPASSE RECEBIDO	522.094.254.436,45	476.561.529.861,24	ALIENACAO DE BENS	11.121.690,74	79.736.679,99
SUB-REPASSE RECEBIDO	37.106.395.982,43	30.084.952.529,60	LIQUIDACAO DE CREDITOS	344.492.484,41	257.257.055,42
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	6.587.771.248,51	-306.459.381.946,04	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	130.008,74	137.494,95
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.643.826.201,15	6.185.206.362,05	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	558.182,29	555.400,90
MUTACOES ATIVAS	43.964.850.763,84	40.466.138.171,69	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	98.474.749,30	89.359.708,22
INCORPORACOES DE ATIVOS	22.892.692.096,34	14.973.001.978,25	INCORPORACOES DE PASSIVOS	3.545.423.677,40	2.089.724.673,97
AQUISICOES DE BENS	6.993.635.113,98	5.329.167.151,89	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	308.952.944.970,04	829.616.559.808,95
INCORPORACAO DE CREDITOS	15.898.535.194,91	9.642.288.908,18	INTERFERENCIAS PASSIVAS	54.133.314.269,72	658.887.847.789,74
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	1.845,00	5.437,70	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.295.383.736,55	952.993.056,58
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	519.942,45	1.540.480,48	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	6.495.503.256,57	342.479.517.793,13
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	21.072.158.667,50	25.493.136.193,44	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	46.342.427.276,60	315.455.336.940,03
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	333.193.953.008,73	512.004.371.500,32	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	254.819.630.700,32	170.728.712.019,21
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	96.544.241,77	91.026.876,63	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	162.176.859.802,79	113.484.450.961,79
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	96.544.241,77	91.026.876,63	BAIXA DE BENS IMOVEIS	14.374.344.166,32	9.822.369.651,37
INTERFERENCIAS ATIVAS	24.752.214.067,37	323.125.945.157,57	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.900.732.097,91	2.152.751.450,80
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.293.925.564,53	953.006.141,18	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	14.683.303,10	1.904.578,50
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	6.586.160.843,88	36.028.269.557,34	BAIXA DE TITULOS E VALORES	304.645.998,70	232.673.008,02
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	16.872.127.658,96	286.144.669.459,05	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS	0,00	151.459.288,01
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	308.345.194.699,59	188.787.399.466,12	BAIXA DE DIREITOS	145.582.454.236,76	101.123.292.985,09
INCORPORACOES DE ATIVOS	206.311.174.593,29	131.440.644.972,36	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.082.964.820,93	1.182.714.211,68
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	13.059.484.767,45	12.739.307.675,23	DESVALORIZACAO DE BENS	1.536.215.716,49	729.121.071,87
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	2.295.631.878,30	2.616.040.978,26	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	352.216,50	165.108,17
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	64.416.346,33	29.952.621,62	AJUSTES DE CREDITOS	19.804.421,19	55.027.375,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	201.973,56	86.526.032,55	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	8.983,00	0,00
INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	151.459.288,01	80.881.283,28	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	526.583.483,75	398.400.656,64
INCORPORACAO DE DIREITOS	190.739.980.339,64	115.887.936.381,42	INCORPORACAO DE PASSIVOS	90.527.986.503,92	56.054.015.218,86
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	42.892.782.955,72	23.352.730.265,42	AJUSTES DE OBRIGACOES	31.819.572,68	7.531.626,88
REAVALIACOES DE BENS	36.076.505.249,32	18.470.991.294,60	RESULTADO PATRIMONIAL	72.296.888.843,91	0,00
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	202.005,84	171.569,72	SUPERAVIT	72.296.888.843,91	0,00
AJUSTES DE CREDITOS	6.800.773.483,76	4.873.986.686,61			
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	15.302.216,80	7.580.714,49			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	59.139.917.243,91	33.993.351.896,56			
AJUSTES DE OBRIGACOES	1.319.906,67	672.331,78			
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	290.465.625.431,41			
DEFICIT	0,00	290.465.625.431,41			
VARIACOES ATIVAS	982.373.195.832,10	1.391.415.000.676,94	VARIACOES PASSIVAS	982.373.195.832,10	1.391.415.000.676,94

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ORCAMENTARIAS	45.339.702.410,62	40.424.146.172,09	ORCAMENTARIAS	43.935.276.994,13	39.881.356.621,73
RECEITAS CORRENTES	1.245.288.206,46	1.217.552.502,60	DESPESAS CORRENTES	30.824.555.926,03	27.946.385.510,19
RECEITA TRIBUTARIA	1.513,75	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.201.579.225,26	11.982.021.799,04
RECEITA PATRIMONIAL	124.081.009,26	80.049.621,09	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	107.486,65	79.241,97
RECEITA AGROPECUARIA	99.210,74	108.277,82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.693.244.363,62	14.118.759.733,93
RECEITA INDUSTRIAL	537.865,32	1.098.407,69	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.929.624.850,50	1.845.524.735,25
RECEITA DE SERVICOS	296.248.297,38	316.082.519,82	DESPESAS DE CAPITAL	2.144.810.646,36	3.012.259.621,57
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	321.492.719,73	355.045.908,45	INVESTIMENTOS	2.144.720.824,17	3.007.083.224,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	334.761.108,36	221.995.899,01	INVERSOES FINANCEIRAS	7.250,00	5.137.436,00
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	168.066.481,92	243.171.868,72	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	82.572,19	38.960,88
RECEITAS DE CAPITAL	27.289.195,15	14.707.463,90	INTERFERENCIAS PASSIVAS	10.379.522.987,21	8.252.118.931,71
ALIENACAO DE BENS	4.726.052,51	1.949.321,51	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	10.379.522.987,21	8.252.118.931,71
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	22.563.105,64	12.758.142,39	REPASSE CONCEDIDO	228.687.015,25	209.886.079,56
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	37,00	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	8.766.457.705,94	6.704.941.146,77
DEDUCOES DA RECEITA	-87.610.115,87	-19.380.935,28	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	320.925.628,17	112.171.218,44
INTERFERENCIAS ATIVAS	37.895.743.521,49	32.092.852.103,23	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.063.452.637,85	1.225.120.486,94
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	37.895.743.521,49	32.092.852.103,23	MUTACOES PASSIVAS	586.387.434,53	670.592.558,26
REPASSE RECEBIDO	28.383.044.760,31	24.902.370.545,96	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	586.387.434,53	670.592.558,26
SUB-REPASSE RECEBIDO	8.766.457.705,94	6.704.941.146,77	ALIENACAO DE BENS	20.116.458,70	9.138.114,46
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	324.428.560,86	158.473.552,01	LIQUIDACAO DE CREDITOS	8.499.340,42	29.004.111,04
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	421.812.494,38	327.066.858,49	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	556.294.751,62	629.747.384,01
MUTACOES ATIVAS	6.258.991.603,39	7.118.415.037,64	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	531.777,59	2.244.727,35
INCORPORACOES DE ATIVOS	2.638.497.312,18	2.381.783.384,05	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	945.106,20	458.221,40
AQUISICOES DE BENS	1.839.278.670,34	1.675.015.108,63	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	28.271.499.232,21	61.971.874.963,47
INCORPORACAO DE CREDITOS	791.505.266,60	685.880.526,58	INTERFERENCIAS PASSIVAS	591.001.163,29	298.744.707,59
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	177.216,44	12.715.815,30	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	49.707.825,07	49.671.835,42
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	7.536.158,80	8.171.933,54	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	71.434.282,75	65.121.023,55
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.620.494.291,21	4.736.631.653,59	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	469.859.055,47	183.951.848,62
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	34.459.763.852,35	109.295.780.583,09	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	27.680.498.068,92	61.673.130.255,88
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.086.175,99	3.299.740,83	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	19.905.452.528,08	30.406.073.639,89
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.145.622,80	2.489.073,23	BAIXA DE BENS IMOVEIS	1.729.428.053,00	13.959.628.104,46
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	940.553,19	810.667,60	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.025.237.121,59	1.101.196.143,31
INTERFERENCIAS ATIVAS	424.255.920,85	204.868.799,16	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	38.934,82	35.592,96
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	50.278.708,98	49.671.835,42	BAIXA DE TITULOS E VALORES	0,00	1.601,28
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	48.201.361,15	62.040.078,69	BAIXA DE DIREITOS	17.150.748.418,67	15.345.212.197,88
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	325.775.850,72	93.156.885,05	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	876.014.459,80	25.258.700.929,49
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	34.033.421.755,51	109.087.612.043,10	DESVALORIZACAO DE BENS	307.888.556,57	18.412.648.583,67
INCORPORACOES DE ATIVOS	28.742.863.940,03	52.616.963.504,28	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	615.204,99	110.138,16
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	2.224.577.756,58	31.799.593.680,03	AJUSTES DE CREDITOS	377.880.462,81	432.908.018,38
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	5.959.864.657,92	1.166.386.018,35	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	10.129.724,60	0,00
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	8.451.622,93	4.393.516,58	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	179.500.510,83	6.413.034.189,28
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	1.366,27	415.229,29	INCORPORACAO DE PASSIVOS	6.858.074.116,86	6.006.735.618,36

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
INCORPORACAO DE DIREITOS	20.472.936.246,37	19.536.825.945,19	AJUSTES DE OBRIGACOES	40.956.964,18	1.620.068,14
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	77.032.289,96	109.349.114,84	RESULTADO PATRIMONIAL	7.592.690.036,63	47.866.695.169,98
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	1.624.865.781,22	53.572.203.842,56	SUPERAVIT	7.592.690.036,63	47.866.695.169,98
REAVALIACOES DE BENS	512.072.389,15	52.999.931.051,28			
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	5.160,61	90.002,62			
AJUSTES DE CREDITOS	1.098.021.292,35	571.859.169,04			
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	14.766.939,11	323.619,62			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.665.088.069,07	2.896.656.574,99			
AJUSTES DE OBRIGACOES	603.965,19	1.788.121,27			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	79.799.466.262,97	149.719.926.755,18	VARIACOES PASSIVAS	79.799.466.262,97	149.719.926.755,18

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ORCAMENTARIAS	25.396.424.681,65	23.731.776.105,75	ORCAMENTARIAS	26.820.124.261,17	25.783.047.458,93
RECEITAS CORRENTES	1.071.979.188,28	437.169.167,58	DESPESAS CORRENTES	7.787.455.765,26	7.007.266.869,12
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	200,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.331.091.079,63	3.580.931.873,79
RECEITA DE CONTRIBUICOES	484.812.019,74	3.223.737,14	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	14.053,85	15.361,45
RECEITA PATRIMONIAL	64.873.255,48	26.896.385,39	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.423.066.144,44	2.546.651.405,19
RECEITA AGROPECUARIA	15.197.336,49	17.775.054,81	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.033.284.487,34	879.668.228,69
RECEITA INDUSTRIAL	38.737.546,88	37.793.307,98	DESPESAS DE CAPITAL	5.018.760.554,73	5.427.297.499,03
RECEITA DE SERVICOS	244.746.280,79	177.620.863,02	INVESTIMENTOS	4.379.034.381,81	3.824.868.212,77
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.067.351,55	3.067.699,74	INVERSOES FINANCEIRAS	636.353.362,64	1.598.701.923,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	183.038.197,21	139.146.307,19	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	69.582,66	63.866,34
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	37.507.200,14	31.645.612,31	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.303.227,62	3.663.496,34
RECEITAS DE CAPITAL	61.943.852,38	65.647.601,48	INTERFERENCIAS PASSIVAS	7.413.848.433,69	6.753.162.919,51
ALIENACAO DE BENS	20.328.763,96	20.563.141,91	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	7.413.848.433,69	6.753.162.919,51
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	41.606.919,23	45.084.270,05	REPASSE CONCEDIDO	259.511.478,12	132.138.240,04
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	8.169,19	189,52	SUB-REPASSE CONCEDIDO	6.706.752.151,43	6.581.388.637,07
DEDUCOES DA RECEITA	-28.372.023,11	-23.899.339,93	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	15.967.176,21	97.033,18
INTERFERENCIAS ATIVAS	17.339.278.484,11	15.266.937.284,31	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	431.617.627,93	39.539.009,22
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	17.339.278.484,11	15.266.937.284,31	MUTACOES PASSIVAS	6.600.059.507,49	6.595.320.171,27
REPASSE RECEBIDO	10.592.635.398,08	8.661.173.377,54	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.855.984.832,71	2.362.631.257,99
SUB-REPASSE RECEBIDO	6.706.752.151,43	6.581.388.637,07	ALIENACAO DE BENS	21.857.626,20	18.549.458,77
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	28.746.653,29	7.033.371,72	LIQUIDACAO DE CREDITOS	2.968.311,77	5.739.102,29
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	11.144.281,31	17.341.897,98	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	806.337.960,90	1.214.187.489,28
MUTACOES ATIVAS	6.951.595.179,99	7.985.921.392,31	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	926.208.869,85	1.078.291.265,04
INCORPORACOES DE ATIVOS	3.806.857.248,50	3.779.781.595,85	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	98.612.063,99	45.863.942,61
AQUISICOES DE BENS	3.610.587.065,16	3.536.461.023,51	INCORPORACOES DE PASSIVOS	4.744.074.674,78	4.232.688.913,28
INCORPORACAO DE CREDITOS	191.967.317,59	236.586.742,65	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	30.204.192.734,82	29.771.816.310,27
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	3.463,40	0,00	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	464.496.214,24	735.383.271,91
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	4.299.402,35	6.733.829,69	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	464.496.214,24	735.383.271,91
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.144.737.931,49	4.206.139.796,46	INTERFERENCIAS PASSIVAS	11.192.468.416,04	10.879.907.507,44
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	30.135.963.078,53	30.937.587.331,39	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	13.212.139,35	43.826.628,09
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.523.307.861,35	1.972.839.095,95	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	4.807.708.946,91	3.665.992.080,41
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.433.251.167,61	1.900.832.562,03	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	6.371.547.329,78	7.170.088.798,94
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	90.056.693,74	72.006.533,92	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	18.547.228.104,54	18.156.525.530,92
INTERFERENCIAS ATIVAS	10.691.522.221,90	10.837.812.990,20	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	11.214.315.791,32	11.801.057.425,40
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	14.583.201,06	43.826.628,09	BAIXA DE BENS IMOVEIS	527.533.367,41	541.065.771,64
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	4.817.956.983,68	3.634.085.539,40	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.583.198.003,50	1.544.577.355,88
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	5.858.982.037,16	7.159.900.822,71	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	1.869.588,60	1.728.897,96
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	17.921.132.995,28	18.126.935.245,24	BAIXA DE TITULOS E VALORES	32.987.861,32	34.205.116,73
INCORPORACOES DE ATIVOS	13.618.327.304,84	14.394.961.835,03	BAIXA DE DIREITOS	9.068.726.970,49	9.679.480.283,19
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	1.323.995.757,55	1.503.789.552,25	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	508.981.146,14	242.157.696,30
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	1.135.819.525,50	1.145.815.150,55	DESVALORIZACAO DE BENS	251.205.898,13	4.631.423,29
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	34.706.428,19	25.468.463,50	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	59.962,45	264.874,77

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	29.137.475,20	40.575.552,50	AJUSTES DE CREDITOS	21.553.410,51	34.343.000,72
INCORPORACAO DE DIREITOS	11.087.733.997,98	11.673.519.828,09	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	236.161.875,05	202.918.397,52
DIFERIDO	6.934.120,42	5.793.288,14	INCORPORACAO DE PASSIVOS	6.049.381.731,40	5.693.039.433,89
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	69.068.511,94	53.973.035,51	AJUSTES DE OBRIGACOES	686.484.239,63	409.471.580,27
REAVALIACOES DE BENS	20.467.513,33	12.834.227,35	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	56.135.715,68	10.799.395,06
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	525.567,99	808.588,50	RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	31.929.480,37	0,00
AJUSTES DE CREDITOS	23.800.298,40	18.887.885,31	SUPERAVIT	0,00	0,00
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	24.275.132,22	21.442.334,35			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.227.062.378,63	3.602.254.196,56			
AJUSTES DE OBRIGACOES	746.595,50	4.686.067,20			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	5.689.852,87	71.060.110,94			
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	238.351,50	0,00			
RESULTADO PATRIMONIAL	1.491.929.235,81	885.500.332,06			
DEFICIT	1.491.929.235,81	885.500.332,06			
VARIACOES ATIVAS	57.024.316.995,99	55.554.863.769,20	VARIACOES PASSIVAS	57.024.316.995,99	55.554.863.769,20

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ORCAMENTARIAS	4.558.286.823,09	4.558.557.381,54	ORCAMENTARIAS	4.303.765.816,02	4.223.264.512,07
RECEITAS CORRENTES	693.488.252,12	1.036.283.079,90	DESPESAS CORRENTES	3.147.124.547,77	2.942.602.885,84
RECEITA PATRIMONIAL	48.990.653,78	19.179.680,24	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.785.795.278,90	1.580.234.302,41
RECEITA INDUSTRIAL	364.705.242,27	725.299.522,28	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	5.582.404,45	5.765.596,06
RECEITA DE SERVICOS	264.636.146,73	252.735.031,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.230.730.065,57	1.191.101.478,61
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	230.825,08	275.643,84	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	125.016.798,85	165.501.508,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.736.041,07	38.652.992,96	DESPESAS DE CAPITAL	353.850.750,56	341.335.918,78
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	189.343,19	140.209,47	INVESTIMENTOS	350.769.376,70	332.456.974,86
RECEITAS DE CAPITAL	293.579,13	166.716,17	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	3.081.373,86	8.878.943,92
ALIENACAO DE BENS	293.579,13	166.716,17	INTERFERENCIAS PASSIVAS	221.108.043,39	178.198.872,78
DEDUCOES DA RECEITA	-5.385.936,82	-4.187.527,64	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	221.108.043,39	178.198.872,78
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.589.006.374,42	2.380.515.852,76	REPASSE CONCEDIDO	29.944.151,39	17.105.067,51
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.589.006.374,42	2.380.515.852,76	SUB-REPASSE CONCEDIDO	172.054.618,36	149.775.961,91
REPASSE RECEBIDO	2.416.951.755,06	2.230.739.890,85	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	19.109.273,64	11.317.843,36
SUB-REPASSE RECEBIDO	172.054.618,36	149.775.961,91	MUTACOES PASSIVAS	581.682.474,30	761.126.834,67
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1,00	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	263.957.730,34	227.668.601,53
MUTACOES ATIVAS	1.280.884.554,24	1.145.779.260,35	ALIENACAO DE BENS	656.943,22	114.157,74
INCORPORACOES DE ATIVOS	776.817.698,87	744.039.805,30	LIQUIDACAO DE CREDITOS	3.513.919,29	583.427,72
AQUISICOES DE BENS	380.236.513,60	435.579.811,57	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	49.053.208,98	36.997.218,93
INCORPORACAO DE CREDITOS	336.520.680,70	252.847.622,85	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	164.858.644,27	158.362.212,52
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	57.726.475,28	53.984.783,04	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	45.875.014,58	31.611.584,62
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	2.334.029,29	1.627.587,84	INCORPORACOES DE PASSIVOS	317.724.743,96	533.458.233,14
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	504.066.855,37	401.739.455,05	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	8.444.866.629,23	5.896.413.525,94
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	7.029.999.254,46	5.089.264.896,48	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	41.531,72	0,00
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	214.910.998,11	185.086.950,10	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	41.531,72	0,00
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	171.244.953,36	159.416.764,38	INTERFERENCIAS PASSIVAS	420.070.279,73	197.758.910,88
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	43.666.044,75	25.670.185,72	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	256.268.668,43	86.097.869,69
INTERFERENCIAS ATIVAS	411.168.613,55	162.120.122,88	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	61.055,51	15.405,87
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	256.268.668,43	86.097.869,69	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	163.740.555,79	111.645.635,32
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	61.055,51	0,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	8.024.754.817,78	5.698.654.615,06
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	154.838.889,61	76.022.253,19	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	2.815.042.276,91	2.901.511.387,85
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	6.403.919.642,80	4.742.057.823,50	BAIXA DE BENS IMOVEIS	31.153.416,85	23.724.131,31
INCORPORACOES DE ATIVOS	4.708.396.309,88	3.095.457.850,29	BAIXA DE BENS MOVEIS	408.486.757,13	246.181.684,99
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	2.019.798.033,55	92.507.216,51	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	26.050,00	3.400,00
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	322.073.907,48	305.980.244,11	BAIXA DE TITULOS E VALORES	63.465.634,23	54.521.797,52
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	427.889,75	30.131,89	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS	4.531,63	863,35
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	55.685.406,47	54.009.638,81	BAIXA DE DIREITOS	2.311.905.887,07	2.577.079.510,68
INCORPORACAO DE DIREITOS	2.242.840.879,17	2.585.388.576,43	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.134.700.178,92	154.769.295,77
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	67.570.193,46	57.542.042,54	DESVALORIZACAO DE BENS	1.958.800.006,18	2.075.268,45
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	71.515.867,96	46.961.776,56	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	2.543.234,75	175.195,52
REAVALIACOES DE BENS	19.318.235,81	19.292.649,66	AJUSTES DE CREDITOS	6.742.365,63	3.711.539,84
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	640.050,83	6.320.969,12	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	166.614.572,36	148.807.291,96

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
AJUSTES DE CREDITOS	32.196.228,35	13.785.387,26	INCORPORACAO DE PASSIVOS	2.503.366.210,04	2.160.127.110,17
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	19.361.352,97	7.562.770,52	AJUSTES DE OBRIGACOES	571.646.151,91	440.975.911,69
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.587.616.000,64	1.573.029.203,64	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	0,00	41.270.909,58
AJUSTES DE OBRIGACOES	36.170.883,57	10.446.902,78	SUPERAVIT	0,00	0,00
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	220.580,75	16.162.090,23			
RESULTADO PATRIMONIAL	1.160.346.367,70	471.855.759,99			
DEFICIT	1.160.346.367,70	471.855.759,99			
VARIACOES ATIVAS	12.748.632.445,25	10.119.678.038,01	VARIACOES PASSIVAS	12.748.632.445,25	10.119.678.038,01

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ORCAMENTARIAS	902.628.735.089,16	256.027.661.912,33	ORCAMENTARIAS	587.814.925.861,01	219.806.963.519,34
RECEITAS CORRENTES	378.838.178.430,91	35.719.238.513,75	DESPESAS CORRENTES	466.023.775.215,42	65.274.975.887,92
RECEITA TRIBUTARIA	35.683.310,02	49.386.114,55	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.606.529.025,37	9.853.340.109,12
RECEITA DE CONTRIBUICOES	320.124.208.338,07	7.283.885.693,96	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	455.387.385.453,23	55.388.297.752,59
RECEITA PATRIMONIAL	17.716.378.119,23	13.081.045.782,32	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	29.860.736,82	33.338.026,21
RECEITA INDUSTRIAL	82.618.413,29	73.472.473,27	DESPESAS DE CAPITAL	43.905.881.647,09	45.212.771.089,10
RECEITA DE SERVICOS	11.302.828.054,99	10.966.832.151,18	INVESTIMENTOS	1.313.126.205,70	1.511.930.999,03
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	27.385.627,64	30.144.440,37	INVERSOES FINANCEIRAS	42.592.717.079,39	43.700.827.866,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.314.857.805,01	4.066.932.542,02	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	38.362,00	12.224,00
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	18.234.218.762,66	167.539.316,08	INTERFERENCIAS PASSIVAS	73.282.581.335,91	104.826.300.773,10
RECEITAS DE CAPITAL	4.899.843.971,90	3.926.226.642,16	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	73.274.136.313,23	104.818.462.474,78
ALIENACAO DE BENS	149.531.314,44	52.375.887,11	REPASSE CONCEDIDO	40.628.622.257,60	36.165.680.396,28
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	4.742.446.324,77	3.865.393.713,34	SUB-REPASSE CONCEDIDO	25.885.240.224,27	55.696.610.991,68
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.523.674,25	4.646.365,45	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	83.441.539,87	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.342.658,44	3.810.676,26	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.162.659.760,44	5.304.420.555,22
DEDUCOES DA RECEITA	-3.418.492.012,65	-2.104.957.976,45	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.514.172.531,05	7.651.750.531,60
INTERFERENCIAS ATIVAS	471.734.808.060,72	169.231.973.453,90	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	8.445.022,68	7.838.298,32
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	471.726.363.038,04	169.224.135.155,58	MUTACOES PASSIVAS	4.602.687.662,59	4.492.915.769,22
REPASSE RECEBIDO	439.688.265.544,93	96.893.326.613,13	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	4.444.487.530,11	4.412.884.282,33
SUB-REPASSE RECEBIDO	25.885.240.224,27	55.717.873.124,17	ALIENACAO DE BENS	12.420.052,24	11.781,02
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	83.441.539,87	0,00	LIQUIDACAO DE CREDITOS	2.586.986.907,27	2.658.270.250,11
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.859.030.662,55	15.412.984.177,48	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	1.777.504.155,74	1.597.829.266,33
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.210.385.066,42	1.199.951.240,80	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	66.749.415,70	154.962.651,43
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS	8.445.022,68	7.838.298,32	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	826.999,16	1.810.333,44
MUTACOES ATIVAS	50.574.396.638,28	49.255.181.278,97	INCORPORACOES DE PASSIVOS	158.200.132,48	80.031.486,89
INCORPORACOES DE ATIVOS	38.386.737.782,32	37.520.490.498,98	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	792.695.044.197,67	122.849.069.584,56
AQUISICOES DE BENS	1.898.291.110,97	2.017.420.959,52	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.703.279.716,67	3.215.439.658,34
INCORPORACAO DE CREDITOS	35.895.856.697,92	34.871.987.155,59	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	3.437.686.340,29	2.956.420.042,49
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	592.588.594,43	631.082.383,87	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	265.593.376,38	259.019.615,85
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	1.379,00	0,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	663.844.471.311,42	22.892.654.572,23
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	12.187.658.855,96	11.734.690.779,99	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	2.266.157.961,43	2.000.060.142,73
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	502.326.112.845,86	120.664.193.003,01	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	372.171.611.162,08	548.135.899,74
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	262.225.832,74	294.698.150,11	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	289.153.767.932,98	20.110.063.560,57
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	261.514.148,82	293.047.905,62	OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	252.934.254,93	234.394.969,19
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	711.683,92	1.650.244,49	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	125.147.293.169,58	96.740.975.353,99
INTERFERENCIAS ATIVAS	371.036.250.845,18	21.846.518.544,90	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	97.754.866.698,86	72.135.344.538,51
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.945.939.737,70	1.718.468.944,40	BAIXA DE BENS IMOVEIS	286.764.319,08	99.086.641,04
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	90.746.720.972,37	12.370.386.335,41	BAIXA DE BENS MOVEIS	314.700.686,24	360.563.503,63
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	278.090.655.880,18	7.523.268.295,90	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	14.635.276,31	2.552.590,46
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	252.934.254,93	234.394.969,19	BAIXA DE TITULOS E VALORES	1.824.036,91	104.016.760,84
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	131.027.636.167,94	98.522.976.308,00	BAIXA DE DIREITOS	97.136.942.380,32	71.569.125.042,54
INCORPORACOES DE ATIVOS	99.976.476.126,20	75.372.952.192,69	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	5.644.961.547,57	7.113.743.638,52

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	106.305.167,38	105.939.741,79	DESVALORIZACAO DE BENS	393.002,09	876.810,52
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	272.427.867,25	332.237.141,65	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	2.185.410.358,09	1.342.283.642,15
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	6.602.242,80	62.173,89	AJUSTES DE CREDITOS	3.450.532.456,11	5.767.007.851,61
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	1.444.550.263,79	796.837.701,33	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	4.290.317,48	0,00
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	15.037.725.331,16	13.764.968.546,74	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	4.335.413,80	3.575.334,24
INCORPORACAO DE DIREITOS	83.108.560.641,95	60.372.516.240,92	INCORPORACAO DE PASSIVOS	21.747.464.813,15	17.491.880.351,46
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	304.611,87	390.646,37	AJUSTES DE OBRIGACOES	110,00	6.825,50
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	14.001.354.248,29	11.161.428.131,30	RESULTADO PATRIMONIAL	24.444.877.876,34	34.035.821.811,44
REAVALIACOES DE BENS	31.593.167,74	3.122.032,55	SUPERAVIT	24.444.877.876,34	34.035.821.811,44
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	2.428.251.621,15	1.551.987.512,71			
AJUSTES DE CREDITOS	11.535.456.764,54	9.605.320.595,65			
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	6.052.694,86	997.990,39			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	17.049.805.752,27	11.988.595.984,01			
AJUSTES DE OBRIGACOES	41,18	0,00			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	1.404.954.847.935,02	376.691.854.915,34	VARIACOES PASSIVAS	1.404.954.847.935,02	376.691.854.915,34

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ORCAMENTARIAS	724.473.656.738,73	657.659.483.404,59	ORCAMENTARIAS	676.182.529.089,47	631.686.109.460,72
RECEITAS CORRENTES	38.444.146.005,16	346.342.288.033,01	DESPESAS CORRENTES	184.789.234.667,99	519.238.575.515,08
RECEITA TRIBUTARIA	4.759.881.102,16	4.862.905.054,56	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	64.352.040.109,91	57.602.643.489,04
RECEITA DE CONTRIBUICOES	20.475.384.335,33	310.812.079.952,42	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	6.054.667,70	6.826.180,19
RECEITA PATRIMONIAL	5.703.984.093,18	5.826.725.753,12	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.416.223.494,32	453.404.015.543,73
RECEITA AGROPECUARIA	27.368.948,18	27.212.235,86	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	9.014.916.396,06	8.225.090.302,12
RECEITA INDUSTRIAL	504.034.118,87	852.255.439,01	DESPESAS DE CAPITAL	41.250.625.397,07	40.216.410.175,23
RECEITA DE SERVICOS	3.519.623.224,31	3.288.449.617,56	INVESTIMENTOS	27.059.251.573,77	29.915.008.634,73
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	419.089.289,05	459.860.783,24	INVERSOES FINANCEIRAS	11.061.470.803,45	8.491.160.994,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.791.789.921,80	10.886.386.009,33	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	3.887.956,52	9.685.430,71
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	242.990.972,28	9.326.413.187,91	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.126.015.063,33	1.800.555.115,37
RECEITAS DE CAPITAL	1.168.804.604,72	759.041.632,15	INTERFERENCIAS PASSIVAS	438.374.338.815,21	61.687.313.192,76
ALIENACAO DE BENS	59.661.005,48	99.696.935,68	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	438.374.338.815,21	61.687.313.192,76
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	994.549.072,81	583.970.254,66	REPASSE CONCEDIDO	372.054.627.933,21	1.284.673.276,47
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	114.581.441,77	75.367.328,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	52.751.660.458,16	43.521.058.275,35
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	13.084,66	7.113,81	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	928.253.021,31	3.182.187.237,52
DEDUCOES DA RECEITA	-851.892.221,17	-2.270.712.169,71	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	12.639.797.402,53	13.699.394.403,42
INTERFERENCIAS ATIVAS	627.256.276.248,56	256.112.612.047,15	MUTACOES PASSIVAS	11.768.330.209,20	10.543.810.577,65
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	627.256.276.248,56	256.112.612.047,15	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	3.161.107.113,06	3.687.938.757,26
REPASSE RECEBIDO	563.486.886.349,90	512.355.813.675,59	ALIENACAO DE BENS	53.752.718,86	107.538.410,96
SUB-REPASSE RECEBIDO	52.751.660.458,16	43.521.058.275,35	LIQUIDACAO DE CREDITOS	359.474.055,89	292.583.696,47
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	6.940.946.463,66	-306.293.875.022,31	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	1.411.815.930,24	1.881.069.587,17
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.076.782.976,84	6.529.615.118,52	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	1.092.157.474,00	1.239.453.605,81
MUTACOES ATIVAS	58.456.322.101,46	56.716.253.861,99	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	243.906.934,07	167.293.456,85
INCORPORACOES DE ATIVOS	30.114.864.355,89	21.878.606.763,45	INCORPORACOES DE PASSIVOS	8.607.223.096,14	6.855.871.820,39
AQUISICOES DE BENS	12.823.737.363,08	10.976.223.095,60	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	375.873.503.566,30	927.256.664.608,63
INCORPORACAO DE CREDITOS	17.218.528.459,80	10.817.603.800,26	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	464.537.745,96	735.383.271,91
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	57.909.000,12	66.706.036,04	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	464.537.745,96	735.383.271,91
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	14.689.532,89	18.073.831,55	INTERFERENCIAS PASSIVAS	66.336.854.128,78	670.264.258.915,65
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	28.341.457.745,57	34.837.647.098,54	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.614.572.369,40	1.132.589.389,78
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	404.819.679.194,07	657.327.004.311,28	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	11.374.707.541,74	346.210.646.302,96
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.836.849.277,22	2.252.252.663,51	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	53.347.574.217,64	322.921.023.222,91
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.605.641.743,77	2.062.738.399,64	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	309.072.111.691,56	256.257.022.421,07
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	231.207.533,45	189.514.263,87	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	196.111.670.399,10	158.593.093.414,93
INTERFERENCIAS ATIVAS	36.279.160.823,67	334.330.747.069,81	BAIXA DE BENS IMOVEIS	16.662.459.003,58	24.346.787.658,78
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.615.056.143,00	1.132.602.474,38	BAIXA DE BENS MOVEIS	4.917.653.980,13	5.044.706.634,98
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.452.380.244,22	39.724.395.175,43	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	16.617.876,52	3.672.469,42
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	23.211.724.436,45	293.473.749.420,00	BAIXA DE TITULOS E VALORES	401.099.494,25	321.401.523,55
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	366.703.669.093,18	320.744.004.577,96	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS	4.531,63	151.460.151,36
INCORPORACOES DE ATIVOS	253.380.762.148,04	201.548.028.161,96	BAIXA DE DIREITOS	174.113.835.512,99	128.725.064.976,84
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	18.627.856.315,13	46.135.198.124,02	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	5.602.660.605,79	26.838.342.133,24
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	9.713.389.969,20	5.234.222.391,27	DESVALORIZACAO DE BENS	4.054.110.177,37	19.148.476.347,28

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	108.002.287,20	59.844.733,59	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	3.570.618,69	715.316,62
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	85.026.221,50	181.526.453,15	AJUSTES DE CREDITOS	425.980.660,14	525.989.933,94
INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	151.459.288,01	80.881.283,28	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	10.138.707,60	0,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	224.543.491.463,16	149.683.670.731,13	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.108.860.441,99	7.163.160.535,40
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	144.602.483,42	166.891.157,38	INCORPORACAO DE PASSIVOS	105.938.808.562,22	69.913.917.381,28
DIFERIDO	6.934.120,42	5.793.288,14	AJUSTES DE OBRIGACOES	1.330.906.928,40	859.599.186,98
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	44.658.233.116,84	77.025.868.920,05	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	56.135.715,68	52.070.304,64
REAVALIACOES DE BENS	36.628.363.387,61	71.503.049.222,89	RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	31.929.480,37	0,00
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	1.372.785,27	7.391.129,96	RESULTADO PATRIMONIAL	77.237.303.277,03	0,00
AJUSTES DE CREDITOS	7.954.791.302,86	5.478.519.128,22	SUPERAVIT	77.237.303.277,03	0,00
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	73.705.641,10	36.909.438,98			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	68.619.683.692,25	42.065.291.871,75			
AJUSTES DE OBRIGACOES	38.841.350,93	17.593.423,03			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	5.910.433,62	87.222.201,17			
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	238.351,50	0,00			
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	243.956.286.353,48			
DEFICIT	0,00	243.956.286.353,48			
VARIACOES ATIVAS	1.129.293.335.932,80	1.558.942.774.069,35	VARIACOES PASSIVAS	1.129.293.335.932,80	1.558.942.774.069,35

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ORCAMENTARIAS	189.995.875.086,49	246.634.914.098,82	ORCAMENTARIAS	192.227.924.538,45	212.278.030.944,74
RECEITAS CORRENTES	38.175.698.513,68	33.979.418.236,09	DESPESAS CORRENTES	72.196.091.163,17	65.274.975.887,92
RECEITA TRIBUTARIA	35.683.310,02	49.386.114,55	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.606.529.025,37	9.853.340.109,12
RECEITA DE CONTRIBUICOES	6.328.389.312,68	6.272.680.193,94	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61.559.702.401,67	55.388.297.752,59
RECEITA PATRIMONIAL	16.914.711.486,84	12.419.786.227,90	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	29.859.736,13	33.338.026,21
RECEITA INDUSTRIAL	82.618.413,29	73.472.473,27	DESPESAS DE CAPITAL	43.905.881.647,09	40.358.786.114,10
RECEITA DE SERVICOS	11.301.879.383,55	10.965.856.176,18	INVESTIMENTOS	1.313.126.205,70	1.511.930.999,03
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	27.385.627,64	30.144.440,37	INVERSOES FINANCEIRAS	42.592.717.079,39	38.846.842.891,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.303.213.790,38	4.000.674.585,80	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	38.362,00	12.224,00
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	181.817.189,28	167.418.024,08	INTERFERENCIAS PASSIVAS	71.556.326.786,26	102.151.353.173,50
RECEITAS DE CAPITAL	4.832.755.721,66	3.801.758.612,57	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	71.547.881.763,58	102.143.514.875,18
ALIENACAO DE BENS	82.447.942,67	52.375.887,11	REPASSE CONCEDIDO	40.628.622.257,60	36.165.680.396,28
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	4.742.446.324,77	3.740.925.683,75	SUB-REPASSE CONCEDIDO	24.164.881.801,52	55.696.610.991,68
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.523.674,25	4.646.365,45	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	83.441.539,87	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.337.779,97	3.810.676,26	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.162.659.760,44	5.304.420.555,22
DEDUCOES DA RECEITA	-1.968.648.117,58	-2.104.484.908,11	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.508.276.404,15	4.976.802.932,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	99.390.581.750,69	166.557.025.854,30	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	8.445.022,68	7.838.298,32
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	99.382.136.728,01	166.549.187.555,98	MUTACOES PASSIVAS	4.569.624.941,93	4.492.915.769,22
REPASSE RECEBIDO	69.070.293.784,55	96.893.326.613,13	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	4.411.424.809,45	4.412.884.282,33
SUB-REPASSE RECEBIDO	24.164.881.801,52	55.717.873.124,17	ALIENACAO DE BENS	63.828,20	11.781,02
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	83.441.539,87	0,00	LIQUIDACAO DE CREDITOS	2.566.280.410,65	2.658.270.250,11
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.859.030.662,55	12.738.036.577,88	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	1.777.504.155,74	1.597.829.266,33
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.204.488.939,52	1.199.951.240,80	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	66.749.415,70	154.962.651,43
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS	8.445.022,68	7.838.298,32	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	826.999,16	1.810.333,44
MUTACOES ATIVAS	49.565.487.218,04	44.401.196.303,97	INCORPORACOES DE PASSIVOS	158.200.132,48	80.031.486,89
INCORPORACOES DE ATIVOS	38.385.017.916,70	37.520.490.498,98	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	128.082.212.603,57	107.581.828.579,39
AQUISICOES DE BENS	1.898.291.110,97	2.017.420.959,52	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.703.279.716,67	3.215.439.658,34
INCORPORACAO DE CREDITOS	35.894.136.832,30	34.871.987.155,59	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	3.437.686.340,29	2.956.420.042,49
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	592.588.594,43	631.082.383,87	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	265.593.376,38	259.019.615,85
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	1.379,00	0,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	23.120.537.400,31	21.177.911.847,12
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	11.180.469.301,34	6.880.705.804,99	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	2.266.157.961,43	2.000.060.142,73
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	177.098.535.350,53	102.701.191.462,93	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.485.660.735,59	548.135.899,74
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	262.225.832,74	294.698.150,11	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	19.115.784.448,36	18.395.320.835,46
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	261.514.148,82	293.047.905,62	OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	252.934.254,93	234.394.969,19
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	711.683,92	1.650.244,49	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	101.258.395.486,59	83.188.477.073,93
INTERFERENCIAS ATIVAS	69.357.261.507,80	21.845.480.691,04	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	75.039.117.002,59	60.428.609.104,26
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.945.939.737,70	1.718.468.944,40	BAIXA DE BENS IMOVEIS	254.405.108,10	99.086.641,04
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	58.792.885.039,33	12.370.103.988,64	BAIXA DE BENS MOVEIS	314.700.686,24	360.563.503,63
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	8.365.502.475,84	7.522.512.788,81	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	14.635.276,31	2.552.590,46
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	252.934.254,93	234.394.969,19	BAIXA DE TITULOS E VALORES	1.824.036,91	104.016.760,84
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	107.479.048.009,99	80.561.012.621,78	BAIXA DE DIREITOS	74.453.551.895,03	59.862.389.608,29
INCORPORACOES DE ATIVOS	77.087.995.496,58	59.190.108.619,56	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	5.642.952.002,70	7.113.743.638,52

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	93.428.248,32	105.939.741,79	DESVALORIZACAO DE BENS	97.429,87	876.810,52
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	272.427.867,25	332.237.141,65	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	2.185.410.358,09	1.342.283.642,15
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	6.602.242,80	62.173,89	AJUSTES DE CREDITOS	3.448.818.483,46	5.767.007.851,61
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	1.444.521.850,01	796.837.701,33	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	4.290.317,48	0,00
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	15.037.725.331,16	13.764.968.546,74	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	4.335.413,80	3.575.334,24
INCORPORACAO DE DIREITOS	60.232.985.345,17	44.189.672.667,79	INCORPORACAO DE PASSIVOS	20.576.326.371,30	15.646.117.505,65
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	304.611,87	390.646,37	AJUSTES DE OBRIGACOES	110,00	6.825,50
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	13.446.596.211,47	10.320.600.613,93	RESULTADO PATRIMONIAL	46.784.273.295,00	29.476.246.037,62
REAVALIACOES DE BENS	172.322,65	3.122.032,55	SUPERAVIT	46.784.273.295,00	29.476.246.037,62
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	2.427.385.519,81	1.551.987.512,71			
AJUSTES DE CREDITOS	11.012.985.674,15	8.764.493.078,28			
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	6.052.694,86	997.990,39			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	16.944.456.260,76	11.050.303.388,29			
AJUSTES DE OBRIGACOES	41,18	0,00			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	367.094.410.437,02	349.336.105.561,75	VARIACOES PASSIVAS	367.094.410.437,02	349.336.105.561,75

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
ORCAMENTARIAS	712.632.860.002,67	9.392.747.813,51	ORCAMENTARIAS	395.587.001.322,56	7.528.932.574,60
RECEITAS CORRENTES	340.662.479.917,23	1.739.820.277,66	DESPESAS CORRENTES	393.827.684.052,25	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	313.795.819.025,39	1.011.205.500,02	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	393.827.683.051,56	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	801.666.632,39	661.259.554,42	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.000,69	0,00
RECEITA DE SERVICOS	948.671,44	975.975,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	4.853.984.975,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.011.644.014,63	66.257.956,22	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	4.853.984.975,00
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	18.052.401.573,38	121.292,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.726.254.549,65	2.674.947.599,60
RECEITAS DE CAPITAL	67.088.250,24	124.468.029,59	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.726.254.549,65	2.674.947.599,60
ALIENACAO DE BENS	67.083.371,77	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	1.720.358.422,75	0,00
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	0,00	124.468.029,59	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.896.126,90	2.674.947.599,60
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.878,47	0,00	MUTACOES PASSIVAS	33.062.720,66	0,00
DEDUCOES DA RECEITA	-1.449.843.895,07	-473.068,34	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	33.062.720,66	0,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	372.344.226.310,03	2.674.947.599,60	ALIENACAO DE BENS	12.356.224,04	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	372.344.226.310,03	2.674.947.599,60	LIQUIDACAO DE CREDITOS	20.706.496,62	0,00
REPASSE RECEBIDO	370.617.971.760,38	0,00	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	664.612.831.594,10	15.267.241.005,17
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.720.358.422,75	0,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	640.723.933.911,11	1.714.742.725,11
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	2.674.947.599,60	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	370.685.950.426,49	0,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.896.126,90	0,00	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	270.037.983.484,62	1.714.742.725,11
MUTACOES ATIVAS	1.008.909.420,24	4.853.984.975,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	23.888.897.682,99	13.552.498.280,06
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.719.865,62	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	22.715.749.696,27	11.706.735.434,25
INCORPORACAO DE CREDITOS	1.719.865,62	0,00	BAIXA DE BENS IMOVEIS	32.359.210,98	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.007.189.554,62	4.853.984.975,00	BAIXA DE DIREITOS	22.683.390.485,29	11.706.735.434,25
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	325.227.577.495,33	17.963.001.540,08	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.009.544,87	0,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	301.678.989.337,38	1.037.853,86	DESVALORIZACAO DE BENS	295.572,22	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	31.953.835.933,04	282.346,77	AJUSTES DE CREDITOS	1.713.972,65	0,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	269.725.153.404,34	755.507,09	INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.171.138.441,85	1.845.762.845,81
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	23.548.588.157,95	17.961.963.686,22	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	4.559.575.773,82
INCORPORACOES DE ATIVOS	22.888.480.629,62	16.182.843.573,13	SUPERAVIT	0,00	4.559.575.773,82
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	12.876.919,06	0,00			
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	28.413,78	0,00			
INCORPORACAO DE DIREITOS	22.875.575.296,78	16.182.843.573,13			
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	554.758.036,82	840.827.517,37			
REAVALIACOES DE BENS	31.420.845,09	0,00			
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	866.101,34	0,00			
AJUSTES DE CREDITOS	522.471.090,39	840.827.517,37			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	105.349.491,51	938.292.595,72			
RESULTADO PATRIMONIAL	22.339.395.418,66	0,00			
DEFICIT	22.339.395.418,66	0,00			
VARIACOES ATIVAS	1.060.199.832.916,66	27.355.749.353,59	VARIACOES PASSIVAS	1.060.199.832.916,66	27.355.749.353,59

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECEITAS CORRENTES	884.486.924.785,37	860.206.032.919,33	DESPESAS CORRENTES	716.880.284.343,20	618.960.380.813,49
RECEITA TRIBUTARIA	416.094.365.056,07	393.242.311.717,15	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	146.163.639.442,58	137.843.171.253,52
RECEITA DE CONTRIBUICOES	328.765.049.065,97	317.544.207.102,87	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	170.545.934.611,17	141.699.158.670,00
RECEITA PATRIMONIAL	61.209.401.883,42	69.096.233.627,85	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	372.839.495.845,22	333.081.720.617,62
RECEITA AGROPECUARIA	540.171,85	201.716,92	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	254.967.712.669,51	237.507.508.690,06
RECEITA DE SERVICOS	26.957.819.182,28	36.590.783.933,82	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	3.082.202.216,33	2.244.533.102,53
OUTRAS TRANSFERENCIAS	342.100.496,49	283.676.015,57	OUTRAS DESPESAS	114.789.580.959,38	93.329.678.825,03
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0,00	99.601,39	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	27.331.214.444,23	6.336.330.272,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.069.345.879,50	43.448.519.203,76	DESPESAS DE CAPITAL	855.420.670.763,10	626.921.987.979,06
RECEITA ENTRE ORGAOS ORCAMENTO > 2013	16.048.303.049,79	0,00	INVESTIMENTOS	27.568.340.796,47	35.218.358.909,09
RECEITAS DE CAPITAL	946.865.586.338,89	637.121.365.595,12	INVERSOES FINANCEIRAS	19.316.398.952,73	14.974.330.455,09
OPERACOES DE CREDITO	828.043.342.043,44	508.993.964.568,74	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	808.535.931.013,90	576.729.298.614,88
ALIENACAO DE BENS	929.340.170,40	2.138.199.244,60	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	6.426.652.431.220,04	4.976.633.517.552,92
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	27.574.471.776,57	32.459.375.918,43	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	4.286.827.878.634,67	3.239.755.035.523,27
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	40.655.480,71	38.086.395,26	COTA CONCEDIDA	2.166.717.978.102,31	1.756.342.281.598,11
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	86.330.168.234,46	90.873.528.280,53	REPASSE CONCEDIDO	672.034.285.603,05	647.472.053.863,60
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.947.608.633,31	2.618.211.187,56	SUB-REPASSE CONCEDIDO	1.366.769.355.080,03	1.043.048.546.306,83
DEDUCOES DA RECEITA	-20.776.825.877,15	-9.709.795.670,96	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	1.366.769.355.080,03	1.043.048.546.306,83
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	6.162.709.796.463,68	5.055.284.441.320,39	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	43.140.463.561,11	-254.257.946.713,63
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	3.699.493.714.476,51	2.980.924.063.988,08	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	38.165.796.288,17	47.150.100.468,36
COTA RECEBIDA	2.166.717.978.102,31	1.756.342.281.598,11	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	7.552.719.256,50	864.437.995,24
REPASSE RECEBIDO	81.542.383.899,03	75.673.267.247,63	INCORPORACAO DE RECEITA	413.854.249,83	864.437.995,24
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.366.769.355.080,03	1.043.027.284.174,34	TRANSFERENCIA DE CREDITOS FINANCEIROS	7.138.865.006,67	0,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	1.366.769.355.080,03	1.043.027.284.174,34	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.132.271.833.328,87	1.736.014.044.034,41
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	33.431.399.216,65	45.109.551.923,94	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	65.536.623.950,78	13.353.195.125,13
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	51.032.598.178,49	60.771.679.044,06	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	63.890.741.660,40	13.313.441.926,80
CORRESPONDENCIA DE DEBITO	7.552.719.256,50	864.437.995,24	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.645.882.290,38	39.753.198,33
DESINCORPORACAO DE RECEITA	413.854.249,83	864.437.995,24	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	2.066.735.209.378,09	1.722.660.848.909,28
TRANSFERENCIA DE DEBITOS FINANCEIROS	7.138.865.006,67	0,00	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.487.063.468.859,71	1.761.466.354.792,40
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.455.663.362.730,67	2.073.495.939.337,07	VALORES EM CIRCULACAO	268.781.234.806,37	298.689.255.677,35
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	8.407.920.276,46	1.276.494.884,46	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.956.957.761,76	6.743.155.494,91
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	5.909.478.016,74	951.749.164,94	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	260.667.076.043,82	290.644.314.704,26
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.498.442.259,72	324.745.719,52	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.056.480.426,39	1.046.603.480,58
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	2.447.255.442.454,21	2.072.219.444.452,61	CREDITOS TRIBUTARIOS	488.605,17	2.007.704,22
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.461.530.888.904,04	1.455.777.142.655,93	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	423.229,67	368.796,57
VALORES EM CIRCULACAO	298.696.206.971,74	380.858.347.965,27	OUTROS CREDITOS	423.229,67	368.796,57
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.743.155.494,91	6.016.052.612,00	RECURSOS VINCULADOS	99.801.083,88	101.338.553,12
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	290.644.314.704,26	373.420.249.464,44	RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	0,00	151.459.288,01
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.046.603.480,58	1.220.538.653,03	RECURSOS NAO VINCULADOS	7.655,68	7.655,68
CREDITOS TRIBUTARIOS	2.007.704,22	747.228,08	VALORES A CLASSIFICAR	1.302.967.613,18	793.891.843,65
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	368.796,57	307.008,48	RECEITA A CLASSIFICAR	1.302.967.613,18	793.891.843,65
OUTROS CREDITOS	368.796,57	307.008,48	RESTITUICOES DA GR	0,00	-333.725,29

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECURSOS VINCULADOS	108.289.847,51	119.564.060,28	COMPENSACOES	140.179.233,66	131.647.513,35
RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	151.459.288,01	80.881.283,28	RETIFICACOES DARF	1.162.788.379,52	662.578.055,59
RECURSOS NAO VINCULADOS	7.655,68	7.655,68	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	98.182.698.646,85	259.111.669.888,57
VALORES A CLASSIFICAR	1.347.534.283,50	1.302.967.613,18	VALORES DIFERIDOS	98.182.698.646,85	259.111.669.888,57
RECEITA A CLASSIFICAR	1.347.534.283,50	1.302.967.613,18	DEPOSITOS	9.714.130.281,83	7.595.626.754,19
COMPENSACOES	172.097.486,59	140.179.233,66	CONSIGNACOES	190.494.069,37	17.370.956,87
RETIFICACOES DARF	1.175.436.796,91	1.162.788.379,52	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	9.378.600.812,66	7.414.116.975,42
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	98.937.475.332,28	259.105.069.716,57	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.496.613,82	91.473.684,45
VALORES DIFERIDOS	98.937.475.332,28	259.105.069.716,57	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	25.177.170,98	44.148.978,78
DEPOSITOS	19.648.810.860,27	9.714.130.281,83	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA	28.361.615,00	28.516.158,67
CONSIGNACOES	302.507.945,75	190.494.069,37	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	531.984.263.016,98	561.761.082.594,25
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	19.225.751.413,69	9.378.600.812,66	FORNECEDORES	5.118.252.905,85	3.156.417.269,53
DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.504.018,53	91.496.613,82	DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.669.845.386,89	1.233.083.559,68
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	685.867,30	25.177.170,98	CONVENIOS A PAGAR	458.124.074,82	618.910.714,82
DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA	28.361.615,00	28.361.615,00	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	158.888.677,61	201.977.675,74
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	514.588.755.158,74	225.063.593.274,50	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	152.427,37	152.427,37
FORNECEDORES	5.521.649.816,42	5.118.252.905,85	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	236.094.103,51	89.006.113,56
DO EXERCICIO	1.606.780.414,70	1.157.828.332,08	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	738.725.212,01	581.809.313,08
DE EXERCICIOS ANTERIORES	746.417.170,46	1.512.017.054,81	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	855.712.271,45	430.401.643,09
CONVENIOS A PAGAR	400.141.652,11	458.124.074,82	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	663.322,19	1.075.822,19
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	140.771.284,90	158.888.677,61	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	47.430,00	0,00
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	0,00	152.427,37	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	298.075.358,25	62.711.406,72
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	435.956.155,34	236.094.103,51	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	116.538.106.631,42	93.067.144.508,83
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	654.041.972,36	738.725.212,01	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.612.760.555,82	1.063.001.962,00
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	1.536.621.166,55	855.712.271,45	VALORES EM TRANSITO	2.628.118,50	2.252.486,27
TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	0,00	663.322,19	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	830,85	5.262,66
TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	920.000,00	47.430,00	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	65.679.941.646,56	66.813.704.697,21
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	323.795.701,50	298.075.358,25	BENEFICIOS A PAGAR	225,00	0,00
RESTOS A PAGAR	133.949.736.101,90	126.893.276.587,30	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	335.463.828.541,24	390.875.493.791,92
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	121.010.152.036,78	113.486.432.178,46	RECURSOS A LIBERAR P/EMPENHO CONTRA ENTREG	0,00	5.817,86
NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	2.337.849.803,03	3.051.674.452,96	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	1.148.419.596,51	4.488.749.473,24
CANCELADO	10.601.734.262,09	10.355.169.955,88	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	523.889.252,29	781.606.654,54
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.552.348.405,00	1.612.760.555,82	OUTROS DEBITOS	190.022.726,74	46.601.779,18
VALORES EM TRANSITO	1.083.020,86	2.628.118,50	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	4.796.107.773,67	790.709.266,26
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.494,81	830,85	PROVISOES FINANCEIRAS	4.459,14	3.889,80
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	47.452.313.000,88	65.679.941.646,56	OUTRAS OBRIGACOES	612.224.395,14	612.674.328,23
BENEFICIOS A PAGAR	6.567,15	225,00	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	3.239.921.641,08	2.546.469.385,93
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	319.642.299.991,11	335.463.828.541,24	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	2.440.092.991,54	1.596.191.565,23
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	1.552.570.473,68	1.148.419.596,51	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	799.828.649,54	950.277.820,70
RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	109.156.108,26	523.889.252,29	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	573.858.252.853,42	630.968.358.648,46
OUTROS DEBITOS	57.900.450,39	190.022.726,74	BAIXA DE DIREITOS	194.002.674.871,07	263.296.213.527,16
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	3.862.899.689,16	-312.479.731.924,69	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	193.341.348.097,67	262.142.243.479,38

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
PROVISOES FINANCEIRAS	5.056,08	4.459,14	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	661.326.773,40	1.153.970.047,78
OUTRAS OBRIGACOES	562.988.281,54	612.224.395,14	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	378.224.459.954,72	364.767.338.444,08
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	493.797.818,28	635.370.827,37	EXERCICIOS ANTERIORES	43.461,80	0,00
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	493.797.818,28	635.370.827,37	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	378.167.879.061,73	364.671.867.143,79
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	527.818.308.479,23	579.097.662.977,21	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	56.537.431,19	95.471.300,29
INCORPORACAO DE DIREITOS	282.235.080.825,48	284.282.230.676,31	AJUSTES DE OBRIGACOES	1.631.118.027,63	2.904.806.677,22
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	281.839.151.580,31	283.251.202.083,93	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	128,56	0,00
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	395.929.245,17	1.031.028.592,38	VARIACAO CAMBIAL	1.078.361.926,46	2.411.315.806,26
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	243.826.712.343,12	291.850.765.238,71	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	552.755.972,61	493.490.870,96
EXERCICIOS ANTERIORES	134.889.148,77	236.045.427,40			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	243.182.453.728,20	291.101.619.964,50			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	509.369.466,15	513.099.846,81			
AJUSTES DE CREDITOS	1.756.515.310,63	2.964.667.062,19			
VARIACAO CAMBIAL	1.756.213.621,60	2.964.088.955,60			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	301.689,03	578.106,59			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	579.765.887.775,36	565.068.942.093,42	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	528.565.403.204,14	579.765.887.775,36
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	352.354.372.615,36	273.651.252.889,99	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	315.119.347.958,21	352.354.372.615,36
INSS	5.129.341.455,23	14.151.381.921,22	INSS	3.189.929.800,55	5.129.341.455,23
RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	208.198.789.653,83	257.750.411.369,27	RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	195.648.111.810,09	208.198.789.653,83
APLICACOES FINANCEIRAS	31.457.937,58	29.198.049,04	APLICACOES FINANCEIRAS	32.527.119,01	31.457.937,58
OUTRAS DISPONIBILIDADES	14.051.926.113,36	19.486.697.863,90	OUTRAS DISPONIBILIDADES	14.575.486.516,28	14.051.926.113,36
INGRESSOS	10.014.582.258.390,19	8.563.748.128.913,23	DISPENDIOS	10.014.582.258.390,19	8.563.748.128.913,23

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECEITAS CORRENTES	1.301.769.249.221,44	1.232.773.606.962,10	DESPESAS CORRENTES	1.367.693.294.226,61	1.193.979.979.712,50
RECEITA TRIBUTARIA	420.889.929.468,25	398.154.602.886,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	221.122.208.577,86	205.299.154.851,68
RECEITA DE CONTRIBUICOES	669.364.641.739,37	635.640.172.749,25	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	170.551.989.278,87	141.705.984.850,19
RECEITA PATRIMONIAL	84.629.764.095,83	88.004.005.163,29	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	939.643.104.792,77	841.874.033.913,94
RECEITA AGROPECUARIA	27.909.120,03	27.413.952,78	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	288.814.740.361,75	269.377.729.080,11
RECEITA INDUSTRIAL	586.652.532,16	925.727.912,28	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	3.145.148.035,35	2.296.884.067,35
RECEITA DE SERVICOS	41.780.270.461,58	50.846.065.702,56	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	390.735.906.395,56	348.852.366.500,01
OUTRAS TRANSFERENCIAS	788.575.413,18	773.681.239,18	OUTRAS DESPESAS	256.947.310.000,11	221.347.054.266,47
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0,00	99.601,39	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	36.375.991.577,11	5.100.806.096,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	49.175.993.606,31	58.401.837.755,11	DESPESAS DE CAPITAL	937.451.124.381,93	710.550.601.904,02
RECEITA ENTRE ORGAOS ORCAMENTO >2013	34.525.512.784,73	0,00	INVESTIMENTOS	55.940.718.575,94	66.645.298.542,85
RECEITAS DE CAPITAL	949.808.181.490,18	640.006.066.530,06	INVERSOES FINANCEIRAS	72.970.586.835,57	67.166.319.315,58
OPERACOES DE CREDITO	828.043.342.043,44	508.993.964.568,74	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	808.539.818.970,42	576.738.984.045,59
ALIENACAO DE BENS	1.138.532.490,32	2.290.272.067,39	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.968.771.365.208,63	2.172.526.214.266,25
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	33.311.467.174,15	36.908.739.886,43	VALORES EM CIRCULACAO	449.317.899.287,63	474.221.551.240,61
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	159.760.596,73	118.100.088,71	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.963.125.257,93	6.756.658.636,09
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	86.333.523.977,56	90.877.346.070,60	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	415.317.947.850,97	436.439.087.572,20
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	821.555.207,98	817.643.848,19	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.096.474.624,17	1.082.175.392,83
DEDUCOES DA RECEITA	-25.047.210.110,97	-14.085.465.817,12	CREDITOS TRIBUTARIOS	384.362.398,20	366.523.722,93
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	2.009.055.838.485,39	2.234.102.383.444,38	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	10.105,18	100.494.899,50
VALORES EM CIRCULACAO	474.238.626.466,48	525.961.911.579,21	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	34.429.698,10	23.195.803,61
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.756.658.636,09	6.030.646.391,31	OUTROS CREDITOS	34.429.698,10	23.195.803,61
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	436.439.087.572,20	485.737.985.652,63	RECURSOS VINCULADOS	1.458.988.439,59	1.432.528.261,28
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.082.175.392,83	1.248.200.119,50	DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	24.032.386.242,82	27.839.466.903,49
CREDITOS TRIBUTARIOS	366.523.722,93	348.880.912,00	RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	0,00	151.459.288,01
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	100.494.899,50	400.736.547,87	RECURSOS NAO VINCULADOS	7.655,68	7.655,68
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	23.195.803,61	13.381.627,25	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	30.167.014,99	29.953.104,99
OUTROS CREDITOS	23.195.803,61	13.381.627,25	VALORES A CLASSIFICAR	1.413.717.237,94	974.586.529,19
RECURSOS VINCULADOS	1.449.603.487,15	1.421.357.036,48	RECEITA A CLASSIFICAR	1.413.717.237,94	974.586.529,19
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	27.839.466.903,49	30.649.432.803,44	RESTITUICOES DA GR	0,00	-333.725,29
RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	151.459.288,01	80.881.283,28	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	110.749.624,76	180.694.685,54
RECURSOS NAO VINCULADOS	7.655,68	7.655,68	COMPENSACOES	140.179.233,66	131.647.513,35
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	29.953.104,99	30.401.549,77	RETIFICACOES DARF	1.162.788.379,52	662.578.055,59
VALORES A CLASSIFICAR	1.359.078.690,62	1.413.717.237,94	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	124.821.089.050,78	289.292.261.046,94
RECEITA A CLASSIFICAR	1.359.078.690,62	1.413.717.237,94	VALORES DIFERIDOS	124.821.011.625,13	289.292.183.621,29
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	11.544.407,12	110.749.624,76	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	77.425,65	77.425,65
COMPENSACOES	172.097.486,59	140.179.233,66	DEPOSITOS	18.975.204.039,70	16.138.737.291,42
RETIFICACOES DARF	1.175.436.796,91	1.162.788.379,52	CONSIGNACOES	625.081.857,12	96.372.983,32
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	124.821.089.050,78	289.292.261.046,94	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	18.177.974.237,95	15.547.889.194,07
VALORES DIFERIDOS	124.821.011.625,13	289.292.183.621,29	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.496.613,82	91.473.684,45
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	77.425,65	77.425,65	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	52.289.715,81	374.485.270,91
DEPOSITOS	29.070.838.170,28	18.975.204.039,70	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA	28.361.615,00	28.516.158,67

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
CONSIGNACOES	476.753.772,20	625.081.857,12	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	657.263.240.729,00	661.032.870.374,37
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	28.466.243.694,97	18.177.974.237,95	FORNECEDORES	10.225.365.550,96	6.983.309.419,29
DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.504.018,53	91.496.613,82	DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.392.435.636,98	2.340.634.339,58
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.975.069,58	52.289.715,81	CONVENIOS A PAGAR	1.234.888.823,56	1.609.255.658,93
DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF.CONSTITUCIONA	28.361.615,00	28.361.615,00	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	284.853.080,37	326.644.175,06
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	666.005.197.570,82	669.275.779.524,17	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	134.808.607,20	102.083.623,53
FORNECEDORES	11.315.272.553,72	10.225.365.550,96	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	1.084.750,84	1.084.750,84
DO EXERCICIO	3.957.914.169,99	3.431.643.637,29	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.048.305.552,00	1.154.754.253,46
DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.933.643.472,64	1.960.791.999,69	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	37.938.472,31	29.737.100,17
CONVENIOS A PAGAR	965.044.489,22	1.234.888.823,56	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1.218.140.707,89	983.685.332,54
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	255.249.041,49	284.853.080,37	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	866.045.640,22	432.824.573,98
COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	137.495.013,55	134.808.607,20	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	976.950,99	1.389.450,99
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	1.084.750,84	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	5.887.328,60	1.216.160,21
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.138.900.896,28	1.048.305.552,00	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	1.047.627.094,79	331.563.356,81
CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	8.964.150,35	37.938.472,31	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	185.131.715.286,47	150.401.343.046,88
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1.195.981.574,41	1.218.140.707,89	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	59.533.250,00	70.890.550,00
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	1.680.432.396,87	866.045.640,22	EM CONTRATOS	59.533.250,00	70.890.550,00
TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	0,00	976.950,99	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	4.123.200.894,81	2.579.516.209,28
TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	40.715.025,45	5.887.328,60	VALORES EM TRANSITO	5.558.472,92	3.971.332,77
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	445.061.646,47	1.047.627.094,79	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.136.511,61	870.015,53
RESTOS A PAGAR	208.879.346.341,36	201.422.575.162,19	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	69.315.820.259,17	68.936.883.907,72
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	184.804.594.640,29	179.856.040.802,93	BENEFICIOS A PAGAR	15.699.767.717,25	15.831.544.474,93
NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	3.557.677.212,92	5.275.674.483,54	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	361.372.380.326,98	408.355.390.437,47
CANCELADO	20.517.074.488,15	16.290.859.875,72	RECURSOS A LIBERAR P/EMPENHO CONTRA ENTREG	0,00	5.817,86
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	155.000,00	59.533.250,00	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	151.459.288,01	80.881.283,28
EM CONTRATOS	155.000,00	59.533.250,00	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	1.148.419.596,51	4.488.749.473,24
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	2.623.940.401,73	4.123.200.894,81	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	523.889.252,29	781.606.654,54
VALORES EM TRANSITO	2.645.663,55	5.558.472,92	OUTROS DEBITOS	590.013.396,04	306.913.892,76
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.920.632,28	2.136.511,61	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	4.999.099.794,37	804.792.210,45
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	51.360.070.264,62	69.315.820.259,17	PROVISOES FINANCEIRAS	1.060.012,65	1.158.393,47
BENEFICIOS A PAGAR	23.323.803.217,26	15.699.767.717,25	OUTRAS OBRIGACOES	2.866.194.024,17	1.073.479.898,09
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	359.908.903.450,57	361.372.380.326,98	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	7.272.424.582,56	6.552.460.050,32
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	151.459.288,01	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	5.877.779.331,83	4.552.611.607,72
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	1.552.570.473,68	1.148.419.596,51	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	464.496.214,24	734.896.040,98
RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	109.156.108,26	523.889.252,29	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	930.149.036,49	1.264.952.401,62
OUTROS DEBITOS	292.525.112,80	590.013.396,04	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	709.707.790.281,02	724.313.747.733,40
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	4.876.014.235,44	720.778.713,82	BAIXA DE DIREITOS	282.105.541.105,79	321.022.125.004,56
PROVISOES FINANCEIRAS	1.333.301,86	1.060.012,65	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	281.088.437.828,55	319.044.063.864,18
OUTRAS OBRIGACOES	1.311.479.167,22	2.866.194.024,17	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	1.017.103.277,24	1.978.061.140,38
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	1.531.286.940,14	2.076.083.804,47	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	425.491.152.830,62	397.852.939.320,62
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	601.137.903,65	811.131.402,85	EXERCICIOS ANTERIORES	2.467.420,30	0,00
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	930.149.036,49	1.264.952.401,62	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	424.942.482.216,47	397.395.398.048,80

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	712.029.721.596,27	727.107.426.211,95	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	546.203.193,85	457.541.271,82
INCORPORACAO DE DIREITOS	442.505.355.888,82	416.577.505.699,81	AJUSTES DE OBRIGACOES	2.111.096.344,61	5.438.683.408,22
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	426.585.553.041,34	401.250.135.318,31	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	22.031.876,54	9.026,86
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	15.919.802.847,48	15.327.370.381,50	VARIACAO CAMBIAL	1.486.505.254,93	2.876.530.180,47
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	266.977.741.634,23	306.944.952.393,35	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	602.559.213,14	2.562.144.200,89
EXERCICIOS ANTERIORES	704.486.709,02	950.467.124,74			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	265.761.499.336,72	305.480.719.204,04			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	511.755.588,49	513.766.064,57			
AJUSTES DE CREDITOS	2.546.624.073,22	3.584.968.118,79			
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	457.154,94	292.449,99			
VARIACAO CAMBIAL	2.502.056.179,00	3.539.795.922,23			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	44.110.739,28	44.879.746,57			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	690.952.547.634,29	675.212.752.397,64	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	652.622.822.903,16	690.952.547.634,29
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	410.271.117.897,73	323.685.048.096,12	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	381.063.215.858,35	410.271.117.897,73
INSS	5.129.341.455,23	14.151.381.921,22	INSS	3.189.929.800,55	5.129.341.455,23
RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	208.198.789.653,83	257.750.411.369,27	RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	195.648.111.810,09	208.198.789.653,83
APLICACOES FINANCEIRAS	41.825.898.025,85	48.248.765.257,44	APLICACOES FINANCEIRAS	46.359.826.045,65	41.825.898.025,85
OUTRAS DISPONIBILIDADES	25.527.400.601,65	31.377.145.753,59	OUTRAS DISPONIBILIDADES	26.361.739.388,52	25.527.400.601,65
INGRESSOS	4.926.538.606.720,33	4.768.009.343.517,06	DISPENDIOS	4.926.538.606.720,33	4.768.009.343.517,06

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECEITAS CORRENTES	35.433.390.358,30	338.316.887.453,51	DESPESAS CORRENTES	143.030.098.428,93	476.007.924.420,51
RECEITA TRIBUTARIA	4.759.879.588,41	4.862.904.854,56	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.033.574.526,12	40.459.455.513,80
RECEITA DE CONTRIBUICOES	19.990.572.315,59	310.808.856.215,28	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	350.722,75	965.980,71
RECEITA PATRIMONIAL	5.466.039.174,66	5.700.600.066,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92.069.182.920,69	435.547.502.926,00
RECEITA AGROPECUARIA	12.072.400,95	9.328.903,23	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	30.470.003.140,23	28.422.905.061,48
RECEITA INDUSTRIAL	100.053.464,40	88.064.201,06	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	36.168.033,32	32.578.849,49
RECEITA DE SERVICOS	2.713.992.499,41	2.542.011.203,61	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	4.737,39	348.852.263.584,50
OUTRAS TRANSFERENCIAS	94.298.392,69	101.471.531,21	OUTRAS DESPESAS	61.563.007.009,75	58.239.755.430,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.259.254.575,16	10.486.590.810,17	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	5.926.990.259,37	0,00
RECEITA ENTRE ORGAOS ORCAMENTO > 2013	37.227.947,03	3.717.059.667,99	DESPESAS DE CAPITAL	33.733.203.445,42	31.435.517.135,85
RECEITAS DE CAPITAL	1.079.277.978,06	678.519.850,60	INVESTIMENTOS	20.184.726.991,09	22.750.600.222,41
ALIENACAO DE BENS	34.312.609,88	77.017.756,09	INVERSOES FINANCEIRAS	10.425.110.190,81	6.887.321.634,84
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	994.549.072,81	583.970.254,66	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	737.000,00	742.620,45
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	50.411.416,90	17.524.915,56	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.122.629.263,52	1.796.852.658,15
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.878,47	6.924,29	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	468.105.711.447,05	696.957.252.674,37
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	420.359.859.350,92	46.503.832.468,76
DEDUCOES DA RECEITA	-730.524.145,37	-2.223.244.366,86	REPASSE CONCEDIDO	371.536.485.288,45	925.543.889,36
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	587.142.673.277,63	520.294.719.077,73	SUB-REPASSE CONCEDIDO	37.106.395.982,43	30.084.952.529,60
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	569.432.247.868,54	206.372.306.806,85	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	37.106.395.982,43	30.084.952.529,60
REPASSE RECEBIDO	522.094.254.436,45	476.561.529.861,24	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	591.360.216,93	3.069.918.985,90
SUB-REPASSE RECEBIDO	37.106.395.982,43	30.084.952.529,60	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	11.125.617.863,11	12.423.417.063,90
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	37.106.395.982,43	30.084.952.529,60	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	47.745.852.096,13	650.453.420.205,61
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	6.587.771.248,51	-306.459.381.946,04	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	1.566.360.827,88	1.788.309.384,19
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.643.826.201,15	6.185.206.362,05	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.512.318.030,71	1.430.093.123,67
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	17.710.425.409,09	313.922.412.270,88	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	54.042.797,17	358.216.260,52
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1.551.340.206,72	2.103.692.136,34	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	46.179.491.268,25	648.665.110.821,42
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.475.335.185,65	2.026.498.190,10	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	264.923.576.689,93	218.342.704.977,90
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	76.005.021,07	77.193.946,24	VALORES EM CIRCULACAO	86.776.247.541,21	91.404.081.373,75
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	16.159.085.202,37	311.818.720.134,54	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	85.567.759.897,15	90.194.963.191,99
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	287.250.997.423,27	566.635.031.661,29	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	800,00	1.850,00
VALORES EM CIRCULACAO	91.404.322.019,40	72.844.705.390,62	CREDITOS TRIBUTARIOS	2.677.049,28	3.166.319,57
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	90.194.963.191,99	71.635.000.071,01	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	10.105,18	10.105,18
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.850,00	2.200,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.448.368,12	1.460.645,59
CREDITOS TRIBUTARIOS	3.166.319,57	3.131.996,20	OUTROS CREDITOS	1.448.368,12	1.460.645,59
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	10.105,18	10.105,18	RECURSOS VINCULADOS	1.176.975.508,89	1.176.932.876,99
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.460.645,59	1.482.322,79	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	27.375.812,59	27.546.384,43
OUTROS CREDITOS	1.460.645,59	1.482.322,79	VALORES A CLASSIFICAR	69.409.899,61	128.310.335,27
RECURSOS VINCULADOS	1.177.173.522,64	1.177.053.682,89	RECEITA A CLASSIFICAR	69.409.899,61	128.310.335,27
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	27.546.384,43	28.025.012,55	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	69.409.899,61	128.310.335,27
VALORES A CLASSIFICAR	11.533.042,14	69.409.899,61	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	16.067.243.784,68	12.771.657.973,89
RECEITA A CLASSIFICAR	11.533.042,14	69.409.899,61	VALORES DIFERIDOS	16.067.243.265,05	12.771.657.454,26
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	11.533.042,14	69.409.899,61	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	17.310.824.744,79	15.697.236.973,07	DEPOSITOS	5.183.902.830,41	4.565.459.686,19
VALORES DIFERIDOS	17.310.824.225,16	15.697.236.453,44	CONSIGNACOES	205.428.105,62	16.028.317,60
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.957.834.157,62	4.285.563.460,46
DEPOSITOS	302.430.015,03	5.183.902.830,41	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	20.640.567,17	263.867.908,13
CONSIGNACOES	55.042.630,00	205.428.105,62	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	75.670.774.002,12	63.993.017.587,53
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	245.095.799,67	4.957.834.157,62	FORNECEDORES	1.709.722.200,68	1.063.515.979,58
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	2.291.585,36	20.640.567,17	DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.054.806.646,84	518.993.648,52
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	76.112.792.219,63	392.056.830.647,46	CONVENIOS A PAGAR	202.652.802,25	231.064.993,10
FORNECEDORES	2.726.336.854,48	1.709.722.200,68	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	134.808.607,20	102.083.623,53
DO EXERCICIO	1.640.954.322,14	774.416.826,48	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	93.072.981,53	5.359.402,12
DE EXERCICIOS ANTERIORES	693.101.609,73	280.389.820,36	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	224.015.523,13	205.687.530,90
CONVENIOS A PAGAR	79.206.855,66	202.652.802,25	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	52.010,93	0,00
COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	531.523,89	134.808.607,20	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	313.628,80	313.628,80
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	131.978.232,81	93.072.981,53	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	0,00	13.152,61
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	177.879.799,32	224.015.523,13	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	235.476.050,24	82.639.637,39
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	2.684.510,93	52.010,93	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	38.700.599.178,07	34.412.053.278,84
TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	0,00	313.628,80	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	59.533.250,00	70.890.550,00
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	53.506.333,47	235.476.050,24	EM CONTRATOS	59.533.250,00	70.890.550,00
RESTOS A PAGAR	38.928.163.775,50	41.901.003.031,33	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	687.680.503,82	1.781,07
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	33.961.750.609,79	37.110.282.459,93	VALORES EM TRANSITO	935.431,74	1.292.757,33
NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	401.490.245,98	1.590.316.718,14	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	269.062,57	103.004,67
CANCELADO	4.564.922.919,73	3.200.403.853,26	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	783.860.909,58	538.998.952,71
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	155.000,00	59.533.250,00	BENEFICIOS A PAGAR	15.699.767.492,25	15.831.541.860,10
EM CONTRATOS	155.000,00	59.533.250,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	16.234.053.070,88	11.590.935.221,32
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	2.528.557,92	687.680.503,82	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	151.459.288,01	80.881.283,28
VALORES EM TRANSITO	845.015,32	935.431,74	OUTROS DEBITOS	35.654.041,37	17.991.019,34
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	99.302,15	269.062,57	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	72.493.069,90	3.537.687,70
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	768.510.463,01	783.860.909,58	PROVISOES FINANCEIRAS	10.155,13	10.249,89
BENEFICIOS A PAGAR	1.394.427.451,49	15.699.767.492,25	OUTRAS OBRIGACOES	1.299.260.297,88	298.624.324,31
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	31.245.491.883,60	16.234.053.070,88	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	130.279.303,15	313.648.765,27
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	151.459.288,01	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	130.279.303,15	313.648.765,27
OUTROS DEBITOS	49.519.712,62	35.654.041,37	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	81.025.719.328,75	45.166.529.256,00
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	341.578.438,75	313.258.145.861,98	BAIXA DE DIREITOS	46.576.429.585,57	25.086.964.176,23
PROVISOES FINANCEIRAS	10.155,13	10.155,13	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	46.574.958.772,07	25.086.432.885,91
OUTRAS OBRIGACOES	601.619.276,19	1.299.260.297,88	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	1.470.813,50	531.290,32
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	233.470.399,74	589.513.672,31	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	34.427.253.119,82	20.079.564.659,83
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	233.470.399,74	589.513.672,31	EXERCICIOS ANTERIORES	669.260,14	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	101.875.624.982,54	80.193.432.247,81	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	34.304.807.336,15	19.784.491.386,20
INCORPORACAO DE DIREITOS	87.131.933.905,35	69.793.126.205,71	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	121.776.523,53	295.073.273,63
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	87.104.832.259,69	69.793.126.205,71	AJUSTES DE OBRIGACOES	22.036.623,36	419,94
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	27.101.645,66	0,00	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	22.025.481,76	419,94
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	14.743.688.813,75	10.400.306.042,10	VARIACAO CAMBIAL	11.141,60	0,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
EXERCICIOS ANTERIORES	178.019.800,14	243.684.222,95			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	14.564.024.260,48	10.156.305.118,99			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	1.644.753,13	316.700,16			
AJUSTES DE CREDITOS	2.263,44	0,00			
VARIACAO CAMBIAL	2.263,44	0,00			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	4.742.673.598,41	3.784.159.130,77	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	5.125.898.478,97	4.742.673.598,41
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	3.260.356.324,82	2.150.422.730,24	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	3.573.502.290,28	3.260.356.324,82
APLICACOES FINANCEIRAS	1.470.104.406,38	1.622.034.004,96	APLICACOES FINANCEIRAS	1.537.093.729,39	1.470.104.406,38
OUTRAS DISPONIBILIDADES	12.212.867,21	11.702.395,57	OUTRAS DISPONIBILIDADES	15.302.459,30	12.212.867,21
INGRESSOS	914.918.488.490,30	1.427.486.072.807,04	DISPENDIOS	914.918.488.490,30	1.427.486.072.807,04

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECEITAS CORRENTES	1.245.288.206,46	974.380.633,88	DESPESAS CORRENTES	30.824.555.926,03	27.703.213.641,47
RECEITA TRIBUTARIA	1.513,75	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.201.579.225,26	11.982.021.799,04
RECEITA PATRIMONIAL	124.081.009,26	80.049.621,09	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	107.486,65	79.241,97
RECEITA AGROPECUARIA	99.210,74	108.277,82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.693.244.363,62	14.118.759.733,93
RECEITA INDUSTRIAL	537.865,32	1.098.407,69	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	85.042.458,51	214.934.175,80
RECEITA DE SERVICOS	296.248.297,38	316.082.519,82	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	10.160.678,83	8.804.193,48
OUTRAS TRANSFERENCIAS	321.492.719,73	355.045.908,45	OUTRAS DESPESAS	15.598.041.226,28	13.895.021.364,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	334.761.108,36	221.995.899,01	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.929.624.850,50	1.602.352.866,53
RECEITA ENTRE ORGAOS ORCAMENTO > 2013	168.066.481,92	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	2.144.810.646,36	3.012.259.621,57
RECEITAS DE CAPITAL	27.289.195,15	14.707.463,90	INVESTIMENTOS	2.144.720.824,17	3.007.083.224,69
ALIENACAO DE BENS	4.726.052,51	1.949.321,51	INVERSOES FINANCEIRAS	7.250,00	5.137.436,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	22.563.105,64	12.758.142,39	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	82.572,19	38.960,88
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	37,00	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	10.771.901.579,69	8.471.493.566,29
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	10.379.522.987,21	8.252.118.931,71
DEDUCOES DA RECEITA	-87.610.115,87	-19.380.935,28	REPASSE CONCEDIDO	228.687.015,25	209.886.079,56
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	38.120.677.676,22	32.218.306.800,52	SUB-REPASSE CONCEDIDO	8.766.457.705,94	6.704.941.146,77
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	37.895.743.521,49	32.092.852.103,23	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	8.766.457.705,94	6.704.941.146,77
REPASSE RECEBIDO	28.383.044.760,31	24.902.370.545,96	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	320.925.628,17	112.171.218,44
SUB-REPASSE RECEBIDO	8.766.457.705,94	6.704.941.146,77	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.063.452.637,85	1.225.120.486,94
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	8.766.457.705,94	6.704.941.146,77	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	392.378.592,48	219.374.634,58
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	324.428.560,86	158.473.552,01	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	59.003.493,24	59.067.766,69
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	421.812.494,38	327.066.858,49	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	56.685.516,84	51.339.616,57
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	224.934.154,73	125.454.697,29	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.317.976,40	7.728.150,12
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	44.313.716,47	58.138.492,65	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	333.375.099,24	160.306.867,89
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	43.098.177,68	53.896.267,74	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	31.023.707.254,99	28.004.580.071,21
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.215.538,79	4.242.224,91	VALORES EM CIRCULACAO	9.208.812.067,21	10.984.812.673,26
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	180.620.438,26	67.316.204,64	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	9.207.843.401,28	10.983.684.950,27
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	35.682.324.088,49	33.949.082.913,27	CREDITOS TRIBUTARIOS	235.784,90	417.767,13
VALORES EM CIRCULACAO	10.984.849.582,02	8.647.649.035,83	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	495.155,92	486.253,22
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	10.983.684.950,27	8.646.429.501,10	OUTROS CREDITOS	495.155,92	486.253,22
CREDITOS TRIBUTARIOS	417.767,13	490.782,00	RECURSOS VINCULADOS	237.107,58	223.085,11
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	486.253,22	491.027,62	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	617,53	617,53
OUTROS CREDITOS	486.253,22	491.027,62	VALORES A CLASSIFICAR	41.339.725,15	52.384.350,27
RECURSOS VINCULADOS	259.993,87	237.107,58	RECEITA A CLASSIFICAR	41.339.725,15	52.384.350,27
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	617,53	617,53	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	41.339.725,15	52.384.350,27
VALORES A CLASSIFICAR	11.364,98	41.339.725,15	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.646.932.981,32	650.180.390,86
RECEITA A CLASSIFICAR	11.364,98	41.339.725,15	VALORES DIFERIDOS	1.646.932.981,32	650.180.390,86
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	11.364,98	41.339.725,15	DEPOSITOS	118.349.112,53	30.025.761,48
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.390.519.496,34	1.398.731.359,29	CONSIGNACOES	88.653.231,63	4.354.838,20
VALORES DIFERIDOS	1.390.519.496,34	1.398.731.359,29	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	28.311.188,91	20.076.647,02
DEPOSITOS	70.364.471,92	118.349.112,53	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.384.691,99	5.594.276,26
CONSIGNACOES	39.668.930,38	88.653.231,63	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	10.455.679.128,03	8.951.493.296,14

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	29.495.101,63	28.311.188,91	FORNECEDORES	1.456.328.909,66	1.684.516.870,57
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.200.439,91	1.384.691,99	DE EXERCICIOS ANTERIORES	516.453.998,95	179.053.675,56
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	10.275.100.662,72	11.063.123.584,97	CONVENIOS A PAGAR	212.874.780,61	404.993.364,57
FORNECEDORES	941.673.349,60	1.456.328.909,66	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	681.564.176,60	1.055.499.830,33
DO EXERCICIO	261.710.110,73	461.423.961,32	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	45.435.953,50	44.970.000,11
DE EXERCICIOS ANTERIORES	47.132.307,58	55.030.037,63	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	177.952.486,33	5.784.542,72
CONVENIOS A PAGAR	132.873.347,10	212.874.780,61	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	6.841.291.748,99	5.889.184.810,79
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	406.580.302,05	681.564.176,60	VALORES EM TRANSITO	248.645,70	218.984,63
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	93.377.282,14	45.435.953,50	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	537.625,65	0,00
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	31.292.573,82	177.952.486,33	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	317.223.900,60	368.176.919,45
RESTOS A PAGAR	6.964.428.668,64	7.360.331.091,85	BENEFICIOS A PAGAR	0,00	2.614,83
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	6.528.963.618,26	6.795.925.087,54	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.311.284.328,71	761.358.394,87
NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	29.596.690,57	45.366.661,45	OUTROS DEBITOS	350.424.935,58	241.373.232,22
CANCELADO	405.868.359,81	519.039.342,86	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	150.000,00	0,00
VALORES EM TRANSITO	154.889,48	248.645,70	OUTRAS OBRIGACOES	236.546,81	876.926,06
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.534.409,43	537.625,65	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	2.414,52	0,00
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	283.578.617,19	317.223.900,60	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	2.414,52	0,00
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.209.892.010,67	1.311.284.328,71	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	9.552.591.826,23	7.335.683.599,20
OUTROS DEBITOS	172.703.079,42	350.424.935,58	BAIXA DE DIREITOS	6.847.950.424,16	5.252.845.726,37
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	669.820.731,32	88.555.114,08	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.847.950.424,08	5.252.845.726,37
OUTRAS OBRIGACOES	22.333,15	236.546,81	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	0,08	0,00
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	130.725,92	44.028,86	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	2.313.792.234,08	1.634.327.786,59
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	130.725,92	44.028,86	EXERCICIOS ANTERIORES	1.751.483,32	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	12.961.347.784,59	12.679.846.066,64	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	2.306.629.778,56	1.627.832.137,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	10.609.185.380,40	11.345.743.565,56	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	5.410.972,20	6.495.649,59
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	10.393.524.857,23	11.345.743.565,56	AJUSTES DE OBRIGACOES	390.849.167,99	448.510.086,24
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	215.660.523,17	0,00	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	3.839,84	0,00
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.603.214.160,69	756.818.642,57	VARIACAO CAMBIAL	377.813.664,50	432.905.765,50
EXERCICIOS ANTERIORES	259.841.659,87	428.620.894,50	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	13.031.663,65	15.604.320,74
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	1.343.369.634,60	328.197.748,07			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	2.866,22	0,00			
AJUSTES DE CREDITOS	748.948.243,50	577.283.858,51			
VARIACAO CAMBIAL	735.909.431,00	563.904.409,05			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	13.038.812,50	13.379.449,46			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	410.503.881,01	464.953.905,26	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	633.497.524,39	410.503.881,01
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	312.296.932,83	252.249.715,24	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	375.640.719,47	312.296.932,83
APLICACOES FINANCEIRAS	1.490.962,06	509.470,76	APLICACOES FINANCEIRAS	3.139.778,57	1.490.962,06
OUTRAS DISPONIBILIDADES	96.715.986,12	212.194.719,26	OUTRAS DISPONIBILIDADES	254.717.026,35	96.715.986,12
INGRESSOS	75.398.472.931,46	67.602.050.781,55	DISPENDIOS	75.398.472.931,46	67.602.050.781,55

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECEITAS CORRENTES	1.071.979.188,28	405.523.555,27	DESPESAS CORRENTES	7.787.455.765,26	6.975.621.256,81
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	200,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.331.091.079,63	3.580.931.873,79
RECEITA DE CONTRIBUICOES	484.812.019,74	3.223.737,14	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	14.053,85	15.361,45
RECEITA PATRIMONIAL	64.873.255,48	26.896.385,39	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.423.066.144,44	2.546.651.405,19
RECEITA AGROPECUARIA	15.197.336,49	17.775.054,81	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	1.279.574,82	8.924.724,81
RECEITA INDUSTRIAL	38.737.546,88	37.793.307,98	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	7.299.129,59	1.586.200,23
RECEITA DE SERVICOS	244.746.280,79	177.620.863,02	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	148.524,50	102.915,51
OUTRAS TRANSFERENCIAS	3.067.351,55	3.067.699,74	OUTRAS DESPESAS	2.414.338.915,53	2.536.037.564,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	183.038.197,21	139.146.307,19	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.033.284.487,34	848.022.616,38
RECEITA ENTRE ORGAOS ORCAMENTO > 2013	37.507.200,14	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	5.018.760.554,73	5.427.297.499,03
RECEITAS DE CAPITAL	61.943.852,38	65.647.601,48	INVESTIMENTOS	4.379.034.381,81	3.824.868.212,77
ALIENACAO DE BENS	20.328.763,96	20.563.141,91	INVERSOES FINANCEIRAS	636.353.362,64	1.598.701.923,58
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	41.606.919,23	45.084.270,05	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	69.582,66	63.866,34
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	8.169,19	189,52	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.303.227,62	3.663.496,34
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	17.839.530.226,24	16.276.512.937,00
DEDUCOES DA RECEITA	-28.372.023,11	-23.899.339,93	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	7.413.848.433,69	6.753.162.919,51
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	27.262.643.020,81	24.748.192.784,56	REPASSE CONCEDIDO	259.511.478,12	132.138.240,04
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	17.339.278.484,11	15.266.937.284,31	SUB-REPASSE CONCEDIDO	6.706.752.151,43	6.581.388.637,07
REPASSE RECEBIDO	10.592.635.398,08	8.661.173.377,54	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	6.706.752.151,43	6.581.388.637,07
SUB-REPASSE RECEBIDO	6.706.752.151,43	6.581.388.637,07	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	15.967.176,21	97.033,18
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	6.706.752.151,43	6.581.388.637,07	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	431.617.627,93	39.539.009,22
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	28.746.653,29	7.033.371,72	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	10.425.681.792,55	9.523.350.017,49
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	11.144.281,31	17.341.897,98	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	84.012.952,88	104.681.480,17
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	9.923.364.536,70	9.481.255.500,25	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	83.481.864,95	104.681.480,17
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	85.353.428,09	84.260.316,77	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	531.087,93	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	84.698.194,26	84.240.231,77	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	10.341.668.839,67	9.418.668.537,32
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	655.233,83	20.085,00	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	18.515.262.647,09	18.955.138.317,03
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	9.838.011.108,61	9.396.995.183,48	VALORES EM CIRCULACAO	6.294.708.626,71	7.258.451.045,43
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	21.306.403.555,32	22.454.615.445,07	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	5.994.578.287,19	6.863.595.934,40
VALORES EM CIRCULACAO	7.259.107.473,80	6.409.009.243,16	CREDITOS TRIBUTARIOS	298.667.552,07	293.781.472,46
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	6.863.595.934,40	5.719.177.479,66	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	0,00	100.484.794,32
CREDITOS TRIBUTARIOS	293.781.472,46	287.834.375,95	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	195.795,07	314.048,19
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	100.484.794,32	400.726.442,69	OUTROS CREDITOS	195.795,07	314.048,19
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	314.048,19	237.831,52	RECURSOS VINCULADOS	1.261.474,89	274.796,06
OUTROS CREDITOS	314.048,19	237.831,52	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	5.517,49	0,00
RECURSOS VINCULADOS	931.224,43	1.033.113,34	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	50.683.290,53	53.085.517,32
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	448.959.525,91	62.978.185,56	VALORES DIFERIDOS	50.683.290,53	53.085.517,32
VALORES DIFERIDOS	448.959.525,91	62.978.185,56	DEPOSITOS	71.641.002,48	90.741.991,16
DEPOSITOS	107.788.373,06	71.641.002,48	CONSIGNACOES	37.888.624,02	7.522.858,61
CONSIGNACOES	42.331.894,06	37.888.624,02	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	30.024.391,98	32.288.988,07
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	61.758.102,29	30.024.391,98	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	3.727.986,48	50.930.144,48
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	3.698.376,71	3.727.986,48	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.795.895.605,55	5.665.452.867,31

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.177.129.727,12	7.044.425.868,76	FORNECEDORES	957.301.530,78	345.037.464,16
FORNECEDORES	632.327.824,28	957.301.530,78	DE EXERCICIOS ANTERIORES	771.659.988,12	200.975.346,63
DO EXERCICIO	240.121.845,33	702.487.569,41	CONVENIOS A PAGAR	23.007.105,63	24.914.506,24
DE EXERCICIOS ANTERIORES	99.864.300,68	69.172.418,71	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	9.384.129,67	1.008.363,81
CONVENIOS A PAGAR	16.299.514,38	23.007.105,63	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	153.250.307,36	118.139.247,48
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	56.420.957,09	9.384.129,67	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	68.461.525,66	3.433.143,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	219.621.206,80	153.250.307,36	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	4.025.924.509,98	4.058.900.391,72
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	24.348.647,49	68.461.525,66	VALORES EM TRANSITO	98.597,28	151.353,51
RESTOS A PAGAR	4.104.086.553,43	4.325.325.379,52	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.147.914,32	73.403,59
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	3.581.089.249,82	4.019.667.935,56	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	78.013.036,31	2.979.190,07
NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	5.910.179,83	6.256.574,42	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.455.816.179,05	1.250.897.015,75
CANCELADO	517.087.123,78	299.400.869,54	OUTROS DEBITOS	5.522.599,47	602.388,55
VALORES EM TRANSITO	39.097,20	98.597,28	PROVISOES FINANCEIRAS	1.045.398,38	1.144.253,78
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.284.010,81	1.147.914,32	OUTRAS OBRIGACOES	202.564.314,32	2.234.263,18
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	84.262.577,83	78.013.036,31	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	464.496.214,24	734.896.040,98
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.393.962.360,08	1.455.816.179,05	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	464.496.214,24	734.896.040,98
OUTROS DEBITOS	1.967.110,90	5.522.599,47	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	4.837.837.907,58	5.152.510.854,83
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	-67.159.186,68	-50.870.606,33	BAIXA DE DIREITOS	3.269.162.642,09	3.477.136.625,25
PROVISOES FINANCEIRAS	1.318.090,65	1.045.398,38	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.915.751.579,32	2.653.721.734,50
OUTRAS OBRIGACOES	692.641,13	202.564.314,32	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	353.411.062,77	823.414.890,75
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	601.137.903,65	811.131.402,85	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.552.636.395,09	1.641.218.703,88
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	601.137.903,65	811.131.402,85	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	1.518.034.898,28	1.627.957.226,63
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	6.712.280.551,78	8.055.429.742,26	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	34.601.496,81	13.261.477,25
INCORPORACAO DE DIREITOS	5.902.715.113,04	7.365.223.520,76	AJUSTES DE OBRIGACOES	16.038.870,40	34.155.525,70
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.660.070.831,08	6.833.850.278,38	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	0,00	1.781,42
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	242.644.281,96	531.373.242,38	VARIACAO CAMBIAL	292.395,06	730.044,55
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	807.906.997,03	688.380.762,65	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	15.746.475,34	33.423.699,73
EXERCICIOS ANTERIORES	26.965.399,82	7.796.275,12			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	780.204.211,72	680.245.637,13			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	737.385,49	338.850,40			
AJUSTES DE CREDITOS	1.658.441,71	1.825.458,85			
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	323.536,55	205.299,93			
VARIACAO CAMBIAL	283.770,19	1.154.601,15			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	1.051.134,97	465.557,77			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	178.830.053,97	163.320.017,39	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	692.418.454,33	178.830.053,97
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	21.263.524,73	0,00	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	519.956.803,69	21.263.524,73
APLICACOES FINANCEIRAS	152.635.301,33	158.593.067,78	APLICACOES FINANCEIRAS	166.681.491,25	152.635.301,33
OUTRAS DISPONIBILIDADES	4.931.227,91	4.726.949,61	OUTRAS DISPONIBILIDADES	5.780.159,39	4.931.227,91
INGRESSOS	49.853.427.647,65	47.813.400.063,84	DISPENDIOS	49.853.427.647,65	47.813.400.063,84

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECEITAS CORRENTES	693.488.252,12	1.036.142.870,43	DESPESAS CORRENTES	3.147.124.547,77	2.942.462.676,37
RECEITA PATRIMONIAL	48.990.653,78	19.179.680,24	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.785.795.278,90	1.580.234.302,41
RECEITA INDUSTRIAL	364.705.242,27	725.299.522,28	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	5.582.404,45	5.765.596,06
RECEITA DE SERVICOS	264.636.146,73	252.735.031,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.230.730.065,57	1.191.101.478,61
OUTRAS TRANSFERENCIAS	230.825,08	275.643,84	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	834.154,35	158.281,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.736.041,07	38.652.992,96	OUTRAS DESPESAS	1.229.895.911,22	1.190.943.197,36
RECEITA ENTRE ORGAOS ORCAMENTO >2013	189.343,19	0,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	125.016.798,85	165.361.299,29
RECEITAS DE CAPITAL	293.579,13	166.716,17	DESPESAS DE CAPITAL	353.850.750,56	341.335.918,78
ALIENACAO DE BENS	293.579,13	166.716,17	INVESTIMENTOS	350.769.376,70	332.456.974,86
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	3.081.373,86	8.878.943,92
DEDUCOES DA RECEITA	-5.385.936,82	-4.187.527,64	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	241.717.758,50	220.334.788,02
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.600.714.423,35	2.387.012.980,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	221.108.043,39	178.198.872,78
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	2.589.006.374,42	2.380.515.852,76	REPASSE CONCEDIDO	29.944.151,39	17.105.067,51
REPASSE RECEBIDO	2.416.951.755,06	2.230.739.890,85	SUB-REPASSE CONCEDIDO	172.054.618,36	149.775.961,91
SUB-REPASSE RECEBIDO	172.054.618,36	149.775.961,91	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	172.054.618,36	149.775.961,91
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	172.054.618,36	149.775.961,91	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	19.109.273,64	11.317.843,36
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1,00	0,00	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	20.609.715,11	42.135.915,24
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	11.708.048,93	6.497.127,24	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	61.055,51	15.405,87
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	61.055,51	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	61.055,51	15.405,87
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	61.055,51	0,00	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	20.548.659,60	42.120.509,37
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	11.646.993,42	6.497.127,24	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	3.980.778.104,31	4.514.311.760,12
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	4.379.682.017,86	4.761.469.137,09	VALORES EM CIRCULACAO	1.452.701.561,51	1.530.911.090,93
VALORES EM CIRCULACAO	1.539.863.507,42	1.751.445.999,92	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.167.496,17	13.503.141,18
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	13.503.141,18	14.593.779,31	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.155.135.125,14	1.279.386.784,86
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.279.386.784,86	1.547.996.564,14	CREDITOS TRIBUTARIOS	82.293.406,78	67.150.459,55
CREDITOS TRIBUTARIOS	67.150.459,55	56.676.529,77	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	26.159.825,45	15.090.293,10
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	15.090.293,10	6.886.758,38	OUTROS CREDITOS	26.159.825,45	15.090.293,10
OUTROS CREDITOS	15.090.293,10	6.886.758,38	RECURSOS VINCULADOS	180.160.640,59	153.374.309,21
RECURSOS VINCULADOS	162.326.725,70	122.916.448,63	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	2.785.067,38	2.406.103,03
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	2.406.103,03	2.375.919,69	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	11.317.843,36	4.286.285,03
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.109.273,64	11.317.843,36	VALORES DIFERIDOS	11.317.843,36	4.286.285,03
VALORES DIFERIDOS	19.109.273,64	11.317.843,36	DEPOSITOS	17.698.863,08	23.807.394,78
DEPOSITOS	13.685.986,84	17.698.863,08	CONSIGNACOES	9.605.904,33	1.527.833,17
CONSIGNACOES	7.413.375,50	9.605.904,33	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.741.689,44	13.983.887,52
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.181.286,02	6.741.689,44	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.351.269,31	8.295.674,09
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	91.325,32	1.351.269,31	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.493.839.278,86	1.742.266.927,77
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.591.392.161,91	1.602.044.822,54	FORNECEDORES	138.077.857,97	133.978.846,11
FORNECEDORES	231.660.348,38	138.077.857,97	DE EXERCICIOS ANTERIORES	110.903.083,22	130.392.430,51
DO EXERCICIO	53.119.509,77	94.330.193,32	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	27.174.774,75	3.586.415,60
DE EXERCICIOS ANTERIORES	70.840.838,61	16.572.889,90	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	2.001.201,35	129.010,28
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	107.700.000,00	27.174.774,75	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	1.218.487.736,28	1.402.878.167,01
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	2.366.331,91	2.001.201,35	VALORES EM TRANSITO	6.357,53	4.320,12

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RESTOS A PAGAR	1.213.125.536,29	1.322.406.243,55	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	181.078,22	688.344,61
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	988.413.278,65	1.016.225.117,34	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	126.319.170,34	198.049.301,32
NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	58.633.296,59	202.262.618,94	OUTROS DEBITOS	7.917.570,60	2.020,28
CANCELADO	166.078.961,05	103.918.507,27	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	751,38
VALORES EM TRANSITO	10.828,59	6.357,53	OUTRAS OBRIGACOES	848.306,57	6.536.166,66
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	415,08	181.078,22	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.005.220.557,50	1.213.040.061,61
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	111.887.259,36	126.319.170,34	BAIXA DE DIREITOS	884.468.075,63	1.073.964.586,13
OUTROS DEBITOS	57.828,03	7.917.570,60	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	884.429.288,97	1.073.819.674,60
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	11.239.418,27	4.287.036,41	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	38.786,66	144.911,53
OUTRAS OBRIGACOES	21.044.196,00	848.306,57	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	113.149.159,36	134.988.104,34
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.215.631.088,05	1.378.961.608,19	EXERCICIOS ANTERIORES	900,00	0,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.112.975.724,22	1.227.474.300,92	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	113.148.259,36	134.758.170,34
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.112.975.724,22	1.227.474.300,92	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	0,00	229.934,00
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	102.162.406,51	150.881.949,70	AJUSTES DE OBRIGACOES	7.603.322,51	4.087.371,14
EXERCICIOS ANTERIORES	17.404.513,54	1.851.724,67	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	2.316,38	0,00
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	84.757.892,97	149.030.225,03	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	7.601.006,13	4.087.371,14
AJUSTES DE CREDITOS	492.957,32	605.357,57			
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	133.618,39	87.150,06			
VARIACAO CAMBIAL	168.044,30	430.902,11			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	191.294,63	87.305,40			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	268.134.229,34	105.975.196,58	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	213.455.403,84	268.134.229,34
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	10.357.747,81	9.523.624,63	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	19.574.768,70	10.357.747,81
APLICACOES FINANCEIRAS	257.645.627,15	96.323.432,49	APLICACOES FINANCEIRAS	193.746.493,49	257.645.627,15
OUTRAS DISPONIBILIDADES	130.854,38	128.139,46	OUTRAS DISPONIBILIDADES	134.141,65	130.854,38
INGRESSOS	7.936.926.564,98	8.286.579.372,63	DISPENDIOS	7.936.926.564,98	8.286.579.372,63

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECEITAS CORRENTES	378.838.178.430,91	35.685.900.487,54	DESPESAS CORRENTES	466.023.775.215,42	65.241.637.861,71
RECEITA TRIBUTARIA	35.683.310,02	49.386.114,55	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.606.529.025,37	9.853.340.109,12
RECEITA DE CONTRIBUICOES	320.124.208.338,07	7.283.885.693,96	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	455.387.385.453,23	55.388.297.752,59
RECEITA PATRIMONIAL	17.716.378.119,23	13.081.045.782,32	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	3.289.868.364,33	3.223.298.146,71
RECEITA INDUSTRIAL	82.618.413,29	73.472.473,27	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	9.317.977,28	9.381.721,62
RECEITA DE SERVICOS	11.302.828.054,99	10.966.832.151,18	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	390.735.753.133,67	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS	27.385.627,64	30.144.440,37	OUTRAS DESPESAS	61.352.445.977,95	52.155.617.884,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.314.857.805,01	4.066.932.542,02	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	29.860.736,82	0,00
RECEITA ENTRE ORGAOS ORCAMENTO > 2013	18.234.218.762,66	134.201.289,87	DESPESAS DE CAPITAL	43.905.881.647,09	45.212.771.089,10
RECEITAS DE CAPITAL	4.899.843.971,90	3.926.226.642,16	INVESTIMENTOS	1.313.126.205,70	1.511.930.999,03
ALIENACAO DE BENS	149.531.314,44	52.375.887,11	INVERSOES FINANCEIRAS	42.592.717.079,39	43.700.827.866,07
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	4.742.446.324,77	3.865.393.713,34	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	38.362,00	12.224,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.523.674,25	4.646.365,45	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	730.568.661.172,95	125.375.021.144,63
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.342.658,44	3.810.676,26	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	73.274.136.313,23	104.818.462.474,78
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			REPASSE CONCEDIDO	40.628.622.257,60	36.165.680.396,28
DEDUCOES DA RECEITA	-3.418.492.012,65	-2.104.957.976,45	SUB-REPASSE CONCEDIDO	25.885.240.224,27	55.696.610.991,68
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	836.343.448.542,78	189.001.459.700,03	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	25.885.240.224,27	55.696.610.991,68
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	471.726.363.038,04	169.224.135.155,58	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	83.441.539,87	0,00
REPASSE RECEBIDO	439.688.265.544,93	96.893.326.613,13	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.162.659.760,44	5.304.420.555,22
SUB-REPASSE RECEBIDO	25.885.240.224,27	55.717.873.124,17	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.514.172.531,05	7.651.750.531,60
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	25.885.240.224,27	55.717.873.124,17	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	8.445.022,68	7.838.298,32
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	83.441.539,87	0,00	INCORPORACAO DE RECEITA	8.445.022,68	7.838.298,32
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.859.030.662,55	15.412.984.177,48	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	657.286.079.837,04	20.548.720.371,53
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.210.385.066,42	1.199.951.240,80	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	1.435.931.483,93	545.205.594,10
CORRESPONDENCIA DE DEBITO	8.445.022,68	7.838.298,32	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	547.333.379,23	544.071.823,10
DESINCORPORACAO DE RECEITA	8.445.022,68	7.838.298,32	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	888.598.104,70	1.133.771,00
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	364.608.640.482,06	19.769.486.246,13	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	655.850.148.353,11	20.003.514.777,43
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	58.593.005.080,97	12.327.888.925,93	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	163.264.571.652,60	141.243.124.347,59
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	58.577.950.877,80	12.327.259.521,63	VALORES EM CIRCULACAO	76.804.194.684,62	64.354.039.379,89
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	15.054.203,17	629.404,30	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	52.725.555.096,39	36.473.142.006,42
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	306.015.635.401,09	7.441.597.320,20	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	39.993.397,78	35.570.062,25
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	198.905.542.496,41	150.525.041.631,73	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.707.323,87	5.475.766,94
VALORES EM CIRCULACAO	64.354.276.912,10	55.450.753.944,41	OUTROS CREDITOS	5.707.323,87	5.475.766,94
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	36.473.142.006,42	24.769.132.572,28	RECURSOS VINCULADOS	552.623,76	384.640,79
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	35.570.062,25	27.659.266,47	DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	24.032.386.242,82	27.839.466.903,49
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.475.766,94	3.976.678,46	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	8.862.212.504,04	16.701.380.991,27
OUTROS CREDITOS	5.475.766,94	3.976.678,46	VALORES DIFERIDOS	8.862.135.598,02	16.701.304.085,25
RECURSOS VINCULADOS	622.173,00	552.623,76	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	27.839.466.903,49	30.649.432.803,44	DEPOSITOS	3.869.481.949,37	3.833.075.703,62
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.714.200.677,82	13.016.926.969,09	CONSIGNACOES	93.011.922,15	49.568.178,87
VALORES DIFERIDOS	6.714.123.771,80	13.016.850.063,07	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.776.461.997,34	3.781.859.235,58
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	8.029,88	1.648.289,17

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
DEPOSITOS	8.927.758.463,16	3.869.481.949,37	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	30.862.789.697,46	18.919.557.101,37
CONSIGNACOES	29.788.996,51	93.011.922,15	FORNECEDORES	845.682.146,02	599.842.989,34
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.897.961.991,67	3.776.461.997,34	DE EXERCICIOS ANTERIORES	268.766.532,96	78.135.678,68
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.474,98	8.029,88	CONVENIOS A PAGAR	338.230.060,25	329.372.080,20
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	57.260.027.640,70	32.445.761.325,94	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	125.964.402,76	124.666.499,32
FORNECEDORES	1.261.624.360,56	845.682.146,02	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	932.323,47
DO EXERCICIO	155.227.967,32	241.156.754,68	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.015.385,94	294.128,04
DE EXERCICIOS ANTERIORES	276.287.245,58	27.609.778,28	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	37.938.472,31	29.737.100,17
CONVENIOS A PAGAR	336.523.119,97	338.230.060,25	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	56.713.711,89	33.079.240,97
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	114.477.756,59	125.964.402,76	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	10.281.357,84	2.422.930,89
COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	136.963.489,66	0,00	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	5.839.898,60	1.203.007,60
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	932.323,47	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	265.660.472,96	176.865.616,70
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	265.248,99	1.015.385,94	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	17.807.305.481,73	11.571.181.889,69
CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	8.964.150,35	37.938.472,31	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.822.759.835,17	1.516.512.466,21
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	51.061.313,79	56.713.711,89	VALORES EM TRANSITO	1.641.322,17	51.430,91
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	141.126.719,39	10.281.357,84	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	2.456.780.766,12	1.213.024.148,28
TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	39.795.025,45	5.839.898,60	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	6.781.079.036,76	3.678.656.712,29
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	9.752.058,28	265.660.472,96	OUTROS DEBITOS	471.522,28	343.453,19
RESTOS A PAGAR	23.719.805.705,60	19.620.232.828,64	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	130.348.950,80	10.544.505,11
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	18.734.225.846,99	17.427.508.024,10	OUTRAS OBRIGACOES	751.060.163,45	152.533.889,65
NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	724.196.996,92	379.797.457,63	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	3.437.725.009,57	2.957.445.858,14
CANCELADO	4.261.382.861,69	1.812.927.346,91	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	3.437.686.340,29	2.956.420.042,49
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.069.063.438,81	1.822.759.835,17	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	38.669,28	1.025.815,65
VALORES EM TRANSITO	512.812,10	1.641.322,17	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	39.428.167.807,54	34.477.625.313,30
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	2.771.405.605,71	2.456.780.766,12	BAIXA DE DIREITOS	30.524.855.507,27	22.835.000.363,42
BENEFICIOS A PAGAR	21.929.369.198,62	0,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	30.523.999.666,44	22.835.000.363,42
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	6.305.369.945,75	6.781.079.036,76	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	855.840,83	0,00
OUTROS DEBITOS	10.376.931,44	471.522,28	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	8.859.861.967,55	9.595.501.621,90
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	57.635.144,62	-99.606.767,63	EXERCICIOS ANTERIORES	2.315,04	0,00
OUTRAS OBRIGACOES	125.112.439,21	751.060.163,45	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	8.531.982.882,39	9.548.491.984,84
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	202.750.092,55	40.023.873,08	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	327.876.770,12	47.009.637,06
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	202.750.092,55	40.023.873,08	AJUSTES DE OBRIGACOES	43.450.332,72	2.047.123.327,98
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	61.446.528.710,08	45.702.093.569,84	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	110,00	6.825,50
INCORPORACAO DE DIREITOS	55.513.464.940,33	42.563.707.430,55	VARIACAO CAMBIAL	30.026.127,31	31.578.564,16
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	40.474.997.788,81	28.798.738.883,81	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	13.424.095,41	2.015.537.938,32
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	15.038.467.151,52	13.764.968.546,74			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	5.894.056.913,13	3.097.799.757,62			
EXERCICIOS ANTERIORES	87.366.186,88	32.468.580,10			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	5.806.689.608,75	3.065.320.510,32			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	1.117,50	10.667,20			
AJUSTES DE CREDITOS	39.006.856,62	40.586.381,67			
VARIACAO CAMBIAL	9.479.048,47	10.217.054,32			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	29.527.808,15	30.369.327,35			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	105.586.518.096,20	105.625.402.054,22	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	117.392.149.837,49	105.586.518.096,20
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	54.312.470.752,18	47.621.599.136,02	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	61.455.193.318,00	54.312.470.752,18
APLICACOES FINANCEIRAS	39.912.563.791,35	46.342.107.232,41	APLICACOES FINANCEIRAS	44.426.637.433,94	39.912.563.791,35
OUTRAS DISPONIBILIDADES	11.361.483.552,67	11.661.695.685,79	OUTRAS DISPONIBILIDADES	11.510.319.085,55	11.361.483.552,67
INGRESSOS	1.521.155.039.525,55	482.659.072.539,23	DISPENDIOS	1.521.155.039.525,55	482.659.072.539,23

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECEITAS CORRENTES	38.444.146.005,16	338.117.197.730,89	DESPESAS CORRENTES	184.789.234.667,99	511.013.485.212,96
RECEITA TRIBUTARIA	4.759.881.102,16	4.862.905.054,56	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	64.352.040.109,91	57.602.643.489,04
RECEITA DE CONTRIBUICOES	20.475.384.335,33	310.812.079.952,42	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	6.054.667,70	6.826.180,19
RECEITA PATRIMONIAL	5.703.984.093,18	5.826.725.753,12	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.416.223.494,32	453.404.015.543,73
RECEITA AGROPECUARIA	27.368.948,18	27.212.235,86	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	30.557.159.327,91	28.646.922.243,34
RECEITA INDUSTRIAL	504.034.118,87	852.255.439,01	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	53.627.841,74	42.969.243,20
RECEITA DE SERVICOS	3.519.623.224,31	3.288.449.617,56	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	153.261,89	348.852.366.500,01
OUTRAS TRANSFERENCIAS	419.089.289,05	459.860.783,24	OUTRAS DESPESAS	80.805.283.062,78	75.861.757.557,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.791.789.921,80	10.886.386.009,33	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	9.014.916.396,06	0,00
RECEITA ENTRE ORGAOS ORCAMENTO > 2013	242.990.972,28	1.101.322.885,79	DESPESAS DE CAPITAL	41.250.625.397,07	40.216.410.175,23
RECEITAS DE CAPITAL	1.168.804.604,72	759.041.632,15	INVESTIMENTOS	27.059.251.573,77	29.915.008.634,73
ALIENACAO DE BENS	59.661.005,48	99.696.935,68	INVERSOES FINANCEIRAS	11.061.470.803,45	8.491.160.994,42
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	994.549.072,81	583.970.254,66	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	3.887.956,52	9.685.430,71
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	114.581.441,77	75.367.328,00	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.126.015.063,33	1.800.555.115,37
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	13.084,66	7.113,81	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	496.958.861.011,48	721.925.593.965,68
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	438.374.338.815,21	61.687.313.192,76
DEDUCOES DA RECEITA	-851.892.221,17	-2.270.712.169,71	REPASSE CONCEDIDO	372.054.627.933,21	1.284.673.276,47
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	655.126.708.398,01	579.648.231.642,81	SUB-REPASSE CONCEDIDO	52.751.660.458,16	43.521.058.275,35
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	627.256.276.248,56	256.112.612.047,15	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	52.751.660.458,16	43.521.058.275,35
REPASSE RECEBIDO	563.486.886.349,90	512.355.813.675,59	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	928.253.021,31	3.182.187.237,52
SUB-REPASSE RECEBIDO	52.751.660.458,16	43.521.058.275,35	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	12.639.797.402,53	13.699.394.403,42
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	52.751.660.458,16	43.521.058.275,35	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	58.584.522.196,27	660.238.280.772,92
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	6.940.946.463,66	-306.293.875.022,31	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	1.709.438.329,51	1.952.074.036,92
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.076.782.976,84	6.529.615.118,52	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.652.546.468,01	1.586.129.626,28
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	27.870.432.149,45	323.535.619.595,66	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	56.891.861,50	365.944.410,64
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1.681.068.406,79	2.246.090.945,76	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	56.875.083.866,76	658.286.206.736,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.603.192.613,10	2.164.634.689,61	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	318.443.324.696,32	269.816.735.126,26
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	77.875.793,69	81.456.256,15	VALORES EM CIRCULACAO	103.732.469.796,64	111.178.256.183,37
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	26.189.363.742,66	321.289.528.649,90	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.167.496,17	13.503.141,18
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	348.619.407.084,94	627.800.199.156,72	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	101.925.316.710,76	109.321.630.861,52
VALORES EM CIRCULACAO	111.188.142.582,64	89.652.809.669,53	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	800,00	1.850,00
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	13.503.141,18	14.593.779,31	CREDITOS TRIBUTARIOS	383.873.793,03	364.516.018,71
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	109.321.630.861,52	87.548.603.615,91	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	10.105,18	100.494.899,50
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.850,00	2.200,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	28.299.144,56	17.351.240,10
CREDITOS TRIBUTARIOS	364.516.018,71	348.133.683,92	OUTROS CREDITOS	28.299.144,56	17.351.240,10
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	100.494.899,50	400.736.547,87	RECURSOS VINCULADOS	1.358.634.731,95	1.330.805.067,37
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	17.351.240,10	9.097.940,31	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	30.167.014,99	29.953.104,99
OUTROS CREDITOS	17.351.240,10	9.097.940,31	VALORES A CLASSIFICAR	110.749.624,76	180.694.685,54
RECURSOS VINCULADOS	1.340.691.466,64	1.301.240.352,44	RECEITA A CLASSIFICAR	110.749.624,76	180.694.685,54
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	29.953.104,99	30.401.549,77	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	110.749.624,76	180.694.685,54
VALORES A CLASSIFICAR	11.544.407,12	110.749.624,76	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	17.776.177.899,89	13.479.210.167,10
RECEITA A CLASSIFICAR	11.544.407,12	110.749.624,76	VALORES DIFERIDOS	17.776.177.380,26	13.479.209.647,47

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	11.544.407,12	110.749.624,76	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.169.413.040,68	17.170.264.361,28	DEPOSITOS	5.391.591.808,50	4.710.034.833,61
VALORES DIFERIDOS	19.169.412.521,05	17.170.263.841,65	CONSIGNACOES	341.575.865,60	29.433.847,58
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	5.022.911.427,95	4.351.912.983,07
DEPOSITOS	494.268.846,85	5.391.591.808,50	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	27.104.514,95	328.688.002,96
CONSIGNACOES	144.456.829,94	341.575.865,60	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	94.416.188.014,56	80.352.230.678,75
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	342.530.289,61	5.022.911.427,95	FORNECEDORES	4.261.430.499,09	3.227.049.160,42
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.281.727,30	27.104.514,95	DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.453.823.717,13	1.029.415.101,22
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	94.156.414.771,38	411.766.424.923,73	CONVENIOS A PAGAR	438.534.688,49	660.972.863,91
FORNECEDORES	4.531.998.376,74	4.261.430.499,09	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	134.808.607,20	102.083.623,53
DO EXERCICIO	2.195.905.787,97	2.032.658.550,53	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	811.196.062,55	1.065.454.011,86
DE EXERCICIOS ANTERIORES	910.939.056,60	421.165.166,60	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	422.701.783,99	368.796.778,49
CONVENIOS A PAGAR	228.379.717,14	438.534.688,49	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	52.010,93	0,00
COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	531.523,89	134.808.607,20	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	313.628,80	313.628,80
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	702.679.491,95	811.196.062,55	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	0,00	13.152,61
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	490.878.288,26	422.701.783,99	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	483.891.263,58	91.986.333,39
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	2.684.510,93	52.010,93	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	50.786.303.173,32	45.763.016.648,36
TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	0,00	313.628,80	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	59.533.250,00	70.890.550,00
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	111.513.886,69	483.891.263,58	EM CONTRATOS	59.533.250,00	70.890.550,00
RESTOS A PAGAR	51.209.804.533,86	54.909.065.746,25	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	687.680.503,82	1.781,07
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	45.060.216.756,52	48.942.100.600,37	VALORES EM TRANSITO	1.289.032,25	1.667.415,59
NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	495.630.412,97	1.844.202.572,95	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.135.680,76	864.752,87
CANCELADO	5.653.957.364,37	4.122.762.572,93	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	1.179.097.846,49	910.155.062,23
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	155.000,00	59.533.250,00	BENEFICIOS A PAGAR	15.699.767.492,25	15.831.544.474,93
EM CONTRATOS	155.000,00	59.533.250,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	19.127.472.748,98	13.801.239.933,26
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	2.528.557,92	687.680.503,82	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	151.459.288,01	80.881.283,28
VALORES EM TRANSITO	1.049.830,59	1.289.032,25	OUTROS DEBITOS	399.519.147,02	259.968.660,39
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.918.137,47	2.135.680,76	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	72.643.069,90	3.538.439,08
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	1.136.351.658,03	1.179.097.846,49	PROVISOES FINANCEIRAS	1.055.553,51	1.154.503,67
BENEFICIOS A PAGAR	1.394.427.451,49	15.699.767.492,25	OUTRAS OBRIGACOES	1.502.909.465,58	308.271.680,21
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	33.961.233.513,71	19.127.472.748,98	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	594.777.931,91	1.048.544.806,25
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	151.459.288,01	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	464.496.214,24	734.896.040,98
OUTROS DEBITOS	224.247.730,97	399.519.147,02	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	130.281.717,67	313.648.765,27
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	955.479.401,66	313.300.117.406,14	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	96.421.369.620,06	58.867.763.771,64
PROVISOES FINANCEIRAS	1.328.245,78	1.055.553,51	BAIXA DE DIREITOS	57.578.010.727,45	34.890.911.113,98
OUTRAS OBRIGACOES	623.378.446,47	1.502.909.465,58	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	57.223.090.064,44	34.066.820.021,38
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	834.739.029,31	1.400.689.104,02	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	354.920.663,01	824.091.092,60
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	601.137.903,65	811.131.402,85	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	38.406.830.908,35	23.490.099.254,64
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	233.601.125,66	589.557.701,17	EXERCICIOS ANTERIORES	2.421.643,46	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	122.764.884.406,96	102.307.669.664,90	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	38.242.620.272,35	23.175.038.920,17
INCORPORACAO DE DIREITOS	104.756.810.123,01	89.731.567.592,95	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	161.788.992,54	315.060.334,47
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	104.271.403.672,22	89.200.194.350,57	AJUSTES DE OBRIGACOES	436.527.984,26	486.753.403,02

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	485.406.450,79	531.373.242,38	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	22.031.637,98	2.201,36
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	17.256.972.377,98	11.996.387.397,02	VARIACAO CAMBIAL	378.117.201,16	433.635.810,05
EXERCICIOS ANTERIORES	482.231.373,37	681.953.117,24	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	36.379.145,12	53.115.391,61
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	16.772.355.999,77	11.313.778.729,22			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	2.385.004,84	655.550,56			
AJUSTES DE CREDITOS	751.101.905,97	579.714.674,93			
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	457.154,94	292.449,99			
VARIACAO CAMBIAL	736.363.508,93	565.489.912,31			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	14.281.242,10	13.932.312,63			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	5.600.141.762,73	4.518.408.250,00	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	6.665.269.861,53	5.600.141.762,73
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	3.604.274.530,19	2.412.196.070,11	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	4.488.674.582,14	3.604.274.530,19
APLICACOES FINANCEIRAS	1.881.876.296,92	1.877.459.975,99	APLICACOES FINANCEIRAS	1.900.661.492,70	1.881.876.296,92
OUTRAS DISPONIBILIDADES	113.990.935,62	228.752.203,90	OUTRAS DISPONIBILIDADES	275.933.786,69	113.990.935,62
INGRESSOS	1.048.107.315.634,39	1.548.572.366.242,86	DISPENDIOS	1.048.107.315.634,39	1.548.572.366.242,86

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECEITAS CORRENTES	38.175.698.513,68	33.946.080.209,88	DESPESAS CORRENTES	72.196.091.163,17	65.241.637.861,71
RECEITA TRIBUTARIA	35.683.310,02	49.386.114,55	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.606.529.025,37	9.853.340.109,12
RECEITA DE CONTRIBUICOES	6.328.389.312,68	6.272.680.193,94	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61.559.702.401,67	55.388.297.752,59
RECEITA PATRIMONIAL	16.914.711.486,84	12.419.786.227,90	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	3.289.868.364,33	3.223.298.146,71
RECEITA INDUSTRIAL	82.618.413,29	73.472.473,27	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	9.317.977,28	9.381.721,62
RECEITA DE SERVICOS	11.301.879.383,55	10.965.856.176,18	OUTRAS DESPESAS	58.260.516.060,06	52.155.617.884,26
OUTRAS TRANSFERENCIAS	27.385.627,64	30.144.440,37	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	29.859.736,13	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.303.213.790,38	4.000.674.585,80	DESPESAS DE CAPITAL	43.905.881.647,09	40.358.786.114,10
RECEITA ENTRE ORGAOS ORCAMENTO > 2013	181.817.189,28	134.079.997,87	INVESTIMENTOS	1.313.126.205,70	1.511.930.999,03
RECEITAS DE CAPITAL	4.832.755.721,66	3.801.758.612,57	INVERSOES FINANCEIRAS	42.592.717.079,39	38.846.842.891,07
ALIENACAO DE BENS	82.447.942,67	52.375.887,11	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	38.362,00	12.224,00
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	4.742.446.324,77	3.740.925.683,75	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	91.834.107.201,15	120.985.330.819,92
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.523.674,25	4.646.365,45	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	71.547.881.763,58	102.143.514.875,18
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.337.779,97	3.810.676,26	REPASSE CONCEDIDO	40.628.622.257,60	36.165.680.396,28
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			SUB-REPASSE CONCEDIDO	24.164.881.801,52	55.696.610.991,68
DEDUCOES DA RECEITA	-1.968.648.117,58	-2.104.484.908,11	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	24.164.881.801,52	55.696.610.991,68
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	166.035.887.401,56	186.325.756.593,34	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	83.441.539,87	0,00
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	99.382.136.728,01	166.549.187.555,98	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.162.659.760,44	5.304.420.555,22
REPASSE RECEBIDO	69.070.293.784,55	96.893.326.613,13	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.508.276.404,15	4.976.802.932,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	24.164.881.801,52	55.717.873.124,17	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	8.445.022,68	7.838.298,32
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	24.164.881.801,52	55.717.873.124,17	INCORPORACAO DE RECEITA	8.445.022,68	7.838.298,32
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	83.441.539,87	0,00	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	20.277.780.414,89	18.833.977.646,42
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.859.030.662,55	12.738.036.577,88	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	1.431.494.710,95	545.205.594,10
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.204.488.939,52	1.199.951.240,80	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	547.333.379,22	544.071.823,10
CORRESPONDENCIA DE DEBITO	8.445.022,68	7.838.298,32	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	884.161.331,73	1.133.771,00
DESINCORPORACAO DE RECEITA	8.445.022,68	7.838.298,32	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	18.846.285.703,94	18.288.772.052,32
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	66.645.305.650,87	19.768.730.739,04	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	132.465.514.516,63	113.619.020.191,35
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	58.588.568.307,99	12.327.888.925,93	VALORES EM CIRCULACAO	48.892.536.067,91	52.467.769.934,45
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	58.573.514.104,83	12.327.259.521,63	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	24.813.896.479,68	24.586.872.560,98
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	15.054.203,16	629.404,30	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	39.993.397,78	35.570.062,25
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	8.056.737.342,88	7.440.841.813,11	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.707.323,87	5.475.766,94
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	145.131.532.750,01	118.121.017.319,18	OUTROS CREDITOS	5.707.323,87	5.475.766,94
VALORES EM CIRCULACAO	61.674.374.744,04	45.848.612.520,86	RECURSOS VINCULADOS	552.623,76	384.640,79
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	33.793.239.838,36	15.166.991.148,73	DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	24.032.386.242,82	27.839.466.903,49
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	35.570.062,25	27.659.266,47	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.181.368.777,54	14.026.433.391,67
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.475.766,94	3.976.678,46	VALORES DIFERIDOS	6.181.291.871,52	14.026.356.485,65
OUTROS CREDITOS	5.475.766,94	3.976.678,46	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02
RECURSOS VINCULADOS	622.173,00	552.623,76	DEPOSITOS	3.869.481.949,37	3.833.075.703,62
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	27.839.466.903,49	30.649.432.803,44	CONSIGNACOES	93.011.922,15	49.568.178,87
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.708.304.550,92	10.341.979.369,49	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.776.461.997,34	3.781.859.235,58
VALORES DIFERIDOS	6.708.227.644,90	10.341.902.463,47	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	8.029,88	1.648.289,17
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	30.751.789.172,30	12.155.713.810,20

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
DEPOSITOS	3.780.200.490,85	3.869.481.949,37	FORNECEDORES	845.682.146,02	599.842.989,34
CONSIGNACOES	370.554,45	93.011.922,15	DE EXERCICIOS ANTERIORES	268.766.532,96	78.135.678,68
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.779.822.461,42	3.776.461.997,34	CONVENIOS A PAGAR	338.230.060,25	329.372.080,20
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.474,98	8.029,88	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	125.964.402,76	124.666.499,32
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	33.979.811.091,93	22.426.111.718,85	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	932.323,47
FORNECEDORES	1.124.512.194,05	845.682.146,02	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.015.385,94	294.128,04
DO EXERCICIO	155.079.290,47	241.156.754,68	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	37.938.472,31	29.737.100,17
DE EXERCICIOS ANTERIORES	276.287.245,58	27.609.778,28	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	56.713.711,89	33.079.240,97
CONVENIOS A PAGAR	336.523.119,97	338.230.060,25	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	10.281.357,84	2.422.930,89
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	114.477.756,59	125.964.402,76	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	5.839.898,60	1.203.007,60
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	932.323,47	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	265.660.472,96	176.865.616,70
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	265.248,99	1.015.385,94	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	17.807.123.044,51	6.317.359.440,19
CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	8.964.150,35	37.938.472,31	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.822.759.835,17	6.574.208,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	51.061.313,79	56.713.711,89	VALORES EM TRANSITO	1.641.322,17	51.430,91
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	141.126.719,39	10.281.357,84	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	2.456.780.766,12	1.213.024.148,28
TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	39.795.025,45	5.839.898,60	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	6.781.079.036,76	3.678.656.712,29
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	9.752.058,28	265.660.472,96	OUTROS DEBITOS	471.522,28	260.869,73
RESTOS A PAGAR	22.616.209.574,84	10.419.613.307,46	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	19.530.862,86	10.544.505,11
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	17.640.444.121,26	9.165.181.098,64	OUTRAS OBRIGACOES	751.060.163,45	152.533.889,65
NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	724.196.996,92	379.797.457,63	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	3.437.725.009,57	2.957.445.858,14
CANCELADO	4.251.568.456,66	874.634.751,19	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	3.437.686.340,29	2.956.420.042,49
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.069.063.438,81	1.003.812.332,72	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	38.669,28	1.025.815,65
VALORES EM TRANSITO	512.812,10	1.641.322,17	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	39.332.613.539,94	28.178.581.493,27
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	2.771.405.605,71	2.456.780.766,12	BAIXA DE DIREITOS	30.524.855.507,27	16.536.238.890,16
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	6.209.835.695,38	6.781.079.036,76	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	30.523.999.666,44	16.536.238.890,16
OUTROS DEBITOS	10.376.602,94	388.938,82	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	855.840,83	0,00
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	43.041.195,60	-99.606.767,63	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	8.764.307.699,95	9.595.219.275,13
OUTRAS OBRIGACOES	125.101.914,22	751.060.163,45	EXERCICIOS ANTERIORES	2.315,04	0,00
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	202.730.075,32	39.741.526,31	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	8.436.448.632,02	9.548.491.984,84
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	202.730.075,32	39.741.526,31	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	327.856.752,89	46.727.290,29
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	38.786.111.796,95	35.595.090.234,30	AJUSTES DE OBRIGACOES	43.450.332,72	2.047.123.327,98
INCORPORACAO DE DIREITOS	32.853.048.027,20	32.456.704.095,01	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	110,00	6.825,50
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	17.814.580.875,68	18.691.735.548,27	VARIACAO CAMBIAL	30.026.127,31	31.578.564,16
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	15.038.467.151,52	13.764.968.546,74	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	13.424.095,41	2.015.537.938,32
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	5.894.056.913,13	3.097.799.757,62			
EXERCICIOS ANTERIORES	87.366.186,88	32.468.580,10			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	5.806.689.608,75	3.065.320.510,32			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	1.117,50	10.667,20			
AJUSTES DE CREDITOS	39.006.856,62	40.586.381,67			
VARIACAO CAMBIAL	9.479.048,47	10.217.054,32			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	29.527.808,15	30.369.327,35			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	105.586.518.096,20	105.525.598.145,34	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	117.392.149.837,49	105.410.950.985,12

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	54.312.470.752,18	47.521.795.227,14	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	61.455.193.318,00	54.136.903.641,10
APLICACOES FINANCEIRAS	39.912.563.791,35	46.342.107.232,41	APLICACOES FINANCEIRAS	44.426.637.433,94	39.912.563.791,35
OUTRAS DISPONIBILIDADES	11.361.483.552,67	11.661.695.685,79	OUTRAS DISPONIBILIDADES	11.510.319.085,55	11.361.483.552,67
INGRESSOS	457.793.744.365,53	445.615.725.972,20	DISPENDIOS	457.793.744.365,53	445.615.725.972,20

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
RECEITAS CORRENTES	340.662.479.917,23	1.739.820.277,66	DESPESAS CORRENTES	393.827.684.052,25	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	313.795.819.025,39	1.011.205.500,02	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	393.827.683.051,56	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	801.666.632,39	661.259.554,42	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	390.735.753.133,67	0,00
RECEITA DE SERVICOS	948.671,44	975.975,00	OUTRAS DESPESAS	3.091.929.917,89	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.011.644.014,63	66.257.956,22	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.000,69	0,00
RECEITA ENTRE ORGAOS ORCAMENTO > 2013	18.052.401.573,38	121.292,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	4.853.984.975,00
RECEITAS DE CAPITAL	67.088.250,24	124.468.029,59	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	4.853.984.975,00
ALIENACAO DE BENS	67.083.371,77	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	638.734.553.971,80	4.389.690.324,71
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	0,00	124.468.029,59	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	1.726.254.549,65	2.674.947.599,60
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.878,47	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	1.720.358.422,75	0,00
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	1.720.358.422,75	0,00
DEDUCOES DA RECEITA	-1.449.843.895,07	-473.068,34	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.896.126,90	2.674.947.599,60
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	670.307.561.141,22	2.675.703.106,69	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	637.008.299.422,15	1.714.742.725,11
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	372.344.226.310,03	2.674.947.599,60	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	4.436.772,98	0,00
REPASSE RECEBIDO	370.617.971.760,38	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	0,01	0,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.720.358.422,75	0,00	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.436.772,97	0,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	1.720.358.422,75	0,00	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	637.003.862.649,17	1.714.742.725,11
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	2.674.947.599,60	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	30.799.057.135,97	27.624.104.156,24
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.896.126,90	0,00	VALORES EM CIRCULACAO	27.911.658.616,71	11.886.269.445,44
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	297.963.334.831,19	755.507,09	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	27.911.658.616,71	11.886.269.445,44
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	4.436.772,98	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.680.843.726,50	2.674.947.599,60
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.436.772,97	0,00	VALORES DIFERIDOS	2.680.843.726,50	2.674.947.599,60
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	0,01	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	111.000.525,16	6.763.843.291,17
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	297.958.898.058,21	755.507,09	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	182.437,22	5.253.822.449,50
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	53.774.009.746,40	32.404.024.312,55	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	0,00	1.509.938.258,21
VALORES EM CIRCULACAO	2.679.902.168,06	9.602.141.423,55	OUTROS DEBITOS	0,00	82.583,46
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	2.679.902.168,06	9.602.141.423,55	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	110.818.087,94	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.896.126,90	2.674.947.599,60	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	95.554.267,60	6.299.043.820,03
VALORES DIFERIDOS	5.896.126,90	2.674.947.599,60	BAIXA DE DIREITOS	0,00	6.298.761.473,26
DEPOSITOS	5.147.557.972,31	0,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	6.298.761.473,26
CONSIGNACOES	29.418.442,06	0,00	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	95.554.267,60	282.346,77
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	5.118.139.530,25	0,00	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	95.534.250,37	0,00
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	23.280.216.548,77	10.019.649.607,09	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	20.017,23	282.346,77
FORNECEDORES	137.112.166,51	0,00			
DO EXERCICIO	148.676,85	0,00			
COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	136.963.489,66	0,00			
RESTOS A PAGAR	1.103.596.130,76	9.200.619.521,18			
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.093.781.725,73	8.262.326.925,46			
CANCELADO	9.814.405,03	938.292.595,72			
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	0,00	818.947.502,45			
BENEFICIOS A PAGAR	21.929.369.198,62	0,00			
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	95.534.250,37	0,00			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2014	2013	TITULOS	2014	2013
OUTROS DEBITOS	328,50	82.583,46			
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	14.593.949,02	0,00			
OUTRAS OBRIGACOES	10.524,99	0,00			
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	20.017,23	282.346,77			
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	20.017,23	282.346,77			
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	22.660.416.913,13	10.107.003.335,54			
INCORPORACAO DE DIREITOS	22.660.416.913,13	10.107.003.335,54			
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	22.660.416.913,13	10.107.003.335,54			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	0,00	99.803.908,88	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	0,00	175.567.111,08
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	0,00	99.803.908,88	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	0,00	175.567.111,08
INGRESSOS	1.063.361.295.160,02	37.043.346.567,03	DISPENDIOS	1.063.361.295.160,02	37.043.346.567,03

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	905.751.961.251,00	905.751.961.251,00	864.553.373.010,79	41.198.588.240,21	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.648.495.027.469,00	1.820.596.877.932,24	1.566.160.804.294,12	254.436.073.638,12
RECEITAS TRIBUTARIAS	430.812.562.001,00	430.812.562.001,00	395.757.958.093,18	35.054.603.907,82	DESPESAS CORRENTES	754.704.584.645,00	772.901.041.530,33	711.895.508.235,57	61.005.533.294,76
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	317.228.762.844,00	317.228.762.844,00	348.104.333.711,55	-30.875.570.867,55	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	164.389.539.715,00	157.491.943.264,05	156.133.401.695,05	1.358.541.569,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	74.035.520.360,00	74.035.520.360,00	60.623.063.145,17	13.412.457.214,83	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	189.465.624.697,00	203.472.514.774,00	170.545.934.611,17	32.926.580.162,83
RECEITAS AGROPECUARIAS	635.507,00	635.507,00	535.930,29	99.576,71	OUTRAS DESPESAS CORREN	400.849.420.233,00	411.936.583.492,28	385.216.171.929,35	26.720.411.562,93
RECEITAS INDUSTRIAIS	659.293,00	659.293,00	-2.308,12	661.601,12	DESPESAS DE CAPITAL	893.790.442.824,00	1.047.695.836.401,91	854.265.296.058,55	193.430.540.343,36
RECEITAS DE SERVICOS	36.218.948.436,00	36.218.948.436,00	26.952.113.305,61	9.266.835.130,39	INVESTIMENTOS	42.616.834.723,00	40.867.209.847,50	27.027.215.620,82	13.839.994.226,68
TRANSFERENCIAS	643.616.804,00	643.616.804,00	338.754.111,01	304.862.692,99	INVERSOES FINANCEIRAS	24.314.461.376,00	26.588.610.314,41	18.702.149.423,83	7.886.460.890,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	46.811.256.006,00	46.811.256.006,00	32.776.617.022,10	14.034.638.983,90	AMORTIZACAO DA DIVIDA	812.472.270.325,00	965.853.139.840,00	808.535.931.013,90	157.317.208.826,10
RECEITAS DE CAPITAL	969.576.480.050,00	969.576.480.050,00	946.087.331.342,70	23.489.148.707,30	RESERVA DE CONTINGENCIA	14.386.876.400,00	14.386.876.400,00	0,00	14.386.876.400,00
OPERACOES DE CREDITO	850.461.129.673,00	850.461.129.673,00	831.923.351.261,70	18.537.778.411,30	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	1.235.958.144,00	990.004.001,54	245.954.142,46
ALIENACAO DE BENS	3.353.312.003,00	3.353.312.003,00	924.492.905,31	2.428.819.097,69	DESPESAS CORRENTES	0,00	260.196.391,00	249.044.361,79	11.152.029,21
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	30.259.633.427,00	30.259.633.427,00	27.061.872.525,01	3.197.760.901,99	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	260.196.391,00	249.044.361,79	11.152.029,21
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	30.223.244,00	30.223.244,00	39.105.094,72	-8.881.850,72	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	975.761.753,00	740.959.639,75	234.802.113,25
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	85.472.181.703,00	85.472.181.703,00	86.138.509.555,96	-666.327.852,96	INVESTIMENTOS	0,00	181.229.035,00	120.233.914,95	60.995.120,05
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	794.532.718,00	620.725.724,80	173.806.993,20
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	7.336.936.472,68	5.215.165.916,89	2.121.770.555,79
					DESPESAS CORRENTES	0,00	5.874.603.120,00	4.735.731.745,61	1.138.871.374,39
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	5.874.603.120,00	4.735.731.745,61	1.138.871.374,39
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.462.333.352,68	479.434.171,28	982.899.181,40
					INVESTIMENTOS	0,00	1.452.684.980,68	479.434.171,28	973.250.809,40
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	9.648.372,00	0,00	9.648.372,00
SUBTOTAL I	1.875.328.441.301,00	1.875.328.441.301,00	1.810.640.704.353,49	64.687.736.947,51	SUBTOTAL I	1.648.495.027.469,00	1.829.169.772.548,92	1.572.365.974.212,55	256.803.798.336,37
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	204.964.881.872,00	0,00	204.964.881.872,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	11.781.336.146,00	0,00	11.781.336.146,00					
TOTAL	1.875.328.441.301,00	2.092.074.659.319,00	1.810.640.704.353,49	281.433.954.965,51	TOTAL	1.648.495.027.469,00	1.829.169.772.548,92	1.572.365.974.212,55	256.803.798.336,37
DEFICIT TOTAL					SUPERAVIT TOTAL	0,00	0,00	238.274.730.140,94	-238.274.730.140,94
TOTAL GERAL	1.875.328.441.301,00	2.092.074.659.319,00	1.810.640.704.353,49	281.433.954.965,51	TOTAL GERAL	1.648.495.027.469,00	1.829.169.772.548,92	1.810.640.704.353,49	18.529.068.195,43

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.404.625.683.576,00	1.404.625.683.576,00	1.277.794.608.416,42	126.831.075.159,58	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	2.383.177.997.310,00	2.588.915.119.914,00	2.291.791.540.962,27	297.123.578.951,73
RECEITAS TRIBUTARIAS	443.898.327.124,00	443.898.327.124,00	400.546.812.274,73	43.351.514.849,27	DESPESAS CORRENTES	1.381.138.342.446,00	1.431.321.162.722,00	1.362.694.438.710,95	68.626.724.011,05
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	720.733.758.348,00	720.733.758.348,00	687.005.225.491,67	33.728.532.856,33	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	242.003.371.222,00	241.252.881.867,00	239.420.143.671,13	1.832.738.195,87
RECEITAS PATRIMONIAIS	100.147.312.818,00	100.147.312.818,00	82.397.230.037,92	17.750.082.780,08	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	189.474.726.088,00	203.481.778.165,00	170.551.989.278,87	32.929.788.886,13
RECEITAS AGROPECUARIAS	28.017.170,00	28.017.170,00	26.908.412,35	1.108.757,65	OUTRAS DESPESAS CORREN	949.660.245.136,00	986.586.502.690,00	952.722.305.760,95	33.864.196.929,05
RECEITAS INDUSTRIAIS	1.139.720.223,00	1.139.720.223,00	800.860.744,21	338.859.478,79	DESPESAS DE CAPITAL	1.002.039.654.864,00	1.157.593.957.192,00	929.097.102.251,32	228.496.854.940,68
RECEITAS DE SERVICOS	54.699.342.194,00	54.699.342.194,00	41.837.559.134,72	12.861.783.059,28	INVESTIMENTOS	81.406.076.737,00	80.345.898.060,00	55.387.314.709,55	24.958.583.350,45
TRANSFERENCIAS	1.231.711.102,00	1.231.711.102,00	774.295.612,91	457.415.489,09	INVERSOES FINANCEIRAS	75.833.712.206,00	79.327.169.957,00	65.169.968.571,35	14.157.201.385,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	82.747.494.597,00	82.747.494.597,00	64.405.716.707,91	18.341.777.889,09	AMORTIZACAO DA DIVIDA	812.476.166.767,00	965.857.196.282,00	808.539.818.970,42	157.317.377.311,58
RECEITAS DE CAPITAL	978.552.313.734,00	978.552.313.734,00	951.926.684.715,94	26.625.629.018,06	RESERVA DE CONTINGENCIA	32.323.699.154,00	32.063.692.893,00	0,00	32.063.692.893,00
OPERACOES DE CREDITO	851.116.609.673,00	851.116.609.673,00	831.923.351.261,70	19.193.258.411,30	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	1.706.695.730,00	996.878.854,72	709.816.875,28
ALIENACAO DE BENS	5.483.771.328,00	5.483.771.328,00	1.104.594.264,43	4.379.177.063,57	DESPESAS CORRENTES	0,00	270.299.050,00	250.854.214,97	19.444.835,03
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	36.375.883.221,00	36.375.883.221,00	32.607.464.833,36	3.768.418.387,64	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	270.299.050,00	250.854.214,97	19.444.835,03
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	101.067.790,00	101.067.790,00	149.407.757,92	-48.339.967,92	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.436.396.680,00	746.024.639,75	690.372.040,25
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	85.474.981.722,00	85.474.981.722,00	86.141.866.598,53	-666.884.876,53	INVESTIMENTOS	0,00	511.716.368,00	125.298.914,95	386.417.453,05
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	924.680.312,00	620.725.724,80	303.954.587,20
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	17.750.587.932,00	15.547.071.323,07	2.203.516.608,93
					DESPESAS CORRENTES	0,00	5.963.256.405,00	4.748.001.300,41	1.215.255.104,59
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	5.963.256.405,00	4.748.001.300,41	1.215.255.104,59
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	11.787.331.527,00	10.799.070.022,66	988.261.504,34
					INVESTIMENTOS	0,00	1.477.683.155,00	499.070.022,66	978.613.132,34
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	10.309.648.372,00	10.300.000.000,00	9.648.372,00
SUBTOTAL I	2.383.177.997.310,00	2.383.177.997.310,00	2.229.721.293.132,36	153.456.704.177,64	SUBTOTAL I	2.383.177.997.310,00	2.608.372.403.576,00	2.308.335.491.140,06	300.036.912.435,94
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	212.476.734.843,00	0,00	212.476.734.843,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	12.726.078.171,00	0,00	12.726.078.171,00					
TOTAL	2.383.177.997.310,00	2.608.380.810.324,00	2.229.721.293.132,36	378.659.517.191,64	TOTAL	2.383.177.997.310,00	2.608.372.403.576,00	2.308.335.491.140,06	300.036.912.435,94
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	78.614.198.007,70	-78.614.198.007,70	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	2.383.177.997.310,00	2.608.380.810.324,00	2.308.335.491.140,06	300.045.319.183,94	TOTAL GERAL	2.383.177.997.310,00	2.608.372.403.576,00	2.308.335.491.140,06	300.036.912.435,94

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
16/03/2015	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	36.708.038.231,00	36.708.038.231,00	34.703.941.205,25	2.004.097.025,75	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	136.134.378.188,00	185.537.383.035,46	166.426.331.468,17	19.111.051.567,29
RECEITAS TRIBUTARIAS	2.271.456.459,00	2.271.456.459,00	4.753.259.010,31	-2.481.802.551,31	DESPESAS CORRENTES	98.826.657.058,00	147.364.494.895,12	143.017.828.874,13	4.346.666.020,99
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	22.461.579.469,00	22.461.579.469,00	19.750.420.784,82	2.711.158.684,18	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	45.945.054.825,00	50.843.263.057,96	50.534.521.418,22	308.741.639,74
RECEITAS PATRIMONIAIS	7.316.131.941,00	7.316.131.941,00	5.326.463.393,95	1.989.668.547,05	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	2.731.750,00	2.731.750,00	350.722,75	2.381.027,25
RECEITAS AGROPECUARIAS	9.697.065,00	9.697.065,00	11.411.271,53	-1.714.206,53	OUTRAS DESPESAS CORREN	52.878.870.483,00	96.518.500.087,16	92.482.956.733,16	4.035.543.354,00
RECEITAS INDUSTRIAIS	102.045.701,00	102.045.701,00	101.736.372,81	309.328,19	DESPESAS DE CAPITAL	37.307.721.130,00	38.172.888.140,34	23.408.502.594,04	14.764.385.546,30
RECEITAS DE SERVICOS	3.139.114.179,00	3.139.114.179,00	2.633.167.478,25	505.946.700,75	INVESTIMENTOS	26.949.253.089,00	27.525.054.125,02	20.169.168.239,16	7.355.885.885,86
TRANSFERENCIAS	203.530.971,00	203.530.971,00	88.049.848,74	115.481.122,26	INVERSOES FINANCEIRAS	4.129.780.511,00	4.429.152.746,32	3.238.597.354,88	1.190.555.391,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	1.204.482.446,00	1.204.482.446,00	2.039.433.044,84	-834.950.598,84	AMORTIZACAO DA DIVIDA	787.000,00	787.000,00	737.000,00	50.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	843.113.779,00	843.113.779,00	1.078.202.985,74	-235.089.206,74	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.227.900.530,00	6.217.894.269,00	0,00	6.217.894.269,00
OPERACOES DE CREDITO	655.480.000,00	655.480.000,00	0,00	655.480.000,00	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	194.385.239,00	5.065.000,00	189.320.239,00
ALIENACAO DE BENS	36.082.144,00	36.082.144,00	33.337.662,84	2.744.481,16	DESPESAS CORRENTES	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	149.486.596,00	149.486.596,00	994.497.314,28	-845.010.718,28	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.065.039,00	2.065.039,00	50.368.008,62	-48.302.969,62	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	193.385.239,00	5.065.000,00	188.320.239,00
					INVESTIMENTOS	0,00	193.385.239,00	5.065.000,00	188.320.239,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	10.396.034.515,32	10.331.905.406,18	64.129.109,14
					DESPESAS CORRENTES	0,00	71.036.341,00	12.269.554,80	58.766.786,20
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	71.036.341,00	12.269.554,80	58.766.786,20
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.324.998.174,32	10.319.635.851,38	5.362.322,94
					INVESTIMENTOS	0,00	24.998.174,32	19.635.851,38	5.362.322,94
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	10.300.000.000,00	10.300.000.000,00	0,00
SUBTOTAL I	37.551.152.010,00	37.551.152.010,00	35.782.144.190,99	1.769.007.819,01	SUBTOTAL I	136.134.378.188,00	196.127.802.789,78	176.763.301.874,35	19.364.500.915,43
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	289.060.122,00	0,00	289.060.122,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	166.816.436,00	0,00	166.816.436,00					
TOTAL	37.551.152.010,00	38.007.028.568,00	35.782.144.190,99	2.224.884.377,01	TOTAL	136.134.378.188,00	196.127.802.789,78	176.763.301.874,35	19.364.500.915,43
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	140.981.157.683,36	-140.981.157.683,36	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	37.551.152.010,00	38.007.028.568,00	176.763.301.874,35	-138.756.273.306,35	TOTAL GERAL	136.134.378.188,00	196.127.802.789,78	176.763.301.874,35	19.364.500.915,43

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.029.206.831,00	1.029.206.831,00	1.167.815.532,53	-138.608.701,53	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	28.570.219.331,00	35.433.354.567,55	32.969.366.572,36	2.463.987.995,19
RECEITAS TRIBUTARIAS	0,00	0,00	1.513,75	-1.513,75	DESPESAS CORRENTES	25.186.583.901,00	32.027.624.691,76	30.824.555.926,00	1.203.068.765,76
RECEITAS PATRIMONIAIS	80.030.429,00	80.030.429,00	122.420.495,54	-42.390.066,54	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	13.786.525.737,00	15.080.778.635,00	14.942.365.021,29	138.413.613,71
RECEITAS AGROPECUARIAS	327.498,00	327.498,00	99.210,74	228.287,26	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	876.000,00	876.000,00	107.486,65	768.513,35
RECEITAS INDUSTRIAIS	10.274.563,00	10.274.563,00	478.070,09	9.796.492,91	OUTRAS DESPESAS CORREN	11.399.182.164,00	16.945.970.056,76	15.882.083.418,06	1.063.886.638,70
RECEITAS DE SERVICOS	510.505.204,00	510.505.204,00	457.096.652,74	53.408.551,26	DESPESAS DE CAPITAL	3.383.635.430,00	3.405.729.875,79	2.144.810.646,36	1.260.919.229,43
TRANSFERENCIAS	286.066.000,00	286.066.000,00	316.896.136,87	-30.830.136,87	INVESTIMENTOS	3.380.724.828,00	3.405.284.293,79	2.144.803.396,36	1.260.480.897,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	142.003.137,00	142.003.137,00	270.823.452,80	-128.820.315,80	INVERSOES FINANCEIRAS	2.910.602,00	445.582,00	7.250,00	438.332,00
RECEITAS DE CAPITAL	9.886.299,00	9.886.299,00	17.151.753,21	-7.265.454,21	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	1.910.000,00	0,00	1.910.000,00
ALIENACAO DE BENS	5.402.299,00	5.402.299,00	3.347.692,11	2.054.606,89	DESPESAS CORRENTES	0,00	1.560.000,00	0,00	1.560.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.484.000,00	4.484.000,00	13.804.061,10	-9.320.061,10	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	1.560.000,00	0,00	1.560.000,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
					INVESTIMENTOS	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
SUBTOTAL I	1.039.093.130,00	1.039.093.130,00	1.184.967.285,74	-145.874.155,74	SUBTOTAL I	28.570.219.331,00	35.435.264.567,55	32.969.366.572,36	2.465.897.995,19
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	90.745.876,00	0,00	90.745.876,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	761.224.410,00	0,00	761.224.410,00					
TOTAL	1.039.093.130,00	1.891.063.416,00	1.184.967.285,74	706.096.130,26	TOTAL	28.570.219.331,00	35.435.264.567,55	32.969.366.572,36	2.465.897.995,19
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	31.784.399.286,62	-31.784.399.286,62	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	1.039.093.130,00	1.891.063.416,00	32.969.366.572,36	-31.078.303.156,36	TOTAL GERAL	28.570.219.331,00	35.435.264.567,55	32.969.366.572,36	2.465.897.995,19

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	890.152.456,00	890.152.456,00	1.043.972.347,83	-153.819.891,83	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	13.624.774.765,00	15.376.304.451,89	12.804.436.319,99	2.571.868.131,90
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	91.338.000,00	91.338.000,00	484.828.883,31	-393.490.883,31	DESPESAS CORRENTES	7.741.692.381,00	8.170.641.824,77	7.785.675.765,26	384.966.059,51
RECEITAS PATRIMONIAIS	27.415.228,00	27.415.228,00	64.484.097,36	-37.068.869,36	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	5.717.079.434,00	5.321.324.881,01	5.300.242.488,67	21.082.392,34
RECEITAS AGROPECUARIAS	17.357.100,00	17.357.100,00	14.861.999,79	2.495.100,21	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	13.755,00	15.755,00	14.053,85	1.701,15
RECEITAS INDUSTRIAIS	79.579.542,00	79.579.542,00	74.456.492,90	5.123.049,10	OUTRAS DESPESAS CORREN	2.024.599.192,00	2.849.301.188,76	2.485.419.222,74	363.881.966,02
RECEITAS DE SERVICOS	543.725.633,00	543.725.633,00	239.048.050,59	304.677.582,41	DESPESAS DE CAPITAL	5.883.082.384,00	7.205.662.627,12	5.018.760.554,73	2.186.902.072,39
TRANSFERENCIAS	8.594.737,00	8.594.737,00	3.049.064,98	5.545.672,02	INVESTIMENTOS	3.994.607.481,00	5.282.919.277,20	4.382.193.508,82	900.725.768,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	122.142.216,00	122.142.216,00	163.243.758,90	-41.101.542,90	INVERSOES FINANCEIRAS	1.842.000.000,00	1.876.258.446,92	636.497.463,25	1.239.760.983,67
RECEITAS DE CAPITAL	1.927.148.773,00	1.927.148.773,00	61.578.669,72	1.865.570.103,28	AMORTIZACAO DA DIVIDA	62.866,00	72.866,00	69.582,66	3.283,34
ALIENACAO DE BENS	1.867.499.631,00	1.867.499.631,00	19.963.581,30	1.847.536.049,70	RESERVA DE CONTINGENCIA	46.412.037,00	46.412.037,00	0,00	46.412.037,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	59.649.142,00	59.649.142,00	41.606.919,23	18.042.222,77	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	134.000.000,00	1.780.000,00	132.220.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	0,00	0,00	8.169,19	-8.169,19	DESPESAS CORRENTES	0,00	5.000.000,00	1.780.000,00	3.220.000,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	5.000.000,00	1.780.000,00	3.220.000,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	129.000.000,00	0,00	129.000.000,00
					INVESTIMENTOS	0,00	129.000.000,00	0,00	129.000.000,00
SUBTOTAL I	2.817.301.229,00	2.817.301.229,00	1.105.551.017,55	1.711.750.211,45	SUBTOTAL I	13.624.774.765,00	15.510.304.451,89	12.806.216.319,99	2.704.088.131,90
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	33.719.707,00	0,00	33.719.707,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	3.195.699,00	0,00	3.195.699,00					
TOTAL	2.817.301.229,00	2.854.216.635,00	1.105.551.017,55	1.748.665.617,45	TOTAL	13.624.774.765,00	15.510.304.451,89	12.806.216.319,99	2.704.088.131,90
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	11.700.665.302,44	-11.700.665.302,44	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	2.817.301.229,00	2.854.216.635,00	12.806.216.319,99	-9.951.999.684,99	TOTAL GERAL	13.624.774.765,00	15.510.304.451,89	12.806.216.319,99	2.704.088.131,90

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	983.284.088,00	983.284.088,00	688.118.315,30	295.165.772,70	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	3.163.461.129,00	3.807.881.400,38	3.500.975.298,33	306.906.102,05
RECEITAS PATRIMONIAIS	25.250.808,00	25.250.808,00	48.954.887,78	-23.704.079,78	DESPESAS CORRENTES	2.637.337.391,00	3.224.245.869,85	3.147.124.547,77	77.121.322,08
RECEITAS INDUSTRIAIS	721.802.915,00	721.802.915,00	364.797.984,20	357.004.930,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	1.645.684.333,00	1.904.047.554,98	1.898.537.631,75	5.509.923,23
RECEITAS DE SERVICOS	232.455.662,00	232.455.662,00	259.593.348,45	-27.137.686,45	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	5.479.886,00	5.639.886,00	5.582.404,45	57.481,55
TRANSFERENCIAS	255.656,00	255.656,00	230.825,08	24.830,92	OUTRAS DESPESAS CORREN	986.173.172,00	1.314.558.428,87	1.243.004.511,57	71.553.917,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	3.519.047,00	3.519.047,00	14.541.269,79	-11.022.222,79	DESPESAS DE CAPITAL	526.123.738,00	583.635.530,53	353.850.750,56	229.784.779,97
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	277.579,13	-277.579,13	INVESTIMENTOS	428.422.180,00	485.783.972,53	350.769.376,70	135.014.595,83
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	277.579,13	-277.579,13	AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.046.576,00	3.196.576,00	3.081.373,86	115.202,14
					RESERVA DE CONTINGENCIA	94.654.982,00	94.654.982,00	0,00	94.654.982,00
SUBTOTAL I	983.284.088,00	983.284.088,00	688.395.894,43	294.888.193,57	SUBTOTAL I	3.163.461.129,00	3.807.881.400,38	3.500.975.298,33	306.906.102,05
TOTAL	983.284.088,00	983.284.088,00	688.395.894,43	294.888.193,57	TOTAL	3.163.461.129,00	3.807.881.400,38	3.500.975.298,33	306.906.102,05
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	2.812.579.403,90	-2.812.579.403,90	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	983.284.088,00	983.284.088,00	3.500.975.298,33	-2.517.691.210,33	TOTAL GERAL	3.163.461.129,00	3.807.881.400,38	3.500.975.298,33	306.906.102,05

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	459.263.040.719,00	459.263.040.719,00	375.637.388.004,72	83.625.652.714,28	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	553.190.136.428,00	528.163.318.526,48	509.929.627.009,30	18.233.691.517,18
RECEITAS TRIBUTARIAS	10.814.308.664,00	10.814.308.664,00	35.593.657,49	10.778.715.006,51	DESPESAS CORRENTES	492.041.487.070,00	467.633.113.910,17	466.023.745.362,22	1.609.368.547,95
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	380.952.078.035,00	380.952.078.035,00	318.665.642.111,99	62.286.435.923,01	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	10.519.487.178,00	10.611.524.474,00	10.611.075.416,15	449.057,85
RECEITAS PATRIMONIAIS	18.662.964.052,00	18.662.964.052,00	16.211.844.018,12	2.451.120.033,88	OUTRAS DESPESAS CORREN	481.521.999.892,00	457.021.589.436,17	455.412.669.946,07	1.608.919.490,10
RECEITAS INDUSTRIAIS	225.358.209,00	225.358.209,00	259.394.132,33	-34.035.923,33	DESPESAS DE CAPITAL	61.148.649.358,00	60.530.204.616,31	43.905.881.647,08	16.624.322.969,23
RECEITAS DE SERVICOS	14.054.593.080,00	14.054.593.080,00	11.296.540.299,08	2.758.052.780,92	INVESTIMENTOS	4.036.234.436,00	2.779.646.543,96	1.313.164.567,69	1.466.481.976,27
TRANSFERENCIAS	89.646.934,00	89.646.934,00	27.315.626,23	62.331.307,77	INVERSOES FINANCEIRAS	45.544.559.717,00	46.432.702.867,35	42.592.717.079,39	3.839.985.787,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	34.464.091.745,00	34.464.091.745,00	29.141.058.159,48	5.323.033.585,52	RESERVA DE CONTINGENCIA	11.567.855.205,00	11.317.855.205,00	0,00	11.317.855.205,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.195.684.833,00	6.195.684.833,00	4.682.142.385,44	1.513.542.447,56	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	140.442.347,00	29.853,18	140.412.493,82
ALIENACAO DE BENS	221.475.251,00	221.475.251,00	123.174.843,74	98.300.407,26	DESPESAS CORRENTES	0,00	2.542.659,00	29.853,18	2.512.805,82
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	5.966.763.198,00	5.966.763.198,00	4.551.094.994,07	1.415.668.203,93	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	2.542.659,00	29.853,18	2.512.805,82
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.646.365,00	4.646.365,00	4.523.674,25	122.690,75	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	137.899.688,00	0,00	137.899.688,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	2.800.019,00	2.800.019,00	3.348.873,38	-548.854,38	INVESTIMENTOS	0,00	7.752.094,00	0,00	7.752.094,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	130.147.594,00	0,00	130.147.594,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	17.616.944,00	0,00	17.616.944,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	17.616.944,00	0,00	17.616.944,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	17.616.944,00	0,00	17.616.944,00
SUBTOTAL I	465.458.725.552,00	465.458.725.552,00	380.319.530.390,16	85.139.195.161,84	SUBTOTAL I	553.190.136.428,00	528.321.377.817,48	509.929.656.862,48	18.391.720.955,00
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	7.098.327.266,00	0,00	7.098.327.266,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	13.505.480,00	0,00	13.505.480,00					
TOTAL	465.458.725.552,00	472.570.558.298,00	380.319.530.390,16	92.251.027.907,84	TOTAL	553.190.136.428,00	528.321.377.817,48	509.929.656.862,48	18.391.720.955,00
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	129.610.126.472,32	-129.610.126.472,32	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	465.458.725.552,00	472.570.558.298,00	509.929.656.862,48	-37.359.098.564,48	TOTAL GERAL	553.190.136.428,00	528.321.377.817,48	509.929.656.862,48	18.391.720.955,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	39.610.681.606,00	39.610.681.606,00	37.603.847.400,91	2.006.834.205,09	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	181.492.833.413,00	240.154.923.455,28	215.701.109.658,85	24.453.813.796,43
RECEITAS TRIBUTARIAS	2.271.456.459,00	2.271.456.459,00	4.753.260.524,06	-2.481.804.065,06	DESPESAS CORRENTES	134.392.270.731,00	190.787.007.281,50	184.775.185.113,16	6.011.822.168,34
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	22.552.917.469,00	22.552.917.469,00	20.235.249.668,13	2.317.667.800,87	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	67.094.344.329,00	73.149.414.128,95	72.675.666.559,93	473.747.569,02
RECEITAS PATRIMONIAIS	7.448.828.406,00	7.448.828.406,00	5.562.322.874,63	1.886.505.531,37	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	9.101.391,00	9.263.391,00	6.054.667,70	3.208.723,30
RECEITAS AGROPECUARIAS	27.381.663,00	27.381.663,00	26.372.482,06	1.009.180,94	OUTRAS DESPESAS CORREN	67.288.825.011,00	117.628.329.761,55	112.093.463.885,53	5.534.865.876,02
RECEITAS INDUSTRIAIS	913.702.721,00	913.702.721,00	541.468.920,00	372.233.801,00	DESPESAS DE CAPITAL	47.100.562.682,00	49.367.916.173,78	30.925.924.545,69	18.441.991.628,09
RECEITAS DE SERVICOS	4.425.800.678,00	4.425.800.678,00	3.588.905.530,03	836.895.147,97	INVESTIMENTOS	34.753.007.578,00	36.699.041.668,54	27.046.934.521,04	9.652.107.147,50
TRANSFERENCIAS	498.447.364,00	498.447.364,00	408.225.875,67	90.221.488,33	INVERSOES FINANCEIRAS	5.974.691.113,00	6.305.856.775,24	3.875.102.068,13	2.430.754.707,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	1.472.146.846,00	1.472.146.846,00	2.488.041.526,33	-1.015.894.680,33	AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.896.442,00	4.056.442,00	3.887.956,52	168.485,48
RECEITAS DE CAPITAL	2.780.148.851,00	2.780.148.851,00	1.157.210.987,80	1.622.937.863,20	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.368.967.549,00	6.358.961.288,00	0,00	6.358.961.288,00
OPERACOES DE CREDITO	655.480.000,00	655.480.000,00	0,00	655.480.000,00	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	330.295.239,00	6.845.000,00	323.450.239,00
ALIENACAO DE BENS	1.908.984.074,00	1.908.984.074,00	56.926.515,38	1.852.057.558,62	DESPESAS CORRENTES	0,00	7.560.000,00	1.780.000,00	5.780.000,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	149.486.596,00	149.486.596,00	994.497.314,28	-845.010.718,28	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	7.560.000,00	1.780.000,00	5.780.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	66.198.181,00	66.198.181,00	105.778.988,95	-39.580.807,95	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	322.735.239,00	5.065.000,00	317.670.239,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	0,00	0,00	8.169,19	-8.169,19	INVESTIMENTOS	0,00	322.735.239,00	5.065.000,00	317.670.239,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	10.396.034.515,32	10.331.905.406,18	64.129.109,14
					DESPESAS CORRENTES	0,00	71.036.341,00	12.269.554,80	58.766.786,20
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	71.036.341,00	12.269.554,80	58.766.786,20
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.324.998.174,32	10.319.635.851,38	5.362.322,94
					INVESTIMENTOS	0,00	24.998.174,32	19.635.851,38	5.362.322,94
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	10.300.000.000,00	10.300.000.000,00	0,00
SUBTOTAL I	42.390.830.457,00	42.390.830.457,00	38.761.058.388,71	3.629.772.068,29	SUBTOTAL I	181.492.833.413,00	250.881.253.209,60	226.039.860.065,03	24.841.393.144,57
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	413.525.705,00	0,00	413.525.705,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	931.236.545,00	0,00	931.236.545,00					
TOTAL	42.390.830.457,00	43.735.592.707,00	38.761.058.388,71	4.974.534.318,29	TOTAL	181.492.833.413,00	250.881.253.209,60	226.039.860.065,03	24.841.393.144,57
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	187.278.801.676,32	-187.278.801.676,32	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	42.390.830.457,00	43.735.592.707,00	226.039.860.065,03	-182.304.267.358,03	TOTAL GERAL	181.492.833.413,00	250.881.253.209,60	226.039.860.065,03	24.841.393.144,57

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	95.263.392.337,00	95.263.392.337,00	36.424.751.982,56	58.838.640.354,44	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	158.787.982.307,00	128.354.143.723,48	116.101.942.957,05	12.252.200.766,43
RECEITAS TRIBUTARIAS	10.814.308.664,00	10.814.308.664,00	35.593.657,49	10.778.715.006,51	DESPESAS CORRENTES	104.004.317.971,00	73.938.924.129,17	72.196.061.309,97	1.742.862.819,20
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	52.411.905.644,00	52.411.905.644,00	6.322.261.943,07	46.089.643.700,93	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	10.519.487.178,00	10.611.524.474,00	10.611.075.416,15	449.057,85
RECEITAS PATRIMONIAIS	13.355.475.709,00	13.355.475.709,00	15.409.948.965,33	-2.054.473.256,33	OUTRAS DESPESAS CORREN	93.484.830.793,00	63.327.399.655,17	61.584.985.893,82	1.742.413.761,35
RECEITAS INDUSTRIAIS	225.358.209,00	225.358.209,00	259.394.132,33	-34.035.923,33	DESPESAS DE CAPITAL	54.783.664.336,00	54.415.219.594,31	43.905.881.647,08	10.509.337.947,23
RECEITAS DE SERVICOS	14.054.593.080,00	14.054.593.080,00	11.295.592.200,42	2.759.000.879,58	INVESTIMENTOS	4.036.234.436,00	2.779.646.543,96	1.313.164.567,69	1.466.481.976,27
TRANSFERENCIAS	89.646.934,00	89.646.934,00	27.315.626,23	62.331.307,77	INVERSOES FINANCEIRAS	45.544.559.717,00	46.432.702.867,35	42.592.717.079,39	3.839.985.787,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	4.312.104.097,00	4.312.104.097,00	3.074.645.457,69	1.237.458.639,31	RESERVA DE CONTINGENCIA	5.202.870.183,00	5.202.870.183,00	0,00	5.202.870.183,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.003.241.089,00	6.003.241.089,00	4.615.054.135,20	1.388.186.953,80	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	140.442.347,00	29.853,18	140.412.493,82
ALIENACAO DE BENS	29.031.507,00	29.031.507,00	56.091.471,97	-27.059.964,97	DESPESAS CORRENTES	0,00	2.542.659,00	29.853,18	2.512.805,82
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	5.966.763.198,00	5.966.763.198,00	4.551.094.994,07	1.415.668.203,93	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	2.542.659,00	29.853,18	2.512.805,82
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.646.365,00	4.646.365,00	4.523.674,25	122.690,75	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	137.899.688,00	0,00	137.899.688,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	2.800.019,00	2.800.019,00	3.343.994,91	-543.975,91	INVESTIMENTOS	0,00	7.752.094,00	0,00	7.752.094,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	130.147.594,00	0,00	130.147.594,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	17.616.944,00	0,00	17.616.944,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	17.616.944,00	0,00	17.616.944,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	17.616.944,00	0,00	17.616.944,00
SUBTOTAL I	101.266.633.426,00	101.266.633.426,00	41.039.806.117,76	60.226.827.308,24	SUBTOTAL I	158.787.982.307,00	128.512.203.014,48	116.101.972.810,23	12.410.230.204,25
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	7.098.327.266,00	0,00	7.098.327.266,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	13.505.480,00	0,00	13.505.480,00					
TOTAL	101.266.633.426,00	108.378.466.172,00	41.039.806.117,76	67.338.660.054,24	TOTAL	158.787.982.307,00	128.512.203.014,48	116.101.972.810,23	12.410.230.204,25
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	75.062.166.692,47	-75.062.166.692,47	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	101.266.633.426,00	108.378.466.172,00	116.101.972.810,23	-7.723.506.638,23	TOTAL GERAL	158.787.982.307,00	128.512.203.014,48	116.101.972.810,23	12.410.230.204,25

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
16/03/2015	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	363.999.648.382,00	363.999.648.382,00	339.212.636.022,16	24.787.012.359,84	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	394.402.154.121,00	399.809.174.803,00	393.827.684.052,25	5.981.490.750,75
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	328.540.172.391,00	328.540.172.391,00	312.343.380.168,92	16.196.792.222,08	DESPESAS CORRENTES	388.037.169.099,00	393.694.189.781,00	393.827.684.052,25	-133.494.271,25
RECEITAS PATRIMONIAIS	5.307.488.343,00	5.307.488.343,00	801.895.052,79	4.505.593.290,21	OUTRAS DESPESAS CORREN	388.037.169.099,00	393.694.189.781,00	393.827.684.052,25	-133.494.271,25
RECEITAS DE SERVICOS	0,00	0,00	948.098,66	-948.098,66	DESPESAS DE CAPITAL	6.364.985.022,00	6.114.985.022,00	0,00	6.114.985.022,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	30.151.987.648,00	30.151.987.648,00	26.066.412.701,79	4.085.574.946,21	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.364.985.022,00	6.114.985.022,00	0,00	6.114.985.022,00
RECEITAS DE CAPITAL	192.443.744,00	192.443.744,00	67.088.250,24	125.355.493,76					
ALIENACAO DE BENS	192.443.744,00	192.443.744,00	67.083.371,77	125.360.372,23					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	0,00	0,00	4.878,47	-4.878,47					
SUBTOTAL I	364.192.092.126,00	364.192.092.126,00	339.279.724.272,40	24.912.367.853,60	SUBTOTAL I	394.402.154.121,00	399.809.174.803,00	393.827.684.052,25	5.981.490.750,75
TOTAL	364.192.092.126,00	364.192.092.126,00	339.279.724.272,40	24.912.367.853,60	TOTAL	394.402.154.121,00	399.809.174.803,00	393.827.684.052,25	5.981.490.750,75
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	54.547.959.779,85	-54.547.959.779,85	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	364.192.092.126,00	364.192.092.126,00	393.827.684.052,25	-29.635.591.926,25	TOTAL GERAL	394.402.154.121,00	399.809.174.803,00	393.827.684.052,25	5.981.490.750,75

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO

EMISSAO	PAGINA
18/03/2015	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	0,00	0,00	53.768.908,09	0,00	0,00	53.768.908,09
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-0,05	0,00	0,00	-9.263,03	0,00	0,00	-9.263,08
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-178.513.141.648,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-178.513.141.648,59
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	491.717.465.497,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	491.717.465.497,25
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	151.151.841.013,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.151.841.013,11
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	464.356.164.861,72	0,00	0,00	53.759.645,06	0,00	0,00	464.409.924.506,78

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	464.356.164.861,72	0,00	0,00	53.759.645,06	0,00	0,00	464.409.924.506,78
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	787.664.086,41	0,00	0,00	-666,41	0,00	0,00	787.663.420,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.303.595.349.316,62	0,00	0,00	-32.048,38	0,00	0,00	-1.303.595.381.365,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	995.582,34	0,00	0,00	995.582,34
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	98.369.297.633,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.369.297.633,98
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-80.363.482,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-80.363.482,31
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	-740.162.586.216,82	0,00	0,00	54.722.512,61	0,00	0,00	-740.107.863.704,21

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	53.768.908,09	0,00	0,00	156.897.913.583,71	0,00	156.951.682.491,80
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-9.263,08	0,00	0,00	797.950.995,86	0,00	797.941.732,78
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-178.513.141.648,59	0,00	0,00	-229.940.128.853,65	0,00	-408.453.270.502,24
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	49.772.787.772,49	0,00	49.772.787.772,49
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	491.717.465.497,25	0,00	0,00	1.655.946.043,84	0,00	493.373.411.541,09
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	151.151.841.013,11	0,00	0,00	27.361.300.635,48	0,00	178.513.141.648,59
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-6.544.023.566,26	0,00	-6.544.023.566,26
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-1.746.611,31	0,00	-1.746.611,31
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	464.409.924.506,78	0,00	0,00	0,16	0,00	464.409.924.506,94

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	464.409.924.506,78	0,00	0,00	0,15	0,00	464.409.924.506,93
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	787.663.420,00	0,00	0,00	0,02	0,00	787.663.420,02
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.303.595.381.365,00	0,00	0,00	-1.304.142.657.362,28	0,00	-2.607.738.038.727,28
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	995.582,34	0,00	0,00	-291.028.078,46	0,00	-290.032.496,12
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	98.369.297.633,98	0,00	0,00	843.555.059,57	0,00	99.212.852.693,55
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-80.363.482,31	0,00	0,00	1.303.675.744.847,31	0,00	1.303.595.381.365,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-80.363.482,31	0,00	-80.363.482,31
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-5.250.983,92	0,00	-5.250.983,92
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	-740.107.863.704,21	0,00	0,00	0,08	0,00	-740.107.863.704,13

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	17.997.431.514,43	6.878.545.623,15	526.779.398,42	123.410.520,37	15.649.516,10	25.541.816.572,47
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-0,07	0,00	0,00	-9.263,03	0,00	0,00	-9.263,10
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	134.464.679.092,81	0,00	-143.284.918,82	-7.435.083,59	0,00	0,00	134.313.959.090,40
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	5.000.000,00	30.596.809,75	152.792,12	10.990,13	0,00	35.760.592,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	955.528,00	0,00	0,00	0,00	955.528,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	2.113.918.038,63	0,00	0,00	0,00	2.113.918.038,63
RESULTADO DO EXERCICIO	283.154.357.047,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	283.154.357.047,28
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	746.029.424.612,89	2.538.758.969,87	-3.291.086.397,61	-6.584.824,46	4.446.839,23	0,00	745.274.959.199,92
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	2.001.089.118,17	0,00	0,00	0,00	2.001.089.118,17
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	1.163.648.460.752,91	20.541.190.484,30	7.590.733.801,27	512.903.019,46	127.868.349,73	15.649.516,10	1.192.436.805.923,77

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	1.163.648.460.752,91	20.541.190.484,30	7.590.733.801,27	512.903.019,46	127.868.349,73	15.649.516,10	1.192.436.805.923,77
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	801.184.311,63	0,00	0,00	-666,41	0,00	0,00	801.183.645,22
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.262.040.735.179,28	0,00	-756.512.936,53	-1.170.000,85	0,00	0,00	-1.262.798.418.116,66
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	45.000.000,00	11.071.097,85	0,00	64.617,83	0,00	56.135.715,68
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	7.374.619,30	0,00	0,00	7.374.619,30
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	7.500,00	2.062.527.207,07	0,00	0,00	0,00	2.062.534.707,07
RESULTADO DO EXERCICIO	202.703.754.390,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.703.754.390,84
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	140.105,16	-66.711.639,92	-7.864.680.535,20	-6.281.436,46	10.590.232,14	0,00	-7.926.943.274,28
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	1.199.719.957,21	0,00	0,00	0,00	1.199.719.957,21
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	105.112.804.381,26	20.519.486.344,38	2.242.858.591,67	512.825.535,04	138.523.199,70	15.649.516,10	128.542.147.568,15

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	25.541.816.572,47	1.064.883,62	109.201.460,40	736.475.267.274,49	-776.884.561,19	761.350.465.629,79
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-9.263,10	0,00	0,00	834.531.857,96	0,00	834.522.594,86
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	134.313.959.090,40	-1.064.883,62	-602.733,49	82.834.305.539,33	0,00	217.146.597.012,62
CORRECAO MONETARIA DO PL	35.760.592,00	0,00	0,00	-70.435.557,75	0,00	-34.674.965,75
REAVALIACAO DE ATIVOS	955.528,00	0,00	157.145.938,29	49.528.210.730,55	0,00	49.686.312.196,84
AUMENTO DE CAPITAL	2.113.918.038,63	0,00	0,00	-9.750,00	0,00	2.113.908.288,63
RESULTADO DO EXERCICIO	283.154.357.047,28	0,00	0,00	604.720.057,28	0,00	283.759.077.104,56
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	745.274.959.199,92	0,00	-2.490.308,45	-879.626.937.909,03	0,00	-134.354.469.017,56
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-2.692.958,93	0,00	-2.692.958,93
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-436.119,54	0,00	-436.119,54
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	2.001.089.118,17	0,00	0,00	-30.479.869,04	0,00	1.970.609.249,13
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-163.076,88	0,00	-163.076,88
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	1.192.436.805.923,77	0,00	263.254.356,75	-9.454.119.781,56	-776.884.561,19	1.182.469.055.937,77

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	1.192.436.805.923,77	0,00	263.254.356,75	-9.454.119.781,57	-776.884.561,19	1.182.469.055.937,76
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	801.183.645,22	0,00	0,00	0,05	0,00	801.183.645,27
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.262.798.418.116,66	0,00	11.243.598,97	-1.258.716.743.323,09	0,00	-2.521.503.917.840,78
CORRECAO MONETARIA DO PL	56.135.715,68	0,00	0,00	0,00	0,00	56.135.715,68
REAVALIACAO DE ATIVOS	7.374.619,30	0,00	-2.718.017,04	-4.360.618.228,07	0,00	-4.355.961.625,81
AUMENTO DE CAPITAL	2.062.534.707,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2.062.534.707,07
RESULTADO DO EXERCICIO	202.703.754.390,84	0,00	0,00	1.167.290.816,41	0,00	203.871.045.207,25
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-7.926.943.274,28	0,00	-2.085.509,06	1.261.563.984.326,67	0,00	1.253.634.955.543,33
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-67.271.678,82	0,00	-67.271.678,82
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-13.797,60	0,00	-13.797,60
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	1.211.056,49	0,00	1.211.056,49
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	1.199.719.957,21	0,00	0,00	-77.002.381,10	0,00	1.122.717.576,11
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	4.235.376,83	0,00	4.235.376,83
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	128.542.147.568,15	0,00	269.694.429,62	-9.939.047.613,80	-776.884.561,19	118.095.909.822,78

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	0,00	4.463.768,62	180.062.032,07	0,80	90,10	184.525.891,59
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	313.105.454.318,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.105.454.318,41
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	-290.465.625.431,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-290.465.625.431,41
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	254.731.093.868,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.731.093.868,47
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	277.370.922.755,47	0,00	4.463.768,62	180.062.032,07	0,80	90,10	277.555.448.647,06

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	277.370.922.755,47	0,00	4.463.768,62	180.062.032,07	0,80	90,10	277.555.448.647,06
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	24.952.104.963,10	0,00	-698,69	-19.231,84	0,00	0,00	24.952.085.032,57
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	6.379.036,96	0,00	0,00	6.379.036,96
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	3.823,41	0,00	0,00	0,00	3.823,41
RESULTADO DO EXERCICIO	72.296.888.843,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.296.888.843,91
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-3.384.082.994,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.384.082.994,24
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	371.235.833.568,24	0,00	4.466.893,34	186.421.837,19	0,80	90,10	371.426.722.389,67

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	184.525.891,59	0,00	0,00	248.304.392.596,76	0,00	248.488.918.488,35
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	313.105.454.318,41	0,00	0,00	312.867.110.616,30	0,00	625.972.564.934,71
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-71.618.176,52	0,00	-71.618.176,52
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	-9.750,00	0,00	-9.750,00
RESULTADO DO EXERCICIO	-290.465.625.431,41	0,00	0,00	203.499.525,69	0,00	-290.262.125.905,72
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	254.731.093.868,47	0,00	0,00	-567.836.548.186,88	0,00	-313.105.454.318,41
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	6.546.046.108,27	0,00	6.546.046.108,27
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-12.872.733,62	0,00	-12.872.733,62
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	277.555.448.647,06	0,00	0,00	0,00	0,00	277.555.448.647,06

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	277.555.448.647,06	0,00	0,00	0,00	0,00	277.555.448.647,06
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	24.952.085.032,57	0,00	0,00	21.267.791.800,92	0,00	46.219.876.833,49
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	6.379.036,96	0,00	0,00	794.259.077,85	0,00	800.638.114,81
AUMENTO DE CAPITAL	3.823,41	0,00	0,00	0,00	0,00	3.823,41
RESULTADO DO EXERCICIO	72.296.888.843,91	0,00	0,00	2.917.456.937,57	0,00	75.214.345.781,48
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-3.384.082.994,24	0,00	0,00	-21.567.349.269,16	0,00	-24.951.432.263,40
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-3.384.082.994,24	0,00	-3.384.082.994,24
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-28.075.552,94	0,00	-28.075.552,94
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	371.426.722.389,67	0,00	0,00	0,00	0,00	371.426.722.389,67

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO

EMISSAO	PAGINA
18/03/2015	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	0,00	15.257.900,27	48.393.197,74	0,00	0,00	63.651.098,01
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-2.771.967,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.771.967,86
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	47.866.695.169,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.866.695.169,96
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	49.530.506.638,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.530.506.638,09
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	97.394.429.840,19	0,00	15.257.900,27	48.393.197,74	0,00	0,00	97.458.080.938,20

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	97.394.429.840,19	0,00	15.257.900,27	48.393.197,74	0,00	0,00	97.458.080.938,20
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-4.124.997,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.124.997,63
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.545.969.315,10	0,00	-7.170,74	-1.118.720,63	0,00	0,00	6.544.843.423,73
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	7.592.690.036,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.592.690.036,63
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-85.935.419,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-85.935.419,76
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	111.443.028.774,53	0,00	15.250.729,53	47.274.477,11	0,00	0,00	111.505.553.981,17

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	63.651.098,01	0,00	0,00	49.513.427.079,24	0,00	49.577.078.177,25
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	16.626.219,31	0,00	16.626.219,31
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-2.771.967,86	0,00	0,00	-53.410.651,50	0,00	-56.182.619,36
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-11.240.416,59	0,00	-11.240.416,59
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	47.866.695.169,96	0,00	0,00	75.764.788,50	0,00	47.942.459.958,46
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	49.530.506.638,09	0,00	0,00	-49.527.290.782,83	0,00	3.215.855,26
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	453.339,52	0,00	453.339,52
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-14.329.575,67	0,00	-14.329.575,67
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	97.458.080.938,20	0,00	0,00	-0,02	0,00	97.458.080.938,18

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	97.458.080.938,20	0,00	0,00	-0,02	0,00	97.458.080.938,18
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-4.124.997,63	0,00	0,00	0,03	0,00	-4.124.997,60
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.544.843.423,73	0,00	0,00	11.397.706.424,08	0,00	17.942.549.847,81
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-4.860.231.670,56	0,00	-4.860.231.670,56
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	7.592.690.036,63	0,00	0,00	20.606.273,41	0,00	7.613.296.310,04
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-85.935.419,76	0,00	0,00	-6.458.908.003,97	0,00	-6.544.843.423,73
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-85.935.419,76	0,00	-85.935.419,76
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-13.237.603,20	0,00	-13.237.603,20
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	111.505.553.981,17	0,00	0,00	0,01	0,00	111.505.553.981,18

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	7.741.836.098,12	5.898.965.368,56	98.912.463,42	123.410.519,57	0,00	13.863.124.449,67
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-143.284.918,82	0,00	0,00	0,00	-143.284.918,82
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	5.000.000,00	5.635.612,81	152.792,12	10.990,13	0,00	10.799.395,06
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	955.528,00	0,00	0,00	0,00	955.528,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	1.889.621.513,91	0,00	0,00	0,00	1.889.621.513,91
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	2.064.078.891,09	-2.826.663.875,38	-27.426,62	4.446.839,23	0,00	-758.165.571,68
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	1.796.591.141,36	0,00	0,00	0,00	1.796.591.141,36
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	0,00	9.810.914.989,21	6.621.820.370,44	99.037.828,92	127.868.348,93	0,00	16.659.641.537,50

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	0,00	9.810.914.989,21	6.621.820.370,44	99.037.828,92	127.868.348,93	0,00	16.659.641.537,50
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-756.505.067,10	0,00	0,00	0,00	-756.505.067,10
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	45.000.000,00	11.071.097,85	0,00	64.617,83	0,00	56.135.715,68
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	7.500,00	1.853.204.302,37	0,00	0,00	0,00	1.853.211.802,37
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	-66.711.639,92	-7.317.704.302,99	-1.975,68	10.590.232,14	0,00	-7.373.827.686,45
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	1.199.065.012,10	0,00	0,00	0,00	1.199.065.012,10
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	0,00	9.789.210.849,29	1.610.951.412,67	99.035.853,24	138.523.198,90	0,00	11.637.721.314,10

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	13.863.124.449,67	1.064.883,62	52.521.236,70	-2.667.311.766,13	0,00	11.249.398.803,86
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-143.284.918,82	-1.064.883,62	0,00	-26.890.017,63	0,00	-171.239.820,07
CORRECAO MONETARIA DO PL	10.799.395,06	0,00	0,00	-71.060.110,94	0,00	-60.260.715,88
REAVALIACAO DE ATIVOS	955.528,00	0,00	0,00	-160.972.365,76	0,00	-160.016.837,76
AUMENTO DE CAPITAL	1.889.621.513,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.889.621.513,91
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-862.158.188,90	0,00	-862.158.188,90
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-758.165.571,68	0,00	-2.490.308,45	914.068.385,72	0,00	153.412.505,59
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-4.701.899,61	0,00	-4.701.899,61
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-436.119,54	0,00	-436.119,54
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	1.796.591.141,36	0,00	0,00	-1.510.160,58	0,00	1.795.080.980,78
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-163.076,88	0,00	-163.076,88
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	16.659.641.537,50	0,00	50.030.928,25	-2.881.135.320,25	0,00	13.828.537.145,50

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	16.659.641.537,50	0,00	50.030.928,25	-2.881.135.320,25	0,00	13.828.537.145,50
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-756.505.067,10	0,00	12.389.585,43	2.469.091.612,46	0,00	1.724.976.130,79
CORRECAO MONETARIA DO PL	56.135.715,68	0,00	0,00	0,00	0,00	56.135.715,68
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	26.191.569,44	0,00	26.191.569,44
AUMENTO DE CAPITAL	1.853.211.802,37	0,00	0,00	0,00	0,00	1.853.211.802,37
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-1.490.547.058,52	0,00	-1.490.547.058,52
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-7.373.827.686,45	0,00	-2.085.509,06	-368.919.588,93	0,00	-7.744.832.784,44
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-67.271.678,82	0,00	-67.271.678,82
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-153.902,76	0,00	-153.902,76
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-2.571.267,25	0,00	-2.571.267,25
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	1.199.065.012,10	0,00	0,00	-2.562.906,35	0,00	1.196.502.105,75
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-950.631,36	0,00	-950.631,36
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	11.637.721.314,10	0,00	60.335.004,62	-2.318.829.172,34	0,00	9.379.227.146,38

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	6.548.112.856,60	959.858.585,70	145.634.778,59	0,00	0,00	7.653.606.220,89
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-7.435.083,59	0,00	0,00	-7.435.083,59
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	24.961.196,94	0,00	0,00	0,00	24.961.196,94
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	224.296.524,72	0,00	0,00	0,00	224.296.524,72
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	474.680.078,78	-464.422.522,23	-6.557.397,84	0,00	0,00	3.700.158,71
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	204.497.976,81	0,00	0,00	0,00	204.497.976,81
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	0,00	7.022.792.935,38	949.191.761,94	131.642.297,16	0,00	0,00	8.103.626.994,48

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	0,00	7.022.792.935,38	949.191.761,94	131.642.297,16	0,00	0,00	8.103.626.994,48
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	209.319.081,29	0,00	0,00	0,00	209.319.081,29
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	0,00	-546.976.232,21	-6.279.460,78	0,00	0,00	-553.255.692,99
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	654.945,11	0,00	0,00	0,00	654.945,11
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	0,00	7.022.792.935,38	612.189.556,13	125.362.836,38	0,00	0,00	7.760.345.327,89

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	7.653.606.220,89	0,00	56.680.223,70	-6.169.649.610,37	0,00	1.540.636.834,22
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-7.435.083,59	0,00	-602.733,49	115.377.060,97	0,00	107.339.243,89
CORRECAO MONETARIA DO PL	24.961.196,94	0,00	0,00	624.553,19	0,00	25.585.750,13
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	157.145.938,29	-134.228,80	0,00	157.011.709,49
AUMENTO DE CAPITAL	224.296.524,72	0,00	0,00	0,00	0,00	224.296.524,72
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-471.855.759,99	0,00	-471.855.759,99
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	3.700.158,71	0,00	0,00	-47.346.476,45	0,00	-43.646.317,74
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	204.497.976,81	0,00	0,00	0,00	0,00	204.497.976,81
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	8.103.626.994,48	0,00	213.223.428,50	-6.572.984.461,45	0,00	1.743.865.961,53

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	8.103.626.994,48	0,00	213.223.428,50	-6.572.984.461,45	0,00	1.743.865.961,53
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-1.145.986,46	213.834.574,35	0,00	212.688.587,89
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	-2.718.017,04	-163.266,57	0,00	-2.881.283,61
AUMENTO DE CAPITAL	209.319.081,29	0,00	0,00	0,00	0,00	209.319.081,29
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-1.160.351.821,84	0,00	-1.160.351.821,84
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-553.255.692,99	0,00	0,00	-109.521.797,97	0,00	-662.777.490,96
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	3.782.323,74	0,00	3.782.323,74
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	654.945,11	0,00	0,00	0,00	0,00	654.945,11
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	5.186.008,19	0,00	5.186.008,19
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	7.760.345.327,89	0,00	209.359.425,00	-7.620.218.441,55	0,00	349.486.311,34

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO: 2014 | MES: DEZEMBRO
EMISSAO: 18/03/2015 | PAGINA: 1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	3.723.140.004,22
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,02
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-124.861.609,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-124.861.609,15
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	34.035.821.811,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.035.821.811,48
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	290.615.983.093,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290.615.983.093,22
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	324.526.943.295,53	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	328.250.083.299,75

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	324.526.943.295,53	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	328.250.083.299,75
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	17.645.222,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.645.222,85
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.056.539.859,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.056.539.859,14
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	24.444.877.876,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.444.877.876,32
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	3.550.522.001,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.550.522.001,47
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	362.596.528.255,31	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	366.319.668.259,53

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO: 2014 | MES: DEZEMBRO
EMISSAO: 18/03/2015 | PAGINA: 2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	3.723.140.004,22	0,00	0,00	290.596.495.391,28	-776.884.561,19	293.542.750.834,31
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-0,02	0,00	0,00	19.954.642,79	0,00	19.954.642,77
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-124.861.609,15	0,00	0,00	-127.752.615,16	0,00	-252.614.224,31
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-611.854,27	0,00	-611.854,27
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	34.035.821.811,48	0,00	0,00	3.523.648,14	0,00	34.039.345.459,62
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	290.615.983.093,22	0,00	0,00	-290.491.121.484,07	0,00	124.861.609,15
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-466.940,85	0,00	-466.940,85
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-20.787,86	0,00	-20.787,86
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	328.250.083.299,75	0,00	0,00	0,00	-776.884.561,19	327.473.198.738,56

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	328.250.083.299,75	0,00	0,00	0,00	-776.884.561,19	327.473.198.738,56
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	17.645.222,85	0,00	0,00	0,00	0,00	17.645.222,85
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.056.539.859,14	0,00	0,00	10.077.489.627,38	0,00	20.134.029.486,52
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-29.645.859,77	0,00	-29.645.859,77
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	24.444.877.876,32	0,00	0,00	36.571.426,22	0,00	24.481.449.302,54
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	3.550.522.001,47	0,00	0,00	-13.607.061.860,61	0,00	-10.056.539.859,14
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	3.550.522.001,47	0,00	3.550.522.001,47
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-27.875.334,69	0,00	-27.875.334,69
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	366.319.668.259,53	0,00	0,00	0,00	-776.884.561,19	365.542.783.698,34

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	14.289.948.954,72	6.878.545.623,15	473.002.471,82	123.410.520,37	90,10	21.764.907.660,16
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	313.102.682.350,55	0,00	-143.284.918,82	-7.435.083,59	0,00	0,00	312.951.962.348,14
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	5.000.000,00	30.596.809,75	152.792,12	10.990,13	0,00	35.760.592,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	955.528,00	0,00	0,00	0,00	955.528,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	2.113.918.038,63	0,00	0,00	0,00	2.113.918.038,63
RESULTADO DO EXERCICIO	-242.598.930.261,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-242.598.930.261,45
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	304.261.600.506,56	2.538.758.969,87	-3.291.086.397,61	-6.584.824,46	4.446.839,23	0,00	303.507.135.093,59
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	2.001.089.118,17	0,00	0,00	0,00	2.001.089.118,17
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	374.765.352.595,66	16.833.707.924,59	7.590.733.801,27	459.135.355,89	127.868.349,73	90,10	399.776.798.117,24

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	374.765.352.595,66	16.833.707.924,59	7.590.733.801,27	459.135.355,89	127.868.349,73	90,10	399.776.798.117,24
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-4.124.997,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.124.997,63
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	31.498.074.278,20	0,00	-756.512.936,53	-1.137.952,47	0,00	0,00	30.740.423.389,20
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	45.000.000,00	11.071.097,85	0,00	64.617,83	0,00	56.135.715,68
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	6.379.036,96	0,00	0,00	6.379.036,96
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	7.500,00	2.062.527.207,07	0,00	0,00	0,00	2.062.534.707,07
RESULTADO DO EXERCICIO	79.889.578.880,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.889.578.880,54
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-3.470.018.414,00	-66.711.639,92	-7.864.680.535,20	-6.281.436,46	10.590.232,14	0,00	-11.397.101.793,44
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	1.199.719.957,21	0,00	0,00	0,00	1.199.719.957,21
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	482.678.862.342,77	16.812.003.784,67	2.242.858.591,67	458.095.003,92	138.523.199,70	90,10	502.330.343.012,83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
18/03/2015	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	21.764.907.660,16	1.064.883,62	109.201.460,40	288.980.858.299,50	0,00	310.856.032.303,68
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	16.626.219,31	0,00	16.626.219,31
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	312.951.962.348,14	-1.064.883,62	-602.733,49	312.902.187.008,14	0,00	625.852.481.739,17
CORRECAO MONETARIA DO PL	35.760.592,00	0,00	0,00	-70.435.557,75	0,00	-34.674.965,75
REAVALIACAO DE ATIVOS	955.528,00	0,00	157.145.938,29	-243.965.187,67	0,00	-85.863.721,38
AUMENTO DE CAPITAL	2.113.918.038,63	0,00	0,00	-9.750,00	0,00	2.113.908.288,63
RESULTADO DO EXERCICIO	-242.598.930.261,45	0,00	0,00	-1.054.749.634,70	0,00	-243.653.679.896,15
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	303.507.135.093,59	0,00	-2.490.308,45	-616.497.117.060,44	0,00	-312.992.472.275,30
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	6.541.797.548,18	0,00	6.541.797.548,18
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-436.119,54	0,00	-436.119,54
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	2.001.089.118,17	0,00	0,00	-28.712.469,87	0,00	1.972.376.648,30
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-163.076,88	0,00	-163.076,88
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	399.776.798.117,24	0,00	263.254.356,75	-9.454.119.781,72	0,00	390.585.932.692,27

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	399.776.798.117,24	0,00	263.254.356,75	-9.454.119.781,72	0,00	390.585.932.692,27
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-4.124.997,63	0,00	0,00	0,03	0,00	-4.124.997,60
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	30.740.423.389,20	0,00	11.243.598,97	35.348.424.411,81	0,00	66.100.091.399,98
CORRECAO MONETARIA DO PL	56.135.715,68	0,00	0,00	0,00	0,00	56.135.715,68
REAVALIACAO DE ATIVOS	6.379.036,96	0,00	-2.718.017,04	-4.039.944.289,84	0,00	-4.036.283.269,92
AUMENTO DE CAPITAL	2.062.534.707,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2.062.534.707,07
RESULTADO DO EXERCICIO	79.889.578.880,54	0,00	0,00	287.164.330,62	0,00	80.176.743.211,16
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-11.397.101.793,44	0,00	-2.085.509,06	-28.504.698.660,03	0,00	-39.903.885.962,53
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-67.271.678,82	0,00	-67.271.678,82
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-3.470.172.316,76	0,00	-3.470.172.316,76
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	1.211.056,49	0,00	1.211.056,49
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	1.199.719.957,21	0,00	0,00	-43.876.062,49	0,00	1.155.843.894,72
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	4.235.376,83	0,00	4.235.376,83
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	502.330.343.012,83	0,00	269.694.429,62	-9.939.047.613,88	0,00	492.660.989.828,57

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO: 2014 | MES: DEZEMBRO
EMISSAO: 18/03/2015 | PAGINA: 1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	3.723.140.004,22
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,02
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-124.861.609,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-124.861.609,15
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	29.476.246.037,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.476.246.037,66
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	282.550.347.069,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	282.550.347.069,95
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	311.901.731.498,44	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	315.624.871.502,66

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	324.459.184.868,08	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	328.182.324.872,30
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	17.645.222,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.645.222,85
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.057.720.648,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.057.720.648,64
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	46.784.273.294,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.784.273.294,98
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	116.513.062,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.513.062,92
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	381.435.337.097,47	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	385.158.477.101,69

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	3.723.140.004,22	0,00	0,00	282.530.859.368,01	-776.884.561,19	285.477.114.811,04
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-0,02	0,00	0,00	19.954.642,79	0,00	19.954.642,77
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-124.861.609,15	0,00	0,00	-127.752.615,16	0,00	-252.614.224,31
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-611.854,27	0,00	-611.854,27
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	29.476.246.037,66	0,00	0,00	3.523.648,14	0,00	29.479.769.685,80
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	282.550.347.069,95	0,00	0,00	-282.425.485.460,80	0,00	124.861.609,15
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-466.940,85	0,00	-466.940,85
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-20.787,86	0,00	-20.787,86
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	315.624.871.502,66	0,00	0,00	0,00	-776.884.561,19	314.847.986.941,47

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	328.182.324.872,30	0,00	0,00	0,00	-776.884.561,19	327.405.440.311,11
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	17.645.222,85	0,00	0,00	0,00	0,00	17.645.222,85
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.057.720.648,64	0,00	0,00	10.077.742.284,66	0,00	20.135.462.933,30
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-28.717.727,55	0,00	-28.717.727,55
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	46.784.273.294,98	0,00	0,00	36.571.426,22	0,00	46.820.844.721,20
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	116.513.062,92	0,00	0,00	-10.174.233.711,56	0,00	-10.057.720.648,64
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	116.513.062,92	0,00	116.513.062,92
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-27.875.334,69	0,00	-27.875.334,69
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	385.158.477.101,69	0,00	0,00	0,00	-776.884.561,19	384.381.592.540,50

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	1

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	4.559.575.773,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.559.575.773,82
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	8.065.636.023,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.065.636.023,27
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	12.625.211.797,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.625.211.797,09

ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES.DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	67.758.427,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.758.427,45
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.180.789,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.180.789,50
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	-22.339.395.418,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-22.339.395.418,66
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	3.434.008.938,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.434.008.938,55
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	-18.838.808.842,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-18.838.808.842,16

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

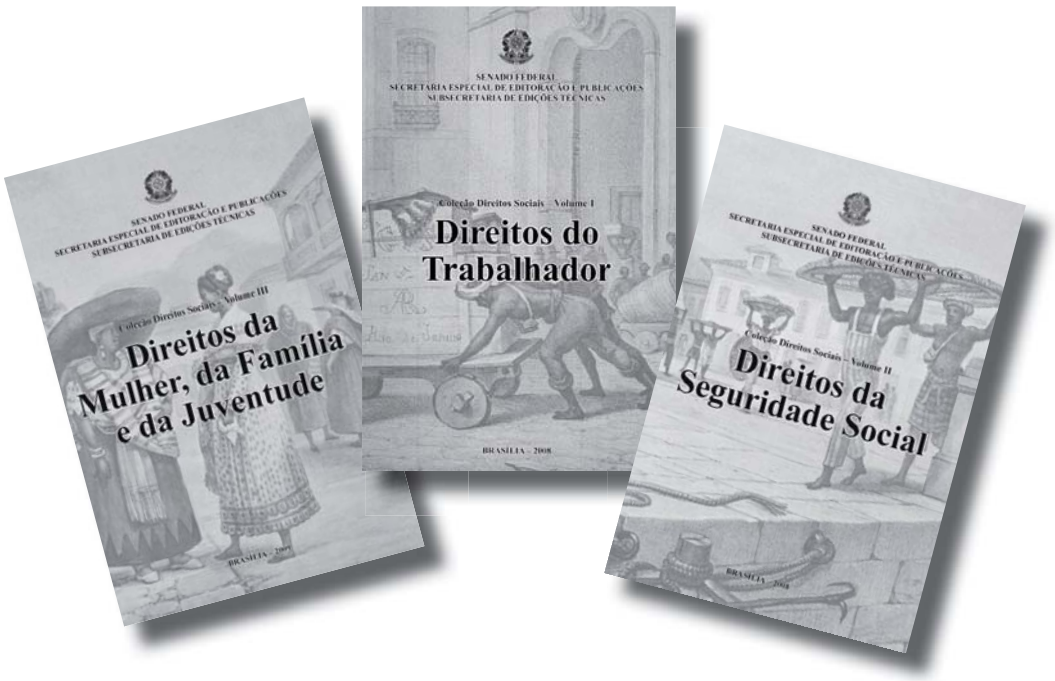
EXERCICIO	MES
2014	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
18/03/2015	2

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	0,00	0,00	8.065.636.023,27	0,00	8.065.636.023,27
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	4.559.575.773,82	0,00	0,00	0,00	0,00	4.559.575.773,82
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	8.065.636.023,27	0,00	0,00	-8.065.636.023,27	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	12.625.211.797,09	0,00	0,00	0,00	0,00	12.625.211.797,09

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2014	67.758.427,45	0,00	0,00	0,00	0,00	67.758.427,45
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.180.789,50	0,00	0,00	-252.657,28	0,00	-1.433.446,78
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-928.132,22	0,00	-928.132,22
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	-22.339.395.418,66	0,00	0,00	0,00	0,00	-22.339.395.418,66
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	3.434.008.938,55	0,00	0,00	-3.432.828.149,05	0,00	1.180.789,50
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	3.434.008.938,55	0,00	3.434.008.938,55
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANçA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2014	-18.838.808.842,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-18.838.808.842,16

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 756 páginas

(O.S. 11229/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL